

# ANAIS

do 2º Simpósio em Artes,  
Urbanidades e Sustentabilidade | UFSJ

**simposio** o design do futuro hoje  
**2021**

22 a 25 de novembro de 2021

Organização:

Marcela Alves de Almeida  
Fernanda Nascimento Corghi  
Paulo Henrique Caetano



## **Anais do 2º Simpósio Internacional de Artes, Urbanidades e Sustentabilidade.**

**22 a 25 de novembro de 2021**

**São João del-Rei – Minas Gerais - Brasil**

Os artigos publicados nestes Anais foram editorados a partir dos originais finais entregues pelos autores, sem edições ou correções feitas pelo comitê técnico.

### **Editoração**

Marcela Alves de Almeida

Anais do 2º Simpósio Internacional de Artes, Urbanidades e Sustentabilidade. *“O Design do Futuro hoje”*.

Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade da Universidade Federal de São João del-Rei.

<https://pipaus.ufsj.edu.br/siaus2021/>

<https://pipaus.ufsj.edu.br/galeria-siaus-2021/>

ISSN: 2594-8482

**Organizado por:**

Marcela Alves de Almeida  
Fernanda Nascimento Corghi  
Paulo Henrique Caetano

A permissão de fazer cópias digitais ou impressas deste trabalho ou parte dele para uso pessoal ou em sala de aula é dada desde que estas cópias não sejam feitas ou distribuídas para fins comerciais e que estas cópias cite(m) totalmente esta primeira página.

Os textos publicados nestes Anais foram organizados a partir dos originais finais entregues pelos autores, sem edições ou correções feitas pelo comitê técnico.

## **Comissão Organizadora**

**Coordenação geral:** Marcela Alves de Almeida.

**Coordenadores adjuntos:** Fernanda Nascimento Corghi, Paulo Henrique Caetano.

**Gestão financeira:** Paulo Henrique Caetano.

**Equipe de comunicação:** Paulo Henrique Caetano, Fernanda Nascimento Corghi, Luciana Beatriz Chagas, Flávio Silvério da Silva, Gabriela Moreira Lima, Talita da Silva Nifa, Wellington de Oliveira Pereira.

**Equipe de infraestrutura e produção:** Paulo Henrique Caetano, Mark Tom Sawyer.

**Comissão artística:** Deborah Walter de Moura Castro, Luciana Beatriz Chagas, Flávio Silvério da Silva, Andrea Coutinho, Frederico Oliveira Assis, Wanessa de Almeida Fagundes.

**Curadoria:** Deborah Walter de Moura Castro, Luciana Beatriz Chagas, Flávio Silvério da Silva, Wanessa de Almeida Fagundes.

**Webmaster:** Mark Tom Sawyer.

**Logomarca:** Flávio Silvério da Silva.

**Capa e contracapa:** Flávio Silvério da Silva.

**Editoração:** Marcela Alves de Almeida.

## Comitê Científico

Marcela Alves de Almeida (Coordenação)

Adilson Siqueira  
Adriana Gomes do Nascimento  
Adriano Tomitão Canas  
Ana Beatriz da Rocha  
Ana Cristina Reis Faria  
Deborah Walter de Moura Castro  
Denise Geribello  
Eduardo Pereira Bento  
Fernanda Nascimento Corghi  
Flávia Almeida Fábio  
Flávio Luiz Schiavoni  
Helena Marchisotti de Souza  
Isabel Cristina Carvalho  
Jean Carlos Machado Alves  
José Dario Vargas  
José Rodrigues de Alvarenga Filho  
Joviano Maia

Léa Tosold  
Leandro Garcez Targa  
Luciana Beatriz Chagas  
Luiz Carlos de Laurentiz  
Marcia Ferran  
Márcia Saeko Hirata  
Maria Beatriz Camargo Cappello  
Mateus de Carvalho Martins  
Milton Esteves Júnior  
Morgana Rech  
Paulo Henrique Caetano  
Renata de Souza Reis  
Rita Gusmão  
Sérgio Gualberto Martins  
Sílvia Elena Ventorini  
Zandra Coelho de Miranda

## **PREFÁCIO**

O Siaus, em sua segunda versão e primeira totalmente remota, teve em seu preparo a necessidade de inovar, tanto no sentido conceitual quanto em suas formas de materialização. Além dos impedimentos e oportunidades trazidos pelo cenário pandêmico, o primeiro Siaus prezava por atuações artísticas plurais e trocas de saberes tanto na rua, quanto em galerias de arte, ambientes acadêmicos e não - acadêmicos, promovendo uma interlocução de conhecimentos de forma variada; algo que poderia ser inviabilizado nesta segunda edição.

Por isso, desde o início do preparo do evento, posto a impossibilidade de encontros presenciais, e tendo por premissas a pluralidade e o diálogo horizontal de saberes, se buscou uma plataforma web que permitisse simplificar o processo de recepção dos mais variados tipos de trabalhos. Entre estes formatos, estavam o envio de resumos, visando a uma popularização agregadora de conhecimentos acadêmicos nos mais diferentes estágios, e artigos completos, ambos com campo para links adicionais, visando a complementariedades de quaisquer tipos de informação em formato digital. Também considerou-se o envio de trabalhos nos formatos vídeo e imagem para as produções artísticas, que seriam organizadas em galerias virtuais. Desta forma, procurou-se dar oportunidade para que acadêmicos e não acadêmicos submetessem seus trabalhos ao evento.

O momento de apresentação síncrono dos trabalhos se deu dentro dos 8 Grupos de Trabalho (GT), incluindo quem submeteu trabalho artístico. Assim, durante as apresentações de artigos e resumos, tivemos também mostras de bandas, performances, vídeos, imagens, entre outras formas, versando sobre as temáticas basilares do GT. Esta forma plural de trocas causou muita comoção e intensos aprendizados entre os participantes, para além de uma apresentação formal de trabalhos acadêmicos.

A horizontalidade da troca de saberes de forma plural estaria também garantida e conectada de forma virtual em momentos de conferências e mesas de debate entremeadas por apresentações artísticas e shows ao longo dos 4 dias do evento. Todas foram televisionadas pelo canal do youtube do SIAUS 2021, permitindo interações em momento síncrono, sempre que possível.

A logomarca do evento buscou representar toda a fusão conceitual entre formas de saberes distintas e suas diferentes expressões. Essas formas se configuram como eixos, ramos independentes, que se interconectam passando por um único eixo central. Este eixo central, por sua vez, remete a um tronco de árvore, em cujas extremidades se situam raízes espalhadas, que se aprofundam na terra e galhos que buscam o céu, trazendo em si a possibilidade de conexões diversas pelas ramificações existentes. As letras que formam a logomarca procuram tornar clara esta possibilidade de conexão, indicando que outras formas de saberes plurais podem ser conectadas a estes eixos, ou seja, sobre um mesmo assunto, sem deixar de lado a ideia de que o eixo central se configura como elemento agregador, tal como se idealiza o design do futuro hoje, com suas inúmeras possibilidades de inovação em movimento contínuo de criação e recriação assertiva.

Mesmo com o término do evento, o resgate da memória se torna possível através do site, onde se situam os acessos ao Anais, os links para as conferências, mesas e shows transmitidos pelo canal de youtube e galerias de arte, enquanto estiverem ativas. As premissas iniciais ficaram garantidas; as de se manter a pluralidade das formas de expressão, procurando o máximo possível, uma horizontalidade na troca, nas formas de produção do conhecimento e um diálogo abrangente de tipos variados de saberes, com a fusão de produções acadêmicas e não necessariamente acadêmicas, permitindo que estas se fundissem num cenário de esperança agregador e propício para de criar “O design do futuro, hoje!”.

*Profa. Dra. Fernanda Nascimento Corghi e Prof. Ms. Flávio Silvério*

# SUMÁRIO

<b>Apresentação: O Design do Futuro hoje .....</b>	<b>17</b>
<b>Apresentação: SIARTERIA.....</b>	<b>18</b>
<b>Chamada Grupo de Trabalho 1: Ações pelo coletivo: Grupos de pesquisa, ensino e extensão em artes, urbanidade e sustentabilidade.....</b>	<b>20</b>
<b>Chamada Grupo de Trabalho 2: Micropolítica do hoje: mundos possíveis do amanhã.....</b>	<b>21</b>
<b>Chamada Grupo de Trabalho 3: Mudanças climática: desafios estáticos, poéticos, corporais e decoloniais.....</b>	<b>22</b>
<b>Chamada Grupo de Trabalho 4: Práxis sociais e configurações espaciais sensíveis: novas estratégia do sul global.....</b>	<b>24</b>
<b>Chamada Grupo de Trabalho 5: Terra, água e ar: vida no mundo contemporâneo.....</b>	<b>25</b>
<b>Chamada Grupo de Trabalho 6: Território Praticado: inclusão e crítica cultural em corpo, espaço e tempo.....</b>	<b>25</b>
<b>Chamada Grupo de Trabalho 7: Desafios e possibilidade de uma educação universal e significativa.....</b>	<b>28</b>
<b>Chamada Grupo de Trabalho 8: Sustentabilidade: um conceito em crise.....</b>	<b>29</b>

## **GT 1: AÇÕES PELO COLETIVO: GRUPOS DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO EM ARTES, URBANIDADES E SUSTENTABILIDADE**

### **RESUMOS**

<b>A interdisciplinaridade para ressignificar as tradições artísticas e culturais através das tecnologias web atuais – Laboratório de pesquisa e experimentação da construção de uma página web para catalogar as tradições da cidade de Juiz de Fora-MG.....</b>	<b>31</b>
<i>Aline Carvalho</i>	
<b>Discutindo Meio Ambiente nas Redes Sociais: Experiência do Programa Espaço Casa Verde.....</b>	<b>34</b>
<i>Iara Freitas Lopes, Giancarlo Silva Vilas Boas, Giovana Dias Dinalli, Isabely Larissa da Silveira, João Evangelista Jaques de Freitas, Maria Clara Silva Soares, Wesley Jônata da Silva Oliveira</i>	
<b>Espaço Casa Verde: Campus Verde - a experiência do programa de extensão com o plantio de espécies nativas na UFSJ.....</b>	<b>36</b>
<i>Samuel Lima Ribeiro, Raquel Alves Costa, Iara Freitas Lopes, Lívia Ribeiro Abreu Muchinelli, Sergio Gualberto Martins, Gislene Carvalho de Castro</i>	
<b>Grupo de Pesquisa REALIDADES (ECA/USP) .....</b>	<b>38</b>
<i>Grupo Realidades (ECA/USP), Loren Paneto Bergantini, Felipe Bortoluzo Mamone</i>	

<b>Grupos de estudos – Lendo Marx, os Situacionistas e Lefebvre no Labor (Laboratório de Geografia Urbana – USP) .....</b>	<b>40</b>
<i>Daniela Dias Marinho</i>	
<b>Identidade e Resgate: A Gabiroba como Memória Afetiva em Ritópolis.....</b>	<b>42</b>
<i>Thais Maria Santos</i>	
<b>O futuro da assessoria técnica e a prática presencial da extensão.....</b>	<b>44</b>
<i>Bianca Monteiro Tavares Fonseca, Rafael Luís Bebiano, Livia Ribeiro Abreu Muchinelli</i>	
<b>Observatório Urbano de São João del Rei: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão numa proposta de educação popular e direito à cidade.....</b>	<b>46</b>
<i>Tatiane Marina Pinto de Godoy, Vânia Aparecida Rezende, Maria Clara Santos, Daniela Abritta Cota, Liziane Peres Mangili, Márcia Saeko Hirata</i>	
<b>Ofizines entre muros: uma prática educomunicativa na APAC unidade feminina de São João del Rei.....</b>	<b>48</b>
<i>Taisa Maria Laviani da Silva, Filomena Maria Avelina Bomfim</i>	
<b>Podcasts Casa Verde: uma experiência de divulgação científica e da ação extensionista no período de Pandemia.....</b>	<b>50</b>
<i>Luciano Rivaroli, Giancarlo Silva Vilas Boas, Sálvio de Macedo Silva, Paulo Henrique Caetano, Geraldo Magela Jardim Barra, Isabely Larissa da Silveira, Iara Freitas Lopes</i>	
<b>Processo criativo em dramaturgia comunitária.....</b>	<b>52</b>
<i>João André Brito Garboggini</i>	
<b>Projeto de Extensão: Cada um em seu quadrado (cubo).....</b>	<b>54</b>
<i>Gabrielle Heloísa Fernandes, Ana Luiza Campos Gava, Lavínia Alves Gregatti, Luciana Massami Inoue</i>	
<b>Submissão ao Comitê de Ética: a importância da contribuição de grupos de pesquisa e demais ações colaborativas.....</b>	<b>56</b>
<i>Mariana Silva Pereira, Fernanda Nascimento Corghi</i>	
 <b>ARTIGOS COMPLETOS</b>	
<b>ALICE: uma interface entre a arte e a tecnologia.....</b>	<b>58</b>
<i>Flávio Luiz Schiavoni, Luiz Gustavo Colzani Monti Sousa &amp; Carlos Eduardo Oliveira de Souza, Júlio César de Sousa, Rebeca Lima Soares, Jônatas Araújo da Silva, Cleisson José Dias da Silva, Lucas Estevão dos Santos, Gabriel Lopes Rocha, Samuel Rodrigues Rabay, Guilherme de Castro Paolucci Paiva, Rafael Alves Soares de Andrade, João Pedro Mendes de Oliveira, Isadora Franco Oliveira, Gabriel Rodrigues Chaves Carneiro, Rômulo Augusto Vieira Costa, Emerson Junior Silva Costa, Ana Clara Medina Fonseca, Luan Luiz Gonçalves, João Marcos de Oliveira Lara, Mariana Pereira Lellis</i>	
<b>Araçá, o urbanismo tático no Programa de extensão Parque-Escola Chacrinha.....</b>	<b>70</b>
<i>Hugo Leonardo Cruz Nogueira, Fernanda Nascimento Corghi, Márcia Saeko Hirata, André Lopes dos Santos</i>	
<b>Diálogos transdisciplinares com o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável: alcance e perspectivas.....</b>	<b>82</b>
<i>Glauco Manuel Santos</i>	
<b>Fórum de Mulheres das Vertentes: entre diálogos, lutas, desafios e futuros possíveis.....</b>	<b>95</b>
<i>Cassi Ane Pinheiro, Beatriz Guimarães, Tatiana Diniz Lima</i>	

**Grupo Teatro Construção: fomentador de arte e cultura**..... 111  
*Rafaella Anielly Silva Borges, Marina Guimarães Rufato*

**Por entre memórias e costuras: caminhos de uma pesquisa**..... 124  
*Dalva R R Pereira, José Rodrigues de Alvarenga Filho, Zandra Coelho de Miranda*

## **GT 2: MICROPOLÍTICAS DO HOJE: MUNDOS POSSÍVEIS DO AMANHÃ**

### **RESUMOS**

**Entre corpos: um olhar sobre o imaginário social e urbano das relações de poder**..... 136  
*Jhonatan Sales Satiro, Amanda Burgarelli Teixeira*

**Comendo (n)a Rua: um estudo sobre arte, cidade e alimentação**..... 138  
*Antônio Daniel Svizzero Martins*

**Democratização do acesso à saúde pública no Brasil no contexto de comunidades remanescentes Quilombolas**..... 140  
*André Vitor Campos de Castro, Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira*

**Objetos afetivos, autorretratos como catarse e transformação social**..... 142  
*Adriana Vianna Teixeira*

**Políticas públicas de assistência social no âmbito do município de São João del-Rei/MG: um estudo a partir da estruturação do Fórum de Entidades de Assistência Social**..... 144  
*Vânia Aparecida Rezende, Fernanda Nunes Maciel, Diogo Pereira Matos, Isabela Araújo Santana Menezes, Juliana de Souza Russano, Anna Delgado Vasconcellos de Souza, Márcia Saeko Hirata*

**Relato de experiência de movimento estudantil de pós-graduação em momento pandêmico e de convulsão política**..... 146  
*Graziela de Fátima Souza Carmo, Gabriela Cunha Corrêa Freitas de Oliveira, Fábio dos Passos Carvalho*

### **ARTIGOS COMPLETOS**

**Baço Sustentável: as práticas educacionais por meios digitais como micropolítica de resistência**..... 148  
*Tainara Pimenta Silvério Augusto, Marcela Alves de Almeida, Filomena Maria Avelina Bomfim*

**Cidades (In)visíveis: um outro olhar para o urbano**..... 163  
*Silvia Cristina dos Reis, Luciana Beatriz Chagas, Thais de Almeida Gonçalves*

**O andar na contramão em “O trem e o moribundo”** ..... 175  
*Cleisson José Dias da Silva*

**Objeto, arte, memórias e o devir em tempos pandêmicos**..... 188  
*José Augusto de Paula Pinto*

**Paisagens do Ferro e seus Monumentos Entrópicos**..... 198  
*Bruno de Guimaraens Amarante*

<b>Para além de um arquétipo de cidade: um paralelo entre a mercadorização e a apropriação do espaço urbano público contemporâneo.....</b>	<b>213</b>
<i>Thais de Almeida Gonçalves</i>	
<b>Relações Estéticas: Coisas entre N e J.....</b>	<b>222</b>
<i>Gyan Celah dos Santos</i>	
<b>Vestimenta-ação “Renda-se” – um exemplo de micropolítica dos desejos e da transformação.....</b>	<b>233</b>
<i>Tássia Murad Abreu, Zandra Coelho de Miranda</i>	
<b>Violência de gênero na pandemia: micropolíticas de combate à hostilidade doméstica no Brasil em meio ao isolamento social.....</b>	<b>248</b>
<i>Thales Campos Batista, Flávio Silvério da Silva</i>	

### **GT 3: MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DESAFIOS ESTÉTICOS, POÉTICOS, CORPORAIS E DECOLONIAIS**

#### **ARTIGOS COMPLETOS**

<b>Arte contra as mudanças climáticas.....</b>	<b>263</b>
<i>Adilson Siqueira, Flávio Luiz Schiavoni</i>	
<b>Arteciência e sustentabilidade: transdisciplinar articulação de saberes.....</b>	<b>281</b>
<i>Wanessa Dose Bittar</i>	
<b>Dois Minutos para a Meia-noite.....</b>	<b>295</b>
<i>Luciana Beatriz Chagas</i>	
<b>O Óbvio Essencial: A prática da consciência crítica no contexto interdisciplinar.....</b>	<b>304</b>
<i>Maria Cristina Alves Pereira, Wanessa Dose Bittar, Tereza Raquel Rezende Frazão, Taisa Maria Laviani da Silva, Ricardo Teixeira, Erizete Giarola Longatti Oliveira, Camila Nolasco</i>	
<b>Um Barco na Lama: vestígios de um processo teatral-performático contra-hegemônico na desconstrução de um ideal de cidade.....</b>	<b>318</b>
<i>Wesley Henrique Ferreira Furquim</i>	

### **GT 4: PRÁXIS SOCIAIS E CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS SENSÍVEIS: NOVAS ESTRATÉGIAS DO SUL GLOBAL**

#### **RESUMOS**

<b>Agricultura Urbana: uma ferramenta pedagógica de Educação Ambiental.....</b>	<b>331</b>
<i>Ulisses Silva Oliveira, Paulo Vitor Reis Pereira, Lora dos Anjos Rodrigues, Luiz Antônio Staub Mafra</i>	
<b>Análise configuracional da (auto)organização da cidade de Maputo.....</b>	<b>333</b>
<i>David Leite Viana</i>	

## ARTIGOS COMPLETOS

<b>A vivência da mulher na cidade</b> .....	334
<i>Amanda Burgarelli Teixeira, Letícia Lara do Carmo, Eduardo Bento Pereira, Luciana Beatriz Chagas, Fernanda Nascimento Corghi, Renata de Souza Reis, Tatiane Carvalho Bispo, Talita Simone de Paula da Silva, Mariana Silva Pereira</i>	
<b>Desencaixes: Contrastes da Filosofia da Caixa Preta e a Caixa de Fundo Falso</b> .....	347
<i>Gyan Celah dos Santos</i>	
<b>Outras formas de se habitar a cidade: a “Rede Social” e a (re)apropriação da rua</b> .....	356
<i>Thais de Almeida Gonçalves, Israel Campos Oliveira Souza</i>	
<b>Paisagens sonoras de resistência: o Rap na Bika e a ocupação da cidade</b> .....	367
<i>Liziane Peres Mangili, Bruna Lúcia dos Santos, Maria Clara Oliveira Santos, Wilgner Henrique Thomaz</i>	
<b>PAISAJISMOS DEL SUR: Importancia socio ambiental y de la memoria biocultural de los espacios libres de las Barriadas de Lima, Perú</b> .....	377
<i>Mariela Alexandra Peña Aymara, Céline Felício Veríssimo, Liza Maria Souza de Andrade, Gabriel Rodrigues da Cunha</i>	
<b>Sensibilidades de mundo latino-americanas: a centralidade da comunicação na disputa territorial do MST e do EZLN</b> .....	392
<i>Wellington de Oliveira Pereira, Paulo Henrique Caetano</i>	

## GT 5: TERRA, ÁGUA E AR: A VIDA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

### RESUMOS

<b>“A animal, a paisagem, a mulher”:</b> natureza e subjetivação em Theodor Adorno.....	407
<i>Sara Ramos de Oliveira</i>	
<b>Insetos sociais e sua correlação com o ambiente urbano de Barbacena, MG</b> .....	409
<i>Daniela de Oliveira Silva, Delton Mendes Francelino</i>	

## ARTIGOS COMPLETOS

<b>Ações em segurança alimentar e nutricional para a lei de diretrizes orçamentária – LDO 2022 – do Município de São João del-Rei – MG</b> .....	411
<i>Márcio Carneiro dos Reis, Yasmim Morales Parraguez Ribeiro, Renata dos Reis Sousa, João Victor Weitzel Jabur, Karina de Paula Carvalho</i>	
<b>As Unidades de Conservação no Brasil e em Minas Gerais</b> .....	424
<i>Mariana Vicentini Pereira, Sérgio Gualberto Martins, Vera Guimarães Campos</i>	
<b>Ciência e Arte na popularização da diversidade microscópica dulcícola</b> .....	439
<i>André Flávio Soares Ferreira Rodrigues, Maria Eduarda Fialho Junqueira Rezende, Luciana Beatriz Chagas</i>	

<b>Conforto térmico urbano como fator social: uma análise sobre Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.....</b>	<b>447</b>
<i>Amanda Burgarelli Teixeira, Sérgio Gualberto Martins, Mateus de Carvalho Martins</i>	
<b>Deserto modelado – a resistência ressignificada.....</b>	<b>462</b>
<i>Cristiano Lima Sales, Henrique Junio Alves de Oliveira Pires</i>	
<b>Feminismo e Agroecologia: a importância da articulação entre movimentos que buscam emancipação.....</b>	<b>477</b>
<i>Letícia Lara do Carmo, Renata de Souza Reis, Mateus de Carvalho Martins, Vera Guimarães Campos</i>	
<b>Programa Caminhos Sustentáveis: propostas de redução dos impactos ambientais em São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil.....</b>	<b>491</b>
<i>Mateus de Carvalho Martins, Kleber de Souza Resende</i>	
<b>Programa Saberes da Terra: 10 Anos.....</b>	<b>505</b>
<i>Mateus de Carvalho Martins, João Vítor Januário, Guilherme Peixoto dos Santos, Dafne de Castro Faustino, Henrique de Araújo Silva</i>	
<b>Tecnologia para o desenvolvimento sustentável no território: Análise dos impactos socioambientais e corpos hídricos do Quilombo Mesquita.....</b>	<b>518</b>
<i>Teresa Bernadete Medina Ferreira, Raissa Almeida de Magalhães, Vinícius Silva Rezende, Mariane S. Paulino, Liza Maria Souza Andrade</i>	

## **GT 6: TERRITÓRIO PRATICADO: INCLUSÃO E CRÍTICA CULTURAL EM CORPO, ESPAÇO E TEMPO**

### **RESUMOS**

<b>As pressões sobre profissionais programadores durante a pandemia: reflexos de uma Sociedade Global cada vez mais “acelerada”, dependente da internet e dissociada da natureza.....</b>	<b>533</b>
<i>Caren Ferreira Siqueira, Delton Mendes Francelino</i>	
<b>Experiência de Formação Docente de Graduandos em Música a partir de um Projeto Social do Interior de Minas.....</b>	<b>535</b>
<i>Gleidson Jordan dos Santos, Alessandra Maria de Faria Andrade, Clarissa Andrade de Castro</i>	
<b>Lefebvre e o Manicômio - Aspectos de privação do direito à cidade.....</b>	<b>537</b>
<i>Samuel Rodrigues Rabay, Filomena Maria Avelino Bomfim</i>	
<b>Habitações de Interesse Popular: Arquitetura Autóctone como forma de resgate da sustentabilidade cultural e social dos lares brasileiros.....</b>	<b>539</b>
<i>Giovanna Frateschi Ferreira, Flávio Silvério da Silva, Tamara Nunes Pereira</i>	
<b>O campo fala. “Tudo que nós tem é nós” (Emicida) .....</b>	<b>541</b>
<i>Fernanda Araujo Curi</i>	
<b>Reconhecer e valorizar: a construção do catálogo de plantas da Unifal-MG/Varginha.....</b>	<b>542</b>
<i>Paulo Vitor Reis Pedreira, Ulisses Silva Oliveira, Luiz Antônio Staub Mafra, Lora dos Anjos Rodrigues</i>	

## ARTIGOS COMPLETOS

<b>(Des)locamentos: a interação corpo-espaço na centralidade de Ouro Preto.....</b>	<b>544</b>
<i>Danielle de Souza Dias Nunes, Adriana Gomes do Nascimento</i>	
<b>Betas de São João del Rei -Patrimônio cultural a ser resgatado.....</b>	<b>560</b>
<i>Aroldo Carvalho Castanheira, Alexandre Delforge, Zandra C. Miranda</i>	
<b>Cidade, Campo ou Natureza: qual o lugar da escola? Reflexões, ensino e aprendizagem - município de Serranos - MG.....</b>	<b>569</b>
<i>Paulo Jarbas Cardoso da Silva</i>	
<b>Corpografias urbanas. Interações e narrativas dos sujeitos urbanos da Praia do Canto, Vitória/ES.....</b>	<b>582</b>
<i>Liziane de Oliveira Jorge, Giovanna Souza Piassi, Cynthia Marconsini</i>	
<b>Disputas de memória no espaço público contemporâneo de São Paulo e as reapropriações da figura do bandeirante.....</b>	<b>597</b>
<i>Samuel Braga Rocha Paiva, Delton Mendes Francelino</i>	
<b>Êxodo urbano e as segundas residências: uma análise do novo rural.....</b>	<b>612</b>
<i>Leandro Teixeira Grandi</i>	
<b>Museus ativistas.....</b>	<b>626</b>
<i>Dalva R R Pereira</i>	
<b>Plano Viário do Bairro De Matozinhos em São João Del-Rei/MG - A Qualidade de Vida como Produto da Mobilidade Urbana.....</b>	<b>634</b>
<i>Fábio dos Passos Carvalho, Adriana Gomes do Nascimento</i>	

## GT 7: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO UNIVERSAL E SIGNIFICATIVA

### RESUMOS

<b>O impacto que a falta de áreas arborizadas tem sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes e a necessidade de investigar os territórios que tiveram aumento da pobreza multidimensional.....</b>	<b>651</b>
<i>Aline Neli Dos Santos, Adilson Siqueira</i>	
<b>O teatro como prática educacional na alfabetização de adultos.....</b>	<b>653</b>
<i>Carlos Henrique Chaves da Silva, Filomena Maria Avelina Bomfim, Adilson Roberto Siqueira</i>	
<b>O Universo ao alcance de todos: A construção de um livro de Astrobiologia como caminho para processos educativos informais, comunicação de Ciência e perspectivas geradoras de uma nova visão sobre o Cosmos.....</b>	<b>655</b>
<i>Vitória Cássia Gabriela de Oliveira, Delton Mendes Francelino</i>	
<b>Olhares para os reflexos das atividades escolares não presenciais (AENP) causada pela pandemia do vírus Sars-CoV2 nas zonas rurais do município de Prados – MG no ano de 2020.....</b>	<b>657</b>
<i>Paloma Eduarda Resende Pinto, Adilson Siqueira</i>	

<b>Processos ecoeducativos no contexto da Sociedade em Rede: pontes para um futuro potencialmente sustentável.....</b>	<b>659</b>
<i>Delton Mendes Francelino, Mauricio da Silva Paulo</i>	

## ARTIGOS COMPLETOS

<b>O currículo como obra de arte: reflexões sobre o vazio.....</b>	<b>661</b>
<i>Diego Ramires Silva Santos</i>	
<b>Cidade, Infâncias e Educação: Existências e Possibilidades.....</b>	<b>671</b>
<i>Ana Luiza Aureliano Silva, Liza Maria Souza de Andrade</i>	
<b>Criatividade e tecnologia na educação a partir do conceito de permacultura.....</b>	<b>684</b>
<i>Wanessa Dose Bittar, Rogério Alexandre das Dores, Luziany Maria de Oliveira, Carlos Henrique Chaves da Silva, Adriano Rocha Fiuza Moraes</i>	
<b>Diálogos transdisciplinares com o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável: alcance e perspectivas.....</b>	<b>699</b>
<i>Glauco Manuel Santos</i>	
<b>O cotidiano e o viver no serviço residencial terapêutico: interface entre arquitetura e saúde mental.....</b>	<b>712</b>
<i>Rayane Lima Cezário, Ana Cristina Reis Faria, Fernanda Nascimento Corghi</i>	
<b>Para se debater qualidade de vida e sustentabilidade na escola: sugestões transdisciplinares aliadas ao currículo.....</b>	<b>727</b>
<i>Diego Ramires Silva Santos, Alex Souza Pereira, Alysson Dos Anjos da Silva</i>	
<b>Para uma formação significativa: a abordagem Design Thinking ao processo de ensino e aprendizagem no contexto do Ensino Superior.....</b>	<b>737</b>
<i>Paulo Juan Valente, Edinair Valente</i>	
<b>Práticas educacionais aplicadas a Centros Acadêmicos: Um estudo de caso sobre os eventos do Centro Acadêmico de Comunicação Social - Jornalismo (CACoS) .....</b>	<b>752</b>
<i>Lara Karoline Souza de Aquino, Samara dos Santos Machado, Lucas Guimarães Resende</i>	

## GT 8: SUSTENTABILIDADE: UM CONCEITO EM CRISE

### RESUMOS

<b>A captura da sustentabilidade pelos novos Münchhausen: crítica de um conceito.....</b>	<b>767</b>
<i>Mucio Tosta Gonçalves</i>	
<b>Associativismo Ambiental, Dádiva e a construção de perspectivas críticas de Sustentabilidade.....</b>	<b>769</b>
<i>Delton Mendes Francelino</i>	
<b>Identificação de Aves em Barbacena/MG e correlações com a sustentabilidade e a ecologia urbana.....</b>	<b>771</b>
<i>Layane Yamila Viol, Delton Mendes Francelino</i>	
<b>Observatório de gestão municipal de resíduos sólidos urbanos.....</b>	<b>773</b>
<i>Sálvio de Macedo Silva, Juliano Batista de Almeida, Iago Natalino de Jesus Cominotti, Gabriela Cristina da Silva Lima, Caroline Miriã Fontes Martins</i>	

<b>Unidades demonstrativas de sistema de gestão ambiental.....</b>	<b>775</b>
<i>Sálvio de Macedo Silva, Luciano Rivaroli, Iara Freitas Lopes, Paulo Henrique Caetano, Gustavo Casali Sminka, Fernanda Nunes Maciel, Leticia Oliveira Sales, Geraldo Magela Jardim Barra, Sérgio Gualberto Martins</i>	

## **ARTIGOS COMPLETOS**

<b>As Artes Aplicadas como vetor da cultura da sustentabilidade: Crisálidas como considerações poéticas acerca da extinção dos insetos.....</b>	<b>777</b>
<i>Luciana Beatriz Chagas</i>	
<b>A crise conceitual da sustentabilidade: recorte sobre a institucionalização de discursos.....</b>	<b>792</b>
<i>Paulo Henrique Caetano</i>	
<b>A palavra-chave sustentabilidade nas mídias digitais na pandemia: ‘renascimento’ de um conceito em crise? .....</b>	<b>805</b>
<i>Yara Vilela Santos, Paulo Henrique Caetano</i>	
<b>Geografia das emoções: aspectos da sustentabilidade trazidos pela experiência da cidade.....</b>	<b>818</b>
<i>Álvaro Pierre de Carvalho, Fernanda Nascimento Corghi, Luciana Beatriz Chagas</i>	
<b>O binômio mineração e sustentabilidade nos discursos sobre o rompimento das barragens de Fundão e do Córrego do Feijão.....</b>	<b>829</b>
<i>Talita da Silva Nifa, Paulo Henrique Caetano</i>	
<b>O desafio das cidades frente às megatendências.....</b>	<b>841</b>
<i>Andre Pinto dos Santos</i>	
<b>O ‘princípio feminino’ na construção do conceito de sustentabilidade: a arte de Marina Abramovic, Frida Kahlo e Judy Chicago frente à cultura do patriarcado.....</b>	<b>856</b>
<i>Ana Cristina da Silveira, Paulo Henrique Caetano, Luciana Beatriz Chagas</i>	
<b>Sustentabilidade no mundo contemporâneo: uma análise desde a perspectiva dos projetos políticos em disputa com vistas à transformação social.....</b>	<b>871</b>
<i>Márcio Carneiro dos Reis</i>	

## **APRESENTAÇÃO: O Design do Futuro hoje.**

Desde a primeira edição do SIAUS, em 2017, transformações que eram inconcebíveis naquele momento ocorreram, mudando de forma contundente a vida e as relações humanas e impactando profundamente as sociedades ao redor do planeta.

Nem as mais distantes e pessimistas projeções feitas no primeiro encontro poderiam dimensionar o que estava por vir, concretizado pela pandemia e seus devastadores efeitos, fenômeno que tem demonstrado a fragilidade das nossas maneiras de ser e estar no mundo e provocado mudanças radicais no pensamento e nas ações.

Nesse contexto ainda em curso, pensar o futuro hoje implica pensar criticamente o que está colocado como realidade e desafiar seus limites, e o design do futuro torna-se uma responsabilidade agora, cabendo a quem puder, contribuir na construção das pontes entre os sonhos, a esperança e a felicidade.

Seja ele um plano, um artifício, uma intenção, um projeto, um potencial, um desejo ou uma dissimulação, o design deve ser tensionado e colocado em crise, pois permeia todos os campos da vida e determina, em todas as escalas possíveis, os próximos passos da jornada humana e sua relação com a Terra.

Assim sendo, convidamos todas as pessoas que queiram pensar juntas sobre o “Design do futuro hoje”, seja com reflexões orais, escritas ou manifestações culturais e artísticas, a partir de diferentes eixos temáticos e perspectivas. Não há tempo para adiar o futuro, e este é um chamado para um processo de construção de outras narrativas, que possam inspirar comunidades e as próximas gerações. Pensar hoje no design do porvir é uma forma de resistir e de reconhecer que é possível construir uma história deste tempo que pode ser deixada, não mais como um fardo, mas como um legado.

*Prof. Dr. Paulo Henrique Caetano.*

## **APRESENTAÇÃO: SIARTERIA**

A relevância da mostra artística do Siaus se dá justamente pelo caráter aplicado do Pipaus. Para nós, a arte é concebida não apenas como um ato formal, mas como uma intervenção na sociedade.

Assim, a arte não aparece como um complemento ou uma ilustração da informação teórica, conceitual e semântica, e sim como um campo interdisciplinar de produção de conhecimento, que expressa e comunica de forma direta e sensível.

E é nesse contexto que o Siaus apresenta sua galeria de arte, que nesta edição foi elaborada e apresentada no modo virtual, e ficará online de forma definitiva.

Nela, estão expostos 62 trabalhos concebidos e registrados em diferentes suportes audiovisuais, todos eles elaborados a partir do tema principal “Design do Futuro Hoje”.

A galeria virtual foi nomeada “Siarteria”, uma fusão de Siaus com Galeria, com intenção de propagar da logomarca do SIAUS. E um trocadilho à la Duchamp entre arte e possibilidade (se ar teria).

No contexto do Siaus, os trabalhos artísticos publicados na Siarteria possuem o mesmo grau de relevância científica e acadêmica que os artigos escritos, tornando-a uma extensão do conteúdo teórico, e não apenas uma manifestação cultural complementar.

Nessa perspectiva, a comissão artística teve como principais critérios de seleção, a adequação à proposta temática geral do evento (O design do Futuro Hoje) e a elaboração estética daí decorrente.

De modo a enfatizar nossa visão da arte como um campo interdisciplinar do conhecimento, propusemos às artistas e aos artistas que indicassem um GT dentro do Simpósio, assim como às coordenadoras e coordenadores dos GTs que analisassem as obras artísticas, de modo a incorporá-las, e a suas autoras e autores, dentro dos debates dos grupos, motivando trocas e novas possibilidades dialógicas.

A comissão artística foi coordenada pelas professoras Deborah Walter, do Departamento de Letras da UNIFAL e Luciana Beatriz Chagas do curso de Artes Aplicadas da UFSJ com a

participação do Flávio Silvério (mestre pelo Pipaus, Professor universitário, arquiteto e designer), que concebeu a logomarca da galeria e do Siaus, do Mark Tom Sawyer (mestrando pelo Pipaus, Quadrinista, técnico em informática e webdesigner), que elaborou o site das galerias Siarteria e VI Mostra Vestígios, da Wanessa Fagundes (mestranda do Pipaus), com apoio de Andrea Coutinho, professora da UFJF.

*Profa. Dra. Luciana Beatriz Chagas*

Acesse: <https://pipaus.ufsj.edu.br/galeria-siaus-2021/>



## **CHAMADA GRUPO DE TRABALHO 1:**

### **Ações pelo coletivo: Grupos de pesquisa, ensino e extensão em artes, urbanidade e sustentabilidade.**

*Coordenação: Prof. Dr. Flávio Luiz Schiavoni (UFSJ), Profa. Dra. Rita Gusmão (UFMG) e Dr. José Dario Vargas (pós-doutorando USP)*

Muitas vezes entendemos a pesquisa, ensino e extensão como algo individual, que depende do esforço do pesquisador, educador, extensionista para que a mesma aconteça.

Também notamos que a necessidade de separar e rotular uma determinada ação nos campos da pesquisa, ensino e extensão nem sempre permite entender o quão uma ação pode estar simultaneamente apoiada sobre estas três áreas de maneira indissociável de forma que é impossível delimitar a mesma por meio destes rótulos.

Possivelmente, o formato acadêmico da monografia, escrita acadêmica que, como o próprio nome sugere, é feita de forma individual, transforma este esforço coletivo em uma experiência individual com um único autor e acaba por colocar a pesquisa em uma posição de destaque em relação ao ensino e a extensão.

Com isso, nem sempre é possível entender o processo que culminou em um determinado trabalho acadêmico, seja ele teórico ou prático artístico, pois acabamos não tendo a oportunidade de apresentar o mesmo por todos os seus vieses, com toda a sua complexidade, com todas as suas possíveis faces e em todos seus possíveis ângulos de visão.

É possível verificar que estas atividades são, muitas vezes, realizadas dentro de coletivos, laboratórios, grupos ou núcleos, tanto no contexto universitário quanto fora dele.

Estes coletivos se tornam o espaço de troca onde pessoas com diferentes experiências e com diferentes formações podem se completar e juntas criar o que não é possível se fazer individualmente.

No campo das artes, por exemplo, é comum que a prática em artes seja feita por meio de coletivos que podem motivar as oficinas, grupos de estudo e pesquisas que embasam a prática.

No entanto, apesar de existir alguns espaços que permitem a estes grupos a apresentação dos resultados finais de seus trabalhos, poucos são os espaços que permitem apresentar os grupos propriamente ditos, seus métodos, modelos, processos e experiências.

Na tentativa de criar um espaço que permita a exposição de coletivos que atuam com pesquisa e / ou ensino e / ou extensão nas áreas de Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, apresentamos este GT.

Nossa proposta se baseia nas ideias de que

- a) é urgente compartilhar métodos e experiências coletivas em pesquisa, ensino e extensão,
- b) o conhecimento sobre estes grupos pode nos trazer muitas possibilidades de trocas e parcerias, tanto teóricas quanto práticas,
- c) a apresentação formal destes grupos em um GT pode auxiliar os mesmos a pensar na sua estrutura e planos de ação,
- d) somente pela visão dos coletivos conseguiremos entender a efetiva participação dos indivíduos nestes campos.

**Palavras-chave:** arte; urbanidades; sustentabilidade; grupos de pesquisa, ensino e extensão; ações coletivas

\*\*\*

## **CHAMADA GRUPO DE TRABALHO 2: Micropolítica do hoje: mundos possíveis do amanhã.**

*Coordenação: Dra. Zandra Coelho de Miranda (UFSJ) e Dr. Leandro Garcez Targa (UFSJ).*

Michel Foucault recusou encarar o poder como uma entidade reificada. Para ele, as relações de poder e, por via de consequência, as estratégias de luta não se resumem nunca a ser apenas simples relações de forças objetivas; elas engajam os processos de subjetivação nisso que eles têm de mais essencial, de mais irredutivelmente singular e se reencontrará sempre nelas “a rebeldia do querer e a intransitividade da liberdade” (GUATTARI, FÉLIX.2014).

Nos recusamos a aceitar a realidade que nos é imposta pela macropolítica através dos tempos, desaguando na realidade contemporânea.

Nossa rebeldia mantém a crença na possibilidade de novos mundos, a partir do campo das forças micropolíticas, o desejo de transformação parte de pequenas iniciativas solidárias, organizações sociais que conectam pessoas e ações, formam redes e multiplicam o seu significado e impacto.

Nesse grupo de trabalho gostaríamos de compartilhar as iniciativas e formas de compreender a micropolítica da transformação, suas subjetividades, seus métodos e agentes.

Iniciativas locais, de ações coletivas, possuem potencial de impactar a correlação de forças que determina a doxa estabelecida.

Seguindo as ideias de Bourdieu (1996), estas iniciativas se inserem na dinâmica de lutas e disputas entre ortodoxos (os que querem conservar a doxa), por um lado, e heterodoxos (os que querem transformar a doxa), por outro, para assim determinar quem exercerá o poder legítimo de definir a doxa estabelecida.

Este grupo de trabalho procura contribuir com a noção de desnaturalização das relações de poder, que são historicamente determinadas e, ao mesmo tempo, socialmente construídas na contemporaneidade.

As micropolíticas do hoje, nas condições herdadas do ontem, são ações importantes que determinam os mundos sociais do amanhã. Entendê-las, valorizá-las e debatê-las é o principal objetivo deste espaço.

**Palavras-chave:** Campos de poder; desejo; luta; transformação.

#### **Referências:**

BOURDIEU, Pierre. “Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático”. In Razões Práticas. Campinas/SP: Papyrus, 1996.

GUATTARI, FÉLIX. 1985 – Microfísica dos poderes e micropolítica dos desejos. Originalmente publicado em: 1980-1985: Les Années d’Hiver. Paris: Bernard Barrault Ed., 1986 (pp. 207-222. Tradução: Bruno Holmes Chads & PernancW Ribeiro, disponível através do link: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/12/16/1985-microfisica-dos-poderes-e-micropolitica-dos-desejos-felix-guattari/>. Acesso em 17/08/2021.

\*\*\*

### **CHAMADA GRUPO DE TRABALHO 3:**

#### **Mudanças climática: desafios estáticos, poéticos, corporais e decoloniais.**

**Coordenação:** *Dr. Adilson Siqueira (UFSJ) e Dra. Luciana Beatriz Chagas (UFSJ).*

Partindo do princípio de que os impactos sociais da mudança climática são e serão injustamente distribuídos e, reconhecendo que a questão climática cruza com todas as discussões decoloniais do nosso tempo, este GT sustenta que as artes podem liderar o enfrentamento desses impactos a partir de uma abordagem que considere a transdisciplinaridade, a interseccionalidade e os mais distintos entrelaçamentos entre arte, corpo e meio ambiente como elementos basilares para a promoção de mudança artística e sociocultural dos modos de produzir e fluir arte que tenha como foco a mitigação

(e mesmo o fim) das transformações geradas pelo atual modo de viver e produzir ao qual todos estamos submetidos.

Considerando que a questão da emergência climática se constitui em ameaça existencial, este GT se propõe a evidenciar o papel da arte na elaboração de novas práticas e epistemologias para a formação de uma cultura da sustentabilidade, em oposição às “monoculturas” globalizadas.

Acreditamos que, assim como a diversidade genética e a biodiversidade possuem papel fundamental para a resiliência das espécies no campo biológico, a diversidade cultural proporciona uma multiplicidade de respostas para problemas presentes e/ou emergentes no campo social e ecológico. Neste sentido, entendemos a prática artística per se como veículo de informação estética e poética carregada de associações que sintetizam conceitos a partir de subjetividades e intuições infralógicas da comunicação não-verbal, em contraposição à informação semântica hegemonicamente constituída no campo disciplinar.

Com base nestes pressupostos, este GT aceitará em qualquer tipo de linguagem/mídia/plataforma etc, reflexões sobre - e apresentação de - processos e produções artísticas (próprias ou de terceiros), coletivas ou individuais que, independentemente do suporte, coloquem o corpo em evidência para o enfrentamento das ameaças resultantes da mudança climática e colocando em destaque o quanto práticas artísticas decoloniais podem contribuir para este objetivo.

Nesse sentido, serão aceitos relatos de experiência, artigos, ensaios, vídeos, obras visuais e performativas; vivências educacionais, artísticas e/ou comunitárias dedicadas a abordar os elementos aqui elencados e terá, como o objetivo final, debates, discussões e a criação de uma plataforma que reúna e torne públicos os trabalhos apresentados e funcione, simultaneamente, como uma fonte de informação e uma base de lançamento e promoção pós-evento, de ações que fomentem a relação entre artes e mudança climática, desde uma perspectiva decolonial, discutindo e propondo novas praxis, epistemologias e eco-poéticas transdisciplinares.

**Palavras-chave:** mudanças climáticas; arte; performatividade; decolonialidade; corporeidade.

## **CHAMADA GRUPO DE TRABALHO 4:**

### **Práxis sociais e configurações espaciais sensíveis: novas estratégia do sul global.**

*Coordenação: Dra. Márcia S. Hirata (UFSJ) e Ms. Helena Marchisotti de Souza (doutoranda - UFMG).*

A proposta deste GT é olhar a práxis social como espaço de alianças para “remundizar”, nos termos de Marisol de la Cadena, em recente palestra.

O ponto de partida é o entendimento de Krutzem e Stoermer quanto ao Antropoceno (2015), a humanidade como força geológica nas relações entre humanos, o território e outros seres.

Trata-se de uma constatação de que viemos estabelecendo uma relação “aparte”/separada do mundo, que nos coloca fora do mundo, quando também somos dele “parte”. Ter consciência disto nos abre a possibilidade de existência de muitos outros mundos, muitas outras formas de ver e sentir.

Na tentativa de abrir o olhar para estes outros mundos ou outras partes de nós mesmos, faremos um exercício de reunir experiências práticas/práxis aliadas a processos reflexivos que repensam a forma de intervenção no mundo atual.

Propõem-se reunir diferentes práxis sob uma diversidade de mobilizações sociais: agroecologia, economia popular e solidária, comuns urbanos, mulheres, LGBTQIA+, quilombolas, indígenas, e muitos etceteras; em diferentes plataformas de intervenção cultural e artística, pelo cinema, multimídia, jornalismo alternativo, construções ecológicas, grafite, bordados, entre outros.

Este GT, propositalmente amplo, entende que é um debate recente e em construção, que faz parte de pesquisas em andamento e que, assim, quer permitir um momento de encontro diverso de troca de formas alternativas de práxis sociais construtoras de um ser, estar e fazer um outro mundo.

**Palavras-chave:** Práxis social; Antropoceno; Remundizar; Territórios de Vida

#### **Referências Bibliográficas:**

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.

CRUTZEN Paul J. e STOERMER Eugene F. O antropoceno. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, sem número, 06 nov. 2015. Disponível em: <https://piseagrama.org/o-antropoceno/>. Acesso em ago.2020

## **CHAMADA GRUPO DE TRABALHO 5: Terra, água e ar: vida no mundo contemporâneo.**

*Coordenação: Dr. Mateus de Carvalho Martins (UFSJ), Profa. Dra. Renata de Souza Reis (UFSJ) e Dr. Sérgio Gualberto Martins (UFSJ)*

O Grupo de Trabalho tem como objetivo levantar discussões sobre recursos naturais, seus usos sustentáveis, os impactos ambientais, as gestões desses recursos, bem como a pluralidade e interdisciplinaridade de conhecimentos científicos, saberes populares, cultura e arte que se entrelaçam e se envolvem com o tema.

O GT tem como ponto importante as diversas possíveis maneiras e métodos que podem estar presentes no fazer das atividades não agressivas ao Meio Ambiente, como, por exemplo, a Agroecologia e seus meios, Artes Sustentáveis, Bioconstrução, Educação, entre outras, focando a unicidade entre ciências sociais e naturais, buscando um mundo holístico mais harmônico entre os processos sociais, econômicos e ambientais.

Além disso, pretende-se debater como o termo sustentabilidade tem sido utilizado por grandes empreendimentos de forma a conquistar a parcela de consumidores preocupados com a causa ambiental e como este preceito sustentabilidade foi banalizado. Levantar estas questões é de fundamental importância, principalmente em um momento em que as questões ambientais têm sido deixadas no limbo.

**Palavras-Chave:** Meio Ambiente; Sustentabilidade; Bioconstrução; Agroecologia; Artes Sustentáveis; Educação.

\*\*\*

## **CHAMADA GRUPO DE TRABALHO 6: Território Praticado: inclusão e crítica cultural em corpo, espaço e tempo.**

*Coordenação: Dra. Adriana Nascimento (UFSJ/PIPAUS), Prof. Dr. Adriano Canas (UFU) e Dra. Isabel Cristina Carvalho (CIAC-UAb, Lisboa)*

Entendemos que a urbanidade em suas dimensões materiais e imateriais, ao extrapolar a noção cidade reforçada pelo Estatuto da Cidade (2008), num sentido que favorece a metrópole e a grande escala, vai também em direção aos espaços menos densos e rurais.

As problematizações críticas aparecem também na abordagem regional e na escala municipal que atinge média e pequenas centralidades urbanas em suas relações com distritos, vilas e áreas rurais, territórios étnico-raciais suas culturas e corpos em outras configurações territoriais, em práticas, ruralidades e urbanidades (SANTOS, 2002; RIBEIRO, 2004; RIBEIRO, 2005).

No Brasil, desde a virada dos anos 2000 os dados apresentados pelo IBGE já indicavam o vetor de migrações das grandes escalas na direção das pequenas e médias centralidades.

Esses dados permanecem atuais. Isso reforça o que vemos neste momento em desafios e movimentos migratórios resultados da pandemia de Covid-19 (Carlos, 2020).

Essa mudança do eixo, que se direcionava à grande escala desde 1970 e sua inversão, traz à tona questões previamente enunciadas e que questionam o que seja e aquilo que favorece melhores índices de qualidade de vida (IDH, 2013) apenas relacionados à cidade e ao urbano.

Em Portugal a recente pandemia aumentou a procura de habitações que disponibilizem espaços exteriores, que além de permitirem o prolongamento do interior possibilitem também a oportunidade de criar hortas para consumo próprio/local.

Proporcionou também uma consciencialização da importância do contato com a natureza, que de uma maneira geral é facilitada mais intensamente no espaço rural, em territórios de baixa densidade, detentores de uma enorme riqueza de patrimônio (material e imaterial).

Neste contexto, a ocupação dispersa de uma parte do território português pode ser transformada numa oportunidade para promover novos modos de habitar e viver o urbano, quer seja a relação entre o campo e a cidade, quer seja o lugar do rural dentro do urbano.

Tendo como ponto central desta reflexão a rurbanidade (Nascimento e Velho, 2020), pretende-se compreender a importância da cultura encarada como uma ferramenta de urbanidade, quer na dimensão formativa, quer na dimensão de fusão de conhecimentos, de diversidade, de interculturalidade.

Uma cultura pode advir de processos inerentes quer a equipamentos culturais (Canas e Fonseca, 2019), quer da própria comunidade que pode tornar efetivo um território onde isso aconteça, ou ainda do diálogo entre os dois.

Remetendo para uma produção do lugar, pretende-se abordar ações, métodos e metodologias de práticas artísticas (Verhoeff, 2019) institucionais, individuais e comunitárias que desenvolvem e/ou

impulsionam processos de cidadania ativa e plural (Carvalho et al., 2020), convergindo educação/formação teórica e prática criativa e interventiva no terreno, fundamentais para a co-criação de comunidades resilientes, para cidades socialmente integradas, justas e equitativas (Lefebvre, 2001), culturalmente abrangentes e espacialmente conectadas.

Estudos sobre os diálogos entre cidade e campo, identidade cultural e cidadania, novas tecnologias e inclusão cultural, equipamentos, monumentos e espaços culturais e de educação, ações artísticas, participação e direitos, entre outros, são do interesse deste debate. Ao buscar levantar repertórios diversos, outros entendimentos importantes apresentados por esta chamada, apontamos para as seguintes questões:

- a. diferentes escalas e abordagens inclusivas e críticas corporais (interseccionais), espaço-temporais;
- b. experiências de inclusão desenvolvidas em programas, políticas e projetos educativos e culturais;
- c. Práticas artístico-culturais em contextos de transformações sócio-espaciais.

Palavras-chave: urbano; rural; inclusão cultural; ações artísticas; interseccionalidade.

#### **Referências:**

Estatuto da Cidade. – 3. ed. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

IDH\_Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. In Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

CANAS, A. T.; FONSECA, M. T. O museu na margem do Tâmega: um diálogo entre Álvaro Siza Vieira e Nadir Afonso. ARQUITEXTOS (SÃO PAULO), v. 234, p. n. 234.01, 2019.

CARVALHO, I.C.; VIANA, D.L. & SOUSA, M.R. Modos digitais e formas de participar híbridas na cidadania de ação. In Silva, M.C.; Rodrigues, F.M.; Lopes, J.T.; Fontes;

Mora, T. (Orgs.) (2020). Por uma habitação básica: cidadania, democracia associativa e metodologias participativas. Porto. Edições Afrontamento, Lda, pp 259-272. 2020.

CARLOS, A.F.A. (Coord.) COVID-19 e a crise urbana [recurso eletrônico]. São Paulo : FFLCH/USP, 2020.

LEFEBVRE, Henry. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro. 2001.

NASCIMENTO, Adriana; VELHO, Ana. Leituras (r)urbanas de Prados. Salvador: SINARUB, 2020.

RIBEIRO, A.C. T. Oriente Negado: cultura, mercado e lugar. IN Territórios Urbanos e Políticas Culturais. Salvador: EDUFBA, 2004.

RIBEIRO, A.C.T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. SP: USP, 2005.

ONU\_Organização das Nações Unidas. Estado de las ciudades de America Latina y el Caribe: rumbo a una nueva transición urbana. ONU-Habitat (2012).

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2002.

VERHOEFF, N.; MERX, S. and DE LANGE, M. Urban Interfaces: Media, Art and Performance in Public Spaces. Leonardo Electronic Almanac 22, no. 4. 2019.

\*\*\*

## **CHAMADA GRUPO DE TRABALHO 7: Desafios e possibilidade de uma educação universal e significativa.**

**Coordenação:** *Dr. Eduardo Pereira Bento (UFSJ), Dr.<sup>a</sup> Fernanda Nascimento Corghi (UFSJ) e Dr.<sup>a</sup> Sílvia Elena Ventorini (UFSJ)*

O objetivo do grupo é promover discussões teóricas e práticas sobre as investigações e tecnologias realizadas na educação, cuja base se atenha numa produção com design para todos e/ou que promovam uma maior possibilidade de interação e acesso considerando os seus múltiplos usuários e formas de aprendizagem. Inclusive por meio de manifestações plurais, culturais e espaciais, entre outras.

A educação em ambientes não convencionais de aprendizagem tem sido tradicionalmente deixada para conteúdos extracurriculares ou na segregação da educação especial, como “clubes” de aprendizagem, porém as trocas de saberes vão além do contato aluno professor e são a base de novas abordagens educacionais como a Aprendizagem Criativa (RESNICK; 2013).

O espaço também pode ser compreendido enquanto ambiente que educa por seu potencial de ampliar e / ou limitar a interação entre as pessoas, espaços, serviços, e dinâmicas da vida, em suas inúmeras escalas espaciais. Seja este, por exemplo, o espaço de uma cidade centenária inclusiva, de uma paisagem natural possível de ser vivenciada por todos, áreas verdes, como parques e áreas públicas, receptivos à manifestações plurais, culturais e à diversidade, de um espaço de incentivo à aprendizagem criativa onde a tecnologia assistiva tenha liberdade para criar inúmeros mundos possíveis e interações ilimitadas, espaços como o de uma escola possível a todos que a busquem, entre outros.

Sob esta ótica, a Escola é um espaço de relações sociais e culturais cujas influências de seus autores ultrapassam seus muros e envolvem as famílias dos educandos e outros grupos sociais. O ambiente

escolar torna-se fundamental para o desenvolvimento e aprendizagem do ser humano, tanto para o conhecimento científico como para o convívio social. O espaço, seja virtual ou físico, a preparação e o olhar dos professores e facilitadores, os materiais usados, a forma de documentação e avaliação e, fundamentalmente, a clareza de propósito e objetivos de aprendizagem são fundamentais para a mudança e quebras dos paradigmas atuais seja na educação inclusiva, seja no contexto e novos desafios trazidos pela pandemia no formato do ensino remoto e do ensino híbrido almejado por governos e que preocupa educadores. E possibilidades de como a tecnologia assistiva, o design universal e a aprendizagem criativa se conectam e tornam mais possível um mundo para todos. Em sítios físicos e virtuais.

\*\*\*

## **CHAMADA GRUPO DE TRABALHO 8: Sustentabilidade: um conceito em crise**

*Coordenação: Dra. Deborah Walter de Moura Castro (Unifal), Dra. Marcela Alves de Almeida (UFES) e Dr. Paulo Henrique Caetano (UFSJ)*

Ao discutir de forma mais abrangente sobre o fenômeno da pandemia e seu impacto para o comportamento humano, Ailton Krenak (2020, p. 14), sem mencionar o conceito de sustentabilidade, observa que “as mudanças já estão em gestação”, e que “não podemos voltar àquele ritmo, ligar todos os carros, todas as máquinas ao mesmo tempo.”

Nessa mesma linha, Boaventura de Sousa Santos (2020, p. 32) prevê que, “se a vida humana continuar a pôr em causa e a destruir todas as outras vidas de que é feito o planeta Terra, é de esperar que essas outras vidas se defendam da agressão causada pela vida humana e o façam por formas cada vez mais letais”, indicando a perpetuação de um trágico ciclo, na qual “o futuro desta quarentena será um curto intervalo antes das quarentenas futuras”.

O que parece estar colocado como saída para esse cenário seria, de certa maneira, o conceito mais profundo e óbvio de sustentabilidade, jamais atingido e até o momento desgastado e usurpado por diferentes abordagens, quase sempre determinado pelos processos de comodificação da natureza.

A questão da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, qualquer que seja a acepção para a qual se desloca, tem sido amplamente abordada nas sociedades contemporâneas e explorada em

diferentes áreas do conhecimento, desde sua institucionalização no final dos anos 60, havendo uma extensa literatura que trata do termo e de seus problemas.

No entanto, discursos tendem a emergir em diversos domínios da vida pública, seja pelo aspecto da defesa da sobrevivência, pelo prisma do meio ambiente, pela tomada de consciência de grupos sociais, pela imposição econômica e financeira do gerenciamento de recursos, ou pela necessidade de preservação de instituições democráticas.

E no contexto da pandemia, novas 'frentes' semânticas vão se abrindo, na medida em que a sustentabilidade passa a ser evocada como solução para um futuro imprevisível. Ou seja, ao mesmo tempo que vem sofrendo um 'desgaste', o conceito de sustentabilidade parece também emergir como um caminho quase compulsório, na medida em que penetra as bases das tomadas de decisão, ainda que de maneira apenas protocolar.

Nesse sentido, o que este Grupo de Trabalho está buscando é um painel crítico quanto à validade desse conceito, nessa nossa virada temporal, a qual, drasticamente, em algum ponto, tornou todos os povos do planeta igualmente frágeis.

Então, se você tem alguma proposta ou trabalho que represente, aprofunde, discuta e/ou tensione o conceito de sustentabilidade e seus derivados, teremos um espaço privilegiado neste GT. Seja uma produção cultural, intelectual, artística, educativa, vivencial, performativa, individual ou coletiva, em qualquer área do conhecimento ou da prática profissional, sua contribuição será preciosa neste SIAUS.

Traga sua proposta!

**Palavras-chave:** revisão conceitual; sustentabilidade; desenvolvimento sustentável; pandemia e pós-pandemia.

**Referências bibliográficas:**

KRENAK, Ailton. O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

## **A interdisciplinaridade para ressignificar as tradições artísticas e culturais através das tecnologias web atuais – Laboratório de pesquisa e experimentação da construção de uma página web para catalogar as tradições da cidade de Juiz de Fora-MG**

*CARVALHO, Aline.*

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Tradições culturais; Página web.

### **INTRODUÇÃO**

O presente projeto é uma proposta de ação extensionista que tem como objetivo implementar uma página *web* enquanto uma galeria virtual de manifestações artística e cultural das tradições da cidade de Juiz de Fora-MG, através de um laboratório de pesquisa e experimentação com alunos de uma escola da rede pública da cidade (a escolher), com alunos do Ensino Médio onde iremos trabalhar interdisciplinarmente arte, ciência e tecnologia, afim de fomentar a cultura local e ensinar a construção de uma página *web* usando a arte como elemento principal, tendo em vista na importância do uso das tecnologias atualmente. Mediante ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 vimos a importância da tecnologia computacional nas plataformas de ensino.

A interdisciplinaridade passou a ser vista na educação como uma forma de pensamento e aplicabilidade para uma educação construtivista. No eixo da educação vemos que ainda temos um ensino vertical, essa tão criticada por Freire (1999) e que busca por um rompimento dessa concepção. Através dessas concepções pretende-se criar um projeto interdisciplinar onde utilizaremos arte, ciência e tecnologias juntas, mostrando o quão importante é trabalhar dessa forma para fomentar a cultura dentro da cidade, através das artes digitais com caráter cultural. Atualmente percebemos a importância das tecnologias presentes dentro das escolas enquanto uma dimensão estratégica que ajuda na ideia de interdisciplinaridade da proposta com uma natureza relacional, processo midiático, transdisciplinar e interdiscursivo. Tendo em vista essas questões, proponha-se criar laboratório de pesquisa e experimentação. O ciberespaço é uma ampla ferramenta cheia de possibilidades e de alcance que excede os meios físicos, é um mercado que está em alta e faltam pessoas capacitadas.

No atual contexto que estamos presenciando muitos museus fizeram galerias virtuais, a ideia é trabalhar a arte digital em um ambiente virtual, ensinando como se faz e ampliando suas visões sobre arte visual. Para o projeto ser exequível é imprescindível a união de uma arte-educadora e uma professora de programação, para criar um laboratório que além da pesquisa das tradições culturais, iriam entender o processo de programação básico e design de página, aprimorando esteticamente com os estudos sobre Arte. A ideia é ampliar o conhecimento e fazer com que os adolescentes além de conseguir criar uma página *web* aprendendo com arte, ainda utilize a mesma para divulgar as manifestações artísticas da cidade que estão sofrendo com um apagamento cultural local. É importante fomentar a cultura dentro da cidade e estimular formas de aprendizagem e de divulgação de trabalhos, onde os atendidos irão entender que arte, ciência e tecnologias andam juntas e ainda aprender mais sobre a cidade e suas manifestações artísticas presentes.

É importante essa promoção do desenvolvimento cultural regional, para que os adolescentes reconheçam sua cultura e divulgar enquanto um retorno para a comunidade, gerando um fortalecimento das diversas manifestações artísticas e culturais da cidade que por muitas vezes não são vistas enquanto arte.

## **METODOLOGIA**

As escolhas metodológicas para o presente projeto indicam um pesquisa com abordagem qualitativa para contextualizar os conceitos de identidade cultural e cultura popular, fazendo um levantamento histórico. Trabalhando com a comunidade escolar afim de ampliar o conhecimento de arte e tecnologias, tendo aulas introdutórias sobre conceitos básicos de internet e Web, projeto de aplicações web, criação de páginas HTML, utilização de linguagens de scripts através da linguagem artística, folhas de estilo e Design.

## **JUSTIFICATIVA**

Quando descentralizamos a cultura permitimos que a população tenha acesso a locais que incentivem e promovem a valorização da interdisciplinaridade através da arte, ciência e tecnologia geramos uma sustentabilidade cultural, social e econômica, tendo em vista que o público alvo são alunos de um projeto social. Segundo Leff (2001) existem valores que fundamentam a sociedade “Toda formação social e todo tipo de desenvolvimento estão fundados num sistema de valores, em princípios que aumentam as formas de apropriação social e transformação da natureza.”

## REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes/PNUMA, 2001.

## **Discutindo Meio Ambiente nas Redes Sociais: Experiência do Programa Espaço Casa Verde**

*LOPES, Iara Freitas; VILAS BOAS, Giancarlo Silva; DINALLI, Giovana Dias; SILVEIRA, Isabely Larissa; FREITAS, João Evangelista Jaques; SOARES, Maria Clara Silva Soares; OLIVEIRA, Wesley Jônata da Silva*

Palavras-chave: Divulgação científica; Biodiversidade, Isolamento social; Diálogos interdisciplinares.

O Programa Casa Verde é um programa de extensão vinculado à Universidade Federal de São João del-Rei, voltado para a divulgação e popularização da Ciência e da Biodiversidade do Campo das Vertentes em atuação há sete anos. Suas principais temáticas são Meio Ambiente, Biotecnologia e Saúde, sendo um espaço transdisciplinar de divulgação, que busca divulgar conhecimento científico de forma palpável para a comunidade não acadêmica, buscando romper os muros da universidade. Com a pandemia da Covid-19 e o novo contexto de isolamento social, foi necessário adaptar algumas atividades para a continuidade do programa além de, dar mais ênfase à produção de conteúdo virtual. Com o objetivo de estender as ações e garantir maior abrangência de temas e pessoas alcançadas, novas metas foram propostas para 2021. Nesses últimos meses, o foco foi desenvolver ações que alavancassem o Programa e trouxessem, de forma didática, conteúdos relacionados. Assim, foi criada uma nova e moderna identidade visual para o programa e suas redes sociais além do desenvolvimento do layout do site do Programa. As principais redes utilizadas para as postagens são o Instagram e Facebook, o que permite a divulgação de conteúdos com imagens didáticas e chamativas. Para selecionar os temas importantes para as postagens, são feitas reuniões para discutir a relevância dos temas e organização da elaboração das postagens entre os membros. Temas polêmicos relacionados ao foco do programa que fossem recorrentes nas outras mídias foram priorizados, tais como relação entre desmatamento e epidemias, incêndios, escassez de água, entre outros. Com isso, buscou-se despertar o interesse dos seguidores sobre as postagens e aumentar o engajamento nas páginas das redes sociais. A principal ferramenta para a elaboração das artes das postagens foi a plataforma online Canva, cuja versão gratuita oferece uma ampla variedade de funções e são fáceis de serem usadas. Desde que as novas mudanças foram implementadas, o engajamento e a interação das páginas aumentaram consideravelmente. Foram feitas um total de 20 novas postagens, abrangendo questões sobre Meio Ambiente, como conservação, seca, poluição, doenças, entre outros. No Instagram, por exemplo, foi observado um aumento de 99,4% de contas

alcançadas desde as novas mudanças, com um crescimento de 27% dos seguidores (244 seguidores). Já no Facebook, boa parte das postagens chegaram a um alcance de 150% em comparação a novembro de 2020. Esses dados foram obtidos utilizando as métricas das próprias redes sociais e são importantes para acompanhar o engajamento das páginas. O uso de redes sociais, como Instagram, Facebook e Twitter, além do Youtube, para a divulgação científica vem crescendo nos últimos anos. Com a paralisação das atividades acadêmicas na pandemia, muitos pesquisadores voltaram seus olhos para esse horizonte, levando a um aumento nas iniciativas de divulgação científica utilizando redes sociais. Isso reforça o compromisso dos pesquisadores frente à sociedade e busca contribuir para o acesso à conteúdos altamente técnicos e de difícil compreensão produzido nas universidades. Ações como essas demonstram a importância dos programas de extensão universitária, que buscam integrar a sociedade à universidade, permitindo que o público geral compreenda o que é produzido nas universidades e possa, conseqüentemente, fazer escolhas pessoais e coletivas de maneira mais esclarecida, construindo seu próprio conhecimento e pensamento crítico. Essa experiência é importante também para a formação dos estudantes que têm a oportunidade de atuar junto à sociedade, sendo confrontados com diversas questões e tendo que buscar soluções que, provavelmente, não encontrariam estando restritos à uma sala de aula ou ao laboratório.

Site: <http://casaverde.ufsj.edu.br>

Instagram: [https://www.instagram.com/casaverde\\_ufsj/?hl=pt-br](https://www.instagram.com/casaverde_ufsj/?hl=pt-br)

Facebook: <https://www.facebook.com/search/top?q=casa%20verde%20ufsj>

Youtube: [https://www.youtube.com/channel/UC9WbCNDxNen4\\_HW34YVUQqw](https://www.youtube.com/channel/UC9WbCNDxNen4_HW34YVUQqw)

## **Espaço Casa Verde: Campus Verde - a experiência do programa de extensão com o plantio de espécies nativas na UFSJ**

*RIBEIRO, Samuel Lima, COSTA, Raquel Alves, LOPES, Iara Freitas, MUCHINELLI, Livia Ribeiro Abreu, MARTINS, Sergio Gualberto, CASTRO, Gislene Carvalho*

Palavras-chave: Reflorestamento; Restauração ecológica; Arborização; Ecologia; Educação ambiental, mudas; Conservação; Campus.

O Programa de Extensão Espaço Casa Verde atua, desde 2014, como uma incubadora de ações de extensão voltadas à divulgação e à popularização da Ciência e da Biodiversidade do Campo das Vertentes. Uma das frentes de atuação do programa envolve o plantio e a manutenção de mudas de espécies arbóreas nos campi Dom Bosco (CDB) e Tancredo Neves (CTAN) da UFSJ. O objetivo dessas iniciativas é o de realizar transformação e recuperação ambiental do espaço físico, bem como propiciar ações de Educação Ambiental. No CDB, foram feitos plantios entre os anos de 2014 e 2016, ao lado de um salão comunitário no bairro São Dimas, com participação de alunos e professores da UFSJ de vários cursos, destacadamente arquitetura e biologia, e muitos moradores das proximidades incluindo as crianças. As mudas foram cuidadosamente selecionadas com o objetivo de restauração ecológica e florestal, incluindo espécies nativas de características ecológicas variadas e frutíferas. Infelizmente, com a falta de infraestrutura e investimento em ações conjuntas de Educação Ambiental, o plantio dessas mudas foi comprometido por queimadas criminosas provocadas todos os anos. Após a perda do último plantio com o fogo, a coordenadoria e participantes do Casa Verde optaram por paralisar as atividades no local dada a impossibilidade de coibir a ocorrência de queimadas, por demandar ações permanentes, efetivas e conjuntas de Educação Ambiental. No CTAN, os plantios se iniciaram com o Projeto Viva Campus em 2014, em parceria com o Programa Casa Verde, com o objetivo de reforçar a então precária arborização do campus. A ação contou com a participação de vários alunos e professores com plantios, inicialmente, mais concentrados nas imediações dos edifícios de zootecnia, economia e computação. A seleção de árvores deu preferência por espécies nativas, de crescimento mais acelerado e já consagradas em planos de arborização urbana, por facilidade de manejo e beleza ornamental. Atualmente, os resultados destes plantios são concretos, com a paisagem do campus transformada pelas árvores nos locais implantados. A partir de 2017, os plantios no CTAN começaram a seguir o projeto paisagístico contemplado no Estúdio Viva Campus, que criou diretrizes para a arborização em diferentes setores

do espaço, contemplando aspectos tanto paisagísticos quanto funcionais. No ano de 2017 se intensificou o plantio das árvores nativas ao redor da área do lago, com a finalidade de restauração ecológica de seu entorno. Essa iniciativa contou com a colaboração da Pró-Reitoria de administração e da EPAMIG além da parceria com a Floresta Nacional de Ritápolis (FLONA), que forneceu mudas de mais de 40 espécies nativas da Mata Atlântica local, produzidas em seu viveiro florestal. No ano de 2018, o estúdio Viva Campus foi transformado em Revista, após discussão ampla com toda a comunidade acadêmica e administrativa, com novas propostas abrangendo não só as áreas edificadas, mas todo o território do CTAN. Uma das propostas, elaborada diretamente em parceria com participantes do Casa Verde, foi o “corredor ecológico”, que consistiu na delimitação de áreas verdes silvestres do campus de maneira contínua, sem interrupções de áreas antrópicas, para atender as necessidades da fauna e da flora encontrada no campus e suas imediações. A proposta do corredor ecológico é factível devida à proximidade do campus com unidades de conservação tais como, o Parque Ecológico da Serra do Lenheiro (localizado à apenas 2km de distância) e a FLONA (à 6km). A importância da implementação da proposta visa a manutenção da riqueza biológica presente no território, com mais de 50 espécies de árvores nativas e de animais silvestres como anfíbios, serpentes, aves aquáticas e rapinantes, e vários mamíferos como macacos e veados. Portanto, observa-se que os plantios têm diferentes objetivos, tais como o de Educação Ambiental, restauração ecossistêmica, paisagismo e funcionalidade. Para cada um desses objetivos são selecionadas espécies regionalmente nativas para restauração, espécies nacionais de uso paisagístico difundido ou potencial, e espécies frutíferas de todos os tipos, preferencialmente nativas. Alguns resultados já foram alcançados, como o adensamento gradual da vegetação, maior presença de animais silvestres, e a reprodução de algumas das árvores plantadas, que fornecem frutos para a fauna ou para pessoas que venham a frequentar a área, ou que enriquecem a paisagem com belas florações.

Links: <https://photos.app.goo.gl/rM6GzmbRn7jJA6CS6>  
[https://issuu.com/projetovivacampus/docs/revista\\_viva\\_campus](https://issuu.com/projetovivacampus/docs/revista_viva_campus)

## **Grupo de Pesquisa REALIDADES (ECA/USP)**

*Grupo Realidades (ECA/USP); BERGANTINI, Loren Paneto; MANONE, Felipe Bortoluzo*

Palavras-chave: Arte; Ciência; Tecnologia; Pesquisa; Interação.

O Grupo de Pesquisa REALIDADES - Das Realidades Tangíveis às Realidades Ontológicas e Seus Correlatos é um grupo de pesquisa da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), vinculado ao CNPQ. Fundado em 2010 e liderado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Laurentiz, o grupo explora a complexidade das formas pelas quais conhecemos, percebemos e interpretamos o mundo a partir de diferentes modelos de representação. Propõe-se uma atuação transdisciplinar que investiga as relações entre conceitos científicos e filosóficos, os diferentes formatos de representação e as diferentes dimensões sógnicas. Para tanto, atividades teóricas e práticas são correlacionadas tanto através da discussão e elaboração de textos acadêmicos quanto pela realização de trabalhos poéticos.

Desde os ambientes de realidade virtual aos de realidades mistas e aumentadas, das mobilidades híbridas à computação ubíqua, das representações às simulações e emulações, nota-se uma série de manifestações que desafiam e redirecionam o termo realidade. Manifestações das mais diversas como instalações, artes interativas, games, sites, etc. Em uma época caracterizada pela crescente complexidade, o grupo investiga como podemos lidar coerentemente com sistemas que nos dão acesso ao “semioticamente real”, que por ora chamaremos de “realidade”.

As linhas de pesquisa do Grupo Realidades apresentam metas, objetivos e resultados específicos, o que se soma aos resultados gerais do grupo. São elas:

Processos audiovisuais: linha focada nas manifestações estéticas contemporâneas produzidas para ambientes digitais e audiovisuais que vêm se desenvolvendo em torno das questões do tempo real, da irradiação em rede de conteúdo audiovisual, do surgimento de entidades sencientes e das transformações das interfaces tecnológicas em obras de arte nascidas digitais.

Pensamentos codificados: trata dos pensamentos condicionados a códigos, normas, algoritmos, padrões, também às imagens técnicas, dispositivos e interfaces, uma vez que estes são resultados de

conceitos, textos e teorias científicas, e, portanto, são formas atualizadas de Conhecimento, com capacidade de mudar hábitos e comportamentos.

Crítica poético-política: tem por objetivo tanto a análise quanto a prática de formas de produção das artes que revelem as ideologias presentes nas linguagens, nas representações e nas operações poéticas, particularmente as que abrangem usos desviados da tecnologia.

Além das obras e textos apresentados em diversos eventos, tanto acadêmicos quanto artísticos, o grupo faz parte de uma rede interinstitucional com os Grupos de pesquisa GIIP – “Grupo Internacional e Interinstitucional de Pesquisa em Convergências entre Arte, Ciência e Tecnologia” – IA-UNESP/CNPq – coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosangella Leote; Grupo CAT – “Ciência/ARTE/Tecnologia” – IA-UNESP/CNPq – coordenado pelos Profs. Dr. Milton Sogabe e Dr. Fernando Fogliano. Os grupos organizam em parceria o “Encontro Internacional de Grupos de Pesquisa: Convergências entre Arte, Ciência e Tecnologia & Realidades Mistas”. Trata-se de um evento interinstitucional com 10 anos de história, e cujos debates, embora pautados pelas relações entre Arte Ciência e Tecnologia, sempre propõem temáticas diversas em correlação com artistas e cientistas nacionais e internacionais.

Ademais, essa parceria possibilita o desenvolvimento de exposições online de estudantes de graduação que, em mostras coletivas, exibem trabalhos de disciplinas em artes e multimídia da ECA/USP e do IA/UNESP, viabilizando, desta forma, a criação e divulgação de espaços e formas virtuais de exposição artística no contexto de pandemia.

Link: <http://www2.eca.usp.br/realidades/pt>

## **Grupos de estudos – Lendo Marx, os Situacionistas e Lefebvre no Labur (Laboratório de Geografia Urbana – USP)**

*Daniela Dias Marinho*

Palavras-chave: Grupo de estudos; Grupo de pesquisas; Karl Marx; Situacionistas; Henri Lefebvre.

### **Contextualização**

No curso de geografia na Universidade de São Paulo (USP), penso haver dois métodos de estudo e pesquisa que se sobressaem e são importantes para a nossa formação. São, a seguir, os trabalhos de campo, que desde cedo, na geografia clássica — considerados algo próprio dessa ciência — ampliam as possibilidades de compreensão sobre os objetos que se propõe a estudar e pesquisar, e os grupos de estudos, que propiciam o trabalho lento e coletivo, aos quais irei me deter nesta apresentação, considerando as especificidades de dois grupos que se dão há anos no Labur (Laboratório de Geografia Urbana – USP), o grupo de estudos onde se lê as obras dos Situacionistas e o grupo de estudos onde se lê a obra de Karl Marx (*Alienação Espacial*).

### **Metodologia**

As metodologias aplicadas para estudar esses grupos de estudos são: o materialismo histórico dialético, que os localiza num movimento histórico que produz uma realidade que não se imobiliza e apresenta contradições; a implicação (institucionalistas) e a ritmanálise (Lefebvre), que nos coloca, pesquisadores, como parte do objeto a ser estudado, negando uma pretensa neutralidade das ciências e rompendo com a separação instituída entre pesquisador e objeto. A ritmanálise, uma análise espaço-temporal envolve o pesquisador que toma a princípio o seu próprio ritmo, e através de seu corpo e sua sensibilidade, enxerga a relação com os outros ritmos que não são os seus, indo do abstrato ao concreto.

### **Justificativa e discussão**

Enquanto possibilidade dentro da instituição, os grupos de estudos podem ter uma temporalidade mais lenta e mais diversa, indo contra a tendência à fragmentação e especialização extrema das ciências, permitindo ler as obras como um todo, sem autonomizar partes e permitindo que cada indivíduo mantenha sua particularidade nos estudos e pesquisas, com seus tempos atravessados

pelas próprias questões cotidianas e da vida. Por ser permitida a entrada de estudantes e pesquisadores não ligados diretamente à instituição, os grupos de estudos são abertos a pensamentos diversos, independentes. Os grupos apresentam uma horizontalidade que por si só questionam as estruturas de poder impostas pela instituição e pela representação de autoridade do saber, trazendo variadas vivências, que enriquecem o estudo coletivo, por não fechar o pensamento num único pensador. Há diálogo entre os cursos de geografia e os grupos de estudos, o que amplia o debate em ambos.

### **Possíveis resultado**

Nossa sociedade, com características próprias, precisa ser analisada sob determinadas categorias e conceitos produzidos nesse processo econômico-social chamado capitalismo. A geografia, enquanto ciência, parte dessa realidade para compreendê-la, mas também é influenciada por esse processo econômico-social enquanto se afirma como ciência. Compreender os grupos de estudos e pesquisa é um caminho para a proposição de uma ciência mais crítica, que precisa encontrar as vias para um pensamento para além do mundo das equivalências, da tendência ao produtivismo, que não se reproduza na lógica do fetiche da mercadoria. Os grupos de estudos, desde que sejam abertos, horizontalizados e respeitem os diversos tempos que surgem das vivências das pessoas, podem contribuir muito para o pensamento crítico, e para a construção de um saber que parte do vivido e retorna a ele.

## **Identidade e Resgate: A Gabiroba como Memória Afetiva em Ritápolis**

*SANTOS, Thais Maria*

Palavras-chave: Ritápolis; Gabiroba; Proteção; Natureza; Trajetória; Cultura; Identidade; Resgate.

Este projeto de pesquisa caminha pelos âmbitos do pequeno município de Ritápolis, situado no interior de Minas Gerais que possui estimada população 4.562 habitantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e 404,805 km<sup>2</sup>. E a relação da cidade com a espécie fruta da família Myrtaceae e nome científico *Campomanesia Xanthocarpa*, conhecida popularmente como Gabiroba.

A fruta Gabiroba não se tornou apenas abundante nas mediações de Ritápolis, que por possuir o bioma Mata Atlântica é propício para o desenvolvimento da espécie, como também se tornou popular entre os habitantes da cidade. Além do gentílico ritapolitano os habitantes recebem o nome de “Gabiroba” como segunda identidade cultural.

A espécie está presente na memória afetiva e na trajetória dos “ritapolitanos gabirobas”, os valores culturais são compartilhados entre gerações, desde nomes de associações e comércios denominados de Gabiroba, como também na produção da culinária artesanal (geléias, doces, licores e outros). O que contribuiu para a popular apropriação da identidade “Gabiroba”.

Este projeto não investiga somente a memória afetiva da Gabiroba como também o resgate cultural e a preservação da espécie, que não se encontra consideravelmente abundante nos dias de hoje devido ao descuido, queimadas imprudentes, loteamento para construções, construções de estradas e diversos outros fatores.

Autores como Henri Lefebvre, Vera da Silva Telles, Ailton Krenak, Paulo Freire, Giorgio Agamben, Boaventura de Sousa Santos e Vilém Flusser, estão como principais referências até ao dado momento da pesquisa para compreensão e investigação. Como breves exemplos de referências, – Lefebvre, – A Revolução Urbana – “que compreende a realidade social que nasce da industrialização e que a sucede”. Assim como nas referências de Telles, Vera da Silva; Cabanes, Robert (Org.) Nas

Tramas da Cidade – trajetórias urbanas e seus territórios, instiga na investigação e estudo das trajetórias e histórias que correlacionam o meio urbano.

A Gabiroba também é de extrema importância para a fauna, servindo de alimentos para os animais silvestres que habitam a região, além de ser considerada uma espécie pouco conhecida, a preservação desta espécie nos biomas da Mata Atlântica e do cerrado é de extrema importância na sustentabilidade ambiental principalmente diante do atual cenário que se encontra o Brasil cujas florestas e matas estão sofrendo com o desmatamento e queimadas. E proteger estas espécies se torna um assunto pertinente.

Portanto, no sentido desta pesquisa cria-se uma ponte entre a proteção da espécie da Gabiroba, da Mata atlântica, da trajetória cultural de Ritópolis e do resgate da memória afetiva.

## O futuro da assessoria técnica e a prática presencial da extensão

*FONSECA, Bianca Monteiro Tavares Fonseca; BEBIANO, Rafael Luís Bebiano; MUCHINELLI, Livia Ribeiro Abreu.*

Palavras-chave: Assessoria técnica; Trabalho remoto; Atuação presencial.

O GEPHIS - Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo é um projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), cuja atuação se dá na cidade de São João Del-Rei, mais especificamente no bairro Senhor dos Montes. O processo de concepção do escritório é baseado na Lei Federal nº 11.888/2008, a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (LATHIS), que assegura às famílias de baixa renda o acesso a assistência técnica gratuita, para o projeto e execução de habitações de interesse social (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, o GEPHIS tem como objetivo principal, fornecer este serviço à população de baixa renda. Para além dos projetos - habitacionais e urbanos - o grupo realiza oficinas de capacitação para população local e organiza, para algumas demandas, mutirões de construção. Somado à essa atuação, existem as atividades de pesquisa, que realizam levantamentos - por meio da aplicação de questionários e construção de mapas informativos, que auxiliam na melhor compreensão da realidade local.

A implementação do escritório aconteceu em 2019, a partir de uma parceria com o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do bairro, que contribuiu para o contato com os moradores. A dinâmica inicial consistia em atender a população no equipamento, em dias e horários pré-determinados e assim coletar as demandas que abasteceriam o escritório. Após esse primeiro contato, eram realizados os levantamentos físicos, e a partir disso, elaborados os projetos. Vale ressaltar, que todo o processo, desde a coleta de demandas à entrega de projetos, é conduzido por metodologias participativas, fazendo com que os moradores se envolvam ativamente, contribuindo diretamente para o resultado final.

Com a suspensão das atividades da UFSJ em março de 2020, causada pela pandemia de Covid-19, foi necessário repensar a atuação do grupo, buscando uma alternativa de trabalho remoto. A partir de uma consulta feita aos moradores em relação ao seu acesso à internet, a proposta para o ano foi adaptada. Agora, com postagens nas redes sociais do Grupo (de modo a compartilhar informações

acerca da importância da saúde na habitação e outras temáticas que seriam trabalhadas em 2020) e a participação em ações solidárias voltadas ao enfrentamento da pandemia.

Com o passar do tempo, foi possível perceber que as postagens não atingiam o público-alvo do Escritório da mesma forma que presencialmente, impossibilitando um retorno por parte dos clientes - elemento fundamental para aplicar metodologias participativas que são premissa do escritório; e, tampouco, permitiam uma articulação com líderes comunitários. Dessa forma, compreende-se que a ação remota apresenta muitos empecilhos - tanto na área da extensão, quanto da pesquisa - uma vez que a atuação in loco é parte fundamental e indissociável do trabalho desenvolvido pelo GEPHIS; e, assim, buscaram-se alternativas para atuar com assessoria técnica no bairro, de modo presencial, da forma mais segura possível.

Foram retomados os levantamentos - com a presença de poucos integrantes do Escritório; e, também, participando de um edital de enfrentamento à Covid, iniciou-se a realização de oficinas de capacitação - com o número máximo de 5 pessoas envolvidas. Algumas atividades - como apresentações de projeto - puderam ocorrer de forma digital, e foram bem sucedidas, deixando apenas a entrega dos produtos acontecer de forma presencial. A aplicação dos questionários da pesquisa - outra ação do Grupo que esteve paralisada até então, mas que é de suma importância para o entendimento do local - voltou a ser executada de forma presencial, de forma a garantir uma maior consistência no trabalho.

Por tudo isso, destaca-se a dificuldade que foi realizar ações de extensão e pesquisa durante a pandemia e que faz-se necessário encontrar alternativas para o futuro da assessoria técnica no cenário atual e pós-pandêmico, buscando novas formas de atuar pelo coletivo de modo efetivo e seguro.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Assistência Técnica Gratuita para Habitação de Interesse Social (LATHIS) - 11888/2008.

Link: [https://www.instagram.com/gephis\\_ufsj/](https://www.instagram.com/gephis_ufsj/)

## **Observatório Urbano de São João del Rei: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão numa proposta de educação popular e direito à cidade**

*GODOY, Tatiane Marina Pinto; REZENDE, Vânia Aparecida; SANTOS, Maria Clara; COTA, Daniela Abritta; MANGILI, Liziane Peres; HIRATA, Márcia Saeko*

Palavras-chave: Urbano; Direito à cidade; Educação popular.

Oriundo de um projeto aprovado no âmbito do edital 001/2019 – Processos Indissociáveis da Universidade Federal de São João del Rei, o Observatório Urbano organiza-se a partir de março de 2021 em um núcleo multidisciplinar de ensino, pesquisa e extensão instituído na estrutura da reitoria desta universidade. Com a missão de produzir conhecimento sobre a realidade urbana de São João del Rei, o núcleo é formado por uma equipe diversa que tem como objeto de análise a cidade e os processos contraditórios que a produzem na forma das desigualdades socioespaciais. Arquitetura, geografia, direito, administração pública, pedagogia, sociologia, psicologia, letras, antropologia e história são algumas das disciplinas de formação das pesquisadoras e pesquisadores, estudantes e membros da comunidade externa que se estruturam em quatro coordenações: político pedagógica, capacitação e análise técnica, capacitação e atuação comunitária e representações cartográficas. Motivado pelo enfrentamento ao que Ermínia Maricato designa por analfabetismo urbanístico, o Observatório Urbano fundamenta-se na educação popular para a construção de um conhecimento crítico sobre os processos políticos, sociais, econômicos e culturais que condicionam a reprodução da vida na cidade. Orientado pelo projeto de transformação dessa realidade, conforme o sentido atribuído por Henri Lefebvre ao direito à cidade, o núcleo busca promover novas metodologias de investigação dialógica que coloquem centralidade nas especificidades da urbanização brasileira marcada pelo racismo, patriarcado e colonialismo que a situam na periferia do capitalismo. Desde 2019 o Observatório Urbano tem realizado atividades que buscam ampliar o reconhecimento das dinâmicas urbanas no Brasil e em São João del Rei por meio do oferecimento de disciplinas de graduação e pós-graduação, da coordenação de um Curso de Realidade Urbana Brasileira e São Joanense, organizado em sete módulos com público alvo na comunidade externa da universidade, do fomento às ações de enfrentamento à Covid 19 como, por exemplo, a atuação junto ao Fórum de Entidades de Assistência Social de São João del Rei e a parceria com o Observatório da Saúde Coletiva. Para além disso, o Observatório organizou, ainda em versão beta, um acervo virtual de

trabalhos acadêmicos com a temática do urbano sobre São João del Rei. Nas suas diferentes frentes de atuação, a formação de estudantes, conjuntamente à ampliação da formação de docentes, o núcleo promove a realização de pesquisas acadêmicas de iniciação científica e mestrado, mas também tem como objetivo a realização do observatório itinerante, formulado para construção de um espaço dialógico com a comunidade de territórios delimitados por meio de investigações, de levantamento de informações e dados secundários. Inviabilizado nos anos de 2020 e 2021 em razão da pandemia, almeja-se com o observatório itinerante, tão logo seja possível a retomada das atividades presenciais, construir uma plataforma de informações urbanísticas a partir da demanda da comunidade externa, bem como estabelecer condições de diálogo que permitam compreender as práticas socioespaciais e os anseios dos moradores sobre a transformação da realidade em que vivem.

## **Ofizines entre muros: uma prática educomunicativa na APAC unidade feminina de São João del-Rei**

*SILVA, Taisa Maria Laviani ; BOMFIM, Filomena Maria Avelina*

Palavras-chave: Educomunicação; Metodologia de Pesquisa; Fanzine; Autonomia; Sustentabilidade.

O presente estudo, visa contribuir na expansão da pesquisa sobre a consolidação da educomunicação como metodologia de pesquisa, por meio de oficinas de produção de fanzines realizadas na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) Unidade Feminina, em São João del-Rei (MG). Compreende-se por fanzines/zines, publicações autorais, feitas de forma artesanal e reproduzidas de maneira totalmente independente, cuja expressão artística é eficiente na descentralização da informação e da própria criatividade. Assim sendo, este trabalho faz parte do desenvolvimento de um projeto de dissertação aprovado no Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), a partir da parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educomunicação da UFSJ.

A adequação dessa investigação científica ao programa mencionado se justifica pelo fato de pesquisar e elaborar uma ação sustentável e inter-transdisciplinar, utilizando a possibilidade das oficinas de zines, à luz das bases teóricas da Educomunicação, para ampliar a liberdade criativa e expressiva de mulheres em situação de privação de liberdade, que tendem a ser estigmatizadas e excluídas pela mídia e pela própria literatura acadêmica. Adicionalmente, está de acordo com a área de concentração Interdisciplinar - Poéticas Artísticas e Socioculturais: Espaço, Memória e Tecnologias, do curso em que se insere esta pesquisa.

Ademais, tal pesquisa se enquadra na linha que se dedica ao “Processo de Difusão: popularização, educação e aplicabilidade”, devido ao seu caráter transdisciplinar, que se valerá das inter-relações entre educação, comunicação, artes, urbanidades e sustentabilidade, para realizar um estudo teórico e desenvolver práticas, visando a inserção social de mulheres em privação de liberdade, numa perspectiva de cidadania. Além disso, analisa as aproximações e as contribuições da Educomunicação para as oficinas de zines, bem como pode colaborar no desenvolvimento de uma ação dialógica, que desperte o senso de autonomia entre as educandas, favorecendo na compreensão de si mesmas enquanto sujeitos históricos e criadores de cultura. Busca-se desenvolver práticas que impulsionam o

empoderamento das participantes, como consequência do exercício da autoralidade e criação individual e colaborativa.

Em primeira instância, pretende-se analisar as técnicas de realização das oficinas apresentadas no livro *Zines no Cárcere* (2020), a fim de avaliar o seu potencial como processo metodológico educomunicativo. Para a construção do livro, Márcio Sno contou com relatos de três educadores, que desenvolveram oficinas de fanzines em instituições prisionais. Também teve acesso a alguns desses zines produzidos e anexou os textos em um capítulo, com o intuito de nos aproximar à realidade de seus próprios autores, contada por eles mesmos. Apesar de não conter nenhuma referência teórica, a obra apresenta elementos sobre as dificuldades enfrentadas na atuação desses educadores, bem como revela os bastidores de como é trabalhar com a produção de um veículo de comunicação alternativa, que incita a liberdade de expressão e o fazer criativo, dentro de um espaço de encarceramento, não somente do corpo, como também da mente e, até mesmo, do sonhar uma vida digna.

Conhecer *Zines no Cárcere* fortaleceu esta proposta de pesquisa pelo fato de registrar um conjunto de práticas que atualizam a essência do fanzine, ao atuar em espaços não convencionais de Comunicação e de Educação ampliando a expressividade de sujeitos e grupos. Demonstra que o fazer zines ainda persiste, a despeito da prevalência do domínio digital e tecnológico. Assim sendo, trazê-lo para este trabalho reforça o aspecto político que os fanzines carregam, capazes de desencadear transformações e conquistas de políticas públicas para os recuperandos.

Dessa forma, esta pesquisa procura estabelecer proximidades e verificar o potencial das oficinas de fanzines, enquanto processo metodológico educomunicativo. Espera-se fortalecer a autonomia e o protagonismo entre as educandas da APAC. Para isso, será viabilizada por meio da metodologia de Pesquisa-ação (THIOLLENT, 1998). A revisão de literatura reúne conceitos e teorias que investigam o fazer educativo e comunicativo como práticas de liberdade, com metodologias que carregam em sua essência a dialogicidade, o fazer participativo e colaborativo em prol da compreensão e transformação da sua realidade contextual. Na interface Educação-Comunicação, Oliveira (2000), Rosa (2020), Martín-Barbero (1997) e Freire (1967; 1987; 1996), acompanhados por bell hooks (2013), guiam o estudo, no sentido de aferir a possibilidade de utilização das práticas educomunicativas, para propiciar o empoderamento social e comunicacional de mulheres em privação de liberdade, através das oficinas de zines.

## **Podcasts Casa Verde: uma experiência de divulgação científica e da ação extensionista no período de Pandemia**

*RIVAROLI, Luciano; VILAS BOAS, Giancarlo Silva; SILVA, Sálvio de Macedo; CAETANO, Paulo Henrique; BARRA, Geraldo Magela Jardim; SILVEIRA, Isabely Larissa; LOPES, Iara Freitas*

*Palavras-chave: Alcance de público; Meio ambiente; Sociedade; Ação universitária.*

O programa de extensão Espaço Casa Verde congrega, desde 2014, projetos e ações diversificadas que buscam desmistificar a ciência e divulgar a rotina das atividades acadêmicas com o intuito de aproximar a UFSJ da comunidade são-joanense. O programa, que vinha realizando ações contínuas e bem sucedidas ao longo dos últimos anos, teve que se readaptar às limitações impostas pela pandemia de COVID-19. A COVID-19, por sua vez, ao longo dos últimos 18 meses, vem causando profundos danos à saúde humana, às sociedades e às economias ao redor do mundo. Caminhos para resolução ou mitigação dos problemas causados direta ou indiretamente pela pandemia, estão sendo arduamente perseguidos por cientistas que no Brasil se encontram, majoritariamente, atuando como docentes nas Universidades Públicas. Embora o relevante papel que essas instituições desempenham, tanto no campo educacional como de pesquisa e extensão, seja reconhecido em diversos âmbitos da sociedade desde sempre, nos últimos meses as Universidades Públicas vêm angariando holofotes por ter se convertido, muitas vezes, em guardiãs da “verdade”. Sabemos que não é bem assim, mas em uma sociedade bombardeada diariamente por centenas de notícias falsas ou falaciosas, tornou-se ainda mais imperativo a realização de um diálogo entre a Universidade e a Sociedade. Assim, a última edição do programa de extensão, além de manter e adequar algumas ações ao contexto da Pandemia, propôs novos objetivos para ampliar a difusão do conhecimento científico produzido na UFSJ por meio da intensificação do uso das mídias digitais. Uma dessas iniciativas vem sendo a produção dos Podcasts do Casa Verde em parceria, também, com os projetos “Observatório de Gestão Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos” e o “Unidades Demonstrativas de Sistemas de Gestão Ambiental”. Pretendemos, com essa ação, atingir um público mais amplo e diversificado. Abordando temas variados que focam tanto nas problemáticas locais (e.g. Ecologia das Vertentes) até grandes questões nacionais (e.g., Marco Temporal para demarcação de Terras Indígenas e Licenciamento Ambiental), mundiais (e.g., debate sobre a destruição dos ambientes marinhos a partir do documentário *Seaspiracy*). Formada por uma equipe de professores, bolsistas e voluntários, os episódios são gravados, editados e veiculados em periodicidade quinzenal. Até o momento os episódios do Podcast Casa Verde são disponibilizados nas plataformas Youtube e

Anchor, que os distribui para as plataformas específicas de podcasts: Apple Podcasts, Google Podcasts, Overcast, Breaker, Castbox, Pocket Casts, RadioPublic, Stitcher; além da plataforma de streaming Spotify. O Youtube foi a primeira plataforma em que os episódios foram veiculados, atingindo um total de 539 visualizações desde 11 de maio. Os episódios foram veiculados posteriormente na plataforma Anchor (19 de julho), atingindo 33 visualizações até o momento (11 de outubro). O período de exposição ainda é reduzido, mas as estatísticas das plataformas indicam uma preferência da audiência em dispositivos móveis, tanto no Youtube (60,9%), quanto no Anchor (61%), demonstrando que o podcast tem o potencial da portabilidade. As estatísticas do Anchor, apesar de limitadas pelo período mais curto de veiculação demonstram apenas duas faixas etárias de ouvintes, sendo que 41% dos ouvintes situam-se na faixa de 23 aos 27 anos e 59% na faixa de 45 a 59 anos. Outro importante dado para impulsionar nosso aprimoramento nos podcasts produzidos é o baixo percentual médio que os vídeos são assistidos pelo público (6,8%). Essa pequena experiência nos aponta que, apesar da pretensão de ser um meio de divulgação científica e de ações universitárias, torna-se importante olhar as estatísticas e trabalhar para melhorar o formato dos podcasts para aumentar a divulgação para outras faixas etárias e públicos, além do meio universitário.

Link: [https://www.youtube.com/channel/UC9WbCNDxNen4\\_HW34YVUQqw](https://www.youtube.com/channel/UC9WbCNDxNen4_HW34YVUQqw)

## Processo criativo em dramaturgia comunitária

*GARBOGGINI, João André Brito*

Palavras-chave: Grupo de teatro; Dramaturgia comunitária; Ações coletivas.

No Ano de 2006 a Extensão da PUC-Campinas travou contato com as comunidades da região na região Noroeste, os bairros do entorno no distrito do Campo Grande, no Município de Campinas, aonde se encontra a Paróquia da Igreja Matriz de N. Sra. de Guadalupe. O Programa de Extensão desenvolvido pela universidade iniciou-se em 2007 e partiu da composição de um grupo de docentes com Planos de Trabalho em Extensão Universitária e discentes extensionistas, procurando envolvimento com grupos da comunidade daquele território.

O Plano Trabalho em Extensão aqui apresentado teve como objetivo fomentar a composição de grupos teatrais comunitários, procurando estimular a criatividade dos participantes por meio de técnicas teatrais. Previu a composição de um Grupo de Teatro no Núcleo Territorial Guadalupe, onde foi desenvolvido um processo de criação teatral no decorrer do biênio de 2008-2009.

Este processo de criação teatral teve como conteúdo dramático temas percebidos junto à comunidade e necessidades emergentes de serem expressadas pelo grupo atendido pelo Plano de Extensão. Realizou-se no biênio 2008-2009 e partiu do pressuposto de que todas as pessoas são capazes de atuar no palco. Todas as pessoas são capazes de improvisar. As pessoas que desejarem são capazes de jogar (SPOLIN, 1992: 3).

ESSLIN (1978:14-15) salienta que o drama como técnica de comunicação entre seres humanos partiu para uma fase completamente nova de desenvolvimento, de significação realmente secular em uma era que o grande crítico alemão Walter Benjamin caracterizou como sendo a da reprodutividade técnica da obra de arte. O teatro pode ser um meio para veicular as mais diversas mensagens. O grupo que começou a ser formado no Centro de Convivência (CECCO) Toninha, dentro do Plano de Extensão Dramaturgia Comunitária, agregou pessoas com vivências e experiências heterogêneas. Construiu um repertório dramático surgido a partir de narrativas - pertinentes à realidade e ao imaginário dos atores-sujeitos - realizadas durante os encontros que tiveram o teor de Oficinas de Teatro. As reuniões semanais constelaram um grupo permanente de participantes de onde surgiram esquetes que foram apresentados em 2008 e 2009.

Em 2008, realizamos uma apresentação teatral, com o nome de “Lendas em Retalhos”, criada pelo Grupo de Teatro batizado “Somos quem podemos ser”, sob coordenação do docente responsável pelo Plano de Trabalho, com apoio de discentes extensionistas em bolsistas e voluntárias Faculdades de Publicidade e Propaganda e de Terapia Ocupacional. Juntos, foi possível elencar diversas histórias através das dinâmicas para a construção de uma encenação teatral, apresentada no segundo semestre de 2009. Durante esse período, foram realizadas diversas atividades com o intuito de fazer com que os membros da comunidade pudessem atuar na peça teatral, criando sentidos por meio de histórias contadas por eles mesmos.

No decorrer das dinâmicas propostas, foram abordados diversos temas, sendo trabalhadas diversas técnicas teatrais, sobretudo jogos teatrais, improvisações, exercícios de expressão corporal entre outras. Foram abordados o uso das expressões e movimentos corporais, a criação de dramaturgias coletivas na construção de sentidos. Numa parceria com o Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO) Toninha, através do acompanhamento da Professora Dra. Denise Mulati, dos discentes das Faculdades envolvidas no Plano de Extensão, que participaram dos encontros, nos quais foi possível realizar as atividades pela equipe discente envolvida e pelo grupo composto por usuários do CECCO Toninha, que funcionava na Casa de Cultura Tainã.

Em todos os encontros, foram realizados exercícios para aprimoramento da sensibilidade individual em relação à linguagem teatral, além de proporcionar o conhecimento de noções cênico-espaciais, corporais e de integração grupal. Assim o Projeto procurou aprofundar e desenvolver novas formas de expressão, que refletiram também nas ações realizadas pelos participantes no seu cotidiano.

Assim, os usuários do CECCO Toninha participaram da peça teatral, e foi possível criar uma encenação inspirada em fatos, contos e histórias que cada um dos integrantes foi acrescentando ao longo dos encontros.

Através do projeto, pelas experiências relatadas pelos alunos extensionistas foi possível e ver o mundo, as pessoas, com um outro olhar. Um olhar mais humano, alegre, solidário. Além disso, refletir sobre determinadas coisas, sobre a vida, sobre o mundo, a sociedade e os valores.

Links: <https://saude.campinas.sp.gov.br/saude/unidades/toninha/toninha.htm>  
<http://www.taina.org.br/>

## **Projeto de Extensão: Cada um em seu quadrado (cubo)**

*FERNANDES, Gabrielle Heloísa Fernandes; GAVA, Ana Luiza Campos; GREGATTI, Lavínia Alves; INOUE, Luciana Massami*

*Palavras-chave: Grupo de teatro; dramaturgia comunitária; ações coletivas.*

No Ano de 2006 a Extensão da PUC-Campinas travou contato com as comunidades da região na região Noroeste, os bairros do entorno no distrito do Campo Grande, no Município de Campinas, aonde se encontra a Paróquia da Igreja Matriz de N. Sra. de Guadalupe. O Programa de Extensão desenvolvido pela universidade iniciou-se em 2007 e partiu da composição de um grupo de docentes com Planos de Trabalho em Extensão Universitária e discentes extensionistas, procurando envolvimento com grupos da comunidade daquele território.

O Plano Trabalho em Extensão aqui apresentado teve como objetivo fomentar a composição de grupos teatrais comunitários, procurando estimular a criatividade dos participantes por meio de técnicas teatrais. Previu a composição de um Grupo de Teatro no Núcleo Territorial Guadalupe, onde foi desenvolvido um processo de criação teatral no decorrer do biênio de 2008-2009.

Este processo de criação teatral teve como conteúdo dramático temas percebidos junto à comunidade e necessidades emergentes de serem expressadas pelo grupo atendido pelo Plano de Extensão. Realizou-se no biênio 2008-2009 e partiu do pressuposto de que todas as pessoas são capazes de atuar no palco. Todas as pessoas são capazes de improvisar. As pessoas que desejarem são capazes de jogar (SPOLIN, 1992: 3).

ESSLIN (1978:14-15) salienta que o drama como técnica de comunicação entre seres humanos partiu para uma fase completamente nova de desenvolvimento, de significação realmente secular em uma era que o grande crítico alemão Walter Benjamin caracterizou como sendo a da reprodutividade técnica da obra de arte. O teatro pode ser um meio para veicular as mais diversas mensagens. O grupo que começou a ser formado no Centro de Convivência (CECCO) Toninha, dentro do Plano de Extensão Dramaturgia Comunitária, agregou pessoas com vivências e experiências heterogêneas. Construiu um repertório dramático surgido a partir de narrativas - pertinentes à realidade e ao imaginário dos atores-sujeitos - realizadas durante os encontros que tiveram o teor de Oficinas de Teatro. As reuniões semanais constelaram um grupo permanente de participantes de onde surgiram esquetes que foram apresentados em 2008 e 2009.

Em 2008, realizamos uma apresentação teatral, com o nome de “Lendas em Retalhos”, criada pelo Grupo de Teatro batizado “Somos quem podemos ser”, sob coordenação do docente responsável pelo Plano de Trabalho, com apoio de discentes extensionistas em bolsistas e voluntárias Faculdades de Publicidade e Propaganda e de Terapia Ocupacional. Juntos, foi possível elencar diversas histórias através das dinâmicas para a construção de uma encenação teatral, apresentada no segundo semestre de 2009. Durante esse período, foram realizadas diversas atividades com o intuito de fazer com que os membros da comunidade pudessem atuar na peça teatral, criando sentidos por meio de histórias contadas por eles mesmos.

No decorrer das dinâmicas propostas, foram abordados diversos temas, sendo trabalhadas diversas técnicas teatrais, sobretudo jogos teatrais, improvisações, exercícios de expressão corporal entre outras. Foram abordados o uso das expressões e movimentos corporais, a criação de dramaturgias coletivas na construção de sentidos. Numa parceria com o Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO) Toninha, através do acompanhamento da Professora Dra. Denise Mulati, dos discentes das Faculdades envolvidas no Plano de Extensão, que participaram dos encontros, nos quais foi possível realizar as atividades pela equipe discente envolvida e pelo grupo composto por usuários do CECCO Toninha, que funcionava na Casa de Cultura Tainã.

Em todos os encontros, foram realizados exercícios para aprimoramento da sensibilidade individual em relação à linguagem teatral, além de proporcionar o conhecimento de noções cênico-espaciais, corporais e de integração grupal. Assim o Projeto procurou aprofundar e desenvolver novas formas de expressão, que refletiram também nas ações realizadas pelos participantes no seu cotidiano.

Assim, os usuários do CECCO Toninha participaram da peça teatral, e foi possível criar uma encenação inspirada em fatos, contos e histórias que cada um dos integrantes foi acrescentando ao longo dos encontros.

Através do projeto, pelas experiências relatadas pelos alunos extensionistas foi possível e ver o mundo, as pessoas, com um outro olhar. Um olhar mais humano, alegre, solidário. Além disso, refletir sobre determinadas coisas, sobre a vida, sobre o mundo, a sociedade e os valores.

Links:

<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1mSQFYuWHn2t0jlbpSVY7hVgCJRU53H3X&hl=pt-BR&ll=-21.11840104603994%2C-44.25483170000002&z=13>

<https://www.youtube.com/watch?v=KVwoYHbSaMU>

## **Submissão ao Comitê de Ética: a importância da contribuição de grupos de pesquisa e demais ações colaborativas**

*PEREIRA, Mariana Silva Pereira; CORGHI, Fernanda Nascimento*

*Palavras-chave: grupo de teatro; dramaturgia comunitária; ações coletivas.*

No Ano de 2006 a Extensão da PUC-Campinas travou contato com as comunidades da região na região Noroeste, os bairros do entorno no distrito do Campo Grande, no Município de Campinas, aonde se encontra a Paróquia da Igreja Matriz de N. Sra. de Guadalupe. O Programa de Extensão desenvolvido pela universidade iniciou-se em 2007 e partiu da composição de um grupo de docentes com Planos de Trabalho em Extensão Universitária e discentes extensionistas, procurando envolvimento com grupos da comunidade daquele território.

O Plano Trabalho em Extensão aqui apresentado teve como objetivo fomentar a composição de grupos teatrais comunitários, procurando estimular a criatividade dos participantes por meio de técnicas teatrais. Previu a composição de um Grupo de Teatro no Núcleo Territorial Guadalupe, onde foi desenvolvido um processo de criação teatral no decorrer do biênio de 2008-2009.

Este processo de criação teatral teve como conteúdo dramático temas percebidos junto à comunidade e necessidades emergentes de serem expressadas pelo grupo atendido pelo Plano de Extensão. Realizou-se no biênio 2008-2009 e partiu do pressuposto de que todas as pessoas são capazes de atuar no palco. Todas as pessoas são capazes de improvisar. As pessoas que desejarem são capazes de jogar (SPOLIN, 1992: 3).

ESSLIN (1978:14-15) salienta que o drama como técnica de comunicação entre seres humanos partiu para uma fase completamente nova de desenvolvimento, de significação realmente secular em uma era que o grande crítico alemão Walter Benjamin caracterizou como sendo a da reprodutividade técnica da obra de arte. O teatro pode ser um meio para veicular as mais diversas mensagens. O grupo que começou a ser formado no Centro de Convivência (CECCO) Toninha, dentro do Plano de Extensão Dramaturgia Comunitária, agregou pessoas com vivências e experiências heterogêneas. Construiu um repertório dramático surgido a partir de narrativas - pertinentes à realidade e ao imaginário dos atores-sujeitos - realizadas durante os encontros que tiveram o teor de Oficinas de Teatro. As reuniões semanais constelaram um grupo permanente de participantes de onde surgiram esquetes que foram apresentados em 2008 e 2009.

Em 2008, realizamos uma apresentação teatral, com o nome de “Lendas em Retalhos”, criada pelo Grupo de Teatro batizado “Somos quem podemos ser”, sob coordenação do docente responsável pelo Plano de Trabalho, com apoio de discentes extensionistas em bolsistas e voluntárias Faculdades de Publicidade e Propaganda e de Terapia Ocupacional. Juntos, foi possível elencar diversas histórias através das dinâmicas para a construção de uma encenação teatral, apresentada no segundo semestre de 2009. Durante esse período, foram realizadas diversas atividades com o intuito de fazer com que os membros da comunidade pudessem atuar na peça teatral, criando sentidos por meio de histórias contadas por eles mesmos.

No decorrer das dinâmicas propostas, foram abordados diversos temas, sendo trabalhadas diversas técnicas teatrais, sobretudo jogos teatrais, improvisações, exercícios de expressão corporal entre outras. Foram abordados o uso das expressões e movimentos corporais, a criação de dramaturgias coletivas na construção de sentidos. Numa parceria com o Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO) Toninha, através do acompanhamento da Professora Dra. Denise Mulati, dos discentes das Faculdades envolvidas no Plano de Extensão, que participaram dos encontros, nos quais foi possível realizar as atividades pela equipe discente envolvida e pelo grupo composto por usuários do CECCO Toninha, que funcionava na Casa de Cultura Tainã.

Em todos os encontros, foram realizados exercícios para aprimoramento da sensibilidade individual em relação à linguagem teatral, além de proporcionar o conhecimento de noções cênico-espaciais, corporais e de integração grupal. Assim o Projeto procurou aprofundar e desenvolver novas formas de expressão, que refletiram também nas ações realizadas pelos participantes no seu cotidiano.

Assim, os usuários do CECCO Toninha participaram da peça teatral, e foi possível criar uma encenação inspirada em fatos, contos e histórias que cada um dos integrantes foi acrescentando ao longo dos encontros.

Através do projeto, pelas experiências relatadas pelos alunos extensionistas foi possível e ver o mundo, as pessoas, com um outro olhar. Um olhar mais humano, alegre, solidário. Além disso, refletir sobre determinadas coisas, sobre a vida, sobre o mundo, a sociedade e os valores.

## **ALICE: uma interface entre a arte e a tecnologia**

### *ALICE: an interface between art and technology*

SCHIAVONI, Flávio Luiz

*Doutor em Ciência da Computação, UFSJ, fls@ufs.edu.br*

ANDRADE, Rafael Alves Soares de

*Graduando em Música, UFSJ, rafael.asa@outlook.com*

CARNEIRO, Gabriel Rodrigues Chaves

*Graduando em Ciência da Computação, UFSJ, gabriel.chaves.carneiro@gmail.com*

COSTA, Rômulo Augusto Vieira

*Mestrando em Ciência da Computação, UFSJ, romulo\_vieira96@yahoo.com.br*

COSTA, Emerson Junio Silva

*Graduanda em Ciência da Computação, UFSJ, junior.emerson5@live.com*

FONSECA, Ana Clara Medina

*Graduanda em Ciência da Computação, UFSJ, anaclaramedina1@gmail.com*

GONÇALVES, Luan Luiz

*Mestrando em Ciência da Computação, UFSJ, llgoncalves@aluno.ufsj.edu.br*

LARA, João Marcos de Oliveira

*Mestrando em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, UFSJ, joaomolara@gmail.com*

LELLIS, Mariana Pereira

*Graduanda em Ciência da Computação, UFSJ, mariplellis6@gmail.com*

OLIVEIRA, Isadora Franco

*Mestranda em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, UFSJ, isadorafnco@gmail.com*

OLIVEIRA, João Pedro Mendes de

*Mestrando em Ciência da Computação, UFSJ, joapedromoliveira1996@gmail.com*

PAIVA, Guilherme de Castro Paolucci

*Graduando em Ciência da Computação, UFSJ, guicpaiva10@hotmail.com*

RABAY, Samuel Rodrigues

*Mestrando em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, UFSJ, samuelrabay@gmail.com*

ROCHA, Gabriel Lopes

*Graduando em Ciência da Computação, UFSJ, gbr.cdc@gmail.com*

SANTOS, Lucas Estevão dos

*Graduando em Ciência da Computação, UFSJ, lucas.estevao@hotmail.com.br*

SILVA, Cleisson José Dias da

*Mestrando em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, UFSJ, cleissonj@gmail.com*

SILVA, Jônatas Araújo da

*Graduando em Artes Aplicadas, UFSJ, jonatas25araujo@gmail.com*

SOARES, Rebeca Lima

*Mestranda em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, UFSJ, limasoaresrebeca@gmail.com*

SOUSA, Júlio César de

*Graduando em Ciência da Computação, UFSJ, sousacj1@gmail.com*

SOUSA, Luiz Gustavo Colzani Monti

*Graduando em Ciência da Computação, UFSJ, lgustavocms@gmail.com*

SOUZA, Carlos Eduardo Oliveira de

*Graduando em Música, UFSJ, carlosbolin@hotmail.com*

## RESUMO

O ALICE (*Arts Lab in Interfaces, Computers, and Everything Else*) é um laboratório de pesquisa localizado no Departamento de Computação da Universidade Federal de São João del-Rei. Trata-se de um espaço que abriga pesquisadores de diferentes campos, promovendo interdisciplinaridade, diálogo e cooperação entre arte e tecnologia. É composto por 20 alunos de graduação e de mestrado de diferentes cursos como Ciência da Computação, Música, Artes Aplicadas e Artes, Urbanidades e Sustentabilidade. Neste artigo serão apresentados trabalhos desenvolvidos por este grupo relacionados a processos criativos amparados pela tecnologia, música em rede, paisagens sonoras, orquestras de dispositivos, computação musical e outros temas abrangidos pela criatividade artística e pelo desenvolvimento tecnológico.

**PALAVRAS-CHAVE:** processos criativos, arte digital, transdisciplinaridade.

**LINK:** <https://alice.dcomp.ufsj.edu.br/>

## ABSTRACT

The ALICE (*Arts Lab in Interfaces, Computers, and Everything Else*) is a research laboratory located in the Computer Science Department of the Federal University of São João del-Rei. It's a space that "abriga" researches from different fields, promoting interdisciplinarity, dialogue and cooperation between art and technology. It's composed by 20 undergraduate and masters students from different courses like Computer Science, Music, Applied Arts and Arts, Urbanities and Sustainability. This article will show works developed by the group related to creative processes supported by technology, network music, soundscapes, device orchestras, musical computing and other topics covered by artistic creativity and technological development.

**KEY-WORDS:** creative processes, digital art, transdisciplinarity.

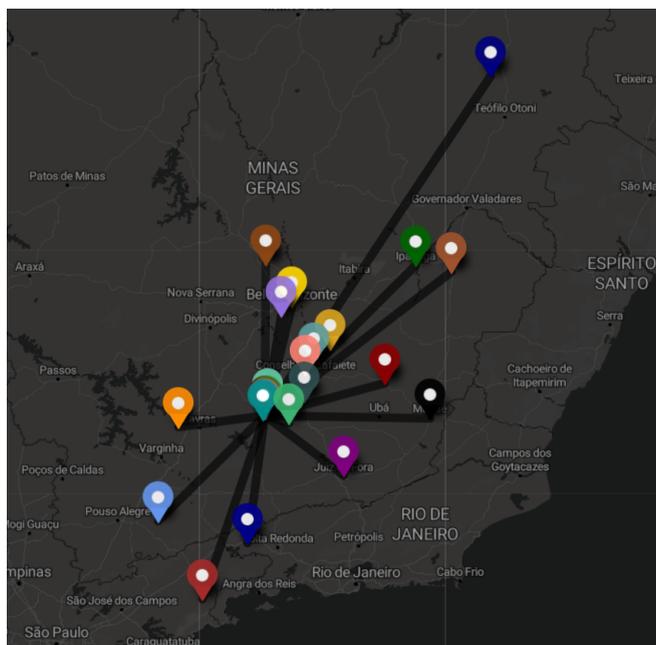
**LINK:** <https://alice.dcomp.ufsj.edu.br/>

## 1 INTRODUÇÃO

Localizado entre as montanhas de Minas Gerais, o ALICE (*Arts Lab in Interfaces, Computers, and Everything Else*) ou, em português, LAICO (*Laboratório de Artes, Interfaces, Computação, e Outras coisas*), é um espaço que abriga estudantes de graduação e de mestrado em diversas áreas. Nele, alunos dos cursos de graduação em Ciência da Computação, Música, Artes Aplicadas, do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), e do Programa de Pós Graduação em Ciência da Computação (PPGCC) promovem encontros visando a integração entre os mundos da criatividade artística e do desenvolvimento tecnológico.

O laboratório conta atualmente com a participação de 20 alunos sob a orientação do Professor Dr. Flávio Luiz Schiavoni. Neste ambiente, são desenvolvidos trabalhos relacionados a processos criativos amparados pela tecnologia, música em rede, paisagens sonoras, orquestras de dispositivos, computação musical, dentre outros. Desde 2020, o grupo tem enfrentado o desafio de produzir conteúdos científicos, artísticos, colaborativos e tecnológicos de maneira remota, devido às novas realidades sociais impostas pela pandemia da COVID-19.

Apesar da distância física entre os membros do grupo, os desafios têm sido suplantados através da cooperação entre os integrantes do ALICE, aliada ao poder da tecnologia das redes de computadores, possibilitando que as pesquisas e projetos continuem acontecendo. A Figura 1 apresenta a localização dos alunos que, nesse período, estiveram trabalhando remotamente de diferentes estados do Brasil.



**Figura 1: Localização dos membros do ALICE durante a pandemia do COVID-19.**  
 Fonte: acervo dos autores.

## 2 PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO ALICE

Os projetos desenvolvidos no ALICE possuem como ponto de partida a utilização do desenvolvimento tecnológico como um importante meio para a criação artística. Esse modo de trabalho permite que pesquisadores de áreas técnicas, como a tecnologia da informação e as engenharias, possam ter um contato profundo com as artes, em suas mais diferentes formas, através da implementação de ferramentas e métodos que auxiliem em sua criação. Por outro lado, pesquisadores do campo das

artes têm a oportunidade de conhecer novos processos, ferramentas e tecnologias, agregando em suas criações artísticas.

A partir desse encontro interdisciplinar, são formados profissionais capacitados para dialogar entre as duas áreas, elevando-as a novos patamares de conhecimento e permitindo o desenvolvimento de ambas. Por buscar ser uma interface entre a arte e a tecnologia, o ALICE se propõe a trabalhar com a acessibilidade através da utilização de *softwares* livres, tecnologia aberta e dispositivos facilmente disponíveis ao público, promovendo, desse modo, a sustentabilidade por meio da inclusão social e digital.

### **Roupa, Memória e Cidade**

Desenvolvido por Rebeca Lima Soares, aluna do PIPAUS, o projeto Roupa, Memória e Cidade consiste em produzir narrativas que façam uma cartografia da história das cidades de São João del-Rei e Viçosa a partir da investigação criativa de roupas de brechó. Ou seja, observar aquele ambiente urbano e a partir da pesquisa histórica levantada e da poética da reutilização da roupa local, propagar observações históricas e cotidianas daquela cidade e de seus cidadãos através da linguagem da performance arte e possíveis desdobramentos artísticos.

As roupas estão localizadas em um tempo, espaço e cultura. Considera-se que essas roupas em trânsito possam contar histórias localizadas no tempo-espaço em que estão. A biografia de alguém a partir do vestir-se foi também assunto de STALLYBRASS (2016) em “O casaco de Marx”, livro que aborda a poética e a vida social da roupa. Entendendo que os brechós abrigam muitas narrativas, Rebeca propõe mapear, documentar e performar algumas dessas biografias abrigadas e suas relações com a cidade. A proposta desta pesquisa é ir um pouco além do simples vestir-se. É pensar sobre os simbolismos do que se veste e o que vem na bagagem da memória têxtil. É tentar conhecer a história da cidade e de seus cidadãos a partir do que estes estão vestindo ou do que já foi vestido.

### **Sunflower**

O aluno do PPGCC Rômulo Augusto Vieira Costa, desenvolve pesquisas no campo da Internet das Coisas Musicais, *Internet of Musical Things* (IoMusT). Trata-se de um tema que advém da expansão dos conceitos de Internet das Coisas, ou *Internet of Things* (IoT), aplicados em contextos que envolvem música. Essa linha de pesquisa é marcada pela interdisciplinaridade, através de temas como o desenvolvimento de novas interfaces para expressão musical, a interação humano-computador (IHC), a música ubíqua, a arte participatória e jogos. O campo, embora possua

boa estrutura e inovação em apresentações musicais, apresenta diversos problemas quanto à arte, meio ambiente e fatores socioeconômicos. Também destaca-se a falta de padronização e a interoperabilidade entre os objetos, quando analisado da perspectiva computacional.

Desse modo, *Sunflower* caracteriza-se como um protocolo desenvolvido com o intuito de amenizar os problemas de padronização de dados, protocolos e objetos. Com um funcionamento análogo à arquitetura *Pipes-and-Filters*, as coisas musicais irão proceder como filtros (*filters*) – unidades independentes que não conhecem as propriedades de seus vizinhos e comunicam-se apenas a partir de seus dados de entrada e saída. Já os dutos (ou *pipes*) podem ser observados nos meios de transmissão pela rede, que somente transportam dados, não aplicando processamento a eles.

### **A brasilidade como inspiração para o design de superfície**

A pesquisa desenvolvida por Isadora Franco Oliveira, mestranda do PIPAUS, tem como pilares principais a brasilidade, o design e a arte digital. Através do design de superfície e da estampa, busca-se ressaltar e evidenciar aspectos naturais e culturais brasileiros, como forma de instigar maior discussão acerca da brasilidade, ou seja, características e elementos que compõem a cultura local. A problematização da pesquisa parte da seguinte pergunta: seria a cultura brasileira amplamente explorada no campo do design como elemento de inspiração para o desenvolvimento de estampas e motivos, principalmente no que concerne ao campo do design de moda? Outros temas abordados durante o desenvolvimento do trabalho também incluem: moda contemporânea, sustentabilidade, design digital, prática artística e a utilização de softwares *open-source*.

### **Analógico x digital: estudos comparativos entre os dois tipos de tecnologia**

O ramo de pesquisa do aluno de mestrado do PPGCC, João Pedro Mendes de Oliveira, gira em torno da discussão entre a utilização de dispositivos de processamento de áudio analógicos e digitais no âmbito da produção fonográfica. Um estudo realizado por este autor em sua monografia de conclusão de curso (OLIVEIRA, 2021), revelou que o mercado consumidor do áudio ainda divide opiniões acerca da preferência pelos dois tipos de tecnologia.

Outro aspecto importante para a justificativa do trabalho é o crescente desenvolvimento do mercado fonográfico. Como os processadores de áudio estão intimamente relacionados ao processo de produção musical, muitas vezes, as diferenças timbrísticas entre eles podem afetar diretamente a estética do material sonoro produzido. A partir dessa premissa, o aluno tem buscado compreender como esses dispositivos se comportam, através de estudos de processamentos de sinais, inteligência

computacional e psicoacústica. Esses estudos, posteriormente, poderão ser utilizados para obter uma melhor compreensão de como o mercado fonográfico e a estética das músicas estão relacionadas com as tecnologias empregadas em suas sínteses.

### **Colaboração mediada por tecnologia baseada em *software* livre**

Desenvolvido pelo aluno de mestrado do PPGCC, Luan Luiz Gonçalves, o *Mosaicode* apresenta-se como um ambiente de programação visual e gerador de código. O foco da ferramenta é a geração de aplicações de *software* para o domínio das artes digitais, tendo como intuito apoiar desenvolvedores sem habilidades de programação de computadores (SCHIAVONI e GONÇALVES, 2017). Com o objetivo de prover a cooperação nesse ambiente, membros do laboratório ALICE estudam a colaboração mediada por tecnologias baseadas em *software* livre, discutindo sobre a arte tradicional e a arte digital, os valores e as liberdades do *software* livre e o compartilhamento de artefatos de *software* em diferentes granularidades. A pesquisa tende a um modelo participativo que define um *workspace* colaborativo, abrangendo os três pilares do Modelo 3C de colaboração: comunicação, coordenação e cooperação. Esse modelo é guiado por um estudo descritivo-analítico à luz dos fundamentos de *Computer-Supported Cooperative Work* (CSCW) e de plataformas *Groupware* e *Low-Code*.

### **Processos criativos colaborativos e cultura *underground***

Essa pesquisa é desenvolvida pelo rapper e aluno do curso de graduação em Ciência da Computação, Júlio César de Sousa. O seu intuito visa compreender a relação entre a música e a tecnologia, desde o processo de criação de um fonograma até a sua distribuição nas plataformas de *streaming*. No estudo, são levantadas as ferramentas comumente utilizadas nesses processos, buscando entender suas aplicações na estética da cultura *hip-hop*. Dessa forma, busca-se que, ao fim dessa etapa, novos recursos ainda não muito populares na vertente *underground*, possam ser implementados. Como exemplos destes, é possível citar o uso de linguagens de programação em performances de *live coding*.

### **Por uma ecologia do corpo na performance artística: processos de criação cênica com a flauta transversal**

A pesquisa do aluno do PIPAUS, Cleisson José Dias da Silva, busca investigar a influência de um corpo-ecológico no tocar flautístico, através de diálogos entre performance musical e outras artes. Enxerga-se por “corpo-ecológico” a articulação entre os três registros: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana, em paralelo com o que desenvolve Guatarri (1989).

Com isso, busca-se uma prática artística que exceda os ensaios, as salas fechadas, os teatros restritos, a “perfeição” musical e as relações entre os agentes da performance ao atingir o humano do artista e, com isso, suas relações corpo a corpo com o mundo através de um trabalho não finalizante de abertura e sensibilidade. Tal prática artística encontra-se nos “entre” artes e nas relações do pesquisador com as ações do cotidiano, trazendo à pesquisa os debates sobre inter e transdisciplinaridade. Ultrapassa-se a mesma presença corpórea do músico formal como também aponta possibilidades performáticas, diminuindo o espaço severo entre as artes e desenvolvendo conhecimentos capazes de sustentar novas perspectivas interpretativas e cênicas com a flauta transversal, não buscando um esgotamento das discussões e possibilidades criativas.

### **Glue Tube: Música concreta com colagens da Internet**

Segundo Paulo et al (2020), *Glue Tube* se trata de um ambiente de criação musical e visual desenvolvido pelo ALICE, que possibilita a criação de peças a partir de técnicas de colagem e no uso de conteúdos *online*. A ferramenta trabalha com a criação de partituras ao incorporar o *player* da plataforma YouTube com códigos HTML e Javascript, além de permitir a reprodução do conteúdo a partir do próprio portal com a finalidade de impossibilitar a cópia de conteúdos *online*. Segundo o objetivo da aplicação do sistema para introdução à educação musical, Lellis e Schiavoni (2021) optaram por modificar a interface gráfica do sistema com a adoção da relação espaço tempo, que utiliza a organização dos eventos em uma linha temporal, proporcionando uma experiência mais acessível e intuitiva.

### **Sincronização e controle em orquestras digitais: Telefone sem fio**

Partindo da ideia de se criar música utilizando dispositivos digitais conectados e se comunicando através de um sistema de redes, o projeto vem se desenvolvendo em duas linhas. A parte computacional por Carlos Eduardo Oliveira de Souza, onde objetiva-se criar e aperfeiçoar um instrumento digital composto por diversos *smartphones* que interagem entre si pela rede. A estrutura desse instrumento está sendo desenvolvida na plataforma Pure Data, onde foram implementadas as funcionalidades e recursos do instrumento, tal como a conectividade entre os dispositivos, utilizando da linguagem de programação musical da plataforma. Esses códigos gerados são encapsulados então na outra plataforma, MobMuPlat, que realiza a conversão dos códigos para os celulares, em forma de aplicativo.

O outro lado – sendo desenvolvido pelo aluno das Artes Aplicadas, Jônatas Araújo da Silva – vem buscando amplificar o som desses dispositivos a fim de que se atinja um volume adequado para a

realização de performances, além de adicionar a questão estética do instrumento. Foram criados diversos amplificadores cerâmicos para que se acoplem os celulares, montando assim nosso instrumento. Para isso, foi realizada toda uma pesquisa em acústica e vários modelos de cone foram testados até que se chegasse ao resultado atual.

Ao que se desenvolve a pesquisa, também foi criada uma peça/performance com o instrumento, o Telefone sem fio. A peça aborda uma reflexão sobre o fenômeno das notícias falsas que vem sendo usadas em campanhas eleitorais de figuras conservadoras, trazendo a ideia da degradação das informações para o título, fazendo alusão à brincadeira de mesmo nome. A peça consiste em uma frase sendo gravada no início por um dos telefones e ao que vai se desenvolvendo, outros vão gravando a partir do que está sendo tocado pelo primeiro telefone e o que ressoa pelo ambiente, ao adicional de vários efeitos de saturação e recortes, que ao final, transformam a frase inicial em algo totalmente degradado e distorcido, longe do foi dito originalmente.

### **Cartografia cancionista no contemporâneo**

O projeto de João Marcos de Oliveira Lara, músico cancionista graduado em Psicologia e mestrando no PIPAUS, se chama “Cartografia cancionista no contemporâneo”. Tal projeto objetiva acompanhar processos criativos de canções autorais no contemporâneo. Este trabalho dialoga com a noção de sustentabilidade cultural e digital, na medida que está aberto às possibilidades tecnológicas relacionadas à criação de música.

### **A educomunicação como prática em Instituições da Saúde Mental**

O projeto de Samuel Rodrigues Rabay, artemidiativista<sup>1</sup>, graduado em Comunicação Social e mestrando pelo PIPAUS, se chama “A educomunicação como prática em Instituições da Saúde Mental”. Tal projeto é inspirado pelas suas práticas em instituições psiquiátricas públicas, onde atua utilizando o campo educamunicativo, definido por Ismar de Oliveira Soares (2000) como um campo de mediações, para mesclar mídias digitais e tradicionais (foto, vídeo, rádio, registros fonográficos, etc.) e processos artísticos coletivos (performance e musicalização). O trabalho pensa como a aplicação de tais práticas interdisciplinares pode fomentar o bem-estar e o protagonismo dos participantes (pessoas portadoras de transtornos mentais).

---

<sup>1</sup> Neologismo que nasce do termo cunhado por Marciel Consani (2017) “artemídia”, ao pensar a construção de uma mídia cidadã livre que ultrapasse as barreiras entre arte e comunicação.

### **Tricrocheteando as redes**

Este projeto, desenvolvido pela aluna de graduação em Ciência da Computação Ana Clara Medina Fonseca, pretende se debruçar sobre a criação coletiva e colaborativa de trabalhos manuais, como tricô e crochê, propondo uma plataforma para a colaboração entre pessoas interessadas nestes trabalhos. O projeto pretende levar para a *web* a possibilidade de interação entre amadores e profissionais que utilizam uma ou duas agulhas para tecer.

### **3 PARCERIAS E ATIVIDADES COM OUTROS GRUPOS**

A facilidade de trabalhar com tecnologia com uma abordagem artística permite a parceria do ALICE com outros grupos de pesquisas.

#### **ECOLAB**

O ALICE contribui e fez parte em criações conjuntas com o laboratório ECOLAB, que tem como orientador o Professor Doutor Adilson Roberto Siqueira (departamento de Artes Cênicas). O primeiro trabalho desenvolvido coletivamente, *o Chaos das 5*, foi uma performance envolvendo arte digital, corpo, música e mais, que trouxe um trabalho de diversos artistas/estudantes de diferentes áreas. O trabalho envolvia uma performance corporal, trazendo diversas partituras de movimento, além de enfoques com barro e outros elementos, a fim de trazer reflexões acerca de episódios como o escândalo da Vale, ocorrido em Mariana (MG), o assassinato de Marielle Franco, além de outras questões que perpassam o cotidiano brasileiro. Em outras camadas do espetáculo há a presença de instrumentos analógicos e digitais, compondo o som, e projeções que completavam o cenário audiovisual da peça.

Outros trabalhos posteriores, esses do ECOLAB, mas ainda com a participação de membros do ALICE, foram *O vírus pode ser você* e *Crônicas de uma realidade assíncrona: Patriotarde*, que foram performances criadas e desenvolvidas de modo colaborativo por todos os participantes dos projetos. Ambos foram apresentados num formato digital e transmitidos pela plataforma do YouTube. Os trabalhos desenvolvidos serviram de base de aprendizado para professores de teatro repensarem em ferramentas e metodologias para elaboração de disciplinas práticas lecionadas em um momento de distanciamento social.

Nesta parceria, participantes do ALICE contribuíram na criação das trilhas sonoras dos dois espetáculos, na criação da estrutura para que fossem apresentados de forma *online*, com a utilização

de recursos computacionais para a transmissão e a captura de cada um dos *performers*, visto que ambos os trabalhos foram desenvolvidos durante esse período de isolamento social, estando todos em suas respectivas casas, além de contar com a atuação dos próprios membros como *performers*, alguns aparecendo nas câmeras e alguns nos bastidores realizando o controle e marcação das cenas, ao que está sendo cunhado sob o conceito de “*Retorner*”, por Adilson Siqueira.

#### **Observatório Urbano de São João del-Rei**

O Observatório Urbano é um projeto de ensino, pesquisa e extensão da UFSJ que tem, entre outras frentes, a proposta de manter um acervo virtual com informações, representações cartográficas, fotografias e trabalhos acadêmicos relativos à cidade e ao urbano em São João del-Rei. A plataforma foi criada para disponibilizar, à comunidade e pesquisadores, estes documentos em um banco de dados de livre acesso. Até o momento, foram feitos apenas o levantamento de trabalhos acadêmicos. Estes foram descritos em uma ficha, elaborada pela equipe de banco de dados do Observatório Urbano. O material pode ser visualizado integralmente, por meio do endereço <https://observatorio.ufsj.edu.br/acervo/>. Participantes do ALICE contribuíram para o projeto de forma a disponibilizar a infraestrutura necessária para hospedar o site e o banco de dados, tanto como dar todo o suporte necessário para o desenvolvimento do projeto.

#### **4 ARTE E TECNOLOGIA**

O ALICE, em sua integração entre arte e tecnologia, desenvolve diversos projetos e pesquisas que exploram a arte digital. Também denominada arte computacional, arte multimídia ou *cyberarts* até a década de 1990, a arte digital pode ser definida como formas artísticas que envolvem tecnologias digitais (PAUL, 2016). Através da utilização de *softwares* – muitos deles desenvolvidos pelo próprio laboratório – e de recursos característicos do meio digital, o ALICE se propõe a criar experiências interativas, dinâmicas, colaborativas e participativas, pesquisando a arte digital sob uma perspectiva transdisciplinar. Estes projetos costumam ser realizados com o nome de Orquídea - A Orquestra de Ideias.

Por meio da criação de novas interfaces digitais aplicadas às práticas artísticas, do desenvolvimento de tecnologias artísticas acessíveis e abertas e da colaboração em processos criativos mediados pela tecnologia, as pesquisas conduzidas pelo ALICE continuam investigando novas propostas e possibilidades de criação mesmo em situações adversas, como as expostas pela pandemia da

COVID-19. Atualmente, a Orchidea possui alunos de graduação e pós-graduação, e seus objetivos podem ser descritos como:

- Fomentar a realização de criações artísticas digitais;
- Integrar conhecimentos transdisciplinares de diferentes áreas através da arte;
- Estimular a criação coletiva e colaborativa de arte apoiada no computador;
- Usar tecnologia acessível e mais sustentável para a criação artística;
- Utilizar e criar softwares livres para a difusão da criação artística; e
- Possibilitar a participação do público na apresentação e criação artística que pode acontecer a qualquer hora, em qualquer lugar.

## 5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS E DISCUSSÕES SOBRE ISSO TUDO

Certamente parece um pouco difícil, ou quiçá impossível, conectar pesquisa sobre tricô e internet musicais das coisas, brechós e colagem com vídeos do YouTube, orquestras de dispositivos e educomunicação como prática para a saúde mental. No entanto, há algumas linhas que conectam estas pesquisas e para observá-las é necessário talvez se distanciar um pouco do que pode parecer, em primeiro instante, o objetivo de cada proposta.

Um primeiro fio condutor de todos os projetos desenvolvidos no ALICE encontra-se no indivíduo, em cada pesquisador de nosso grupo e em seu interesse em pesquisa e ação. Encontrar algo que seja um desafio motivador de maneira individual é sempre a primeira questão importante e deve ser algo a sempre ser buscado. Depois de acolher o indivíduo, o segundo passo é o grupo experimentar as novas ideias e projetos propostos, acolhendo os projetos e procurando interseções e interesses em comum de maneira que seja possível buscar a colaboração e a parceria mesmo onde ela parece não ter campo para dar frutos. Com isso, discentes de diferentes áreas podem se ajudar mutuamente, transformando suas diferenças em produtos, e utilizando a transdisciplinaridade como ponto de partida na execução de seus projetos.

Um próximo fio condutor está na utilização da tecnologia e da arte para mediar estas colaborações e parcerias. A mediação tecnológica e artística permite que a troca de conhecimento entre os participantes ocorra de maneira horizontal, sendo que muitas vezes, o resultado esperado não é um produto tecnológico ou artístico mas a colaboração em si, uma forma de colaboração em arte mediada pela tecnologia. Certamente, tal fio se torna um desafio para alunos das artes e também para alunos da computação e se torna, novamente, um campo fértil para parcerias.

## 6 REFERÊNCIAS

- CONSANI, M. A.. Arte-educação, educomunicação e artemídia: diálogos na fronteira entre o digital e o sensorial. In: Soares, Ismar de O.; Viana, Claudemir E.; Xavier, Jurema B.. (Org.). Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural. 01ed.São Paulo: ABPEducom, 2017.
- GUATTARI, Félix; BITTENCOURT, Maria Cristina F.; ROLNIK, Suely. *Las tres ecologías*. Campinas: Papyrus, 1990.
- LELLIS, Mariana Pereira; SCHIAVONI, Flávio Luiz. Incorporando a relação espaço-tempo na criação artística.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, João Pedro Mendes de. *Análise comparativa entre um compressor de áudio analógico e seus simuladores digitais*. Monografia (Graduação em Engenharia Mecatrônica), Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - campus Juiz de Fora, 2021.
- PAUL, Christiane (ed.). *A Companion to Digital Art*. [S. l.]: Wiley-Blackwell, 2016.
- PAULO, Avner Maximiliano; SOUZA, Carlos Eduardo Oliveira; SCHIAVONI, Flávio Luiz. Gluetube e a colagem de conteúdo online. In: XXX Congresso da Anppom. 2020.
- SCHIAVONI, Flávio Luiz; GONÇALVES, Luan Luiz. From virtual reality to digital arts with mosaiccode. In: *2017 19th Symposium on Virtual and Augmented Reality (SRV)*, p. 200-206, Curitiba - PR - Brazil, Nov. 2017.
- SCHIAVONI, Flávio Luiz. Possíveis fronteiras de pesquisa em arte, cultura e sustentabilidade digital. In: *Anais do I Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Arte e Sustentabilidade (GTRANS) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)*, p. 44-55, 2021.
- SOARES, I. O.. Educomunicação, um campo de mediações. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. VII, n.19, p. 12-24, 2000.
- STALLYBRASS, Peter. *O Casaco de Marx: roupa, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- SUDJIC, Deyan. *A linguagem das coisas*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.
- TURCHET, Luca *et al.* Internet of musical things: vision and challenges. *IEEE Access*, v. 6, p. 61994-62017, 2018.
- TURCHET, Luca *et al.* The internet of musical things ontology. *SSRN Electronic Journal*, 2020.
- VIEIRA, Rômulo; SCHIAVONI, Flávio. Managing an IoMusT environment and devices. In: *Proceedings of the Workshop on Ubiquitous Music*, 2021.
- VIEIRA, Rômulo; SCHIAVONI, Flávio. Sunflower: an environment for standardized communication of IoMusT. In: *Proceedings of the 16th International Conference on Audio Mostly*, New York: Association for Computing Machinery, 2021. p. 1-7. Disponível em: <<https://doi.org/10.1145/1122445.1122456>>.



2º Simpósio internacional em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade  
São João del-Rei, Brazil. 22, 23, 24 e 25 de novembro de 2021

## **Araçá, o urbanismo tático no Programa de extensão Parque-Escola Chacrinha**

*Araçá, tactical urbanism in the Parque-Escola Chacrinha extension program.*

NOGUEIRA, Hugo Leonardo Cruz

*Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, mestrando no Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS-UFSJ) - hugoarq26@gmail.com*

SANTOS, André Lopes dos

*Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, mestrando no Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS-UFSJ) - andretenoriolopes@gmail.com*

HIRATA, Márcia Saeko

*Doutora, Docente no Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS-UFSJ), marciahriata@ufsj.edu.br*

CORGHI, Fernanda Nascimento

*Doutora, Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS-UFSJ), corgho@ufsj.edu.br*

### **RESUMO**

O trabalho busca relatar os processos desenvolvidos pelo Programa de Extensão Parque-Escola Chacrinha (PROEX -Universidade Federal de São João del Rei-UFSJ), por meio de uma de suas ações no Bairro Araçá, município de São João del Rei- MG, nos anos de 2014 e 2015. A associação entre pesquisa, ensino e extensão na práxis oriunda da articulação de agentes, instituições e propostas coletivas, são o eixo central do urbanismo tático aplicado no território na presente forma de narrativa e análise dos processos que culminaram na comunicação e execução de propostas para melhoria em equipamentos coletivos e reformas estruturais nas residências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Articulação comunitária e institucional, interdisciplinaridade, urbanismo tático.

**LINK:** <https://www.facebook.com/groups/1470335176578063>

## ABSTRACT

The work seeks to report the processes developed by the Chacrinha Park-School Extension Program (PROEX -Federal University of São João del Rei-UFSJ), through one of its actions in neighborhood Araçá, municipality of São João del Rei-MG, in Minas Gerais, Brazil. 2014 and 2015. The association between research, teaching and extension in praxis arising from the articulation of agents, institutions and collective proposals, are the central axis of tactical urbanism applied in the territory in the present form of narrative and analysis of the processes that culminated in communication and execution of proposals to improve collective equipment and structural reforms in homes.

**KEY-WORDS:** Community and institutional articulation, interdisciplinarity, tactical urbanism.

**LINK:** <https://www.facebook.com/groups/1470335176578063>

## INTRODUÇÃO

A noção de que o planejamento urbano, observado em amplo sentido, escapa ao alcance da maior parte da população, de seus anseios e inclusive de suas demandas mais básicas, revela ao menos um contraste muito claro nesse processo, a cidade como *Obra x cidade mercadoria*, assemelhando-se à unidade contraditória do valor de uso x valor de troca (LEFEBVRE, 2008).

O Estado, historicamente vinculado aos interesses de uma elite, reifica a soberania do valor de troca, mantendo assim a maior parte da população à margem das decisões e, por mais contraditório que seja, dos seus direitos constitucionais. Como ressalta Harvey:

... O Estado antigo era, (...), o Estado dos senhores de escravos para controlar os escravos, assim como o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão-de-obra assalariada pelo capital. (2005, pg. 78.)

É fato que a população, ao fruir da cidade, também a transforma, de acordo com a urbanidade que lhe cabe na trama de arranjos, valores e conhecimentos que residem na expressão do lugar construído, o modo de incorporação desses critérios e vivências depende diretamente das condições oferecidas pelo lugar. O sentido prático de usufruto de espaços, utensílios, imagens e símbolos, configura um certo sentimento de pertença, que explicita no ser humano essa noção de urbanidade (DAVEIRA,1992).

Habitar, portanto, é viver dentro das possibilidades da vida atual e essas possibilidades decorrem de condições socioeconômicas, do modo de vida, da distância entre seus lugares de frequência (cidade, lazer, trabalho...), do valor econômico das coisas necessárias, do pouco tempo

disponível para trabalhar no que é seu - esses e outros fatores influem na dimensão tomada pelas moradas e seus moradores constituindo suas próprias regras de urbanidade.

## **GÊNESE DO PARQUE-ESCOLA CHACRINHA**

O debate urbano hoje já não pode prescindir de considerações ambientais, as quais incluem também a dimensão social da apropriação do espaço urbano. A complexidade deste desafio contemporâneo encontra solo fértil para sua problematização na premissa de integração de ações entre o ensino, a pesquisa e a extensão dos cursos de uma Universidade Pública, no caso a Universidade Federal de São João del Rei, MG (SILVA et. al.,2017).

O Programa de Extensão Parque-Escola Chacrinha (PqC) - Edital PIBEX-UFSJ - foi fruto de uma iniciativa universitária, na qual estudantes de Arquitetura e Urbanismo e Ciências Biológicas, apoiados por professores das mais variadas áreas do conhecimento, iniciaram um processo de reabilitação de usos e ressignificação de espaços públicos a partir de oficinas e mutirões, com moradores de comunidades socioambientalmente vulneráveis.

Chacrinha é o nome de um córrego que nasce na mesma vertente em que se encontram os bairros São Dimas, Cidade Nova, Araçá e Senhor dos Montes no município de São João del-Rei. Tendo sido fonte de água e alimento para os bairros e um local de uso público, que por sua história, passou a fazer parte do imaginário da população local.

Como contam os moradores, a partir de meados da década de 1980, com a canalização do esgoto nos bairros circundantes, todos os cursos d'água das redondezas perderam o caráter de espaço de uso público, e se tornaram locais inapropriados ao uso, devido ao despejo de resíduos das próprias comunidades e do descompasso entre as leis ambientais inerentes à bacia, rede hídrica e o adensamento populacional nestas áreas (CARNEIRO,2009).

As ações, iniciadas em meados de 2014, culminaram na institucionalização (em 2015) de tais anseios por meio do Programa de Extensão interdisciplinar junto a mais três projetos de Extensão relacionados à recuperação de áreas degradadas<sup>1</sup>, criação de Sistemas Agroflorestais<sup>2</sup> e fomento à implantação do Desenho Urbano Participativo<sup>3</sup>, todos com foco na articulação dos diversos agentes intra e extra acadêmicos envolvidos na proposta.

---

<sup>1</sup> O Projeto de Extensão(PIBEX 2015) que envolve a capacitação comunitária em recuperação de áreas degradadas por meio de técnicas e propostas alternativas.

<sup>2</sup> O SAF's (Sistemas Agroflorestais) é um projeto de extensão (PIBEX 2015) ligado a pesquisas acadêmicas já iniciadas e intervenções nas áreas degradadas a partir de oficinas/mutirões capacitatórios na área de atuação do Parque Chacrinha .

<sup>3</sup> O Desenho Urbano Participativo e Articulação Popular: organização e intervenção no Parque Chacrinha e comunidades. Tem como proposta envolver o debate urbano em sua indissociabilidade com questões ambientais, sociais e culturais com foco na realidade social de sua área de atuação em suas singularidades, sendo estas, áreas vulneráveis a riscos em diferentes aspectos.

Este estudo baseia-se na articulação do Programa supracitado com o Projeto de extensão: Escritório de práticas projetuais Alternativas - Eppa! - concebido em três frentes de atuação enquanto Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU)<sup>4</sup>, sendo elas: pirataria cívica, arquitetura social e urbanismo de guerrilha.<sup>5</sup>

O Parque Chacrinha desenvolve-se enquanto braço de atuação do Escritório no urbanismo de guerrilha, desenvolvendo escalas e análises urbanas com maior envolvimento da sociedade e academia, tanto pela presença no cotidiano quanto pela integração entre canteiro e desenho durante as intervenções.

## **URBANISMO TÁTICO - O LUGAR DENTRO DAS IDEIAS**

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de idéias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. (MARICATO, 2000, p 122. )

Pode-se afirmar que as idéias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias (MARICATO, 2000).

O mesmo acontece nas universidades, que no geral são enquadradas em uma conceituação reificada da arquitetura ou da representação ideológica da cidade. Os legislativos mantêm com esse universo uma relação muito funcional, já que as anistias periódicas visando a regularização de imóveis são alimento fecundo da relação clientelista. A ilegalidade é portanto funcional para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor.

A urbanização, juntamente com os movimentos surgidos na década de 1960, estimularam o debate no âmbito do uso e do conceito de espaço público. Visto a existência atual de novos elos, construídos ou a serem estabelecidos entre a produção e reprodução social, ou sociedade, território,

---

<sup>4</sup> EMAU significa Escritório modelo de Arquitetura e Urbanismo, é um projeto de Extensão Universitária unida à pesquisa e ao processo de graduação. Esse escritório surge da discussão a respeito da vivência e das práticas dos estudantes de Arquitetura durante a graduação, com a finalidade não só de completar a educação universitária, mas também para afirmar um compromisso com a realidade social da comunidade onde a universidade está inserida. Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil- FENEA - (<http://www.fenea.org/projetos/EMAU>)

<sup>5</sup> Conceito utilizado pelo Eppa! para nortear as práticas do grupo.

economia e política, enfatiza-se a necessidade da valorização do enfrentamento das questões urbanas desenvolvidas por movimentos sociais e organizações populares nas décadas de 70, 80 e 90 (RIBEIRO, 1995). Araújo (2012) aponta que somente por meio do estabelecimento destas formas, torna-se possível dar estabilidade ao fluxo contínuo de transformações sociais. Harvey (2005) cita o ressurgimento do direito à cidade com os movimentos sociais, emergindo das ruas e dos bairros, ressaltando a existência, do que James Holston (2008) defende como uma “cidadania insurgente”, com as lutas que continuam a existir acerca de quem deve configurar as características da vida urbana cotidiana.

Deste modo, o direito à cidade ressurge de ruas e bairros, de cidades doentes que fazem com que os movimentos pelo direito à cidade encontrem-se em plena atividade pelos movimentos sociais, pelo grito de amparo de pessoas oprimidas pela transformação do espaço (HARVEY, 2014). Neste meio, Kogan (2016) discorre a questão do urbanismo tático como um estágio ainda mais sofisticado do urbanismo neoliberal, devido à ausência de controles estatais sobre a qualidade e objetivo dos espaços públicos criados a partir da sociedade, sendo que esta autoprodução do espaço através da comunidade tende a substituir a figura das empresas privadas propositoras de espaços públicos.

Ressalta-se que o urbanismo tático possui diferenças em relação às práticas informais realizadas, tais quais mutirões em comunidades, pois são feitos, em sua grande maioria, por pessoas da “classe criativa”, sendo arquitetos, designers e artistas, geralmente endereçado a locais destinados ao lazer e à sociabilidade, tais como praças públicas. Algumas intervenções, como a construção conjunta de mobiliários urbanos, a apropriação de espaços públicos subutilizados ou terrenos baldios, são exemplos práticos desta ação sobre o espaço (NOGUEIRA e PORTINARI, 2016).

Bauman (2009) ressalta que são nos lugares que forma-se a experiência humana, onde ela é compartilhada e seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. No contexto da participação, Montaner e Muxí (2014) descrevem que esses processos não só permitem com que os cidadãos reforcem o conhecimento sobre o seu bairro ou cidade, mas que devem ser fundamentais tanto no início como na conclusão das obras. Ainda complementam: “Nenhuma intervenção urbana pode começar sem que os moradores intervenham no diagnóstico, e toda obra requer a opinião e a atividade dos usuários a fim de valorizar e qualificar sua manutenção, de modo a interpretar sua pós-ocupação” (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 219).

A partir desse entendimento é que viu-se o termo do urbanismo tático mais apropriado para as ações que desenvolveram-se no Parque Chacrinha do que o termo urbanismo de guerrilha.

## **UM PONTO DE CHEGADA E PARTIDA NO BAIRRO ARAÇÁ.**

A visão de que diversos problemas sociais, tais quais os altos índices de violência e a presença do tráfico de drogas, assim como inexistência ou ineficiência de equipamentos e ações de melhoria urbana não são restritos a uma comunidade, e de que, em muitas das vezes tais aspectos estão vinculados à uma região ou zona da cidade, fez com que as ações de reabilitação e requalificação de espaços públicos, organizadas pelo Programa, se expandissem gradativamente ao longo da encosta, onde se encontram os vários bairros de atuação do programa.

Dentre os espaços com maior histórico de violência, destaca-se a Rua Ângelo Tirapeli, localizada no Araçá, bairro de pequena extensão e confluência de conflitos em termos sociais e urbano-ambientais, entre os bairros do São Geraldo, Bela Vista e Senhor dos Montes.

Durante o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, a via foi palco de diversos homicídios, consequência de uma disputa acirrada entre grupos envolvidos com tráfico de drogas e armas. Outro fator que ressalta a ineficiência das ações do poder público local, em relação à essa comunidade, revela-se na inexistência de obras de escoamento, recepção e destinação de águas pluviais, dado o fato que o Araçá é o ponto de convergência do grande volume pluvial proveniente das vias de grande declividade impermeabilizadas do entorno imediato.

Este fator, aliado ao intuito de reabilitação de usos do Centro Comunitário do bairro (edifício construído pela população e de controle da diocese Dom Bosco) fez com que as ações de duas unidades curriculares do Curso de Arquitetura voltassem suas atividades para o bairro, foram estes os estúdios: “Canteiro e Desenho” e “Arquiteto Social”, ministrados pela professora Helena Marchisotti.

A priori, a proposta das unidades curriculares voltaram-se à demanda de uma solução de baixo custo para a desaceleração do volume de água pluvial em um dos pontos da rua, tal demanda foi apresentada pelos próprios moradores, tendo em vista que a “enchente” já havia abalado as estruturas de duas residências nos períodos chuvosos anteriores.

Todavia, a disputa entre os próprios moradores acerca do terreno no qual seria implementada a solução, assim como o impasse sobre a posse do mesmo perante a prefeitura municipal, impossibilitou a ação dos estúdios dado o curto período das unidades curriculares, sendo as mesmas de duração bimestral.

A escolha de outro ponto de atuação na mesma localidade deu-se pelas inúmeras reclamações relacionadas ao ponto de ônibus do bairro, o equipamento havia tornado-se ponto de consumo e venda de drogas, além da utilização como banheiro por parte dos usuários, tais características foram determinantes para a escolha do local, que já não cumpria sua função pois os

demais moradores preferiam esperar o transporte do outro lado da rua, devido ao mau cheiro e histórico de agressões no local ( figura 01).



Ponto de ônibus da Rua Ângelo Tirapeli, detalhe para falta de assentos e suidades no entorno do equipamento

Figura 01- Imagem: Programa de Extensão Parque Chacrinha

Segundo Daveira (1992), o enfrentamento às condições de vida, próprias às comunidades, possibilita as soluções de encaminhar propostas. Havendo um certo lugar da reflexividade deles, considerando assim o conjunto de qualidades (características) da sociabilidade da pessoa, como facilitador das incertas durezas cotidianas, “ o corpo dessa reflexividade procura retomar, dentro das duras dificuldades, os caminhos possíveis para uma sociabilidade em exercício” (1991, p. 43)



Ponto de ônibus da Rua Ângelo Tirapeli, processo de reforma do equipamento com os moradores locais.

Figura 02 - Imagem do Programa de Extensão Parque Chacrinha

Os desdobramentos das reflexões e interações consequentes da aproximação desses dois universos (Academia - Comunidade) possibilitaram, de forma orgânica, as ações de reforma e reabilitação de usos do ponto de ônibus do Araçá (Figura 02, 03 e 04). A própria organização dos mutirões foi fruto de reuniões nas quais os moradores e estudantes agruparam-se, realizando assim um organograma no qual as habilidades e possibilidades de cada um eram colocadas para a viabilização da reforma do ponto de ônibus. Constituiu-se assim um desenho e um canteiro produzido coletivamente.



Pintura com tinta de terra e grafite, mosaico de refugos de cerâmica  
Figuras 03 e 04 - Imagens do Programa de Extensão Parque Chacrinha

A partir dessa primeira interação, na qual os moradores locais apontaram e dispuseram-se a trabalhar na melhoria das casas do entorno imediato ao ponto de ônibus, diversas ações foram realizadas ao longo dos meses seguintes na comunidade. As interações propostas pelo Programa culminaram então, na semana de mutirões realizados no Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura (EREA-2015) (Figuras 05 e 06) através das unidades curriculares “Canteiro e Desenho”, “Arquiteto Social” e “Eficiência Energética” este último ministrado por Laura Tavares.

O evento contou com o apoio da Universidade Federal de São João del Rei e Prefeitura Municipal no que tangeu ao maquinário, insumos e serviços necessários às ações propostas.



Processo no EREA de preparação de tinta de terra e mosaico de refugos de cerâmica  
Figuras 05 e 06 - Imagens do Programa de Extensão Parque Chacrinha e 5º Cultural

## CONCLUSÃO/ALINHAMENTO:

O fator aglutinante de todas essas ações foram as demandas gritantes do espaço urbano sanjoanense, resultado do descaso e omissão do poder público para com grande parte da população, fato instigante e catalisador do desígnio de propostas, para aqueles que permitem-se enxergar, e necessidade básica para aqueles que não são considerados ou relevados.

A tríade ensino/pesquisa/extensão revelou-se como um ciclo para o desenvolvimento e aplicação na autoconstrução urbana, na lida das constantes modificações do espaço e ações nos modos de comunicar, ensinar e aprender com palavras e gestos. O caráter extensionista e integrado das Unidades Curriculares, do curso de Arquitetura e Urbanismo possibilitou a produção deste design do urbanismo tático, como aprendizado desta ferramenta para ampliar/reduzir discursos e técnicas para pessoas.

Nesse espaço público desierarquizado em que as ações, pelo envolvimento no canteiro e proximidade com a vida cotidiana, possibilitaram um ambiente propício para desenvolvimento de

novas experiências, as soluções dos encaminhamentos foram-se firmando através das características pessoais e grupais, clarificando-se na representatividade evidenciada na criação da Associação de Bairro Araçá, consequência direta não da influência das ações externas, mas sim da revitalização dos intuitos inerentes aos moradores, cidadãos, pertencentes à localidade, aos seres urbanos.



Alinhamento de pneus próximo ao ponto de ônibus da rua Ângelo Tirapeli.  
Imagens do Programa de Extensão Parque Chacrinha

## **AGRADECIMENTOS**

A oportunidade e encontros possibilitados pela Universidade Federal, aos docentes do curso de arquitetura e urbanismo, que apontaram e confiaram em nossa errância pela cidade, aos companheiros que ensinaram e aprenderam nessa comunhão com o mundo.

A comunidade Sanjoanense em seus morros, becos, saberes e risadas. Todas as mães dos bairros que abriram as casas com sorrisos e lamúrias, para surpresas do encontro.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, James Amorim. *Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefèbvre*. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 31, p. 133 – 142, 2012.

CARNEIRO, Éder J., *Formações territoriais urbanas em São João del-Rei (MG)* In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

CORGHI, Fernanda N. ; CARVALHO, Joseane C. B. DE; HIRATA, Márcia S.; SOUZA, Helena M. *O Potencial de pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade na premissa praxiológica de um plano pedagógico de curso de arquitetura e urbanismo*, 2015

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.  
<https://doi.org/10.5212/publicatioci.soc.v.23i2.0007>

DAVEIRA, Adriano Salmar Nogueira e. *A fala do povo: A reprodução do conhecimento no saber popular*, Petrópolis, Vozes, 2ª ed,1992

GOMES, Julia Dias; GOMES, Letícia Dias; MELLO, Márcia Maria Couto. *Urbanismo Tático e o direito à cidade*. Revista Políticas Públicas & Amp; Cidades - 2359-1552, 8(4). Recuperado de <https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/388>

HARVEY, David, *A produção capitalista do espaço.*, trad.: Carlos Szlak, 2ª ed., São Paulo, Annablume, 2005.

HARVEY, D. Contradicción 16: la relación del capital con la naturaleza. In: Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo. Quito: Editorial IAEN, 2014. p 241 a 256, 1.ª ed. 15 x 24 cm. Prácticas constituyentes, n.4.

KOGAN, Gabriel. *Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal*. Cosmopista, 2016.

LEFEBVRE, Henri; *O direito à cidade*, Trad.: Rubens Eduardo Frias, São Paulo, Editora Centauro, 5ª ed., 2008

MARICATO, Ermínia. *As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias*. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

MONTANER, Josep.; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

NOGUEIRA, Pedro Caetano Eboli; PORTINARI, Denise Berruezo. *Urbanismo tático e a cidade neoliberal*. Arcos Design, Rio de Janeiro, v. 9, p. 177 - 188, 2016.

SILVA, Guilherme S; NOGUEIRA, Hugo L. C; BARCIA, Luca T. P; NEGREIROS, André B; HIRATA, Márcia S. *Parque Escola Chacrinha: intervenções ambientais, culturais e urbanas*, Trabalho apresentado na XIII Semana de Extensão Universitária, 2017.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Urbanização sem urbanidade: Um cenário de incertezas*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 16, p. 556 – 590, 1995.

## **Diálogos transdisciplinares com o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável: alcance e perspectivas**

*Transdisciplinary dialogues with the Financial Education Program for Sustainable Socio-economic Inclusion: reach and perspectives*

SANTOS, Glauco Manuel

*Mestre, Docente da UFSJ, glauco@ufsj.edu.br*

### **RESUMO** (100 a 250 palavras)

O presente artigo possui duplo objetivo. Em primeiro lugar, contribuir para o avanço da reflexão crítica sobre aspectos teórico-metodológicos e pedagógicos presentes no atual paradigma de educação financeira, de fundamental importância não só para a construção da autonomia e emancipação pessoal, da perspectiva econômica e financeira, mas também e principalmente, para além do adiestramento dirigido para conscientização limitada ao comportamento pecuniário, isto é na dimensão política, como elemento central para o exercício pleno da cidadania e da ação transformadora imperativa na atual etapa do processo de acumulação caracterizada pelo aumento e aprofundamento dos impactos negativos causados pelas contradições e conflitos associados à hegemonia alcançada pelo capital financeiro. O segundo, mas não menos importante objetivo é esboçar, em linhas gerais, uma proposta de trabalho conjunto a entre o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável (PEFISS) e as contribuições trazidas pelos trabalhos apresentados durante o primeiro Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes, Culturas e Sustentabilidade da Universidade Federal de São João del Rei. Para tanto, os objetivos, referencial teórico e metodologia do programa serão revisitados e cotejados com aportes selecionados a partir do Círculo de debates 1 - Ideias Pedagógicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Financeira , transdisciplinaridade, decolonialidade

### **ABSTRACT**

*This article has a dual purpose. The first is to contribute to the advancement of critical reflection on theoretical-methodological and pedagogical aspects present in the current paradigm of financial education, of fundamental importance not only for the construction of personal autonomy and emancipation, from an economic and financial perspective, but also, in addition to indoctrination aimed at limited awareness of pecuniary behavior, that is, in the political dimension, as a central element for the full exercise of citizenship and imperative transformative action in the current stage of the accumulation process characterized by the increasing negative impacts caused by contradictions and conflicts associated with the hegemony achieved by financial capital. The second, but no less important objective is to outline, in general terms, a proposal for joint work between the Financial Education Program for Sustainable Socio-economic Inclusion (PEFISS) and the contributions brought by the works presented during the first Seminar of the Transdisciplinary Research Group in Arts, Cultures and Sustainability at the Federal University of São João del Rei. Therefore, the objectives, theoretical framework and methodology of the program will be revisited and compared with contributions selected from the Discussion Circle 1 - Pedagogical Ideas.*

**KEY-WORDS:** Financial education, transdisciplinarity, decoloniality

## 1 INTRODUÇÃO

Como exposto, durante o primeiro Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes, Culturas e Sustentabilidade (GTRANS), o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável (PEFISS) promove cursos para professores e estudantes secundaristas da rede pública de ensino. O programa se direciona também ao atendimento de demandas específicas de empreendedores de economia solidária, comunidades de povos tradicionais remanescentes de quilombolas e de alguns dos segmentos mais vulneráveis do público em geral.

Além de cursos, desenvolvemos uma gama diversificada de atividades tais como, por exemplo, rodas de conversa sobre temas específicos, diagnóstico e assessoramento no enfrentamento de problemas relacionados à vulnerabilidade econômico-financeira. Temos nos empenhado num esforço permanente de conscientização (informação e formação), tendo em vista a sustentabilidade, em sentido amplo e multifacetado, como base para a promoção da justiça social e pleno exercício da cidadania.

A crise estrutural, protagonizada pelo processo de transnacionalização do capital, se caracteriza por instabilidade cada vez maior e mais frequente no sistema monetário e financeiro internacional. Estas contradições são críticas e apontam para a possibilidade concreta de ruptura e transformação radical do sistema mundial em função dos impactos devastadores do processo de acumulação, principalmente no caso dos países periféricos, em termos ambientais, sociais, políticos e econômicos. Portanto, não seria errôneo afirmar que o aprofundamento da exclusão social, elevação acentuada do desemprego, aceleração do processo de concentração de renda e patrimônio, forte elevação dos níveis de endividamento, inadimplência, aumento generalizado da pobreza e miséria são ao mesmo tempo causa e efeito da sindemia associada ao vírus COVID-19.

É diante deste quadro que se inscreve a necessidade urgente de uma outra Educação Financeira e Econômica (EFE), que seja radicalmente crítica, contra-hegemônica, popular, solidária e transdisciplinar. O PEFISS, desde sua concepção e ao longo de toda sua trajetória, procurou se orientar por estes princípios.

O presente artigo consiste num esforço, ainda em caráter meramente exploratório, de propor linhas gerais de uma perspectiva coletiva de reflexão e ação para o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável, a partir das diversas contribuições trazidas pelos trabalhos apresentados durante o primeiro Seminário do GTRANS.

Para tanto, os objetivos, o referencial teórico e a metodologia do Programa serão revisitados e cotejados com aportes selecionados a partir do “Círculo de Debates 1” - Ideias Pedagógicas, tendo em vista suas convergências e sinergia, e sem perder de vista as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO PEFISS

Iniciando pela revisão de nosso referencial teórico, convém lembrar que os principais conceitos e relações socioeconômicas do Programa se fundamentam sobre a perspectiva Marxiana, na medida em que esta permanece válida como modo de pensar criticamente a realidade econômica atual. Esta atualidade do marco de análise de Marx e sua escolha se justificam na medida em que se verifica no mundo contemporâneo a exacerbação do domínio global da lógica da acumulação de capital e a generalização do processo de mercantilização das relações sociais.

Neste sentido, o agravamento das crises estruturais para o conjunto do sistema mundial, resultante da ampliação e concentração de riqueza, centralização de capitais, mecanização e ampliação exponencial das escalas de produção, acirram antagonismos de interesses e conflitos sociais, a exemplo do que se assiste hoje em diversos países.

Da perspectiva teórica, no campo das Ciências Econômicas, o PEFISS rejeita o modelo hegemônico de Educação Financeira. No atual paradigma de Educação Financeira o tratamento do comportamento dos agentes econômicos é análogo àquele empregado pelos representantes das escolas liberal e neoliberal de pensamento econômico, segundo o qual a natureza humana é postulada de modo a tornar possível identificar regularidades e causalidades nas ações dos indivíduos.

Por outro lado, tais tradições teóricas imputam também a existência de racionalidade (isto é, os indivíduos buscam maximizar egoisticamente a satisfação de suas próprias necessidades materiais), nesta natureza humana (homem econômico), o que permite operar artificialmente o isolamento dos temas da vida econômica, subordinando-os a princípios gerais ou leis que simplificam a análise ao dispensar a necessidade de tratamento teórico de questões relacionadas às esferas política e social.

A postulação de uma natureza humana representa artifício da razão que permitiu desenvolver a noção de sistema econômico. O homem econômico é um reducionismo, um modelo abstrato colocado antes da sociedade, que torna a esfera da reprodução da vida material (economia) autônoma, ao nível do discurso teórico, em relação a questões políticas e sociais.

Com isto, tornou-se possível a transposição do paradigma das ciências da natureza (harmonismo, funcionalismo, experimentalismo) para a atividade humana e a concepção da sociedade humana como sistema regido por leis imutáveis. Deste modo, no campo econômico, a ação humana teria regras naturais e privadas (válidas para qualquer espaço e tempo histórico), que conduziram a sociedade de maneira espontânea e harmônica a um estado de bem estar ou de equilíbrio geral de mercado.

A esta perspectiva limitada e pouco realista, Karl Marx contrapõe a visão de que o crescimento e a distribuição de riqueza (objeto de estudo da Economia Política), são gerados num contexto social e histórico específico, ou seja, a reprodução ampliada do capital é cercada por relações sociais específicas em cada momento histórico. Portanto, ao invés de leis naturais, deveriam ser desvendadas leis de movimento da sociedade que são determinadas historicamente.

Para Marx, seria preciso analisar o todo para desvendar o papel de cada sujeito nas relações sociais. O sujeito dos processos sociais é o capital e não os indivíduos.

A principal deficiência do pensamento liberal e neoliberal, em que se baseia o atual paradigma de Educação Financeira, refere-se à falta de perspectiva histórica sem qualquer reflexão sobre aspectos sociais, políticos e ambientais. Por exemplo, para os economistas destas tradições, o capital é considerado como elemento universal (independente da história).

É certo que o capital tem uma característica universal que são seus meios de produção. Porém, só no Capitalismo a simples posse dos instrumentos de produção dá direito a uma remuneração. Portanto, o capital em sua essência carrega em si relações sociais que são específicas de uma determinada etapa histórica.

Os economistas clássicos ingleses entendiam que os direitos de propriedade eram universais, ou seja, a posse do capital decorria do trabalho e da poupança, em qualquer período da história. Para Marx, porém, tais direitos foram historicamente constituídos através do movimento por ele designado como processo de acumulação primitiva.

Por outro lado, a perspectiva marxiana permanece válida como modo de pensar criticamente a realidade econômica atual na medida em que se verifica a exacerbação do domínio global da lógica da acumulação de capital e a generalização do processo de mercantilização das relações sociais. Exemplo disto é o tratamento dado pelo autor ao tema capital a juros, que permite compreender melhor fenômenos (tais como crises financeiras, especulação nos mercados, volatilidade dos preços dos ativos, etc.) dos quais decorrem graves implicações sobre a sustentabilidade econômica e

financeira de indivíduos, famílias, empresas (notadamente as de intermediação financeira bancárias e não bancárias), assim como países e o próprio sistema monetário internacional.

Tal análise do capital a juros é fundamental para o entendimento de que há uma tendência à autonomização do dinheiro e do valor, ou seja, ambos tendem a libertar-se do plano da troca e da produção passando a valorizar-se independentemente do que ocorre na esfera real da economia. Tal como definido por Marx, emerge deste movimento o chamado capital fictício, isto é, títulos de dívida cuja valorização/desvalorização se opera via movimentos especulativos em relação ao comportamento de seus preços futuros.

Na atual etapa histórica do capitalismo, a exacerbação da criação de capital fictício pode ser entendida como resultado do efeito combinado da própria capacidade de criação de moeda pelos bancos (multiplicador bancário), por um lado, e do movimento de expansão e desregulamentação dos mercados de capitais assim como sua generalização, enquanto forma de crédito predominante, por outro lado. A importância do conceito de capital fictício está no fato de apontar o caráter ilusório de uma grande parte da riqueza acumulada nos países capitalistas:

“ Ao desenvolver-se o capital portador de juros e o sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelos diversos modos em que o mesmo capital ou o mesmo título de dívida aparece sob diferentes formas em diferentes mãos. Esse capital monetário é, em sua maior parte, puramente fictício”. (MARX, 2017, p. 527)

Desde modo, reveste-se de importância absolutamente central a revisão crítica do atual paradigma de Educação Financeira, não limitando seu alcance apenas à busca de prosperidade material individual per se, mas antes no sentido de contribuir para a efetiva construção do pleno exercício da cidadania e de um perfil de inclusão financeira não subordinada, que seja capaz de lançar as bases para a percepção crítica e não alienada sobre os temas e problemas no âmbito financeiro.

O trabalho do educador crítico envolve politizar e promover o debate, enfrentando a alienação subjacente à aparente neutralidade dos conceitos e categorias, tipicamente apresentados sob o confortável manto da técnica.

Do ponto de vista metodológico em termos didático-pedagógicos, o paradigma hegemônico da Educação Financeira também padece de extrema limitação de seu alcance e abrangência. Via de regra, tais abordagens possuem viés de natureza “bancária” em duplo sentido. Em primeiro lugar, a ênfase de seu conteúdo programático costuma se concentrar tão somente no conhecimento/utilização de produtos previdenciários e bancários (de aplicação e captação de recursos). Tal enfoque limita-se à busca, em si mesma, de eficiência marginal do capital (ou taxa

interna de retorno) e adequação à composição dos portfólios individuais, bem como aos perfis particulares de gestão patrimonial e de restrição orçamentária que configuram padrões de financiamento específicos. Tratam-se, em resumo, de abordagens de caráter tecnicista e instrumental.

Em segundo lugar, mas não menos importante, educação é também “bancária” no sentido da crítica formulada por Paulo Freire em relação ao paradigma burguês de educação, isto é, que este consiste em instrumento de poder e subordinação. Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão (FREIRE, 2011, pág. 80).

A crença de Paulo Freire no potencial humano de constante aprendizado e busca de soluções para seus problemas norteia o pensamento pedagógico desta proposta, que conta com a iniciativa dos alunos para buscar as aulas oferecidas, trazer dados de sua realidade objetiva para análise e buscar o desenvolvimento de suas próprias competências, saberes e habilidades, em uma constante reinvenção do indivíduo.

Segundo Paulo Freire, “[...] a inclusão do ser humano, sua inserção num permanente movimento de procura [...]” (FREIRE, 2003, p. 14) é o que o impulsiona a um permanente estado de formação, mais do que puramente treinamento. Parece que o mercado de trabalho e o mercado de consumo ditam as regras sob as quais a sociedade deve viver. Nossa proposta de ação quer colocar-se contra este aparente fatalismo, oferecendo instrumentos através dos quais seja possível repensar suas atitudes em relação ao consumo, crédito, uso dos recursos naturais, etc.

Em Adorno, a ideia de emancipação se coloca de forma a complementar a noção de autonomia em Paulo Freire, porém com um foco mais político. Adorno (2000, p. 169) trata do tema dizendo que “a exigência de emancipação parece ser evidente numa democracia”, ao mesmo tempo em que diz que “a democracia repousa na formação da vontade de cada um”. O PEFISS procura direcionar seu foco no estímulo à capacidade de atuação político-social oferecendo formação, informações e ferramentas para determinar seu próprio futuro e intervir no seu contexto sócio-político.

Mas, não acaba aí nossa crítica radical transdisciplinar e contra-hegemônica, em termos teórico-metodológicos, associada à preocupação com uma outra Educação Financeira politizada, historicamente referenciada e profundamente vinculada ao campo democrático, popular e solidário. Para além disto, a Educação Financeira não pode se eximir de problematizar o tema do

desenvolvimento sustentável (c.f. Agenda 21, Capítulo 36: Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento).

Em torno da questão ambiental é possível distinguir duas perspectivas antagônicas, diametralmente opostas. Por um lado, no caso das classes e/ou frações de classe com maior poder, a degradação ambiental é tratada como sendo de natureza técnica e seus riscos e impactos como um problema comum a todos, isto é, cujos custos são igualmente distribuídos pelo conjunto da sociedade. Neste caso, os instrumentos de mercado seriam os mais eficientes para proteger o meio-ambiente, dado o progresso tecnológico e o suposto consenso político quanto ao imperativo de “economizar o planeta” (razão utilitária).

Por outro lado, do ponto de vista dos movimentos sociais, a degradação do meio ambiente é indissociável da problemática que envolve a desigualdade social. Assim sendo, seus impactos e riscos se concentram nas classes ou frações de classe subordinadas, com menor poder e, portanto, escassa capacidade de enfrentar com chance de sucesso tais impactos.

A degradação ambiental e seus efeitos não são “democráticos”, em outras palavras, a justiça ambiental depende da justiça social. Para tanto, a luta em defesa do meio ambiente exige o respeito e a garantia de condições de vida dignas a partir do enfrentamento da segregação socioespacial e da desigualdade ambiental, vinculadas ao movimento permanente de expansão dos mercados. Esta última é a perspectiva com a qual o presente Programa se identifica e propõe adotar como referência. Como sugerido pela noção de desenvolvimento sustentável de Jacobi

“O desenvolvimento sustentável somente pode ser entendido como um processo no qual, de um lado, as restrições mais relevantes estão relacionadas com a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e o marco institucional. De outro, o crescimento deve enfatizar os aspectos qualitativos, notadamente os relacionados com a equidade, o uso de recursos – em particular da energia – e a geração de resíduos e contaminantes. Além disso, a ênfase no desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais, nas necessidades básicas e na alteração de padrões de consumo, principalmente nos países desenvolvidos, para poder manter e aumentar os recursos-base, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água.” (JACOBI, 2003, p.7)

### 3 AFINIDADES E POSSIBILIDADES DE PARCERIAS NO ÂMBITO DO GTRANS

Diante do exposto, passaremos a tentar delinear possibilidades de parcerias para trabalhos em conjunto desde a perspectiva da transdisciplinar e decolonial. Contudo, antes de avançarmos nessa direção é importante lembrar que o PEFISS, desde 2010, tem desenvolvido suas atividades em consonância com as Diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão, destacando-se a de interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a partir da qual diversas parcerias foram firmadas. São

exemplos disto, as parcerias firmadas com os seguintes programas: Núcleos de Artes e Sustentabilidade (NAST), do curso de Teatro; Museu do Barro do Fortim dos Emboabas, curso de Artes Aplicadas; Educomunicação, curso de Comunicação Social-Jornalismo; Programa TUGU-Ná, curso de História; Saberes da Terra, curso de Arquitetura; e Produção de Abelhas Rainhas para apicultores de São João Del-Rei e região, do curso de Zootecnia.

Atualmente foram estabelecidas parcerias com os seguintes programas e projetos: Centro de Referência de Cultura Popular Max Justo Guedes/Museu do Barro; ECOLAB/Movére do curso de graduação em Artes da Cena; Incubadora Tecnológica e Cooperativas Populares (ITCP-UFSJ); Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia (NEPE); Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicanálise (Nupep); e Programa Diálogos de Saberes e Práticas para Promoção da Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional como Estratégia de Desenvolvimento no Território das Vertentes em Minas Gerais. Além destes, contamos com a participação ativa de profissionais das áreas de Direito e Psicologia, que atuam voluntariamente dentro do programa. Acreditamos que estes vínculos são fundamentais e atestam o empenho no sentido de assegurar a combinação virtuosa entre diferentes especializações, numa perspectiva holística da realidade social exigida pela ação extensionista.

Muitas e profícuas possibilidades de colaboração surgiram a partir do primeiro Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes, Culturas e Sustentabilidade. Considerando as parcerias pré-existentes, procurarei me concentrar naquelas outras que, ao menos em princípio, oferecem extraordinário potencial de sinergia. A primeira delas se refere à metodologia apresentada pela professora de Artes Cênicas e pesquisadora de Arte da Performance Rita Gusmão (GUSMÃO, 2021).

Os princípios metodológicos desenvolvidos pela autora podem ser aplicados em diferentes frentes de atuação do PEFISS. Este é o caso dos cursos oferecidos para estudantes secundaristas e docentes das escolas públicas de São João del Rei. Trata-se, portanto, de incluir e articular tais princípios (representatividade, desnaturalização, emancipação, desaprender, Swaraj, Ahimsa e Pachamama) na formação de competências transversais sociais, comportamentais e técnicas. A orientação de tais competências busca o desenvolvimento crítico das capacidades cognitivas, reflexivas e criativas, nos planos pessoal e coletivo, necessárias para a construção de uma sustentabilidade plena, isto é, em todas as suas múltiplas e entrelaçadas dimensões (cultural, ambiental, social, política e econômica).

Tomando como ponto de partida a sociologia das ausências (SANTOS, 2002), consideramos que as diretrizes nacionais da extensão universitária no Brasil (Res CNE/CES Nº 7), configuram por definição território fértil para as Epistemologias do Sul (SANTOS, 2010). Portanto, representam um locus

privilegiado para aplicação dos conceitos de ecologia de saberes, tradução intercultural e artesanias das práticas como ferramentas fundamentais para superar a monocultura do saber científico e dos processos subjacentes de invisibilização dos conhecimentos e práticas subalternos (SANTOS, 2007b e 2012).

A artesanias das práticas assim localizada e mediada pela tradução intercultural abre espaço para a ecologia de saberes oferecendo caminho consistente para enfrentar nas dimensões epistêmica e política a ciência capitalista, colonialista e patriarcal (SANTOS, 2007a). Para tanto, envolve a valorização da oralidade, da escuta profunda e da justiça cognitiva como estratégia de luta e resistência contra as crises econômicas, sociais, políticas e ambientais intrínsecas à formação do sistema-mundo imperialista capitalista.

É neste sentido que convergem os projetos “Epistemologias do Sul como metodologia de ensino e aprendizagem para uma educação integral” e “Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável”. Este não seria um experimento inteiramente estranho, a exemplo da parceria com os arte-vivenciadores comunitários do programa Núcleo de Arte e Sustentabilidade, coordenado pelo Professor Adilson Siqueira, também pesquisador no campo da performance, que resultou em menção honrosa na Semana de Extensão Universitária da UFSJ, em 2014.

A narrativa contra-hegemônica exige no campo da Educação, de modo geral, e na Educação Financeira crítica, mas especificamente, o engajamento na análise e desconstrução do discurso midiático alienante. Este reproduz, via-de-regra, os conhecimentos e práticas econômicas neoliberais hegemônicas que tendem a ter papel determinante na manutenção de relações socioeconômicas neocoloniais de dependência e subordinação, perpetuando as condições de exploração e subdesenvolvimento nas periferias do sistema-mundo.

O trabalho apresentado pelo Professor Paulo Henrique Caetano, sob o título “*Práticas discursivas, sociais e culturais: devires do design da sociedade e da sociedade do design*”, tem enorme potencial de contribuir para o esforço do PEFISS no sentido de ampliar o universo de referência dos estudantes ao tratar de temas/problemas contemporâneos absolutamente centrais. Os estudantes são confrontados, por exemplo, em nível internacional, com o processo de “globalização”, cuja interdependência econômica assimétrica exaspera o desafio de ampliação do grau de autonomia dos Estados nacionais frente à arquitetura da economia política internacional.

Por outro lado, os estudantes são instados à reflexão crítica, pois da perspectiva adotada pelo programa não é possível desvincular a discussão sobre inclusão econômica-financeira sustentável da

elevação da intensidade e frequência das crises produzidas pelo movimento cada vez mais instável do mercado de capitais. Tais crises não podem ser tratadas como casual nem tampouco como resultado espontâneo de uma suposta dinâmica natural do assim chamado “mercado”. O projeto “Práticas discursivas, sociais e culturais: devires do design da sociedade e da sociedade do design”, certamente pode contribuir para matizar como os meios de comunicação, ao tratarem de fenômenos no campo político e socioeconômico, produzem e disseminam através de linguagem específica uma narrativa irremediavelmente atrelada a cultura hegemônica, ao pensamento único que oculta e invisibiliza saberes e práticas subalternos de resistência.

Por fim, temos como certa a interação virtuosa entre o trabalho desenvolvido pelo PEFISS e a reflexão proposta pela Professora Ivana de Vasconcellos Latosinski (LATOSINSKI, 2021). Os cursos ministrados pelo PEFISS envolvem diretamente o aprendizado de noções básicas de matemática financeira, a partir da perspectiva teórica proposta por Skovsmose (2000), na qual o ensino não deve se processar sem que esteja articulado com a realidade objetiva de estudantes e professores, nem tampouco com os fatores históricos, socioeconômicos e ambientais que a determinam. A educação matemática tradicional, baseada na execução de exercícios apenas para a fixação do conhecimento ensinado previamente pelo professor, esvaziada de qualquer espírito investigativo e questionador, impede o desenvolvimento da capacidade crítica e transformadora da sociedade.

Conforme Soares (2008), a Educação Matemática Crítica se insere no contexto da Pedagogia de Paulo Freire de desmistificar o conhecimento. Nesta abordagem, os conteúdos não devem ser tratados de forma não referenciada em termos históricos, sociais, políticos e econômicos. Portanto, envolve assumir e incorporar explicitamente a existência de atores sociais com interesses antagônicos em conflito permanente. Desta forma, os estudantes são instados a conectar de maneira crítica estes conhecimentos com sua própria identidade social e sentimento de pertencimento de classe, numa clara convergência para o sentido e significado mais amplo proposto pelas Epistemologias do Sul, brevemente mal resumidas acima. De fato, conforme mostrado por Soares:

“Vê-se que a Educação Matemática Crítica tem profunda relação com a Pedagogia de Paulo Freire. Também nas duas se pretende promover a consciência do que está sendo aprendido pelos educandos, e na Educação Matemática Crítica isso é ainda mais importante. Ela tem também como intenção “desmistificar” os conteúdos que são ensinados pelos professores em classes regulares; que, muitas vezes, não estão preocupados com o que está sendo ensinado e com a forma que isso acontece. Na Educação Matemática Crítica, os conteúdos não são considerados neutros, livres de amarras e contextos que propiciaram o seu surgimento. Pelo contrário, todo e qualquer conhecimento tem uma história, uma razão de ser, e atende a determinados interesses. Quando o professor os ensina não levando em conta tudo o que esse conhecimento representa, está se comportando como um mero reprodutor desse conhecimento, que não foi desenvolvido por ele, cuja história não conhece. Os alunos, sem saberem de tudo que pode estar envolvido no conteúdo aprendido, acabam aceitando-o da maneira como ele é apresentado, sem dúvidas, como uma verdade incontestável. E como cidadãos que são, acabam por

deixar-se formatar pela matemática na qual estão inseridos, tomando suas decisões em sociedade de maneira condicionada e não crítica.” (SOARES, 2008, p. 64)

O trabalho apresentado pela professora Ivana Latosinski aponta para esta mesma direção quando assinala que o Manifesto da Transdisciplinaridade (NICOLESCU, 1999), avalia criticamente o conhecimento fragmentado que desconsidera a realidade multifacetada da realidade social concreta e objetiva subjacente ao princípio do terceiro incluído. A transdisciplinaridade aparece aqui como alternativa a partir da ruptura radical com pseudo-dualidades e da efetiva incorporação desta realidade para superação deste paradigma, associado em última instância aos cânones do pensamento norte-cêntrico e à lógica da monocultura do saber que produz não-existência.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando, como premissa básica que as atividades extensionistas não podem e não devem ser compreendidas, por sua própria origem e natureza, senão como necessariamente relacionais e processuais, parece mais pertinente tratarmos aqui não de conclusões, mas antes de algumas considerações finais.

A trajetória do PEFISS, ao longo de dez anos, possibilitou avançar significativamente na troca de saberes populares invisibilizados com conteúdos de natureza conceitual, mas também procedimental e principalmente atitudinal. Este importante fluxo de conhecimentos representa uma expressiva contribuição para o desenvolvimento da capacidade coletiva de reflexão e ampliação do universo de referência, pelo contato com modos distintos de representação da realidade através de símbolos, signos, ideias e imagens. A compreensão da pluralidade de atitudes, princípios, valores e normas de conduta, nas dimensões individual e coletiva, que produzem estas representações é simultaneamente causa e efeito da transformação da práxis.

Assim sendo, o aprofundamento no caminho por este território da extensão exige avançar em pelo menos duas tarefas que parecem ser centrais, associadas tanto à ideia de “terceiro incluído”, lançada no Manifesto da Transdisciplinaridade, quanto da Sociologia das Ausências, tal como definida por Boaventura de Souza Santos, nas Epistemologias do Sul.

A primeira, consiste em efetivamente reconhecer o protagonismo do campo popular e democrático no sentido de tornar o assim chamado “público-alvo” sujeito e não objeto de todo o processo de planejamento e implementação de programas e projetos de extensão, orientados por demandas sociais reais e não imaginadas. Nossa própria explicação da realidade deve admitir e incluir outras

explicações, de outros atores, em seus próprios termos. Isto implica acolher a participação popular na identificação e explicação daqueles temas/problemas de fato relevantes, na definição de seu conteúdo propositivo, através do debate aberto sobre os resultados vinculados a uma certa visão de futuro, compartilhada vis-à-vis os desafios e recursos necessários para alcançá-los .

A segunda tarefa, intimamente relacionada à anterior, implica num salto qualitativo substantivo, relativo a elaboração e implementação de projetos e programas coletivos que, de maneira análoga a primeira tarefa, deve se pautar pela radicalização da desconstrução dos feudos disciplinares, abrindo espaço no campo acadêmico para uma perspectiva que seja capaz de romper com paradigmas obsoletos e assumir a responsabilidade histórica de revolucionar em termos ontológicos, epistemológicos e de práxis .

#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

AGENDA 21 CAPÍTULO 36: *Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento*. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento .

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GUSMÃO, Rita. *Epistemologias do Sul como metodologia de ensino e aprendizagem para uma educação integral*. In: I Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Arte e Sustentabilidade (GTrans) da Universidade Federal de São João del - Rei (UFSJ), 1.,2021. Anais do I Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Arte e Sustentabilidade (GTrans) da Universidade Federal de São João del - Rei (UFSJ), São João del Rei: 2021. p. 13-23. Disponível em <<http://gtrans.ufsj.edu.br/ISeminario/proceedings.pdf>> Acesso em 23 jul. 2021.

LATOSINSKI, Ivana de Vasconcellos. *Transdisciplinaridade e Matemática*. In: I Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Arte e Sustentabilidade (GTrans) da Universidade Federal de São João del - Rei (UFSJ), 1.,2021. Anais do I Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Arte e Sustentabilidade (GTrans) da Universidade Federal de São João del - Rei (UFSJ), São João del Rei: 2021. p. 24-31. Disponível em <<http://gtrans.ufsj.edu.br/ISeminario/proceedings.pdf>> Acesso em 23 jul. 2021.

MARX, Karl H. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3: o processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

NICOLESCU, Basarab. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Triom: São Paulo, 1999.

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - *Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências*.

SKOVSMOSE, Ole. *Educação matemática crítica: a questão da democracia* . Campinas: Papirus, 2001.

SOARES, Daniela Alves: *Educação matemática crítica: contribuições para o debate teórico e seus reflexos nos trabalhos acadêmicos*. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em

Educação Matemática, pelo Programa de Mestrado em Educação Matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 63, p. 237-80, 2002.

\_\_\_\_\_. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 78, p. 3-46, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Trad. Mouza Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007b.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. *De las dualidades a las ecologías*. La Paz: Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía – REMTE, 2012.

STEPHANI, Marcos: *Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno*. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008

UNESCO: *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas*. Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Conscientização Pública para a Sustentabilidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

## Fórum de Mulheres das Vertentes: entre diálogos, lutas, desafios e futuros possíveis

*Women's Forum of the Vertentes: between dialogues, struggles, challenges and possible futures*

PINHEIRO, Cassi Ane

Arquiteta e Urbanista, integrante do Fórum de Mulheres das Vertentes, [pinheiro.cassi@gmail.com](mailto:pinheiro.cassi@gmail.com)

GUIMARÃES, Beatriz

Pedagoga, integrante do Fórum de Mulheres das Vertentes, [beatriz.quimaraes@uol.com.br](mailto:beatriz.quimaraes@uol.com.br)

LIMA, Tatiana Diniz

Advogada, integrante do Fórum de Mulheres das Vertentes, [forumdemulheresdasvertentes@gmail.com](mailto:forumdemulheresdasvertentes@gmail.com)

### RESUMO

Este artigo tem como propósito apresentar brevemente o percurso e os processos de construção do Fórum de Mulheres das Vertentes-FMV, espaço de articulação femininista, desde a sua constituição até os dias de hoje. São destacados três momentos, sendo os dois primeiros distintos de sua trajetória, anterior e durante a pandemia, quando ações buscam mobilizar mulheres da cidade de São João del Rei e de municípios da Região das Vertentes, em diferentes espaços de luta e diálogo. As singularidades e os desafios desses dois momentos distintos nos projetam para, ao final, traçarmos projeções de futuro, delineando algumas diretrizes e provocações para o FMV no período pós-pandemia, sempre buscando os processos construídos coletivamente para a emancipação e empoderamento das mulheres em movimentos de resistência e busca de futuros possíveis, tendo como base a justiça e igualdade para todas as pessoas.

**PALAVRAS-CHAVE** Feminismo, mulheres, movimentos sociais.

**LINK:** Apresentação do FMV para o Fórum do Amanhã: <https://www.youtube.com/watch?v=x6GYEyK6Ue4>

### ABSTRACT

*This article aims to briefly present the trajectory and construction processes of the Women's Forum of Vertentes-FMV, a space for feminist articulation, since its constitution until today. Three moments are highlighted, the first two being distinct from its trajectory, before and during the pandemic, when actions seek to mobilize women from the city of São João del Rei and municipalities in the Region of Vertentes, in different spaces of struggle and dialogue. The singularities and challenges of these two distinct moments project us to, in the end, outline future projections, outlining some guidelines and provocations for the FMV in the post-pandemic period, always seeking collectively constructed processes for the emancipation and empowerment of women in movements of resistance and search for possible futures, based on justice and equality for all people.*

**KEY-WORDS** Feminism, women, social movements.

**LINK:** FMV presentation for Tomorrow's Forum: <https://www.youtube.com/watch?v=x6GYEyK6Ue4>

## 1 INTRODUÇÃO

O Fórum de Mulheres das Vertentes - FMV, espaço de articulação feminista de coletivos, ongs, mulheres sem vínculos institucionais, que se identificam como mulheres de esquerda, antirracistas, anticapitalistas, ecossocialistas, busca convocar mulheres da Região do Campo das Vertentes/MG, desde 2018, a se unirem junto a outros movimentos sociais em luta permanente por uma sociedade mais justa e igualitária. As participantes são moradoras dos municípios de São João del Rei, Tiradentes, Barbacena, Ritópolis, Santa Cruz de Minas com perspectivas de ampliação para outros municípios da região. Todos os processos de construção das pautas, estudos e ações são planejadas e experienciadas coletivamente e é, exatamente, o desejo de compartilhar estes processos e experiências, que justifica a apresentação deste artigo para o GT Ações pelo Coletivo: grupos de pesquisa, ensino e extensão em artes, urbanidades e sustentabilidade.

O presente texto, elaborado a partir de apresentação e aprovação da sua proposta em reunião interna do FMV, estrutura-se dentro de três marcos temporais:

O primeiro marco, corresponde ao período de agosto de 2018 a 16 de março de 2020. Trata do momento de constituição do próprio Fórum de Mulheres de Vertentes, traz elementos que motivaram a sua origem e a mobilização de mulheres e coletivos que viriam a compor este espaço; a construção de seus objetivos e suas principais ações, pensadas para serem experienciadas na cidade de São João del Rei e, posteriormente, estendidas aos demais municípios da região. Discorre ainda sobre as ações internas, externas e as primeiras aproximações de trabalho com mulheres nas comunidades ocorridas no último semestre, deste 1 ano e 8 meses de existência do FMV.

O segundo momento, que segue até os dias atuais, expõe as experiências, crises internas, novos rumos e desafios do FMV diante do início e agravamento da pandemia Covid-19 ao longo de 2020 e 2021. Aqui passamos a lidar com a realidade do isolamento social e com a realidade econômica e social de mulheres pobres, desempregadas, garantindo sozinhas o sustento de seus grupos familiares, sujeitas e mais expostas às situações de violência de gênero, o que exigiu um redesenho das ações e dos próprios objetivos do FMV.

O último marco temporal busca dialogar com o tema geral do SIAUS 2021, “o design do futuro hoje”, que remete ao desafio e à responsabilidade de pensarmos criticamente o que está colocado como realidade, no tempo presente, desafiando seus limites, desenhando e projetando futuros com as mulheres da Região das Vertentes.

## 2 PRIMEIRO MOMENTO: CONSTRUÇÃO

Em São João del Rei, historicamente, as mulheres nunca tiveram grande representatividade política, não divergindo do cenário nacional. A Câmara Municipal, desde sua fundação em 1713, teve apenas 9 vereadoras mulheres, enquanto o poder executivo nunca teve uma mulher como prefeita. São séculos de reprodução de uma política patriarcal que se manifesta em todas as esferas de poder e se reproduz socialmente por todos os espaços.

Diante desse quadro, iniciado o segundo semestre do ano de 2018, um grupo de mulheres vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT) no município de São João del Rei, através de suas reuniões semanais nas quais discutiam pautas relacionadas às mulheres, identificou a necessidade de articular coletivos e movimentos feministas, para além de aspectos partidários, no intuito de fortalecer a luta no município e região. Ao mesmo tempo, na UFSJ, vários grupos e coletivos se reuniam para realizar a I Semana Feminista da UFSJ. As diversas articulações facilitaram o encontro e a concretização do desejo comum de agregar cada vez mais mulheres, de diferentes lugares, de diferentes realidades, para que juntas pudéssemos promover mudanças na nossa região. Assim surge o Fórum de Mulheres das Vertentes (previamente nomeado Fórum de Mulheres de Luta), cujo primeiro encontro ocorreu no dia 16 de agosto de 2018 (Figuras 1 e 2).



Figura 1 (esq.): Primeira reunião do FMV, em 16/08/18.

Fonte: arquivo pessoal, 2018. / Figura 2 (dir.): Chamada para reunião de fundação do FMV. Imagem de divulgação.

Uma vez formado o coletivo, que segue em constante processo de construção e sempre buscando agregar novas mulheres e coletivos, teve início a formulação de nossos objetivos iniciais. Após algumas reformulações, o objetivo do FMV caracteriza-se por “articular coletivos, grupos e mulheres feministas da região das Vertentes, compondo uma frente feminista e antirracista, capaz de elaborar

e executar ações que minimizem os efeitos das desigualdades de gênero, raça e classe” (documento interno, FMV, 2020). Os objetivos específicos, por sua vez, referem-se a

Construir espaços de debate e exposição de temas relacionados com os diversos papéis que a mulher pode exercer na sociedade e de questões inerentes à condição feminina, entendendo e atuando na complexidade das demandas das mulheres;

Estimular e apoiar a participação de mulheres nos espaços de poder e decisão;

Fortalecer e lutar pelas redes de assistência voltadas às mulheres, buscando o enfrentamento a todas as formas de violência contra mulheres, a garantia da saúde da mulher, seus direitos sexuais e reprodutivos e assistência social adequadas; minimizando as situações de vulnerabilidade vividas pelas mulheres;

Fortalecer trabalhos e ações de mulheres, promovendo apoio a autonomia econômica e igualdade nas relações trabalhistas, a partir da economia feminista; impulsionando redes de economia solidária e de apoio mútuo;

Colaborar e apoiar projetos feministas e antirracistas, dando visibilidade às ações e lutas da nossa região, em conjunto aos coletivos, ONGs, sindicatos, núcleos universitários, partidos políticos e mulheres feministas sem vínculos institucionais;

Realizar mobilizações e eventos;

Promover a integração com os outros municípios da região das Vertentes;

Conhecer os movimentos feministas do país, possibilitando aproximação e novas possibilidades (documento interno, FMV, 2020).

Com base nos ideais propostos pelo movimento e dada a proximidade com as eleições de 2018, a primeira ação do FMV era evidente: unir-se a outros grupos e movimentos na busca de manifestar nosso repúdio à candidatura de Jair Messias Bolsonaro. Assim, junto a Sindicatos locais, Levante Popular da Juventude, Frente Brasil Popular, Comitê UFSJ pela Democracia, Juventude Franciscana, Centros Acadêmicos e DCE, foi construído em São João del Rei o #EleNão. Ocorrido em 29 de setembro de 2018, nacionalmente foi considerada a maior manifestação de mulheres na história do Brasil e também uma das maiores manifestações contra um candidato<sup>1</sup>. Esse grande movimento, ao mesmo tempo que trouxe algum desgaste, trouxe também energia para seguir a mobilização. Algumas das articulações criadas nesse espaço de luta se consolidaram, de forma que, aqueles grupos que possuíam vieses feministas, passaram a integrar o FMV.

As reuniões do grupo passaram a ser semanais, inicialmente no Salão Irmão Sol (dentro do Campus Santo Antônio da UFSJ), que nos cedeu esse espaço através da articulação com a Juventude Franciscana. As reuniões ocorriam às 17h30, na tentativa de contemplar tanto aquelas que tinham obrigações no turno do dia, quanto aquelas que as tinham no período da noite. Ainda que as reuniões ocorressem no centro da cidade, as restrições impostas pela distância e dificuldades de

---

<sup>1</sup> As afirmações são de Céli Regina Jardim Pinto, autora do livro Uma história do feminismo no Brasil e professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>, acesso em 10/10/2021.

deslocamento sempre foram um agravante para abranger um maior número de mulheres efetivamente presentes. Desta forma, os locais das reuniões passaram a ser definidos por meio de um rodízio entre os 3 campi da USFJ, ainda que tivéssemos anseio por ocupar diferentes espaços da cidade, para além do espaço institucional da Universidade.

Outro aspecto importante para organização interna grupo diz respeito à sua horizontalidade. Logo no início definimos a importância de um rodízio na coordenação, que deveria ser isenta de hierarquias e composta por, ao menos, duas mulheres. Desde então, dez mulheres já assumiram esta função que consiste, basicamente, em organizar as pautas e reuniões e receber/repassar demandas externas que chegam ao FMV. A organização através de GTs também se mostrou necessária, tendo sido criados, até então, o GT Comunicação, GT Violência, GT Mulher e Trabalho, GT Solidariedade e, em construção, o GT Política. A comunicação por WhatsApp se mostrou necessária apenas para organização e divulgação das reuniões, ganhando mais relevância após a pandemia.

### Ações na cidade

Uma atividade que marcou as ações do FMV foi a “mesinha do vira-voto” (Figuras 3 e 4). Organizada coletivamente com biscoitos e cafés e doados pelas integrantes do coletivo e simpatizantes da causa, a mesinha, instalada no calçadão do centro da cidade, possibilitou muitas conversas com as/os transeuntes sobre suas escolhas para as eleições que se aproximavam.



Figuras 3 e 4: Mesinha do Vira Voto, centro de SJDR, setembro de 2018.  
 Fonte: arquivo pessoal, 2018.

Além desta, no período pré-pandêmico o FMV organizou diversas ações. Passadas as eleições e com uma afronta às mulheres presidindo o país, iniciamos o ano de 2019 certas de que teríamos muito trabalho por vir. Assim, a pauta da violência contra a mulher ditou o tema do primeiro 08 de março (8M) a ser organizado pelo grupo (Figura 4). Nesse momento o movimento já alcançava maior

abrangência e o 8M contribuiu fortemente para agregar outros coletivos ao Fórum, que começou a se tornar um ponto de referência para a luta feminista na região.



**Figura 4 (esq.):** Folder com a programação do primeiro 8M, organizado pelo FMV. Imagem de divulgação. / **Figura 5 (dir.):** Audiência Pública: luta das mulheres e o combate à violência, na Câmara Municipal de São João del Rei. Foto de João Justino, 2019.

Em Tiradentes, o Coletivo Feminista Mulheres de Tiradentes se formava e se aproximava do Fórum para trocar experiências e fortalecer a luta na região; da Câmara Municipal, o envolvimento da Vereadora Lívia Guimarães (PT) com o FMV resultou em uma Audiência Pública (Figura 5) com participação da Deputada Estadual Beatriz Cerqueira (PT); da Zona Rural, as Meninas de Nhá organizaram uma feira agroecológica, realizada conjuntamente com uma roda de conversa na praça (Figuras 6 e 7); por fim, da Universidade, mulheres vinculadas ao Sindicato dos Técnicos (SINDS) possibilitaram que a arte adentrasse a programação do evento, com a peça “Pra não Morrer”.



**Figura 6 (esq.):** Roda de conversa sobre violência contra a mulher. Foto de João Justino, 2019. / **Figura 7 (dir.):** Mesa de café na feira agroecológica, no Coreto, SJDR. Foto de João Justino, 2019.

Diversas outras ações marcaram a atuação do FMV nesse período. Dentre elas, a “mesinha da previdência” (Figura 8), na qual utilizamos a mesma metodologia da mesinha de café do vira voto para nos aproximarmos da população e, então, apresentarmos os riscos da Reforma da Previdência. Sobre a mesma temática, foi organizado junto ao Sindicato dos Técnicos (SINDS UFSJ) um abaixo assinado, cuja divulgação ocorreu em diversos eventos, como mostra a Figura 9.



**Figura 8 (esq.): Mesinha da Previdência. Arquivo pessoal, 2019. / Figura 9 (dir.): Coleta de assinaturas para abaixo assinado contra a reforma da previdência. Arquivo pessoal, 2019.**

Durante esse período de reuniões presenciais outros coletivos passaram a integrar o FMV e trazer novas pautas para serem debatidas, como o Coletivo Maternagem Ativa, que há anos luta pela humanização do parto em SJDR. Já a participação do mandato da Vereadora Lúvia nos permitiu acompanhar a agenda da Câmara Municipal, assim como elaborar novos projetos de lei, havendo um movimento para que as mulheres acompanhassem presencialmente as sessões sempre que alguma pauta nos fosse pertinente. Diante desta conjunção conseguimos, por exemplo, aprovar o dia 18 de setembro como “Dia Municipal de Combate à Violência Obstétrica”.

Outra relevante ação a ser citada foi nomeada “Cine Café”. Com início em setembro de 2019, o cine marcou o começo de um trabalho com as mulheres de comunidades são joanenses e tinha o objetivo de auxiliar a formação de um grupo de mulheres crítico, ativo e capaz de identificar e solucionar suas próprias demandas pela compreensão de seus direitos e pela segurança do acolhimento pelo coletivo. A proposta baseava-se em eventos realizados em praças das comunidades (Figuras 10 e 11), nas quais era organizado um café coletivo e projetado um filme (curtas) com temáticas variadas, seguido de conversas e dinâmicas que buscassem instigar as mulheres a pensar criticamente e a questionar os padrões sociais que lhes são impostos.



Figura 10 (esq.): Divulgação do Cine Café na região do Tejuco. Arquivo pessoal, 2019. / Figura 11 (dir.): Cine Café na Praça da Estalagem, Tejuco. Arquivo pessoal, 2019.

Iniciado o ano de 2020, entre janeiro e março, ocorreu a organização do 8M do referido ano, nomeado “Nós Mulheres”, que reforçou ainda mais a tendência de coesão entre os coletivos e movimentos feministas da região, com forte participação do coletivo Mulheres de Tiradentes e da Adro Galeria, num grande evento que duraria o mês inteiro (não fosse a pandemia), integrando arte, saúde, política, agroecologia e economia solidária por diversos espaços, não apenas da cidade, mas de toda região, abrangendo Tiradentes, Sete Lagoas, Ouro Branco e Divinópolis.



Figura 11(esq.): Divulgação das rodas de conversa do Nós Mulheres. Imagem de divulgação, 2020. / Figura 12 (dir.): Cortejo Batucada das Minas e performance “Um estuprador no seu Caminho”, na Feira do Solar, 2020.

A preparação e execução do Nós Mulheres teve uma perspectiva mais diversificada de intervenções na cidade com o tema “Mulher e Trabalho” e teve, em sua programação (que pode ser vista no

Facebook do FMV), shows, oficinas, performances, saraus, mesas redondas, cortejo, exposições, audiências públicas, feiras e exposições de filmes.

Nesse período também iniciamos a organização de formações internas pois alguns conceitos, eventualmente, apareceriam de maneira conflituosa dentro do coletivo. A primeira formação se deu através da leitura do livro “Feminismo para os 99%: Um manifesto”, de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (Boitempo, 2019), cuja discussão foi orientada por uma das integrantes. Desse momento em diante outras formações foram organizadas, porém, já de maneira remota, como será apresentado no segundo momento.

### **3 SEGUNDO MOMENTO: PANDEMIA, DESAFIOS, NOVOS RUMOS**

O dia 15 de março de 2020 foi uma data significativa. Foi neste dia que a comissão organizadora do Nós Mulheres, em reunião, tomou a decisão de suspender todas as atividades programadas para o restante do mês de março. Naquele momento, não tínhamos noção exata da gravidade da situação que a pandemia iria provocar no nosso país. O comunicado às mulheres que executariam as atividades e ao público em geral, registrado nas redes sociais no dia seguinte, revela como acreditávamos ser breve a necessidade de distanciamento social:

“A comissão organizadora do Nós Mulheres optou hoje pela **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE TODAS** as atividades programadas para o restante do mês de março.

A decisão foi tomada devido à importância do cenário de Saúde Pública mundial que nos encontramos. Toda programação foi pensada com carinho e força para que pudéssemos ter espaços para discutir as relações de trabalho para nós, mulheres. Assim sendo, ficamos tristes em temporariamente termos que nos distanciarmos de ações cujo objetivo era, antes de mais nada, a aproximação.

Contudo, não podemos ser imprudentes. Essa suspensão se baseia na responsabilidade e compromisso que assumimos com tantas mulheres. Sabemos e tivemos, neste mês de março, a oportunidade de discutir os trabalhos invisíveis que exercemos exaustivamente. Dentre eles, o trabalho de cuidadoras. Cuidamos de todas e todos e por vezes esquecemos de nos cuidar, sendo assim, seria incoerente que a Comissão optasse pela manutenção das atividades.

Nosso compromisso é com as mulheres e queremos a nós todas saudáveis para a luta. Nosso compromisso também é com a Saúde e Educação Públicas e ambas nos dizem, hoje, que é prudente certo distanciamento. Pautamos nossa decisão nos dados científicos disponíveis e nas recomendações de entidades como a OMS e Ministério da Saúde.

Lamentamos o cenário atual e seguiremos lutando de outras formas. A retomada das atividades se dará assim que tivermos condições de Saúde Pública adequadas.

AbraSUS feministas!” (16 de março de 2020)

Em apenas uma semana, já tínhamos conhecimento que o cenário traçado para o Brasil era desolador, e que precisaríamos estar bem informadas para o que enfrentaríamos nos próximos meses. O espaço do FMV passou a ser utilizado para trocas e acolhimentos, textos mais reflexivos

sobre a crise sanitária e econômica, medos, inseguranças que nos rondavam e até mesmo gestos de solidariedade passaram a ser compartilhados entre nós, agora não mais presencialmente. A comissão do 8M, que tinha uma composição de mulheres e coletivos para além do FMV, deixou de existir, e várias dessas companheiras feministas uniram-se ao grupo em nossa luta diária. Uma nova forma de articulação online começou a ser estabelecida.

O primeiro caso de Covid-19 foi registrado em SJDR na mesma semana, momento em que começamos a pensar como montar uma rede solidária em SJDR, considerando as dificuldades socioeconômicas que muitas famílias viriam a passar e como a pandemia iria afetar majoritariamente as mulheres que, além das questões financeiras, sofreriam com o peso do trabalho doméstico e da violência intrafamiliar. Essa crise, que acontece e se desenrola com o agravar da pandemia, faz com que o FMV se fortaleça em torno das ações de solidariedade e, em amplo sentido, nas articulações junto a outros movimentos nos embates contra as políticas equivocadas do governo federal e/ou em novas frentes de lutas abertas em função da pandemia. São ações conjuntas na cidade com o Observatório de Saúde Coletiva-UFSJ (OBESC); a construção e execução conjunta com o GT Rua de um projeto aprovado apresentado e aprovado pela Fiocruz; a representação do FMV no Conselho Estadual de Segurança Alimentar - CONSEA; a composição do FMV junto ao recém criado Fórum Municipal de Instituições de Assistência Social de São João del Rei, e participação efetiva do FMV na construção das ações com os movimentos políticos Frente Fora Bolsonaro e Frente Brasil Popular (Figura 13).

Esse novo contexto vai, aos poucos, reorientando a forma de trabalho do FMV nos âmbitos interno e externo. No plano externo o contato com as mulheres da comunidade passa a acontecer através das ações do recém criado GT Solidariedade Social; no interno houveram crises decorrentes das novidades impostas pelas novas ferramentas, bem como pelas particularidades das demandas dessa nova realidade, das alternâncias e ruídos amplificados pelas trocas curtas de comunicações em aplicativos e os fluxos de entradas e saídas de novos coletivos e mulheres feministas. Uma nova rotina de acolhimento e realização da mobilização feminina seria necessária para dar continuidade ao trabalho.

Nos últimos meses de 2020, com a compreensão de que o formato virtual se prolongaria pelo ano de 2021, o FMV passa por uma reorganização interna, os estudos são retomados (Figura 14), os colegiados de coordenações vão se alternando e as reuniões virtuais, num primeiro momento, passam a ser mensais e, no segundo semestre de 2021, voltam a ser quinzenais, alternadas entre organização e formação. Temos atualmente 88 mulheres participando do FMV, seja como

representante de coletivos da região das vertentes, seja como mulheres feministas sem vínculo institucional. Constituímos neste período o GT de Solidariedade Social, com a Roda de Conversa virtual; o GT Mulher e Trabalho e fortalecemos o GT Violência.



Figura 13 : Faixa produzida por integrantes do FMV para eventos da Frente Fora Bolsonaro e outros eventos políticos do FMV em março de 2021. Foto de Silvia Reis, maio de 2021 / Figura 14 : Chamada para Roda de Conversa virtual (formação), em dezembro de 2020. Imagem de divulgação.

### Ação de Solidariedade Social

Já em março de 2020 começaram a ser postadas no grupo de WhatsApp do FMV as inquietações das participantes sobre as dificuldades e desafios que a pandemia poderia acarretar na vida das mulheres, principalmente nas de maior vulnerabilidade econômica e social. Com a instauração da pandemia, o movimento comercial e turístico começou a ser paralizado. Grande parte dessas mulheres estavam ligadas às atividades de serviço, ou exerciam o trabalho de empregadas domésticas, faxineiras ou executavam trabalhos informais, como artistas, produtoras de artesanato, bolos e doces a serem vendidos nas ruas ou pelas casas da cidade. Como acolher e lidar com as realidades de mulheres, desempregadas, garantindo sozinhas o sustento de suas famílias? Essa é a origem do GT de Solidariedade Social.

O próximo passo foi a definição de sua metodologia de funcionamento: identificação através de líderes comunitárias ou indicações de mulheres participantes do FMV, de famílias em situação de vulnerabilidade em áreas críticas da cidade, especialmente aquelas em que tinham mulheres sozinhas cuidando e mantendo a sobrevivência de seus grupos familiares e que durante a pandemia encontraram-se desempregadas. Algumas mulheres do GT tornaram-se responsáveis por estabelecer um diálogo com essas mulheres através de escuta qualificada (por celular, considerando os riscos de contágio da Covid-19), elencar as demandas a serem atendidas, registrar e encaminhar as demandas.

Tratam ainda de acompanhar sistematicamente cada grupo familiar e avaliar a necessidade de continuidade do apoio prestado.

O registro para responder às necessidades básicas de alimentação e material de limpeza e higiene pessoal, considerando a composição familiar (quantidade de membros, idades) e a situação familiar (renda, saúde, acesso a benefícios sociais e segurança dos membros da família), nos sugere outras possibilidades, como orientação em relação ao auxílio emergencial, à pandemia e cuidados necessários, mas, principalmente, de encaminhamento e suporte em relação à violência intrafamiliar. Outras mulheres do GT promovem a compra online, solicitam o envio das mesmas às residências das famílias. Os grupos familiares beneficiados ficam encarregados de confirmar os produtos entregues pelos supermercados. Distribuição de máscaras foram garantidas a todas as famílias e mantas foram distribuídas neste inverno. Ultimamente, em decorrência da grave situação de extrema pobreza que assola as famílias, surgem outros desdobramentos que vão da falta de comida ao retorno do uso de lenha em situação inadequada, seja pela impossibilidade da compra de um gás de cozinha ou pela impossibilidade de arcar com as contas de eletricidade devido ao aumento das tarifas. Todo o recurso financeiro que garantiu e garante essas ações vem de doações de pessoas da cidade e de instituições, como ADUFSJ, SINDS-UFSJ e Adro Galeria, além do recurso recebido em 2020 pelo projeto apresentado e aprovado pela Fiocruz.



Figura 15 (esq.): Chamada para doações financeiras para o GT de Solidariedade Social, em 2020. Imagem de divulgação / Figura 16 (centro): manta a ser entregue pelo do FMV, em julho de 2021. Foto de Maria Clara / Figura 17 (dir.): máscaras do projeto Fiocruz a serem distribuídas às famílias pelo FMV, em set de 2020. Foto de Beatriz Guimarães.

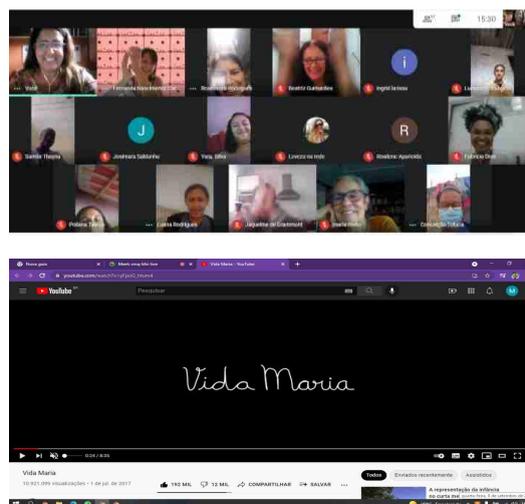
Apesar de entender que a situação de precarização do mercado de trabalho e o aumento dos custos dos alimentos não eram somente consequência da crise sanitária instalada, mas muito mais com o projeto econômico e político nefasto implementado desde 2016 e intensificado no desgoverno atual, ainda em 2020, foi organizado o GT Mulher e Trabalho. Este GT, fez uma proposta de levantamento

junto às mulheres escutadas pelo GT de Solidariedade, sobre o que sabiam fazer e/ou gostariam de aprender a fazer, com o intuito de construir com elas possibilidades de gerar renda que lhes garantisse maior autonomia financeira, tendo como viés os modelos de economia solidária. Várias possibilidades foram construídas, mas as dificuldades impostas pela pandemia impossibilitaram sua concretização, tornando-as projetos de futuro.

No contexto de carências acentuadas pela pandemia e inoperância do poder público, as ações de solidariedade social previstas e executadas de março de 2020 pelo FMV aos dias atuais foram e são fundamentais para as 131 mulheres acompanhadas e seus grupos familiares, nos diálogos travados sobre todas as formas de negacionismo científico propagado pelo governo federal e seus adeptos, incentivando junto a elas para a necessidade de vacinação e o não uso de medicamentos comprovadamente ineficazes de enfrentamento à Covid 19. Por outro lado, buscam garantir, pela frágil atuação do poder público nas três esferas de governo, condições básicas de sobrevivência, alimentação, higiene pessoal e limpeza a fim de minimizar os impactos da pandemia e contribuir para garantir condições de vida mais dignas, principalmente para as mulheres moradoras das localidades do Tijuco, Alto das Mercês, Matozinhos e Senhor dos Montes, mulheres essas já tão vulnerabilizadas. Neste sentido observa-se em relação ao período anterior à pandemia, que as ações de solidariedade ampliaram os contatos e nos aproximaram mais, mesmo que virtualmente, das mulheres moradoras de diversas localidades da cidade.

“Fique em casa” passou a ser um dos motes mais fortes que enviamos em todas as nossas mensagens às mulheres. A casa deveria ser local de proteção, mas sabemos que para muitas mulheres nunca foi. Com o isolamento social os casos de violência doméstica são acentuados e requerem maior preocupação. Dessa forma, foi necessária ação integrada com mulheres do FMV, que atuavam na área, como advogadas e psicólogas, para dar suporte aos casos que nos chegavam através das escutas e enfrentar o crime de violência doméstica. Sabe-se que há respaldo legal para medidas de segurança da vítima. Mas, em grande parte, essa ação é pouco eficaz. Isso porque, em geral, para que a vítima se sinta acolhida é fundamental uma rede de apoio. E a pandemia inviabiliza a aplicação dos mecanismos legais, em alguma parte. Noutro ponto a burocracia excessiva dos meios estatais desmotivaram as vítimas a darem andamento na demanda. Sendo assim, a atuação do Fórum se deu tanto no fortalecimento do GT Mulher e Violência, dando início a um ciclo de formação interna sobre o tema, como também orientando e acompanhando virtualmente as mulheres vítimas de violência, na tentativa de solução para os casos emergentes. Para isso, as mídias sociais foram de fundamental importância.

A partir do primeiro contato o que se espera não é somente responder demandas (o que entendemos ser urgente neste momento pandêmico), mas a aproximação dessas mulheres com o FMV. Portanto, o contato busca permanência e construção de vínculos que possibilitem possíveis ações conjuntas com as mesmas, durante e pós-pandemia. E foi nesta direção que, em março deste ano, propusemos às mulheres que nos conhecêssemos através de encontros virtuais. Assim passa a existir a Roda de Conversa.



**Figura 18 (esq.): Chamada para Rodas de Conversa do FMV, março de 2021. Imagem de divulgação.**  
**Figura 19 e 20 (dir.): registro virtual das Rodas de Conversa, em abril e set de 2021. Print de Maria Cristina Alves.**

Ao pensarmos nesses encontros virtuais, ponderamos que não conseguiríamos abarcar todas as mulheres atendidas nessas ações sociais. Dentre elas, nem todas teriam acesso a aparelhos celulares com internet, uma parcela poderia ter dificuldades pelo uso de equipamentos ou rede limitada, outras pela dificuldade de manuseio e familiaridade com essas tecnologias. Fizemos o contato com as mulheres com o intuito de realizar um primeiro mapeamento da situação e compreender a aceitação da ideia. Para as que tinham condição, mas dificuldade operacionais, foram criados vídeos explicativos de orientação para uso das plataformas virtuais em que seriam realizadas as rodas. Foram criados vários grupos e realizados, com cada um, ao menos 5 encontros virtuais desde então (considerando a disponibilidade de dias e horários levantados junto com as participantes). Esses encontros possibilitam a interação entre as mulheres, que conseguem se enxergar e solidarizar na realidade da outra; permitem a troca informações e ideias sobre questões temáticas, com pequenos vídeos e discussões; abrem espaços para expressar emoções e histórias vivenciadas pelas mulheres durante a pandemia; e também são permeados por místicas e dinâmicas, através de músicas e poesias. Mesmo virtualmente e com as devidas ressalvas quanto à abrangência e teor do

depoimento, a fala de uma das participantes sintetiza um pouco do que a ação, em sua simplicidade, tem de significativa: “se as mulheres tivessem um espaço assim a pandemia não seria tão ruim”.

#### **4 TERCEIRO MOMENTO: PROJEÇÕES DE FUTURO ENTRE E PÓS-PANDEMIA**

Pontuaremos neste fechamento alguns tópicos, muitos com discussões ou diretrizes apenas esboçadas, sendo essa in-conclusão um retrato do momento e uma projeção de ‘design’ de futuros possíveis para as pautas feministas em SJDR. Pela limitação que o formato textual nos impõe, focaremos apenas duas frentes. Contudo, é necessário considerar a existência das várias possibilidades decorrentes de demandas e lutas represadas pela necessidade de isolamento social. Sendo assim, daremos foco aos desafios impostos e às possibilidades de inclusão e desenvolvimento de ações para estreitar ainda mais os laços com as mulheres atendidas durante a pandemia, rompendo as esferas de atuação anterior do FMV e, na outra ponta, traçando um panorama das várias frentes de reorganização e expansão da atuação do Fórum.

Se pretendemos construir um feminismo mais inclusivo, precisamos ter abordagens e capilaridade para tornar o feminismo como parte das vidas das mulheres que não estão, por diferentes motivos ou condições de sobrevivência, em espaços usualmente frequentados pelas integrantes, coletivos e mulheres feministas. As ações do GT de Solidariedade abriram, de certa maneira, as portas para estreitarmos o diálogo e as ações com mulheres das comunidades mais vulneráveis de SJDR. Se as necessidades e as demandas postas pela pandemia nos colocaram no caminho dessas mulheres, nosso desafio é romper a relação assistencial para construirmos juntas nossas pautas, buscando contribuir para a garantia de direitos em diferentes esferas. Para tanto, são necessárias estratégias de tradução das várias lutas históricas das mulheres para a vida cotidiana, com as singularidades e carências vividas. Como possibilidade imediata visualizamos os desdobramentos das ações em GTs temáticos e no cruzamento das ações dos mesmos, sendo esses: Trabalho, Política e Violência.

No GT Mulher e Trabalho criar oportunidade de relações produtivas e sociais que valorizem o humano e o coletivo, tendo com fundamento a autogestão e como estratégia, pensadas em conjunto com as mulheres atendidas, viabilizar a implantação de hortas e cozinhas comunitárias, espaço para a produção de artesanatos, todas pautadas pelos princípios da Economia Popular Solidária e espaços de diálogos transversais da economia feminista com mote para a produção de saberes e práticas.

No GT Mulher e Política, a ser constituído dentro da estrutura do FMV, buscaremos fomentar a participação das mulheres na vida pública e política da cidade, partindo do reconhecimento do que queremos e podemos fazer nas diferentes esferas, da rua à comunidade, do bairro à cidade e destas ao país. Ocupar espaços nos Conselhos municipais e estaduais em diferentes campos das políticas públicas está dentre os planos de futuro do FMV para pautar as demandas feministas. Particularmente reativar o Conselho Municipal da Mulher de SJDR que, apesar de existir e já ter sido muito atuante, está desativado na atual gestão. Precisamos ainda fomentar dentre as mulheres a necessidade de identificar lideranças e fortalecer sua participação nos espaços de representação e decisão da política local e estadual.

No GT Mulher e Violência garantir que os espaços de atendimento, acolhimento, proteção e defesa da mulher no enfrentamento às mais diversas formas de violências, estejam de fato funcionando, como é o caso da Casa de Passagem, construída, porém, sem uso. No plano da prevenção, aprofundar o debate e estabelecer ações locais para buscar formas de contribuir para a erradicação da violência contra a mulher, envolvendo a comunidade e as instâncias públicas, nos âmbitos legislativo, executivo e judiciário em uma rede local articulada.

Enfim, o conjunto de possibilidades apresentadas apontam na direção de que é possível ter esperança e projetar futuros que tenham como bandeira de muitas lutas, o rompimento com todas as formas de exploração e violência de gênero. Que seja capaz de construir um compromisso prático e político para todas as mulheres, eliminando as segregações e marginalizações das mulheres negras, indígenas e pobres na nossa cidade, no nosso país. Para tanto, precisamos nos desafiar para o diálogo e construção conjunta com todas as mulheres, fazendo valer outros desenhos de sociedade com base em um feminismo que nos liberte, emancipe e nos garanta o direito à vida e ao bem viver para todas.

## Grupo Teatro Construção: fomentador de arte e cultura

### *Grupo Teatro Construção: promoter of art and culture*

BORGES, Rafaella Anielly Silva

*Arquiteta Urbanista e Mestranda, Universidade Federal de São João Del-Rei,  
rafaellaanielly@yahoo.com.br*

RUFATO, Marina Guimarães

*Graduanda Direito, Universidade Federal de Lavras, marina.rufato@gmail.com*

#### RESUMO

O presente artigo visa apresentar o Grupo Teatro Construção. Fundado em 1978, desde então, atuante na cidade de Lavras, ou em benefício desta. Para tanto, a partir de conhecimentos empíricos, apresenta-se a perspectiva histórica e funcional da companhia teatral, que atua do backstage ao espetáculo, buscando a preparação de atores e produção. O grupo visa através de suas atividades incentivar o consumo da arte e trabalhar coletivamente com outros nichos artísticos que possam enriquecer a cultura da cidade. Além disso, ressalta-se a importância de sua atuação no contexto local, a partir da introdução do sentimento de pertencimento para com a companhia, causando, assim, um empoderamento da comunidade e dos atores, frente às dificuldades enfrentadas ao se fazer arte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio, Fomento, Rua, Teatro, Produção.

#### ABSTRACT

*This article aims to introduce the Grupo Teatro Construção. Founded in 1978, since then, operating in the city of Lavras, or for its benefit. Therefore, based on empirical knowledge, the historical and functional perspective of the theatrical company is presented, which operates from the backstage to the show, seeking the preparation of actors and production. The group aims, through its activities, to encourage the consumption of art and to work collectively with other artistic niches that can enrich the city's culture. In addition, it emphasizes the importance of its performance in the local context, from the introduction of the feeling of belonging to the company, thus causing an empowerment of the community and actors, given the difficulties faced when making art.*

**KEY-WORDS:** Patrimony, Promotion, Street, Theater, Production.

## 1 INTRODUÇÃO

Conta-se que, em uma festa dionisíaca da Grécia Antiga, festa que acontecia em cinco dias regados por vinho e danças, um dos foliões subiu em um elevado e gritou “eu sou Dionísio!”. Nascia aí, o teatro, com um homem destacado da multidão, fingindo ser Deus (HORACE, & COLMAN, 1783).

O Teatro nasce da necessidade do ser humano de se expressar. Em sua origem, os atores utilizavam do teatro para encenar danças e ritos de seu cotidiano. Muitas vezes, tais atividades eram feitas em coletivo, com objetivos em comum: a busca pelo agradecimento, ou a representação da perda de algo, tanto carnal, quanto espiritual. E com o passar do tempo os indivíduos começaram a utilizar de tais feitos como instrumento de domínio sobre os efeitos da natureza (Cavalcante, 2016).

É por essa razão, fundamentalmente, que o Teatro evolui, e acompanha a sociedade por meio dos tempos, englobando uma infinidade de técnicas e formatos. Surgem os grandes teatros, os diversos estilos e os grandes autores.

O teatro ganha sua importância, e acompanha a sociedade em todos os aspectos culturais e sociais. Tendo a concepção de que toda comunidade carece de um polo cultural de expressão, o Grupo Teatro Construção é fundado, para trazer à Lavras essa arte.

A partir de uma pesquisa empírica de membras do Construção, esse artigo traz uma perspectiva do funcionamento do Grupo, sua história e sua importância, bem como a contextualização de seu cenário, a partir da compreensão de Lavras, como um município apto a receber e fomentar a arte.

## **2 A CIDADE, LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS**

Lavras é uma cidade mineira, localizada ao sul do Estado, e conta com, aproximadamente 100.000 habitantes. Segundo Andrade, Coelho, & Tavares (1997), a cidade possui uma localização privilegiada, por estar locada a 437 km do Rio de Janeiro, 380 km de São Paulo e 238 km de Belo Horizonte, num ponto que liga a dois importantes circuitos do Estado: o Circuito das Águas e o Circuito Histórico, estando ainda próxima do Circuito da Estrada Real, “o que lhe imprime grande relevância no cenário de difusão da mineiridade”.

O triângulo espacial que se forma através destes deslocamentos abrange as áreas industriais em forte crescimento, como Varginha e Três Corações, cidades históricas que movimentam a economia do turismo como São João Del-Rei e Tiradentes, além de inúmeros centros urbanos importantes para o desenvolvimento da cultura que estão situados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (FEST, 2005).

Inicialmente, a cidade era atrativa pela busca do ouro – daí advém seu nome: das *lavras*. Por volta de 1760, Lavras era um arraial, localizado em torno da capela de Sant’Ana (hoje, Igreja do Rosário). Entretanto, com a escassez do metal inicialmente buscado, o enfoque dos habitantes passou a ser na agricultura e pecuária, que se tornaram, até hoje, principal atividade da região (IBGE, 2015).

Além disso, é possível dizer que já no primeiro cinquentenário de Lavras, a cidade era pioneira na qualidade de educação, já que várias escolas haviam se instalado neste município. Por este motivo, é conhecida como “terra dos ipês e das escolas”, lema criado pelo jornalista Jorge Duarte em 1949.

## 2.1 HISTÓRIA DO TEATRO EM LAVRAS

O teatro é a forma de expressão mais inerente do ser humano. Desde os primórdios o homem se expressa através dela, usando corpo e fala. O teatro é também uma forma de expressão social e política, utilizada para além da arte e do entretenimento (CANDIDO, 2015).

Em meados dos anos 1860, por iniciativa de Francisco Couto e Silva, foi construída a mais antiga casa de eventos de Lavras que se tem notícia: o chamado Teatro Sant’Ana. O teatro recebia as diversas companhias artísticas que realizavam turnês pelo interior de Minas Gerais, e o repertório se constituía em sua grande maioria de comédias e peças de conteúdo romântico.

Com os avanços tecnológicos e a energia elétrica foi inaugurada uma nova fase, transformando-o em 25 de março de 1911, em Cine Internacional, sendo posteriormente, ainda, reinaugurado como Teatro Cinema Internacional Bar em 15 de fevereiro de 1917. Porém, com o decorrer dos anos, e sem a devida manutenção, o antigo edifício chegou ao seu declínio nos anos de 1950. Por consequência disso, o teatro foi demolido entre junho e setembro de 1962, uma grande perda para a cultura da cidade.

Nesse ínterim, é importante levar em consideração que, não somente Lavras, mas muitos municípios, abdicaram de edificações históricas por motivações de arquitetos modernistas da época, que buscavam demonstrar através da arquitetura o desenvolvimento cultural e social das populações ignorando o próprio valor cultural os próprios prédios representam. A arte teatral em Lavras, em virtude desse fenômeno, decaiu consideravelmente, passando a não mais estar presente, vividamente, no cotidiano da população.

Atualmente, a cidade de Lavras dispõe do Teatro Municipal “João Pereira de Carvalho”, criado em 23 de dezembro de 2004, através da lei municipal n. 3.086. Este localiza-se dentro da antiga Estação Ferroviária “Costa Pinto”. O local conta com apenas cinquenta assentos, sem tratamento acústico, conforto ambiental ou qualquer aparato para a finalidade teatral.

Além deste, existem outros teatros e auditórios, cuja estrutura é maior e mais adequada para a realização de eventos teatrais. No entanto, estes espaços são particulares, portanto, seu uso é condicionado a certas especificidades e ao pagamento de aluguel. Além destes, existe também o teatro da UFLA, em processo de construção. Nesse cenário, tem-se ainda a severa dificuldade de acesso a outros teatros, dado à distância. Segundo análise, os teatros mais próximos da cidade de Lavras são respectivamente: Tiradentes, 104 km; Varginha, 106 km; Cambuquira, 113 km; Formiga, 115 km; e

Alfenas, 138 km; impossibilitando que o público da cidade tenha interesse e se locomova para tal finalidade.

Sem incentivo e diante do iminente impacto causado pela pandemia, se fez necessária a análise e disseminação de novas ideias em relação a soluções ambientais para o uso qualitativo dos espaços urbanos disponíveis. Assim, pensar neste cenário nos fez enredar em perspectivas menos engessadas, mais livres e abertas com inclinações pronunciadas ao uso e exploração da rua, fonte mais segura de manter o distanciamento e as regras de prevenção à doença, visando o reconhecimento da pluralidade dos espaços públicos de modo a impulsionar experimentações mais conscientes do perfil urbano e tornar o teatro mais acessível dentro das propostas artísticas do Grupo Teatro Construção.

## 2.2 HISTÓRIA DO GRUPO TEATRO CONSTRUÇÃO

O Grupo Teatro Construção surgiu da proposta de um grupo de artistas, liderados por Homero Carvalho Faria (1954-2020) – ator, diretor e escritor – de criar um grupo que fosse capaz de fomentar a arte na cidade de Lavras, devido à necessidade identificada pelas vivências próprias dos artistas.

Em 27 de junho de 1978 o Grupo foi registrado, e teve como seu primeiro espetáculo “Gênesis, o dia da criação”, dirigido por seu fundador.

Em toda sua história, o Grupo marcou sua trajetória em diversas cidades. Depois de dez anos fixado em Lavras, teve sua sede modificada para a cidade mineira de Juiz de Fora, onde viveria seus próximos dezessete anos, sob a gerência de Ricardo Calixto, diretor geral – até os dias atuais – do Grupo. Nessa época, a companhia sofreu com a escassez de atores e produção, e foi detectada a necessidade de capacitação do maior número de pessoas, de forma que se pudesse haver membros efetivos e fixos.

Foi com este intuito que, em 2011, a sede do Grupo Teatro Construção retornou a Lavras, quando foi realizada uma audição para a seleção de novos atores. Surgia, então, a atual geração do Grupo, que está em atividade desde fevereiro de 2011, e conta, atualmente, com 11 membros.

Desde o princípio, o Grupo teve o cuidado de se registrar como associação, e, portanto, toda a verba recebida é convertida em bens para o Grupo, seus atores não recebem cachê. O grupo busca desde então, formular sua identidade junto a nossa comunidade. Seguimos a premissa de:

*Voar! Durante toda a existência da humanidade, o ser humano busca alcançar aquilo que existe de mais alto. O balão de ar nos permite alcançar as nuvens, e ver o céu cada vez mais limpo, sentir a emoção de ver cada vez mais longe, vislumbrando paisagens e possibilidades. Nossa logo, em forma de balão, representa nosso desejo de voar! De enxergar possibilidades e alçar voo para alcançá-las. De tocar o coração de cada indivíduo com a mesma emoção de tocar o vento dos céus. De ser tomado pela alegria*

*de realizar sonhos, e levar cor a cada cantinho do mundo. É por isso que buscamos aprimorar todos os dias nossas bases e conhecimentos, para sermos capazes de encher nossos balões com o ar aquecido de paixão, e assim, levarmos a arte para onde o vento nos direcionar (Construção, 2017: 5).*

Após anos de reestruturação a associação passou a ter os seguintes cargos oficiais: a) Direção Geral: Ricardo Calixto; b) Direção Artística: Rafaella Anielly; c) Secretaria: Letícia Rufato e d) Tesouraria: Marina Rufato, estando vigentes até a atualidade.

### **3 DO BACKSTAGE AO ESPETÁCULO**

Observando a necessidade e a escassez de mão de obra qualificada para a execução dos espetáculos, cada vez mais elaborados, o Grupo Teatro Construção decidiu por criar uma capacitação própria. Sendo assim, o trabalho do grupo se inicia no processo de produção: todo ator deve ser capaz de realizar serviços técnicos como de iluminação, sonoplastia, operação de câmeras entre outros, além do trabalho em palco.

Dessa forma, todos os espetáculos contribuem para o crescimento do Grupo, uma vez que aprendem técnicas que, não só reduzem os custos da montagem, mas também, permitem que se crie um espetáculo que se aproxime, cada vez mais, do imaginário desejado.

Sendo assim, a companhia consegue uma redução dos custos de produção e maior autonomia para suas criações. Acredita-se que este é um determinante para o crescimento e desenvolvimento do grupo, visto que, quando o ator participa deste processo, ele se sente pertencente, como criação coletiva da arte, valorizando e engrandecendo cada vez mais os conhecimentos em busca de melhoramentos. Processo este, determinante para a sobrevivência do grupo dentro da cidade de Lavras.

### **4 PROVEDOR DA POPULARIZAÇÃO DA ARTE E DO SUSTENTO DO GRUPO TEATRO CONSTRUÇÃO**

O Grupo Teatro Construção, durante seus 43 anos, esbarrou em barreiras, tanto físicas quanto financeiras no que diz respeito à atuação dentro da sociedade de Lavras.

Uma dessas dificuldades é a falta de espaços adequados para a realização de eventos, ensaios abertos, oficinas, *workshops*, e, até mesmo, a capacitação, não só de membros do grupo, mas direcionadas à sociedade.

No cenário de ausência da sede, as montagens acabam por serem privadas de técnicas importantes, devido a necessidade de adaptação em espaços alternativos, como salões de convenções e a própria rua. Nesse sentido, tem-se a iluminação, por exemplo, que muitas vezes é prejudicada por ser em espaços abertos, ou modificam a plena visão do espetáculo, por necessitar de uma torre à frente dos espectadores; e a sonoplastia, que muitas vezes não é bem trabalhada, em razão de acústica dos ambientes.

Então, refletir na inter-relações da cidade, da arquitetura, do teatro e da sustentabilidade é possível entender que a cidade já está constituída, novos equipamentos urbanos nem sempre são alcançáveis, devido a obstáculos financeiros e sociais, e para o bem do planeta é importante utilizarmos equipamentos existentes, que podem estar em qualquer ambiente, a rua é o palco dos mambembes. Como Carreira (2005) afirma “é necessário reconhecer o espaço urbano como âmbito teatral e a rua como um espaço fragmentário multifuncional. Para isso o primeiro passo é analisar o espaço urbano como lugar do espetáculo”, buscando assim dar sentido ao espaço (re)conhecendo suas potencialidades e símbolos, Dias (2019) ainda reforça a ideia de que “o ator e o espetador coabitam um só espaço. (...) É desta forma que encontramos uma relação mais direta entre as artes do teatro e a arquitetura”, e promovemos assim, outras maneiras de usar os espaços.

Por fim, cabe ressaltar que a distribuição e o acesso da população ao teatro apresentam reflexos da concentração socioeconômica e da desigualdade. Por este motivo ocorrem entraves que dificultam a democratização da arte, considerando questões materiais como: gastos com transporte e ingressos, sendo assim, é possível explicar, em certa medida, a dificuldade do público proveniente das camadas mais populares da sociedade. O que por sua vez acarreta na dominação da indústria cultural sobre as apresentações – e a frequência por um público com maior poder aquisitivo em grandes cidades. (MAGALHÃES, 2015).

Visto que o Grupo Teatro Construção, reside em Lavras e em sua maioria se apresenta com espetáculos sem bilheteria, ou seja, apresentações gratuitas a sociedade, é possível inferir que, apesar das dificuldades de acesso, o teatro resiste e o Grupo Teatro Construção gera cultura. O grupo compreende em seu ciclo inúmeras manifestações que interferem de forma direta no consciente coletivo, na dinâmica do espaço social e até mesmo na qualidade de vida, uni-los a uma arquitetura consciente pode garantir sua sobrevivência e possíveis soluções para os impactos do distanciamento social e da falta de incentivo governamental para toda e qualquer função artística.

#### 4.1 FOMENTADOR ECONÔMICO

O Grupo Teatro Construção é o único grupo lavrense em atuação com CNPJ independente, há 43 anos. Um grupo de Teatro estruturado, que tem alta rotatividade de montagem, guarda consigo grande importância dentro do âmbito cultural.

Cada produção carece de inúmeros adereços. Isto porque uma montagem precisa de acessórios (que vão depender do espetáculo), equipamentos de luz – como refletores, cabos, treliça ou torre, mesa de luz e tomadas –, sonoplastia – cita-se caixas de som (a depender, um amplificador), mesa de som, computador, instrumentos musicais, microfones, amplificadores para instrumentos, caixa acústica (a depender do local da apresentação), entre outros – audiovisual – como câmeras, tripés, cartões de memória, captadores de som, flashes – e cenário – como madeiramento, ferragens, tintas, além de equipamentos técnicos para a movimentação de cenário.

Além destes, figurino – que precisa de tecidos, específicos a cada montagem e a cada finalidade, linhas, agulhas, sapatos, meias, botões, zíperes, elásticos, fitas, rendas, alfinetes, entre outros, a depender da produção – e maquiagem – renovável a cada espetáculo, cujos mais gastos são primer, base, pó compacto das cores que abranjam todo o elenco. Utilizamos pincéis específicos, sombras, *pancakes*, batons, máscaras de cílio, cílios postiços, esponjas de aplicação, entre outros variados equipamentos.

Ainda no giro econômico, o grupo carece, sempre, de serviços específicos – para além destes que citamos previamente –, como professores de canto, contadores, advogados, arquitetos, artesãos, serralheiros, marceneiros, costureiros, pintores, fonoaudiólogos, eletricitas, músicos e professores de instrumentos, maestros, transportadores, sem contar os comerciantes, que fornecem toda a matéria prima para o supracitado.

O Grupo, nesse sentido, busca valorizar pequenas empresas. Valoriza, portanto, a identidade local e fomenta a economia de Lavras e região, além de fortalecer o capital intelectual e cultural, bem como a manutenção de empregos e a produção de receita para a cidade.

#### 4.2 ECONOMIA CRIATIVA

A economia criativa é o setor formado pelo conjunto de pessoas – físicas e jurídicas – que exercem serviços cuja criatividade é o principal produto disponibilizado. Segundo o SEBRAE, Economia criativa é o conjunto de negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera valor econômico. A indústria criativa estimula a geração de renda, cria empregos e produz receitas de

exportação, enquanto promove a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. A Economia Criativa abrange os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade, cultura e capital intelectual como insumos primários (SEBRAE, s.d.).

Ao realizar o giro econômico citado no tópico anterior, o Grupo Teatro Construção contribui, mediadamente, com a economia criativa, uma vez que busca empresas regionais para atender serviços aos quais necessita. Assim, se o serviço é pago pelo Grupo, estimula a produção de empresas, uma vez que se coloca como comprador e contratante frequente destes serviços. Se a prestação vem como patrocínio, contribui ainda mais, visto que divulga os serviços para a comunidade lavrense, e, uma vez que o Grupo viaja a várias cidades mineiras, em especial, fomenta a divulgação das marcas patrocinadores em festivais nacionais e apresentações variadas.

Nesse ínterim, destaca-se a Lei Municipal n. 2.424 de 1998, que trata sobre a disposição de contribuintes por meio do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN). Segundo seu artigo 2.º, II, o contribuinte (pessoa física ou jurídica), pode transferir recursos, “mediante doação ou patrocínio, em apoio a projetos culturais apreciados na forma da Lei”.

No entanto, mesmo após duas décadas de existência, a lei não é executada, em malefício de artistas locais, para os quais o apoio poderia ser mais efetivo caso a lei fosse regulamentada e colocada em prática. Dessa forma, quanto mais o Grupo se destaca – e felizmente caminha para isso por meio de prêmios e relações públicas –, mais fomenta a economia criativa e, conseqüentemente, fomenta e fortalece redes de empreendimento que por sua vez acreditam na arte Lavrense.

#### **4.3 FOMENTO CULTURAL**

O art. 215 da Constituição Federativa do Brasil, de 1988, assim coloca: Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988).

Infere-se, nesse sentido, e em uma leitura sistemática do ordenamento brasileiro, que todos os cidadãos possuem direito à cultura, e, como tal, deve ser a eles garantido o acesso. O Grupo Teatro Construção, em Lavras, contribui com o direito à cultura, no sentido de que aproxima a arte da sociedade.

Nessa perspectiva, percebe-se que o público da cidade e região não tem uma vivência assídua no teatro, pois desconhecem esta arte que muitas vezes é acessada por poucos que podem se deslocar aos grandes centros urbanos e já trazem na sua formação o hábito de frequentar teatros.

Ademais, destaca-se a importância da arte – em especial, o teatro – na educação. Uma vez que esta tem como um de seus principais objetivos o acesso dos alunos ao arcabouço de conhecimento já adquirido ao longo da história, o teatro pode ser, a princípio, um caminho para esse acesso.

Além disso, a arte possui um aspecto fundamental de desenvolvimento do senso crítico e da criatividade. O teatro, como forma de expressão funciona não somente para quem o faz, mas também para quem o busca, a plateia. Uma vez que espectadores passam a buscar esta forma de expressão, estimula-se como em um ciclo, a capacitação de todos os envolvidos, gerando assim novos grupos, produtores culturais e a formação de público que busca, e passa a apoiar e estimular o teatro da cidade.

## **5 VISIBILIDADE DE LAVRAS E CRIAÇÃO DE SENTIMENTO DE IDENTIDADE**

Além de apresentações na cidade de Lavras, o Grupo Teatro Construção busca levar suas montagens a outras cidades. Atualmente, tem se apresentado anualmente em Conselheiro Lafaiete, no Festival de Artes Cênicas da cidade, e frequentemente visita outras cidades. A título de exemplo, o Grupo já se apresentou em Alpinópolis, Araguari, São João del-Rei, Juiz de Fora, Perdões, Carmo da Cachoeira, entre outras.

Festivais são eventos onde grupos das mais diferentes especificidades se reúnem com o intuito de promover a arte. Sendo assim, nossos conhecimentos são compartilhados para além do espaço físico destes eventos, ou seja, somos difusores e receptores de conhecimento, promovendo assim, o intercâmbio de técnicas e metodologias teatrais.

Com isso, o nome do Grupo, e, conseqüentemente, o nome de Lavras se difunde por todo o Brasil, e, hoje, já somos referência em diversas cidades. Esse fato acaba por gerar forte visibilidade para Lavras, que pode, eventualmente, se tornar um polo artístico, possibilitando um ainda maior intercâmbio cultural.

Outro ponto importante se confere no fato de que o Construção pode se tornar um alvo de identidade social, uma vez que a comunidade lavrense se reconhece como parte de uma arte coletiva, importante para esta e para o Grupo, que se reconhece pertencente à cidade. É necessário conhecer, conservar e

preservar os bens culturais, tanto materiais como imateriais, já que por meio deles, a história de nossa cidade pode ser lembrada e passada às gerações futuras. Sendo o Grupo existente há 43 anos, este se torna parte valiosa da história de Lavras. Nesse sentido, é que se ressalta que a companhia passou em 2019 pelo processo de ser inventariado pela Prefeitura de Lavras, ou seja, foi feito um levantamento, uma listagem descritiva sobre as referências culturais.

Para que se possa preservar um bem cultural, é importante saber não apenas que ele existe, mas também se a manifestação cultural é praticada pela população local, se as pessoas têm dificuldade ou não em realizá-la, que tipos de problema a afetam, como essa tradição vem sendo transmitida de uma geração para outra, que transformações têm ocorrido, quem são as pessoas que hoje atuam diretamente na manutenção dessa tradição, entre vários outros aspectos relativos à existência daquele bem cultural (IPHAN/MinC, 2012).

Esse levantamento de bens imateriais se fez devido a necessidade de se entender os problemas enfrentados para se manter vivo o teatro na cidade de Lavras. O conteúdo da ficha de inventário é de suma importância, visto que a preocupação com a proteção e a preservação de bens culturais permeia discussões entre administração pública e integrantes da comunidade, necessárias para que a sociedade possa, não somente saber da existência do grupo, mas, também tomar consciência sobre as dificuldades enfrentadas por ele, visto que o primeiro passo para se preservar algo é de fato conhecê-lo.

Nesse sentido, tem-se que o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Lavras (IPAC) funciona como instrumento de conhecimento e documentação, sendo fonte de garantia da continuidade da memória. Este é utilizado como instrumento de valorização e reconhecimento social, visto que é capaz de identificar problemas e soluções para salvaguarda da manifestação cultural.

O ato de inventariar o Grupo abre perspectivas de crescimento perante o reconhecimento como fonte de enriquecimento cultural da sociedade, levando-se em conta sua função social. Este reconhecimento significa mais do que a mera atribuição de um título, uma vez que ressalta ao Poder Público que a partir deste momento tem o dever de zelar junto ao Grupo para manter viva essa manifestação cultural local.

Nesta perspectiva, o Grupo configura-se também como figura de reconhecimento para demais grupos existentes pela cidade, e futuros. Outro fator importante a se salientar é o de que é percebida a maior valorização do teatro em cidades que comportam grupos e companhias teatrais com forte envolvimento com a rua, como exemplo: o Grupo Galpão – BH e a Trupe Ventania – Passos, grupos estes que exploram a arquitetura e as características disponíveis a rua, fazendo parte dela. Seus transeuntes tem em si o sentimento de pertencer aos espaços físicos e a magia que surge das apresentações. Explorar a rua faz-se valer para investigar os hibridismos e sobreposições das características inter e transdisciplinares, que envolvem o processo do fazer artístico, buscando entender o espaço, não se limitando apenas aos campos do saber, mas, abarcando em sua totalidade tudo que cerca o ato de construção da arte, aceitando os obstáculos e especificidades da rua e tomando-as como partido.

## 6 CONCLUSÃO

É inegável a importância do Teatro. Este, como arte que acompanha o ser humano desde a Grécia Antiga – quando se tem os primeiros registros – mostra-se como uma das principais referências de manifestação humana, e o teatro só resiste e evolui porque essa manifestação é uma necessidade humana, que se promove e se mantém.

Nesse ínterim, o Grupo Teatro Construção vem, desde 1978, promovendo arte e cultura para a comunidade lavrense. Tendo como foco principal manter viva esta arte na cidade de Lavras, e além disso, incentivar, capacitar e valorizar novos grupos, unindo forças em prol da cultura, o Construção atua em resistência, tornando-se referência em todo o Estado.

Não suficiente, o Grupo ainda gera receita para comerciantes locais, profissionais específicos, e de forma geral, fomenta a economia cultural e torna-se referência da comunidade lavrense, visto que o mesmo foi inventariado no ano de 2019, e guarda parte da memória como manifestação artística recorrente no município.

Portanto, entende-se que o Grupo Teatro Construção tem grande importância no cenário local, visto que incentiva a melhoria, a manutenção e o reconhecimento da arte – e próprio – perante nossa própria sociedade. Dentro da concepção apresentada buscar nos indivíduos e no espaço nosso lugar de fala, ação e concepção gera uma armadura de enfrentamento e resistência da arte teatral. Conhecer seus limites e reordenar suas relações é fundamental para a salvaguarda desta arte frente às modificações ocorridas no tempo coevo. Sem incentivo e diante do iminente impacto ambiental

causado por nós, se faz necessária a análise e disseminação de novas ideias em relação a soluções ambientais para o uso qualitativo dos espaços já disponíveis e para nossa salvaguarda.

O Teatro resiste.

Evoé!

## 7 AGRADECIMENTO

Agradeço a professora Marisa Aparecida Pereira, pelo incentivo e presteza em colaborar com a minha inserção no Mestrado de Artes Urbanidades e Sustentabilidade, e a todas as mulheres que cruzaram meu caminho neste processo, somos muitas. Ao Grupo Teatro Construção que é corresponsável pelo crescimento da cultura e por ser resistência na arte em meio a tantos percalços. Agradeço aos colegas e amigos que vibram comigo por cada troca, cada conhecimento compartilhado. Agradeço a minha família por estarmos sempre juntos, somos todos um só. E finalmente agradeço a Deus, por ter escrito minha trajetória como tem sido, obrigada amigo.

Todos juntos somos fortes  
Somos flecha e somos arco  
Todos nós no mesmo barco  
Não há nada pra temer  
Ao meu lado há um amigo  
Que é preciso proteger  
Todos juntos somos fortes

CHICO BUARQUE

## 8 REFERÊNCIAS

Candido, F. (2018). *Saraiva*. São Paulo: Saraiva.

CARREIRA, André Luiz Antunes Netto. Reflexões sobre o conceito de Teatro de Rua. Teatro de rua: olhares e perspectivas. Rio de Janeiro: E-papers, p. 20-37, 2005.

Cavalcante, P. A. F. (2016). *Complexo Teatral São José*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal do Ceará.

DIAS, Paulo Jorge Oliveira Costa Carvalheira. Arquitetura do espaço cénico: uma questão de perspectiva. 2019. Tese de Doutorado.

Duarte, J. (24 ago. 1949). *A Gazeta*, apud Németh-Torres, G. (2011). *A Atenas Mineira: Capítulos Histórico-Culturais de Lavras*. Lavras: Geovani Németh-Torres, 3. (Série Lavrensiana, 2).

Fest, F. D. C. (2005). *Projeto Cura – Complementação Urbana e Mudanças Espaciais*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Grupo Teatro Construção. (2017). *Portifólio*. (Acervo do Grupo Teatro Construção).

IBGE. (2015). *Brasil – Minas Gerais – Lavras*. Disponível em: <http://bit.ly/2OsULYR>. Acessado em: 29 abr. 2018.

IPHAN. (2012). *Patrimônio Cultural Imaterial: Para Saber Mais*. 3.ª ed. Brasília: IPHAN.

Magalhães, V. D. (2015) *A Importância do Cinema como Lazer Popular e as Suas Formas de Inclusão*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade de São Paulo.

Horace. (1783). *Q. Horatii Flacci Epistola ad Pisonem, de Arte Poetica. The Art of Poetry, an Epistle to the Pisos. Translated from Horace, with notes, by G. Colman*. London: Printed for T. Cadell, in the Strand, 404. Disponível em: [www.gutenberg.org/cache/epub/9175/pg9175.html](http://www.gutenberg.org/cache/epub/9175/pg9175.html). Acessado em 21 nov. 2019.

SEBRAE Brasil – Minas Gerais – Lavras. *Como o SEBRAE atua no Segmento de Economia Criativa*. Disponível em: <http://bit.ly/2Osebx>. Acessado em 3 nov. 2019.

## Por entre memórias e costuras: caminhos de uma pesquisa

### *Between memories and seams: paths of research*

PEREIRA, Dalva R. R.

Museóloga e mestranda do Pipaus/UFSJ; dalvadosreis@gmail.com

ALVARENGA FILHO, José Rodrigues de

Doutor/Professor do Pipaus/UFSJ; joserodrigues@ufs.edu.br

MIRANDA, Zandra Coelho de

Doutora/Professora do Pipaus/UFSJ; zandra.coelho@gmail.com

#### RESUMO

Nosso texto é um recorte produzido a partir da dissertação, *Entre costuras e memórias: apontamentos sobre a história do Centro de Referência Cultural Max Guedes – CMAX* e tem por objetivo fazer uma breve exposição sobre alguns aspectos da museologia social. Para tanto, inspirados na arte do patchwork construímos uma perspectiva político-metodológica composta por fragmentos de narrativas que constroem esta história e retalhos de tecidos como representação imagética da pesquisa. A perspectiva transdisciplinar destas escolhas está respaldada tanto em escolhas de referências tradicionais na academia, como também em conhecimentos empíricos adquiridos em experiências anteriores da pesquisadora, caracterizadas pela imersão em propostas da sociomuseologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** museologia social, CMAX, *patchwork*

#### ABSTRACT

*Our text is an excerpt produced from the dissertation, between seams and memories: notes on the history of the Max Guedes Cultural Reference Center – CMAX and aims to make a brief exposition about some aspects of social museology. Therefore, inspired by the art of patchwork, we built a political-methodological perspective composed of fragments of narratives that build this history and fabric patches as an imagery representation of the research. The transdisciplinary perspective of these choices is supported both in choices of traditional references in the academy, as well as in empirical knowledge acquired in the researcher's previous experiences, characterized by immersion in sociomuseology proposals.*

**KEY-WORDS:** social-museology, CMAX, *patchwork*

#### 1 INTRODUÇÃO

Toda pesquisa se faz enquanto caminhada, posto que é incerta travessia. O caminho, como já advertia o poeta, se faz no ato de caminhar. É por isso que, despidos de pretensões cartesianas e positivistas, mais do que nos escondermos atrás de supostas neutralidades e metodologias lineares, da retórica da ciência supostamente asséptica, mergulhamos em um processo de experimentação da pesquisa enquanto obra

de arte.

Não há modos de fazer a priori, há pistas, imagens, desejos, caminhos possíveis. Ao escolhermos o PIPAUS, encontramos um espaço em que é possível, sem tantas amarras endurecidas, construir a pesquisa numa perspectiva transdisciplinar, artística e sustentável. A transdisciplinaridade nos convoca a borrar, a nomadizar as fronteiras instituídas dos saberes. Não é por acaso que, aqui, nos referimos à Dona Ana, ex-moradora do Aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte, e a sua arte de contação de histórias e costuras. O saber não se reduz ao campo científico. Como apontou Foucault (2016), a ciência é um dispositivo de poder que produz o silenciamento dos saberes considerados “não eruditos”. Fiquemos atentos, pois, ao habitarmos o universo científico, nos lançamos em uma instituição – a ciência – repleta de armadilhas e cantos de sereia. Tal como fez o herói Odisseu em seu retorno para Ítaca, talvez precisemos, em alguns momentos, ouvir atentos os cantos da sereia.

Caminhamos, ainda que não saibamos de certo como, ainda que haja sempre pedras e perdas no meio do caminho, e que uma pandemia se faça enquanto ameaça constante as nossas vidas. Apesar do contexto adverso, seguimos em frente alimentados por utopias ativas que nos fazem caminhar. Se não existem moinhos a combater, dragões a superar, há, em nosso cotidiano, pequenas batalhas que travamos diariamente em nome da vida, de sua reinvenção constante e potência revolucionária.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Ao fazer o registro dos processos de criação do CMAX e a formação dos acervos dos museus do Barro e de Vivências que o integram, acionamos uma base referencial da museologia, especialmente aquela ligada à sociomuseologia que nos aponta um caminho já conhecido, e de certa forma seguro, dada a trajetória já percorrida tanto nos estudos anteriores a este projeto, como nas vivências realizadas anteriormente no Muquifu – Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos, localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Porém, a proposta interdisciplinar que liga o projeto às artes, que completa o tripé de sustentação do curso com as áreas de urbanidades e sustentabilidade, provoca um movimento que faz a pesquisa adquirir uma espécie de autonomia que seleciona referenciais que até o início do processo de construção do texto seriam inimagináveis.

Ao escolher o patchwork - técnica que, através da costura, une pedaços de tecidos formando novas

padronagens - como uma forma de narrativa e, ao mesmo tempo, ser a representação material autoral de arte, surge uma dinâmica nova no processo de pesquisa que leva a um novo repertório de conceitos, textos e pensadores e uma nova maneira de abordar temas que já se encontravam estabilizados em uma espécie de zona de conforto.

A escolha não se dá por acaso, é fruto de vivências anteriores, quando houve um encontro com Ana Pereira - uma senhora moradora de uma comunidade em processo de extinção no Morro do Papagaio em Belo Horizonte - que sentada em frente a sua casa contava as histórias de sua vida enquanto costurava retalhos que ficavam em uma bacia no seu colo. Assim, tecia tapetes que depois eram vendidos para quem passava pela rua e parava para ouvi-la. (Figuras 1 e 2)



**Figuras 1 e 2: Dona Ana e seus tapetes de retalhos**

**Autor: Augusto de Paula Pinto**

Neste sentido, esta pesquisa é uma oportunidade de estudar as ações de democratização de bens culturais e de nos afastarmos da ideia de que o acesso aos espaços musealizados possa ocorrer simplesmente pela classificação das instituições nas tipologias de museus comunitários, ecomuseus, museus territórios e outros, que oferecem uma solução conceitual para a participação do público e/ou para suas próprias narrativas. Sobre essas denominações, o museólogo Mário Chagas explica:

As múltiplas designações indicam, de algum modo, a potência criativa, a capacidade de invenção e reinvenção dessas experiências e iniciativas, e evidenciam a disposição para driblar e resistir às tentativas de normatização, standardização e controle perpetradas por determinados setores culturais e acadêmicos. Essas museologias indisciplinadas crescem de mãos dadas com a vida, elaboram permanentemente seus saberes e fazeres à luz das transformações sociais que vivenciam como protagonistas, por isso mesmo é no fluxo, no refluxo e no contrafluxo que se nomeiam e renomeiam, se inventam e reinventam, permanentemente. (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 16)

É recorrente nas referências bibliográficas sobre conceitos e práticas da museologia social a relação direta que se estabelece entre estas denominações com comunidades que compartilham o mesmo território e vivências. É a sua configuração no espaço e a identificação de seus habitantes que oferece

a primeira percepção da sua existência, embora sejam necessários mais elementos para reconhecê-la como tal. A inserção destes conceitos nos estudos ligados à museologia surge a partir de uma nova configuração nos museus com a quebra dos paradigmas que os colocavam em uma espécie de confinamento histórico, que os mantinham estagnados

Ao relacionar o processo de criação do CMAX, percebemos uma clara identificação com os pensamentos do museólogo francês Hugues de Varine que, ao lado de seu conterrâneo Henri Rivière, são considerados pioneiros em propor um novo modelo de museu, chamado inicialmente, na década de 70 do século passado, de *Museu Integral* e, depois batizado por Varine, *Ecomuseu*. As novas conceituações apontam no sentido de considerar a comunidade e o espaço vivido como determinantes para estabelecer uma proposta de atuação do novo museu. A ideia de território pode auxiliar na compreensão da dimensão da abrangência dessa instituição. Varine diz:

Um território é o produto de toda uma história natural e humana, e as condições do desenvolvimento, em particular os conflitos que o agitarão, decorrerão dessa história. Todo território determinado sem o respeito por seus componentes patrimoniais não poderá servir de base para um desenvolvimento local equilibrado e sustentável. Esse quadro patrimonial compreende a paisagem, os fatores favoráveis ou desfavoráveis à vida dos homens e às suas atividades sociais e econômicas. Compreende também a linguagem, as crenças, os ritmos da vida cotidiana, a relação tradicional com os territórios vizinhos e as entidades de nível inferior e de nível superior, hierárquica e administrativamente. (VARINE, 2013, p. 19)

Estas são, então, as relações mais comumente associadas à museologia social: a preservação do espaço vivido, o registro das experiências compartilhadas pelos membros de determinada comunidade, o lugar delimitado por fronteiras bem definidas que demarcam também identidades.

Não é possível falar sobre novas práticas curatoriais ou de gestão de museus, sem abordar o surgimento da museologia social e fazer uma retrospectiva das discussões realizadas em algumas reuniões do ICOM<sup>1</sup>– Conselho Internacional dos Museus. No livro *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro – documentos selecionados*, sob a Coordenação de Maria Cristina Bruno, são destacados pontos importantes destes encontros que transformaram o pensamento museológico e foram fundamentais na construção de conceitos e ações da museologia social.

---

<sup>1</sup> O Conselho Internacional de Museus – ICOM. Criado em 1946, o ICOM é uma Organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus, tendo *status* consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU. ([https://www.icom.org.br/?page\\_id=4](https://www.icom.org.br/?page_id=4))

O depoimento de Fernanda Camargo Moro, participante do encontro de 1971, em Grenoble, na França, destaca da conferência um momento que considera um marco. A frase: “Os museus não são feitos apenas para os gauleses brancos” (BRUNO, 2012, p.28) proferidas por Adotevi<sup>2</sup>, foi um divisor nas discussões que se apresentavam até então. Antes disso houve a circulação de um manifesto pedindo maior democracia no estatuto do ICOM visando transformar os museus em “verdadeiro instrumento para salvaguardar a cultura” (BRUNO, 2012, p.28).

Eram os museus-instrumentos que somavam uma preocupação social à agenda cultural e que se propunham a trabalhar com todos os diferentes segmentos da população. Segundo Moro, neste momento é que foi dado o primeiro passo para as mudanças no ICOM e no ambiente museológico. Conforme argumenta, “a proposta de Grenoble era moderna, verdadeira, necessária, sem envelhecer seus ideais”. (BRUNO, 2012, p.29)

O museu como um “meio” de comunicação (reconhecendo-se sua “linguagem” própria, pois) entre os elementos deste triângulo (território-patrimônio-sociedade), servindo de instrumento de diálogo, de interação das diferentes forças sociais (sem ignorar nenhuma delas, inclusive as forças econômicas e políticas); um instrumento que possa ser útil em sua especificidade e função, ao “homem indivíduo” e “homem social” para enfrentar os desafios que vêm do presente e do futuro.(HORTA apud BRUNO, 2010, p.66)

A Mesa Redonda de Santiago do Chile realizada em 1972, tornou-se emblemática por diversos fatores relevantes para a época. Estava sendo realizada pela primeira vez na América do Sul, e o espanhol era o idioma do encontro, que até então tinha o domínio do inglês e do francês como língua oficial, e se realizava em um ambiente político adverso com regimes militares autoritários na maioria dos países latino-americanos.

Varine destaca como mensagens essenciais desse encontro, “Aquela de *museu integral*, isto é que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade” e “Aquela do museu como *ação*, isto é, instrumento dinâmico de mudança social”. (BRUNO, p.40). Mais recentemente, Mário Chagas, entre outros museólogos, tem revisto estes termos e tem preferido utilizar a denominação de Museu Integrado, que consideram mais compatível com a pluralidade de ações desenvolvidas por este tipo de instituição e a seu perfil multidisciplinar.

---

<sup>2</sup> Stanislas Adotevi, museólogo do Daomé (atual Benin), que nos anos 1970 plantou a semente da descolonização no seio do ICOM[24]. Ele foi influenciado ainda, em seus trabalhos, pelos museólogos franceses Hugues de Varine, Georges Henri Rivière, e pelo africano do Mali, Claude Daniel Ardouin  
( <https://historiadamuseologia.blog/author/historiadamuseologia/>)

Abre-se um parêntese aqui, para inserir um breve comentário sobre as relações existentes entre os movimentos artísticos ativistas e as propostas de decolonização da cultura, através de ações ativistas nos museus, que até recentemente estavam, quase que em sua totalidade, dominados por um discurso hegemônico de poder. Esta espécie de ativismo curatorial e de gestão ganha cada vez mais visibilidade não só entre as paredes dos museus, mas avança além muros dos prédios destas instituições, que podem se reconhecer como museus ativistas, pois abrem seus espaços para o debate e ações ativistas. Nas palavras de Peter Van Mensch, “os museus como instituições sociais com uma agenda política”, conforme analisa ao ligar o Movimento da Nova Museologia como uma das revoluções ocorridas na área museal (CHAGAS *et alii*, 2018, p. 77).

Narrar esta trajetória torna-se necessário para que seja feita a reflexão sobre a atualidade de fatos que parecem tão distantes temporalmente, mas que se apresenta ainda como uma novidade em muitos museus e comunidades.

Porém, cabe lembrar que na década de 30 do século passado, Mário de Andrade já defendia uma reformulação no papel dos museus junto à sociedade. O museólogo Mário Chagas, no livro *Há uma gota de sangue em cada museu*, revela que para Mário, o museu não seria o lugar só de documentar, mas também de denunciar, criticar e refletir (CHAGAS, 2015, P.95). Para ele, o Museu Etnográfico deve fornecer “(...) modelos de decoração, processos de fazer rendas, chapéus de palha, etc. músicas e danças, etc.” O museu concebido por Mário de Andrade não é apenas um espaço de exposição, é *locus* de ação. (2015, p. 94)

É interessante observar que estas propostas de Mário de Andrade vão ao encontro às intenções do Almirante com a doação<sup>3</sup>. Através do seu currículo pode-se conhecer a série de atividades e projetos ligados à cultura que desenvolveu ao longo de sua vida e perceber que suas ações eram permeadas por um olhar inovador que via nos espaços culturais uma possibilidade de oferecer educação e formação à população. É comovente pensar sobre os laços que foram criados entre o Almirante, um renomado cartógrafo, reconhecido mundialmente como referência na cartografia luso-brasileira e a comunidade do Alto das Mercês, a ponto de os jovens deste lugar terem merecido sua preocupação ao fazer a divisão dos seus bens materiais.

---

<sup>3</sup> O Fortim dos Emboabas, propriedade do Almirante Max Justo Guedes, que possuía uma grande bagagem intelectual, sendo especialista em História Naval e Cartografia luso-brasileira. Faleceu em 2011, e doou em vida para UFSJ, a casa do Fortim com todo o seu acervo especialmente em cerâmica, com o objetivo de transformar o antigo casarão em um espaço cultural para a comunidade do Alto das Mercês e para São João del Rei. ([https://ufsj.edu.br/fortim/max\\_justus\\_guedes.php](https://ufsj.edu.br/fortim/max_justus_guedes.php))

Ao mesmo tempo, constatamos que o patchwork nos aproxima dos processos vivenciados por diferentes pesquisadores que se sucederam no CMAX. É como se formassem imagens diversas e através de uma composição imaginária pudéssemos perceber a frequência e abrangência de cada atividade. De diversas formas, percebemos que “pedaços”, “fragmentos”, “retalhos”, “emendas”, são construções metafóricas que não soam com estranheza na produção de um trabalho acadêmico. Como aponta Cavaliere, “Fazer patchwork é utilizar-se de tecidos, linhas e agulhas para transformar, criar e representar ideias, emoções, histórias e momentos, concretizando-os em colchas, almofadas, painéis, roupas e acessórios”. (CAVALIERI, 2011, p. 35). Não se trata simplesmente de uma inspiração, mas um processo de construção que se baseia em registros reais aliados à imaginação e técnicas de costura.

A criação, na realidade, é um ordenamento, é selecionar e integrar elementos que em princípio pareciam impossíveis. No início parece que algo paira no ar de forma vaga, solta, quase sem ter um domínio eletivo do evento; de repente algo aflora e torna-se mais claro e quanto mais o cientista ou o artista trabalhar a questão, mais clara e elaborada se tornará. (ZAMBONI, 2006; p.34)

Ao escolhermos duas ações: **contar histórias e costurar retalhos** como caminhos, ou métodos para desenvolver esta pesquisa, o fazemos movidos por um processo de libertação de dogmas rígidos para a condução de um processo de pesquisa e como resultado de um ano de estudos no Pipaus, entre disciplinas diversas e um processo de orientação do projeto, embora sistemático em sua regularidade, mas dinâmico em sua condução. São duas opções aparentemente tão empíricas no cenário acadêmico, mas que podem buscar respaldo em metodologias - ou, outras denominações que possam ser classificadas estas ferramentas - como a cartografia e a utilização de “pistas”, e de seus desdobramentos como o proposto por Paola Jacques (2008) com a corpografia. Nesta, o corpo emerge pela cidade para vivenciar experiências de forma “livre” e “espontânea”. Em nossa pesquisa, todavia, devido às limitações de circulação física impostas pela pandemia provocada pelo Covid-19, corpo e sentidos tentarão absorver o máximo de informações para construir uma narrativa, através do vasto material arquivístico, audiovisual e virtual que constitui a memória do CMAX.

Embora estas escolhas possam parecer meramente intuitivas, encontramos ressonância nas leituras que selecionamos neste momento. No livro *Dobraduras*, que reúne artigos de pesquisadores da área da Psicologia, o texto, *Produzindo plurais: fragmentos de história da psicologia*, escrito por Danielle Pinheiro da Silva, dialoga com nossa proposta de trabalho, ao problematizar a pluralidade de processos que compõem a narrativa da continuidade histórica:

Tal movimento de produção dos acontecimentos, se compreendidos por Deleuze (1998, p.145), mostra que tanto os indivíduos como os grupos são formados por linhas. Estas podem

ser duras, flexíveis ou de fuga; pode ser que uma ou duas delas não estejam visíveis, mas sempre presentes: já que imanes, emaranhadas estão uma nas outras. Não tendo nem começo nem fim, tal produção só pode ser analisada a partir do meio. (SILVA, 2017, p.203-204) (Figura 3)

A autora segue explicando que, quando vamos construir a narrativa de uma história, temos a tendência de buscar uma possível origem dos fatos, como se tudo passasse a existir a partir daquela escolha que fizemos. “Quando analisamos as coisas ‘pelo meio’, entendemos que algo já estava em processo, não havendo nenhuma origem a ser descoberta, mas sim um processo a ser contado” (SILVA, 2017, P. 204).



**Figura 3: Bloco de patchwork confeccionado através da costura de emaranhado de linhas sobre o tecido e coberto com tecido de filó. Fonte: Dalva Pereira**

Ao relacionar esta afirmação com as possibilidades de “pistas” sugeridas pela cartografia, uma das referências é a “Pista do Comum”, esmiuçada no texto *Cartografar é traçar um plano comum*, escrito por Virgínia Kastrup e Eduardo Passos. “Nessa direção, o caminho da pesquisa não é a busca de acurácia do conhecimento em relação aos fenômenos investigados. O desafio é fazê-los vibrar, entrando em contato com o *felt-meaning* que marca aquela paisagem e move aquele território existencial. A “pista” *Acompanhar processos*, que indica como base da pesquisa a produção coletiva, também nos parece adequada para servir de referência neste trabalho que envolve a produção de registros e documentos de tantas pessoas e ações.

O museólogo Mário Chagas nos mantém no mundo das linhas e costuras dizendo que “é preciso fiar. É preciso saber lidar com os fios dos sentidos e significados das imagens e palavras para construir tecidos narrativos, para não ser devorado por ideias, palavras e imagens” (RAMOS, 2008. P. 8).

Todas estas reflexões nos fazem perceber um momento de ebulição dos conteúdos que se apresentam nesta pesquisa. De uma forma impressionante vai se formando uma trama na qual se cruzam

informações da pesquisa e embasamento teórico. O texto “*o acontecimento patchwork – um modo de aprender a vida*”, no qual duas psicólogas, Luiza Rizzo e Tânia Mara Galli da Fonseca, baseadas no conceito deleuziano de *acontecimento*, relatam uma experiência vivenciada com um grupo de mulheres, tem um efeito que ao mesmo tempo potencializa minhas escolhas, mas, concomitantemente, me obriga a incluir outras leituras para que possa compreender melhor a dimensão das seleções que fiz de metodologia de pesquisa e embasamento teórico. São leituras densas e fazem sentido não só como fundamentação teórica, mas constroem relações importantes com a criação das imagens representadas através do patchwork, servindo mesmo de inspiração para a elaboração do trabalho prático autoral.

Quando se cruzam reflexões teóricas de Deleuze usando o patchwork com a proposta de linhas e costuras como metáforas para representar determinados conhecimentos e informações às possibilidades de uso destes conhecimentos para compor o *patchwork* se ampliam. Como exemplo, podemos representar o território recortado em seus subterrâneos por betas, que eram escavações usadas para a exploração do ouro no período colonial, em São João del Rei, através de outras técnicas de designer de patchwork. Nesta pesquisa de conhecimentos, técnicas ou desenhos a busca de referências se voltam também para os *quilters*<sup>4</sup>, *designers* e artistas do patchwork como Airton Spengler (Figura 4), Ana Paula Brasil. Ana Cosentino e Eliana Zerbinatti, entre outros.



Figura 4 - A técnica “Elos Twist” inspira a representação têxtil das betas subterrâneas. Criação Airton Spengler, artista e designer têxtil, foto: Ateliê na TV.

<sup>4</sup> A palavra *quilt* provém do latim *culcita*, uma espécie de colchão ou almofadão preenchido com algo macio e quente (assim como penas, *lã* ou cabelos) e usado para deitar ou cobrir. **Quilting**, que significa acolchoamento, e *Patchwork* são parceiros no mundo do artesanato, e têm estado juntos por milhares de anos. E o *quilter* é a pessoa que se dedica à técnica. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Quilting>)

Outra inspiração é o bloco denominado de *log cabin*, *cabana* de toras, (Figura 5) que parte de um bloco central que representa o centro de uma casa e é construído com peças retangulares de tecido formando um desenho que remete à edificação de uma cabana de toras de madeira, mas que possui diversos significados na história do patchwork, como o seu uso para sinalizar para os escravos no período da escravidão nos Estados Unidos, as famílias abolicionistas que poderiam oferecer abrigo.

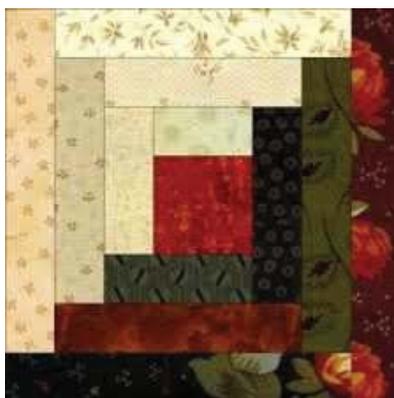


Figura 5 – Bloco tradicional *log cabin*. Fonte: <https://br.pinterest.com/vaniancfd/bloco-log-cabin/>

Compartilhamos do sentimento de Regina Schopke, interlocutora de Deleuze, que revela partilhar de alguns pontos de vista com Deleuze que amenizou suas angústias na hora de “...expor ideias tão complexas como as de diferença e repetição.” (SCHÖPKE, 2012, p.192). A sensação de conforto por encontrar neste pensador não respostas, mas estímulos para seguir um caminho não tão convencional no processo de pesquisa.

A ideia do patchwork nos auxilia na expansão das ideias possíveis de serem incluídas como metodologia ou em outras etapas da pesquisa. Assim como esta técnica de costura une estampas que isoladas tem significados diferentes, mas que ao compor uma peça passam a ter um novo sentido, percebo que com o decorrer do trabalho torna-se necessário incluir novas ferramentas que vão surgindo a partir de leituras propostas pelas disciplinas que fazem parte do programa de estudos do mestrado.

Não se trata apenas de um amontoado de fragmentos de textos de diferentes autores. Existe uma lógica nestes desenhos que vão sendo formados e, a partir desta conexão, fortalecem o conceito transdisciplinar do curso. Basarab Nicolescu, em “*o Manifesto da transdisciplinaridade*”, disserta sobre a construção de uma metodologia diversa.

A transdisciplinaridade como prefixo “trans” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (P. 16)

Por sua vez, D’Ambrósio, reproduz a metáfora da “gaiola” para se referir às epistemologias encapsuladas em métodos e fundamentações hermeticamente fechadas por grupos de pensadores que se isolam entre si e se afastam do mundo real.

Os detentores desse conhecimento são como pássaros vivendo em uma gaiola: alimentam-se do que lá encontram, voam só no espaço da gaiola, comunicam-se numa linguagem só conhecida por eles, procriam e repetem-se, só vendo e sentindo o que as grades permitem, como é comum no mundo acadêmico. O que é mais grave, são mantidos pelos que possuem as gaiolas para seu entretenimento, como é o caso das artes, ou para seu benefício, como é o caso das ciências e da tecnologia. Obviamente, a crítica interna é limitada e exclui o questionamento da própria existência da gaiola (D’AMBROSIO, 2011.P. 7)

Percebemos que é justamente este processo que está acontecendo e um sinal de alerta é acionado para que nesta abundância de referências que se apresentam ao sair da gaiola epistemológica, se assumam um controle e possamos fazer seleções das referências que realmente farão sentido neste trabalho e, sobretudo, que possamos quebrar as gaiolas das relações de força que nos aprisionam para experimentarmos a potência - e talvez a angústia e o medo - de darmos nossos voos.

### 3 REFERÊNCIAS

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *O ICOM – Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

CAVALIERI, Márcia Maria. *Patchwork: retalhos de técnica, memória, arte e artesanato*. Joinville: UNIVILLE, 2011.

CHAGAS, Mário, STUDART, Denise, STORINO, Cláudia (Org.). *Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental*. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial: Associação Brasileira de Museologia, 2014.

COIMBRA, Cecília; Rodrigues, José; Valle, Livia (Org.). *Dobraduras: territórios e pesquisas*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

D’AMBROSIO, Ubiratan. *A transdisciplinaridade como uma resposta à sustentabilidade*. Goiânia terceiro incluído NUPEAT–IESA–UFG, v.1, n.1, jan./jun., 2011, p.1–13, Art. 1 1.

FONSECA, Tânia Mara Galli da; RIZZO, Luísa. *O acontecimento patchwork – um modo de apreender a vida*. *Psicologia e sociedade*, Porto Alegre, 22 (1), 139-148, 2010.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

PASSOS, Eduardo, ESCÓSSIA, Liliana e KASTRUP, Virgínia. *Pistas do Método da Cartografia Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina. 2017.107 páginas.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. 2. Ed. SP: Atlas,1990.

MESQUITA, André Luiz. *Insurgências Poéticas: arte ativista e ação coletiva*. Dissertação. Área de Apresentação: História da Cultura. 2008. 429 páginas. USP, São Paulo.

MIGNOLO, Walter D. *Aisthesis decolonial: artículo de reflexión*. CALLE14. Bogotá/Colômbia. Volume 4, número 4. Pag. 10-25. Jan/jun. 2010.

OSTROWER, Fayga. *Universos da Arte*. 9ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus.

NICOLESCU, Basarab. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. São Paulo: Editora Trion. 2017. 156 páginas.

RAMOS, Francisco R. L. *A danação do objeto – O museu no ensino da História*. Chapecó: Argos, 2004  
SCHÖPKE, Regina. *Por uma filosofia da diferença: Giles Deleuze, o pensador nômade*. 1ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SOUZA, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

VARINE, Hugues De. *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

ZAMBONI, Sílvio. *A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência*. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2006

#### **Referências do patchwork:**

BRASIL, Ana Paula – quilter: @canadapaulabrasil; [www.canadapaulabrasil.ca](http://www.canadapaulabrasil.ca)

COSENTINO, Ana – quilter – [www.anacosentino.com.br](http://www.anacosentino.com.br)

PEREIRA, Ana – artesã, ex-moradora da Vila Esperança no Morro do Papagaio em Belo Horizonte - MG

SPLENGER, Airton – Geometria têxtil/quilt: @airtonsplenger

ZERBNATTI, Eliana – Técnicas de patchwork e pesquisa histórica sobre patchwork: @elianazerbinatti

## **Entre corpos: um olhar sobre o imaginário social e urbano das relações de poder**

*SATIRO, Jhonatan Sales; TEIXEIRA, Amanda Burgarelli.*

Palavras-chave: Corpo; Arquitetura hostil; Design urbano; Objetificação; Identidade.

O corpo é entendido como símbolo pessoal e social da identidade, podendo ser considerado como o primeiro lugar da experiência vivida (CORTÊS, 2008). Portanto, cria e produz o espaço, enquanto é também produzido por este. Desse modo, a cidade possui a capacidade de condicionar a maneira como os corpos são entendidos no meio urbano coletivo e no seu meio individual, enquanto símbolo pessoal e social. Entender como o design urbano condiciona as vivências e perpetua noções de poder e opressão de determinadas parcelas da população sobre outras, se apresenta como um ponto de partida para análises e debates contemporâneos interdisciplinares, os quais este trabalho objetiva alcançar. Intenciona-se, ainda, analisar como o corpo carrega as impressões destas manifestações que são estabelecidas no território por meio da materialização dessa relação de controle e violência, como na arquitetura hostil, por exemplo. O trabalho parte dos estudos etnográficos de contribuições filosóficas de autores que permeiam o entendimento das relações humanas sob um olhar a Antropologia do Corpo e Antropologia Urbana. Somado aos conceitos sobre o corpo e suas impressões associadas ao poder, estipula-se um levantamento e análise territorial, de modo a compreender como estas manifestações podem ser estabelecidas a partir de uma realidade urbana, em uma cidade de médio porte. Intenciona-se, assim, uma análise do município de Lavras, em Minas Gerais, afim de entender os conflitos, possíveis condicionantes, limites territoriais e materializações de poder encontradas na cidade. Para tal delimitou-se uma área com raio de 1km na região central, com o intuito de demarcar cartograficamente os pontos limitantes, seguindo o pensamento de Bourdieu (1984) de questionar o sentido de situar “ethos e habitus” que exploram o viver na cidade. A escolha da área se dá pela compreensão de que o planejamento urbano do município se desenvolve de forma centralizada, massificando os polos comerciais. Dessa forma, pretende-se, com base nos mapas obtidos a averiguação dos dados, compreender se existe um padrão de materialização de controle, se as situações de conflito têm localizações específicas, se estão apoiadas em questões históricas e se são estabelecidas como uma tendência de transformação dos espaços públicos. Analisar as relações estabelecidas no território atua como princípio fundamental para compreensão da sociedade e da tentativa de estabelecer novas possibilidades de cidades mais inclusivas e que abracem as

multiplicidades de habitar e se fazer habitar. De acordo com as relações humanas e suas condições sociais, impõem-se os critérios e indagações acerca do design urbano sob o pensamento dos limites do poder, evidenciando discussões sobre as terminologias de liberdade individual. Baseado no pensamento de Foucault (1969), por meio do seu conceito de normalizar, entende-se a existência do controle de indivíduos dentro de uma esfera, para que se possam organizar seus direitos em detrimento a um corpo social. O poder do capitalismo se estabelece na presença de um grupo que exerce o seu poder de forma geral em todo ambiente social, ou seja, existem grupos como o Estado e demais camadas privilegiadas que utilizam de poder para moldar territórios e disciplinar corpos. Le Breton (2003) apresenta indagações que perante as atualidades da sociedade contemporânea trilhariam perspectivas e modificações ao corpo-sujeito-sociedade. Um exemplo sutil desta manifestação de poder expõe por meio da arquitetura hostil, caracterizada pela criação de ambientes que são pensados, literalmente, para impedir a permanência em determinados locais, por meio de mobiliários urbanos, calçadas e até mesmo espaços sob viadutos, reforçando o discurso do corpo e sua objetificação. Benjamin (1994), afirma que “ficamos pobres”, uma vez que abandonamos uma depois da outra, todas as peças do patrimônio humano, em troca de valores drasticamente menores da moeda “atual”. Portanto, concretizam-se as fomentações ao instigar a complexidade dos espaços e sua dimensão cultural, na compreensão de eventos marcados pela globalização e diminuições de seus valores, onde o corpo é encarado como objeto, diante da modelação do espaço urbano com limitações de usos e acessos, reforçando a ideia de uma ideologia de seleção natural forçada. Ao finalizar as análises e o mapeamento, espera-se contribuir com a compreensão das relações de poder estabelecidas na cidade, exemplificadas por meio da arquitetura hostil presente nos espaços públicos na região central, e com o alcance dos questionamentos sobre a objetificação do corpo e da imposição de limites sociais e territoriais.

## Comendo (n)a Rua: um estudo sobre arte, cidade e alimentação

MARTINS, Antônio Daniel Svizzero

Palavras-chave: Intervenção efêmera; Alimentação; Ocupação do espaço público.

Comendo (n)a Rua é um relato sobre o espaço “vivenciado”, produzido por corpos em movimento e em convivência, sobre a “intromissão dos eventos nos espaços arquitetônicos”. O trabalho mostra a experiência da construção e execução de algumas ações visando a intervenção artística efêmera em espaços públicos da cidade de São João del-Rei e os grupos sociais participantes neste percurso e tem como objetivo trazer a discussão sobre a ocupação do espaço público para uso protagonizado pela população. As intervenções, planejadas e executadas no período pré-pandêmico, de 2019 a 2020, têm o caráter de *site specific* e são ferramentas para construção de “esculturas sociais”, como as propostas por Beuys. As experiências propostas têm como principais inspirações as séries de intervenções “Banquetes” e “Lotes Vagos” de Louise Ganz e Breno da Silva, que ocupam o ambiente urbano com atividades coletivas, inclusive com alimentação, a instalação “Restauro” de Jorge Menna Barreto, que é uma obra de arte/restaurante que discute o modo de produção e o consumo de alimentos e a obra de Rirkrit Tiravanija, que trabalha com a imaterialidade presente na refeição. Além do estudo de obras referência, participei de reuniões e entrevistei pessoas integrantes dos grupos sociais que participaram das intervenções, que incluem o Fórum de Economia Popular Solidária de São João del-Rei, o bloco de carnaval “Estação Intergaláctica” e diferentes núcleos familiares, com o intuito de entender qualitativamente, quais são os valores que os diferentes grupos viam na alimentação, no trabalho embutido no alimento e no espaço público da cidade. Também fiz um breve estudo sobre características morfológicas e históricas da cidade de São João del-Rei, além de registro fotográfico que mostra o contraste entre a estética de cidade histórica, preservada no tempo, e a efervescência de manifestações artísticas urbanas presentes nas pichações e murais de *graffiti*. Foram planejadas três intervenções, porém a última não foi executada por causa da pandemia de Covid-19. As ações consistem na instalação de um fogão no ambiente previamente combinado com o grupo participante, e o preparo de refeições que dialoguem com o evento proposto. Na primeira, a proposta foi passar o dia na estação Cháguas Dória. Foi montada uma mesa para as refeições, e mais tarde um cinema ao céu aberto. Servimos almoço, café da tarde e pipoca para as pessoas convidadas e para as que se juntaram à proposta espontaneamente. A atividade teve participação de pessoas que transitavam pelo local em todos os momentos e foram geradas relações e atividades não planejadas, que foram capazes de

empregar novo uso à estação de trem. Na segunda ação foi testada uma intervenção com menos equipamento, em uma ação predefinida por outro grupo, quando foram estouradas pipocas durante o ensaio do bloco de carnaval, debaixo do pontilhão da estação Cháguas Dória. Efetivamente, o espaço não oferecia nenhuma infraestrutura para as atividades propostas, senão o próprio espaço, e o grupo foi responsável pela modificação do lugar, desde a capina, o transporte dos instrumentos, redes e caixa térmica, até a extensão da rede elétrica para a iluminação à noite. A reunião das pessoas para o propósito em comum de ensaiar música é suficiente para alterar a paisagem e a dinâmica daquela rua, assim como os elementos locais. A proposta da terceira ação traria uma discussão mais crítica sobre a produção e consumo de alimentos, e a relação de preço, valor e trabalho, com o preparo de alimentos na feira de Economia Popular Solidária, cozinhando os produtos agroecológicos, e mostrando um mapa contendo o local da produção, quantas pessoas envolvidas desde o plantio até a entrega do prato, tempo de trabalho investido nos ingredientes em toda linha produtiva, e o preço do alimento comprado na feira. O registro fotográfico das ações é parte substantiva do trabalho final. O planejamento e realização das ações foram pertinentes à medida que a vivência do espaço público para atividades lúdicas pode ser experimentada pelas pessoas que participaram do processo. Os espaços foram ressignificados a partir do uso destes grupos para atividades não pautadas em lucro ou manutenção de poder.

## **Democratização do acesso à saúde pública no Brasil no contexto de comunidades remanescentes Quilombolas**

*Castro, André Vitor Campos; OLIVERA, Sarah Gabriela de Carvalho.*

Palavras-chave: Medicina Social; Biopolítica; Biopoder; Saúde pública; Atenção primária.

O quilombo, cujo nome é proveniente de povos africanos de língua bantu, é sinônimo de resistência e é a expressão mais radical de ruptura com o sistema latifundiário e escravista no país (SCHWARCZ e STARLING, 2015). De acordo com Nascimento (2018), o quilombo foi um espaço de resistência ao colonialismo cultural, caracterizado pela conquista territorial de um grupo de indivíduos que outrora foram escravizados e que representou um local de luta e valorização da cultura africana e afro-brasileira. Esta forma de organização social sofreu inúmeros ataques de expedições militares uma vez que representavam uma ameaça para a manutenção do controle metropolitano sobre a colônia (NASCIMENTO, 1981, p. 225). Com a promulgação da Lei Áurea de 1888, os grupos étnicos que constituíam os quilombos brasileiros ficaram ausentes de políticas públicas como o reconhecimento de posse de terras ou qualquer outro aspecto de inserção socioeconômica em uma sociedade pós-colonial que estava para emergir, o que gerou vulnerabilidade nos aspectos sociais, políticos e econômicos ao longo dos anos (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Foi somente com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que a demarcação das terras das comunidades quilombolas foi reconhecida. O documento também dispõe sobre o direito desses povos em ter acesso a serviços essenciais como educação, saúde e saneamento e desenvolvimento de estratégias para preservação da sua identidade, tradição e costumes. Atualmente, ainda ocorre uma precarização de atendimento e acesso a esses requisitos. De acordo com FREITAS et. al (2011) estima-se a existência de 3.900 comunidades quilombolas em todo o país, sendo que apenas 1.739 estão registradas nas atuais políticas públicas estabelecidas por meio do processo de certificação da Fundação Cultural Palmares (1988). A maioria dessas comunidades estão ligadas a trabalhos rurais ou culturas de subsistência e muitos dependem de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (FREITAS et. al, 2011)

Dentro deste contexto, o objetivo da presente pesquisa é um estudo de viabilidade para implantação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na comunidade quilombola dos Candendês, nomeado atualmente como Ponto Chique do Martelo, localizado entre as cidades de Barbacena e Ibertioga, no estado de Minas Gerais. Esta proposta de pesquisa se trata de um trabalho de conclusão de curso que

ainda está em desenvolvimento e que se baseia em um diagnóstico socioeconômico e demográfico das populações negras e indígenas de Barbacena (MG) no ano de 2016. O levantamento de dados foi feito em 63 residências com um total de 202 entrevistados que demonstra a dificuldade de acesso à saúde pública pela população. Além disso, o anseio da comunidade é expresso por meio de documentos nomeados “Reivindicação para a Comunidade Remanescente dos Candendês” enviados ao poder público a qual há a solicitação da construção da UBS próximo a localidade. Devido a esse contexto, espera-se com o resultado dessa pesquisa a projeção arquitetônica de uma UBS a fim de contribuir com a solicitação da comunidade, o qual será doado para Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola dos Candendês. Para a realização desse projeto, a metodologia será dividida em três etapas: (1) Diagnóstico sócio-espacial: levantamento das características da comunidade nas seguintes modalidades: adensamento populacional; disponibilidade de equipamentos urbanos e comunitários; uso e ocupação do solo e paisagem urbana e patrimônio natural e cultura; (2) Estudo de campo: levantamento das características sócio-físicas do entorno imediato do local onde será implantado a edificação; (3) Diário de campo: realização de entrevistas informais em busca de compreender a perspectiva dos moradores no quesito de assistência à saúde pública da comunidade.

Palavras-chaves: saúde pública, quilombos, candandês.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Quilombos: mudança social ou conservantismo? 1976. In: Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.

SCHWARCZ, Lilia & STARLING, Heloisa. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FREITAS, Daniel, et.al, SAÚDE E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA, 2010.

## Objetos afetivos, autorretratos como catarse e transformação social

*TEIXEIRA, Adriana Vianna.*

Palavras-chave: Autorretrato; Catarse; Foto-terapia; Teoria crítica; Transformação social.

Objetos Afetivos é um projeto de iniciativa curatorial concretizado em Fotolivro com o mesmo nome, a partir da teoria crítica e da práxis da 'Oficina de Retratos e Autorretratos com Objetos Afetivos' ministrada na modalidade online em maio de 2021 pela autora desse texto que, sendo professora de História da Arte e Fotografia há dez anos, migrou para o meio virtual e há um ano leciona cursos e oficinas online. O trabalho, no contexto da pandemia, trata de questões sobre fotografia documental, artística, foto arte terapia e transformação social (Sontag, 2003); articula processos interdisciplinares sobre identidade, alteridade, memória, subjetividade (Roullié, 2009); atende demandas de tecnologia e iniciativa no ensino à distância (Feldkercher; Saldanha Manara). A Oficina foi dirigida ao público feminino, fotógrafas de hábitos e profissões urbanas que se encontravam em confinamento residencial. Mulheres modernas, solteiras ou casadas, que exercem trabalhos e funções públicas na sociedade, habitam uma casa como se fosse seu porto seguro, seu lugar de descanso e de restauração de energia; contudo, essa mesma casa de descanso também é um lugar de trabalho onde as tarefas de planejamento, organização, higienização, alimentação, tomadas de decisão, são suas funções - tarefas invisíveis que ninguém fala porque a economia sempre contou com a jornada dupla das mulheres, ou seja, que elas estivessem cuidando e trabalhando". Porém, essa dupla jornada é tensa. Estudos comprovam que a pandemia colocou essas mulheres emancipadas por mais tempo dentro de casa, privadas de espaços de lazer ou de seu trabalho na urbe, e ao mesmo tempo distanciadas dos espaços de decisões políticas (Moreira, 2021). A partir de experiências próprias do início da pandemia, a Oficina foi criada para transformar a experiência privada em pública, o íntimo em social. Sontag inspirou o caminho para a práxis quando refletiu que a fotografia enquanto imagem pode transformar o sentimento inaceitável da vida real em algo suportável, justo quando entrelaça esse poder duplo de "gerar documentos e criar obras de arte". Como encontrar esse meio de transformar o real em arte? O caráter ontológico da catarse individual e social está presente nas religiões como um conjunto de rituais de expiação induzidos pelas cerimônias de iniciação, na medicina como exoneração dos intestinos induzidos por purgativos ou depuração do sangue com sangrias, na psicologia como a liberação de emoções e sentimentos oriundos de tensões, pressões ou repressões. Na psicanálise seria a operação capaz de trazer à consciência memórias recalçadas no inconsciente,

libertando a pessoa de seus bloqueios (Almeida, 2010). A metodologia em todos os segmentos é um processo de purificação, de liberdade, que possibilita a recuperação da saúde espiritual, intelectual, física. Em muitos sentidos exercer uma catarse é encontrar a liberdade, e nesse aspecto a afinidade com a arte é eletiva, pois ambas desejam o mesmo: a libertação dos bloqueios e o encontro com o eu mais original possível, sendo o ser originário (Heidegger, 2010). A literatura, a escrita, o teatro, a música, a dança, o cinema, a fotografia, entre as inúmeras linguagens artísticas nos fazem pensar, sentir quem somos através de espelhos, e assim colaborando para entendermos ou nomearmos algo que não sabemos como dizer. A orientação para que explorassem a autoimagem, o espaço e o tempo, os objetos afetivos, a memória e a imaginação (Bachelard, 2008) em que as fotografias se encontravam, tornou visíveis as experiências individuais durante o processo de cartase coletiva (Aristóteles, 2004). No dia da apresentação enquanto mostravam suas narrativas visuais e orais, e faziam análises de imagens, as mulheres viveram a catarse coletiva, o êxtase, o choro, o pranto, e despertaram do trauma que estavam vivendo. Foi nesse dia que as histórias reveladas convergiram para temas em comum: perdas e lutos. O processo foi vivido e os autorretratos foram realizadas como documento e arte, no que a fotografia tornou-se o meio (Mosquero, 2011). Uma vez recuperadas do êxtase coletivo, com as fotos recolhidas, editei o Fotolivro sob minha curadoria e organização junto ao Resumo Fotográfico. A Oficina funcionou como um meio condutor à metamorfose tão necessária para a sobrevivência e recuperação da vida após traumas pela metodologia da cartase coletiva. Podemos dizer que Fotolivro 'Objetos Afetivos' é um testemunho de como a arte fotográfica ancorada na catarse pode ser catalisadora de cura, transformação social e sustentabilidade (Teixeira, 2021).

Link: <https://bit.ly/ebook-objetos-afetivos>

## **Políticas públicas de assistência social no âmbito do município de São João del-Rei/MG: um estudo a partir da estruturação do Fórum de Entidades de Assistência Social.**

*RESENDE, Vânia Aparecida; MACIEL, Fernanda Nunes; MATOS, Diogo Pereira; MENEZES, Isabela Araújo Santana; RUSSANO, Juliana de Souza; SOUZA, Anna Delgado Vasconcellos; HIRATA, Márcia Saeko.*

Palavras-chave: Assistência Social; Políticas Públicas Municipais.

As relações de poder presentes no Estado brasileiro se configuram dentro de uma ótica de extrema desigualdade. Relações essas naturalizadas e arraigadas em um processo, historicamente, marcado pela exclusão social. A sociedade, enquanto um elo essencial na relação com o Estado, tem no âmbito brasileiro um espaço marcado por duras lutas e tentativas de desconstrução de um contexto pouco favorável ao processo participativo.

No Brasil, a participação adquiriu caráter de organização da sociedade civil a partir da década de 1980 por meio de diversos movimentos sociais. É nessa época que se intensifica o questionamento da relação entre Estado e Sociedade. A partir da década de 1990 houve um processo gradual de ampliação do espaço público, o que possibilitou à sociedade civil se estruturar e articular perante as políticas públicas do Estado.

A partir desse processo histórico, pautado na desigualdade, a área da Assistência Social se apresenta e se alinha à ideia estatal de combate à desigualdade social. Compreendendo o Estado, como o grande provedor ou mediador desse processo, defende-se que deva atuar como um ator social que deva promover e defender ideias de igualdade e inclusão, que corroboram com a história da Assistência Social.

Para Lajus (2009) a Assistência Social no Brasil até 1930 esteve ligada ao paternalismo individual e institucional. Após este período com a introdução no país das primeiras formas de legislação social sistemática, o Estado passa a reconhecer a questão social, mas no sentido de reprodução da classe operária e como forma de integração das massas em apoio ao governo. Para a autora a institucionalização das políticas sociais no Brasil, portanto, se dá vinculada a uma estrutura corporativista, enquanto sistema de dominação, que tem como objetivo a cooptação do operariado, a legitimação do sistema, a reprodução da força de trabalho e a garantia do processo de acumulação.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 194, dispõe que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relacionados à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988). As disposições constitucionais relativas à assistência social foram regulamentadas pela Lei Orgânica da Assistência Social — Loas —, Lei Federal 8.742, de 1993, assim a assistência social passou a se organizar por novas diretrizes. Silva (2015) salienta que, a despeito da hegemonia neoliberal e em decorrência de lutas e resistência dos trabalhadores, são inegáveis os avanços ocorridos na assistência social desde 1988 aos dias atuais.

O Fórum de Entidades de Assistência Social (FEAS-SJDR), criado em 2021 a partir da articulação realizada pelo Observatório Urbano, tem como objetivo geral fortalecer as iniciativas coletivas de Assistência Social no município de São João del-Rei e região, por meio da promoção de espaços de articulação entre agentes públicos e privados que planejam e executam ações de Assistência Social, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Neste sentido, seu estudo se justifica a partir do entendimento sobre a importância da aproximação da Universidade com as organizações e entidades sociais, que desempenham papel preponderante no combate e enfrentamento às vulnerabilidades decorrentes dos processos de segregação que se reproduzem nas cidades e sociedades brasileiras, marca da periferia do capitalismo.

Assim, a pesquisa tem como objetivo analisar as relações de poder decorrentes das políticas públicas sobre a Assistência Social no âmbito do município de São João del-Rei, a partir da estruturação do Fórum de Entidades de Assistência Social. Especificamente, pretende-se: mapear as instituições que compõem o Fórum e identificar suas atuações dentro da Assistência Social municipal. Neste sentido, como possíveis resultados pretende-se propor iniciativas que auxiliem a consolidação do FEAS-SJDR em vistas a agregar sua expansão e efetivação.

### **Percurso Metodológico**

Para atender seus objetivos, esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa que envolverá dois níveis de pesquisa: exploratório e descritivo. Na primeira fase será realizada uma pesquisa bibliográfica. Pretende-se utilizar a análise documental, como uma estratégia complementar aos outros métodos serão realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados e, cogita-se, a aplicação de questionários com os atores sociais das entidades. Para se tratar dos dados coletados, a princípio pretende-se utilizar a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin.

## **Relato de experiência de movimento estudantil de pós-graduação em momento pandêmico e de convulsão política.**

*CARMO, Graziela de Fátima Souza; OLIVEIRA, Gabriela Cunha Corrêa Freitas; CARVALHO, Fábio dos Passos*

Palavras-chave: Gestão democrática; Interdisciplinar; Representação estudantil; Lutas sociais; Política social.

O percurso histórico de discente de pós-graduação é marcado pela potencialidade de encontros: participação em grupos de pesquisa, orientações acadêmicas, estágio docente, congressos, simpósios, aplicação da pesquisa, entre outros. Em acréscimo, destaca-se a representação discente em colegiados dos cursos. Sendo discentes selecionados pelos seus pares, nota-se o valor do representante discente como um ente legitimamente democrático na universidade. Este trabalho é um relato de experiência tendo como proposta materializar o percurso trilhado pelos atores envolvidos, assim como expor um movimento estudantil de pós-graduação da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Em julho de 2020, a Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPE) cria a Comissão de Atividades Acadêmicas Emergenciais, tendo a participação de técnicos administrativos, professores, coordenadores e cinco representantes discentes. Assim, o movimento em questão teve sua gênese em meio aos debates para a implementação do Ensino Remoto Emergencial, ocasionados pela pandemia SARS-COV 2. Esta circunstância possibilitou a união de representantes discentes de alguns cursos de pós-graduação, os quais perceberam a necessidade de ampliação da participação discente da categoria na tomada de decisão na Universidade. Desta forma, com o apoio da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), iniciou-se a construção da Associação de Pós-Graduação (APG) da UFSJ em busca de uma efetiva representação dos discentes ante à Instituição, procurando estabelecer um debate e o exercício democrático, papel este necessário e fundamental para consolidar políticas públicas específicas para a categoria. O movimento organiza-se em encontros online, os quais são os únicos lugares possíveis atualmente para a troca e criação de experiências, devido às questões sanitárias e aos diferentes locais de domicílio dos integrantes. A experiência da fundação da APG passa, atravessa e toca (BONDIA, 2002) a vida de cada um dos cinco coordenadores. Cada um desses integrantes que coordenam a APG insere-se em uma área disciplinar distinta - arquitetura, enfermagem, psicologia, engenharia elétrica e pedagogia. Da mesma forma, estes também pertencem a diferentes programas de pós-graduação, o que pode expressar no congregar de um saber

interdisciplinar nos debates da consolidação de uma Associação plural. As ações efetivadas atravessam o campo democrático do debate entre os pares, sempre com calorosas e ricas construções: participação ativa no Fórum de APGs Mineiras, criação de estatuto, regimento interno, editais para representantes em colegiados de cursos, editais para representantes e comissões, Edital para eleição da Gestão APG 2022, Lançamento da Cartilha Precisamos falar sobre Assédio, e a criação de um projeto de divulgação de científica das pesquisas realizadas na Instituição. Quanto a este último, intitulado “Projeto Ciência em Transmissão”, recebe vídeos de até cinco minutos, gravados pelos próprios pesquisadores, os quais apresentam suas pesquisas de forma sintética e de fácil compreensão. A proposta é democratizar e popularizar a ciência através do veículo comunicacional das redes sociais, haja vista o cenário de aparente distanciamento da ciência produzida entre a comunidade acadêmica e a população em geral, bem como o descrédito que estes trabalhos recebem ante a sociedade. Por fim, observa-se a efetivação e melhor participação dos pesquisadores de pós-graduação nos debates dos órgãos da universidade, promovendo a aplicação de direitos da categoria, mesmo em meio a tantas dificuldades para articular a participação ampliada dos associados. Além disso, destaca-se a mobilização e consolidação do movimento diante a atual circunstância sanitária e política, possibilitando categorizá-lo como uma força resiliente e de resistência social-histórica. Vislumbra-se que, a longo prazo, a APG possa ser vista como lugar possível de transformações na universidade, de impacto significativo tanto na comunidade estudantil, como na sociedade em geral.

## Baçõ Sustentável: as práticas educucomunicativas por meios digitais como micropolítica de resistência

*Baçõ Sustentável: educucommunicative practices through digital networks guided as micropolitics of resistance*

AUGUSTO, Tainara Pimenta Silvério

*Mestre em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, Universidade Federal de São João del Rei, tainaramestrado@gmail.com.*

ALMEIDA, Marcela Alves de

*Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Espírito Santo; marcela.almeida@ufes.br*

BOMFIM, Filomena Maria Avelina

*Doutora em Comunicação e Cultura; Universidade Federal de São João del Rei; myosha@gmail.com.*

### RESUMO

Este artigo relata e discute a experiência do grupo *on-line* Baçõ Sustentável. Esta iniciativa surgiu como parte prática da dissertação “Mineração (in)sustentável: políticas públicas para municípios mineradores”. Tem como objetivo realizar práticas educucomunicativas com um grupo de moradores da comunidade de São Gonçalo do Baçõ, distrito do município de Itabirito - Minas Gerais que passa por conflitos relacionados à mineração. O grupo é um ambiente virtual, interativo e colaborativo para o compartilhamento de informações e conteúdo que estimulem o diálogo sobre o distrito, a atividade mineradora, seus impactos e o desenvolvimento sustentável na região, de modo a contribuir para a gestão de políticas públicas, auxiliar no exercício da cidadania, possibilitar a participação popular e maior protagonismo a comunidade. Despertar a consciência crítica sobre os impactos da mineração e sobre a possibilidade de um desenvolvimento sustentável desvinculado da atividade, sendo uma alternativa para tornar o local menos dependente da mineração e promover transformação social. A experiência mostra que as práticas educucomunicativas por meios digitais podem auxiliar na gestão de políticas públicas e, principalmente, podem fomentar movimentos sociais em prol de práticas e vivências sustentáveis que auxiliem as populações das áreas mineradoras em situações de dependência da atividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** mineração, desenvolvimento sustentável, práticas educucomunicativas, São Gonçalo do Baçõ, Baçõ Sustentável.

### ABSTRACT

*his article reports and discusses the experience of the online group Baçõ Sustentável. This initiative emerged as a practical part of the dissertation “(un)sustainable mining: public policies for mining municipalities.” Its objective is to carry out educucommunicative practices with a group of residents of the community of São Gonçalo do Baçõ, a district in the municipality of Itabirito - Minas Gerais that is experiencing conflicts related to mining. The group is a virtual, interactive, and collaborative environment for sharing information and content. It encourages dialogue about the district, the mining activity, its impacts, and sustainable development in the neighborhood in order to contribute to the management of public policies, assist in the exercise of citizenship, enable popular participation and greater protagonism for the community. Raise critical awareness about the impacts of mining in the region and the possibility of sustainable development unrelated to the activity as an alternative to making the place less dependent on mining and promote social transformation. Experience shows that educucommunicative practices by digital means can help manage public policies and, above all, can foster social movements in favor of sustainable practices and experiences that help the populations of mining areas in situations of dependence on the activity.*

**KEY-WORDS:** *mining, sustainable development, educommunicative practices, São Gonçalo do Baçõ, Baçõ Sustentável.*

## 1 INTRODUÇÃO

A mineração é uma atividade capital-intensiva de grande escala para exportação. Matéria prima de diversos produtos e serviços considerados indispensáveis para o desenvolvimento humano e econômico nacional e mundial. A atividade concentra grandes lucros e gera impactos, entre eles a vulnerabilidade e o enclave econômico, principalmente em municípios mineradores. É necessário ter consciência de que as reservas minerais são exauríveis, cíclicas, expostas a situações adversas e consideravelmente impactadas por externalidades e temporalidades. Diante disso, é importante compreender e pensar estratégias para minimizar os impactos, a dependência da atividade e promover o desenvolvimento sustentável local.

O objeto de estudo é o distrito de São Gonçalo do Baçõ, localizado na cidade de Itabirito. O artigo apresenta a experiência do grupo *on-line* Baçõ Sustentável, que possibilita compreender como as práticas educacionais podem contribuir para a gestão de políticas públicas para regiões mineradoras, e a possibilidade de um desenvolvimento sustentável desvinculado da mineração, de forma a diminuir o enclave econômico e minimizar a dependência e os impactos dessas regiões.

## 2 SOBRE O CONTEXTO

Itabirito é um município de pequeno porte localizado na região do Quadrilátero Ferrífero (QF), conhecido por abrigar grandes empreendimentos mineradores de minério de ferro. A cidade tem sua economia organizada em torno da mineração, siderurgia e comércio, sendo os dois últimos dependentes da atividade mineradora. Desta forma pode-se dizer que a cidade é dependente da atividade, uma vez que, está passando por um processo de desindustrialização e grande parte da arrecadação é proveniente da atividade.

O poder público (municipal e estadual) e parte da população do município têm consciência de que, diante da atual estrutura, cenário e forma com que a atividade tem sido realizada e conduzida, o encerramento ou crise do setor pode trazer consequências negativas. Caso a atividade tenha que ser interrompida, Itabirito seria consideravelmente impactada com a perda de empregos, o encolhimento do setor de comércio e serviços, a redução da arrecadação tributária municipal e, conseqüentemente, a queda da qualidade dos serviços públicos.

São Gonçalo do Bação é um pequeno distrito rural, com cerca de 557 moradores, que nasceu no ciclo do ouro, porém, durante o curso da sua história, o distrito não seguiu o modelo econômico baseado na indústria da mineração. Atualmente, a mineração está presente no cotidiano do distrito, porém a população não é diretamente dependente da atividade, principalmente quando comparado à cidade sede e a outros municípios da região, que possuem um enclave econômico e social mais evidente. A população exerce, na sua maioria, atividades ligadas ao meio rural de subsistência, serviços domésticos e de construção civil. O comércio local é pequeno, quase sempre de cunho familiar, vinculado a tarefas artesanais (AGUIAR, 2006). Atividades que estimulam um desenvolvimento considerado mais sustentável, principalmente quando em comparação à mineração.

Parte da comunidade se sente ameaçada em relação à atividade mineradora e é possível notar uma divisão entre os moradores favoráveis e os contrários, estimulada por visões diferentes sobre o que é progresso e desenvolvimento. No momento as ameaças são: a instalação de um terminal de minério em seu território e a construção de um muro de contenção. O terminal é um pátio para estocagem e comércio de minerários de responsabilidade da empresa Bação Logística S/A. A sua localização foi definida por conta da disponibilidade e características do terreno e do fácil acesso à BR 0-40, local no qual ficam localizadas grandes mineradoras do QF. O principal problema é a proximidade do terreno escolhido em relação à comunidade, que fica a 1300 metros da igreja matriz, ponto central do distrito. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) solicitado ao empreendimento, fruto de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com órgãos de Promotoria e Justiça, o projeto mobilizará seis mineradoras da região e oito carregadeiras trabalhando 24 horas por dia com o objetivo de realizar uma composição de trem diária, o que significa 800 carretas de minério transitando na região diariamente, representando 4 milhões de toneladas por ano.

Além da questão da localização, houve conflitos entre os empreendedores e a comunidade durante o processo de licenciamento do empreendimento. Em um primeiro momento a empresa obteve uma Licença Ambiental Simplificada (LAS), classificando-o como de impacto zero, concedida pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (Codema) da Prefeitura Municipal de Itabirito. Diante dessa situação, parte da comunidade se mobilizou para realizar pressão social alegando que a classificação estava incorreta e que o terminal causaria diversos impactos a comunidade, uma vez que o processo adotado pela empresa é arcaico e que não se atenta a questões de infraestrutura e sustentabilidade.

A população mobilizada, indignada com a situação e receosa sobre os impactos, conseguiu acionar o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), questionando-o sobre os reais impactos causados pelo

empreendimento. Alega-se que a instalação do terminal de minério na atual localidade pode representar impactos profundos a São Gonçalo do Bação, como por exemplo: a poluição hídrica; o assoreamento e a destruição das nascentes e dos córregos da região; a poeira; a produção de lama; a poluição sonora; o desmatamento; o impacto social; o esvaziamento (êxodo) do distrito; e a mudança no modo de vida das pessoas. Do ponto de vista econômico, a instalação do empreendimento pode aumentar a oferta de empregos local, porém poderá prejudicar a atividade turística, que atualmente é uma das principais atividades do distrito.

É importante salientar que a existência do terminal de minério não se trata de um projeto de caráter essencial. Atualmente, as empresas mineradoras da região já realizam esse serviço em terminais internos. Caso o terminal não exista, o minério continuará sendo transportado e embarcado. O projeto é um investimento a partir de uma oportunidade de gerar lucro por meio da prestação de serviço na área de transporte e logística.

A Estrutura de Contenção à Jusante (ECJ) das barragens de Forquilhas, da Mina de Fábrica em Ouro Preto, que pertence a Vale S.A, é uma obra parte do processo de descomissionamento das barragens a montante de alto risco, iniciado após o rompimento da barragem em Brumadinho (BORGES, 2019). Trata-se de uma grande obra de engenharia necessária como medida de segurança para as cidades e comunidades a jusante, de modo a minimizar os impactos ambientais e sociais em um possível desastre. A estrutura tem 95 metros de altura e 350 metros de crista. Teve atuação de 3 mil trabalhadores e contou com o investimento de R\$ 1,2 bilhões (BAGGIO, 2020).



**Figura 1: Estrutura de Contenção à Jusante (ECJ) das barragens de Forquilhas e Situação do terreno para instalação do terminal de carga – Bação Logística S/A**  
 Fonte: Arquivo pessoal

Com a expansão da mineração para essa região, observa-se um processo de convencer a população de que ela é uma boa oportunidade para o desenvolvimento socioeconômico local. Porém, a atividade

mineradora na região vem sendo questionada e criticada por alguns moradores. Tem se realizado reuniões, manifestações, reportagens e vídeos com o objetivo de defender o território, apresentar e discutir a situação junto a sociedade. Parte da população acredita que tais obras e empreendimento poderiam gerar um alto retorno econômico e trazer desenvolvimento para o local, por conta da geração de empregos e renda, porém uma parte acredita que os bônus são irrisórios em comparação aos impactos negativos da atividade.

Observa-se que o distrito de São Gonçalo apresenta um senso de comunidade forte, com grupos organizados, associação comunitária ativa e importantes perfis de liderança. Os moradores têm se organizado em busca de autonomia sobre o território, cidadania e proteção a comunidade de atividades mineradoras predatórias, sempre em busca de preservar o meio ambiente, a memória, a identidade cultural da comunidade, e de conscientizar a sociedade sobre a importância dessa preservação. É importante salientar que a comunidade não é contra a instalação de empreendimentos minerários na região, desde que estes sejam responsáveis e que realizem suas atividades seguindo os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Diante da complexidade apresentada, o trabalho busca desenvolver, a partir de uma lógica transdisciplinar entre mineração, artes, urbanidades e sustentabilidade, novas teorias e metodologias pertinentes ao enfrentamento desse problema contemporâneo.

### **3 METODOLOGIA**

O trabalho prático com a comunidade foi estruturado em entrevistas semiestruturadas em profundidade e práticas educacionais por meios digitais. A metodologia foi organizada desta forma, pois para a análise do objeto é necessário compreender o indivíduo e o coletivo. Assim, o projeto prático tem dois momentos de interação: com o indivíduo, por meio das entrevistas, e com a coletividade, via grupo do WhatsApp. A fase a ser apresentada neste artigo é a das práticas educacionais por meios digitais.

A educação é um dos pilares conceituais desta pesquisa. É um campo epistemológico transdisciplinar entre comunicação e a educação, cuja pretensão é aliar diálogo, conhecimento crítico, criativo e cidadania (SOARES, 2000). Segundo Jesús Martín Barbero (2011), a educação possibilita a construção e reconstrução do conhecimento de maneira coletiva. Por meio dela, é possível promover a educação emancipatória, que busca preparar o sujeito para pensar, se sensibilizar e

mobilizar. Nessa prática, o emissor não é o centro das atenções, e sim o receptor, de forma a incentivá-lo a se expressar.

As práticas educacionais transitam entre diversos campos do conhecimento, de modo a não hierarquizar saberes. Buscam promover trocas, cooperativismo, relações de horizontalidade e igualdade no processo de ensino-aprendizagem. São técnicas atreladas às condições reais de vida dos participantes, respeitando e levando em consideração os costumes e a cultura. É importante que fique claro que a educação não depende do uso dos meios de comunicação e de tecnologia, mas ressalta-se que o meio condiciona e conduz a ação. Trata-se de um modelo de comunicação que tem como prioridade as relações humanas, que se concretiza quando os sujeitos assumem suas vozes (SOARES, 2000).

O processo contribui para o protagonismo, pois o sujeito crítico e autônomo é capaz de ter participação social e exercer a cidadania. Logo, consegue fomentar a coletividade e interferir em sua realidade. Esse processo beneficia a criação de movimentos sociais, a transformação social e os processos de resistência. Assim, a educação foi utilizada nessa pesquisa como um ponto de disseminação de informações que oportunizem que o cidadão crie uma opinião consciente, tornando-o preparado para cobrar e influenciar as decisões dos poderes Legislativo e Executivo, de modo a contribuir para a transformação da realidade.

A metodologia consiste em promover interações com um grupo da comunidade de São Gonçalo do Bação via ambiente virtual, investigar os impactos dessas práticas e como elas podem contribuir para a gestão de políticas públicas relacionadas à mineração, principalmente a populações das áreas mineradoras em situações de fechamento de mina, crise ou necessidade de independência da atividade. As práticas foram viabilizadas pelo WhatsApp Messenger. Optou-se por esse aplicativo por conta da sua popularidade, acessibilidade, por possibilitar a interatividade, por ser uma plataforma gratuita, utilizada por perfis diversos, possuir sistema de segurança e interface intuitiva, sendo uma ferramenta rápida e eficaz para comunicação.

A ferramenta permite a interação entre as pessoas, rompe com a verticalidade unidirecional – emissor e receptor – e faz com que a mensagem circule em ambas as direções, de forma que todos são, alternadamente, emissores e receptores. A criação dessa rede colabora na exposição de diferentes pontos de vista e ajuda a compreender o coletivo. O grupo gera um ecossistema educacional, que facilita as interações com as pessoas e entre as pessoas, e estimula a comunicação e a participação.

A pretensão da experiência não é solucionar os impactos ou problemas decorrentes da mineração na região, até porque estes se tratam de embates envolvendo “personagens” de escalas desproporcionais e interesses econômicos e políticos nacionais e internacionais. O principal foco da experiência é auxiliar a população a se informar acerca dos processos, impactos e a exercer o controle social e a participar das decisões nas quais ela está envolvida, de forma a permitir a esses grupos a participação na gestão de seus territórios.

#### 4 O BAÇÃO SUSTENTÁVEL

O grupo “Bação Sustentável” possui caráter informativo e educacional com objetivo de criar um ambiente virtual, interativo e colaborativo, no formato de fórum de discussão, para o compartilhamento de informações e conteúdos que estimulem o diálogo sobre o distrito, a atividade mineradora, seus impactos e o desenvolvimento sustentável na região. Auxilia no processo de conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente, da autonomia sobre o território, da cidadania, dos processos participativos e das políticas públicas.

O grupo é público e possui pessoas de diferentes perfis, idades, de ambos os sexos, diversas condições financeiras e posicionamentos políticos e ideológicos. O objetivo com essa ampla inclusão é possibilitar uma experiência diversificada, com diferentes pontos de vista, de caráter inclusivo, democrático, transdisciplinar e, conseqüentemente, enriquecedor. Conta com a presença da pesquisadora no papel de mediadora, que propõe temas para as discussões adotando a fala no tom mais neutro possível sobre o assunto, de modo a não transparecer a sua opinião e posicionamento.

Para o projeto, foi necessário realizar curadoria e planejamento dos conteúdos e informações a serem compartilhados, priorizando conteúdos diretos, objetivos, acessíveis e didáticos. No início da interação foi solicitado aos participantes o preenchimento de um questionário anônimo *on-line*, via *Google Forms*, de caráter quantitativo, a fim de obter informações e traçar o perfil dos integrantes do grupo. Essas informações auxiliaram a compor os resultados da pesquisa.

Durante todo o processo, estimulou-se a troca de informações e o compartilhamento de conhecimento. Quando se percebia movimentação estranha ou a disseminação de informações duvidosas, foi incentivada a busca por fontes seguras e opiniões de especialistas.

O período de interação analisado foi de 50 dias e, ao longo desse tempo, o conteúdo foi diversificado, em formato de imagens, notícias, podcasts, vídeos, entre outros, utilizando esses recursos como disparadores de debates críticos e diálogos.

Um dos maiores desafios da metodologia está no engajamento. Encontrar formatos interessantes e adequados para produzir conteúdo que garantam o engajamento on-line, ainda mais em um ambiente de competição com outros estímulos (sites, redes sociais, games etc.).

Tendo a consciência desses pontos e que os assuntos relacionados à mineração e política podem ser considerados polêmicos por parte dos participantes, a abordagem foi iniciada por questões ligadas ao distrito, de forma a instigar o compartilhamento de memórias, de histórias locais e de vida. Essa estratégia foi utilizada com o objetivo de gerar familiaridade, empatia e reciprocidade entre os membros e estimular a interação. Foi solicitado o compartilhamento de fotos atuais e antigas do distrito. As fotos antigas estimulam o acesso às memórias e as fotos atuais nos ajudam a compreender o que de fato é significativo para a população. O uso de imagens foi algo importante para o projeto e ajudou a estimular a participação e o interesse dos membros e permite analisar o grupo sob a perspectiva dos conceitos de memória, identidade e paisagem.

A maior parte das interações foram induzidas a partir de perguntas. Essa estratégia foi utilizada com o objetivo de provocar no indivíduo o questionamento, a dúvida e gerar reflexão em busca de uma resposta ou posicionamento em relação à questão. Em seguida, foram enviados ao grupo conteúdos que instigavam a pensar e compartilhar informações e opiniões sobre o local.

As interações eram estimuladas a partir de perguntas como: “O que vem a sua cabeça quando pensa no Baçãõ”; “Qual o seu lugar favorito no Baçãõ”; “Do que você sente falta no Baçãõ?”; “Como posso ajudar a melhorar a comunidade?”; “Como a mineração influencia na sua vida?”; “Como você vê o Baçãõ no futuro?”. Essa estratégia permitiu o diálogo ao valorizar a opinião do membro e demonstrar que o grupo estava aberto aos diversos pontos de vista, desde que apresentados de maneira respeitosa. O grupo também foi utilizado de maneira informativa, sendo um canal de comunicação entre os membros, onde foram divulgados eventos, cursos e ações do poder público.

Sobre os conteúdos relacionados à mineração, de forma a manter a linearidade e a conexão com os temas anteriores, foram utilizados figuras, fotografias, poemas e vídeos relacionados à atividade. Essa estratégia tem como objetivo ilustrar a questão e foi adotada ao perceber que os participantes interagem melhor com esse tipo de conteúdo do que com textos. A utilização desse tipo de conteúdo foi de grande ajuda, pois auxilia na construção do conhecimento, a sensibilizar os participantes, a gerar reflexão crítica, permite a construção identitária e abre caminhos para a conscientização social.

Para o compartilhamento sobre valores, números e dados referentes à mineração, foram utilizados infográficos e tabelas. Essa estratégia auxilia na compreensão das informações e foi utilizada com o

objetivo de simplificar o conteúdo pois, alguns dados são apresentados pela mídia de modo muito burocrático, o que dificulta a compreensão do seu real significado, escala e quais os impactos que podem gerar ou significar para a sociedade.

As legislações e políticas públicas atuais relacionadas à atividade e aos processos de enclave vivido pelas regiões mineradoras foram abordadas, reforçando o fato de que se trata de uma atividade que utiliza de recursos finitos e pode gerar dependência. Foram apresentados ao grupo os casos de cidades e comunidades que estão passando por processos similares ao de São Gonçalo e Itabirito, dando preferência as localidades próximas e conhecidas pelos participantes, por exemplo: Amarantina/MG; Miguel Burnier/MG; e Sarzedo/MG. O objetivo com essa ação foi provocar familiaridade e reflexão crítica. Sobre a mobilização social, o grupo foi utilizado para compartilhar informações sobre alguns movimentos sociais e de proteção de territórios. O objetivo com esse tipo de conteúdo é apresentar situações semelhantes e as ações que esses grupos e comunidades vêm adotando a fim de proteger seus territórios.

## **5 DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Durante a atividade prática houve acontecimentos e mobilizações importantes, as quais o Bação Sustentável contribuiu com os resultados. Uma delas foi a votação sobre a implantação do terminal de minério junto ao Conselho Consultivo e Deliberativo do Patrimônio Cultural e Natural de Itabirito (CONPATRI), que aconteceu em maio de 2021. Essa votação é de grande importância para o processo, uma vez que o conselho tem o poder de fornecer carta de anuência ao empreendimento, de modo a permitir o início do licenciamento junto aos órgãos estaduais.

Diante dessa situação, observou-se que se tratava de um momento no qual a participação popular poderia auxiliar positivamente. Assim, em conjunto com a associação comunitária, iniciou-se um intenso processo de mobilização popular. O Bação Sustentável foi um importante canal de informação, comunicação e organização do movimento, de forma que diversas iniciativas surgiram a partir do diálogo no grupo. Foram criados materiais explicando a situação, o papel do conselho e a importância da votação e da participação popular no processo, além da criação de materiais gráficos a serem compartilhados com o objetivo de estimular a população a manifestar o apoio à causa nas redes sociais e convidá-los a comparecerem à reunião. A adesão foi intensa e positiva, e impulsionou o projeto na comunidade e na mídia local.

A reunião do conselho abriu uma nova fase para o processo, a qual parte da comunidade classifica como uma vitória. Ficou determinado, por unanimidade, a realização de uma audiência pública. Apesar de essa decisão não proteger por completo o distrito, foi de grande importância, pois possibilita à comunidade a participar do processo. Em 7 de julho de 2021 aconteceu a audiência pública com a comunidade. Diante da pandemia de COVID-19, a participação foi limitada, sendo transmitida ao vivo por plataforma on-line. Alguns moradores do distrito, como forma de manifestação contrária ao empreendimento e à maneira como a audiência pública foi conduzida, colocaram panos pretos nas janelas e utilizaram caixas de som para reproduzir áudio do ruído de um terminal de minério.

Após a audiência pública, no dia 18 de agosto, o CONPATRI indeferiu o pedido para a concessão de licença corretiva e de operação para o terminal. O voto apresentou com riqueza de detalhes, uma análise dos aspectos ambientais, patrimoniais, sociais e culturais que sofrerão interferência com a possível instalação do empreendimento. Argumentando que permitir a instalação do terminal no local escolhido, representará uma agressão aos usos, costumes, valores e qualidade de vida da comunidade que atualmente se esforça para cuidar do seu patrimônio, história e paz social. Contudo, essa decisão não finaliza o processo, sendo necessário aguardar as próximas fases do processo de licenciamento e as decisões em estância estadual.

Além disso, por iniciativa dos participantes, após compartilhamento de informações sobre o estado de degradação dos becos da comunidade, foi criado pelo grupo o projeto “Bação - Eu amo, eu cuido”. O objetivo é realizar mutirões de limpeza e manutenção dos becos e espaços públicos da comunidade. A ação busca preservar a história e a memória, realizar melhorias na infraestrutura desses lugares, aproximar a comunidade dos espaços públicos e gerar interação entre os moradores, de modo a melhorar a organização e aumentar a força comunitária.

Como ação inicial do projeto, foi realizada visita de campo e uma enquete via *Google Forms*, permitindo que os participantes opinassem e contribuíssem para a ação. O primeiro mutirão aconteceu no dia 3 de julho de 2021 no beco Antônio de Paula, localizado no centro do distrito. Os participantes realizaram ações de limpeza, plantio de mudas nativas, criação de placa informativa e pesquisas sobre a história do local. O retorno sobre a ação foi positivo, de modo que, atualmente, está em planejamento a segunda edição da ação. Outro exemplo de ação coletiva é o fato de a comunidade estar se organizando para a realização de um mutirão para a manutenção da pintura do adro da Igreja. Diante dessas informações, pode-se concluir que as manifestações advindas da criação e interação do

grupo contribuíram para o exercício da cidadania, além de terem permitido à população ser ouvida. É, portanto, resultado da organização comunitária mobilizada pela prática educomunicativa proposta pela pesquisa.



**Figura 2: Mobilizações sociais resultantes da iniciativa do Bação Sustentável: 1) Participação popular na reunião do CONPATRI em maio de 2021; 2) Ação “Bação - Eu amo, eu cuido” - edição beco Antônio de Paula; 3) Participação popular na audiência pública em julho de 2021**

Fonte: Arquivo pessoal

As redes sociais auxiliaram nesse processo. Alguns dos conteúdos desenvolvidos para o grupo foram publicados na página do Facebook (Bação Sustentável) e no Instagram (@bacaosustentavel). Essas contas, administradas pela pesquisadora (Tainara Pimenta), têm como objetivo fazer com que o conteúdo compartilhado no grupo tenha maior alcance, de forma a levar informações a outras pessoas, dar visibilidade à ação e auxiliar na conexão e articulação com outras instituições, comunidades e movimentos sociais. Durante o processo, o alcance das páginas foram aumentando gradativamente, chamando a atenção de outros moradores da comunidade e de entusiastas do assunto. Atualmente, o grupo conta com 83 participantes e está mobilizando um abaixo assinado virtual, disponibilizado pela plataforma *Change.org*, intitulado: “Manifesto para exaltar o valor do real comprometimento das instituições públicas”. O documento tem como objetivo agradecer e reforçar o posicionamento do poder público, principalmente dos conselheiros do CONPATRI, junto à comunidade, que apoiaram a causa e contribuíram para a proteção do distrito.

Além da mobilização social, o Bação Sustentável contribuiu e provocou resultados significativos à comunidade, como: indicações e requerimentos à Câmara Municipal de Itabirito e a criação de um jornal mural para a comunidade. É importante salientar que um dos membros do grupo é um vereador eleito e representante da comunidade. A presença dele no grupo foi de grande importância, uma vez que colaborou como ponte entre os participantes e o poder público. Após os debates sobre os principais pontos de reclamação, necessidades e melhorias para a comunidade, ele criou um compromisso público. Após tal atitude, o vereador dirigiu à Câmara Municipal de Itabirito um requerimento e duas indicações sobre temas abordados no debate. Apesar de não serem iniciativas

relacionadas à mineração, podem ser considerados resultados positivos para o trabalho, uma vez que confirmam a hipótese de que as práticas educacionais e o estímulo à cidadania ativa fomentam a participação popular e colaboram para a gestão de políticas públicas.

Este trabalho possibilitou aprofundar em algumas discussões sobre o papel do poder público no desenvolvimento sustentável. Observa-se que este pode auxiliar na negociação entre as empresas e a comunidade, de forma a cobrar a realização dos compromissos. Em outras ocasiões, o poder público se omite e permite que as empresas negociem diretamente com a população. Tal situação, em alguns casos, denota a decisão consciente do Estado em se ausentar seletivamente dos processos, o que pode ser injusto e prejudicial à população, uma vez que a negociação direta entre empresa e comunidade, sem garantia da mediação de agentes públicos, pode resultar em uma relação negativa à parte mais vulnerável. Isso acontece porque há a diferença de poder entre a comunidade e os representantes das empresas, de forma que estes podem conduzir a situação de maneira a dificultar o atendimento aos desejos do grupo (MILANEZ; MAGNO; PINTO, 2019).

Fica evidente a necessidade de se ter estratégia para negociar com grandes mineradoras e com o poder público, sendo preciso organizar a comunidade, pois esses grupos não dialogam com indivíduos. Para uma ação ter força, ela precisa ser coletiva, reconhecida e estar alinhada a instrumentos legais que podem auxiliar na proteção do território. A associação comunitária é um importante meio de levar até as autoridades projetos que visem melhorar a qualidade de vida e possibilitar uma participação mais efetiva da população.

O uso de meios digitais para a realização de práticas educacionais apresentou potencialidades e fragilidades, como toda ferramenta ou metodologia. De acordo com a percepção da pesquisadora, as maiores potencialidades do uso do grupo são: 1) a facilidade de acesso ao conteúdo; 2) a disponibilidade, quase que imediata, de acesso aos participantes; 3) a possibilidade de interação e compartilhamento de materiais; 4) a possibilidade de aproximar pessoas e grupos; 5) maior flexibilidade e acesso a conteúdos em qualquer lugar e momento; 6) a possibilidade de criar espaços de aprendizagem; 7) A possibilidade de registrar ideias e opiniões para posterior acesso, reflexão e análise; 8) o fato da plataforma ser livre de taxas; 9) o fato dos membros utilizarem a ferramenta no cotidiano; e 10) a possibilidade de criar um ambiente colaborativo.

As principais fragilidades são: 1) o fato de ele se restringir a pessoas com acesso a smartphones e internet; 2) a possibilidade de acúmulo de mensagens; 3) a necessidade de mediação do grupo; 4) a

perda de informação devido ao grande número de mensagens e interações; 5) a existência de membros que não interagem; 6) a possibilidade de disseminação de notícias falsas; 7) a possibilidade de problemas técnicos e instabilidade; 8) a possibilidade de abordagem de assuntos fora da temática do grupo.

De maneira geral, as interações desenvolvidas pelo grupo Bação Sustentável foram positivas e provocaram: 1) a evocação de memórias e compartilhamento de histórias; 2) alterações na autoestima da população ao perceberem os pontos positivos da comunidade; 3) a reflexão sobre a realidade social; 4) a análise crítica da situação atual da região; 5) a construção coletiva de conhecimento; 6) o compartilhamento de informações; 7) a participação popular; 8) a mobilização popular; e 9) o sentimento de esperança e motivação entre os membros por se sentirem capazes de transformar a realidade.

Sobre o grupo Bação Sustentável, o projeto, além de informativo e didático, mostrou-se inspirador. O principal impacto das práticas foram que elas contribuíram na comunicação, informação, organização, participação e no estímulo a novas iniciativas. Diante do atual cenário em que se encontra a comunidade de São Gonçalo do Bação, apesar do final do período de análise da pesquisa científica, o grupo não foi paralisado. As ações se mantêm com o objetivo de auxiliar os participantes a exercerem a autonomia em seus territórios.

## 6 CONCLUSÃO

A partir dessa experiência pode-se concluir que as práticas educacionais por meios digitais podem promover mudanças positivas na realidade em questão, auxiliar na gestão de políticas públicas e, principalmente, mobilizar e fomentar movimentos sociais em prol de práticas e vivências sustentáveis que auxiliem as populações das áreas mineradoras em situação de dependência da atividade.

A criação do grupo é algo positivo que, quando realizado de maneira consciente, de acordo com um planejamento de médio e longo prazo, pode gerar resultados expressivos. Contudo, deve-se ter ciência de que a interação e o debate não se reduzem ao meio digital. O objetivo maior das ações realizadas neste projeto é estimular a consciência crítica e o diálogo. Para a real transformação, é necessário que os indivíduos, dotados das informações e de conhecimento, extrapolem os meios digitais e se façam presentes nos instrumentos que permitem a participação popular, como na associação comunitária e nos espaços de decisão, como as audiências públicas. A experiência, quando em conjunto a outros

grupos organizados da comunidade e movimentos sociais alinhados aos mesmos propósitos, pode provocar a ativação social, mobilização, estimular o protagonismo e a criação de perfis de liderança.

A atividade prática permite compreender a importância das redes, dos ecossistemas educacionais, do diálogo e dos instrumentos de comunicação. No caso da educação como meio de promover maior consciência crítica em relação à atividade mineradora, inicialmente observou-se certa resistência por parte dos participantes em interagir sobre a temática. Porém, no momento em que compreenderam a importância e como poderiam colaborar, eles se organizaram para contribuir e participar, ficando claro que o que conecta as pessoas a uma causa é a compreensão e o sentimento de pertencimento a ela.

A experiência analisada gera esperança em meio a um ambiente no qual a descrença no poder público e em seus instrumentos é grande, mas deve-se ter consciência de que somente a realização de práticas como a apresentada neste artigo não é capaz de solucionar a questão, devido à sua escala, complexidade e atores envolvidos. Elas contribuem, mas para o real sucesso é necessária a construção de uma rede composta de membros do poder público, de ONGs, de movimentos sociais, da comunidade acadêmica e da sociedade, de forma organizada para o enfrentamento à mineração predatória.

São Gonçalo do Bação é um pequeno distrito, principalmente quando comparado à escala, dimensão e poder de influência das grandes mineradoras. Sua população, apesar de pequena, pode conseguir com o auxílio do poder público, exercer a sua autonomia quando consciente dos impactos que a atividade pode trazer aos seus territórios; munida de arcabouço jurídico e legislativo que os auxiliem a exercer a sua cidadania e mobilizada em prol da defesa de seu território e quando utiliza as mídias para mobilização seja apresentando a situação ou denunciando abusos.

A população, ao desenvolver consciência crítica sobre a situação, percebe outras possibilidades e alternativas desvinculadas da atividade mineradora realizada de maneira predatória. Conseguem se organizar e realizar ações coletivas e de participação popular. Resiste à pressão e protegem os seus territórios, em busca de alternativas que estejam alinhadas ao desenvolvimento sustentável, que respeite e preserve a comunidade local, seus patrimônios material e imaterial, movimentos culturais, modos de vida.

O Bação luta; caso contrário, o futuro da maneira que seus moradores almejam está em perigo. Este trabalho nos faz questionar sobre o tipo de desenvolvimento que estamos, até hoje, perseguindo. A economia brasileira ainda é baseada na exportação de matérias-primas e os ganhos na balança

comercial não se mostraram capazes de extinguir a pobreza ou gerar justiça social. Pelo contrário, esse suposto processo de desenvolvimento tem gerado cada vez mais problemas ambientais, conflitos sociais e diferentes formas de violência, real e simbólica. Diante disso, dizer que a mineração, da maneira como ela acontece no Brasil, é sustentável se torna controverso, incoerente e facilmente contestável, pois esta não é eficiente em promover um legado que é verdadeiramente benéfico e duradouro para as regiões diretamente impactadas, contrariando o princípio elementar do desenvolvimento sustentável.

## 7 AGRADECIMENTOS

Aos moradores de São Gonçalo do Baçõ e aos membros do Baçõ Sustentável. Obrigada pela ajuda, por todas as informações compartilhadas, pela participação, e por acreditarem neste projeto.

## 8 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. S. Memória e espaço: o Teatro comunitário de São Gonçalo do Baçõ. 2006. 121f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- BAGGIO, L. Comitê visita estrutura de contençõ de rejeitos da Vale em Itabirito. In: CBH Rio das Velhas (on-line), 13 nov. 2020. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/noticias/comite-visita-estrutura-de-contencao-de-rejeitos-da-vale-em-itabirito/>. Acesso em: 31 maio 2021.
- BORGES, M. Vale esclarece construçõ de muro de contençõ de rejeitos em São Gonçalo do Baçõ. In: O Liberal (on-line), Minas Gerais, 13 set. 2019. Disponível em: <https://site.jornaloliberal.net/noticia/1475/vale-esclarece-construcao-de-muro-de-contencao-de-rejeitos-em-sao-goncalo-do-bacao>. Acesso em: 18 out. 2019.
- MARTÍN-BARBERO, J. Desafios culturais: da comunicaçõ à educomunicaçõ. Educomunicaçõ: construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.
- MILANEZ, B.; MAGNO, L.; PINTO, R. G. Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudançãs da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. In: Cadernos de Saúde Pública, v. 35, 2019.
- SOARES, I. O. Educomunicaçõ: um campo de mediações. In: Comunicaçõ & Educaçõ, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 12-24, 2000.

## ***Cidades (In)visíveis: um outro olhar para o urbano***

*(In)visible cities: other perceptions of the urban space*

REIS, Silvia Cristina dos

*Mestra Interdisciplinar em artes, urbanidades e sustentabilidade, GEPEducomufsj,  
tudocinzagrafitte@gmail.com*

GONÇALVES, Thais de Almeida

*Mestra Interdisciplinar em artes, urbanidades e sustentabilidade, thais.dagoncalves@gmail.com*

CHAGAS, Luciana Beatriz

*Doutora em Artes Visuais, Universidade Federal de São João del-Rei, lbchagas@ufsj.edu.br*

### **RESUMO**

*Cidades (In)visíveis* é uma instalação de artes visuais, cuja conceituação e processo criativo serão descritos neste artigo. A obra tem como referência conceitual a fragmentação urbana, e utiliza a fotografia enquanto manifestação artística, ao suscitar discussões acerca da sustentabilidade, da urbanidade e da arte enquanto interlocução entre proponente e observador, à luz de uma abordagem transdisciplinar de arteciência. Por meio da instalação, buscou-se estimular diferentes formas de se pensar e se ver o que nos circunda, assim como provocar desordem no pensamento/comportamento convencional para, finalmente, promover reflexões sobre uma cultura da sustentabilidade. A partir dessa abordagem, são analisados e descritos os caminhos percorridos pelas *artecientistas* durante a concepção e realização da referida instalação e, adicionalmente, apontadas algumas possibilidades de reinventá-la para futuras exposições.

**PALAVRAS-CHAVE:** arteciência; urbanidades; sustentabilidade; fotografia; fragmentação urbana.

### **ABSTRACT**

*(In)visible Cities* is a visual arts installation, witch conceptualization and creative process will be described in this article. It has urban fragmentation as a conceptual reference, and uses the photography as an artistic manifestation, whereas raises discussions about sustainability, urbanity and art as a dialogue between proponent and observer, in the light of a transdisciplinary approach to artscience. From the installation, was sought to stimulate different ways of thinking and seeing what surrounds us, as well as causing disorder in conventional thinking/behavior to, finally, promote reflections on a culture of sustainability. From this approach, the paths taken by the artscientists during the conception and realization of the aforementioned installation are analyzed and described, and, additionally, some possibilities of reinventing it for future exhibitions are pointed out.

**KEY-WORDS:** artscience; urbanities; sustainability; photography; urban fragmentation

## **1 INTRODUÇÃO**

Porque somos tão inventivos, em todas as situações, em descobrir todos os perigos possíveis e imaginários, mas tão pobres quando se trata de propor, de construir, de erguer, de fazer emergir o que é novo e positivo, mas não num futuro distante, mas no presente, aqui e agora? (NICOLESCU, 1999, p. 10-11)

A sustentabilidade e os modos de agir sustentáveis precisam ser pensados de forma complexa e transdisciplinar. Pensar a sustentabilidade de forma isolada, ou restrita às questões ambientais, é uma abordagem reducionista de um conceito que abarca, inclusive, dimensões históricas, econômicas e sociais (GONÇALVES, 2019; REIS, 2019). Tendo em vista uma abordagem ampliada de sustentabilidade, o objetivo principal deste artigo é, portanto, descrever, apresentar e conceituar uma ação inter-transdisciplinar, na forma da instalação artística *Cidades (in)visíveis* – inserida no campo das artes, das urbanidades e da sustentabilidade –, que tem como intenção sensibilizar o público espectador-participante e neles estimular diferentes formas de se pensar uma cultura da sustentabilidade de forma ampliada.

Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa são a revisão bibliográfica em fontes primárias e secundárias, que embasam os conceitos abordados aqui, bem como o caso em estudo *Cidades (in)visíveis*, que articula a discussão acerca da sustentabilidade, da fragmentação urbana e das urbanidades, nas suas mais diversas esferas. Os dados foram analisados a partir de uma observação não-participante de duas das propositoras da obra de arte - no período em que esta obra esteve exposta e das discussões e comentários daqueles que observaram e interagiram com a obra -, bem como a partir dos conceitos e discussões que embasaram a sua criação, debatidos e propostos entre suas quatro idealizadoras.

Se para atuarmos diferente é preciso sonhar, imaginar e raciocinar diferente, como observa Boff (2015), a arte exerce um papel determinante nessa mudança de paradigma, devido ao seu poder instigador e crítico, capaz promover percepções diversas, possibilitar novos olhares sobre a mesma coisa/espaco/relações, e assim, suscitar reflexões acerca de uma outra forma de se agir e se perceber uma realidade. Mas de que forma a sustentabilidade e as urbanidades se inserem nesta discussão?

Tomemos assim, como ponto de partida a definição de Boff (2015). Nas palavras do autor, podemos definir o conceito como

o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades das presentes e futuras gerações e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana (BOFF, 2015, p. 14)

Ou seja, a sustentabilidade pressupõe o equilíbrio de tudo que compõe o planeta, o meio ambiente, as relações sociais e “socioespaciais”<sup>1</sup>, as relações com a natureza, entre outros aspectos. Embora

---

<sup>1</sup>NOTAS

Boff (2015) já nos traga uma abordagem ampliada do conceito, importa acrescentar ainda a sua dimensão social, fator sobre o qual esse artigo se debruça em sua maior análise, considerando, inclusive, “a justiça social e a qualidade de vida” (GONÇALVES, 2019, p. 14) e seu papel articulador de “uma mudança cultural cujo objetivo é criticar as desigualdades, promover o bem-estar e assegurar os direitos dos cidadãos [...] relativos à fruição e apropriação do espaço público” (REIS, 2020, p. 53).

Sob essa ótica, as urbanidades estão diretamente ligadas à questão da sustentabilidade, se por definição, compreendermos esse conceito como tudo o que é vivido, “inclusão de toda e qualquer forma de vida urbana”, assim como as relações estabelecidas para com o espaço e o outro (NETTO, 2012, p. 19-20).

À luz dessa apresentação ainda introdutória de dois dos principais conceitos que norteiam este artigo, aqui analisar-se-á a instalação *Cidades (in)visíveis*, a partir de uma abordagem que, englobando *arteciência*, urbanidades e sustentabilidade, chama a atenção para a necessidade de se discutir e observar a produção fragmentada e desigual do espaço urbano, e como a dinâmica urbana contemporânea acelerada, que reduz o convívio social no espaço público, por vezes subtrai a estética real da cidade, da nossa percepção (LEITÃO *et al.*, 2019; GONÇALVES, 2019).

*Cidades (in)visíveis* é uma obra de arte coletiva, idealizada por Alice Leitão, Gabriela Viana, Silvia Reis e Thais Gonçalves – quatro artistas-cientistas –, enquanto mestrandas no Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), e exposta pela primeira vez em 2017, no Centro Cultural da UFSJ, na II Mostra Vestígios<sup>2</sup>, na Cidade de São João del-Rei (MG). A instalação agrupa caixas de papelão empilhadas, rentes à parede, de formatos e proporções diversas, organicamente encaixadas e com a abertura voltada ao observador. No fundo de algumas caixas, é possível entrever fotos de espaços urbanos e suburbanos (Figura 01), as quais trazem à luz cenas que, por vezes, nos passam despercebidas no dia-a-dia, ensejando uma discussão ampliada sobre como vemos, convivemos e usamos a cidade.

---

Refere-se “às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (levando em conta a articulação dialética de ambos no contexto da totalidade social, mas preservando a individualidade de cada um)” (VASCONCELOS, 2013, p. 17).

<sup>2</sup> A II Mostra Vestígios foi uma exposição de arte coletiva que aconteceu em novembro de 2017 como resultado da disciplina “Arteciência”, ministrada pelos Professores Doutores Adilson Siqueira e Flávio Schiavoni, no âmbito do Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade da Universidade Federal de São João del-Rei (PIPAUS / UFSJ).



Figura 1: Instalação *Cidades (in)visíveis* durante sua exposição na II Mostra Vestígios.  
Fonte: arquivo próprio. Autora: Silvia Reis.

## 2 REFLEXÕES SOBRE O APORTE TEÓRICO

Antes de adentrarmos as reflexões trazidas pela instalação porém, importa primeiro observar os meandros teóricos que qualificam as urbanidades, como um dos conceitos estruturais das discussões deste artigo. Netto propõe que,

o reconhecimento de que a urbanidade, em sua diversidade, está associada a um *ethos* urbano, uma condição para a vida coletiva. Essa definição tem o potencial de reconhecer na urbanidade aspectos tanto materiais quanto éticos: um *ethos* da “orientação ao Outro” (Heidegger) baseado em princípios como a comunicação livre de coerção (Habermas) e o “bem-vir às diferenças” mais que o tolerar as diferenças (Derrida). Trata-se de um conceito certamente analítico, amplo o bastante para reconhecer a centralidade da coexistência e da comunicação e sua condição ética, algo que escapa a formalizações da ideia de urbanidade. Esse conceito colocará tais aspectos como um horizonte da vida urbana: a urbanidade, convergência das alteridades, como o devir do urbano (NETTO, 2012, p. 237).

O autor observa que, na verdade, o conceito se refere a acúmulos de urbanidades do passado, de forma que as urbanidades futuras estão sendo “criadas” agora, no presente, e se sobrepondo, ou mesmo sendo “produzidas” para as gerações futuras. Algo que nos lembra a própria concepção de sustentabilidade, se percebida pela égide de preocupação com “a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana”, tal qual propunha Boff (2015 p. 14).

Complementarmente, se considerarmos que uma abordagem transdisciplinar integra o local e o global, de forma que “agindo sobre o local, modificamos o global e agindo sobre o global, modificamos o local”, vislumbra-se uma cultura de sustentabilidade capaz de promover transformações no campo social, político, econômico, entre outros (NICOLESCU, 1999, p. 120). Neste sentido, uma manifestação artística que provoque o público ao propor formas diferentes de olhar, perceber, sentir; que questione suas ações e o espaço que os circunda, pode contribuir para se (re)pensar a sustentabilidade, nas suas várias esferas sociais, ambientais e urbanas, bem como as urbanidades produzidas na contemporaneidade. É justamente nesse nicho que a instalação *Cidades (in)visíveis* se insere. Pois, conforme expõe Brocchi (2008, p.26), “se a crise global tem causas culturais, então requer também soluções culturais”.

Brocchi (2008, p. 26-27, tradução nossa) apresenta três tipos de soluções culturais, a saber: “Cultura de sustentabilidade, Estratégias culturais de sustentabilidade e Cultura sustentável e evolução cultural” e explica que “a construção social da realidade é, a princípio, cultural, baseada na cultura dominante, numa subcultura ou numa cultura alternativa”<sup>3</sup>. Adicionalmente, Brocchi (2008) ainda afirma que para promover uma cultura de sustentabilidade é necessário eleger diferentes *media* o que, para as discussões aqui em curso tem esse papel exercido pela fotografia, haja vista o seu caráter informativo, artístico e sensibilizador. Isso porque, conforme salienta Siqueira (2010), a sustentabilidade é um processo, ou seja, algo que acontecerá gradativamente, sendo a arte uma potencial protagonista dele, já que pode ser interlocutora de novas reflexões e discussões, e assim abrir espaços para distintas possibilidades e modos de pensar (cf. REIS, 2020, p. 27).

Plaza (2003, p. 43-44), ao postular sobre diferenças e semelhanças entre arte e ciência, afirma que a arte, ao contrário da ciência, “não tem compromisso com a verdade e sim com a estesia ou sensibilidade (aliás, algo instável)”, e que ela “mostra, mas não demonstra”, deixando espaço para que outrem faça suas inferências. Pode-se dizer que, “a arte instala um desarranjo nos hábitos, crenças, expectativas e convenções instituídas como significados estabelecidos” e, é pelo fato de causar desordem que *arteciência* é de grande valia para promover a sustentabilidade. Isso porque, a arte se apresenta de forma subjetiva, deixando espaço para a imaginação, possibilitando sonhar diferente, o que pode levar a mudança de comportamento. De acordo com Boff (2015, p. 16), “para agir diferente devemos sonhar diferente” e, sendo assim, a partir do desarranjo causado pela arte é possível estabelecer novos modos de pensar e agir.

---

<sup>3</sup> *The social construction of reality is at first a cultural one, based on the dominant culture, a subculture or an alternative culture.*

A *arteciência* é um processo transdisciplinar em que existe a intercessão/contato/mistura da arte e da ciência<sup>4</sup> de uma forma que desestabiliza a concepção de que são campos distintos do conhecimento. Isso porque está, ao mesmo tempo, entre, através e além das disciplinas arte e ciência. Transdisciplinar, porque, conforme define Nicolescu (1999, p. 46), “a transdisciplinaridade como o prefixo ‘trans’ indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina”. Portanto, não pressupõe verdades/realidades absolutas, mas dinâmicas e relativas.

A essa compreensão de transdisciplinaridade, aqui, a análise vale-se de *Cidades (in)visíveis* para buscar uma reflexão acerca da sustentabilidade, agregando ainda a fotografia, para lançar luz à questão dos contrastes urbanos e da produção fragmentada dos espaços na cidade. Algo que se reflete não só no processo criativo da obra/instalação, como também na estética final que cria, com as várias caixas de papelão como metáfora da cidade desigual (Figura 01).

A fragmentação urbana pode ser compreendida atualmente, como uma descrição da diversidade das cidades, principalmente, nos países do sul global, como é o caso do Brasil. Isso, devido ao fato de o modelo econômico atual exigir diferentes formas de produção e apropriação do espaço, o que muitas vezes provoca um rompimento da homogeneidade do tecido urbano (GONÇALVES, 2019). A instalação *Cidades (in)visíveis* busca então, refletir, ainda que subjetivamente, essa concepção de cidade ao empilhar as caixas de papelão e propor uma metáfora visual do conceito de fragmentação, uma vez que as imagens fotográficas contidas no fundo das caixas induziram frequentes interrupções no olhar do espectador durante a sua fruição, provocando o público a perceber os contrastes existentes no espaço urbano.

A modificação das relações socioespaciais afeta tanto a construção das cidades quanto a população que a habita. Para Vasconcelos (2013, p. 21), “a cidade fragmentada corresponde a uma mistura de usos desconectados, mal articulados pelas infraestruturas de transporte. Ela é produzida em parte pela ação (ou inação) do Estado, do mercado imobiliário e, sobretudo, pela ação da população pobre”. Entretanto, a fragmentação urbana, assim como os usos que damos ao espaço urbano, muitas vezes passam despercebidos na vida cotidiana, e assim, é nesse mesmo cotidiano “um espaço de resistência e possibilidades transformadoras” onde, nas ações diárias, novos hábitos são inseridos e o processo de transformação encontra maior resistência (NETTO, CARVALHO, 2012, p. 14). É dessa percepção que o processo criativo da instalação artística ganha embasamento, já que ações que

---

<sup>4</sup> Entendendo ciência como os vários campos disciplinares do saber, como as Ciências Humanas, Exatas, Sociais Aplicadas, da Saúde e outras.

retratam ou se debruçam sobre o cotidiano e/ou coisas rotineiras têm grande poder de atrair a atenção dos atores sociais em geral, principalmente por meio de um ponto de identificação ou de afetividade.

### 3 CIDADES (IN)VISÍVEIS: PROCESSO CRIATIVO E ANÁLISE

A estrutura tridimensional criada pelo empilhamento das caixas, assim como a distribuição intermitente de fotografias dentro de algumas delas foram propositalmente pensadas como estímulo para que o público movimente-se – abaixe, levante, incline – para ver os fragmentos visuais da cidade, ali expostos o que, de certa forma, faz com que o público simule os movimentos realizados pelas artecientistas durante o ato fotográfico, na busca por melhores ângulos e enquadramentos.

Além disso, propôs-se a possi

bilidade de se geolocalizar as imagens com o auxílio de *smartphones*, e assim ressaltar que as imagens expostas são apenas enquadramentos (recortes) de uma perspectiva maior, a cidade. A geolocalização do ponto retratado nas fotografias é possível através da leitura do *QR Code*<sup>5</sup> presente em cada uma das imagens que compõem a obra e que, por meio do *Google Street View*, leva o público ao local em que a foto foi feita, possibilitando ver-se a rua, a praça, o bairro, com o intuito de estimular o reconhecimento do local fotografado e, ao mesmo tempo, suscitar uma nova percepção de uma paisagem que, talvez já seja uma conhecida do observador, mas que, de fato, ainda não tenha sido observada em sua plenitude. Por isso, o *QR Code* resulta em um mapa que contém o trajeto e a distância em quilômetros do local da exposição da instalação – neste caso, o Centro Cultural da UFSJ – e o ponto da cidade onde cada fragmento foi fotografado (Figura 2).

---

<sup>5</sup> *Quick Response Code* que é um tipo de código bidimensional fácil de ser lido por *scanners*. Nesse sentido, ver: GABRIEL, Martha. QR codes & Realidade Aumentada. **Slideshare**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/marthagabriel/qr-codes-realidade-aumentada-por-martha-gabriel>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

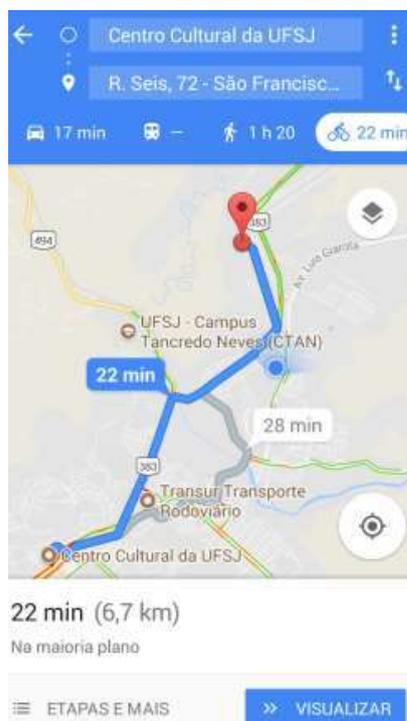


Figura 2: Captura de tela de um *smartphone* exibindo o mapa que resulta da visualização do QR Code de uma das fotografias da instalação *Cidades (in)visíveis*.  
Fonte: arquivo próprio.

As cenas que compõem a obra são recortes do cotidiano de diferentes bairros da cidade de São João del-Rei (MG) e regiões próximas (figuras 3 e 4) e, em cada fotografia, houve a preocupação de se buscar novos enquadramentos. Isso porque acredita-se que determinados ângulos contribuem tanto para a normatização dos sujeitos como dos espaços e das relações socioespaciais. Para Butler (2015, p. 17):

os enquadramentos que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas produzem e deslocam termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos.

Os ângulos/enquadramentos escolhidos pelas fotógrafas-artistas-cientistas têm como finalidade ressaltar determinado aspecto do fragmento retratado. Entretanto, a intencionalidade de buscar novos ângulos, enquadramentos e explorar as potencialidades do aparelho fotográfico, não foi apenas para produzir retratos belos e de qualidade técnica, mas para capturar ângulos/cenas/quadros que o transeunte muitas vezes não percebe, e assim levantar questionamentos sobre quanta coisa passa despercebido na vida cotidiana, em que cenas inusitadas de objetos deslocados, como a televisão e o sofá nas figuras 3 e 4, muitas vezes não são notados.

Para isso, as autoras da instalação caminharam vários dias por diferentes bairros das cidades observando o urbano e produzindo recortes fotográficos para compor a obra.



Figuras 3 e 4: Fotografias de fragmentos da cidade de Santa Cruz de Minas (MG) e São João del-Rei (MG), presentes na instalação *Cidades (in)visíveis*.

Fonte: arquivo próprio. Autoras: da esquerda para a direita - Silvia Reis e Thais Gonçalves.

A instalação traz ainda uma narrativa sobre situações, gestos, lugares e fragmentos do urbano, que ao olhar desatento parecem invisíveis. Nessa perspectiva, as autoras exercem um papel semelhante ao de Marco Polo, na obra *Cidades Invisíveis*, de Italo Calvino (1991) - que inspirou o nome da instalação - ao fazer uma narrativa imagética da cidade por meio de fragmentos visuais. Isso porque, conforme explica Sontag (2004, p. 172), “uma foto não é apenas semelhante a seu tema, uma homenagem a seu tema. Ela é uma parte, uma extensão daquele tema; e um meio poderoso de adquiri-lo, de ganhar controle sobre ele”. Sendo assim, cada fotografia presente na instalação é um pedaço da cidade que, durante a exposição, foi colocado em destaque.

Por meio da instalação foi possível então, não só discutir, mas narrar e questionar tanto a fragmentação urbana, quanto a apropriação do espaço e as relações socioespaciais - dimensão social da sustentabilidade-, sendo possível perceber diferentes territórios, de modo que se torna possível comparar a cidade com um “imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais”, como bem observa Rolnik (1991, p. 20).

Embora a instalação tenha sido criada especificamente para a “II Mostra Vestígios”, ela possibilita montagens diversas, uma vez que as caixas de papelão podem ser distribuídas de formas diferentes, tanto no que se refere à forma como ocupam o espaço, quanto aos olhares múltiplos sobre o urbano. A obra, neste sentido, alude mais uma vez às dinâmicas mutáveis do tecido urbano, que se reconfiguram a todo o momento conforme as necessidades e usos dos atores sociais. Embora a instalação possa assumir diversas composições e formas nas várias possibilidades de montagem, o conceito que ela carrega e a discussão que ela propõe se mantêm constantes: trazer para o discurso

uma reflexão acerca da organização das cidades e da maneira como delas nos apropriamos, bem como ampliar a percepção acerca da sustentabilidade. Esse é um questionamento que se apresenta na pesquisa acadêmica das quatro artistas-cientistas idealizadoras da obra, e que se reflete na própria peça em si.

#### 4 CONSIDERAÇÕES

A ideia de fragmentação urbana está associada aos efeitos socioespaciais da globalização, bem como aos demais fatores que refletem a estrutura social do fenômeno urbano. O modelo atual de capitalismo tem exigido novas formas de produção e apropriação do espaço. Assim, *Cidades (In)visíveis* não apenas questiona as descontinuidades que foram ocasionadas por essas novas formas de produção, reprodução e apropriação das cidades, como também tenta extrair desse espaço a poética da fragmentação ao capturar detalhes que rompem com a continuidade do tecido urbano (LEITÃO *et al.*, 2019, p. 80).

Se conforme discorre Sontag (2004, 90) “uma foto pode ser o ponto de partida para um romance [e] as coleções de fotos podem ser usadas para criar um mundo substituto, em harmonia com imagens enaltecidas, consoladoras ou provocantes” uma foto ou coleção de fotos, podem ser o gatilho para provocar o pensar, o sonhar e o agir diferente. À vista disso, a instalação pode ser percebida como esse gatilho para se questionar, imaginar e construir outras urbanidades - menos fragmentadas e mais acolhedoras -, assim como se perceber outras dimensões da sustentabilidade, uma vez que aproxima o público de espaços e cenas do cotidiano, por vezes distantes da realidade na qual estão inseridos.

À luz de todas as discussões apresentadas no corpo deste artigo, pode se perceber, portanto, a maneira como *Cidades (in)visíveis* apresenta grande potencial de reflexão, ao colocar em xeque, por exemplo, uma estética urbana fragmentada e desigual sob os holofotes, e o modo como olhamos e fruimos desses espaços.

Obviamente, tangibilizar o impacto social, ambiental, ou mesmo a reflexão imediata que uma obra de arte pode encetar, nem sempre é possível e nem mesmo foi o foco das discussões aqui apresentadas. Aqui, propôs-se colocar em pauta uma discussão ampliada sobre conceitos que já se tornaram corriqueiros - como as urbanidades e a sustentabilidade - mas que são passíveis de serem repensados e (re)discutidos. *Cidades (in)visíveis* foi o patamar de interlocução para se desdobrar em novas perspectivas sobre a cidade e ainda, sobre a conceituação acadêmica de tais ideias. Assim, não cabe materializar em dados, números ou estatísticas as permanências e reflexões dessa obra de arte, mas sim, contribuir para o aprofundamento e complexificação teórica e acadêmica nas Ciências Sociais e Sociais Aplicadas a partir da obra e da sua conceituação em si.

## 5 AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos à Alice Leitão e Gabriela Viana, partes importantíssimas na concepção da instalação artística *Cidades (in)visíveis*, base da discussão deste artigo. Aos Professores Doutores Adilson Siqueira e Flávio Schiavoni, que ministraram a disciplina que ensejou a criação dessa obra. Ao PIPAUS, à UFSJ e ao Centro Cultural da UFSJ que forneceram todo o apoio técnico para a montagem, exposição e desmontagem de *Cidades (in)visíveis*.

## 6 REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: O que é – O que não é*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BROCCHI, Davide. *The cultural dimension of sustainability*. In: (eds.) KAGAN Sacha; KIRCHBERG, Volker. *Sustainability: a new frontier for the arts and cultures*. Frankfurt am Main: Verlag für Akademische Schriften, 2008, p. 26-58.
- BUTLER, Judith. *Vida precária, vida passível de luto*. In: *Quadros de Guerra: Vida precária, vida passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/OB0ojEDDaTM0PWldsT2ZYZ1VhOWs/view>. Acesso em 15 set. 2021.
- Calvino, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- GONÇALVES, Thais de Almeida. *Lugar de consumo ou consumo de lugar? A produção social do espaço urbano e os processos de resignificação da Rua da Zona em São João del-Rei/MG*. 2019. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, ago. de 2019.
- LEITÃO, Alice S; MENDES, Gabriela L. V.; REIS, Sílvia C.; GONÇALVES, Thais A. *Cidades (In)visíveis*. *Revista e\_Metropolis*, v. 10, 2019, p. 70-73. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/302?name=cidades-in-visiveis>. Acesso em: 2 nov. 2021.
- NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo, Trion, 1999. Disponível em: [https://www.campusvirtual.ufsj.edu.br/portal/2017\\_2/pluginfile.php/122331/mod\\_resource/content/1/Manifesto-da-transdisciplinaridade\\_nicolescu.pdf](https://www.campusvirtual.ufsj.edu.br/portal/2017_2/pluginfile.php/122331/mod_resource/content/1/Manifesto-da-transdisciplinaridade_nicolescu.pdf). Acesso: 10 set. 2021.
- NETTO, Vinicius. “A urbanidade como devir do urbano”. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius (org.). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- NETTO, Vinicius, et. al. “Introdução”. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius (Org.). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012, p. 19-20.
- PLAZA, Júlio. *Arte/ciência: uma consciência*. ARS (São Paulo), São Paulo, v.1, n.1, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ars/article/view/2899/3589>. Acesso em: 2 out. 2017.
- REIS, Sílvia Cristina dos. *A identidade da população local de Tiradentes/MG frente à gentrificação*. 2020. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, fev. de 2020.
- ROLNIK, Rachel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1995.

SIQUEIRA, Adilson Roberto. Arte e Sustentabilidade: argumentos para a pesquisa eco-poética da cena. **Moringa Teatro e Dança**. João Pessoa, v. 1, n. 1, 87-99, jan. 2010. Disponível em:  
<<http://periodicos.ufpb.br/index.php/moringa/article/download/4800/3627>>. Acesso: 10 mar. 2017.

SONTAG, Susan. *O mundo-imagem*. In: SONTAG, Susan. Sobre Fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades”. In: VASCONCELOS, P. A. CORRÊA, R. L. PINTAUDI, S. M. (orgs.) *A Cidade Contemporânea – segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em:  
<[https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zT3QYTzktTUJ:https://editoracontexto.com.br/downloads/dl/file/id/1562/a\\_cidade\\_contemporanea\\_capitulo\\_1.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zT3QYTzktTUJ:https://editoracontexto.com.br/downloads/dl/file/id/1562/a_cidade_contemporanea_capitulo_1.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso: 10 set. 2021.

## 7 REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

DEMAIN: *Over The World Solutions Already Exists*. Direção: Cyril Dion e Mélanie Laurent. França: Move Movies; Mars Movies; Mely Productions; France 2 Cinéma, 2015. 118 min, Spherical, Color (HD), Digital.

## O andar na contramão em “O trem e o moribundo”

### *Going against the grain in “O trem e o moribundo”*

SILVA, Cleisson José Dias

Mestrando, Universidade Federal de São João del Rei, [cleissonj@gmail.com](mailto:cleissonj@gmail.com)

#### RESUMO

Escutam-se rostos, observam-se as falas, tocamos-nos nas respirações; tudo demonstrando cansaço e confusão. Os espaços sujos de poeira, as ruas estacionando ônibus, as poucas áreas artísticas e esportivas fechadas ou com pouca adesão mesmo no pré-pandemia. Os varais todos sustentam macacões laranja, verde, cinza e azul. A cidade não para, mesmo num período em que o que mais precisávamos era segurar o consumo e a produção em massa. Este texto busca relatar as discussões centrais que impulsionaram o experimento audiovisual “O trem e o moribundo”, uma experiência de caráter ativista, e relatar um pouco do que foi o nosso processo de criação. Nossas referências giram em torno dos diálogos com a população da cidade de Barão de Cocais (MG), dos autores Dénètem Touam Bona em *Cosmopoéticas do Refúgio* e Achille Mbembe em *Crítica da Razão Negra*. Ao final do texto, utilizamos o orixá Exu como metáfora para a resistência e busca de formas outras de vida e criação artística. Ainda, citamos alguns movimentos cocaienses considerados *exunianos* ou *marrons* por nos apresentarem possibilidades de contatos sensíveis, em contramão ao trem quase desgovernado chamado, entre outras coisas, de capitalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Barão de Cocais; mineração; performance; transdisciplinaridade; sensibilidade.

**LINK:** <https://cleissonj4.wixsite.com/otremeomoribundo>

#### ABSTRACT

*Faces are heard, speeches are observed, we touch each other's breaths; all in it showing tiredness and complexity. The places dirty by dust, streets parking bus, the fewer areas for arts movements and sports are closed or with no people showing interest, even before this pandemic situation. The clotheslines all support orange, green, gray and blue uniforms. This city doesn't stop, even now when reducing mass production and consumption is what we need the most. This article brings the main discussions that stimulated us to create what resulted in the audiovisual experiment called "O trem e o moribundo" (The train and the dying), an "activism" experience, and report about our creative process. The principal references used in this text are the population from Barão de Cocais; the authors Dénètem Touam Bona in *Cosmopoéticas do Refúgio* and Achille Mbembe in *Crítica da Razão Negra*. At the final, we use the Afro Orixá Exu as a metaphor for resistance and searching for different ways of life and artistic creation. Furthermore, we demonstrate some movements being developed in Barão de Cocais that we considered *exunianos* and *marrons* for showing us possibilities of sensitive contacts, going against this crazy train called, among other things, capitalism.*

**KEY-WORDS:** Barão de Cocais; mining; performance; transdisciplinarity; sensibility.

**LINK:** <https://cleissonj4.wixsite.com/otremeomoribundo>

## 1. O POVO TEM VOZ; ARTISTA É GENTE

No dia 23 de setembro de 2021 (quinta-feira), moradores da rua Desembargador Moreira dos Santos, considerada a primeira rua da cidade de Barão de Cocais, realizaram um protesto devido ao intenso tráfego de veículos de mineradoras e empreiteiras presentes na cidade, com atenção voltada à Companhia Vale do Rio Doce<sup>1</sup>. Os moradores reclamaram da sujeira nos espaços (ruas, casas, ar); poluição sonora; gasto excessivo de água para limpeza dos ambientes; falta de conservação do calçamento; rachadura nas casas, devido ao impacto dos veículos pesados. Reivindicam diálogo, escuta, ações. Partem do cansaço de serem ignorados - alguns representantes das empresas, por exemplo, disseram não utilizar aquela rua ou nada respondiam quando foram contactados para ouvir a população local sobre a situação. Uma das pessoas que estava à frente do movimento afirmou que os moradores já haviam feito contato com as empresas e que tal luta não é recente. Em outras ocasiões, representantes das empresas disseram que iriam lavar a rua com frequência, uma vez que elas estão sempre sujas, porém não cumpriram com o combinado. Dessa forma, os moradores, exaustos de serem invisibilizados, decidiram protestar impedindo o trânsito de veículos das empresas naquele local. Ainda que o movimento tenha sido mais forte na rua Desembargador Moreira dos Santos, com concentração na conhecida Ponte Paixão, as pessoas se dividiram em outras ruas vias de passagem dos veículos. Certos grupos de trabalhadores ficaram parados nos locais, impedidos de trafegar. Outros entraram nos ônibus e encontraram “rotas de fuga” em direção aos locais de trabalho, seja por não concordar com a mobilização, por pressão de chefes ou por outros motivos.

O protesto iniciou por volta das 4:00 e se estendeu ao longo da manhã. Importante destacar a característica da grande parte de pessoas protestando na Ponte Paixão: mulheres de pele clara, adultas, faixa etária entre 40 a 50 anos. Enquanto isso, a grande parte dos trabalhadores paralizados eram homens negros diversos, jovens e adultos. Os moradores aguardavam a presença pessoalmente dos chefes e representantes das empresas para respostas mais concretas. Uma das manifestantes comentou que vários homens com quem elas se relacionam (marido, filhos, vizinhos) trabalham nessas empresas e discordam da relação que as mesmas possuem com os ambientes da cidade.

---

<sup>1</sup> Em 2019, duas semanas após o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), os distritos de Socorro, Piteira, Tabuleiro e Gongo Soco, da cidade de Barão de Cocais, precisaram ser evacuados devido a um risco de rompimento da barragem Sul Superior da Mina do Gongo Soco, pertencente à Vale, colocando em risco as cidades mineiras de Barão de Cocais, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo. Muitos moradores receberam casas alugadas em locais fora das áreas de risco e quantias em dinheiro. Além disso, foram estabelecidos locais de segurança, veículos de emergência e placas indicativas para auxílio da segurança da população caso o pior acontecesse. Entre 2019 e 2020, foi construído um muro para contenção da barragem, que se manteve no nível 3, considerado o mais alto para o risco de rompimento. Nos últimos meses, as medidas de proteção e auxílio à população cocaiense foram dispensadas pela empresa.

Ainda, foi comentado que o protesto teria saído bem melhor caso a informação sobre o ato não tivesse sido “vazada” por um dos maridos das mobilizadoras no dia anterior, deixando alguns trabalhadores já cientes do que iria ocorrer e assim encontrando formas de não serem prejudicados pela situação. O protesto também contou também com a presença de alguns vereadores da cidade de Barão de Cocais.

Uma reunião foi marcada para a próxima segunda-feira (27/09) para discussão do caso. Os moradores anunciaram que novos protestos seriam feitos caso, novamente, não ocorressem ações efetivas para melhoramento da situação, citando não apenas o compromisso das mineradoras e empreiteiras como também da prefeitura de Barão de Cocais. A Vale do Rio Doce, através de um analista, reconheceu que a empresa não cumpriu com o acordo feito anteriormente e não lavou toda a rua Desembargador Moreira dos Santos, retornando à atividade logo no dia 25 (sábado). Outros protestos já vinham acontecendo ao redor da cidade por motivos bem parecidos, porém não ganhando tanta visibilidade quanto esta citada.

A situação aponta várias questões a serem consideradas: falta de escuta e empatia das empresas e do poder público com a população; cuidados com a saúde dos ambientes e assim, conseqüentemente, com a vida animal, incluindo a humana; produção exagerada; característica dos trabalhadores em comparação com a população protestando encontrada no local; “migalhas” dadas ao povo pelas empresas; exploração da área cocaiense sem certas “contrapartidas” à cidade. Tais observações se encontram com as discussões que nos motivaram nas experimentações que denominamos “O trem e o moribundo”, uma espécie de performance/ensaio fotográfico/audiovisual. Essa foi nossa forma de protestar e externalizar nossas inquietações, caracterizando-se como uma atividade artista (arte + ativismo), uma vez que buscamos enfatizar e sensibilizar o público sobre certas problemáticas socioambientais que dificultam a extensão da qualidade de vida em comunidade.

Em "O trem e o moribundo" refletimos sobre a objetificação do corpo na modernidade, o genocídio de povos na história brasileira, a busca pela estabilidade financeira, a alienação: o jogo da sociedade do capital. Trata-se de grupos de fotos e vídeos como parte de experimentações corpo-expressivas realizadas em 2021 na cidade de Barão de Cocais. Problematizamos a complexidade da população cocaiense e região, senão de todo o estado, diante a formas disseminadas de trabalho, voltadas à relação senhor e escravo e à produção industrial mineradora - eis o nome MINAS GERAIS!

Através deste trabalho interdisciplinar não buscamos apontar o fim da mineração tão presentes em nossa região, muito menos tê-las, da maneira como se encontram, como únicas formas de trabalho.

Criticamos a dificuldade da política local, além das empresas, em oferecer e apoiar outras maneiras de vida, menos focadas no lucro e na exploração de pessoas. Lutamos por um futuro onde estejamos menos voltados à produção exagerada, não entregues a formas de trabalho que nos desrespeitem como seres vivos sensíveis. Questionamos a dificuldade de realizar projetos voltados às artes, a manutenção de ambientes menos destruídos, os conhecimentos sobre a história local e a importância da diversidade na relação social.

Neste sentido, buscaremos neste texto refletir sobre a importância de outras possibilidades de vida, e também de criação artística citando um pouco do nosso processo criativo, outras formas de trabalho em nossa cidade, outras formas de compartilhar um mundo de maneira menos objetificada, esta que tanto vêm nos impedindo de respirar, pré, durante e, continuamente, pós coronavírus.

## 2. BARÃO DE COCAIS: ESTE GRANDE ALOJAMENTO

*Infelizmente, o impacto social no quesito mineração é lamentável, mas nós vamos ter isso eternamente, se não criarmos outra fonte de renda. Se nós tivéssemos aqui outros segmentos no distrito industrial, eu acho que poderíamos estar dispensando a mineração em nossa região, mas, infelizmente, é a nossa fonte de renda - Fala do vereador João Batista Pereira (PP), presidente da Câmara Municipal de Barão de Cocais, em 2020 sobre a possibilidade da empresa Bassari Mineração explorar minério de ferro dentro da área urbana. A população não foi contactada! (por Coletivo de Comunicação Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)<sup>2</sup>).*

A história da cidade de Barão de Cocais, como boa parte de nosso estado, retrata as relações de exploração das terras à procura de ouro e outros minerais e da mão de obra escravizada. A cidade encontra-se no território denominado Quadrilátero Ferrífero (QF), uma área no centro-sul do estado de Minas Gerais caracterizado pela forte exploração de minério de ferro. A área correspondente ao QF é considerada um dos ecossistemas mais ricos do Brasil, porém sofrendo muitos danos pela presença de atividade mineradora desde tempos remotos (DINIZ, REIS, JUNIOR e GOMIDE, 2014, p. 684 e 685).

Barão de Cocais foi fundada no início do século XVII, por volta de 1704, a partir do caminhar de bandeirantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia ao se deslocarem do povoado do Socorro, onde se alojaram, seguindo o curso do rio São João. Esses bandeirantes se fixaram na região ao notarem grande quantidade de ouro, edificando casas ao redor do rio e assim formando o bairro “Macacos”, onde hoje se encontra a rua Desembargador Moreira dos Santos mencionada no início deste texto.

---

<sup>2</sup> Matéria completa em:

<https://mab.org.br/2020/08/29/uma-mina-dentro-da-cidade-a-nova-lama-invisivel-que-atinge-barao-de-cocais-em-mg/>.  
Acesso em: 05/10/2021.

Inicialmente o local recebeu o nome de São João do Presídio do Morro Grande, devido a um morro próximo onde o pequeno arraial foi formado. Com o estabelecimento da Usina Morro Grande, o local, até então distrito da cidade de Santa Bárbara, recebe um impulso populacional e é por volta de 1943 que a localidade se emancipa, recebendo o nome de Barão de Cocais em homenagem ao Barão José Feliciano Pinto Coelho da Cunha<sup>3</sup>, considerado na época o “personagem mais ilustre da região”.

Atualmente, observa-se a migração massiva de pessoas, principalmente homens, das regiões norte e nordeste do Brasil, que vêm para a cidade à serviço de empresas locais, caracterizando a cidade como um grande alojamento, como apontam os comentários ouvidos: *“Tudo que é prédio e casa pra alugar aqui agora vira alojamento pros peão<sup>4</sup>. Uma doideira né, é muito difícil achar casa pra alugar aqui agora, as empresas pegam tudo.”* (Laura<sup>5</sup>, 50 anos); *“O pessoal começou a falar assim ‘Oh, tá vindo um ônibus aí cheio de baiano aí hem, um pessoal que vai trabalhar aqui’ (...) foi aí que veio aquele Ricardo com a mulher dele, aquele outro lá amigo dele, aquele outro que até foi seu vizinho, né? Teve uns que fizeram a vida aqui, teve filho e tudo. Teve outros que voltaram pra lá.”* (Sandra, 67 anos). *“Nó véi, Barão tá cheio de homem estranho, né? Tudo gente que veio trabalhar nessas empresas aqui. Esses predinhos tudo ali no centro virou alojamento”* (Thaís, 23 anos). *“É engraçado, eu chego lá no restaurante pra almoçar e os cara de roupa suja tudo é parecido, é tudo baiano, um monte, eles falam diferente, né?... Agora os chefes são todos de roupa limpa, cabelinho arrumado e de terno.”* (Cláudio, 24 anos).

Nestes últimos anos, a presença de homens a serviço dessas empresas tem se tornado muito crescente e influenciado nas relações dos cocaienses com a cidade. Casos de machismo e abuso sexual tem sido cada vez mais relatados por mulheres da cidade, por exemplo. Também, a economia local tem sofrido alterações, para além da situação econômica geral, com aluguéis e outros serviços muito caros.

Além da presença forte da mineração, trata-se de uma cidade histórica com vários pontos turísticos e culturais, tais como: Cachoeira de Cocais; Serra da Cambota; Ruínas do Gongo Soco; Santuário de São João Batista, o primeiro projeto arquitetônico de Aleijadinho; Sítio Arqueológico da Pedra Pintada, com pinturas rupestres datadas de aproximadamente seis mil anos; Banda de Música Santa Cecília, com mais de 100 anos de atividade. Todavia, a cidade encontra-se numa situação parecida com a que

---

<sup>3</sup> Informações sobre o Barão de Cocais e a polêmica da “fabulosa herança” podem ser encontradas em <http://pagfam.geneall.net/1180/pessoas.php?id=1049699>.

<sup>4</sup> Nome pejorativo aos que trabalham com atividades braçais nas mineradoras e empreiteiras. Como as peças que ficam à frente num jogo de xadrez, suas atividades são importantes porém negligenciadas.

<sup>5</sup> Decidimos manter em sigilo os nomes das pessoas que conversamos. Todos os nomes aqui citados como comentários ou falas ouvidas são fictícios. As idades são verdadeiras.

foi erguida: casas e alojamentos sendo levantados devido à exploração das terras e os trabalhos em construção civil. Movimentos atuais de migração se assemelham aos que impulsionaram o surgimento da cidade. Apesar de toda essa movimentação, observa-se a falta de investimentos e valorização de outros elementos presentes na cidade, como atividades artístico/culturais, espaços verdes, áreas de lazer e projetos sociais, fortificando um caráter exploratório e objetificante das pessoas, sendo vistas mais como máquinas de trabalho, pouco nos oferecendo outras possibilidades de vida que não seja produzir e servir.

Meu povo seguiu rumando de um canto para o outro, procurando trabalho. Buscando terra e morada.(...) Os donos já não podiam ter mais escravos, por causa da lei, mas precisavam deles. Então foi assim que passaram a chamar os escravos de trabalhadores e moradores. (...) Passaram a lembrar para seus trabalhadores como eram bons, porque davam abrigo aos pretos sem casa (...) Como eram bons, porque não havia mais chicote para castigar o povo. (JUNIOR, 2019, p. 204).

### 3. SOBRE “O TREM E O MORIBUNDO”

Descrever o processo artístico de “O trem e o moribundo” é difícil, por se tratar de experimentos que se resultaram em um material muito denso, representado através das imagens, sons, textos e depoimentos. A produção encontra-se dividida em galerias: *o carrasco; bicho parasita; madalena; exu criança; moribundo; o trem e o moribundo; mãe; -ação*; podendo ser experienciado por vários caminhantes - por sinal, gostaríamos de ter conhecimentos e recursos suficientes para utilizar de uma plataforma mais interativa, deixando o público mais próximo de um caráter brincando e manuseável do nosso<sup>6</sup> trabalho. Pode ser visto como performance, história em quadrinhos, novela, como espetáculo cênico-musical, maluquice...

Partimos principalmente destes tantos moribundos presentes na nossa família, nas amigas, nas casas ao lado; deste quase morto, como se o trabalhador local estivesse à beira da morte devido à falta de sensibilidade, autocuidado, o cansaço que não cessa, as horas extras, o dinheiro que engana. Nesta história, o moribundo pede tempo! Ele sabe que sozinho não consegue livrar-se deste tudo que carrega desde tempos coloniais antigos, bastante presente nas nossas relações atuais. O moribundo precisa de algo que o ajude a tornar-se um vivo, nem que seja por um breve instante, “é o infra-humano” (MBEMBE, 2018, p. 237). São, principalmente, homens, mas não só; negro diversos, mas não só; periféricos que parecem pouco se autoconhecer e autoexperimentar: sugados, enganados, destituindo-se de aspectos sensíveis do humano na sua relação corpo-mundo, sendo levados a transformar-se em corpos-objetos, levando à destruição da vida em várias instâncias: da sensibilidade, dos matos, das tradições e cosmologias, dos ares e das águas, de outras histórias, dos

---

<sup>6</sup> Cleisson José, performer e outras coisas; Virginia Rodrigues, designer, fotógrafa, também plural.

bichos, da multiplicidade. É neste sentido que podemos afirmar que este sistema a que estamos inseridos possui como marca a simplificação.

Ainda mais característica da fusão potencial entre o capitalismo e o animismo é a possibilidade, muito clara, de transformação dos seres humanos em coisas animadas, dados numéricos e códigos. Pela primeira vez na história humana, o substantivo negro deixa de remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, destituição de qualquer possibilidade de autodeterminação e, acima de tudo, das duas matrizes do possível que são o futuro e o tempo) (MBEMBE, 2018, p. 19 e 20).

Ao idealizarmos “O trem e o moribundo”, partimos das nossas angústias do contato com essa população, nos incluindo, diante de poucas outras possibilidades de vida que não essas que nos tem oferecido, um oferecer quase obrigatório. Sentimos a dificuldade em digerir a objetificação dos corpos cocaïenses; estas situações de destruição subjetiva ao silenciar aspectos da multiplicidade humana, “produzindo” assim cada vez mais problemas no difícil relacionar-se, nos desligando, ilusoriamente, do mundo ao criar uma relação distante e ilusória de “eu” e o “outro” que mais nos aproxima da morte que garante espaços saudáveis para a manutenção da vida.

Relatos sobre o cansaço, as possíveis advertências, ser demitido e substituído por alguém mais jovem e/ou mais estudado, os riscos de acidentes, as promessas de ser promovido de cargo e tantas outras neste sentido nos angustiava à medida que iam se acumulando em nossa escuta. Somando a isso, relatos sobre a falta de dinheiro, a responsabilidade de cuidar da família cada vez maior, a necessidade de planos de saúde e cartão alimentação, o consumo desenfreado e frases como “*lá eu recebo mais salário, mesmo sendo um lugar ruim*”, “*sempre foi meu sonho trabalhar em mina*” ou ainda “*temos muitas vagas de emprego agora na cidade com esse tanto de empreiteira, não dá pra reclamar*” tornaram a situação mais complexa, nos levando a crer que, com a potência que capitalismo e o neoliberalismo têm exercido em nossa cultura, o buraco têm sido mais embaixo, bem mais embaixo!

A força do capitalismo reside no fato de projetar nas consciências uma imagem invertida de si, de modo que a desordem que produz surge como ordem natural das coisas. Essa naturalização de uma ordem social histórica impede a percepção de que é possível, ao menos em tese, transcender esses padrões fossilizados de comportamento (MARQUES, 2015, p. 51).

É dessa dificuldade de chegar até lá, de fazer algo por isso, que desenvolvemos este experimento audiovisual, cabendo a nós artistas exprimir o caos que carregamos conosco e desafiar cada vez mais a realidade - as mesmas situações citadas foram percebidas em relatos de trabalhadores de supermercados e outras lojas, não sendo apenas de trabalhadores da mineração, endossando ainda mais o caldo retratando as posições coloniais de senhor e escravizado em vários ambientes de trabalho.

Conversas, leituras já feitas, seleção de imagens-modelo fazem parte do material presente no processo do nosso trabalho. Veio se construindo de maneira bastante “descontrolada”, nossa principal referência foi a própria população. Caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma escuta empática, aberta, curiosa e fofoqueira, atenta a quaisquer comentários das pessoas sobre seus ofícios e, mais profundamente, por como suas falas nos atingem, tratando-se de uma escuta do outro e do outro em nós.

As imagens foram realizadas no bairro Gusa, no território cocaiense. Utilizamos de uniformes pegos emprestados com parentes e amigos. A escolha dos lugares, as músicas executadas, os textos utilizados, tudo se deu de forma livre. Nos encontramos no Gusa duas vezes, num intervalo de mais ou menos duas semanas. No primeiro encontro, buscamos apenas experimentar imagens, lugares, figurinos e movimentos, sem muitas regras e organização. Muitas imagens interessantes surgiram e muitas ideias iam aparecendo à medida que as brincadeiras foram acontecendo. Utilizamos a flauta transversal apenas no segundo encontro. Houve algumas experimentações com o instrumento musical em casa, sozinho; escolha de músicas possíveis, de acordo com o material surgido no primeiro encontro; possibilidade de imagens com o instrumento. O que nos interessava mesmo era o momento em si, enquanto processo e resultado. Dessa forma, o próprio local da performance tornou-se local de ensaio e experimento, e os experimentos tornaram-se resultados possíveis e porosos, principalmente pela qualidade e quantidade de imagens extraídas em apenas dois encontros, talvez até pela urgência corpórea de expressar nossos incômodos. Com isso, discutimos a possibilidade de estudos performáticos fora de ambientes tidos para estudo, como salas fechadas, face ao palco, este local no qual subimos próximo ao momento de apresentação. Refletimos sobre a influência do ambiente na execução sonora no tocar flautístico (espaço aberto, entre árvores, com fluxo de carros e caminhões de empresas, pessoas caminhando, trânsito de trens da mineradora Vale); na influência do espaço nas possibilidades de movimentos corporais (as fotos são registros do encontro entre dança, performance musical e teatro); nos vários riscos físicos (barrancos, pedras, matos, veículos de transporte<sup>7</sup>, altura, peso dos uniformes); na possibilidade de criação com os uniformes e outros materiais utilizados; nos riscos que o instrumento musical corre ao ser utilizado também com objeto cênico, ultrapassando seu lugar “cômodo” de ser flauta. Tais reflexões nos levam a crer a interessante necessidade de explorarmos, principalmente nos ambientes institucionalizados, maneiras outras de estudo, criação e performance, objetivo principal de nossas pesquisas com a flauta transversal em dissonância às maneiras pré-concebidas da criação musical. Assim como

---

<sup>7</sup> Contracenar com um trem foi assustador!

discutimos outras possibilidades de vida/trabalho na sociedade do capital, centrados na nossa cidade, buscamos também maneiras menos convencionais de experimentação artística, nos tornando agentes principais de nossos processos. Tenho partido do caráter quantitativo, mecanizante e repetitivo presentes em muitos processos formais de música, focados no método e na busca por resultados que dizem muito mais do outro, os professores e mestres com referências norte americanas e européias, assassinando possibilidades de (re)criação e criatividade da multiplicidade (afro)brasileira. Dessa forma, podemos notar o quanto estes ambientes formais (conservatórios de música, universidades, escolas especializadas) se assemelham às empresas mineradoras e locais de trabalho massificante: nos dificulta o acesso a aspectos de nossa sensibilidade através da criação, às relações mais empáticas com as diversas formas de vida, às reflexões de ser com/no/o mundo. Só nos restam, artistas mecanizados, um macacão laranja de empresa.

Chegamos a esse momento crucial em que é preciso reinventar tudo: os conceitos, as abordagens, os hábitos, os métodos, as ferramentas, as nações, os espaços... tudo hoje precisa ser reinventado. É a única possibilidade que nos resta para evitar o cosmocídio de nosso planeta. (...) A quantificação de tudo os tornou surdos e cegos à vida. A morte se tornou seu único deus (TANSI, 1992 *apud* BONA, 2020, p. 10).

#### 4. DE MORIBUNDO À EXU BRINCANTE

O trecho denominado “*O trem e o moribundo*”, que dá nome ao nosso experimento, é considerado um ponto central. É justamente ali, quando esta espécie de zumbi ou fantasma encontra o trem, que a magia acontece: caminhando em direção contrária, levanta, resiste bravamente, grita, enfraquece tanta coisa que é obrigado a sustentar. Discutimos formas de resistir, andar em outras direções possíveis diante tantas ordens, evitar que caiamos numa objetificação capaz de, talvez não por muito pouco, nos matar. Todavia, o moribundo não é só uma máquina de trabalho, há subjetividade e sensibilidade debaixo de tanto fadiga, hora extra e produção. Precisamos de um trabalho pela vida, de trocar a (quase) morte moribundante por outra coisa num ato de pura esperteza.

(...) sempre existe uma parcela de coisidade em toda corporeidade. O trabalho pela vida consiste precisamente em evitar que o corpo caia na coisidade absoluta; consiste em evitar que seja por completo um mero objeto. Mas somente um modo ambíguo, uma maneira de brincar tateando sobre a avesso das coisas e de brincar de faz de conta diante de si e dos outros.” (MBEMBE, 2018, p.251).

Através deste ato de resistir “inteligentemente”, saber jogar o jogo ou “alugar partes do meu corpo” (*ibid*), podemos fazer desaparecer aspectos da identidade que não nos pertencem, neste caso, deixar de ser resumido a um objeto de produção sempre num estado de quase (quase melhora de vida, quase sou promovido, quase fui mandado embora, quase não aguento mais) podendo abolir tanto

esta identidade de morto (escravizado) quando do vivo (senhor). Porém, é preciso que o sujeito se movimente, assuma um caráter itinerante e que dê importância mais ao caminhar que à chegada, tal como metaforizado em “*Exu brincante*”.

Mal se tendo delineado os esboços da vida, o sujeito já precisava a cada instante escapar de si mesmo e se deixar levar pelo fluxo do tempo e dos acidentes. Ele se produz no acaso, por meio de uma cadeia de efeitos eventualmente calculados, mas que nunca se materializam nos termos exatos de antemão previstos. É, pois, nesse inesperado e nessa absoluta instabilidade que ele se cria e se reinventa (MBEMBE, 2018, p. 260).

Acolher Exu para além do bem e do mal é aceitar o corpo e a complexa condição humana. Exu é corpo! Nos ensina a necessidade da astúcia e do jogo para que, principalmente povos colocados às margens, possam estender suas vidas (SILVA, 2021, *online*).

E sejamos sinceros, não é nada fácil este movimentar!

## 5. AÇÃO!

Como mencionado, nossa forma de protestar sobre o assunto se deu fortemente pelas artes performáticas, para além das artes no Brasil, de forma geral, poderem ser consideradas importantes atos políticos. Todavia, não estamos sozinhos cambaleando e assombrando os espaços que historicamente ajudamos a construir. Por mais incerto que pareça, há sempre um bicho ou outro que insiste em se manter vivo e caminhante.

Depois de toda uma parte da vida alvejada pela cal da integração - obedecendo, sem se dar conta, à injunção permanente a se esquecer, a se apagar - você não passava de um zumbi: uma criatura errante e apática. (...) Desde então você não sabe bem para onde vai, sabe apenas que precisa correr para não perder o equilíbrio sobre o fio estendido: correr e, sob a fricção incandescente do vento, te despir das peles mortas - tua pele de escravo (BONA, 2020, p. 73).

Neste sentido, e apesar de tudo o que foi apontado, pode ser observado em nossa cidade alguns movimentos *exunianos* que resistem ao encontrar caminhos possíveis:

- Os movimentos *Cambotas Team Slackline*, *Cambotas Trail Fest* e *Cambotas ecoturismo* partem da serra da Cambota e se preocupam com atividades de preservação e ocupação saudável dos espaços verdes da cidade de Barão de Cocais, levando discussões sobre a valorização dos espaços verdes pouco conhecidos pela população através de atividades de ecoturismo, corrida, trilha, ciclismo, highline e slackline, escalada, despoluição dos espaços.
- O *Onda Negra BC* é um espaço online de conscientização sobre as diversidades humanas da sociedade, focado na luta antirracista. Trata-se de um movimento novo erguido na cidade após atos violentos realizados pela polícia local contra os jovens negros. Neste sentido, o *Onda Negra BC* também se afirma enquanto um espaço de denúncias em Barão de Cocais.

- O *Casa do Artesão* é um espaço pluridisciplinar de artes, com atividades de música (canto, violão, cordas friccionadas e teclado) e artesanato vários (crochê, ponto cruz, macramê, pintura em tela, móveis em eucalipto, material reciclável).
- A *ONG Solidariedade Natural de Barão de Cocais* está voltada ao resgate, tratamento e castração de animais em situações vulneráveis, focados em cães e gatos, disponibilizando-os para a adoção. Além disso, visam campanhas educacionais, buscando diminuir a quantidade de animais nas ruas, os riscos de contaminação por zoonoses (raiva, leptospirose, leishmaniose, entre outras) e uma relação mais saudável entre humanos e outros animais.
- *Viraliza BC* é uma associação surgida no ano de 2019, fundada por artistas periféricos e LGBTQs+ cocaienses. O grupo busca principalmente dar visibilidade a artistas locais e promover eventos públicos, como os já realizados “Viraliza Kids”, “Semana Cultural” e o “Pré-Carnaval Solidário”.
- A *Banda de Música Santa Cecília* é um grupo musical surgido em 1905 voltado às celebrações tradicionais da religião católica, desfiles e retretas populares. Foi reconhecida como patrimônio imaterial da cidade. O grupo possui acervo próprio com composições de maestros e músicos que integraram a banda.
- A *Feira das Quitandas* surgiu em 2021 com o intuito de ser um espaço de divulgação e empreendimento das quitandas locais, tanto da cidade de Barão de Cocais quanto dos distritos e zonas rurais que integram o território. O movimento foi idealizado e organizado pelas próprias quitandeiras em parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo. Ocorre uma vez por mês na praça do Santuário São João Batista.
- *Corpo e Mente em Movimento* é um projeto que oferece aulas de capoeira. Liderado pelo mestre Maciel, o projeto também conta com aulas de berimbau; cantos da capoeira; conversas sobre o percurso da escravidão no continente africano e história do Brasil, contribuindo para o conhecimento sobre a nossa história pouco difundida nos ambientes tradicionais de ensino.
- No *Encontro do Passinho*, jovens de vários bairros periféricos ocupam o centro da cidade para dançar funk, inspirados nos *passinho de BH*<sup>8</sup> e *passinho dos maloka de SP*<sup>9</sup>. O evento, que costuma ocorrer nos domingos, é organizado pelos próprios dançarinos e não conta com regulamentações ou apoios locais. Os jovens dançam em grupos ou sozinhos em pequenas

---

<sup>8</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=WXLKAWs5Aiw>.

<sup>9</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=l8iSaJ01gll>.

disputas. O evento também conta com a presença de jovens empinadores de motos e bicicletas, o chamado *grau*<sup>10</sup>.

- A *Quadrilátero*<sup>11</sup> é uma revista digital surgida em 2019 com discussões voltadas à dependência econômica de Minas Gerais à mineração, destacando suas consequências socioambientais e a necessidade da diversificação da economia, agindo de forma regional nos municípios de Barão de Cocais, Catas Altas e Santa Bárbara.

Estas podem ser consideradas maneiras de resistir à quase morte a que somos expostos através de relações mais sensíveis; do autoconhecimento; da preservação e valorização dos espaços e das diversidades; e ocupação dos espaços públicos para aprendizagens e compartilhamento afetivo de atividades. Reivindicamos atitudes menos destrutivas, em várias instâncias, dessas formas disseminadas de trabalho. Os movimentos citados não competem com a presença quase obrigatória de “ser-máquina”, mas resiste, também moribundante, em busca de experiências mais sustentáveis. Alguns desses movimentos também nos servem de locais de refúgios, como um dia foram os quilombos para as pessoas escravizadas, mantendo práticas de *marronagem*<sup>12</sup> capazes de sustentar nossa presença nesta vida doentia em atitudes de esquiva, metamorfose, desaparecimento (BONA, 2020). Que possam aflorar e receber sustentação novos ambientes *exunianos*, *marrons* e ecológicos no território de Barão de Cocais e região.

## 6. AGRADECIMENTOS

Um carinho especial aos vários cocaienses que sempre nos confiam seus desabafos, gratificações e desejos sobre a vida que carregam. Através dessa abertura mútua, de fala e escuta recíproca, pudemos conhecer mais sobre as margens do nosso povo e os movimentos que resistem, também zumbizando, na nossa cidade vítima da produção excessiva.

Um agradecimento especial à Virgínia Rodrigues por topar os experimentos que desaguaram em “O trem e o moribundo”, sem que nunca tivéssemos feito algum trabalho artístico juntos e sem muita

---

<sup>10</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=OUPzidFMT7E>.

<sup>11</sup> <https://revistaquadrilatero.wordpress.com/>.

<sup>12</sup> Bona (2020) descreve sobre a marronagem como o fenômeno geral de fuga de escravizados nas Américas, formando os “espaços de desaparecimento” nas florestas densas e de difícil acesso dos violentadores. Ao longo do seu trabalho, o autor discorre sobre a importância ancestral da manutenção das florestas e o desenvolvimento de modos de vida menos exploratórias para manutenção da vida na terra, nos induzindo a “redescobrir no seio da floresta nossa própria potência” (p. 17), enxergando a marronagem como um tipo de resistência que precisa ser pensada para além do contexto escravagista.

conversa e organização do processo. Somos da mesma família (primos!), talvez também seja por isso que tudo fluiu de forma tão natural.

Por fim, sou grato ao Flávio Schiavoni pelos retoques finais neste texto. Ansioso para saber o que mais surgirá desta nossa prematura parceria.

## 7. REFERÊNCIAS

BONA, Dénètem Touam. *Cosmopoéticas do Refúgio*. Tradução: Milena P. Duchiede. Florianópolis/SC: Cultura e Barbárie, 2020.

DINIZ, Juliana Maria Ferreira de Souza; REIS, Aliny Aparecida; JUNIOR, Fausto Weimar Acerbi; GOMIDE, Lucas Resende. Detecção da área mineradora no quadrilátero ferrífero, Minas Gerais, no período de 1985 a 2011 através de técnicas de sensoriamento remoto. *Boletim de Ciências Geodésicas*. Artigos, Curitiba, v. 20, no 3, p.683-700, jul-set, 2014. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/278400503\\_DETECCAO\\_DA\\_EXPANSAO\\_DA AREA\\_MINERADA\\_NO\\_QUADRILATERO\\_FERRIFERO\\_MINAS\\_GERAIS\\_NO\\_PERIODO\\_DE\\_1985\\_A\\_2011\\_ATRAVES\\_DE\\_TECNICAS\\_DE\\_SENSORIAMENTO\\_REMOTO](https://www.researchgate.net/publication/278400503_DETECCAO_DA_EXPANSAO_DA AREA_MINERADA_NO_QUADRILATERO_FERRIFERO_MINAS_GERAIS_NO_PERIODO_DE_1985_A_2011_ATRAVES_DE_TECNICAS_DE_SENSORIAMENTO_REMOTO)>. Acesso em 05/10/2021.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SILVA, Cleisson José Dias. Exu e alguns outros: metáforas cognitivas. *Portal Geledés*, 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/exu-e-alguns-outros-metaforas-cognitivas/>>. Acesso em: 08/10/2021.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. *Torto Arado*. São Paulo: Todavia, 2019.

## Objeto, arte, memórias e o devir em tempos pandêmicos.

### *Object, art, memories and becoming in pandemic times*

PINTO, José Augusto de Paula

*Graduando, PIPAUS-UFSJ, japp2009@aluno.ufsj.edu.br*

#### RESUMO

Pensar o futuro através dos objetos em museus, do seu design enquanto simples objeto físico construído, e depois transfigurado em memória, nos faz refletir. Ao formatar uma história pessoal que nos encanta e deleita, além de sua beleza estética, pela magia da aura que este objeto carrega do passado, diversos caminhos são abertos, persistindo, e sendo modificada no presente. A memória das coisas, através destes objetos, leva-nos a pensar sobre a arte e o design no devir em tempos pandêmicos. Pensar nosso tempo passado, nossas ações no presente e o que podemos desejar para o futuro, parece-nos um tema repleto de fragilidades. Um fuso de fiar doado ao Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos, Muquifu, leva-nos a várias reflexões sobre a memória e o tecer do nosso futuro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória, devir, objetos musealizados, passagens.

**LINK:** <https://youtu.be/tJqQhxmzmqQ> <https://youtu.be/V-vDcow2t4k>  
<https://youtu.be/757c2N2M96l>

#### ABSTRACT

Thinking about the future through objects in museums, their design as a simple physical object constructed, and then transfigured into memory, makes us reflect. By formatting a personal story that enchants and delights us, in addition to its aesthetic beauty, by the magic of the aura that this object carries from the past, several paths are opened, persisting, and being modified in the present. The memory of things, through these objects, leads us to think about art and design in the future in pandemic times. Yet, thinking about our past, our actions in the present, and what we can hope for in the future, seems to us a subject full of weaknesses. A spinning spindle donated to the Museum of Quilombos and Urban Favelas, Muquifu, leads us to various reflections on the memory and weaving of our future.

**KEYWORDS:** Memory, becoming, museum objects, passages.

## 1 INTRODUÇÃO

Começo essas reflexões sobre um tempo ao qual sonhamos, pensamos e esperamos. Que sejam tempos em que reine um pouco mais de paz e tranquilidade do que vivenciamos nesse segundo ano pandêmico de 2021. Pensar o futuro através dos objetos em museus, do seu design enquanto simples objeto físico construído, e depois transfigurado em memória, nos faz refletir. Ao formatar uma história pessoal que nos encanta e deleita, além de sua beleza estética, pela magia da aura que este objeto carrega do passado, diversos caminhos são abertos, persistindo, e sendo modificada no presente. Assim frutificará no futuro, e que a seiva dessa fruta seja doce e suave, como as águas de um rio. Sobre o rio e o devir nos conta Mário Chagas, Poeta, Professor e Museólogo em um de seus poemas:

**devir**

o rio também tem sonhos  
mesmo sem ter de dormir  
em seu leito de areia  
ele sonha com o devir  
  
o devir do rio é deus  
esse oceano sem praias  
tudo formado de eus  
e revestido de maya  
  
o rio sou eu revelado  
decidido a não voltar  
tanto mais próximo chego  
mais sinto a força do mar  
(CHAGAS,2015, p.44).

O objeto específico que foi a inspiração para unir termos tais como objeto, arte, memória e futuro é um fuso de fiar que se encontra em exposição no Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos – MUQUIFU, no Aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte. Junto a este fuso encontra-se uma capa de almofada (ou travesseiro), cedida por empréstimo e, como uma forma de ilustração do trabalho possível de se executar, a partir dos fios produzidos com o referido objeto. Metaforicamente imaginamos os fios de memórias que se entrelaçam ao tecer histórias de relevância para a formação da identidade dos povos, que saem de seus lugares de origem e encontram nas favelas um novo “onde viver”.



**Fig. 1. Aglomerado Santa Lúcia – Belo Horizonte, 2018**  
Fonte: arquivo próprio



**Fig. 2. Sala de exposição de longa duração – Muquifu, 2020**  
Fonte: arquivo próprio

Fuso é um instrumento de fiar, roliço e pontiagudo, em que se enrola o fio torcido à mão, até formar a maçaroca. Maçaroca é um conjunto de fios torcidos, às vezes emaranhados, que serão utilizados para a confecção de roupas, colchas, cobertores, tapetes etc. Os objetos ao serem instituídos como objetos de museu adquirem uma nova qualificação, onde estarão “cheios de conteúdo”, representando e levando ao conhecimento público facetas de uma cultura e de tempos muitas vezes pretéritos. Nos museus, e em especial em um museu periférico, cada objeto doado é portador de uma história única, às vezes individual, muitas vezes coletiva, mas sempre muito significativa para quem o encaminha até aquele local de guarda da memória. Dessa forma a expectativa em plena pandemia, é a escrita e celebração de uns poucos objetos que representam um conjunto infindável de outras peças revestidas de muita arte, lembranças e passagens. Passagens porque são as memórias que nos dão a liberdade de viajar entre os tempos futuro, passado e presente, com o apoio basilar de algo concreto atingimos o intangível.



**Fig. 3. Fuso com capa de almofada, 2016**  
Fonte: arquivo próprio

## 2 DIVAGANDO COM APOIO DE OBJETOS E PENSADORES DIVERSOS

“É a riqueza de informações que eles portam que conduziu etnólogos como Jean Gabus (1965) ou Georges Henri Rivière (1989) a lhes atribuir a qualificação de *objetos-testemunhos*, que eles retêm uma vez que são expostos. Georges Henri Rivière até utilizou a expressão *objeto-símbolo* para designar certos objetos-testemunhos, cheios de conteúdo, que poderiam servir para sintetizar toda uma cultura ou toda uma época...” (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 79-80).

A fala acima, de Desvallées e Mairesse, encaixa-se à perfeição, e não seria diferente, com relação ao objeto que acima comentamos, o fuso de fiar, cedido por empréstimo, por Maria de Lourdes Barreiros Lima, a Lurdinha, moradora do Morro do Papagaio, desde agosto de 1996, e vem nos dizer de lugares distantes de Belo Horizonte, como as cidades de Minas Novas e Novo Cruzeiro, lá para os lados do Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha. Um objeto é formado em seu nascedouro pela sua matéria básica, aos poucos vai sendo acrescido de histórias, afetos e emoções. Iniciemos então com aquilo que em Museologia chamamos de *ficha técnica do objeto*. Não reproduziremos toda ela, mas é interessante a observação técnica para depois divagarmos nas implicações artísticas, sociais e patrimoniais:

1. Nome: fuso de fiar 2. Material: madeira 3. Medidas: 0,31m X 0,05m 4. Profundidade: 0,05m 5. Peso: 24g, sendo 21g de madeira e 3g de barbante de algodão. 6. Origem: Morro do Papagaio, Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte, Minas Gerais. 7. Procedência: Minas Novas, Minas Gerais. 8. Proprietário atual: Maria de Lourdes Barreiros Lima, desde 1982. 9. Proprietário anterior: uma tia da proprietária atual. 10. Fabricante: feitura artesanal realizada por Augusta Coelho de Souza no ano de 1980, mãe da atual proprietária, Lurdinha. 11. Descrição: haste de madeira com uma das extremidades pontiagudas. Em formato de flecha e a outra extremidade com a ponta arredondada. Sendo nesta, amarrado um cordão de algodão com 0,98m de comprimento. Na marca de 0,21 cm da haste está inserido um disco de madeira perfurado no centro, onde se dá o encaixe na mesma haste. O disco tem desgastes na madeira que dá a forma retilínea em uma de suas bordas. (acervo próprio)

Outras partes do documento de ficha técnica, de minha autoria, serão apresentados como parte integrante de nossas reflexões. A função básica de um fuso é ser um instrumento de tecelagem, nesse caso específico, de forma manual, artesanal. O fuso da Lurdinha encontra-se em bom estado de conservação, mas apresenta desgaste natural do uso e, lembrando que a madeira é material de desgaste lendo em trabalhos com fios, indicando um intenso uso em sua trajetória. Fabricado e apresentado por D. Augusta (1980) a uma irmã, que o doou a Lurdinha em 1982, quando esta completou oito anos de idade, com a finalidade de ser um incentivo ao aprendizado da arte de trabalhar o algodão, fiando o mesmo e transformando-o em fios, para que fossem tecidas as roupas e cobertas da família. Utilizado intensamente por longos anos, com a mudança de Lurdinha para Belo Horizonte, em 1995, ela o trouxe como forma de lembrar-se da Mãe e dos dez irmãos que ficaram em Minas Novas. Pouco utilizado desde então, ficou guardado em sua casa no Morro do Papagaio – Aglomerado Santa Lúcia, desde então.

Com a montagem de diversas exposições no MUQUIFU, em setembro de 2013, o fuso da Lurdinha foi cedido por empréstimo, fazendo parte da exposição *“Esperança: a Vila que nunca existiu?”*. De 15 de Janeiro a 28 de fevereiro de 2014 foi parte integrante da primeira exposição itinerante do MUQUIFU que se chamou *“Prima Mostra Itinerante Del Muquifu – Finestre, Storie e Memorie in Estinzione”*, no Palácio Liviano, Padova, Itália. Atualmente encontra-se em exibição no MUQUIFU na exposição *“Na fé da resistência, no aché do nosso canto”*, desde agosto de 2014.



**Fig. 4. Lurdinha, primeiro plano, na montagem da primeira exposição com o fuso, 2013**

**Fonte: arquivo próprio**

A palavra “fuso” possui diversos significados e significações ao longo do tempo. O movimento do fuso, uniforme, pode ser atribuído ao próprio universo, que gira em eterno movimento. A história mitológica de Platão, “O mito de Er”, contada no livro “A República”, é relatada a volta de algumas pessoas do mundo inferior, pois que já havia pagado os seus pecados, voltando à vida e após terem passado por um local onde estavam as filhas da Necessidade, as Parcas cantam e giram os fusos, tecendo o destino dos seres humanos, fiando e desfiando o tempo e a vida. São elas: Láquesis: o passado e Cloto: o presente e, por último, Átropos: o futuro.

O trabalho da tecelagem equivale a um eterno criar, a um parto, onde o cordão umbilical é cortado quando o tecido está pronto para a vida, para o uso e, nesse instante, a tecedeira corta o último fio que liga o novelo ao tecido. E aqui merece seja feita uma recordação própria desse autor, que trabalhou

como tecelão, em máquina industrial, e é impossível esquecer o grande prazer de trabalhar os fios, criando um tecido novo que brota nas suas mãos, e o êxtase ao terminar uma tecelagem, ao cortar o cordão umbilical.

Em sua grande maioria essa manufatura estava nas mãos das mulheres, destinando-se ao uso familiar, com a venda de ocasionais excedente. De forma bastante ocasional as mulheres eram auxiliadas por parentes homens na tecelagem. O fuso emprestado ao MUQUIFU pela Lurdinha, como é conhecida na comunidade a atual habilidosa cozinheira profissional, possui um belo histórico familiar e expositivo como mostrado na ficha técnica transcrita acima. Segundo Maria de Lourdes são muitas as famílias originárias de Minas Novas e Novo Cruzeiro (cidades vizinhas), que residem no Morro do Papagaio. Destas famílias várias conhecem, já trabalharam, ou ainda fazem trabalhos com o fuso e a tecelagem. Sua sogra veio de Novo Cruzeiro-MG e ainda é uma das detentoras do conhecimento da arte de fiar e tecer. Segundo ela, o custo dos produtos industrializados, e a leveza deles, são os fatores principais que levaram ao desuso da tecelagem familiar. Ela narra que muitas pessoas da região de Minas Novas-MG sempre se dedicaram à tecelagem. As mulheres da região eram chamadas de “casadas sem marido”, já que eles passavam a maior parte do ano trabalhando nos canaviais do Estado de São Paulo, e as mulheres passavam estes períodos fiando, tecendo e bordando as peças utilitárias. A região sempre foi conhecida pela excelente da produção de algodão, sendo durante muito tempo, exportadora para vários estados do Brasil, além de outros lugares do mundo. É o que lemos no texto a seguir, de Concessa Vaz de Macedo, que tão bem ilustra o fiar e tecer em Minas Gerais no século XIX e a seguir:

John Mawe, um dos primeiros viajantes estrangeiros a aportar no Brasil no início do século 19, já havia se referido ao **algodão de Minas Novas** como “igual em brancura e finura ao de Pernambuco, sendo transportado em lombo de burros ao Rio de Janeiro”, em grandes tropas (1978, p. 163). Alguns anos depois, os mesmos Spix e Martius, supra citados, referiram-se a essa fibra nos seguintes termos: “A maior quantidade desse artigo vai para o Rio de Janeiro, praça que é suprida exclusivamente por Minas Novas. Depois do algodão de Pernambuco é o de Minas Novas o mais apreciado no Brasil. Negociantes estrangeiros, através de seus agentes franceses e ingleses, vão a Minas Novas comprar enormes partidas de algodão para suas firmas” (op.cit., p. 50). [...] Para produzir tecidos, nada mais é preciso do que um simples fuso e uma armação conveniente para tecer. A natureza fornece as fibras, animal e vegetal, as quais reinaram soberanas até o raiar do século 20. Mas é o trabalho humano que faz brotar desses materiais e utensílios as comodidades mais elementares da vida, bem como as mais supérfluas, estas fruto da riqueza e glória dos poderosos. (MACEDO, 2003, p. 05).

Através dessa caminhada, desde tempos passados aos dias de hoje, percebemos que o fuso e o trabalho de fiação e tecelagem estão sempre relacionados à vida, suas etapas e seus movimentos. Desde a antiguidade fala-se em tecer o tecido da vida. Na favela do Aglomerado Santa Lúcia-Morro do Papagaio não seria diferente. Lurdinha nos diz que a vida na favela às vezes lembra a “maçaroca”, o embolado dos

fios que são produzidos com o fuso, onde os becos e caminhos de entrelaçam; onde a vida é tecida no dia a dia, emaranhada, desenrolada e “perdendo o fio às vezes”.

Ao falarmos de pessoas vivendo em sociedade falamos, é claro, de cultura, no seu sentido mais amplo e abrangente, é o reino do simbólico. Através de símbolos apreendemos e relacionamos as “coisas”, objetos tangíveis ou não, e que são instrumentos de informação e educação, enfim, de transmissão de conhecimento. Cultura é tudo que aprimora a vida das pessoas e se possível as levam ao encantamento e ao empoderamento, por se saberem parte da construção dessa mesma história e cultura. A história das pessoas é contada em nosso século XXI através de textos, mídias online, áudios, vídeos e outros meios diversos. A contação de memórias através de objetos necessita, nesse emaranhado de mídias, de muita criatividade, para que possa transmitir igualdade, pertencimento e identificação das pessoas, enquanto pertencimento seja sinônimo de autenticidade.

Um objeto artístico é recheado de signos, através da sua materialidade e daquilo que se lhe acrescenta a cultura, a sua história. Às vezes indago-me se toda produção de objetos é arte. Opto pelo sim! Objetos reúnem formas, materiais e técnicas. As relações sociais é que lhe atribuirão usos e significados diversos, e assim, tornando-se base material para ideias abstratas, capazes de evocar memórias e representar ideais e valores sociais.

A relação e memórias afetivas relacionadas a um determinado objeto vem desmistificar a ideia de que ele apresenta principalmente a sua face material. Na verdade um objeto com uma história passada nos auxilia a pensar os tempos a que chegamos no hoje, podendo assim investigar as possibilidades de um futuro, o design do futuro hoje, fundamental para que esse mesmo porvir seja bem edificado, de maneira sólida e não só feito de sonhos impossíveis. Ao ser colocado nos mais diversos contextos expositivos, o fuso e a almofada da Lurdinha, constroem narrativas variadas, que relacionam objetos variados e nos levam a pensar que contar essas histórias nos preservam, de forma saudável, para um devir com arte, deleite e sensibilidade.



Fig. 5. Exposição itinerante no Morro do Papagaio, 2016  
 Fonte: arquivo próprio

### 3 NO DESIGN DO FUTURO HOJE: PONTES, SONHOS E LIMIARES

“Nossas vidas, que o saibamos ou não e quer o saudemos ou lamentemos, são obra de arte. Para viver como exige a arte da vida, devemos, tal como qualquer outro tipo de artista, estabelecer desafios que são difíceis de confrontar. (...) Precisamos tentar o impossível.” (Bauman, 2009). A história de vida da Lurdinha e o seu fuso de fiar são obras de arte da vida. São percepções de que o futuro vem e pode ser bom, se lhe imprimirmos o tempo necessário à sua edificação.

Convivendo com a pandemia do covid-19 vamos sentindo que o ritmo das mudanças tende a ser colocado em movimento acelerado, como as águas dos rios nas turbulências e cachoeiras. Seja nas mudanças sociais, nas pesquisas científicas e nos novos significados que são atribuídos aos objetos e à consciência pública, temos que o deleite com as novas experiências seja reduzido, o que poderá trazer pensamentos não muito tranquilizadores, como as águas calmas de uma lagoa. Não podemos inferir quais serão as nossas recordações dessa época triste e diminuidora do convívio social. Como será que, no futuro, vamos rememorar essa que será, sem dúvida, uma lembrança um tanto quanto nebulosa e indefinida. Que a neurociência esteja correta quando nos lembra que nossas memórias são “seletivas”, e que esquecemos momentos de muitas dores; ou a dor do parto inviabilizaria o desejo na mulher de uma nova gravidez.

Ao levar o fuso e o tecido que o acompanha ao museu, Lurdinha nos faz pensar que os objetos nunca são somente aquilo que os identifica, como algo físico e material, constituído por determinada matéria prima e com este ou aquele uso pré-determinado. Os objetos, em especial aqueles em museus, retirados de sua funcionalidade, e sacralizados através da musealização, contam-nos histórias de vidas. Acervos museológicos revelam o intangível, que são as lembranças, as memórias de indivíduos de sociedades passadas. Estes objetos reportam-se ao presente, garantindo um futuro que vai conter a passagem de todos pelo mundo das Parcas de Platão, das lutas do passado, das memórias do presente e das (in)certezas que o fio da vida vai tecer no devir.

Carolina Maria de Jesus, doméstica e escritora, em seu texto *Onde estaes Felicidade?*, nos faz lembrar que “Não existe neste mundo, quem não acalenta um sonho intimamente. Quem não aspire possuir algo que lhe proporcione uma existência isenta de sacrifícios.” (JESUS, 2014). O exemplo dessa iluminada autora nos diz que o nosso futuro deve ser pensado como algo que nos leve a ausências de grandes sacrifícios e, assim como a Lurdinha, sonhar que, tecendo os fios da vida, podemos pintar paisagens de águas límpidas, intensas e ao mesmo tempo suaves. E que o design pintado para o futuro hoje seja de desenhos suaves, numa relação amorosa e afetiva com nossa Mãe Gaia, sem fragilidades e destruições.

#### 4 AGRADECIMENTOS

Fundamental agradecer sempre, na figura da Lurdinha, a todos aqueles que emprestam seus objetos e histórias aos museus de periferia, possibilitando que a sociedade hegemônica saiba dessas vivências e de sua importância na formatação de nossa sociedade atual, com valorização de todas as camadas que desenham nossa cultura, que não deveria ser em camadas, mas em um suave navegar, sem pré-conceitos e delimitações.

#### 5 REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

CHAGAS, Mário de Souza. *Água Salobra*. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial, 2015.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução e comentários: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. *Onde estaes Felicidade*. Dinha e Raffaella Fernandes, organizadoras. São Paulo: Me Parió Revolução, 2014.



2º Simpósio internacional em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade  
São João del-Rei, Brazil. 22, 23, 24 e 25 de novembro de 2021

MACEDO, Concessa Vaz de. *A Produção Artesanal De Fios E Tecidos Em Minas Gerais: Uma Indústria Feminina de Vanguarda Na Economia Mineira do Século Dezenove*. Belo Horizonte: UFMG/FAPEMIG, 2003. Disponível em [http://www.mao.org.br/wp-content/uploads/macedo\\_01.pdf](http://www.mao.org.br/wp-content/uploads/macedo_01.pdf)

## Paisagem do ferro e seus monumentos entrópicos

### *Iron landscape and its entropic monuments*

AMARANTE, Bruno.

*Doutorado, Prof. Adjunto do Curso de Artes Aplicadas da UFSJ, bamarante@ufsj.edu.br*

#### RESUMO

Partindo da observação das paisagens minerárias do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, este artigo coloca em análise as transfigurações do território pela ação da indústria mineradora do ferro e expõe uma leitura crítica, artística e política destes cenários. Por detrás da subtração da paisagem original, acumulam-se contrassensos e mazelas deixadas sobre o território e que devem ser compreendidas como tortuoso patrimônio que se forma. Máculas que marcam o solo palpável e visível dos morros e serras, chagas sentidas no físico e na alma do corpo social. O relevo transfigurado, inerte e estéril, torna-se o próprio lugar de memória deste tempo: monumentos entrópicos da paisagem do ferro.

**PALAVRAS-CHAVE** Paisagem, mineração, entropia, memória, futuro, monumento.

#### ABSTRACT

*Starting with the observation of the mining landscapes of the Iron Quadrangle of Minas Gerais, this article analyses the transfigurations of the land by the action of the iron mining industry and presents a critical, artistic, and political reading of these scenes. Behind the subtraction of the original landscape is an accumulation of contradictions and wounds left on the land, which must be understood as a tortuous heritage that is shaped. Blemishes that stain only what is visible and tangible of the hills and ranges, sores felt in the physique and soul of the social body. The transfigured terrain, inert and barren, becomes the place itself of memory of these times: entropic monuments of the iron landscape.*

**KEY-WORDS** *Landscape, mining, entropy, memory, future, monument.*

## 1 INTRODUÇÃO

As paisagens são configuradas pelo resultado da interação entre o meio natural preexistente com as sociedades que ocuparam e ocupam determinado espaço ao longo do tempo e os cenários conformados passam ser como o reflexo destas interações e das próprias sociedades. Elas acumulam os objetos sociais e as transformações impostas ao meio, servindo como testemunho à compreensão da dimensão cultural e suas especificidades, em outras palavras, são a manifestação da soma do tempo geológico, natural e cultural, desvelando-se como representações sintomáticas de um território. Como descreve Jean-Marc Besse é “espaço objetivo da existência”, é “a ordem do mundo que se faz visível” (BESSE, 2006, pg. 21 e 38), ou como resume José Miguel Wisnik em *Maquinação do Mundo*: “essa

entidade é um composto da topologia, dos elos entre as coisas e os viventes dimensionados no espaço e no tempo, dos embates que se mostram e que se escondem na paisagem, e das ficções reais que a povoam.” (WISNIK, 2018, p. 71)

Partindo destas considerações, o foco deste estudo se converge para as paisagens minerárias que estão se conformando sobre o território do Quadrilátero Ferrífero Mineiro e propõe revelar uma fotografia complexa e ofuscante imposta nesse espaço. A partir de um pequeno recorte, traz à luz alguns fatos que testemunham a inconsequente gestão, ecológica, econômica, política, sobre os recursos naturais desta região, fortemente envolvida com a extração do minério de ferro. Como denuncia e alerta para a certa projeção de um cenário de alta entropia<sup>1</sup> que irá se consolidar caso não sejam revistas às dinâmicas exploratórias estabelecidas.

Entre os anos de 2016 e 2019, na ocasião da minha pesquisa de doutorado, concentrei meus estudos na compreensão da situação minerária do Quadrilátero Ferrífero. Percorri o território, estive em várias minas, vilarejos, povoados e cidades onde há ou houve a presença da mineração de ferro. Analisei documentos, livros e pesquisas acadêmicas com distintas abordagens sobre o assunto, e como era de se esperar a leitura destas “paisagens” revelou uma situação preocupante.

A extração do minério é uma atividade altamente impactante e seus efeitos são sentidos tanto no ambiente natural, com a destruição da vegetação, perda dos ecossistemas, poluição e desvio de cursos d’águas, rebaixamento do lençol freático e escassez de água, quanto na esfera social, ocasionando desterritorialização, gentrificação, desmantelamento cultural e comunitário, dependência econômica seguida de estagnação, dentre outras mazelas. Sem esquecer que ambiente natural e social se configuram como sistemas interligados.

O modelo da mineração de ferro estabelecido pela engrenagem geoeconômica, opera alheio às consequências danosas que ocasiona ao território e joga à revelia a eminente escassez deste capital natural. O minério de ferro é rapidamente devorado e incorporado na cadeia macroeconômica e deixa para trás o micro, seu território de origem. Permanecendo esta dinâmica, em curto espaço de tempo, terá suas jazidas exauridas e restará um território arrasado de herança às próximas gerações. Este panorama é real e alarmante.



Figura 1. Belo Vale, MG. Bruno Amarante, 2018.

## 2 CONTEXTO E CONTRASSENSOS

O Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais está localizado na região centro-sudeste do Estado, detém as maiores reservas de minério de ferro do Brasil, 74,4% segundo o último Sumário Mineral de 2018, ano de referência 2017 (JESUS, 2018, p. 111) e caracteriza-se por ser a maior área de concentração de mineração a céu aberto do planeta (CARSALADE, ACCIOLY E OLIVEIRA, 2012). Seu nome deve-se ao polígono quadrangular formado abstratamente sobre sua delimitação geográfica, que abarca as Serras do Caraça, Ouro Branco, Moeda, Piedade, Rola-Moça e Serra do Curral, além de ser esta região geologicamente formada por ricas jazidas de minério de ferro. Em seu território, de 6.500 quilômetros quadrados, encontra-se a cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, e outros importantes municípios representantes da história econômica e cultural do Estado.

Minas Gerais responde por cerca de 65% da produção de minério no país. De tudo que é explorado, praticamente 80% é destinado à exportação (JESUS, 2018). A participação da extração do ferro na economia do Estado é significativa e é responsável pela principal fonte de entrada de receitas nos municípios mineradores (ENRÍQUEZ, 2007, p.348). Esses dados que à primeira vista são expressivos para a economia regional não devem ser tão celebrados e revelam pontos delicados desta realidade.

### **Políticas do setor e a fuga de capital**

Pode-se dizer que houve um período em que o pensamento de desenvolvimento econômico vinculado à industrialização era a pauta preterida, como quando fora criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a própria Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje denominada como Vale. Infelizmente as políticas internas e externas vêm traçando caminhos que, a cada dia, favorecem mais o modelo de indústria primária, exportadora de matéria prima e de nossas riquezas.

A Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada em 1997 no governo de Fernando Henrique Cardoso, seguindo o Programa Nacional de Desestatização (PND), passando para empresa de capital aberto com acionistas estrangeiros e brasileiros. Comento que tal privatização foi um assalto às riquezas do país, sendo a empresa vendida por R\$3,3 bilhões enquanto suas reservas minerais batiam na casa do R\$100 bilhões na mesma época. No balanço referente à 2017 a empresa declarou o lucro líquido de nada mais nada menos, R\$17,6 bilhões, mais de cinco vezes seu valor de venda. O fato da privatização alterou fortemente a dinâmica exportadora da empresa, que se reestruturou priorizando as exportações, investindo na melhoria do sistema mina-ferrovia-porto para baratear e aumentar a capacidade de escoamento do minério de ferro. A partir desse ano, a então VALE S.A. veio sequencialmente batendo recordes de exportação e lucro líquido.

Com o aumento da produtividade da empresa, o fluxo de arrecadação pelo estado de Minas Geras e União poderia ter atingido montantes consideráveis se não tivesse sido sancionada a Lei Kandir (Lei complementar nº87/1996, elaborada pelo então deputado Antônio Kandir) que, não por acaso, passou vigorar no mesmo ano da privatização da CVRD. A lei configura um dos maiores contrassensos existentes dentre os mecanismos de conversão de riquezas para o país, pois extinguiu a tributação sobre a exportação de produtos não industrializados, dentre eles o minério de ferro. Alguns defendem que a lei serviu para alavancar as exportações brasileiras, mas na verdade serviu mesmo para nos desfazermos de um capital nacional sem o devido retorno de seu valor.

A taxa sobre a indústria primária de matéria prima tornou-se bem menor do que as incidentes sobre produtos industrializados. As indústrias de transformação, que geram relativamente mais emprego, investimentos em tecnologia e pesquisa de ponta, em qualificação de mão de obra e cursos técnicos, pagam mais do que o dobro de impostos sobre sua atividade do que as mineradoras pagam sobre a exportação do minério de ferro.

Além desse disparate de incentivos à extração primária, outro ponto incoerente quanto à taxaço refere-se ao valor da cobrança sobre as compensações sobre a atividade mineradora, conhecidas como *royalties*. No Brasil essa compensação é denominada como CFEM (compensação financeira pela exploração dos recursos minerais) e varia de acordo com o tipo de mineral. No caso do minério de ferro a alíquota da CFEM era de 2% até final de 2017, sobre o faturamento líquido, passando para 3,5%, a partir de então, sobre o faturamento bruto. Apesar do aumento, o valor dos *royalties* no país é bem inferior do que de outros. Na Austrália, um dos maiores produtores de minério de ferro do mundo, as compensações sobre a extração do ferro podem chegar à 7,5%, já no Canadá chegam à 13%, lembrando que nosso minério é de qualidade superior do que nestes países.

Outra via de arrecadação sobre a produção do minério de ferro advém da tributação sobre o lucro das empresas, pelo Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica e pela Contribuição Social sobre Lucro Líquido, que somados chegam em 34%, sendo que essa alíquota incide sobre todas as empresas, não só as mineradoras. Mas a respeito dessa taxaço há algo muito sério e obscuro que acaba gerando voluptuosas fugas de capital dos cofres públicos e deve ser denunciado: o subfaturamento das exportações do minério de ferro por parte das mineradoras.

Segundo a pesquisa “Mensuração da Fuga de Capitais do Setor Mineral do Brasil” (MORLIN, 2017), que denuncia o subfaturamento do setor minerário, tal prática ocorre pela incorreta declaração dos valores de exportação do minério de ferro. Uma das formas utilizadas na pesquisa foi confrontar os valores médios da exportação registrados pelas autoridades nacionais com o valor médio da *commodity* na cotação internacional. Esse confronto foi feito durante o período de 2009 a 2015. Constatou-se que na média do período o valor declarado referente às exportações oscilou entre 10 e 25% abaixo do valor de mercado do minério de ferro. Como a declaração do valor exportado depende de inúmeras variáveis, como o teor da concentração de ferro no minério e custos do transporte por exemplo, as empresas acabam burlando os números e subfaturando suas receitas.

O montante perdido em recursos tributários entre 2009 e 2015, como apresenta a pesquisa, “foi de US\$ 13,305 bilhões em todo o período. Esse valor representou em média uma perda de arrecadação anual de US\$ 1,900 bilhões” (MORLIN, 2017, pg.33.), referente somente ao minério de ferro. Sobre os absurdos desta questão, Guilherme Morlin comenta:

Enquanto isso, alguns indivíduos ou empresas multinacionais acumulam a riqueza evadida em jurisdições sigilosas, o que, por sua vez, contribui para o aumento das desigualdades. O Brasil também tem sido afetado por esse fenômeno.

[...] os poucos estudos sobre o tema que abordaram o caso brasileiro indicam que a fuga de capitais e o faturamento comercial indevido são um problema de grande dimensão no País. Esse fato é corroborado pelos resultados do presente estudo, que encontrou perdas elevadas mesmo focando na fuga de capitais ocorrida nas exportações de um único produto. (MORLIN, 2017, pg. 40).

Somente por estas questões fiscais e desestatizantes apresentadas até o momento, fica explícito o quanto a Nação vem perdendo com as exportações do minério de ferro e, mais claro ainda, quanto o modelo contemporâneo da mineração tornou-se um mecanismo de usurpação das riquezas nacionais. Tristemente, as mazelas e contradições não se findam no campo econômico e se espalham para a esfera social e ambiental com os mais diversificados prejuízos.

### **Recorte Socioeconômico – dependência e estagnação**

O território, imbricação da vida social e o meio natural, vem absorvendo os impactos da ação minerária e se transformando, sofrendo consequências no presente e projetando um futuro com péssimas perspectivas.

Algo alarmante que espreeita o futuro dos municípios mineradores deve-se à sua atual dependência financeira dos *royalties* do minério, questão para a qual deveriam ser tomadas iniciativas políticas contundentes para evitar o colapso econômico destas cidades num horizonte não tão longe.

Analisando o estudo *Maldição ou Dádiva: Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira*, tese de Maria Amélia Enríquez, pode-se constatar graves problemas que ocorrem na esfera socioeconômica nos municípios de base mineradora, pois, como ela destaca “diferentemente da questão ambiental, ainda não há um aparato legal e institucional consolidado (mecanismos indutores)” (ENRÍQUEZ, 2007, p.28) que conduza a aplicação dos recursos oriundos da mineração em programas de diversificação do desenvolvimento econômico à parte da extração mineral. Dessa forma, como na maior parte dos exemplos analisados pela pesquisadora, as cidades tornam-se altamente dependentes da mineração e sofrem (e sofrerão) impactos significativos na medida que ocorre a desmobilização das mineradoras com o esgotamento das minas. Como ela relata:

Os avanços ocorridos na regulamentação e no disciplinamento da dimensão ecológica não têm se dado com a mesma velocidade para a dimensão socioeconômica, uma vez que as regras do que deve ser uma mineração socialmente sustentável são inexistentes ou muito frágeis. Esse quadro pode comprometer seriamente a possibilidade de a mineração deixar um legado de sustentabilidade para as gerações futuras. (ENRÍQUEZ, 2007, p. 347)

Pode-se dizer, por um lado, que a instalação de grandes empreendimentos minerários em determinada região irá promover o desenvolvimento econômico, ampliando a empregabilidade, e

facilitar o acesso das comunidades à serviços básicos de educação e saúde, geralmente melhorando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) destes locais. Contudo, não pode deixar de ser observado que tais índices são momentâneos e pouco realistas – comunidades tradicionais que possuem terra, plantam e trocam alimentos, e, principalmente, mantêm seus costumes, modos de vida e elevado índice de satisfação, geralmente possuem baixíssimo IDH - conquanto, as transformações (sociais e ambientais) sofridas pelos municípios para se adaptarem à instalação das mineradoras, que têm tempo programado para encerramento de suas atividades, são duradouros e irreparáveis.

Por um panorama geral, normalmente as minerações no estado de Minas estão localizadas em vilas e cidades de pequeno porte, geralmente de economia agrária ou às vezes mista, subsistindo também pela atividade do turismo. É característico em Minas que as mesmas regiões onde encontram-se as jazidas de ferro sejam detentoras de belos patrimônios naturais e históricos, recebendo assim grande fluxo de turistas.

É indiscutível o quanto a dinâmica econômica destas localidades é alterada com a instalação e presença da mineração. Além da contribuição da CEFEM (60% para municípios produtores e 15% para municípios afetados pela mineração) que passa para os caixas das prefeituras, tornam-se fonte de recursos todas as atividades que giram entorno dos empreendimentos extrativos, como setores de manutenção de equipamentos, de transporte do minério, serviços básicos à população que migra para a região, como moradia, alimentação etc. Essa movimentação de recursos acaba gerando, em efeito cascata, maior arrecadação de impostos incidentes sobre serviços e comércio, aumentando também os repasses do governo estadual para estes municípios.

Dessa forma, rapidamente a economia torna-se prioritariamente dependente da atividade mineradora e a dinâmica local passa a viver em torno da presença da mineração. Contraditoriamente como se pode constatar, ao mesmo tempo em que os empreendimentos minerários se tornam as principais fontes de recursos das cidades não é praxe a aplicação efetiva destes na diversificação da economia local (ENRÍQUEZ, 2007). Dessa forma, é comum que após o descomissionamento das empresas - que abandonam a localidade depois de exauridas as jazidas - a comunidade não consiga manter a sustentabilidade econômica, passando a ser assolada pela estagnação econômica.

Ademais à economia, a presença da mineração promove total desconfiguração da rede social, cultural, territorial, ambiental, política, dentre outras, nas localidades nas quais se estabelece. Como nos descreve Flávio Lemos Carsalade:

A mineração é capaz de alterar substancialmente a estrutura e configuração de agrupamentos sociais e comunidades, visto que reconfigura o território por completo e suas relações, (des)construindo referências espaciais e culturais. Há situações onde observamos a completa destruição de lugares, desvinculando as raízes e identidade de famílias e grupos com o lugar. (ACCIOLY, 2012, Apud: CARSLADE, 2012.)

Essa desvinculação ocorre pela desterritorialização do espaço, com a compra de grandes áreas pelas empresas mineradoras, ou pela especulação imobiliária das regiões centrais das cidades, acarretando a gentrificação desses centros. Este processo é complexo (se não perverso) e atinge as famílias originárias de baixa renda, obrigando-as a mudar para zonas periféricas, perdendo o vínculo com o espaço, com a comunidade, com suas raízes e referências culturais.

Gradualmente, também ocorre o desmembramento dos costumes regionais, uma vez que grande volume de pessoas migra para estas cidades como mão de obra, interferindo nas dinâmicas locais, das crenças, costumes e mesmo da língua. A desconfiguração é total e em pouco tempo tradições e vínculos sociais são dissolvidos ou transformados. Ao passar dos anos tais desmembramentos tornam-se cada vez mais assimilados e as lembranças mais fugidias. As cidades transformadas em outras cidades perdem seus referenciais arquitetônicos, culturais, sociais, naturais e sua memória.

### **3 ESPAÇO TRANSFIGURADO: MONUMENTOS DA ENTROPIA**

As determinações sobre esse espaço minerário, como já colocado, estão atreladas à dinâmica do mercado mundial para qual o minério de ferro detém papel fundamental - é a matéria prima base de qualquer processo de transformação industrial. Por essa ordem, constata-se que a sociedade local quase não tem poder nem interferência no processo de exploração. Pode-se dizer que se mantém mesmo alienada e privada das determinações sobre a condução do uso deste capital natural. Milton Santos comenta que “muitas das ações que se exercem num lugar são produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra. [...] é o que se poderia chamar de alienação regional ou alienação local...” (SANTOS, 2014, p. 80).

Fazendo essa relação com as forças determinantes da macroeconomia e com o modo de percepção das paisagens minerárias, vejo que nessa dinâmica globalizada, somos o “ponto preciso da superfície da Terra” que se configura como reflexo e “resposta localizada” desse processo macroeconômico.

### Sensibilizações poéticas sobre o espaço

Refletindo sobre a potência da imagem da mineração e sua capacidade de sensibilização, no sentido em que ela pode penetrar à consciência e abalar o espírito do ser - é dramática e comovente - trago o belo registro feito por José Miguel Wisnik relatando o momento quando chegara pela primeira vez em Itabira, MG, para a ocasião do Festival de Inverno da Cidade em 2014, e se deparou com a imagem minerária:

Chegar a esse lugar é sentir, de fato, o impacto da geologia e da história, acopladas. Algo de alucinado se passou e se passa naquele sítio, implicando uma torção desmedida entre a paisagem e a máquina mineradora, com quantidades monstruosas de ferro envolvidas. Há no ar a sensação de que um crime não nomeado, ligado à fatalidade de um “destino mineral”, foi acometido a céu aberto. (WISNIK, 2018, pg. 29)

A força da paisagem, sua imagem, fora tão impactante que, a princípio, o que levava Wisnik à Itabira, o Festival de Inverno, passou ser o acaso de “efeitos inesperados”, como ele comenta, que desencadearam a elaboração de um projeto bem maior. Wisnik explica que “na cidade natal de Carlos Drummond de Andrade as marcas do passado, assim como sinais contemporâneos gritantes, pareciam estar chamando, todos juntos, para uma releitura da obra do poeta” (WISNIK, 2018, pg. 27). Dessa vontade, Wisnik deu início então a uma profunda pesquisa sobre a obra de Carlos Drummond de Andrade relacionando-a concomitantemente à história da mineração em Itabira, que culminara com a produção do livro *Maquinação do Mundo: Drummond e a Mineração*.

A imagem minerária também me abala profundamente. E de mesmo modo, estas “marcas do passado, assim como sinais contemporâneos gritantes” se tornaram o motivo de partida para uma pesquisa teórica e artística que resultaram em minha Tese de doutorado.

A produção artística culminou na montagem de uma exposição composta por vinte esculturas em cerâmica, várias fotografias, alguns poemas e um vídeo artístico chamado TREM DE FERRO. É interessante dizer que esse conjunto de obras tem papel importante como ferramenta de discussão sobre o tema da mineração, pois toca o público de forma diferente, fazendo este contato através da imagem. Não só a imagem documental que leva a paisagem transfigurada para dentro da galeria, mas a visualidade das peças que mostram uma leitura poética de sensibilização sobre o espaço.

Algumas esculturas apresentam a repetição formal dessa topografia maquinada e a imagem criada, que repete a forma das curvas de nível dos cortes em bancada, se coloca como projeção futura de todo o território (figura 2). Contudo, os motivos desta repetição ultrapassam a literalidade do espaço real e se alinham à minha objeção ao estado compulsivo de exploração dos recursos naturais inerente

ao paradigma do crescimento econômico. Em outros termos, a replicação destas curvas sobre o trabalho escultórico vem como imagem da alucinação exploratória que insiste ignorar a limitação biofísica do planeta. Nesse sentido, a repetição das curvas se apresenta como metáfora da inconsequência, do abuso, do delírio. Inclusive, em flerte com o delírio, opticamente a repetição da forma nas esculturas pode promover o embaralhamento da visão, que não tem um ponto referencial fixo em meio ao insistente movimento.



**Figura 2. "Projeções", 2019. Cerâmica com esmalte de minério de ferro.**

**90x76cm. Bruno Amarante.**

Ao compreender o impasse ambiental no qual o estatuto geoeconômico está preso, outras duas imagens passaram ser recorrentes ao meu processo criativo e acabaram se tornando motivos para a realização de outras esculturas: uma a figura da espiral, da elipse, e a outra a imagem mítica da Torre de Babel.

Partindo da referência elíptica, realizei o trabalho EXAUSTÃO (Figura 3) que se assemelha a forma de uma paisagem em espiral, como uma cava de minério exaurida. O caminho percorrido seguindo suas curvas chega ao centro da escultura e se finda numa depressão plana. A elipse faz jus à objetividade do findável, referência à insustentabilidade do processo exploratório mineral que mira o colapso.



**Figura 3. "Exaustão", 2019. Cerâmica com esmalte de minério de ferro. 96x96cm. Bruno Amarante.**

De modo parecido a figura da Torre de Babel representada pela escultura (Figura 4), vem à narrativa poética através de seu sentido emblemático colocando-se como imagem reflexiva diante os abusos da sociedade capitalista e industrializada sobre o planeta. O mito é uma figura de linguagem didatizante adaptada à realidade contemporânea e se põe a interpelar os excessos e desordem sobre o espaço humano/terreno. A imagem babélica muito tem a ver com a paisagem minerária objeto desta pesquisa, se não, é a própria paisagem a imagem do mito contemporizado representativa do caos instituído.



Figura 4. "Babel", 2019. Cerâmica com esmalte de minério de ferro. 45x55x55cm. Bruno Amarante.

### O espaço como memória

Das inquietações que se originaram com a pesquisa, algo recorrente é a indagação sobre que tipo de “patrimônio” está se consolidando sob essa era minerária e qual herança será deixada às próximas gerações.

Enfatizo a importância de compreender a volumetria desta reação que se acomete sobre o território oriunda do processo atual da mineração, que, como já testemunhado, se interpõe sobre diversos extratos do espaço, interligada às esferas do natural ao social, político e estratégico. Tão grande é a magnitude de interferência sobre o espaço, que a ação minerária deve ser percebida como um agente histórico atuante no presente e determinante das projeções futuras sobre este lugar.

Por conseguinte, a paisagem como ente topológico que concentra em sua materialidade a soma das interações entre o meio natural e social torna-se imagem representante deste regime exploratório, carregando as marcas de diferentes tempos históricos. Observar as paisagens minerárias do Quadrilátero Ferrífero é estar diante a símbolos representativos desta história. Assim, ciente de que tais símbolos estão cravados no relevo de maneira irreparável e que suas imagens vão se perpetuar chegando às próximas gerações, coloco que as paisagens minerárias do ferro se configuram como monumentos históricos, ícones mnemônicos que denominei como Monumentos Entrópicos.

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Trazer à tona estas questões, é uma maneira de organizar micropolíticas para contribuir com a conscientização sobre as mazelas instauradas pelo modelo minerário atual e denunciar os absurdos acometidos sobre o território. Para pensar em mundos possíveis com a mineração de ferro, há de se radicalizar os modos exploratórios e compreender que os prejuízos ambientais e sociais são irreparáveis, absurdamente maiores do que os recursos financeiro que ficam no local. É preciso compreender que o minério é um patrimônio nacional e, conseqüentemente, um capital dos brasileiros que deve ser utilizado de forma racional em prol do desenvolvimento humano e econômico. Na medida em que as reservas vão se exaurindo, o patrimônio público vai diminuindo e caso esse capital não seja reempregado no país possibilitando a geração de mais riqueza para recompor seu valor originário, o Estado acaba se tornando mais pobre que antes.

Creio que neste percurso histórico da mineração do ferro, o momento atual representa o ponto fulcral de tomada de decisão: ou se opta pela preservação das reservas numa perspectiva de proporcionar às próximas gerações a oportunidade de usufruírem deste capital natural ou continuaremos rapidamente enriquecendo mineradoras e acionistas mundo afora, recebendo em troca toda devastação socioambiental e um chão exaurido e sem mais valor.

É notável dizer que minerar é algo intrínseco ao processo evolutivo da humanidade, inclusive determinando nomes de períodos (paleolítico, idade da pedra lascada, neolítico, pedra polida, idade do bronze, idade do cobre, idade do ferro) que marcaram mudanças técnicas e culturais. Não é exagero afirmar que somos dependentes da mineração sendo que tudo que nos circunda e produzimos materialmente, dos alimentos aos satélites, das moradias aos computadores, tem relação com a mineração. É lúcido fazer tais constatações, pois reconheço tal dependência e sei que é praticamente impossível mantermos o mínimo de conforto e garantias vitais à sociedade sem continuarmos utilizando os recursos minerais. Porém, não é esse o ponto de discussão e sim como “estamos” conduzindo a exploração mineral.

Por último outro ponto que devemos considerar para pensarmos em mundos possíveis, seja com a mineração do ferro, seja com a utilização dos recursos naturais de forma mais generalizada, é a necessidade de quebrar o paradigma do pensamento econômico quanto à eterna busca de crescimento ou como refere-se o termo a “*Growthmania*” (CECHIN, 2010, pg. 141). Principalmente,

porque este vício de crescimento está pautado, quase que exclusivamente, no consumo de bens materiais.

Posta a limitação dos recursos naturais e os inúmeros alertas sobre o esgotamento do planeta, ironicamente a condição atual mostra o paradoxo no qual o mundo econômico se encontra, em que as consequências ambientais do crescimento econômico, num sistema de alta entropia, caminham para obstaculizar o próprio crescimento por sua autóctone insustentabilidade. Uma trajetória elíptica que caminha cada vez mais rápido para alcançar o colapso.

Pensar em mundos possíveis do amanhã, parte em compreendermos a insustentabilidade dos modelos instaurados, econômicos e minerários, e assimilarmos uma transformação radical dos modos de agir, pensar e atuar no mundo, consolidando nossas micropolíticas do hoje.

## Notas

---

<sup>1</sup> Entropia, segunda lei da termodinâmica, vinculada à física, explica a tendência de dissipação de calor de um determinado sistema, sendo que a energia dissipada não pode ser reincorporada ou reaproveitada, tornando-se perdida, descartada, como o calor dissipado de um motor a combustão que não foi utilizado para gerar trabalho e é perdido. O termo também passou ser utilizado como sentido de desordem, degradação ou caos. Ao mesmo tempo, grosso modo, entropia tornou-se uma metáfora associada ao processo econômico referente a entrada e saída de matérias deste sistema, como: entrada de matérias primas mais energia, saída de produtos mais a de rejeitos. Estes rejeitos, em todas as suas formas, são como o calor dissipado que não pode mais retornar ao processo, e são descartados no meio ambiente. Essa associação da entropia à economia, foi proposta na década de setenta pelo matemático e economista Nicholas Georgescu-Roegen. Mais sobre o assunto pode ser consultado na obra “A Natureza como Limite da Economia” de Andrei Chechin (CHECHIN, 2010).

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, S. M. L. Uso futuro de áreas mineradas e o meio urbano: O Caso de Águas Claras. Belo Horizonte: dissertação. Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentado—MACPS/UFMG, 2012.

BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CARSALADE, Flávio L.; ACCIOLY, Sabrina M. L. e outros. Mineração em Minas Gerais território e paisagem cultural. Belo Horizonte: artigo. I seminário de reconversões territoriais, 2012.

CHECHIN, Andrei. A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Ed. SENAC SP/EDUSP, 2010.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia R. da S. Maldição ou dádiva: os dilemas do desenvolvimento sustentável à partir de uma base mineira. Tese de doutorado. Centro de desenvolvimento sustentável da UNB. Brasília, 2007.

JESUS, Carlos Antônio Gonçalves de; JOAQUIN, Leandro Galinari. Ferro in: Sumário Mineral. Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2018.

---

MORLIN, Guilherme. Mensuração da Fuga de Capitais do Setor Mineral do Brasil. *Red latinoamerica por Justiça Económica y Social* LATINDADD, 2017.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

WISNIK, José Miguel. Maquinação do Mundo: Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

## Para além de um arquétipo de cidade: um paralelo entre a mercadorização e a apropriação do espaço urbano público contemporâneo

*Beyond a city archetype: a parallel between a market-based city and the appropriation of the contemporary urban public space*

GONÇALVES, Thais de Almeida.

*Mestra Interdisciplinar em artes, urbanidades e sustentabilidade, thais.dagoncalves@gmail.com*

### RESUMO

Pensar o urbano como palco para a dimensão subjetiva da vida nas cidades é um caminho para se refletir sobre uma identidade, uma história, uma linguagem, uma cultura, isto é, uma urbanidade. A rua, como *locus* da vida urbana, apresenta-se como possibilidade de resistência às ordens tácitas da cidade, construídas em função de sistema um econômico mercadológico e funcionalista. Em tempos no qual o “público” é posto em xeque, observar a cidade através de outras linguagens, como a fotografia, a performance e as intervenções urbanas, se mostra como uma ampliação de um arquétipo de cidade como mero instrumento de consumo e lugar de passagem. A partir do estudo de intervenções urbanas temporárias, na forma de práticas fotográficas e intervenções urbanas performáticas, este trabalho se estruturou metodologicamente na análise dos processos e vestígios dessas práticas, objetivando investigar a forma como a cidade se permite ou não ser apropriada. Assim, o que se nota nessas ações é uma busca por uma reinvenção da vida nas cidades, que se incorpora na lógica de acumulação capitalista ao mesmo tempo em que procura subvertê-la.

**PALAVRAS-CHAVE:** intervenção urbana, artes, urbanidades.

### ABSTRACT

*Thinking about the urban as the space of the subjective dimension of city life, is a way to reflect about an identity, a history, a language, a culture, that is, an urbanity. The street, as the locus of urban life, presents itself as a possibility of resistance to the tacit orders of the city, built in function of a market-based and functionalist economic system. In times when the “public” is put in discussion, observing the city through other languages, such as photography, performance and urban interventions, shows itself as an expansion of a city archetype as a mere instrument of consumption and place of passage. From the study of temporary urban interventions, in the form of photographic practices and performative urban interventions, this work was methodologically structured in the analysis of the processes and vestiges of these practices, aiming to investigate how the city allows itself to be appropriate. Thus, what is noted in these actions is a search for a reinvention of life in cities, which incorporates the logic of capitalist accumulation while trying to subvert it.*

**KEY-WORDS:** urban intervention, arts, urbanity.

## 1 APRESENTAÇÃO

Este artigo<sup>1</sup> resulta de parte do processo de pesquisa de mestrado desta autora, desenvolvida sob a perspectiva dialética entre “consumo do espaço” e “consumo no espaço” (GONÇALVES, 2019). A

partir de uma abordagem das relações humanas na sociedade contemporânea, por meio do aprofundamento na discussão acerca do espaço social, das urbanidades, da sociedade de consumo, da apropriação do espaço público urbano e do cotidiano, sua dissertação, assim como este artigo, buscou discutir a rua, como *locus* da vida urbana, tida nesta análise como metonímia para esses espaços de convívio por meio da relação arte-cidade e suas utopias.

Dessa forma, essa proposta se insere como um convite à reflexão sobre a relação entre imagem e movimento na cidade, em uma busca de uma tomada de consciência do que de fato compreende o urbano e sua materialidade e quais as suas potencialidades e devires, a partir da análise de intervenções urbanas temporárias e seus reflexos no tempo, no sujeito e no espaço.

## 2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento deste estudo utilizou-se a revisão bibliográfica e a pesquisa documental em fontes primárias e secundárias, intervenções urbanas de ocupação de espaços públicos como ponto de partida para as discussões teóricas e a fotografia como linguagem de registro dessas ações.

Assim, o objetivo geral deste debate é, portanto, discutir as intervenções urbanas “Cidades (In)visíveis” e “Café na Estação” e seus reflexos no tempo, no sujeito e no espaço a partir do conceito de utopia (BOFF, 1997; LEFEBVRE, 2001; GALEANO, 1993), buscando-se explorar, acima de tudo, um olhar crítico sobre as cidades, colocando em foco a problemática do uso e apropriação dos espaços públicos na contemporaneidade.

## 3 DA UTOPIA À PRÁTICA URBANA

Utopia, literalmente, significa: “de nenhum lugar”. Utopia é a descrição de um estado ideal da condição humana, pessoal e social, que não existe em nenhum lugar mas serve para relativizar qualquer tipo de sociedade, criticá-la e também impulsioná-la para que se modifique e se oriente na direção do ideal apresentado. A utopia representa a realização plena de virtualidades presentes dentro da vida. Nesse sentido, o utópico pertence ao real, na sua dimensão possível e virtual (BOFF, 1997, p. 205-206).

Se pensarmos o espaço urbano sob a ótica de decifração de signos, poderíamos falar da fruição das cidades a partir de uma experiência não só corporal como também estética. Andrade e Speglich (2015) nos propõem uma releitura de mundo a partir do questionamento das fixações representativas dos signos enquanto formas escritas. Se pensada de maneira aplicada ao espaço

urbano, essa análise traz à luz uma possibilidade de discussão de sua produção para além de uma noção funcionalista. Falar-se-á de um exercício imagético de uso e apropriação das cidades, pela transgressão de uma função esperada e específica da linguagem representacional. Algo que está presente nas análises acerca das ocupações de espaços através de intervenções efêmeras, as quais aqui também estão incluídas as práticas fotográficas e performáticas. Essas questões podem ser relacionadas à concepção de “urbano”, teorizada por Henri Lefebvre (2001).

Lefebvre (2001) observa dois fatores que encerram “o urbano”: seu valor de uso e a sua realização prático-sensível. Essas questões nos fazem observar as cidades sob a forma de uma rede de dinâmicas espaciais, políticas, sociais, culturais, históricas, econômicas, dentre outras: a cidade como um processo relacional.

Ao debater a relação entre “organização” e “produção” das cidades, Ana Fani Carlos (2017) evidencia a dimensão espacial das relações sociais, de modo que a espacialidade seja imanente à constituição da sociedade. Na perspectiva da autora, é necessário um movimento em direção ao conteúdo social das espacialidades que se constituem nas cidades:

as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana, envolvendo um determinado dispêndio de tempo que se revela como modo de uso do espaço, em dois planos: o individual (que se expressa, em sua plenitude, no ato de habitar) e o coletivo (a realização da sociedade), portanto, na dialética entre o público e o privado. A noção de produção, nesta perspectiva, abre-se para a noção de apropriação, revelando-se em atos e situações. O uso se realiza através do corpo (o próprio corpo é extensão do espaço) e de todos os sentidos humanos, e a ação humana se realiza produzindo um mundo real e concreto, delimitando e imprimindo os “rastros” da civilização (CARLOS, 2017, p. 63).

Tais questões nos levam a pensar as práticas cotidianas como potências na discussão da produção das cidades. Ao criticar o modo como se abordam os estudos sobre a cidade, Vera Telles e Robert Cabanes (2006) corroboram essas questões e demonstram a importância dos atores na dinâmica política para, de fato, compreender a trama que tece a dinâmica social e a consolidação, produção e reprodução das cidades. Assim, o debate hoje sobre ganha outras perspectivas em que se busca identificar as linhas de força que conformam o urbano, as potências e possibilidades de futuro. No entanto, problematizam-se quais seriam os parâmetros para análise do atual estado das coisas (TELLES; CABANES, 2006).

Ao discutir sobre as recomposições urbanas sob o impacto das transformações recentes no capitalismo contemporâneo, abre-se caminho para o seguinte questionamento: o valor de uma análise local, com base na dinâmica social cotidiana, não seria um ponto de inflexão para se compreender o urbano de maneira mais aprofundada? Compreender de que maneira as relações

humanas redesenham e redefinem as práticas sociais – e, conseqüentemente o espaço físico das cidades – se torna imperativo (GONÇALVES, 2019). Nesse sentido, aqui buscaremos esse olhar para as particularidades locais a partir de análises de intervenções urbanas temporárias e a maneira como elas afetam os indivíduos assim como propõe Sansão (2013), buscando observar quais seriam suas marcas permanentes, não só na percepção do espaço urbano, como também em sua (re)produção.

Se para Lefebvre (1999) o urbano implicaria uma prática que subsista nas virtualidades daqueles que buscam transformação, em uma disputa no e pelo espaço e, para Julio Plaza (2003) a arte se qualifique também como algo que se construa e se codifique pela interação, o caminho pelo qual as investigações aqui se estabelecem se constrói justamente nesta interseção: arte-cidade e as potências de realização, as utopias. Utopias não apenas como o lugar sobre o qual se teoriza na certeza de que nunca será alcançado, sendo apenas impulso para novas reflexões. Utopia também como parte do possível, que se amplia para além de uma pura abstração.

Galeano (1993) nos apresenta a concepção de utopia como um lugar, na linha do horizonte, para o qual se caminha, estando, a cada passo, igualmente distantes como no passo anterior. Mas ainda assim, um ponto que exista justamente para isto: para que não se deixe de caminhar. Ora, mas se para Lefebvre (1999) a utopia implica o possível e as possibilidades de “futuro” e Galeano (*op. cit.*) a apresente como o objetivo na fronteira que nos faça seguir em frente, como as intervenções urbanas se inserem nessa discussão?

Em um sistema no qual, por vezes, hipervaloriza-se a dimensão objetiva da vida urbana, nos obliterando de olhar para as cidades pelas lentes do lazer, do lúdico e de sua dimensão humana, é preciso se discutir a reconquista do espaço público, vislumbrando as marcas permanentes que essas ações podem causar, assim como avalia Sansão (2013) ao sugerir o conceito de “urbanismo homeopático”. Isto é, ações que produzam pequenas e graduais mudanças e possibilitem enxergar novas formas de usar o espaço e de levar a vida.

Essas novas formas de se enxergar o uso do espaço, das quais fala a autora, estão precisamente no ponto onde a prática urbana transborda o concebido e as ordens tácitas do cotidiano. A ação de “presentear com o inútil” a cidade e as pessoas – como ela define enquanto caminhos de práticas temporárias – poderia simbolizar o que aqui estamos discutindo enquanto utopia (SANSÃO, 2013).

O ato de se romper com o esperado no espaço urbano, provoca, em primeira instância, um estranhamento de determinada situação, abrindo caminho para uma reflexão acerca do fenômeno.

Em outras palavras, ações como as estudadas nesta análise, suscitam uma reflexão acerca do uso do espaço público e, sobretudo, de suas possibilidades para além do comum. Seria pensar, por exemplo, que uma estação de trem subutilizada poderia também ser um lugar de convívio social.

#### 4 INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS E A SUBVERSÃO DO COMUM

“Cidades (In)Visíveis”<sup>2</sup> foi uma ação no espaço urbano que utilizou o caminhar como método, assim como discute Nascimento (*et al.*, 2019). À procura do “fora de lugar”, configurou-se pela vivência da/na rua e do sair em deriva, buscando algo a ser registrado (LEITÃO *et al.*, 2019). Essa experiência urbana foi traduzida em um ensaio fotográfico, que se condensou em uma instalação artística<sup>3</sup>.

A discussão principal que se buscou durante esse processo foi explorar, acima de tudo, um olhar crítico para as cidades, colocando em foco a fragmentação e as contradições socioespaciais de São João del-Rei. Ela se deu no seguinte sentido:

o modelo atual de capitalismo tem exigido novas formas de produção e apropriação do espaço. Assim, Cidades (In)visíveis não apenas questiona as discontinuidades que foram ocasionadas por essas novas formas de produção, reprodução e apropriação das cidades, como também tenta extrair desse espaço a poética da fragmentação ao capturar detalhes que rompem com a continuidade do tecido urbano (LEITÃO; MENDES; REIS; GONÇALVES, 2019).

“Cidades (In)Visíveis” (Figura 1) foi uma brecha que se valeu das discontinuidades e foi inspirada nos fragmentos para compor sua estética, representando uma bricolagem de um urbanismo no qual a forma é resultado do próprio processo.



**Figura 1:** Instalação “Cidades (in)visíveis” enquanto exposta na II Mostra Vestígios, no Centro Cultural da Universidade Federal de São João del-Rei. Autora: Thais de Almeida Gonçalves, arquivo próprio, dez. de 2017.

Se na prática fotográfica apropriou-se do caminhar como provocador de uma nova percepção e uma “reinvenção” do cotidiano nas ruas da cidade, e na instalação a fotografia exposta traduziu, assim

como sugeriu Nascimento (2009), uma reflexão para além das formas inquestionadas, abrindo-se para a fruição, a interação e a crítica às ordens da cidade, vê-se nessa experiência um direcionamento das reflexões acerca das cidades, sobretudo, para uma reconquista da ideia do “uso improdutivo do espaço”, da “festa” e da potencialização da dimensão da experiência (LEITÃO *et al.*, 2019). Nessa mesma perspectiva também se insere “Café na Estação”.

“Café na Estação” (Figura 2) foi uma ação coletiva inter/transdisciplinar<sup>4</sup> performática de apropriação temporária de um espaço público. Esse ato, que se consolidou na Estação Ferroviária Chagas Dória também em São João del-Rei (MG) em 2018, propôs-se como uma reflexão crítica acerca das dinâmicas contemporâneas de uso e apropriação dos espaços, colocando-se como convite a novas percepções e experimentações.

Chagas Dória tem sua história iniciada por volta de 1908 e, desde então, funcionou como plataforma para os passageiros que circulavam pela Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM). A partir de 1966, a linha férrea foi desativada como transporte de passageiros e desde então funciona apenas com caráter turístico (GIESBRECHT, 2020). Ainda assim, não há descida de passageiros na Estação, o que a qualifica como um vazio urbano. Assim, essa intervenção criticou a racionalidade, a previsibilidade e o funcionalismo a que se reduziu a vida urbana e questionou, sobretudo, a subutilização das ruas e dos espaços públicos como lugar de convívio.



**Figura 2: registro fotográfico da intervenção urbana “Café na Estação”.**  
**Autora: Thais de Almeida Gonçalves, arquivo próprio, mai. de 2018.**

No entanto, importa ainda apontar os motivos de se designar essa intervenção urbana como ação performática. O próprio ato de se ocupar um vazio urbano, da forma como foi proposto em “Café na

Estação”, não configura simplesmente a ação de se ocupar, mas também um momento de quebra com uma condição de abandono cotidiana, subvertida nessa ocupação. Algo que se constrói também pela imagem que cria e se vale desse processo para também consolidar sua crítica.

Preocupados também com essa imagem, assim como observam Andrade e Speglich (2015), que a analogia maior dessa intervenção foi elaborada: a atmosfera de cozinha/sala de estar. Pesando sobre a ideia de cidade como extensão da casa, e como isso tem se perdido na dinâmica contemporânea urbana, a reflexão proposta por meio dela foi justamente, o questionamento do que hoje, na Estação Chagas Dória, se resumiu a uma apropriação estritamente econômica, ou melhor, apropriação nenhuma.

Outro fato que também foi importante nessa ação, para além das questões expostas acima, é a interação e a aproximação que se conseguiu criar com moradores e transeuntes durante esse processo. Algo que parece (re)afirmar: um espaço público para se concretizar como um espaço aberto, apropriável, e é preciso ser visto como tal, e não como espacialidade que a ninguém pertence. A cidade como um processo relacional, que se (re)cria pela reciprocidade espaço-pessoas.

À vista disso e a partir do entendimento dessa dimensão subjetiva da vida urbana, aberta para o lúdico e para a “festa”, essas experiências fotográficas, performáticas e de intervenção urbana se mostram como passos importantes, não só na (re)construção de outro olhar para o espaço público, como também na ampliação das discussões sobre o urbano.

## **5 CONSIDERAÇÕES**

As linhas de fuga traçadas nesta reflexão estiveram, portanto, latentes no sujeito social – seja ele o Estado, a economia, o consumidor ou o cidadão –, a partir do qual subsiste a brecha para a se contrapor uma condição urbana mercadológica e funcionalista da rua e dos espaços públicos urbanos as suas outras possibilidades na cidade. Esse “urbanismo homeopático”, que busca novas formas de se enxergar o uso do espaço, é, precisamente, o ponto onde a prática urbana transborda as ordens tácitas do cotidiano.

Se Lefebvre (1999) teorizava sobre o urbano como o lugar para além de algo definido e definitivo, colocando-se como uma direção mais do que como um caminho pré-determinado, e as discussões até aqui apontam justamente para esse estado mutável, sobre o qual a construção das urbanidades

se pauta, a interseção entre teoria e prática se coloca como o ponto de inflexão para se discutir a cidade para lá da sua dupla condição de mercadoria e espaço de vivência.

Nesse sentido, apesar de temporárias as intervenções e práticas abordadas neste estudo, é perceptível que suas marcas no sujeito, no tempo e no espaço podem ser permanentes, a partir do momento que suscitam uma reflexão crítica acerca de determinada realidade e assim passam a incorporar a percepção daqueles que vivenciam a rua.

## 6 AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos ao Professor Doutor Paulo Caetano e à Professora Doutora Márcia Hirata, orientador e co-orientadora da pesquisa de mestrado que resultou neste artigo, ao Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade e à Universidade Federal de São João del-Rei.

Ao Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora, que organizou o VI Seminário de Pesquisa em Artes, Cultura e Linguagens, onde esta pesquisa foi apresentada e este artigo publicado pela primeira vez.

## 7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. C. P. A.; SPEGLICH, E. “Atra(-)versar memórias e explicações... eis a nossa sina: esquecer para ter passado, mentir para ter destino”. In: GUIMARÃES, L. B. et. al (orgs.). *Ecologias Inventivas: experiências das/nas paisagens*. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2015, p. 109-120.

BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARLOS, A. F. “Da ‘organização’ à ‘produção’ do espaço no movimento do pensamento geográfico”. In: CARLOS, A. F. et al (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 53-73.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. “Chagas Dória (antiga MATOSINHOS) Município de São João del Rey, MG”. **Estações Ferroviárias do Brasil**. 25 de mar. de 2020. Disponível em:

<[http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv\\_efom/chagas.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_efom/chagas.htm)>. Acesso em nov. de 2021.

GALEANO, Eduardo. *Las palabras andantes*. Siglo XXI, 1993.

GONÇALVES, Thais de Almeida. “Cidade em construção: arte e cidade pela dimensão da experiência”. In: Seminário de Pesquisa em Artes, Cultura e Linguagens, 6, 2019, Instituto de Artes e Design, Universidade Federal de Juiz de Fora. *Anais*. Juiz de Fora, nov. 2019, p. 357-368.

GONÇALVES, Thais de Almeida. *Lugar de consumo ou consumo de lugar? A produção social do espaço urbano e os processos de ressignificação da Rua da Zona em São João del-Rei/MG*. 2019. Dissertação (Mestrado

Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, ago. de 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITÃO, Alice S.; MENDES, Gabriela L. V.; REIS, Silvia C.; GONÇALVES, Thais A.; Cidades (In)visíveis. *Revista e\_Metropolis*, v. 10, 2019, p. 70-73.

NASCIMENTO, Adriana G. (*arte*) e (*cidade*): ação cultural e intervenção efêmera. 2009. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

NASCIMENTO, Adriana G.; LEITÃO, Alice S.; CARVALHO, Ana Luiza R.; GONÇALVES, Thais de A. “O caminhar é para todas? Uma perspectiva de mulheres latino-americanas sobre derivas e flâneries na contemporaneidade”. *In: Encontro Nacional da ANPUR, 18, 2019, Natal. Anais. Natal, 2019, p. 1-12.*

PLAZA, Julio. “Arte/ciência: uma consciência”. *ARS (São Paulo)*, v. 1, n. 1, p. 37-47, 2003.

SANSÃO, Adriana. “Intervenções temporárias no Rio de Janeiro contemporâneo: novas formas de usar a cidade”. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 154.00, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.154/4678>>.

TELLES, Vera S.; CABANES, Robert. (orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. (Estudos Urbanos).

---

## NOTAS

<sup>1</sup>Este artigo foi publicado originalmente nos anais do VI Seminário de Pesquisa em Artes, Cultura e Linguagens do Instituto de Artes e Design, da Universidade Federal de Juiz de Fora em novembro de 2019, revisado e atualizado para esta publicação.

<sup>2</sup>Resultado de uma proposta de exposição coletiva suscitada pela disciplina “Transdisciplinaridade, ArteCiência e Articulação dos Saberes”, ministrada pelos Professores Doutores Adilson Siqueira e Flávio Schiavoni, do Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) da UFSJ.

<sup>3</sup>De autoria também de Alice Saute Leitão, Gabriela Luiza Viana Mendes e Silvia Cristina dos Reis.

<sup>4</sup>Resultado de uma proposta de intervenção urbana sugerida pela disciplina “Homem, arte e natureza”, ministrada pela Professora Doutora Fernanda Corghi, do PIPAUS da UFSJ.

## Relações Estéticas: Coisas entre N e J *Aesthetic Relations: Things between N and J*

SANTOS, Gyan Celah dos

*Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal de São João del-Rei,  
gyancelah@gmail.com*

### RESUMO

Quais referentes da Estética Relacional temos no Brasil? Que tensões existem entre a Estética Relacional e o Regime Estético? De início, abordarei alguns princípios da Estética Relacional, do crítico de arte Nicolas Bourriaud, e exemplificarei casos específicos de artistas investigadores de duas universidades brasileiras que se ancoram nesse autor. Depois, trago à tona algumas críticas quanto à eficácia política da Estética Relacional, argumentadas pelo filósofo Jacques Rancière. Após tal confronto, cito pontos de aparente encontros entre Nicolas e Jacques. Finalmente, sem abandonar a importância do dissenso entre ambos, busco elaborar uma perspectiva de concílio de alguns pontos levantados por esses autores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estética-Relacional, Regime Estético, eficácia política

### ABSTRACT

*What references of Relational Aesthetics do we have in Brazil? What tensions exist between relational aesthetics and the aesthetic regime? At the beginning, I will approach some principles of Relational Aesthetics, by the art critic Nicolas Bourriaud, and I will exemplify specific cases of artist researchers from two Brazilian universities who are anchored in this author. Then, I bring up some criticisms about the political efficacy of Relational Aesthetics, argued by the philosopher Jacques Rancière. After such a confrontation, I quote points of apparent encounters between Nicolas and Jacques. Finally, without abandoning the importance of the dissent between them, I seek to elaborate a perspective of conciliation of some points raised by these authors.*

**KEY-WORDS:** Aesthetics-Relational, Aesthetic Regime, political effectiveness

## 1. INSPIRAÇÕES E RAÍZES

Assim como penso que é ilusório apostar numa transformação gradual da sociedade, da mesma forma creio que as tentativas microscópicas, tipo comunidades, comitês de bairro, organização de uma creche na faculdade etc., desempenham um papel absolutamente fundamental. (GUATTARI, apud BOURRIAUD, 2009a, p.44)<sup>1</sup>

A inspiração para elaboração deste artigo está diretamente relacionada ao tema central da minha investigação na linha de Performance, Processos e Poéticas Artísticas do Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas (PPGAC) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), onde buscarei discutir as relações entre processos performáticos de poéticas luminosas e o desenvolvimento humano decorrente dessas práxis em minúsculas comunidades urbanas da cidade de São João del-Rei. Os sujeitos criadores dessa intervenção luminosa serão os próprios moradores das comunidades participantes. Mais que um produto a construir, trata-se de uma alternativa de processo que busca

estabelecer com os participantes outras formas de sentir o mundo. Sendo a metodologia uma cartografia, estarei envolvido, de igual maneira aos residentes, como sujeito/objeto dessa pesquisa. A motivação desse diálogo - vida e arte, luz e sombra - brota da minha trajetória acadêmica, bem como de importantes experiências com o Teatro de Sombras na minha caminhada enquanto professor e diretor teatral. Por questões de recorte, nesse breve texto dissertarei com foco sobre alguns teóricos e artistas que fundamentam perguntas e hipóteses, em parte contraditórias, sobre a arte e o humano, a política e o convívio.

As raízes das questões que desejo desenvolver relativas ao humano ganharam mais chão a partir de uma primeira experiência de pós graduação *latu sensu* na *Universidad Distrital Francisco José de Caldas*, em Bogotá, onde questões entre arte e vida se potencializaram a partir da especialização em Desenvolvimento Humano com Ênfases em Processos Afetivos e Criatividade, finalizada em 2019. Assim, impulsionado por essa tensão - daquilo que se pode investigar a partir dos afetos oriundos dos processos de convívio criativo - busco agora dar outro olhar à essa mesmo tema.

Já quanto à estrutura deste artigo, de início abordarei alguns princípios da Estética Relacional de Nicolas Bourriaud e exemplificarei casos específicos de artistas investigadores de duas universidades brasileiras que se ancoram nesse autor. Depois, trago à tona algumas críticas quanto à Estética Relacional argumentadas por Jacques Rancière. Após tal confronto, cito pontos de aparente encontros entre Nicolas e Jacques, e, finalmente, elaboro uma tentativa de concílio entre algumas divergências, sem desvalorizar o mérito do dissenso.

## 2. ESTÉTICA RELACIONAL E ALGUMAS RELAÇÕES COM PRÁXIS BRASILEIRAS

Na contemporaneidade o francês Nicolas Bourriaud é um nome a ser citado quando o tema é arte e relações humanas, como podemos verificar em *Estética Relacional*, livro de sua autoria que difunde o termo por ele mesmo cunhado. Neste prisma, ele define Estética Relacional como uma “teoria estética que consiste em julgar as obras de arte em função das relações inter-humanas que elas figuram, produzem ou criam” (BOURRIAUD, 2009a, p.151). Para o autor, crítico de arte e responsável pela curadoria de diversas bienais a nível mundial, a invenção de relações entre os sujeitos seria parte essencial desse fazer artístico e estar-juntos centraliza as discussões estéticas pretendidas:

Esse regime do encontro casual intensivo, elevado à potência de uma regra absoluta de civilização, acabou criando práticas artísticas correspondentes, isto é, dado pela intersubjetividade e tem como tema central o esta-juntos, o “encontro” entre observador e quadro, a elaboração coletiva do sentido. (BOURRIAUD, 2009a, p.21)

Quando falamos em micro-utopia trata-se de articulações de múltiplas respostas multitemporais e multiespaciais ao projeto neoliberal, visando uma superação da cultura de consumo para uma proposta de práticas de responsabilização (BOURRIAUD, 2009b, p.108). A ideia de Bourriaud sobre pós-produção – conceito complementar à Estética Relacional - vê a arte como uma transação sem fim entre perspectivas, como “uma atividade que consiste em produzir relações com o mundo em materializar de uma ou outra forma suas relações com o tempo espaço” (ibidem, p.110). Por outro lado, é importante especificar aqui que o autor não enquadra sua visão aos grandes projetos utópicos sociais. Em lugar disso, a ênfase se põem no micro, nas pequenas práticas diárias:

As utopias sociais e a esperança revolucionária deram lugar a microutopias cotidianas e a estratégias miméticas: qualquer posição crítica “direta” contra a sociedade é inútil, se baseada na ilusão de uma marginalidade hoje impossível, até mesmo reacionária. (BOURRIAUD, 2009a, p.43)

Se Bourriaud, advogando por uma alternativa diferente do projeto utópico de grandes revoluções ideológicas, é hoje ícone da noção de micro-utopia<sup>2</sup>, certamente há de se dizer que é influenciado por Felix Guattari e sua Revolução Molecular como uma via de micro ações movedoras de afetos:

A terceira revolução industrial, segundo Guattari, modificaria de forma mais complexa as relações sociais econômicas e culturais não restando mais possibilidades para formas de controle centralizadoras. A revolução molecular dá conta dos processos de liberação de fluxos de desejo fora dos padrões modelizados pelo sistema e fora dos padrões impostos pela cultura popular tradicional. Nesta fuga às regras e modelos encontramos o conceito de micro-utopia. (SILVA, 2014, p.86)

Ainda que em dois de seus livros aqui trazidos como principais referências<sup>3</sup> Bourriaud descreva a práxis de alguns artistas que ele compreende nesse nicho, optei aqui por dois outros exemplos de investigações criativas brasileiras que se auto intitulam como partícipe disso que o autor determina como Estética Relacional. O interesse nesse recorte se dá não só por se tratarem de professores membros da comunidade acadêmica (UNIRIO e UFRJ), mas justamente por se serem ambos artistas da cena contemporânea que dialogam e inspiram de alguma forma o que pessoalmente busco investigar.

Tania Alice Feix é franco-brasileira, performer e professora adjunta na Escola de Teatro da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), doutora em Letras e Artes pela Universidade de Aix-Marseille. Em sua prática artística há diferentes exemplos que colocam o encontro com o outro como meio de evidenciar o sensível, destacando e questionando comportamentos e relações sedimentadas<sup>4</sup>. Dentre essas, destaco seu projeto pesquisa e extensão “Heróis do Cotidiano”, em colaboração com professores e alunos da graduação e da pós da UNIRIO e UFRJ. Nesse projeto eles investigaram de forma teórico-prática a reinvenção do heroísmo na contemporaneidade, na busca de uma Estética Relacional ativista, através de performances e intervenções urbanas. Segundo Feix ditas

ações proveram a criação de “micro-utopias temporária e locais” (FEIX, 2011, p.220). Abaixo podemos conferir nas suas palavras o propósito do grupo, amparado teoricamente pelo conterrâneo da artista:

O Coletivo realiza uma apropriação do espaço público, dialogando com o conceito de estética relacional de Nicolas Bourriaud, estabelecendo novas formas de sociabilidade e estabelecendo processos de subjetivação diferentes daqueles propostos pela “*mass mídia*” a respeito do herói, do heroísmo e das possibilidades de realização de um ativismo poético contemporâneo. (Ibidem)

Inicialmente o grupo apostou num diálogo direto com transeuntes da cidade, através de questionários e registros audiovisuais. A partir disso, os pesquisadores reelaboraram as noções da figura heroica, que na maioria das vezes são influenciadas pelos imperativos neoliberais midiáticos, desenvolvendo assim intervenções específicas na cidade do Rio de Janeiro, tais como, “soltando preocupações” realizada na Favela Dona Marta da capital carioca, consistindo em mandar para os ares as preocupações dos habitantes. Para tal, a liga levou cerca de 300 balões de hélio até dita comunidade. A artista descreve a ação:

Lá, os Heróis conversaram com os moradores, que expunham em pequenos papéis individualmente para cada Herói as dificuldades que eles gostariam de enviar para o espaço. Uma vez que a preocupação tinha sido anotada no papel, ela era amarrada a um balão. Quando a preocupação era individual, ela era soltada pelo próprio morador. As preocupações coletivas (com moradia, poluição, dificuldades econômicas, etc.) eram soltadas pelo conjunto dos moradores e Heróis no final da performance. O heroísmo era então apontado como uma preocupação coletiva. (FEIX, 2011, p.224)

Num panorama geral pode-se dizer que as intervenções propostas pelo coletivo heroico pertencem a uma Estética Relacional ativista. A partir dessa ação, entre outras experiências performáticas desse projeto, a autora conclui, agora amparada por Deleuze, relatando o caráter afetivo almejado em suas práxis, pois “a arte se torna um captador de forças tornadas visíveis, potencializando afetos e novas formas de organização intersubjetivas, apontando para a urgência do fazer artístico hoje” (FEIX, 2011, p.226).

Outro colaborador com o desenvolvimento do projeto “Heróis do Cotidiano” foi Gilson Motta, artista cênico e professor pesquisador da Pós-Graduação em Artes da Cena da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o “Laboratório de Objetos Performáticos de Teatro de Animação”. Apesar de sua participação<sup>5</sup> no projeto anteriormente descrito, optei por dar ênfases em como o docente correlaciona noções de micro-utopias, sua pesquisa enquanto sombrista<sup>6</sup> e a Estética Relacional de Bourriaud. Seu ponto de partida certamente é um dos referentes inspiradores das ações que almejo desenvolver na minha própria investigação.

Sua abordagem aponta para o poder revolucionário da criatividade. Neste viés, ele nos fala a respeito de micro-utopias como ações que possam fortalecer os vínculos entre participantes desde o fluir dos afetos, a recriação de laços sociais e de subjetividades, superando assim o espaço real insatisfatório,

ainda que sejam em reduzidos e “efêmeros territórios de resistência” para ele “as micro-utopias artísticas criam estratégias de proximidade.” (MOTTA, 2012a, p.10). A importância social deste trabalho reside em dimensionar a contribuição de micro-utopias para a ressignificação de pequenos espaços urbanos, contribuindo para que as pessoas envolvidas contemplem novas formas de viver e compartilhar o mundo. Este argumento se completa nas palavras do pesquisador:

A suspensão do significado e sentido de um espaço habitual, conforme se dá nas intervenções urbanas, gera outro espaço, que possui, simultaneamente, um caráter utópico e um elemento político, visto serem espaços ideais de convivência, marcados pela harmonia social e também espaços de desejo, onde os laços sociais são reforçados e onde, a partir de um rompimento com um estado de coisas, a felicidade se faz possível. (MOTTA, 2012a, p.13-14)

Para ele, boa parte dessas ações são “experiências, práticas vivenciais coletivas realizadas independentemente dos espaços de arte e do mercado artístico” (MOTTA; FEIX, 2012, p.36). Práticas que causam rupturas com os condicionamentos da percepção, do comportamento e do modo de agir, condizendo “com o que Bourriaud denomina de socialidades alternativas, de momentos de convívio construído” (ibidem).

Quanto a sua prática frente ao “Laboratório de Objetos Performáticos de Teatro de Animação” da UFRJ, vale aqui um brevíssimo recorte sobre ações de projeção de sombras em espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro, ainda com cunho ativista. É o caso da performance “Sombra é Luz” realizada em parceria com Performers Sem Fronteiras<sup>7</sup> (MOTTA, 2018). Nesse caso a cena performática se dilata no espaço público para fazer interferir no real a silhueta da vereadora carioca Marielle Franco, assassinada em março de 2018. Mais que uma homenagem, o ato clamava por trazer verdade e justiça frente à morte da socióloga e ativista que lhe foi cruelmente arrancado o direito de viver. Olhares que são surpreendidos nas noites do Rio de Janeiro pela fricção entre ideias de luz e sombra; de vida e morte. Abaixo a descrição de um momento da primeira intervenção em março de 2018 (dezesesseis dias após a morte da vereadora) onde o autor relaciona a prática à Estética Relacional:

Nesta primeira tentativa, obtivemos um bom resultado nos Arcos da Lapa. Este lugar era interessante, não somente por ter sido o último lugar em que Marielle Franco compareceu para uma reunião política, como também por agregar um grande número de pessoas. Na projeção feita nos Arcos, algumas pessoas se aproximaram de nós e se emocionaram com a imagem, de tal forma que, a projeção foi o ponto de partida para um contato com as pessoas, mantendo a proposta de uma performance de caráter relacional. (MOTTA, 2018, p.274)

Acredito que os exemplos trazidos já são o suficiente para elucidar como algumas ações desses pesquisadores arrimam sua investigação à Estética Relacional. De fato, não saberia precisar o quanto Bourriaud identificaria se essas práticas artísticas estariam alinhadas ou não à sua teoria, mais que isso, a intenção aqui foi pensar os desdobramentos dos princípios dessa teoria na investigação teórico-prática brasileira. Nesses casos apresentados, o perfil ativista impulsiona as relações propostas nas

referidas intervenções estéticas. Há uma preocupação com o diálogo sensível com seu público, sejam transeuntes, vizinhos, desconhecidos. A proposta nasce no encontro desses.

### 3. ENTRE TAPAS E BEIJOS

Uma ótima oportunidade de criticar o crítico - de julgar o juiz - é quando esse personagem expõe suas próprias ideias. Contra Nicolas, desde antes da publicação do livro *Estética Relacional*, publicado pela primeira vez na França em 1998, encontramos detratores de sua opinião de igual ou maior prestígio. Praticamente réu de injúria profissional, acusado de incompetência, ou se preferimos, ineficiência política, recebe críticas de artistas e intelectuais de diferentes áreas de atuação.

Um desses confrontadores de suas ideias, sujeito de considerável peso no campo da filosofia, bem como das artes, é Jacques Rancière, autor do livro *“O Espectador Emancipado”*. Nessa obra o autor desenvolve um capítulo especial para afrontar questões entre arte e política. Para ele haveria três regimes das artes: o primeiro Regime, o da Mediação Representativa – numa poética mimética, busca ser como um espelho ampliador da realidade; em segundo estaria o Regime da Imediatez ética, de estratégias metapolíticas/ ativismo e afins; e por fim o Regime Estético, que, segundo o autor, seria o único que realmente poderia reconfigurar os modos de sentir. Nesse sentido o autor argumenta a questão da eficácia política de cada uma dessas propostas, problematizando a eficácia paradoxal do Regime Estético da Arte, justamente pela suspensão de que qualquer relação determinável de causa e efeito entre a intenção do artista na forma apresentada e o modo de recepção sensível de um público, atingindo assim certa alternativa de reconfiguração da vida coletiva, em detrimento da eficácia política dos demais regimes. Ele questiona a pretensão do teatro em desmascarar a hipocrisia, pois “a lei que o rege é a lei que governa o comportamento dos hipócritas (...) A eficácia da arte não consiste em dar modelos ou contramodelos de comportamento ou ensinar a decifrar representações” (RANCIÈRE, 2012, p.55).

Avançando nessa questão da eficácia, o filósofo coloca a ideia do dissenso no cerne da política, mas explica que não se trata de mero conflito de ideias ou sentimentos, mas dissenso no sentido de romper a “evidência sensível da ordem ‘natural’ que destina os indivíduos e grupos ao comando ou obediência” (ibidem, p.59). A problematização exposta questiona, portanto, a potência dissociativa das maneiras operárias de ser, uma vez que para os dominados não teriam solução na simples tomada de consciência dos mecanismos que os dominam, mas sim através de uma arte política que vote um

corpo divergente a lógica imposta sobre esse, nas “operações de reconfiguração da experiência comum do sensível” (ibidem, p.63).

Até aqui, acredito que, ao menos de maneira indireta podemos já perceber certo ataque, ou para ser suave, certo descrédito dos pressupostos da Estética Relacional, anteriormente descrita. Especialmente nos modos associados às práticas dos pesquisadores das universidades cariocas, detalhadas aqui anteriormente num perfil ativista. Mas supondo que Bourriaud não se identificasse tanto assim com os projetos de Motta e Feix, quanto esses se associam a ele, ainda assim poderíamos compreender a Estética Relacional como algo mais próximo do Regime da Imediatez Etica, uma vez que, há nas obras curadas e recopiladas pelo próprio Bourriaud certa intenção de causa e efeito, por exemplo, no confronto proposto por contramodelos à “mecanização geral das funções sociais” que segundo Bourriaud, “reduz progressivamente o espaço relacional” (BOURRIAUD, 2009a, p.23). A esse critério Rancière explica:

Não há razão para que o choque dos modos de sensorialidade se traduza em compreensão das razões das coisas, nem para que esta produza a decisão de mudar o mundo (...) Não se passa da visão de um espetáculo à compreensão do mundo e da compreensão intelectual à uma decisão de ação. Passa-se de um mundo sensível a outro mundo sensível, que define outras tolerâncias e intolerâncias, outras capacidades e incapacidades. (RANCIÈRE, 2012, p.66)

De fato, esse raciocínio do filósofo se pode vislumbrar em outros capítulos do “Espectador Emancipado”, como em “Desventuras do pensamento crítico”, onde novamente se questiona a pretensão de uma certa mensagem a ser passada através da arte. Também ao final desse texto o autor traz a questão do dissenso como meio de pensar e mudar o mundo. Mas novamente aqui podemos constatar que não se trata de mero ativismo:

O dissenso põe em jogo, ao mesmo tempo, a evidencia do que é percebido, pensável e factível e a divisão daqueles que são capazes de perceber, pensar e modificar as coordenadas do mundo comum. É nisso que consiste o processo de subjetivação política: na ação de capacidades não contadas que vêm fender a unidade do dado e a evidencia do visível para desenhar uma nova topografia do possível. A inteligência coletiva da emancipação não é a compreensão de um processo global de sujeição. É a coletivização das capacidades investidas nessas cenas de dissenso. (RANCIÈRE, 2012, p. 49)

Tendo explicitado até aqui algumas diferenças entre Rancière e Bourriaud, vale engrossar o caldo de nossa discussão com certos ataques mais diretos do primeiro ao segundo, como podemos observar nesse breve artigo do filósofo, ainda sobre as tensões entre arte e política, nos fala das estratégias consensuais em detrimento ao dissenso, mas aqui Jacques faz questão de diferenciar seu ponto de vista à Nicolas:

O consenso tende a transformar todo conflito político em problema que compete a um saber de especialista ou a uma técnica de governo. Ele tende a exaurir a invenção política das situações dissensuais. E esse déficit da política tende a dar um valor de substitutivo aos dispositivos pelos quais a arte entende

criar situações e relações novas. Mas essa substituição corre o risco de operar-se dentro das categorias do consenso, levando as veleidades políticas de uma arte saída de si na direção das tarefas políticas de proximidade e de medicina social onde se trata, nos termos do teórico da estética relacional, de “consertar as falhas do vínculo social”. Tudo se passa, portanto, como se a tentativa para ultrapassar a tensão inerente à política da arte conduzisse ao seu contrário, isto é, à redução da política ao serviço social e à indistinção ética. (RANCIÈRE, 2010, p.57)

Mas há autodefesa de nosso querido crítico. Bourriaud não deixa por menos e argumenta a seu favor frente aos que criticam sua Estética Relacional:

Essas práticas artísticas relacionais têm sido objeto de uma crítica constante: como elas se limitam ao espaço das galerias e dos centros de arte, estariam contradizendo esse desejo de socialidade que funda o sentido delas. Assim são criticadas por negar os conflitos sociais, as diferenças, a impossibilidade de comunicação num espaço social alienado e por favorecer uma modelização ilusória e elitista das formas de socialidade, limitada ao meio artístico. Mas a *pop art* deixa de ser interessante por reproduzir os códigos de alienação visual? Deve-se criticar a arte conceitual por ter uma visão virtuosa do sentido? As coisas não são tão simples assim. (BOURRIAUD, 2009a, p.114-115)

Nesse trecho o crítico arremata afirmando que a principal crítica que sua Estética Relacional recebe é de ser edulcorada. Talvez seja uma maneira branda de interpretar a ineficácia que lhe é atribuída desde a perspectiva paradoxal de Rancière entre outros críticos que lhe aferem tais comentários. Sendo como for, Bourriaud defende-se vendo como absurdas as acusações que descartam o valor estético das obras dos artistas referentes à sua teoria; discordando da precipitada caracterização de tais produções como uma “pantomima falsamente utópica”. Para ele os artistas da Estética Relacional se diferenciam de uma arte de engajamento publicitário. Segundo ele, essas propostas não resultam da “arte social”, pois objetam a “construção de um espaços-tempos que não representariam a alienação, não transportariam à divisão do trabalho para as formas” (ibidem, p.115-116). Bourriaud defende o lugar e ação expositiva como “interstício social” que impõe-se contra alienação que predomina em todos os demais espaços. Talvez o que mais valha aqui, ao menos para os interesses da minha própria investigação, é a importância especial que a Estética Relacional dá para o produto gerado pelo convívio provocado por tais obras:

Pois sua finalidade não é o convívio, e sim o produto desse convívio ou seja, uma forma complexa que alia uma estrutura formal, objetos colocados à disposição do visitante e a imagem efêmera nascida do comportamento coletivo. (...) Não se trata de representar mundos virtuosos mas de produzir condições para tanto. (Ibidem, p.116)

Não estou bem certo de quanto Bourriaud alcança responder à questão da eficácia exposta por Rancière. Mas de certa forma, por mais coerências que possamos constatar nos argumentos de Jacques, especialmente no que se refere ao interesse de atingir o sensível, trata-se de uma premissa que, ao meu ver, não é exclusiva do Regime Estético. A questão talvez seja como realmente reconfigurar os sentidos sem impor sua visão de mundo sobre o outro. De fato, ambos pensadores trazem contribuições geniais que orientam práticas diversas mundo afora. A problematização da

eficácia é crucial que seja feita, ainda mais frente a tudo que estamos atravessando no mundo, no país e em nossas casas.

#### 4. PARADIGMAS PARADOXAIS

Amarrando esse último texto à fala de Bourriaud quanto à construir mundos e disso como um produto de convívio outro, parece ser possível constatar momentos em que ambos discursos se completam. Especialmente em trechos diversos do primeiro capítulo homônimo do livro de Jacques Rancière aqui trabalhado. As ideias de um Espectador Emancipado podem, em certa medida, coabitar com muitas abordagens de Estética Relacional. Como o capítulo “O paradigma estético: crítica do paradigma”, no qual, Bourriaud se encontra profundamente com algumas ideias de Felix Guattari, nas quais, a estética “contrapõe a hegemonia do ‘superego cientista’, que fixa as práticas analíticas em fórmulas (...) O paradigma estético deveria contaminar todos os registros do discurso, inocular o veneno da incerteza criativa e da invenção delirante em todos os campos do saber” (BOURRIAUD, 2009a, p.134-135). Para Guattari as ideias de desnaturalização da subjetividade constituíam seu fio condutor. Entendendo a arte como “invenção de possibilidades de vida” (ibidem, 123), realizada em processos de semiotização não verbal.

Pensando na influência de Guattari para Bourriaud poderíamos arriscar que sua Estética Relacional dá ênfases no viés paradigmático, isto é, na relação estética do convívio, da presença, do encontro, como paradigma em si, e que portanto, ao menos tangencia a proposta de um “regime” estético na vida. Busca-se por ações que permeiem outros campos cognitivos, de outras possibilidades políticas. Sua eficácia está portanto relacionada ao sucesso de certa desnaturalização das subjetividades.

De outro lado, num primeiro plano aqui exposto, Rancière tenciona sua reflexão no paradoxal, nas contradições de certos modos de arte enquanto ação política ineficaz. É claro que a arte pode e deve escapar de certos mecanismos cristalizados. Mas ainda que tais ferrugens possam ser percebidas na arte ativista, panfletária, revolucionária etc., pessoalmente, me parece muito determinismo negar o alcance desse viés da arte política. É preciso novas distensões nos modos de pensar arte/política diante das inovações tecnológicas. Em outras palavras: sim, há certo sentido em afirmar que o teatro de Bertold Brecht (por buscar um exemplo de peso) não mudou o mundo por completo; o paradoxo é explícito ao constatar que - rumo ao primeiro quarto de hora do século XXI – vivemos consequências progressivamente insustentáveis de um neoliberalismo maquiado de avanço tecnológico e

desenvolvimento da informação. Mas finalmente há de se entender, de uma vez por todas, que sem uma pluralidade do sensível tampouco seremos eficazes no campo artístico.

A Estética Relacional, seja a das bienais dos anos 90, ou a apropriação desses conceitos - à moda brasileira - será eficiente enquanto arte política? Da minha parte me sinto tendencioso a dizer que sim, ainda que em pequenas e seletivas escalas. No entanto, na atualidade, não é difícil perceber que a potência da reverberação do micro ganha outra medida quando, por exemplo, transborda para as redes e ganha proporções antes incalculáveis. O que pretendo aqui é questionar tais posicionamentos que não consideram este novo paradoxo - entre micro e macro - que permeia as tensões entre arte e política na nova era tecnológica.

Paradoxos e paradigmas à parte, as ideias de relação humana da Estética Relacional não estariam tão longe de um Espectador Emancipado, como propõe o filósofo. Ambos discutem a passividade do espectador, almejam posição diferenciada daquela que habitualmente é dada a quem assiste. Formas de transpor o abismo entre ação e passividade, como diria Jaques (RANCIÉRE, 2012, p.15). Além disso para Bourriaud, ainda que seu patricio não concorde, a questão política é uma diretriz de sua teoria estética. Para ele a “arte contemporânea realmente desenvolve um projeto político quando se empenha em investir e problematizar a esfera das relações” (BOURRIAUD, 2009a, p.23). Talvez o dissenso - de certa forma almejado por ambos - entre N e J, seja na verdade fruto de tantos pontos onde se aproximam. Questões importantes de serem levantadas ao utilizá-los como referentes.

Para finalizar, trago novos ares que podem ajudar a circular as tensões entre os sujeitos aqui estudados. Para este cesto de pães franceses, talvez caiba um outro filósofo da terra napoleônica: Jean-Luc Nancy, falecido recentemente, é um nome indispensável para abordar as questões do convívio. Este pensador trazia ideias de comunidade e das necessidades e implicações de aprender a estar-juntos, de perceber-se parte de um todo, de ser singular plural (Nancy, 2006). Em determinado momento ele questiona a dimensão espetacular da sociedade (tema de Guy Debord, abordado tanto por Rancière quanto por Bourriaud) e a partir disso o texto se desdobra na ideia de uma “arte crítica”, uma arte que está em jogo. Depois de tanto abordar críticas e críticos neste texto, arremato com o que para Nancy seria, em última análise, o ensinamento que a crítica nos oferece:

O último ensinamento, para nós, da crítica - da crítica social, política, econômica, e da crítica à sociedade, da política, e da economia - seria esta: No seio mesmo da tradição, há também que dizer que a “realidade inteligível” não deve ser outra coisa que a realidade do sensível em quanto tal - e que, de maneira equivalente, a “realidade inteligível” da comunidade não deve ser nada mais que a realidade do ser-em-comum enquanto tal<sup>8</sup>. (NANCY, 2006, p.71)

## REFERÊNCIAS

- BOURRIAUD, Nicolas. *Estética Relacional*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Martins, 2009a.
- BOURRIAUD, Nicolas. *PÓS-PRODUÇÃO: como a arte reprograma o mundo contemporâneo*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Martins, 2009b.
- FEIX, Tania Alice. A reinvenção do heroísmo na contemporaneidade: a busca de uma estética relacional ativista. *Revista ouvrouver*. Uberlândia v. 7 n. 2 p. 218-227 jul. | dez. 2011
- MOTTA, Gilson; FEIX, Tania Alice. A (r) tivismo e utopia no mundo insano. *Artefilosofia*, v. 7, n. 12, p. 32-47, 2012
- MOTTA, Gilson Moraes. Arte e utopia. *O Percevejo Online*, v. 4, n. 2, 2012.
- MOTTA, Gilson. Micro-utopias urbanas: “o banquete dos heróis” pelo coletivo de performance heróis do cotidiano. *Revista Ecos*, v. 12, n. 1, 2012b.
- MOTTA, Gilson Moraes. Laboratório Objetos Performáticos: Das performances itinerantes ao teatro de sombras no campo expandido. *Urdimento*, v.2, n.32, p. 258-278, Setembro 2018.
- NANCY, Jean Luc. *Ser Singular Plural*. Trad. ao espanhol de Antonio Tudela Sancho. Arena Libros. Madrid: 2006
- RANCIÉRE, Jacques. *O Espectador Emancipado*. Martins Fontes, São Paulo: 2012.
- RANCIÉRE, Jacques. Política da arte. *Urdimento*. N°15. Outubro 2010.p.45-59.
- SILVA, Renata Teixeira Ferreira da. Performance do encontro: a experiência de si, do outro e da cidade como busca poética. *PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, p. 136-147, 2016.

## NOTAS

<sup>1</sup> Félix Guattari, *La révolution moléculaire*, Paris, Recherches, 1977, p. 22 [Ed. bras.: *A revolução molecular*, trad.: Suely Belinha Rolnik, São Paulo, Brasiliense, 1987, p.84-85].

<sup>2</sup> Assim como Bourriaud aborda a questão da micro-utopia, o inglês John Wood, teórico do Design, também discorre dela e a importância de agir com o que é possível hoje, para ele “é vital se pensar em alternativas para o futuro mesmo que sejam irrealizáveis ou impossíveis e do compartilhamento destas micro-utopias pode surgir a sinergia necessária para que possam se tornar utopias realizáveis” (WOOD, 2008, p.13).

<sup>3</sup> Além de “Estética Relacional”, me apoiei (ainda que em menor escala) no livro “Pós Produção”. Ambas edições aqui utilizadas são de 2009. O primeiro teve sua primeira edição em 1998, já o segundo consta de 2004. Os dois textos retomam principalmente as práticas de artistas participantes das bienais curadas pelo próprio Bourriaud, especialmente na década dos 90. As obras detalhadas são maioria da área das visuais, mas há um reservado espaço para arte da performance entre outros similares que tangem, em maior ou menor escala, às artes cênicas.

<sup>4</sup> Ver “Performance do Encontro: a experiência de si, do outro e da cidade como busca poética”. Neste artigo a pesquisadora Renata Teixeira da Silva aborda algumas intervenções urbanas de Tania Alice Feix e Eleonora Fabião como exemplos de ações que pensam “a performance enquanto uma forma de encontro” supondo “aliar os aspectos relacionais, aproximando a vida da arte e transformando hábitos cotidianos” (SILVA, 2016, p.138).

<sup>5</sup> Podemos conferir sua visão sobre esse mesmo projeto “Coletivo de Performance Heróis do Cotidiano” no artigo assinado por ambos: “A(r)tivismo e utopia no mundo insano” ou ainda em versão solo dele: “Micro-utopias urbanas: o banquete dos heróis” (MOTTA, 2012b). Ver referências.

<sup>6</sup> Designação aos artistas que se dedicam ao teatro de sombras.

<sup>7</sup> Plataforma de artistas de diferentes países que realizam performances de cunho cultural e terapêutico. Para conhecer mais acessar: <https://www.performerssemfronteiras.com>

<sup>8</sup> Tradução minha.

## **Vestimenta-ação “Renda-se” – um exemplo de micropolítica dos desejos e da transformação**

*Clothe-action “Renda-se” (Surrender) - an example of the micropolitics of desire and transformation*

ABREU, T. M.

Mestre, PIPAUS - UFSJ, [tassia.abreu@educacao.mg.gov.br](mailto:tassia.abreu@educacao.mg.gov.br)

MIRANDA, Z. C.

Prof.<sup>a</sup> Pós-Dr.<sup>a</sup>, UFSJ, [zandra.coelho@gmail.com](mailto:zandra.coelho@gmail.com)

### **RESUMO**

O artigo apresenta a pesquisa/intervenção urbana e artística “Renda-se”, realizada em São João del-Rei (2020), como um exemplo de novas possibilidades de ações dentro do campo de forças micropolíticas e de desejos de transformação microsocial. Propõe-se a desvendar as subjetividades, os métodos e os agentes que possibilitaram a conexão de pessoas e ações formando redes e consciências reticulares, para transformar as relações determinadas historicamente e socialmente, no sentido de poder rememorar e renovar um *corpo-história*, afetado e afetante, e vestir esse corpo coletivo – pelos ideais da estilista-artista-pesquisadora (autora do artigo) em co-criação com os outros participantes ativos nessa *vestimenta-ação* – de poder, valorização e urbanidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** micropolítica, criação coletiva, educomunicação, consciência reticular, urbanidade.

**LINK:** para acesso à pesquisa na íntegra, às imagens e aos vídeos relacionados ao artigo, acesse

<https://drive.google.com/drive/folders/17zv5bPj7t6mb9B0VRE54bhSHxVuYmxa8?usp=sharing>

### **ABSTRACT**

*The article presents a research / urban and artistic intervention “Renda-se”(Surrender), carried out in São João del-Rei (2020), as an example of new possibilities for actions within the micropolitical molds and microsocial transformation desires. It is proposed to unveil as subjectivities, the methods and agents that enabled the connection of people and actions, forming networks and reticular consciousnesses, to transform historically and socially determined relationships, in the sense of being able to recall and renew a body-history, affected and affecting, and dressing this collective body - according to the ideals of the stylist-artist-researcher (author of the article) in co-creation with the other active participants in this clothing-action - of power, valorization and urbanity.*

**KEY-WORDS :** micropolitics, collective creation, educommunication, reticular consciousness, urbanity.

**LINK:** <https://drive.google.com/drive/folders/17zv5bPj7t6mb9B0VRE54bhSHxVuYmxa8?usp=sharing>

É possível a inserção do “vestir” no âmbito artes, urbanidade e sustentabilidade, como possibilidade de poética artística, educativa e sociocultural? Também a *vestimenta-ação* como uma intervenção transdisciplinar artística e educacional que promova mudanças positivas na realidade em questão? De que maneira essa abordagem da moda pode interferir nas relações sociais? Diante do complexo e atual problema do indivíduo se perceber e se relacionar de modo sustentável com o seu corpo estendido - a cidade – pretendeu-se com a pesquisa RENDA-SE “A consciência do vestir-se de consciência – poéticas sustentáveis”<sup>1</sup>, defendida no programa PIPAUS em 2021, vestir alguns espaços da cidade que podem ser considerados como corpos estendidos ou coletivos que representem uma parcela da população que necessita expressar e comunicar algo. E dessa maneira, demonstrar como **hipótese** – o potencial do “vestir”, enquanto *modus faciendi*, que ajuda na comunicação, na transformação e valorização sociocultural no urbano.

## 1- UM BREVE DESENHO DA PESQUISA – OBJETIVOS, MÉTODOS E JUSTIFICATIVAS

Durante a pesquisa foi co-criado um produto simbólico que servisse como meio para dar voz a uma parcela da sociedade necessitada de visibilidade, espaço e de atenção. Uma parcela da sociedade que se vê negado o direito à cidade<sup>2</sup>. Como trata-se de um corpo coletivo – parcela da sociedade – estendi a vestimenta para um corpo estendido, um espaço dentro do urbano. Um corpo que abrigasse e representasse as pessoas que compõem essa parcela da sociedade necessitada de se comunicar. Para tal, a urbanidade foi manifestada como *vestimenta-modus* ideal para o cumprimento do objetivo da pesquisa, que colabora com o objetivo do Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, PIPAUS, mestrado acadêmico interdisciplinar da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), no qual a pesquisa foi desenvolvida.

[...]contribuir para a ampliação da consciência intelectual e emocional sobre a mudança climática, as transformações territoriais e as ações insustentáveis ainda em curso e para colaborar transdisciplinarmente tanto para rupturas de comportamentos normativos hegemônicos quanto para o desenvolvimento de outras possibilidades criativas e também artísticas, seja em termos espaciais, de memórias e de tecnologias e que sejam capazes de fornecer subsídios para os tomadores de decisão em governos e empresas, urbanistas e cidadãos individuais a reconsiderarem seus comportamentos insustentáveis e destrutivos. (PIPAUS, 2015)

<sup>1</sup> Pesquisa de mestrado da primeira autora do presente artigo, Tássia Murad Abreu, com orientação da Profª Drª Zandra Miranda, segunda autora do artigo, para o PIPAUS - UFSJ.

<sup>2</sup> (LEFEBVRE, 1968) Ver livro: O direito à cidade, de Henri Lefebvre. Cunhou o termo "direito à cidade" com o qual defendeu que a população deveria ter acesso à vida urbana, e foi desenvolvido neste livro publicado em 1968 em francês: "Le droit à la ville".

Logo, tratando o vestir como arte urbana que se expressa na rua, e na pretensão de formar seres sustentáveis, que possam através de atos conscientes elaborar um novo desenho para si e para o todo, mostrou-se relevante, adequada e pertinente a proposta desta pesquisa – tendo como foco a visibilidade, o protagonismo e a transformação pessoal e social consequente de um processo criativo artístico coletivo e educacional em busca de ressignificação de valores internos e externos. Ademais, a disseminação desses valores e as possibilidades de aplicabilidade dos produtos desse fazer artístico.

Consciente da responsabilidade que temos como pesquisadoras, apresentamos a pesquisa que pôde abranger um número significativo de beneficiados, ao propor que esses conhecimentos e ações transformadoras chegassem até as pessoas interessadas da comunidade Alto das Mercês em São João del-Rei, que estão, de certo modo, invisíveis pela sua condição urbana. Contamos como local de condução da pesquisa, o Fortim dos Emboabas – patrimônio histórico localizado bem na divisa entre o Alto das Mercês e o centro histórico da cidade de São João del-Rei, e como ponto de apoio, a Galeria Adro – situada na rua Getúlio Vargas, uma das principais vias do centro histórico da cidade. Ambos os locais serviram como laboratório de estudos e principalmente como ponto de união e inclusão dos participantes da comunidade Alto das Mercês nestes ambientes, nos quais não se sentiam pertencentes, mas que deveriam ao menos se sentirem confortáveis de ter acesso e o direito de estar, pois principalmente o primeiro foi pensado para eles, como veremos ao analisar o local a ser pesquisado.

A pesquisa foi realizada a partir da composição de um pequeno grupo de participantes, constituído por alguns moradores da comunidade do Alto das Mercês, eventualmente por outros habitantes de São João del-Rei e por pesquisadores da UFSJ de áreas variadas para o enriquecimento da transdisciplinaridade, e para o enquadramento nos objetivos da pesquisa. Crianças, jovens, adultos, e idosos, de ambos os sexos, foram vinculados às oficinas que propuseram a experimentação das poéticas do vestir no Fortim dos Emboabas, na ARBAM, no Centro Catequético Nossa Senhora Aparecida, na Rua do Ouro, na Adro Galeria, e no Solar da Baronesa, ambos na cidade de São João del-Rei, MG. Este grupo, uma hora ou outra, foi dividido na pesquisa de acordo com as possibilidades e afinidades de execução das propostas artísticas, e depois para análise de dados. Para que fosse possível a captação dos dados que respondessem às questões mencionadas nas hipóteses, os mesmos foram levantados no decorrer dos processos da pesquisa de forma reflexiva, lúdica e adequada às realidades culturais dos participantes, objetivando o entendimento, o envolvimento e a inclusão destes.

Pretendeu-se como desfecho primário e secundário: a realização da intervenção urbana e artística no Fortim dos Emboabas – que trouxe maior visibilidade e protagonismo das pessoas que compõem a comunidade do Alto das Mercês através da arte; e a transformação social através da arte, da pesquisa-ação e da educomunicação, envolvendo pesquisadores/comunidade/universidade, visando eximir a separação baixo (Rua do Ouro) e alto (Alto da Serra) no bairro; o desmanche da fronteira invisível entre comunidade-centro histórico, comunidade-universidade; e a valorização e o reconhecimento enquanto bairro digno de merecimento e atenção do poder público.

Por fim, outro ponto a destacar na justificativa da pesquisa é a sua adequação às premissas do programa (PIPAUS, 2015) ao se colocar, por assim dizer e destacado, “como ativista e com ênfase nas artes, logo, como *ativista*”. É importante frisar que a pesquisa, apesar de ter um viés de aproximação entre política e estética na sua poética, não pretendeu ser desenvolvida como arte política, porém mais próxima da arte ativista por ser socialmente envolvida (LIPPARD, 1984)<sup>3</sup>. Trouxe para si as potências de afetação de sistemas através de práticas educomunicativas e artísticas de competências híbridas, que geraram redes de cooperação e auto-organização compartilhada como impulso para o envolvimento, a libertação crítica e a transformação social. Podendo também aproximar as práticas concebidas das práticas da arte participativa, como também da arte comunitária. (MATARASSO, 2019). Porém preferimos não nos prender em nenhum desses enquadramentos em questão.

#### **O corpo, a memória e seus afetos - o percurso criador que edifica a pesquisa-ação<sup>4</sup>**

Para avaliar e vestir o espaço público Fortim dos Emboabas e as relações sociais existentes no entorno - comunidade Alto das Mercês, encarados na pesquisa como um corpo coletivo, trouxe o discurso sobre o lugar e o cotidiano de Milton Santos em “A natureza do espaço”(2006) que revela as possibilidades de diferentes corpos dentro de um território, e me possibilita entender a potência e limitação do “corpo local” das pessoas comunidade e do meu “corpo migrante” e das materialidades urbanas que estamos inseridos e afetados. Acrescentei a essa elucidação sobre o corpo e o território, a elucidação sobre o cotidiano, tanto na esfera individual quanto na coletiva, e a relação deste cotidiano com a transgressão e inovação para a supressão da separação geográfica – no caso desse

---

<sup>3</sup> Para a autora, embora os artistas “políticos” e “ativistas” sejam, frequentemente, as mesmas pessoas, a arte “política” tende a ser socialmente preocupada, enquanto a arte “ativista” socialmente envolvida. Ver LIPPARD, Lucy R. Trojan Horse: Activist Art and Power, in Wallis, Brian (ed.) *Art After Modernism: Rethinking Representation*. Boston: New Museum of Contemporary Art, 1984, p. 349

<sup>4</sup> A partir desse subtítulo, traremos o texto em primeira pessoa, pois trata da experiência do corpo da primeira autora. Foi justificado na pesquisa por se tratar da utilização do método de cartografia de si mesma.

universo de pesquisa, do centro e da periferia, ou da zona urbana “luminosa” e da zona urbana “opaca” (SANTOS, 2006).

Os trajetos que meu corpo fez durante a realização da pesquisa, mostram uma grafia urbana, e tais traços podem ser representados como o registro de minha experiência sobre o território. O que foi vivido e que fica inscrito sobre o mapa, configurou o meu corpo, que agora é outro. Recebo sobre ele a corpografia do que fica como memória urbana nesse espaço/tempo, e busco revelá-lo aqui, com a cartografia de mim mesma. Foi possível vislumbrar os elos de compromisso e afeto entre os participantes que se estabeleceram nos encontros presenciais durante a execução da pesquisa, se fortaleceram nas oficinas presenciais para manufatura das rendas, e se fortaleceram ainda mais a ponto de enfrentar os desafios que surgiram durante o processo, até mesmo a ponto de nos adaptarmos frente a situação de distância social imposta pela pandemia que mudou os planos traçados.

#### Corpo-história - memórias, narrativas e potencialidades

Caminhando com a Teoria Corpomídia (KATZ; GREINER), que apresenta o corpo como uma coleção sempre cambiante de informações (por conta das suas contaminações incessantes com os ambientes por onde circunda), fica claro que em cada corpo biológico está também a história da sua relação com os ambientes nos quais esteve. Uma história que vai se transformando em corpo a cada instante. Desaparece o corpo que tem ou carrega outra coisa (aqui, no caso, a história), para dar lugar ao corpo que é, ele mesmo, corpo- história. (MESQUITA; CASTILHO, 2012, p. 23).

Em meu primeiro contato com a comunidade, a relação de conhecimento se dá entre corpos biológicos que carregam suas histórias pelas suas memórias carregadas de afetações pessoais de cada indivíduo ou grupo com o seu ambiente – corpo estendido. Para apreender o corpo-história dos participantes do meu objeto de pesquisa, a revisitação histórica de seu corpo estendido – o bairro Alto das Mercês e as relações travadas no seu entorno – vai dar luz à materialidade de um corpo afetado pela sua territorialidade. Como a minha descoberta desse território se dá pelas afetações do meu corpo cambiante com outros corpos, recorro, primeiramente, à memória do que me é contado sobre aquele território geográfico.

As primeiras palavras proferidas e escutadas a respeito daquele lugar foram: marginalizado, perigoso, invisível, sofre com o descaso do poder público, valor histórico. Estas primeiras foram evidenciadas em falas espontâneas.

Gostaria de me ater, agora, a essas últimas palavras – valor histórico. Deixei-me guiar pela fala de alguns historiadores e pesquisadores, que evidenciam pelas suas narrativas, o valor que ali mora, a “mais valia” que ali foi explorada, o valor que aquele espaço teve, e pelo qual travaram-se disputas. Para Adriana Romeiro (2009), umas das historiadoras mais importantes que discutem a historiografia da Guerra dos Emboabas, a qual define – uma entre outras revoltas nativistas que aconteciam naquele momento de Brasil colônia – esta memória permaneceu atrelada a um *corpus* documental bastante fragmentário e reduzido, e que a proximidade da data de comemoração dos 300 anos desse episódio, deve-nos “servir a prestar uma reflexão crítica sobre as sucessivas apropriações que se fizeram do passado, situando-as nos debates ideológicos que o contaminaram e que acabaram por lhe distorcer o sentido mais profundo”. E que “mais que simplesmente comemorar, é preciso antes rememorar”. (ROMEIRO, 2009, p. 117).

Se a esse corpo que já não carrega a história, mas que é em si corpo-história (MESQUITA; CASTILHO, 2012), marcado pelo “prático inerte” (SANTOS, 2006) devido as suas formas geográficas afetadas pelas memórias materiais e imateriais, trazidas de valorações e distorções escritas e orais – e sendo que este corpo sempre está numa relação cambiante com o seu ambiente externo – não seria a hora de reformular a memória desse espaço geográfico, descristalizando-o de algumas experiências passadas, a fim de investigar a necessidade apontada por Romeiro (2009) de se rememorar criticamente o episódio Guerra dos Emboabas, e mais ainda, de ir a frente na necessidade colocada por Milton Santos (2006) de uma nova consciência que olha para o futuro? Estabelecer, então, no presente, um diálogo que ressignifique o corpo-história, em constante ação de rememorar e renovar? Arrisco-me a responder que serão os novos olhares e as novas descobertas de corpos individuais potentes que construirão um corpo coletivo capaz de modificar o ambiente, e não somente ser afetado por ele.

Nessa busca de novos caminhos, explicitados nas ações acima desenvolvidas pelo líder e parceiros da comunidade, vejo uma visão de futuro e não somente prisão em um presente marginalizado pela lógica instrumental do equipamento cidade, nem somente aprisionamento num cotidiano vivido com preconceito. Segundo Milton Santos (2006, p. 222) seria uma indicação da vitória da individualidade fortalecida, que ultrapassa a barreira das práxis repetitivas e se instala em uma práxis libertadora, a práxis inventiva de que fala H. Lefebvre (1958, p. 240). Noto, a partir daí, as potencialidades possíveis desse corpo que vem buscando novas formas de se ampliar, para, mesmo dentro da lógica territorial de segregação e anomia em que se encontram, conquistar os espaços que lhes são de direito. Estes corpos coletivos dentro das zonas urbanas “opacas” (periferias) são os espaços do aproximativo e da

criatividade, opostos às zonas “luminosas” (centros), espaços da exatidão. (SANTOS, 2006, p. 221). São, enfim, os espaços que são abertos, contra aqueles espaços regulares que são fechados – racionalizados e racionalizadores, que estão distantes da habilidade de viver complexos. (MORIN, 2002).

Poderia aquela edificação ser encarada como o corpo estendido de uma parcela da comunidade Alto das Mercês?

Simbolicamente ela representaria a comunidade e a sua apropriação de espaços referenciados a ela por direito, e através do qual pudessem travar um novo diálogo com o centro da cidade. Diálogo este pensado através de estratégias educativas, educacionais, artísticas e interventivas que possibilitam as relações.

A escolha pelo espaço Fortim dos Emboabas se deu pelo apreço pela história do local e sua reverberação na condição da população e pela potência da edificação do Fortim dos Emboabas como representação cultural do local e população. Existe ali, uma emergência e um potencial em crescimento no quesito transformação social através da educação e da arte. No que tange aos objetivos dessa pesquisa, essa transformação pela arte pressupõe “o vestir”, ou um novo “*modus*” como eixo principal da transdisciplinaridade necessária para promover uma nova educação.

Com a condição, o limite e o convite a ação pela materialidade do espaço (SANTOS, 2010), com o sonho do artista de idealizar um novo espaço social, as identidades, os corpos e a paisagem citadina (ADVERSER, 2012) clarificados pelo texto até aqui, acrescento agora, como estilista-educadora, as indagações necessárias para o criar/tecer coletivo da vestimenta para aquele corpo-história (MESQUITA; CASTILHO, 2012). Qual seria a materialidade que traria para a vestimenta significados simbólicos? Qual desenho possibilitaria a transitoriedade? O limiar entre o sonho e a realidade? Qual tecido faria a melhor relação entre o corpo e o ambiente? Qual o modo de comunicação e a geração de potência para aquele corpo? Agora como artista-pesquisadora. Qual é o *modus* de relação estratégica performativa entre comunicar e educar pela ação do vestir na construção de um novo tempo? Pensar e fazer esse novo *modus* foi a poética adotada na elaboração e criação coletiva da intervenção Renda-se - uma proposta interventiva, artística e socioeducativa, de caráter flexível e emancipadora, junto à comunidade Alto das Mercês.

**A vestimenta-ação - Renda-se – construção de redes e consciências reticulares**

Embora haja uma forte componente relacional e reflexiva na pesquisa, seu foco principal foi a sua proposta prática vestível. A proposta era vestir a fachada do Fortim dos Emboabas<sup>5</sup> com rendas têxteis e digitais, e nomear a intervenção como *Renda-se*, inspirada pelo momento histórico do Capão da Traição<sup>6</sup> na Guerra dos Emboabas e no acervo de rendas deixado pelo Almirante Max Justo Guedes<sup>7</sup>. Comuniquei a proposta da pesquisa e da vestimenta a alguns representantes da comunidade Alto das Mercês para saber a opinião deles, se fazia sentido para eles e o interesse deles em participar da pesquisa e em construirmos juntos a vestimenta. Ressaltava o objetivo de dar visibilidade à comunidade, percebida esquecida pelo poder público e necessitada de comunicar-se com a cidade, como também de fomentar o protagonismo das pessoas da comunidade na criação coletiva, possibilitando um vínculo de pertencimento com o espaço público destinado a eles, a consciência e valorização pessoal e social. A partir daí, os representantes da comunidade gravaram um vídeo<sup>8</sup> convite para os interessados em participar, que foi editado e divulgado por todos. Foi ponto inicial das ações em campos de forças micropolíticas possíveis para aquele corpo, com o objetivo de conectar ações e pessoas em redes de cooperação.

A renda traz em si a ideia de rede – são pontos que se ligam para formar algo abrangente, um tecido. Toda a pesquisa foi pensada de forma a criar redes e utilizar-se destas para dialogar e encontrar ideias para um processo criativo coletivo. Redes faz sentido também como relações – para que as conexões se realizassem de maneira mais humana e que isso aparecesse no resultado da pesquisa. Para encontrar os parceiros ideais foi necessário que a ideia chegasse até a essas pessoas, e para que isso ocorresse foi necessário mais uma vez que a rede acontecesse, que as ideias se espalhem e as pessoas se ligassem. Portanto, intui a renda como bem simbólico para o grupo. Essa expressão têxtil liga pontos, forma uma estrutura, um tecido. Ela pressupõe vários pontos, ligações, conexões, correspondências. Portanto, presume um outro que responde. Logo, pode ser traduzida como

---

<sup>5</sup> O chamado “Fortim dos Emboabas” localiza-se no bairro Alto das Mercês, no centro histórico da cidade e município de São João del-Rei, estado de Minas Gerais, no Brasil. Terá sido erguido na primeira década do século XVIII, com a função residencial, constituindo-se em um dos primeiros imóveis do primitivo Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar. O antigo casarão encontra-se tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1938. De propriedade do Almirante Max Justo Guedes, foi por este doado em 2009 à Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), que o requalificou e ali instalou o “Centro de Referência da Cultura Popular Max Justo Guedes”.

<sup>6</sup> Sangrento episódio de massacre dos paulistas que se renderam durante a Guerra dos Emboabas.

<sup>7</sup> Alto escalão da Marinha do Brasil, o Almirante possuía uma grande bagagem intelectual; era especialista em História Naval Brasileira e História da Cartografia. A sua casa e todo o seu acervo em peças artísticas, como o acervo de cerâmica de várias regiões do Brasil, e o pequeno acervo de rendas foram doados ainda em vida para a Universidade Federal de São João del-Rei, com o objetivo de transformar o antigo casarão num espaço cultural para a comunidade do Alto das Mercês e toda a São João del-Rei.

<sup>8</sup> Acessar: <https://youtu.be/RvLKmdsQRGs>

uma manifestação têxtil de relacionamento, de interdependência, de cruzamento das partes que compõem o todo. Na sua materialidade reside a constatação de que o meu corpo - como um ponto no espaço - que afeta e é afetado pelo outro, compõe um nosso corpo - coletivo, estendido, afetado pelo ambiente por onde transita e que, pela sua potência de muitos, afeta e transforma o ambiente, por onde não só - transita, transgride, transmuta - mas o cria, como em um jogo de invenções, lembrando Yamamoto (ADVERSER, 2012).

No desejo de fomentar consciência através do vestir foi que desenhei a proposta da pesquisa e da consequente intervenção "Renda-se". A proposta é: apropriar dessa materialidade têxtil trazida pelo cartógrafo Almirante Max Justo Guedes em seu acervo de rendas; apropriar do seu desejo para a comunidade com a doação do seu patrimônio; rememorar a história carregada pelo corpo-estendido Fortim dos Emboabas no episódio de rendição conhecido como Capão da Traição; comunicar e criar o pertencimento da comunidade Alto das Mercês com o espaço público; construir coletivamente um produto simbólico para esse corpo-coletivo; cruzar as fronteiras invisíveis entre centro-comunidade-universidade durante o processo de co-criação da vestimenta; desenhar no território urbano uma renda de deslocamentos, vínculos e relações; e vivenciar no fazer artístico da renda a consciência reticular como um *modus faciendie vivendi*.

Com as aproximações entre a roupa e a habitação como extensões do homem, passíveis de comunicação (MCLUHAN, 1964), faço o meu primeiro nó na construção da vestimenta. Convidei à ação comigo, o colega pesquisador Igino Oliveira da Silva, arquiteto e amante das tecnologias digitais e dos jogos. Foi a conexão perfeita para trazer para a vestimenta as características interativas das novas tecnologias. Portanto, o projeto da intervenção "Renda-se" virou uma parceria de pesquisas e é parte do produto final da dissertação de mestrado de ambos os pesquisadores.

Através da criação de rendas manuais e de interações humano-computador pretendíamos cobrir a fachada do casarão Fortim dos Emboabas, localizado na fronteira centro histórico-bairro Alto das Mercês, e se apropriar criativamente do entorno utilizando tecnologias digitais. A ideia principal da intervenção era tornar a comunidade do Alto das Mercês reconhecida pelo seu valor histórico e cultural que muito contribuiu para a formação da cidade de São João del-Rei. E, com algumas atividades práticas possibilitar que os participantes da intervenção, de todas as esferas

territoriais da cidade, pudessem refletir sobre as complexidades do seu cotidiano e suas manifestações culturais - promovendo o despertar para a cidadania plena e a transformação social.

Por meio de atividades práticas artísticas e educacionais fundamentadas nos métodos Pesquisa-ação, Pesquisa em Artes e *Research by Design*, a participação da comunidade se deu no desenvolvimento de rendas têxteis, rendas digitais, mapas, fotografias, vídeos, áudios e protótipos que juntos direcionaram a concepção final da intervenção, tanto fisicamente quanto digitalmente, possibilitando o contato dos participantes com a obra desde a sua concepção até a própria vestimenta do local. Apesar dos percalços no caminho com a situação pandêmica da COVID-19 durante o desenvolvimento da pesquisa e das etapas necessárias até a conclusão da intervenção, podemos dizer que muito do proposto, foi realizado. Sofrendo apenas algumas alterações que, na verdade, viriam de encontro às novas urgências de mudanças nas relações sociais.

Chegamos então ao formato da intervenção que teve a transmissão ao vivo dos resultados das rendas físicas e digitais, além disso, fizemos postagens para que as pessoas interessadas pudessem adquirir as almofadas do Renda-se. O link do tear digital e a postagem para compra das almofadas ficam no nosso *Instagram* @rendasesjdr<sup>9</sup>. Foi também compartilhado no dia via *Whatsapp* e *Facebook*<sup>10</sup>. A etiqueta da almofada foi pensada para que o comprador, através da leitura do *Qrcode*, pudesse ter acesso à interface “Renda-se” para conhecer nossa história, nossas redes sociais e poder se divertir e interagir com a comunidade através das rendas digitais. A intenção com as almofadas de renda Mercês, além de gerar um rendimento extra para os participantes do coletivo, é justamente levar para dentro da casa das pessoas, a história, os valores e a possibilidade de comunicação e interação com a comunidade e com a intervenção artística e urbana.

Todas as tomadas de decisão do grupo, do feitiço à divisão dos ganhos dos trabalhos, estão sendo feitas democraticamente, como um ensaio de proposta cooperativista, bem próxima da economia solidária. Nossa intenção é aprimorar o produto e apresentar no mercado, almejando uma produção mais volumosa. Estamos aprimorando tecido, acabamento, tingimento, para que o

---

<sup>9</sup> Acessar: <https://www.instagram.com/rendasesjdr/>

<sup>10</sup> Acessar: <https://www.facebook.com/rendasesjdr>

produto tenha cada vez mais valor agregado em cima do valor histórico, cultural e humano que já possui.

Acredito que o mais importante dessa fase do Renda-se tem sido os diálogos, os acordos, os deslocamentos para a execução do empreendimento. As primeiras almofadas da intervenção, nós não colocamos à venda por precisarem de ajustes na modelagem. Resolvemos retirar delas as rendas e usar nas encomendas. A partir de então, estamos trabalhando na ideia de fazer dessas primeiras almofadas um bem simbólico para os participantes do coletivo, onde cada integrante bordará os desejos escolhidos para a comunidade em uma capa da almofada, escolhendo um deles para desejar ao seu amigo oculto no jogo que faremos para colocarmos em palavras o que foi aprendido umas com as outras durante o percurso do Renda-se. Usaremos a interface digital e a própria almofada bordada como suporte para esse ato de carinho e reconhecimento dos momentos compartilhados juntos.

### **Os dados, os desejos, os *modus* e as conclusões**

Ao analisar os dados da pesquisa quero colocar alguns pontos de reflexão. Partimos dos problemas levantados pelos representantes da comunidade para que a vestimenta cumprisse com seu ideal de transformação social em pequeno grupo. Buscamos uma possível solução do problema através da criação coletiva de uma vestimenta para aquele território, Alto das Mercês, representado pelo espaço público Fortim dos Emboabas. O problema mais apontado foi a SEPARAÇÃO entre alto e baixo dentro do próprio bairro e entre centro-comunidade. Nas primeiras oficinas realizadas nos nossos encontros semanais às terças-feiras com a comunidade, começamos a construir coletivamente, através da noção dos problemas enfrentados e dos desejos de cada morador para a comunidade, um rico tecido de correspondências materializando a confecção do mapa afetivo da comunidade Alto das Mercês. Nesse mapa foram dispostas as palavras geradoras de acordo com o afeto de cada participante dentro do mapa da comunidade. Em seguida, foram traçadas linhas de forças que conectam essas palavras.

Subsequente em outra oficina, optamos por levar a comunidade para uma oficina no Campus Santo Antônio (UFSJ), no laboratório de robótica. A experiência dessa oficina visava levar o participante a imaginar tecnologias que ainda não existem e que poderiam ser utilizadas em um Ambiente Interativo Urbano. A partir dos desejos levantados previamente nas oficinas anteriores pelo mapa afetivo, foram convidados a escolher um desejo, a identificar onde morava aquele desejo em seu corpo, a criarem

aparatos que conectavam o desejo a parte do corpo, e a falarem sobre o processo criativo e o motivo da invenção. A partir da seleção desses desejos mais levantados pela comunidade nessa oficina, nós colocamos os mesmos como possibilidade de colorir o fio das rendas digitais na interface “Renda-se”.

A nossa vestimenta ampliada pela interface digital materializou, em um tecido colorido de muitos desejos para a comunidade, a expressão do que representa a vestimenta-ação para aquele lugar. A análise das rendas digitais com os desejos enviados através da propriedade interativa da vestimenta digital durante a intervenção pode ser acessada por computador pelo link das rendas digitais animadas. Veja: <[https://alice.dcomp.ufsj.edu.br/webart/tear.html/tear\\_server\\_live.html](https://alice.dcomp.ufsj.edu.br/webart/tear.html/tear_server_live.html)>. O maior desejo para a comunidade, gerado pelos espectadores participantes da obra aberta, é a UNIÃO.

Coincidência? Consciência? Prefiro me ater aos desígnios sentientes (SOARES, 2000) de uma tradução da materialidade de um corpo que carrega matéria que se liga ao seu contexto histórico, necessidades sociais e aspirações culturais (OSTROWER, 2010), mesmo que não racionalizados. Aquela matéria que propõe os confins do possível para cada indivíduo criador, e amplia sua possibilidade de ação no mundo. A percepção dessa matéria - como diz Ostrower (2010) - envolve apreender um mundo externo e interno, e ainda, um interpretar o que está sendo apreendido, o que gera a consciência.

Pensando na divulgação dos resultados da pesquisa para os participantes e espectadores foi editado um vídeo<sup>11</sup> que documentou o processo criativo e o objeto artístico da pesquisa. No caso das exposições realizadas, todos os participantes foram convidados a participar e todos os eventos foram divulgados para o público em geral.

Penso agora, em cada ponto de emancipação (FREIRE, 1970) da ação do espectador participante (SCHECHNER, 2010) ao ver que seu movimento criador estimulado pela obra aberta (ECO, 1976) o liberta da condição de passividade diante de realidades distantes e torna seu gesto ativo na construção de novos “mundos”. Não seria a vestimenta-ação a possibilidade de desenhar um novo tempo para aquelas realidades afetadas pela obra? Um tempo em que a união seria um modus de se relacionar dali adiante. Não estaria a moda cumprindo com o seu papel de transitoriedade entre

---

<sup>11</sup> Acessar: <https://youtu.be/8H8rb8Z2rss>

o velho e o novo, passado e futuro? Incitando um novo espaço social através do sonho de alguns criadores?

Cumpriria, então, a vestimenta com o desejo de Romeiro (2010) e Santos (1996) de rememorar e renovar através do diálogo das memórias? Trazendo para este corpo um novo corpo-história?

Ocupando o tato e a visão na imersão do fazer a renda, liberta-se a escuta e a fala para ressoarem como potência maior de diálogo e relação. Sim, é um processo de prática *sentiente*, onde o próprio ato de sentir, de impressão da realidade, converte-se em ato de aprender, sem racionalizar ou conceituar (SOARES, 2000). Apenas como relação.

O *modus* ensino-aprendizagem experimentado na pesquisa me traz - Morin (2002), Gutiérrez (SOARES, 2000) entre outros - que propõem que se eduque para a sensibilidade humana, para a incerteza, para a melhoria das relações, para usufruir a vida, para a condição humana, para a compreensão, para a ética, para a apropriação da história e da cultura. Convido a cada um para que seja Ariadine com seus fios e se percam no labirinto dessa renda, onde não limito caminhos nem respostas certas. Apenas sinalizo relações possíveis entre as áreas procurando por novos *modus* de fazer, e agir, e comunicar, que estimulem consciências sustentáveis de inclusão, integração, relação, pertencimento, reflexão e interpretação, através do vestir. Acredito que o vestir deve ser revisto para a sustentabilidade do ser. Aqui exponho uma possibilidade poética de imaginar e desenhar uma vestimenta ideal que comunique os sonhos de um novo tempo e o rompimento com um passado que não serve mais. Não seria ético nem educacional da minha parte impor uma conclusão. Nem responder com dados fechados, mas sim e apenas, responder com um desejo, com uma ação, com uma obra de arte (ZAMBONI, 2006).

As práticas artísticas vivenciadas e co-criadas poderiam ser enquadradas tanto como artistas - pelas suas aproximações políticas e o envolvimento social; tanto como arte participativa - por terem sido executadas por artistas profissionais e artistas não-profissionais nas margens e fronteiras; quanto como arte comunitária - por se tratar da criação de arte como direito humano, que cooperam entre iguais, para propósitos estabelecidos em conjunto, prevendo uma mudança social (MATARASSO, 2019).

O vestir ligado ao consumo - como tantas outras ações cotidianas dos tempos pós-industriais como o morar, o alimentar, o deslocar, o ter conhecimento, o ter prazer - é aquela parte que julgo necessária

ser revista para a sustentabilidade do ser, e que está aqui declarada nessa pesquisa que tem como proposta mostrar um caminho de contribuição e consciência do que verdadeiramente é o vestir. Pois essa inconsciência provocada pelo sistema vigente (NARANJO, 2015) tira de muitos corpos a capacidade de refletir sobre os significados de uma vestimenta, de uma moradia, do que é o urbano. Ademais, juntando agora nessa combinação a urbanidade, aquela que mede a qualidade do urbano e das relações entre corpos, espaços e cidades, já nem sei mais como nomear tais práticas artísticas experimentadas. Acredito ter sido uma relação entre arte e vidas, com fortes marcas pessoais e com desejos de viver experiências éticas e estéticas com o grupo na intenção de uma ação coletiva e transformadora em um território pela relação corpo-vestimenta-ambiente.

O produto artístico final não se assemelha ao desenho conhecido de uma roupa, pois não está em questão o produto como o reconhecemos. Está em questão o processo do feito e a ação do vestir, e o que isso significa em um corpo. É esse agir o que possibilita a transformação, por isso, *vestimenta-ação*. Em suma, talvez não fique claro para alguns a roupagem naquele corpo, mas tento deixar perceptível o significado colocado em cima daquele corpo. Esse é o almejado na pesquisa - que se recupere o afeto e se amplie o entendimento do significado de por sobre si - de vestir. Diante de um novo tempo, almejo também que se reflita sobre as novas materialidades possíveis e significativas em vestimentas que modificam, traduzam e identifiquem novos corpos.

Vejo que algumas transformações ocorreram comigo e com os parceiros deste percurso criativo e quero testemunhar o que pude presenciar e os *modus* de cada um que ficam em mim, vivenciados nas relações que tivemos ao compartilhar um processo de criação coletivo com objetivo de unir arte e vidas: que rememora o passado, que olha para o futuro, durante o presente concluído e incluso desse tempo de “Renda-se” (SANTOS, 1996). Tenho por mim, que eu mesma me transformei no corpo coletivo que persegui. Aprendi a ser muitos em mim. Aprendi a potência de pertencer, de ser renda, de estar ligada ao outro. Aprendi a respeitar os espaços do entre, do ouvir, do porvir, do devir.

São com essas texturas humanas que cubro meu corpo de novos significados. Criei um novo desenho para mim. A minha roupa de agora ultrapassa o espaço-tempo. É nessa peça que eu quero sempre voltar e me aquecer. Não preciso de mais. Preciso de muitos em um. Esse é o meu desejo para a vestimenta do novo tempo.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao parceiro de pesquisa Igino de Oliveira e seus orientadores, ao Thiago Morandi (captação e edição de imagens do vídeo intervenção) e aos representantes da comunidade Alto das Mercês pelas autorizações de uso de imagens e pelas caras contribuições recebidas no desenvolvimento da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ADVERSE, Angélica. **Moda: moderna medida do tempo**. O Futurismo italiano e a estética do efêmero. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012.
- CASTILHO, Kátia; MESQUITA, Cristiane. **Corpo, Moda e Ética**: pistas para uma reflexão de valores. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012.
- ECO, Umberto. **Obra aberta** – Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. Editora Perspectiva, v. 4, 1976. (288 p.)
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 25ª ed. (1ª edición: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. LEFEBVRE, Henri. Apresentação de uma pesquisa e alguns achados. In: **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad. A. J. Barros. São Paulo: Ática, 1991. p. 5 a 76.
- LIPPARD, Lucy R. **Trojan Horse: Activist Art and Power**, in Wallis, Brian (ed.) *Art After Modernism: Rethinking Representation*. Boston: New Museum of Contemporary Art, 1984, p. 349
- MATARASSO, Francois. **Uma Arte Irrequieta**: Reflexões sobre o triunfo e importância da prática participativa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2019 (388 p.)
- MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (Understanding media). 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1974. 325
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5ª ed. São Paulo, Brasília DF: Cortez / UNESCO, 2002. 118p
- NARANJO, C. **A Revolução que esperávamos**. Brasília, Verbena, 2015, 244 p.
- OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- PIPAUS, **Site UFSJ/Linhas de Pesquisa**. Ano de publicação: 2015, disponível em: <[https://ufs.edu.br/pipaus/linhas\\_de\\_pesquisa.php](https://ufs.edu.br/pipaus/linhas_de_pesquisa.php)>. Acesso em Maio de 2019.
- PEREIRA, Marcelo de Andrade. **O que pode a Performance na Educação? Uma entrevista com Ricardo Schechner**. Educação & Realidade. Maio de 2010. 35(2); 23-35.
- ROMEIRO, A. **Guerra dos Emboabas: balanço histórico**. IN: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ensaio. Ano 45, n.1. Belo Horizonte, 2009, p. 110.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)
- SOARES, I. O. **Educomunicação, um campo de mediações**. Comunicação & Educação, São Paulo, v. VII, n.19, p. 12-24, 2000. VILLAÇA, Nizia. **Mixologias**: comunicação e o consumo da cultura. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010. VILLAÇA, Nizia. **A periferia pop na idade mídia**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.
- ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte – um paralelo entre arte e ciência**. Campinas: Autores Associados, 2006.
-

## **Violência de gênero na pandemia: micropolíticas de combate à hostilidade doméstica no Brasil em meio ao isolamento social.**

*Gender violence in the pandemic: micro-policies to combat domestic hostility in Brazil in the midst of social isolation.*

BATISTA, Thales Campos

*Arquiteto e Urbanismo pelo Centro Universitário do Sudeste Mineiro,  
e-mail: tato\_\_camposjf@hotmail.com.*

SILVA, Flávio Silvério

*Mestre Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade e professor no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sudeste Mineiro (UNICSUM),  
e-mail: flavio.slv@gmail.com.*

### **RESUMO**

Através dos tempos, observa-se que apesar de nossas semelhanças como espécie, somos pautados pela diferença no âmbito social e cultural. Essas dessemelhanças, que nos proporcionam individualidades, são as mesmas distinções, ou singularidades, que criam as diversas formas de hostilidade. Vale ressaltar que alguns alvos foram “determinados” por décadas, séculos e até milênios, como é o caso das mulheres, ou do feminino. Mediante à intolerância e adversidade, baseadas nas diferenças, qualquer circunstância pode se tornar uma oportunidade para o ultrajante. O presente trabalho tem como objetivo analisar a situação da violência contra as mulheres no Brasil, em foco na situação de isolamento social, no período de pandemia do Covid-19, evidenciando as micropolíticas de reflexo a tal cenário que surgem da necessidade de atenção ao auxílio às mulheres vítimas de violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** misoginia, micropolíticas, pandemia.

### **ABSTRACT**

*Over time, it has been observed that despite our similarities as a species, we are guided by differences in the social and cultural sphere. These dissimilarities, which give us individualities, are the same distinctions, or singularities, which create the various forms of hostility. It is noteworthy that some targets have already been “determined” for decades, centuries and even millennia, as is the case for women, or for women. Through intolerance and adversity, based on differences, any circumstance can become an opportunity for the outrageous. This paper aims to analyze the situation of violence against women in Brazil, focusing on the situation of social isolation, during the Covid-19 pandemic period, highlighting the micro-policies that reflect such a scenario that arise from the need for assistance. to women victims of violence.*

**KEY-WORDS :** *misogyny, micropolitics, pandemic.*

## **1 INTRODUÇÃO**

A evolução humana, que se consubstancia através de tempos, nos faz observar a dicotomia de nossa espécie, marcada nitidamente por nossas semelhanças e dessemelhanças. Nossas semelhanças se

traduzem em como somos parecidos no âmbito biológico, já as dessemelhanças, que nos separam, surgem ao observarmos como a diversidade de questões sociais e culturais nos designam.

Tais dessemelhanças, responsáveis pelas individualidades, distinções, ou singularidades humanas, muitas vezes são as mesmas que criam diversas formas de intolerância, pautadas em sentimentos desfavoráveis, formadas pelo vã escuro do desconhecimento, pela falta de ponderação e pela inexperiência vinda da negação à entrega. Atualmente, diante aos preconceitos, assentados e fundamentados nas diferenças, qualquer dessemelhança pode se tornar alvo de um sentimento hostil. Entretanto, alguns desígnios de mira certa já foram determinados há décadas, séculos e até mesmo milênios: como é o caso da incomplacência estipulada às mulheres.

Nossa reflexão, retrata a situação da violência contra as mulheres no Brasil, cenário que se agravou com a situação de isolamento social proporcionada pela pandemia de Covid-19, e traz arguições presentes e futuras, a fim de compreender que medidas podem ser adotadas junto a necessidade de ampliação do sistema de auxílio às mulheres vítimas de violência.

## **2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL**

Apesar da violência contra a mulher ser tão antiga quanto o preconceito sobre o gênero, o estudo relacionado ao tema é relativamente novo. Sendo um tipo de violência estrutural, intrínseco a praticamente todo agrupamento de pessoas (GALTUNG, 1969), apenas com a ascensão dos movimentos tidos como humanistas que chegam no Brasil no início da segunda metade do século XX, que deram origem ao feminismo, começou-se a ser discutido nos âmbitos sociais os tipos de agressividades que eram deflagrados nos terrenos familiares. Esse novo cenário deixa claro que as limitações às mulheres, que sempre existiram, pouco eram trazidas à luz da franqueza.

Assim, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994, determina a violência de gênero, como uma questão relacionada ao Estado, tendo em vista que esse tipo de violência, atinge todas as mulheres de classes sociais, regiões e etnias de todo o Brasil, entendendo por violência contra mulher “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (CONVENÇÃO BELÉM DO PARÁ, 1994, p.2).

Com a definição dos conceitos relacionados à violência contra a mulher, ficam também estabelecidos os tipos de violência: sendo física, sexual, moral ou psicológica - entendendo-as como sido realizadas

no âmbito do ambiente doméstico e familiar, ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, ocorrida ou tolerada pelo estado ou seus agentes, independentemente de onde ocorra (CONVENÇÃO BELÉM DO PARÁ, 1994). Essas definições não apenas serviram de base, como auxiliaram em todo processo de elaboração dos novos instrumentos para punir e erradicar a violência contra a mulher.

Um dos instrumentos legais criados, que se tornou um marco importante, foi a Lei nº 11.340/2006, nomeada em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, mulher que ficou paraplégica após ser vítima de duas tentativas de assassinato pelo seu marido. A lei mencionada, teve papel importante como um dos principais instrumentos no que tange o tratamento sobre violência contra a mulher no Brasil. A mesma atualizou e acrescentou novos tipos de violência contra a mulher, elucidando o conceito de violência física, abrangendo mais informações sobre o conceito de violência psicológica, renovando o conceito de violência sexual e adicionando aos seus termos o conceito de violência patrimonial - entendida como “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (BRASIL, 2006, p.22) - e violência moral - entendida como “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, 2006, p.22).

Porém, mesmo com a criação de algumas ferramentas de auxílio à diminuição ao feminicídio, a realidade que temos ainda é insatisfatória, como mostram os dados sobre homicídios de mulheres, expostos por Rodrigues (2016), onde a taxa de 4,8 homicídios a cada 100 mil mulheres no Brasil, colocando o país como o 5º que mais mata mulheres no mundo, em um grupo de 83 países, ficando atrás de El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa.

No estado de São Paulo, de acordo com Santos (2017), uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência no ano de 2016, sendo agressões do tipo físicas, o número era de 503 mulheres brasileiras a cada hora. O autor nos relata que, entre todas as mulheres que sofreram violência, 52% se calaram, sendo apenas 11% das mulheres que procuraram uma delegacia da mulher e 13% preferiram o auxílio da família. No que se relaciona aos agressores, 61% eram conhecidos, 19% companheiros, 16% ex-companheiros, sendo 43% dos casos ocorridos em casa e 39% na rua. De acordo com a FUNDACENTRO (2019), Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, juntamente com o Datafolha Instituto de Pesquisa, 536 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora no ano de 2018. Ainda sobre a

situação, o portal digital do Grupo Globo, G1 (2020), relata que os casos de feminicídio chegaram a subir 73% em alguns estados brasileiros, já nos primeiros três meses de 2020.

Mas o que o contexto da pandemia de Covid-19 tem a nos descrever sobre as mulheres vítimas de violência?

### **3 GOVERNO, VIOLÊNCIA, PANDEMIA E ISOLAMENTO SOCIAL**

Mediante a existência do SARS-CoV-2, popularmente conhecido como Covid-19, e devido à sua alta transmissibilidade e relevante porcentagem dos infectados desenvolvendo os sintomas graves da doença, a única medida de prevenção para diminuição do contágio, antes do surgimento das vacinas no ano de 2021, se deu pelo isolamento social. Assim, no dia 13 de março de 2020, foi declarada pelo Ministério da Saúde (2020) o reconhecimento da “transmissão comunitária no Brasil”, significando que, a partir de tal data, todos deveriam se unir para a erradicação e decrescimento da doença no país.

Com a decisão, a maioria dos governadores e prefeitos começaram a anunciar decretos para combater o Covid-19, deliberando a suspensão das aulas presenciais, o fechamento do comércio não essencial e a descontinuação de outras atividades presenciais dispensáveis. Com a combinação de tensões econômicas e sociais - causadas pela incerteza de um novo vírus, a gestão equivocada do governo federal e as medidas de isolamento social - há o aumento dos casos de violência doméstica contra as mulheres, já que essas passam mais tempo com os seus agressores em suas próprias casas.

Um relatório realizado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (2020), aponta que os números de violência doméstica subiram na região, após a chegada do Covid-19 ao Brasil, repercutindo no aumento de 29% de pedidos de medidas protetivas e no acréscimo de 51% de prisões realizadas em flagrante. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), uma das consequências do isolamento social foi o aumento velado das ocorrências de violência, representado pela presente subnotificação de casos quando relacionada às denúncias comumente acontecidas. Tendo em vista que as vítimas ficam presas aos seus agressores, essas têm dificuldades na realização dos boletins de ocorrências e de acusações. Antes do surgimento das vacinas, mesmo que o isolamento social se apresentasse como a melhor solução para combater o Covid-19, o mesmo criara ambientes ainda mais propícios às agressões contra as mulheres.

Corroborando a ideia de uma análise equivocada sobre a situação, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) nos mostrou relevâncias alarmantes ao identificar que os registros de boletins de

ocorrência, juntos aos registros de violência sexual e medidas protetivas, sinalizavam contraditoriamente uma redução da violência de gênero. Tal situação não condizia com o crescimento dos números de feminicídios, e outras adversidades relacionadas ao sexo feminino, que explanavam o aumento de ocorrência de violência doméstica e familiar contra mulheres no período inicial de pandemia.

A quantidade de mulheres vítimas de improbidades, principalmente no ano de 2020, durante a pandemia, pode ter sido reduzida levemente em comparação aos anos predecessores, como 2019 e 2018. Porém, ressalta-se que, na verdade, a mudança que temos não está relacionada à diminuição dos índices de agressões e sim relacionada ao perfil da violência: afinal, o que acontecia nas ruas, passou a ser uma contundente realidade dos lares brasileiros.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em audiência pública realizada em outubro de 2021, discutiu os resultados da pesquisa "Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil", encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública junto ao Instituto Datafolha e com apoio da empresa Uber (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021). De acordo com os apuramentos do estudo, publicado na página virtual da Câmara dos Deputados (2021), 24,4% das mulheres acima de 16 anos confirmaram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de Covid-19. A tradução desses dados corresponde ao número aproximado de 17 milhões de mulheres brasileiras que sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. Além do convívio intenso com seus agressores, como apontado ao longo do texto, de acordo com a audiência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, o período de pandemia trouxe a falta de emprego, junto a ausência de recursos financeiros, também um fator agravante para que as mulheres não conseguissem fugir do ciclo de violência.

Tendo em vista o cenário descrito, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2020, através do então Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, estabeleceu recomendações aos países de diversas medidas para o enfrentamento e prevenção da violência doméstica durante a pandemia. Entre suas propostas estão: o investimento em serviços de atendimento *on-line*; a criação de estabelecimentos de serviços de alerta de emergência em farmácias, supermercados ou outros serviços essenciais; e a criação de abrigos temporários para vítimas de violência de gênero (ONU, 2020).

Contudo, apesar do governo federal brasileiro não ter apresentado nenhuma proposta para o enfrentamento da violência de gênero em meio ao confinamento pandêmico, algumas campanhas surgem com intuito de ajudar as mulheres em situação de hostilidade. Tais ações, ainda que precisem de aprimoramentos, são atitudes de apoio, resistência e de fomento às micropolíticas de ajuda.

#### **4 AS MICROPOLÍTICAS DE RESILIÊNCIA**

Deleuze (1976) ressalta como a relação essencial de uma força com a outra nunca é concebida como um elemento negativo em sua essência, possibilitando, como resultado de atividades vindas da existência, potências ativas e a afirmação da diferença. Assim, as micropolíticas, e suas questões, nos levam à uma visão analítica das formações do desejo no campo social e indagam o modo como se cruza o nível das diferenças mais amplas. Em vista da permanência da realidade criada sob a perspectiva que privilegia apenas determinados grupos, comum a nosso mundo, temos que muitos pensamentos e ações de resistência não têm início no foco da contraposição - apenas como contrariedade sem fundamentos de um sistema. Esses emergem de um conjunto de causas que existem por uma necessidade que nem deveriam ser discutidas: ligadas ao direito à vida, ou à possibilidade de serem sustentáveis - estando dignamente presentes na atualidade para chegarem às gerações futuras.

Assim, referente ao contexto que abordamos, temos alguns movimentos que merecem a atenção.

Pensando na constituição de campanhas como ferramenta fundamental nas lutas sociais, temos a produção audiovisual desenvolvida pelo Instituto Maria da Penha (2020), onde, em meio à uma videoconferência de trabalho, evento agora recorrente, proveniente dos tempos de forte incentivo ao isolamento social, uma das mulheres confessa aos seus colegas as agressões físicas sofridas pelo companheiro. O vídeo intitulado "*Call*" (figura 1), destaca como o apoio de figuras que fazem parte do cotidiano da possível vítima tem fundamental importância, especialmente na percepção dos atos de maus-tratos e no incentivo à denúncia.



**Figura 1: Campanha 'Call' – Instituto Maria da Penha.**  
 Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=A6CslhHgTrA>>. Acesso: 08/10/2021.

Outra construção com o mote de incriminação, foi desenvolvida pela Associação dos Magistrados Brasileiros, em 2020, juntamente com o Conselho Nacional de Justiça e a Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA). Com o nome “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica” (figura 2, na próxima página), a ideia traz grande eficácia ao permitir uma ação que pode ser desenvolvida nas farmácias. Caso uma mulher mostre a palma de sua mão com um ‘X’ vermelho marcado em batom, o profissional presente no estabelecimento deverá direcionar a mesma a uma sala reservada e ligar para uma das centrais de atendimento contra a violência, como o 180 ou 190. Caso a pessoa em situação vulnerável ainda deseje sair do local, deverá ser anotado o seu nome e o seu endereço para que as medidas corretas sejam tomadas.

Como fruto resultante da luta e empatia, vindo da campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”, os cartórios brasileiros filiam-se às outras instituições em iniciativa prevista pela Lei 14.188, de julho de 2021, que “define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2021, *on-line*). A medida procura promover o incentivo e facilidade para que as denúncias de qualquer tipo de abuso dentro do ambiente doméstico sejam realizadas.

Similarmente à situação da vítima que se dirige à uma farmácia, nos cartórios, as mulheres que demonstrarem o sinal vermelho em suas mãos, terão o refúgio em um local privado onde poderão registrar a denúncia e acionar as autoridades. Segundo a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (2021), responsável pela preparação das pessoas que acolherão as denúncias apresentadas aos cartórios, caso a vítima não queira, ou não possa, ter auxílio naquele instante, ela poderá fornecer seus

dados pessoais, como nome, CPF, RG e telefone, para que depois algum funcionário possa efetivar a denúncia comunicando-a às autoridades responsáveis.

No Canadá, uma campanha similar foi desenvolvida pela *Canadian Women's Foundation*. Nesse caso a mulher que se sentir ameaçada pelo seu companheiro, cria uma sequência de gestos com a mão, como demonstra a figura 03, na intenção de alertar e transmitir a outras pessoas o seu pedido de ajuda, seja presencialmente ou de forma virtual.



**Figura 2: Campanha do sinal vermelho contra a violência.**  
Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sinal-vermelho-se-torna-programa-nacional-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso: 08/10/2021.



**Figura 3: Campanha do sinal por ajuda.**  
Disponível em:  
<<https://canadianwomen.org/signal-for-help-campaign-launches-to-help-people-experiencing-gender-based-violence-during-home-isolation/>>.  
Acesso: 08/10/2021.

Em contraponto aos exemplos mencionados, temos uma ação que apresenta medidas estratégicas questionáveis, desenvolvida pela empresa Magazine Luiza. A entidade, demonstra uma nova funcionalidade em seu aplicativo de compras pelo celular que, teoricamente, proporciona o pedido de socorro por uma mulher acometida, de forma simples e imperceptível. Sua falha começa no processo de divulgação, onde não é colocado nenhum tipo restrição de público alvo, direcionando a visualização da possibilidade de ajuda pelo aplicativo não só às mulheres, mas também aos seus agressores. Esse item propicia aos agressores que fiquem atentos à possibilidade de denúncia, caso suas companheiras utilizem a plataforma de compra digital da rede varejista (figura 4).



Figura 4: Campanha do sinal vermelho contra a violência.  
Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sinal-vermelho-se-torna-programa-nacional-de-combate-a-violencia-contr-a-mulher/>>. Acesso: 25/09/2021.

Outra lacuna, seria a falta de clareza da localização da funcionalidade, o que inicialmente parece estratégico, ocultando-a em meio ao site, todavia acaba apenas dificultando o acesso. Por fim, ao localizar a função, a usuária é inicialmente direcionada a uma interface que apresenta mensagens de apoio e o botão de “denunciar”, que, ao ser clicado, automaticamente leva ao teclado de discagem do telefone utilizado, com o número “180”. Assim, acreditamos que não há nenhuma originalidade na proposta da loja, já que se houvesse a possibilidade de fazer tal ligação, qualquer usuária a faria sem a necessidade de passar por todas as etapas do aplicativo.

Outro caminho, dentro da abordagem, é o papel da arte frente aos incômodos que temos ao ‘compromisso’ de viver. Para alusão ao que queremos ressaltar, destacamos o trabalho da pichadora Panmela Castro e sua relevância pelo diálogo que o corpo feminino marginalizado expressa em relação a cidade. Dedicada a construir performances a partir de experiências pessoais, em busca de uma afetividade recíproca com o outro de experiência similar, a artista, bem antes do decreto de isolamento social, por meio de suas obras, já procurava chamar a atenção para as questões de violência contra a mulher, situação que se agravou nos momentos de pandemia como discutimos em todo o texto. Castro, que teve suas memórias marcadas pela experiência da violência doméstica, no ano de 2019, exhibe duas obras bem contundentes: “Feminicídio”; e “Corpo Vermelho” (respectivamente figura 05 e figura 6, apresentadas na próxima página) - ambas evidenciando e nos fazendo refletir sobre a questão de improbidades contra as mulheres.



Figura 5: 'Feminicídio', por Panmela Castro - 2019.  
Disponível em: <<https://www.pipaprize.com/panmela-castro/>>. Acesso: 25/09/2021.



Figura 6: 'Corpos Vermelhos', por Panmela Castro - 2019.  
Disponível em: <<https://www.pipaprize.com/panmela-castro/>>. Acesso: 25/09/2021.

Já no período de quarentena, em 2020, a artista cria a série fotográfica 'Penumbra' (figuras 7 e 8). O registro experimental, ligado à Rede NAMI<sup>1</sup>, retrata a solidão da mulher negra, que sozinha se torna mãe e provedora, em uma construção impactante de nossa sociedade relacionada ao celibato compulsório das mulheres pretas que são muitas vezes desconsideradas em relação às mulheres brancas, como expõe Castro (2020), em sua *homepage* oficial.



Figura 7: 'Penumbra', por Panmela Castro - 2019.  
Disponível em:  
<<https://panmelacastro.wordpress.com/portfolio/penumbra/>>. Acesso: 25/09/2021.



Figura 8: 'Penumbra', por Panmela Castro - 2019.  
Disponível em:  
<<https://panmelacastro.wordpress.com/portfolio/penumbra/>>. Acesso: 25/09/2021.

<sup>1</sup> A Rede Nami é uma ONG formada por mulheres, criada em 2010, com o principal objetivo de uso da arte como veículo de transformação cultural positiva através da promoção dos direitos das mulheres em específico pelo fim da violência doméstica. Para mais informações, acesse: <<https://www.redenami.com/quem-somos>>.

Ainda, em nosso país, contamos com o programa de políticas públicas de enfrentamento nacional à violência contra a mulher, chamado “Mulher, Viver sem Violência”. A iniciativa, lançada pelo governo federal e transformada em Programa de Governo por meio do Decreto nº. 8.086, em 30 de agosto de 2013<sup>2</sup>, nasceu dos esforços de grupos e movimentos feministas e se mantém viva graças aos mesmos. Dentre as estratégias de ação relacionadas ao programa “Mulher, Viver sem Violência”, a primeira está vinculada à criação de um ambiente único, integrado e multidisciplinar: a “Casa da Mulher Brasileira” (CMB). A casa, que teve sua idealização baseada nas reivindicações do Movimento Feminista Brasileiro, ligadas à necessidade de uma mulher percorrer vários equipamentos para buscar ajuda quando em situação de violência, é a representação de um espaço de acolhimento e com atendimento humanizado. A CMB tem como objetivo geral a assistência integral às mulheres em situação de violência, facilitando o acesso aos serviços especializados, dando condições melhores para o enfrentamento de agressões, o empoderamento e a autonomia econômica das usuárias (SECRETARIA DO ESTADO DA MULHER, 2020).

O programa de 2013, foi, inicialmente, elaborado para a implantação de uma sede da CMB em todas as capitais dos estados, em primeira instância, e em outras cidades em um plano de expansão. Até o atual momento, apenas sete unidades foram implantadas: sendo a primeira em Campo Grande (MS); seguindo da unidade de Brasília (DF); Curitiba (PR); São Bernardo do Campo (SP); Fortaleza (CE); São Paulo (SP) e São Luiz (MA).

As sedes existentes da CMB prestam um auxílio essencial na vida de muitas mulheres, e poderiam ajudar ainda mais no momento de crise mencionado, caso o seu plano de expansão fosse mantido. Entretanto, pode-se observar que, a partir do ano de 2016, os responsáveis pela gestão do país não tiveram o interesse, foco, ou prioridade de políticas públicas voltadas às questões de violência contra as mulheres. De acordo com a revista Exame (2020), entre 2015 e 2019, o orçamento da Secretaria da Mulher, órgão pertencente ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foi reduzido de R\$ 119 milhões para apenas R\$ 5,3 milhões. Outro levantamento realizado pelo jornal O Estadão (2020) expõe que, nesse mesmo período, os pagamentos para atendimento às mulheres em situação de violência recuaram de R\$ 34,7 milhões para R\$ 194,7 mil. Ainda, na Lei de Orçamento Anual de 2020, foram autorizados R\$ 20,1 milhões para as atividades relativas à Casa da Mulher Brasileira em todo o País, e a totalidade das verbas já foi reservada para os serviços, entretanto nenhum valor foi

---

<sup>2</sup> Para mais informações, acesse: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d8086.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8086.htm)>.

repassado ou pago, deixando o programa sem nenhum auxílio de verba do governo federal em 2019 e 2020.

Assim como observa-se em outros programas de cunho social - como o “Minha Casa, Minha Vida”, que se transformou em “Casa Verde Amarelo”, ou o programa “Bolsa Família”, que se transformou em “Auxílio Brasil” -, o programa “Casa da Mulher Brasileira” também deve ser reformulado, como confirma o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, na página *on-line* do Portal Único do Governo (2021).

Isso posto, é importante analisarmos que os Programas de Governo já alterados sob a responsabilidade da atual gestão do Estado, após intervenção, beiram o sucateamento. Essa realidade coloca em risco os auxílios destinados à diversas pessoas e famílias. Daí, mais uma vez, a necessidade de buscar a resistência nos coletivos, nas tribos, associações e outros movimentos que representam as mais singulares multiplicidades, como possibilidade de articulação de propostas que atendam à quem realmente carece de atenção.

Neste contexto de adversidades e de luta, assumindo que a pandemia impactou todas as propostas de ações planejadas para os anos de 2019, 2020 e 2021, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) começa, no mês de novembro de 2021, a reunir mulheres de diversos lugares para encontros voltados à reflexão e discussão da conjuntura política, econômica e social do país, que levam em consideração um olhar aprofundado sobre o programa “Mulher, Viver sem Violência”. A reorganização da AMB, busca a participação coletiva para a elaboração de propostas que almejam o fim do feminicídio, os direitos sexuais e reprodutivos femininos e o fim da constante ameaça de desmonte de serviços públicos nacionais (INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA, 2021).

## **5 MOTIVAÇÕES, PRESSUPOSTOS E PRETEXTOS**

Em suma, com a chegada da Covid-19, muitos problemas surgiram e outros foram ainda mais evidenciados. Além das questões de saúde pública ligadas ao crescente número de mortes e infectados no mundo, que devem ter toda a atenção necessária, as crises econômicas estão se desenvolvendo junto aos diversos outros problemas sociais, sejam novos ou preexistentes, que se intensificam e escancaram verdades ocultas, como é o caso dos impasses de infraestrutura nas favelas, a desigualdade social, a ausência da equidade e também a falta de políticas públicas relacionadas à violência doméstica.

Apesar da subnotificação dos dados referentes a violência de gênero, é fato o aumento dos casos de violência contra a mulher no Brasil e no mundo. Como relatou a Organização das Nações Unidas (2020), cada país desenvolve medidas para o enfrentamento tanto da pandemia, quanto das impropriedades sofridas pelas mulheres, como é o caso das autoridades governamentais e ativistas dos direitos das mulheres em parcerias da sociedade civil de países como Argentina, Canadá, França, Alemanha, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos. Diante de todas as problemáticas enfrentadas no ano de 2020, que ainda perduram em 2021, o governo brasileiro pouco apresentou medidas, ou mesmo propostas satisfatórias, no enfrentamento da pandemia, deixando também a desejar na promoção de ações relacionadas à violência contra mulher. Talvez, a participação da ANVISA na campanha “sinal vermelho para a violência doméstica”, possa, para alguns, ter algum sentimento de valia, como representação da vigente regência administrativa federal. Contudo, devemos considerar que a instituição é uma agência reguladora que se encontra sob a forma de autarquia em regime especial, ou seja, mesmo vinculada ao Ministério da Saúde, essa é um tipo de entidade que possui seu direito de administração pública indireta, gozando de patrimônio próprio e de autonomia administrativa e financeira. O que não demonstra grande vantagem ao governo.

Indo contra as necessidades da sociedade brasileira, as ações, os pensamentos e filosofias misóginas do chefe do executivo, claramente explanadas em discurso jogados na mídia em toda sua história política, antes e depois de sua posse, desenham perspectivas que acabam promovendo não só o desinteresse para com o problema objeto da reflexão apresentada, mas o incentivo aos atos destinados às injúrias contra as mulheres e outras parcelas da sociedade.

Fato é que o problema da violência se intensificou devido às medidas de isolamento social. Dentro de uma visão pessimista, onde não seja possível observar a paisagem de nossas vidas sem a realidade da pandemia, vamos deixar que esse quadro piore? Ou, mesmo com o fim do isolamento social, vamos deixar que condutas e comportamentos adversos à paz e ao bem estar aconteçam mediante a ausência de políticas públicas para o enfrentamento desses?

Assim, surgem as temáticas e dimensões das micropolíticas, atreladas às relações de perturbação vindas da tradição de supremacia de determinadas classes, demonstrando como a emergência da expressão de movimentos, ainda que menores, podem iluminar os aspectos de nível “macro” de nossa organização social. E, perante a prescrição da mudez, aqueles que são capazes, devem trazer sua voz ao mundo abrindo novas passagens, seja por meio de campanhas, da arte, ou de pequenas ações pontuais que efetivem o compromisso de não mais se omitir.

Fica a reflexão do que nós, como indivíduos, somos capazes e podemos fazer para auxiliar nas quebras dos paradigmas culturais que levem a qualquer tipo de violência, principalmente contra as mulheres, dentro ou fora de um período de pandemia e isolamento social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL. **Anoreg/BR disponibiliza materiais de divulgação para Anoregs estaduais e cartórios que aderiram à campanha Sinal Vermelho.** 2021. Disponível em: <<https://www.anoreg.org.br/site/2021/10/25/anoreg-br-disponibiliza-materiais-de-divulgacao-para-anoregs-estaduais-e-cartorios-que-aderiram-a-campanha-sinal-vermelho/>>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de ago. de 2006. Lei Maria da Penha, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Lei n. 14.188, de 28 de jul. de 2021. Brasília, DF, 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Violência contra as mulheres nas ruas cai durante a pandemia, mas aumenta dentro de casa.** 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/ministra-dameres-anuncia-a-construcao-da-casa-da-mulher-brasileira-de-natal-rn>>. Acesso em: 25 out. 2021.

CASTRO, Panmela. **Penumbra.** 2020. Disponível em: <https://panmelacastro.wordpress.com/portfolio/penumbra/>. Acesso em: 08 out. 2021

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher,** 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia.** Rio de Janeiro: Rio – Sociedade Cultural, 1976.

EXAME. **Governo não faz repasses a programa de combate à violência contra a mulher.** 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/governo-nao-faz-repasses-a-programa-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO (São Paulo). **Expectativa de vida:** por que as mulheres vivem mais do que os homens? 5 fev. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/02/expectativa-de-vida-por-que-as-mulheres-vivem-mais-do-que-os-homens.shtml>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência Doméstica: Durante a Pandemia de Covid-19,** 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>> Acesso em: 15 de jun. 2021.

FUNDAÇÃO CENTRO NACIONAL DE SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO. Violência e imposição. *In:* SANTOS, Débora Maria. **536 mulheres foram vítimas de agressão física a cada horação a mulher.** [S. l.], 28 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/noticias/detalhe-da-noticia/2019/3/536-mulheres-foram-vitimas-de-agressao-fisica-a-cada-hora>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

GALTUNG, Johan. **Violence, peace and peace research.** *Journal of Peace Research.* Oslo, v.6, n.3, p.167-191, set. 1969.

G1. Casos de feminicídio sobem 73% nos primeiros três meses de 2020 em relação ao ano anterior no RS. **G1,** 8 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/04/08/casos-de-feminicidio-sobem-73percent-nos-primeiros-tres-meses-de-2020-em-relacao-ao-ano-anterior-no-rs.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa da População**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 19 de jun. 2020.

INSTITUTO FEMINISTA PELA DEMOCRACIA. **Articulação de Mulheres Brasileiras celebra 25 anos**. 2021. Disponível em: <<https://soscorpo.org/?p=13197>>. Acesso em: 28 out. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ministério da Saúde declara transmissão comunitária nacional**, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46568-ministerio-da-saude-declara-transmissao-comunitaria-nacional>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Informativo para Profissionais da Área de Saúde sobre o Atendimento de Mulheres em Situação de Violência no Contexto da Pandemia de Covid-19**, 2020. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/PVDESFcovid19interior.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

O ESTADÃO. **Governo zera repasses a programa de combate a violência contra a mulher**. 2020. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,governo-zera-repasses-a-programa-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher,70003184035>>. Acesso em: 28 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Chefe da ONU Alerta para o Aumento da Violência Doméstica em Meio a Epidemia do Coronavírus**, 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

PORTAL ÚNICO DO GOVERNO. **Ministra Damares anuncia a construção da Casa da Mulher Brasileira de Natal (RN)**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/ministra-damares-anuncia-a-construcao-da-casa-da-mulher-brasileira-de-natal-rn>>. Acesso em: 27 out. 2021.

RODRIGUES, Annelise Siqueira Costa. **Feminicídio no Brasil: uma reflexão sobre o direito penal como instrumento de combate à violência de gênero**. Orientador: Prof. Dr. Taiguara Líbano Soares e Souza. 2016. 82 p. Monografia (Bacharel em Direito) - Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2016.

ROSSI, Aparecido Donizete. **Manifestações e configurações do gótico nas literaturas inglesa e norte-americana: um panorama**. Ícone: Revista de Letras, São Luís de Montes Belos, v. 2, p. 55-76, jul. 2008.

SANTOS, Bárbara Ferreira. **Os números da violência contra mulheres no Brasil**. Exame.com, 2017. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 20 de jun. 2020.

SECRETARIA DO ESTADO DA MULHER. **Casa da mulher brasileira**. 2020. Disponível em: <<https://www.mulher.df.gov.br/casa-da-mulher-brasileira/>>. Acesso em: 30 out. 2021.

#### Sites:

<https://canadianwomen.org/signal-for-help-campaign-launches-to-help-people-experiencing-gender-based-violence-during-home-isolation/>

<https://www.cnj.jus.br/sinal-vermelho-se-torna-programa-nacional-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>

<https://panmelacastro.wordpress.com/portfolio/penumbra/>

<https://www.pipaprize.com/panmela-castro/>

<https://www.redenami.com/quem-somos>

<https://exame.com/brasil/governo-nao-faz-repasses-a-programa-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>

<https://spbancarios.com.br/02/2020/governo-corta-verba-de-pasta-que-combate-violencia-domestica>

## Arte contra as mudanças climáticas

### *Art against climate change*

SIQUEIRA, Adilson

*Doutor, UFSJ, negrados@ufs.edu.br*

SCHIAVONI, Flávio Luiz

*Doutor, UFSJ, fls@ufs.edu.br*

#### **RESUMO**

As ações em Arte contra as mudanças climáticas parecem ser distantes e inacessíveis para uma parte da população que se perde entre a desinformação sobre o assunto e o sentimento de impotência diante da falta de informação sobre como agir. Diante deste contexto, trazemos neste texto algumas possibilidades de pensar estas ações de forma a refletir o que seria possível e cabível para a Arte na luta contra as mudanças climáticas. O que é uma arte contra as mudanças climáticas? O texto não é conclusivo e não traz respostas para estas perguntas mas convida o leitor a pensar sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** epistemicídio, monocultura, Mudanças Climáticas.

#### **ABSTRACT**

*Actions in Art against climate change seem to be distant and inaccessible for a part of the population that is lost between misinformation on the subject and the feeling of impotence given the lack of information on how to act. Given this context, we bring in this text some possibilities for thinking about these actions in order to reflect what would be possible and appropriate for Art in the fight against climate change. What is an art against climate change? The text is not conclusive and does not provide answers to these questions, but it invites the reader to think about the theme.*

**KEY-WORDS:** *epistemicide, monoculture, climate change.*

### **1 INTRODUÇÃO**

No final dos anos 1980, início de 1990 a expressão “aquecimento global” começou a ganhar evidência e a ser debatida em todo o planeta. À época, “efeito estufa” entrou no jargão popular e falar sobre os gases CFC, que interferiam na camada de ozônio, resultando em mais radiação e aquecimento se tornou corrente e a partir de então tornou-se até corriqueiro falar em gases como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>), óxido nitroso (N<sub>2</sub>O) e hexafluoreto de enxofre (SF<sub>6</sub>), o que contribuiu para o aumento da reflexão de que isso acontece especialmente devido ao desmatamento e à queima de combustíveis fósseis e, a questão foi parar na mesa do jantar e no almoço de domingo com parentes e amigos e, o aquecimento global se tornou uma realidade cruel e avassaladora que está

levando a humanidade e o planeta ao fim de seu antropoceno, e hoje está claramente causando devastações, pandemias, fome e pobreza<sup>i</sup>.

Paralelamente, porém começava e segue em curso uma guerra de desinformação, contrainformação e negacionismo<sup>ii</sup> promovida por cientistas, alguns muito respeitados, que baseados em ideias fundamentalista como livre mercado (total aversão a regulação governamental) e interesses políticos e econômicos obscuros disseminaram a partir de *think tanks* camuflados, financiados grupos de empresários, lobistas e políticos mal-intencionados que disseminaram dúvidas e inventaram debates sobre temas que já estavam consolidado e por isso mesmo entrava no churrasco de domingo. A partir de então, começou-se a debater pérolas como estas, disseminada pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) em julho de 2019: "Só por curiosidade: quando está quente a culpa é sempre do possível aquecimento global e quando está frio fora do normal como é que se chama?"<sup>iii</sup>.

Na frase dita pelo nobre edil fluminense, é interessante refletir como a guerra de negacionismo e desinformação se processa: em pleno 2019, mais de 30 anos depois do início dos debates, conforme mostramos anteriormente, insistir na questão do aquecimento é diversionismo porque foca no aumento das temperaturas e ignora que

o aquecimento global está se referindo ao aquecimento da Terra a longo prazo, e as mudanças climáticas se referem não só ao planeta estar esquentando, como também às consequências disso, em alterações mais amplas que envolvem o aumento ou redução da quantidade de chuva, maior frequência de temporais, temporada de furacões mais intensa, aumento ou redução da umidade do ar, entre outras questões. Ou seja, ainda que mudança climática implique em aquecimento, o termo é um pouco mais amplo, porque explica as alterações, em variáveis médias, que não se aplicam apenas à temperatura<sup>iv</sup>.

Sobretudo, trata-se de diversionismo deliberado não só porque nega, antes de tudo, a ciência, os dados apresentados pelo IPCC (em 2021, 2014, e 2018, pra ficar nos relatórios mais recentes) mas, também, porque desloca o debate das consequências sociais do aquecimento em função das mudanças climáticas.

O Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (DESA) por exemplo, aponta três impactos a) aumento da exposição dos grupos desfavorecidos aos efeitos adversos das alterações climáticas; (b) aumento de sua suscetibilidade aos danos causados pelas mudanças climáticas; e (c) diminuição em sua capacidade

de enfrentar e recuperar os danos sofridos<sup>v</sup>. Traduzindo em miúdos, estamos falando em aumento da pobreza, fome, doenças infecciosas, devastações por ventos, tsunamis, furacões... Ou seja, as mudanças climáticas são hoje uma realidade cruel e avassaladora que afetam principalmente as pessoas que estão do lado da Linha Abissal que compreende o Sul Global, para usar a expressão popularizada por Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Meneses ou, MAPA (siga em inglês para Pessoas, Áreas e Comunidades Mais Afetadas pelos efeitos das Mudanças Climáticas)<sup>vi</sup> para usarmos o termo criado pelo *Frydays for Future* (FFF)<sup>vii</sup>. Em ambos os casos, estamos nos referindo àqueles e àquelas marginalizadas pelo neoliberalismo, em especial, negros, indígenas, mestiços, sintetizados na sigla BIPOC (*Black, Indigenous, and People of Color*, utilizada pelo FFF)mas, também, pobres, mulheres e pessoas 2SLGBTQQIA+ vivendo em qualquer parte do mundo.

Acordos mundiais acontecem, líderes políticos discutem, metas são estabelecidas, organizações são criadas e elaboram planos de ação, mas isso tudo é muito distante do cidadão comum, que é atingido diariamente pelas consequências deste problema mas parece não ter condição de participar da luta contra as referidas mudanças. Talvez isso ocorra porque parte deste debate acontece apenas pela questão do clima e do meio ambiente e o discurso, via de regra, seja científico o que faz com que, para as pessoas em geral, entender a questão se torne um processo muito desgastante porque complexo e repleto de termos, frases e conceitos de difícil compreensão, em especial para aquelas pessoas com um nível de conhecimento e formação escolar básico ou médio, o que as leva a um sentimento de impotência diante desta condição e, pior, de descrença, dúvida e desdém, sobretudo num momento-mundo em que a ciência vem sendo cada vez mais questionada e colocada sob suspeita<sup>viii</sup>.

O panorama constatado pelo estudo da Wellcome Trust, levou Simon Chaplin (apud ANDRADE, 2019), Diretor de Cultura e Sociedade da organização que as evidências colhidas apontam que o descrédito tem relação com a reputação de outras instituições, como o governo e a Justiça e serve como “um alerta para todos que gostam de pensar na ciência como algo neutro e separado da sociedade em que vivemos” sendo que é essa também a opinião do professor Yuriij

Castelfranchi da UFMG para quem não se trata apenas da negação da ciência mas de uma crise de legitimidade (CASTELFRANCHI, 2010).

Este estudo é importante porque adiciona ao negacionismo científico atualmente em voga, em especial quando se constata o nível de educação dos questionadores<sup>ix</sup>, a questão ideológica. Trata-se de posição adotada quase sempre por aqueles que apoiam mais radicalmente o neoliberalismo, sendo contrário a qualquer ideia de necessidade de intervenção estatal na economia ou na vida das pessoas (ibid) e que são adeptos do conservadorismo mais radical, em especial no tocante a questões religiosas. E, é neste contexto que a declaração supramencionada do vereador ou posicionamentos negacionistas em relação às mudanças climáticas feitas por políticos e até mesmo presidentes e ex-presidentes se encaixam: procuram atender interesses de setores específicos.

O resultado é que o entendimento comum médio é pautado pela impressão de que o cidadão pode exercer pouca ou nenhuma influência seja porque considera que o tema passa apenas pela esfera econômica, política e financeira, sobre as quais não se tem poder para causar modificações, seja por questões de cunho religiosos, e neste caso impera o “religião não se discute”, ou ainda, pela percepção de que a forma como a sociedade contemporânea se organiza carece de mudanças estruturais o que, certamente, está longe do seu alcance. Em suma, a percepção é de que a questão das mudanças climáticas é de difícil entendimento, permeada pela linguagem incompreensível da ciência que está sendo posta em cheque pelo negacionismo, por razões econômicas e ideológicas estruturalmente complexas, recheada de política e conservadorismo exacerbado o que torna a questão difícil de ser levada a sério, por ser indelével e ao mesmo tempo blindada e impermeável, de proporções planetárias e por isso mesmo, inacessível ao ser humano comum.

Afinal, aquecimento global, a inundação das cidades costeiras, o degelo das calotas polares, a mudança do norte magnético do planeta, tudo isso parece muito enorme diante de nossa pequena existência.

## **2 LUTAR CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA**

Lutar contra a mudança climática significa lutar contra os fatores que causam o aquecimento global e o primeiro deles é a ignorância que ronda este assunto que

deveria ser simples mas que se torna polêmico ao encontrar negacionistas que tentam refutar esta realidade. Junto com os negacionistas estão os que tornam o problema homérico, irreversível e impossível de ser contornado, tornando todos os esforços para combater tal problema como uma tarefa sisífica. Entender este problema vai do simplismo de acreditar que ele não existe ao absurdo de acreditar que ele é irreversível. Por esta razão, o segundo fator que precisa ser combatido é a cortina de fumaça que se coloca sobre este tema, que nos leva a não enxergar as proporções do mesmo, seja enquanto escopo do problema, seja como escopo de suas consequências.

Focar na luta contra o aquecimento global é entender as causas desse aquecimento, é esmiuçar o que exatamente esta luta consiste de forma a permitir que ela seja feita contra as causas e não contra os sintomas e consequências do problema. A mudança climática causada pelo homem no planeta tem modificado nossa existência na Terra e acarretado diversos problemas para toda a humanidade, mas sobretudo aquelas no sul global, o MAPA, como já mencionamos, e é preciso buscar entender o que acarretou este aquecimento para compreender como agir em relação a ele. Ou seja, entender as causas é parte da ação e da luta.

Ao procurar o que acarretou a mudanças globais podemos facilmente encontrar como causa a poluição, das cidades, a indústria, agronegócio, as grandes corporações e o financismo ou, em outras palavras, o capitalismo e o consumo desenfreado. No entanto, atribuir o aquecimento do planeta a estes fatores, apesar de correto, nos deixa novamente sem condições para empenhar esforços, pois lutar contra a industrialização, contra o capitalismo ou contra o consumismo ainda parece ser uma batalha hercúlea e impossível de ser vencida. Sobretudo, precisamos combater a ideia de que se há fome no mundo e se há pessoas em condições de vulnerabilidade é preciso produzir mais para tirar estas pessoas desta situação e este é um exemplo, de que que compreender a causa, a raiz é importante porque este tipo de perspectiva é errada ao oferecer mais do mesmo: não precisamos de mais crescimento, mas de compartilhamento, distribuição e convivialismo.

Infelizmente, com isso tudo em mente, sempre há a impressão de que nossa luta não pode ser encampada, que é muito pequena e sem capacidade de resolver ou

de contribuir para uma solução contra um problema de tal grandeza. Podemos, no entanto, nos aproximar ainda mais desta causa e pensar quais condições dentro do capitalismo e do consumismo são realmente responsáveis pelas mudanças climáticas, e entre elas, quais podem ser entendidas como parte de nossa luta. E é neste ponto que a questão social e a justiça climática tornam-se elementos chave e, é nestes campos que entendemos que a arte tem uma grande contribuição a dar à questão do enfrentamento das mudanças climáticas.

Em 2005, Bill McKibben (2005) sustentou que embora soubéssemos sobre as mudanças climáticas, não sabíamos realmente sobre elas porque elas ainda não faziam parte da cultura. "Onde estão os livros? As peças? As malditas óperas?" perguntou-se, ele explicitando o fato de que

a compreensão intelectual dos fatos científicos não era suficiente - se quiséssemos avançar e efetuar mudanças significativas, precisávamos envolver o outro lado de nossos cérebros. Precisávamos abordar o problema com nossa imaginação. E as pessoas mais adequadas para nos ajudar a fazer isso, ele acreditava, eram os artistas(The Arctic Cycle)<sup>x</sup>.

Ou seja, para o enfrentamento da crise que decorre das mudanças climáticas e se acentuará cada vez mais, precisamos envolver artistas e isso nos leva ao Manifesto de Tutzing<sup>xi</sup> que, publicado anos antes, em 2001, já sustentava que "tudo que é sustentável necessita e produz cultura: como modo de comunicação e atuação que cria formas, que desenvolve, reflete, modifica através de orientações de valores e contrabalança interesses econômicos, ecológicos e sociais" e defende que "numa implicação estrutural da dimensão cultural e estética nas estratégia deverão ser implicados decididamente aqueles e aquelas atuantes que possuem a capacidade de dar vida a ideias, visões e experiências existenciais através de símbolos, ritos e práticas que podem ser transmitidas à sociedade"(SIQUEIRA, 2010). Em suma, defende envolver os artistas na questão do debate sobre sustentabilidade e, aqui, estamos conectando este olhar com o primeiro, com vistas a abranger também as questões climáticas, algo umbilicalmente conectado à questão sustentável. E com isso chegamos ao tema do presente trabalho: propor as artes como estratégia social comum para o enfrentamento das mudanças climáticas

Vamos tomar como exemplo o ciclone Tauktae<sup>xii</sup> que atingiu a Índia em 16 e 17 de março 2021, matou pelo menos 91 pessoas, danificou milhares de casas, barcos e vários pontos da infraestrutura estatal como pontes, represas, estradas etc em Kerala, Karnataka, Goa, Maharashtra e Gujarat (Índia). Neste caso, "uma pessoa com mais dinheiro pode ter sido capaz de:

- dirigir seu próprio veículo particular, ou pagar para voar para longe da área,
- pagar por cuidados médicos caso tenha se machucado,
- ficar em um hotel por uma semana,
- voltar para sua casa pouco danificada, por ter sido melhor construída estruturalmente e ligar para sua companhia de seguros, que reparará os danos<sup>xiii</sup>,
- [... continue você mesma(o) a lista]"

Exclua todas ou a maioria destas possibilidades de ação visando sua autoproteção e a dos seus e isto mostrará como as pessoas mais pobres são mais afetadas por eventos climáticos extremos e, portanto, pela crise climática; não por causa delas individualmente, como poderia afirmar um certo conservadorismo mais tacanho e neoliberal, mas por causa de todo um sistema de exclusão individual, estrutural e institucionalmente criado para não permitir a melhoria de sua qualidade de vida da mesma forma que a pessoa do primeiro exemplo<sup>xiv</sup>.

Isso se deve especialmente à colonização e a exploração contínua do Sul Global que cada vez mais tem sido objeto de superexploração<sup>xv</sup> tanto humana quanto de sua biodiversidade e de seus ecossistemas para o lucro dos países imperialistas e do neocapitalismo central localizados no Norte Global e, é importante destacar: reproduzido localmente pelas elites internas, através da prática de empurrar para as periferias e locais mais frágeis e menos estruturados (como morros, áreas sujeitas a inundações, secas, sem saneamento básico, com rendimentos baixíssimos que os expõe a precariedade em todos os aspectos da vida em sociedade, por exemplo) aquelas pessoas que constituem o estoque de mão de obra barata e abundante.

Esta superexploração e precarização da vida passa pelo especismo, "pelo racismo, pelo sexismo, pela discriminação de deficientes, pela desigualdade social, pela

crise climática e muito mais", promovendo o individualismo egoísta e injusto que separa quem são, numa perspectiva necropolítica, os morríveis e os matáveis:<sup>xvi</sup> negros, indígenas, mestiços, sintetizados na sigla BIPOC (Black, Indigenous, and People of Color, utilizada pelo FFF), pobres, mulheres e pessoas 2SLGBTQQIA+, dos que não o são, sem se importar em não deixar vidas para trás!

Por isso, é tão importante lutar pela justiça climática<sup>xvii</sup> e é neste sentido que sustentamos que a prática performativa que opte por se dedicar a tratar, em suas ações artísticas e afins (sejam elas arte-educativas, sociocomunitárias ou a produção de eventos, por exemplo) questões relativas à mudança climática. É também, por decorrência, ativista e socialmente engajada e lida estética e eco poeticamente com a dimensão sensível que é despertada quando voltamos nossa atenção para temas interseccionais como o especismo e as diferentes categorias biológicas, sociais e culturais e estéticas (estetícidio)<sup>xviii</sup>, como por exemplo gênero, raça, classe, capacitismo (ableism), orientação sexual, religião, casta, idade, localização geográfica e outros aspectos identitários que interagem com e sobre a pessoa em camadas múltiplas, inter-relacionadas e simultâneas, na promoção de injustiças, opressões e desigualdades, sejam elas socioeconômicas, raciais, epistêmicas, sistêmicas e estruturais.

Sustentar que artistas e sua arte se envolvem com questões referentes ao enfrentamento das mudanças climáticas é defender que sejam abordadas nas obras, práticas e ações; conflitos pessoais, individuais e coletivos que gerem reflexão sobre a importância de se promover inclusão, justiça social e igualdade de oportunidades para todos os habitantes do planeta, a partir do contexto local para o global (glocal).

Antes de tudo, é fundamental explicitar que esta é uma proposta de arte ativista (ativista), socialmente engajada, de intervenção urbana, que visa fomentar e ampliar práticas coletivas, espaços e movimentos de pessoas e grupos existentes em áreas e localidades (MAPA) com vistas a fazer emergir práticas comuns, comunitárias e solidárias em prol do bem comum no enfrentamento dos efeitos causado pelas crises advindas das mudanças climáticas utilizando para tal a arte como potência criativa e geradora de sensibilidade estética em relação ao olhar diante do cotidiano de modo a pensar e instaurar o bem comum<sup>xix</sup>, pros comuns.

Desta maneira, é preciso atentar que parte do problema da crise climática passa por entender que não é apenas um problema ambiental ou econômico mas, que a questão deve ser tratada antes de tudo como um problema social a atingir direta e distintamente as pessoas. Transformar a cidade, repensar a urbe e sua comunidade é tentar tornar a mesma habitada por pessoas e feita para o benefício das pessoas pode se tornar uma alternativa viável para reverter o aquecimento global. Tirar as catracas da cidade e garantir mais acesso a toda a população.

### **3 A MONOCULTURA NAS ARTES**

Em seu livro “Pequeno Manual Antirracista”, Djamila Ribeiro comenta sobre o epistemicídio, a forma como matamos qualquer outra ciência que não estivesse de acordo com o pensamento hegemônico. A erradicação de outras epistemologia traz para o campo das ciências o que aconteceu com nosso campo: a monocultura - ou a existência e a legitimação de apenas um única cultura, neste caso, a científica, que ignora outras formas de saber e de pensar.

Ao tentar pensar na luta contra a monocultura, nos damos conta de que a palavra cultura também está associada às artes. Se no campo encaramos a monocultura como parte do problema do aquecimento global, se na ciência esta monocultura é um problema, a mesma certamente será um problema ao tratar da cultura imaterial de um povo e da imposição de uma cultura hegemônica sobre as culturas populares que existem ou existiam no planeta.

A monocultura no campo artístico pode ter se tornado também uma cultura que serve apenas ao capital, uma arte hegemônica que não nos permite enxergar outras artes e culturas e que é feita para ser consumida, seja lá quem for este consumidor. Podemos então assumir aqui que esta arte hegemônica também é responsável pelo problema do aquecimento global não apenas por servir única e exclusivamente ao capital ou por ser uma arte de monocultura, mas também por se afastar, das pessoas, das ciências, das cidades, do bem comum.

É nas artes onde se encontra o maior debate sobre os processos criativos e sobre a criatividade humana e mesmo assim o pensamento vigente não aproxima artistas de cientistas, não sensibiliza artistas para questões importantes da humanidade, não integra a arte e a cidade, e deixa as artes apenas como este

espaço para a criação de objetos, da perpetuação do conceito de belo e, quiçá, como entretenimento para parte da população que tem acesso à mesma.

Se a monocultura na ciência pode significar um epistemicídio, a monocultura nas artes pode ser um esteticídio, uma devastação de toda e qualquer estética contra hegemônica que não se ocupe do escasso, que não seja mediada por catracas, que não possa servir para o acúmulo e o investimento do capital excedente, e que poderia talvez contribuir para a mudança social necessária para a solução de nossos problemas. Esteticídio e epistemicídio caminham juntos para a manutenção do nosso sistema, nossas cidades e suas catracas, podendo e exterminando qualquer ciência, arte, cultura e design que tenha origens vernaculares. Sem uma mudança estética ou sem a possibilidade de repensar o belo, não há chances de inserir toda a população no contexto desta discussão e ela volta a acontecer apenas nas esferas que interessam ao capital, como a ambiental e a econômica e, com isso a questão social e a inclusão, são relegadas a ultimo e penúltimo postos. Novamente, a única certeza que temos neste debate é que a estética e o belo que é atualmente considerado o padrão da nossa sociedade mas que foi imposto por uma parte da população foi o que nos trouxe até aqui. Dificilmente seguir neste mesmo caminho trará outro resultado. Por isso, uma nova episteme para uma nova arte que trate das possibilidades artísticas e estéticas comuns, ecopoéticas enfim, para a realização da transição do ego para o eco, de uma cultura e arte antropocena para outra, ecocena.

Pensar que a arte também deve assumir sua responsabilidade nesta luta contra o aquecimento global e que a arte hegemônica atual não serve para esta luta nos leva ao questionamento sobre qual arte poderia nos auxiliar. O que seria esta arte não capitalista, não consumista, que remove catracas, que aproxima o homem de seus bens de consumo, que aproxima produtores de consumidores, e que permite outra representação do belo? O que seria uma arte que ofereça alternativa para a monocultura, a monocracia, o monoteísmo, a monogamia, a monodisciplinaridade e a visão monocromática do mundo? Como seria esta arte sem objetos artísticos para serem cultuados, sem experiências únicas a serem experienciadas, sem servir para aumentar a desigualdade social, servindo ao acúmulo de capital e a perpetuação hegemônica?

A resposta para estas perguntas talvez esteja no fim do objeto artístico, na arte enquanto processo e como experiência que pode nos sensibilizar e nos transformar, na arte cotidiana como parte da reflexão do homem. A aproximação das pessoas de sua cultura pode ser seu distanciamento do capital, a aproximação das pessoas de seu alimento, de sua arte, de sua ciência pode tirar as pessoas do papel de meros espectadores, meros consumidores. Se a distância entre consumidores e produtores é uma das causas do aquecimento global, é necessário diminuir esta distância ao ponto de não haver mais separação entre produção e consumo. No entanto, tal diminuição não pode ocorrer como um recurso de manutenção do status quo atual. Esta experiência não pode depender única e exclusivamente do capital e ser utilizada para separar os experientes, que possuem condição para consumir a experiência, dos não experientes, que não possuem condições. Por isso é necessário pensar em outras formas de experiência, frutos de outras estéticas.

Se a primeira questão sobre as mudanças climáticas é a luta contra o seu negacionismo, é dever da arte se posicionar e lutar contra a ignorância e sua disseminação sistemática. Este é talvez um primeiro lugar onde a arte deve se colocar ao lado da ciência nesta batalha. A arte e sua capacidade de comunicar pode talvez auxiliar a ciência a encontrar ouvidos atentos a informações e diversificar os meios de transmitir esta informação. E se a arte assumir um compromisso de não mais separar produtores e consumidores ela deve ecoar na população a mensagem de que o negacionismo deve ser combatido e que é um direito da população saber sobre o mal que estamos causando a nós mesmos.

Então a arte talvez possa se colocar no papel de questionar o que seria consumir arte ou o que seria o consumismo dentro do fazer artístico. Não apenas questionar o objeto artístico como um objeto de desejo de consumo mas elevar objetos ao mesmo patamar de maneira a igualar toda forma de ação humana enquanto arte, do mais simples gesto ao gesto refinado de uma pintora ou dançarina. Entender a ação humana enquanto uma possibilidade de criação artística é remover as catracas que separam consumidores e produtores. Assumimos, por exemplo, o cinema como sétima arte sem, contudo, conseguir separar o cinema que é arte que possui uma ação transformadora do que é apenas entretenimento que possui como finalidade devolver o imaginário coletivo ao contexto hegemônico do não

questionamento, filmes *blockbusters* feitos para ser consumido enquanto produto de uma cultura massificada. Talvez o consumo tenha se tornado entretenimento devido à escassez de outras formas de se relacionar com o tempo. E a relação com a arte não deveria implicar ou significar unicamente uma relação de consumo. Afinal, nunca antes produzimos e consumimos tanta arte em suas mais distintas formas como música, teatro, literatura, pintura, escultura, cinema etc mas elas são fruídas basicamente como entretenimento e, neste sentido, via de regra, promotora de mais antropocentrismo, capitalismo e seus congêneres que contribuíram para as mudanças climáticas e para os problemas sociais que a crise do clima agrava.

Paradoxalmente, apesar do grande volume produzido, a produção desta arte parece ser cada vez mais impossível e inacessível para aqueles pertencentes ao MAPA, às camadas mais pobres e necessitadas do imaginário vivenciado na arte para plasmar a transformação de sua realidade e dos seus<sup>xx</sup>. E a esse respeito, a saturação dos canais midiáticos parecem ofuscar toda e qualquer outra iniciativa de fazer arte e com isto, impedir que integrantes do MAPA se tornem protagonistas em processos criativos, calando suas vozes e não trazendo suas narrativas para o nosso contexto histórico atual.

Neste contexto, quando pensamos a produção artística, que como dissemos acima, propomos que seja artista, decolonial, socialmente engajada e, apenas a título ilustrativo, exemplificamos como pensamos esta arte climaticamente engajada no enfrentamento da crise climática, como agente de promoção de imaginação para a mudança, para a transformação do real, entre outras, como o livro de ficção climática (Cli-Fic) de Octavia E. Butler, *Parable of the Sower*, de 1993 e a obra *Não verás pais nenhum*, de Inacio de Loyola Brandão, de 1981.

Para tanto, consideramos que é também importante pensar que o fim da monocultura deve ser pensada como um processo que inclui a relação do homem com seu consumo, com a cidade, a ciência e as artes. Ao pensarmos, por exemplo, no Movimento dos Sem Terras devemos entender a epistemologia presente no mesmo, na sua ciência e cultura que muitas vezes é negada por não ser capitalista. Afinal, o MST não é apenas arroz ou ciência, é também arte e cidadania, é estética e filosofia, é economia e sociologia. É também quilombola e periférico, belo e contra hegemônico e por isso marginalizado talvez por inserir-se

num contexto pós-capitalista como uma alternativa à monocultura e à concentração da propriedade no campo. Neste sentido que sustentamos que devemos olhar para o mesmo como uma alternativa a todas as monoculturas e um estímulo para pensarmos num movimento que tenha por visão a construção de um novo tipo de civilização e de sistema econômico “entre-pares” (“peer-to-peer” ou “P2P”) orientada para os bens comuns, baseada na generalização das formas emergentes já existente de produção por pares, governança entre pares e propriedade entre pares<sup>xxi</sup> de modo a beneficiar integrantes do MAPA, BIPOC, pobres, mulheres e pessoas 2SLGBTQQA+ vivendo em qualquer parte do mundo mas, especialmente no Sul Global. A quem cabe legitimar este tipo de movimento enquanto uma possibilidade de luta contra o aquecimento global?

Acabar com o consumismo parece ser viável e talvez basta inverter a lógica da escassez para que toda a lógica do consumismo caia por terra. É necessário acreditar na ciência, especialmente nos cientistas que buscam popularizar seus métodos, divulgar seus experimentos, e tornar acessível suas descobertas de maneira a compartilhar as mesmas com toda a população. O consumismo depende do escasso e a acessibilidade é a arma para combater sua fome pois ele não irá parar de consumir quando tudo acabar mas quando ainda existir fartura diante de sua fome. Quando todos nos tornarmos produtores, plantadores de comida, poetas, escritores, quando todos forem músicos e músicas. Neste ponto, talvez a fome de recurso dos que pregam o crescimento desenfreado possa parar. Quando não existir mais o escasso, o raro, o único, o meritocrático, o inacessível, o infalível e indefectível para o capital, talvez sua fome possa ser interrompida, e com ela, a fome real dos que não possuem alimentos, que sofrem com inundações e enchentes, possa talvez ser saciada.

Neste breve texto, nos propusemos a refletir sobre as mudanças climáticas e pensar no que podemos fazer para entender esta situação, enfrentar, ou ao menos refletir sobre nossas possibilidades de ação diante desta situação. Tentando entender este contexto, apresentamos um pouco da nossa angústia diante deste problema e, na tentativa de entender este cenário, elencamos alguns conceitos que um dia deverão ser melhor elaborados pelos autores: a monocultura como um problema da agricultura mas também das artes e das ciências; a relação entre produção e consumo mediada por catracas que tende a separar quem

produz de quem consome; a mercantilização das ações humanas e a transformação das artes, das ciências e das cidades em espaço para o investimento financeiro e de aplicação do excedente do capital; o esteticídio que, junto com o epistemicídio delimita nas artes e na ciência quem pode contribuir com este debate da mesma forma que um dia foi decidido quem era e quem não era um cidadão. Infelizmente, não trazemos soluções, apenas mais perguntas, dúvidas e questionamentos, mas acreditamos termos proposto um possível mapa interseccional, decolonial e transdisciplinar do caminho para a promoção do bem comum, inclusivo e solidário de vivermos em e com PachamamaGaia onde o eco supere nosso ego antropocêntrico. É muita coisa e poucas respostas. Desculpem-nos por isso. E seja bem vinda à luta.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Oliveira. *Resistência à ciência: Crise de confiança suscita debate mundial sobre como enfrentar ataques ao conhecimento científico*. Pesquisa FAPESP, Ed. 284 out. 2019. Disp. em <https://revistapesquisa.fapesp.br/resistencia-a-ciencia/>. Acessado em 10/10/2021

BARRUCHO, Luis. *Por que é erro científico usar dias frios para negar aquecimento global*. Disp. em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48928512>. acessado em 09/10/2021.

BAUWENS, Michel & IACOMELLA, Franco. *Economia entre-pares e a nova civilização centrada na sustentação dos bens comuns*. In O Comuneiro - Revista eletrônica. Nº 33, Setembro de 2021. acessado em 26/09/2021. Disponível em [http://www.ocomuneiro.com/nr27\\_02\\_MichelBauwenseFrancoIacomella.html](http://www.ocomuneiro.com/nr27_02_MichelBauwenseFrancoIacomella.html)

\_\_\_\_\_. *Sete hipóteses para uma estética da libertação*. Práxis. Revista Filosofazer. Passo Fundo, n. 52, jul./dez. 2019 Tradução de: Luciano Costa Santos.

BEHL, Manka. *Tauktae result of climate change, expect more cyclones in coming years: Experts*. in *The Times of India*; Experts. May 23, 2021, 04:18 IST. Disponível em <https://timesofindia.indiatimes.com/city/nagpur/tauktae-result-of-climate-change-expect-more-cyclones-in-coming-years-experts/articleshow/82868507.cms>. Acessado em 08/10/2021.

CASTELFRANCHI, Yuriy. *Por que comunicar temas de ciência e tecnologia ao público?(Muitas respostas óbvias... mais uma necessária)*. *Jornalismo e ciência: uma perspectiva ibero-americana*, v. 1, p. 13-21, 2010.

DUSSEL, Enrique. *Cultura imperial, cultura ilustrada e libertação da cultura popular*. In: *Oito Ensaios sobre cultura Latino-americana e Libertação*. São Paulo: Paulinas, 1997. Tradução de: Sandra Trabucco Valenzuela.

IPCC 2021, *Sixth Assessment Report* (Working Group I do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, edição 2021) disponível em <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/> acessado em 09/10/2021.

ISLAM, N. and WINKEL, J. *Climate Change and Social Inequality*, UN Department of Economic and Social Affairs (DESA) Working Papers, No. 152, 2017, UN, New York, Disponível em <https://doi.org/10.18356/2c62335d-en>. Acessado em 09/10/2021.

*Manifesto Tutzing*. Acessado em 10/10/2021. Disponível em <https://www.kupoge.de/ifk/tutzingermanifest/pdf/tuma-p.pdf>.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. in *Arte & Ensaios - | revista do ppgav/eba/ufrrj | n. 32*, Dez. 2016. Acessado em 09/10/2021. Disp em <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>.

McKIBBEN, Bill. GRIST. *What the warming world needs now is art, sweet art*. April, 2005. Disp. em <https://grist.org/article/mckibben-imagine/>. Acesso em 09/10/2021.

ORESQUES, Naomi e CONWAY, Erik. *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*. London: Bloomsbury Publishing PLC, 2011.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Comp.das Letras, 2019.

ROBINSON, Mary apud CANZI, Germana. *What is climate justice?* World Economic Forum. 04 de agosto de 2015. Acessado em 19/09/2021. Disp. em <https://www.weforum.org/agenda/2015/08/what-is-climate-justice/>

ROSA, Natalie. *Aquecimento global X mudanças climáticas: qual a diferença?* Canaltech: Disponível em <https://canaltech.com.br/meio-ambiente/diferenca-aquecimento-global-mudancas-climaticas-173536> Acessado em 01/06/2021

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Introdução*. in Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010

SAVAZONI, Rodrigo. *O comum entre nós: da cultura digital à democracia do século XXI* (Coleção Democracia Digital). Organização: Sergio Amadeu da Siveira. Edições Sesc SP, 2018. Edição do Kindle.

SIQUEIRA, Adilson. *Arte e sustentabilidade: argumentos para a pesquisa eco-poética da cena*. Revista Moringa. João Pessoa, Vol.1, n.1, 87-99, jan. de 2010;

The Artic Cycle. *Artists and Climate Change: building earth connections*. Disp. em <https://artistsandclimatechange.com/about/>. Acessado em 09/10/2021

TRASPADINI, Roberta e AMARAL, Marisa. *A superexploração e seus dois sentidos*. Disponível em <http://www.sindijufe.org.br/noticias/a-superexploracao-e-seus-dois-sentidos-14-12-2020-10-54> acesso em 19/09/2021

- <sup>i</sup> Cf. o relatório do IPCC 2021 (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, edição 2021) disponível em <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/> acessado em 09/10/2021.
- <sup>ii</sup> para uma abordagem mais acurada sobre o tema, Cf: ORESKES, Naomi e CONWAY, Erik Merchants of Doubt: *How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*. London: Bloomsbury Publishing PLC, 2011.
- <sup>iii</sup> No dia 7 de julho de 2019, em sua conta oficial no Twitter, o vereador Carlos Bolsonaro postou essa pergunta em meio a uma onda de frio que fez as temperaturas caírem no Sul e no Sudeste do Brasil à época. Cf. BARRUCHO, Luis. Por que é erro científico usar dias frios para negar aquecimento global. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48928512> acessado em 09/10/2021.
- <sup>iv</sup> Cf. ROSA, Natalie. Aquecimento global X mudanças climáticas: qual a diferença? Canaltech: 26/10/2020. Disponível em <https://canaltech.com.br/meio-ambiente/diferenca-aquecimento-global-mudancas-climaticas-173536/> Acessado em 01/06/2021.
- <sup>v</sup> Cf. Islam, N. and J. Winkel (2017), "Climate Change and Social Inequality", UN Department of Economic and Social Affairs (DESA) Working Papers, No. 152, UN, New York, Disponível em <https://doi.org/10.18356/2c62335d-en>. Acessado em 09/10/2021.
- <sup>vi</sup> Disponível em <https://fridaysforfuture.org/newsletter/edition-no-1-what-is-mapa-and-whysould-we-pay-attention-to-it/> acessado em 19/09/2021.
- <sup>vii</sup> movimento de promoção de greves climáticas lideradas por jovens, iniciado por Greta Thurnberg em 2018. Cf. <https://fridaysforfuture.org/>.
- <sup>viii</sup> Em 2019, um levantamento realizado pelo Instituto Gallup por encomenda da organização britânica Wellcome Trust, em 144 países, com mais de 140 mil pessoas verificou que, no caso dos brasileiros, 73% desconfiam da ciência e 23% consideram que a produção científica pouco contribui para o desenvolvimento econômico e social do país. Índices similares foram aferidos em outros países como França e Japão, onde 77% dos entrevistados também declaram desconfiar da ciência. Entretanto, conforme Mark Henderson, diretor de comunicações da Wellcome Trust "Em países mais desiguais, as pessoas tendem a desconfiar mais da ciência do que em nações mais igualitárias", Cf. ANDRADE, Rodrigo Oliveira. Pesquisa FAPESP, Ed. 284 out. 2019. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/resistencia-a-ciencia/>. Acessado em 10/10/2021.
- <sup>ix</sup> Dan Kahan (apud ANDRADE, 2019) em um estudo levado a cabo em 2015, no qual os participantes tinham que avaliar as ameaças das mudanças climáticas, cruzou as respostas com o nível de alfabetização científica de cada um, constatou, é importante destacar, que "Muitas vezes, são as pessoas com mais conhecimento científico que contribuem para a polarização do debate sobre alguns tópicos científicos."
- <sup>x</sup> Publicado na webpage da iniciativa Artists and Climate Change: building earth connections, promovida pelo The Artic Cycle. Disponível em <https://artistsandclimatechange.com/about/>. Acessado em 09/10/2021.
- <sup>xi</sup> Disponível em <https://www.kupoge.de/ifk/tutzingermanifest/pdf/tuma-p.pdf>. acessado em 10/10/2021.
- <sup>xii</sup> Análise detalhada apresentada pela Climate Trend, uma agência com sede em Nova Delhi que trabalha para conscientizar sobre questões de mudança climática e desenvolvimento de baixo carbono, aponta que o fator crucial por trás do ciclone Tauktae foram as mudanças climáticas. A análise estabeleceu a relação invariável entre o aquecimento global e a ciclogênese. Por sua vez, Matthew Roxy Koll cientista climático do Instituto Indiano de Meteorologia Tropical de Pune, disse numa entrevista: "É um fato bem conhecido que o oceano global absorveu 90% do excesso de calor gerado pelas emissões de gases de efeito estufa (GEE) desde 1970. Isso levou a um aquecimento anômalo dos oceanos no Mar da Arábia e na Baía de Bengala, que por sua vez faz com que os ciclones se intensifiquem rapidamente. Calor é energia, e os ciclones se intensificam rapidamente transformando a energia potencial armazenada no oceano em energia cinética". Disponível em <https://timesofindia.indiatimes.com/city/nagpur/tauktae-result-of-climate-change-expect-more-cyclones-in-coming-years-experts/articleshow/82868507.cms>. Acessado em 08/10/2021.
- <sup>xiii</sup> Exemplos listados por Ilan Kelman, professor de Desastres e Saúde do Instituto para redução de riscos e desastres da Faculdade de Matemática e Ciências Físicas da Universidade Global de Londres (UCL); Disponível em [https://fridaysforfuture.org/newsletter/edition-no-5-recent-natural-disasters-and-extreme-weather-events/?\\_se=bnVncmFkb3NAYXJ0ZWVzdXN0ZW50YWJpbGikYWRIlMnVvbQ%3D%3D](https://fridaysforfuture.org/newsletter/edition-no-5-recent-natural-disasters-and-extreme-weather-events/?_se=bnVncmFkb3NAYXJ0ZWVzdXN0ZW50YWJpbGikYWRIlMnVvbQ%3D%3D) acesso em 19/09/2021.
- <sup>xiv</sup> Ilan Kelman. Loc. Cit.
- <sup>xv</sup> De acordo com Traspadini e Amaral, trata-se da "exploração exercida pelo capital imperialista sobre a força de trabalho que vive e trabalha na periferia, e que será crescente e permanentemente pressionada a contribuir com o aumento da capacidade de acumulação em geral". TRASPADINI, Roberta e AMARAL, Marisa. A superexploração e seus dois sentidos. Disponível em <http://www.sindijufe.org.br/noticias/a-superexploracao-e-seus-dois-sentidos-14-12-2020-10-54> acesso em 19/09/2021.

<sup>xvi</sup> Para Achile Mbembe, necropolítica é o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Com base no biopoder e em suas tecnologias de controlar populações, o “deixar morrer” se torna aceitável. Mas não aceitável a todos os corpos. O corpo “matável” é aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça. Cf. MBEMBE, Achile. Necropolítica. in Arte & Ensaios - | revista do ppgav/eba/ufrrj | n. 32 |, dezembro 2016. Disponível em <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acessado em 09/10/2021.

<sup>xvii</sup> De acordo com Mary Robinson — Justiça climática é um argumento moral que nos obriga primeiro a “compreender os desafios enfrentados pelas pessoas e comunidades mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Frequentemente, as pessoas na linha de frente das mudanças climáticas foram as que menos contribuíram para as causas da crise climática” e isso é uma parte da injustiça. A segunda parte é que, ao agirmos para “combater as mudanças climáticas [...] Devemos garantir que a transição para uma economia de carbono zero seja justa e permita que todas as pessoas realizem seu direito ao desenvolvimento. Isso exige que a comunidade global atue de forma solidária e garanta que os recursos necessários estejam disponíveis para permitir que todos os países e pessoas façam a transição para energias limpas e renováveis no mesmo prazo.” Cf. ROBINSON, Mary apud CANZI, Germana. What is climate justice? World Economic Forum. 04 de agosto de 2015. Disponível em <https://www.weforum.org/agenda/2015/08/what-is-climate-justice/> acesso em 19/09/2021.

<sup>xviii</sup> Esteticídio é como Boaventura de Sousa Santos chama a ação colonial ao não reconhecer a criação estética e a produção das grandes culturas do Sul colonizadas ao responder de forma negativa à pergunta apriorística “O que essas culturas bárbaras puderam produzir de beleza, de estética?” não descobrindo “nelas nenhum elemento que pudesse servir como momento de criatividade, de novidade estética mundial, por seu atraso ou barbárie.” Assim, essa desqualificação da produção estética das culturais coloniais configura também um “mundo colonial estético” que promove a morte de outras estéticas (DUSSEL, 2019, p. 27).. A colonialidade produz o esteticídio ao não reconhecer a riqueza da cultura popular. Ela produz uma “elite cultural colonial ilustrada e um povo” criando “uma correia de transmissão da negação da cultura popular” por parte dessa elite que ela cria, que se considera parte do eurocentrismo e posiciona-se no centro, contra a periferia (DUSSEL, 2018, p. 26). Cf. DUSSEL, Enrique. Cultura imperial, cultura ilustrada e libertação da cultura popular. In: Oito Ensaios sobre cultura Latino-americana e Libertação. São Paulo: Paulinas, 1997. Tradução de: Sandra Trabucco Valenzuela. Veja também, do mesmo autor: Sete hipóteses para uma estética da libertação. Práxis. Revista Filosofazer. Passo Fundo, n. 52, jul./dez. 2019 Tradução de: Luciano Costa Santos.

<sup>xix</sup> Neste texto, por comum estamos nos referindo ao conceito Comum conforme proposto por Rodrigo Savazoni que nos explica que o termo “também chamado de commons, em inglês, e de procomún ou común, em espanhol [...] pode ser definido como um bem gerido por meio de uma comunidade que se autogoverna” (p.16), colabora, “coopera e reúne-se para resolver problemas que são do seu interesse” (p. 33) de modo a “afirmar e criar processos emergentes, construídos de baixo para cima, na direção de gerar novos espaços e esferas comuns” (p. 34) através de um “olhar em que natureza e cultura sejam lidas simetricamente para a construção de um novo projeto de desenvolvimento que valorize as dimensões emocionais, espirituais, éticas e estéticas de mulheres e homens, na diversidade [e] expressam relações sociais inseparáveis das relações com a natureza” (p. 45). numa relação intrínseca de interdependência: entre as pessoas e os recursos, os seres humanos e o planeta, a cultura e a natureza. (SAVAZONI, passim, pp. 16 a 45, 2018 .

<sup>xx</sup> Afinal, concordamos com ARONOFF et alli (2020): “lutar por um mundo novo começa com o ato de imaginá-lo visceralmente”.

<sup>xxi</sup> Cf. (Cf. BAUWENS, Michel & IACOMELLA, Franco. Economia entre-pares e a nova civilização centrada na sustentação dos bens comuns. In O Comuneiro - Revista eletrônica. Nº 33, Setembro de 2021. Disponível em [http://www.ocomuneiro.com/nr27\\_02\\_MichelBauwenseFrancolacomella.html](http://www.ocomuneiro.com/nr27_02_MichelBauwenseFrancolacomella.html) acessado em 26/09/2021.

## Arteciência e sustentabilidade: transdisciplinar articulação de saberes

*Art science and sustainability: transdisciplinary articulation of Knowledge*

DOSE BITTAR, Wanessa

*Mestranda, PIPAUS-UFSJ, wanessabittar@hotmail.com*

### RESUMO

O artigo apresenta as relações entre Arteciência, Sustentabilidade e Transdisciplinaridade. A partir do olhar artístico que estabelece relação entre saberes para interpretação sensível de uma realidade oculta. Neste espaço apresento o relato de participação e experiência a partir do trabalho intitulado “Olhar de quem?”, exposto na Mostra Vestígios, em 2019, realizada no centro cultural da UFSJ. Iniciativa que faz parte do calendário de atividades curriculares da disciplina Teoria e Crítica da Ação Interdisciplinar do programa interdepartamental de Pós- graduação em Artes, Urbanidade e Sustentabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arteciência, Sustentabilidade, Transdisciplinaridade.

**LINK:** [https://drive.google.com/drive/folders/1b5fe\\_Y06B\\_bvMEQTPiFLEnSOMXtc8Kgl?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1b5fe_Y06B_bvMEQTPiFLEnSOMXtc8Kgl?usp=sharing)

### ABSTRACT

The article presents the relationships between Art Science, Sustainability and Transdisciplinarity. From the artistic perspective that relates to knowledge for the sensitive interpretation of a hidden reality. In this space, I present the report of participation and experience based on the work entitled “Whose Look?”, exhibited at Mostra Vestiges, in 2019, held at the cultural center of UFSJ. Initiative that is part of the curricular activities calendar of the discipline Theory and Criticism of Interdisciplinary Action of the interdepartmental Graduate Program in Arts, Urbanity and Sustainability.

**KEY-WORDS :** *Art Science, Sustainability, Transdisciplinarity.*

**LINK:** [https://drive.google.com/drive/folders/1b5fe\\_Y06B\\_bvMEQTPiFLEnSOMXtc8Kgl?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1b5fe_Y06B_bvMEQTPiFLEnSOMXtc8Kgl?usp=sharing)

## 1 INTRODUÇÃO

O ser humano é um importante agente de mudança na natureza e tem promovido alterações nos locais onde habita ou apenas passa. Por muito tempo, a população da Terra foi pequena permitindo que as transformações ocasionadas na natureza pudessem ser absorvidas e o meio ambiente conseguisse facilmente se recuperar. Entretanto, com o passar dos anos, a população aumentou e em consequência o crescimento da exploração de recursos não renováveis e a diminuição da biodiversidade do ecossistema. Neste cenário a desequilibrada intervenção começa a afetar os ciclos da natureza, sem lhe dar condições para se recompor por conta própria. Some-se a isso o fato de que

as sociedades modernas convivem atualmente com constantes acidentes ambientais que são geralmente menosprezados em suas causas e consequências.

A globalização, a superprodução industrial e a competição pelo crescimento econômico esbarraram nos limites de uso dos recursos naturais. A finitude da natureza traz uma realidade alarmante: a crise ecológica. Vive-se hoje uma “policrise, constituída por uma crise ecológica e uma crise de percepção cidadã” (SILVEIRA, 2016, p. 28). A primeira está identificada por vários danos causados ao meio ambiente: florestas devastadas, aquecimento global, mudança climática, diversos tipos de poluições, enchentes, espécies vegetais e animais em extinção. A segunda refere-se à não percepção dos riscos com os quais a sociedade convive atualmente. Pois, a maioria das pessoas estabelecem com a natureza uma relação de isolamento entre humano e natureza, recusando-se a participar do sistema ambiental como um de seus elos, preocupando-se somente em satisfazer as suas necessidades humanas mais imediatas.

Em um mundo de relações nada simplistas, estudar a complexidade do meio ambiente e a sustentabilidade por meio da conexão entre saberes de diversos campos do conhecimento torna-se necessário e imprescindível. Tal proposta foi bem articulada pelo artista-cientista Ivan Henriques, através das experiências de criação de bio-máquinas, que será brevemente apresentada como uma das bases de fomento ao diálogo sobre tema do artigo “Arteciência e sustentabilidade: transdisciplinar articulação de saberes” que pretende abordar o olhar artístico como um potente meio para refletir a respeito da realidade.

O estudo orienta-se pelo método do Pensamento Complexo de Edgar Morin que auxilia na compreensão da correlação entre arteciência, sustentabilidade e transdisciplinaridade. Por meio de novas perspectivas teórico-práticas, Morin propõe um deslocamento das certezas científicas apresentando uma visão sistêmica (não linear) envolvida na realidade que será aqui analisada a partir da obra “O olhar de quem?”, presente na IV Mostra Vestígios.

## **2 SUSTENTABILIDADE: UM OLHAR SISTÊMICO SOBRE A REALIDADE**

Ao longo dos anos a noção de sustentabilidade modificou-se. As primeiras ideias foram desenhadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972. No evento, a comunidade internacional reuniu-se pela primeira vez para discutir problemas

ambientais globais e as necessidades de desenvolvimento sustentável . O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Declaração sobre o Ambiente Humano são resultados desse debate.

Em 1987, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de sua Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, desenvolveu o relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como relatório Brundtland, no qual destacou-se o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que “satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”. (SALIBA, 2005).

A partir desse momento, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser reconhecido. Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, realizada no Rio de Janeiro, seria outro a marco para a causa sustentável, definindo novas maneiras de avaliar o progresso em práticas sustentáveis dos países participantes na primeira comissão nos de 1970.

A Rio 92 ou ECO 92 afirmou os princípios da Declaração de Estocolmo e dos vários debates surgiram documentos como a Agenda 21, a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre as Florestas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas (SALIBA, 2005). Dentre estes documentos, a Agenda tornou-se um dos destaques, pois apresentava um plano de ação a ser implementado pelos governos participantes.

Em 2002, em Joanesburgo, na África do Sul, ocorreu a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável ou Rio+10 com o propósito de avaliar os objetivos da Agenda 21 e criar meios de controle que facilitassem a implementação do plano de ação.

A Rio+20, realizada em 2012, com representantes de vários países propôs discussões sobre como lidar com desafios do planeta, colocando em pauta assuntos como, economia verde a fim de viabilizar a troca de experiências entre países em busca de um futuro econômico, social e ambiental mais próspero.

Neste contexto surgiu a necessidade de estabelecer ações orientadas, concisas e de fácil compreensão para serem efetivadas de forma global. O que deu origem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>1</sup> (ODS), que deveriam ser implantados após 2015. Foram feitos acordos no sentido de disponibilizar financiamentos para ativar as ODS, a elaboração de um quadro de programas a respeito de produção e consumo sustentáveis para guiar os países, o estímulo para pesquisa internacional sobre tecnologias ambientalmente saudáveis, incentivo a empresas, principalmente de capital aberto e

companhias de representação relevante na economia, a usarem dados de sustentabilidade em seus relatórios de atividade.

Dessa maneira, o termo sustentabilidade sugere a necessidade de conscientização das nações para descobrir novas maneiras de investir na relação com as coisas e no crescimento de suas economias, sem agredir o meio ambiente, de modo a promover o bem-estar de todos.

### **TRANSDISCIPLINARIDADE: ARTICULAÇÃO DE SABERES EM PROL DA SUSTENTABILIDADE**

O ser humano interage a todo momento com o meio natural e cultural. O domínio sobre o mundo, através dos conhecimentos científicos, levou o ser humano a uma percepção errada da relação homem-natureza. Atualmente, os limites ecológicos fazem repensar a própria humanidade e os seus critérios de desenvolvimento pautados a partir de um paradigma da economia. Entretanto, o referido padrão prioriza uma mensuração dos resultados sem dar conta da “complexidade da sua situação real, ou seja, esquecendo que a economia depende do que depende dela” (MORIN, 2001, p. 70). E um desafio é que propostas teóricas não tem se mostrado suficiente para análise não linear. O modelo atual de mensuração de resultados está em crise. A Terra caminha para um grande colapso. E a problemática ambiental é consequência da pouca visão holística entre questões econômicas, sociais e ecológicas.

No entanto, o estudo da sustentabilidade através do pensamento complexo é uma alternativa para repensar a realidade, discutir a ciência e analisar conflitos que surgem das questões da sustentabilidade. A complexidade é o conhecimento multidimensional, compreende das limitações do objeto de pesquisa, interage informações com outras disciplinas, e aceita a incerteza, os obstáculos e que a resposta nunca é um ponto final. Um conjunto de fatores se relacionam sem excluir o outro. Morin (2011, p. 6), esclarece que o pensamento complexo não é uma forma de eliminar o pensamento simplista e sim complementar. Devido às incertezas associadas a modernidade não é possível uma visão estática e reprodutivista. É preciso um olhar que contemple as diversas interfaces da situação, possibilitando uma visão mais ampla do todo, para refletir sobre as relações afetadas. A partir desta percepção é possível compreender que a ciência esta sujeita a fatores diversos e não representa a totalidade do conhecimento e podendo ser muitas vezes questionada.

Morin (2011, p. 12) explica que o pensamento que separa e categoriza mutila o conhecimento porque é “incapaz de conceber a conjunção do uno e do múltiplo”. As realidades passam a ser fragmentadas e levam a atitudes mutiladoras. Na mesma conduta de pensamento, Popper compreende que “o

conhecimento não começa de percepções ou de coleção de fatos ou números, porém, começa mais propriamente, de problemas” (POPPER, 2004, p. 14). Diante de um problema e o encontro de soluções surgiram outras necessidade da busca de mais respostas.

A complexidade aplicada às questões da sustentabilidade permite uma análise de que alguns acontecimentos são causa e consequência de outros, pois, existe uma grande cadeia de relações interligadas. Por isso, D’Ambrósio (2012) sugere que a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade sejam utilizadas.

É fato que o pensamento científico linear não se mostra suficiente para atender as necessidades do tema de sustentabilidade. Morin (2001, p. 178) cita que a razão não deve ignorar os seres, a subjetividade, a vida, o mito, o amor, a lógica e o empírico.

Neste sentido a sustentabilidade, pelo seu caráter de constantes transformações, necessita de pesquisas que priorizam a relação entre diferentes saberes, incluindo no processo o indivíduo que é parte integrante do que é observado. Desta maneira, fazendo da pesquisa transdisciplinar um meio para compreender o mundo presente pela integração de saberes que ultrapassam as disciplinas.

### **3 ARTE: PRÁTICA DE CUIDADO COM A NATUREZA**

O cuidado é uma característica indispensável do ser humano, que segundo Boff (1999), representa “uma atitude de ocupação e preocupação, de responsabilidade e de envolvimento afetivo com o outro”, e com os espaços e as coisas que compõem o meio ambiente em que vivemos. Entretanto, o referido autor, destaca que a ética do cuidado e da “compaixão” parece adormecida na sociedade contemporânea. Principalmente quando esse cuidado com o ambiente não é entendido como parte primordial para a existência humana, seja na dimensão ética ou estética.

E ao mesmo tempo, é preocupante o fato de que atualmente, se constata um grande descuido com a mudança climática. Fischer (s/d) ao destacar a relação dos indivíduos com o ambiente pontua que elas acontecem de dois modos diferentes e complementares. O modo funcional se caracteriza a partir da maneira como os indivíduos usam os recursos materiais; e o modo vivido, relaciona aos significados dos recursos, cujo conceito é baseado nas experiências vividas no cotidiano. Nesta perspectiva é possível perceber relações de reciprocidade entre as pessoas e o ambiente (HIGUCHI,2002).

Diante do presente descuido, a arte, possui potencial conteúdo, para capacitar os indivíduos a não serem estranhos em seu ambiente. Pois, ela não só estimula afetos como permite redesenhar cognições e consequente experiências. A importância da arte reside, pois na relação dialética de construção da vida (VIGOTSKY,1999) viabilizando desejos e singularidades. O artista é um mostrador, um inventor, um criador de afetividades que se expressam pela linguagem das sensações. Dessa forma, a arte possibilita à pessoa ir além do “estar no mundo”, para “ser com o mundo”, em possibilidades infinitas de ser (DELEUZE e GUATARRI,1996). Assim possui o potencial para implantar uma cultura ecológica que compreende o meio ambiente e todo o seu entorno, principalmente a sociedade humana, como condições interdependentes.

Desenvolver um processo crítico e global de entendimento do meio ambiente pode ser viabilizado pelo que se entende de educação ambiental. Sob esta percepção, a arte passa a ser uma ferramenta para estimular o processo criativo de adaptação e incentivo a descoberta de diferentes formas de desenvolvimento, de cuidado pessoal e consequentemente ambiental.

Quanto mais existir a diversidade de linguagem de expressões, mais se pode enriquecer a identidade cultural dos indivíduos e preservar o respeito à sua diversidade.

A arte oferece possíveis formas de agir até então esquecidas ou desconhecidas. Para viver em um ambiente melhor é necessário conviver com múltiplas diversidades, para que se possa trabalhar com as grandes possibilidades que a interdisciplinaridade tem à disposição. Conforme destacado por Spinoza, a arte, na relação dialética de construção da vida, é a fusão que une a ciência (conhecimento) e a filosofia (reflexão) na busca da cidadania e de um maior cuidado ambiental.

### **ARTECIÊNCIA: UMA RELAÇÃO COM A TRANSDISCIPLINARIDADE E A SUSTENTABILIDADE**

A origem dos dois campos sociais denominados ciência e arte deram-se em momentos diferentes. O primeiro começou a ser marcado a partir do século XVII, momento no qual a ciência passa a se desintegrar das demais áreas, institucionalizando-se (BOURDIE, 2003) O segundo campo social caracterizado pelo artístico reúne condições básicas para alcançar sua autonomia a partir do século XIX (BOURDIEU, 2010, p.255). Mesmo diante da existência de espaços com dinâmicas que singularizam cada campo, diversos projetos científicos têm encontrado na associação entre ciência e arte a justificativa de suas ações.

A aproximação entre ciência e arte pode acontecer em diferentes níveis, são eles: pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar como bem definido por Nicolescu (2000). É possível reconhecer desde o compartilhamento de temas, passando pela apropriação de conceitos e técnicas até chegar à construção conjunta de conhecimento.

No nível da pluridisciplinaridade, observa-se uma convergência de interesses, por parte de cientistas e artistas, que passam a abordar tema em comum, porém a investigação ocorre de forma restrita à sua própria área.

No nível da interdisciplinaridade, ocorre a adaptação de conhecimentos e técnicas específicas, por ambos os campos. A exemplo da fotografia que conciliou descobertas científicas e artísticas voltadas para uma nova maneira de fazer arte, mais comprometida com a representação realista do mundo (JANSON, 1996).

Por último o nível transdisciplinar, em que os campos científicos e artísticos integram-se totalmente ficando os limites não reconhecidos. A exemplo do que o artista cientista Ivan Henriques<sup>2</sup> faz realizando a integração de conhecimentos da arte, ciência e tecnologia para o funcionamento dos projetos. O artista-cientista examina sistemas vivos na interface entre arte e pesquisa científica, onde explora em suas obras híbridas entre arte e ciência, desenvolvendo novas formas de comunicação entre os seres humanos e outros organismos vivos. Considerando, assim, a natureza como fonte de inspiração e um elemento necessário para o desenvolvimento do mundo tecnológico o artista Ivan Henriques apresenta: o “Projeto Marte Mariana” em que ele visitou a região de Mariana, em Minas, após o acidente ambiental envolvendo a extração de minério. Ao presenciar a paisagem destruída se colocou a refletir sobre “como inverte a situação criando com a destruição?” Na sequência coletou imagens e amostras de lama, que ele decompôs em análises químicas e com a qual construiu tijolos. Em sua instalação “Marte Mariana” a tragédia mineira se mistura a um projeto de pesquisa que o artista desenvolve junto à ESA (Agência Espacial Europeia, na sigla em inglês), e outras instituições como Vrije Universiteit van Amsterdam, Synergetica, Willem de Kooning Academy, para a terraformagem em Marte – drones aéreos que produzem oxigênio e estimulam a formação de uma atmosfera propícia à vida de seres terrestres. Desenhos e protótipo do sistema autônomo que o artista está desenvolvendo para a criação de uma paisagem em Marte se fundem às imagens de Mariana, apontando para possíveis reconstruções do meio ambiente terrestre, como também em outros corpos planetários.

Diante de tal cenário é importante destacar dois pesquisadores: Bülent Atalay<sup>3</sup> e Silvio Zamboni<sup>4</sup>, que afirmam não existir diferenças entre a arte e a ciência quando se refere ao “sentido do conhecimento humano”. O primeiro deles, ao destacar à “diferença” existente entre o cientista e o artista, coloca que “A natureza inspira tanto o artista quanto o cientista. Embora ambos estejam interessados em descrevê-la, eles têm enfoques marcadamente diversos: o artista se interessa em interpretar o mundo visível; o cientista em explicar como e por que age a natureza.”

O estilo e o procedimento do artista consistem em usar os próprios sentidos para recolher informações da natureza, em procurar-lhes as propriedades sutis, e ele talvez se mostre suscetível a mensagens subliminares da natureza que podem ser expressas por números...” (ATALAY, 2007, p. 117). A natureza é a fonte de pesquisas de artistas e de cientistas. Mas, enquanto o primeiro a interpreta, o segundo busca explicá-la. Atalay afirmar: “Quer para o cientista, quer para o artista, a imaginação se inicia com uma observação e uma análise rigorosa da natureza e termina com a síntese”. (ATALAY, 2007, p.41).

No livro de Zamboni (2006) identifica-se as principais ideias sobre a relação da ciência e da arte: “Arte e ciência como conhecimento” e “Intuição, Intelecto e Criatividade em arte e ciência”. Uma das defesas do autor é de que “A arte e a ciência, enquanto faces do conhecimento ajustam-se e se complementam perante o desejo de obter entendimento profundo. Não existe o enfraquecimento de uma forma em detrimento da outra, existem formas complementares dos conhecimentos, regidas pelo funcionamento das diversas partes de um cérebro humano e único.” (ZAMBONI, 2006, p. 21).

É nesta linha de pensamento que a relação existente, da arteciência com a sustentabilidade através da transdisciplinaridade, se concretiza e fomenta novas potencialidades para o singular campo de pesquisa “sem fronteiras.”

## **MOSTRA VESTÍGIOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A TRANSDISCIPLINAR ARTICULAÇÃO DE SABERES**

A Mostra Vestígios é uma ação extensionista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Arte, Urbanidade e Sustentabilidade da UFSJ, criado em 2016, para principalmente analisar e estudar São João Del Rei e a mesorregião das Vertentes, no que se refere a seus problemas urbanísticos, socioeconômicos, culturais e de gestão, a partir da perspectiva artística e de incentivo de práticas e comportamentos sustentáveis. Ao visar pelo desenvolvimento de todas as vidas, em comunhão, de modo a promover outro olhar para o conhecimento, transformando, assim, as condições do saber

pelos relações do ser, o ambiente e o pensar e, por sua maneira de habitar, conhecer e atuar no mundo desde um olhar Glocal. Para assim derivar deste espaço a reflexão, debates e ações, como forma de auxiliar: o planejamento urbano, a gestão das cidades, a lida com problemas ambientais e sociais no local e região.

Atualmente o corpo docente do Programa é composto por professores de diferentes cursos: Teatro, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Artes Aplicadas, Zootecnia, Medicina, Psicologia, Letras e Jornalismo. Fazendo do programa uma rede interdisciplinar de conteúdos e ações transdisciplinares valorizadas pela extensão.

Neste contexto é que em 2016, surge a Mostra Vestígios, criada pelos professores Adilson Siqueira (Teatro) e Flávio Schiavoni (Computação), que apresenta a comunidade o resultado prático dos estudos realizados na disciplina Teoria e Crítica de Ação Interdisciplinar.

Nesse espaço, os alunos podem pensar aspectos complexos da vida contemporânea por um viés artísticocientífico impulsionados pela troca de saberes e de olhares transdisciplinares lançados sobre a cidade e a região os quais são, naturalmente, guiados por uma perspectiva global.

A IV Mostra Vestígios, contou com a curadoria dos professores Adilson Siqueira (Teatro), Flávio Schiavoni (Computação) e da professora Ivana Latosinski (Matemática). Espaço em que alunos puderam levar a população, práticas em artes, urbanidades e sustentabilidade sobre principalmente a vivência da cidade por propostas artísticas.

Focada no processo de criação e articulação do pensar e agir, esta IV Mostra Vestígios se apresenta na visão do curador e professor Adilson Siqueira:

“uma proposta antropofágica das ideias, uma construção de anseios coletivos sobre questões que circundam nossa sociedade, configurando, por assim dizer, uma denúncia ambiental, política, feminista, racial e social que opera a materialização da transformação de anônimos e célebres para além de artecientista mas, também, protagonista de ações que os tornam sensíveis e, ao mesmo tempo encorajados, a refletir contra o método e a favor do terceiro incluído. Por essa razão, a maioria dos trabalhos apresentados foram um convite à participação do público, a interagir com a obra de modo a refletir sobre o seu próprio modo de ver e viver a cidade.”

Na IV Mostra Vestígios foram apresentadas as seguintes obras: O olhar de quem?; Cidades; Philomela; Para além do que se vê; Saboreie as escuras e descubra o quê é; Aparte. Além de uma extensa programação de oficinas, palestras, mesas redondas e uma mostra de vídeos sobre o que é ArteCiência. Todas as ações com característica transversal, pensadas através de metodologia colaborativa, aplicada em aula para a turma 2019/ 2º semestre.

Em específico neste artigo o foco de descrição será sobre a obra “O Olhar de quem?”, que foi um projeto poético, realizado por um grupo de mestrandos de áreas profissionais distintas, referente a uma vivência fotográfica sobre urbanidades invisíveis.



**Figura1 – Momentos da vivência para realização da obra “ O olhar de quem?”**  
Fonte: acervo do grupo de trabalho da obra “O olhar de quem?”

A abordagem da urbanidade invisível é potente e traz aos participantes questões muitas vezes impensada ao viver na correria do dia-a-dia. Desacelerar e caminhar pelo desconhecido é uma experiência vital para absorção de uma vivência estética. Aquela que pretende aumentar a relação dos indivíduos com o meio melhorando o grau de afetividade pelo desconhecido e principalmente ampliando cuidados com o que passou a ser conhecido ao vivenciar. O que também pode ser um proposta artística adaptada para repensar, os atos diante da mudança climática, que precisa com urgência ser trabalhada em sociedade.

O trabalho foi realizado a partir de um planejado trajeto de vivência guiada, onde os participantes foram provocados a refletir sobre São João del-Rei, pouco conhecida. Aquela que possui caminhos sobrepostos, betas, pessoas, lugares à margem. O grupo propositor acompanhou os participantes na vivência e após este momento todos os registros foram encaminhados para o google drive onde pode-se ter acesso as imagens. A partir disso iniciou-se o trabalho de leitura e de sobreposição fotográfica, que através da subjetividade do olhar e da técnica, foram criadas camadas de percepções sobre o espaço e a urbanidade experimentada pelo coletivo, revelando uma cidade que é encoberta na ótica turística do local.

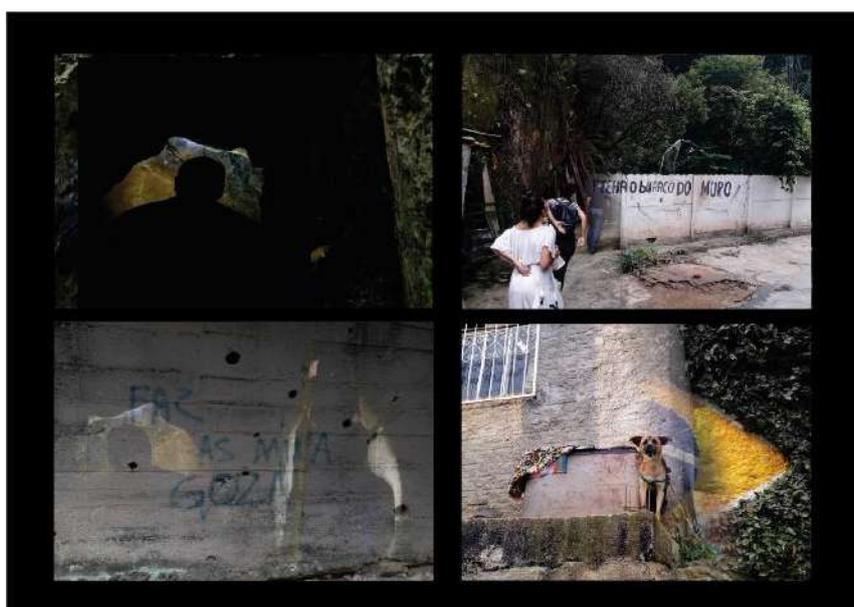
As imagens apresentadas foram como os “vestígios” da vivência para a IV Mostra Vestígios, sendo elas, disponibilizadas em formato de um postal para o público que visitou a exposição.

O referido trabalho destacou-se pelo grau de envolvimento dos participantes, no processo de constituir a obra, levando os registros de uma realidade a margem para um espaço de olhares nobres – Centro Cultural Solar da Baronesa em São João del-Rei .

A comunidade envolvida esteve presente na exposição para apreciar os registros e os olhares dos participantes da vivência. O resultado desse processo criativo ficou instigante e despertou a possibilidade de outros desdobramentos e envolvimento da população local para fazer existir lugares e histórias ainda “secretas”.



**Figura 2 – Parte da obra “Olhar de quem?” - marcação do trajeto da vivência”**  
 Fonte: acervo do grupo de trabalho da obra “O olhar de quem?”



**Figura 3 – Parte da obra “Olhar de quem?”- postais distribuídos para o público”**  
 Fonte: acervo do grupo de trabalho da obra “O olhar de quem?”

Durante a elaboração e vivência da obra a relação entre arte e ciência tornou-se evidente e foi além de um processo interdisciplinar, seguindo uma direção transdisciplinar, propiciando a unidade do conhecimento. Pode então, potencializar diferenciados olhares e contribuir para conscientizar o ser humano a ser mais participativo, crítico e criativo. Um ser humano que cada vez mais propõem soluções para os problemas de seu tempo através de uma visão desinibida de fronteiras e mais holística, plural e criadora.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao tratar neste estudo sobre o tema “Arteciência e sustentabilidade: transdisciplinar articulação de saberes” entende-se que todo tipo de problematização demanda o conhecimento de interações com o ecossistema. Assim é a implementação da sustentabilidade, que depende da articulação dos saberes do todo e das partes, como mostrado no estudo da teoria e crítica interdisciplinar e também no processo prático realizado na ação de extensão da referida disciplina. Tal compreensão resulta no fortalecimento do indivíduo em sua missão para intervir e melhorar o viver no espaço e tempo marcado pela frágil efemeridade.

A arte com a união da ciência pode despertar contribuições para mudanças de como o indivíduo interage com o meio ambiente. Assim resultar em possíveis avanços para contribuir com a regeneração de diversos ecossistemas do planeta.

#### **5 NOTAS**

1. <https://odsbrasil.gov.br/>

2. Nascido em 1978, no Rio de Janeiro, Ivan Henriques vive em Haia, Holanda, desde 2009. Artista transdisciplinar, ele é um pesquisador que trabalha em instalações multimídia, especializado em interação espacial, robótica e biotecnologia.

3. Bülent Atalay - Ancara, 10 de junho de 1940- é um físico, professor, escritor e artista turco-americano.

4. Silvio Zamboni é artista visual e fotógrafo, pioneiro no uso de microcomputadores em arte no Brasil. Doutor em Artes pela Universidade de São Paulo USP, é professor aposentado do Instituto de Artes da Universidade de Brasília. Publicou o livro A Pesquisa em Artes – um paralelo entre arte e ciência, pela Editora Autores Associados. A obra já está em terceira edição, sendo a primeira datada de 1998.

## 6 AGRADECIMENTOS

Neste espaço quero agradecer aos ensinamentos dos professores Dr. Adilson Siqueira (Teatro - UFSJ), Dr. Flávio Schiavoni (Computação - UFSJ) e Dra. Ivana Latosinki (Matemática - UFSJ) que realizaram com muita competência a curadoria da IV Mostra Vestígios em 2019. E também externar a minha gratidão por participar de um grupo de trabalho muito dedicado em fazer o melhor para o resultado da obra “Olhar de quem?”.

## 7 REFERÊNCIAS

- ATALAY B (2007) A Matemática e a Mona Lisa: A Confluência da Arte com a Ciência. Mercuryo. São Paulo, Brasil. 349 pp.
- BOFF L. (1999). Saber Cuidar: ética humana – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo científico. In: ORTIZ, Renato. A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho d’água, 2003. p. 112-143.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- D’Ambrosio U (2012) Ciência Multicultural. O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática e Cultura Amazônica (GEMAZ). [www. ufpa.br/npadc/gemaz/ubiratan. htm](http://www.ufpa.br/npadc/gemaz/ubiratan.htm) (Cons. 15/12/2012). pp. 1-3.
- DELEUZE, G., GUATARRI, F. (1992) O que é a filosofia? Trad. Bento Prado Junior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: 34 Literatura S/C.
- FISCHER, G. (s/d). Psicologia Social do Ambiente. Lisboa: Instituto Piaget.
- HIGUCHI, M.I.G. (2002). Psicologia Ambiental: uma introdução às definições, histórico e campo de estudos e pesquisas. Cadernos Universitários, nº 049. Canoas: ULBRA.
- JANSON, H. W.; JANSON, Anthony F.. Iniciação à história da arte. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra pátria*. 2. ed. Trad. Armando Pereira da Silva. Coleção epistemologia e sociedade. 2001.
- NICOLESCU, Basarab et al. Educação e transdisciplinaridade. Brasília: Unesco, 2000.
- POPPER, Karl. Lógica das ciências sociais. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004
- SALIBA, Ricardo Berssoza. Fundamentos do direito tributário ambiental. São Pau- lo: QuartierLatin, 2005.



2º Simpósio internacional em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade  
São João del-Rei, Brazil. 22, 23, 24 e 25 de novembro de 2021

SILVEIRA, Paula Galbiatti. Melhor tecnologia disponível: redução de riscos e direito: adoção no licenciamento ambiental brasileiro na perspectiva do estado ambiental. Coordenadores da série LEITE, José Rubens Morato; BENJAMIN, Antônio Herman. São Paulo: Inst. *O Direito por um Planeta Verde*, 2016, Direito ambiental para o século XXI, vol. 6.

VIGOTSKY, L.S. (1999). *Psicologia da Arte*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.

ZAMBONI S (2006) *A Pesquisa em Arte: um Paralelo entre Arte e Ciência*. 3a ed. Autores Associados. São Paulo, Brasil. 60 p

## Dois Minutos para a meia-noite

### *Two minutes to midnight*

CHAGAS, Luciana Beatriz

Doutora, UFSJ, lbchagas@ufsj.edu.br

#### RESUMO

O artigo se propõe a descrever a escultura "Dois minutos para a meia-noite", uma peça figurativa em cerâmica de alta temperatura, que materializa múltiplas narrativas contemporâneas sobre iminentes ameaças à nossa civilização. Apresenta-se o processo criativo da peça e discorre-se também sobre as referências conceituais e temáticas da peça. O insight para sua criação ocorreu a partir da publicação, em 2019, do manifesto do Boletim dos Cientistas Atômicos, no qual o "Relógio do Juízo Final" aparece pelo segundo ano consecutivo ajustado a dois minutos para a meia-noite. Assim, desenvolvi plasticamente as ameaças presentes no manifesto, como extinção, ameaça nuclear, emergência climática, crise de refugiados, incêndios florestais e guerras. A escultura apresenta a forma geral de um cogumelo, como lembrança à ameaça nuclear, razão pela qual o boletim dos cientistas atômicos foi criado em 1947.

**PALAVRAS-CHAVE** Cerâmica, escultura, Artes Visuais, Mudanças Climáticas, Escatologia

**LINK:** <https://youtu.be/a8TkTzMYaEM>

#### **ABSTRACT** (100 to 250 words)

*The article proposes to describe the sculpture "Two minutes to midnight", a figurative piece in high-temperature ceramic, which materializes multiple contemporary narratives about imminent threats to our civilization. The creative process of the piece is presented and the conceptual and thematic references of the piece are also discussed. The insight for its creation came from the publication of the 2019 statement of the Bulletin of Atomic Scientists, in which the "Doomsday Clock" appears for the second consecutive year, adjusted to two minutes to midnight. Thus, I developed the threats present in the manifesto, such as extinction, nuclear threat, climate emergency, refugee crisis, forest fires and wars. The sculpture has the general shape of a mushroom, as a reminder of the nuclear threat, which is why the bulletin of atomic scientists was created in 1947.*

**KEY-WORDS** Ceramics, Sculpture, Visual Arts, Climate Change, Eschatology.

## 1 INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2019, foi publicada a notícia de que estávamos, pelo segundo ano consecutivo, a 2 minutos da meia-noite. O Boletim dos Cientistas Atômicos (*Bulletin of the Atomic Scientists*) cujo conselho é composto por cientistas e professores, dentre eles diversos laureados com o prêmio Nobel<sup>1</sup>, criou em 1947, o Relógio do Juízo Final (Doomsday Clock)<sup>2</sup>, que representa iconicamente o risco de a humanidade se autodestruir. Esse relógio foi criado no contexto da grave ameaça nuclear que

<sup>1</sup> <https://thebulletin.org/about-us/board-of-sponsors/>

<sup>2</sup> <https://thebulletin.org/doomsday-clock/>

representava a corrida armamentista do pós segunda guerra, somada ao crescente arsenal nuclear detido por diversas grandes potências. Naquele ano, os cientistas definiram o relógio em 7 minutos para a meia-noite. Ao longo de suas sete décadas de existência, o relógio aproximou-se dos 2 minutos para a meia-noite apenas no ano de 1953, por ocasião dos testes com a bomba de hidrogênio realizados pelos EUA. No auge da guerra fria, em 1984, o relógio foi definido a 3 minutos para a meia-noite<sup>3</sup>, enquanto EUA e URSS rompiam relações e todos os países somavam mais de 60 mil bombas nucleares<sup>4</sup>.

Porém, no século XXI, foram incorporadas à ameaça nuclear mais dois fatores que influenciam no ajuste do relógio: as mudanças climáticas e as tecnologias disruptivas (inteligência artificial, biotecnologia, nanotecnologia, geoengenharia, armas biológicas, por exemplo).

Este artigo descreve e analisa as referências conceituais e o processo criativo da minha escultura de 2019, intitulada "Dois minutos para a meia-noite" (Fig. 01). Trata-se de uma peça figurativa em cerâmica de alta temperatura, que materializa múltiplas narrativas contemporâneas sobre iminentes ameaças à nossa civilização. Nela, procurei traduzir plasticamente essas ameaças, como extinção, emergência climática, crise de refugiados, incêndios florestais, guerras e a ameaça nuclear. A escultura apresenta a forma geral de um cogumelo, como lembrança à razão pela qual o boletim dos cientistas atômicos foi criado.

Quase um ano depois de a escultura estar finalizada, em 23 de janeiro de 2020, o Boletim de Cientistas Atômicos anunciou novo movimento no Relógio do Juízo Final: 100 segundos para a meia-noite, "mais perto do que nunca", de acordo com a declaração do Boletim (estado em que se encontrou também em 2021). O Conselho da entidade aponta aspectos que regrediram no âmbito das armas nucleares, da emergência climática e das tecnologias disruptivas.

Segundo o Manifesto lido pelos cientistas atômicos, importantes líderes "encerraram ou minaram vários tratados e negociações importantes sobre controle de armas durante o ano passado [2019], criando um ambiente propício a uma corrida armamentista nuclear renovada, à proliferação de armas nucleares e à redução de barreiras à guerra nuclear."<sup>5</sup> Em relação ao meio ambiente, o manifesto cita também interesses políticos dos líderes mundiais que levaram à inação nas ações contra as mudanças climáticas, principalmente "os Estados Unidos, que formalizaram sua retirada do

<sup>3</sup> <https://thebulletin.org/doomsday-clock/past-statements/>

<sup>4</sup> <https://thebulletin.org/doomsday-clock/doomsday-dashboard/>

<sup>5</sup> MECKLIN, John (editor). Closer than ever: It is 100 seconds to midnight (2020 Doomsday Clock Statement). Science and Security Board - Bulletin of the Atomic Scientists. In: <https://thebulletin.org/doomsday-clock/current-time/#full-statement>

Acordo de Paris, e o Brasil, que desmantelou políticas que protegiam a floresta amazônica”<sup>6</sup>. Outra crítica aos líderes das nações feita nesse manifesto foi sobre o uso da tecnologia para propagar informações mentirosas e manipuladoras, com vistas a desacreditar instituições democráticas e científicas e “fomentando a confusão pública que leva à inação em questões sérias que o planeta enfrenta”<sup>7</sup>.

Mark Fisher, ao analisar o filme apocalíptico *Filhos da Esperança* (CUARÓN, 2006), faz uma acurada análise da situação que já vivemos atualmente:

Em *Filhos da Esperança*, a catástrofe não está nem à nossa espera, nem tampouco aconteceu: está sendo vivida. Não existe um momento pontual de desastre; o mundo não termina com uma explosão, ele pisca [oscila como uma lâmpada diante de uma queda rápida de energia], ele vê seu tecido desfazer-se e, lentamente, desmorona. O que causou a catástrofe por vir, ninguém sabe; sua causa está longe, em algum lugar do passado, tão desconectada do presente que parece resultar do capricho de algum ser maligno: um milagre negativo, uma maldição que penitência alguma é capaz de afastar. Essa deterioração só pode ser interrompida por meio de uma intervenção que não pode ser prevista, como não puderam ser previstos os eventos que nos colocaram nessa trilha. Toda ação é inútil; só a esperança sem sentido faz sentido. Superstição e religião, os primeiros abrigos dos desesperados, proliferam. (FISHER, 2009)

## 2 PROCESSO CRIATIVO

A peça tem a forma de um cogumelo, sobre o qual há uma porção de informações dispostas e que se distribuem de maneira aparentemente caótica. Sobre o chapéu do cogumelo, um relógio de sol imediatamente conectado a um fóssil de amonite. Ao seu redor, em uma textura de mar revolto, pequenas embarcações lotadas de pessoas ameaçam soçobrar. Um crepúsculo, linear e homogêneo, circunda a borda do chapéu e revela silhuetas de uma paisagem urbana. O corpo do cogumelo possui a forma de um pênis, cuja glândula é coberta de espinhos. De um lado, uma floresta em chamas é cercada por um alambrado, e do outro, uma referência ao icônico olho-lâmpada de Guernica. Tocos de vela queimada jazem a seus pés, enquanto a caligrafia típica do pixo reto assinala, em inglês, o título da escultura.

Essa é uma obra de temática escatológica. Ela traduz uma angústia pela possível iminência da autodestruição de nossa civilização. “Escatologia” foi o melhor termo encontrado para descrever o conceito que essa obra carrega. Por outro lado, enquanto nas escatologias bíblicas o fim da

---

<sup>6</sup> *Idem.*

<sup>7</sup> *Ibidem.*

humanidade é apenas o início de um novo tempo (julgamento final, revelação) não vemos aqui nenhuma salvação possível, nenhum epílogo bom ou ruim para a civilização, apenas a ruína.

Elaborei a peça em forma de cogumelo para estabelecer a conexão analógica com a principal e histórica ameaça relatada pelos cientistas atômicos. Além disso, fiz uma interação entre os seguintes fatores: mudanças climáticas, crises migratórias, desmatamento e extinção. O relógio de sol pode ser considerado uma livre interpretação plástica do *Doomsday clock*, pois imaginei que se adequasse melhor à tridimensionalidade que a argila demanda.



**Figura 01: Luciana Beatriz Chagas: Dois Minutos para a meia noite (2019)**  
 Cerâmica de alta temperatura (27 x 27 x 42 cm). Fonte: própria.

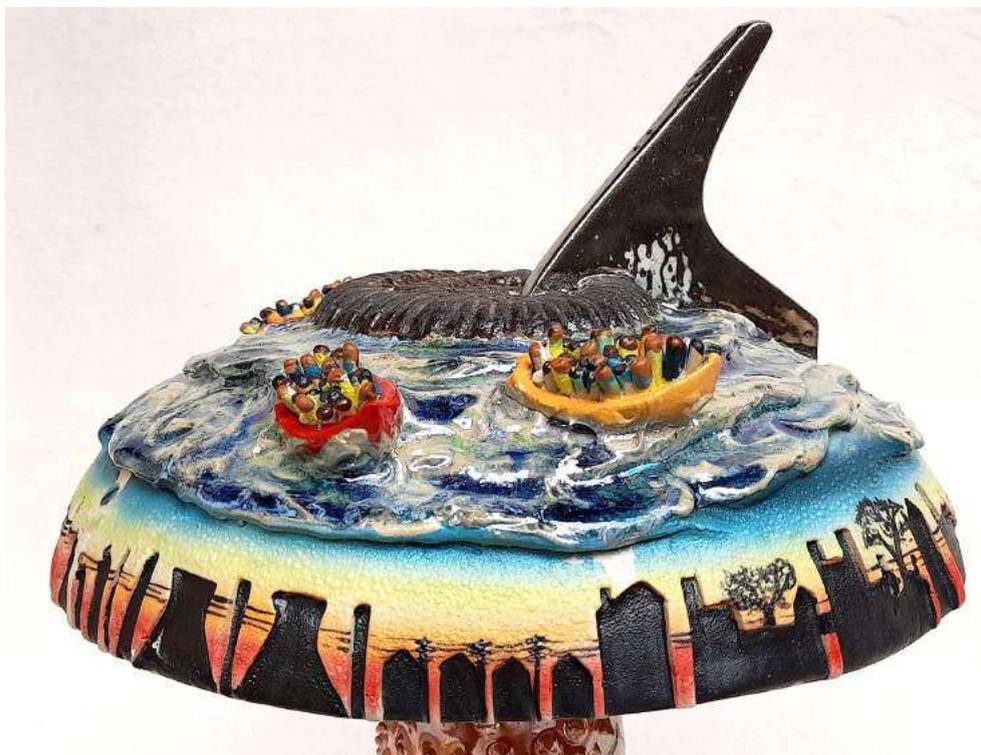
No alto da peça há um relógio de sol, que traduz simultaneamente a ideia do tempo se esgotando e o sol, fonte da energia térmica que aquece o planeta. O relógio de sol guarda em si uma contradição com o título (meia-noite), mas eu optei por uma forma que proporcionasse a expressão tridimensional que um relógio de ponteiros, como o do juízo final, não teria. Ele surge encravado na espiral de uma concha de amonite, que emerge como rocha, numa leitura realista de como se apresenta seu registro fóssil (Fig. 02).

As amonites são animais extintos. Foram moluscos marinhos surgidos no período Devoniano (aproximadamente 400 milhões de anos atrás) e desapareceram na quinta extinção em massa sofrida pelo planeta, há 66 milhões de anos atrás. Sendo assim, a espécie sobreviveu por mais de 300

milhões de anos neste planeta, enquanto a humanidade, se contarmos desde o mais remoto ancestral direto do gênero Homo, não passou de 1 milhão de anos ainda. O fóssil da amonite está inserido aqui como um aviso de que a história do planeta é muito maior do que a história da humanidade. Afinal, a amonite conseguiu se espalhar por todo o planeta durante seus mais de 300 milhões de anos de existência como espécie, e evolutivamente, encontrava-se em grande vantagem. Porém, foram extintas repentinamente em decorrência das radicais alterações no ar e nas águas causadas pela queda de um meteoro (KOLBERT, 2015). A amonite para mim fica como um lembrete de que por mais dominante que seja um organismo, ele não consegue prever e muito menos se adaptar a modificações bruscas no seu ambiente. Dentro da temática da extinção, um animal que sobreviveu por tanto tempo e mesmo assim se extinguiu, foi por mim apropriado como um sinal da transitoriedade das espécies na escala do tempo geológico.



Figura 02: Detalhe de “Dois Minutos(...)”. Fonte: própria.



**Figura 02: Detalhe de “Dois Minutos(...)”. Fonte: própria.**

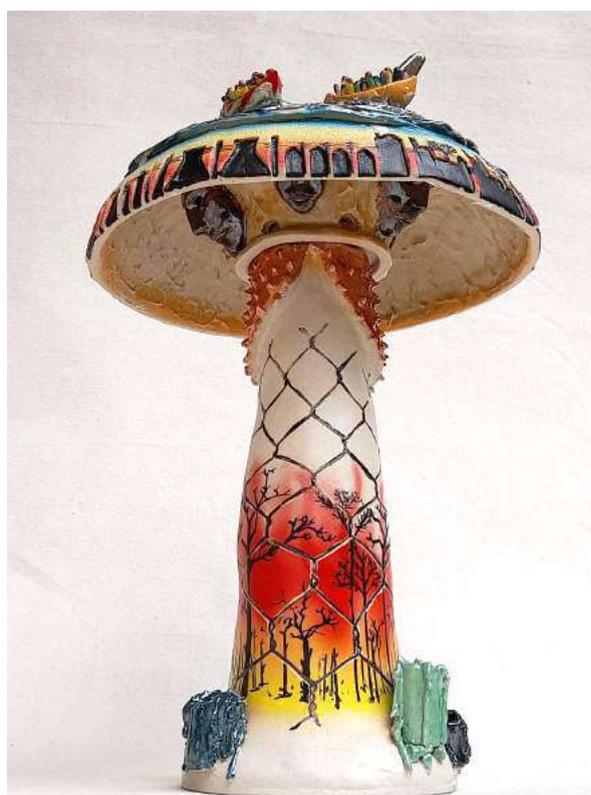
O artista contemporâneo e ativista chinês Ai Weiwei engajou-se com a causa dos refugiados. Foi na Ilha de Lesbos (Grécia) que Ai Weiwei, ao observar a chegada de um barco de refugiados, iniciou seu envolvimento com o tema, o que resultou em uma série de obras escultóricas, instalações e um documentário. Até o final de 2018, mais de 70 milhões de pessoas foram obrigadas a se deslocar devido a guerras, fome e mudanças climáticas<sup>8</sup>. Ai Weiwei representa em suas obras as cenas mais icônicas dessa situação, que são protagonizadas pelas pessoas que realizam a travessia do Mediterrâneo em precárias embarcações (Fig.03).

Ao redor da amonite, elaborei um cenário marítimo, modelando uma textura de ondas e as recobrando com vidro fundido azul e verde. Modelei pequenos barcos repletos de pessoas, que ameaçam tombar sob o impacto da força das águas (Fig. 04).

<sup>8</sup> <https://www.unhcr.org/globaltrends2018/>



Figura 03: Ai Weiwei (2018) Lei da Jornada (Protótipo B) fonte: própria



Figuras 04 e 05 (Da esquerda para a direita): Detalhes de "Dois Minutos(...)". Fonte: própria.

No corpo do cogumelo, é representada uma floresta em chamas por trás de uma cerca de alambrado. Aos seus pés, tocos de velas queimadas, como em um túmulo (Fig. 05). A obra foi realizada em abril de 2019, antes, portanto, dos incêndios criminosos e generalizados ocorridos na Amazônia brasileira em agosto do mesmo ano. Hoje, sabe-se que o bioma amazônico é responsável pela geração de chuvas no sudeste brasileiro (NOBRE, 2014) e que na taxa atual de desmatamento, em menos de 30

anos a floresta amazônica pode atingir um ponto de não-retorno, no qual se iniciará um processo de savanização, com consequências imprevisíveis para o clima do restante do país (NOBRE, 2019). É sabido também que a principal causa de desmatamento (e conseqüentemente de queimadas) na região amazônica é a grilagem de terras públicas (*idem*).

No lado oposto, modeliei em relevo a emblemática lâmpada em forma de olho, presente no centro da pintura *Guernica* (1937) de Pablo Picasso, como um memorial a todas as guerras e massacres de inocentes, perpetrados em nome da disputa por territórios e recursos minerais.



A escultura foi realizada em argila branca de alta temperatura, pela técnica de modelagem direta, porém foram feitas duas partes separadas. Foi escavado o excesso de argila de seu interior.

Após a primeira queima, a peça foi pintada com corantes minerais, e depois foi aplicado um vidrado transparente. O exterior do cogumelo foi esmaltado com vidrado branco semi-mate, porém no alto da peça, apliquei vidro moído (verde e azul), proveniente de garrafas, sobre a textura de mar, para que ele se fundisse durante a queima. Alguns detalhes foram pintados com lustres metálicos, em terceira queima.

Por fim, foi realizado um vídeo em que apresento detalhes da peça, a ser visto em:

<https://youtu.be/a8TkTzMYaEM>

## 6 REFERÊNCIAS

CUARÓN, Alfonso (dir). Children of Men (Filhos da Esperança) (Filme, 2006). EUA/ Reino Unido, 110 min.

KOLBERT, Elizabeth. A sexta Extinção: Uma história não natural. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

NOBRE, Antônio Donato. O Futuro Climático da Amazônia (Relatório de avaliação científica). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2014. In:

[www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/11/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf](http://www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/11/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf)

NOBRE, Carlos. Entrevista a SCHALDERS, André, 2019, In: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50468611>

## O Óbvio Essencial: A prática da consciência crítica no contexto interdisciplinar

*The ESSENTIAL OBVIOUS: The practice of critical awareness in the interdisciplinary context*

NOLASCO, Camila

Mestranda, PIPAUS – UFSJ, [cnolascoarq@gmail.com](mailto:cnolascoarq@gmail.com)

OLIVEIRA, Erizete Giarola Longatti

Mestranda, PIPAUS – UFSJ, [erizetelongatti2011@gmail.com](mailto:erizetelongatti2011@gmail.com)

PEREIRA, Maria Cristina Alves

Mestranda, PIPAUS - UFSJ, [mcristinaalvespereira@msn.com](mailto:mcristinaalvespereira@msn.com)

TEIXEIRA, Ricardo

Mestrando, PIPAUS - UFSJ, [ricomate@aluno.ufsj.edu.br](mailto:ricomate@aluno.ufsj.edu.br)

SILVA, Taisa Maria Laviani da

Mestranda, PIPAUS - UFSJ, [taisalaviani@gmail.com](mailto:taisalaviani@gmail.com)

FRAZÃO, Tereza Raquel Rezende

Mestranda, PIPAUS – UFSJ, [contatotetefrazao@gmail.com](mailto:contatotetefrazao@gmail.com)

BITTAR, Wanessa Dose

Mestranda, PIPAUS - UFSJ, [wanessabittar@hotmail.com](mailto:wanessabittar@hotmail.com)

### RESUMO

O presente trabalho é um desdobramento de reflexões em torno do contexto da pandemia da COVID-19, de suas causas e consequências na contemporaneidade. Este processo é oriundo da articulação teórico-prática proposta pela disciplina “Design do Futuro em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade”, que integra o Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). A escolha do oxigênio como tema central, além de conduzir toda a discussão, ressalta a fragilidade humana, visto que este é um elemento vital para a sobrevivência. Por outro lado, sinaliza também a responsabilidade da humanidade nos desdobramentos da exploração desenfreada dos recursos naturais, que degenera o meio ambiente e distancia cada vez mais o ser humano da natureza. Assim, este estudo alerta para a necessária e urgente preocupação com essa exploração descontrolada e predatória, que tem gerado cada vez mais doenças e aumentado a chance de novas e, cada vez mais frequentes, pandemias. Parte-se do pressuposto de que as mudanças ambientais são distribuídas de modo socialmente desigual, impactando mais severamente o Sul Global e, por isso, fazem-se pertinentes às discussões decoloniais. Nesse sentido, busca-se realçar o papel da arte na construção de novas práticas e epistemologias em prol de uma cultura da sustentabilidade, a partir da obra “Respirar”, do artista Eduardo Kobra, e do produto artístico intitulado *O Óbvio Essencial*.

**PALAVRAS-CHAVE:** sustentabilidade, arte, pandemia, decolonialidade.

**LINK:** [O ÓBVIO ESSENCIAL](#)

## ABSTRACT

*The present work is an unfolding of reflections on the context of the COVID-19 pandemic, its causes and consequences in contemporaneity. This process comes from the theoretical-practical articulation proposed by the subject "Design of the Future in Arts, Urbanities and Sustainability", which is part of the Interdepartmental Interdisciplinary Postgraduate Program in Arts, Urbanities and Sustainability (PIPAUS), of the Federal University of São João del-Rei (UFSJ). The choice of oxygen as the central theme, in addition to conducting the entire discussion, highlights human frailty, as this is a vital element for survival. On the other hand, it also signals humanity's responsibility in the unfolding of the unbridled exploitation of natural resources, which degenerates the environment and increasingly distances human beings from nature. Thus, this study alerts to the necessary and urgent concern with this uncontrolled and predatory exploitation, which has generated more and more diseases and increased the chance of new and increasingly frequent pandemics. It is based on the assumption that environmental changes are socially unequally distributed, impacting more severely on the Global South and, therefore, they are relevant to decolonial discussions. In this sense, it seeks to highlight the role of art in the construction of new practices and epistemologies in favor of a culture of sustainability, based on the work "Respirar", by the artist Eduardo Kobra, and the artistic product entitled O Óbvio Essencial.*

**KEY-WORDS:** sustainability, art, pandemic, decoloniality.

**LINK:** [O ÓBVIO ESSENCIAL](#)

## 1 INTRODUÇÃO

O atual contexto está sendo atravessado por uma pandemia: a da COVID-19. Isto não é inédito, como sinaliza Vanessa Prado do Santos (2021) em seu artigo *O desafio da pandemia da COVID-19: o que podemos aprender com a história?*, as epidemias e a propagação de doenças infecciosas são recorrentes na história da humanidade. Este cenário, além de não estar desconectado de outros momentos históricos e estabelecer semelhanças com eles, ressalta, ademais das desigualdades já existentes, as diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais nos diversos países, no trato das causas e consequências de pandemias como a atual.

Observa-se que, apesar de um aparente caráter democrático do coronavírus e outros agentes patológicos de contaminar os seres humanos, deve-se destacar sempre as más condições de vida – como a fome, habitações insalubres, produção e acúmulo de lixo, falta de infraestrutura adequada, tais como a ausência de esgotamento sanitário e de tratamento da água – como cenários mais propícios para o aparecimento e a proliferação de agentes causadores de doenças e consequentes epidemias e pandemias (SANTOS, 2021, p. 2).

O cotidiano se encontra alterado pelos desdobramentos e prolongamento da pandemia da COVID-19, afinal o modo de estar e conviver em sociedade precisou ser modificado na tentativa de diminuir o contágio da doença. Todavia, esse processo de adaptação ao que muitos chamam de “novo normal” não foi e continua não sendo harmonioso. Não houve grande avanço nesse processo mesmo depois de quase dois anos desde o surgimento da doença. Não se pode ignorar que a COVID-19, causada pelo

vírus SARS-Cov-2, pode levar a óbito por complicações da infecção ou gerar sequelas para toda vida. O que foi observado nesse período, como aponta Achille Mbembe, é que

Uma vez ultrapassada a barreira dos alvéolos pulmonares, o vírus infiltrou sua circulação sanguínea. Em seguida, atacou os órgãos e outros tecidos, começando pelos mais expostos. A isto se seguiu uma inflamação sistêmica. Aqueles que apresentavam anteriormente problemas cardiovasculares, neurológicos ou metabólicos, ou que sofriam de patologias ligadas à poluição, sofreram os ataques mais furiosos. Sem fôlego e privados de aparelhos respiratórios, eles partiram subitamente, como se às escondidas, sem qualquer possibilidade de se despedir. Seus restos foram imediatamente cremados ou enterrados. Em solidão. Era preciso, nos disseram, desfazermo-nos deles o mais rápido possível (2020, p. 03).

Através desse relato descritivo, Achille Mbembe se aproxima dos desdobramentos da contaminação pelo coronavírus e denuncia a situação agonizante de pacientes, abordando sua solidão e abandono no contexto da doença. Em nome da segurança pública se faz necessário o isolamento das vítimas, acarretando na perda de autonomia sobre o corpo e do direito de velar e enterrar os mortos devido ao perigo iminente de maiores contaminações.

Diante do agravamento e disseminação do vírus pelo mundo, elevando o número de óbitos diariamente, estimulou-se a adoção do isolamento social no mundo todo, reduzindo e até mesmo paralisando muitas atividades, principalmente comerciais, o que conseqüentemente tem impactado a economia global e local.

Em contrapartida, houve uma aceleração de articulações de chefes de estado, liderados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), com demais órgãos internacionais para estimular centros de pesquisa e laboratórios farmacêuticos, visando o desenvolvimento de estudos sobre a COVID-19. Bem como expressivo empenho para aceleração no processo de produção de vacina, no intuito de aplacar os impactos da Covid-19.

No caso do Brasil, observou-se um descompasso na gestão das políticas sociais do atual governo, que além de comprometerem a qualidade de assistência à saúde no país, contribuem para o aumento do número de contaminados e conseqüentes mortes, além de deflagrar uma crise econômica, política e social (CAPONI, 2020).

Recentemente, tem-se uma redução no número de óbitos, fato que pode ser atribuído ao conjunto de ações em prol da vacinação em massa pelo mundo<sup>1</sup>, mesmo com as conhecidas desigualdades na assistência à saúde e no acesso à vacina entre a população nos diferentes países.

No Brasil, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e demais órgãos de saúde, através de boletins e outras publicações do ano de 2021, vêm apontando redução significativa nas taxas de ocupação hospitalar e

redução dos óbitos por COVID-19, apesar de oscilação na taxa de transmissão em alguns pontos do país e do surgimento de novas mutações do coronavírus, as chamadas variantes.

No início de julho de 2021, a FIOCRUZ já apontava a efetividade da imunização devido ao aumento da cobertura vacinal entre as faixas etárias mais acometidas pelas complicações da COVID-19, como publicada pela Fundação na *Nota Técnica: Análise de efetividade da vacinação da COVID-19 no Brasil para casos de hospitalização ou óbito (2021)*.

Países como Israel, que se esforçaram para ampliar e agilizar significativamente a cobertura vacinal da sua população, tornaram possível uma flexibilização antecipada das medidas de prevenção à pandemia, como a restrição de circulação da população e isolamento social. Todavia, mantêm-se os cuidados e o reforço vacinal (ou terceira dose, para aquelas farmacêuticas que recomendam vacinação em duas doses) devido a ininterrupta circulação do vírus e risco de surgimento de novas variantes, além da redução gradativa da imunidade contra o coronavírus ao longo dos meses, que voltou a gerar aumento de casos de COVID-19 pelo mundo.

A este contexto somam-se o negacionismo científico e a negligência com políticas e ações que prezem pela manutenção da vida e do meio ambiente, bem como em relação a outros setores da sociedade, aprofundada por condutas neoliberais, que seguem sendo acumuladas ao longo da história. Além disso, como Achille Mbembe ressalta em *O direito universal à respiração*:

Como esquecer, aliás, o desmatamento intensivo, os mega-incêndios e a destruição dos ecossistemas, ou a ação nefasta de empresas poluidoras e destruidoras da biodiversidade? A propósito, já que o confinamento passou a fazer parte de nossa condição atual, como esquecer as multidões que povoam as prisões do mundo, e também aqueles outros cujas vidas foram despedaçadas face aos muros e outras técnicas de fronteirização, como os inúmeros postos de controle que pontilham territórios, mares, oceanos, desertos e todo o resto? (2020, p. 4)

O presente artigo origina-se dos desdobramentos dessas discussões, articuladas dentro da proposta da disciplina de Design do Futuro em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, ministrada pelos professores Fernanda Nascimento Corghi e Paulo Henrique Caetano, no Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), da UFSJ, durante o primeiro semestre de 2021. O debate acerca da importância vital do oxigênio para os seres vivos surgiu a partir de provocações oriundas de fontes diversas, tanto de referências teóricas, quanto de criações artísticas. As reflexões, coletivas e individuais, promoveram a materialização de produções estéticas diversificadas. Tais experimentações, bem como sínteses posteriores, tomaram forma em um ambiente virtual e colaborativo, o que também tangenciou a discussão do design na

contemporaneidade e o atravessamento causado pela pandemia da COVID-19. Assim, estão contempladas inquietações que compreendem o fazer artístico como um meio para a construção do conhecimento, através da politização, educação e expressão de novas possibilidades de pensar o mundo e o contexto que se vive.

## 2 O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA POR MEIO DA ARTE

### *O Ar nosso de cada dia*

*Então lá vai o ar.*

*Passou por aqui, mas nem vi, estava transparente.  
O fole soprou, o compressor expulsou, o peito suspirou.*

*Oxigênio misturado, nitrogênio alucinado. O ar em raro efeito.  
Sufocado, desfocado, queria surfar no vento.  
Soprou a vida.*

*Imponente lá vai o fogo, alastra, arde, mas sem o ar, coitado.  
Condensado, o ar molha, o suor escorre.  
O ar transmite, transforma, ocupa o espaço ainda vazio.*

*O ar, inodoro, inócuo, respiro.  
Tentei pegar e ao te prender, quase morri.  
Suspirei ao te ver passar.*

*O ar é abstrato, mas seu substantivo é concreto.  
Ao cair o tomara que caia, faltou-me ar.  
Uiva o vapor genérico.*

*O ar é o feijão do pulmão.  
Dá vida, energiza, refresca:  
Ó o O<sub>2</sub>*

*(Ricardo Teixeira, 2021)*

Diante deste momento de “asfixia e putrefação, de amontoamento e cremação de cadáveres” (MBEMBE. 2020, p. 5), o presente estudo propõe um exercício reflexivo sobre inquietações frente às condutas de ser e estar no mundo. Principalmente a responsabilidade sobre as ações de intervenções nesse mundo realizadas pela humanidade. Considerando que cada ação se desdobra em consequências que podem impactar na vida planetária de tal forma a promover, modificar ou dilacerar uma cultura.

Ademais, o debate ampara-se na série intitulada *O Óbvio Essencial* (Figura 1), uma síntese artística elaborada como parte do trabalho final para a disciplina, conforme mencionado anteriormente. A série é composta por fotografias que buscam evidenciar a importância do oxigênio para a manutenção de nossa vida neste planeta. Este elemento, que nos liga com tudo e todos ao nosso redor e que, por vezes, automatizados na ordem cotidiana, podemos não perceber a sua importância para a nossa plenitude de ser parte deste inteligente sistema: a natureza e seu perfeito funcionamento em ciclos fechados. O trabalho artístico evoca um caráter reflexivo e questionador: seria o mundo artificial um entorpecente do bem-estar? E ainda, o que é essencial para você?



**Figura 1: O Óbvio Essencial.**  
**Fonte: NOLASCO et al, 2021.**

Assim, este trabalho busca alertar, fazendo coro a lideranças indígenas e tantos outros pensadores e pensadoras contra hegemônicos, para a necessária e urgente preocupação com a exploração descontrolada e predatória de recursos naturais, que tem gerado cada vez mais doenças e aumentado

a chance de novas e, cada vez mais frequentes, pandemias. Como afirma Krenak (2021), a sociedade ocidental "precisa parar de olhar o mundo como se fosse um supermercado"<sup>2</sup>.

Do mesmo modo, enfatiza-se que mudanças ambientais são distribuídas de modo socialmente desigual, impactando mais severamente o Sul Global e, por isso, fazem-se pertinentes às discussões decoloniais. Além disso, busca-se realçar o papel da arte na construção de novas práticas e epistemologias em prol de uma cultura da sustentabilidade, a exemplo do produto artístico "O Óbvio Essencial" que ativa a reflexão para uma mudança de percepção do que vivemos no cotidiano automático da vida.

As fotografias que compõem a série foram criadas a partir da fotografia híbrida, onde são sobrepostas digitalmente fotografias de diferentes espaços urbanos e o retrato de perfil de uma mulher. A escolha por paisagens urbanas sinaliza que o ar está presente em tudo e em todos os lugares, não reservado à natureza. Busca-se dissolver a ideia de que a natureza está apartada de nós. Já a escolha pelo perfil feminino como sobreposição é uma forma de dialogar com saberes contra hegemônicos, com a perspectiva do feminino na ciência<sup>3</sup>, buscando romper com o pensamento predominantemente científico-ocidental-masculino.

## 2.1 OXIGÊNIO: RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE VIDAS

A proposta artística *O Óbvio Essencial* coloca em voga o valor do oxigênio para a existência do homem na Terra a fim de ampliar a percepção do atual contexto pandêmico. Compreendendo o oxigênio para além de sua posição como elemento químico na tabela periódica, trazendo-o para o centro das discussões e retirando-o do lugar da obviedade.

Por fazer parte da nossa existência, o oxigênio é devidamente reconhecido e valorizado como essencial para a manutenção da vida? Ou ocupa o lugar no senso comum de recurso infinito?

Ao tecer considerações sobre o oxigênio, reposiciona-se a sua importância e reflete-se sobre seu valor, mas também se destaca quão urgente e vital é pensar na atual qualidade do ar. Afinal, "até onde irá a propagação de bactérias de animais silvestres em direção aos humanos se, a cada vinte anos, quase 100 milhões de hectares de floresta tropical (os pulmões da terra) forem cortados?" (MBEMBE, 2020, p. 5).

Os seres humanos respiram o oxigênio involuntariamente e, por vezes, não reconhecem e valorizam a gratuidade do seu fornecimento pela natureza. Embora as discussões sobre a qualidade do ar tenham

avanzado nas últimas décadas, a humanidade não se comprometeu amplamente com a preservação ambiental.

Para refletir sobre o tema oxigênio, retomar-se-á as antigas concepções sobre os elementos básicos que constituem a vida. Segundo Leandro (2013), desde a antiguidade “a observação da Natureza é para o Homem um vasto e infinito campo de aprendizagens e que tem funcionado como ferramenta de novos conhecimentos que têm contribuído para a sua evolução”. Na Grécia antiga, os filósofos gregos compreendiam a existência, a partir de quatro elementos na composição de tudo o que existe: fogo, terra, água e ar. Havia uma valorização da vida, onde compreendia-se que:

o **elemento Terra** oferece-nos a sua estrutura, o planeta, a matéria da qual o corpo se constitui; enquanto o **elemento Água** lhe acrescenta vitalidade, poder de crescimento, regeneração e reprodução. O **elemento Ar** eleva o ser humano além do mineral e do vegetal, recordando-nos que a terra é tão mais fértil, quanto mais arejada pelos ventos que nela circulam. O ar é o elo de ligação entre os mundos visível e invisível. No homem, implementa o movimento de renovação: o processo de respiração que transporta o **oxigênio**, essencial à sobrevivência e reprodução das células. Quanto mais renovado, mais capacidade funcional tem o plano mental (ideias, criatividade, imaginação). Na realidade só podemos criar, quando nos libertamos do velho e já estabelecido, para aceitar as novas formas de pensar, ser e estar. Pelo **elemento Fogo**, o indivíduo entende que é o calor do sol que faz germinar e crescer as plantas e as árvores. (LEANDRO, 2013, s/n, grifo nosso)

A partir das considerações acima, verifica-se o oxigênio como elemento consagrado desde os tempos antigos à manutenção e renovação da vida. Ele está para além do ciclo energético dos seres vivos e era considerado essencial para ativar o plano mental, aquele que cria e também liberta o pensamento e contribui para gerar a transcendência (ligado ao sagrado).

Nesse sentido, busca-se construir um diálogo entre a visão dos antigos gregos com a resistência simbólica e cosmológica dos indígenas, no texto de Janisch (2017), encontramos o discurso de Ailton Krenak na Assembleia Constituinte em 1987:

O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver. Tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida e da sua cultura que não coloca em risco e nunca colocaram a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. [...] (Fala de Ailton Krenak na Assembleia Constituinte de 1987. Fonte: Índio Cidadão?, 2014) (JAENISCH, 2017, p. 215)

Krenak, em seu ensaio *O amanhã não está à venda* (2020), atenta à importância do oxigênio e da respiração. Um elemento vital, muitas vezes subvalorizado. A humanidade segue degradando a natureza com ações agressivas ao meio ambiente e desencadeiam alterações nos ecossistemas, que levam anos para se adaptarem e regenerarem, isto quando é possível o fazer, pois podem também sofrer mudanças irreversíveis.

Portanto, com a biodiversidade em desequilíbrio, como não estar mais suscetível a pandemias? Como não estar mais vulnerável às doenças respiratórias? Como responder à insuficiência de oxigênio para pacientes hospitalizados devido a infecção da COVID-19? Há mais questões e interrogações do que respostas diante da crise instalada com a expansão da pandemia em solo brasileiro.

Por outro lado, destacam-se muitas iniciativas de artistas na busca por respostas ou manifestação de suas indignações para com a crise atual na gestão da saúde, que culminou em situações graves, como a ausência de cilindros de oxigênio para atender pacientes hospitalizados com COVID-19 no Brasil<sup>4</sup>.



**Figura 2: Respirar.**  
**Fonte: GLOBO, 2021.**

A obra *Respirar* (Figura 2) do artista Eduardo Kobra, uma pintura feita sobre um cilindro de oxigênio de 130cm, mostra, através de um jogo de realismo e ilusão de ótica, o recipiente transparente com uma árvore plantada dentro dele. O artista, de forma imagética, traz a reflexão sobre a falta de oxigênio que aconteceu em algumas unidades da rede hospitalar do país<sup>5</sup>. Além disso, a obra traz a representação da árvore dentro de uma área limitada, evocando questionamentos sobre as condições em que se dá o trato com o meio ambiente e como ele é percebido.

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. O cosmos é natureza. Tudo que eu consigo pensar é natureza. (KRENAK, 2020, p. 8)

Krenak (2020) ressalta o distanciamento da humanidade para com a natureza. A percepção equivocada de que o homem não está interligado à natureza gera uma fissura de incompreensão e desvalorização da biodiversidade na manutenção da vida dos seres humanos.

A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio, nos põe para dormir, nos desperta de manhã com o sol, deixa os pássaros cantar, as correntezas e as brisas se moverem, cria esse mundo maravilhoso para compartilhar, e o que a gente faz com ele? O que estamos vivendo pode ser a obra de mãe amorosa que decidiu fazer o filho calar a boca pelo menos por um instante. Não porque não goste dele, mas por querer lhe ensinar alguma coisa. “Filho, silêncio.” A Terra está falando isso para a humanidade. E ela é tão maravilhosa que não está dando uma ordem. Ela está simplesmente pedindo: “Silêncio”. (KRENAK, 2020, p. 9)

Segundo Krenak (2020), esse processo que degenerou o sentimento de pertença e cuidado com a mãe Terra e, possivelmente, fortaleceu o surgimento do vírus SARS-Cov-2, como uma estratégia de alertar a humanidade e colocá-la em reflexão sobre sua fragilidade<sup>6</sup>, como também sobre sua responsabilidade diante o contexto da pandemia.

Por outro lado, Pinzani (2020) salienta questões de responsabilidade que devem permear as reflexões do contexto atual:

No debate público e no acadêmico discutem-se muito questões epidemiológicas, medidas técnicas sobre o combate à epidemia; mas se fala muito pouco sobre a maneira pelas qual as desigualdades socioeconômicas põem em risco de forma desproporcionada os indivíduos mais pobres ou as populações indígenas; quase nunca, porém, se ouve falar da necessidade de, por um lado, fortalecer o aparelho estatal e o sentimento comum de cidadania e, por outro, alcançar uma maior integração supranacional (...) Parece-me que, deste ponto de vista, a principal lição política da pandemia esteja sendo negligenciada pelos governos e pelos acadêmicos. Isso precisa mudar (PINZANI, 2020, p.29).

Pinzani traz à discussão questões de nível ético-político-social, vinculadas aos direitos humanos que devem permear objetivamente as reflexões atuais e, conseqüentemente, devem impactar em ações na garantia de cidadania e qualidade de vida para toda a população e povos.

No Brasil, Werneck e Carvalho (2020) destacam um contexto desafiador:

A epidemia de COVID-19 encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais. Ao longo dos últimos anos, especialmente após a aprovação da *Emenda Constitucional nº 95*, que impõe radical teto de gastos públicos e com as políticas econômicas implantadas pelo atual governo, há um crescente e intenso estrangulamento dos investimentos em saúde e pesquisa no Brasil. É justamente nesses momentos de crise que a sociedade percebe a importância para um país de um sistema de ciência e tecnologia forte e de um sistema único de saúde que garanta o direito universal à saúde (WERNECK; CARVALHO, 2020, p. 03).

Além, dos impactos da saúde apontados por Werneck e Carvalho que atravessam o setorial de saúde e demais políticas sociais, concomitantemente encontram-se várias incongruências nas políticas de proteção do meio ambiente.

Capelari *et al* (2020), nesse sentido, destaca que no Brasil “o retorno ao poder formal de ideologias conservadoras e liberais, representadas pela coalizão desenvolvimentistas tradicionais, têm promovido mudanças na política ambiental”. Salientando que há “um esforço combinado de desmantelamento da política e luta contra o aprendizado, as negociações, a sociedade civil, a informação científica e os especialistas” (CAPELARI *et al*, 2020, p.1703).

Somados às essas considerações apontadas acima, ainda vivemos em uma sociedade hiperconsumista e com modelos econômicos que, ao longo dos anos, contribuem para exploração dos recursos naturais e, conseqüentemente, promovem a aceleração da degradação da natureza. Esse ciclo vicioso tem comprometido a qualidade das águas, da terra e do ar. Mas vale ressaltar, assim como fez Ailton Krenak (2020), que o vírus da COVID-19 não ameaça a natureza, “o vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise” (p. 07).

Esse processo de comprometimento do ar, por conseguinte do oxigênio, se originou, dentre outras causas, por uma intensa urbanização. Desde a consolidação do pensamento moderno ocidental, segue-se promovendo a degradação acelerada da natureza. Ao longo dos anos, esse *pensamento abissal*, como denomina Boaventura de Sousa Santos (2009), contribuiu para a exploração dos recursos naturais, conjuntamente à colonização cultural de corpos forjados como subalternos. Através da (re)produção de uma lógica dicotômica entre Humanidade e Natureza, foi deixado um grande rastro de violência e destruição a nível global, a fim de alcançar um suposto progresso que prioriza a economia em detrimento da vida.

### 3 CONSIDERAÇÕES

A realidade pandêmica traz à reflexão o estilo de vida promovido socialmente, bem como a atuação e o compromisso com todas as esferas da vida. O mundo tem vivido em permanente estado de crise e, na falta de práticas sustentáveis, novas pandemias virão. As possíveis soluções não seguem a dinâmica da acumulação de bens ou do dito progresso científico e tecnológico. Não é tão objetiva e nem vem para enganar a realidade com “fórmulas” que fingem amenizar o problema, mas contribuem para sua continuidade e até geram novos problemas a partir dele. Como analisado por Vilém Flusser (2007) em sua discussão sobre design presente no livro *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*, é preciso ser consciente e responsável para criar alternativas para o mundo.

Nesse sentido foi elaborado *O Óbvio Essencial*, produção coletiva, que nasceu de uma provocação, a qual foi atravessada pelas discussões e debates apresentados neste artigo. A composição deste trabalho foi na busca de um momento de respiro, no sentido de provocar uma percepção mais sensível que nos leve a uma reflexão sobre o momento que atravessamos enquanto sociedade: uma face que olha para a vida e outra que está para a morte. Diante da dicotomia existencial, o ser humano ainda tem de lutar pela sobrevivência.

Em *O Óbvio Essencial*, o recurso estético da fotografia híbrida permitiu a manipulação e a plasticidade para sintetizar nossas ideias, criando camadas de significados e possibilitando interpretações. Dentre elas, exemplificar a efemeridade do ser humano diante das suas próprias construções ao longo do tempo. O *Oxigênio* torna-se um conceito, uma metáfora que desvela a “falta de respiração” e o trato com as reservas naturais, tais como, as florestas, os rios, os oceanos, entre outros. Afinal, está faltando oxigênio em vários âmbitos da vida, inclusive na gestão e na política brasileira.

Essa produção dialoga com o trabalho *Respirar* desenvolvido por Kobra, pois ambos trabalhos foram elaborados a partir da perplexidade diante das consequências da inoperância e ingerência na condução da política de saúde para manutenção da vida no contexto da pandemia. Assim, se faz cada vez mais urgente a necessidade de criar alternativas que propiciem a consciência crítica nos indivíduos e coletivos, processo no qual o fazer artístico pode contribuir de modo que seja possível buscar cada vez mais um meio de transição para efetivar a mudança sociocultural em prol de um desenvolvimento regenerativo dos sistemas vivos e não-vivos.

#### 4 NOTAS

(1) Para mais informações, acessar: <<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2021/09/mortes-por-covid-caem-79-no-brasil-reducao-menor-do-que-em-outros-paises.shtml>> Acesso em 21 set. 2021.

(2) Frase retirada da matéria Ailton Krenak: '*Sociedade precisa parar de olhar o mundo como um supermercado*', escrita por William Helal Filho. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/um-so-planeta/ailton-krenak-sociedade-precisa-parar-de-olhar-mundo-como-um-supermercado-25169816>> Acesso em 21 set. 2021.

(3) Em *Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência*, Moraes e Tsallis (2016) afirmam que a escolha pelo termo **feminino** na ciência se dá “porque segue na esteira de caminhos abertos por feministas que antes de nós, clamaram pelas marcas, não permitiram que elas fossem apagadas por um cientificismo opressor.” (p. 47). Do mesmo modo, o feminino tematizado por elas no texto “diz respeito a marcar o conhecer, no sentido proposto por Haraway (1995, 2008) e Mol (2008)” e que “a voz do neutro, retomada na escrita científica, é redigida no masculino.” (p. 47-48). Neste estudo, parte-se da ideia de que o movimento de rompimento com o pensamento abissal também passa pela questão do feminino na ciência.

(4) Para saber mais sobre a crise de oxigênio que se intensificou em Manaus, no estado do Amazonas, acessar as matérias: *Crise do oxigênio: um mês após colapso em hospitais, Manaus ainda depende de doações do insumo*, por G1 AM. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/14/crise-do-oxigenio-um-mes-apos-colapso-em->

[hospitais-manaus-ainda-depender-de-doacoes-do-insumo.ghtml](#)> Acesso em 21 set. 2021.

E a matéria *400 reais para respirar mais quatro horas em Manaus*, por Naiara Galarraga Gortázar.. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-24/400-reais-para-respirar-mais-quatro-horas-em-manaus.html>> Acesso em 21 set. 2021.

(5) Para saber mais, acessar a matéria “*Kobra cria obra de arte a partir de cilindro de oxigênio*” da Revista Casa e Jardim. Disponível em: <https://revistacasaedjardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Arte/noticia/2021/02/kobra-cria-obra-de-arte-partir-de-cilindro-de-oxigenio.htm>> Acesso em 21 set. 2021.

(6) A ideia de fragilidade humana como potencial conhecimento decorrente da pandemia do novo coronavírus foi retirada de: SANTOS, B. S. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Edições Almedina, 2020, p. 06-07.

## 5 REFERÊNCIAS

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana et al. *Large-scale environmental policy change: analysis of the Brazilian reality*. Revista de Administração Pública. 2020, v. 54, n. 6, pp. 1691-1710. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190445>> Acesso 22 set 2021.

CAPONI, SANDRA. *Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal*. Estudos Avançados. 2020, v. 34, n. 99, pp. 209-224. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>> Acesso 21 set. 2021.

CIRILLO, J.; BELO, M.; GRANDO, A. (org.). *Arte em Tempos de Pandemia*. Anais do X Seminário Ibero-americano sobre o Processo de Criação nas Artes. EDUFES, Vitória, 2020. Disponível em [https://leena.ufes.br/sites/leena.ufes.br/files/field/anexo/2\\_caderno\\_de\\_resumos\\_-\\_poeticas\\_2020.pdf](https://leena.ufes.br/sites/leena.ufes.br/files/field/anexo/2_caderno_de_resumos_-_poeticas_2020.pdf)> Acesso em 21 set. 2021.

FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. Organizado por Rafael Cardoso. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. *Nota Técnica: Análise de efetividade da vacinação da COVID-19 no Brasil para casos de hospitalização ou óbito*. 09 julho 2021. Disponível em [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/nt\\_efetividade\\_vacinas.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/nt_efetividade_vacinas.pdf)> Acesso em 21 set. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. *Vacina não é bala de prata, pandemia exige ações complexas para superar a Covid-19*, defende pesquisador. Informe ENSP, 31 ago. 2020. 4p. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43659>> Acesso em 21 set. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. *Boletim extraordinário da FIOCRUZ*. Observatório de Covid-19. 14 julho 2021. Disponível em [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim\\_extraordinario\\_2021-julho.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-julho.pdf)> Acesso em 21 set. 2021.

GLOBO, G1. *Kobra cria obra de arte a partir de cilindro de oxigênio*. Revista Casa e Jardim. 2021. Disponível em: <https://revistacasaedjardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Arte/noticia/2021/02/kobra-cria-obra-de-arte-partir-de-cilindro-de-oxigenio.html>> Acesso em 11 set. 2021.

JAENISCH, Damiana Bregalda. *Poéticas e Políticas da relação: apontamentos a partir da ação de Ailton Krenak na Assembléia Constituinte e seu deslocamento para espaços de arte contemporânea*. Iluminuras: Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 215-239, jan/jul, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/72884/41216>> Acesso em 04 abril 2021.

JUNIOR, Wilson Cardoso (org.). *Artes Visuais em Tempos da Pandemia*. Faculdade de Educação. UFRJ, 2020. Disponível em <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/05/NVersao-Arte-em-Tempos-de-Pandemia.pdf>> Acesso em 21 de set. 2021.

KRENAK, Ailton. *Amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

- LEANDRO, Rafael. *Os 4 Elementos: A União entre a Natureza e a Humanidade*. Revista Progredir, 2013. Disponível em <[progredir/os-4-elementos-a-unio-entre-a-natureza-e-a-humanidade](http://progredir/os-4-elementos-a-unio-entre-a-natureza-e-a-humanidade)> Acesso em 03 abril 2021.
- MBEMBE, Achille. *O direito universal à respiração*. Tradução Ana Luiza Braga. Disponível em: <[https://pospsi.com.br/wp-content/uploads/2020/09/TEXTOS\\_20-achille-mbembe.pdf](https://pospsi.com.br/wp-content/uploads/2020/09/TEXTOS_20-achille-mbembe.pdf)> Acesso em 15 set. 2021.
- MONTUORI, B.; SANTOS, M.; VIANA, M. *Micro resistências e macro potências em espaços urbanos: perspectivas para o Design*. Mix Sustentável: Florianópolis. v.5, n.5, p.67-80, dez. de 2019. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/338754209\\_Micro\\_resistencias\\_e\\_macro\\_potencias\\_em\\_espacos\\_urbanos\\_perspectivas\\_para\\_o\\_Design](https://www.researchgate.net/publication/338754209_Micro_resistencias_e_macro_potencias_em_espacos_urbanos_perspectivas_para_o_Design)> Acesso em 03 abril 2021.
- MORAIS, M.; TSALLIS, A. *Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência*. Rev. Polis e Psique, 2016; 6(1), p. 39-50. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/61380/36655>> Acesso em 09 set. 2021.
- MOREIRA, L.; ALVES, J.; OLIVEIRA, R. e NATIVIDADE, C. *MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ENSAIO TEÓRICO-POLÍTICO SOBRE A CASA E A GUERRA*. *Psicol. Soc.* 2020, vol.32. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822020000100413&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100413&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 04 abril 2021.
- NOLASCO, Camila; LONGATTI, Erizete; PEREIRA, Maria Cristina A.; TEIXEIRA, Ricardo; SILVA, Taisa M. L.; FRAZÃO, Tereza; BITTAR, Wanessa Dose. *O Óbvio Essencial*. Processo Artístico (Grupo 3). Disciplina Design do Futuro em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, PIPAUS, abril de 2021.
- PASSOS, Valéria M. A. et al. *Maior mortalidade durante a pandemia de COVID-19 em áreas socialmente vulneráveis em Belo Horizonte: implicações para a priorização da vacinação*. Revista Brasileira de Epidemiologia. 2021, v. 24. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720210025>>. Acesso em 21 set. 2021.
- PINZANI, Alessandro. *Fraqueza do Estado e elitização da cidadania na América do Sul: Lições políticas da pandemia*. IREICH, E.; BORGES, M.; XAVIER, R. (Org.) in *Reflexões sobre uma pandemia*. Néfi online: Florianópolis, 2020. Disponível em: <<http://www.nefipo.ufsc.br/files/2012/11/LIVRO.-Reflex%C3%B5es-sobre-uma-pandemia-2020.pdf>> Acesso em 04 abril 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.
- SANTOS, Vanessa Prado dos. *O desafio da pandemia da COVID-19: o que podemos aprender com a história?*. Jornal Vascular Brasileiro. 2021, v. 20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1677-5449.200209>>. Acesso em 19 mar. 2021.
- STEVANIM, Luiz Felipe. *Uma vacina para a humanidade: da expectativa à realidade, os esforços para se chegar a uma vacina contra Covid-19 acessível à população*. RADIS: Comunicação e Saúde, n.216, p.12-21, set. 2020. Disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43683>> acesso em 21 set. 2021.
- WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. *A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada*. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 36, n. 5. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>>. Acesso em 21 set. 2021.

## Um Barco na Lama: vestígios de um processo teatral-performático contra-hegemônico na desconstrução de um ideal de cidade

*Um Barco na Lama: vestiges of a counter-hegemonic theatrical-performative  
process in the deconstruction of an ideal city*

FURQUIM, Wesley H. F.

*Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, Universidade de  
Federal de São João del-Rei, [wesley.ferreira.furquim@gmail.com](mailto:wesley.ferreira.furquim@gmail.com)*

### RESUMO

O presente artigo tem por intenção desdobrar os vestígios do processo cênico “Um Barco na Lama” criado pelo Coletivo Narciso que investigou a cidade através de seu papel performático durante a catástrofe (enchente) que atingiu o município de Itapevi no estado de São Paulo, propondo a desconstrução dessa unidade (cidade) para promover uma nova concepção plural do espaço urbano por meio do afeto como potência estética. A experiência é organizada em três momentos: a análise do impulso criativo, a análise do processo de construção e a organização estética nas apresentações finais. Todos esses momentos são marcados por um acontecimento comum: a fragmentação da cidade em todas as etapas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Performance. Catástrofe. Enchentes. Cidade. Afeto.

### ABSTRAT

*This article intends to analyze the vestiges of the scenic process “Um Barco na Lama” created by the Coletivo Narciso – theatrical group – that investigated through its performative role the city of Itapevi in the state of São Paulo during the catastrophe (flood) that hit the city. Through its play, the group proposed deconstruct the city (as unity) to promote a new plural conception of the urban space through the affection as aesthetic power. The experience is organized in three moments: the analysis of the creative impulse, the analysis of the construction process, and the aesthetic organization in the final presentations. All these moments are marked by a common event: the fragmentation of the city in all stages.*

**KEYWORDS:** Performance. Catastrophe. Flood. City. Affection.

## I. INTRODUÇÃO

Pontos de *afeto*<sup>1</sup> podem ser eternos. São momentos significativos que ativam a nossa capacidade de ser afetado e ficam guardados em nossa memória, corpo e maneira que nos posicionamos no mundo, seja uma aula da qual sempre você vai se lembrar pela maneira que o professor propôs a construção de conhecimento, ou em uma experiência estética. Ser afetado é algo difícil de se esquecer.

Existem atravessamentos brutais de *afeto*, ainda mais em meio à cidade, selva de desafetos, que a todo momento se materializam em diversas formas grotescas como a fome, o descaso, a falta de

---

<sup>1</sup> “Teoria da afetividade humana desenvolvida por Baruch Espinosa” (GLEIZER, 2005, p.7).

moradia e tantas *distâncias*<sup>2</sup> dentro do mesmo espaço físico. Em 2016, nós do Coletivo Narciso<sup>3</sup>, grupo de teatro atuante na zona metropolitana Oeste do estado de São Paulo, mais especificamente nos municípios de São Roque e Itapevi, fomos atravessados de maneira brutal por tais *distâncias* causando um encontro entre o nosso ideal de cidade, como unidade, com a fragmentação da mesma em infinitas possibilidades que se evidenciaram através da catástrofe ocorrida. Catástrofe que se transformou em objeto de estudo do grupo, *local*<sup>4</sup> possível ao afeto e potência poética para discutir as mudanças climáticas e seu impacto em nossas vidas tanto para quem fez parte da vivência e/ou para quem se juntou ao processo posteriormente, quanto para todo o público que teve acesso à proposta estética final organizada pelo coletivo ao longo de quatro anos de produção e desenvolvimento.

Em março de 2016, o estado de São Paulo foi assolado por *enchentes*<sup>5</sup> que foram divulgadas em diversos veículos midiáticos evidenciando grande calamidade ocorrida, no qual, Botelho, em seu livro *Águas de Chuva*, apresenta os possíveis motivos que geram tais eventos:

(...) rios e riachos sempre têm *enchentes periódicas*. Só ocorrem *inundações* quando a área natural de passagem da *enchente* de um rio foi ocupada para conter uma avenida (avenida de fundo de vale) ou foi ocupada por prédios. Assim poder-se-á dizer que todo curso d'água tem *enchente*. Quando *inunda* é porque a urbanização falhou. (2018, p. 20-21).

Logo, essa falha se torna *local* de início para nossa investigação.

Assistir na televisão, ler em jornais e nas redes sociais esse tipo de flagelo não chega nem perto de ser espectador em tempo real. Estar na zona de embate entre catástrofe e indivíduos como espectador é uma colisão fatal entre as diversas fábulas capitalistas de igualdade e a situação de violação extrema de direitos de sujeitos marginalizados, que nos levam a questionar sobre qual noção de humanidade é essa que idealizamos. Airton Krenak, ativista e filósofo indígena, também questiona esse ideal humano ao dizer que “talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de

---

<sup>2</sup> Espaços entre corpos, cidades, realidades e narrativas. Uma equação social que nos atravessam como indivíduos e artistas em meio a pontos e memória como uma constante nos estudos e indagações do Coletivo Narciso. Esse termo é uma constante.

<sup>3</sup> Direção geral e orientação de Wesley Furquim.

<sup>4</sup> Utilizaremos o conceito de lugar e local de Anna Barros: “Este seria o lugar que, com suas frágeis paredes, poderia absorver por osmose o local, um espaço já humanizado e possuindo uma narrativa histórica própria, com características mais amplas do que as do primeiro (...) Para um artista, essa noção de local se amplia para terras em que a imaginação poética imprime organizações, talvez ainda mais especificamente individuais, por serem em geral percebidas emotivamente de forma mais aguda e que são confrontadas constantemente com as do local como socioculturais, o que cria uma tensão aguda.” (1999, p. 33).

<sup>5</sup> Utilizaremos o termo *enchentes* em uma definição e conceito popular, mesmo conceito utilizado pelas vítimas entrevistadas e veículos midiáticos, entendendo, deste modo, as *enchentes* como o movimento de cheias dos rios e alagamentos.

ruptura, como se caíssemos num abismo” (2019, p. 29). O nosso abismo são as enchentes do dia 11 de março de 2016 no município de Itapevi.

O município de Itapevi pertence à zona oeste da Região Metropolitana de São Paulo<sup>6</sup> com população estimada de 240 mil pessoas<sup>7</sup>. Participa do comitê da bacia hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT) e seus principais corpos d’água são os rios Barueri-Mirim e Sapientã, assim como os córregos Pain e São João que estão em sua maioria canalizados. Este é o nosso cenário, um cenário de uma cidade em meio a *enchentes e (des)afetos*.

Em apenas uma noite de chuvas intensas, o município se viu imerso em água e barro. Foram horas e mais horas para a água baixar. Em seguida, uma grande mobilização foi feita para prestar auxílio aos afetados, criando grupos de coleta e distribuição de doações dentro de escolas municipais para entregar os donativos essenciais aos atingidos pela catástrofe. Sem pensar duas vezes, três integrantes (incluindo eu) do coletivo se mobilizaram para estar junto ao poder público e a sociedade civil. Contudo, mal sabíamos que, daquele dia em diante, não seríamos mais os mesmos e tampouco o nosso ideal de cidade, colocado em xeque pelos *afetos* brutais desse encontro. A cidade feliz seria fragmentada.

Em meio ao caos, tivemos contato com diversas *Itapevis* ao mesmo tempo. Pessoas sem casa, sem comida e com seus direitos violados, e doadores pertencentes as mais diversas classes sociais. Enquanto alguns nada mais tinham, outros “doavam” comida, produtos de limpeza, roupas caras, colchões de luxo e tantos outros itens dos quais eles não precisavam mais naquele momento. Para os afetados que tinham perdido tudo, qualquer coisa era algo significativo. Todos ilustravam papéis que se tornariam um fator central para a criação do nosso espetáculo, sendo este o nosso primeiro ponto de *afeto*: o valor de cada objeto segue o valor de cada ser que necessita dele naquela noite fatídica.

Em meio à donativos, água potável e tantos outros itens colocados dentro do espaço de acolhimento, um mapa simbólico de cidade começava a se construir. Eu poderia atribuir à cada objeto o nome de um bairro ou até dizer sua origem, como aquele colchão de luxo que parecia um item do qual não servia mais, como mobília no bairro nobre ou aquele óleo e arroz colocados em uma sacola de mercado que provavelmente veio de um dos bairros periféricos próximos. A água era fornecida pelo poder público, e as roupas eram divididas pelos seus tamanhos, estado de uso e se serviriam para aquele

---

<sup>6</sup> Lei complementar nº 1.139, de 16 de junho de 2011.

<sup>7</sup> IBGE, 2020.

momento. De objeto a objeto passado para nossas mãos, a cidade se desconfigurava em narrativas evidenciadas por tantos fragmentos que mal cabiam em nossas reflexões momentâneas, mas que se materializavam em cada saco de feijão e roupas velhas que logo seriam novas para alguém. A cidade, ali, estava desenhada junto ao nosso segundo ponto de *afeto*: quantas *distâncias*, além da física, habitam nessa cidade?

Passando para uma senhora um kit alimentação, ela me disse: *“mais uma vez, meu filho. Essa saiu no jornal, então todo mundo liga, mas todo ano, todo ano é mais uma vez”*. Não lembro o nome dessa senhora, não sei se ela me disse e talvez nunca a veja novamente, mas aquilo me marcou e marcou todos os envolvidos no nosso processo de criação, tornando inevitável nos perguntarmos quantas vezes mais? Quantas marcas mais? Marcas que estavam por todo espaço, no barro nas paredes, nas pegadas que apontavam a trajetória dos atingidos, na organização e procedência dos objetos e em nossas vidas. Não existia água que pudesse levá-las embora. Assim, o nosso terceiro ponto de *afeto* se registrou em meio às marcas.

Contudo, ainda havia algo que não tinha nos afetado e que estava presente nas narrativas compartilhadas entre os voluntários do coletivo. Mas, como identificar esse *afeto* perdido em meio àquele rio de dores e fragmentos performáticos do poder público presente e do cidadão doador de bom coração, de maneira a transformar tais evidências em palavras norteadoras? Não era impossível responder essa pergunta dentro daquele espaço-tempo.

No final do dia de voluntariado, retornando pelo mesmo caminho que percorremos, fomos atravessados por uma cena que norteou o nosso propósito de transformar tudo que nos afetou em proposta estética-cênica: o caminhão-pipa da prefeitura lavando as ruas, calçadas, casas e muros com um jato d’água que levava qualquer vestígio da catástrofe para as bocas de lobo, escoando todas as marcas visíveis na cidade.

Aqui, a cidade em seu papel de *segunda natureza*, ilustrada por Lefebvre (1999, p. 35) como a substituição da natureza original e essencial pela cidade que usurpou seu espaço, é cobrada pela sua antiga irmã, o rio, o leito e a vegetação, que em algum momento foi destituída desse lugar, para virar cimento, concreto e asfalto. Entretanto, a cidade sem ressentimento se prepara para retornar a seu pacto com o espaço urbano ressurgindo no próximo alvorecer como uma cidade feliz, mesmo após à uma noite marcada por lama, barro e choros.

*Analisando enquanto performance*<sup>8</sup>, a cidade estava sendo preparada outra vez para performar a sua unidade, continuar a fábula junto com os outros cidadãos de um espaço onde todos participam da mesma Itapevi, unida: era um ritual. Ela estava se preparando para voltar ao seu estado de normalidade diante da catástrofe, do luto e da dor. Os que não estavam preparados ainda, foram lavados ao meio fio para começar outra vez e nos apresentar o nosso último *afeto*: essa narrativa ela não é casual, ela é hegemônica e fortalece o *status quo* do ideal que temos de cidade, sociedade e humanidade.

Percebemos então que se não performássemos em contraponto a ela, também contribuiríamos com essa alegoria hegemônica da cidade feliz. Esses *afetos* encontram então morada em nossos corpos e pensamentos para se transformar em uma ação artística contra-hegemônica a esse ideal. Juntos fazemos a escolha de evidenciar os *afetos* e posicionarmos artisticamente sobre como a catástrofe não poderia ser apagada por essas ações de higienização de ruas, pessoas e histórias.

Deste modo, transformamos nossos *afetos* nas seguintes perguntas: como dentro de uma cidade, como Itapevi, podem existir tantas outras? Essa ideia de cidade feliz e homogênea é real? Quais são as marcas depois dessa vivência? Quais são as nossas *distâncias*? E damos início ao processo de recomeçar essa catástrofe.

Foi tão rápido, não foi?

## II. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

É isso: vamos começar outra vez.

Após sermos afetados por esses acontecimentos e decidirmos que queríamos performar em contraponto ao ideal de cidade feliz que se tornara vigente após o esquecimento da tragédia, esbarramos com outros desafios: como criar um processo de teatro que fosse contra-hegemônico no seu fazer? Como lidar com os *afetos* e transformá-los em potência estética para afetar os envolvidos? Como conduzir uma investigação em meio a narrativas tão marcadas por essa calamidade?

O primeiro passo foi optar pela metodologia de não ficção baseado nos estudos do diretor e dramaturgo Marcelo Soler (2010) sobre o teatro documentário<sup>9</sup>, nos incentivando a criar através da nossa relação com o campo escolhido e suas narrativas, ao invés dos métodos pré-estabelecidos pelo

---

<sup>8</sup> SCHECHNER, 2006, p. 49.

<sup>9</sup> Teatro documentário: a pedagogia da não ficção. 2010.

cânone teatral ocidental/hegemônico. Durante os próximos cinco meses nos debruçamos em estudos envolvendo o teatro documentário e a maneira que a experiência evocada por Soler em seu livro poderia nos ajudar a transformar em documento o encontro com essas vidas, ruas e objetos. O caminhar pelas ruas afetadas pela *enchente* nos guiou para a construção do encontro entre artistas e o nosso objeto de atenção. Optamos pelo contato, o toque a sensação.

Em segundo plano, organizamos e estudamos os nossos quatro *afetos* para fazê-los presentes em nosso percurso: o valor dos objetos e das pessoas, *distâncias* ilustradas pela cidade, marcas nunca esquecidas, e performance da cidade e sua hegemonia. Esses *afetos* foram introduzidos em todo o processo no decorrer de um ano, começando com a nossa primeira visita aos atingidos.

A escolha de retornar meses após o ocorrido foi tomada pelo fato de não quisermos causar mais dor aos envolvidos naquele momento trágico. Resolvemos nos colocar aqui no momento pós-catástrofe<sup>10</sup>. Estávamos novamente no bairro do Jardim São Carlos, onde fica a escola na qual fomos voluntários, meses depois de dar início ao processo de (re)encontro com os moradores e suas vivências durante a enchente. Nosso grupo era formado por três pessoas que estiveram no dia da tragédia (participando da ação voluntária), três artistas criadores do Coletivo Narciso e mais duas pessoas convidadas. Todos os participantes foram incentivados a trazer de volta as memórias do dia 11 de março de 2016, procurando nas ruas as nossas potências *afetivas*.

Percorrendo o bairro outra vez, percebemos que o barro nunca foi embora. As casas mantinham suas marcas, assim como o muro da Estação Santa Rita da CPTM<sup>11</sup> com mais de 2 metros manchados pela linha marrom. As marcas identificadas no nosso primeiro encontro com o rio estavam ali, se materializando, mesmo após serem lavadas e esquecidas, elas ainda se faziam presentes representando os mais de 30 municípios atingidos<sup>12</sup> em dois dias de chuva, milhares de desalojados e desabrigados, centenas de casas destruídas e 25 vidas<sup>13</sup> tiradas por todo estado. Um bairro devastado pela incoerência política, social e urbana.

Não é surpresa que as enchentes em nosso país devastam cidades, bairros inteiros, levando vidas e deixando sobreviventes de uma patologia crônica e cíclica. Mas, estar ali cinco meses depois onde carros e pessoas vagam performando o esquecimento junto com a cidade, reforça a nossa escolha de

---

<sup>10</sup> O Coletivo Narciso identifica em seus estudos cênicos sobre catástrofes dois tempos potentes à ação poética: o pré-catástrofe (quando se constata o evento que acontecerá) e o pós-catástrofe (vestígios do ocorrido).

<sup>11</sup> Estação da Linha 08 – Diamante da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos do estado de São Paulo.

<sup>12</sup> Portal G1. Chuvas afetam mais de 30 cidades do interior e da Grande São Paulo. **G1**, São Paulo, 11 mar. 2016.

<sup>13</sup> Portal G1. Idosa é encontrada e número de mortos pela chuva chega a 25 em SP. **G1**, São Paulo, 14 mar. 2016.

reelaborar o meio urbano pelo viés performático de Schechner onde “qualquer evento, ação e comportamento podem ser examinados ‘enquanto’ performances” (SCHECHNER, 2006, p. 49). Poderíamos ter escolhido tantos outros conceitos e olhares para entender a cidade, mas é através desse viés performático que temos a possibilidade de agir em contraponto.

A cidade da lama, naufragada em histórias esquecidas, tornar-se *local* questionador daquilo que era posto de forma hegemônica dentro de nossas vivências em meio a marcas, paredes, roupas em caixas de papelão e moveis mofados. Tudo dentro daquelas casas vira efêmero com data de validade que só durarão até a próxima *enchente*. Momento no qual Itapevi e seus envolvidos serão retirados do ciclo performático para vivenciar o choque causado pela catástrofe por um ou dois dias, antes de retornarem ao seu ritual performático de esquecimento e normalidade.

A visita ao São Carlos dá o primeiro impulso a todos nós convidados e artistas criadores sobre o quão necessário era falar sobre o esquecimento da catástrofe que logo se repetiria no ano seguinte. A chuva, a água, os móveis, as roupas dadas e as ruas e calçadas que seriam lavadas novamente. Constatamos no aspecto cíclico-performático o nosso lugar de *afeto* no qual deveríamos mergulhar em meio à lama para, talvez, conseguir discutir: que humanidade é essa? Contudo, precisávamos de tempo, para entender essa humanidade e para encontrar os próximos *afetos*. Recolhemos histórias, narrativas, fotos, vídeos, áudios gravados e nós mesmos, e voltamos à sala de ensaio para discutir, estudar e criar em torno do material coletado e sentido.

Em pesquisa, encontramos o nosso *local* de potência para investigar essas questões na rua ocupando-a com uma proposta artística de derivar pelos caminhos, trazendo à tona a madrugada de chuvas intensas como um ponto de encontro entre perguntas e respostas registradas. Procurando um estado de presença, em relação com o espaço e nossas ações, notamos que

O caminhar, mesmo não sendo a construção física de um espaço, implica uma transformação do lugar e dos seus significados. A presença física do homem num espaço não mapeado – e o variar das percepções que daí ele recebe ao atravessá-lo – é uma forma de transformação da paisagem que, embora não deixe sinais tangíveis, modifica culturalmente o significado do espaço e, conseqüentemente, o espaço em si, transformando-o em lugar. O caminhar produz lugares. (CARERI, 2013, p. 51).

Navegando por essa cidade performativa, encontramos o tempo que queríamos ocupar: a madrugada do município de Itapevi habitada por taxistas, prostitutas, catadores de lixo e uma juventude que procura na noite algo pelo o qual não sabe dizer. A primeira pergunta que faríamos no percurso entre as ruas escuras seria: quais são as suas *distâncias*? Utilizamos essa pergunta como pretexto para criar relações e descobrir onde os habitantes da madrugada estavam na noite de 10 março (preludio das

enchentes). Fizemos do nosso *afeto distâncias*, uma metodologia para mergulhar em nossas questões sobre a performatividade dessa Itapevi ideal através do ato de caminhar por ela.

As respostas eram variadas e nos levavam a mais indagações, narrativas e espaços não habitados pela cidade feliz. As criaturas da noite mostravam outra Itapevi já performando em choque com o ideal de cidade em suas narrativas contra-hegemônicas. Fator que nos estimulou a performar em contraponto ao esquecimento. A noite se torna o *local* onde podemos explorar seus enredos dramáticos e poéticos. A cidade encontrada no ato de caminhar se transforma e se desmistifica como elucidado por Careri:

A que é descoberta depois pelas errâncias dos artistas é uma *cidade líquida*, um líquido amniótico em que se formam espontaneamente os espaços de *alhures*, um arquipélago urbano a ser navegado indo à deriva. Uma cidade em que os espaços do estar são ilhas do grande mar formado pelo espaço do ir. (CARERI, 2013, p.28).

Esse registro é um dos tantos identificados durante a nossa busca pelos *afetos*, *afetos* esses que fizemos questão em deixar marcado em cada pessoa que teve contato com a nossa deriva. Logo, o navegar por esses caminhos começou a dar forma ao nosso barco.

Voltamos ao nosso laboratório por mais alguns meses antes de sermos atingidos pela mesma urgência que nos levou ao processo. Ela se manifestava na voz da autoridade máxima do município, o prefeito recentemente eleito: "(...) na verdade, os problemas de enchentes aqui da cidade de Itapevi é um problema crônico né? Que jamais será resolvido, a cidade cresceu de uma forma desordenada."<sup>14</sup>

Essa fala é de uma entrevista concedida para o programa de rádio (CBN 2ª Edição) sobre outro episódio de enchente ocorrido no dia 18 de janeiro de 2017, quase um ano após as enchentes narradas aqui. O estado de São Paulo estava com sua região metropolitana alagada outra vez. A natureza revoga seu espaço de novo, a cidade interrompe seu estado para olhar novamente os mesmos choros, álbuns de fotografia, escolas abertas para doação, caminhão pipa lavando ruas, ao som das palavras proferidas pelo prefeito.

Estávamos todos autorizados a performar mais uma vez a cidade feliz. Percebemos de forma brutal que era impossível ser feliz nesse meio e que precisávamos ressoar através das marcas deixadas pela catástrofe performando esse cenário segundo a nossa visão de um barco na lama.

Foi rápido não foi?

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida pelo prefeito Igor Soares ao Jornal da CBN 2ª Edição, 18 jan. 2017.

### III. A PROPOSTA ESTÉTICA QUE NAVEGOU POR VÁRIOS AFLUENTES

Sim, começaremos tudo outra vez e outra vez com muitas outras perguntas: como transformar esses encontros brutais de *afetos* em uma proposta que possa restaurar o impacto dessas colisões? Como construir um espetáculo que reverbere discussões de maneira contra-hegemônica afirmando o nosso papel como sociedade sobre mudanças climáticas mediante à catástrofe? Como propor uma discussão que desconstrua tal ideal de cidade em poucos minutos?

Escolhemos não somente as narrativas periféricas, marginalizadas e esquecidas, mas também a água, a lama e todos os outros estímulos sensoriais que nos atravessaram durante os processos descritos. Não bastava apenas conceituar as *enchentes* e a sua relação com as histórias, era preciso criar um *local* de sensorialidade como ponto crucial de tensão na fábula de cidade feliz.

O aspecto cíclico se torna um elemento fundamental de não-transformação da experiência em catarse e sim em um ponto de reflexão: começamos o espetáculo como as *enchentes* começam e terminamos lavando os artistas assim como o caminhão pipa da prefeitura, prontos para começar a performar outra vez. O discurso é organizado para que em meio a respingos de lama, sacolas nos pés e fios entrecruzados, a plateia reconheça seu lugar naquela tragédia, seja de participantes ou de omissão.

Definido a estética, estruturamos a narrativa de desconstrução da cidade em três pontos: construção (erguendo *afetos* na cartografia<sup>15</sup> de uma cidade), destruição (desconstruindo o ideal cidade) e o que sobrou (recolhendo os destroços para começar novamente), que serão desdobrados adiante.

Em *erguendo afetos na cartografia de uma cidade*, a plateia faz seu primeiro contato com os artistas criadores antes do espaço cênico sendo guiada por reflexões sobre os rios que passam em baixo dos próprios pés. Antes de sentar, ela é conduzida por uma dinâmica que tem por intenção demarcar o lugar de cada um dos espectadores durante o espetáculo guiados por suas diferenças socioculturais. Ao fim da dinâmica, as cadeiras são colocadas em círculo e pedimos para que cada um sente a mais próximo de onde está, sem escolher ou trocar de posição (fator crucial para o desenvolvimento da ação). Os espectadores são convidados a colocar nos pés sacolas plásticas que trouxeram como estabelecido na divulgação. As sacolas plásticas têm a intenção de gerar uma falsa sensação de proteção e imunidade, criando uma atmosfera ilusória no qual o suposto interesse se volta aos calçados. Aqui traçamos expectativas que serão frustradas.

---

<sup>15</sup> A cartografia é um método formulado por G. Deleuze e F. Guattari (1995) que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. (KASTRUP, 2007, p. 15)

O espetáculo enfim começa. A cartografia simbólica da cidade é desenhada pelos caminhos criados pelos atores através dos próprios calçados que são reutilizados em todas as apresentações, carregando consigo a história estética do espetáculo: este é o primeiro vestígio de lama com o qual a plateia se depara. Os sapatos marcam as moradas. Os caminhos são desenhados a giz de lousa no chão. Os fios vermelhos tomam o espaço das linhas de trem e muros da linha diamante da CPTM. A cartografia se expande para as histórias de imigrantes nordestinos que em grande maioria fazem parte das comunidades entrevistadas e situadas a beira dos rios, na expectativa de vidas melhores e que logo serão cobradas pelo próprio rio. Todos os encontros e desencontros narrados tem o mesmo ponto de chegada: a madrugada em que o papagaio morreu na gaiola, em que a dona Rita teve seus moveis levados pela água, e onde Elvis procurou na noite apenas dormir.

No segundo momento, *desconstruindo o ideal cidade*, se inicia o ponto de tensão principal, onde a natureza se põe a cobrar o seu antigo espaço. Dentro do espetáculo, isso se transforma em ações performáticas começando por uma guerra de bexigas d'água entre os atores e terminando na invasão da lama dentro do ambiente cênico. As cores, o mapa, os objetos e os próprios atores vão sendo transformados conforme água vai adentrando no campo simbólico. As linhas vermelhas se tornam marrom e os sapatos que simbolizavam as moradas agora estão irreconhecíveis. Os artistas, a cada narrativa da catástrofe, vão transmutando os seus corpos a partir do contato com os elementos e um a um são carregados pelo rio. Avançamos este bloco com a caça inerte dos culpados em um jogo de perguntas que procura os “peixes canibais” em uma busca insolucionável. Ao final relembramos a fala do recém-eleito prefeito do município, trazendo à tona a real face de todos que se encontram ali: “essa é a verdadeira imagem de um barco na lama, cheio de peixes canibais procurando os assassinos de suas próprias vidas” (NARCISO, 2017, p. 25)<sup>16</sup>.

Indagamos: foi rápido, não foi?

O último ato, *recolhendo os destroços para começar novamente*, é o momento mais curto do espetáculo e de grande importância pois é nesse ponto que a cidade se prepara para performar novamente, assim como os performers. Começamos uma limpeza inútil pelo espaço organizando os objetos, os sapatos e os fios para construir uma fotografia do qual todos os artistas e público participam. A delimitação cênica é desfeita, a plateia é deslocada do círculo para ver o espaço de uma outra maneira espalhados em meio à lama. Ao montar a foto, os artistas são colocados em posição

---

<sup>16</sup> Arquivo: Um Barco na Lama.

para serem lavados e limpos o máximo possível, e clic. Terminamos o espetáculo dizendo: é isso, vamos começar outra vez.

Nessa composição de três momentos, a dramaturgia vem em maior parte como espaço documental, trazendo, em cena, os relatos biográficos dos artistas e entrevistados. O conjunto cênico é completado por figurinos marcados pelo barro e cenário fixo constituído em sua maioria por baldes e bancos. Os outros elementos cenográficos vão se construindo e sendo destruídos conforme o desenvolvimento da proposta estética.

Faço essa descrição dos elementos porque é crucial entender o embate que vai acontecer entre público e estética, assim como o potencial contra-hegemônico que vemos aqui para discutir o espaço urbano em meio às mudanças climáticas. Tentamos, entre tantas outras coisas, suscitar na plateia o questionamento sobre qual é essa cidade que idealizamos a partir dos vestígios processuais que nos encaminham a questionar as ideias hegemônicas das organizações sociais atreladas ao capitalismo e ao colonialismo, e suas consequências em todo o planeta. Agora o desafio seria criar na plateia através dessa estética um espaço para se subjetivar e propor diálogo, algo que sempre escapa do nosso controle. A plateia sente o que sente.

Porém, cumprimos em todas as apresentações o nosso papel como performers e artistas de evocar o estado de presença. Em cada uma das apresentações, por três estados e tantas outros municípios, estivemos presentes com a intenção de discutir o ideal de cidade e de humanidade, e que socialmente construímos através de ficções que pouco falam sobre quem somos. Erguemos uma organização simbólica, com o mesmo papel dos performers, que cobra a presença da plateia, sendo essa o maior trunfo contra-hegemônico: o espetáculo, diferente das poéticas que se utilizam de narrativas vigentes, cria em sua estética um ponto de tensão entre os discursos impregnados de colonialismo e de meritocracia sobre as comunidades afetadas por catástrofes e o estímulo sensorial como espaço de presença. Cobra aos vivos que pensem sobre como vivem e como querem que vivam seus descendentes.

Essa presença também segundo o nosso olhar é a chave para a discussão das mudanças climáticas. Restaurar esse estado de presença em meio a uma catástrofe ambiental cria na plateia o sentimento de urgência da questão colocando todos os envolvidos como possíveis propositores de ação através do encontro e da coletividade. Tudo isso tem como cenário concreto a cidade. Espaço que decidimos performar em contraponto mostrando a possibilidade de questionar o urbano e sua idealização através da arte performática que encontra possíveis fronteiras entre o que somos e o que fingimos

ser. Discutimos, assim, o *local* dos pontos de *afetos* na construção de um processo que possa desenvolver pensamento crítico em quem faz e assiste, e quiçá contribuir para a sensibilização sobre as mudanças climáticas que se agravam com os desdobramentos de ações insensíveis que perpetuamos no planeta através de ações cênicas que envolvam a catástrofe.

A presença evocada através de tantos elementos propostos e por um ímpeto artístico (legítimo ao coletivo), nos motiva a registrar esses vestígios do processo como um vetor para mais investigações no campo de arte em processos que possam ser contra-hegemônicos e decoloniais com o intuito de discutir as mudanças climáticas, traçando por meio de outros olhares a discussão sobre a cidade e a quem ela pertence. Abrindo o convite a mais pessoas com a intenção de restituir os dispositivos que fazem parte da nossa construção social ao bem comum de volta ao povo, como sugere Giorgio Agamben (2009).

Para discutir de forma real os nossos problemas sociais, precisamos parar de performar esquecimento e nos atentar a presença, caso contrário continuaremos participando da cidade ideal que a cada enchente performa sua felicidade criando mais *distâncias* para serem percorridas por aqueles que lutam pelo direito de criar raízes que não sejam cobertas pela lama.

Terminamos, por enquanto.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O Que é o Contemporâneo e outros ensaios**. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- BARROS, Anna. Espaço, lugar e local. **Revista USP**, São Paulo, n.40, p. 32-45, dez/fev. 1999.
- BOTELHO, Manoel Henrique Campos. **Águas de chuva: engenharia das águas pluviais nas cidades**. 4 ed. São Paulo: Blucher, 2018.
- CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Editora G. Gili. 2013.
- CBN (Central Brasileira de Notícias). Problema de enchentes em Itapevi é crônico e jamais será resolvido. **CBN**, São Paulo, 18 jan. 2017. Disponível em <<https://cbn.globoradio.globo.com/programas/jornal-da-cbn-2-edicao/2017/01/18/PROBLEMA-DE-ENCHENTES-EM-ITAPEVI-E-CRONICO-E-JAMAIS-SERA-RESOLVIDO.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- DESRANGES, Flávio. **A Pedagogia do espectador**. São Paulo: Hucitec, 2003.
- GLEIZER, Marcos André. **Espinosa & a afetividade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Cidades e estados. **IBGE**, Itapevi, 2020. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/itapevi.html>>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 01, p. 15-22, jan/abr. 2007.

KRENAK, Airton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NARCISO, Coletivo. **Arquivo: Um Barco na Lama**. São Roque: edição online, 2017.

PISCATOR, Erwin. **Teatro político**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

PORTAL G1. Chuvas afetam mais de 30 cidades do interior e da Grande São Paulo. **G1**, São Paulo, 11 mar. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/chuvas-afetam-mais-de-20-cidades-do-interior-e-da-grande-sao-paulo.html>>. Acesso em: 11 set. 2021.

PORTAL G1. Idosa é encontrada e número de mortos pela chuva chega a 25 em SP. **G1**, São Paulo, 14 mar. 2016. Disponível em: <[g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/numero-de-vitimas-das-chuvas-em-sp-chega-26.html](http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/numero-de-vitimas-das-chuvas-em-sp-chega-26.html)>. Acesso em: 11 mar. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei complementar nº 1.139, de 16 de junho de 2011 Reorganiza a Região Metropolitana da Grande São Paulo, cria o respectivo Conselho de Desenvolvimento e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Executivo**, São Paulo, SP, p. 1, 17 jun. 2011.

SISRH (Sistema Integrado de Gerenciamento Recursos Hídricos do Estado de São Paulo). **CBH-AT**. São Paulo, SP, 2013. Disponível em <<https://sigrh.sp.gov.br/cbhat/apresentacao>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SCHECHNER, Richard. **“What is performance?”** Performance Studies: An Introduction, 2<sup>nd</sup> edition. New York & London: Routledge, p. 28-51. 2006.

SOLER, Marcelo. **Teatro documentário: a pedagogia da não ficção**. São Paulo: Hucitec, 2010.

VISCONTI, Jacopo Crivelli. **Novas derivas**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

## **Agricultura Urbana: uma ferramenta pedagógica de Educação Ambiental**

*OLIVEIRA, Ulisses Silva; PEREIRA, Paulo Vitor Reis; RODRIGUES, Lora dos Anjos; MAFRA, Luiz Antônio Staub.*

Palavras-chave: Extensão universitária; Meio ambiente; Agricultura urbana; Ensino básico

O programa de extensão “Agricultura Urbana e Meio Ambiente” tem por objetivo geral promover a ressignificação da relação entre o sujeito e o ambiente no qual está inserido, despertando sua consciência para o seu potencial como agente transformador dos espaços, da sua alimentação e de suas relações, resgatando um convívio com o meio natural. O programa surgiu a partir de experiências piloto com a comunidade interna do campus de Varginha-MG, em que se desenvolveu o plantio e/ou degustação de algumas espécies (como o feijão Guandu, cerejeiras do Japão, entre outras PANCS) e iniciou-se um processo de compostagem de alguns materiais orgânicos descartados dentro do próprio campus. Atualmente, já em sua segunda edição junto à PROEX, o programa desenvolve o projeto “Agricultura Urbana: uma ferramenta pedagógica de Educação Ambiental” que visa mobilizar as professoras do Centro Educacional Municipal de Educação Infantil (CEMEI) Mundo Encantado sobre a importância da educação ambiental (EA) crítica e o potencial da Agricultura Urbana (AU) como ferramenta transversal dos conteúdos trabalhados na escola. Nesta perspectiva, evidencia-se a importância da EA voltada principalmente às crianças e adolescentes (BUZZO, 2016), pois surge um potencial multiplicador do conhecimento, com a transmissão e troca de aprendizados junto às suas famílias. Nos encontros iniciais de mobilização, foi verificada ampla adesão e empolgação por parte da gestão, apoio pedagógico e professoras, visto que a ação vai ao encontro dos propósitos da escola, que já tem questionado o seu próprio ambiente artificializado. Dialogando com as professoras, remotamente em encontros síncronos, é problematizada a relação do ser com o espaço e com o alimento, a fim de estimular a construção colaborativa de um portfólio de atividades interdisciplinares relacionadas à AU que sejam adaptadas aos objetivos de aprendizagem descritos no Currículo Referência de Minas Gerais e da política nacional de EA. Quando comparada à experiência desenvolvida com a Escola Estadual São Sebastião em 2020, a equipe identifica o desafio de adaptar as atividades para a faixa etária de 0 a 4 anos, como a adequação na utilização de plantas, pois os riscos associados ao manuseio e à ingestão indevidas deverão ser considerados. Ao longo do encontros, foram recuperadas lembranças familiares do convívio em quintais e hortas e da preparação coletiva

de receitas típicas (da estação e da região), discutindo-se, assim, o aspecto social da culinária e o uso das plantas como tradição e o fato de o processo de urbanização contribuir para que ocorra uma perda de contato com a terra e com a preparação dos alimentos a cada geração. Ao mesmo tempo, salientou-se que nesse processo, em que houve uma aceleração da inserção da mulher no mercado de trabalho, o estímulo à prática da AU deve observar se não lhe impõe sobrecarga de trabalho em um contexto de desigualdade na divisão das tarefas domésticas. Em paralelo às discussões, as professoras estão desenvolvendo/aprimorando noções básicas de cultivos e manejo por meio da produção de mudas a partir do aproveitamento de espécies consumidas em suas casas. Em um segundo momento, espera-se que a escola consiga alcançar os estudantes e seus familiares e que haja uma aproximação da comunidade escolar com as plantas da Unifal-MG, ressignificando também a sua relação com esse espaço. Finalmente, espera-se que este projeto possa contribuir como um instrumento para uma EA de transformação social e de caráter urgente que busca, conforme Sorrentino (2005, apud CRIBB, 2009), a superação das injustiças ambientais e sociais na humanidade.

## **Análise configuracional da (auto)organização da cidade de Maputo**

*CARDOSO, David Leite Viana.*

Palavras-chave: Análise configuracional; Maputo; qualidades sintáticas espaciais; forma-dinâmica urbana; apropriação espacial.

A comunicação incidirá sobre a cidade de Maputo, capital de Moçambique, verificando a sua forma dinâmica urbana a partir de técnicas de análise derivadas da sintaxe espacial. A investigação assentou na metodologia Trac(k)ing, que relaciona a interação social e espacial na apropriação dos lugares e nos usos que os mesmos proporcionam. Com recurso a abordagens qualitativas e a métodos quantitativos, Maputo é perspectivada à luz da influência da configuração urbana na vida social. A questão de fundo que orienta a pesquisa refere-se ao ajuste de instrumentos formais de análise urbana a processos e práticas ditas “informais” na transformação da forma urbana. Discutir-se-á como combinar diferentes aproximações ao estudo da urbanização em Maputo tendo em consideração os contrastes sociomorfológicos existentes. Os resultados da investigação que serão apresentados contemplarão um horizonte da morfologia urbana que a equaciona a partir da respetiva auto-organização e forma dinâmica, traduzidas no diálogo entre estruturas planeadas e contextos de autoprodução dos espaços urbanos. Neste sentido, a cidade de Maputo será expressa em mapas de dinâmicas socioespaciais, mapas axiais, mapas de segmentos e no âmbito da análise visual (Visibility Graph Analysis), com mapas de isovistas, por exemplo. Constituem novas cartografias de Maputo, nas quais foram rastreadas atividades formais e “informais” de comércio de rua (por exemplo), suas lógicas e tendências de ocupação dos espaços urbanos. A oportunidade da utilização dos lugares da cidade de Maputo com meios e finalidades não estruturadas e não apoiadas, coloca a ênfase e torna explícitas regras implícitas de (auto)organização na apropriação de Maputo pelos seus habitantes no esforço diário em (sobre)viverem com as melhores condições possíveis (reconhecendo os enormes déficits e desequilíbrios ali existentes). Saber ler a cidade de Maputo de modo não previamente ajuizador quanto às condições e circunstâncias que moldam a respetiva urbanização. Para o efeito, urge saber ver os fenômenos urbanos locais com o mais adequado conjunto de lentes, capazes de filtrarem preconceitos e determinismos redutores da sua complexidade e diversidade de processos de urbanização. Visto isto, a apresentação consubstanciará um quadro plural de possibilidades de compreender a forma urbana de Maputo e as vivências que nela acontecem.

## A vivência da mulher na cidade

### *The experience of woman in the city*

**TEIXEIRA, Amanda Burgarelli**

*Arquiteta e Urbanista. Mestra Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade pela UFSJ. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNILAVRAS. a\_burgarelli@yahoo.com.br*

**CARMO, Letícia Lara do**

*Arquiteta e Urbanista. Mestranda no Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) da UFSJ. leticiacarmo.arq@gmail.com*

**PEREIRA, Mariana Silva**

*Arquiteta e Urbanista. Mestranda no Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) da UFSJ. sp.mariana@hotmail.com*

**SILVA, Talita Simone de Paula da**

*Gestora Ambiental e Produtora Cultural. Mestra Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade pela UFSJ. talitadpaula.s@gmail.com*

**BISPO, Tatiane Carvalho**

*Fotógrafa. Mestranda no Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) da UFSJ. tatienebispoc@gmail.com*

**REIS, Renata de Souza**

*Professora Doutora do Departamento de Zootecnia da UFSJ. renatareis@ufsj.edu.br*

**CORGHI, Fernanda Nascimento**

*Professora Doutora do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas da UFSJ. corgho@ufsj.edu.br*

**CHAGAS, Luciana Beatriz**

*Professora Doutora do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas da UFSJ. lbchagas@ufsj.edu.br*

**PEREIRA, Eduardo Bento**

*Professor Doutor do Departamento de Engenharia Elétrica da UFSJ. ebento@ufsj.edu.br*

### **RESUMO**

Este artigo relata uma pesquisa que teve como objetivo a reflexão em torno da mulher e a cidade, debatendo questões como a desigualdade de gênero e sua influência na forma de viver o urbano. A partir da criação e realização de uma dinâmica, foi possível articular assuntos como arte, urbanidade e o papel da mulher no espaço urbano. Para tal, pediu-se para que cada participante, que não precisava exclusivamente ser uma mulher, respondesse um questionário online semi estruturado, refletindo a temática, e, que realizasse uma colagem artística com sua visão pessoal, por meio de imagens e palavras disponibilizadas em uma biblioteca digital.

**PALAVRAS-CHAVE:** desigualdade de gênero, direito à cidade, mulher, transdisciplinaridade.

**LINK:** <https://burgarellia.wixsite.com/amulhernacidade>

### **ABSTRACT**

*This article reports a research that aimed to reflect on women and the city, debating issues like gender inequality and its influence on the way of living the urban. With the creation and realization of a dynamics, it was possible to articulate themes such as art, urbanity, and the role of women in urban space. For that, each participant, who did not have to be exclusively a woman, was invited to answer an online semi-structured questionnaire, reflecting on the theme, and to make an artistic collage with their personal vision, using images and words available in a digital library.*

**KEY-WORDS:** *gender inequality, right to the city, women, transdisciplinarity.*

**LINK:** <https://burgarellia.wixsite.com/amulhernacidade>

## **1 INTRODUÇÃO**

As relações sociais no contemporâneo, principalmente as de gênero, estão marcadas historicamente pela herança colonial, onde predominam a dominação e a soberania masculina perante a feminina. A evolução para uma sociedade capitalista também foi responsável - e ainda é - pela subjugação feminina, pois contribuiu para que as relações entre gêneros fossem cada vez mais desiguais. Delimitações predeterminadas no passado, que veem o homem como provedor e a mulher como responsável pela tarefa de cuidar do lar e dos filhos, contribuíram para normalização da mesma como o sexo frágil e inferior àquele, de modo que as cidades fossem modeladas por homens e para homens. Gualberto e Silva (2019), contribuem com o pensamento ao afirmarem que as cidades seguem o padrão patriarcal masculino e heteronormativo, que por sua vez coloca os homens no papel de gestores das cidades, dificultando o acesso a um espaço e a uma identidade na paisagem urbana pelas mulheres, visto que as cidades não foram idealizadas para permitir tal apropriação e liberdade.

Harvey (2008) relata que é preciso saber quais são os vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos se deseja saber e que tipo de cidade se está buscando. Para o autor, o direito à cidade vai além da liberdade individual pelo acesso aos recursos urbanos, é um direito de mudar a si mesmo, mudando a cidade. É um direito coletivo, já que a remodelação dos processos de urbanização não é feita de forma singular. A liberdade de fazer e refazer a cidade é um dos direitos humanos mais preciosos e também mais negligenciados. Dessa forma, evidencia-se o fato de que analisar o direito à cidade está intimamente relacionado ao estudo dos espaços urbanos vinculados às questões de gênero, já que esse debate perpassa por um novo olhar sobre as cidades, desvinculado dos estigmas históricos enraizados na sociedade e na infraestrutura urbana.

Assim como os espaços das cidades evocam a pluralidade e a diversidade de relações sociais, Cortês (2008) ressalta que os mesmos ajudam a orientar e organizar tais relações, de forma a compor um

conjunto de identidades que ou se somam, ou se confrontam, ou vivem de maneira mais ou menos isolada. O autor salienta, ainda, que o corpo humano atua como uma metáfora fundamental no processo de construção social da realidade na qual se insere, já que é o corpo o responsável por criar e produzir o espaço, ao mesmo tempo que é produzido por ele. Sendo assim, entende-se que enxergar a cidade está diretamente relacionado a enxergar os corpos e as relações entre estes.

Para melhor compreender como os corpos se inserem nas cidades e como as questões de gênero são trabalhadas e entendidas no senso comum, estipulou-se uma dinâmica com o intuito de fomentar tal debate com a população, por meio de uma atividade que relaciona perguntas e respostas, além da criação de uma obra artística, facilitada por recursos de mídia digital. As pessoas participantes foram questionadas sobre a maneira que enxergam a cidade, com uma perspectiva direcionada às vivências femininas no espaço e se percebem uma diferenciação de usos entre esse público e o masculino. Essa atividade artística teve o intuito de trabalhar as questões urbanas através de um novo olhar, que ultrapassa a didática presente em questionários enrijecidos e normativos, concedendo liberdade à criação e estímulo à criatividade no processo de pensar seu próprio meio e suas vivências na cidade.

A concepção dessa dinâmica se deu na disciplina de Tecnologia e Criatividade, ofertada pelo Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes Urbanidades e Sustentabilidade - PIPAUS - da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ. O ponto inicial foi a Agenda 2030<sup>1</sup> da Organização das Nações Unidas – ONU, que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, chamados de ODS, criados em 2015 e que devem ser seguidos por governos, sociedade civil e demais parceiros. A partir do conhecimento de tais objetivos, foi proposta a criação de uma atividade que envolvesse tecnologia, criatividade, as premissas do PIPAUS e alguns ODS. A atividade poderia consistir em oficina, vivência, dinâmica, exposição e afins. Dos pilares do PIPAUS foram escolhidos a Arte e a Urbanidade. Dos 17 ODS, foram selecionados 3, sendo eles o número 5 - Igualdade de Gênero, 10 - Redução das Desigualdades e 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis. Alicerçada nessas temáticas, a atividade escolhida foi a dinâmica, no formato online.

## 2 TRANSDISCIPLINARIDADE ATRAVÉS DA DINÂMICA

A arte desempenha um papel importante na difusão e releitura de debates urbanos, atuando como um forte mecanismo vinculado à transdisciplinaridade, uma vez que permite abranger métodos diferenciados para a coleta de dados e propagação de reflexões que se derivam de experiências

---

<sup>1</sup> <http://www.agenda2030.org.br/>

criativas e desvinculadas de um padrão estruturado disciplinarmente. Assim como a arte pode integrar pesquisas com abordagens diferenciadas, a tecnologia pode ser aplicada em conjunto, como forma de enriquecer esses estudos e proporcionar novas formas de acesso e estruturação. Nesse sentido, utilizou-se a arte digital como um meio de trabalhar o entendimento do papel da mulher na cidade e como as indagações relacionadas ao espaço urbano podem se derivar das questões de gênero.

Uma dinâmica que envolve o aspecto artístico deve ser capaz de estimular o intelecto e o emocional, juntando todas as percepções humanas para resultar em uma assimilação maior e diferenciada por quem usufrui do seu contato. Tlostanova (2011) considera que o ser humano possui a particularidade em usar simultaneamente o intelecto e as emoções como mecanismos de orientação do comportamento, além de dois tipos de experiência cultural, a racional-analítica e a emocional-sensual, que se interseccionam justamente na esfera estética. Barbosa *et al.* (1996) contribuem com a reflexão ao afirmarem que a arte pode ser analisada e apreendida, por se tratar de uma criação humana. Desse modo, reafirma-se que a escolha por trabalhar a arte na dinâmica seja uma forma criativa e eficiente de analisar o assunto abordado.

Entende-se como transdisciplinaridade, de acordo com Nicolescu (1999), aquilo que está entre as disciplinas, através das mesmas e indo além de qualquer uma delas, objetivando-se em uma compreensão de mundo em que um dos imperativos seja a unidade do conhecimento. Assim, a partir dessa definição, entende-se que é necessária a abordagem transdisciplinar para compreender as relações entre os sujeitos e seus meios e modos de vida, através de métodos estruturados com o auxílio da tecnologia e por meio da arte.

Avaliando a utilização da transdisciplinaridade na proposta deste trabalho, é possível vislumbrar sua potencialidade quanto ao método e o produto realizado. Isso porque, a utilização de meio tecnológico na abordagem de uma questão social vigente na realidade de cada um, é catalisada pelos indivíduos da pesquisa, gerando um produto/resposta no formato artístico que expressa a referida questão. Questão essa que, em alguns casos, aparece encoberta pela colonialidade na qual a sociedade ainda se encontra, e por vezes, não tem consciência.

### **3 A CIDADE E AS MULHERES: UMA PERSPECTIVA DE DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA**

As relações de gênero são elementos estruturantes no contexto urbano, marcadas por uma desigualdade evidenciada no cotidiano, onde homens, historicamente ocupam uma posição

dominante sobre as mulheres (MACEDO, 2002). E nessa categoria de gênero, ainda que ambos ocupem uma mesma camada social, experienciam a cidade de maneiras diferentes. Contrastes estes, perpetuados desde construções políticas e culturais, até nos meios de comunicação e expressões de linguagem, que afetam diretamente na banalização e recorrência das múltiplas formas de violência contra a mulher.

As mulheres, apesar de terem alcançado espaços para além do papel materno e de cuidadora do lar principalmente com a industrialização e urbanização no Brasil, ainda são culturalmente consideradas como pertencentes a uma posição de exclusão da vida pública. Essa ideologia arraigada, mesmo de forma subliminar, atua de maneira perversa e reduz sua posição como membro da sociedade em relação a outros grupos sociais. A desigualdade se reflete desde a qualidade de vida de uma mulher, até a oportunidade de ascensão no mercado de trabalho, na pesquisa, etc.

As estatísticas relativas à violência contra o gênero feminino podem gerar inúmeras discussões sobre a inferiorização e desrespeito sobre a vida de uma mulher. E no Brasil, há uma carência e emergência muito grande no que se refere à infraestrutura social, o que agrava ainda mais tais problemáticas. O Atlas da Violência de 2019, do IPEA, com atualização até 2017, mostra que a taxa de mulheres assassinadas tinha sido de 4.936 (a maior taxa em 10 anos), desse número, 66% eram negras. De acordo com o boletim *Indicadores FJP - Violência contra a Mulher* produzido pela Fundação João Pinheiro em 2019, das mulheres entrevistadas que relataram já terem sofrido algum tipo de violência, 22% delas sofreram com ofensas verbais, 23% ameaça de agressão, 17% agressões físicas e 2% esfaqueamento ou tiro.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela que em 2018, 1.206 mulheres foram vítimas do feminicídio, o que significa um crescimento de 11,3% diante dos registros anteriores. O ápice da mortalidade se dá aos 30 anos (a partir dos 20 anos a taxa é crescente), idade próxima da maioria das pessoas que responderam à pesquisa realizada pelo grupo, o que justifica muitas terem opiniões críticas sobre o assunto, pois certamente, vivenciam de perto o risco que a cidade as submete cotidianamente. Esses dados são relevantes, primeiramente, para compreensão da magnitude do problema. Mesmo que as estatísticas não retratem 100% da realidade, elas elaboram um cenário de um local. Outro aspecto importante é para que se procure entender a raiz dessas questões, como e porque alguns países, regiões e/ou cidades têm índices mais altos de violência contra mulher que outros.

Em relação à violência sexual, em 2018 houve 66.041 registros de denúncias, o maior número já registrado. Não significa apenas que a violência tem aumentado, mas também aponta como iniciativas, sejam públicas ou privadas, legislações como a Lei Nº 13.104 de 9 de março de 2015, conhecida como a Lei do Feminicídio e demais ações têm contribuído para maior conscientização e encorajamento para que essas denúncias sejam feitas. A Figura 1, demonstrada a seguir, também extraída do Anuário (p. 113), mostra que apesar de grande parte da violência contra a mulher, ser de procedência doméstica (causada principalmente pelos companheiros ou ex-companheiros e atingindo a marca de 263.067 registros em 2018), ela também ocorre em vias públicas em uma porcentagem significativa.

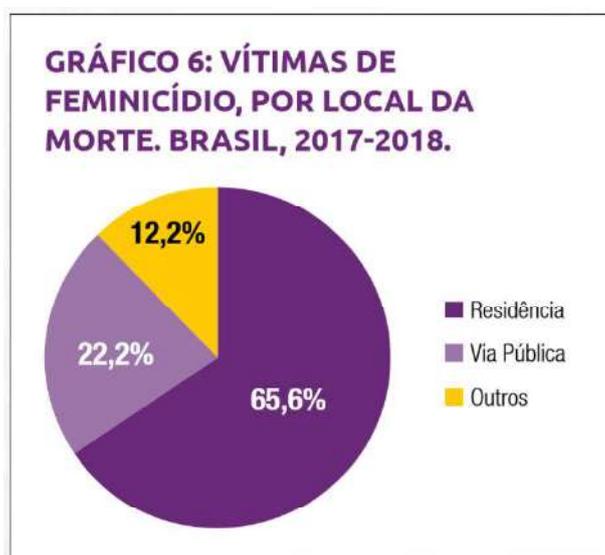


Figura 1: Vítimas de feminicídio, por local de morte. Brasil, 2017-2018.  
 Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

#### 4 MATERIAL E MÉTODOS

Por meio de pesquisa bibliográfica documental, foram realizadas leituras referentes à temática de gênero, oficinas de aprendizagem criativa vivenciadas na disciplina e estudo de dados retirados de sites referenciais com estimativas e números que apontam sobre particularidades pertinentes às questões levantadas. O vínculo de tais fontes com os objetivos propostos, visou a contribuição para o alcance de um resultado eficaz do trabalho realizado. Deste modo, a pesquisa se deu em caráter histórico, metodológico e analítico, visando estabelecer corretamente o método às intenções de resultados e à temática estudada.

Os materiais utilizados para a dinâmica proposta foram todos digitais, visto que a mesma aconteceu em plataforma de pesquisa online. Para conseguir recolher as percepções sobre a relação da mulher com a cidade, optou-se pela realização de um questionário semiestruturado e uma atividade de colagem, articulando assim tecnologia, criatividade e arte. As perguntas foram criadas a partir das leituras prévias e da vivência das discentes. O questionário foi feito na ferramenta *Formulários do Google* e foi dividido em seções. A Seção 1 era comum a todos os participantes, contendo perguntas sobre a faixa etária, a cidade e o gênero. As Seções 2 e 3 tinham as mesmas perguntas, entretanto mudavam o direcionamento de acordo com o gênero escolhido, sendo que quem se identificou como “Feminino” respondeu a Seção 2 e quem se identificou como “Outros”, a Seção 3.

Nas Seções 2 e 3, as perguntas se relacionam com representatividade e segurança na cidade, para que as pessoas participantes refletissem sobre o assunto. Em seguida, foi dado o direcionamento para a execução de uma atividade de colagem. A partir de um arquivo disponibilizado, a pessoa deveria criar uma colagem que representasse a vivência da mulher na cidade. O arquivo consistia em um Power Point com uma biblioteca de imagens e palavras e uma tela em branco para a colagem. As imagens variaram entre representações positivas e negativas sobre o cotidiano vinculado às mulheres e à cidade. Já as palavras consistiram de fragmentos retirados de notícias atuais envolvendo mulheres e de sites e blogs com conteúdo de empoderamento. Ao finalizar a atividade, o público da pesquisa foi orientado a salvá-la em PDF, anexar no formulário e em seguida falar em palavras o que quis demonstrar com a arte criada através da colagem. O convite para participação na pesquisa foi feito via redes sociais das discentes, por meio de uma URL com o questionário e as instruções para a confecção da arte e ficou disponível entre os dias 11/12/2019 e 16/12/2019.

## 5 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

Como explicitado na construção metodológica, optou-se pela aplicação de um questionário semiestruturado para que não somente mulheres, mas todas as pessoas interessadas pudessem relatar brevemente sobre a experimentação cotidiana da mulher na cidade. O questionário ficou aberto por seis dias, obtendo-se 25 respostas no total, sendo o mesmo dividido em 3 Seções, como já discorrido anteriormente. A seguir, são apresentados os gráficos e resultados por seção, que foram posteriormente analisados. O link a seguir direciona ao modelo do questionário aplicado, sendo possível compreender sua interface, a forma como as perguntas foram feitas e a atividade solicitada: <<https://forms.gle/h3DbXRqx2cQb1wDm7>>.

Das 25 respostas obtidas no questionário, 15 foram de indivíduos de 18 a 24 anos de cidades diversas, como é possível observar nos gráficos das Figuras 2 e 3, a seguir. Os resultados desses gráficos relacionam-se nitidamente com o método de captação de dados escolhido para a pesquisa. No gráfico da Figura 2, observa-se que a maioria das respostas foram de pessoas entre 18 e 35 anos, público que normalmente tem mais interatividade com conteúdo online. No gráfico da Figura 3, nota-se a abrangência que um conteúdo em rede pode alcançar, já que a maioria das cidades escolhidas estão localizadas em Minas Gerais, que é o estado das idealizadoras da pesquisa.

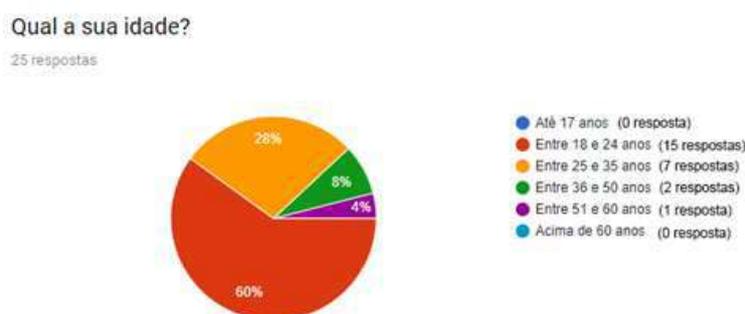


Figura 2: Seção 1 - Faixa Etária dos participantes

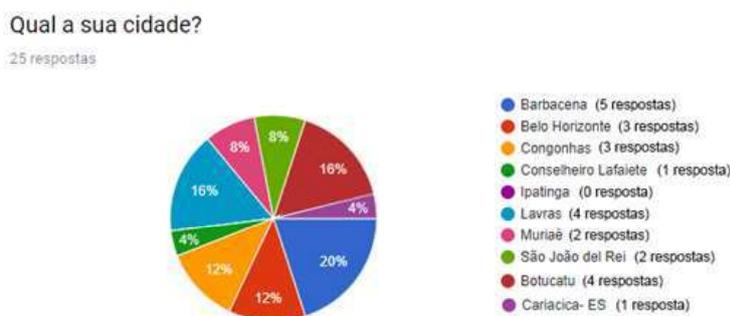


Figura 3: Seção 1 - Cidades onde os participantes residem

Oitenta por cento (80%) das respostas informaram o gênero feminino, como demonstrado no gráfico da Figura 4, a seguir. Destas, 75% disseram não se sentirem representadas dentro da cidade em que habitam, como é possível observar no gráfico da Figura 5. Das justificativas para o sentimento de não-representação, a que mais se destaca é a ausência de representatividades políticas, sociais e culturais no espaço urbano, e que mesmo que existam grupos de resistência, a escassez de mulheres ativas em posição de poder resulta em poucos espaços de fala. Algumas argumentações ainda destacam que quando são inseridas questões de raça e etnia tal representatividade é ainda menor.

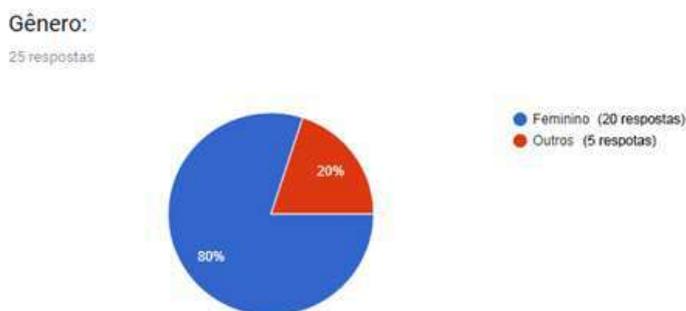


Figura 4: Seção 1 - Gênero informado pelos participantes

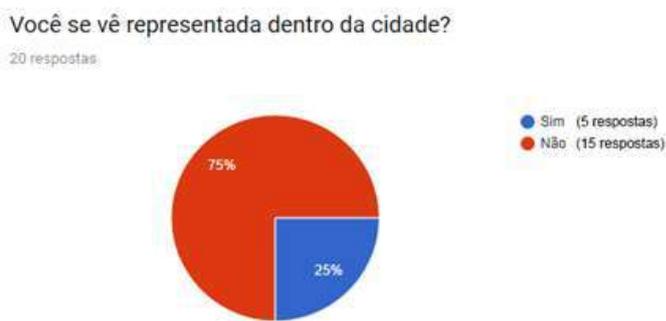


Figura 5: Seção 2 - Representatividade da mulher na cidade (Gênero Feminino)

Um segundo aspecto que se sobressai é a míngua de infraestrutura referente a segurança pública, alegando não se sentirem seguras em ruas escuras, locais isolados e de pouca movimentação. Ainda nesse tema, surge a necessidade de instituições que trabalhem em prol dos direitos das mulheres, delegacias mais atuantes que recebam e respeitem os problemas que são levados a elas, além da disseminação da conscientização sobre a vulnerabilidade da mulher.

Uma terceira particularidade das respostas da seção 2 (Figura 5), mais de uma vez evidenciada, é do perfil de cidades pequenas com pensamentos mais conservadores que ainda reproduzem o discurso patriarcal e machista, que fizeram e fazem parte da construção histórica do país. Ainda que a realidade cotidiana da mulher se encontre em um cenário otimista comparado a outros períodos da história, ainda são necessárias muitas mudanças que promovam a valorização, a representação e a equidade ao gênero feminino. As 25% que responderam se sentirem representadas dentro da cidade (Figura 5), justificaram suas respostas principalmente pela existência de movimentos sociais fortes dentro da cidade, que correspondem com ideologias feministas e geram uma sensação de apoio e segurança às outras mulheres.

Quando questionadas sobre a segurança das cidades para as mulheres, 90% delas, como é possível observar no gráfico da Figura 6 abaixo, concordam que as cidades não são seguras, e dentre as justificativas, as que mais se repetem apontam os altos índices de violência contra a mulher (nas suas mais diversas formas). Além de noticiários e jornais que frequentemente exibem casos de violência, ela é existente mesmo em cidades pequenas e conhecidas por serem tranquilas, independente do horário, local e iluminação, apesar de muitos concordarem que a falta de infraestrutura adequada na cidade corrobora para que os assédios e ataques aconteçam.

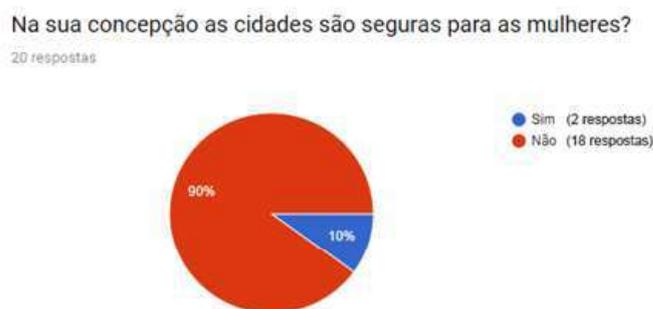


Figura 6: Seção 2 - Segurança da mulher na cidade (Gênero Feminino)

Alguns pontos específicos como orientação sexual, raça, etnia e classe foram salientados como fortes agravantes que contribuem para situações em que a mulher fique ainda mais propensa a sofrer algum tipo de violência ou em um nível mais alto do que uma mulher dentro dos padrões estéticos e sociais do sistema capitalista sofreria. Por outro lado, apenas uma mulher alegou que as cidades são seguras para as mulheres, embasando-se nos baixos índices de estupro em sua cidade.

Sobre os outros 20% representados no gráfico da Figura 4, assinalados no questionário com a opção de gênero "Outros", 80% dos indivíduos disseram não encontrar uma representatividade da mulher em suas cidades, como demonstrado no gráfico da Figura 7, a seguir. A resposta que mais se destacou foi a que tinha a observação relacionada às inúmeras referências masculinas no espaço urbano, como em nomes de ruas, praças, esculturas, monumentos, nome de escolas, entre outras, contrapondo com a rara existência de iguais referências femininas. A ausência de representantes mulheres nos cargos políticos também foi colocada, assinalando a desigualdade de gênero nos mais distintos vieses da sociedade. Apenas 20% considerou que todos os indivíduos são representados.

Você acha que a mulher é representada na cidade?

5 respostas

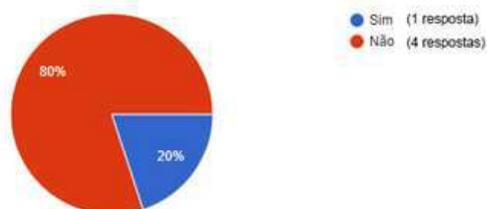


Figura 7: Seção 3 - Representatividade da mulher na cidade (Gênero Outros)

Quando questionados sobre a segurança da cidade para as mulheres, o resultado se repete: 80% julgam que as cidades não são seguras para o gênero feminino sob a justificativa principal de que a cultura machista ainda é dominante socialmente. Refletindo na maneira que as pessoas se portam (negativamente) diante das mulheres, reportou-se também os índices de violência contra a mulher, que indica a falta de segurança no meio urbano. Os 20% que alegam que as cidades são seguras para o gênero feminino, afirmam que existem medidas de segurança disponíveis para todos, independentemente de gênero. Tais resultados são observados a seguir, no gráfico da Figura 8.

Na sua concepção as cidades são seguras para as mulheres?

5 respostas

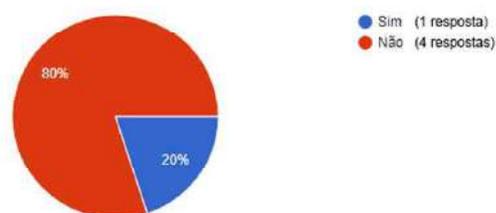


Figura 8: Seção 3 - Segurança da mulher na cidade (Gênero Outros)

Como mencionado anteriormente, o questionário proporcionou a criação de colagens, como demonstrado a seguir, na Figura 9. As colagens resultantes da atividade proposta no questionário foram compiladas em um website para melhor visualização, juntamente com todo o resultado da pesquisa. Elas estão enumeradas pela ordem de envio das respostas. A legenda que acompanha a imagem é o que o participante respondeu, após anexar a colagem no questionário, na pergunta “Se você pudesse transformar em palavras o que representou, o que seria?”. Link para acesso ao website com as colagens: <<https://burgarellia.wixsite.com/amulhernacidade>>.



Figura 9: Colagem realizada por uma pessoa participante do questionário

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa em questão, buscou-se um recorte local de como o público entrevistado percebe a vivência da mulher no espaço urbano e de que maneira o cotidiano da cidade, bem como suas construções influenciam na segurança, bem-estar e pertencimento do gênero feminino na cidade. É interessante mencionar também alguns comentários informais recebidos durante a pesquisa, que apontaram que, por mais que as questões femininas estejam “em alta” nas redes sociais e na mídia, algumas pessoas, inclusive mulheres, não dão a devida importância à temática, o que torna ainda mais pertinente o constante levantar da questão. Mesmo com tantas mortes, violências e abusos, se as pessoas não são questionadas, o assunto passa despercebido, e as mulheres oprimidas pelo sistema, ainda mais silenciadas. Além disso, buscou-se estimular que o público masculino também participasse da discussão e fizesse uso da alteridade para entendimento da causa.

A partir dos dados levantados na pesquisa, é possível constatar que os atos de violência não são uma exclusividade de cidades de grande porte, levando em consideração que grande parte das respostas são de habitantes de cidades de médio e pequeno porte.

Conclui-se, por fim, que apesar de existirem avanços em relação ao espaço que a mulher ocupa no contexto urbano, as cidades ainda precisam se desenvolver muito nos âmbitos sociais, econômicos e políticos para que todos os gêneros se sintam igualmente seguros. Sem que haja a inevitabilidade de temer ou se preocupar com simples questões, como o horário de saída, as vestes que irão utilizar e as

pessoas com as quais irão se relacionar. Vale ressaltar que, por mais que seja um assunto recorrente, a discussão é sempre relevante e necessária, pois enquanto persistir o problema haverá a necessidade de falar e ouvir sobre ele.

## 6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae; ROCCO, Edwin Parra; AZEVEDO, Fernando Antônio; PIMENTEL, Lúcia Gouvêa; PENNA, Maura. *Som, Gesto, Forma e Cor*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 1996.

CORTÊS, José Miguel G. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. SP: Editora Senac, 2008.p. 122-156 (capítulo: Cidades masculinas ou a negação dos gêneros).

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <[https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf)>. Acesso em: 20 Set. 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Indicadores FJP - Violência contra a Mulher*. Belo Horizonte. 25 de março de 2019.

GUALBERTO, Andreza Rohem; SILVA, Silvana Cristina da. *Cidade, Gênero e classes sociais*. Anais do XVIII ENANPUR. 2019. p.1- 17.

HARVEY, David. *The right to the city*. New Left Review 53, setembro/outubro 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência de 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em: 20 Set. 2021.

MACEDO, Márcia dos Santos. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania*. p.56-79. 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003. 310p.

NICOLESCU, Basarab. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Triom : São Paulo, 1999.

TLOSTANOVA, Madina. La Aesthesis Trans-Modernaen La Zona Fronteriza Eurasiaticay el Anti-Sublime Decolonial. Calle 14. *Revista de Investigación en el campo del Arte*. Volume 5, número 6. Jan-Junio de 2011.

## Desencaixes: Contrastes da Filosofia da Caixa Preta e a Caixa de Fundo Falso

*Missings:*  
*Contrasts of Black Box Philosophy and False Bottom Box*

SANTOS, Gyan Celah dos

*Mestrando, Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal de São João del-Rei,  
gyancelah@gmail.com*

### RESUMO

O texto realiza breve paralelo entre a perspectiva filosófica de Vilém Flusser, quanto à sociedade contemporânea, e a práxis da performance como resposta artística a certos mecanismos sociais. Inicia-se contextualizando a presente revolução na estrutura cultural da sociedade, apontando certas mudanças profundas no comportamento humano influenciados pela rápida e ampla abrangência das imagens técnicas no cotidiano. A partir da ideia que Flusser elabora de “Caixa Preta”, questiona-se o caráter organizacional quase indecifrável que as imagens produzidas por aparelhos exercem nos processos de (in)formação. De outra parte se apresenta a ideia de “Programa Performativo”, difundido por Eleonora Fabião, fundamentada na ideia original de “Corpo sem Órgãos” de Antonin Artaud. A busca de um corpo livre de condicionamentos, como na (re)descoberta de uma “caixa de fundo falso”, será motriz de ações que visam questionar a mecanicidade cristalizada na cultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Caixa Preta, Programa Performativo, Corpo sem Órgãos

### ABSTRACT

*The text makes a brief parallel between Vilém Flusser's philosophical perspective on contemporary society and the praxis of performance as an artistic response to certain social mechanisms. It begins by contextualizing the present revolution in the cultural structure of society, pointing out certain profound changes in human behavior influenced by the rapid and wide range of technical images in everyday life. Based on the idea that Flusser elaborates on “Black Box”, the almost indecipherable organizational character that the images produced by devices exert in the processes of (in)formation is questioned. On the other hand, the idea of “Performance Program” is presented, disseminated by Eleonora Fabião, based on the original idea of “Body without Organs” by Antonin Artaud. The search for a body free from conditioning, as in the (re)discovery of a “false bottom box”, will be the driving force of actions that aim to question the crystallized mechanicity in culture.*

**KEY-WORDS:** Black Box, Performance Program, Body without Organs

## 1. A REVOLUÇÃO DO MUNDO ATUAL NA PERSPECTIVA DE VILÉM FLUSSER

Já no prefácio do livro “Filosofia da Caixa Preta: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia” (FLUSSER, 1985) anuncia-se o debate que se abrirá sobre uma nova “revolução na estrutura cultural da sociedade”. O autor, vai discutir o aparelho em função do qual vivemos, socialmente falando, utilizando a fotografia como pretexto de análise a dito problema. Vilém Flusser<sup>1</sup>, importante filósofo checo-brasileiro do século XX, alertava para o papel magnetizante que a imagem viria progressivamente exercendo sobre a humanidade. Assim como nas demais revoluções, esta que seria

referida pelo autodidata como a “Revolução das Imagens Técnicas”, alteraria o comportamento da sociedade. Hoje, trinta anos após a sua morte, podemos atestar que a dimensão e a velocidade destes câmbios diferencia a atual revolução de suas antepassadas.

A rapidez e o alcance da revolução tecnológica já são senso comum a qualquer leigo que reflita minimamente sobre o uso do celular e a internet na vida cotidiana durante os últimos dez anos. Se Flusser assume um ponto de vista crítico, há também aqueles que docilizam a questão. Grandes interesses, motores de economias internacionais, atentam a “Quarta Revolução Industrial”, para citar nada menos que o título do livro de Klaus Schwab, organizador do Fórum Econômico Mundial<sup>2</sup>, em Davos. O empresário nos relata um cenário, salvo alguma objeções, antes otimista quanto ao que implica o desenvolvimento técnico na vida dos seres humanos. Em diferentes capítulos ele oferece mais que um diagnóstico, parecendo inclusive determinar resultantes futuras do impacto sistêmico entre países, relações internacionais, empresas e indústrias. Segundo ele é necessário aceitar os dispositivos como “parte do nosso ecossistema pessoal, nos ouvindo, antecipando necessidades e nos ajudando quando necessário, mesmo que não tenhamos pedido” (SCHWAB, 2016, p.23). Contudo, sem buscar pormenorizar as questões levantadas por Schwab, interessa aqui, apenas por delírios introdutórios, recordar o leitor que o Mercado está cada vez mais interessado em seus interesses pessoais, os “dados” se converteram em moeda valiosa. Íntimos desejos, profundos e supérfluos quererem estruturam as linhas de ataque algorítmica em cada interface virtual. O negócio é elaborar uma relação cada vez mais assertiva e equitativa entre quem vende e quem compra. Inclusive, há estratégias de como acomodar certos desvios do seu perfil ao padrão ideal de consumo. Por pura “boa vontade” e “em defesa de sua comodidade”, órgãos competentes estruturam seu desejo de consumo - que inclusive pode ser (re)programado - ao produto que pagar mais por entrar em destaque no programa, seja esse produto da ordem que for: bens, serviços, entretenimento, conhecimento<sup>3</sup>. Tudo isso a nosso fácil alcance graças às nossas progressivas íntimas relações (ou ainda, relações íntimas) com os aparelhos.

Mas o que interessa nesse rápido paralelo de visões de mundo é que tanto os líderes da corrida econômica contemporânea, quanto a “Filosofia da Caixa Preta” admitem que estamos diante de mudanças profundas no comportamento humano. A partir disto ratificamos: estamos atravessando uma mudança estrutural da humanidade.

Para Flusser, a inauguração da história se daria através de um processo “desmágicação”, com a invenção da escrita, processo que codifica todas as dimensões, elaborando o pensamento conceitual

no qual o texto explica a imagem. Há nesse entendimento uma dialética constante entre texto e imagem: “textolatria” seria quando os textos passam a encobrir as imagens que a sua vez buscavam representar algo para o homem. Assim a humanidade passa a viver em função dos textos ao invés de se servir deles para decifrar as imagens, e portanto, acessar o mundo. Explicações passam a ser supérfluas. “Lá, onde os textos não significam imagens, nada resta a explicar, e a história pára. Em tal mundo, explicações passam a ser supérfluas: mundo absurdo, mundo da atualidade” (FLUSSER, 1985, p.11). Esse seria, portanto, o marco para o início da presente revolução.

Assim, profeticamente, num fenômeno análogo à “textolatria”, estamos na atualidade testemunhando o inverso, um período de “idolatria”, de adoração às imagens. É interessante fazer uso do pequeno glossário dessa obra no qual se aclaram alguns conceitos: através desse recurso podemos conferir que o termo idolatria designa a “incapacidade de decifrar os significados da ideia, não obstante a capacidade de lê-la, portanto, adoração da imagem” (FLUSSER, 1985, p.77-78). No decorrer de sua teoria, como veremos mais adiante, explica que as “imagens técnicas” inaugurariam esse novo tempo de adoração à imagem, justamente pelo seu caráter indecifrável. A imagem em si tem origem na capacidade específica de imaginação, permitindo-nos abstrair e reconstruir dimensões de símbolos conotativos. Assim sua função (re)presentativa estabelece num movimento circular de relações significativas, onde um elemento é explicado por outro e este é explicado pelo primeiro. Para Flusser o mundo não é acessível imediatamente. Portanto as imagens seriam aqui portadoras de mensagens que, derivadas da nossa capacidade de imaginar e traduzir o mundo, acontecem numa certa interação mágica: “o caráter mágico das imagens é essencial para a compreensão das suas mensagens. Imagens são códigos que traduzem eventos em situações, processos em cena” (FLUSSER, 1985, p.08).

## **2. CAIXA PRETA: FUNÇÃO OCULTA DA PROGRAMAÇÃO APARELHADA**

Como anunciamos anteriormente, a noção de adoração mágica se aprofunda no que diz respeito as “imagens técnicas”, quando progressivamente, no lugar de nos servir das imagens para interpretar o mundo, vamos vivendo em função das imagens. Este fenômeno, conforme vimos desenvolvendo até aqui, é situado pelo autor como pós-história, no qual haveria progressivo domínio das imagens e a conseqüente ausência de textos. Para entender tal situação é fundamental partir da ideia de que a “imagem técnica” é produzida por aparelhos e aparentam não precisarem ser decifradas. O autor se debruça sobre a análise da fotografia, como primeiro exemplar de imagem técnica, no caso tipo folheto, codificada por aparelhos através de um pensamento conceitual. O que importa aqui é

entender que o fotógrafo, de um modo geral, não compreende o real funcionamento do aparelho fotográfico do qual faz o uso e é simultaneamente por ele usado. Pensa dominá-lo, mas é por ele dominado, uma vez que desconhece seu sistema e atende aos interesses de quem programou o aparelho para funcionar. Para Flusser a intenção dos aparelhos difere dos instrumentos, que servem para um maior alcance do homem modificar a natureza, numa simulação mais eficiente dos órgãos humanos.

Instrumentos são prolongações de órgãos do corpo: dentes, dedos, braços, mãos prolongadas. Por serem prolongações, alcançam mais longe e fundo a natureza, são mais poderosos e eficientes. Os instrumentos simulam o órgão que prologam, a enxada, o dente; a flecha o dedo; o martelo o punho. São “empíricos”. Graças à revolução industrial passam a recorrer às teorias científicas no curso da sua simulação de órgãos. Passam a ser “técnicos”. (FLUSSER, 1985, p.21)

A finalidade do aparelho é modificar a vida do ser humano. Uma das características importantes desse mecanismo é que o valor não está no objeto em si, é dizer na estrutura física do aparelho, e sim nas “virtualidades contidas nas regras”. Há uma inversão nos valores onde prevalece o símbolo sobre o objeto. “Quem possui o aparelho não exerce o poder, mas quem o programa e que realiza o programa. O jogo com símbolos passa a ser o jogo do poder. Trata-se de um jogo hierarquicamente estruturado” (ibidem, p.27). É essa faculdade de simulação do pensamento humano que leva o autor a jogar com o termo “Caixa Preta”, a partir da análise do aparelho fotográfico como ensejo de crítica ao fenômeno social que atravessamos.

O que Flusser já nos adiantava na década de 80 era que a imagem técnica, ou seja, aquela que é produzida por um aparelho, vai adquirindo progressivamente o status de realidade, em detrimento do evento em si. Que o aparelho é programado para produzir a imagem e automatizar seu aperfeiçoamento a partir da interação ser humano/ser aparelho – talvez possamos contextualizar frente à modelagem comportamental através dos feedbacks nas diferentes plataformas e redes virtuais. Estrutura estruturante do comportamento do homem e do programa. Progressivamente vemos que é mais importante “o que” você parece ser, que “quem” você realmente é.

Assim, através do prisma que nos revela Vilém Flusser, podemos nos aproximar da estrutura velada da caixa preta. Os aparelhos têm na mira o controle comportamental das massas, cujo alcance e velocidade de propagação se ampliam em escalas exponenciais na era da comunicação virtual. Numa intenção de modificar, não diretamente o mundo, e sim a vida, devemos perceber o caráter (in)formativo, organizacional sobre a humanidade. Na era, pós-histórica, o “aparelho é simulador de órgão”, seu funcionamento é oculto pelo sistema que o programou para responder a interação

simplificada do usuário, interação essa indecifrável. A fotografia seria justamente o pioneiro exemplo de imagem técnica como produto deste mundo de aparelhos.

### 3. DESDOBRAMENTOS DE UM “CORPO SEM ÓRGÃOS”

Contudo, podemos divagar que fora da Caixa Preta talvez repouse em cruel agonia um Corpo sem Órgãos. O livro “Antonin Artaud: Teatro e Ritual”, de autoria de Cassiano Quilici<sup>4</sup> é fundamentado na vida e obra de Artaud<sup>5</sup>. Em seu apêndice discorre sobre a ideia de um corpo livre de condicionamentos que impediriam o ser de viver e expressar sua plenitude. Artaud, em seus últimos escritos, demonstrava agudo interesse sobre a ideia de uma arte cruel, na qual o artista deveria fazer uma entrega absoluta, liberar-se das cristalizações, desconstruir-se em “um corpo sem órgãos”. Somente assim estaria livre para “dançar às avessas”. Um processo de reinvenção de si que envolveria um conhecimento específico de sutileza da percepção e da consciência. E portanto, liberar-se de automatismos gerados num nível micro-físico, para enfim criar espaço para a vida. A organização corporal que sofremos cotidianamente também é sujeitada por outros interesses do organismo social. É nesse sentido que Artaud se refere a “órgãos”: na ideia de um corpo construído e organizado baixo imperativos de ordem social que são muitas vezes ordens de violência, quer tácitas ou não, que intervêm e formatam corpos individuais. Em contrapartida, está o caráter rebelde e “improdutivo” da arte evocada por Artaud:

O corpo é “organizado” de uma certa forma, em função de uma ordem maior a que está ligado: a ordem social. Ele deve se tornar e se manter engrenado no organismo social. Na poética artaudiana a palavra “organismo” não designa propriamente uma estrutura biológica, mas essa operação social que se faz sobre o corpo, essa operação de canalização de suas forças e de seus apetites, de recorte e ligação de seus fluxos, de mapeamentos de seus fenômenos. Constrói-se um corpo organizado, em função de certos imperativos sociais. Uma operação de fabricação que, no nosso caso, torna o corpo funcional, dócil, produtivo, adaptado. E há algo no corpo que sempre se rebela contra estes enquadramentos. Algo que não quer simplesmente “funcionar”, algo improdutivo, algo que quer “dançar às avessas” (QUILICI, 2012, p.199).

A perspectiva sensível de Artaud permitiu que nos alertasse sobre meios mais perspicazes de controle social, denominados por ele como “enfeitiçamentos”<sup>6</sup>. Nesse entendimento o corpo sem órgãos pode ser interpretado como uma proposta de “descolonização” do corpo. Num embate a mecanismo difusos de poder que, se outrora se consolidavam sobretudo em instituições disciplinares<sup>7</sup>, na atualidade parecem se ampliar em redes.

Retomando o panorama contemporâneo, a programação social é hoje difundida e comercializada docilmente às massas. Sua difusão já não é mais amparada exclusivamente pela instituições, hoje está penetrando as células tecnológicas de uso pessoal, denotando um poder ímpar até então das imagens

técnicas sobre o cotidiano social. Os celulares acompanham permanentemente os indivíduos contemporâneos. Seja no bolso, na mesa ou mesmo no travesseiro, se encarregam de uma vigia constante da vida social, num progressivo mapeamento dos dados coletados click a click. Passo a passo o domínio de nossas vidas perfila comportamentos sociais que vão atender aos mais difusos e mesquinhos interesses das agendas socioeconômicas. Somos ignorantes dos processos, dos programas, dos sistemas, e sobre tudo, das diversas e perversas intenções que agenciam o estender das redes, convertendo-nos em meros peixes cibernéticos. Sabemos como operar o *input* e *output* das máquinas, ganhar e gastar, funcionários do programa, mas nos perdemos buscando o fim de uma potencialidade de domínio inesgotável, que apesar da sensação de ganhar, de adquirir poder, só nos torna paulatinamente mais dominados.

De um modo geral, há um esforço na arte – ou ao menos naquilo que assim merecesse ser evocada, segundo o clamor de Artaud - em desenquadrar-se. Afinal, estaria o corpo sem órgãos dentro da caixa preta? Que magia é essa que nos faz crer que estamos dominando o aparelho? Há certo mecanismo programado, algo estruturante, que nos dá a sensação de controle, ao guardar o celular no bolso: parece que temos a tecnologia em nossas mãos, quando na verdade estamos enfeitiçados: somos funcionários do aparelho. É nesse sentido que Flusser aponta a urgência em desvelar a magia:

As imagens técnicas, longe de serem janelas, são imagens, superfícies que transcodificam processos em cenas. Como toda imagem, é também mágica e seu observador tende a projetar essa magia sobre o mundo. O fascínio mágico que emana das imagens técnicas é palpável a todo instante em nosso entorno. Vivemos, cada vez mais obviamente, em função de tal magia imagística: vivenciamos, conhecemos, valorizamos e agimos cada vez mais em função de tais imagens. Urge analisar que tipo de magia é essa. (FLUSSER, 1985, p.15-16)

Talvez fazer arte na era das imagens técnicas também signifique questionar aquilo que nos programa, provocar desencaixes. Perceber e indagar o lugar da cena contemporânea, ainda que estejamos dentro da caixa, é necessário. Possíveis luzes podem ser lançadas nesse contexto quando nos aproximamos de alguns modos de fazer/pensar a cena na atualidade. Certamente, há diferentes exemplos que ao menos peleiam nessa direção. Este trabalho, no entanto, por questão de recorte, dará ênfase a ideia de “Programa Performativo”, desenvolvida pela artista e pesquisadora brasileira Eleonora Fabião<sup>8</sup>.

Performance é um gênero das artes da cena extremamente híbrido, que dialoga fluidamente com as demais áreas artísticas de maneira muito imbricada. Na difícil tarefa de defini-la, missão essa encarada por uma vastidão de artistas pensantes das últimas décadas, cabe aqui destacar alguns pontos cruciais que a caracteriza de um modo geral. É fato notório que a performance deriva de algum modo desta negação da representatividade. Não há exatamente uma ficção a ser realizada, trata-se sim de uma relação mais “crua” por assim dizer, entre artista e espectador. Esse último, ganha um papel

completamente diferenciado, tornando-se parte ativa do processo. Aliás, uma performance está muito mais aliada a ideia de um processo - no qual “quem faz” e “quem assiste” se misturam na composição “dramática” - que a noção de um produto final, propriamente dita.

Fabião nos dá também alguns parâmetros para entender a Performance. Segundo ela a potência desse fazer artístico está justamente em questionar o hábito, aquilo que é mecânico, cristalizado na cultura. Por isso ela, mais de uma vez, referência a ideia do performer norte americano William Pope de que os performers seriam “complicadores culturais”. Não se trata de entreter, e sim de desestabilizar o estabilizado. Sem dúvida se apropria à ideia de Artaud de “Dançar às avessas”:

Esta é a potência da performance: desabituar, des-mecanizar, escovar à contra-pêlo. Trata-se de buscar maneiras alternativas de lidar com estabelecido, de experimentar estados psicofísicos alterados, criar situações que disseminam dissonâncias diversas: dissonâncias de ordem econômica, emocional, biológica, ideológica, sexual, política, estética, social, racial. (FABIÃO, 2008, p.237)

Não é mera casualidade que podemos também aproximar as ideias propostas pela pesquisadora supracitada ao prisma artaudiano. Em sua práxis a artista vai adotar um certo mapa norteador, ou melhor, um enunciado para a experimentação de suas performances, o qual por ela é cunhado como “Programa Performativo”. Sua inspiração é na releitura de Deleuze e Guattari de “Um Corpo sem Órgãos”. O documento foi criado pela dupla de filósofos a partir da famosa transmissão radiofônica “Para acabar com o juízo de Deus” de Antonin Artaud em 1948, na época censurada pela Rádio difusão francesa.

#### **4. “PROGRAMA PERFORMATIVO” COMO ANTÍDOTO CRIATIVO**

No conjunto de relações que se busca construir aqui, a ideia de “Programa Performativo” se parece mais a algo como um contra-programa, ao menos no sentido daquele que é disfarçado pelo aparelho na Caixa Preta. Algo como um antídoto. Fabião associa deliberadamente a Performance à ideia de programa, pois lhe parece descrever uma espécie de ação metodicamente calculada. E ainda que não demande o ensaio, se distingue fundamentalmente da improvisação, uma vez que o “performer não improvisa uma ideia: ele cria um programa e programa-se para realizá-lo” (...) Ao agir seu programa desprograma organismo e meio” (FABIÃO, 2008, p.237). Um exemplo atual de apropriação desse conceito pode ser observado na prática de Tania Alice Feix, performer e professora na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Em recente artigo ela discorre sobre o lançamento de seu livro onde propõe, a partir de sua própria experiência artística, alternativas de programas performativos, ideias para inspirar e multiplicar, tais como:

Coletar gargalhadas em um prédio de uma periferia violenta da cidade de Marseille; ir de casa em casa para dançar a música preferida do/a morador/a em sua cozinha e em seguida reunir todas as pessoas para uma festa onde essas músicas são tocadas; coletar abraços de 5, 10 ou 15 minutos, no Brasil, para depois levá-los à vítimas de terremotos no Nepal; criar salas de aula a céu aberto, onde cada um, em cinco minutos, pode ensinar aos outros o que é essencial para ele, são algumas das 21 ações artísticas que reuni em um livro intitulado 'Manual para performers e não-performers – 21 ações artísticas para produzir felicidade'. (ALICE, 2021, p.76)

Trata-se pois de iniciativas que buscam promover certa “descolonização do inconsciente” (ibidem, p.81), desencaixes do programa, aberturas para a origem de um corpo “como um espaço de novas possibilidades” (ibidem, p.79). Há ainda uma outra associação interessante, se retomamos as ideias de Artaud via Quilici, desse entendimento que se quer alcançar sobre o que seria o corpo humano. Este corpo livre de órgãos, não é exatamente um corpo vazio, mas sim, nas palavras de Artaud, “uma caixa de fundo falso”<sup>9</sup>, no sentido de algo infinito a explorar. Nessa ideia, a imensidão que cada indivíduo carrega dentro de si é tão grande quanto a vastidão cósmica de fora. A entrada a esse corpo interior aconteceria por meio da faculdade de “sentir”, quando exercitada e refinada. Trata-se de um território desconhecido, ainda por mapear. Imagens que demandam uma refinada percepção dos estados físicos e mentais, para que se possa penetrar em um sem-fim de sucessivas camadas de profundidade:

Pois, desse espaço interior vazio emerge um movimento infinito de revelação. Esse espaço interno é ao mesmo tempo abismo “sem fundo”, e fonte de todas as possibilidades de manifestação, de toda a realidade. Um vazio-fonte. Um espaço que contém em si, todas as virtualidades. Um corpo reabilitado como microcosmos, como nas cosmologias arcaicas que Artaud gostava de estudar. (QUILICI, 2012, p.196)

Nessa obra a metáfora de uma caixa de fundo falso é descrita como invólucro de um espaço infinito, permeável e atravessado pela imensidão inteira de fora. Um espaço simultaneamente vazio, como abismo sem fundo, e fonte emergente. Num movimento infinito de revelação é habitado por uma multidão de impulsos, sensações, excitações, pensamentos, que aparecem e se dissolvem rápida e continuamente. É visto assim como “corpo-multidão”, lugar onde circulam quantidade imensuráveis e incontáveis de experiências.

Por mais impressionante e eficiente que seja a performance tecnológica da máquina de pensar, ainda será uma cópia rudimentar do fenômeno da vida humana. Se a revolução que estamos atravessando opera no campo das imagens produzidas por aparelhos modificadores da forma de “ser” humano, faz-se necessário retornar às questões básicas do sentido de nossa existência e analisar como as práticas artísticas contemporâneas reverberam nas ondas cibernéticas da sociedade que estruturam e determinam valores de um modo de ser programado. Entre “ser e não ser” perFORMAR talvez seja, em alguns casos, alternativa de desencaixe, desestruturante da forma, de (re)descoberta de que somos na verdade caixa de fundo falso, de corpo sem órgãos que dilata sua presença para fora da estrutura da caixa preta.

## REFERÊNCIAS

- FABIÃO, Eleonora. Performance e teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea. *Sala Preta*, v.8, p.235-246, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57373>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- ALICE, Tania. Tentativas de performar o encanto durante a pandemia. *Revista Científica/FAP*, p.75-82 [S.l.], Jun. 2021. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistacientifica/article/view/4269/2940>. Acesso em: 02 Nov. 2021.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1985.
- QUILICI, Cassiano Sydow. *Antonin Artaud: Teatro e Ritual*. Coimbra: ANNABLUME. 2012
- SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. Traduzido por Daniel Moreira Miranda – São Paulo: Édipo, 2016.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Vilém Flusser nasceu em 1920 em Praga onde iniciou seus estudos em Filosofia Universidade Carolina, transferindo-se posteriormente à Londres sem finalizar a formação acadêmica. Após a morte de seus familiares no campos concentração nazista, migrou com sua companheira ao Brasil, onde viria a naturalizar-se. Em São Paulo foi professor de filosofia em diferentes instituições acadêmicas desenvolvendo seus estudos nas áreas da Filosofia da Ciência, da Tecnologia e da Comunicação. Sua abordagem frente à linguagem a encaram como sistema simbólico que permite ao ser humano aprender e compreender o caos da realidade, sendo assim o fenômeno linguístico a gênese daquilo que logramos entender como realidade. Seria o “real” portanto relativo às especificidades de cada cultura linguística. Sua condição de imigrante, portanto, seria lugar especial de análise crítica dessas relações. Suas teorias tiveram em vida forte reconhecimento mundo afora. Ao viajar em 1991 para um conferência em sua cidade natal, é vítima de um letal acidente automobilístico. Deixa-nos a curiosidade de como filosofara frente ao trote acelerado da comunicação do mundo virtualizado do século XXI.

<sup>2</sup> Paradoxalmente, trata-se de uma “organização sem fins lucrativos”. Anualmente gere o evento homônimo na Suíça reunindo líderes políticos, grandes empresários, intelectuais e jornalistas do mundo todo. O Fórum Econômico Mundial é financiado por cerca de 1000 empresas que concentram nada menos que o capital financeiro de cinco bilhões de dólares.

<sup>3</sup> Talvez seja nesse sentido que Antonin Artaud alerta para a natureza improdutiva da arte, quando clama por um *teatro da crueldade*, como veremos mais adiante.

<sup>4</sup> Professor na área de Teorias do Teatro e da Performance pelo Instituto de Artes da UNICAMP. É mestre em Antropologia Social; Doutor em Comunicação e Semiótica e possui pós doutorado em Artes Cênicas pelo Centro de Estudos Teatrais da Universidade de Lisboa. Coordena o Grupo de Trabalho "Artes performativas, modos de percepção e práticas de si", na Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas, ABRACE

<sup>5</sup> Antonin Artaud nasceu em Marselha, 1896 e faleceu em Paris, em 1948. Sua obra é especialmente referenciada pelo livro “O Teatro Seu Duplo”, mas deixa muitos outros legados, sempre de caráter marginal e visionário impulsionando, assim, diretores ícones do século XX como Eugênio Barba, Jerzy Grotowski e Peter Brook. É portanto, referência de inúmeros artistas e pesquisadores das artes cênicas entre outros campos de investigação.

<sup>6</sup> Artaud ainda no final da década de 40 trazia à tona uma questão que para muito pode hoje parecer novidade: “a da utilização política de biotecnologias, chamando atenção para a formação dos ‘bancos de esperma’ nos Estados Unidos. Em meio ao tom exacerbado e delirante de seu discurso percebe-se a lucida intuição sobre os perigos implicados na ampliação das capacidades de intervenção técnica sobre o corpo” (QUILICI, 2012, p.200).

<sup>7</sup> A trágica vida e obra de Artaud findam justamente devido aos procedimentos agressivos de sucessivas intervenções de instituições psiquiátricas.

<sup>8</sup> Atriz, Performer e Professora Pesquisadora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Curso de Direção Teatral e da Pós-Graduação em Artes Cênicas. Doutora em Estudos da Performance pela *New York University*.

<sup>9</sup> Segundo Cassiano Quilici, o termo “caixa de fundo falso” é proferido por Artaud em sua última aparição pública, numa conferência em 1947 nomeada “*Tête-à-Tête*” (QUILICI, 2012, p. 195).

## Outras formas de se habitar a cidade: a “Rede Social” e a (re)apropriação da rua

*Other ways of inhabiting the city: the “Rede Social” and the street (re)appropriation*

GONÇALVES, Thais de Almeida

*Mestra Interdisciplinar em artes, urbanidades e sustentabilidade, thais.dagoncalves@gmail.com*

SOUZA, Israel Campos Oliveira

*Mestrando pelo Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em artes, urbanidades e sustentabilidade, Universidade Federal de São João del-Rei, palestinaoia@gmail.com*

### RESUMO

A “rede” de dormir, denominada assim, no Brasil, pelos portugueses, tornou-se objeto tradicional nas residências, sendo seu uso difundido no Brasil colônia, quando a mobília vinda da Coroa, ainda era artigo de luxo. Nesse contexto, era vista como possibilidade de transporte pelas ruas, ou mesmo nas casas, como utensílio de múltiplos usos. A cidade contemporânea, em sua dupla dimensão social e temporal, tem se esvaziado em direção à consolidação de espaços como meros locais de passagem. A “Rede Social”, como intervenção urbana performática, é apresentada enquanto reflexão sobre as ordens tácitas da cidade e gatilho para se deslocar a percepção de seus usuários, proporcionando outras formas de se estar e manifestar na cidade. Neste artigo discute-se, portanto, esta intervenção urbana como instrumento para se repensar a consolidação das cidades, pela proposição de outras formas de se habitá-la: um lugar de resistência.

**PALAVRAS-CHAVE:** urbano, intervenção urbana, Rede Social, utopia.

### ABSTRACT

*The “hammock”, so named in Brazil by the Portuguese, became a traditional home object, and its use was widespread in colonial Brazil, when furniture from the Crown was still a luxury item. In this context, it was seen as a possibility of transport through the streets, or even as a utensil of multiple uses in the indoors. The contemporary city, in its both social and temporal dimensions, has emptied itself towards the consolidation of spaces as places of passage. The “Rede Social”, as a performative urban intervention, is presented as a space for reflection on the tacit orders of the city, and a trigger to displace the perception of its users, providing other ways of being and manifesting themselves in the city. Therefore, this article discusses this urban intervention as a space to rethink the consolidation of cities by proposing other ways of inhabiting it: a place of resistance.*

**KEY-WORDS:** urban, urban interventio, Rede Social, utopia.

## 1 APRESENTAÇÃO

A “Rede Social” é uma intervenção urbana que se desenvolve desde 2013. Idealizado por Israel Campos Oliveira Souza, esse projeto já foi realizado em diversas regiões do Brasil, tendo sido, inclusive, objeto de um filme curta metragem – “Rede Social: sonhos” –, desenvolvido pelo mesmo autor. Por vezes instalada nas ruas das cidades e até mesmo já tendo feito parte de uma exposição

em um Centro Cultural, a “Rede Social” se tornou um espaço que suscita críticas sobre o mundo virtualizado, pela perspectiva da cidade, do urbano e da ocupação dos espaços públicos. Atualmente, a “Rede Social” é instalada nas ruas de Belo Horizonte e São João del-Rei (MG), e em espaços abertos a recebê-la.

## 2 INTRODUÇÃO

Este estudo se apresenta em quatro partes. Na primeira, discute-se a rede como objeto, a partir do seu histórico no Brasil e no mundo, e como ponto de partida para a idealização da “Rede Social”, por meio do conceito de cidade, urbano e do uso e da apropriação dos espaços públicos. Na segunda seção, abordam-se as intervenções urbanas de forma geral e sua relação com os usos da cidade. Já na terceira parte, aprofunda-se a discussão acerca da “Rede Social” como intervenção urbana performática, a partir da contraposição entre utopia e abstração, buscando tecer uma relação entre essa ação e novas possibilidades para o espaço público na percepção do usuário-cidadão. Por último, faz-se um balanço geral das discussões trazidas ao longo deste artigo<sup>1</sup>, buscando vislumbrar possíveis desdobramentos para esta abordagem, bem como expor criticamente os “resultados” das experiências com a “Rede Social”.

Para tanto, estrutura-se metodologicamente a partir de uma revisão bibliográfica sobre o histórico das redes de dormir no Brasil desde o período colonial até a contemporaneidade, de uma revisão de literatura sobre a cidade e o urbano e a produção do espaço, bem como o uso e a apropriação dos espaços públicos e as intervenções temporárias como objetos de discussão crítica sobre a cidade. A partir disso, analisa-se a obra “Rede Social” enquanto intervenção performática e a maneira como ela age/interage no/com o espaço e seus vestígios no corpo, tempo e espaço.

Este artigo busca, portanto, discutir a “Rede Social” a partir de sua contextualização histórica e como ela foi assimilada na cultura brasileira, objetivando analisar de que maneira é possível construir um diálogo entre esse objeto e a cidade, em que, quando inserido no espaço público, permite repensar a consolidação das cidades pela proposição de outras formas de se habitá-la: um lugar de (re)existência.

### 3 A CIDADE, O URBANO E A REDE

A rede de dormir, denominada assim no Brasil pelos portugueses, dada a semelhança com as redes de pescas, é, em Tupi-guarani, *ini*, como observa Luís Cascudo (2012). Tornou-se objeto tradicional nas residências, sendo seu uso difundido no Brasil Colônia quando a mobília vinda da Coroa, ainda era artigo de luxo. Nesse contexto, era vista como possibilidade de transporte pelas ruas ou mesmo nas casas, como utensílio de múltiplos usos. É a partir dessa perspectiva plural sobre esse objeto que a proposta de intervenção urbana “Rede Social” ganha corpo.



Theodor de Galle – “Américo redescobre a América; ele a chamou uma vez e desde então ela permanece acordada” – 1630.



Jean-Baptiste Debret – “Sábio trabalhando em seu gabinete” – 1827.

**Figuras 1 e 2: a rede enquanto objeto de dormir, incorporada pelos portugueses no Brasil Colônia.**  
**Fonte: FONSECA, 2013.**

Importa, nesse sentido, discutir a cidade contemporânea em sua dupla dimensão: social e temporal. Milton Santos (1994) aborda a cidade como o lugar da interação e do poder de decisão, mas na contemporaneidade é possível observar como essa esfera de sociabilidade tem se esvaziado em direção à consolidação de espaços como meros locais de passagem, como aponta Thais Gonçalves (2019).

A “Rede Social” se insere nessa discussão como plataforma de experimentação, buscando a subversão do cotidiano. Como intervenção performática, sua realização começa a partir do ato de se pendurar uma ou mais redes nas ruas, ocupando-se o chão com um tapete e improvisando-se a atmosfera de sala de estar (SOUZA, 2019). Nesse sentido, a rede é apresentada enquanto espaço de reflexão sobre as ordens tácitas da cidade, e gatilho para se deslocar a percepção de seus usuários, proporcionando outras formas de se estar e se manifestar na cidade pela (re)apropriação da rua. Observando-se essa intervenção como palco aberto, que dialoga com a imprevisibilidade do urbano a partir de suas condicionantes materiais e humanas, é possível se refletir também a esse respeito pela ótica da relação entre cidade e urbano.

É importante compreender a diferença entre o urbano e a cidade principalmente no contexto do sul global, como aponta Santos (1994). O espaço urbano brasileiro tem suas especificidades conforme sua trajetória histórica que deu origem a gigantescas cidades interligadas, em grande parte, por rodovias. Dessa forma, o urbano tem relações externas, uma estrutura em redes, voltada para territórios globais, atuando em escala mundial e que molda também a concepção de cidade, visto que, a cidade e o urbano são duas formas de compreender esse espaço, sendo que uma alimenta o outro no sentido de se constituírem enquanto territórios de poder.

Para compreender a interação entre cidade e urbano, é necessário entender a história da cidade, levando em conta as influências internas, tais como manifestações culturais, políticas, econômicas, sociais e outras, isto é, suas “urbanidades” (GONÇALVES, 2019). As influências externas estão relacionadas com a concepção urbana mundial, na qual a cidade recebe influências de outros territórios. Um projeto de sociedade que se torna cada vez mais urbana, modificando assim suas paisagens locais, conforme seguem os interesses de um plano político, econômico e social, ditados, normalmente, pelos territórios hegemônicos (SANTOS, 1994).

Cada cidade tem sua própria história, estruturas, fluxos e dinâmicas, sejam físicas ou subjetivas, concebidas pelos seus sujeitos sociais. A cidade brasileira, atualmente, está inserida nos modelos urbanos mundiais, local onde se gerencia as ordens econômicas, políticas e culturais de uma localidade. Apesar de, no Brasil, serem iguais as cidades do mundo, por aqui, se encontra alguns pontos que diferencia esse lugar com os demais, fazendo com que o urbano, no Brasil, seja diferente do urbano em outros países.

Santos (1996) aponta quatro características que definem as cidades brasileiras: a primeira é o deslocamento que houve do campo para a cidade sem ter havido reforma agrária e planejamento infraestrutural nos grandes centros industrializados; a segunda é a elevada quantidade de habitantes indígenas que foram forçados a aceitar a vida nas cidades, marginalizando assim, esses povos autóctones; a terceira: os povos de reminiscência africana, de ancestralidade escravocrata, que não tiveram qualquer tipo de inclusão social e econômica nos grandes centros urbanos - onde prevalece a hegemonia branca, sendo ela a detentora econômica e política das cidades –; e quarta, a elevada importação de mão-de-obra branca/amarela advinda da Itália, Japão, Alemanha e outros países no período pós-Segunda Guerra Mundial. Essas características o que ampliaram ainda mais a desigualdade racial e econômica no sul global, já que os benefícios à terra e ao direito social não se deu de forma igualitária.

Essa mistura de raças, junto à desigualdade social, foi constituindo cidades também desiguais - direito à cidade (LEFEBVRE, 2001). Dessa forma, favelas e regiões extremamente gentrificadas são sínteses que se revelam nos centros urbanos do Brasil.

Sobre o território urbano atual, como projeto urbanístico que se insere nos circuitos mundiais, Arantes (2000) apresenta a cidade enquanto produto oriundo da economia global neoliberal. A autora reflete que a exploração extensiva das grandes cidades começou a ocorrer a partir dos anos 1990, reflexo de um mundo onde o capitalismo impera e influencia todo um comportamento. A ocidentalização do mundo pós-guerra fez com que as grandes capitais se tornassem uma vitrine, oferecendo produtos, serviços e infraestrutura com moldes e padrões das culturas ocidentais hegemônicas dos países centrais. Toda grande cidade começa a ter as mesmas marcas de produtos, as mesmas indústrias, modificando profundamente a cultura do povo local.

A partir desses apontamentos, a obra “Rede Social” instala reflexões sobre o resgate do espaço urbano, à luz do direito à cidade. A cidade é um lugar da diversidade e da confluência de várias culturas, pessoas das mais diferentes formas de existir. Lugar do encontro, onde ocorrem as trocas comerciais, culturais e políticas (GONÇALVES, 2019). Um palanque onde as pessoas, dentro de um estado democrático, têm o dever e o direito de se manifestar e apresentar suas necessidades e alternativas no intuito de viver em sociedade. Dessa forma, pode-se dizer que é a partir de cidades-vitrines que a “Rede Social” ganha motivos. O ato de reivindicar suas ruas e praças, a fim de questionar os modelos que as cidades atuais têm se curvado para o comportamento neoliberal, se tornou o objetivo principal dessa intervenção.

#### **4 INTERVENÇÃO URBANA E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**

As grandes cidades do Brasil estão completamente estampadas com propagandas de todos os tipos de suporte, cartazes, placas indicativas, letreiros luminosos e todo tipo de informações visuais que disputam o nosso olhar, sob a sombra de interesses mercadológicos. Essas comunicações visuais muitas vezes ultrapassam seus limites e invadem as paisagens e penetram na visão dos transeuntes, que são submetidos, diariamente, a tais informações mercantis. Pouco se regulariza ou se discute com profundidade as intervenções corporativas que modificam por completo a paisagem da cidade, com o intuito de promover o consumo e a visibilidade das mais variadas marcas. Dessa forma, é comum também, haver a intervenção civil nestes espaços que, a princípio, estão submetidas a um

regime democrático, mas que, por não terem intenções mercadológicas, podem ser criminalizados na forma de vandalismo e depredação de patrimônio público – como as intervenções de rua, nos seus mais diversos formatos e suportes.

Será que as cidades realmente representam a manifestação e a vontade de seus habitantes? Ou são apenas palco passivo para os interesses do grande capital? Para David Harvey (2005), a urbanização do mundo, nos últimos dois séculos, tem demonstrado que as cidades atuais são o resultado do triunfo do capitalismo, onde o lucro tem sido mais importante do que o bem-estar social. Sendo assim, esses espaços não são necessariamente pertencentes aos habitantes que nele vivem.

A manifestação humana é um ato tão antigo quanto a era em que a humanidade era caçadora e coletora e habitava as cavernas, há cerca de 4.000 a.C., ainda na Era Pré-Histórica (LIMA, 2013). Hoje, é fácil reconhecer diversas pinturas rupestres realizadas em cavernas no mundo todo, onde as primeiras organizações humanas se manifestavam e representavam seus cotidianos com pigmentos e minerais misturados. Percebemos, hoje, que as pinturas rupestres são as primeiras manifestações artísticas e que carregam bastantes informações sobre a vida naqueles tempos. Atualmente, essas manifestações nas grandes cidades não são tão diferentes, porém, o que se modifica é a complexidade dos tipos de atuações e, fundamentalmente, o limiar entre o ato político e o artístico. A relação entre esses dois é evidente, já que a intervenção urbana normalmente se apresenta para (re)discutir, problematizar, ironizar ou questionar os espaços da cidade e suas funcionalidades. Ela, por si só, diz muito do comportamento humano atual, em que cidadãos se manifestam dentro de uma estrutura limitada e alienada de cidades capitalistas.

A intervenção urbana tem se tornado comum nos grandes centros urbanos do mundo, com a necessidade de reivindicar, expressar, manifestar e apresentar a arte em espaços privilegiados de visibilidade. Pelo viés do capital, esses territórios de poder e de visibilidade são ocupados por empresas através de fortes investimentos publicitários e intervenções das mais variadas formas, sejam elas de um anúncio, ou até a construção de um *shopping*. Dessa maneira, Lima (2013) aponta a *Street Art* como o conceito que abarca todas as manifestações artísticas que expressam as qualidades de expressão, reflexão e transgressão que vão além de interesses financeiros. Há nomes reconhecidos no mercado da arte como: Banksy, “Os Gêmeos”, “Invaders” e tantos outros artistas e coletivos, que se apropriam da cidade como uma grande galeria de arte. Essas manifestações têm provocado profundas discussões no meio da arte institucional, para validar sua legitimidade que

ultrapassa a legalidade da propriedade privada, e apresenta uma nova forma de ser e de estar da/na cultura urbana contemporânea.

Á vista disso, a obra “Rede Social” pode ser engendrada como instalação e performance, uma vez que ela se relaciona com a cidade, amarrando redes e interagindo com o espaço físico urbano e estabelecendo conexões com o usuário-cidadão, em um contato performático e interativo com o meio em que está alocada. A “Rede Social”, diferente da pichação, do lambe-lambe e do *stencil*, por exemplo, se manifesta apenas quando os artistas estão presentes produzindo a obra. Assim, tem seu caráter efêmero, tal qual obras submetidas à espacialidade da rua, já que só existem nas poucas horas em que são promovidas e instaladas. O que permanece são as fotografias e vídeos realizados (SOUZA, 2019).

## 5 REDE SOCIAL: UTOPIA OU ABSTRAÇÃO?

A utopia, como uma dimensão do urbano, para Lefebvre (1999) se apresenta para além de uma pura abstração para se consolidar como uma anunciação de problemáticas. Nesse sentido, a prática de se intervir em espaços públicos busca, justamente, esse lugar: outras possibilidades para a rua.

A “Rede Social” é também uma intervenção urbana performática que se constrói já a partir do nome que carrega. Concebida a partir de um ideal provocativo, se instala geralmente em centros urbanos movimentados, buscando convidar os passantes a interagirem com a atmosfera criada e assim se abrirem para uma nova percepção espaço-temporal da cidade (SOUZA, 2019). Essa proposta foi idealizada por Israel Souza e se concretiza, desde 2013, em várias cidades brasileiras.

A ideia de rede social, na contemporaneidade, aponta, em primeira instância, para a ideia das redes de relacionamento virtuais e aplicativos de comunicação, por meio dos quais se tornou comum o diálogo entre as pessoas. Sem entrar aqui no mérito dos prós e contras desses novos meios, é fato que se têm suscitado profundas críticas a essa nova forma de interação, que se dá intermediada por um aparelho eletrônico, diminuindo-se o contato frente a frente, corpo a corpo.

A “Rede Social”, como obra de arte, (Figuras 3 e 4) pelo seu caráter performático, provoca os transeuntes a participarem da vivência. O objetivo é trazê-los do “corre-corre” cotidiano para uma interação que modifique sua percepção social, espacial e temporal da vida nas/das cidades.



Figuras 3 e 4: 16ª edição da “Rede Social” na Virada Cultural de Belo Horizonte (MG), Praça 7, 2016.  
Fonte: arquivo próprio. Foto: Israel Souza.

Assim como o artista brasileiro Hélio Oiticica (1982) propunha na obra “Penetráveis”, a “Rede Social” visa se apropriar da rua e convidar a questionar os espaços públicos e as interações humanas nesses territórios, os quais são voltados, primariamente, para o consumo e lugar de passagem, como bem observa Gonçalves (2019). A obra se apresenta, a princípio, com o formato de um piquenique, em um lugar completamente improvável, em locais públicos, corredores e vias urbanas. Cada edição é única, se construindo a partir da percepção do que o próprio espaço permite e requer enquanto discussão crítica. Normalmente há redes amarradas em postes de sinalização, tapetes e uma mesinha com café, chá e bolo. Cada experiência que a “Rede Social” provoca tem suas especificidades e cada instalação é composta por objetos de socialização diferentes. Às vezes é possível ter livros de poesia, instrumentos musicais, som mecânico, jogos e entre outros (SOUZA, 2019).

A obra tem o intuito de criar um ambiente afetuoso, transformando calçadas, canteiros ou espaços abertos, como museus e galerias, em um tempo-espaço de ócio e de encontros. É o desfrute de uma rede em um espaço não convencional para descanso/lazer (Figuras 5 e 6). Vê-se a “Rede Social” como disparador de reflexões sobre o uso do espaço público e, principalmente, sobre as relações humanas que vem se estabelecendo nos dias de hoje, com as novas tecnologias digitais.



Figuras 5 e 6: 22ª edição da “Rede Social” no Corredor Cultural JF, Parque Halfeld, Juiz de Fora (MG), 2019.  
 Fonte: arquivo próprio. Foto: Thais Gonçalves.

## 6 CONSIDERAÇÕES

Mesmo que a partir de um entendimento ainda que incipiente dessa dimensão subjetiva da vida urbana, aberta para o lúdico e para a “festa”, vê-se essas ações performáticas e de intervenção urbana, como passos importantes, não só na (re)construção de outro olhar para o espaço público, como também na ampliação das discussões sobre o urbano.

Mas, pensar o mundo para além de um valor de troca ainda é possível? A “Rede Social” talvez seja mais um passo nessa direção. Se não por alcançar esse feito em sua plenitude, pelo menos por causar o estranhamento que conduza para uma reflexão. Observa-se a rua, ainda, como lugar para ser fazer política, resistência e arte, transformando corpos ambulantes em corpos potentes de novos significados. Esta obra configurou-se assim, como o lugar que expõe a contradição entre o fluxo acelerado de pessoas e veículos ao tempo do ócio, do estar e, sobretudo, da condição urbana de apropriação dos espaços públicos.

Obviamente, não nos cabe, neste artigo dimensionar ou tangibilizar os impactos sociais e urbanos da “Rede Social”, podendo-se incidir em simplificações. Cabe, porém, ressaltar o valor das reflexões que suscita acerca da perda do valor do espaço público. É antiga a crítica acerca da produção de cidades funcionalistas e organizadas pelas lentes do capital, mas a performance aqui em discussão traz à luz uma questão importante: a prática urbana. A “Rede Social” não só teoriza acerca do impacto neoliberal na produção de cidades, principalmente deste impacto no sul global, mas também – o que talvez seja seu grande trunfo – traz para o cotidiano essa discussão. A transformação/reflexão que propõe, atravessa os muros das universidades e da academia, e atinge as ruas da cidade e seus cidadãos, onde a construção do pensamento urbanístico e artístico transborda o concebido e as ordens tácitas do cotidiano e encontra o sujeito social.

Se Lefebvre (1999) teorizava sobre o urbano como o lugar para além de algo definido e definitivo, colocando-se como uma direção mais do que como um caminho pré-determinado, e as discussões até aqui apontam justamente para esse estado mutável, sobre o qual a construção das urbanidades se pauta, a interseção entre teoria e prática se coloca como o ponto de inflexão para se produzir cidades para lá da sua dupla condição de lugar de consumo e “consumo” de lugar.

Já não há mais como se pensar a (re)produção do espaço sem se pensar em sua dimensão humana diversa e heterogênea. E, como tal, um sistema homogeneizante, que coisifica o sujeito e seu trabalho, regido pela lógica de mercado, parece não mais ser a saída para essa realidade. Insistir na utopia do espaço social, do convívio, da “festa” e da sociabilidade talvez seja também uma visão romantizada em certa medida. Mas é para isso que nos serve a utopia, para que não deixemos de caminhar (GONÇALVES, 2019, p. 81).

Assim como já avaliava Gonçalves (2019), a intervenção se insere nesse bojo e se torna assim, um dispositivo para se desenvolver laboratórios de liberdades e possibilidades que vão além do que é pré-determinado para os espaços urbanos, usualmente visados para fins mercantis. A sociabilização, em corpo presente, tem se tornado necessária em virtude da intensificação dos meios de comunicação mediados por dispositivos mercadológicos e, conseqüentemente, do distanciamento físico dos indivíduos. Ao lado disso, essa discussão ainda contribui e atualiza o debate da mediação das relações humanas e humanização das cidades, se colocada ao lado, por exemplo, do contexto pandêmico global da COVID-19. A retomada dos encontros presenciais e a reivindicação das ruas, tem se tornado e irá se tornar um assunto ainda mais relevante e urgente para as pautas urbanísticas e sociais das próximas gerações.

## 7 AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos à equipe da Virada Cultural de Belo Horizonte que recebeu a “Rede Social” em 2016, ao Centro Cultural da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), onde foi exposta como instalação em 2018, à equipe do Corredor Cultural de Juiz de Fora e à FUNALFA, que receberam esse projeto em 2019. Ao Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade e à Universidade Federal de São João del-Rei.

## 8 REFERÊNCIAS

- ARANTE, Otília. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª ed., 2000, p. 17-74.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica*. São Paulo: Global, 2012.

FONSECA, Luís da Câmara. *Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica*. São Paulo: Global, 2012.

GONÇALVES, Thais de Almeida. *Lugar de consumo ou consumo de lugar? A produção social do espaço urbano e os processos de resignificação da Rua da Zona em São João del-Rei/MG*. 2019. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, ago. de 2019.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Mateus V. *Intervenção urbana: arte e resistência no espaço público*. São Paulo, SP. CELACC/ECA-USP. 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, Israel C. O. *Memorial descritivo: Rede Social em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2019.

---

## NOTAS

<sup>1</sup>Este artigo foi publicado pela primeira vez nos anais do VI Seminário de Pesquisa em Artes, Cultura e Linguagens do Instituto de Artes e Design, da Universidade Federal de Juiz de Fora, em novembro de 2019.

## Paisagens sonoras de resistência: o Rap na Bika e a ocupação da cidade

*Resistance soundscapes: Rap na Bika occupies the city*

MANGILI, Liziane Peres

*Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP, professora do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas da UFSJ, membro do Observatório Urbano de São João del-Rei, liziane.mangili@ufs.edu.br*

SANTOS, Maria Clara Oliveira

*Doutora em Direito pela UFMG, professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSJ, membro do Observatório Urbano de São João del-Rei, mariaclara@ufs.edu.br*

SANTOS, Bruna Lúcia dos

*Mestranda em Geografia no PPGEOG-UFSJ, membro do Observatório Urbano de São João del-Rei, brunaluciasantos@gmail.com*

THOMAZ, Wilgner Henrique

*Historiador pela UFSJ, membro do Observatório Urbano de São João del-Rei, wilgner\_henrique@yahoo.com.br*

### RESUMO

Relato testemunhal das desigualdades sociais e étnico-raciais brasileiras, o rap carrega em si uma dimensão documental de expressão espaço-temporal que exorbita sua existência enquanto projeto sonoro. Neste sentido, o presente trabalho objetiva refletir acerca do rap enquanto expressão da resistência urbana formada a partir do movimento Rap na Bika em São João del-Rei, que se propôs a conjugar diversos elementos de memória social e coletiva por intermédio da narrativa musical. É sob este viés que as ações do movimento reforçam as identidades periféricas e marginalizadas alçando-as a centralidades espaciais e também sociais e promovendo, ao sustentar suas diversas memórias, a afirmação da identidade ancestral inscrita na resistência coletiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rap, paisagens sonoras, narrativas de resistência.

### ABSTRACT

*A testimonial narration of Brazil's social and ethnic-racial inequalities, rap carries within a documentary dimension of space-time expression that exorbitates its existence as a sound project. In this sense, the present work aims to reflect on rap as an expression of urban resistance framed under the Rap na Bika movement in São João del-Rei. Through musical narrative, Rap na Bika has combined several elements of social and collective memory. It is under this sense that the movement's actions fortify peripheral and marginalized identities by taking them into spatial and social centralities while promoting the affirmation of the ancestral identity inscribed in the collective resistance by sustaining its diverse memories.*

**KEY-WORDS:** Rap, soundscape, resistance tales.

## 1 “OLHA MEU POVO NAS FAVELAS E VAI PERCEBER”

Com esta frase, o grupo brasileiro de rap Racionais MC’s evoca esse artigo a traçar o debate na perspectiva das paisagens sonoras de resistência que denunciam mazelas sociais e recontam histórias, lugares e memórias. Relato testemunhal das desigualdades sociais e étnico-raciais brasileiras, o rap carrega em si uma dimensão documental de expressão espaço-temporal que exorbita sua existência enquanto projeto musical. Nascido dos afrodescendentes norte-americanos, ganhou sotaque nacional nas periferias da maior metrópole brasileira.

Tomado pelo direito de narrar as experiências periféricas, o rap “desce o morro” e ocupa outros espaços nos centros das metrópoles brasileiras. Consubstanciado em voz de resistência que passa a ecoar além das grandes capitais, interioriza-se no país e cria paisagens sonoras que, impulsionadas por sujeitos outros, também posicionados à margem das capitais, assim como às margens dos demais centros, promovem a transmutação das narrativas desses espaços. É sob este prisma também que o rap se interioriza e alcança as cidades pequenas como São João del Rei, em Minas Gerais.

O movimento *Rap na Bika*, nascido em São João del Rei, funde-se em uma implosão-explosão cultural que pulsa nas periferias da cidade histórica mineira, de modo a irradiar nos espaços públicos ideias e revoltas que não cabem nos limites urbanos, e confrontam exatamente o espaço e a história que denunciam. Para tanto, utiliza-se de uma intensa narrativa musical que conjuga diversos elementos de memória social e coletiva.

## 2 SÃO JOÃO DEL-REI E A MATERIALIZAÇÃO DE MEMÓRIAS

Como recorte espacial deste artigo, a cidade de São João del Rei está localizada no Campo das Vertentes no estado de Minas Gerais e sua história remonta à sua origem às margens do Rio das Mortes. Importante ponto de parada dos viajantes rumo às áreas mineradoras no século XVIII, o “Porto Real de Passagem”, como era conhecido esse ponto de parada, teve seu primeiro aglomerado liderado por Tomé Portes Del Rei. A partir de 1704, São João del Rei, assim como outras cidades mineiras, passou a desenvolver atividade mineradora que logo atraiu a constituição do Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, elevado à Vila de São João del-Rei em 1713. Durante longos anos, São João del-Rei afigurou como importante pólo na Comarca do Rio das Mortes, com extensa ligação entre as capitâncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Sabará e Vila Rica (SILVA, 2011, p. 17).

Seu processo de povoamento e urbanização segue mediado pela centralidade das atividades desempenhadas por esta localidade e seus impactos na região. A proeminência da atividade agropecuária induziu à instalação da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Inaugurada em 1881, inicialmente como meio de ligação entre a elite e regiões do Império, posteriormente facilitou a chegada de imigrantes no município e a ampliação das trocas comerciais. Com as facilidades de escoamento de produção pela ferrovia, uma década depois, em 1891 a Companhia Industrial Sãojoanense instala-se e passa a capitanear, ao longo da primeira metade do século XX, os anos áureos da produção têxtil na cidade.

Ao longo do tempo, a constituição da urbe esbarrava nas complexidades da formação social difusa, entre vilas operárias, concentração de terras aos imigrantes italianos e seus descendentes e pequenos bairros periféricos distantes das águas do Córrego do Lenheiro, que corta a cidade e se estabelece como principal acesso à água para atividades cotidianas. Não em outro sentido, a paisagem urbana de São João del Rei constitui-se a partir da materialização de relações sociais histórica e hierarquicamente construídas, sendo o centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a mais pujante representação não somente da expressão arquitetônica colonial como também das hierarquias sociais vigentes no espaço urbano (Figura 1).



Figura 1 - Rua Getúlio Vargas, centro histórico de São João del-Rei  
Fonte: Acervo Observatório Urbano (Coleção Centro histórico/BLS), 2021.

Sem a fixidez do tombamento, as demais áreas da cidade vêm enfrentando, nas últimas décadas, grandes investidas imobiliárias (Figura 2), restando assim poucos lugares que preservam edifícios antigos, como a Avenida Leite de Castro, onde a Companhia Têxtil Sãojoanense mantém ainda nos dias atuais suas atividades em funcionamento. Atuando como outro limite da cidade, o bairro Colônia do Marçal concentra as atividades dos imigrantes italianos, plantação e colheita de gêneros alimentícios.



**Figura 2 – Vista parcial da cidade de São João Del-Rei**  
 Fonte: Acervo Observatório Urbano (Coleção Panoramas/MCS, 2021)

Além do panorama nacional de avanço do capital imobiliário, São João del Rei passa por uma reorganização de suas funções comerciais e vislumbra uma maior valorização dos seus espaços por sediar a Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) e o Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). Juntas, as instituições oferecem a principal oportunidade de ensino superior para toda a região do Campo das Vertentes, criando uma dinâmica sazonal e diversificada de usos de cidade.

Este movimento de expansão urbana não é marca somente das grandes capitais brasileiras; acontece também nas médias e pequenas cidades do interior, e reflete o panorama padronizante da globalização. Assim, cidades consideradas históricas como São João del Rei levantam questões em torno das contradições entre a manutenção do patrimônio e a supressão dos outros espaços em face ao capital. O centro histórico tombado corporifica-se em uma demanda perene de restauração à medida em que é transformado em área turística que oferece arte, história e música sob a ótica exclusivista da “cultura erudita”. Esta dinâmica converte-se em mercado de troca, de modo a suprir os anseios de arrecadação do Estado e do empresariado, e fomentando uma imagem de cidade que

possa ser vendida como cenário cultural nacional. Não em outro sentido, sua agenda cultural anual conta com variadas expressões tradicionais, como os festejos católicos e o Inverno Cultural da UFSJ. Como elementos marcantes das paisagens urbana e sonora de São João del-Rei destacam-se ainda o toque dos sinos das igrejas barrocas e a Maria Fumaça, que transpassa parte da cidade e segue sentido Tiradentes pela estrada de ferro.

A conjugação destes elementos conta aos moradores e aos visitantes da cidade mineira histórias que fixam o imaginário social de um território que, apesar de seu passado escravagista do século XVII até o século XIX, se impõe enquanto pólo microrregional de cultura acessível a todos. Entretanto, o aspecto patrimonial no Brasil demonstra a hierarquização histórica da sociedade e dos espaços quando diferencia a presença dos diversos sujeitos, suas expressões culturais, artísticas e arquitetônicas. Mediada por esta seleção de testemunhos de espaços e tempos distintos, o centro histórico, em suas vozes e seus silêncios, traduz-se em informação tanto sobre o passado como sobre o presente.

Em outras palavras, nossas memórias são construídas a partir de compartilhamentos do grupo ou sociedade do qual fazemos parte e que, também neste caso, são expressos na cidade. Em concordância com a noção teórica de memória coletiva de Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur afirma que “temos acesso a acontecimentos reconstruídos para nós por outros que não nós” (RICOEUR, 2007, p. 131). É deste modo que a cidade se engrandece simbolicamente, à medida que conta histórias vangloriosas sobre seu passado colonial, enaltece a proeminência católica, e romantiza sua própria construção, que baseada no trabalho compulsório, vê-lo apagado enquanto se processa a invisibilidade das experiências de exclusão e de segregação socioespacial que a constitui.

Não obstante, não somente o centro histórico recebe uma maquiagem para agradar seu visitante e a elite social que tem o uso do espaço a ela autorizado. Nesta dinâmica de produção da cidade, são maquiadas no plano perfeito da administração municipal também as rasuras espaciais. Ao produzir e difundir a imagem da “cidade dos sinos”, orgulhosa de sua herança artística e militar, o poder público - e com ele a cidade - relega às margens as vozes, os sons, as danças e a cultura de periferia. Deste modo, os espaços periféricos são excluídos também da visão sobre a paisagem da cidade, a ser formada somente nas vias principais, ao tempo em que as manifestações artísticas dos grupos subalternos são negligenciadas, insuladas e reiteradamente discriminadas.

### **3 O MUNDO É DIFERENTE DA PONTE PRA CÁ: O RAP NA BIKA COMO DENÚNCIA SOCIOESPACIAL**

Com marcas originárias nas práticas dos Mestres de Cerimônia dos grandes eventos de Sound System na Jamaica, o rap chegou às ruas de Nova York nos Estados Unidos pelos migrantes e nos encontros da cidade cosmopolita converteu-se em movimento cultural Hip-Hop. Formado pelo MC (*Master of ceremonies*), DJ (*Disc Jockey*), Grafite e o *Breakdance*, o movimento Hip-Hop chegou à cena cultural no Brasil na década de 1980, onde o rap enquanto estilo musical ocupou as periferias das metrópoles cumprindo o papel de denunciar as questões sociais através de letras que refletissem estruturas desiguais tradicionalmente negadas no Brasil, como o racismo. Assim como se proliferou nas periferias brasileiras, o rap interiorizou-se às cidades de pequeno e médio porte carregado com a perspectiva cotidiana das camadas populares, fator que contribuiu para uma associação ao imaginário socialmente construído acerca da marginalidade.

O rap alcança São João del Rei (Minas Gerais), como também outras cidades do interior, por meio do aumento na veiculação musical dos rappers das grandes metrópoles que já figuravam o cenário de denúncias e reivindicações, como Thaíde, Fação Central, GOG, Racionais MCs, entre outros. Com esta chegada, a cidade vê a ascensão gradativa de expressões artísticas e culturais que antes não compunham a paisagem sonora tradicionalmente erudita composta por sinos, trens e orquestras. O rap, tratado como manifestação cultural marginal, é elemento estranho aos aspectos urbanos, sonoros e paisagísticos da São João del Rei que preserva a rigidez da patrimonialização arquitetônica e cultural. Nesse panorama, reflete-se o estranhamento dos corpos, seus lugares, suas histórias e experiências enquanto projeto político de negação à diferença através da seleção das narrativas e memórias a serem materializadas e contempladas na cidade.

Em contrapartida à diferenciação e hierarquização dos lugares, o Rap na Bika surge em São João del Rei como um evento, que evolui a movimento, para agregar todas as formas de expressões artísticas que se viam limitadas pela ausência e escassez de investimento municipal em políticas culturais direcionadas à juventude periférica. Somando 22 edições até o momento, o Rap na Bika tornou possível a realização de diversas atividades, como apresentações artísticas de Dj's, cantoras(es), poetisas e poetas, músicos, expositores, além de contação de histórias, cinema (cinebika) e batalhas de rima.

Para que esses encontros acontecessem, os organizadores optaram por ocupar a Praça da Biquinha, como é popularmente conhecida a Praça Dr. Fausto Mourão. Este espaço constitui-se em um dos poucos, na cidade, a apresentar infra-estrutura de recreação, como quadra poliesportiva e playground. Além de carregar a significância de estar próxima ao limite da poligonal do centro histórico tombado pelo IPHAN, a Praça da Biquinha remonta a um possível espaço de sociabilidade negra no século XVIII, quando um chafariz nela instalado servia como entreposto de encontros, conversas e trocas, enquanto negros escravizados ali realizavam a tarefa de coletar água neste importante equipamento de infra-estrutura urbana das cidades coloniais.

Além de reunir diferentes vivências em um espaço aberto que deixa soar os ruídos desse encontro, o Rap na Bika concentra rappers que estão espalhados por distintos bairros da cidade, marcando posições à medida que vivem seus cotidianos. Embora algumas metrópoles brasileiras já conhecessem a experiência de ocupação de múltiplos espaços por esse estilo musical (como a Batalha do Tanque, na Praça do Ex-combatente em São Gonçalo, e a Batalha da Estação de Santa Cruz, em São Paulo), em São João del Rei o Rap na Bika representa, nos últimos quatro anos, a via potencial na qual artistas da cidade e região puderam mostrar suas habilidades de construção lírica e improvisação. Para além, com o aumento gradativo do alcance e do público, os participantes fazem ecoar a presença desse estilo musical também em outras cidades do entorno e, ao retornarem a seus bairros de origem, criam um prolongamento deste movimento hip-hop nas áreas marginalizadas da cidade, em um duplo vetor que se irradia e se converge ao centro.

Entretanto, a Administração Municipal manteve-se em disputa por este território, elencando inúmeros entraves para a realização dos eventos. Tendo em vista as dificuldades para sua manutenção na Praça da Biquinha, o Rap na Bika alterou suas rotas de atuação. Uma vez que reuniu diferentes atividades artísticas no centro histórico, ressignificando o uso, fluxos e sons desse espaço e proporcionando outras funcionalidades à Praça, o evento retornou aos bairros periféricos da cidade de maneira a reforçar a construção política da comunidade bem como a afirmar a existência desses corpos, identidades e sonoridades, em momentos de ruptura com o cotidiano que são marcados, agora, pela ocupação das ruas e dos centros comunitários pelo rap.

Mesmo sem realizar eventos desde 2019, o Rap na Bika potencializou o uso dos espaços públicos pela juventude de São João del Rei, enaltecendo as diversas possibilidades de ocupação destas áreas para viabilizar batalhas de rimas e apresentações de músicas autorais. Em suma, a ideia de conjugar elementos da memória coletiva por intermédio da narrativa musical fez-se possível através do

testemunho narrativo do rap que fundiu diferentes experiências espaço-temporais através de corpos que, pela voz e pelo som, eliminam o aspecto mudo da experiência (Figuras 3 e 4).



Figuras 3 e 4: Atividades do Rap na Bika.  
Fonte: Facebook oficial do Rap na Bika, [2018], 2021.

Assim, o testemunho narrativo do rap funde-se às diferentes experiências espaço-temporais através de corpos que ressignificam os sons da experiência urbana. O espaço expresso a partir do movimento *Rap na Bika* passa a constituir-se em paisagem-acervo de memórias coletivas experienciadas em nível distinto do cotidiano e da convencionalidade, ao receber jovens de distintos bairros da cidade para atividades que são propostas junto à comunidade do entorno e com enfoque também no cuidado das crianças.

Sob este viés, as ações do movimento reforçam as identidades periféricas e marginalizadas alçando-as a centralidades espaciais e também sociais e promovendo, ao sustentar suas diversas memórias, a afirmação da identidade ancestral inscrita na resistência coletiva proposta em modais sonoros, lúdicos e urbanos.

#### 4 DA DISPUTA DAS RIMAS À DISPUTA DAS MEMÓRIAS

A memória (HALBWACHS, 2006) coletiviza-se por exigir que lembranças e recordações coexistam apenas se vinculadas a um grupo social. Nesse sentido, é também a memória um lugar de disputa de narrativas que visam à definição acerca da preservação e do esquecimento de um passado. É pelo seu passado escravagista que São João del-Rei reforça uma identidade cultural marcada pela branquitude. Ao desprezar a forte presença de negros na região, a cidade promove uma obliteração que segue o esteio daquele silenciamento típico do nascimento da nação que “se constituiu por meio da democracia racial, que apagou diferenças étnicas e culturais importantes.” (SANTOS, 2007, p.4). É

pela percepção de que há ainda uma história própria a contar que os grupos sociais devem construir, reivindicar e ressignificar suas narrativas, de modo a vencer as barreiras de silenciamento.

Não em outro sentido, a memória é mais uma reconstrução a partir dos problemas e questões do presente de elementos dispersos do passado vivido, e é menos uma imagem preservada e intacta do passado. Pela reconstituição e reavivamento de suas memórias, grupos enrevesam traumas e construções simbólicas excludentes. É sob esta perspectiva que o RAP, e sua forma de expressão que conjuga arte e política, atua como um agente constituinte de memórias coletivas experienciadas em espaços-tempos distintos, e torna-se, assim, testemunho. Segundo Sarlo (2007), uma vez que a narração posiciona a experiência em uma temporalidade que não é a sua e sim aquela da lembrança, a cada vez repetidas essas lembranças, elas ganharão novos sentidos.

Originado em um grupo de jovens da periferia da cidade, ao direcionar-se para a ocupação de espaços públicos centrais, o movimento promove uma experiência de temporalidade que ultrapassa o imediatismo e serve como motor de diversos novos sentidos que se extrapolam a partir de lembranças ancestrais narradas, cânticos de resistência e de denúncia, e que se misturam e se imiscuem aos sons e ruídos da urbe, pela adesão da comunidade às diversas atividades em paralelo que são propostas e realizadas ao longo de cada dia de ocupação (Figuras 5 e 6).



**Figuras 5 e 6: Atividades do Rap na Bika.**  
**Fonte: Facebook oficial do Rap na Bika, [2018], 2021.**

Ao organizar o encontro de diversas vozes, o Rap na Bika agrupa as resistências frente ao projeto desigual no qual o Brasil se estruturou. Enquanto música que se faz principalmente pela voz, o rap é linguagem, mediadora importante na construção social e coletiva dos sujeitos (HINKEL; MAHEIRIE,

2007) e que exorbita o lirismo em uma explosão de sentidos, simbólicos, sonoros, vocais, temporais e espaciais.

## 5 REFERÊNCIAS

COTA, D. A.; DIÓRIO, A. C. D. Crescimento urbano na “pequena-média” São João del-Rei, MG: notas preliminares de uma pesquisa. XII Seminário Internacional Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio. **Anais do XII Seminário Internacional Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio**. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. 2012. Disponível em: [https://saojoadelreitransparente.com.br/files/docs/CRESCIMENTO\\_URBANO\\_NA\\_PEQUENA-M%C3%89DIA\\_S%C3%83O\\_JO%C3%83O\\_DEL\\_REI\\_-\\_MG\\_NOTAS\\_PRELIMINARES\\_DE\\_UMA\\_PESQUISA-1.pdf](https://saojoadelreitransparente.com.br/files/docs/CRESCIMENTO_URBANO_NA_PEQUENA-M%C3%89DIA_S%C3%83O_JO%C3%83O_DEL_REI_-_MG_NOTAS_PRELIMINARES_DE_UMA_PESQUISA-1.pdf) Acesso em: 18 fev. 2021.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou, São Paulo: Centauro, 2006.

HINKEL, J.; MAHEIRIE, K. Rap-rimas afetivas da periferia: reflexões na perspectiva sócio-histórica. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. spe2, pp. 90-99, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000500024&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500024&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 25 fev. 2021.

RACIONAIS MC's. **Da ponte pra cá**. São Paulo: Zimbabwe Record: 2002. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Xe8DN92jtbG&ab\\_channel=RacionaisTV](https://www.youtube.com/watch?v=Xe8DN92jtbG&ab_channel=RacionaisTV) Acesso em: 24 fev. 2021.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et. al.] Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SACRAMENTO, J. A. A. Capital brasileira da cultura: a história de um título. **Pátria Mineira** [Portal da internet]. 2017. Disponível em: [http://www.patriamineira.com.br/imagens/img\\_noticias/155512230710\\_CAPITAL\\_BRASILEIRA\\_DA\\_CULTURA\\_2007\\_-\\_Sao\\_Joao\\_del-Rei\\_-\\_MG.pdf](http://www.patriamineira.com.br/imagens/img_noticias/155512230710_CAPITAL_BRASILEIRA_DA_CULTURA_2007_-_Sao_Joao_del-Rei_-_MG.pdf) Acesso em: 18 fev. 2021.

SANTOS, B. L. dos; TOLEDO, M. R. Expansão da UFSJ e a especulação imobiliária em São João del Rei. II Simpósio Mineiro de Geografia: geografia e contemporaneidade. **Anais do II Simpósio Mineiro de Geografia: geografia e contemporaneidade**. 2016, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BQ15QFH-L4AxWUMzSI9adE5BR1k/view> Acesso em: 18 fev. 2021.

SANTOS, M. S. Entre Troncos e Atabaques: Raça e Memória Nacional. In: PEREIRA, C.; SANSONE, L. (Org.) **Projeto Unesco no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007, p. 321-344. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16462893-Entre-troncos-e-atabaques-raca-e-memoria-nacional-myrian-sepulveda-do-s-santos.htmlhttps://docplayer.com.br/16462893-Entre-troncos-e-atabaques-raca-e-memoria-nacional-myrian-sepulveda-dos-santos.html> Acesso em: 23 fev. 2021.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d' Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Denilson de Cássio. *O drama social da abolição: escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João del-Rei, Minas Gerais (1871-1897)*. 2011. 271f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

## **PAISAJISMOS DEL SUR: Importancia socio ambiental y de la memoria biocultural de los espacios libres de las Barriadas de Lima, Perú**

*LANDSCAPES OF THE SOUTH: Socio-environmental importance and the biocultural Memory of open spaces at the Barriadas of Lima, Peru*

PEÑA AYMARA, Mariela Alexandra

*Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília (UnB), Mariela.aymara@aluno.unb.br*

RODRIGUES DA CUNHA, Gabriel

*Professor de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA), gabriel.cunha@unila.edu.br*

SOUZA DE ANDRADE, Liza Maria

*Professora de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), lizamsa@gmail.com*

VERÍSSIMO, Céline Felício

*Profesora de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA), celine.verissimo@unila.edu.br*

### **RESUMEN**

El presente artículo pretende contribuir con la reflexión respecto a la importancia socio ambiental y la memoria biocultural de los espacios libres en el contexto de las barriadas de Lima, capital del Perú. Teniendo como objetivos el Buen Vivir, a través del rescate de los conocimientos invisibilizados por la dominación colonialista, capitalista y patriarcal de la modernidad eurocéntrica. Siendo Lima, una ciudad dualista debido al crecimiento del centro capitalista, blanco y colonial de la ciudad esta empuja y margina a las poblaciones hacia la periferia (VERÍSSIMO, 2013), dejándolas sin vivienda adecuada, trabajo, salud, educación o áreas verdes. La topografía del sitio es abrupta, la falta de suelo habitable en el centro plano de la ciudad por cuenta de la especulación inmobiliaria, obliga a los pobladores a ocupar espacios áridos en el borde montañoso de la ciudad (Ecorregión del Desierto del Pacífico) sin infraestructuras, servicios, ni espacios públicos. La auto organización y apropiación del espacio son estrategias de sobrevivencia en la ausencia por parte del Estado peruano. Así, utilizamos a la teoría del llamada Giro Decolonial (Walter Dignolo, Enrique Dussel y Aníbal Quijano) y de los Diseños del Sur hacia el pluriverso (BORRERO, 2015;ESCOBAR, 2016) para entender diseños-otros creados por la alteridad demostrando que existen muchos mundos en el mundo. Para posteriormente, a partir de las Epistemologías del Sur (SANTOS, 2010) proponer la idea de "Paisajismos del Sur".

**PALABRAS CLAVE:** Paisajismos del Sur, Epistemologías del Sur, modernidad-colonialidad, Diseños para el Pluriverso y Barriadas de Lima.

### **ABSTRACT**

*The current article aims to contribute with a reflection about the socio-environmental importance and the biocultural memory of the free spaces in the peripheries in Lima called "barriadas" located in the capital city of Peru. This work is based through the well-being conception and approaches to rescue invisible knowledge by the colonialist, capitalist and patriarchal domination present at the Eurocentric modernity. Lima is a dualistic city because of its growth, white and colonial center-capitalist that pushes and marginalizes vulnerable population to peripheries (VERISSIMO, 2013) It causes lack of adequate housing, work, health, education and green areas. Lima's topography is abrupt and the lack of habitable ground in the central frame of the city caused by the real-*

*estate obligates people to occupy arid spaces at the mountainous edge of the city (located in the Pacific Desert eco-region) without infrastructure, services or non public spaces. The self-organization and the space appropriation are strategies to survive because of the peruvian government's ausence. That is why we use Decolonial Theories created by authors like Walter Mignolo, Enrique Dussel and Anibal Quijano and South Designs to the pluriverse (BORRERO, 2105; ESCOBAR, 2016) to understand others-designs created by the alterity demonstrating that there are many other worlds in the world. After this, from the South Epistemologies we will propose the "South Landscaping" idea.*

**KEY-WORDS:** *Landscapes Of The South, South Epistemologies, modernity-coloniality, Designs for the Pluriverse, and Barriadas of Lima*

## 1 INTRODUCCIÓN

En América Latina, al seguir un modelo urbanístico occidental como consecuencia de la globalización en las ciudades, se reproduce la segregación espacial de la urbanización colonial impuesta por la dominación burguesa, racista y sexista. En un contexto donde la mayoría de la población urbana es indígena, trabaja en el centro de la metrópoli y vive en la periferia sin acceso a infraestructuras, moradia y servicios dignos. En el centro, los espacios libres públicos que además no son del todo públicos, ya que han sido privatizados y transformados en espacios cerrados como centros comerciales, parques urbanos pagos o supermercados que además han venido destruyendo la dinámica social, generando una ciudad que crece en dualismo.

La ciudad de Lima, capital del Perú en general al igual que otras ciudades latinoamericanas, carece no sólo de acceso digno al trabajo, habitación, salud y educación; sino también de espacios públicos donde la vida urbana se produce. Los espacios públicos que existen, están ubicados en el centro de la ciudad, además de no ser del todo públicos ya que en muchos de ellos se tiene que pagar para poder acceder (Ver figura 1). Debido a las largas distancias estos espacios privan el uso a la mayoría de los pobladores urbanos que son aquellos que viven en las zonas periféricas, llamadas "barriadas". Además de ser marginalizadas, y encontrarse alejadas de los servicios básicos, equipamientos e infraestructuras concentrados en el centro de Lima, las barriadas son espacios áridos periféricos donde la vida ocurre en condiciones físicas y ambientales muy adversas.

El presente artículo pretende contribuir con una reflexión respecto a las barriadas peruanas para valorar las maneras de vivir y habitar por medio del diseño del paisaje sin desperdiciar sus conocimientos, costumbres y modos de vivir, sino prevalecerlos y enaltecerlos con ayuda de profesionales en el área, para contribuir y aportar conocimientos que puedan mejorar su calidad de



genéricamente “Paisajismos del Sur”, que creemos más adaptada a la actual realidad de dominación capitalista, colonialista y patriarcal de las barriadas de Lima. Para una mejor proposición de los Paisajismos del Sur, los paisajismos que emergen de las luchas y resistencias de los pueblos subalternados del actual sistema-mundo moderno, fue indispensable integrar términos como *antropofagia paisajística* (NAME, 2020) haciendo referencia al Movimiento Artístico Brasileño relacionándola con el paisajismo; el *Buen Vivir* (ACOSTA, 2013), la *Ecología de los Saberes* (SANTOS, 2012), la *Memoria Biocultural* (TOLEDO, V., BARRERA-BASSOLS, 2009), y los *Diseños del Sur* hacia el pluriverso (GUTIÉRREZ, 2015; ESCOBAR, 2016) que serán explicados más adelante.

La intención principal es ofrecer un abordaje crítico al modus moderno, eurocéntrico, elitista, blanco y patriarcal cuya comprensión y representación del paisajismo sigue una hegemonía epistemológica, predatoria y desajustada, cambiándola por una epistemología del sur: plural, comunitaria y espacial, que pueda revelar la memoria biocultural y enaltecer una ecología de los saberes subalternizados, de los moradores de las barriadas de Lima. Porque el paisaje y el paisajismo son la transformación espacial de la naturaleza a través de la existencia de vida humana, y no humana, estas son necesariamente diseñadas. De esta manera tenemos que discutir sobre los diseños del sur (Borrero, 2015) como la fracción de resistencia contra-hegemónica del diseño cruel y perverso de la modernidad eurocéntrica que genera la línea abisal (Santos y Meneses, 2010), donde separa a la élite blanca y burguesa en el centro de Lima y que la convierte como inexistente, el lugar donde los pueblos del Sur practican la lucha por la vida todos los días, en este caso las barriadas. Más que encontrar el nombre o el concepto ideal que podamos utilizar para nombrar una perspectiva alternativa de paisaje y de paisajismo, nos dedicamos a buscar otros referenciales más adecuados y críticos sobre alternativas de vida radicales por la transformación de la naturaleza.

## **LA CIUDAD DUALÍSTICA DE LIMA Y EL PAISAJISMO ANTROPÓFAGO**

Miles de peruanos, en su mayoría provenientes de las zonas rurales del país; tuvieron que migrar hacia la capital en busca de una mejor calidad de supervivencia para ingresar al mercado de trabajo y producción de ingresos económicos. Se asentaron en las zonas periféricas de Lima; generando una expansión urbana desigual del centro colonial capitalista, hacia la periferia y mientras la burguesía limeña, élite política blanca o niponicocolonialista, se encuentra ubicada en el centro de la capital; además son quienes centralizan el poder, además el centro financiero y las residencias de estos, también se encuentran ubicados en esta zona. Estos contrastes generan este dualismo socio

económico y político creado por la modernidad-colonialidad que se refleja espacialmente en Lima. De esta manera entendemos a Lima, como una ciudad dualista (VERÍSSIMO, 2013) de génesis colonial y racista, caracterizada por una “dualidad abisal” (SANTOS, 2007), porque mientras el centro capitalista, blanco y colonial de la ciudad crece, esta empuja y marginaliza a las poblaciones para la periferia, empobreciéndolas cada vez más, dejándolas sin condiciones adecuadas de habitación, trabajo, salud, educación o áreas verdes dignas. Se trata de un antiguo proceso de exclusión colonial partiendo del paisaje y urbanización instaurado en el siglo XVI cuyo padrón extractivista y de subyugación de la vida humana e no humana, persiste hasta los días de hoy. En este proceso de violencia histórica, los pobladores mantienen sus propias formas de sobrevivencia y maneras de vivir, que los ha permitido resistir a través de la memoria biocultural .

A pesar de los años, estos escenarios aún prevalecen, las barriadas siguen siendo marginalizadas, donde el estado peruano aún negligencia a las poblaciones vulnerables de forma racializada porque en su mayoría son indígenas, las barriadas se siguen poblando y las personas siguen yendo a vivir cada vez más cerca de la cima de los arenales, una región inhóspita para vivir adecuadamente. (Ver Figura 2).



**Figura 2: Barriada La Ensenada en el distrito de Puente Piedra.**  
**Fuente: PEÑA AYMARA, 2020.**

En la actualidad, es necesario entender que la arquitectura, el urbanismo y el paisajismo, como ciencias sociales aplicadas, están basadas en la racionalidad cartesiana eurocéntrica que se considera única y universal, de esta manera se descalifica otros saberes con denominaciones como primitivos, arcaicos, inválidos, para poder continuar con la dominación hegemónica llamada desarrollo.

La aplicación de la teoría decolonial en el paisajismo, provoca un debate proficuo con relación a la existencia y naturalización de una dicotomía entre dos tipos de paisajismos - lo dominante occidental y universal hecha por encargo público o particular desarrollada por arquitectos paisajistas y lo subalterno que no es considerado como tal, pero es practicado por todas as personas que embellecen sus casas y calles con jardines, huertas; y la enseñanza del diseño de Paisajismo sometido a la concepción hegemónica del Paisaje occidental, en todos los mundos del mundo, que desconsidera prácticas oriundas de otras cosmologías. (Berque,1994; Mignolo, 2000).

Incluimos también al movimiento antropófago, que fue un movimiento artístico que se originó en Brasil con la idea de crear una verdadera cultura brasileña moderna, a partir de la recuperación de sus raíces culturales. Los antropófagos apuntan a la cultura indígena anterior a la época de la colonia, como menciona Oswald de Andrade, mentor del movimiento: “Antes que los portugueses descubrieran Brasil, el Brasil ya había descubierto la felicidad”. La idea surge cuando Tarsila de Amaral pinta, en 1928, el cuadro Abaporu (que quiere decir “el que come hombre”) y lo regaló a su marido, Oswald de Andrade. Este entonces, escribe el *Manifiesto Antropófago* en el año 1928, que sería el punto de partida de un movimiento que propone devorarse a la cultura europea, para combinarla con la cultura autóctona y transformarla así en algo completamente brasileño. La antropofagia paisajística (NAME 2020) inspirada en Oswald de Andrade, propone un Paisajismo Antropófago capaz de hacer con que la naturaleza peruana “salvaje” en este caso, la flora de la ecorregión del Desierto del Pacífico, otras especies y hábitos locales utilizados tradicionalmente por los pobladores de las barriadas, “devoren” la racionalidad moderno-colonial y sus prácticas predatorias. En algunos parques y plazas de Lima, no existe esta antropofagia paisajística ya que no se utilizan especies nativas de esta región, aún se mantiene el uso de palmeras u otras especies que nos son autóctonas y a su vez estas demandan mucha irrigación y manutención; en su mayoría estas vienen del extranjero, esto hace parte de un proceso de colonización del saber con estética, mediante un paisajismo estético universalista. También se evidencia la hegemonía eurocéntrica del Paisajismo no sólo en Perú, sino en la región latinoamericana, utilizada como herramienta de poder y dominación.

### **ARTICULACIÓN DEL BUEN VIVIR Y DE LA ECOLOGÍA DE LOS SABERES EN EL PAISAJISMO**

La producción de espacios públicos en zonas periféricas y pobres de las barriadas de Lima, es un problema que hasta hoy en día no se ha podido subsanar. Los pobladores de estas zonas, en su mayoría migrantes campesinos; mantienen vivos en sus orígenes, conocimientos y tradiciones ancestrales. A

través de la tradición de historia oral, generación en generación transmitieron vivas hasta hoy, enseñanzas mucho más importantes con relación a la vida con la naturaleza, que han permitido dar continuidad en los usos con relación a las medicinas, alimentación, formas de vivir y construir. En el contexto de autonomía que las circunstancias obligan, desvinculadas del Estado y del capital. Sin embargo, la exposición a los medios de comunicación e bienes de consumo del sistema alienante en el que nos encontramos sumergidos, los hemos ido perdiendo y los problemas de salubridad han venido aumentando como el calentamiento global, el cambio climático y las pandemias.

El Buen Vivir traducido en Quechua como Sumak Kawsay y Suma Qamaña <sup>1</sup> en aimara, son palabras que se refieren a la cosmovisión ancestral de la vida. Desde finales del siglo XX es también un paradigma epistémico y una propuesta política, cultural y social desarrollada principalmente en Bolivia y Ecuador. Esta cosmovisión hace referencia a la realización ideal y hermosa del planeta, una vida digna, en plenitud, equilibrio y armonía; existen muchos pueblos originarios latinoamericanos como los Mapuche, Guaraníes, Achuar, Mayas, Chiapas, entre otros. Estes aún mantienen maneras de vivir en sus propias lenguas, resistiendo. Según experiencias de países como Ecuador y Bolivia, desde la última década de 1990, el Sumak Kawsay se desarrolla como propuesta política plurinacional que busca el bien común, colectivo y la responsabilidad social a partir de su relación con la madre naturaleza sobre la producción capitalista.

Es necesario practicar al *Buen Vivir* en nuestras vidas y hacerlas parte en la producción del espacio; como cosmovisión y como proposición radical de futuro. Al pasar de los años, se vienen dejando de lado muchas prácticas locales y ancestrales, consideradas arcaicas y sin valor, en la vida moderna individualista consumista y destructiva al punto de comprometer a la existencia humana en el planeta.

La expansión urbana y el déficit habitacional, fueron algunos problemas que impidieron que los enormes terrenos agrícolas que antiguamente existían en Lima, se mantengan aún con vida. Para poder vivir bien es imprescindible que el ser humano mantenga un contacto directo con la naturaleza como lo hacían los pueblos indígenas o comunidades locales. Manteniendo esa cosmovisión ancestral

---

<sup>1</sup> Suma qamaña (aymara) o sumak kawsay (quechua)

Suma: plenitud, sublime, excelente, magnífico, hermoso.

Qamaña: vivir, convivir, estar siendo, ser estando.

Sumak: plenitud, sublime, excelente, magnífico, hermoso(a), superior.

Kawsay: vida, ser estando, estar siendo.

o visión cósmica traducida para la actualidad, como una forma de comprender, de percibir el mundo y expresarse en las relaciones de vida; más aún en tiempos de pandemias.

Existen muchas naciones y culturas en el Abya Yala<sup>2</sup>, cada una de ellas con sus propias identidades, pero con una esencia común. Se trata de un paradigma comunitario basado en la vida en armonía y el equilibrio con el entorno e todas as formas de vida ecosistémica de la cual los seres humanos somos parte. Afirman los sabios de los pueblos ancestrales, que recuperar la cosmovisión ancestral es volver a la identidad; un principio fundamental para conocer nuestro origen y nuestro rol complementario en la vida (MAMANI, 2010).

La *Ecología de Saberes*, concepto acuñado por Boaventura de Sousa Santos en el año 2012, propone que no hay ignorancia ni saberes en general o abstractos, donde toda ignorancia es ignorante de un cierto saber y todo saber es la superación de una ignorancia particular; en un diálogo de saberes y conocimientos, incluyendo a los científicos. Así, la *Ecología de Saberes* se opone a la lógica de la monocultura del conocimiento occidental y su rigor científico, e identifica a la pluralidad de otros saberes y criterios de rigor y validez que operan de forma creíble en prácticas sociales que la razón declara no existentes. La modernidad-colonialidad también oculta e invalida estos saberes y conocimientos como incorrectos, así es necesario entender que no existe lo correcto o errado y que cualquier conocimiento o práctica local es válido.

Según Víctor Toledo y Narciso Barrera-Bassols (2008) en el texto “La memoria biocultural. La importancia Ecológica de las sabidurías tradicionales” los autores mencionan que los seres humanos, tenemos una memoria y conocimientos que no necesariamente están escritos en manuales, sino estos están plasmados en nuestros hábitos, prácticas, maneras de plantar y usar las plantas como lo hacen los pobladores de las Barriadas de Lima, y de tantas ciudades latino americanas. Además, la *memoria biocultural* es por lo menos triple: genética, lingüística y cognitiva, ya que se expresa en la variedad de genes, lenguas y sabidurías. De esta manera está hoy alojada y representada en, y por, los pueblos tradicionales e indígenas del mundo.

Para superar la tremenda crisis del mundo moderno, acreditamos que no solamente es necesario reconocer esta *memoria biocultural*, también se requiere poner en práctica todo el repertorio de

---

<sup>2</sup> Término dado por lo indígenas hacia América Latina en oposición al nombre impuesto por los españoles.

experiencias y aprendizajes acumulados a lo largo del tiempo con lo bueno que la actualidad tiene para ofrecer. Ante el dilema central entre agroecología o agroindustrialidad, la memoria de la especie se inclina por la primera como cimiento fundamental durante la construcción de un futuro más justo, equilibrado, pluriversal y sin sufrimiento o destrucción. Para construir ese futuro, necesitamos reconectarnos con el pasado y su larga historia de mimesis, adaptaciones y colaboraciones entre nosotros mismos y con el mundo natural, que la modernidad-colonialidad suspendió. Las infinitas memorias son fuente sustancial, impostergable e insustituible de toda conciencia social y ecológica, en las cuales la vida se eterniza.

Articulando estos dos conceptos clave, la noción del *Buen vivir* y la *Ecología de los Saberes*; es fundamental para reconocer la importancia de recuperar la *memoria biocultural de los pueblos*, es imprescindible para entender las prácticas de un futuro que siempre ocurrió e se mantiene en los jardines y espacios comunales auto-organizados en las barriadas.

Los conocimientos sobre la naturaleza pertenecen a una dimensión categorizada donde la transmisión de saberes ya sea oral que pasa de generación en generación y que esos conocimientos permitieron una cierta relación del ser humano con la naturaleza afinándola al pasar de los años, en épocas de bonanza y escasez, paz y guerra. Los sistemas del planeta, la especie humana también tiene memoria, y esta permite revelar las relaciones que se ha establecido con la naturaleza, soporte y referente de su existencia, a lo largo de la historia.

El producto final de estos saberes se encuentra hoy en día en las mentes y manos de las mujeres y hombres que conforman los llamados pueblos indígenas; estos conocimientos debido a la modernidad del capitalismo global, vienen siendo amenazados (TOLEDO, 2008). Hoy, más que nunca, se necesita de un despertar.

Con Santos, entendimos que la preocupación por regular y normatizar, pauta de las epistemologías del norte, conduce a desperdiciar el potencial emancipador de los conocimientos del sur. Por ello, tomamos el concepto de *Ecología de Saberes* como extensión en sentido reverso, desde afuera de la universidad hacia adentro de la universidad para promover diálogos entre el saber científico y humanístico que la universidad produce con los saberes legos, populares, tradicionales, urbanos, campesinos, provincianos, de culturas no occidentales (indígenas, africanos, orientales, etc.) que

circulan en la sociedad y servirán de gran aporte aquí, proponiendo para los profesionales en el área de la arquitectura, urbanismo y paisajismo.

## **DISEÑOS DE PAISAJISMOS DEL SUR HACIA EL PLURIVERSO**

La presencia del diseño como menciona Arturo Escobar, donde es traducido como proyectar, planear, proponer, organizar, etc. en la arquitectura, urbanismo y paisajismo su inclusión es inevitable e imprescindible, ya que como profesionales en el área, diseñamos en el espacio. En este sentido se puede contribuir a la realización de formas comunales de autonomía, que involucra a esos proyectos de vida en las barriadas; esto quiere decir, colocar firmemente la autonomía de acuerdo con la definición de las comunidades de base movilizadas en América Latina, en el ámbito del diseño; en este caso las comunidades peruanas. Como formas de lucha y resistencia para una justicia espacial.

Escobar (2016), menciona que el mundo actual en el que vivimos, advierte que lo que está en juego no es solo un modelo económico (el capitalismo neoliberal), sino un conjunto de rasgos culturales hostiles a la vida en el planeta (como el individualismo rampante y el consumismo). Las políticas ambientales globales (como protocolos más completos sobre el cambio climático), las luchas geopolíticas de poder para re y des-occidentalizar el mundo, ni el complejo militar-industrial; todos estos están involucrados pero para quienes la coyuntura actual cambia todo, inicialmente hay que cambiar toda una forma de vida y todo un estilo de creación de mundos, pasando por descolonizar el pensamiento y por lo tanto el paisajismo.

Sin duda, los activistas indígenas, campesinos y afrodescendientes de América Latina, como Via Campesina, Movimento Sem terra, entre otros acostumbran a decir que la crisis contemporánea es una crisis de un modelo civilizatorio, el de la modernidad capitalista occidental. Esta es una afirmación que está tomando en serio un número cada vez mayor de grupos sociales en el planeta, tanto en el Sur Global como en el Norte Global, en la defensa de sus lugares, sus territorios y sus mundos. Por ejemplo, el diseño del paisajismo, estaría relacionado con la agroecología y así poder alcanzar la seguridad alimentaria en las ciudades; sobre todo en las periferias donde se evidenció más aun en tiempos de pandemia, escasez de alimentos. Como alternativa de solución se propone, a los paisajismo del sur como especies comestibles, medicinales, ritualísticos por ejemplo, se podría eliminar los alimentos industrializados y substituir por los cultivados por los pobladores. Según Escobar, el diseño también es

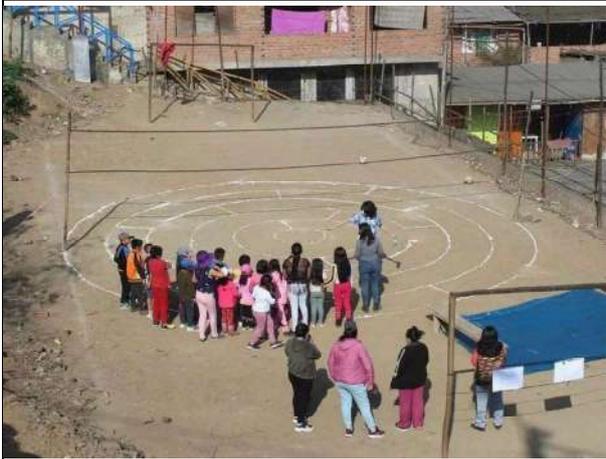
ontológico porque cada objeto, herramienta, servicio o, incluso, narrativa en los que está involucrado, crea formas particulares de ser, saber y hacer. (ESCOBAR, 2016)

De esta manera diseñar, trazar, idear, mejorar o planificar diferentes maneras de arborización, vegetación, edificaciones, entre otros, no necesariamente tiene que partir de modelos ya establecidos o impuestos por un sistema que nadie tiene que ver con el lugar; sino tener esa autonomía de poder para que de esta manera se pueda involucrar la multitud de saberes para diseñar por, con y para otros; donde se rescate los saberes y prácticas locales en vez de privilegiar posturas de expertos con ideales del norte. El diseño del Sur es, lo que se producen los sures como la construcción de las propias ideas del sur. Sin sentido, no había sur (BORRERO, 2014)

La inserción de los diseños del sur planteada por Borrero, en el año 2014, permite definir el campo del diseño con base en diseños-otros, distantes de la lógica de la epistemología del norte. Existen maneras y formas propias de vivir en las periferias; que no tienen antecedencia o influencia occidental, estas maneras son traducidas como diseños del Sur. Por lo tanto existen muchos sures en las comunidades del territorio; hay sures epistemológicos, geográficos, históricos y se piensa que son sures aquellos que están subalternos a los occidentes; pero en realidad existen sures en todo lugar donde la naturaleza resiste a esa invasión de la modernidad y los esfuerzos de separarnos a los seres humanos de ella. Borrero presenta la teoría con relación al diseño frente a esos diseños-otros con vistas a diseñar como un diseñador que no sea llamado así, donde dialoga con aportes críticos sobre el medio ambiente, cosmologías-otras, conflictos étnico-raciales, desigualdades de género, buen vivir y racismos lingüísticos y epistémicos.

Es importante en esta investigación incluir estas temáticas, porque se discute la relación que tenemos como académicos y diseñadores en el proceso de crear una alternativa a esta lógica de producción de espacios, objetos y consumos de mercancía, que vienen destruyendo nuestro planeta y que nos deja un horizonte bastante oscuro. Apoyando lo mencionado por Santos, donde se considera que ha llegado el momento de repensar el diseño, mediante conocimientos que muchas veces son invisibilidades o marginalizados; conocimientos que parten de una lógica de pensar a partir del sur, sobre todo para el sur (Santos, 2010). Es un anhelo llegar a tener algún eco significativo en la comunidad del valioso, rico y exuberante Sur; no del sur geográfico, sino del sur que representa pensamientos alternos al pensamiento eurocentrista occidental; sobre todo en la arquitectura, el urbanismo y el paisajismo, para que diseñemos nuevos mundos. Estos aportes proporcionan importantes pistas para caminar

hacia una descolonización del conocimiento que brinde más atención a las diferentes espacialidades y territorialidades.

<b>DISEÑOS DEL SUR PARA PAISAJISMOS DEL SUR EN LOS ESPACIOS LIBRES DE LAS BARRIADAS DE LIMA, PERÚ</b>	
	<p style="text-align: center;"><b>Ollas Comunes</b></p> <p>Surgen debido a la necesidad de alimentos, donde los pobladores se reúnen y colaboran entre sí para preparar alimentos en conjunto y garantizar la alimentación diaria.</p>
<p><b>Figura 3: Apropiación del espacio en el distrito de Independencia.</b></p> <p><b>Fuente: MesadeConcertación.org.pe</b></p>	
	<p style="text-align: center;"><b>Apropiación de los espacios libres</b></p> <p>Los moradores de las Barriadas, sobre todo niños utilizan estos espacios áridos y vacíos como puntos de encuentro para recrearse.</p>
<p><b>Figura 4: Apropiación del espacio en el distrito de Independencia.</b></p> <p><b>Fuente: ESPACIOCOMUN.PE, 2021.</b></p>	

	<p>Jardines en los espacios libres</p> <p>Los pobladores de las barriadas autororganizados plantan diferentes especies en los espacios libres.</p>
<p><b>Figura 5: Barriada la Ensenada, distrito de Puente Piedra.</b> <b>Fuente: PEÑA AYMAR, 2020.</b></p>	
	<p>Espacio Exterior Doméstico (EED)</p> <p>Los moradores de las Barriadas acostumbran colocar plantas en las fachadas de sus viviendas, esto ayuda a amenizar el ambiente en épocas de verano.</p>
<p><b>Figura 6: Ensenada, distrito de Puente Piedra.</b> <b>Fuente: PEÑA AYMAR, 2020.</b></p>	

Tabla 1: Ejemplos de Diseños del Sur en los espacios libres de las barriadas de Lima, Perú

## CONSIDERACIONES FINALES

Este artículo enaltece la importancia de los diseños de paisajismo del sur, practicado en zonas periféricas de Lima. Se presentó Lima como una ciudad dualística; donde a medida que el centro colonial capitalista de la ciudad crece, esta empuja a las poblaciones racializadas hacia la periferia inhóspita, donde la ausencia del Estado e del mercado, desencadena a la auto-organización colectiva en una práctica de transformación de la naturaleza que ocurre a partir de la memoria biocultural y ecológica de saberes de los pobladores para recuperar el buen vivir colectivo.

Es importante destacar a la pedagogía decolonial en lugar de un proyecto cartesiano, que sólo tendría sentido en asesoría técnica del Paisajismo, pues se replicaría el universalismo de la actual hegemonía

occidental paisajística. Un camino podría ser la antropofagia paisajística donde las prácticas locales y biodiversidad de la Ecorregión del Desierto del pacífico “devore” a los lenguajes europeos y en ese proceso se pueda generar Paisajismos del Sur.

De esta manera nos enfocamos en los espacios libres y a la auto organización para diseñarlos, criticando a la producción exacerbada de edificios e infraestructuras. Que forman parte del proceso de modernidad-colonialidad que aumenta con la desigualdad social; donde toda agresión al medio ambiente es autofagia. En tiempos pandémicos, es más que nunca esencial re evaluar el papel del profesional arquitecto, urbanista y paisajista para que junto a las poblaciones, puedan diseñar otros mundos y paisajes para poder lograr un futuro más justo solidario y pluriversal.

## REFERENCIAS

BARRIENDOS, Joaquín. La colonialidad del ver. Hacia un nuevo diálogo visual interepistémico. In: Nómadas, Num 35, Colombia: Octubre, 2011.

CORTELLA, Mario. Toda agressão ao médio ambiente e autofágica. CBN, 2019. Disponible en <[http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/281445/toda-agressaoautofagica.htm?fbclid=IwAR2hynMqfTU038UO8fuVxiiyEt\\_AswbMchgSDzIMdFOnU76Dn9WIG60dfdYs](http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/281445/toda-agressaoautofagica.htm?fbclid=IwAR2hynMqfTU038UO8fuVxiiyEt_AswbMchgSDzIMdFOnU76Dn9WIG60dfdYs)>. Accesado en: 27 de Noviembre del 2019.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. De las dualidades a las ecologías. In: Imprenta Punto de encuentro. La Paz, 2012.

EGG, Antonio.; MENDIOLA, Cecilia. Ecología del Perú. Programa de las Naciones Unidas para el desarrollo. In: Editorial Bruño, Lima: 2004.

ESCOBAR, Arturo. Autonomía y Diseño: la realización de lo comunal. In: Editorial UC, Popayán: 2016.

ESCOBAR, Arturo. Más allá de la formación onto-epistémica patriarcal, capitalista y moderno-colonial: Un ensayo sobre 'Autonomía y Diseño'. Iberoamérica Social, 2017. Disponible en <<https://iberoamericasocial.com/mas-alla-la-formacion-onto-epistemica-patriarcal-capitalista-moderno-colonial-ensayo-autonomia-diseno-arturo-escobar/>>. Accesado en: 20 de Septiembre del 2019.

GUTIÉRREZ, Alfredo. Resurgimientos: sures como diseños y diseños otros. In: Nómadas 43, Universidad Central, Colombia: Octubre 2015.

LUDEÑA, W. Ciudad y patrones de asentamiento: Estructura urbana y tipologización para el caso de Lima. In: Revista eure N° 95, Vol. 32, Santiago de Chile: Mayo 2006, 37-59p.

MAMANI, Fernando. Buen Vivir / Vivir bien: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. In: CAO, Lima: Febrero, 2010.

MATOS MAR, José. Las migraciones Campesinas y el proceso de Urbanización en el Perú, Lima, 1990. Disponible en

<<https://centroderecursos.cultura.pe/sites/default/files/rb/pdf/Las%20migraciones%20campesinas%20y%20el%20proceso%20de%20urbanizacion%20en%20el%20Peru%20Matos%20Mar.pdf>>. Accesado en: 11 de Noviembre del 2020.

NAME, Leo. Paisagens para a América Latina e o Caribe famintos: paisagismo comestível com base nos direitos humanos e voltado a justiça alimentar. In: XIII ENEPEA, Salvador de Bahía: Agosto, 2016.

NAME, Leo. Paisajismo antropófago en el Perú: Lenguajes europeos devorados por biomas latinoamericanos. Universidade Federal da Integracao Latino-americana (UNILA). Projeto de Iniciação Científica financiado por Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) , Foz do Iguaçu, 2020.

NAME, Leo; RODRIGUES DA CUNHA, Gabriel. Desenhos-outros: da hegemonia ao giro decolonial e dos desenhos do sul aos Dessocons. Revista Redobra, Salvador de Bahía, Volumen número 15, p. 59-86, Septiembre, 2020. Disponible en: <[http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/5-REDOBRA\\_15-Entrevistas\\_Alfredo\\_Gutierrez\\_Borrero.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/5-REDOBRA_15-Entrevistas_Alfredo_Gutierrez_Borrero.pdf)>. Accesado en: 21 de Noviembre del 2020.

NUNES, Benedito. A antropofagia ao alcance de todos. In: Civilização Brasileira, Edição 2, Rio de Janeiro: 1970.

PEÑA AYMARA, Mariela. PAISAJISMOS DEL SUR: Alternativas paisajísticas para los espacios libres de las barriadas de Lima 2020. Trabajo de Conclusión de Curso (Graduación en Arquitectura y Urbanismo) – Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA), Foz do Iguaçu. 2020.

TOLEDO, V. ; BARRERA-BASSOLS, N. La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. In: Research Gate, México: 2009.

VERISSIMO, Céline. ; NAME, Leo. Paisagem, Paisagismo comestível e espaço exterior doméstico voltados á soberania alimentar: Notas iniciais. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina. 16, EGAL, La Paz: 2007.

VERISSIMO, Céline. A importância do Espaço Doméstico Exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. O caso do Dondo, Moçambique. In: Revista Crítica de Ciência Sociais N°100, Coimbra: Mayo,2013, 177-212p. 2013.

VERÍSSIMO, Céline. Projeto/ar como a cura da teia da vida. Revista Redobra, Salvador de Bahía, Volumen número 15,p. 51-58, Septiembre, 2020. Disponible en: <[http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/4-REDOBRA\\_15-Entrevistas\\_Arturo\\_Escobar.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/4-REDOBRA_15-Entrevistas_Arturo_Escobar.pdf)>. Accesado en: 20 de Noviembre del 2020.

## Sensibilidades de mundo latino-americanas: a centralidade da comunicação na disputa territorial do MST e do EZLN

*Latin American world sensitivities: the centrality of communication in the territorial dispute of the MST and the EZLN*

PEREIRA, Wellington de Oliveira

*Graduando no curso de Comunicação Social – Jornalismo (UFSJ), bolsista de iniciação científica pela PROPE/UFSJ, e-mail: wellop16@gmail.com*

CAETANO, Paulo Henrique

*Doutor, Professor Associado da Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Comunicação Social, e-mail: phcaetano@ufsj.edu.br*

### RESUMO

O artigo apresenta uma discussão inicial sobre a importância da comunicação na disputa territorial, partindo da leitura de práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do Ejército Zapatista de Liberación Nacional. Apresenta-se a centralidade da comunicação nas sociedades mediatizadas e a composição do território em sua multidimensionalidade, bem como a possibilidade de redimensionamento da escala de luta local em global, condição fundamental para o avanço de movimentos socioterritoriais, principalmente nas periferias do capitalismo. Faz-se necessária ainda a contraposição de intencionalidades e disputas conceituais para entender os esforços desses movimentos a não reduzir a luta pela conquista da terra, mas expor a busca por uma transformação social e cultural, constituindo territorialidades baseadas em outras sensibilidades de mundo, antagônicas ao capital, ao colonialismo e ao imperialismo, referenciando-se em saberes tradicionais e ancestrais na construção de novos conceitos e ideologias alternativas às propostas pelo Norte Global.

**PALAVRAS-CHAVE:** sensibilidades de mundo latino-americanas, decolonialismo, movimentos sociais e comunicação, disputa territorial.

### ABSTRACT

*This paper presents an initial discussion on the importance of communication in the territorial dispute, based on a reading of the practices of the Landless Rural Workers Movement and the Ejército Zapatista de Liberación Nacional. The centrality of communication in mediatized societies and the composition of territory in its multidimensionality are presented, as well as the possibility of resizing the scale of the local struggle into a global one, a fundamental condition for the advance of socio-territorial movements, especially in the peripheries of capitalism. It is also necessary to contrast intentionalities and conceptual disputes in order to understand the efforts of these movements not to reduce the struggle to the conquest of land, but to expose the search for a social and cultural transformation, constituting territorialities based on other sensibilities of the world, antagonistic to capital, colonialism and imperialism, referring to traditional and ancestral knowledge in the construction of new concepts and alternative ideologies to those proposed by the Global North.*

**KEY-WORDS:** latin american world sensibilities, decolonialism, social movements and communication, territorial dispute.

## INTRODUÇÃO

Ainda que a comunicação tem sido percebida como importante elemento para a sociedade desde o século XV, foram nos séculos XX e XXI que se tornou central nas dinâmicas sociais. Essa centralidade lhe conferiu ainda mais poder nas disputas territoriais, entendendo o território como espaços complexos e multidimensionais, com a materialidade e imaterialidade sendo diferentes espaços de um mesmo território.

Ciente disso, o presente artigo propõe uma exploração inicial sobre essas ações dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), dois movimentos socioterritoriais de grande relevância na América Latina e que tem, dentro de sua diversidade de ações, a comunicação como elemento basilar de luta. Para isso, discute-se em um primeiro tópico “A multidimensionalidade do território e o colonialismo”, trazendo a conceituação de território em sua complexidade e entendendo a necessidade de um pensamento de(s)colonial para a emancipação territorial. Na sequência, em “Comunicação como elemento central na disputa territorial”, apresenta-se a importância da comunicação diante da mídiatização, tornando-se, também, chave para os movimentos socioterritoriais na disputa territorial.

A partir dessas apresentações conceituais, parte-se para uma leitura introdutória de sua aplicação no MST e no EZLN, resultando no tópico “As experiências territoriais contra hegemônicas”, dividido em um subtópico para cada movimento, apresentando brevemente o contexto de surgimento, especificidades das ações e o papel da comunicação nas lutas. A escolha do MST e do EZLN foi feita por entender a relevância desses movimentos dentro da disputa territorial em seus países, mas também pela importância dada à comunicação em ambos, o que possibilita transformar lutas locais em globais. Outra motivação para a escolha é a insubmissão aos valores hegemônicos que priorizam o capital que os movimentos trazem em seu cerne, não se limitando apenas à luta pelo direito à terra, mas sendo fundamentados pela transformação social e sistêmica, construindo modelos alternativos de sociedade de forma geolocalizada, valorizando as especificidades, saberes e culturas tradicionais e ancestrais.

## 1 A MULTIDIMENSIONALIDADE DO TERRITÓRIO E O COLONIALISMO

A leitura do território em sua multidimensionalidade é fundamental para a compreensão das disputas territoriais, assim como para entender a importância dos movimentos socioterritoriais não só na redistribuição de terras, mas como agente proponente de novos sistemas sociopolítico-econômicos. Como aponta Borges (2013, p. 53), “o território abarca um leque enorme de elementos, tais como poder, Estado, economia, política, comunicação, cultura, mediações, significações, representações, paisagem, espaço, lugares, redes, entre outros”, fazendo emergir seu caráter geopolítico como “produto e produtor de dinâmicas e eventos sociais, cujo sustentáculo está justamente nos vínculos materiais e simbólicos que o perpassam por meio das relações de poder”. Essa perspectiva se fundamenta na centralidade das relações sociais na produção espacial e territorial, resultantes das conflitualidades de classes por diferentes modelos de desenvolvimento e de sociedade (FERNANDES, 2009, p. 197). Assim, a redução conceitual de território, feito pelos discursos midiáticos e políticos, visa a “desterritorialização”, buscando a concentração populacional em centros urbanos, permitindo a abertura do campo para o agronegócio (ROCHA e TALGA, 2016, p. 765). O agronegócio pode ser definido como

um ‘pacto de economia política’ entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e Estado, que impõe cada vez mais uma ‘estratégia privada e estatal de perseguição da renda fundiária como diretriz principal de acumulação do capital para o conjunto da economia’ (DELGADO, 2012, p. 111).

As disputas territoriais estão postas no plano material, mas também no imaterial, sendo central para implantar políticas públicas e privadas, formando “diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências” (FERNANDES, 2009, p. 200). Essa condição torna a construção de uma hegemonia discursiva fundamental para a ação no espaço físico, operando na organização da sociedade, na leitura sobre seus fenômenos e nas construções conceituais. A disputa do conceito de território está atrelada às intencionalidades na proposição de “diferentes leituras para a realidade gerando conflitualidades materializadas pelas disputas nas interpretações dos fatos” (FERNANDES, 2009, p. 202-3).

Para compreender a disputa territorial de forma mais complexa, permitindo um olhar de maior acuidade sobre o papel da comunicação, é necessário compreender a profundidade do conceito de território. Para isso, serão adotadas as tipologias propostas por Bernardo Mançano Fernandes (2009). O geógrafo sistematiza os territórios em primeiro, segundo e terceiro. Ainda que exista essa separação tipológica, os territórios são interdependentes pela “indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais” (FERNANDES, 2009, p. 205).

O primeiro território é organizado em escalas e instâncias, com os estados, províncias, departamentos, municípios sendo “frações integradas e independentes do primeiro território”, além de outros territórios resultantes das relações das classes sociais (FERNANDES, 2009, p. 206-207).

O segundo território é composto pelas propriedades privadas, espaços de vida que podem ser não capitalistas, capitalistas, familiares ou comunitárias (FERNANDES, 2009). Ainda que os segundos territórios sejam frações do primeiro, são produzidos por diferentes relações sociais e com a disputa “pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios; ou seja, controlando as suas territorialidades” (FERNANDES, 2009, p. 208-209). É importante apontar que, ainda que exista o interesse e necessidade dos grupos hegemônicos de criar essa imagem da totalidade, a maior parte das pessoas e propriedades das sociedades, mesmo capitalistas, não são capitalistas (FERNANDES, 2009). Esse tipo de território é responsável pela garantia da existência de identidades, grupos e classes sociais, já que “os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos”, com o desapossamento sendo a “intensificação da destruição dos territórios não subalternos” (FERNANDES, 2009, p. 209). Nesse sentido, a resistência e insubmissão do campo tende a ser maior já que, na cidade, com predominância do trabalho assalariado, os trabalhadores têm a moradia como seu território, enquanto os locais de trabalho são territórios do capital, direcionando as disputas para os produtos do trabalho (FERNANDES, 2009, p. 209).

O terceiro território é relacionado às formas de uso, às suas territorialidades, sendo o espaço relacional que promove movimentos de expansão e refluxo a partir de conflitualidades (FERNANDES, 2009).

Entendendo a tipologia e sua interdependência, é possível partir para a análise de como se dá a disputa no território imaterial. Esse território “está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações”, sendo que “a produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial” que a coordena e organiza a partir de intencionalidades (FERNANDES, 2009, p. 210-211). A disputa no território imaterial se dá em diferentes meios e por diferentes atores sociais, mas vinculada a um processo bastante similar. O “pensador originário” desenvolve um conceito para explicar algo segundo sua intencionalidade enquanto o “pensador usuário”, ao aceitar e compreender a significação, adota a interpretação proposta, multiplicando a essa percepção, podendo esse processo se dar de forma subalterna ou autônoma (FERNANDES, 2009). Dado esse processo, merecem destaque na disputa territorial a atuação interconectada de dois campos: o de (re)produção de conhecimento e o comunicacional.

Historicamente, a construção conceitual está vinculada à supressão da sensibilidade e da localização corporal geo-histórica, buscando a construção da ideia de universalidade (MIGNOLO, 2017). Essa forma de pensamento desconsidera especificidades territoriais e limita o desenvolvimento de novas formas de pensar e viver, além de estar impregnada de um “racismo moderno/colonial” que classifica como

inferiores e alheias ao domínio do conhecimento sistemático todas as línguas que não sejam o grego, o latim e as seis línguas europeias modernas, para manter assim o privilégio enunciativo das instituições, os homens e as categorias do pensamento do Renascimento e a Ilustração europeias. (MIGNOLO, 2017, p. 17)

Um dos resultados é a criação do “outro”, uma invenção discursiva do “mesmo” que se dá no processo de autoconstrução (MIGNOLO, 2017). Para que o enunciado seja incorporado, ele necessita de atores sociais em posições com capacidade de gerenciar o discurso (verbal ou visual) de modo a impor o “outro” no imaginário coletivo (MIGNOLO, 2017, p. 18). Essa criação do “outro” não diz apenas ao indivíduo, mas a seus territórios em todos os níveis.

Dessa forma, a disputa territorial, principalmente nos países do Sul Global, necessita se desprender da colonialidade do espaço material, mas também do imaterial. Mignolo (2017) aponta a necessidade de incluir “diferentes concepções e ‘sensibilidade’ de mundo”, “naturalizando” ao invés de “modernizar”. O autor ainda afirma que a libertação da colonialidade, seja do saber, do poder ou do ser, não está ligada ao Estado, mas às sociedades auto-organizadas. Ainda que existam muitos movimentos socioterritoriais relevantes, os indígenas zapatistas de Chiapas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se destacam por, mesmo que tenham diferentes estratégias de luta, articularem o desenvolvimento conceitual, comunicacional e a ocupação espacial na disputa territorial, visando uma desterritorialização do capital e suas relações, partindo de uma perspectiva decolonial, valorizando as especificidades dos diferentes povos.

Assim, a decolonialidade não se apresenta como projeto universal para substituir ou melhorar a reocidentalização e a desocidentalização, mas como uma força que se desprende de ambos e propõe a construção de outro futuro (MIGNOLO, 2017, p. 30). O território, em sua multidimensionalidade, é disputado por grupos que estão se organizando para “ressurgir, reemergir e re-existir”, partindo da percepção de que “resistir significa que as regras do jogo são controladas por alguém a quem resistimos”, sendo que “os desafios do presente e do futuro consistem em poder imaginar e construir uma vez que nos liberamos da matriz colonial de poder e nos lançamos ao vazio criador da vida plena e harmônica”(MIGNOLO, 2017, p. 31).

## 2 COMUNICAÇÃO COMO ELEMENTO CENTRAL NA DISPUTA TERRITORIAL

A centralidade da comunicação nas relações humanas é inegável, ainda que tenha ganhado destaque somente a partir do século XV com o desenvolvimento de diferentes instituições de comunicação e mudanças nos processos de produção, armazenamento e circulação de informação, como aponta Thompson (1998). O desenvolvimento dos meios de comunicação, bem como o crescimento de sua importância, não é um acontecimento isolado da vida social, em parte pelo seu poder na “reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social”, como também pela “reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si” (THOMPSON, 1998, p.19). Entendendo a importância da atividade simbólica na vida social, com capacidade de provocação, sugestão e indução, atores e instituições que controlam a acumulação e circulação de conteúdo simbólico detêm grande poder e influência social (THOMPSON, 1998).

Ainda que a comunicação tenha essa importância histórica, a midiaticização não é um processo universal, sendo determinada pelo momento histórico em que a mídia se torna uma instituição social autônoma, estando ainda interligada de forma fundamental ao funcionamento de outras instituições (HJARVARD, 2012). Sendo assim, o século XX foi determinante para esse processo, tendo nas sociedades altamente industrializadas seu espaço de desenvolvimento, com a globalização e os meios técnicos possibilitando a institucionalização da comunicação e da multiplicidade de interações mediadas (HJARVARD, 2012). O uso de midiaticização ainda é amplo, mas Hjarvard (2012, p. 64) o delimita como “conceito central em uma teoria sobre a importância intensificada e mutante da mídia dentro da cultura e da sociedade”, tendo como pilares a dependência e a submissão da sociedade diante da mídia.

A midiaticização é relação e objeto no processo de mundialização, marcada pelo embate entre a globalização e as manifestações locais, vivenciando intervenções que variam em intensidade no imbricamento do local e global, com a articulação mundial recriando o lugar, de onde “fluem as diferenças” e “reflui simultaneamente a mundialização” (SIMONETTI, 2007, p. 124). A apropriação do lugar e as micropolíticas das diversas “sensibilidade de mundo”, permitem o surgimento de demandas e a construção de relações e práticas contrárias ao processo de globalização capitalista.

Dessa forma, a disputa no campo simbólico é essencial para a transformação das relações sociopolíticas, econômicas e espaciais, já que o imaginário social é construído a partir dele.

Entendendo a luta pelo território como luta simbólica, a disputa dos espaços comunicacionais é essencial para a mudança das expectativas sociais e a percepção coletiva. A condição dada é tida como o estado natural das coisas, o que favorece não só o monopólio da terra, como todas as outras estruturas hegemônicas, condição apontada por Bourdieu como “estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê” (1997, p. 25 *apud* LERRER, 2005, p. 127). A disputa no âmbito comunicacional é tão necessária quanto a do espaço geográfico, já que o imaginário coletivo é que consolida os problemas como tais. O antagonismo da luta faz com que o processo de cristalização e naturalização das demandas dos movimentos sociais seja longo e complexo, com avanços e recuos, em uma disputa entre expansão de limites de aceitação das pautas e seu silenciamento (LERRER, 2005).

O paralelismo político é outro problema na disputa pelo campo simbólico, camuflado sob o discurso de objetividade e imparcialidade. Ao ocultar seus interesses e posicionamentos, a mídia fragiliza o caráter democrático do espaço público. Essa condição discursiva ainda direciona o “horizonte de expectativas”, fator fundamental para a construção da realidade e para a ação social. Segundo Malizia (2012, p. 341), sua construção se dá por pré-condições (informações, imagens, etc.) de base, o projeto configurado pelo ator social e a interação estratégica, constituída por subexpectativas, com correlações entre os eventos factuais e objetos culturais que criam “normalização”.

Assim, a reforma agrária, bem como todos os outros direitos reivindicados por indivíduos ou grupos, necessita ocupar os espaços comunicacionais para existirem como demanda política, alcançando o reconhecimento social, inclusive dos grupos a que se opõe (LERRER, 2005). A falta de visibilidade se torna a forma mais fácil de reprimir essas lutas, impedindo-as de ganharem vida no tecido social e no imaginário popular. Nessa disputa pelo reconhecimento social, os movimentos sociais surgem como aglutinadores de forças e interesses, construindo uma identidade coletiva como produto de diferentes relações e conflitos, desenvolvendo uma identidade interativa e compartilhada (LERRER, 2005). Os movimentos sociais buscam alcançar visibilidade, explicitando os conflitos e demandas por mudanças, sendo propulsores de transformações ao denunciar contradições e mazelas que os aparatos hegemônicos ocultam (MELUCCI, 2001 *apud* LERRER, 2005, p. 129). Nesse sentido, a capacidade dos movimentos se comunicarem com o mundo e com suas localidades em diferentes escalas, lançou grupos formados por populações tradicionais como protagonistas na política mundial, ainda que suas lutas sejam localmente territorializadas (SIMONETTI, 2007).

### 3 AS EXPERIÊNCIAS TERRITORIAIS CONTRA-HEGEMÔNICAS

Os territórios estão em constante disputa, com grupos contra-hegemônicos atuando de diferentes formas para não só conseguir terra, mas o direito de ter suas identidades, culturas e modelos sociopolíticos reconhecidos e sistematizados. Dessa forma, destacam-se aqui duas lutas de referência no campo territorial em sua multidimensionalidade, com suas especificidades de táticas, estratégias, objetivos e sensibilidade de mundo, mas conectadas por suas dimensões anticapitalistas e descoloniais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, e o Ejército Zapatista de Liberación Nacional, em Chiapas. A dimensão conceitual e de transformação sistêmica está inclusa nos dois casos, permitindo pensar novos mundos dentro de suas vivências locais e, mais importante ainda, entendendo a importância da coexistência de diferentes sistemas que atendam interesses distintos propostos por seus povos e organizações, representados aqui pela Reforma Agrária Popular e a criação de *“un mundo donde quepan muchos mundos”*. Ainda que estejam em localidades distintas, os dois movimentos apresentam algumas características similares como: a precariedade social e econômica; a oposição às desigualdades e ao modelo capitalista global; povos tradicionais como base de formação e organização; e a capacidade comunicativa nas esferas locais, nacionais e globais.

#### 3.1 Lutar, construir Reforma Agrária Popular: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O MST, através da sua organização interna e práticas territoriais, conseguiu dar visibilidade para a luta pela terra, que já ocorria nos campos do país e pouco se sabia de suas dimensões, levando-a para a cidade, para a mídia e academia (SIMONETTI, 2007). O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem do contexto de guerra alimentar, relacionados à expansão do *Agribusiness* estadunidense, com o país entrando em uma estratégia global que propunha um modelo produtivo baseado, entre outras coisas, na concentração fundiária, investimento e proteção estatal às iniciativas privadas de produção agropecuária e a mecanização do campo para garantir alta produtividade para exportação (POMPEIA, 2021). A persistência desse modelo produtivo durante todos esses anos não é mero acaso, pois o modelo de desenvolvimento tecnológico no campo foi vinculado à um modelo exportador dependente, subalterno às empresas e políticas internacionais (ROCHA e TALGA, 2016).

Dentro do modelo proposto pela guerra alimentar, o agronegócio brasileiro teve sua ascensão durante o regime militar, especialmente nos anos 70. Além de expandir o mercado de terra, que passa a ser mercadoria e meio de produção, outro ponto de interesse no processo de *“desterritorialização”*, que acompanhou a mecanização do campo, foi a de *“liberar uma mão-de-obra para dar suporte a processo*

de industrialização iniciante”, só possível com a desvinculação do homem do campo com sua terra (PEREZ-VITÓRIA, 2005 *apud* ROCHA e TALGA, 2016, p. 773). É válido apontar que a produção de *commodities*, principal finalidade do agronegócio, ameaça a soberania alimentar e autonomia dos países pobres, que, além de criar dependência tecnológica e econômica, ainda “organiza as infra-estruturas e os serviços determinando os tipos de usos dos territórios, expropriando os sujeitos e relações sociais que não são incorporadas ou cooptadas” (FERNANDES, 2009, p. 207). Esse cenário levou à organização do campesinato e ao surgimento de movimentos socioterritoriais, com destaque para o MST, como forma de enfrentar esse modelo político-econômico e propor outras formas de produção e relação.

A fundação e história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é indissociável da comunicação. Fundado em janeiro de 1984, o Movimento foi precedido pelo acampamento Encruzilhada Natalino, localizado no Rio Grande do Sul, no início dos anos de 1980. Apesar da precariedade e limitações estruturais e econômicas, os camponeses desenvolveram o *Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra*, com sua primeira edição publicada em maio de 1981. O *Boletim* assumiu nos primeiros anos da década de 1980 as mesmas funções que o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* viria a assumir a partir de 1984, o papel de informativo interno e externo, mas também o de formação, com caráter educativo, organizador e politizador junto às famílias acampadas. Três objetivos são apontados no *Boletim*, mas que o perpassam, podendo ser identificados em outros meios utilizados pelos MST: “propiciar a ‘equalização de informação das famílias que viviam no acampamento Encruzilhada Natalino’, comunicar-se com ‘os amigos e apoiadores’ do acampamento e fazer o ‘diálogo com a sociedade’ como um todo” (COELHO, 2019, p. 6). Além de atender esses objetivos, a organização de um jornal destinado à formação das classes trabalhadoras, que circula com periodicidade, possibilita identificar contextos favoráveis à ação e momentos de recolhimento defensivo, sendo ainda um mecanismo, mesmo que limitado, de defesa contra a violência física e simbólica e também uma ferramenta motivacional para manter o espírito de luta em suas fileiras e evitar a dispersão (BARBOSA, 2014).

O *Boletim* foi de grande relevância na unificação da luta campesina, principalmente entre os trabalhadores rurais dos estados do sul, resultando na organização dos lavradores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, que originou o MST (BARBOSA, 2014). A eficiência comunicacional e a influência do *Boletim* são perceptíveis na preocupação do MST em

priorizar a criação de um setor de comunicação em sua fundação, bem como o *Jornal Sem Terra* dando continuidade ao *Boletim*, inclusive na numeração dos periódicos.

A criação desse setor permitiu a expansão da comunicação do Movimento, desenvolvendo estratégias no âmbito nacional, mas também com especificidades locais, como é o caso das rádios dos assentamentos, responsáveis por veicular notícias, recados e informações a partir de uma perspectiva popular. Em 1998, o MST expande seu alcance lançando sua página na internet, fortalecendo seu alcance nacional e internacional, já bastante forte pelos vínculos institucionais criados com movimentos internacionais de luta camponesa e direitos humanos.

A comunicação do Movimento está atrelada aos camponeses de diversas formas, sendo essa característica fundamental para o seu sucesso. Isso se dá não apenas pela participação dos trabalhadores em todo o processo, da produção à veiculação do conteúdo, mas também à proximidade da comunicação com a educação do campo, forte marca da luta camponesa brasileira. A necessidade de enfrentamento a um plano nacional hegemônico latifundiarista e a uma vivência proposta pelos movimentos socioterritoriais, em especial os rurais, faz com que a educação do campo dialogue permanentemente com as questões territoriais a qual estão inseridos (OLIVEIRA NETO, 2011). Assim, os processos comunicacionais são imbuídos dessa especificidade do campo ao mesmo tempo em que acontece a alteração na perspectiva educacional e comunicativa, com a comunicação se assumindo como relação e não como objeto. A compreensão dessa atuação comunicacional do MST é fundamental para entender as ações de ocupação do Movimento.

O movimento socioterritorial de maior visibilidade do Brasil tem como característica ocupar terras públicas ou privadas e prédios públicos, além de realizar caminhadas e manifestações, “objetivando ganhar espaço na mídia visando denunciar as desigualdades sociais e a sua proposta de reforma agrária” (SIMONETTI, 2007, p. 125). A apresentação do modelo de reforma agrária do MST é fundamental na disputa no território imaterial, opondo-se ao conceito vazio utilizado pelos grupos hegemônicos e pelo Estado. A proposta de Reforma Agrária Popular do Movimento está vinculada a sete princípios: (1) democratização do acesso à terra; (2) preservação dos bens da natureza; (3) produção e usufruto de sementes e mudas crioulas, tradicionais e melhoradas; (4) produção de

alimento saudável; (5) produção de energia; (6) garantia de acesso aos bens culturais e educação pública de qualidade e gratuita; e (7) direitos sociais.<sup>1</sup>

A Reforma Agrária Popular proposta pelo MST o diferencia da maior parte dos movimentos que lutam por terra no país, pois a sua prática territorial é plural, não se esgotando na conquista da terra, incluído a obtenção de “crédito, infra-estrutura e demais condições necessárias para viabilizar a produção e a vida nos assentamentos, como escola para as crianças e, geralmente, para os adultos, postos de saúde, cooperativas, associações etc”, fazendo os camponeses se manterem organizados e vinculados ao MST (SIMONETTI, 2007, p. 125). Simonetti aponta que a atuação e eficácia política do Movimento pode ser visto por meio de alguns pontos:

vem colocando na agenda política de diferentes governos brasileiros a temática da reforma agrária; o debate em torno da questão agrária no país; vem possibilitando o acesso à terra a um número significativo de famílias, permitindo melhorar suas condições de vida; a democratização da vida política e a dinamização econômica de vários municípios onde o assentamento se insere; vem possibilitando mudanças no imaginário dos brasileiros em torno da propriedade privada da terra; e a criação de um espaço comunicativo, nas escalas local, nacional e internacional, que visa dar visibilidade a sua luta bem como a outras temáticas políticas. (SIMONETTI, 2007, p. 126)

O atual cenário permite uma leitura interessante da capacidade de reinvenção do Movimento. Diante do aumento da violência no campo e da paralisação da reforma agrária, resultado de um governo abertamente adepto das políticas latifundiaristas, o MST reduziu as investidas na expansão geográfica e direcionou a atuação para a produção e distribuição de alimentos, mostrando sua função social de forma mais clara durante um momento em que os efeitos da pandemia e das políticas neoliberais se intensificam sobre a população mais vulnerável socioeconomicamente. Além de manter o preço de seus produtos mesmo diante do aumento do mercado e negar a priorização de exportação<sup>2</sup>, o MST está atuando na doação de alimentos marmitas de forma consistente, ultrapassando as 5 mil toneladas e 1 milhão de unidades, respectivamente<sup>3</sup>. A atuação, além de atender as necessidades nacionais, pressiona a grande mídia e os grupos contrários ao movimento a atuarem. Além disso, como resultado

---

<sup>1</sup> <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

<sup>2</sup> <https://mst.org.br/2020/09/12/em-meio-a-alta-de-precos-arroz-organico-do-mst-segue-a-preco-justo/>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

<sup>3</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/08/mst-doa-1-milhao-de-marmitas-e-5-mil-toneladas-de-alimentos-durante-a-pandemia>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

dessas ações, o MST recebeu o prêmio internacional *Acampa - Pola Paz e Dereito a Refuxio*, aumentando sua visibilidade e reconhecimento internacional.<sup>4</sup>

### **3.2 Por un mundo donde quepan muchos mundos: o Ejército Zapatista de Liberación Nacional**

Em primeiro de janeiro de 1994, após dois anos de manifestações pacíficas sem efeitos na capital mexicana, emerge em Chiapas, estado mais pobre do México, o Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). Formado majoritariamente por indígenas e com contingente de dois a três mil insurgentes, o movimento tomou o controle de 16 municípios no estado de Chiapas (SIMONETTI, 2007). A valorização da comunicação pelo movimento já é perceptível em seus primeiros atos, com o EZLN apoderando-se de uma estação de rádio e lançando um manifesto aos mexicanos e ao público internacional para pedir apoio à sua luta (BUENROSTRO Y ARELLANO, 2002). Ainda que o primeiro aparecimento político seja em 1994, o movimento foi embrionado e organizado durante muitos anos, partindo de necessidades e anseios de enfrentar uma condição estrutural de opressão (BUENROSTRO Y ARELLANO, 2002).

A insurgência dos indígenas mexicanos parte de seus valores e culturas, elementos constitutivos de suas identidades e das relações, construindo dessa forma um modelo de resistência ao sistema hegemônico, caracterizado e aplicado localmente a partir dos anseios e especificidades dos povos ali localizados. Assim, é importante se ter a leitura dos movimentos sociais não somente por análises centradas “nas determinações estruturais genéricas, mas, sobretudo, pelas mediações simbólicas, pelo próprio imaginário que explica a dinâmica dos movimentos e institui as necessidades objetivas enquanto necessidades sociais”, como aponta Buenrostro y Arellano (2002, p. 17). O autor ainda salienta a importância dessa condição ao entender que “os símbolos, no movimento dos excluídos, são tudo aquilo que representa sua vida, sua tradição, sua cultura, sua visão do mundo, sua coesão e sua identidade: a terra, o comunal e a festa”, permitindo a experiência de existência. A negação ou rejeição dessas condições suscitam respostas dos inconformados, que “se organizam para responder aos problemas de acordo com suas aspirações, geram transformações e produzem novos significados” (BUENROSTRO Y ARELLANO, 2002, p. 18).

O EZLN veio como resposta a mudanças que, desde os anos 1940, vinham privilegiando o grande capital e os proprietários de terra, negligenciando camponeses e indígenas (SIMONETTI, 2007). As políticas

---

<sup>4</sup> <https://mst.org.br/2021/09/10/mst-recebe-premio-internacional-de-direitos-humanos-na-espanha/>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

dos anos 1990 intensificaram esse quadro, principalmente a entrada do North America Free Trade Agreement (NAFTA) em vigor. Entre os impactos está a alteração de artigos da Constituição Mexicana, incluindo o artigo 27, responsável pela regulamentação agrária, propriedade da terra e bem estar dos camponeses (SIMONETTI, 2007). Ainda que apresentada de outra forma, a alteração proposta cria um cenário muito parecido com o que levou ao surgimento do MST no Brasil. O fim dos *Ejid*os - propriedade rural de uso coletivo e uma das principais conquistas da Revolução de 1910 - e o incentivo ao livre mercado da propriedade rural seria extremamente danosa para os pequenos lavradores que não contavam com infraestrutura agrícola e nem incentivos econômicos, favorecendo o renascimento da estrutura agrícola latifundiarista e aumento do conflito no campo, com grande atuação de milícias armadas (SIMONETTI, 2007).

A figura do Subcomandante Marcos, ou Subcomandante Insurgente Galeano, é muito relevante para se pensar o EZLN, principalmente em termos de comunicação. Sabe-se que Marcos/Galeano não é indígena, mas teve importante papel como principal comunicador dos Zapatistas no período inicial do movimento, muito por seu domínio sobre a linguagem e símbolos externos aos indígenas, ainda que sempre tenha explicitado estar a serviço dos zapatistas e não ser uma liderança. O Subcomandante foi responsável pela escrita de vários comunicados, sendo uma forma de defesa contra incursões do exército mexicano próximo à Floresta de Lacandona (SIMONETTI, 2007). A figura de Marcos/Galeano se tornou icônica e representativa para o movimento, ajudando ainda a construir o imaginário imagético sobre o movimento.

Além dos comunicados, ações como o Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, caminhadas e manifestações nas grandes cidades do México são estratégias comunicacionais dos Zapatistas para expandir a disputa localizada geograficamente para o âmbito global, gerando pressão política internacional (FELICE, 1998 *apud* SIMONETTI, 2007, p. 127). A expansão permitida pela internet foi experimentada já em 1995, com o Movimento Zapatista realizando uma consulta questionando se deveriam manter-se como um movimento amplo e democrático ou tornar-se uma força político-partidária. O resultado da consulta foi a manutenção como movimento, porém não armado. Esse primeiro passo foi precedido por diversas ações que estabelecem a internet como um espaço comunicativo capaz de propor “um diálogo com a sociedade pleiteando sobretudo, o respeito às diversidades culturais” (SIMONETTI, 2007, p. 127). A proposta do EZLN está em construir um novo modelo de sociedade junto ao povo e não propor algo pronto, não tendo a conquista pelo poder como objetivo e explorando as potencialidades dos meios de

comunicação atuais por entender a “palavra como arma” (FELICE, 1998 *apud* SIMONETTI, 2007, p. 127).

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Entendendo a multidimensionalidade territorial e a relevância da comunicação, principalmente dentro de uma sociedade midiaticizada, extrapolar a dimensão local e material das lutas é fundamental para o sucesso dos movimentos socioterritoriais. O processo de midiaticização intensifica a disputa no campo comunicacional, tanto em necessidade como em potencialidade, possibilitando a extensão das lutas locais para a escala global.

Ciente dessas condições, o MST e o EZLN recorrem à internacionalização da comunicação, redimensionando suas lutas, com a visibilidade sendo uma forma de alcançar o reconhecimento social, ampliar o alcance de suas reivindicações e também uma estratégia de defesa. Os condicionamentos históricos, políticos e sociais que culminaram no surgimento dos dois movimentos aqui apresentados, representam, em boa medida, experiências comuns em países latino-americanos, ainda que dentro de suas especificidades. Assim, o pensar decolonial e geolocalizado, considerando diferentes sensibilidades de mundo, é fundamental para as disputas territoriais no Sul Global, sendo a comunicação, em suas diversas possibilidades, elemento central para rupturas com modelos de desenvolvimento hegemônicos.

### **REFERÊNCIAS**

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista. Editora Alfarrabio: São Paulo, 2002.

BARBOSA, Alexandre. Boletim Sem Terra: organizador coletivo dos trabalhadores rurais como estratégia de resistência à ditadura militar. In: Estudos em Jornalismo e Mídia. V. 11. N.1: 50 anos do Golpe Militar de 64. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. P. 118 – 131. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2014v11n1p118>>. Acesso em 13 de setembro de 2021.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo. In: Contemporânea. Nº 21. Ano 11. Vol. 1. 2013.

COELHO, Fabiano. O jornal Sem Terra na organização do MST. 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019.

DELGADO, Guilherme Costa. Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Org: SAQUET, Marco Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. 1ª ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2009. p. 197-215

HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. MATRIZES. Ano 5 - nº 2. São Paulo, 2012.

LERRER, Débora Franco. Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum. In: Revista Nera. Ano 8, N. 7. julho/dezembro, 2005. p. 125-140

MALIZIA, Pierfranco. Cultura, mídia, sociedade: hipóteses sobre a construção social dos problemas sociais. In: Revista FAMECOS – mídia cultura e tecnologia. V. 19, N. 2, p. 336-354, maio-agosto 2012. Porto Alegre, 2012.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. In: Epistemologias do Sul. Foz do Iguaçu, Paraná, 2017. p. 12-32.

POMPEIA, Caio. Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021.

ROCHA, Nilton José dos Reis; TALGA, Dagmar Olmo. Mídia e agrotóxicos no agronegócio do capital, envenenamento humano e simbólico do planeta. In: Razón y palabra. 2016. p. 760-778

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo. In: Revista NERA. Ano 10, Nº 11. Presidente Prudente, 2007. p 122-130.

THOMPSON, John Brookshire. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

## “A animal, a paisagem, a mulher”: natureza e subjetivação em Theodor Adorno

OLIVEIRA, Sara Ramos.

Palavras-chave: Natureza; Subjetivação; Theodor Adorno; Teoria Crítica; Filosofia contemporânea.

Esta comunicação pretende seguir os passos dados pelo filósofo frankfurtiano Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969) ao se pensar os entrelaçamentos dos conceitos de natureza e subjetivação em sua obra *Teoria Estética*, obra póstuma onde o filósofo conecta temas que atravessam grandes questões do mundo contemporâneo, não somente no que diz respeito à filosofia estética. Como veremos, o trabalho de Adorno se fundamenta, essencialmente, em conhecer as dinâmicas de poder no capital para, então, nos oferecer ferramentas epistemológicas críticas à ele.

Theodor W. Adorno se tornou mais conhecido através de seu trabalho conjunto com seu amigo e então diretor do *Instituto para Pesquisa Social* da Universidade de Frankfurt Max Horkheimer, onde ambos escreveram a obra *Dialética do Esclarecimento*, escrita em 1939 e publicada em 1944. Os autores, no momento ápice do regime nazista na Alemanha, são exilados devido à comprovação da origem étnico-judaica de ambos - como a grande maioria dos pesquisadores do Instituto. Lá, desenvolvem esta obra que viria a ser uma das principais referências da chamada *Teoria Crítica*.

Na *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer fazem um percurso crítico à história do pensamento ocidental, ao que eles se referem como *esclarecimento* (**Aufklärung**, no original), que haveria começado no momento no qual o homem rompe com uma relação mágico-mítica com a natureza para, então, subjugar-la através da racionalidade esclarecida - o que em termos históricos teria seu ápice representado pela obra *A Ilíada*, de Homero. Porém, esta relação não seria dicotômica como se pode supor à primeira vista. O homem “civilizado” carrega consigo, ainda hoje, uma relação **dialética** para com a natureza. Ou seja, **natureza e civilização/esclarecimento** são dois lados da mesma moeda, dois sistemas conceituais interdependentes e retroalimentados, e a prova disso seria a **mistificação das massas** através da cultura de massas (e de outros produtos do capital) e, principalmente, a através dos regimes autoritários em ápice no mundo ocidental.

Aqui se faz necessária uma importante distinção conceitual. O conceito de dialética na Teoria Crítica ganha um sentido mais amplo do que o conceito de dialética hegeliana e até mesmo marxista. A dialética, para Adorno, Horkheimer e outros, seria uma relação entre dois ou mais conceitos/objetos

onde não necessariamente haveria uma síntese, e sim, haveria algo como uma relação complementar e crítica entre ambos - o que depois será designado como **dialética negativa** por Adorno em sua *magnum opus*.

O pensamento dialético de Adorno se torna fundamental para suas percepções do mundo contemporâneo. Para ele, para que houvesse a possibilidade de alternativas às relações de poder e dominação cada vez mais latentes e inesgotáveis do presente e do futuro - o que inclui de maneira preliminar a relação de poder e dominação da natureza -, seria necessário o desenvolvimento de um pensamento crítico e dialético da cultura: pois é nela, a partir dela e com ela que todas as relações humanas são criadas.

## **Insetos sociais e sua correlação com o ambiente urbano de Barbacena, MG**

*SILVA, Daniela de Oliveira Silva; FRANCELINI, Delton Mendes.*

Palavras-chave: Formigas Urbanas; Insetos Sociais; Mimercofauna; entomologia.

A realidade do mundo contemporâneo tem exigido pesquisas que busquem entender como a biodiversidade tem sido afetada pelas ações antrópicas e, também, como ela pode ser indicadora de qualidade ambiental nas mais diversas regiões do planeta. O estudo de insetos sociais é potencial nesse contexto e, por isso, optou-se pelo desenvolvimento deste estudo. A variabilidade de espécies de insetos é tão extensa na Terra que não conseguimos mensurar seu tamanho real (BACARO; FELTOSA et al.). Muitos grupos desses animais estão presentes em nosso cotidiano, seja no contexto rural, seja no contexto urbano. As formigas, por exemplo, são algumas das espécies mais comuns e frequentes em nosso dia a dia, e exímias representantes da nossa mimercofauna. Apesar de sua representatividade, a população em geral pouco conhece sobre esses indivíduos. Esta pesquisa teve como propósito entender quais espécies/gêneros de formigas são mais comuns na região Central de Barbacena, MG e, a partir disso, tecer relações acerca da qualidade ambiental do território em estudo. Para tal, foram realizadas coletas com iscas entre os meses de maio e setembro de 2021, tendo como materiais principais sardinha e mel. Foram identificadas três gêneros; esse processo de identificação das espécies e gêneros deu-se a partir do Guia Para os Gêneros de formigas do Brasil (2015), que oferece métodos para este trabalho biológico. Dentre os resultados notados, podemos destacar: 1) as espécies/gêneros encontradas de formigas são, em sua maioria, generalistas, o que permite inferir que prosperam na região central da cidade em decorrência da “oferta” de alimentos como açúcares e outros provenientes da atividade humana (docerias, mercados, trailers, dentre outros); 2) o solo da região apontada apresenta elevado índice de antropização, o que prejudica extremamente na qualidade do solo e na diversidade de espécies de seres vivos silvestres; 3) há arborização no território estudado, mas ainda é em pouca quantidade, o que favorece o despontar de ilhas de calor durante estações como a primavera e o verão, ampliando as possibilidades de surgimento de vetores de doenças, como o mosquito da Dengue (*Aedes aegypti*); 4) em termos de Ecologia da Paisagem, é possível notar que há intensa presença de áreas construídas, como prédios, ruas, dentre outros, com escassa presença de fragmentos florestais; 5) as espécies e gêneros de formigas encontradas podem

ser consideradas bioindicadoras de qualidade ambiental na região, mas os aprofundamentos acerca desse aspecto podem ser discutidos em outro estudo, mais focado nesse sentido. Todos esses resultados foram discutidos em encontros do Centro de Estudos em Ecologia Urbana do IF Campus Barbacena pelos autores desta pesquisa e também em processos de trabalho conjunto ao Laboratório de Escrita Criativa e Científica do Projeto “Falando de Ciência e Cultura”. Ao final do processo, é intento criar uma Plataforma Ecoeducativa, online, focada em entomologia, mais especificamente, sobre as espécies/gêneros de formigas encontradas e outras informações, a partir de pressupostos da Ciência Cidadã e da Educação Científica (Ecopedagogia – Gadotti, 2000). Reflexão interessante relacionando sustentabilidade, vida na Terra e qualidade ecossistêmica também é estabelecida a partir das Três Ecologias, propostas por Guatarri (1989).

Palavras chave: Formigas Urbanas - Insetos Sociais- Mimercofauna- Entomologia

#### REFERÊNCIAS:

BACARO; FELTOSA et al, Guia para os gêneros de formigas do Brasil. Editora INPA, 2015, Manaus.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. Editora Fundação Peirópolis, São Paulo, 2000.

GUATARRI, Félix. As Três Ecologias. Editora Sextante, Rio de Janeiro, 1989.

## **AÇÕES EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA – LDO 2022 – DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL-REI-MG.<sup>1</sup>**

*ACTIONS IN FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY FOR THE BUDGETARY GUIDELINES LAW – LDO 2022 – OF THE MUNICIPALITY OF SÃO JOÃO DEL-REI-MG.*

### **Márcio Carneiro dos REIS**

*Pós-doutor em Desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA/UFRRJ), Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território da Universidade Federal de São João del-Rei (DCECO/PGDPLAT/UFSJ). E-mail: [marcio.reis@ufs.edu.br](mailto:marcio.reis@ufs.edu.br)*

### **Karina de Paula CARVALHO**

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: [karinadepaula18@hotmail.com](mailto:karinadepaula18@hotmail.com).*

### **João Victor Weitzel JABUR**

*Graduando de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: [joaovwj@gmail.com](mailto:joaovwj@gmail.com).*

### **Renata dos Reis de Sousa**

*Graduanda de Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: [rnrtsousa@gmail.com](mailto:rnrtsousa@gmail.com).*

### **Yasmim Morales Parraguez RIBEIRO**

*Graduanda de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del-Rei: E-mail: [yasmimp445@gmail.com](mailto:yasmimp445@gmail.com).*

**RESUMO:** O artigo objetiva evidenciar o caráter intersetorial presente no enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) desenvolvido no Brasil para enfrentar os problemas do desenvolvimento. Serão pontuadas as condições de acesso aos alimentos, a partir de temas normalmente tratados pela literatura de maneira separada. São eles: desenvolvimento rural e a informalidade nos centros urbanos. Metodologicamente, os autores se valem de pesquisa bibliográfica, documental, além dados secundários para analisarem o desenvolvimento rural e a informalidade nos centros urbanos, com foco em cidades de médio porte. Serão então evidenciados dados da população que vive em condições de informalidade. Em seguida, será revisitado o tema da experiência brasileira

em políticas de SAN e analisada a experiência do Programa de Extensão intitulado “Diálogos de saberes e práticas para a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional como estratégia de desenvolvimento no Território das Vertentes em Minas Gerais”. O último tópico analisará propostas enviadas à Prefeitura Municipal de São João del-Rei sobre Metas e Prioridades para a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária – 2022 – do município. Ao final, o tema da intersectorialidade será retomado e proposto que estratégias de SAN devem ser consideradas para a promoção do desenvolvimento territorial em âmbito municipal e regional.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento rural e urbano. Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional. Intersectorialidade. Políticas municipais de desenvolvimento. Programas de Extensão Universitária.

**ABSTRACT:** *The article aims to highlight the intersectorial character present in the Food and Nutritional Security (FNS) approach developed in Brazil to face development problems. The conditions of access to food will be scored, based on themes normally dealt with separately in the literature. They are: rural development and informality in urban centers. Methodologically, the authors make use of bibliographical and documentary research, as well as secondary data to analyze rural development and informality in urban centers, with a focus on medium-sized cities. Data will then be shown on the population that lives in informal conditions. Then, the theme of the Brazilian experience in SAN policies will be revisited and the experience of the Extension Program entitled "Dialogues of knowledge and practices for the promotion of sovereignty and food and nutritional security as a development strategy in the Territory of the Strands in Minas Gerais" will be analyzed. General". The last topic will analyze proposals sent to the Municipality of São João del-Rei on Goals and Priorities for the LDO – Budget Guidelines Law – 2022 – of the municipality. At the end, the theme of intersectoriality will be taken up again and proposed which SAN strategies should be considered for the promotion of territorial development at the municipal and regional levels.*

**KEY-WORDS:** *Rural and urban development. Food and Nutrition Security Strategies. Intersectoriality. Municipal development policies. University Extension Programs.*

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo tem por objetivo evidenciar o caráter intersectorial presente no enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) desenvolvido no Brasil para enfrentar os problemas do desenvolvimento territorial em âmbito municipal e regional. A necessidade de realizar este enfrentamento, que já vem de longa data, ficou ainda mais clara devido à crise provocada pela emergência da Pandemia de COVID-19. Em meio às suas diversas formas de manifestação, serão aqui pontuadas as tendências relacionadas às condições de acesso aos alimentos, pontuando temas normalmente tratados pela literatura de maneira separada. São eles: questões relacionadas ao desenvolvimento rural e o problema da informalidade nos centros urbanos.

Metodologicamente, os autores se valem de pesquisa bibliográfica e documental, além de recorrerem a dados secundários para primeiro, analisarem a problemática do desenvolvimento rural e da informalidade nos centros urbanos, com foco em cidades de médio porte. Neste esforço serão postos em evidência dados recentes que mostram o retorno do Brasil ao Mapa da Fome, destacando, a população que vive em condições de informalidade e a população rural, em particular a agricultura familiar. Num segundo momento, serão revisitados alguns trabalhos que tratam da experiência

brasileira em SAN e seus desdobramentos em termos de políticas públicas, quando será trazida a experiência, ainda em curso, do Programa de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), intitulado “Diálogos de saberes e práticas para a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional como estratégia de desenvolvimento no Território das Vertentes em Minas Gerais”. O último tópico analisará algumas das propostas enviadas à Câmara Municipal e à Prefeitura Municipal concebidas no âmbito deste Programa de Extensão para interferir nas discussões sobre Metas e Prioridades para a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária – 2022 – do município de São João del-Rei. Nas Considerações finais o tema da intersetorialidade será retomado e proposto que estratégias de SAN devem ser consideradas para o enfrentamento dos problemas do desenvolvimento territorial em âmbito municipal e regional, por conta de seu caráter multidimensional e também multiescalar, que traz mais efetividade a políticas públicas dessa natureza, sugerindo que problemas complexos do desenvolvimento podem ser tratados com custos reduzidos.

## **2 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Ao longo do século XX, ocorreu no Brasil e no mundo, um processo de aprimoramento conceitual a respeito da fome e da segurança alimentar. No âmbito nacional, este processo culminou em um novo conceito de segurança alimentar. Esse aprimoramento decorreu de uma experiência democrática e de mobilização social inéditas, juntamente com um processo também inédito de aprendizado técnico e político-institucional (REIS, 2018). Este tópico tem o propósito de fazer referência a essa experiência, abordando esse aporte peculiar no enfrentamento das questões sociais de maneira transversal. Além disto, será posta em evidência a experiência de implementação do Programa de Extensão “Diálogos de saberes e práticas para a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional como estratégia de desenvolvimento no Território das Vertentes em Minas Gerais”, que resultou em um conjunto de propostas com o objetivo de Interferir nos debates sobre as leis de diretrizes orçamentárias municipais (LDOs) pra o ano de 2022 e os planos plurianuais de desenvolvimento dos municípios (PPAs Municipais) para o período 2022-2025, do Território Vertentes.<sup>1 ii</sup>

No Brasil, o andamento das discussões e ações públicas sobre a problemática da fome e da pobreza ganhou destaque com o trabalho de Josué de Castro, “Geografia da Fome”, lançado no ano de 1946 (LEÃO e MALUF, 2012). De acordo com Andrade (1997), foi com base nos trabalhos desse autor que

entre 1940-1950 passaram a existir os primeiros serviços de alimentação coletiva, também a instituição do salário-mínimo e a Campanha da Alimentação Escolar, o atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com base nos autores referenciados, no Brasil, o termo “nutricional” só foi adicionado ao de “segurança alimentar” após o processo preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996, e com a criação em 1998 do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN). Em 2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 15 de setembro de 2006, institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006).

De acordo com Maluf e Reis (2013), a SAN, assim, passou a ser tratada em meio a um conjunto de referências da perspectiva de construção de políticas, programas e ações concretas, governamentais ou societárias, confirmando uma fonte de conhecimento que tem como finalidade principal subsidiar a ação política (ANJOS e BURLANDY, 2010).

Na atualidade, a participação de organizações civis e seus atores sociais se constituem como um desdobramento dessa experiência. Essa é uma preocupação do “Programa de Extensão Diálogo de Saberes e práticas para a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional como estratégia de desenvolvimento no Território das Vertentes em Minas Gerais”. Seguindo essa experiência brasileira, o Programa propõe a criação de condições institucionais visando a interação social de forma dialógica, reflexiva e propositiva entre os participantes da Equipe da UFSJ e da Comunidade Externa para ações em SAN. Essas ações são: a abertura de mercados de produtos agroecológicos; a promoção da saúde das populações que habitam o território através do consumo alimentar de qualidade; a produção agroalimentar em bases sustentáveis; criação de oportunidades de trabalho e renda no campo e na cidade; a difusão e aprofundamento do conhecimento derivado da experiência de promoção da SAN no Brasil; verificação e acompanhamento do potencial social-transformador de redes de consumidores e produtores agroecológicos; e o estímulo à troca de saberes sobre Soberania e SAN entre a sociedade civil, instituições estatais e governamentais e a Academia.

No contexto da Pandemia de COVID-19, esses objetivos se ampliaram para o fortalecimento de redes de solidariedade, fortalecimento de mercados de proximidade, promoção da nutrição saudável e da saúde, combate à vulnerabilidade social, promoção do desenvolvimento rural e da transição agroecológica e o fortalecimento dos espaços de participação social e de decisão política. Dessa forma,

o Programa vem para diminuir a incerteza dos que participam de mercados ou de redes de solidariedade, cujo funcionamento se tornou irregular com a atual crise provocada pela Pandemia COVID-19. As ações do Programa para diminuir a incerteza dos que participam de mercados e outras redes de solidariedade promovem articulações nos municípios em questão vem no sentido de proteger a segurança alimentar das pessoas em respeito ao Direito Humana à Alimentação.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ENTRE O RURAL E O URBANO**

Este tópico tem o propósito de abordar, de maneira geral, a questão das políticas públicas no rural e urbano e como ainda essas políticas são importantes para dinamizar os fluxos de integralização entre estes espaços de ação. Delgado e Leite (2011) discutem que o “desenvolvimento territorial, fundamenta-se entre outros aspectos, na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional”. Assim, aqui pondera-se que o desenvolvimento territorial passa pelos desdobramentos práticos das políticas públicas nos territórios onde atores sociais se relacionam. No que se refere ao território de ação, o espaço é onde ocorre a intervenção por parte desses atores sociais. Santos (1996, apud. CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p.28) “considera o espaço geográfico conjuntos indissociáveis de sistemas de objetos e sistemas de ações, definições que permite pensar uma multiplicidade de combinações entre ações e materialidade.” Nesse sentido, é preciso entender o processo político que circula entre a territorialidade e o fluxo de relações que acontecem no espaço.

Se pensado dessa forma, os espaços - urbanos e rurais - passam a se distanciar de uma perspectiva utilitarista, como espaços de extração de matéria prima por exemplo, e se transformam em espaços de tradição e cultura, em que essa acepção passa a fazer parte da valorização territorial de determinado lugar. Essa mudança de visão culmina numa perspectiva territorial dos processos sociais e políticos, onde o território passa a ser visto como uma unidade de desenvolvimento única de acordo com os recursos e atores nele existentes, em que as políticas públicas tornam-se ações dos atores (hegemônicos) através da estrutura organizadora do Estado naquele nível territorial específico.

A correlação entre os fluxos de integralização do rural e urbano, dependem especificamente dos atores sociais presentes no território, visto que o mesmo é “uma unidade ativa de desenvolvimento que dispõe de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra.” (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 39). De acordo com os autores referenciados, em termos de políticas públicas de abastecimento alimentar, é necessário tratar a relação entre rural e urbano e a própria urbanização e

suas repercussões na estratégia de desenvolvimento rural, por uma abordagem de “sistema alimentares descentralizados”, em que as localidades sejam abastecidas por uma combinação de dinâmicas que se cruzam, inclusive a ação político-administrativa a partir do Estado.

Uma outra questão importante que circula na fronteira entre o rural e o urbano é aquela trazida por Bonnal e Maluf (2010), relativa ao conceito de “multifuncionalidade na agricultura”. Isto porque, além do que a agricultura produz, também existem bens imateriais, como está posto na Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, em que a extensão rural é entendida em toda sua amplitude na vida no campo, desde a gestão de produção, beneficiamento e comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, até as atividades agroextrativistas florestais e artesanais. Os autores explicitam que ao analisarem programas públicos voltados para agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural no Brasil, observa-se a incorporação de alguns elementos da multifuncionalidade na agricultura. A adoção de medidas participativas com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural busca a construção e democratização da cidadania e a democratização da gestão das políticas públicas. É importante dialogar com as pessoas do campo, fazer a integralização do rural e urbano. Sobre essa ótica, torna-se crucial para o desenvolvimento rural correlato a sustentabilidade, a adoção de três eixos, o econômico, o social e o ambiental. Nesse sentido é necessário que exista a adesão de princípios da agricultura de base ecológica para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.

Para entender o espaço urbano, é preciso entender também a realidade na qual vivem as pessoas nesse espaço, principalmente o espaço ocupado pelo trabalho assalariado, dono de pequenos comércios ou o trabalhador informal. Iniciando por este último, Grzybovski e Vieira (2012) abordam diretamente a questão das empresas de pequeno porte no Brasil, empresas essas que ocupam mais de 90% do setor privado de acordo com os autores. A pesquisa realizada pelos autores mostrou que apenas 3% das empresas estarão na sua segunda geração, e 57% foram adquiridas por terceiros, sem ligação com a família. Entre os resultados observados na pesquisa, os autores explicam que boa parte das empresas sofreram diretamente com falta de planejamento, tanto na construção da empresa, quanto na gerência da mesma ao longo dos anos. Isso se deve ao fato de o modelo de gerência utilizado por essas empresas ser baseado na intuição, se mantendo inalterado ao longo do tempo.

Lelis, Pinto, Fiúza e Doula (2011) abordam a questão da informalidade a partir do seu trabalho em Viçosa-MG. As autoras explicam como o processo de globalização e o neoliberalismo tiveram papel fundamental no processo responsável por uma maior dificuldade do mercado em absorver a maioria

dos trabalhadores, assim como uma maior seleção desses trabalhadores, o que acarretou em um processo em que boa parte desses trabalhadores não conseguiram adentrar no mercado de trabalho formal, o que gerou um aumento grande da informalidade. Lelis, Pinto, Fiúza e Doula (2011) também explicam que apesar de boa parte dos indivíduos serem forçados a adentrar na informalidade devido à dificuldade de se conseguir um espaço dentro do mercado formal, mas que alguns buscam a informalidade como meio de alcançarem outros objetivos em vida, como flexibilidade e a autonomia no trabalho, ou ainda por uma questão de tradição familiar.

#### **4 À PROPOSTAS DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL-REI-MG**

No conjunto das dez “Áreas de Resultado” presentes no Formulário de Propostas – Metas e Prioridades - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária – 2022, da Prefeitura Municipal de São João del-Rei, foram elaboradas no âmbito do Programa de Extensão Diálogos de Saberes 104 propostas de ações, distribuídas em projetos, programas e políticas em várias áreas: Saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento social, cultura e turismo, esporte e lazer, meio ambiente e agricultura, obras e urbanismo, saneamento básico (água e esgoto). A seguir, daremos prioridade a três delas, devido ao seu caráter intersetorial. Entre essas propostas, aqui destaca-se as seguintes:

- Implementar e viabilizar o funcionamento do Banco de alimentos de São João del-Rei; Esta proposta tem o foco na geração de trabalho e renda no meio rural, e, ao mesmo tempo promover o consumo de frutas, verduras e legumes livres de agrotóxicos. O público alvo se estende às populações rurais e urbanas, ainda mais carentes e ainda fragilizadas com a crise provocada pela Pandemia de COVID-19. Essa ação irá fortalecer agricultores familiares e levar alimentos saudáveis e diversificados para as populações acometidas pela fome, pela pobreza, pela desnutrição, promovendo justiça social. Essa ação está em linha com Promover a Assistência Social e apoiar institucionalmente o fortalecimento de redes de solidariedade, inclusive o apoio e a proteção à população vulnerável, em especial às mulheres em situação de violência e à população em situação de rua; apoiar a Economia Popular Solidária: instituindo recursos públicos específicos, viabilizando espaços públicos para desenvolvimento de atividades e fortalecendo o conselho municipal de Economia Popular Solidária. Associado ao que está acima, a elaboração e implementação de políticas públicas locais devem lançar o olhar para questões de saúde, como a atenção prioritária à saúde do trabalhador(a) rural voltadas à questões laborais, como o acompanhamento da evolução das intoxicações por agrotóxicos utilizados

na lavoura. Outra questão está em práticas preventivas, como estabelecer política de enfrentamento à fome a partir de hortas ecológicas junto às famílias mais vulneráveis com envolvimento de lideranças locais.

- Promover circuitos curtos de comércio e mercados de proximidade de bens e serviços, rurais e urbanos, envolvendo setores produtivos locais e regionais, formais e informais.

A alavancagem de circuitos curtos de comércio e mercados de proximidade caminha no sentido de valorizar a produção local por meio dos setores produtivos já existentes. A promoção dos circuitos caminha no sentido de criar condições para que os agricultores familiares, artesãos e produtores locais no geral, possam se inserir em redes de comércio pelo acesso a mercados. As relações de proximidade permitem que os laços entre os atores envolvidos possam se fortalecer e facilitar o processo de compra e venda de produtos mais sustentáveis e saudáveis, e aumentando assim a renda nas localidades.

Isto também envolve o investimento em programas e projetos que integrem serviços de pesquisa, experimentação, difusão, assistência técnica e extensão rural, comprometidos com a sustentabilidade e adaptados à produção familiar de cada localidade. É preciso que aja condições que garantam o funcionamento de mercados institucionais, a exemplo da necessária retomada do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) municipal e a utilização de pelo menos 30% dos recursos provenientes do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) na compra de produtos oriundos da agricultura familiar; como forma de garantir demanda e diminuir a incerteza no processo de tomada de decisão de agricultores familiares.

- Promover a elaboração e implementação de estratégia de desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação para equacionar os gargalos tecnológicos colocados para o comércio de pequeno porte e pequenos produtores de bens e serviços, sejam eles rurais ou urbanos, informais ou não, artesanais ou não, no que respeita a problemas de produção, gestão, de logística, de crédito, de acesso à tecnologia e/ou aos mercados.

Essa proposta de resultados envolve o incentivo ao fomento não só da agricultura familiar à agricultura, mas também das atividades econômicas exercidas por toda uma massa de pessoas que vivem na periferia das cidades, sobrevivendo na fronteira entre o formal e o informal, desenvolvendo atividades normalmente de base familiar. Chamou a atenção na análise realizada acima a problemas de produção, gestão, de logística, de crédito, de acesso à tecnologia e/ou aos mercados. É neste sentido que a implementação dessa estratégia está sendo proposta, de forma complementar a anterior, que busca fomentar circuitos curtos de comércio e mercados de proximidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões relacionadas ao alimento e à alimentação trazem o potencial de permitir a convergência de diferentes movimentos sociais com distintos motes, pessoas e instituições, gestores públicos e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, criando oportunidades inéditas de exercício da cidadania e da democracia. A noção de SAN amplia as possibilidades e potencializa a ação pública em direção a vários tipos de questões, permitindo enfrentar com menores custos, mais objetividade e maior legitimidade diferentes desafios do desenvolvimento, sejam eles ambientais, regionais, sociais, culturais, tecnológicos, político-institucionais ou ainda econômicos. Esse enfrentamento pode se dar em diferentes escalas – local, regional, nacional, global; em diferentes dimensões – desde o indivíduo até comunidades, passando por famílias e grupos sociais específicos; em diferentes territorialidades – rural, urbano, centro, periferia; e em diferentes setores – educação, saúde, energia, agropecuária, indústria, abastecimento, consumo, serviços, etc. Assim, parece que o conceito de SAN fornece uma base a considerar em relação à construção de estratégias contra hegemônicas.

Em termos do efeito das políticas e na garantia do abastecimento alimentar, o poder público tem um papel determinante na política de Segurança Alimentar e Nutricional. Como visto, o Brasil é um caso exemplar de construção de políticas dessa natureza, complementadas, no entanto, por ações que caminham no sentido contrário à sustentabilidade ambiental e à própria segurança alimentar e nutricional da sua população. São, aliás, essas ações a partir da estrutura estatal que estão prevalecendo, organizadas territorialmente a partir do âmbito federal, com a prevalência de objetivos ligados ao comércio exterior. O fato é que houve um avanço importante no acesso aos alimentos a partir das políticas de SAN no combate à pobreza, com efeitos positivos sobre o desenvolvimento, sem que a hegemonia das posições relacionadas ao agronegócio, às finanças e ao grande comércio oligopolizado fosse quebrada. E na atualidade estamos diante do que autores têm chamado de “desmonte” (BASTOS, 2017; NEY e Gonçalves, 2020) da estrutura político-institucional capaz de permitir a ação política através do Estado para que a pobreza, a desigualdade social e o desenvolvimento nacional sejam promovidos.

A despeito de o Brasil, no sentido da segurança alimentar e nutricional, ter logrado atingir objetivos como sair do Mapa da Fome em 2014 (BOJANIC, 2016), e implementado programas como o PAA (Programa de Aquisição de alimentos), logo após o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), ao longo dos últimos cinco anos muito dos arranjos político-institucionais se perderam, a exemplo da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Brasil volta ao Mapa da Fome,

e esta passa a ser realidade para vários grupos sociais, como trazem os dados da POF 2017-2018 e a pesquisa da REDE PENSSAN (2020). A primeira traz o perfil da população em situação de vulnerabilidade antes da pandemia, evidenciando que em 5 anos, o brasileiro regrediu 15 anos (2018-2003), pela perda de direitos conquistados neste período. A segunda escancara a dimensão e o perfil da fome no primeiro ano da pandemia. A Pesquisa da REDE PENSSAN (2020) sobre a IA na pandemia mostrou que em 2018 haviam 10,3 milhões de pessoas em IA grave no Brasil, e em 2020 este número passou para 19,1 milhões de brasileiros. No geral, são 116,8 milhões de pessoas em situação de IA no Brasil. Para se ter uma ideia da gravidade desses números, este valor corresponde à metade da população brasileira e a mais de duas vezes a população da Argentina.

A pesquisa também revela no que tange o chefe da família, a IA grave foi seis vezes maior quando esta pessoa estava desempregada, e quatro vezes maior entre aquelas com trabalho informal, quando se comparada as que contavam com algum tipo de trabalho formal. Os dados são preocupantes para lares chefiados por pessoas com baixa escolaridade, desempregadas e sobretudo em famílias negras e chefiadas por mulheres.

Diante da urgência que a ordem do dia exige, é preciso enfrentar não somente os danos diretos que a pandemia provoca, como o risco de morte elevado, mas, de maneira interligada, enfrentar os problemas sociais que aprofundam a crise sanitária e humana. Um dos desafios neste sentido é dinamizar os fluxos de integralização do rural e urbano. E, para tanto, dentre outras, é preciso reestruturar as políticas adotadas pelos municípios, promovendo uma discussão entre os atores sociais envolvidos, indo em direção às demandas populacionais, tendo em conta o caráter intersetorial próprio das políticas de SAN. Os programas e organizações que surgiram ao longo dessa experiência brasileira são ferramentas muito importantes para essa reestruturação. Dessa forma, acima procurou-se mostrar como o Programa Diálogo de Saberes se institui como uma dessas alternativas, trazendo propostas enviadas à Câmara Municipal e à Prefeitura Municipal para interferir nas discussões sobre Metas e Prioridades para a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária – 2022 – do município de São João del-Rei.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Luiz Antonio dos; BURLANDY, Luciene. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 19-22, jan. 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-)

81232010000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000100003>.

BOJANIC, A. (Ed.). (2016). **Superação da Fome e da Pobreza Rural: Iniciativas Brasileiras**. Brasília-DF. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil; in: Brasil Rural em Debate, Brasília, pag. 246-270, 2010.

BRASIL. Lei Federal Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm)>. Acesso em: Maio, 2021.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União em 18 de setembro de 2006.

BURITY, Valéria. FRANCESCHINI, Thaís. VALENTE, Flávio. RECINE, Elisabetta. LEÃO, Marília. Carvalho, Fátima. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p. Disponível em [https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa\\_no\\_contexto\\_da\\_san.pdf](https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf)

BURLANDY, Luciene; BOCCA, Cláudia; MATTOS, Ruben Araújo de. Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. Rev. Nutr., Campinas, v. 25, n. 1, p. 9-20, Feb. 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732012000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732012000100002&lng=en&nrm=iso)>. access on 14 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732012000100002>

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (2009). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. Brasil rural em debate: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2010, p. 28-78. Disponível <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XLalQBPR3YIJ:https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/download/2005/1714/3386+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em 29 de dezembro de 2020.

DELGADO, Nelson G.; LEITE, Sergio P. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol 54, nº2, 2011. P 431 a 473.

GRZYBOVSKI, D.; VIEIRA, L. Ciclo de vida das empresas familiares brasileiras de pequeno porte: uma análise das características e dinâmica estrutural em uma rede de revenda de gás liquefeito de petróleo. **Teoria e Prática em Administração**, v. 2, n. 2, p. 78-96, 2012.

GUMIERO CLEPS, G. D. Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG) / Informal trade and urban space production in Uberlândia (MG). Sociedade & Natureza, v. 21, n. 3, 23 mar. 2010.

LEÃO, Marília. MALUF, Renato S. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira – Brasília: ABRANDH, 2012. 72 p.: il. ISBN 978-85-63364-05-0.

LELIS, J. L.; PINTO, N. M. de A.; FIÚZA, A. L. de C.; DOULA, S. M. O comércio informal de Viçosa (MG) e suas diferentes finalidades para as famílias envolvidas. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 67-87, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3612>. Acesso em: 3 maio. 2021.

LELIS, J. PINTO, N. FIÚZA, ANA. DOULA, S. O COMÉRCIO INFORMAL DE VIÇOSA (MG) E SUAS DIFERENTES FINALIDADES PARA AS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS. 2011

LUZ, Lidiane Fernandes da. Cardápios, paisagens e políticas no semiárido baiano o abastecimento alimentar sob a ótica das interações entre sistemas alimentares e do acesso a alimentos com qualidade diferenciada. Tese (Doutorado, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

LUZ, Lidiane Fernandes da. MALUF, Renato Sergi. Social participation in political spaces and the valuing of culture as empowering resources to promote access to quality food in Brazil. *Éditions de la Sorbonne* | « Revue internationale des études du développement. 2019/1 N° 237 | pages 115 a 136. Article disponible en ligne à l'adresse < <https://www.cairn.info/revue-internationale-des-etudes-dudeveloppement-2019-1-page-115.htm> >

MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2007.

MALUF, Renato S. Maluf. MENEZES, Francisco Menezes, MARQUES, Susana Bleil Marques (Partes 12-13). Caderno 'Segurança Alimentar'. (CPDA/UFRRJ e IBASE, Brasil). Disponível em [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar\\_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf). Acesso em 21 de outubro de 2019.

MALUF, Renato S. MENEZES, Francisco. VALENTE, Flávio L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. Artigo publicado no Vol. IV / 1996 da Revista Cadernos de Debate, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, páginas 66-88. Disponível [https://sswm.info/sites/default/files/reference\\_attachments/MALUF%20et%20al%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf). Acesso em 01 de dezembro de 2020

MALUF, Renato S.; REIS; Márcio C. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional In: Rocha, C., Burlandy, L. e Magalhães, R. (orgs.), **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, v.1.

MORAES, Werter Moraes. Ecoturismo: Planejamento, Implantação e Administração do Empreendimento. Viçosa, MG. Aprenda fácil, 2001.

ONU (2015). 17 Objetivos para Transformar Nosso Mundo. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em: 05 de março de 2019.

Rede brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Coordenação Maluf, R.S. e SANTOS, M.C. 2021. Disponível em [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em 04 de março de 2021.

REIS, M. C. (2018). Reflecting on counter-hegemonic strategies of Food and Nutritional Security: Notes on the Brazilian Case. In Bonanno, A. e Wolf, S. Resistance to the neoliberal agri-food regime: a critical analysis. New York: Routledge.

REIS, M. C.; NEIVA, B. B.; RIBEIRO, L. F.; Paula, P. M. R. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como estratégia de enfrentamento da Pandemia COVID-19: o caso de um projeto de extensão universitária. In: 58º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2020, Evento realizado de forma virt. Anais do 58º Congresso da SOBER, 2020. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/sober2020/253888-SEGURANCA-ALIMENTAR-E-NUTRICIONAL-COMO-ESTRATEGIA-DE-ENFRENTAMENTO-DA-PANDEMIA-COVID-19--O-CASO-DE-UM-PROJETO-DE->>. Acesso em: 15/03/2021 17:37

ROCHA, C. (2009). Developments in National Policies for Food and Nutrition Security in Brazil. *Development Policy Review*. 27 (1): 51-66.

ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R (ORGs).: **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. R.J., Ed. Fiocruz, 2013.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. BEGHIN, Nathalie. **Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e a Experiência Brasileira: Subsídios para a Replicabilidade**. Brasília, setembro 2006.

---

<sup>i</sup> OS autores agradecem à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal de São João del-Rei (PROEX/UFSJ) pela provisão de Bolsas de Extensão ao Programa de Extensão “Diálogos de saberes e práticas para a promoção da segurança alimentar e Nutricional como estratégia de desenvolvimento no território Vertentes” e ao Projeto de Extensão “Enfrentando a Pandemia COVID-19 nos municípios de Santa Cruz de Minas, São João del-Rei e Tiradentes através da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional: redes de solidariedade, mercados de proximidade e responsabilidade governamental na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada”. Agradecem também ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ); aos pesquisadores do Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN/CPDA/UFRRJ), bem como à Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e aos professores do Departamento de Ciências Econômicas (DCECO/UFSJ) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT/UFSJ).

<sup>ii</sup> Esse Programa de Extensão foi aprovado no Edital no 009/2019 da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei (PROEX/UFSJ).

## As Unidades de Conservação no Brasil e em Minas Gerais

### *Conservation Units in Brazil and Minas Gerais*

PEREIRA, M. V.

*Gestora Ambiental e Mestra em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade pela UFSJ, no programa PIPAUS pela UFSJ, marivicentini06@gmail.com*

MARTINS, S.G.

*Professor Adjunto na Universidade Federal de São João del Rei, sergiogualberto@ufs.ju.edu.br*

CAMPOS, V.G.

*Mestra em Artes em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade pela UFSJ, no programa PIPAUS, veragcampos@gmail.com*

#### **RESUMO**

A necessidade em conservar recursos naturais está cada vez maior devido ao modo como a sociedade tem atuado no espaço, principalmente pela pressão urbana, a grande produção de resíduos e ações desordenadas como o desmatamento, a mineração e o agronegócio. Desta forma, o caminho para equilibrar o uso e ocupação do solo de forma consciente tem sido a criação de políticas ambientais, porém essas políticas devem ser eficazes e determinantes quanto as suas normas. Sendo assim, o objetivo desse artigo é analisar as Unidades de Conservação (UC's), definidas pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza), do estado de Minas Gerais em comparação com o número total do Brasil, a fim de averiguar se UC's tem garantido a conservação eficaz no estado de acordo com a quantidade de UC's, suas localizações e a distribuição dos biomas. É importante verificar se as legislações estão em conformidade com a demanda atual da sociedade e da natureza, para então analisarmos se é necessário atualizações para sua aplicabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biomas, SNUC, Preservação.

#### **ABSTRACT**

*The need to conserve natural resources is growing due to the way society has acted in space, mainly due to urban pressure, the large production of waste and disorderly actions such as deforestation, mining and agribusiness. In this way, the way to consciously balance the use and occupation of the land has been the creation of environmental policies, but these policies must be effective and determining their standards. Therefore, the objective of this article is to analyze the Conservation Units (CU's), defined by the SNUC (National System of Nature Conservation Unit), of the state of Minas Gerais in comparison with the total number in Brazil, in order to ascertain whether UC's have guaranteed effective conservation in the state according to the amount of UC's, their locations and the distribution of biomes. It is important to check whether the legislation is in accordance with the current demand of society and nature, so that we can analyze whether updates are necessary for its applicability.*

**KEY-WORDS:** Biomes, SNUC, Preservation.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte do Capítulo 2 da Dissertação de Mestrado da autora, intitulada como “Comunidades Tradicionais e os Conflitos Socioambientais envolvidos no SNUC”, e será discutido como a criação de Unidades de Conservação tem sido uma das alternativas mais utilizadas para garantir a preservação/conservação da natureza. Porém, muito se especula sobre como essas áreas são implantadas, uma vez que a proteção ambiental não é eficaz pelo simples fato da implantação de uma área protegida, mas pela forma como a mesma é gerida, pela forma como seu plano de manejo é construído, pelos interesses que rodeiam sua criação e até mesmo pelo o impacto socioambiental causado no entorno da Unidade.

Sendo assim, analisar apenas a quantidade de Unidades de Conservação presente no país ou em determinada região não é algo que determinará se os ambientes e biomas estão sendo efetivamente preservados ou conservados. Ainda mais com a grande especulação e preocupação ambiental que tem se tornado uma das pautas mais atuais e presentes nos debates e acordos internacionais, como destaca Craveiro:

A criação de Unidade de Conservação tem servido a inúmeros outros interesses que não o de efetivamente conservar e preservar a Natureza. A porcentagem do território de um país transformado legalmente em áreas protegidas pode servir como chamariz para obtenção de recursos internacionais e internos, sem garantia de que seja empregado na conservação da Natureza ou mesmo em ações que busquem o desenvolvimento sustentável. (CRAVEIRO, p. 23, 2006)

Se observarmos os dados do Brasil, podemos perceber que após a intitulação do SNUC houve um crescente interesse governamental na criação de áreas protegidas, de modo que em pouco tempo já havia uma grande quantidade de Unidades de Conservação. Todavia, é necessário compreender melhor os dados estatísticos, avaliar onde a criação de áreas de proteção é prioritária, analisar qual deve ser o tamanho médio dessas áreas para a conservação eficaz, além de avaliar quais são os biomas que mais possuem proteção e quais aqueles que estão necessitados de áreas para garantir sua proteção efetiva.

Outra questão relevante para o estudo de UC's: muito se especula se a conservação ou a preservação interferem na dinâmica socioeconômica de uma região, pois, para muitos, o fato de não poder “usufruir” do recurso é uma maneira de evitar o crescimento econômico, mas para outros há como conservar os recursos e garantir subsistência para uma comunidade. Geraldo Salvio (2017),

ao analisar 853 municípios mineiros, demonstrou que municípios com UC não apresentam IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) significativamente diferentes dos demais, mas encontraram-se diferenças significativas nos valores de IG (Índice de Gini), superiores nos municípios com UC. O mesmo estudo não encontrou correlações significativas entre os IDH dos municípios e suas áreas ocupadas por UC, mas encontraram-se correlações significativas entre IG e as áreas ocupadas por UC associando as UC a maiores desigualdades socioeconômicas. (SALVIO, 2017, p. 73)

O fato de UC's aparentemente estarem relacionadas com a desigualdades socioeconômicas de algumas regiões talvez justificaria os conflitos que são gerados a partir de suas criações. Contudo, a discussão é muito mais ampla do que parece, como menciona Leff. Para ele, “ a questão ambiental emerge de uma problemática econômica, social, política, ecológica, como uma nova visão do mundo que transforma os paradigmas do conhecimento teórico e os saberes práticos” (LEFF, 2006, p. 217).

Com isso, não dá para olhar as questões ambientais somente por um paradigma, mas é necessário compreender que, para os assuntos ambientais, é preciso ter uma visão sistêmica e transdisciplinar. Para tanto, fazem-se obrigatórias a quebra de pensamentos voltados a uma só ciência e a busca por um novo olhar. Leff discursa ainda que

a construção de racionalidade ambiental implica a necessidade de desconstruir os conceitos e métodos de diversas ciências e campos disciplinares do saber, assim como os sistemas de valores e as crenças em que se fundam e que promovem a racionalidade econômica e instrumental na qual repousa uma ordem social e produtiva insustentável. Essas transformações ideológicas e epistêmicas não são efeitos diretos identificáveis a partir do questionamento do conhecimento por diversas classes sociais: implicam processos mais complexos, que põem em jogo os interesses de diferentes grupos de poder em relação à apropriação dos recursos naturais, aos interesses disciplinares associados à identificação e apropriação de um saber dentro do qual se desenvolvem as carreiras científicas e profissionais que se desdobram nas diversas instâncias institucionais do poder e na tomada de decisão. Nesse sentido, o saber ambiental abre uma nova perspectiva à sociologia do conhecimento. (LEFF, 2006, p. 221)

Ou seja, haverá sempre controvérsias a respeito da preservação ambiental, porque cada área de conhecimento perceberá e moldará as circunstâncias de acordo com a suas percepções e interesses. Entretanto, em um ponto todos deverão concordar: a necessidade de conservação para as futuras gerações é um fato, muito embora o nosso sistema atual de sociedade sobrecarregue o sistema natural e isso não é sequer questionado. A questão é e sempre será: qual a melhor forma de conservar o que resta garantindo a subsistência a todos?

Dessa forma, o intuito deste artigo é analisar a situação das UC's em Minas Gerais fazendo um comparativo entre os dados gerais do país e os dados do estado, observando, assim, quais aspectos mudam da esfera federal para a esfera estadual. Além disso, buscou-se compreender como o estado

tem lidado com suas áreas protegidas e como tem utilizado o sistema nacional de Unidades de Conservação para proteger suas áreas e seus biomas, uma vez que o estado possui

o domínio do Cerrado, localizado na porção centro ocidental, [que] ocupa cerca de 57% da extensão territorial do Estado, e o domínio da Mata Atlântica, localizado na porção oriental, [cuja abrangência] é de cerca de 41% da área do Estado. O domínio na caatinga, restrito ao norte do Estado, ocupa cerca de 2% do território mineiro. (IEF, 2019).

## **2 OBJETIVO**

Este capítulo tem como objetivo fazer o levantamento de dados da situação atual da quantidade de Unidades de Conservação que o estado de Minas Gerais possui em decorrência da quantidade total dessas áreas no Brasil, demonstrando quais são as categorias que possuem maior número, quais biomas estão mais protegidos de acordo com a quantidade de Unidades de Conservação e também através das normas estipuladas por cada categoria definida pelo SNUC.

## **3 METODOLOGIA**

Inicialmente, este trabalho se fará a partir do levantamento bibliográfico em busca de artigos científicos, plataforma Capes, livros e sites governamentais – como o site do Ministério do Meio Ambiente – para a compreensão da situação atual das Unidades de Conservação em Minas Gerais. Em seguida, será realizada pesquisa através do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) a fim de contabilizar os dados para criações de tabelas para facilitar a visualização do número de Áreas Protegidas em Minas Gerais por categorias e como os biomas estão protegidos de acordo com a disposição dessas áreas.

## **3 ANÁLISE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MINAS GERAIS E A PROTEÇÃO DOS BIOMAS EXISTENTES NO ESTADO**

É de grande relevância o acompanhamento do crescimento das Unidades de Conservação no decorrer dos anos, pois isso pode funcionar como indicativo da aplicabilidade e funcionalidade do SNUC no país, o que também pode acontecer na esfera estadual, como mencionam Drummond e colaboradores (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010).

O aumento para 23 do número de UC's demonstra que a política de criação dessas áreas se consolidou e tem se tornado mais durável, figurando como a principal política nacional de conservação da natureza. Esse crescimento vem ocorrendo de forma gradativa e significativa, trazendo, assim,

resultados consideráveis para a conservação da biodiversidade. Conforme apontam Fonseca e demais (FONSECA; LAMAS; KASECKER, 2010), em 1999 o país possuía cerca de 1092 UCs, sendo elas da esfera federal e estadual, cobrindo aproximadamente 768.880 km<sup>2</sup> totais. Já em 2000, 688 novas áreas foram criadas, protegendo mais cerca de 816.000 km<sup>2</sup> e 2499 Unidades de Conservação em dezembro de 2020, dados encontrados no CNUC (BRASIL, 2020).

Todavia, essa proteção significativa de áreas de grande interesse ecológico não teria o mesmo resultado se a responsabilidade da conservação e preservação ficasse somente a cargo federal. Como esclarecem Fonseca e colaboradores (FONSECA; LAMAS; KASECKER, 2010), esse resultado tem muita interferência da contribuição dos estados na conservação/preservação dos seus ambientes naturais. Por essa razão, é de extrema importância que as Unidades de Conservação estaduais sejam sempre interpretadas e reconhecidas como fundamentais para o resultado na conservação de áreas naturais, na preservação da biodiversidade e, ainda, na aplicabilidade da legislação.

Outro quesito de extrema importância na funcionalidade do SNUC é a forma como as categorias são divididas. O Brasil possui 12 categorias de manejo, um número consideravelmente alto comparado a outros países como a Argentina, que possui 6 categorias. Essa quantidade de categorias contribui para que se tenha mais chances que incorporar áreas de diferentes características e funcionalidades no sistema de conservação da natureza.

A diversidade de categorias de manejo, cada uma com objetivos específicos de conservação, facilita os esforços no sentido de promover a conciliação entre interesses e necessidades diversos. Assim, o uso judicioso das diversas categorias permite a proteção ambiental efetiva, aliada à oferta de condições favoráveis ao lazer, à pesquisa científica e à educação ambiental, bem como atividades produtivas, particularmente as extrativistas. (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010, p. 355)

Ter um número maior de categorias como opção possibilita uma melhor designação de áreas para a conservação ou preservação, pois facilita a escolha do modelo adequado às características do ambiente. No entanto, há sempre a necessidade de estudo prévio da área a ser conservada, mas também da categoria a ser escolhida.

Minas Gerais possui 586.521,123 km<sup>2</sup> de extensão territorial. Toda essa região é dividida em 853 municípios, possuindo 21.292.666 habitantes segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). O estado é a terceira força econômica do país, tendo o seu PIB gerado por 8,6% pela agropecuária, 48% por serviços e 42,8% pela indústria, e ocupa 6 segundo lugar em exportação no país. (BIODIVERSITAS, 2005). Possui 111 Unidades de Conservação no grupo de Proteção Integral e 174 Unidades de Conservação no grupo de Uso Sustentável, totalizando 285 Unidades (BRASIL, 2020).

O número de UC's no Brasil e no estado de Minas Gerais não são divididas de forma igualitária para cada categoria. Sendo assim, algumas categorias possuem maior número de área do que outras, a depender se são mais ou menos condizentes com as atividades e características de determinadas regiões, como podemos observar nas tabelas 1 e 2, que correspondem respectivamente ao grupo de categorias de Proteção Integral e Uso Sustentável.

<b>CATEGORIAS</b>	<b>BRASIL</b>	<b>MINAS GERAIS</b>
<b>Estação Ecológica</b>	98	11
<b>Reserva Biológica</b>	67	6
<b>Parque</b>	485	73
<b>Monumento Natural</b>	63	15
<b>Refúgio de Vida Silvestre</b>	79	6
<b>TOTAL</b>	792	111

**TABELA 1 - Situação Atual das Categorias do grupo de Proteção Integral**

Fonte: Dados retirados do CNUC / Dez. 2020

Como podemos observar no grupo de Proteção Integral, há predominância, tanto na perspectiva nacional, como no estado de Minas Gerais, da ocorrência de Unidades de Conservação que se enquadram na categoria de Parques, somando 485 UC's no Brasil, sendo que, dessas, 73 se encontram em Minas Gerais, o que corresponde a 15% da quantidade total do país. Esta situação demonstra como a criação dessa categoria é viável para o domínio público. Além disso, é importante considerar que esta é a categoria mais antiga utilizada no país, já havendo áreas com essas características antes mesmo da elaboração do SNUC, fator que pode influenciar na praticidade de criação pelo tempo que se compreende essa categoria.

A semelhança na proporção de áreas por categorias entre o país e o estado só acontece com a categoria Parque. A segunda categoria do grupo de Proteção Integral mais utilizada no país é a Estação Ecológica, que é a terceira mais utilizada no estado. A segunda categoria mais usada em Minas Gerais é Monumento Natural, que só ocupa o quarto lugar no país, seguindo da categoria Refúgio de

Vida Silvestre, a categoria que possui menor número de área no estado. Essa diferença na comparação é resultado da divergência de interesses e características que cada região possui. Minas Gerais, que possui um baixo número de áreas que se enquadram na categoria Refúgio de Vida Silvestre, possui poucas áreas de concentração de espécies migratórias se comparada a outros estados brasileiros os litorâneos, que recebem grande quantidade de aves migratórias que necessitam de áreas específicas para reprodução. É importante compreender que essas diferenças são comuns e necessárias, porque demonstram que a diversidade nas categorias são coerentes, sendo possível observar a utilidade de cada categoria.

Ainda, com esses dados é possível perceber que o estado possui um número significativo de Unidades de Conservação no grupo de Proteção Integral se comparado ao total de unidades no país, possuindo assim 15% das áreas. Como se vê na tabela a seguir, a maior parte das Unidades de Conservação de Minas Gerais está enquadrada no grupo Uso Sustentável, como mostra a tabela:

<b>CATEGORIAS</b>	<b>BRASIL</b>	<b>MINAS GERAIS</b>
<b>Área de Proteção Ambiental</b>	381	40
<b>Área de Relevante Interesse Ecológico</b>	61	0
<b>Floresta</b>	108	5
<b>Reserva Extrativista</b>	96	0
<b>Reserva de Fauna</b>	0	0
<b>Reserva de Desenvolvimento Sustentável</b>	39	2
<b>Reserva Particular de Patrimônio Natural</b>	1017	127
<b>TOTAL</b>	1702	174

**TABELA 2 - Situação Atual das Categorias do grupo de Uso Sustentável no Brasil e em Minas Gerais**

Fonte: Dados retirados do CNUC / Dez. 2020

A maior predominância no grupo de Uso Sustentável, tanto na esfera federal como na esfera estadual, é a categoria Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), lembrando que essa é a única

categoria das 12 estipuladas pelo SNUC que é gerida pelo domínio particular. Para (FONSECA; LAMAS; KASECKER, 2010), esse tipo de categoria privada é importante porque muitas regiões do país com remanescentes de vegetação nativa está em propriedades particulares. Essa seria, portanto, uma maneira de conservar/preservar o que está além do domínio público, iniciativa que dificilmente parte dos proprietários. Com essa categoria, o proprietário não deixa de lucrar com suas terras, uma vez que,

as reservas particulares do patrimônio natural foram incluídas no SNUC, eximindo os proprietários de terra privada de impostos territoriais caso eles reservem parte de suas terras em perpetuidade. [...] As RPPNs protegem habitats-chave para numerosas espécies ameaçadas na Mata Atlântica, no Cerrado e no Pantanal. Elas, geralmente, protegem importantes manchas de floresta que são muito pequenas para categorias federais ou estaduais. (RYLANDS; BRANDON, 2005, p. 32)

Importante considerar que o crescimento dessa categoria tem influência direta no modo como o proprietário divulga sua área e na obtenção dos pontos positivos a partir dessa ferramenta, uma vez que o mesmo pode obter lucro, mas também reconhecimento social, influenciando numa maior adesão à conservação do ambiente natural nesta e nas próximas gerações. Seguindo esse raciocínio, Fonseca e seus colaboradores (FONSECA; LAMA; KASECKER, 2010) defendem a ideia de que a criação de uma RPPN em algumas regiões serve de modelo para outros proprietários, desencadeando, assim, um processo de amplo interesse dos donos de terra pela conservação.

Em seguida, a categoria mais popular em ambas as esferas observadas é a Área de Proteção Ambiental (APA), possuindo 381 Unidades no Brasil, sendo 40 delas no estado de Minas Gerais, calculando o total de 10,5% do total nacional. Esse elevado número de unidades e a preferência institucional para criação de áreas nessa a categoria demonstram ser necessário,

considerar que a maior parte da superfície protegida no Brasil é composta por unidades de conservação de uso sustentável, como Áreas de Proteção Ambiental (APA), onde diversas atividades humanas são permitidas, incluindo as que produzem profundos impactos ambientais, como a mineração e a indústria, e onde se incluem até mesmo núcleos urbanos. (FONSECA; LAMAS; KASECKER, 2010, p. 22)

O raciocínio de que a criação de APA's tem sido cômoda de acordo com os interesses da gestão pública – por ser considerada a categoria menos restrita e, conseqüentemente, a categoria que mais utiliza de domínio público – demonstra que essas áreas não estão totalmente protegidas e independentes do avanço dos interesses econômicos. Como afirmam Ryland e Brandon (2005), o mecanismo de criação de APA's tem sido largamente adotado no Brasil como uma área de tampão para parques e reservas, sendo essas categorias mais restritas ao uso e manejo das áreas. Podemos também indagar sobre esse número alto através do questionamento de que,

frequentemente, essas áreas de uso sustentável no país não cumprem o mínimo necessário para alcançar os objetivos de conservação a que se destinam. São poucos os exemplos de APAs onde realmente existem

planejamento e manejo compatíveis ao uso e à conservação dos recursos naturais (FONSECA; LAMAS; KASECKER, 2010, p. 22)

Sendo assim, fica perceptível que o mais importante não é a quantidade de áreas que são criadas, mas a forma como são geridas, sua extensão territorial e quais as categorias mais utilizadas. Algumas apresentam o viés mais facilitador dos interesses econômicos de uso e ocupação da área, outras, por sua vez, viabilizam a conservação e preservação da natureza de forma mais efetiva e eficaz.

Como demonstrado na Tabela 2, o estado de Minas Gerais não possui duas categorias: Área de Relevante Interesse ecológico e Reserva Extrativista, pois ambas possuem características que não condizem com a realidade das áreas naturais do estado. A categoria Reserva Extrativista teve origem no Acre e foi desenvolvida para apoiar as comunidades seringueiras da região que disputavam as terras com fazendeiros e que acabavam perdendo o modo de subsistência para o desmatamento desenfreado (RYLANDS; BRANDON, 2005). Atualmente essa categoria é utilizada para disseminar o uso sustentável dos recursos naturais, no qual as comunidades tradicionais podem tirar a subsistência a partir do uso consciente do que a natureza oferece, uma vez que compreendem que é preciso conservar para a sua própria sobrevivência e a daqueles que vierem depois.

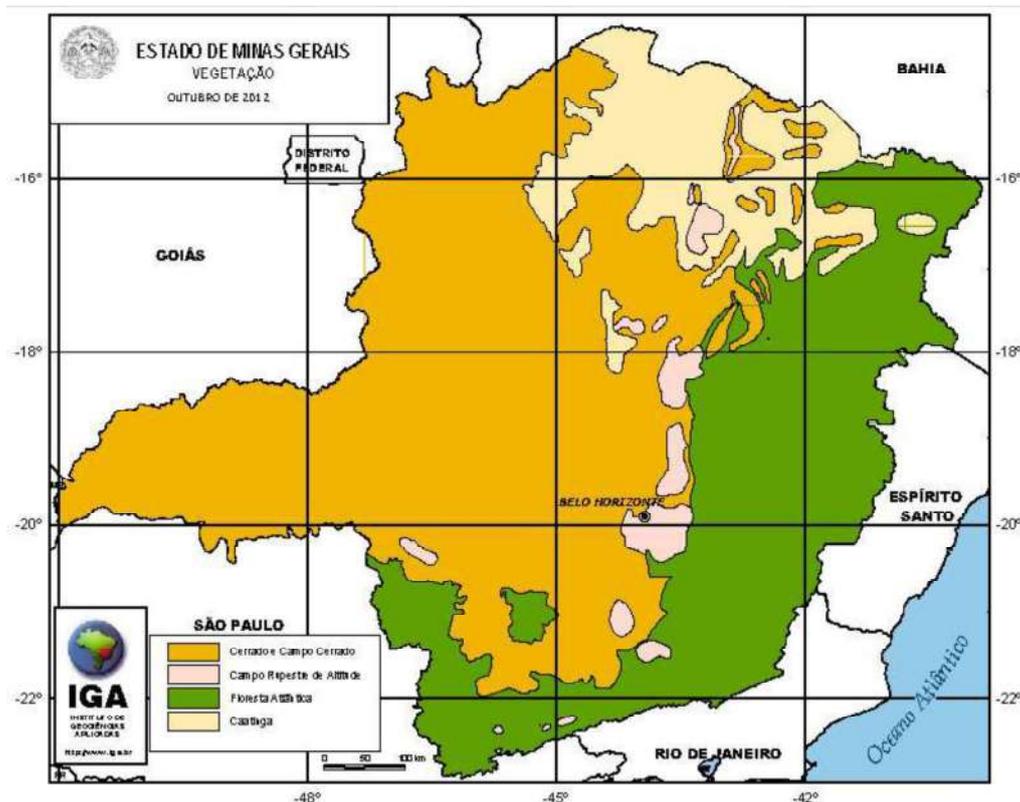
Na Tabela 2 também demonstra que não há existência da categoria Reserva de Fauna no país, ou seja, após 19 anos de criação do SNUC ainda não houve a necessidade de utilizá-la. Contudo, também não foi observado o interesse em retirá-la do que foi previsto na legislação; uma vez que prevista em lei, ainda pode ser usufruída.

Além de analisar como é a situação atual das Unidades de Conservação do estado de Minas Gerais em relação com a situação no país, é necessário considerar como essas UC's estão sendo desenvolvidas no estado, por exemplo, se todos os biomas existentes no território mineiro estão sendo protegidos de forma igualitária. Como se sabe,

as UCs também são criadas para garantir a representatividade dos diversos biomas, ambientes e biodiversidade do país. [...] As prioridades de conservação em cada um dos biomas devem ser guiadas para atingir os diferentes ambientes que compõem um bioma, além de focar regiões com altos índices de riqueza biológica, presença de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção, áreas importantes por serem provedoras de serviços ambientais e também aquelas com alta pressão antrópica e elevados níveis de ameaça. (FONSECA; LAMAS; KASECKER, 2010, p. 22)

Pensando na importância de garantir a conservação através dos biomas, em razão da representatividade ambiental e riquezas biológicas, de acordo com Drummond e autores colaboradores (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010), o Brasil assumiu a responsabilidade prevista em seu Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Decreto Presidencial no 5.758, de 13 de abril

de 2006), de colocar sob proteção de UC's uma porcentagem de cada bioma do país. Sendo assim, é necessário compreender o quanto desses biomas tem sido protegido pelas UC's e como é a distribuição de UC's por biomas. Em Minas Gerais é possível encontrar quatro Biomas, sendo eles: Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga e Campo Rupestre, como podemos observar na figura a seguir:



**FIGURA 1 – Biomas no Estado de Minas Gerais**

**Fonte: Jornal Estado de Minas Gerais/ Dez. 2020**

É importante destacar que a figura 1 foi retirada do site oficial do Estado de Minas Gerais e, mesmo sendo de 2012, é a última atualização disponível<sup>1</sup>. Como demonstra a figura, a predominância no estado é o bioma Cerrado, o segundo maior bioma brasileiro, perdendo em área apenas para a Amazônia. Ocupa 21% do território nacional e é considerado a última fronteira agrícola do planeta (BORLAUG, 2002).

<sup>1</sup> Devido à baixa legibilidade na legenda do Mapa, seguem os biomas descritos: Cerrado e Campo Cerrado; Campo Rupestre de Altitude; Floresta Atlântica; Caatinga.

Em Minas Gerais, esse bioma aparece em cerca de 50% do Estado, especialmente nas bacias dos rios São Francisco e Jequitinhonha. Sua vegetação compõe-se de gramíneas, arbustos e árvores, o que contribui para abrigar importantes espécies da fauna: tamanduá, tatu, anta, jiboia, cascavel e o cachorro-do-mato. Algumas delas estão ameaçadas de extinção, como é o caso do lobo-guará, do veado-campeiro e do pato-mergulhão (MINAS GERAIS, 2020).

Logo após o Cerrado, o bioma que se destaca no território do estado é a Mata Atlântica, a qual possui uma vegetação densa e permanentemente verde, com elevado índice pluviométrico nessas regiões. O que caracteriza as árvores desse bioma são as folhas grandes e lisas. Encontram-se nesse ecossistema muitas bromélias, cipós, samambaias, orquídeas e líquens, além de uma ampla biodiversidade de fauna.

O Campo Rupestre, que na figura se apresenta em pequenos fragmentos, é o bioma caracterizado por uma cobertura vegetal de menor porte com uma grande variedade de espécies, com predomínio da vegetação herbácea, na qual os arbustos são escassos e as árvores raras e isoladas. Geralmente é encontrado nos pontos mais elevados das serras como na Serra da Mantiqueira, Espinhaço e Canastra.

E por fim, e não menos importante, a Caatinga, que é encontrada especificamente no Norte do Estado, exatamente no vale do Rio São Francisco. Suas formações vegetais se caracterizam pela presença de plantas espinhosas, galhos secos e poucas folhas na estação seca. Esses dois últimos biomas citados são os menos protegidos por Unidades de Conservação, como podemos observar nas tabelas:

CATEGORIA	CERRADO	MATA ATLÂNTICA	CAATINGA	CAMPO RUPESTRE
Estação Ecológica	6	5	-	-
Reserva Biológica	2	4	-	-
Parque	38	35	-	-
Monumento Natural	11	4	-	-
Refúgio de Vida Silvestre	2	4	-	-

TABELA 3 - Proteção dos biomas por categorias do grupo de Proteção Integral.

Fonte: Dados retirados do CNUC / Dez. 2020

CATEGORIAS	CERRADO	MATA ATLÂNTICA	CAATINGA	CAMPO RUPESTRE	SEM REGISTRO DO BIOMA
Área de Proteção Ambiental	10	28	2	-	-
Área de Relevante Interesse Ecológico	-	-	-	-	-
Floresta	1	3	-	-	1
Reserva Extrativista	-	-	-	-	-
Reserva de Fauna	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	1	-	-	-
Reserva Particular de Patrimônio Natural	56	71	-	-	-

TABELA 4 - Proteção dos biomas por categorias do grupo de Uso Sustentável.

Fonte: Dados retirados do CNUC / Dez. 2020

Para a construção das duas tabelas anteriores, relacionadas à proteção dos biomas por Unidades de Conservação, foi necessário acessar o cadastro público CNUC, disponibilizado pelo MMA, como também o *link* disponível para cada categoria, e assim efetivar a análise contabilizando os biomas manualmente.

Podemos constatar que a concentração de Unidades de Conservação em Minas Gerais se dá consideravelmente em 2 dos 4 biomas encontrados no estado, sendo eles, respectivamente, Mata Atlântica (54%) e Cerrado (45%). É possível observar também que nos dois grupos de categoria do SNUC (Proteção Integral e Unidade de Conservação) houve semelhança na divisão por biomas, concentrando as Unidades nos dois biomas já mencionados, não havendo diferença entre os grupos.

Na Tabela 3 percebemos que as categorias Estação Ecológica e Parque estão divididas praticamente em igualdade entre os 2 biomas predominantes. O mesmo é possível observar na Tabela 4 em relação a Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Após a análise desses dados, fica o questionamento referente aos outros biomas que, de acordo com os dados disponibilizados, quase não possuem Unidades de Conservação, sendo eles Caatinga (1%) e Campo Rupestre (sem nenhuma Unidade). Dessa forma, é possível concluir que o estado de Minas Gerais não obedece ao estipulado no Decreto Presidencial no 5.758, de 13 de abril de 2006, o qual define que é necessário colocar sob proteção de UCs uma porcentagem de cada bioma do país.

Quando comparamos os dois grupos de Unidade de Conservação, que são Proteção Integral e Uso Sustentável, fica explícito que na conservação por biomas não há muita diferença entre ambos. Contudo, se observados outros fatores, grandes diferenças são encontradas, uma vez que cada qual apresenta conceitos e ideologias distintas: a conservação e preservação andam juntas, porém, fatores sociais e econômicos as fazem se distanciar.

É muito mais fácil o convencimento acerca de que o Uso Sustentável se encaixa melhor no sistema social que encontramos hoje, pois esse grupo permite maior flexibilidade de estratégias de uso e ocupação de solo. Entretanto, não se pode esquecer a importância e da necessidade do grupo de Proteção Integral, uma vez que suas premissas são mais rigorosas quanto à gestão de áreas protegidas. Dessa forma, pode-se concluir a necessidade da utilização de ambos os grupos, no sentido de se atingir o equilíbrio. Conforme menciona Salvio, 2017,

[...] ainda que dados possam sugerir que a presença de UC de Proteção Integral esteja associada à desigualdade social e à geração de pobreza, como defendem alguns autores, é fundamental ressaltar a importância da preservação dos recursos naturais para a manutenção do setor produtivo, o que pode justificar a concentração de UC em regiões de alto PIB. Tais resultados reforçam a importância de incorporar as populações aos esforços de conservação por meio de programas que as beneficiam, em especial o pagamento por serviços ambientais, entre outras estratégias conservacionistas. Dessa forma, a conservação da natureza assume custo social que deve ser diluído para toda sociedade ou devem-se buscar formas de subsidiar este custo minimizando as diferenças por meio do turismo e as atividades compatíveis com a Proteção Integral. (SALVIO, p. 186, 2017)

Dessa forma, é possível compreender e defender que, por mais que haja conflitos envolvendo as categorias de Proteção Integral, ainda é de extrema importância a existência de áreas categorizadas nesse grupo. Além disso, é ele que possui condição de garantir a preservação de recursos naturais para o setor produtivo e, como mencionado anteriormente, é o que assegura o PIB no estado e no país, havendo um grande paradoxo quando observarmos a questão em um longo período de tempo.

Salvio (2017) ainda menciona sobre a importância de se incorporar as populações a estratégias de conservação, o que pode ser considerado como algo mais importante na busca da preservação, ou seja, é o que todos os pesquisadores, estudiosos, ativistas e ambientalistas buscam: conciliar o modelo de vida com a sensibilização ambiental, pois incorporar a cultura ambientalista na massa, no governo e nas empresas seria o melhor caminho para o meio ambiente. Dessa maneira, fica o questionamento se isso seria utopia ou uma real possibilidade para a evolução coletiva.

Também são recorrentes programas que beneficiam populações como modelos de incentivo à conservação ambiental. Essa estratégia já é utilizada em algumas regiões, como é o caso da cidade de Extrema (MG), premiada seis vezes, sendo que alguns desses prêmios são destaques internacionais pelo desenvolvimento do projeto “Conservador das Águas”. Este

foi concebido em 2005, através da Lei Municipal nº 2.100, com o objetivo de manter a qualidade dos mananciais de Extrema e promover a adequação das propriedades rurais. Ele prioriza uma ação mais preventiva do que corretiva. O entendimento é que o mecanismo de comando e controle não pode ser o único instrumento de gestão ambiental das propriedades rurais. Sozinho, ele não garante o aumento da cobertura florestal ou a preservação dos mananciais. Um instrumento econômico na linha do PSA se mostra mais eficaz e efetivo. Também estão sendo utilizados outros instrumentos como a criação de unidade de conservação municipal com o incentivo à criação de RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) que se caracteriza como uma unidade de conservação de uso sustentável. (EXTREMA, 2019)

Esse é um exemplo de que incentivar, incorporar e sensibilizar a população traz resultados significativos para a conservação do ambiente, e, nesse caso, ainda trouxe resultados econômicos, uma vez que o projeto contribuiu para que algumas famílias recebessem uma quantia em dinheiro, além de o município ter recebido algumas verbas pelos prêmios conquistados. Ainda, o município conseguiu garantir que as águas estão sendo preservadas, o que indiretamente contribui para o plantio na região. Por fim, é importante enfatizar as concepções da transdisciplinaridade deste projeto, uma vez que o mesmo estimula diferentes saberes e internaliza diferentes conhecimentos.

#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIODIVERSITAS. **Biodiversidade em Minas Gerais**: um atlas para a conservação. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005.

BORLAUG, N. E. Feeding a world of 10 billion people: the miracle ahead. *In*: R. Bailey (ed.). **Global warming and other eco-myths**, p. 29-60. Competitive Enterprise Institute, Roseville, EUA, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. CNUC. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação** [2020]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-uc>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CRAVEIRO, J. R. V. **Unidades de conservação no Brasil**: conceitos, história e legislação. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2006. 80f.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J.L.A.; OLIVEIRA, D. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil**. Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas. DF. Edições Câmara, 2010.

EXTREMA. **Conservador das Águas**: O projeto. Site da Prefeitura de Extrema [2019]. Disponível em: <https://www.extrema.mg.gov.br/conservadorasaguas/o-projeto/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

FONSECA, M.; LAMAS, I.; KASECKER, T. O papel das unidades de conservação. **Scientific American Brasil Especial**, 2010.

GELL, Alfred. A rede de Vogel: armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas. **Arte & Ensaios** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. Escola de Belas Artes, UFRJ, ano VIII, n. 8, p. 174-191, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de informações básicas municipais** [2020]. Disponível em: <http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/mentaldados/ibge/pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais>. Acesso em: 22 dez. 2020.

IEF: Instituto Estadual de Florestas. **Portal Meio Ambiente – MG** [2019]. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/>. Acesso em: 3 maio 2019.

LAGROU, E. Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas. *In: Proa – Revista de Antropologia e Arte* [on-line]. Ano 02, vol.01, n. 02, nov. 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa/DebatesII/elslagrou.html>. Acesso em: 15 dez. 2020.

LEFF, E. **La ecología política en América Latina**: un campo en construcción. *In: ALIMONDA, Héctor (Org.)*. Los Tormentos de La Materia: aportes para una ecología política latinoamericana. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2006. p. 21-39.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MINAS GERAIS. **Clima, vegetação e relevo**. Site oficial do Estado [2020]. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/clima-vegetacao-e-relevo>. Acesso em: 20 dez. 2020.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. **Unidades de Conservação brasileiras**. Megadiversidade. Vol. 1 nº1 julho 2005.

SALVIO, G. M. M. **Áreas Naturais Protegidas e Indicadores Socioeconômicos**: O desafio da conservação da natureza. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

## Ciência e Arte na popularização da diversidade microscópica dulcícola

*Science and Art to popularize the microscopic freshwater diversity*

RODRIGUES, André Flávio Soares Ferreira  
Doutor, UFSJ, afsfr@ufs.edu.br

CHAGAS, Luciana Beatriz  
Doutora, UFSJ, lbchagas@ufs.edu.br

REZENDE, Maria Eduarda Fialho Junqueira  
Graduanda, UFSJ, rezendemadu@gmail.com

### RESUMO

O conhecimento sobre determinado organismo e suas relações com o ambiente pode despertar a biofilia, uma característica inata aos seres humanos. Porém, para organismos microscópicos esse despertar não ocorre de forma espontânea, já que para conhecê-los há a necessidade de um microscópio. Na tentativa de facilitar o acesso a esses organismos foi produzido o documentário Gota d'água. O documentário além de mostrar imagens de protozoários, animais microscópicos, algas unicelulares e filamentosas, mostrou as relações e as funções que esses organismos exercem nos ecossistemas dulcícolas. Apesar do documentário ter sido um excelente veículo de divulgação, ações como palestra, roda de conversa e oficina de microscopia, foram agregadas ao projeto para aumentar a interação dialógica com o público alvo. De 2018 a 2021 ações presenciais e remotas ocorreram em várias escolas, interagindo com mais de mil alunos. Paralelamente às ações nas escolas, foram produzidos material artístico como recurso para aproximar ainda mais a população dos organismos foco desse projeto. Apesar das exposições artecientíficas não terem acontecido, devido ao período de pandemia, o material foi produzido e organizado para exposição remota e interativa. A união entre a ciência e arte tem mostrado grande potencial para popularizar a diversidade microscópica, permitindo associar informações técnicas da ciência à estética propiciada pela arte. Espera-se com isso que a população, além de conhecer os organismos por meio de instrumentos ópticos, possa admirar a beleza por meio das ilustrações produzidas, interagir com os jogos e dessa forma, valorizar essas formas de vida, tão importantes para os ecossistemas dulcícolas.

**PALAVRAS-CHAVE** Educação ambiental, ambiente dulcícola; organismos microscópicos, arteciência.

**LINK:** <https://padlet.com/lbchagas/l8llmv1a88ap0bnk>

### ABSTRACT

*Knowledge about a certain organism and its relationship with the environment can start biophilia, an innate characteristic of human beings. However, for microscopic organisms this awakening does not occur spontaneously, since to know them there is a need for a microscope. In an attempt to facilitate access to these organisms, the documentary Gota d'água was produced. The documentary, in addition to showing images of protozoa, microscopic animals, unicellular and filamentous algae, showed the relationships and functions that these organisms play in freshwater ecosystems. Although the documentary was an excellent dissemination vehicle, actions such as a lecture, a conversation circle and a microscopy workshop were added to the project to increase the dialogic interaction with the target audience. From 2018 to 2021 on-site and remote actions took place in several schools, interacting with more than a thousand students. Parallel to actions in schools, artistic material was produced as a resource to bring the population closer to the target organisms of this project. Although the artscientific exhibitions did not take place, due to the pandemic period, the material was produced and organized for a remote and interactive exhibition. The union between science and art has shown great potential to popularize microscopic diversity, allowing the association of technical information from science to the aesthetics provided by art. It is hoped with this that the population, in addition to knowing the organisms through optical instruments, can admire the beauty through the illustrations produced, interact with the games and, in this way, value these forms of life, so important for freshwater ecosystems*

**KEY-WORDS:** Environmental education, freshwater environment; microscopic organisms, art science

## INTRODUÇÃO

Os cursos d' água são importantes recursos hídricos para os ecossistemas. Além disso, os rios, lagos, ribeirões e córregos são importantes componentes da paisagem, o que leva a população a desenvolver identificação histórico-cultural com esses recursos hídricos (FIGUEIREDO, 2006; MASSARO *et al.* 2017). Apesar do valor ecossistêmico, paisagístico e histórico-cultural, alguns cursos d' água, principalmente os de menor volume de escoamento como os ribeirões e córregos, podem se tornar problemas no ambiente urbano. As ocupações desordenadas das margens, bem como o lançamento indiscriminado de dejetos, têm transformado córregos e ribeirões em locais de aspecto e odor desagradável e aparentemente sem vida. Diante dessa situação, é comum as autoridades governamentais utilizarem o recurso da canalização desses cursos, eliminando, dessa maneira, os problemas relacionados ao odor desagradável e a paisagem degradada (TRAVASSOS, 2004 *apud* TRAVASSOS *et al.* 2017). Medidas como essas, entretanto, eliminam o curso d' água naquele trecho, sepultando com o mesmo, grande parte da vida que depende direta ou indiretamente de luz solar. O fechamento total ou parcial dos cursos d' água é apresentado como medida de saneamento e na maioria das vezes recebe apoio popular. A prática da canalização dos corpos d' água poluídos configurou com a intervenção mais usual no século XX. No século XXI, entretanto, medidas de recuperação gradual dos cursos d' água (*daylighting*) já é prática adotada em alguns lugares do mundo, mesmo que ainda de forma incipiente (TRAVASSOS *et al.* 2017). As medidas de recuperação, entretanto, estão sendo mais discutidas nos bairros mais centrais e bairros mais bem estruturados, enquanto nos bairros mais periféricos prevalece a ideia da canalização (TRAVASSOS *et al.* 2017).

Se considerarmos que água é um recurso indispensável, somando-se o valor paisagístico, ecossistêmico e histórico aos cursos d' água, por que medidas como a canalização são adotadas e porque tais medidas não mobilizam a população para evitar a perda do ecossistema dulcícola? Uma possível explicação para falta de mobilização é que a ética biocêntrica, que já faz parte do senso comum, esteja ligada a percepção da vida, e desse modo, a defesa pela vida microscópica, não se manifeste de forma tão espontânea como ocorre para vida macroscópica.

Partindo do princípio de que a população ainda não estabeleceu ou tem mais dificuldade em estabelecer uma relação biocêntrica como o que está além da acuidade visual humana, o projeto Gota d' água objetivou popularizar a diversidade microscópica dulcícola produzindo um documentário no ano de 2018. Porém, ainda em 2018 a equipe do projeto percebeu a necessidade de agregar ao documentário ações que permitissem ampliar a interação dialógica para que, dessa forma, os

objetivos pudessem ser atingidos de modo mais interessante e satisfatório (Cabral *et al.*, 2019). Para aumentar a interação dialógica, no ano de 2019, ações como palestra, roda de conversa e oficina de microscopia foram agregadas ao projeto. A partir de 2020, foram inseridos no projeto elementos artísticos, como instrumento facilitador de aproximação do público-alvo à comunidade microscópica dulcícola. Jorge & Peduzzi (2021) apontam que dentre as diversas contribuições da arteciência, pode ser destacada a produção de material didático que enriquece e aprimora o conhecimento científico, por meio de práticas que compreendam a ação, a reflexão e a transformação do sujeito que participa do processo. Num sentido mais amplo, a arte teria um poder catalisador aos conceitos científicos, favorecendo o desenvolvimento de novas percepções e comportamentos (CAVALHIERI, 2021).

## **DESENVOLVIMENTO**

A educação ambiental é fundamental para a construção de uma sociedade consciente quanto à sustentabilidade e a práticas ecologicamente corretas. Tais fundamentos se baseiam em valores sociais, habilidades, competências e conhecimentos buscando que a sociedade concilie evolução e a demanda necessária para isso sem que o meio ambiente seja prejudicado. Por isso, a educação ambiental se faz necessária em um país com natureza exuberante acompanhada de grande diversidade da fauna e da flora. Essa diversidade, na maioria das vezes, se refere aos elementos visíveis sem ajuda de aparelhos ópticos. Ações de cunho ambiental visando os organismos alvos da extinção são essenciais, da mesma maneira, são de mesma importância ações que buscam a preservação dos organismos microscópicos e de seus habitats.

### **Ações nas escolas**

As ações realizadas foram previamente planejadas em parceria com cada escola com o docente responsável pelos conteúdos de Ciências e/ou Biologia ou com a coordenação da escola.

A metodologia consistiu em uma sequência didática composta por três ações, sendo que nas ações remotas e em alguns casos nas ações presenciais por restrição de tempo, a oficina de microscopia foi suprimida.

A sequência de ações foi constituída de :

1) PALESTRA – A palestra intitulada Organismos fantásticos e onde habitam – fez de forma lúdica uma comparação com a obra de J.K. Rowling “Animais fantásticos e onde habitam” (2001). Durante a palestra, foram apresentados organismos possivelmente ainda desconhecidos do público-alvo por serem microscópicos. Figuras desses organismos, por exemplo, tardígrados, rotíferos, gastrotricos etc.

foram apresentadas intercaladas às figuras fictícias do livro de Rowling que são semelhantes a invertebrados (e.g. Flobberworm, Billywing, Lobalug.) A ideia central dessa ação foi mostrar que a diversidade que não conhecemos pode parecer igualmente fantástica com os seres mitológicos do universo de Rowling. No segundo momento da palestra, o público manifestou para cada figura apresentada sua opinião se o organismo em questão era realidade ou fantasia. Após as manifestações foram revelados ao público os organismos não fictícios e onde habitam, ou seja, que estes ocorrem com frequência nos cursos d'água, como córregos, ribeirões, rios etc. o que despertou a curiosidade dos alunos para conhecer o universo microscópico até então desconhecido ou pouco explorado pelo público-alvo, mas que faz parte do seu cotidiano.

2) RODA DE CONVERSA- As rodas de conversa iniciaram com a exibição do documentário Gota d'água. Esse documentário, que foi produzido em parceria com a TV UFSJ, consta de quatro episódios que apresentam e discutem a existência da vida microscópica dulcícola, como a energia é utilizada nesses ecossistemas, qual a importância da matéria nesse ambiente aquático e, por fim, como é nossa relação com os cursos d'água e com a comunidade de organismos microscópicos que neles ocorrem. O documentário, portanto, discute numa linguagem de divulgação, Ecologia de Ecossistema, Biologia da Conservação e Ética Biocêntrica. Esses temas fundamentaram e conduziram as discussões da Roda de conversa. Durante essa ação foi estimulada a participação dos alunos, professores e demais pessoas presentes.

3) OFICINA – A oficina de microscopia foi a última etapa do conjunto de ações da proposta. Após o despertar para o universo microscópico, por meio da palestra e da fundamentação teórica construída pela roda de conversa, a terceira e última ação permitiu que os alunos utilizassem o microscópio para conhecer a diversidade microscópica. Na oficina, os alunos conheceram protozoário, algas e animais microscópicos cultivados no laboratório de Biologia e Ecologia Animal (DCNAT). Para tanto, amostras de águas foram coletadas em cursos d'água e alguns organismos foram triados sob estereoscopia com a utilização de micropipetas e transferidos para as culturas. Os organismos foram mantidos em Placas de Petri ou tubos de ensaio tendo como meio de cultura água mineral e arroz com casca. As culturas foram mantidas em laboratório em câmaras climatizadas (B.O.D.), exceto as que contêm organismos fotossintetizantes que foram expostas à iluminação natural. A utilização de organismos cultivados no laboratório facilitou, devido à abundância de uma mesma espécie, a observação microscópica e compreensão da morfologia, que foram quesitos essenciais para despertar o interesse por essa comunidade de organismos. Para as oficinas foram utilizados um microscópio fotônico

binocular (Instrutherm/MBB\_200) e um microprojektor (Ken A Vision/ x1000.1) além dos microscópios das escolas, quando estas possuíam.

Por meio das ações nas escolas , mais de mil estudantes participaram do projeto, tanto por meio interação presencial (2019) como por ações remotas ( 2020-2021) . Durante as interações foi possível perceber o interesse dos alunos pela diversidade microscópica. Tal interesse foi percebido tanto pelas perguntas que surgiram nas rodas de conversa, bem como pelas perguntas e manifestações de empolgação ao longo das oficinas de microscopia.

### **Ações artecientíficas**

Criação de representações artísticas (desenhos e pinturas) dos organismos microscópicos mais visualizados nas atividades escolares. As pinturas e desenhos visam estimular um olhar estético sobre os organismos, ao enfatizar esteticamente suas intrincadas formas, e promover uma conexão física para além da observação mediada por aparelhos ópticos. Outra forma de promover o engajamento afetivo por parte dos participantes é o uso dessas representações gráficas e pictóricas em jogos que relacionem suas imagens e nomes, como o jogo da memória, o quebra-cabeça e o “super trunfo”. Neste último, direcionado a crianças alfabetizadas, será possível adicionar dados científicos, como tamanho dos organismos, hábitos alimentares, importância ecológica etc. Tais informações poderão ser relacionadas ao nome e à imagem dos micro-organismos. Além disso, a interação entre arte e ciência permite a criação de representações em relevo. Essas representações poderão atender estudantes cegos ou com baixa visão, que não se beneficiaram da observação direta no microscópio.

As ações artecientíficas, foram dimensionadas para espaços não formais de ensino. Diante do cenário da pandemia, tais ações precisaram ser adiadas ou repensadas para o formato digital. Embora as exposições presenciais não tenham sido concretizadas em 2020, o material vem sendo produzido e exposto de forma digital<sup>1</sup>. As ilustrações dos organismos microscópicos, fugiu às convencionais ilustrações técnicas, com intuito de revelar a beleza plástica de tais organismos ( Figuras 1, 2, 3 e 4 ).

---

<sup>1</sup> <https://padlet.com/lbchagas/l8llmv1a88ap0bnk>



Figura 1- *Paramecium bursaria* (2020) Aquarela sobre papel (Luciana Beatriz Chagas)

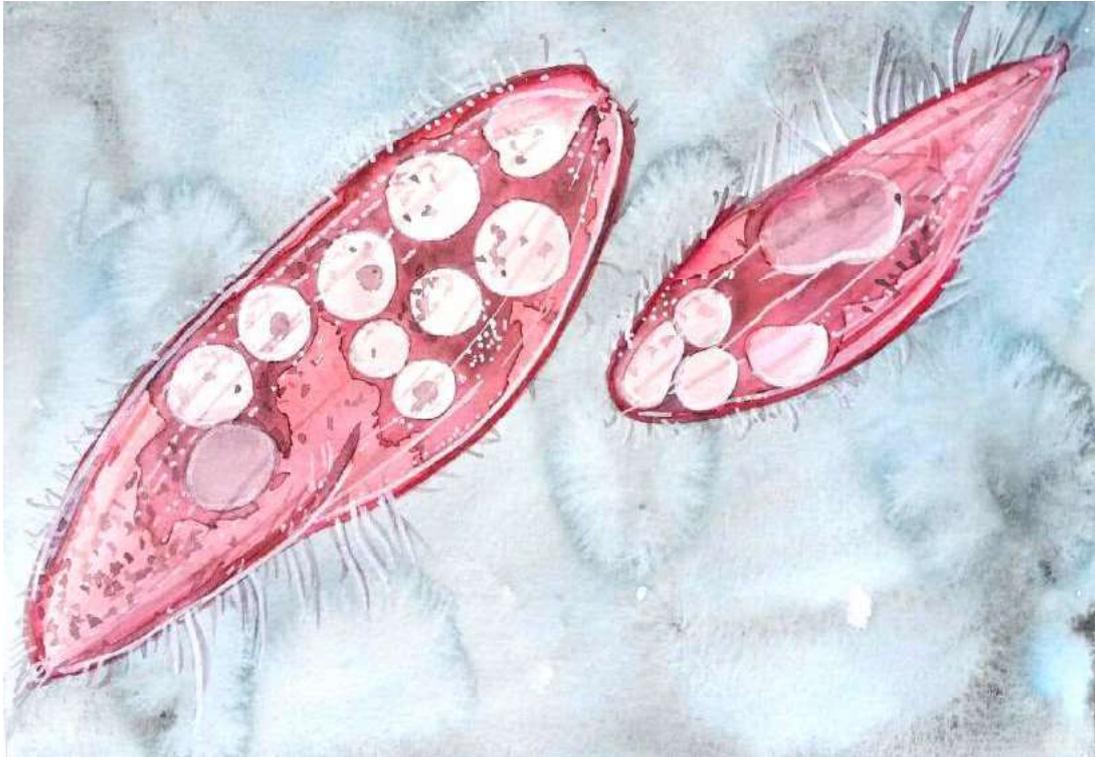


Figura 2- *Blepharisma* sp. (2020) Aquarela sobre papel (Luciana Beatriz Chagas)



Figura 3- *Stentor coeruleus* (2020) Aquarela sobre papel (Luciana Beatriz Chagas)

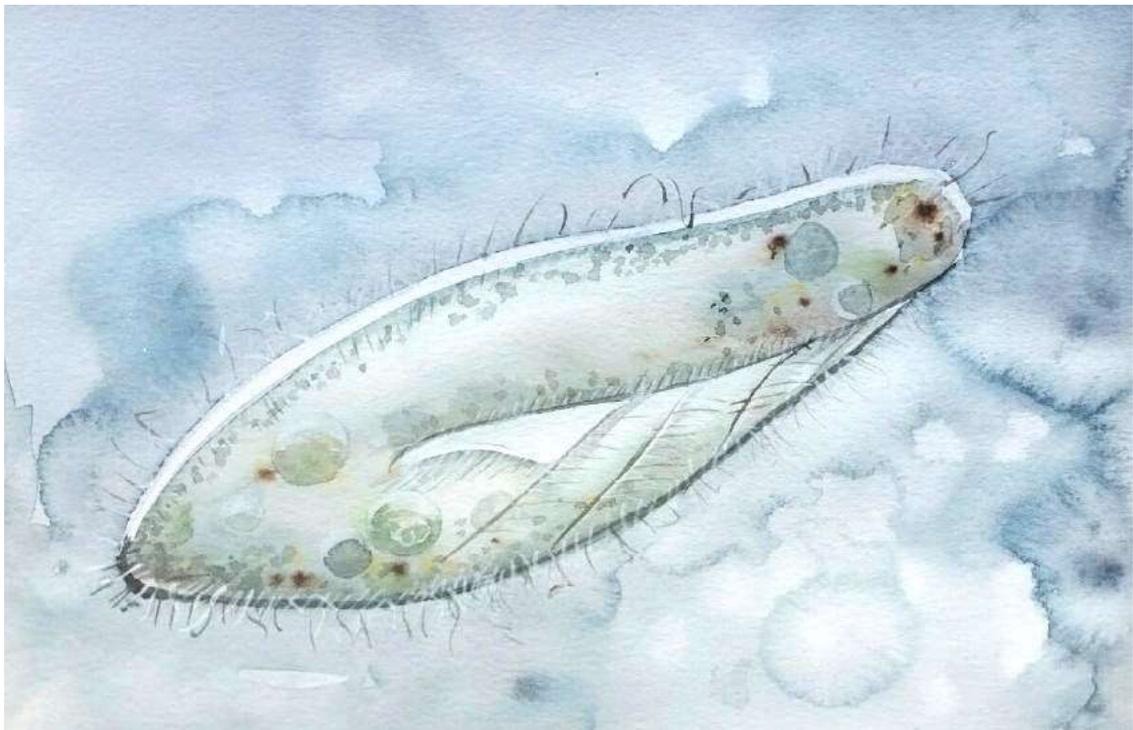


Figura 4 . *Paramecium caudatum* (2020) Aquarela sobre papel (Luciana Beatriz Chagas)

## CONCLUSÃO

A união entre a ciência e arte tem mostrado grande potencial para popularizar a diversidade microscópica, permitindo associar informações técnicas da ciência à estética propiciada pela arte. Espera-se com isso que a população, além de conhecer os organismos por meio de instrumentos ópticos, possa admirar a beleza por meio das ilustrações produzidas, interagir com os jogos e dessa forma, valorizar essas formas de vida ,tão importantes para os ecossistemas dulcícolas..

## AGRADECIMENTOS

Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Proex) da UFSJ.

## REFERÊNCIAS

- CABRAL, R. G., RESENDE, P.C., REZENDE, M. E. F. J. , RODRIGUES , A. F. S. F. , A DIVULGAÇÃO DA DIVERSIDADE MICROSCÓPICA DULCÍCOLA POR MEIO DO DOCUMENTÁRIO GOTA D'ÁGUA - XVII SEMEX- UFSJ Disponível em: [file:///C:/Users/Andre/Downloads/Completo\\_Popularizacao\\_da\\_diversidade\\_microscopica\\_dulcicola\\_do\\_campo\\_das\\_vertentes\\_Uma\\_aproximacao\\_do\\_senso\\_comum\\_a\\_reflexao\\_Biocentrica\\_voltada\\_para\\_microrg.pdf](file:///C:/Users/Andre/Downloads/Completo_Popularizacao_da_diversidade_microscopica_dulcicola_do_campo_das_vertentes_Uma_aproximacao_do_senso_comum_a_reflexao_Biocentrica_voltada_para_microrg.pdf).
- CAVALHIERI, C. P. (2021) Inovação em arte, ciência e tecnologia Revista IPT- Tecnologia e Inovação 5(6):95-98.
- JORGE, L & PEDUZZI, L.O.Q. (2021) No discursar do educar, um histórico-(des)filosofar da arteciência: É por aí que vamos começar Experiências em ensino de Ciências 16(2):323-345
- FIGUEIREDO, G. J. P. Riacho do Ipiranga: um paradigma histórico, cultural e ecológico para o Brasil. O MUNDO DA SAÚDE. São Paulo. p. 607-610. 2006
- MASSARO C. C. S. M.; VALENTINI C. M. A. ; FARIA R. A. P. G. ; ABIDO A. S; Análise físico-química e percepção ambiental do córrego Engole Cobra no município de Cuiabá-MT. Revista Internacional de Ciências, p. 100 – 122. 2017
- ROWLING, J. K. Fantastic Beast and where to find then. Versão em português: Animais fantásticos e onde habitam. Rio de Janeiro. Rocco. 2001
- TRAVASSOS L.; PENTEADO, C. L. C. e FORTUNADO, I. Urbanização desigual: rios, mídia e modernização ecológica. Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología, p. 61-81. 2017

## Conforto térmico urbano como fator social: uma análise sobre Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais

*Urban thermal comfort as a social factor: an analysis of Conselheiro Lafaiete,  
Minas Gerais*

TEIXEIRA, Amanda Burgarelli

*Arquiteta e Urbanista. Mestra Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNILAVRAS. a\_burgarelli@yahoo.com.br*

MARTINS, Mateus de Carvalho

*Doutor, Universidade Federal de São João del-Rei; Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas; Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade; mateusmartins@ufsj.edu.br*

MARTINS, Sérgio Gualberto

*Doutor, Universidade Federal de São João del-Rei; Departamento de Zootecnia; Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade; sergiogualberto@ufsj.edu.br*

### RESUMO

O presente trabalho visa aprofundar o estudo sobre a gestão urbana, analisando sua abordagem ambiental e como os mecanismos propostos nas legislações podem ser aplicados nas cidades, e se de fato são acessíveis e relevantes. Destina-se também a contribuir no estudo de como a legislação pode pautar e favorecer o conforto térmico e o visual urbano, além de identificar os problemas na gestão dos espaços públicos e das relações sociais com o meio natural, herdadas de uma relação hegemônica. Posteriormente foi realizada uma análise crítica da legislação e de como a mesma afeta o condicionamento dos espaços públicos verdes, bem como um levantamento de dados térmicos e estéticos de locais públicos determinados na cidade de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais. O Município possui legislação que atua de forma deficiente, que se reflete diretamente no conforto térmico e no potencial estético da cidade, ainda que exista certo grau de pertencimento afetivo urbano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Condicionamento térmico; Áreas verdes; Natureza urbana; Gestão urbana.

### ABSTRACT

The present work aims to deepen the study on urban management, analyzing its environmental approach and how the mechanisms proposed in legislation can be applied in cities, and whether they are in fact accessible and relevant. It is also intended to contribute to the study of how legislation can guide and favor thermal comfort and the urban look, in addition to identifying problems in the management of public spaces and social relations with the natural environment, inherited from a hegemonic relationship. Subsequently, a critical analysis of the legislation and how it affects the conditioning of public green spaces was carried out, as well as a survey of thermal and aesthetic data from certain public places in the city of Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais State. The city has legislation that acts in a deficient manner, which is directly reflected in the thermal comfort and the aesthetic potential, even though there is a certain degree of affective urban belonging.

**KEYWORDS:** Thermal conditioning; Green areas; Urban nature; Urban management.

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar em um local público destinado a atividades de lazer e convívio social é, de certa forma, relaciona-lo aos fatores que contribuem ou amenizam a segregação social na cidade. Uma pequena

parcela da população urbana consiste de alto poder aquisitivo, possibilitando a obtenção de moradia em condomínios particulares e a associação à clubes esportivos, cercando-se de locais que oferecem qualidade social e possibilidade de usufruir de atividades de lazer. Do mesmo modo e em oposição, a maior parcela da população consiste em uma camada de baixo poder aquisitivo, que usufrui dos espaços públicos da cidade para obtenção de convívio social e práticas de lazer. Marx (2004) relata que locais como as praças, os jardins e os parques possuem um caráter social e terão uma importância maior na busca pelo equilíbrio relativo, dentro da instabilidade da civilização.

Entender como os espaços verdes estão ligados à cotidianidade urbana faz parte do processo de compreensão do conforto térmico como um fator social. Essa vinculação está relacionada ao fato de que para um espaço público ser utilizável, este deve se adequar às variadas necessidades que possibilitam a permanência e o real aproveitamento desses locais. A realidade atual da maioria das cidades brasileiras é o adensamento cada vez mais acelerado dos espaços urbanos, a poluição ocasionada por veículos e a obstrução dos locais destinados ao uso comum, como os locais verdes urbanos, além, de acordo com Sobrinho e Pires (2018), do processo de destruição da natureza como propriedade pública. As áreas verdes das cidades acabam ficando à mercê de decisões sem embasamento e estudos preliminares, além da falta de recursos municipais destinados a vegetação urbana, que colocam em risco a sua integridade, além de não desenvolver o potencial de cada local, que poderiam estimular as vivências sociais entre si e com o meio natural.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Para análise do conforto térmico foi necessário o levantamento de índices que caracterizam o espaço urbano, como a temperatura média do ar, a umidade relativa do ar e a intensidade dos ventos. Os levantamentos térmicos foram realizados em quatro praças da cidade de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais, devido à influência das mesmas para as vivências sociais e pela interferência que exercem na composição urbana. Os dados foram colhidos no Inverno e na Primavera, nos dias 30 de agosto de 2019 e 18 de outubro de 2019, por meio de equipamentos<sup>1</sup> técnicos específicos para esse tipo de levantamento. Foram feitas três medições ao longo do dia, sendo a primeira às 9 horas, a segunda às 13 horas e a terceira às 17 horas, de modo a verificar as possíveis variações, de acordo com a movimentação e intensidade solar, além de ampliar as possibilidades de comparações, análises e interferências na usabilidade e compreensão dos espaços.

---

<sup>1</sup> Termoigrômetro-luxímetro-decibelímetro (mede temperatura do ar, umidade relativa do ar, luminosidade e ruído) e Termo Anemômetro (mede temperatura do ar e velocidade do ar).

Após a coleta dos dados, os mesmos foram aplicados na equação de Temperatura Efetiva (TE) e analisados em tabela que determina as sensações térmicas do intervalo encontrado a partir da análise da Temperatura Efetiva (Tabela 1). A Equação de Temperatura Efetiva é representada por:  $TE = Ta - 0,4 \times [(1 - UR) \times (Ta - 10)]$  e leva em consideração os dados relativos à temperatura do ar (Ta) e umidade relativa do ar (UR).

TE (°C)	SENSAÇÃO TÉRMICA
TE < 25	Limite para conforto com relação ao calor
25 ≤ TE < 29,2	Sensação de calor moderado

**Tabela 1: Faixas de valores do Índice de Temperatura Efetiva (TE)**  
Fonte: Santos, Amorim e Cavalcante (2014, p.942) com adaptações dos autores.

Além da Temperatura Efetiva, foram analisadas a Temperatura Efetiva em função do vento (TEv). Esta equação é representada por:  $TEv = 37 - (37 - Ta) - (0,68 - (0,0014 \times UR) + (1(1,76 + 1,4 \times V^{0,75}))) - 0,29 \times Ta \times (1 - (UR/100))$ . São consideradas a temperatura do ar (Ta), a umidade relativa do ar (UR) e a intensidade dos ventos (V). A seguir, na Tabela 2, são classificados os diferentes graus de percepção térmica a partir das sensações térmicas e suas respostas fisiológicas, de acordo com o grau de estresse.

**Tabela 2: Distribuição das zonas de conforto para diferentes graus de percepção térmica e suas respostas fisiológicas**  
Fonte: Santos, Amorim e Cavalcante (2014, p.942) com adaptações dos autores.

TEv (°C)	SENSAÇÃO TÉRMICA	GRAU DE ESTRESSE FISIOLÓGICO
TEv < 13	Muito frio	Extremo estresse ao frio
13 ≤ TEv < 16	Frio	Tiritar
16 ≤ TEv < 19	Frio moderado	Ligeiro resfriamento do corpo
19 ≤ TEv < 22	Ligeiramente frio	Vasoconstrição
22 ≤ TEv < 25	Confortável	Neutralidade térmica
25 ≤ TEv < 28	Ligeiramente quente	Ligeiro suor; vasodilatação
28 ≤ TEv < 31	Quente moderado	Suando
31 ≤ TEv < 34	Quente	Suor em profusão
TEv > 34	Muito quente	Falha na termorregulação

Por fim, foi analisado o Índice de desconforto (ID), que leva em consideração a temperatura do ar (Ta) e a umidade relativa do ar (UR). O Índice de desconforto é representado por:  $ID = Ta - 0,55 \times [(1 - 0,01 \times UR) \times (Ta - 14,5)]$ . A análise dos resultados é feita por meio da Tabela 3, que informa o desconforto térmico, que varia desde bem-estar a um desconforto muito forte por calor.

**Tabela 3: Distribuição das classes de Desconforto Térmico**  
Fonte: Santos, Amorim e Cavalcante (2014, p.941) com adaptações dos autores.

CLASSES DE DESCONFORTO (ID)	INTERVALO
Bem-estar	ID < 21
Menos de 50% da população possui um ligeiro desconforto	21 ≤ ID < 24
Outros 50% da população possui um crescente desconforto	24 ≤ ID < 27
A maioria da população possui um relativo desconforto e há significativo deterioramento da condição psicofísica	27 ≤ ID < 29
Todos possuem um forte desconforto	29 ≤ ID < 32
Estado de emergência médica, um desconforto muito forte	ID ≥ 32

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### Conforto térmico urbano como fator social

Considerando que a maior parte da população possui menor possibilidade de usufruir de espaços adequados, visto que esses estão em sua maioria em locais privados, os locais públicos adquirem grande influência social, exercendo um papel democrático nas cidades, servindo de elemento para manutenção da qualidade de vida e dos direitos civis. Um dos fatores que interfere diretamente na qualidade desses locais é a presença da natureza urbana. Entretanto, muitas vezes este elemento pode ou não existir ou ser utilizado para promoção de empreendimentos com o intuito de favorecer a especulação imobiliária, cenzarizando “locais ideais” dentro da malha urbana.

O condicionamento térmico proporciona a qualidade das áreas públicas nas cidades, mas, ainda assim, tem-se esquecido de englobar a vegetação nesses locais, visto que grande parte não possui estrutura adequada para utilização agradável, servindo apenas como local de passagem. O desenho urbano é responsável por contribuir para a qualidade dos espaços públicos, entretanto prioriza-se mais a livre circulação do tráfego, de modo que há sempre a adaptação dos locais para comportar a nova demanda, que muitas vezes ocasiona a retirada da vegetação existente, quando esta é vista como um problema, sem levar em consideração de como as decisões mal planejadas podem acarretar em situações de segregação social e desvalorização da natureza urbana. As tentativas de controle do ambiente original, visando o usufruto da natureza, apresentam exemplos que comprovam a existência de agentes distintos que estão constantemente desenhando e redesenhando o ambiente e que atuam no processo de inventar paisagens. Esse empreendimento feito pelo ser humano se baseia no fato de que se é levado a pensar no ambiente em que se vive, buscando a qualidade de vida no meio urbano (ANDRADE, 2014).

### **Condicionamento a partir da legislação**

Sendo a cidade um organismo complexo, é possível afirmar que as estruturas sociais interferem diretamente na concepção dos espaços. Desse modo, deve-se trabalhar igualmente em todos os aspectos que condicionam a cidade à sustentabilidade: econômico, social e ecológico. Para garantir esses aspectos é preciso melhorar o planejamento, as tecnologias utilizadas, os processos, atores, serviços e, principalmente, a legislação que, de acordo com Minks (2013), seria capaz de otimizar a mobilidade, a logística, a produção e a segurança nas áreas urbanas. Grande parte das decisões apresentadas por meio da legislação ficam a cargo do poder público municipal que, segundo Fernandes (2012), deve determinar a medida entre os interesses individuais e coletivos relacionados ao solo urbano. O autor menciona, ainda, que a gestão urbana será mais democrática quanto mais canais de participação forem abertos e ocupados. Isso pelo fato de que o apoio da comunidade seja de extrema importância no processo de manutenção das áreas verdes (TEIXEIRA; MARTINS, 2020).

Em se tratando do planejamento urbano e das legislações norteadoras, as transformações urbanas afetam diretamente as áreas verdes, fazendo com que as mesmas atuem em segundo plano, na maioria dos casos, já que se prioriza a criação de empreendimentos imobiliários, condomínios fechados, entre outras intervenções que não agregam de forma social e ambiental para os locais que ainda possuem vegetação. Rogers (2001) menciona que se prioriza o ir e vir dos carros, mesmo que estes sejam responsáveis pela maior parcela de poluição do ar. Quando se analisa as prioridades da cidade para o desenvolvimento e expansão das mesmas, percebe-se que na maioria dos casos a vegetação de maior porte ou mais significativa compõem os centros ou as áreas históricas das mesmas, de modo que fica evidente que a expansão da cidade não está diretamente ligada à criação de novas áreas verdes. Este fato afeta o conforto térmico urbano, visto que o principal agente que o promove são as árvores. Se as áreas verdes urbanas não se encontram em bom estado de conservação, não estimulam a criatividade e a vontade de permanecer no local, a vivência social se limita a uma percepção parcial do espaço, contribuindo assim para a precariedade da relação entre o ser humano e a natureza. Marx (2004) menciona que as áreas verdes ficam subordinadas aos desmandos dos prefeitos, que usam a jardinagem como meio de propaganda política.

Relacionando as áreas verdes urbanas com os locais onde estão inseridas, é possível constatar certas disparidades, relacionando a falta ou presença de árvores aos níveis de saúde, ocasionados pela desigualdade urbanística. Leff (2001) contribui com o pensamento ao afirmar que a problemática

ambiental é uma questão eminentemente política, já que os conflitos socioambientais emergem de princípios éticos, culturais e de lutas pela apropriação da natureza. É possível concluir que a natureza é encarada como um inimigo a ser dominado, de modo que o ser humano violenta a paisagem, sustentado pelas decisões de poucas pessoas que possuem poder para tal, mas que têm como prioridade o prestígio político e a satisfação pessoal (MARX, 2004).

É preciso pensar em uma gestão mais justa, com mecanismos mais coerentes e inclusivos, que respaldem as mudanças necessárias para o presente e possibilitem o planejamento de um futuro baseado na sustentabilidade. Leff (2001) afirma que a sustentabilidade implica em um processo de socialização da natureza, reintegrando seus valores potenciais, a externalidades sociais, os saberes subjugados e as complexidades do mundo, para a criação de um desenvolvimento sustentável, igualitário, descentralizado e auto gestor, que seja capaz de satisfazer as necessidades básicas, respeitando a diversidade e contribuindo para a qualidade de vida.

#### **Gestão urbana e contextualização histórica de Conselheiro Lafaiete – MG**

Analisando a história de Conselheiro Lafaiete-MG, observa-se que a partir da década de 1980 a cidade foi consolidada como polo de apoio para à mineração e à indústria que se instalou na região, e aos poucos foi se desenvolvendo e adquirindo comércio e serviços de apoio à população (SOUZA, 2010). Como previsto na Lei Orgânica criada em junho de 1990, o município de Conselheiro Lafaiete possui um Plano Diretor, iniciado em 1999 e consolidado em 2010, sem participação popular. Pereira e Stephan (2017) afirmam que o município se desenvolveu sem o mínimo de arcabouço técnico e sem um planejamento urbano adequado, visto que o Plano Diretor da cidade só foi desenvolvido quando a mesma já abrigava mais de cento e dez mil habitantes.

No Plano Diretor aparecem algumas diretrizes pontuais, que visam o tratamento específico para áreas determinadas na cidade, como a área central, onde existe a intenção de realizar uma revitalização, visto que a mesma é considerada como espaço de convergência de todas as atividades urbanas do município. Dentre as diretrizes básicas, destacam-se aquelas que visam a revitalização das praças, de acordo com a vocação de cada uma delas, a implantação de projeto paisagístico visando a inclusão social, entre outras. Dentre as áreas consideradas com potencial cultural e de lazer e recreação, destacam-se: Praça do Cristo, Praça Barão de Queluz e Praça Tiradentes, que serão estudadas posteriormente.

Observa-se que muito do que é proposto pelo Plano Diretor Municipal de Conselheiro Lafaiete não foi colocado em prática, principalmente no que se refere às questões ambientais e paisagísticas. Pereira e Stephan (2017) citam que existe a falta de recursos humanos para lidar com a política urbana, falta de arquitetos e urbanistas atuando na Secretaria de Planejamento e a falta da aplicação do Plano Diretor, devendo existir um órgão responsável por sua aplicação, visto que sua efetividade depende da atuação dos gestores municipais. A Lei de Uso e Ocupação do Solo de Conselheiro Lafaiete foi criada em 2010 e sua revisão foi realizada em 2015, sendo que ainda não apresentava mapa de zoneamento. Este segue sendo representado por meio de tabela que, de acordo com Pereira (2019), poderia causar diferentes interpretações, visto que um mesmo logradouro aparece em zoneamentos diferentes. A última revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo foi feita em 17 de julho de 2019, entretanto não foram realizadas muitas modificações, salvo questões de detalhamento maior dos artigos.

#### **Praça do Cristo (Centro de lazer José Maurício Henriques)**

A Praça do Cristo é um dos pontos da cidade com maior utilização destinada ao lazer, visto que o lugar comporta práticas esportivas diversas, serve de ponto de encontro para todas as faixas etárias e possui amplo espaço aberto, propiciando diversas iniciativas de eventos à céu aberto. A Figura 1 mostra a região da praça demarcada em vermelho, sendo possível visualizar a composição do local, bem como a relação dos espaços verdes.



Figura 1: Região comportada pela Praça do Cristo, em Conselheiro Lafaiete – MG  
 Fonte: Google Maps, com modificações dos autores (2019)

A seguir, na Tabela 4, é possível analisar os dados obtidos através do levantamento térmico na Praça do Cristo, realizado nos dias 30 de agosto (Inverno) e 18 de outubro (Primavera) de 2019, em três horários ao longo do dia. Na Tabela 5, a seguir, apresentam-se as aplicações dos dados nas equações referentes ao estudo em questão.

**Tabela 4: Resultados das medições na Praça do Cristo, em Conselheiro Lafaiete – MG**

Praça do Cristo	Inverno			Primavera		
	9H	13H	17H	9H	13H	17H
Temperatura média	18°C	23°C	22°C	25,6°C	28,4°C	28,5°C
Umidade relativa do ar	53,27%	37,08%	53,50%	47,20%	34,30%	27,50%
Ventos	0,35m/s	0,50m/s	0,14m/s	0,02m/s	0,09m/s	0,95m/s

**Tabela 5: Aplicação dos dados levantados na Praça do Cristo, em Conselheiro Lafaiete - MG**

Praça do Cristo	Inverno			Primavera		
	9H	13H	17H	9H	13H	17H
<b>Equação específica</b>						
<b>TE</b>	16,50	19,73	19,77	22,31	23,56	23,13
<b>TEv</b>	19,42	26,18	23,88	28,36	32,68	33,53
<b>ID</b>	17,10	20,06	20,08	22,38	23,38	22,92

A temperatura média na praça, no Inverno, sofreu pouca variação durante o dia e, auxiliado pela presença das árvores que proporcionam sombreamento por todo local, o clima estava agradável em todas as medições. De acordo com as análises feitas por meio das equações e tabelas específica, observa-se que as sensações térmicas estão dentro do que será aceitável e considerado confortável, variando apenas de ligeiramente frio para ligeiramente quente, dependendo do horário, sendo que predominou o bem-estar. Durante o levantamento térmico da Primavera, foi possível perceber que o uso do local cresceu em sua proporção. O dia estava agradável, apesar da temperatura estar mais elevada quando comparada à do Inverno. No final do dia, durante o levantamento das 17 horas, haviam alguns pontos de queimadas na região, que podem ter afetado a umidade relativa do ar e, possivelmente, os resultados obtidos, já que se observou uma leve queda da mesma. A temperatura média na Praça do Cristo sofreu pouca variação ao longo do dia e, se comparando aos demais locais estudados, se manteve, aproximadamente, 5°C abaixo dos valores encontrados.

Quando se analisa o impacto visual, percebe-se que o local não está sendo utilizado em todo seu potencial e poderia estimular à criatividade, com a composição estética mais dinâmica e contemporânea, visando a utilização do espaço não só pelos equipamentos urbanos, mas também pela expressividade e vitalidade que o mesmo emite. A população faz uso da praça para caminhadas e outras práticas esportivas, como jogos e aulas de yoga ao ar livre. Além disso, o local vem sendo muito requisitado para produção de eventos que atraem toda comunidade, como feiras, festivais, etc. O local também foi palco para as manifestações que ocorrem no ano de 2018, servindo de ponto de encontro e local de debate. Com tudo isso, percebe-se que a Praça do Cristo, a seu modo, é um local de representatividade e pertencimento, ainda que necessite de manutenção e adequação ao longo de toda a sua estrutura.

### Avenida Telesforo Cândido de Resende

A Avenida Telesforo Cândido de Resende é um dos principais pontos da cidade, devido a sua localização e a concentração do comércio na região, que abriga desde lojas variadas até locais de lazer e alimentação, atraindo diversos tipos de públicos para o local, principalmente aos domingos. A avenida possui uma rotatória que é composta por uma área que, apesar de não possuir grande infraestrutura, é frequentada pela população. A seguir, na Figura 2, tem-se a região da praça que compõem a rotatória e da avenida demarcadas em amarelo, sendo possível visualizar a composição do local, bem como a relação dos espaços verdes e do seu entorno.



Figura 2: Rotatória e parte da Avenida Telesforo Cândido de Resende, em Conselheiro Lafaiete - MG  
Fonte: Google Maps, com modificações dos autores (2019)

Abaixo, na Tabela 6, é possível analisar os dados obtidos através do levantamento térmico na Rotatória que compõem a Avenida Telesforo Cândido de Resende, realizado nos dias 30 de agosto (Inverno) e 18 de outubro (Primavera) de 2019, em três horários ao longo do dia. Na Tabela 7, a seguir, apresentam-se as aplicações dos dados nas equações referentes ao estudo em questão.

Tabela 6: Resultados das medições na Avenida Telesforo Cândido de Resende, em Conselheiro Lafaiete – MG

Avenida Telesforo C. Resende	Inverno			Primavera		
	9H	13H	17H	9H	13H	17H
Temperatura média	22°C	26°C	24°C	31,4°C	31,5°C	30,9°C
Umidade relativa do ar	35,43%	27,40%	52,90%	31,70%	28,80%	26,20%
Ventos	0,27m/s	0,39m/s	0,21m/s	0,10m/s	1,57m/s	0,46m/s

Tabela 7: Aplicação dos dados levantados na Praça do Cristo, em Conselheiro Lafaiete - MG

Av. Telesforo C. Resende	Inverno			Primavera		
	9H	13H	17H	9H	13H	17H
Equação específica						
TE	18,90	21,35	21,36	25,55	25,38	24,73
TEv	25,05	30,42	26,22	36,49	37,09	36,48
ID	19,36	21,41	21,54	25,05	24,84	24,24

A temperatura média na praça, no Inverno, sofreu variação significativa durante o dia e a permanência estava extremamente desconfortável na medição das 13 horas, pois o mobiliário urbano se aquece com facilidade, devido à falta de sombreamento adequado. De acordo com as análises feitas, observa-se que as sensações térmicas variam entre ligeiramente quente para quente, no período de maior incidência solar. Os resultados mostram que parte da população poderia sentir desconforto ao utilizar o espaço, fato que foi comprovado durante as medições. Ainda que exista desconforto, a praça é utilizada por trabalhadores locais, que usam o local durante seu horário de almoço. Durante o levantamento térmico da Primavera, foi possível perceber que o uso do local diminuiu em sua proporção, fato que pode ser justificado pelos índices encontrados. A temperatura média sofreu pouca variação ao longo do dia, entretanto os valores encontrados foram responsáveis por contribuir para a inutilização do local, que apesar de ter suporte térmico das árvores que compõem a avenida, não regulam a temperatura com facilidade. A umidade relativa do ar também influenciou para a obtenção das impressões, uma vez que ao longo do dia, só diminuiu, criando, assim, massas de ar quente que só eram amenizadas com o fluxo de ventos que atingia o local em alguns momentos.

Quando se analisa o impacto visual, percebe-se que a composição estética poderia ser mais dinâmica e contemporânea, seguindo a massa arbórea que compõem os canteiros da avenida e auxiliam na condição térmica do local, que só não é pior por conta da presença de grande quantidade de árvores ao longo da avenida. Ademais os canteiros da avenida não possuem nenhum tipo de forração e necessitam de manutenção, pois em vários locais estão depredados.

### **Praça Barão de Queluz**

A Praça Barão de Queluz, de acordo com o histórico da cidade, é o espaço público mais antigo do município e, por isso, possui grande influência, atraindo a população tanto nos dias de missa na Igreja Matriz, quanto nos demais dias, seja para descanso ou apenas por servir de local de passagem. A seguir, a Figura 3 mostra a região da praça demarcada em roxo, sendo possível visualizar a composição do local, bem como a relação dos espaços verdes e do seu entorno, com a igreja (à esquerda) e o antigo fórum da cidade (à direita).



Figura 3: Região comportada pela Praça Barão de Queluz, em Conselheiro Lafaiete - MG  
Fonte: Google Maps, com modificações dos autores (2019)

A seguir, na Tabela 8, é possível analisar os dados obtidos através do levantamento térmico na Praça Barão de Queluz, realizado nos dias 30 de agosto (Inverno) e 18 de outubro (Primavera) de 2019, em três horários ao longo do dia. Na Tabela 9, a seguir, apresentam-se as aplicações dos dados nas equações referentes ao estudo em questão.

**Tabela 8: Resultados das medições na Praça Barão de Queluz, em Conselheiro Lafaiete – MG**

Praça Barão de Queluz	Inverno			Primavera		
	9H	13H	17H	9H	13H	17H
Temperatura média	22°C	27,5°C	22°C	28,5°C	31,8°C	30,1°C
Umidade relativa do ar	31,60%	24,30%	50,60%	29,80%	26,80%	25,80%
Ventos	0,22m/s	0,11m/s	1,41m/s	0,21m/s	0,71m/s	0,80m/s

**Tabela 9: Aplicação dos dados levantados na Praça Barão de Queluz, em Conselheiro Lafaiete - MG**

Praça Barão de Queluz	Inverno			Primavera		
	9H	13H	17H	9H	13H	17H
Equação específica						
TE	18,72	22,20	19,63	23,30	25,42	24,13
TEv	25,28	30,40	24,26	33,21	37,56	37,66
ID	19,18	22,09	19,96	23,09	24,83	23,73

A temperatura média na praça, no Inverno, sofreu variação significativa durante o pico da incidência solar, às 13 horas, de modo que apesar de estar em região sombreada, a permanência era predominantemente desagradável. De acordo com as análises feitas por meio das equações e tabelas específicas, observa-se que as sensações térmicas variam entre ligeiramente quente para quente, no período de maior incidência solar. Os resultados mostram que parte da população poderia sentir desconforto ao utilizar o espaço, fato que foi comprovado durante a medição das 13 horas. Ainda que exista desconforto, a praça é muito utilizada ao longo de todo o dia, principalmente na área dos pergolados, onde é possível se abrigar à sombra. Apesar de haver um plano paisagístico para o local, o mesmo conta com uma composição botânica predominantemente arbustiva, que dificulta a obtenção de sombras, justificando o desconforto sentido no horário de maior incidência solar.

Durante o levantamento térmico da Primavera, foi possível perceber que o uso do local cresceu em sua proporção, sendo facilmente encontradas pessoas utilizando todos os bancos que compõem a Praça Barão de Queluz, mas principalmente abrigadas sob os pergolados. A temperatura média sofreu pouca variação ao longo do dia, entretanto os valores encontrados foram responsáveis por contribuir para a sensação de calor excessivo. A umidade relativa do ar também influenciou para a obtenção das impressões, variando em escala mínima ao longo do dia.

Quando se analisa o impacto visual, percebe-se que o local passou recentemente por uma revitalização, pois possui composição paisagística agradável e com constante manutenção, ainda que o mobiliário urbano não estimule à criatividade, pois segue um padrão antigo, ainda que devam ter sido adquiridos nas últimas décadas. Os registros históricos do local mostram que a mesma mantém, em algum grau, fidelidade à sua composição original.

### **Praça Tiradentes**

A Praça Tiradentes, assim como a Praça Barão de Queluz, faz parte da área mais antiga da cidade, possuindo grande influência histórica e também por conta da sua localização, próximo ao cinema, supermercado e comércio em geral. A praça atrai a população tanto nos dias de missa na Igreja Matriz, quanto nos demais dias, sendo utilizada em especial pela terceira idade, que promove jogos no local. Existem iniciativas que promovem feiras e atividades de lazer em datas específicas como no carnaval. A seguir, a Figura 4 mostra região da praça demarcada em laranja, sendo possível visualizar a composição do local, bem como a relação dos espaços verdes e do seu entorno.



Figura 4: Região comportada pela Praça Tiradentes, em Conselheiro Lafaiete - MG  
Fonte: Google Maps, com modificações dos autores (2019)

Abaixo, na Tabela 10, é possível analisar os dados obtidos através do levantamento térmico na Praça Tiradentes, realizado nos dias 30 de agosto (Inverno) e 18 de outubro (Primavera) de 2019, em três

horários ao longo do dia. Na Tabela 11, a seguir, apresentam-se as aplicações dos dados nas equações referentes ao estudo em questão.

**Tabela 10: Resultados das medições na Praça Barão de Queluz, em Conselheiro Lafaiete – MG**

Praça Tiradentes	Inverno			Primavera		
	9H	13H	17H	9H	13H	17H
Temperatura média	23°C	31°C	22°C	30,2°C	31,7°C	30,8°C
Umidade relativa do ar	36,30%	22,10%	51,10%	31,40%	26,50%	25,20%
Ventos	0,11m/s	0,50m/s	0,67m/s	0,19m/s	1,91m/s	1,48m/s

**Tabela 11: Aplicação dos dados levantados na Praça Tiradentes, em Conselheiro Lafaiete - MG**

Praça Tiradentes	Inverno			Primavera		
	9H	13H	17H	9H	13H	17H
Equação específica						
TE	19,69	24,46	19,65	24,66	25,32	24,58
TEv	26,13	36,97	24,15	35,11	37,57	36,56
ID	20,02	23,93	19,98	24,28	24,75	24,09

A temperatura média na praça sofreu variação significativa durante o pico da incidência solar, às 13 horas, de modo que a permanência no local foi extremamente desconfortável, visto que o local conta com grande área aberta sem nenhum tipo de vegetação, além de possuir composição botânica predominantemente caduca, que perde sua folhagem no Inverno. De acordo com as análises, observa-se que as sensações térmicas variam entre ligeiramente quente para muito quente, no período de maior incidência solar. Os resultados mostram que parte da população poderia sentir desconforto ao utilizar o espaço, fato que foi comprovado durante a medição das 13 horas. Ainda que exista desconforto, a praça é muito utilizada ao longo de todo o dia, principalmente na área das mesas de jogos, mesmo que o mobiliário urbano seja precário e o local necessite ser revitalizado, incluindo mais áreas verdes, além da necessidade de manutenção da fonte que compõem o local, que nunca está em funcionamento.

Durante o levantamento térmico da Primavera, foi possível perceber que o uso do local cresceu em sua proporção, sendo facilmente encontradas pessoas utilizando os bancos e as mesas disponíveis, mas sempre procurando se abrigar a sombra. A temperatura média sofreu pouca variação ao longo do dia, entretanto os valores encontrados foram responsáveis por contribuir para a sensação de calor excessivo, que só era de certa forma aliviado com a presença de correntes de vento, uma vez que somente a umidade relativa do ar não fosse suficiente para equilibrar o ambiente. Quando se analisa o impacto visual, percebe-se que o local não está sendo utilizado em todo seu potencial e poderia estimular à criatividade, com a composição estética mais dinâmica e contemporânea, promovendo um uso mais confortável e estimulante pelos usuários assíduos do local. Assim como

por sua estética, a elaboração de um paisagismo mais expressivo auxiliaria na condição térmica do local, que se difere sobremaneira da composição inicial, observada nos registros históricos. Ademais, o local está com depreciação significativa, necessitando de manutenção urgente.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As praças estudadas contam com estrutura, em sua maior parte, inadequada e precária, sem estímulos contemporâneos que possibilitem a utilização do local em sua potencialidade. O que contribui para o pensamento de que seja preciso pensar e ordenar intervenções em áreas antigas das cidades, que acabam à mercê de mudanças não planejadas e até mesmo prejudiciais (TEIXEIRA; MARTINS, 2020). Além da estrutura física, esses locais também não garantem totalmente o conforto térmico, que, como estudado ao longo desta pesquisa, atua como agente social, visto que os espaços públicos são locais onde se faz valer o direito à cidade.

Conselheiro Lafaiete possui uma legislação defasada, que reflete diretamente na gestão dos espaços públicos verdes da cidade, de modo que não exista suporte para aplicação de mecanismos em conformidade com a sustentabilidade e que promovam a qualidade e o pertencimento afetivo urbano. Muitas propostas estipuladas pelo Plano Diretor, como a intenção de tratamento da área central da cidade, revitalização de praças, criação de recuos especiais para ampliação do espaço público e criação de projeto paisagístico, não são colocadas em prática e acabam ainda sendo bem divergentes à situação encontrada e possibilitada pela própria Lei de Uso e Ocupação do solo do município. Esta situação acontece em muitos municípios brasileiros, e grande parte dos mecanismos que ainda poderiam satisfazer as necessidades de preservação e manutenção da qualidade urbana, são ignorados na prática.

#### 5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rubens de. *Reflexões preliminares e a crítica ao paisagismo no Brasil: um debate histórico e de longa duração*. In: Rubens de Andrade (org.). Paisagismo(s) no Brasil: um campo hegemônico em debate. Rio de Janeiro, RJ: Rio Book's, 2014.

FERNANDES, Edésio. *Direito e gestão na construção da cidade democrática no Brasil*. Oculum Ensaios, n. 4, p. 16-33, 2012.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes/PNUMA, 2001.

MARX, Roberto Burle. *Arte a paisagem: conferências escolhidas*. 2ª ed. Rev. e ampl. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2004.

MINKS, Volker. *A rede de design verde urbano – Uma alternativa sustentável para megacidades?* Revista LABVERDE, (7), 2013. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.v0i7p120-141>

PEREIRA, Ana Clara de Souza. *Conselheiro Lafaiete, MG: cidade média em consolidação. Um estudo sobre o espaço intraurbano no período 1970-2018.* 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019.

PEREIRA, Ana Clara de Souza; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. *Análise do Plano Diretor de Conselheiro Lafaiete, MG, à luz do Estatuto da cidade.* 4º Fórum Habitar. Belo Horizonte, 2017.

ROGERS, Richard. *Cidades para um pequeno planeta.* 3ª reimpressão da 1ª ed. Barcelona: Gustavo Gili, SL, 2001.

SANTOS, Juliete B; AMORIM, Ricardo F. C; CAVALCANTE, Laiane P. A. *Análise do conforto térmico humano no Município de Arapiraca – Alagoas, utilizando Software Matlab.* Revista Brasileira de Geografia Física, vol.07, n.05 (Número Especial-VIWMCRHPE), (2014) 939-948.

SOBRINHO, Liton L. P; PIRES, Nara S.S. *Biodemocracia: uma leitura a partir da decolonialidade do saber.* Revista Direito Ambiental e sociedade, v. 8, n. 1, 2018 (p. 7-23).

SOUZA, Leandro de Aguiar e. *Processos regionais, instrumentos urbanísticos municipais: uma abordagem da chamada rede urbana do Alto Paraopeba, Minas Gerais - DOI: 10.5752/P.2316-1752.2010v17n21p114.* Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 17, n. 21, p. 114, 2010. ISSN 2316-1752.

TEIXEIRA, Amanda Burgarelli; MARTINS, Mateus de Carvalho. *A importância das árvores na cidade de Lavras, Minas Gerais, Brasil. Perspectivas de conforto térmico-visual e pertencimento afetivo urbano.* Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233), [S.l.], v. 10, n. 1, p. 101, fev. 2020. ISSN 2318-3233.

## Deserto modelado – a resistência ressignificada

### *Modeled desert - resistance resignified*

SALES, Cristiano Lima

*Doutorando em História na UFJF, professor DAUAP-UFSJ, c.lima@ufsj.edu.br*

PIRES, Henrique Junio Alves de Oliveira

*Graduando em Artes Aplicadas, DAUAP-UFSJ, henrique-oliveira@live.com*

#### RESUMO

Esta é uma pesquisa no campo das artes aplicadas e do *design* com referências transdisciplinares que tangenciam questões geográficas, históricas, ambientais e culturais em torno de Taos Pueblo - povoado situado no Novo México, dentro da perspectiva da resistência e do protagonismo indígena no contexto da formação dos Estados Unidos. A paisagem natural dessa região, junto à cultura e história dos Pueblos indígenas e sua relação conflituosa com os colonizadores europeus que conquistaram seus territórios, receberam um olhar atento, em especial no tocante aos símbolos da resistência. Elementos naturais, culturais, históricos e do cotidiano dos Pueblos nativos foram ressignificados e transformados em componentes de uma série de peças em cerâmica contemporânea que transita entre os universos dos utilitários e dos objetos de arte.

**PALAVRAS-CHAVE:** cerâmica, *design*, arquitetura, resistência, Taos Pueblo.

**LINK:** [https://9a8dbd14-1557-4845-845f-](https://9a8dbd14-1557-4845-845f-2d051a63f081.filesusr.com/ugd/dd00af_149f11887e2947aab1c574f44b9719a8.pdf)

[2d051a63f081.filesusr.com/ugd/dd00af\\_149f11887e2947aab1c574f44b9719a8.pdf](https://9a8dbd14-1557-4845-845f-2d051a63f081.filesusr.com/ugd/dd00af_149f11887e2947aab1c574f44b9719a8.pdf)

#### ABSTRACT

*This is a transdisciplinary research in applied arts and design studies with geographic, historical, environmental and cultural issues taking into consideration Taos Pueblo's culture and references, located in New Mexico – according to the perspective of resistance and indigenous protagonism in the context of United States history. The natural landscape of this region, culture, the history of the indigenous Pueblos, their habits and customs and their conflicting relationship with the European colonizers who conquered their territories were specially taken into consideration mainly due to the symbols of resistance. Natural, cultural, historical and everyday elements of the native Pueblos were resignified and transformed into a series of pieces in contemporary ceramics that move through the universes of utilitarian and art objects.*

**KEY-WORDS:** *ceramics, design, architecture, resistance, Taos Pueblo.*

## 1 INTRODUÇÃO

Os nativos da América do Norte somavam dezenas de povos com culturas muito diversas e ocupavam a totalidade do território norte-americano até o século XVII, antes da chegada e estabelecimento dos colonos europeus. Com a colonização, os povos indígenas foram, aos poucos, perdendo seus territórios e sofrendo impactos nas suas culturas. Nessa época, houve um verdadeiro massacre dos indígenas que resistiram à colonização, cada vez mais deslocados para o Oeste.

Somente no século XX o impasse conflituoso pela posse territorial entre a sociedade norte-americana em formação e expansão e a diversidade de povos indígenas que ainda restaram, foi parcialmente resolvido pelo governo dos Estados Unidos, que estabeleceu reservas indígenas para os descendentes destes povos viverem e manterem o que restou da cultura de cada etnia<sup>1</sup>.

Esta pesquisa procurou explorar a narrativa da resistência indígena na América do Norte, transpondo-a para elementos plásticos, visuais. Para estabelecer um recorte mais preciso para nosso estudo, escolhemos um grupo cultural indígena diverso, mas com traços culturais em comum, que se destaca pela destreza e riqueza do fazer artístico - os Pueblos, que, atualmente, vivem na região do Estado do Novo México, sudoeste dos Estados Unidos<sup>2</sup>. A ligação desses povos indígenas com seu território é tão forte a ponto de sua identidade cultural se confundir com a própria denominação da área que eles ocupavam e ainda ocupam. Ou seja, quando nos referimos, de maneira geral aos pueblos, estamos falando dos núcleos habitacionais e territórios ocupados pelos indígenas reconhecidos historicamente como “os Pueblos”. Entre esses indígenas há subdivisões em clãs ou famílias aparentadas, cada uma com variações culturais e lideranças próprias, por exemplo, as tribos Tiwa, Tewa, Towa e Tano, ao norte; os Pecos, a leste e os Zuni e os Hopi, a oeste<sup>3</sup>.

Em 1680, aconteceu o maior ato de resistência desses povos, indignados com as novas regras que os colonizadores espanhóis estavam impondo em suas próprias terras, afetando suas tradições culturais. Os Pueblos levantaram-se contra aquele sistema matando cerca de 400 espanhóis e expulsando mais de 2000 colonos que haviam se estabelecido em seus territórios. Nesse período, uma das tribos se destacou por abrigar o líder indígena Popé (ou Po’pay), que conseguiu aglutinar a maioria dos grupos pueblo em torno da luta e dos ideais revolucionários. Essa tribo habitava a aldeia chamada “Taos Pueblo”, localizada na base das Montanhas Sangre de Cristo, em região desértica do Estado do Novo México, ao norte de Santa Fé. Hoje, enquanto a maioria dos antigos pueblos se descaracterizou (transformando-se em conjuntos habitacionais semelhantes a favelas), no local do pueblo Taos, construído por volta de 1450, ainda existe uma das mais antigas comunidades indígenas habitadas continuamente da América do Norte. A área tornou-se Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO e “Local Histórico Nacional dos Estados Unidos da América”, em 1992<sup>4</sup>.

Na história de resistência indígena<sup>5</sup> protagonizada pelos Pueblos existem detalhes que mereceram atenção especial nesta pesquisa, como o uso de símbolos e outros elementos visuais presentes em objetos de sua cultura material, utilizados no cotidiano, que veiculavam mensagens e até instruções precisas para os movimentos revolucionários, numa espécie de linguagem estética codificada,

compartilhada apenas pelos indígenas do agrupamento pueblo. A forma mais objetiva e prática que pensamos para eternizar e tornar pública toda essa história, foi aplicar uma releitura dos grafismos, símbolos e formas que remontam a esse universo cultural dos Pueblos em peças de cerâmica contemporânea. A própria matéria-prima escolhida para a confecção das peças reforça a ideia de resistência, essencial no projeto: Ainda que a argila seja um material que é submetido a condições extremas de temperatura e mudanças físico-químicas no processo de transformação em cerâmica, não é destruída, ao contrário, ela resiste e, por fim, converte-se em corpo cerâmico muito mais resistente do que a própria matéria argilosa original. Ou seja, justamente pela força da pressão dos elementos externos que a modificam, quando o processo de transformação alcança êxito, as frágeis formas criadas em argila eternizam-se como objetos mais resistentes, em cerâmica.

A construção simbólica das obras aqui apresentadas incorporou, ainda, outra referência para explorar o conceito de resistência: a “estética dos cactos” e de outras plantas xerófitas. Suas formas foram espelhadas em alguns dos objetos criados. Os cactos são plantas que ocorrem em regiões desérticas, lugares muito secos, ventosos e com amplitude térmica extrema, enfrentando temperaturas altíssimas durante o dia e muito baixas à noite. Onde outras plantas não conseguem sobreviver, esses legítimos símbolos de resistência da natureza crescem e se reproduzem a partir de adaptações às intempéries do meio. O sudoeste dos Estados Unidos, território histórico dos Pueblos, é um habitat semidesértico onde vivem muitas espécies de clima árido. Uma das de maior destaque são os Saguars – cactos colunares de grandes dimensões, que formam verdadeiras colônias, por exemplo, no Deserto de Sonora, localizado próximo à zona dos Pueblos.

Assim, tendo como contexto o sudoeste dos Estados Unidos, procurou-se trabalhar plasticamente, em peças de cerâmica contemporânea, o ato de resistir implícito nas formas dos cactos, associando a elas a simbologia própria da histórica postura de resistência dos indígenas Pueblos, reverberando a necessidade e a importância da resistência cultural na contemporaneidade.

## **2 GEOGRAFIA E RIQUEZAS NATURAIS**

O Estado do Novo México é um território de terras altas localizado no sudoeste dos Estados Unidos, com uma área total de cerca de quatro milhões de quilômetros quadrados, fazendo divisa com os Estados do Colorado, Oklahoma, Texas, Arizona, Utah e, ao sul, com o México. A peculiar geografia local influencia na constituição de ricos e diversificados sistemas naturais, com desertos, cânions e formações rochosas vulcânicas cujas elevações variam de 600 metros na região do Deserto de Sonora

a 4.000 metros acima do nível do mar nas Montanhas Rochosas. O solo árido e o clima bastante seco fazem com que existam poucos sistemas fluviais, mas o bastante para atender a uma população de mais de dois milhões de habitantes. Apresenta uma taxa de precipitação anual média de 60 cm, com temperaturas que variam de 1°C no inverno e 23°C no verão. Com isso, o Novo México conta com formações geológicas, micro-climas, fauna e flora que constituem, pelo menos, sete zonas ecológicas espalhadas do norte ao sul do Estado<sup>6</sup>.

Além de servir como alimento e base para inúmeras atividades econômicas, a rica flora dessa região exibe algumas espécies que estão relacionadas às tradições simbólicas vivenciadas por povos nativos. Em meio a gramíneas do deserto, florestas de pinheiros, arbustos ribeirinhos, bosques de carvalho e flores silvestres, encontra-se uma grande variedade de cactáceas, entre as quais se destacam os Saguaros, naturais das imediações do Deserto de Sonora, que abrange parte do sul dos Estados Unidos e Norte do México. Devido à sua forma marcante e por estar sempre associado a paisagens desérticas, essa imponente espécie de cactácea tornou-se um ícone popular do deserto. Entretanto, no Novo México, o Saguaro divide as atenções com outra planta: nativa das áreas quentes e secas da América do Norte e Central, a flor da *Yucca* foi escolhida por estudantes da região como símbolo natural oficial do Estado do Novo México em 1927<sup>7</sup>. Existem cerca de 40 espécies de *Yucca*, planta que, além de suas características ornamentais, também é fonte alimentícia, podendo-se aproveitar seus frutos, sementes, flores e caules. Seus troncos também são utilizados na construção de casas.



**Figura 1: Cactos Saguaros no Parque Nacional dos Saguaros**  
 Fonte: [www.nps.gov](http://www.nps.gov)



**Figura 2: Flores da planta *Yucca***  
 Fonte: [www.americansouthwest.net/plants](http://www.americansouthwest.net/plants)

É clara a importância econômica e turística que os Saguars e as Yuccas têm para o Novo México. No entanto, a forte mensagem implícita de resistência que ambas as espécies transmitem também importa. O fato de enfrentarem condições de aridez e, ainda assim, crescerem vigorosas e se reproduzirem a partir de adaptações biológicas, legitimou a escolha dessas espécies para integrarem esta pesquisa, cuja ideia motivadora é a resistência expressa em formas naturais e culturais.

### 3 UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

Existem narrativas na tradição oral que afirmam que milhares de pessoas viveram no sudoeste norte-americano por pelo menos 10 mil anos antes da colonização europeia. A arqueologia da região confirma a presença de grupos humanos na área desde cerca de 11,4 mil anos atrás – trata-se da “Cultura Clóvis”, povo identificado na cidade de Clóvis (a sudeste de Santa Fé)<sup>8</sup>. Porém a história escrita da área só teve início através dos colonizadores hispânicos, por volta dos anos de 1540. Por outro lado, sabemos que muito foi perdido nesse processo de colonização: antigas construções, locais sagrados, práticas de artesanato e outros ofícios exercidos pelos nativos.

Em meio à riqueza natural do Novo México, vivem atualmente 23 etnias, sendo que 19 delas são indígenas Pueblos. Ao norte da capital, Santa Fé, em uma região geograficamente diversa com planaltos e montanhas atravessadas pelo Rio Grande, fica o condado de Taos, local onde residem os *Taos Pueblos*. A história moderna do local começa com a chegada dos exploradores espanhóis em 1540. Esse contato foi o primeiro de muitos outros que mudariam para sempre a história desse povoado que é um dos principais atrativos no âmbito do turismo artístico-cultural dos Estados Unidos. Mas toda a região passou por vários conflitos para se tornar o que conhecemos hoje<sup>9</sup>. A histórica resistência dos nativos do Taos pode ser dividida em três grandes revoltas contra o domínio espanhol em 1631, 1680 e 1695.

Vale mencionar alguns detalhes da riqueza simbólica e narrativa do conflito de 1680. Pouco antes desse momento da “Revolução Pueblo”, um líder indígena chamado Popé, estabelecido junto aos Taos Pueblos, enviou “cordas com nós” através de mensageiros a todas as tribos aliadas da revolução. A cada dia, uma liderança desfazia um nó da corda para avisar que estava pronta para o embate contra os colonizadores. O ataque coletivo só começaria quando o último nó fosse desamarrado. Discreta e inteligente, a estratégia durou pouco tempo. Espanhóis capturaram mensageiros e os torturaram para revelar o significado daquele “código dos nós”, fato que levou

Popé a interromper a revolução. Ainda assim várias tribos uniram-se e conseguiram expulsar os espanhóis de suas terras. A sangrenta batalha levou à morte de cerca de 400 colonos.

Sedentos pelas terras, os espanhóis retornaram, bem mais atentos ao contato e relacionamento com os indígenas, depois da derrota que viveram ali. Os então bravos guerreiros indígenas passaram a conviver com a nova realidade da presença de estrangeiros em seus territórios. Aprenderam sobre a cultura europeia, principalmente sobre a pecuária, que até então não era uma atividade econômica praticada por eles<sup>10</sup>.



**Figuras 3 e 4: Antigos Pueblos de Taos**

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Taos - <https://taos.org/places/taos-pueblo/>

O Taos Pueblo de hoje, orgulha-se de sua longa história de resistência e celebra características multiculturais. O local é reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Histórico Nacional, e as construções em adobe com vários andares são continuamente utilizadas como moradia desde cerca de mil anos atrás, constituindo o povoado habitado mais antigo dos Estados Unidos<sup>11</sup>.

A geografia peculiar e o estilo de vida simples dos nativos do Taos atraíram escritores, fotógrafos e artistas para a região. Esses acabaram por criar novas linguagens artísticas com influências locais, na contramão das regras europeias, a exemplo de Georgia O'Keeffe (1887- 1986) – importante artista modernista norte-americana que dedicou vários anos de sua vida a pintar o Novo México em busca da “essência” do país<sup>12</sup>.

#### **4 CORES E FORMAS DA PAISAGEM DO TAOS PUEBLO NO PROCESSO CRIATIVO**

Apesar das transformações provocadas ao longo da história, ainda hoje é possível empreender uma “imersão” estimulante na pitoresca paisagem natural e cultural da região do Taos Pueblo, pouco explorada por artistas não-nativos dos EUA.

No livro “A Invenção da Paisagem”, Anne Cauquelin defende a tese de que a paisagem é, necessariamente, uma construção cultural, ou seja, uma criação<sup>13</sup>. Nesse sentido nos apropriamos de alguns elementos da paisagem do Taos a fim de ressignificar simbolicamente essa paisagem, compondo a criação do trabalho plástico desta pesquisa. A riqueza natural associada à paisagem cultural da região oferece uma gama de símbolos que demarcam as narrativas de grupos indígenas milenares. Dentre esses elementos temos rios e lagos sagrados; a arquitetura colonial composta por peculiares construções em adobe que mais parecem esculturas naturais; símbolos da Revolução Pueblo de 1680, além dos elementos naturais como a vegetação xerófila, a neve e as pimentas cultivadas pelos nativos. Definimos também uma paleta de “cores locais”: azul turquesa (referência ao céu descoberto, ao Lago Azul, ao Rio Grande e às portas pintadas dos edifícios), terracota (referência ao adobe e à paisagem natural desértica), branco (remetendo à neve e aos detalhes arquitetônicos) e verde (da vegetação). Assim, o processo de ressignificação dessa paisagem natural e cultural tomou corpo na forma de séries de objetos em cerâmica contemporânea com paleta cromática e grafismos que remetem à paisagem pesquisada. A seguir, apresentamos alguns dos elementos dessa paisagem que destacamos para trabalhar no nosso processo criativo:

**4.1 Rio Grande** – É o rio mais importante do Estado do Novo México e um dos maiores da América do Norte. Grande parte do seu curso fica em uma profunda falha geológica, fluindo para leste do Golfo do México. Durante toda a história, vários povos nativos construíram vilarejos em volta desse rio por conta da realidade ambiental instável da região.



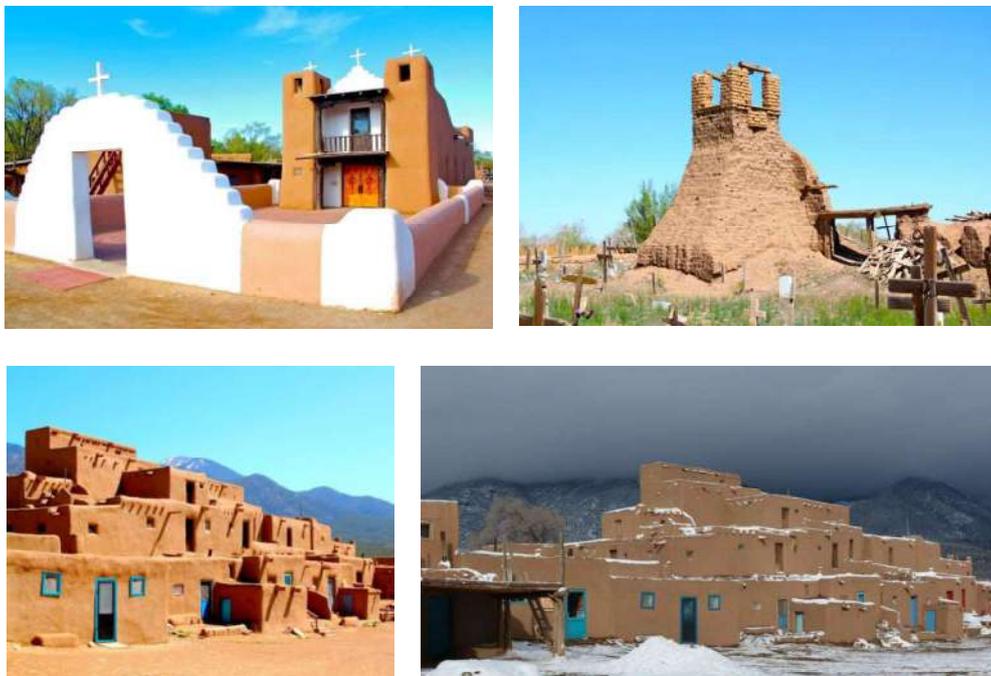
Figura 5: Rio Grande

Fonte: Imagem extraída de vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cmLAF37zsE8>

**4.2 Lago Azul** – Em meio às montanhas no norte do Novo México localiza-se um antigo lago sagrado para os Pueblos: o Lago Azul ou, na língua nativa, *Ba Whyea*. Segundo a tradição oral, os povos do

Taos foram criados pelas águas sagradas do Lago Azul, que é essencial para a cultura, a religiosidade e a vida cotidiana dos indígenas. O local foi temporariamente tomado pelo governo dos EUA e posto sob o controle do Serviço Florestal, causando uma luta dos indígenas por liberdade religiosa e proteção das suas terras sagradas. Em 1970 o Lago Azul voltou a fazer parte do território do Taos Pueblo<sup>14</sup>.

**4.3 A arquitetura do Taos Pueblo** – As construções locais são, em sua grande maioria, feitas em adobe: terra misturada com água e palha, vertida em formas ou transformada em tijolos secos ao sol. Ainda é possível encontrar na região prédios construídos entre 1000 e 1450 d.C.<sup>15</sup> e também muitos exemplares da arquitetura influenciada por espanhóis. Quando esses chegaram pela primeira vez na região, acharam que haviam encontrado uma “Cidade de Ouro” por causa do mineral micáceo<sup>16</sup> componente da argila usada para enlamear as casas. O conjunto de casas individuais construídas lado a lado e em camadas, com paredes comuns, mas sem portas de ligação é um ícone arquitetônico da cidade de Taos. Existe uma longa tradição regional de pintar portas e janelas em tons de azul e a explicação mais popular para esse costume entre os moradores é que as portas azuis serviriam para manter longe os maus espíritos<sup>17</sup>.



Figuras 6 a 9: Imagens do Taos Pueblo em diferentes estações do ano  
 Fonte: <https://thomaswilmer.com/new-mexicos-taos-pueblo-inhabited-for-1000-years/>

**4.4 Neve** – No rigoroso inverno branco do Taos Pueblo, os suaves tons de terra e as muitas portas pintadas de azul, criam um contraste único e marcante. Seria surreal, não fosse cientificamente explicado – devido à altitude da região, pensar em neve numa região seca e desértica.

**4.5 Pimenta** – Muito presentes na culinária do Novo México, as pimentas são base para muitas receitas e importante fonte de renda local. Geralmente utilizadas secas, são penduradas do lado de fora das casas para passar por um processo de desidratação natural pelo clima árido.

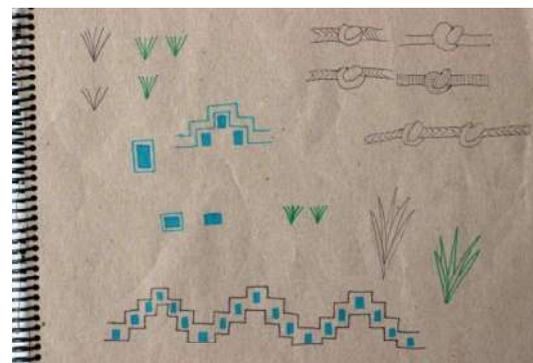


Figuras 10 e 11: Pimentas secando ao sol no Taos Pueblo

Fonte: <https://thomaswilmer.com/new-mexicos-taos-pueblo-inhabited-for-1000-years/>

## 5 PROCESSO PRÁTICO DE CRIAÇÃO PLÁSTICA

Após uma imersão nas imagens provenientes do Taos Pueblo pesquisadas nas fontes bibliográficas e na internet, iniciamos o trabalho prático pelo esboço de algumas peças e grafismos.



Figuras 12 e 13: cadernos de esboços da série plástica

Para a confecção das peças de cerâmica foram selecionadas e misturadas as seguintes matérias-primas: 50% de massa cerâmica Pascoal Terracota (queima entre 700°C a 1200°C) e 50% de massa cerâmica Pascoal Creme (queima entre 900°C a 1300°C).

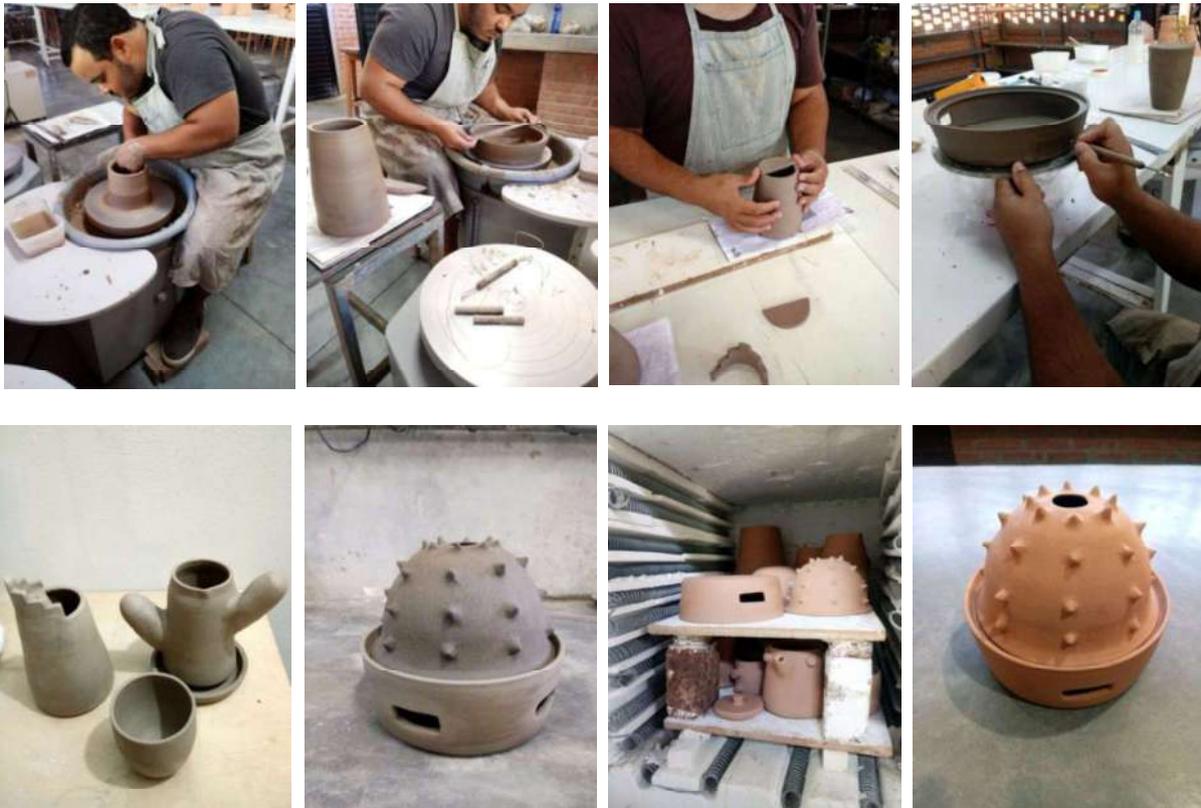


Figura 14: Teste de terracota – 1100°C



Figura 15: Teste de argila creme – 1100°C

Após o processo manual de mistura das argilas as peças foram produzidas em torno elétrico Stecno SD-208. Nessa etapa, algumas precisaram de acabamentos e interferências para melhor desempenho depois de finalizadas. Em seguida foram deixadas a secar naturalmente e queimadas a 950°C.



Figuras 16 a 23: Imagens do processo de confecção até a queima das peças

Após a primeira queima, passamos à preparação e aplicação de esmaltes cerâmicos. Utilizamos, majoritariamente, esmaltes prontos, vendidos em lojas especializadas, aos quais acrescentamos o

CMC (Carbóxi-Metil-Celulose) – cola vegetal que tem a função de melhorar a adesão do esmalte na peça antes de ser novamente queimada. De uma forma geral, o esmalte é um produto vitrificável, resultante da mistura de substâncias minerais que, ao fundir (derreter) a uma determinada temperatura, adere ao corpo cerâmico, tornando-o mais resistente e impermeável.



**Figuras 24 a 27: Preparação e aplicação dos esmaltes industriais**

Além dos esmaltes adquiridos no mercado, pesquisamos a produção de vidrados de cinzas de cactos (espécie vegetal escolhida por ter relação com a temática desta pesquisa). A cinza orgânica pode ser usada sozinha em queima à lenha de alta temperatura, pois nesse estilo de queima a temperatura de 1250°C a 1300°C é propícia para fundir a cinza. No caso deste trabalho, em que as peças foram queimadas em baixa temperatura, foram adicionados outros materiais para esse ponto de fusão da cinza diminuir e chegamos à seguinte receita de “Esmalte de cinza Verde Cacto”: 60% de cinza de cacto + 38% de vidro transparente 621 + 2% de corante verde.



**Figuras 28 a 30: Preparação do vidrado de cinzas de cactos – retirada de partes secas da planta, incineração do material e refinamento das cinzas por peneiramento**

A última etapa do trabalho consistiu na 2ª queima das peças para fusão dos esmaltes.



Figuras 31 a 33: Queima do vidro a 1160°C (antes e depois da queima) e as especificidades do forno utilizado

## 6 Resultados (Amostra das Séries de produtos gerados)



Figuras 34 a 36: Aquecedor "Taos Pueblo" (com peças e esquema de funcionamento)<sup>18</sup>



Figura 37: Conjunto de chá (Bule e copos) "Taos Pueblo"



Figura 38: Potes "Taos Pueblo"



Figuras 39 e 40: “Saguaro Modular” (canecas empilháveis)

Figura 41: Manteigueira “Taos Pueblo”



Figura 42: Conjunto de mesa (jarra e copos) “Pimenta Pueblo”

Figuras 43: Regadores “Yucca”



Figuras 44 e 45: Regador “Paisagem de Taos”

Figura 46: Saleiro “Cacto-bola”

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recortes histórico-culturais abordados nesta pesquisa, que partem do período colonial do sudoeste norte-americano, junto às interpretações geográficas e ambientais, deram características

transdisciplinares a este trabalho, integrando vários campos do conhecimento. Desse modo, a produção plástica resultante ultrapassa as margens do *design* e da ideia da contemplação associada ao objeto artístico. A partir do instante em que pesquisamos e trabalhamos plasticamente os símbolos de resistência identificados na própria natureza e, especialmente, no contexto dos povos nativos, destacamos o protagonismo indígena não somente no contexto da formação dos Estados Unidos conforme nosso recorte aqui (que, convém ressaltar, é um tema muito pouco pesquisado no Brasil), mas mostramos um pouco de como os indígenas são vistos (ou invisibilizados) nas sociedades colonizadas de modo geral.

Nesse sentido, as informações geográficas, históricas e culturais ressignificadas neste trabalho teórico e plástico, tornam-se registros de uma “civilização americana”, configuram-se como emblema da história da América continental, e carregam um discurso político. São muitas as relações que podemos estabelecer entre os processos vivenciados nos Estados Unidos e no Brasil, especialmente no que tange à necessidade de resistência cultural dos povos indígenas de lá e de cá, na nossa contemporaneidade. E esta pesquisa procurou mostrar como podemos construir um discurso de resistência por meio da pesquisa em arte e da linguagem plástica no campo da cerâmica.

## 8 Referências

ALLEN, H. C. *História dos Estados Unidos da América*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

CAUQUELIN, Ane. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins, 2007

<<https://eglooinfo.it/>> Acesso em 08 de out. 2021.

<<http://sacredland.org/taos-blue-lake-united-states/>> Acesso em 08 de out. 2021.

<<https://statesymbolsusa.org/symbol-official-item/new-mexico/state-flower/yucca>> Acesso em 08 de out. 2021.

<<https://taos.org/what-to-do/taos-pueblo/>> Acesso em 08 de out. 2021.

<<http://taospueblo.com/>> Acesso em 08 de out. 2021.

<<http://taospueblo.com/history/>> Acesso em 08 de out. 2021.

<<http://www.indianpueblo.org/>> Acesso em 08 de out. 2021.

<<https://www.youtube.com/watch?v=-ewxblBOLfI>> Acesso em 08 de out. 2021.

KARNAL, Leandro; et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MANZI, Ariadne G. M. *Antigas origens do sudoeste americano: 600-1600 d.C.* Curitiba: Museu Oscar Niemeyer, 2008.

MOUSNIER, Roland. "As civilizações indígenas à chegada dos europeus". In: *Os séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

NARO, Nancy P. S. *A formação dos Estados Unidos*. 9ª Ed. São Paulo: Atual, 1997.

NEVES, Walter A. e PILÓ, Luis B. *O Povo de Luzia*. São Paulo: Globo, 2008.

OWEN, Gordon. *Las cruces, New Mexico: multi-cultural Crossroads*. [S/L]: Cultural Society of the Mesilla Valley, 2005.

PINCELLI, Renato. *Conflitos esquecidos – Revolução Pueblo, 2013*. Disponível em:  
<<http://scienceblogs.com.br/hypercubic/2013/09/conflitos-esquecidos-revoluo-pueblo/>> Acesso em 08 de out. 2021.

ROJAS, José Luis de. *La etnohistoria de América: los indígenas, protagonistas de su historia*. Buenos Aires: SB, 2008.

SELLERS, Charles; MAY, Henry e MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SIMMONS, Marc. *New Mexico: an interpretive history*. Albuquerque: University of New Mexico, 1988.

<[www.okeeffemuseum.org/about-georgia-okeeffe/](http://www.okeeffemuseum.org/about-georgia-okeeffe/)>

<[www.santafe.org](http://www.santafe.org)>

<[www.taosnews.com/stories/one-door-two-doors-three-doors-blue-doors,43449](http://www.taosnews.com/stories/one-door-two-doors-three-doors-blue-doors,43449)>

---

<sup>1</sup> ALLEN, 1968; KARNAL, 2008; MOUSNIER, 1995; NARO, 1997; SELLES, 1990.

<sup>2</sup> OWEN, 2005; SIMMONS, 1988

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.indianpueblo.org/>; <http://taospueblo.com/>

<sup>4</sup> Idem

<sup>5</sup> Conforme conceito trabalhado por ROJAS, 2008.

<sup>6</sup> MANZI, 2008.

<sup>7</sup> Ver: <https://statesymbolsusa.org/symbol-official-item/new-mexico/state-flower/yucca>.

<sup>8</sup> NEVES E PILÓ, 2008.

<sup>9</sup> <http://www.taosgov.com/history.php>

<sup>10</sup> PINCELLI, 2013.

<sup>11</sup> <https://taos.org/what-to-do/taos-pueblo/>

<sup>12</sup> [www.okeeffemuseum.org/about-georgia-okeeffe/](http://www.okeeffemuseum.org/about-georgia-okeeffe/)

<sup>13</sup> CAUQUELAIN, 2007.

<sup>14</sup> <http://sacredland.org/taos-blue-lake-united-states/>

<sup>15</sup> <http://taospueblo.com/history/>

<sup>16</sup> Mica é um mineral que brilha muito na luz e é encontrado abundantemente na terra e argila local.

<sup>17</sup> [www.taosnews.com/stories/one-door-two-doors-three-doors-blue-doors,43449](http://www.taosnews.com/stories/one-door-two-doors-three-doors-blue-doors,43449)

<sup>18</sup> Aquecedores de cerâmica à vela, baseados no sistema Eglo, criado pelo designer italiano Marco Zagaria.

## Feminismo e Agroecologia: a importância da articulação entre movimentos que buscam emancipação

*Feminism and Agroecology: the importance of articulation between movements that seek emancipation*

CARMO, Letícia Lara do

*Arquiteta e Urbanista, Mestranda no Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) da UFSJ, leticiacarmo.arq@gmail.com*

CAMPOS, Vera Guimarães

*Advogada, Mestra pelo Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) da UFSJ, veragcampos@gmail.com*

MARTINS, Mateus de Carvalho

*Professor Doutor do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas da UFSJ, mateusmartins@ufs.edu.br*

REIS, Renata de Souza

*Professora Doutora do Departamento de Zootecnia da UFSJ, renatareis@ufs.edu.br*

### RESUMO

Este artigo aborda o Feminismo e a Agroecologia enquanto movimentos emancipatórios, discorrendo sobre o histórico da opressão de gênero, o surgimento e as bases dos movimentos feminista e agroecológico e a convergência entre eles. Trazendo a discussão para o âmbito da prática, levanta algumas questões referentes a políticas públicas, apontando a importância de que as demandas levantadas por meio desses movimentos sejam institucionalizadas e possibilitem mudanças concretas. Por fim, apresenta um desdobramento artístico que surgiu a partir dessas questões e que foi produzido no âmbito da disciplina *Epistemologia da Agroecologia*, ofertada junto ao Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) e ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

**PALAVRAS-CHAVE:** agroecologia, arte, ecofeminismo, emancipação, feminismo.

**LINK:** <https://drive.google.com/file/d/1gojfKBM1mh0DJR2ukiTzmpumKU-Qg8Lm/view?usp=sharing>

### ABSTRACT

*This article approaches Feminism and Agroecology as emancipatory movements, discussing the history of gender oppression, the emergence and bases of feminist and agroecological movements and the convergence between them. Bringing the discussion into practice, it raises some questions regarding public policies, pointing out the importance that the demands raised through these movements are institutionalized and enable concrete changes. Finally, it presents an artistic material that emerged from these issues and which was produced in the scope of the Epistemology of Agroecology discipline, offered by the Interdepartmental Interdisciplinary Postgraduate Program in Arts, Urbanities and Sustainability (PIPAUS) and the Architecture and Urbanism Graduation at the Federal University of São João del-Rei (UFSJ).*

**KEY-WORDS:** agroecology, art, ecofeminism, emancipation, feminism.

**LINK:** <https://drive.google.com/file/d/1gojfKBM1mh0DJR2ukiTzmpumKU-Qg8Lm/view?usp=sharing>

## 1 INTRODUÇÃO

Feminismo e Agroecologia são movimentos fundamentais na busca pela subversão do sistema que impera atualmente: capitalista, patriarcal e colonialista, e portanto, opressor nas mais diversas esferas. O presente artigo discorre sobre o histórico da opressão de gênero, o surgimento do movimento feminista e a convergência entre ele e o movimento agroecológico. Trazendo a discussão para o âmbito da prática, levanta algumas questões referentes a políticas públicas, apontando a importância de que as demandas levantadas por meio desses movimentos sejam institucionalizadas, e assim, possibilitem mudanças concretas na busca pela emancipação. Por fim, apresenta um desdobramento artístico que surgiu por meio dos debates levantados, inspirado em um contexto real.

Este trabalho foi produzido no âmbito da disciplina *Epistemologia da Agroecologia*, ofertada junto ao Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) e o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Por ter sido ministrada em meio à pandemia da Covid-19, a disciplina foi oferecida de forma remota e aberta para a comunidade acadêmica e não acadêmica, no formato de um curso *online* intitulado *Conhecendo a Agroecologia*. Contou com palestras e com a presença de pessoas de diferentes localidades e Universidades, bem como com a presença e a fala de produtores rurais agroecológicos da região de São João del-Rei. Essa disciplina/curso movimentou uma série de discussões sobre variados temas e aspectos da Agroecologia, e a questão das mulheres no movimento agroecológico foi uma temática muito presente no curso, sempre relacionada a todos os demais enfoques dados ao tema da Agroecologia.

## 2 A LUTA CONTRA A OPRESSÃO DE GÊNERO

É difícil determinar as origens do patriarcado e da situação de opressão e submissão das mulheres, visto que essa cruel realidade remonta a tempos imemoriais. Rosângela Angelin (2006) assinala que essa condição imposta às mulheres data de muito antes do surgimento do capitalismo, e historiciza brevemente a condição de subjugação feminina.

Desde que o ser humano deixou de ser nômade, implementou-se a divisão social do trabalho como forma de organização social. Com isso, as mulheres, por seu papel na reprodução e amamentação, permaneceram mais ligadas ao lar e aos filhos, ao passo que os homens se ocupavam de caçar,

pescar, e defender o território contra possíveis invasores, devido ao fato de serem, em geral, dotados de maior força física (ANGELIN, 2006).

Dessa forma, as mulheres desses povos antigos, por meio da observação da natureza, desenvolveram a agricultura e uma relação mais próxima com a natureza, por desempenharem atividades que envolviam a reprodução da vida e da biodiversidade (ANGELIN, 2006). Rose Marie Muraro (1992, p. 205) informa que estudos sociológicos e antropológicos apontam que as primeiras sociedades humanas de que se tem registro, teriam sido matrifocais. O papel masculino na reprodução humana seria desconhecido por essas primeiras sociedades, que se centravam na figura da mulher como geradora de vida. Por isso o culto à Deusa, uma deidade feminina da vida, da fertilidade, da agricultura, era comum entre uma miríade de povos ancestrais (FAUR, 2011).

Diversos estudos apontam que, a partir da descoberta do papel masculino na reprodução (possivelmente revelado na criação de animais domésticos [FAUR, 2011, p.31]), foi-se despertando uma necessidade de que se conhecesse a paternidade dos filhos, para a sucessão do *patrimônio* através da herança. Com isso, estabeleceu-se o início do controle sobre o corpo da mulher – o que era mais facilmente realizado quando ela era constricta ao âmbito do lar – e com a instituição do *matrimônio* e do relacionamento monogâmico (ANGELIN, 2006). Aos poucos as religiões e mitologias dos povos foram transformando suas crenças e dando espaço ao culto de um deus masculino.

O mundo testemunhou atrocidades cometidas contra as mulheres ao longo de muitos séculos. A Inquisição matou e perseguiu aquelas que ainda cultuassem os deuses e as deusas pagãs. A Igreja Cristã, que adorava um Deus masculino, deu início à hedionda caça às bruxas, que queimou na fogueira milhões de mulheres entre os séculos XIV e XVII. Essas mulheres eram parteiras, curandeiras, mulheres que guardavam conhecimentos sobre a natureza, que possuíam as mais diversas características, enfim, eram culpadas por sua própria existência (FAUR, 2011). Em algumas culturas, as mulheres foram (e até hoje são) consideradas impuras quando estão em seu período menstrual (um processo absolutamente natural do corpo feminino, que ainda é visto como um tabu em algumas culturas), forçadas a se retirarem do convívio com a família enquanto sangram.

Conta Angelin (2006) que com o desenvolvimento do capitalismo, a situação de exploração do trabalho doméstico feminino foi se mostrando cada vez mais conveniente para a sustentação do modelo patriarcal e capitalista de sociedade, que se consolidava sobre o trabalho não remunerado das mulheres.

Hoje, a desigualdade de gênero é um problema estrutural enraizado na sociedade globalizada, marcada pelo patriarcado que impera há milênios. A evidência em números apresentada pelo Fórum Econômico Mundial (2020) não deixa sombra de dúvida quanto às profundas discrepâncias existentes entre homens e mulheres nos âmbitos social, econômico e político, nos ambientes profissional e doméstico. As célebres palavras de Simone de Beauvoir, publicadas em 1949 (p. 10), permanecem atuais: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. A divisão de tarefas e papéis de gênero é uma construção social e cultural opressora e limitante, e recai como um fardo principalmente no gênero historicamente oprimido e explorado.

É diante desse desolador panorama social, de persistente desigualdade de gênero, que estuda-se a Agroecologia como uma prática que colabora para fortalecer o empoderamento das mulheres que com ela se envolvem.

Se, de um lado, as mulheres nunca tiveram tantos direitos no plano formal, de outro, o atraso histórico dos efetivos direitos femininos nunca foi tão incoerente com o desenvolvimento da sociedade, e que, na atualidade, figura-se insustentável. Os direitos e as liberdades que as mulheres têm hoje, no ocidente, no século XXI, são o legado da luta de mulheres fortes, que ousaram questionar as estruturas sociais de seu tempo e batalharam para transformá-las, e assim, inaugurar uma nova fase da história, de mais dignidade para o gênero. Continuar a questionar e a contribuir para a transformação das estruturas opressoras vigentes, na busca pela libertação das mulheres, é honrar a luta daquelas que vieram antes e presentear as que virão depois.

Para designar as pessoas que acreditam na igualdade social, política e econômica entre os gêneros, é empregado o termo feminista. E a luta das feministas, denomina-se feminismo. Garcia (2018) define o feminismo como:

A tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim (GARCIA, 2018, p.3).

O feminismo se diferencia de outras correntes de pensamento político, por ser constituído pelo “fazer e pensar de milhares de mulheres pelo mundo todo” (GARCIA, 2018, p.3). A tomada de consciência feminista lança luz à discriminação de que são vítimas as mulheres, imprimindo potenciais transformações nas suas vidas. Como destaca Garcia (2018), o feminismo vai além de uma teoria política e uma prática social. O feminismo carrega uma ética e uma forma de ser e estar no mundo, que reveste o discurso, a reflexão e a prática feminista.

A presença das mulheres tem-se feito mais ativa e enfática não somente nas lutas relacionadas às pautas feministas. O protagonismo feminino se faz presente nas frentes de diversas pautas globais (SILIPRANDI, 2015), como as múltiplas lutas identitárias e causas relacionadas à defesa do meio ambiente. As mulheres ocupam papel vital na mudança (lenta e gradual, que vem se desenvolvendo através da história) do olhar do ser humano sobre a exploração desmedida da Terra. Como exposto, são culturalmente atribuídas às mulheres as funções de gestão do lar, de cuidados com a saúde e nutrição da família. Quando desequilíbrios ecológicos - como poluição ou contaminação do ar, das águas e dos alimentos - provocam problemas de saúde, elas são primeiro e mais dramaticamente afetadas (SILIPRANDI, 2015).

Aliados a essa percepção, no final da década de 1970, passou a eclodir em diversas regiões do mundo uma série de movimentos pacifistas de mulheres em defesa de causas ambientais. Aliada a esses movimentos, desenvolveu-se uma corrente de pensamento denominada ecofeminismo (termo que teria sido cunhado pela francesa Françoise D'Eaubonne, em 1974). De acordo com Angelin:

O movimento ecofeminista traz à tona a relação estreita existente entre a exploração e a submissão da natureza, das mulheres e dos povos estrangeiros, pelo poder patriarcal. Em busca de uma compreensão e análise crítica, o ecofeminismo proporciona uma nova visão de tomada de consciência da falta de valorização das práticas do cuidado com a natureza e com os seres humanos, criticando estereótipos que são patriarcais. Nesse sentido, "Crisis ecológica, economia y estilos de vida están profundamente ligados" (ANGELIN, 2014, p.1583).

O Ecofeminismo é uma das vertentes do feminismo, e é também uma corrente de pensamento que, por aliar a preocupação com o meio ambiente, com a luta por igualdade social, e, especificamente, pela igualdade de gênero, mantém estreita relação com a Agroecologia – tema que será discorrido a seguir.

### **3 A AGROECOLOGIA E O ENTRELAÇAMENTO COM O FEMINISMO**

A Agroecologia surgiu em resposta aos impactos causados pela era industrial, um período que gerou grandes transformações na cidade e também no campo. Diante da necessidade de matérias primas cada vez mais homogêneas e em larga escala para a produção industrial, as plantações de consórcio de espécies variadas foram sendo substituídas por monoculturas, pelo uso cada vez maior de insumos externos e pela adesão ao pacote tecnológico. Essas mudanças, denominadas Revolução Verde, consistiram na implantação de um pacote de técnicas e lógicas produtivas baseadas na química, mecânica e genética. No Brasil, elas se disseminaram a partir do final dos anos 1960, intensificando-se nos anos 1970, em grande parte pelos incentivos governamentais de crédito. Esse

modelo, baseado no positivismo, se consolidou e passou a ser parte importante na economia do país, contudo, ele impacta de maneira negativa em diversos outros aspectos, principalmente o ambiental e o social (SAUER; BALESTRO, 2013).

Diante da insustentabilidade da agricultura industrial, fomentou-se a busca por agriculturas que se mostrassem alternativas ao modelo vigente, propondo estabelecer uma relação harmoniosa com a natureza. No Brasil, foi no período pós-ditadura militar que deu-se início a essa busca com o movimento da agricultura alternativa, que posteriormente, incorporou o enfoque agroecológico. A Agroecologia foi então crescendo, caminhando na construção do conhecimento e na consolidação de suas bases. Fortaleceu-se a partir da criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), criando unicidade. Nos anos 2000 a Agroecologia institucionalizou-se no país, sendo reconhecida enquanto ciência e adentrando nos espaços de ensino, pesquisa e extensão (VILLAR; CARDOSO; FERRARI; SOGLIO, 2013).

Segundo Altieri (2012), a ideia central da Agroecologia é ir além das práticas e técnicas agrícolas alternativas, desenvolvendo agroecossistemas com dependência mínima, ou nenhuma, de agroquímicos e energia externa. A produção dentro do sistema agroecológico é intencionalmente conduzida à diversificação agrícola, que gera interações biológicas benéficas entre os componentes do agroecossistema. Isso permite a regeneração da fertilidade do solo, manutenção da produtividade e proteção das culturas. Ainda de acordo com o autor, a Agroecologia, em sua essência, articula sinergicamente três formas de compreensão – enfoque científico, prática e movimento social. Portanto, é holística e funciona dentro de uma perspectiva sistêmica, unindo em sua totalidade questões analíticas, operativas e políticas, tendo enfoque na esfera local, na valorização da sabedoria popular e na busca por relações mais horizontais (ALTIERI, 2012).

Assim, ao passo que a Agroecologia passa a ser entendida como parte de um modo de vida e como um enfoque científico para um outro projeto de sociedade, surgem debates que questionam as relações capitalistas, colonialistas, racistas e patriarcais que estruturam a sociedade de forma geral, bem como a ciência. Conforme aponta Costa (2019), apesar de se tratar de um campo com princípios que buscam desconstruir o paradigma moderno e a emancipação em relação à essas estruturas hegemônicas de poder, quando se analisa mais a fundo a condição da mulher, percebe-se que esse caráter emancipatório ainda deixa um pouco a desejar. A Agroecologia apresenta para as mulheres uma possibilidade de trabalho, independência financeira, reconexão com a terra e com seus saberes ancestrais, e portanto, se configura como uma prática extremamente potente e rica em

possibilidades. Porém, infelizmente, ainda não há um consenso dentro do movimento agroecológico sobre o reconhecimento do protagonismo e dos saberes que as mulheres carregam, tanto na esfera da prática, como no campo institucional da academia, e por isso a entrada das pautas feministas se fez, e ainda se faz, tão necessária (COSTA, 2019).

Casos de invisibilização do trabalho diário, sobrecarga das tarefas domésticas, apagamento e apropriação das práticas e saberes produzidos pelas mulheres, negação do espaço de fala e liderança, e até mesmo situações onde a violência contra a mulher é naturalizada e omitida para não interferir na imagem do companheiro agricultor são alguns dos exemplos de opressão e desigualdade de gênero que ainda permeiam muitas realidades. Diante dessa conjuntura, desde o início da construção do movimento agroecológico, as mulheres se organizaram e mobilizaram em busca de ações que subvertessem essa lógica imposta, marcando assim a aproximação do movimento e das pautas feministas na esfera agroecológica (FERREIRA; MATTOS, 2017).

Ferreira e Mattos (2017) relatam que o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que aconteceu em 2002, é considerado um marco de aproximação entre esses dois movimentos, visto que por não considerar a centralidade da pauta das mulheres e pela participação feminina muito abaixo do esperado (27%), o evento evidenciou a necessidade desse entrelaçamento. Em 2004 aconteceu o I Seminário Nacional sobre Gênero e Agroecologia, no qual surgiu o Grupo de Trabalho (GT) conhecido hoje por *GT Mulheres da ANA*, um espaço para auto-organização das mulheres para possibilitar sua participação em espaços dentro e fora da Articulação. Já em relação à ABA, o I Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), aconteceu em 2003, mas foi somente em VII CBA, em 2011, que o GT-Gênero foi criado. O CBA é um espaço de diálogo entre os conhecimentos científicos e os provenientes da prática, o que mostra que no campo acadêmico essa discussão demorou ainda mais a se consolidar. O GT da ABA tem buscado colocar de maneira enfática a importância da convergência entre a Agroecologia e o Feminismo, porém não sem percalços e tensionamentos, assim como no GT da ANA. Durante o VIII CBA, os enfrentamentos e acirramentos desse debate culminaram no slogan “sem feminismo não há agroecologia”, utilizado amplamente por muitas mulheres desse campo de luta, constituindo um marco que aponta as contradições dentro do movimento e coloca em questão a ideia de neutralidade do conhecimento científico (FERREIRA; MATTOS, 2017).

A consolidação dessa articulação entre pautas feministas e agroecológicas possibilita que os debates sobre gênero e suas interseccionalidades – como raça, classe e sexualidade – tenham mais profundidade e ganhem reconhecimento enquanto uma das dimensões centrais. Por mais que essa

articulação ainda não seja fluida e exija um esforço, principalmente por parte das mulheres, de desnaturalizarem determinadas construções sociais e em seguida se mobilizar em relação a elas, ela tem gerado muitos frutos. De acordo com Costa (2019), é possível perceber a emergência das mulheres enquanto sujeitas políticas na luta em defesa da terra, da Agroecologia e da valorização do papel de guardiãs dos saberes tradicionais e sementes crioulas. Feminismo e Agroecologia, de forma conjunta, têm fortalecido a noção de solidariedade e de mobilização social, que constituem elementos essenciais na busca da famigerada justiça socioambiental e do desenvolvimento sustentável. E, para que as pautas reivindicadas pelas mulheres sejam implementadas e concretizadas no território, é sabida a relevância das políticas públicas, ponto que será abordado adiante.

#### **4 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO FOMENTO À EMANCIPAÇÃO: AGROECOLOGIA E A SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO**

A Agroecologia possui hoje reconhecimento internacional enquanto estratégia de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2010, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) publicou um relatório sobre direito à alimentação, no qual se afirmava que a agroecologia é um “modelo de desenvolvimento agrícola capaz não apenas de viabilizar o acesso ao alimento saudável, mas também de garantir a sustentabilidade econômica de pequenos agricultores ao redor do mundo” (LIMA; JESUS, 2017, p.73).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization - FAO) considera a Agroecologia parte importante das estratégias para erradicar a fome. O Relatório de Oliver de Schutter para a FAO sobre o direito à alimentação, publicado em dezembro de 2010 recomenda que "como parte de sua obrigação de dedicar o máximo de seus recursos disponíveis à realização progressiva do direito à alimentação, os países devem implantar políticas públicas que apoiem a adoção de práticas agroecológicas" (SCHUTTER, 2011, p. 6; 20). A partir da publicação desse relatório, a ONU passou a recomendar a Agroecologia como uma das diretrizes para a consolidação do direito humano à alimentação, além da preservação ambiental e o desenvolvimento econômico (NORDER *et al.*, 2016).

A página do programa Brasil Agroecológico, do Governo Federal, informa que o Brasil “foi o primeiro país a criar uma política de estado específica para o incentivo à agroecologia e à produção orgânica”. No Brasil, a Agroecologia se consolidou como política pública com a Política Nacional de Agroecologia

e Produção Orgânica (Pnapo), implementada pela presidenta Dilma Rousseff, em 2012 por meio do decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012.

A Pnapo tem como diretrizes: a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; o uso sustentável dos recursos naturais, visando manter relações de trabalho saudáveis e que favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores; a proteção dos ecossistemas naturais e a restauração daqueles que já foram modificados; a promoção de sistemas sustentáveis e economicamente justos, que protejam e beneficiem populações originárias e tradicionais; a proteção e valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade; a ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica e a redução das desigualdades de gênero, com a implementação de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres (BRASIL, 2020).

Pode-se perceber que a sustentabilidade ambiental, social e ecológica é o cerne das diretrizes da Pnapo. Porém, essa política aborda outras questões igualmente centrais para a Agroecologia, dentre elas a questão da Segurança Alimentar e Nutricional, e de justiça econômica.

Uma das principais ferramentas que serve de base para a efetivação da Pnapo, é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), conhecido também como Brasil Agroecológico. O Planapo envolve diversos Ministérios, para implementar programas e ações que atuem no sentido da transição agroecológica (BRASIL, 2020). Assim como a Pnapo, o Planapo comporta, entre seus objetivos, o emprego de estratégias para garantir o reconhecimento do papel de destaque das mulheres na produção de alimentos e na preservação dos recursos naturais, compreendendo-as como principais protagonistas na Segurança Alimentar e Nutricional e como as grandes responsáveis pela produção agroecológica.

Segundo o texto de apresentação do Planapo (BRASIL, 2013, p.22), as mulheres têm maior atuação “nas atividades de criação de aves e pequenos animais, na horticultura, na floricultura, na silvicultura e na lavoura”. O texto salienta que, apesar de as mulheres comporem quase a metade da população rural (47,9%) e mais da metade da população economicamente ativa (52,3%, segundo o IPEA), a valorização e o reconhecimento da produção das mulheres na agricultura seguem muito aquém da sua efetiva contribuição. Dessa forma, é possível perceber que por mais que muitas conquistas tenham sido alcançadas ao longo dos últimos anos, a busca pela igualdade deve seguir constante, e que Políticas Públicas, tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal, são essenciais para consolidação desses processos, já que transformam as demandas em direitos.

## 5 AGROECOLOGIA E O FEMININO: UM ENCONTRO ARTÍSTICO

A temática abordada no presente artigo deu luz a um produto concebido pelas autoras, a partir de uma proposta da disciplina *Epistemologias da Agroecologia*, do PIPAUS - UFSJ. Em busca de representar artisticamente o entrelaçamento entre Feminismo e Agroecologia, foram criadas uma pintura em tinta aquarela sobre papel (Figura 1) e uma poesia, que juntas, compuseram um cartão-postal.



**Figura 1: Aquarela *Nossa Roda*.**  
 Fonte: elaborado por Vera Guimarães Campos.

A aquarela faz uma releitura livre inspirada em uma foto (Figura 2), tirada por uma das autoras, da Nossa Horta, uma horta agroecológica feita majoritariamente por mulheres em situação de vulnerabilidade social, no município de Santa Cruz de Minas em Minas Gerais. A imagem retrata uma roda realizada pelo grupo de participantes da Nossa Horta, na abertura de um mutirão semanal de plantio, manutenção e colheita do cultivo agroecológico. Esse momento foi marcado pela integração de pessoas de diferentes religiões e credos, que se posicionavam em círculo, de mãos dadas,

superando suas diferenças, para fazerem uma oração e trabalharem por um interesse comum: o cultivo de alimentos e relações comunitárias saudáveis e nutritivas.



**Figura 2: Roda de abertura de um mutirão na Nossa Horta.**  
**Fonte: acervo de Vera Guimarães Campos.**

Com inspiração advinda da foto, da pintura e de todo o contexto que envolve essas imagens - a Nossa Horta, a produção agroecológica feita por mulheres em uma sociedade desigual e patriarcal, e a mística presente no momento retratado - foi escrita uma poesia, a qual traduz em palavras as emoções e percepções que atravessaram sua autora, Letícia Lara do Carmo:

a roda de mulheres  
 a mulher e a terra,  
 uma conexão ancestral  
 uma troca de forças geradoras  
 essências do mundo, que por vezes, são silenciadas.  
 submissa, escassa, frágil.  
 quem se atreve a dizer isso de nós?  
 as mulheres são potência e a terra é soberana  
 juntas, somos revolução.  
 com a luz que anuncia um novo dia,  
 logo lá estão elas de prontidão  
 os sorrisos largos, os causos fartos  
 por vezes também as lágrimas,  
 compõem as dádivas, que dão sentido na missão.  
 ir pra horta, plantar e colher  
 é alimento pra alma  
 é um refúgio, uma trégua do mundo

um momento de respiro, uma pausa pra reflexão  
que permite ouvir o pássaro lá fora,  
e o coração cá dentro.

o resultado é comida com afeto,  
que energiza o corpo,  
que dá sustento pra família  
e também lembra que um dia,  
com esperança e luta  
será alimento que nutrirá toda uma geração.

a mulher na agroecologia celebra  
a cura que vem da terra, a cura que brota do chão  
a cura que vem da mão, da mãe, de Gaia.  
mão curada que encontra outras mãos  
e que juntas oram, cada uma no seu credo  
mas sempre na mesma mística, na mesma direção.

Assim, na busca de integrar pintura e poesia em um único produto artístico, foi elaborado um cartão-postal (Figura 3). A intenção é que ele seja distribuído e compartilhado, como um presente, uma lembrança e que possa ser inspiração para todas e todos que seguem na luta pela igualdade de gênero e por comida em quantidade e qualidade. O arquivo do cartão-postal está disponível para dowload, podendo ser usado livremente, desde que mantendo os devidos créditos: <https://drive.google.com/file/d/1gojfKBM1mh0DJR2ukiTzmpumKU-Qg8Lm/view?usp=sharing>.



Figura 3: Frente e verso do cartão-postal.  
Fonte: elaborado por Leticia Lara do Carmo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja no rural, seja no urbano, a atuação das mulheres na Agroecologia é de protagonismo e luta. As mulheres, por seu papel na manutenção da vida e da saúde das famílias, encontram na Agroecologia uma possibilidade de existência e resistência; de alimentação, de trabalho, de encontro.

Por tratar-se de uma ciência da complexidade, que compreende todos os componentes do sistema de produção, tanto técnicos como sociais, a Agroecologia pode, de fato, colaborar para a superação das desigualdades de gênero, bem como para a promoção da autonomia das mulheres. Agroecologia e Feminismo são movimentos que, ao mesmo tempo, requerem e ambicionam a emancipação de setores historicamente marginalizados da população e as políticas públicas são grandes aliadas na busca por essa emancipação. Porém muito embora haja, no plano formal, algum amparo institucional e jurídico para o fomento de ações nesse sentido, ainda é longo o caminho a percorrer até que esses ideais se concretizem de fato, e por esse motivo, a luta deve se manter constante.

## 7 REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. Ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS – PTA 2012. 400 p.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.
- BIAZOTI, André Ruoppolo. *Agroecologia e Bem Viver*. Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural, 2017.
- BRASIL. *Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2013-2015*. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/brasil-agroecologico.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 18 set.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *PNAPO*. 2019. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/pnapo/>>. Acesso em: 09 jul. 2019.
- COSTA, Maria da Graça. Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeministas e descoloniais. In: ROSENDO, Daniela (Org.). *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019. 232 p.
- FAUR, Mirella. *Círculos Sagrados para Mulheres Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Pensamento, 2011.
- FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. *Ciência e Cultura*, v. 69, n. 2, p. 38-43, 2017.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. Vol. 1. Claridade, 2018. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=U3laDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=hist%C3%B3ria+direitos+feministas&ots=kQVWSCYTCF&sig=egJcBkvFbX4-6q5vBz1TZ1yIb6A&redir\\_esc=y#v=onepage&q=hist%C3%B3ria%20dos%20direitos%20feministas&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=U3laDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=hist%C3%B3ria+direitos+feministas&ots=kQVWSCYTCF&sig=egJcBkvFbX4-6q5vBz1TZ1yIb6A&redir_esc=y#v=onepage&q=hist%C3%B3ria%20dos%20direitos%20feministas&f=false)>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- LIMA, Márcia Maria Tait; JESUS, Vanessa Brito de. Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. *Scientiae Studia*, v. 15, n. 1, p. 73-96, 2017.
- MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992. 205 p.

NORDER, Luiz Antonio; LAMINE, Claire; BELLON, Stephane; BRANDENBURG, Alfio. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. *Ambiente & Sociedade*, v. 19. São Paulo, 2016, p. 1-20.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de sociologia e política*, v. 18, n.36, p. 15-23, 2010.

PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA de 2013-2015. Brasília: MDA, 2013.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres*, p. 25-37, 1998.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 328 p.

SCHUTTER, Olivier De. *Agroecology and the right to food*. Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food, Olivier De Schutter. New York: United Nations Human Rights Council, 2011. Traduzido para o português pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional: SCHUTTER, O. D., Relatório apresentado pelo Relator Especial sobre Direito à Alimentação. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

VALOURA, Leila de Castro. *Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador*. Texto de residente do Programa Comunicarte de Residência Social, 2005-2006.

VILLAR, Juliana Padula; CARDOSO, Irene Maria; FERRARI, Eugênio Alvarenga; SOGLIO, Fabio Kessler Dal. Os caminhos da Agroecologia no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, Willian Santos de (Ed.). *Agroecologia: princípios e reflexões conceituais*. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2013. p. 245. (Coleção Transição Agroecológica, 1).

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Gender Gap Report*, Insight Report. New York, United States. 2020. Disponível em: <[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2020.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf)>. Acesso em: 29 Set. 2021.

## Programa Caminhos Sustentáveis: propostas de redução dos impactos ambientais em São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil

*Sustainable Pathways Program: proposals for reducing environmental impacts in São João del-Rei, Minas Gerais, Brazil*

MARTINS, Mateus de Carvalho

*Doutor, Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas; Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, Universidade Federal de São João del-Rei, mateusmartins@ufsj.edu.br*

RESENDE, Kleber de Souza

*Arquiteto e Urbanista, kleberhermes@gmail.com*

### RESUMO

O consumo sustentável, o desenvolvimento e a difusão do conhecimento de novas técnicas sustentáveis de construção é uma das possíveis soluções para redução dos impactos ambientais, ajudando a garantir o futuro das próximas gerações. A educação tem papel primordial para a redução dos impactos ambientais ocasionados principalmente pelo consumo desenfreado do atual mundo capitalista. O Programa Caminhos Sustentáveis, projeto de extensão universitária, busca difundir conhecimentos e técnicas mais sustentáveis na arquitetura e no modo de vida da população, tendo como público alvo as comunidades parceiras que possuem demandas relacionadas aos temas que atualmente vem desenvolvendo, como, por exemplo, energia sustentável, reaproveitamento de água, horta orgânica, decoração, tijolo de adobe, estrutura em bambu, tratamento alternativo de esgoto doméstico e Pintura a base de terra. Neste trabalho serão mostradas atividades diversas do Programa Caminhos Sustentáveis, dando ênfase a uma intervenção realizada na comunidade Águas Gerais, no bairro Tejuco, na cidade de São João del-Rei/MG. O bairro em questão é um local muito carente de infraestrutura em todos os sentidos, assim foi desenvolvido um projeto e execução de um Tanque de Evapotranspiração (TEVAP), mostrando a possibilidade de fazer o tratamento dos resíduos produzidos e não lançar e contaminar o ribeirão que corta o bairro Tejuco.

**PALAVRAS-CHAVE:** TEVAP, Meio Ambiente; Educação; Técnicas alternativas. Arquitetura.

**ABSTRACT:** Sustainable consumption, the development and dissemination of knowledge of new sustainable construction techniques is one of the possible solutions to reduce environmental impacts, helping to ensure the future of the next generations. Education has a primordial role in the reduction of environmental impacts caused mainly by the unrestrained consumption of the current capitalist world. The Sustainable Pathways Program, a university extension project, seeks to spread knowledge and more sustainable techniques in architecture and in the population's way of life, having as its target audience the partner communities that have demands related to the themes it is currently developing, such as, for example, sustainable energy, water reuse, organic horticulture, decoration, adobe brick, bamboo structure, alternative domestic sewage treatment, and soil-based painting. This paper will show various activities of the Sustainable Pathways Program, emphasizing an intervention carried out in the community Águas Gerais, in the neighborhood Tejuco, in the city of São João del-Rei/MG. Because the neighborhood in question is severely lacking in infrastructure in all ways, a project was developed and an Evapotranspiration Tank (TEVAP) was built, demonstrating the possibility of making waste treatment and not launching and contaminating the stream that cuts the neighborhood Tejuco.

**KEY-WORDS:** TEVAP, Environment; Education; Alternative techniques; Architecture.

## 1 INTRODUÇÃO

Sustentabilidade já é um termo corriqueiro do vocabulário, muitas empresas já usam como diferencial competitivo para seus produtos e, contudo, vêm angariando novos mercados e consumidores. A sustentabilidade pode ser entendida como a capacidade do ser humano de interagir com o mundo, consumindo de forma consciente a não comprometer os recursos naturais das gerações futuras. Portanto, pode ser aplicado nos diferentes segmentos e pode ser incorporado desde a produção de um produto até seu descarte final.

Na arquitetura, no urbanismo e na construção civil não é diferente, haja visto que é uma das maiores consumidoras de recursos e poluidoras do meio ambiente devido sua grande geração de resíduos. Portanto, o segmento vem buscando cada vez mais novas práticas de construção de baixo custo, menos poluidoras e com reaproveitamento dos resíduos. A arquitetura por sua vez, como agente responsável pelo bem-estar da edificação e com a capacidade de criar bons espaços, tem a importante tarefa de contribuir com o meio ambiente, mostrando as diversas possibilidades de uma construção sustentável.

A educação é a parte mais importante para se alcançar resultados, sendo que nada adianta o conhecimento se não for compartilhado e disseminado para que seja colocado em prática. Partindo deste princípio, o Programa Caminhos Sustentáveis tem como objetivo unir os conhecimentos adquiridos em sala de aula, levando-os para a comunidade em geral, apontando as vantagens da utilização de meios sustentáveis e seus verdadeiros significados. Com início em 2013 em parceria com a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC São João del-Rei, o trabalho foi ganhando conhecimento e se expandindo para regiões além do município de São João del-Rei, como, por exemplo, a comunidade Água Viva, em Ritópolis/MG, as comunidades Quilombolas da Jaguará e do Palmital, no município de Nazareno/MG. Já foram várias comunidades beneficiadas por ações do projeto. Atualmente, o programa tem trabalhado muito o conceito de brinquedos realizados com bambu, trabalhando todo o processo, desde a colheita, o tratamento, os estudos das peças, dos tamanhos e dos encaixes, até a utilização e aplicação em comunidades diversas.

Na edição de 2016 a 2018, o programa ampliou os temas de atuação e trabalhou principalmente com tratamento alternativo de esgoto, que é uma demanda muito forte na comunidade Águas Gerais, no bairro Tejuco, na cidade de São João del-Rei, haja visto que toda comunidade carece de sistema público de captação, sendo que todo esgoto doméstico gerado no local e descartado no córrego que corta a região.

O principal objetivo do Programa Caminhos Sustentáveis é a troca de conhecimentos e experiências entre alunos, principalmente do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de São João del-Rei, e comunidades da cidade e da região, seja urbana ou rural. Juntos desenvolvem e colocam em prática técnicas construtivas menos impactantes de baixo custo, que beneficiam a comunidade onde foi desenvolvida, servindo como piloto para outras comunidades interessadas.

O projeto engloba atualmente oito oficinas principais: Energia Sustentável, Reaproveitamento de Água, Horta Orgânica, Decoração, Tijolo de Adobe, Estruturas e Brinquedos em Bambu, Tratamento Alternativo para Esgoto Doméstico e Pintura a Base de Terra, que são aplicados conforme a demanda e planejamento junto da comunidade em questão. A finalidade dessas técnicas, desenvolvidas através de pesquisas e depois aplicadas na extensão, por meio do ensino, é promover atitudes conscientes e educativas de vida, seja sobre a forma em que se vive, constrói ou se cultiva.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O programa vai além da teoria, assim, o coordenador, os bolsistas e os voluntários envolvidos se reúnem periodicamente para trocarem informações de pesquisas que realizam acerca de cada tema trabalhado. Posteriormente, os conhecimentos adquiridos são repassados e trocados para e com a comunidade onde estão atuando, ele é desenvolvido em três distintas etapas, descrita a seguir.

### **2.1 Estudos periódicos e pesquisas sobre tema trabalhado nas comunidades**

Definido a área de trabalho, ou a oficina a ser realizada, os integrantes do programa e coordenador se dedicam a pesquisas sobre o assunto de forma a levantarem informações acerca do tema. Após conclusão das pesquisas, o grupo se reúne e há uma troca de informações para definirem de acordo com as pesquisas realizadas o melhor caminho a seguir, ou seja, a execução mais sustentável para determinada atividade a ser desenvolvida.

### **2.2 Apresentação do Programa Caminhos Sustentáveis e capacitação à comunidade**

Esta segunda etapa é sem dúvida bem importante, pois é nela que acontece o primeiro contato entre estudantes e comunidade parceira, e este precisa ser bem alicerçado para garantir o bom resultado do projeto. É preciso despertar o interesse e a motivação da comunidade para que ela abrace a causa. Nesse momento é feito o planejamento juntamente com a comunidade, de acordo com as demandas e possibilidades. Após este primeiro contato, temos um segundo momento que é a capacitação dos envolvidos através de palestras, vídeos, workshops, rodas de conversas, entre

outros, para que a mesma possa ser a mão-de-obra e a disseminadora de conhecimento. Pois, o grande propósito do programa é fazer trocas com a comunidade e criar replicadores de ideias sustentáveis e humanas.

### **2.3 Aulas práticas e confecção de produtos sustentáveis**

Esta é a última etapa do projeto, onde a comunidade parceira coloca em prática os conhecimentos teóricos adquiridos e trocados nos treinamentos, com apoio e supervisão dos bolsistas, dos voluntários e do coordenador do programa. É o momento que se colhe os resultados do trabalho. Nesta etapa, quando é necessário, o Programa Caminhos Sustentáveis conta com o apoio dos equipamentos do Laboratório de Materiais e de Técnicas Construtivas do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas, da Universidade Federal de São João del-Rei, bem como o próprio laboratório para confecção de algum modelo ou trabalho para ser levado aos encontros nas comunidades em geral.

### **3. O PROGRAMA CAMINHOS SUSTENTÁVEIS**

O programa é desenvolvido por bolsista, a quantidade depende do edital bianual, e voluntários, alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo e de outros cursos que também se interessam pelo programa, além de parceiros da comunidade em geral, tendo orientação e coordenação do Professor Mateus de Carvalho Martins.

Geralmente, o local a ser trabalhado é definido conforme necessidade de uma comunidade e o interesse dela nas atividades desenvolvidas pelo programa (escolas, comunidades, bairros, organizações, quilombos, etc). Nos dois primeiros anos de atuação, edições 2013-2014 o projeto foi desenvolvido na APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado), de São João del-Rei/MG, com a aplicação de sete oficinas, alcançando resultados bastante satisfatórios para comunidade de atuação e também para os integrantes envolvidos, agregando uma grande bagagem de conhecimento e experiências vivenciadas de ambas partes envolvidas. O embasamento principal surgiu através do conhecimento da realidade do Brasil diante do meio da sustentabilidade e discriminação aos presídios do país.

Em 2015 e 2016 ampliou-se o público alvo das ações, tornando-se acessível às escolas e comunidades da cidade de São João del-Rei, buscando compartilhar conhecimentos sobre sustentabilidade, que além de conscientizar a população, mostrou caminhos alternativos para realizar as tarefas relacionadas aos temas apresentados. Assim, o programa ganha novos horizontes

e vai além da fronteira do município de São João del-Rei, sendo desenvolvido na comunidade Água Viva, em Ritópolis/MG, onde foi realizada a oficina de energia sustentável e decoração. Além da comunidade Água Viva, o programa iniciou alguns trabalhos na comunidade do bairro Vila Brasil, em São João del-Rei, com objetivo da construção da sede paroquial do bairro, visando a construção sustentável e a aplicação da oficina de tijolo de adobe, além de utilização da tinta de terra.

A proposta para o ano de 2017 foi integrar o programa ao presídio do Mambengo, da cidade de São João del Rei, que foi uma proposta para o ano de 2016, mas devido mudança na direção do presídio não foi possível a parceria. Nos anos anteriores (2013 e 2014), o vínculo se deu com a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), de São João del-Rei. Dessa forma, propôs trabalhar com ambos, buscando integrar recuperandos do Mambengo, que ainda não tiveram oportunidade de trabalhar para a comunidade, e também condenados da APAC que já proporcionou ao projeto excelentes resultados. A intenção foi divulgar conhecimento, fazer trocas e colher como frutos o aprendizado e a produção de artefatos sustentáveis que foram aplicados na construção e decoração da obra de um centro comunitário para comunidade local – Vila Brasil, em São João del-Rei, que também foi proposto no ano de 2016, mas pouco caminhou devido período eleitoral e promessas políticas de verbas para sua construção que, infelizmente não se concretizou.

Atualmente, o programa passa por adaptações em função da Pandemia do COVID-19, além de estar iniciando estudos para oficinas presenciais, sempre levando em conta a segurança de todos os envolvidos. Nesse período, diversas atividades foram realizadas de formas virtuais, como, por exemplo, a proposta da construção de uma horta comunitária no Campus Tancredo Neves (CTAN), em parceria com a disciplina Epistemologia da Agroecologia, do Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), ministradas pelos docentes Prof. Dr. Mateus de Carvalho Martins e Profa Dra. Renata de Souza Reis. O intuito da área planejada tem como uso um ambiente de lazer complementar, com espaço coberto para um uso plural de atividades presenciais, assim como a produção alimentícia da horta utilizada como fonte extra de alimentação saudável e orgânica para a comunidade. O Programa de Extensão ficaria responsável pela confecção do ambiente multiuso incorporado à horta, utilizando técnicas alternativas e sustentáveis. Porém, devido à Pandemia do COVID-19, que acabou acarretando no encerramento do período letivo e das atividades presenciais, a execução do projeto se tornou inviável, por enquanto, mas ainda será realizada em breve.

Nesse contexto, programa foi convidado a participar da Oficina de Construção de Brinquedos de Bambu, estilo Playground, na Escola Caminho das Águas, localizada no bairro Colônia do Marçal, em São João del-Rei. De forma a entender o processo antes de ir à oficina, o Programa confeccionou um protótipo de criação própria, readaptando técnicas de amarração e travamento das peças de bambu pré-estudadas por voluntários e colaboradores da extensão. Já na oficina realizada na escola, ministrada pela arquiteta Mônica Azevedo Smits de Campos Guimarães, foi instruído sobre técnicas de amarração do bambu com barbante e câmaras de ar. Foram confeccionados três brinquedos estilo Playground, com o uso de bambu tratado no ambiente externo da escola, sendo cada brinquedo projetado e adequado para diferentes grupos etários infantis, com alturas e complexidades de usos respectivos às idades propostas.

O bambu é um material que vem sendo muito estudado pelo Programa Caminhos Sustentáveis, além de pesquisas realizadas pelo mesmo proponente, desde as espécies de bambu, a colheita, os tratamentos e a utilização ampla na arquitetura e também como brinquedos. Como estímulo da oficina, mostrou-se necessário a ideia de confecção de material para divulgação e conscientização sobre o bambu, instruindo sobre o manejo de bambuzais, modo correto de extração e formas de tratamento das peças. Esta produção tem o intuito de informar, instruir e servir como base para a capacitação de pessoas ávidas a utilizarem a matéria-prima bambu, assim como seu uso didático em oficinas futuras do programa. Além do folheto instrutivo que já está sendo realizado, aliou-se a produção de vídeos demonstrativos de alguns temas abordados no manual, assim como outros modos de manipulação e trabalho com bambu.

Além das atividades citadas anteriormente, pode-se salientar também que o programa está envolvido com a questão patrimonial da cidade e suas construções históricas, as quais foram construídas de materiais naturais. Durante o decorrer da graduação, os alunos têm acesso a disciplinas ligadas a sustentabilidade que poderão nortear o projeto, como: Introdução a Tecnologia da Construção, Introdução aos Sistemas Estruturais, Conforto Ambiental, Técnicas Alternativas de Construção, Patologias das Construções, entre outras, ajudando nas propostas relacionadas ao tema.

Dentre tantas atividades realizadas e outras ainda para serem executadas, a seguir será relatado um dos importantes projetos e execuções realizados pelo Programa Caminhos Sustentáveis, a construção do Tanque de Evapotranspiração (TEVAP), na comunidade Águas Gerais, no Bairro Tejuco, em São João del-Rei/MG.





Figura 2: Nascente do Córrego Águas Férreas

Fonte: Mateus Martins



Figura 3: Córrego Águas Férreas, já passando pela comunidade Águas Gerais, recebendo grande carga de esgoto doméstico

Fonte: Mateus Martins

Levantada a principal demanda, sendo já apontada a melhor alternativa a construção do Tanque de Evapotranspiração (TEVAP), pois é um tratamento alternativo e ecológico para o esgoto doméstico, evitando poluição do solo e das águas, tanto superficiais quanto subterrânea. Assim, foram realizadas reuniões com representantes da comunidade, com familiares do Lucas e com a Arquiteta e Urbanista Juliana, para que fossem apresentadas as propostas e pudesse ser definida as estratégias para execução de um projeto piloto do TEVAP.

Posteriormente, com grande aceitação da proposta foram desenvolvidas oficinas teóricas e práticas para capacitação da comunidade, onde tratamos temas de preservação do meio ambiente, com destaque para as águas fluviais e finalmente as etapas de construção e funcionamento do TEVAP. Todo processo prático foi desenvolvido a partir de um projeto piloto para atender a casa do Lucas e de sua tia que ficam em um mesmo lote. Este projeto piloto servirá como fonte de conhecimento para população e poderá ser replicado nas demais residências da comunidade.

## 5. TEVAP – TANQUE DE EVAPOTRANSPIRAÇÃO

O sistema TEVAP é uma tecnologia proposta por permacultores para tratamento e reuso domiciliar de águas negras, que são aquelas provenientes do vaso sanitário. Permacultura é um sistema de planejamento baseado em éticas e princípios que podem ser utilizados para gerir sistemas humanos realmente sustentáveis. Surgiu na década de 1970, na Austrália, concebida inicialmente pelos pesquisadores Bill Mollison e David Holmgren (GALBIATI, 2009).

Segundo Galbiati (2009), a ideia original do TEVAP foi atribuída aos permacultor Tom Watson e adaptado em projetos implantados por permacultores brasileiros. É um tratamento que consiste na

decomposição anaeróbica da matéria orgânica, mineralização e absorção dos nutrientes pelas raízes das plantas cultivadas sobre o tanque.

O uso crescente do TEVAP nos domicílios para tratamento local de águas negras pode evitar a sobrecarga das estações de tratamento de esgotos e diminuir a carga poluidora lançada em rios e córregos pelo tratamento parcial de esgotos urbanos (GALBIATI, 2009, p.34).

Segundo Paulo e Bernardes (2009), o TEVAP é um sistema recomendado em residências urbanas e periurbanas, tendo como resultado a redução do lançamento de esgoto em corpos d'água. É um tipo de sistema que não gera nenhum efluente e evita a poluição do solo, das águas superficiais e do lençol freático. Neste sistema, os resíduos humanos são transformados em nutrientes para as plantas e a água sai por evaporação, completamente limpa (ROCHA, 2014).

O enfoque principal deste sistema é o saneamento ecológico com a proteção dos recursos hídricos pelo o não lançamento de esgotos nos cursos d'água, conseqüentemente, tem-se o aumento da disponibilidade hídrica e economia de água (GALBIATI, 2009, apud WINBLAD e SIMPSONS & HÉBERT, 2004).

### 5.1. A Construção

Para a construção da TEVAP, alguns procedimentos e recomendações devem ser seguidos, de modo a garantir a eficiência do sistema, são eles:

- 1º Passo – O tamanho: A maioria das bibliografias consultadas considera uma dimensão aproximada de 2m<sup>3</sup> para cada habitante a ser atendido. Cava-se um buraco de 1 metro de profundidade por dois de largura e para cada habitante 1 metro de comprimento. Segundo Galbiati (2009), o dimensionamento para uma família de 4 a 5 pessoas pode varia de 12 a 16m<sup>3</sup>, desde que seja feita a separação das águas cinza e negras, sendo que só deve ser encaminhada para o sistema as águas negras provenientes das descargas sanitárias (Figura 4);
- 2º Passo – Impermeabilizar com ferrocimento as paredes e o fundo do tanque: O traço da argamassa de cimento deve ser feito segundo Costa (2014), com 3 partes de areia lavada por 1 de cimento e a aplicação com uma camada de 2,5cm de espessura, sobre ela colocar tela e finalizar com outra camada de argamassa. Recomenda-se também um bom nivelamento para que ocorra distribuição uniforme do efluente e evite infiltrações;
- 3º Passo – Pneus: Após seco a concretagem, colocar no centro os pneus enfileirados em pé e ligar a tubulação do esgoto no centro deste túnel de pneus. Preencher com entulho cerâmico as laterais do tanque até atingir a altura de 45cm ou o até atingir o nível superior dos pneus. Sobre ela uma

camada de aproximadamente 10 cm de brita. A seguir, convém utilizar algum tipo de manta permeável (Figura 5), como, por exemplo, o bidim, para evitar descida da areia que vai compor a camada de cima, com espessura em torno de 10cm. Por fim, completar com solo fértil até ultrapassar o nível do terreno;

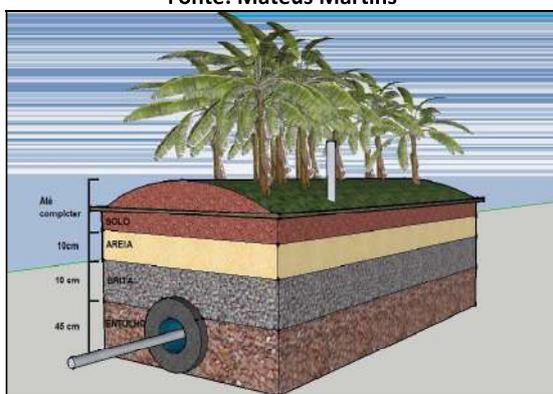
4º Passo – Plantas: Plantio de Bananeiras, Taioba, Beri e outras espécies que demandam muita água (Figuras 6 e 7).



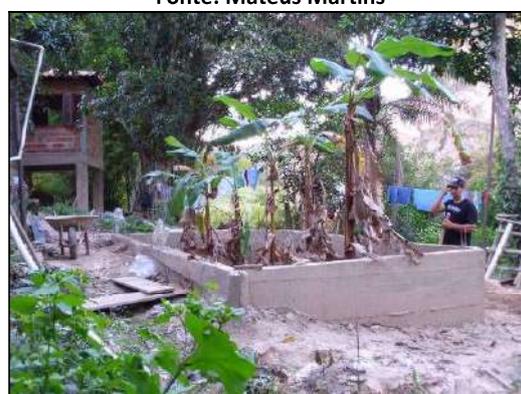
**Figura 4: Construção do TEVAP**  
Fonte: Mateus Martins



**Figura 5: Composição TEVAP**  
Fonte: Mateus Martins



**Figura 6: Esquema da Composição TEVAP**  
Fonte: Mateus Martins



**Figura 7: TEVAP após a execução**  
Fonte: [www.emater.mg.gov.br](http://www.emater.mg.gov.br). Adaptação: Mateus Martins

Algumas recomendações devem ser adotadas para melhorar e garantir o bom funcionamento do tanque. Segundo Costa (2014), nas bordas do tanque, construir uma contenção de 15 cm, evitando a entrada de águas de chuva. Deixar a camada superior de terra no tanque, onde serão introduzidas as plantas, no formato abaulado (arredondado) e mais alto do nível do terreno, assim facilitar escoamento de águas pluviais.

Importante também considerar que nem sempre concretagem em ferrocimento pode garantir total impermeabilização do tanque, talvez necessite mais pesquisas e estudos neste sentido, mas vale a

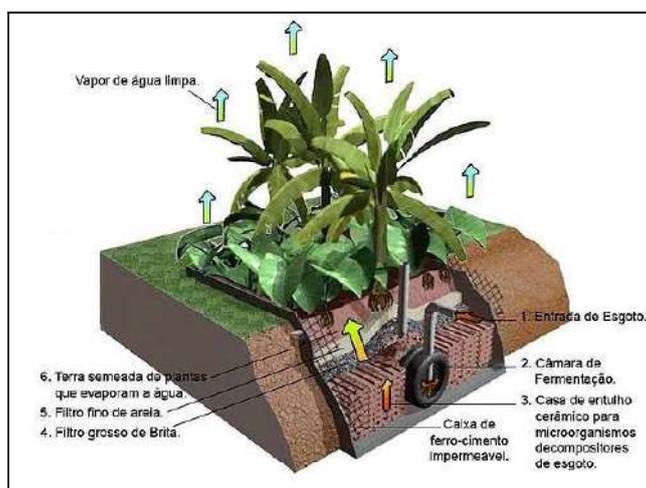
pena reforçarmos, como recomendação, a adição de algum vedante ou selante na composição da argamassa.

No projeto do tanque deve prever uma tubulação para que, em caso de eventual extravasamento, o efluente não cause inundações e seja direcionado para outros fins, que serão abordados no decorrer do trabalho.

O TEVAP, que deve estar afastado a uma distância mínima de 1,5m de construções, limites de terreno, sumidouro, valas de infiltração e ramal predial de água; 3,0m de árvores e qualquer ponto de rede de abastecimento de água; e 15m de poços freáticos e corpos d'água, segundo recomendações (COSTA, 2014, p.3).

## 5.2. Funcionamento

O esgoto sanitário canalizado entra na parte inferior do sistema, na câmara de recepção, formada por pneus e é decomposto por bactérias anaeróbicas. À medida que o volume de efluente vai subindo é filtrado pelas camadas de brita, areia e solo, é também decomposto pelas bactérias aeróbicas. As raízes das plantas presentes no TEVAP absorvem os nutrientes decompostos e também a fração líquida que é expelida pelo processo de transpiração das folhas. Por isso, recomenda-se o uso de plantas de folhas largas, como bananeira, taioba, Beri, entre outras, que consomem e evapotranspiram grande volume de água para a atmosfera. Uma parcela do efluente evapora diretamente do solo, sendo que por capilaridade a água é conduzida até a superfície (Figura 6).



**Figura 6 – Funcionamento TEVAP**

Fonte: [magiadequintal.blogspot.com](http://magiadequintal.blogspot.com)

O funcionamento do Tanque, segundo Galbiati (2009), ocorre de maneira bem similar ao sistema convencional de tratamento de esgoto, com etapas de degradação por bactérias anaeróbicas e aeróbicas. Na parte inferior, onde se dá a entrada do esgoto, as bactérias anaeróbicas convertem a matéria orgânica complexa em compostos mais simples, como o metano, gás carbônico, água, gás

sulfídrico e amônia. Degradam certos compostos tóxicos, como os halogenados e azóicos recalcitrantes. À medida que o efluente ascende em direção a superfície, onde existe a presença de oxigênio, a decomposição é finalizada, a matéria carbonácea é convertida em gás carbônico, água e energia, e os compostos orgânicos nitrogenados passam pelo processo de nitrificação, formando o nitrato que é absorvido pelas raízes das plantas presentes no tanque.

Galbiati (2009) (apud SREBERNICH, 2007) afirma que as plantas produzidas no TEVAP podem ser consumidas, desde que se proceda à correta higienização das folhas com hipoclorito de sódio ou ácido peracético, como se procede com outras hortaliças cultivadas em outros locais.

O aproveitamento da água e dos nutrientes contidos no esgoto pelo TEVAP, demonstrou um bom potencial para sua utilização em projetos de condomínios habitacionais populares, nos quais também se poderiam incluir sistemas semelhantes ao TEVAP, em linha, de forma a dar suporte a cercas vivas entre as residências. Os riscos de contaminação pela manutenção do TEVAP não são maiores do que os apresentados em sistemas convencionais, contando ainda com vantagens adicionais, no que diz respeito ao aproveitamento da água e nutrientes para a produção de alimentos e composição do paisagismo (GALBIATI, 2009, p.32).

O TEVAP é feito de modo a não haver saídas. Mas, em projeto deve-se considerar que em situações pontuais pode ocorrer extravasamento, seja por sobrecarga, subdimensionamento ou alto índice pluviométrico, sendo que o extravasamento pode ser encaminhado ao sistema de tratamento das águas cinza, sem oferecer qualquer risco. De acordo com Galbiati (2009, apud SANTOS & ATHAYDE JÚNIOR, 2008, p.30), o “efluente final do TEVAP, quando presente, pode ser encaminhado para a rede municipal de esgotos ou para sistemas de infiltração subsuperficial no solo, como as valas de infiltração”.

### **5.3 - Manutenção**

Basicamente, a manutenção consiste na rega das plantas introduzidas no TEVAP nos primeiros dias até que o efluente atinja as suas raízes, capina, desbaste e poda das plantas, colheita dos frutos e limpeza, manutenção do sistema de drenagem das águas de chuva, evitando inundações no tanque.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo final do projeto foi atingir resultados que se fossem satisfatórios para ambas as comunidades envolvidas, população e comunidade acadêmica, atendendo e superando as expectativas criadas na fase de sua concepção.

Preocupando sempre com a preservação do meio ambiente, com a importância da utilização de materiais recicláveis nos dias atuais e a sustentabilidade como garantia para as gerações futuras,

tomou-se como princípio fundamental a disseminação de conhecimento e práticas menos impactantes. Portanto, faz-se necessário levar conhecimento e prática às comunidades para que estas sejam replicadoras, buscando resultados cada vez mais amplos.

Por meio de conhecimentos sobre as diversas possibilidades que os materiais descartados na natureza podem proporcionar, levando esse conhecimento para uma população que necessita, é possível destacar a grande importância de se reutilizar materiais que são descartados, na maioria das vezes, de forma inadequada, causando agressões ao meio ambiente. As técnicas para a fabricação desses produtos são sempre demandas simples, precisando somente do incentivo e disponibilização das ferramentas e das técnicas, ajudando a incentivar a comunidade a aprender e a trocar saberes. A redução desses resíduos na natureza só agrega valor a todos.

Como todo projeto social, percebe-se em alguns integrantes, algo bastante comum que é o desinteresse e desmotivação, pois uma grande parte da população envolvida está em busca de assistencialismo, o que não é o foco do Programa Caminhos Sustentáveis. Portanto, é de grande importância deixar bem claro as ações que são desenvolvidas e como são, para que não se venha deparar com situações comprometedoras ao resultado final de cada etapa do projeto. Ocorreram atrasos no cronograma devido situações deste tipo. Mas serviram de aprendizado e será um ponto bastante trabalhado em atividades futuras.

Além da intenção de levar para a sociedade esse tipo de técnica e conhecimento, é importante ressaltar a proximidade da universidade com a comunidade. Trazendo ligações muito importantes e que podem gerar crescimento para todos envolvidos, tanto comunidade local como comunidade acadêmica. Com todos esses anos de convívio com a comunidade, espera-se que o Programa Caminhos Sustentáveis continue proporcionando novos conhecimentos a população Sanjoanense e região.

## 7. REFERÊNCIAS

ADAM, Roberto Sabatella. *Princípios do ecoedifício: interação entre ecologia, consciência e edifício*. São Paulo: Aquariana, 2001.

AGENDA 21 (1992). *Resumo – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil e Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

BARBOSA, José Victor. *Actualidade Sanjoanense*. São João del-Rei: Tipografia Commercial, 1929.

CASAGRANDE JÚNIOR, E. F. *Bambu: matéria prima do século XXI. 2005*. Trabalho apresentado ao 7º Simpósio Brasileiro Sobre Colheita e Transporte Florestal, Vitória, 2005.

- COSTA, Cinthia Cabral Da; GUILHOTO, Joaquim José Martins. *Saneamento rural no Brasil: impacto da fossa séptica biodigestora*. Eng Sanit Ambient, São Carlos SP, v. Edição Especial, p. 51-60, 2014.
- DANTAS, Anderson B.; MILITO, Cláudia M.; LUSTOSA, Maria C. J.; TONHOLO, Josealdo. *O uso do bambu na construção do desenvolvimento sustentável*. Maceió: Instituto do Bambu, 2005.
- GALBIATI, A. F. *Tratamento domiciliar de águas negras através de tanque de Evapotranspiração*. Dissertação de Mestrado – Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.
- GALVÃO JUNIOR, Alceu Castro. *Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil*. Ver. Panam Salud Publica, Fortaleza CE, v. 25, n. 6, 2009.
- GIANSANTI, R. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atual, 1998. 111p.
- GOLDEMBERG, J. *Energia, meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo, Edusp, 1998, 234p.
- KEELER, Marian. *Fundamentos de Projeto de Edificações Sustentáveis*. 1ª edição Brasil: Bookman, 2010.
- LEONETI, Alexandre Bevilacqua; PRADO, Eliana Leão Do; OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges De. *Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI*. Revista de administração Pública - RAP, Rio de Janeiro - RJ, p. 331-348, mar./abr. 2011.
- MIRANDA, Aline Branco de; TEIXEIRA, Bernardo Arantes do Nascimento. *Indicadores para o monitoramento da sustentabilidade em sistemas urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário*. Engenharia Sanitária Ambiental, Jaboticabal SP, v. 9, n. 4, p. 269-279, out./nov. 2004.
- NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília, DF: Ed. IBAMA, 2002.
- PORTO, Márcio. *O processo de projeto e a sustentabilidade na produção da arquitetura*. São Paulo: C4, 2009.
- SERRADOR, Marcos Eduardo. *Sustentabilidade em arquitetura: referências para projetos*. 2008. 267 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

## Programa Saberes da Terra: 10 Anos *Earth Knowledge Program: 10 Years*

MARTINS, Mateus de Carvalho

*Doutor, Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas; Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade; Universidade Federal de São João del-Rei, mateusmartins@ufsj.edu.br*

JOÃO VÍTOR JANUÁRIO

*Arquiteto e Urbanista, Universidade Federal de São João del-Rei, joaojanuario000@gmail.com*

GUILHERME PEIXOTO DOS SANTOS

*Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São João del-Rei, guilhermepeixoto.gps@gmail.com*

DAFNE DE CASTRO FAUSTINO

*Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São João del-Rei, dafnecfaustino@gmail.com*

HENRIQUE DE ARAÚJO SILVA

*Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São João del-Rei, haraujo.silva16@gmail.com*

**RESUMO:** A utilização da terra como material construtivo é feita a milhares de anos, se aproveitando desse material com diversas técnicas. Esse processo tradicional merece destaque por apresentar facilidade em sua aplicação e alta resistência. A partir disso é possível observar a presença da terra como matéria prima para muitas construções (por vezes, milenares), que resistem até os dias de hoje. Dentro do contexto histórico colonial brasileiro, a cidade de São João del-Rei possui diversas edificações nas quais foram aplicadas técnicas vernáculas, utilizando-se terra. Pensando na importância da preservação e manutenção dessas técnicas e características locais, foi criado o Programa Saberes da Terra – Um programa de extensão universitário, promovido pelo Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas (DAUAP); e pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Com atuação desde o ano de 2011, o Programa busca, como definido anteriormente, resgatar o uso da terra na arquitetura, se utilizando de oficinas, presenciais e digitais, de tinta de terra, adobe e outras técnicas a fim de difundir esse conhecimento e, por consequência, promover a preservação e valorização do patrimônio histórico-cultural, levantando também questões acerca da educação patrimonial. O programa também trabalha paralelo ao tema patrimônio, discute e trabalha as técnicas alternativas com o uso da terra, por meio da Permacultura e da Bioconstrução.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão Universitária, Educação; Técnicas alternativas. Bioconstrução. Permacultura.

**ABSTRACT:** The use of soil as a building material has been done for thousands of years, taking advantage of this material with several techniques. This traditional process deserves to be highlighted because it is easy to apply and highly resistant. Therefore, it is possible to observe the presence of soil as raw material for many constructions (sometimes millenary), which remain until today. Within the Brazilian colonial historical context, the city of São João del-Rei has several buildings in which vernacular techniques were applied, using soil. Bearing in mind the importance of preserving and maintaining these techniques and local characteristics, the Earth Knowledge Program was created - A university extension program, promoted by the Department of Architecture, Urbanism, and Applied Arts (DAUAP); and by the Dean of Extension and Community Relations (PROEX), of the Federal University of São João del-Rei (UFSJ). Operating since 2011, the Program seeks, as previously defined, to rescue the use of soil in architecture, using presential and digital workshops on soil paint, adobe, and other techniques to spread this knowledge and, consequently, promote the preservation and appreciation of the historical and cultural heritage, also raising questions about heritage education. The program also works parallel to the heritage theme, discussing and working on alternative techniques with the use of the land, through Permaculture and Bioconstruction.

**KEY-WORDS:** University Extension, Education; Alternative techniques. Bioconstruction. Permaculture.

## 1 INTRODUÇÃO

As construções tradicionais de São João del-Rei são caracterizadas por uma arquitetura vernácula, na qual são empregados materiais e recursos do próprio ambiente onde a edificação está inserida, com destaque para as técnicas construtivas que utilizam a terra como material principal.

Segundo Andradas, desde as primeiras construções locais da cidade, aplicava-se técnicas tradicionais com terra (ANDRADE, 2013, p.21). Mesmo com o seu desenvolvimento associado ao ciclo do ouro, São João del-Rei continuou a utilizar a terra na arquitetura nas mais diversas tipologias. “A arquitetura civil, assim como a religiosa, adotou as estruturas em pedra, adobe e taipa [...]” (ANDRADE, 2013, p.61).

A terra foi aplicada na arquitetura, não somente em São João-del Rei, mas também em grande parte do Brasil e do mundo. A sua abundância, fácil acesso e fácil manuseio, além das boas características de conforto térmico e acústico, fizeram da terra um material altamente difundido. “Em quase todos os climas quentes, áridos ou temperados, a terra sempre prevaleceu como material de construção [...]” (MINKE, 2015, p.12).

De acordo com Santos (2015, p. 37), as técnicas de construção com terra eram desenvolvidas juntamente com o desenvolvimento da cultura do local onde ela era aplicada. Assim sendo, a terra na arquitetura assume o papel de um elemento que expressa as características de determinado espaço e tempo, sendo um registro histórico e cultural. Sob essa óptica, as construções com terra não são importantes apenas pelo espaço físico, mas também por registrar a evolução do uso da terra na arquitetura ao longo do tempo e nos mais diversos locais do mundo.

Contudo, a evolução das culturas também trouxe novos materiais e aplicações que impactaram as técnicas tradicionais. Dessa maneira, o uso da terra na arquitetura “[...] sofreu praticamente uma interrupção em sua evolução com o aparecimento de novas tecnologias construtivas e novos materiais, especialmente o cimento e o aço” (SANTOS, 2015, p.37).

Com isso, ao pensar na importância da terra para o patrimônio histórico-cultural e no atual cenário no qual materiais industrializados são priorizados em detrimento das técnicas tradicionais, foi criado, em 2011, o Programa Saberes da Terra (PST) – um Programa de Extensão, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de São João del-Rei.

O Saberes da Terra surgiu com o intuito de valorizar o uso da terra na arquitetura e promover a preservação de bens históricos com esse material. Dessa maneira, o Programa busca promover a educação patrimonial. Além de utilizar o material com bases na Permacultura e na Bioconstrução, assim busca resgatar, fazer importantes trocas de saberes e transmitir a importância da terra como material construtivo.

## 2 METODOLOGIA

O Programa Saberes da Terra tem como enfoque as técnicas construtivas que utilizam a terra como principal matéria prima. Por meio de oficinas teórico-práticas, o programa propõe resgatar e valorizar as técnicas vernáculas. Dessa forma, são desenvolvidas oficinas que tem como produto a tinta de terra, a produção de tijolos de adobe, entre outras técnicas com esse material. A primeira possuindo maior destaque entre as demandas devido a rapidez de sua execução e aplicação.

As oficinas desenvolvidas até o ano de 2019 pelo Saberes da Terra aconteciam de maneira presencial e contavam com uma estrutura básica para sua realização. Entretanto, a partir de 2020, devido a pandemia do COVID-19, as atividades foram transferidas para o ambiente digital e fez necessária uma adaptação, a qual possibilitou a continuidade das atividades teóricas, no entanto dificultou as atividades práticas realizadas pelo Programa.

Destaca-se que as atividades do programa são realizadas depois que é feito um levantamento das possibilidades e das necessidades locais, seja escola, comunidade, entre outras. Importante também relatar que todo o processo é feito juntamente com a comunidade em foco, pois somente assim pode-se realizar o que há de mais urgente ou necessário, fazendo realmente o papel da extensão.

As oficinas presenciais são divididas em duas principais partes, a primeira sendo destinado para uma explicação com carácter teórico e a segunda para as atividades práticas. Os participantes, desta forma, recebem todos os conhecimentos técnicos para depois confeccionar os seus próprios produtos.

A metodologia utilizada nas atividades realizadas dentro das oficinas possui uma divisão em cinco momentos, sendo eles:

**I. Observação:** Inicialmente, é realizado um apanhado histórico sobre os sistemas construtivos, em diferentes períodos históricos e localidades, de modo que os participantes consigam relacionar a matéria prima com as técnicas vernáculas e suas aplicações no seu próprio contexto. Desta forma, o processo visa ressaltar a importância da conservação desses bens patrimoniais.

**II. Sensibilização:** No segundo momento é realizada uma conversa entre os partícipes e os oficinairos, discutindo a afinidade que cada um já detinha com o material e uma troca de conhecimento sobre as técnicas. O processo acaba intensificando a sensibilização para a preservação dos bens patrimoniais e qualifica as discussões sobre a temática.

**III. Memorização:** Após a apresentação teórica e as discussões, se faz necessária a fixação desses conhecimentos, que é direcionada a parte prática da oficina. Todos os participantes desenvolvem o que aprenderam e, conseqüentemente, com o contato direto com o material acabam memorizando o processo teórico-prático.

**IV. Apropriação:** Neste momento, depois de realizarem as atividades teóricas e práticas, espera-se que os partícipes desenvolvam uma relação mais próxima à matéria prima, bem como, a preservação, conservação e valorização dos bens culturais. Obtendo como resultado uma relação afetiva entre as técnicas vernáculas e a cidade que vivem.

**V. Disseminação:** O momento da disseminação acontece de duas formas, a primeira através do próprio participante, que se torna agente disseminador do conhecimento teórico e prático adquiridos na oficina, sendo potencializador das informações em seu convívio social. A segunda forma se refere às divulgações realizadas pelo próprio Programa Saberes da Terra, por meio da elaboração de cartazes, artigos, publicações diversas camisetas, registros divulgados nas redes sociais, via Facebook e Instagram, dentre outros.

Já as oficinas realizadas no ambiente digital foram realizadas por meio de apresentações remotas e também divididas em duas partes, todavia a primeira parte, que corresponde às explicações teóricas, demanda maior tempo que as oficinas presenciais, visto que as atividades práticas foram dificultadas. A segunda parte corresponde à exposição das atuações nas quais o Programa já participou, de modo que os partícipes compreendam exemplos dos produtos gerados, podendo assim já ter um pré-agenda para as futuras oficinas presenciais.

Durante as oficinas – presenciais e/ou remotas – sempre é reforçado as questões da educação patrimonial, de modo que a compreensão das características da terra pelos participantes desperta uma sensibilização de sua importância. As técnicas explicadas podem ser identificadas nas antigas edificações, demonstrando pertencimento, assim como também, podem ser utilizadas até os dias atuais, como alternativas que auxiliam o meio ambiente.

Os estudantes que participam como bolsistas ou voluntários do Programa Saberes da Terra buscam aplicar os conhecimentos apreendidos em sala de aula e nas vivências pela cidade de São João del-Rei acerca da temática das técnicas construtivas vernáculas, como o pau a pique, o adobe e a tinta de terra, entre outras. Esses conhecimentos são transmitidos para a comunidade por meio de uma troca de saberes, a fim de disseminar as informações relevantes sobre uma das mais importantes matérias primas do planeta, a terra. Para que essa finalidade aconteça, os estudantes que já integram o programa e os novos membros, recebem capacitações sobre os materiais e as técnicas utilizadas.

O Programa Saberes da Terra realiza oficinas em diversas localidades dentro da cidade e do município de São João del-Rei, assim como amplia continuamente sua participação em diversas cidades de regiões próximas. Já foram realizadas oficinas em São Tiago, Sete Lagoas, Jeceaba, Lagoa Dourada, Nazareno, Divinópolis, Ritópolis, Tiradentes, Entre Rios de Minas, Conselheiro Lafaiete, Belo Horizonte, dentre outras. A temática discutida nas oficinas apresenta grande afinidade com essas cidades, as quais também apresentam a empregabilidade das técnicas construtivas vernáculas.

Dentre as duas atividades mais realizadas pelo Programa – adobe e tinta de terra – as técnicas utilizadas pelo grupo para fazer o adobe é a técnica que possui seu maior uso nas construções setecentistas. Ela é composta basicamente por terra, água, areia e fibras secas, sendo parte de seu processo a mistura desses componentes e depois o despejo em uma forma retangular. O processo completo, até a secagem do bloco de adobe, dura de 15 a 20 dias, para ser realizada a cura do bloco.

A tinta de terra, atividade mais requisitada para o grupo, necessita de apenas três produtos para a sua elaboração, sendo eles: terra (idealmente de granulometria média, nomeada silte), água e ligante (grude ou cola de base PVA), com a proporção de 1:1:½ (CARDOSO, 2015). O processo de execução corresponde a mistura dos materiais, sendo primeiro a terra, em sequência a água e por último o ligante, que devem ser misturados até atingir a homogeneidade. A mistura se torna pronta para o uso quando adquire uma textura similar à tinta convencional.

A divulgação do Programa Saberes da Terra acontece entre as diversas escolas, instituições culturais e/ou educacionais da região, bem como, com o auxílio das redes sociais, as quais possibilitam difundir o conhecimento e o trabalho desenvolvido pelo grupo. Ademais, auxiliam na captação de demandas, que chegam ao conhecimento do grupo através de diversas formas, seja por meio eletrônico ou por meio de conversas formais ou informais. Após o primeiro contato, o grupo analisa o melhor método para realizar as atividades, visto que o público se apresenta de diversas faixas etárias. Nesse sentido, o Programa busca elaborar dinâmicas, desenvolvendo e criando todo o

processo juntamente com o público em questão, visando transpassar e trocar os conhecimentos técnicos de forma didática e prática.

### 3 OFICINAS E ATIVIDADES

Durante o ano de 2019, 2020 e 2021, o Programa Saberes da Terra realizou diversas atividades, que incluíram a publicação de artigos em revistas, capítulo de livros e congressos, apresentações em eventos acadêmicos, parcerias e oficinas teóricas e práticas, contando com o trabalho dos discentes (bolsistas e voluntários) do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ.

As atividades realizadas foram documentadas (relatórios e fotografias) nos registros do programa, compilando um acervo de informações compartilhadas na rede social Facebook ([facebook.com/progsaberesdaterra](https://facebook.com/progsaberesdaterra)), além da estruturação para o compartilhamento na rede social Instagram (@saberesdaterra\_ufsj). Nas páginas, além das fotografias e relatos das atividades, encontram-se materiais e informações acerca da temática de Bioconstrução e de Permacutura.

No ano de 2020, o mundo enfrentou e, ainda enfrenta em 2021, a pandemia do COVID-19, reorganizando o modo no qual as pessoas se relacionam, desenvolvendo atividades remotas para a segurança de todos e todas. Desta forma, em decorrência desse fator, o Programa Saberes da Terra precisou se adaptar e atuar exclusivamente de maneira virtual, por meio das redes sociais, além da participação de eventos/congressos online e com a realização de oficinas virtuais, bem como o aperfeiçoamento acerca da temática, por meio de estudos e publicações de artigos.

Dentre as atividades mais atuais realizadas pelo programa, destacam-se:

**I. Oficina de Tinta de Terra no evento "Paralisação em defesa da educação!":** a atividade aconteceu na cidade de São João del-Rei, tendo por objetivo a busca da garantia da qualidade e da democracia da educação pública no Brasil. Dentro do contexto político atual, a oficina se apresentou como um ato de manifestação em prol da luta pela educação, realizando uma oficina de tinta de terra em uma das principais vias do município, promovendo a troca de saberes com a comunidade são joanense, de modo que qualquer pessoa que circulasse na região da intervenção, poderia aprender sobre a produção de tinta de terra (Figura 1)



Figura 1: Oficina durante o evento da Paralisação em defesa da educação.  
Fonte: Acervo Saberes da Terra, 2019.

**II. Oficina de Tinta de Terra com os moradores do bairro Senhor dos Montes:** juntamente com o movimento de paralisação nacional em prol da educação pública no país, o Programa Saberes da Terra desenvolveu uma oficina de tinta de terra com os moradores do bairro Senhor dos Montes, na cidade de São João del-Rei, contando com a presença principalmente de crianças. A atividade desenvolveu-se em parceria com outro projeto de extensão chamado GEPHIS (Grupo de Estudo e Proposições sobre Habitação de Interesse Social), onde foi feita uma pintura em um ponto de ônibus do bairro (Figura 2).



Figura 2: Oficina no ponto de ônibus no bairro Senhor do Montes.  
Fonte: Acervo Saberes da Terra, 2019.

**III. Oficina de Tinta de Terra no Museu Casa Padre Toledo:** a convite da organização do evento 13ª Primavera de Museus, o Saberes da Terra foi convidado a ministrar uma oficina teórico-prática acerca da tinta de terra, com uma turma de alunos de uma escola municipal da cidade de Tiradentes-MG. A atividade buscou a troca de conhecimentos sobre a sustentabilidade que envolve a tinta de terra, bem como, sobre a sua preservação, visto que o Museu Casa de Padre Toledo – local onde foi realizada a oficina – conta com a utilização de técnicas construtivas tradicionais que atribuem a terra como matéria-prima (Figura 3).



**Figura 3: Oficina de tinta de terra no evento 13ª Primavera de Museus.**  
 Fonte: Acervo Saberes da Terra, 2019.

**IV. Oficina de Tinta de Terra na Escola Dr. Kleber Vasques Filgueira:** O programa realizou uma oficina de tinta de terra com as crianças da escola Dr. Kleber Vasques Filgueira, da cidade de São João del-Rei. A atividade contou com a parceria de discentes do curso de Pedagogia da UFSJ, onde juntos puderam compartilhar métodos de ensino e transmitir aos alunos a importância das técnicas sobre tinta de terra de maneira lúdica, além de despertar o senso de pertencimento e de proximidade (Figura 4).



Figura 4: Oficina de tinta de terra na Escola Dr. Kleber Vasques Filgueira.  
Fonte: Acervo Saberes da Terra, 2019.

**V. Oficina de Tinta de Terra no Albergue Santo Antônio:** o Programa Saberes da Terra realizou, em parceria com o Projeto de Extensão PROASA e com o Fórum de Arte Urbana das Vertentes (FAUV), uma oficina de tinta de terra e pintura de paredes do Albergue Santo Antônio. O objetivo da oficina foi propiciar um ambiente mais agradável para os idosos e usuários do espaço, trazendo mais vida e cor para o lugar. Ademais, a atividade proporcionou a troca de conhecimentos com os parceiros, bem como, ampliou a relação entre os diversos programas e projetos existentes da universidade (Figura 5).



Figura 5: Oficina de tinta de terra no Albergue Santo Antônio.  
Fonte: PROASA, 2019.

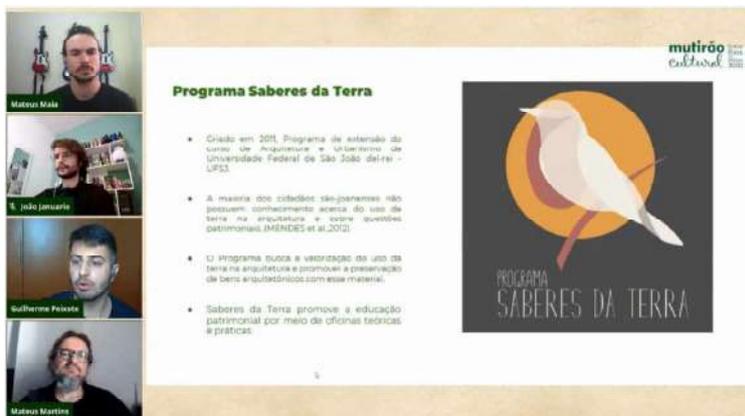
**VI. Oficinas no evento Viva Jeceaba:** a convite da Prefeitura Municipal de Jeceaba-MG, o Saberes da Terra participou do evento intitulado “Viva Jeceaba”, ministrando dois dias de oficinas teórico-

práticas sobre tinta de terra. No primeiro dia, foi desenvolvida uma oficina com os moradores e alunos da cidade em uma escola municipal. No segundo dia, o programa, em parceria com um artista plástico, pintou diversos murais nas paredes da escola, utilizando a tinta de terra como matéria-prima. Essa atuação durante o evento foi uma oportunidade de disseminar os conhecimentos do Saberes da Terra para outra cidade, além de construir novas parcerias (Figura 6).



**Figura 6: Oficina de tinta de terra no evento Viva Jeceaba.**  
 Fonte: Acervo Saberes da Terra, 2019.

**VII. Oficinas virtual no evento Mutirão Cultural de Entre Rios de Minas 2020:** por meio do convite da Secretaria Municipal de Cultura de Entre Rios de Minas-MG, o programa participou de uma oficina virtual, em decorrência da pandemia do COVID-19, que contou com a participação de funcionários da prefeitura e integrantes do Saberes da Terra, no qual foi transmitida pelas plataformas digitais Youtube e Facebook. A oficina teve por objetivo o debate sobre o uso da terra como matéria-prima, bem como, o resgate e a valorização de técnicas construtivas alternativas, evidenciando a educação patrimonial, sustentabilidade, conservação de bens históricos/culturais, valorização dos saberes populares, e implementando e mostrando os conceitos básicos da Permacultura e da Bioconstrução (Figura 7).



**Figura 7: Oficina de tinta de terra no evento Viva Jeceaba.**  
**Fonte: Acervo Saberes da Terra, 2020.**

Além dessas oficinas, o Saberes da Terra desenvolveu diversas atividades que complementam a atuação durante o período aqui descrito, como apresentações em eventos acadêmicos, publicação de artigos e em revistas. O Saberes da Terra participou da II Conferência em História da Arte: um diálogo entre Nordeste e Minas, ministrando uma palestra acerca do resgate de técnicas construtivas vernáculas e sobre a atuação do programa; desenvolveu parcerias com o Projeto de Extensão PROASA, GEPHIS, com o Fórum de Arte Urbana das Vertentes (FAUV) e discentes do curso de Pedagogia da UFSJ; participação no evento Café com Ciências, divulgando as ações do Saberes da Terra; publicação de artigo e apresentação na 3º e 4º Simpósio Científico do ICOMOS/Brasil, intitulados como: “Valorização do uso da terra na arquitetura por meio da Educação Patrimonial” (2019) e “Educação patrimonial como ferramenta de preservação de técnicas construtivas com terra crua” (2020); publicação de artigo na Revista Difusão do Instituto Federal do Paraná, com o título de “Resgate e Valorização do Uso da Terra na Arquitetura”, entre diversas outras atividades.

Por fim, o programa buscou expandir a disseminação dos conhecimentos por meio da criação de uma nova rede social, o Instagram, onde poderão ser compartilhadas informações sobre as ações do Saberes da Terra, bem como, conteúdos acerca da temática do uso da terra em técnicas construtivas.

#### 4 CONCLUSÃO

A relevância das atividades realizadas pelo Programa Saberes da Terra é caracterizada pelo resgate de técnicas tradicionais e pela troca de conhecimentos com população local, para que sejam conhecidas: quais as técnicas que se utilizam da terra na construção; como e onde podem ser

observados exemplos de aplicação dessas técnicas dentro da cidade; quais os materiais usados além da terra; como é o processo de produção de cada uma dessas técnicas; valorização e troca da sabedoria popular, entre outros aspectos. A partir da compreensão de como se dá a aplicação da terra na arquitetura, é desenvolvido, por consequência, um sentimento de proximidade e cuidado para com a cidade, fortalecendo também o sentimento de pertencimento.

Essa proximidade entre indivíduo e cidade contribui para a sua preservação, devido à valorização do patrimônio histórico presente nela, uma vez que os participantes das oficinas (membros do Programa e da comunidade) passam a identificar o uso das técnicas dentro de seu próprio contexto, principalmente nos centros históricos de suas cidades. Eles próprios se tornam disseminadores desse olhar sensível acerca das técnicas tradicionais, a partir do momento em que compartilham suas experiências e o conhecimento adquirido com conhecidos, familiares e amigos, difundindo ainda mais o conhecimento para a comunidade.

A partir do ano de 2020, devido à pandemia de COVID-19, um dos desafios enfrentados pelo Programa foi a manutenção dessa proximidade entre os indivíduos e a cidade onde residem, isso com a suspensão de atividades presenciais e a limitação da circulação nas cidades. A principal estratégia definida para amenizar a situação e dar continuidade às atividades do Programa foi a realização de oficinas digitais (conforme foi apresentado nos itens anteriores). Isso foi em função da segurança de todos os envolvidos, visto que as atividades do Saberes da Terra é muito corpo a corpo, intensas e de contato, além do público ser diverso e de todas as idades, desde crianças, jovens, adultos até idosos.

Também é importante destacar a importância da atuação em diversos setores da sociedade. O Programa Saberes da Terra realizou atividades, e ainda realiza, em locais com participantes de faixas etárias variadas, origens diferentes, diversas bagagens culturais, classes sociais, instituições de ensino. Essa variedade de públicos reforça e enriquece a ideia principal de troca de saberes entre a academia e demais setores da sociedade, para que ambas possam se desenvolver juntas. Devido a tudo que foi dito, reforça-se mais uma vez a importância de projetos de resgate e educação patrimonial, para que favoreça e contribuam para a divulgação e sobrevivência dos saberes populares, além de demonstrar sua aplicabilidade dentro do contexto contemporâneo, principalmente com a popularização de termos como “sustentabilidade”, utilizando bases da Pemacultura e da Bioconstrução.

## 5 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas, à Pro-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e à Universidade Federal de São João del-Rei por toda a ajuda para a realização das diversas atividades do Programa Saberes da Terra. Ficamos também muito grato pelas parcerias de outros projetos de extensão, pesquisa e ensino em todos os processos realizados. Por fim, a maior gratidão é para todas as comunidades em que tivemos contatos para as diversas trocas, ensinamentos e aprendizados, foram momentos que todos os integrantes do Programa Saberes da Terra levarão para as demais caminhadas em busca de um mundo mais justo e mais humano.

## 6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. F. *O tombamento dos bens arquitetônicos e urbanísticos de São João del-Rei: embates em torno da preservação e do progresso*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

ANDRADE, Roberta Aparecida de; MARTINS, Mateus de Carvalho. *Saberes da Terra – Tons dos solos: produção e avaliação de tintas a base de solos*. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2016.

CARDOSO, Fernando de Paula. *Desenvolvimento de processos de produção e avaliação do desempenho de tintas para a construção civil manufaturadas com pigmentos de solos*. Dissertação Mestrado, Universidade Federal de Viçosa. 2015.

MINKE, Gernot. *Manual de Construção com Terra: uma arquitetura sustentável*. Tradução de Jorge Simões. 1ª edição. São Paulo: B4 Editoras, 2015.

PONTE, Maria C. C. *Arquitetura de Terra: o desenho para a durabilidade das construções*. Dissertação (Departamento de Arquitetura), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2012.

SANTOS, Clarissa A. *Construção com terra no Brasil: panorama, normatização e prototipagem com terra ensacada*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

## **Tecnologia para o desenvolvimento sustentável no território: Análise dos impactos socioambientais e corpos hídricos do Quilombo Mesquita**

*Technology for sustainable territory development: Analysis of socio-environmental impacts and water bodies of Quilombo Mesquita*

FERREIRA, Teresa Bernadete Medina

*Autora, Universalidade de Brasília, tebernadete@gmail.com*

ANDRADE, Liza Maria S.

*Coautora, Universalidade de Brasília, lizamsa@gmail.com;*

PAULINO, Mariane S.

*Coautora, Universalidade de Brasília, marianepaulino@hotmail.com;*

MAGALHÃES, Raissa Almeida de.

*Coautora, Universalidade de Brasília, raissaam2001@gmaill.com;*

REZENDE, Vinícius Silva

*Coautor, Universalidade de Brasília, vinicius.rezende@live.com;*

### **RESUMO**

O artigo tem como objetivo apresentar a análise dos impactos socioambientais decorrentes do processo de ocupação do território do Quilombo Mesquita, seus corpos hídricos e microbacias. Contra o racismo ambiental, a pesquisa evidencia a vivência quilombola em um ideal de Bem Viver de conservação e utilização responsável dos recursos naturais, tendo o significado de água atrelado a questões religiosas resultantes de uma transmissão oral de seus antepassados. Apesar de viver em uma lógica sustentável, o Quilombo vem sofrendo uma série de ataques, tendo-se o Grupo Periférico da FAU/UnB como prestador de assessoria sociotécnica quanto à exigência pela emissão de relatórios ambientais, corroborando com o mapeamento da região e visando demonstrar benefícios da prática do Bem Viver praticado pelo povo. Buscou-se identificar discrepâncias entre áreas ocupadas pelo Quilombo em relação à invasões de empreendimentos imobiliários e agrícolas, pretendendo-se demonstrar uma melhor utilização da terra pelo povo quilombola. A pesquisa se utiliza de uma lógica de arranjo de análises que caracterizam parâmetros geométricos onde, por meio do software Qgis versão 2.18.11, e, utilizando-se o plugin Semi-Automatic Classification Tool, realizou-se a classificação do solo de acordo com grau de permeabilidade e índice poluição difusa. Delimitou-se também, por meio do complemento "SIA", o mapa de fluxo d'água, responsável em determinar as direções de escoamento dos corpos hídricos segundo relevo. Com isto, foi possível demonstrar a demarcação dos principais corpos hídricos e a associação de grandes parcelas de ocupação com média e alta impermeabilidade nos polos imobiliários de condomínios e campos agropecuários.

**PALAVRAS-CHAVE** (3 a 5): quilombo, sustentabilidade, Bem-Viver, urbanismo, ocupação.

### **ABSTRACT**

The article aims to present an analysis of the social and environmental impacts resulting from the occupation process of Quilombo Mesquita's territory, its water bodies and micro-basins. Against environmental racism, the research evidences the quilombola experience of an Bem Viver ideal of conservation and responsible use of natural resources, with the meaning of water linked to religious

issues by oral transmission from their ancestors. Despite living in a sustainable alternative, the Quilombo has been suffering a series of attacks, with the FAU / UnB Peripheral Group as a provider of socio-technical advice regarding the requirement for the issuance of environmental reports, corroborating with the mapping of the region and explaining benefits of the Bem Viver practiced by the people. The research sought to identify discrepancies between areas occupied by the Quilombo in ratio to invasions of real estate and agricultural fields, intending to demonstrate a better use of land by the quilombolas. The research uses a logic of arrangement analyzes that characterize geometric parameters where, through Qgis software version 2.18.11, using the Semi-Automatic Classification Tool plugin, the soil was classified according to degree of permeability and diffuse index. It was also delimited, through the complement "SIA", the water flow map, responsible for determining the direction flow of water bodies according to relief. With this, it was possible to demonstrate the demarcation of the main water bodies and the association of large plots of occupation with medium and high impermeability, with the real estate centers of condominiums and agricultural fields.

**KEYWORDS** (3 a 5): quilombo, sustainability, Well-Living, urbanism, occupation

## 1 INTRODUÇÃO

Localizado em Luziânia-Go, próximo a Cidade Ocidental e a 60km do centro de Brasília, o Quilombo Mesquita é estabelecido como uma comunidade afrorrural tradicional, caracterizado por suas inúmeras especificidades culturais e históricas. Sejam denominados por Quilombos, palenques, cumbes ou cimarrones, de maneira geral, o nome "quilombo" se dá às comunidades formadas majoritariamente por remanescentes fugitivos da escravidão no Brasil, com sua origem remontando ao Período Colonial. Podem ser classificados como uma forma de resistência e união entre fugitivos perante um sistema escravocrata e racista, que : "se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais própria"<sup>i</sup>.

Sendo assim, não é possível realizar a determinação do conceito de Quilombo sem analisar o processo de formação destes como algo contínuo e dependente de políticas segregacionistas que persistem e se atualizam constantemente, moldando-se como sendo resultado de um longo processo de diáspora não apenas física, como cultural. Entende-se que:

"Ao pensar no processo de formação das comunidades tradicionais quilombolas é necessário abranger o fenômeno sociocultural e histórico da Diáspora Negra – que trata da imigração forçosa de africanos para outros continentes com fins escravistas – ao se considerar este movimento migratório é necessário perceber que este não se encontra somente como um momento histórico na linha temporal, mas como um contínuo civilizatório nestas comunidades. Presentes em povos tradicionais ainda hoje, as tradições e cultura, estes remanescentes preservam a memória e resistência ancestral que está presente não somente por todo o território brasileiro, mas também na Colômbia, Chile, Equador e Venezuela"<sup>i</sup>  
(PAULINO, 2018. Pag. 2)

Já em um viés legislativo, “Quilombo”, no Brasil, pode ser definido segundo o Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que determina:

"Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida." (Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003)

Em uma breve contextualização do objeto de estudo, acredita-se que o Mesquita, que completou em 272 anos de existência em 2018, tem suas origens datadas no século 18, tendo sua formação como resultado do processo da corrida pelo ouro, onde, com o abandono das vilas de mineração, uma das fazendas composta majoritariamente por populações negras escravizadas teria sido deixada para três escravas alforriadas. Acredita-se também que com o decorrer do tempo, existiu um aumento gradual de sua população, com a chegada de demais escravos em busca de refúgio e o desenvolvimento dos principais troncos familiares existentes até os dias contemporâneos.

O Quilombo Mesquita obteve sua certificação como território remanescente em 2006, por meio da Certidão expedida pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura. Contudo, até a presente data, suas terras não foram tituladas pelo INCRA. No decorrer do processo das atividades de extensão de assessoria técnica das universidades, o Quilombo Mesquita recebeu, pelo Conselho Diretor do INCRA, a resolução de redução de 80% de seu território original: passando de 4,2 mil hectares para 761ha. Porém, a resolução que permitiria a redução do território foi revogada após notificação feita pelo Ministério Público.

### **Antecedentes da Pesquisa**

As ações iniciais do Grupo de Pesquisa “Periférico, trabalhos emergentes” da FAU/UnB, procuraram estudar as questões pungentes relativas à regulamentação fundiária, infraestrutura, patrimônio e identidade cultural. Com o auxílio e participação da comunidade, e, alinhando-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, as ações atuam a partir de pesquisas realizadas junto ao INCRA, utilizando-se dos documentos existentes como também do desenvolvimento de um inventário participativo de patrimônios culturais baseado na metodologia do IPHAN.

Num primeiro momento, as ações do Grupo de Pesquisa foram trabalhadas na escala macro, com a elaboração de planos afro-rurais para o Quilombo Mesquita. Esta ação constituiu-se em planejamentos

territoriais, realizados por meio de mapas desenvolvidos com a ferramenta ArqGIS, e utilizando-se como base, os Dados do Sistema de Informação do Estado de Goiás, do IBGE e do RTID do INCRA.

Já durante o desenvolvimento da escala micro, foi realizado um planejamento espacial do núcleo central do quilombo, onde relacionou-se o mapa de ocupação atual, com áreas de utilização e áreas de construção, a partir de conceitos de centralidade existentes.

Em 2018, foi realizada uma parceria do Grupo Periférico com a Nucleação RAU+E/FAU/UFBA. Dentro desta parceria, foram desenvolvidos novos projetos de arquitetura e urbanismo para o Quilombo, de acordo com as demandas apresentadas pela comunidade. Além disto, foram realizados os levantamentos dos Espaços de Memória, como por exemplo o situado no Casarão de Aleixo Pereira Braga do século XIX, como também o localizado na praça frente à Capela de Nossa Senhora da Abadia. Neste contexto foi criado o projeto “Em solidariedade ao Quilombo Mesquita” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (Edital DEX/DAF/DPO/DPI/DPG/DEG no. 01/2018 - Programa de Extensão em Educação, Trabalho e Integração Social). O projeto, em parceria com o Centro de Convivência Negra – CCN, possui a finalidade de produzir cartilhas e materiais gráficos que evidenciem todo o valor cultural, o Bem Viver e a memória da comunidade quilombola existente.

Além disto, foi criado em 2021 pelo Grupo Periférico, o projeto “Tecnologia contra o racismo ambiental e apoio às comunidades afro-rurais: análise da preservação comunitária dos recursos hídricos e conservação ambiental no Quilombo Mesquita” no contexto do Edital PIBITI/UnB 2021. O projeto tem como objetivo o mapeamento e análise dos índices de preservação comunitária ambiental e dos recursos hídricos dentro do território do Quilombo Mesquita. Assim, a pesquisa visa a importância da água e recursos ambientais para a subsistência dos quilombolas, bem como a análise da dicotomia dos processos de impactos ambientais na ocupação não quilombolas dentro deste território.

A pesquisa “Tecnologia para o desenvolvimento sustentável no território: Análise dos impactos socioambientais e corpos hídricos do Quilombo Mesquita” que será apresentada, se insere neste edital.

### **O Bem Viver e Racismo Ambiental**

Para o melhor entendimento da apresentação dos resultados acerca da análise dos efeitos do Racismo Ambiental existente no território, faz-se necessário entender as definições atreladas ao Bem-Viver praticado pelas comunidades quilombolas. O Bem-Viver, expressão criada por povos Sul-Americanos e originária da língua quíchua<sup>ii</sup>, pode ser definido como modo alternativo ao desenvolvimento capitalista, tendo surgido nos países andinos e possuindo como principal finalidade a transformação

de sistemas socioeconômicos latino-americanos, com a intenção em agregar melhorias diante das dificuldades por eles lidadas na atualidade. Essa proposta política possui ramos de pensamentos diversos, sendo os principais denominados indigenistas, socialistas, ecologistas e pós-desenvolvimentistas. Segundo Alberto acosta, em seu livro “O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos”, o Bem Viver pode definido como:

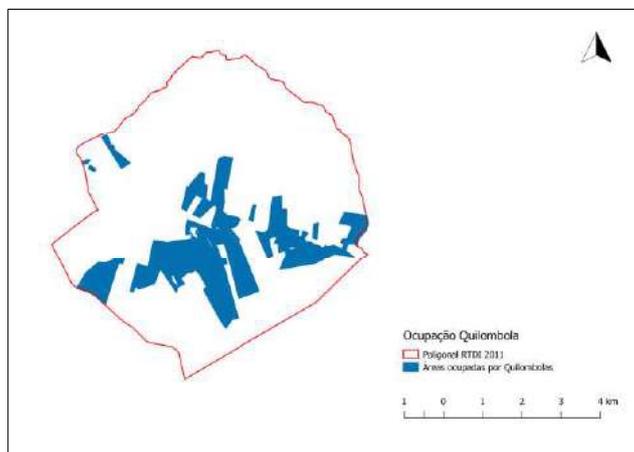
“[...] uma filosofia em construção, e universal, que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que está presente nas mais diversas culturas. Está entre nós, no Brasil, com o teko porã dos guaranis. Também está na ética e na filosofia africana do ubuntu – “eu sou porque nós somos”. Está no ecossocialismo, em sua busca por ressignificar o socialismo centralista e produtivista do século 20”  
(ACOSTA, 2016, P. 14)

Nesse sentido, o Bem Viver é definido por ser uma tentativa e estratégia de superação à um sistema econômico capitalista e ocidental, que dá a certeza de se ter a possibilidade da harmonia entre os seres humanos e a natureza. Desta forma, reflete o modo que diversas sociedades, consideradas marginalizadas em sua maioria, estruturam, reorientam e interpretam respostas para o discurso dominante do desenvolvimento, que possui raízes coloniais, e as correspondentes de práticas excludentes de dominação. O Bem Viver, de forma a criticar conceitos eurocêntricos de bem-estar e promover um discurso contra hegemônico, é um projeto que certifica que a expansão global do capitalismo ocidental, ou do chamado “sistema mundial”, não transformou e nem transforma os colonizados e “periféricos” em objetos passivos de suas próprias histórias (SAHLINS. 1988)

Desta forma, é possível entender o Quilombo Mesquita como uma comunidade onde vivencia-se na prática os ideais propostos pela lógica do Bem-Viver, de modo a denunciar a insustentabilidade do estilo de vida dominante a nível global. Pode-se perceber em sua vivência, uma relação harmônica entre o meio-ambiente e a comunidade, de reciprocidade e de solidariedade, que são resultantes das heranças culturais e ancestrais de Mesquita, assim como também reflete diversas outras expressões e práticas culturais existentes em diversos lugares do mundo e que possuem em comum a resistência decolonial, sustentável e política do existir.

Apesar disto, em contradição com a maneira sustentável e harmônica com a natureza em que vive a população do quilombo, são inúmeros os ataques recebidos pelo povo Mesquita. Existe-se hoje no território delimitado pelo INCRA como Patrimônio do Quilombo, uma extensa fragmentação territorial causada por invasões de caráter agrícola e imobiliário, resultante de uma soma entre fatores de desenvolvimento urbano neoliberal, métodos de exploração de terras, expropriação de direitos e da popularização de um estilo residencial de classe média alta em residir em bairros isolados. São inúmeras as comunidades Quilombolas que perderam de maneira parcial ou total o direito

constitucional a suas terras, e, existe-se hoje no território Mesquita, apenas um total de 17.96% da porcentagem de terra quilombola delimitada pelo Incra que é *de fato* ocupado pela população Quilombola (**Figura 1**), um resultado direto de ocupações ilegais.



**Figura 1. Comparativo do percentual de áreas ocupadas por população Quilombola em referência à área total delimitada pelo INCRA. Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021.**

O trabalho realizado vem então ao encontro com o apoio técnico para o Quilombo Mesquita solicitado pelo Coordenador da Questão Negra da Diretoria da Diversidade do DAC/UnB, Manoel Barbosa Neres, já que, através do Processo 23106.120294/2018-40, foi solicitado auxílio para atender às exigências do Ministério Público Federal relacionados à necessidade de emissão de relatórios ambientais referentes aos impactos dos cemitérios quilombolas existentes no território do Quilombo Mesquita.

A solicitação por emissão de relatórios que justifiquem o uso de terra em rituais tradicionais, sem que exista indício de qualquer má utilização por parte Quilombola, mostra-se como outra maneira de invalidação aos meios culturais do Mesquita, invisibilizando suas tradições e podendo ser caracterizado como um ataque direto à população e fator contribuinte para a fragmentação de terra.

Segundo Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da Agenda urbana da ONU de 2030, é exigência aos municípios a proteção de patrimônio cultural e ambiental. Em 1988, a Constituição Federal Brasileira reconheceu os sítios detentores de reminiscências quilombolas como patrimônio cultural brasileiro, além disto, observa-se no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 68, onde determina-se o reconhecimento das ocupações quilombolas como propriedades definitivas. Deste modo, torna-se a luta pela manutenção da permanência quilombola, ato constitucional e necessário. Entendendo-se o Quilombo como uma comunidade praticante do Bem-Viver em concordância com métodos sustentáveis de existência, percebeu-se que, para sua população, o significado vinculado à água e corpos hídricos presentes na região está atrelado a questões religiosas, e é resultado direto de

uma transmissão oral por parte de seus antepassados e diretamente relacionados aos ideais de Bem Viver de conservação e utilização humana e responsável de recursos.

Assim, o objetivo desta pesquisa é avaliar de maneira crítica e comparativa, a partir das variáveis configuracionais de hidrografia e corpos hídricos, os distintos impactos ao meio-ambiente existentes dentro da área do Quilombo. Desta forma, realiza-se assim, uma comparação da tipologia e efeitos resultantes da ocupação dos quilombolas, em oposição com a tipologia e efeitos das ocupações ilegais de avanços imobiliários e agrícolas. O artigo utiliza como parâmetro de análise comparativa de impacto ambiental o potencial de poluição difusa, calculado com base no grau de impermeabilização do solo segundo sua cobertura e tipo de uso e ocupação, segundo pesquisas de SEBUSIANI, BETTINE (2011) e CARVALHO e OLIVEIRA (2014).

Desta forma, pretende-se agregar a relação indivíduo-ambiente com conceitos de Bem Viver do povo quilombola, destacando-os como resistência da memória e culturalidade ancestral em sua manutenção de luta e permanência.

## 2 METODOLOGIA

### Acerca da Caracterização da Área

A metodologia base utilizada na pesquisa tem como arcabouço teórico os conceitos adaptados definidos por Christofoletti (1969), que definem o processo de análise morfométrica como um arranjo de análises que caracterizam parâmetros geométricos da rede de drenagem e da morfologia.

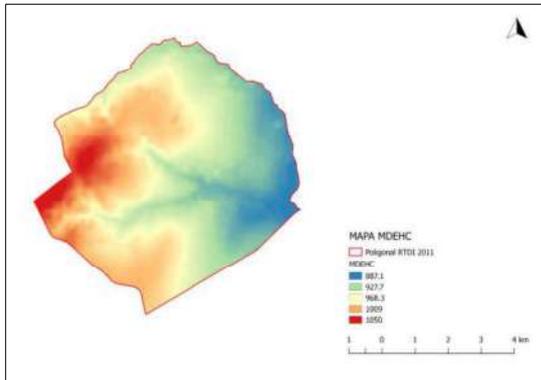
“[...] pode ser definida como a “análise quantitativa das interações entre a fisiografia e a sua dinâmica hidrológica” que permite um conhecimento da dinâmica fluvial, bem como das relações existentes entre ela e os diversos componentes do meio físico e biótico de uma bacia hidrográfica” (FARIA et al., 2009)

Desta forma, seria possível criar uma correlação entre a fisiografia e dinâmica hidrológica, com aspectos físicos e tipologias de ocupação dentro de uma bacia ou microbacia.

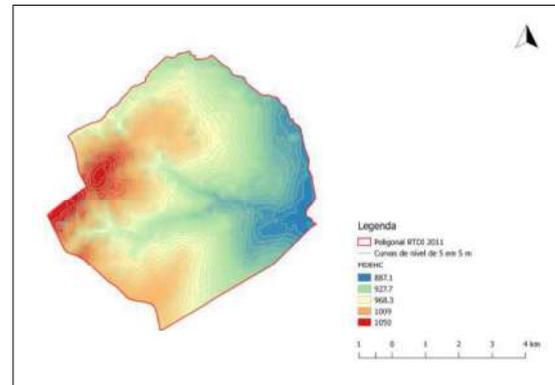
Para realização desta correlação, a área a ser estudada foi inicialmente demarcada por meio do software Qgis, versão 2.18.11, utilizando-se o plugin OpenLayersMaps e delimitada pela adição da shapefile do território do Quilombo Mesquita disponibilizada pelo Incra, adicionada pelo software dentro do comando "inserir camada" e "nova camada vetorial". Todas as camadas foram alinhadas pelo sistema de coordenadas referenciado em SIRGAS 2000 / UTM zone 23S (EPSG: 31983).

Em seguida, com a intenção de melhor caracterizar-se a área de estudo, adicionou-se ao arquivo o pacote de imagem (Raster) dos mapas de altitude MDEHC (**Figura 2**), disponibilizados e extraídos pela

plataforma Geoportal, de domínio público. Com a intenção de melhor entender o relevo da região, realizou-se o processamento do raster por meio do complemento “contour lines”, onde pôde obter-se a delimitação das curvas de nível de 5 em 5 metros (Vetor) (**Figura 3**).

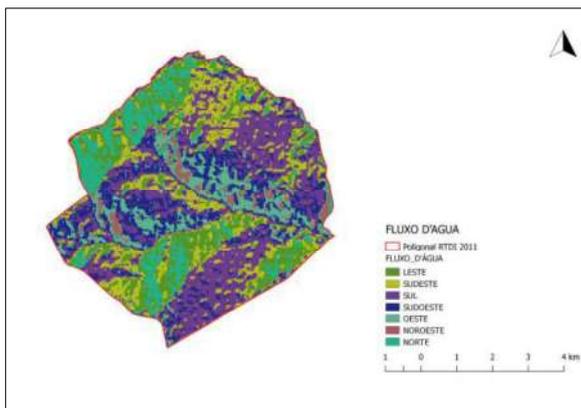


**Figura 2: Mapa de altitude MDEHC**  
Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021.

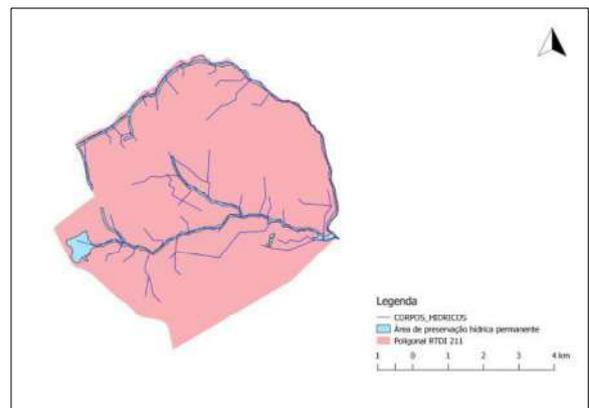


**Figura 3: Mapa de altitude Curvas de nível.**  
Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021.

Em seguida, continuando-se na lógica de caracterização da área de estudo, delimitou-se por meio do complemento “SIA”, dentro do software Qgis, o mapa de fluxo d'água (**Figura 4**), responsável em determinar as direções de escoamento dos corpos hídricos segundo relevo. Com isto, foi possível também a demarcação dos principais corpos hídricos (**Figura 5**), fator determinante para finalização da etapa de caracterização de áreas e delimitação das microbacias.



**Figura 4: Mapa de Fluxo d'água.**  
Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021.



**Figura 5: Demarcação de corpos hídricos.**  
Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021.

A delimitação das Microbacias (**Figura 6**) consistiu na sequencia de etapas de comandos dentro do software Qgis : extração das curvas de nível (contour lines), rasterização das curvas de nível (rasterize vector layer), preenchimento das células sem dados (void filling), eliminação de depressões (sink

filling), fluxo acumulado (flow accumulation), geração da rede de drenagem (channel network), delimitação da microbacia através de um ponto (upslope area from a single point).

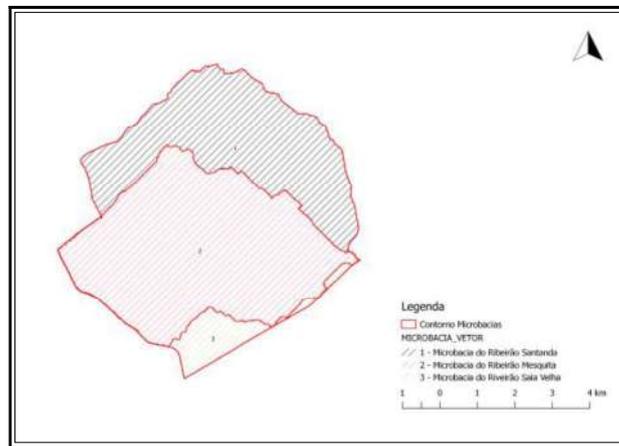


Figura 6: Demarcação das Microbacias. Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021.

Para a determinação dos Impactos Ambientais nos corpos hídricos e microbacias, utilizou-se nesta pesquisa uma adaptação do trabalho de SEBUSIANI, BETTINE (2011), CARVALHO e OLIVEIRA (2014), e RODRIGUES, SARAH (2019) onde utiliza-se o cálculo do potencial de poluição difusa, determinado com base no grau de impermeabilização do solo segundo sua cobertura e tipo de uso e ocupação.

Entende-se que o grau de uso e ocupação de determinada bacia, estaria fortemente associada ao nível de impermeabilização do solo dessa mesma região, tornando-se essencial o estudo de bacias em paralelo à caracterização de tipologia de ocupação do solo:

“O mapeamento das informações é um recurso muito utilizado para tornar mais evidente os padrões de uso e ocupação dos espaços. A visualização dos fatos no espaço, melhora a compreensão das interações existentes. O estudo detalhado na área da bacia hidrográfica do Córrego da Fazenda Santa Cândida visa identificar, mapear e interpretar o uso e ocupação do solo e assim servir como base para ações voltadas às políticas públicas relacionadas à ocupação de microbacias hidrográficas urbanas em grandes metrópoles”. (SEBUSIANI, BETTINE. 2011)

Segundo Jaqueline Haupt, em sua tese “HAUPT, J. P. O. : Metodologia para avaliação do potencial de produção de poluição difusa: estudo de caso da bacia do rio Jundiá. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2009”, o potencial de poluição difusa estaria diretamente relacionado ao escoamento superficial (HAUPT, 2009, P.23), uma vez que o alto grau de impermeabilidade do solo é fator contribuinte para o aumento dos níveis de escoamento, que por sua vez pode propiciar uma facilidade no transporte de material solúvel poluente. (LOPES 2003).

Desta forma, com a intenção de determinar o potencial de poluição difusa do território, foi realizado o processamento de determinação do nível de impermeabilização deste. Para isto, utilizou-se o processamento de imagens de satélite OLI L8 (Raster), adquiridas no dia 1/08/2021 pela plataforma do INEP, e, utilizando processamento disponível pela ferramenta Semi-Automatic Classification Plugin (SCP), foi realizada a classificação pixel-a-pixel da imagem de acordo com os três tipos de categorias selecionadas e amostras de imagem recolhidas. Desta forma, foi possível a categorização de cada pixel em três diferentes categorias de permeabilização do solo: baixa, média e alta (**Tabela 1**), com a finalidade de gerar resultados em Raster acerca dos impactos dos diferentes tipos de ocupação do território. Todos os processamentos foram georreferenciados no sistema de coordenadas referenciado em SIRGAS 2000 / UTM zone 23S (EPSG: 31983)

<b>GRAU DE IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO</b>	<b>CATEGORIAS DE COBERTURA VEGETAL E USOS DO SOLO</b>	<b>POTENCIAL DE POLUIÇÃO DIFUSA</b>
<b>Baixo</b>	<b>Cobertura arbórea, vegetação nativa, vegetação não-nativa</b>	<b>Baixo</b>
<b>Médio</b>	<b>Vegetação rasteira, ruas e avenidas</b>	<b>Médio</b>
<b>Alto</b>	<b>Solo exposto, Lotes ocupados, Lotes pavimentados, comércio</b>	<b>Alto</b>

**Tabela 1.** Grau de impermeabilização do solo segundo cobertura vegetal e usos do solo

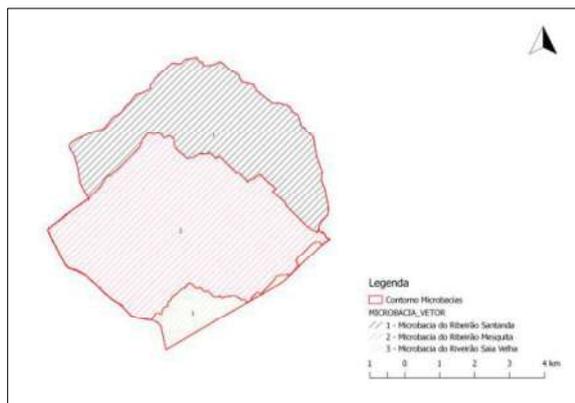
Após a delimitação das bacias hidrográficas, realizou-se, dentro da área total, o processamento do cálculo do grau de impermeabilização do solo segundo cobertura vegetal e usos, caracterizando-a segundo a **Tabela 1**.

Em seguida, com a finalidade de poder-se gerar análises comparativas, foram realizados dentro do processamento, dois recortes: o primeiro em relação a microbacia central, referente ao Ribeirão Mesquita, para ter-se os resultados dentro de uma ocupação mista entre áreas quilombolas e de latifúndio e grilagem, e o segundo em relação a porção da área de fato ocupada pela população quilombola. Ambos os recortes foram realizados por meio do comando, “Recorte de RASTER com máscara”, dentro do software.

Para o cálculo das áreas processadas em km<sup>2</sup>, utilizou-se a conversão das imagens Raster geradas pelo processamento dentro do Semi-Automatic Classification Plugin (SCP) para Vetor, e em seguida, realizou-se um somatório total das áreas em km<sup>2</sup> dos polígonos vetoriais gerados. (Soma realizada por meio da ferramenta “Tabela de atributos” / fórmula Vetor>Analisar>Estatísticas Básicas).

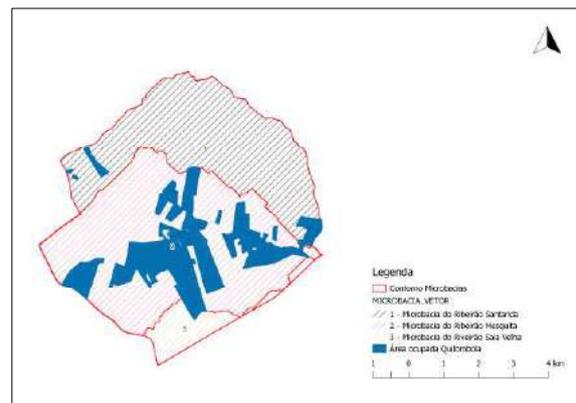
### 3 RESULTADOS

Os resultados para a amostra analisada na pesquisa se associam a achados anteriores, tornando-os mais robustos e consistentes. A primeira etapa da pesquisa, de determinação das microbacias que abrangem a área do Quilombo Mesquita, resultou na delimitação de três principais microbacias: a referente ao Ribeirão Mesquita com 24299790m<sup>2</sup>, a referente ao Ribeirão Santana com 15941632m<sup>2</sup>, e a referente ao Ribeirão Saia Velha, com 2673132m<sup>2</sup>. (**Figuras 10 e 11**).



**Figura 10: Delimitação das Microbacias.**

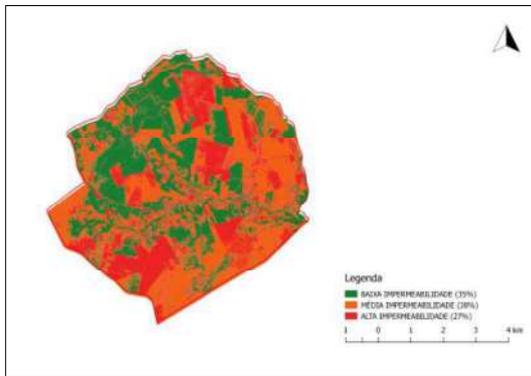
Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021



**Figura 11: Delimitação das Microbacias em referência à ocupação quilombola.**

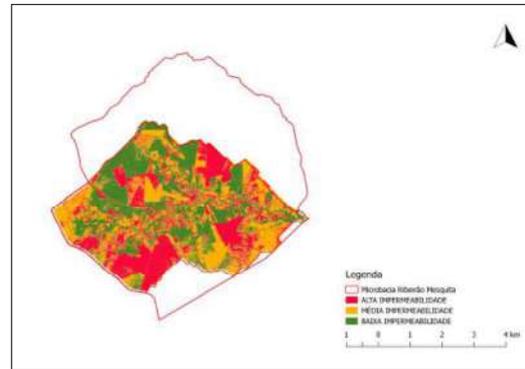
Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021

Dentro da classificação de grau de impermeabilização do solo segundo cobertura vegetal e usos, obteve-se na área total do território quilombola delimitado pelo INCRA, um total de 35,19% de superfícies com baixa impermeabilidade, 38,09% de superfícies com média impermeabilidade e 26,72% de superfícies com alta impermeabilidade (**Figura 12**), proporção esta que se manteve dentro do recorte da microbacia central (**Figura 13**) (**Figura 14**):

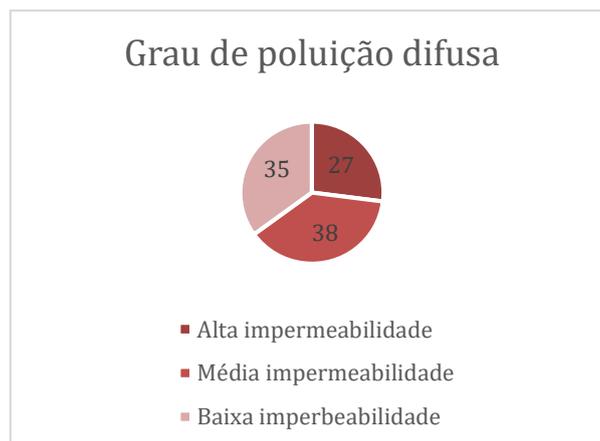


**Figura 12: Área total, processada segundo grau de impermeabilização do solo.**

Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021



**Figura 13: Área da Microbacia referente ao Ribeirão Mesquita, processada segundo grau de impermeabilização do solo. Fonte: Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021**



**Figura 14: Área total, processada segundo grau de impermeabilização do solo.**

Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021

Visualmente, é possível a associação de grandes parcelas de ocupação com média e alta impermeabilização com polos imobiliários de condomínios e campos agropecuários. Para concretizar a impressão visual gerada, foi realizado o cálculo de áreas de cada uma das categorias. Desta forma, a partir das variáveis configuracionais exploradas durante o processamento de dados, identificou-se em termos de preservação de território uma discrepância entre áreas ocupadas pelo Quilombo em relação às áreas de invasão. Notou-se uma diferença significativa entre o grau de impermeabilização do solo, já que, dentro da Microbacia central, analisando-se apenas o percentual das áreas onde existem as ocupações do Quilombo, obteve-se um total de 42% de superfícies com baixa impermeabilização, 35% de superfícies com média impermeabilização e apenas 23% das superfícies com alta impermeabilização

(Figura 14), demonstrando uma existente melhor utilização da terra, e consequentemente, possuindo menor índice de escoamento e poluição difusa, por parte do povo quilombola (Figura 15).

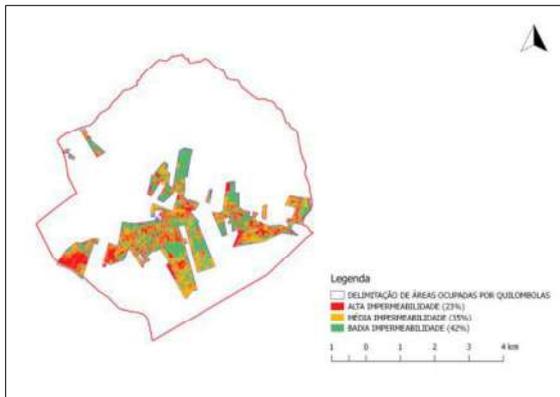
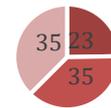


Figura 14: Área referente à parcela de território ocupada pela população quilombola, processada segundo grau de impermeabilização do solo.

Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021

### Grau de poluição difusa



- Alta impermeabilidade
- Média impermeabilidade
- Baixa impermeabilidade

Figura 15: Porcentagem de áreas de ocupação na parcela de território ocupada por população mesquita segundo grau de impermeabilização.

Fonte: Produzido por Teresa Ferreira, 2021

## 4 DISCUSSÃO/CONCLUSÃO

Ao utilizar-se a categorização do solo de acordo com o grau de impermeabilidade, foi possível obter-se um diagnóstico em relação aos diferentes níveis de potenciais de produção de poluição difusa existentes dentro da área de estudo. Com a utilização de recortes dentro desta categorização, foi possível existir também um caráter comparativo entre estes diferentes tipos de ocupação e seus respectivos impactos ambientais, tendo sido realizada desta forma, a comparação entre ocupação Quilombola e Não-Quilombola (Tabela 2).

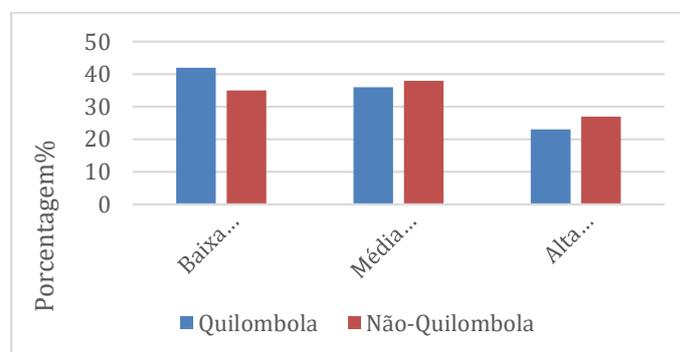


Tabela 2: Comparativo do percentual de áreas em relação ao todo dos graus de impermeabilização do solo dos setores que compõem a microbacia. Fonte: Produzido pela autora. 2021.

Desta forma, foi possível observar uma clara melhor utilização da terra por parte Quilombola, que por possuir uma maior porcentagem de áreas com baixa e média impermeabilização do solo, conseqüentemente possui também um menor índice de poluição difusa. Sendo assim, considera-se como bem-sucedido o desenvolvimento da pesquisa, já que cumpre com seu principal propósito em demonstrar de maneira numérica e visual, os impactos positivos do modo de utilização sustentáveis de terra Quilombola e suas práticas anticoloniais do Bem-Viver.

O Quilombo Mesquita vive em uma lógica de integração com a natureza de consumo responsável e de ocupação familiar da terra, modo de ocupação indissociável de suas tradições. Desta forma, a marginalização resultado dos avanços neoliberais, se apresenta como ameaça direta a vida desta população. O artigo então, auxilia a exigência pela emissão de relatórios ambientais, corroborando juntamente a ela com o mapeamento da região, que se mostrou concordante com a prática do Bem Viver praticado pelo povo. Por fim, recomenda-se que sejam feitos futuramente novos estudos de medidas corretivas para mitigar ou reverter os impactos das invasões, cuja existência afeta a vida, a saúde, e os direitos constitucionais do povo Mesquita.

## 5 REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Edição 2016, Brasil: Editora Elefante. 2016.
- ANDRADE, L. M. S. Direito à cidade sustentável: a relação das remoções e a questão ambiental. 30 DIAS PELO DIREITO À CIDADE, 2019. Disponível em: <<https://fabiofelix.com.br/projetos/direito-a-cidade-sustentavel-a-relacao-das-remocoes-e-a-questao-ambiental/>>. Acesso em: 02 outubro 2019.
- BEM-VIVER; Wikipedia, Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua\\_qu%C3%ADchua](https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_qu%C3%ADchua)>. Acesso em: 01 agosto 2021.
- CARVALHO, J. W. L. T.; OLIVEIRA, F. A. Impermeabilização e uso do solo urbano: estudo de caso na microbacia Córrego do Aviário - Curitiba/PR. Revista Geonorte, v. 10, p. 504-509, 2014.
- CARVALHO, S. L. Avaliação da poluição urbana difusa na Bacia do Córrego Quitandinha no município de Petrópolis, RJ. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 2011.
- CECÍLIO,R.A.; REIS,E.F. Apostila didática: manejo de bacias hidrográficas. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Engenharia Rural, 2006. 10p
- CHRISTOFOLETTI. A. Análise morfométrica de bacias hidrográficas. Notícias Geomorfológicas, Campinas, v. 18, n. 9, p. 35-64, 1969
- EARTH EXPLORER. Imagens Landsat-8. 2019. Disponível em: <<http://earthexplorer.usgs.gov/>>.
- ESPÍNDOLA, Evaldo Luiz Gaeta; SILVA, João dos Santos Vila da; MARINELLI, Carlos Eduardo; ABDON, Myrian de Moura. A bacia hidrográfica do rio do Monjolinho: uma abordagem ecossistêmica e a visão interdisciplinar. [S.l.: s.n.], 2000
- FARIA, M. M.; ZACCHI, R. C.; FERREIRA, E. S. Caracterização morfométrica e biológica da Bacia Hidrográfica do Córrego Serafim, Sub-Bacia do Rio Paraibuna, Juiz de Fora MG. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 13, 2009, Viçosa, MG. [Anais...] Viçosa, MG: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 13., 2009.

GUIA PARA LOCALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, Gestão 2017-2020, Coordenação Nacional de Municípios.

HAUPT, J. P. O. Metodologia para avaliação do potencial de produção de poluição difusa: estudo de caso da bacia do rio Jundiá. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2009.

LOPES, F. F. P. A utilização do módulo geração de cargas do modelo correlação de uso do solo X qualidade da água (MQUAL) na gestão da bacia Guarapiranga: o caso do município de Itapeverica da Serra. Dissertação de Mestrado, 194 f. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LOPES, Amanda Alves Sicca; ANDRADE,, Liza Maria Souza; SILVA, Cyntia Temoteo da Costa; PAULINO, Mariane da Silva. QUILOMBO MESQUITA EM GOIÁS: UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA TÉCNICA CONJUNTA DO GRUPO PERIFÉRICO FAU/UNB E NUCLEAÇÃO DA RESIDÊNCIA AU+E/UFBA. Enanpark 2018, [S. l.], p. 1-27, 22 nov. 2018.

MACHADO, Ricardo Augusto Souza et al. Análise morfométrica de bacias hidrográficas como suporte a definição e elaboração de indicadores para a gestão ambiental a partir do uso de geotecnologias. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto-SBSR, Curitiba, v. 5, p. 1441-1448, 2011.

MEDEIROS DE SOUZA, M. Carga de poluição difusa em Bacias Hidrográficas com diferentes impactos antrópicos. Dissertação de Mestrado, RS, 2012.

OLIVEIRA-FILHO, Eduardo Cyrino; LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck. Potencial de impacto da agricultura sobre os recursos hídricos na região do cerrado. Embrapa Cerrados-Documents (INFOTECA-E), 2002

PAULINO, MARIANE S. (1); ANDRADE, LIZA MARIA S.A. (1); LISBOA, DANUSA B. (1); PEREIRA, HELOÍSA R. S. (1); LOUREIRO, VÂNIA RAQUEL T. L. (1); LEMOS, NATÁLIA S.(1). AS DIVERSAS DIMENSÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA SOCIAL, EM SOLIDARIEDADE AO QUILOMBO MESQUITA: Produção de Materiais Gráficos para a Divulgação da Memória, 2019

PAULINO, MARIANE S. INVENTÁRIO PARTICIPATIVO NO QUILOMBO MESQUITA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA SALVAGUARDA IDENTITÁRIA E TERRITORIAL, 2018

RODRIGUES, Sarah Evangelista. FLUXOS DE ÁGUA: análise morfométrica da microbacia do Córrego Cabeceira do Acampamento e o comportamento hídrico dos padrões espaciais de drenagem urbana e propostas de adequação com Soluções baseadas na Natureza SbN, 2019

SAHLINS, Marshall, 1988. "COSMOLOGIES OF CAPITALISM", Campinas, SP, pp. 47-106

SEBUSIANI, H. R. V.; BETTINE, S. C. Metodologia de análise do uso e ocupação do solo em microbacia urbana. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 7, p. 256-285, 2011.

---

i <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>

ii Família de línguas indígenas da América do Sul, ainda hoje falada por cerca de dez milhões de pessoas de diversos grupos étnicos da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru ao longo dos Andes. Possui vários dialetos ininteligíveis entre si. É uma das línguas oficiais de Bolívia, Peru e Equador. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua\\_qu%C3%ADchua](https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_qu%C3%ADchua) Acesso em 20/09/2021 às 07:45

## **As pressões sobre profissionais programadores durante a pandemia: reflexos de uma Sociedade Global cada vez mais “acelerada”, dependente da internet e dissociada da natureza**

*SIQUEIRA, Caren Ferreira; FRANCELINO, Delton Mendes.*

Palavras-chave: Internet; Pressões Sociais; Sociedade; Cultura; Ecopedagogia.

A Sociedade Global tem, cada vez mais, baseado-se em processos de artificialização das relações sociais, sobretudo em decorrência dos processos que Castells (1999) denomina como características da Sociedade da Era da Informação e em rede. Durante a pandemia, a partir de experiência próprias, a pesquisadora deste estudo, em sua atuação como Programadora em duas empresas, percebeu de forma efetiva a crescente demanda do mundo contemporâneo pela programação, pela internet e, mais que isso, a sobrecarga emocional sobre os profissionais que atuam nesse campo (que tem relação, acredita-se, com uma sobrecarga emocional geral sobre os habitantes da Terra). Por conta disso, resolveu-se por realizar pesquisa com forte cunho narrativo a partir da qual a pesquisadora, sob orientação do professor coautor deste estudo, lança suas perspectivas práticas e vivenciais nesse recorte reflexivo. Como norte teórico recorreu-se a autores como Castells (1999), Harari (2014) e Gadotti (2000). O intento dessa associação de pensadores foi escolher categorias que permitissem não apenas discutir o lugar de fala da pesquisadora, mas, também, oferecer recursos para a reflexão e proposição de alternativas. Por isso, optou-se pela associação entre Ecopedagogia e os predispostos trazidos por Castells (1999) e Harari (2014). A Ecopedagogia (GADOTTI, 2000) estimula pensar sobre a maneira como a humanidade tem construído, nos recentes séculos, a sua maneira cultural de agir na Terra e consigo mesma. Logo, defende-se que as pressões vivenciadas na prática pela autora deste trabalho, como programadora, faz parte do contexto global de distanciamento e desconexão da humanidade de valores ecológicos e ecosóficos basilares, como as relações sociais proximais, a dinâmica do tempo para conversar e interagir, os espaços para estabelecimento de vínculos, dentre outros. A pandemia revelou o quão a Internet e a Sociedade em Rede são importantes; foram elas quem nos mantiveram unidos em meio ao caos. No entanto, será que tamanha artificialização dos processos de vivência social e cognitiva não interferem diretamente no bem estar das pessoas? Como será o mundo se esse distanciamento entre humanidade e o ideário de natureza permanecer e se fortalecer? São questionamentos que nos fazem partir para o duvidar até mesmo da própria ideia de

sustentabilidade, afinal, se os humanos são os mais significativos provocadores das mazelas sociais e ambientais globais, é na cultura, na educação, nas relações sociais que precisamos empreender os maiores focos de luta e mudança. Por esta razão, tendo a pesquisa narrativa como direcionamento, este estudo propõe discutir as experiências da pesquisadora dentro dos escopos acima discutidos.

#### **REFERÊNCIAS:**

CASTELLS, Manuel. Poder da indentidade. Editora Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. Editora Fundação Peirópolis, São Paulo, 2000.

GUATARRI, Félix. As Três Ecologias. Editora Sextante, Rio de Janeiro, 1989.

HARARI, Yuval. Sapiens: uma breve história da humanidade. Editora L & PM, São Paulo, 2014.

## **Experiência de Formação Docente de Graduandos em Música a partir de um Projeto Social do Interior de Minas**

*SANTOS, Gleidson Jordan; ANDRADE, Alessandra Maria de Faria; CASTRO, Clarissa Andrade.*

Palavras-chave: Música; Capacitação Profissional; Formação de professores; Projeto Social; Estudantes Universitários;

Esta pesquisa buscou aprofundar-se nas experiências de cada professor em formação ou já formado, que tiveram a experiência de lecionar em um projeto Social chamado Orquestra Jovem Música Viva em Santa Cruz de Minas, MG. Esse projeto acontece por meio de parceria entre a prefeitura municipal da referida cidade e o programa de extensão Vivências Musicais da UFSJ, oferecendo aulas gratuitas de música, acesso aos instrumentos, promovendo a aproximação de crianças e jovens com a música e a universidade e servindo como local formação para futuros professores que estão cursando licenciatura em música. Outro aspecto relevante do contexto de pesquisa diz respeito ao contato com jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que mostra uma realidade social para além das escolas especializadas em música e para além dos muros da universidade. Buscou-se investigar como essa experiência pode contribuir para o desenvolvimento profissional, através do ponto de vista dos entrevistados. Além disso, compreender a trajetória desses graduandos ajuda a entender a importância de um programa de extensão, tanto para a comunidade externa quanto para a comunidade interna, além de ampliar as discussões sobre os desafios inerentes à própria profissão e formação do músico-educador. Foram entrevistados alunos de graduação em música, da área de cordas friccionadas que tiveram a experiência de lecionar no mesmo projeto social. Trata-se de uma pesquisa interprofissional do departamento de Psicologia, em parceria com o curso de música da UFSJ. O objetivo principal desta pesquisa foi compreender a experiência de formação de alunos universitários de música dentro de um projeto social numa cidade do interior de Minas Gerais na perspectiva dos próprios graduandos. Este trabalho foi realizado com base na Teoria Fundamentada (Souza & Bellochio, 2019) através da análise e discussão de entrevistas, com apoio dos estudos anteriores de Santos e Santos (2020) e Netto, Santos e Santos (2019). Propôs-se a interlocução dos resultados com autores como Paul Harris (2017) e Carl Rogers (1985, 1987) e outros pesquisadores dos temas transversais a este estudo. Essa pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa com base na Teoria Fundamentada (Souza & Bellochio, 2019). Souza e Bellochio (2019) citam essa metodologia enquanto uma ferramenta adequada para a realização de estudos em Educação Musical, uma vez que os estudos

nessa área buscam compreender as relações entre as pessoas e os processos de apropriação e transmissão (ensino) de música. Foi realizado levantamento bibliográfico e discussões prévias para contextualização e treinamento dos pesquisadores sobre os métodos a serem utilizados. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os participantes por meio das plataformas de videochamadas online. Após a finalização das transcrições das entrevistas, foi realizada a análise de dados com base na Teoria Fundamentada com a interlocução entre autores dos campos da música e da psicologia. A partir dos dados coletados nas entrevistas está sendo possível compreender como se deu a organização e planejamento das aulas do projeto e as estratégias que os professores em formação utilizaram para enfrentar os desafios como a rotatividade de alunos, a diversidade das turmas, além das questões que tangem a sua formação tanto profissional quanto pessoal que envolve a transição entre ser aluno e ser professor. Uma das ferramentas de destaque para a superação dos desafios citadas foi a frequência das reuniões pedagógicas, que foram espaços de trocas e desenvolvimento das estratégias de ensino, além das contribuições da Psicologia por meio de estagiários que auxiliaram nesse processo de formação e na relação professor-aluno dos discentes de música. Outros elementos de destaque dizem respeito a sensação de gratidão por ter feito parte do projeto da orquestra, as vivências estabelecidas com os jovens e a comunidade, a importância da organização e apoio da coordenadora do projeto, além do engajamento em defesa de projetos sociais como este. Este estudo encontra-se em fase final de análise dos resultados. Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de São João del-Rei (CEPES-UFSJ) sob o CAAE: 42608920.7.0000.5151.

## **Lefebvre e o Manicômio - Aspectos de privação do direito à cidade**

*RABAY, Samuel Rodrigues Rabay; BOMFIM, Filomena Maria Avelino.*

Palavras-chave: Cidade; Luta antimanicomial; Lefebvre.

O presente trabalho, pretende debater, a partir dos conceitos lefebvrianos, como a privação do direito à cidade se manifesta em aspectos da ótica manicomial; desse modo, é possível contribuir para a percepção de que a questão da reforma psiquiátrica, além de ações diretas, passa pelo viés da cultura, do nosso modo de nos relacionar com a diversidade.

Segundo Henri Lefebvre (2008a), o direito à cidade é uma necessidade social que engloba diversos aspectos, materiais e imateriais, relacionados à ocupação do espaço urbano, mas também de seu imaginário cultural e fluxos comunicativos. Além disso, Lefebvre (2008b) afirma que o espaço é um produto social, ou seja, formulado politicamente a partir de determinadas ideologias, frutos de uma sociedade racionalista, obcecada pelo rigor. Esse rigor cartesiano-racionalista é apontado por Foucault (1978) como um dos principais fundamentadores da lógica manicomial, responsável pelo discurso de repressão da loucura. Nesse sentido, pode-se afirmar que a lógica do manicômio é uma lógica de negação do direito à cidade aos “loucos”, projetada por uma sociedade racionalista. “A psiquiatria é efetivamente uma ciência política já que ela respondeu a um problema de governo. Ela permitiu administrar a loucura.” (Castel, 1978. p.19).

De acordo com Joel Birman (1992), em seu texto *Cidadania Tresloucada*, na leitura da sociedade contemporânea, o louco é um indivíduo desprovido de razão e vontade própria. Tal pensamento vai ao encontro do pensamento de Nise da Silveira (1992), quando esta diz que a psiquiatria invalida aqueles que não se adequam às normas sociais e desumaniza o paciente, transformando-o em uma peça na engrenagem da fábrica de loucura, que é o manicômio. Apesar de ser nítida a privação do direito à cidade no hospital psiquiátrico, essa violação se manifesta de diferentes maneiras na conjuntura do manicômio. A lei No 10.216, de 6 de abril de 2001, conhecida como lei da Reforma Psiquiátrica, diz no segundo parágrafo que é direito da pessoa portadora de transtorno mental “ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade.” Porém, o processo de reforma se arrasta, de modo que 20 anos após a implantação desta lei, o Brasil ainda tem aproximadamente 16 mil leitos em hospitais psiquiátricos.

Assim como os presídios, os hospitais psiquiátricos (manicômios) são construídos distantes do centro urbano. Foucault (1972) nos mostra que historicamente tal escolha se deve a razões higienistas, como uma maneira de esconder os “loucos” não-adaptados dos olhos da sociedade dita “normal”. Além disso, a dificuldade de acesso a esses espaços intensifica a deterioração dos laços sociais, fundamentais para a reinserção e recuperação dos indivíduos.

“(…) a tendência em localizar os hospitais psiquiátricos em pontos afastados dos centros urbanos era amplamente difundida como apropriada pelos mentores das práticas de implantação dos hospícios e pode ser constatada no levantamento histórico-geográfico das grandes localidades pioneiras no processo de hospitalização.” (SOARES, 2006. p.53)

Apesar disso, a ótica manicomial é tão enraizada em nossa sociedade, que mesmo quando o portador de transtorno mental se encontra fora dos hospitais psiquiátricos, ele se depara com ela. Segundo Emanuelle Camelo (2020), coordenadora da comissão de saúde do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Norte, o manicômio também se encontra no nosso modo de compreender e nos relacionar com essas pessoas. Que espaço os indivíduos em situação de sofrimento psíquico ocupam? Qual sua inserção no mercado de trabalho? Qual o real investimento em espaços de acolhimento para eles?

Para Boaventura de Sousa Santos (1999), epistemicídio é um processo que acontece quando se pretende marginalizar ou ilegalizar práticas e conhecimentos de grupos minoritários. O manicômio é um projeto urbano racionalista que visa o epistemicídio das pessoas portadoras de transtornos mentais, em resposta à demanda higienista de uma sociedade que não quer conviver com a diversidade. Pode-se dizer que é mais fácil derrubar um muro de pedra, do que reeducar uma sociedade e transformar sua mentalidade. Portanto, para reprojeter nossa ideologia do espaço (de modo que essa se torne inclusiva para os frequentadores do universo da saúde mental), será necessário atuar também no campo do simbólico, no campo da cultura.

## **Habitacões de Interesse Popular: Arquitetura Autóctone como forma de resgate da sustentabilidade cultural e social dos lares brasileiros**

*FERREIRA, Giovanna Frateschi; SILVA, Flávio Silvério; PEREIRA, Tamara Nunes.*

Palavras-chave: Habitacão de Interesse Popular; Arquitetura Vernacular; Minha Casa Minha Vida; Juiz de Fora; Sustentabilidade Cultural e Social.

A arquitetura é um saber popular milenar, que carrega uma significacão diferente para cada povo e cultura. Surge a partir da necessidade do homem de modificar e aprimorar o espaco em que vive, mantendo esse conceito desde os primórdios até os dias atuais. Possui centenas de vertentes e possibilidades, porém a que servirá de base para o desenvolvimento textual desse resumo será a chamada “Arquitetura Vernacular”, que nada mais é do que uma soma das particularidades de cada cultura e cada povo, que influenciam diretamente na sua forma de construir.

A princípio pouco difundida e utilizada de forma irrelevante, a Arquitetura Autóctone ganhou reconhecimento e voz a partir dos séculos XIX e XX, passando a ser propagandeada por arquitetos renomados. Apoiando-se no modernismo, a ideia de arquitetura vernacular espalhou-se por todo o mundo, chegando no Brasil por voltar do ano de 1922, ano do centenário da Independência e momento de efervescência de produções artísticas nacionais, em contrapartida à revolução industrial que também ganhava espaco nestas terras, limitando a expansão desses ideais nacionalistas com o ideal europeu de avanço e tecnologia.

O Brasil, apesar de ser um país culturalmente rico e plural, se viu mediante a um impasse: de um lado, grandes nomes da literatura e arquitetura nacional expando o desejo de imposição da cultura brasileira sobre o modelo internacionalizado e que se adaptava pobremente às características do país, porém amplamente defendido pelo outro lado, composto pelo poder econômico e político brasileiro. Apesar dessa problemática, o modernismo conseguiu se erguer no Brasil em outro viés, o da habitacão, em particular as habitacões de interesse popular, surgidas na Inglaterra, também durante o período da Revolução industrial, com o intuito de abrigar a “nova classe”, os proletariados, vindos do campo para cidade, buscando melhores oportunidades de emprego nas indústrias. Através do processo de gentrificacão, essas populações foram levadas para áreas afastadas dos centros, ainda mais precárias em relacão a infraestrutura urbana. Como os problemas relativos à habitacão ainda não haviam sido solucionados e se encontravam em estado crítico, começaram a surgir as primeiras intervenções

habitacionais, primeiro da Europa, depois nos Estados Unidos, até chegar no Brasil. Apesar da industrialização brasileira ter se iniciado por volta da década de 1940, foi somente em 1964, após 20 anos de sobrecarga dos centros urbanos e visíveis desigualdades sociais, que políticas habitacionais começaram a surgir no país.

O surgimento do BNH custeado pelas COHAB's, foi o pontapé inicial para a sequência de incentivos a construção de moradias no país. Dentre essas políticas, cabe aqui reconhecimento o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), do Governo Federal. Surgiu em 2009 e segue vigente até os dias atuais, atendendo as populações de baixa e média renda nas cidades brasileiras. Apesar das facilidades oferecidas pelo programa em relação ao financiamento e conquista da casa própria, o MCMV possui algumas deficiências em relação a localização adequada e infraestrutura de qualidade. Além da questão da localidade, os projetos tidos como modelo dessas habitações são replicados de cidade em cidade, sem levar em consideração as características sociais e culturais do seu local de implantação. Em suma, são projetos deficitários em relação a sustentabilidade de forma geral, mas em especial à Sustentabilidade Cultural e Social.

Buscando solucionar essa problemática, o presente resumo é fruto de um Trabalho de Curso realizado em 2020, cuja metodologia foi ancorada em pesquisas e estudos de caso, tendo como resultado uma proposta de implantação de um empreendimento MCMV (idealizado antes deste programa se tornar Casa Verde e Amarela, em agosto de 2020), na cidade de Juiz de Fora/MG. O projeto mostrou ser plenamente possível garantir qualidade de vida e, ao mesmo tempo, utilizar todas as etapas de desenvolvimento de um projeto de habitação social, desde a escolha ideal do terreno - próximo as áreas mais necessitadas e próximo também dos centros -, ocupando vazios urbanos subutilizados, dando a essas populações uma infraestrutura adequada e de qualidade, com projetos que respeitem e deem destaque a cultura nacional, utilizando-se da arquitetura vernacular para esse fim, promovendo identificação usuário e produto através do sentimento de pertencimento.

## O campo fala. “Tudo que nós tem é nós” (Emicida)

*CURI, Fernanda Araujo.*

Palavras-chave: Participação cidadã; Co-criação, Proximidade; Escuta; Ação.

A proposta deste texto é fazer uma ampliação do artigo “O campo fala. Alguém escuta?”, cuja publicação está prevista para dezembro de 2021 pela Universidade de Lisboa. Tal artigo propôs uma análise da experiência de um ano vivendo na freguesia de Campanhã, na cidade do Porto, em Portugal, área de estudo do projeto europeu URBiNAT, para uma investigação-ação do processo de participação cidadã no projeto de intervenção urbana. A ideia que permeou a escrita foi dar voz a um campo que fala, e tem muito a dizer. E a questão permanece: essas vozes são ouvidas? A esta questão da escuta debatida no referido artigo, a frase do artista Emicida na epígrafe deste texto é escolhida não como uma resposta, mas como uma provocação do que se pretende tratar: “Tudo o que nós tem é nós”. Em seu projeto AmarElo, Emicida conseguiu demonstrar a potência do trabalho em rede e comunitário, produzindo não apenas um disco, um concerto, um documentário, mas todo um movimento “artista”, como ele define. A pertinência da escolha dessa frase, e desse artista, tem a ver com a sua reflexão e luta contínua contra o racismo estrutural na nossa sociedade e os processos de gentrificação da cidade, que empurram, e silenciam, a população mais pobre para suas margens. Tais questões trazem correspondência à reflexão proposta aqui, que aborda a participação, a gentrificação e a transformação, que são os desafios de todo projeto de intervenção territorial e transversais à experiência no campo. Mais do que intermináveis relatórios, os projetos deveriam ter a missão de produzir um efeito transformador não apenas espacial, mas também das pessoas, no sentido de inspirar, motivar e capacitá-las a garantir a sua permanência, fruição e apropriação do território, também em futuras intervenções. Assim como o projeto de Emicida, que foi parcialmente interrompido pelos desafios impostos pela pandemia do COVID-19, o projeto URBiNAT, como relatado no artigo anterior, também sofreu adiamentos e cancelamentos de atividades durante o ano vivido em Campanhã. O que se pôde colher, foi que as relações em proximidade estabelecidas no campo – Elos – mostraram-se mais fortes e frutíferas do que a abordagem frágil e morosa dos processos institucionais que buscavam promover, à distância, essas mesmas relações.

## **Reconhecer e valorizar: a construção do catálogo de plantas da Unifal-MG/Varginha.**

*PEDREIRA, Paulo Vitor Reis; OLIVEIRA, Ulisses Silva; MAFRA, Luiz Antônio Staub; RODRIGUES, Lora dos Anjos.*

Palavras-chave: Extensão universitária; Meio ambiente; Agricultura urbana; Sustentabilidade.

Em março de 2021, foi implantado no campus, um Sistema Regenerativo Urbano (SRU) com o plantio aproximado de 800 mudas, aumentando de forma abundante o número de espécies presentes ali. Tal iniciativa foi realizada buscando inspiração nos preceitos agroflorestais, da permacultura e sustentabilidade. Com a efetiva implementação do SRU amplia-se a possibilidade de identificação, catalogação e divulgação das informações destas novas espécies. Borges e Silva (2018) evidenciam que a divulgação científica deve preconizar a transmissão da informação ao receptor de forma inteligível e fidedigna. Neste sentido, “Reconhecer e Valorizar: Plantas da Unifal-MG/Varginha” é uma das ações que compõem o Programa de Extensão “Agricultura Urbana e Meio Ambiente” da Unifal-MG/Varginha, em que a equipe, composta por professores e bolsistas, tem como objetivo promover a ressignificação das relações entre o indivíduo e o ambiente no qual ele vive. A ação vem sendo desenvolvida para que a comunidade acadêmica da Unifal-MG e população da cidade de Varginha possam (re)conhecer e identificar as plantas, podendo desfrutar de seus benefícios, estimulando a sua preservação e reprodução. A ação surge perante a necessidade global de se discutir modelos de urbanização orientados para a sustentabilidade. Neste contexto, o estímulo à prática da agricultura urbana e periurbana juntamente a educação ambiental surgem para potencializar a discussão sobre a ocupação dos espaços urbanos assim como as relações cotidianas nestes ambientes. Em um primeiro esforço de sistematização, foram identificadas 26 plantas em 2020 e disponibilizadas informações no site (<https://www.unifal-mg.edu.br/agriculturaurbana/>). Importante salientar que, além de conter informações científicas, o catálogo conta também com receitas e outras estratégias a fim aproximar o leitor ainda mais das espécies identificadas. A confecção do catálogo objetiva aliar o saber tradicional com o conhecimento científico. As informações sobre a. nome popular, b. nome científico, c. origem, d. região típica de cultivo, e. usos, f. propriedades, g. saber popular, h. cuidados no cultivo e i. receita são levantadas na literatura e sites especializados. Espera-se que o catálogo possa viabilizar a ampliação da discussão acerca da temática ambiental, inspirar a reprodução do plantio e cultivo de plantas em outros espaços,

proporcionar visibilidade ao conhecimento popular e favorecer as trocas entre a população e universidade, se configurando, portanto, como uma importante ferramenta de extensão. Em conformidade com Júnior (2013), a universidade tem assim o papel de promover ações educativas que visem a efetiva transformação da sociedade. Assim sendo, a veiculação destes saberes e informações sobre as mais variadas espécies plantadas no campus da Unifal- MG/Varginha busca a inerente valorização destes espaços bem como pode funcionar como um eventual embrião que, com a valorização da agricultura urbana e periurbana, modifique os padrões culturais de comportamento das pessoas ali inseridas naquele contexto, fazendo que vejam a natureza como aliada e uma grande inspiradora.

#### **Referências bibliográficas**

BORGES, Carla Karolina Gomes Dutra; SILVA, Cirlene Cabral. Plantas alimentícias não convencionais (PANC): a divulgação científica das espécies na cidade de Manaus, AM. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 4, n. 11, 2018.

JÚNIOR, Alcides Leão Santos. Universidade e sociedade: uma relação possível pelas vias da extensão universitária. **Revista Inter-legere**, n. 13. p. 299-335, 2013.

## (DES)LOCAMENTOS

### A interação corpo-espaço na centralidade de Ouro Preto

NUNES, Danielle de Souza Dias

*Arquiteta e Urbanista, UFSJ, daniellesdias@gmail.com*

NASCIMENTO, Adriana Gomes do

*Doutora em Planejamento Urbano e Regional, UFSJ, adrianan@ufsj.edu.br*

#### RESUMO

É fácil perceber no centro histórico os diversos deslocamentos gerados, de formas e finalidades distintas, ainda mais se tratando da única centralidade, que atende toda população em termos de serviços, comércios, acessos, entre outros. Ouro Preto só começou a ser urbanizado devido a descoberta do ouro porque o relevo bastante acidentado nunca foi favorável ao estabelecimento natural de uma população. Assim, desde sua formação a cidade passa por problemas de mobilidade, o que torna os deslocamentos quase sempre cansativos e num plano inclinado. Estudar o que tem sido pensado em âmbito nacional à municipal para a mobilidade urbana, principalmente em centro históricos e no caso de Ouro Preto com entraves topográficos, é descobrir as possibilidades e necessidades locais, como por exemplo, uma grande parte da população não tem conhecimento que o Iphan aprova o alargamento de calçadas se elas não trazem conforto ao usuário e as legislações e normas desconhecem que a população tem medo de caminhar a noite devido à má iluminação. Então deve-se conciliar as leis e necessidades reais dos corpos, para que as ações efetivadas sejam mais justas e claras e respondam verdadeiramente a necessidade do outro.

**PALAVRAS-CHAVE:** espaço urbano; deslocamentos; centralidade.

#### ABSTRACT (100 to 250 words)

*It is easy to see in the historic center the various displacements generated, with different forms and purposes, especially when it comes to the only centrality, which serves the entire population in terms of services, commerce, access, among others. Ouro Preto only began to be urbanized due to the discovery of gold because the very rugged relief was never favorable to the natural establishment of a population. Thus, since its formation, the city has experienced mobility problems, which makes displacements almost always tiring and on an inclined plane. Studying what has been thought at the national and municipal levels for urban mobility, especially in historic centers and in the case of Ouro Preto with topographical obstacles, is to discover the local possibilities and needs, for example, a large part of the population is unaware that IPHAN approves the widening of sidewalks if they do not bring comfort to the user and legislation and norms ignore that the population is afraid to walk at night due to poor lighting. So, the laws and real needs of the bodies must be reconciled, so that the actions taken are fairer and clearer and truly respond to the needs of the other..*

**KEY-WORDS:** urban space; displacements; centrality.

## 1 INTRODUÇÃO

Os corpos começaram a transformar a paisagem e produzir a arquitetura que o circundavam através dos deslocamentos<sup>1</sup>. O ato de deslocar no território surge – em primeiro momento, da necessidade natural pela busca do alimento, do abrigo e da própria sobrevivência – que supridas, fazem os povos se fixarem no espaço. A partir de então, buscam sair dos seus abrigos ou habitações para cultivar seus alimentos, socializar, ir ao templo e praticar trocas.<sup>2</sup>

Após a Era industrial, com a urbanização das cidades, as necessidades e dinâmicas já eram outras. As funções urbanas aumentaram e se diversificaram, o que representa por exemplo, que as pessoas saem também para estudar, trabalhar, comprar, viajar, ir ao teatro, ir ao cinema, pagar contas, entre outros. Mudanças que transformaram a relação dos corpos com o espaço.

E por muitos e muitos anos estes deslocamentos foram feitos a pé, até a domesticação e utilização da tração animal – camelos, cavalos e elefantes – aumentando conseqüentemente as distâncias percorridas e a quantidade de objetos levados e com a invenção da roda utilizaram por muito tempo outros meios de transporte com tração animal, como as carroças e os coches.

Mas foi somente com a chegada dos motores elétricos e máquinas movidas a vapor e combustível que surgiram os transportes terrestres mais conhecidos e utilizados, principalmente no Brasil – os trens, automóveis, ônibus e caminhões, juntamente com as bicicletas e motocicletas, invenções mais recentes.

Em Ouro Preto foi a descoberta do ouro pelos bandeirantes paulistas que originou as primeiras ocupações e modificações no território. Motivaram também a presença dos portugueses, grandes influenciadores do modo político, da sociedade, arquitetura e da estruturação da cidade. Mas com a decadência do ouro, foi a criação das instituições de ensino – Escola de Farmácia, Escola de Minas, Escola Técnica e a Universidade Federal – resumidamente, que modificaram as relações com o espaço, juntamente com as atividades de extração de minério na região e o turismo. Gerando, aliado a outras atividades – do comércio, serviços e do cotidiano – deslocamentos com finalidades completamente distintas.

## 2 JUSTIFICATIVA DE ESTUDO

Todo deslocamento é motivado por uma necessidade, traz dificuldades e desafios principalmente de mobilidade no espaço urbano. Com o intuito de entender um pouco quem são os transeuntes, por que

---

<sup>1</sup> Tema da Bienal Iberoamericana de Arquitetura e Urbanismo (BIAU) de 2016. Que é uma iniciativa do Governo da Espanha em conjunto com diversas instituições iberoamericanas que ocorre na cidade de São Paulo em julho de 2016.

<sup>2</sup> CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. Pág. 28

e como fazem estes deslocamentos que pretendeu desenvolver estes estudos. Buscando ser um novo profissional, como disse Ana Clara Torres Ribeiro<sup>3</sup> no prefácio do livro *Estética da Ginga*, um arquiteto-urbano menos comprometido com a forma perfeita e mais aberto para a experimentação da cidade, do tempo-espaço, da vida vivida<sup>4</sup> [...].

Praticar o espaço urbano e entender qual a relação do corpo que o pratica e o experimenta no cotidiano, que releva ou denuncia o que o projetado e o não-projetado exclui, pois mostra o que escapa aos projetos<sup>5</sup>, as legislações e normas. Para propor mudanças, mais humanizadas e que respondam verdadeiramente a necessidade do outro.

### 3 OBJETO DE ESTUDO

O presente estudo pesquisa a região central de Ouro Preto. A centralidade foi escolhida por diversos motivos, mas principalmente pela abrangência de corpos – moradores; trabalhadores, que dedicam mais de oito horas do dia àquele espaço; e passantes – que em algum momento utilizam a única área central, alcançando, de certa forma, a cidade como um todo, e pessoas de classes econômicas, políticas e sociais totalmente adversas.

Os bairros escolhidos, no recorte do centro histórico, foram o Centro e o Pilar, o primeiro com caráter mais comercial e institucional desde a sua formação, e o outro com caráter mais residencial e um dos bairros mais antigos da cidade. E por apresentarem características distintas, influenciam no modo de intervir e nas respostas pensadas para mobilidade urbana, espaços públicos, segurança, entre outros.

### 4 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia de estudo começa pelo título. A separação entre parênteses do prefixo DES – que significa negação, ação contrária, separação – parte da ideia em primeiro momento de negar o espaço e trazer a discussão para a escala humana, entender as pessoas que habitam a cidade, para depois LOCAR – que significa localizar, definir o lugar de alguma coisa – e entender como elas interagem e usam os espaços, e assim defini-los, localiza-los na cidade.

Porém, antes de chegar a esse nível de abordagem foi feita uma pesquisa sobre Ouro Preto, sua localização, estruturação, o meio social que desenvolveu sua ocupação e levantamento de dados atuais. Na sequência, foram realizadas entrevistas divididas em dois níveis, um formulário utilizando a

---

<sup>3</sup> Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ

<sup>4</sup> JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga*. Prefácio à terceira edição.

<sup>5</sup> JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein. *Corpos e cenários urbanos*. Pág. 120

plataforma Google Forms que abrangeu um maior número de pessoas sem contato direto. E, por fim, entrevistas pessoais que abrange um número menor de pessoas com contato direto.

Esse esforço provoca a compreensão das relações entre o espaço urbano e as pessoas que o ocupam. Essa visão sobre Ouro Preto permitirá ações futuras voltadas para uma melhor utilização da cidade. Assim, como disse Jan Gehl no seu livro *Cidades para Pessoas* “quanto mais humano for o espaço urbano que produzirmos, mais valorizada nossa dimensão humana estará. Uma cidade de pessoas para pessoas”.<sup>6</sup>

## 5 OURO PRETO

### Localização

A cidade está localizada na região central do estado de Minas Gerais, distante 96km da capital – Belo Horizonte – e compõe a Microrregião, que recebe o mesmo nome, com mais três cidades: Itabirito, Mariana e Diogo de Vasconcelos. Esta microrregião é conhecida por ser muito montanhosa e Ouro Preto, especificamente, com relevo bastante acidentado é considerada por estudiosos, como Sylvio de Vasconcellos, até imprópria ao estabelecimento de uma população.

Além disso, Ouro Preto possui altitudes mais elevadas em relação aos outros municípios da microrregião, com variação entre 1000 a 1200 metros, chegando acima dos 1400 metros na reserva do Pico Itacolomi. O que configura um clima mais frio e com formação de névoa quase constante. Sendo a variação dos outros municípios entre 800 a 1000 metros em Itabirito, entre 600 a 800 metros em Mariana e Diogo de Vasconcelos.

### Estruturação e traçado

A geografia e topografia montanhosa da região foram determinantes para estruturação e definição do traçado urbano. As ruas foram implantadas sobre as linhas naturais do território e os edifícios singulares – estruturas religiosas, militares e políticas – localizados em pontos dominantes, referenciais para a organização do restante da cidade. Essa estrutura urbana era totalmente hierarquizada, típica de cidades de origem portuguesa, facilitando a leitura e valorizando as paisagens e construções.

Estes edifícios singulares definiam as principais e mais importantes ruas do núcleo, e conseqüentemente espaços que se traduziam em praças urbanas. No caso de Ouro Preto, O Palácio dos Governadores e a antiga Câmara e Cadeia deram caracterização a Praça Tiradentes, a principal da

---

<sup>6</sup> GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. Prólogo à Edição Brasileira de Jaime Lerner.

cidade em termos funcionais e simbólicos. Próximo da praça se estruturou uma das primeiras ruas comerciais, que os portugueses chamavam de Rua Direita, na qual permanece até hoje com o mesmo nome e importância para o centro histórico.

### **Meio Social**

A economia era baseada na mineração, principal atividade na época das primeiras ocupações, e necessitava de todo um entorno comercial, razão pela qual nem todos se dedicavam às lavras. Em 1700 muitos morreram de fome devido ao descuido com outras atividades que não fosse a extração de minério. Assim, os arraiais que circundavam a Vila se dedicavam a cultivar alimentos. E os comercializavam no centro econômico, juntamente com outros utensílios.

A heterogeneidade das atividades compuseram uma sociedade de classes econômicas, sócias e políticas bastante diversificada. Ao lado dos mineradores, por exemplo, um número grande de burocratas portugueses e nativos atuavam na administração da capitania e da vila. Os clérigos que constituíam a burocracia eclesiástica, e os militares em números bem mais expressivos que os religiosos.

Nas demais atividades, haviam muitos artistas e artífices que durante todo o século VXIII e XIX deram feições as igrejas barrocas e demais edificações, se destacando Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (apelido dado devido a sua doença deformante, que inicialmente mutilou suas mãos, mas não o impediu de trabalhar). Além de pedreiros, carpinteiros, ferreiros, mercadores, ourives, tropeiros, aventureiros, boticários, moleiros, quitandeira, meretrizes, escravizados, salteadores, vadios, mendigos, entre outros.

No que diz sobre a formação étnica, haviam muitos mestiços (chamados de pardos), fruto, em grande parte, do concubinato não oficial e estupro dos portugueses com as escravizadas. O que influenciou todas as classes sociais, políticas e econômicas, já que atuavam em todas as áreas, desde a mineração até as artes mais elaboradas. Aleijadinho, por exemplo, era filho de português, o arquiteto e mestre de obras Manoel Francisco Lisboa com sua escravizada Isabel.

Na religião, as irmandades foram potencializadoras das relações na Vila e manifestavam ao mesmo tempo a congregação e segregação social. Além disso, interferiam na arte e arquitetura, com suas capelas e igrejas, cujas características apesar da originalidade e adaptação ao meio, vieram da Europa principalmente de Portugal. Suas grandiosas matrizes, como a Basílica do Pilar e a Paróquia do Antônio Dias, sediavam ainda eventos como procissões, tradicionais até hoje na cidade.

Na cultura, o gosto pelas atividades lúdicas vem de longa data. Em Minas, os registros mais antigos sobre peças teatrais datam de 1726, quando se apresentavam comédias nos casamentos dos príncipes portugueses. Onde eram montados tabladros para as encenações, até que em 1770 foi inaugurado na Vila a Casa da Ópera, que até a morte do seu fundador em 1778, passou por um período grandiosos, recuperado somente na década do século XIX, onde pelo menos uma peça era encenada por semana.

### **Levantamento de Dados**

De acordo com o IBGE, a população de Ouro Preto em 2010 era de 70.281 habitantes e atualmente estima-se que seja aproximadamente de 74.558 habitantes (IBGE, 2020). Ademais aos nativos, o município atrai considerável número de moradores temporários, principalmente estudantes e professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), o que explica a expressiva taxa de jovens e adultos na cidade. Com presença feminina um pouco maior que a masculina, inclusive entre a população idosa.

Recebe ainda um grande número de turistas – brasileiros e estrangeiros - ao decorrer do ano, o que contribui para o aumento de pedestres, hotéis e pousadas, sobretudo no centro histórico.

O número de pessoas com deficiência permanentes na cidade também é expressivo, somando 24% (IBGE, 2020), que são classificados pelo IBGE em três categorias: apresentar alguma dificuldade, grande dificuldade ou não consegue de forma alguma (total). Sendo a deficiência motora a que requer mais atenção devido a topografia montanhosa e o relevo bastante acidentado, que dificulta os deslocamentos até para quem não se declara portadora de deficiência motora.

Já o número de veículos aumentou significativamente nos últimos quinze anos, com uma taxa de 169%, enquanto a população aumentou apenas 6%. Cabe lembrar que esse levantamento do DENATRAN contabiliza somente os carros emplacados em Ouro Preto, sendo que parte dos moradores temporários possuem automóveis ainda com emplacamento da cidade natal, incluindo números a frota além dos oficiais.

E a malha urbana, principalmente a do centro histórico, não tem comportado esses veículos, sejam em estacionamentos, em espaços de respiro ou no próprio trânsito, gerando conflitos principalmente com os pedestres, precisando de uma melhor regulamentação para acomodá-los com conforto e segurança.

Como outras alternativas de transporte públicos tem-se: micro-ônibus, ônibus e táxis-lotação. E os táxis normais, que cobram por corrida, pois não possuem taxímetro. Já o transporte de caminhões

pesados e ônibus de grande porte, como os intermunicipais e de turismo, se limitam a rodoviária, não podendo transitar pelo centro histórico devido as trepidações que comprometem as estruturas das ruas e dos edifícios.

### **Centralidade**

O centro histórico de Ouro Preto é composto por quatro bairros: Centro, com caráter mais comercial e administrativo desde sua formação, como pode ser visto na maioria dos seus edifícios que tem o primeiro andar destinado ao comércio; Antônio Dias e Pilar, bairros com formação mais antiga da cidade, com caráter residencial e forte influência religiosa; e Rosário, o primeiro bairro originado da expansão, também com caráter residencial e influência religiosa.

E por serem objetos de conservação, não permitem muitas alterações físicas em seus espaços, assim as relações sociais, políticas e econômicas dizem mais sobre a cidade atual, sendo mais uma característica essencial para a escolha desta área para o desenvolvimento do trabalho, juntamente com a abrangência de corpos – moradores, trabalhadores e passantes – como dito anteriormente.

No Centro estão concentrados a maioria dos equipamentos religiosos e culturais. Os religiosos são na sua maioria católicos. Os culturais são bastante diversificados como museus, espaços para exposições e eventos. Com relação aos equipamentos de ensino, a maioria pertence à Universidade Federal. Já os espaços de convivência no Centro são poucos, as praças têm pouca vegetação, como o Largo de Coimbra (comumente conhecida como local da Feirinha de Pedra Sabão) ou nenhuma, como no caso da Praça Tiradentes, lembrando as típicas praças europeias. Os adros das igrejas então acabam se tornando mais atrativos e convidativos, pelo gramado e/ ou guarda-corpo em pedra, utilizado como banco, além das vistas que proporcionam. E por fim, tem o parque Horto dos Contos, que está atualmente fechado, com bastante área verde e espaços de apresentação ao ar livre, ligando três pontos da cidade: Rodoviária, Centro (Casa dos Contos) e Pilar (Basílica do Pilar).

No Pilar os equipamentos religiosos e culturais já não são muitos. Já os equipamentos de convivência no Pilar são mais expressivos que no Centro, as praças têm vegetação e bancos e estão bem localizadas. Sobre os culturais tem-se a Estação Ferroviária, Centro de Artes e Convenções da UFOP, o Museu de Arte Sacra e Casa do Pilar. Com relação aos equipamentos de ensino, possui um colégio particular e outra escola pública e, por fim, a Prefeitura Municipal como equipamento público.

O Centro e o Pilar têm um fluxo muito intenso de veículos, devido principalmente a posição na cidade, que interliga vários bairros e permite acesso a outros distritos e cidades, como Mariana. Esse grande

fluxo interfere na conservação do patrimônio, já que as trepidações comprometem as estruturas das edificações, e na qualidade de transitar dos pedestres.

## 6 ENTREVISTAS

### Formulário

O formulário pela internet, distribuído via Facebook, foi criado para alcançar um número maior de habitantes e assim ter uma compreensão mais ampla de como o Centro e o Pilar são usados, e quais as reclamações, sugestões para os espaços. A ideia de perguntar logo no início qual bairro a pessoa morava teve o intuito de restringir o alcance aos próprios moradores. Com uma abrangência satisfatória de moradores de vinte e dois bairros, dos quarenta existente, mais de 50%.

Em seguida, a intenção era saber se eram nativos ou não, devido aos moradores temporários – principalmente estudantes e professores. E as repostas obtidas foram praticamente 50% de cada um – nativos e não-nativos. A faixa etária mais alcançada foi de jovens e adultos, pelo fato da influência da rede social utilizada na propagação do formulário.

Em relação as formas de deslocamento, foi perguntado como as pessoas se locomovem pela cidade e como acessam o Centro e o Pilar. Com a maioria das respostas sendo a pé e de ônibus. E qual eram os motivos destes deslocamentos (podendo marcar mais de uma opção), obtendo como maioria de respostas restaurante e bares – entretenimento interno aos edifícios tornando as ruas mais vazias.

Além disso, foi perguntando o nível de satisfação em relação a alguns itens, como transporte público, calçadas, ruas – obtendo mais respostas entre neutro e insatisfeito –, respeito ao pedestre e opções de descanso e lazer – obtendo respostas equilibradas entre insatisfeito e muito satisfeito.

E por último foi questionado as reclamações, sugestões e ideias sobre mobilidade na área central. Com relação as reclamações a maioria são sobre as péssimas condições de calçamento, calçadas estreitas ou inexistentes e a falta de sinalização, inclusive iluminação pública:

*- Pavimentação precária, sinalização mais precária ainda e despreparo da autoridade municipal em relação ao projeto de trânsito e tráfego;*

*- O estado das calçadas e do calçamento em certos trechos/ As ruas e calçadas são bastante irregulares;*

*- O trânsito tem aumentado nesses bairros, o que acaba atrapalhando principalmente os pedestres que precisam atravessar e não há nenhuma sinalização, nem preferência;*

*- Da Praça Tiradentes, por conta da desorganização do percurso dos carros para os sentidos rodoviária, Mariana e feirinha de pedra-sabão.*

*- A rua que dá acesso ao bairro do Rosário vindo do Pilar está em condições mínimas de acesso. A rua é curta, não podemos negar. Mas há um descaso, eu vejo, em relação a falta de calçadas e sinalização;*

*- A calçada da Rua Xavier da Veiga além extremamente irregular, tem diversos obstáculos como degraus, postes que impossibilitam a passagem pela calçada e obrigam o pedestre a andar pela rua, entre outras coisas que tornam a rua, que é íngreme e longa, perigosa para pedestres. Muitos carros passam em alta velocidade, mesmo com as curvas e quebra-molas. Semanalmente um senhor CADEIRANTE e deficiente mental passa pela rua SOZINHO e tem que subir e descer pela rua de pedras por causa do mau planejamento da calçada, um absurdo! A cidade parece ser preparada para atrapalhar a mobilidade de deficientes, o que apesar da questão histórica e urbanística da cidade, deveria ser pensado;*

*- A calçada da rua da guarda municipal que dá acesso a ponte seca quase não existe;*

*- A rua que dá acesso a Basílica do Pilar, em frente a guarda municipal, é praticamente impossível de ser transitada por veículos leves, devido as péssimas condições do pavimento;*

*- Iluminação ineficiente/ Pouca iluminação pública.*

*- Falta de faixa de pedestre;*

*- A Rua Vitorino Dias SEMPRE tem postes com luzes queimadas, deixando-a assim muito escura, é um lugar perfeito para ataque de assaltantes;*

*- A Rua do Pilar está com o calçamento em péssimas condições.*

Sobre o trânsito reclamam dos conflitos que ele gera e da falta de respeito com os pedestres:

*- A falta de respeito dos motoristas que muitas vezes estacionam em local proibido, ou até mesmo em cima de calçadas que são patrimônio da cidade/ Desrespeito com pedestres;*

*- Trânsito caótico devido ao mau planejamento;*

*- A rua do Dom Veloso fica um transtorno na hora de entrada e saída de alunos da escola, muita van e sem nenhuma fiscalização.*

Sobre os estacionamentos reclamam da falta de vagas e de atrapalhar o fluxo:

*- Em relação às vias e vagas de estacionamento, que são muito limitadas devido ao relevo da própria cidade;*

*- Dificuldade em estacionar o carro no centro e suas imediações (incluindo Pilar) / Poucas vagas para estacionar;*

*- Muitos carros estacionados, principalmente em frente ao Procon, carros estacionados de forma inadequada;*

*- A quantidade enorme de carros parados ali na Praça Barão do Ouro Branco atrapalha o fluxo.*

Sobre a poluição reclamam da sujeira e da falta de lixeiras:

*- Sujeira e lixo para todo lado nas ruas/ Falta de limpeza e lixeiras;*

*- Sobre o mato que cresceu nas ruas e que atrapalham no deslocamento a pé e de automóveis/ Muito mato na rua.*

E sobre espaços públicos e áreas verdes reclamam da falta ou inutilidade:

*- Sinto falta de área verde na cidade;*

*- A inutilidade de um espaço que tem grande potencial ao lazer, o Morro da Forca. Maltratado, sem iluminação, se tornando ponto de uso de drogas. Espaço amplo e com uma vista ótima da cidade onde pode ser utilizado para vários fins. O mesmo se encontra abandonado.*

Com relação as sugestões e ideias a maioria são sobre limitar os acessos e vagas de estacionamento no centro histórico, expandir, melhorar e criar outros meios de transporte público:

- Limitar acesso dos carros privados e aumentar transporte público. Criar formas alternativas de transporte como bondes elétricos. Delimitar vagas para moradores, e criar estacionamentos para visitantes periféricos ao centro. Criar horários específicos para abastecimento do comércio, rede de serviços e coleta de lixo (de 22h as 9h), além da melhor delimitação e uso das vagas de estacionamento;
- A melhoria das calçadas, uma vez que é impossível aumenta-las. A inclusão de linhas de taxis lotação nos bairros do Pilar/Rosário como alternativa ao atual sistema de transporte de péssima qualidade e alto custo/ Aumento de táxi lotação e que eles passam por outros bairros;
- Restringir o tráfego e criar bolsões de estacionamento nos bairros adjacentes/ Pátio de estacionamento;
- Valorização de outros meios de transporte público em detrimento do veículo automotivo individual;
- Melhoria de horários de ônibus. Nunca se sabe ao certo em que horas ele vai sair ou chegar no ponto final;
- Preço do transporte é alto. Melhorar os meios, talvez implementar novos, melhorar o preço ao menos para estudantes/ Valores diferenciados das passagens. Preço tem que ser função da distância percorrida;
- Mão única em alguns pontos e sinalização adequada;
- Rodízio de carros e incentivo a carona;
- Remoção das Agências Bancárias do Centro Histórico para o Morro do Cruzeiro, fim do estacionamento na Praça Tiradentes, fechamento da Rua São José e outras para o trânsito de carro aos finais de semana;
- Criação de estacionamentos em um espaço a parte das ruas estreitas, aumentar calçadas.

Sobre o calçamento e as calçadas sugerem o melhoramento, para ficar mais regular, além de manutenção mais constante e a criação e melhorias nas sinalizações:

- Manutenção estrita e constante da pavimentação e melhor sinalização, visto que instalação de faixas e semáforos é inviável pelas características da cidade;
- A prefeitura poderia tomar providências com relação ao calçamento das ruas e das calçadas a fim de melhorar a qualidade de locomoção que no centro histórico da cidade e no Pilar é um pouco ruim devido às características da cidade (muitos morros e ruas estreitas);
- Implantação de faixas de pedestres;
- Aumentar espaço físico das calçadas. Criar acessibilidade para deficientes/ Nivelar as calçadas;
- Fazer o que foi feito na rua Washington dias na barra, ficou excelente. (A calçada foi ampliada e o calçamento igualado, facilitando os percursos dos veículos e pedestres)

### Entrevistas pessoais

As entrevistas pessoais foram criadas pensando em alcançar um número menor de habitantes um grupo bem específico, que contempla três pessoas mais idosas e um cadeirante – no intuito de saber como que é a relação com a cidade em termos de locomoção.

### Entrevistada 1

Nativa de Ouro Preto, tem 75 anos, é professora aposentada e mora no bairro Pilar. Ela se desloca para ir aos bancos, lojas e restaurantes, e considera que uma rua íngreme com escada de patamares largos seja mais confortável para o pedestre. Desloca muitas vezes a pé, porém quando está com seu filho que tem mobilidade reduzida devido a um acidente, utiliza carro ou táxi, frisando que a cidade não é adaptada pra idoso e deficiente morar:

*Eu sempre vou a rua, Rua São José, nos bancos, nas lojas, até em restaurante né. Então eu gosto de descer a Rua do Pilar, subir a Rua da Escadinha. Gosto de fazer esse trajeto, sempre eu estava subindo, achava que subindo era melhor porque eu já estava no meio da rua, já tinha meia subida, mas eu constatei o que, que eu subo e canso muito mais (...), e por baixo é mais tranquilo, por causa das escadas da Rua da Escadinha ne.*

*Muitas vezes eu vou a pé, sozinha, mas com o FILHO eu ando muito de carro sabe, porque ele tem dificuldade né. Então a gente anda muito de carro, agora ele “tá” sem carro, aí a gente anda muito de táxi. Ônibus também, raramente. Mas é muito complicado. As vezes até falo com ele, vamos mudar de Ouro Preto. A gente vai pra Guarapari ele anda tranquilo, aqui ele anda pouquinho, transpira muito, cansa (...). Mas a gente gosta daqui mesmo ne, mas essas ladeiras daqui cansam. Aqui é bem complicado ‘pra’ gente morar, assim pessoa mais velha, pessoa com deficiência, pra andar tranquilamente, você “tá” sempre com medo de carro. A gente porque gosta e insisti mesmo em morar aqui ne.*

Fala sobre o calçamento irregular, devido entraves topográficos, e de lugares marcantes – paisagens e memórias – em seus trajetos:

*Então esse calçamento é muito irregular. Mas não transfiro essa responsabilidade “pra” prefeito não, é pela própria topografia, porque conserta, daqui a pouquinho “tá” esburacado ne. Também tem uma coisa assim que afunda, o paralelepípedo afunda, então você “tá” andando achando que “tá” no plano, dali a pouco você tem uma queda. Então o calçamento aqui é bem complicado, agora, a cidade é muito boa, muito bonita.*

*Quando eu acabo de subir a rua da Escadinha eu gosto de sentar ali na porta do Seu Adalmir, quando eu tenho tempo né, “pra” olhar pra Rua São José, antes de chegar lá em cima também, eu gosto de olhar pro Itacolomi, no meio da escadinha, então é muito bonito. Ali no meio do Largo da Alegria tinha um poste ne, o pirulito que a gente sentava, ficava cantando, ficava brincando ali. E é um panorama maravilhoso ne, porque qualquer ângulo que você olha tem uma coisa “pra” te encantar. É muito bonito Ouro Preto.*

*Agora eu gosto muito de ir na Praça Tiradentes, as vezes a gente pega um ônibus vai até na Praça, desce sabe, mesmo “pra” ver os monumentos, ver aquelas casas, ver o museu, eu gosto, eu fico pensando como era antigamente aquele pessoal, minha mãe falava que ali foi cadeia, e o Palácio do Governo (...). Ficava pensando sabe nas moças de cem anos atrás, duzentos anos, andando alii, aquelas roupas, os lampiões, as pessoas que acendiam os lampiões de gás à noite.*

Além disso, fala dos deslocamentos que costumava fazer antes de aposentar, como caminhadas, ir ao trabalho, sair. E dos passeios noturnos que fazia em sua juventude, como ir a Rua São José, parques, e das serenatas que não têm mais:

*Era mesmo andar mais, caminhar, sabe eu fazia caminha. Agora tenho dificuldade mesmo. Mas eu caminhava, o que eu fazia mais, eu trabalhava muito ne, então tinha muito contato com muita gente. Agora eu fico mais em casa sabe, e eu gosto sabe, acho que chegou o tempo*

*mesmo deu ficar tranquila, eu gosto mesmo de ficar em casa. Gostava também muito de sair, de atuar, trabalhava muito, movimento de igreja eu gostava de participar, corais, festa do 21 de abril.*

*O ponto que tinha era na rua São José, então a gente fica andando dando voltas(...). Tinha o cinema, era muito difícil dinheiro naquela época, então todo mundo tinha fatura, mas dinheiro era difícil. Então a gente ia de vez enquanto ao cinema. Tinha parque sabe, esse parque de diversão né que sempre tinha, então a gente ia e dava umas voltinhas.*

*Tinha serenata, muito bonitas, até o nosso vizinho fazia serenata “pra” esposa dele. Fazia serenata na rua.*

Por fim, fala da incredulidade em mudanças para mobilidade, mas deposita confiança nos estudantes e nos conhecimentos de outras realidades para talvez achar uma solução. E sugere a proibição de carros no centro histórico, com ônibus passando em todo seu entorno:

*Eu acho que Ouro Preto não tem jeito de mudar, porque você mexe aqui é histórico, não pode fazer nada, eu não sei, eu não vejo saída, eu acho assim, a gente que tem que adaptar, ver como é que faz (...). Olha eu acho que é preciso disso mesmo, estudo, pessoas com visão de outras cidades, pessoas que tragam outras realidades, porque a gente que mora aqui né, por causa do condicionamento a gente não vê saída não. Para você vê aqui na nossa rua, acho que poderia proibir carro de passar, e deixar o espaço “pra” gente caminhar. Por exemplo aqui na rua o que acontece, carro estaciona do lado de lá, desce do lado de cá e a gente passa aonde? Os passeios você vê é tudo irregular, ninguém consegue andar nos passeios, a única saída e tirar os carros do centro. Bom já tirou caminhão pesado. Um planejamento né, acho que o jeito é mesmo a rua o centro ficar sem carro, passar ônibus no entorno, não sei como isso poderia ser feito, mas era um jeito, da gente poder caminhar na cidade com um pouquinho de segurança. Só aumenta o número de veículos e isso aí atrapalhou muito, muito mesmo. As vezes vocês que estão formando vão achar uma saída.*

## **Entrevistada 2**

Nativa de Ouro Preto, tem 62 anos, comerciante e mora no bairro Centro. Ela se descola mais para ir aos bancos e ao contador no bairro Pilar, e faz os trajetos sempre a pé, devido à dificuldade de estacionar no centro histórico, utilizando carro ou ônibus somente quando precisa se deslocar por outros bairros:

*Saio da Xavier da Veiga, subo a Cláudio Manoel, chego na praça, aí eu faço alguma coisa que tem que fazer na praça, os bancos. Ou então, eu saio daqui Xavier da Veiga, passo pela Paraná vou até a rua São José nos bancos. Tem vez que eu tenho que descer, que eu tenho que ir no Pilar. Porque vou no contador né. Mas esse trajeto meu é sempre a pé, porque aqui no centro histórico não adianta, você não tem lugar “pra” estacionar é preferível você ir a pé. Agora, quando eu preciso ir mais longe, é Bauxita, Alto da Cruz, é aí que eu uso ou ônibus ou carro.*

Fala sobre a Rua do Pilar, que está em péssimas condições, devido o calçamento e calçadas irregulares:

*A rua do Pilar não “tá” ruim não, ela passou de ruim, a rua do pilar “tá” uma calamidade pública, eu não sei como que uma rua tão interessante, igual a rua do Pilar, “tá” em tempo da gente quebrar as pernas ali, porque eu desço muito ali. Uma rua central, importante, rua antiga, boas casas, a rua “tá” jogada as traças.*

Sobre pontos de lazer, fala do Morro da Força que está subutilizado e sugere que seja feita alguma coisa no Largo da Alegria, que atualmente é estacionamento, e uma praça no Pilar em frente à prefeitura:

*O Morro da Força, aqui era um ponto turístico, era um ponto limpo, ali tinha brinquedo, era um ponto que as famílias de Ouro Preto encontravam, sua época também (se referindo a mim), a gente ia lá soltar pipa, ia brincar (...). Agora a gente tem medo de subir (...). Eu já frisei esse ponto muito, porque então que o prefeito, o pessoal, não fazem ali um ponto turístico, um lugar mais de lazer e ter mais vigia (...). Fazia umas coisinhas ali, "pra" pessoa sentar, comer alguma coisa, tudo é renda pra Ouro Preto, é renda e demonstração.*

*Agora "pra" passear aqui no central pra nós um ponto bom não tem, eu gosto muito ali da Rua São José, poderia fazer alguma coisa no Largo da Alegria, mas não tem lugar mais. Fazer uma coisinha ali na praça perto da Centeio, eles podiam bolar alguma coisa "pra" ali também, porque é uma pracinha boa, gostosa né. Porque afinal de contas Ouro Preto não tem um ponto que as famílias encontram aqui não né.*

E por fim fala dos passeios noturnos que fazia na juventude, como ir em frente ao cinema, na Rua São José e Praça Tiradentes, das serenatas, e que só pode ser retomado se tiver mais segurança:

*O que a gente fazia muito era juntar em frente ao cinema, na rua São Jose, depois ia "pra" praça, agora quase ninguém "tá" fazendo isso mais. Juntava tanto o pessoal de Ouro Preto, como o pessoal de fora, os estudantes, o pessoal ficava batendo papo conversando (...). A gente fazia muita coisa na Rua São José, gostava de ir para ali tinha uns barzinhos bons, tinha uns clubes, tinha a associação comercial, o centro acadêmico da Escola de Farmácia. Quantas vezes a gente "tava" ali passando, conversando e tudo, via artistas mesmo. Quantas vezes eu já cheguei ali e "tava" Vinicius de Moraes numa boa. A gente sentava, ia fazendo roda assim, o pessoal era mais chegado. A gente fazia serenata, agora não pode fazer mais. Juntava uma turminha tarde da noite, não pode mais. São coisas que não sei se vai dar "pra" fazer mais né, a não ser que tiver muita segurança.*

### **Entrevistado 3**

Nativo de Ouro Preto, tem 60 anos, recepcionista, mora no bairro Água Limpa – mais o menos 1 km do bairro Pilar – e trabalha na Basílica Nossa Senhora do Pilar há 35 anos. Ele se desloca a pé pela cidade, por opção e por considerar um bom exercício, mas alerta pelos cuidados com os buracos:

*Não costumo andar nem de carro e nem de lotação, eu ando a pé, eu gosto de andar a pé pela cidade. Ai o trajeto que eu mais faço é "pra" vir trabalhar, passando ali pelo Rosário, Ponte Seca, aí desço aquela rua estreita e chego aqui (...), é um trajeto que eu faço todo o dia. Porque é mais perto e menos morro, vai mais rápido, economiza tempo.*

*Antigamente os velhos caminhavam em Ouro Preto. Hoje eles pegam um ônibus aqui na Centeio "pra" parar ali no posto, não anda a pé mais. Tem que caminhar, fazer exercício, Ouro Preto já é um exercício natural, tem que ter cuidado "pra" não torcer os pés, porque a rua tá esburacada.*

*Mas "tá" horrível o passeio, tudo irregular, cheio de buraco, não tem cuidado a cidade.*

Fala sobre as caminhadas e passeios noturnos, que gostava de fazer, mas não tem feito devido a insegurança, a iluminação precária em alguns trechos e o modo de policiamento hoje que é menos efetivo:

*Por exemplo, você vem na rua a noite, vai passear a noite na rua, na hora de voltar eu costumo passar pela Bernardo Guimarães, porque ali é mais claro, tem gente, no Rosário ali é isolado.*

*A caminhada, inclusive a noite, era gostosa, hoje é perigoso, porque você não tem segurança, não tem policiamento, ruas mal iluminadas, fica difícil, aí tem que ter é precaução mesmo. A gente gostava de ir na Igreja São Francisco de Paula, no mirante da Escola de Minas, lá atrás*

*da Escola de Minas. A gente gostava de fazer isso, reunir a turma, ficava batendo papo mesmo, hoje "tá" difícil.*

*Antigamente você saía na rua você via os policiais, a gente chamava de Cosme e Damião, dois policiais geralmente andando junto. Hoje eles só andam de carro, qualquer ocorrência que você tiver, tem que chamar, ligar.*

Sobre outros deslocamentos fala que utiliza o Centro para lazer, pagar contas, fazer compras, e que também utilizava para ir ao cinema:

*Só "pra" lazer e serviço de casa, vamos dizer, pagar conta né. Fazer compras.*

*Quando existia cinema, eu gostava de ir no cinema sim, hoje tem o cinema, mas não passa nada que a gente quer ver, tem que comprar o filme até. Hoje não tem os grandes lançamentos de cinema.*

Fala que gostou do alargamento das calçadas da Rua São José, mas sugere a retirada dos carros e a transferência dos bancos para outro bairro, um centro comercial somente para os pedestres:

*Fizeram o estreitamento da rua São José ali, achei legal, ali não era nem "pra" passar carro. Mas aí as pessoas param no passeio "pra" bater papo, aí você tem que ir lá no meio da rua, o passeio era estreito, aí alargaram o passeio pra dar mais mobilidade "pras" pessoas, as pessoas agora param, você tem que passar onde passa os carros, ficou difícil. Sabe uma solução que eu acho legal? Tira os carros e os bancos dali, que aí ninguém vai ficar ali mais. Um centro comercial, e o pessoal vai brigar, tirar os bancos dali o pessoal vai brigar. Aí todo mundo que tem que resolver os negócios tem que vir aqui embaixo, vem de carro, as vezes mora ali no Rosário, tem que dar a volta lá não sei aonde, se viesse a pé gastava dois minutos. Aí fica todo mundo estressado, por que? Por causa de carro, anda a pé, incentiva as pessoas a andar mais, fazer um exerciciozinho.*

E por fim, sugere um meio de transporte alternativo para os turistas e população, e melhor sinalização turística, além dos totens, por considerar a cidade um museu a céu aberto:

*A cidade tinha que ter um meio de locomoção "pros" turistas aqui dentro, você tem que oferecer. Um sistema de van, algo assim, mas não só "pro" turista. E esse sistema de van poderia servir como táxi lotação para a população de Ouro Preto, serviria de transporte, de movimento urbano.*

*Esses totens que eles colocaram ajudam, mas "pra" mim ainda tá mal organizado. Deveria indicar onde que "tá" tal monumento, coloca lá, inglês, francês. Por exemplo, a Igreja do Pilar, você desce aqui... uns negócios indicativos. A cidade é um museu a céu aberto, mas não tem indicação nenhuma.*

#### **Entrevistado 4**

Nativo de Ouro Preto, cadeirante devido a um acidente que sofreu em 2008, tem 35 anos, artesão, mora no bairro Morro Santana – mais o menos 3 km do bairro Centro – e trabalha na Feirinha de Pedra Sabão. Ele se desloca de quadriciclo adaptado pela cidade toda, e acredita que é a única forma que consegue se locomover porque o transporte público e a topografia não atendem suas necessidades, e tem costume além de ir ao trabalho, ir aos bancos, a lojas e churrascarias:

*Eu costumo de ir na rua, ir no banco, entendeu. E numa loja, frequentar alguma churrascaria entendeu.*

*Eu me locomovo naquele quadriciclo amarelo ali “tá” vendo. Entendeu, porque pra mim andar aqui de cadeira de rodas é muito difícil. Muito difícil, tem muitas barreiras entendeu. E o patrimônio não deixa mexer em nada né. Até alguns bancos aqui em Ouro Preto não tinha rampa, não tinha nada. Depois que eles me viram muito indo lá, porque o cadeirante que anda mais aqui em Ouro Preto sou eu, que vai pra todo lado, de tanto me ver lá eles fizeram rampa agora. Porque aqui em Ouro Preto não tinha muita convivência com pessoa desse jeito. Que nem aqui na feira mesmo onde eu trabalho, a gente “tava” querendo fazer uma rampa, ai não conseguiram fazer, fez uma de madeira que é colocada, ela é tipo móvel. Quando eu preciso eles vão e colocam “pra” mim. E quando eu saio eles vão e levantam ela. Ela é móvel, não pode ficar fixa no chão não porque o patrimônio não aprovou.*

*Mas aqui em Ouro preto é muito difícil e não ajuda em nada. Tipo assim, tem os ônibus adaptados com elevador e tudo mais, mas os pontos não são adaptados, repara. Todos os pontos de Ouro Preto não são adaptados. E tem ônibus com elevador, nem o motorista, nem o trocador sabe mexer no elevador.*

*A “motinha” rodo Ouro Preto todo com ela, em todo bairro eu vou com ela entendeu. Porque que nem eu te falei, o pessoal do transporte aí queria que eu emplacasse ela. Aí eu falei como que eu vou emplacar um trem que aqui não tem nem condição de um deficiente andar com a cadeira, isso aqui é a mesma coisa que minha cadeira de rodas, só que é motorizada. A motinha é o meu transporte entendeu. Porque se Ouro Preto fosse um lugar adaptado podia vim com minha cadeira do morro até aqui porque eu tenho disposição de descer com ela, o problema era subir se o ônibus fosse adaptado subia de ônibus também.*

Fala um pouco como foi a adaptação:

*O dia a dia né, porque aí você vai convivendo, porque essas rodas viram minhas pernas. É só quem “tá” mesmo pra saber como que é entendeu. Em Ouro Preto é complicado, muito difícil, muito difícil mesmo.*

Fala também do alargamento das calçadas da Rua São José, um dos poucos lugares que consegue andar com a cadeira de rodas do início ao fim da via, e da solidariedade das pessoas em ajudar:

*Ali na “rua do banco” ne. Tipo assim, chego na Casa dos Contos e consigo ir até lá na frente na Casa Olímpica, até lá eu consigo chegar sem ajuda de ninguém. Mas tipo assim, tem muitas pessoas solidarias entendeu, colega, muitas pessoas aqui na feira, entendeu. Muitas pessoas me “vê” chegando já leva a cadeira “pra” mim, pegam minha mochila já traz. É tipo assim, apesar o que esse Brasil vive hoje tem muitas pessoas de coração bom entendeu. Tem solidariedade ne. Pergunta se “tá” precisando de alguma força. Na Rua São José todo dia de tarde fica um cadeirante lá.*

E por fim, sugere fazer projetos de acessibilidade pelo menos nos pontos turísticos, ter pelo menos um táxi adaptado na cidade e criar vagas de estacionamento para deficiente:

*Eu fico aqui de cima, vejo turista chegando cadeirante aí, eu vejo a dificuldade “pra” ele entrar na igreja. Não tem uma rampa, não tem nada “pra” eles. E tipo assim, nesse pontos turísticos podiam ter uma acessibilidade melhor porque os cadeirantes gostam de visitar as coisas também ne, sou ser humano. Que nem no museu ali, no museu tem, mas aqui não tem, na igreja santa Efigênia não tem. Por isso que “tô” te falando, tem muito cadeirante em Ouro Preto, mas eles não saem de casa, se eles sássem mais eu acho que podia ter uma oportunidade melhor.*

*Ouro preto não tem um táxi adaptado, que nem você vai em cidade grande, tem agência de carro que tem carro adaptado “pra” deficiente, aqui em Ouro Preto não tem. Porque tem deficiente que tem carteira, mas não tem condições de comprar um carro, aí quer dirigir uma agência não tem. É muita coisa que a cidade precisa melhorar.*

*E você reparou que nessa área aqui não tem nem estacionamento “pra” deficiente. O único lugar que você vai ver é lá na Rua São José em frente ao Banco do Brasil.*

## 7 CONCLUSÃO

Durante décadas o planejamento urbano ficou voltado para escala do transporte motorizado, como alargamento de vias, criação de inúmeros estacionamentos, deixando a escala humana, o pedestre esquecido em meio ao espaço urbano.

Quando o corpo volta a interagir diretamente com a cidade, ela reforça as interações sociais, traz mais vida para os espaços, mas calma para contemplar as paisagens e no caso específico de Ouro Preto, mais tranquilidade para os deslocamentos, que tem sido bem conturbado principalmente no centro histórico. Ao perceber ser possível concretizar ações de melhorias, com planos, normas e pessoas a pensarem no assunto é possível termos uma cidade mais viva com a verdadeira mobilidade humana.

## 8 REFERÊNCIAS

- BOHRER, Alex Fernandes. *Ouro Preto Um Novo Olhar*. São Paulo: Editora Scortecci. 2011
- CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Gustavo Gilli, 2013
- GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- IBGE. Panorama das Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>> Acesso em: 02 de out. de 2021.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Salvador: UDFBA, 2007.
- JEUDY, Henri Pierre; e JACQUES, Paola Berenstein. *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

## Betas de São João del Rei - Patrimônio cultural a ser resgatado

*Gold mines in São João del Rei - Cultural heritage to be discovered*

CASTANHEIRA, Aroldo

*Mestrando, Pipaus/ufsj, aroldocastanheira@yahoo.com.br*

DELFORGE, Alexandre

*Doutor, Professor UFSJ, alex.delforge@gmail.com*

MIRANDA, Zandra C.

*Doutora, Professora UFSJ, zandra.coelho@gmail.com*

### RESUMO:

O objetivo deste artigo é refletir sobre as potencialidades turísticas que envolvem o patrimônio cultural-arqueológico das Betas de São João del Rei situadas no Alto das Mercês. É traçado um comparativo com as Minas de Ouro Preto que são referência turística. O Alto das Mercês representa um dos os primeiros locais de ocupação não somente da cidade, mas também de Minas Gerais e possui um processo longo de urbanização que culminou em uma ocupação desordenada, porém, repleta de possibilidades para o desenvolvimento local. O presente trabalho levanta a possibilidade de um projeto que envolva parcerias pode alavancar o desenvolvimento com a união entre os moradores, UFSJ – Centro de Referência de Cultura Popular “Max Justo Guedes”, Prefeitura Municipal de São João del Rei e iniciativa privada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Betas; Minas; Patrimônio; Alto das Mercês; Turismo cultural.

### ABSTRACT:

*The aim of this article is to reflect on the touristic potential that involves the cultural-archaeological heritage of the gold mines, known as “Betas” of São João del Rei, located in the district of Alto das Mercês. A comparison is made with the mines of Ouro Preto, which are a tourist reference. Alto das Mercês is one of the first places of occupation not only in the city but also in Minas Gerais and has a long process of urbanization that culminated in a disorderly occupation, however, full of possibilities for local development. A project that involves partnerships can leverage development with the union between the residents, The Federal University of São João del Rei – Reference Center for Popular Culture “Max Justo Guedes”, São João del Rei City Hall and private initiative.*

**KEYWORDS:** Betas; Mines; Heritage; Alto das Mercês; Cultural tourism.

O município de São João del Rei se desenvolveu com a chegada dos primeiros bandeirantes no final do século XVII que saindo de São Paulo desbravaram novas terras em busca de ouro e outras riquezas. Tomé Portes del Rei é considerado o seu fundador. Denominada inicialmente como comarca do Rio das Mortes, foi uma das três primeiras existentes na capitania das Minas Gerais, sendo instituída em 1714 e tendo como sede a Vila de São João del Rei. Estendia-se pelo centro-sul, a sudoeste da capitania compreendendo os termos de São José del Rei, Jacuí, Baependi, Campanha da Princesa, Barbacena, Queluz, Nossa Senhora de Oliveira, São José do Rio das Mortes e Tamanduá. No início do século XIX já se configurava como a mais extensa em área habitada e a mais populosa da capitania.<sup>1</sup> Nos primeiros anos de ocupação e formação da vila de São João del Rei acredita-se que os primeiros locais de povoamento foram onde atualmente se encontram os bairros Senhor dos Montes e Bonfim. Dentro dos limites oficiais do bairro Senhor dos Montes se encontra o Alto das Mercês, que, para a Prefeitura Municipal não possui o “status” de bairro, apesar de possuir uma associação atuante, área e população equivalentes aos demais bairros. Tal fato o impede de participar das decisões e aplicações orçamentárias do município, podendo reivindicar uma melhor infraestrutura como posto de saúde, melhoria na urbanização e uma identidade por se tratar de um povoamento tão antigo que contém vestígios importantes da formação da cidade. Seu possível desmembramento permitiria um protagonismo nas políticas públicas e um avanço na qualidade de vida para seus moradores.

“O bairro Alto das Mercês, localizado na parte alta de São João del Rei, encontra-se nas encostas do núcleo antigo da cidade. A área é habitada por famílias de baixa renda que representam uma herança da mão-de-obra escrava atuante nas antigas atividades de exploração do ouro. A comunidade é um exemplo de invasão de encostas, típica da urbanização informal” (Gazzaneo, pag. 344)<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Fonte: arquivos históricos sobre a comarca do Rio das Mortes – UFMG; disponível através do link: <https://documenta.direito.ufmg.br/modules/brtchannel/index.php?pagenum=2>

<sup>2</sup> Marcos Vinícius Teles Guimarães, Fortim dos Emboabas: contexto e diagnóstico de casarão do século XVIII, publicado no livro Espaços culturais e turísticos em países lusófonos – Arquitetura, Patrimônio e Turismo, organizado por Luiz Manoel Gazzaneo.



Figura à direita: Igreja das Mercês. Fonte: Foto: Aroldo Castanheira. Figura à esquerda: Delimitação Alto das Mercês segundo Google Maps. Fonte: Google Maps, visualização em 26/07/2021

Ainda sobre o bairro consta nessa publicação que São João del Rei possui muitos bens de interesse turístico e patrimonial, os quais se concentram no centro da cidade. A comunidade do Alto das Mercês está muito próxima de alguns desses bens como a Igreja das Mercês, o Hospital Nossa Senhora das Mercês e o Fortim dos Emboabas. A característica mais marcante do bairro decorre da sua história, ou seja, a de ter surgido em meio às locas de pedras denominadas Betas, onde, segundo moradores, até hoje é possível encontrar ouro. A formação geológica que podemos verificar hoje é resultante da combinação entre relevo íngreme e o grande número de Betas. (Gazzaneo, pág. 345).

Verificamos a ocorrência de uma ocupação desordenada das encostas, como observado por Alexandre Delforge, professor e arqueólogo, em sua comunicação oral do projeto de pesquisa arqueológica "Caminhos do Fortim" / Museu do Barro/ CMAX. Tendo em vista a análise da paisagem e a disposição dos artefatos o que temos encontrado no terreno, tudo indica uma ocupação inicial voltada para a exploração de ouro em um sistema colonial/escravagista formada por pequenos núcleos. Assim a ocupação inicial das encostas se daria no entorno dos locais de trabalho, as betas e o córrego, com critérios de defesa dos ataques da guerra dos Emboabas. Pelo critério dos fluxos de deslocamento vemos ligações desta aglomeração com um caminho paralelo ao Córrego do Lenheiro que conduz à cidade de Rio das Mortes. Desta forma Delforge delimita como hipótese da pesquisa que o bairro das Mercês surge como um dos primeiros núcleos habitados de São João del Rei, como

uma vila/senzala e local de mineração tendo como entrada os "portais" do Fortim e a rua Altamiro Flor como eixo principal.



Figura: Fortim dos Emboabas, Centro. Fonte: <https://ufsj.edu.br/fortim/>

Fazia, necessariamente, parte deste núcleo um sistema de coleta e transporte de água no alto da Serra do Lenheiro para o trabalho de mineração e consumo no Alto das Mercês e Senhor dos Montes. A memória do pioneirismo do lugar de mineração é cultivada por moradores do local que muito possivelmente descendem dos primeiros moradores da cidade residindo por muitas gerações no mesmo local, os mesmos rostos passando pelos mesmos caminhos. A pesquisa arqueológica "Caminhos do Fortim" / Museu do Barro / CMAX busca recuperar e valorizar o significado histórico e a memória deste território e grupos sociais. Na riqueza da oralidade local, temos as narrativas que são passadas de geração em geração através dos séculos, muitas lendas, "causos", a maioria envolvendo o ouro como tema. Uma riqueza cultural preservada na voz dessa gente simples que tem um profundo sentimento de pertencimento ao lugar.



Mapeamento dos trajetos com interesse histórico/arqueológico, no âmbito da pesquisa "Caminhos do Fortim" / Museu do Barro / CMAX, realizada por Alexandre Delforge com a presença de membros da comunidade, localizando vestígios históricos e betas em caminhos demarcados via Google Earth.

As betas possuem um intrincado sistema subterrâneo de passagens que com o passar dos anos foi se fechando naturalmente ou por intervenção do poder público que com políticas higienistas surgidas no século XIX, que muito mais que atentar para a salubridade, muitas vezes escondia aspectos preconceituosos contra as populações marginalizadas que eram responsabilizadas pelas doenças. É sob este foco que é redigido um código de posturas para a cidade de São João del Rei em 1887 que incentivava o despejo de lixo e entulhos nas betas com o intuito de fechamento das mesmas.

Houve um longo processo de apagamento da história das betas. A valorização do patrimônio arquitetônico colonial de origem europeia foi o objetivo dos movimentos de preservação patrimonial no Brasil. Mesmo após a Semana de Arte Moderna em 1922 que pretendeu uma valorização da cultura nacional, sempre houve um comparativo com o modelo europeu. Um longo processo de uma elite que objetivou a longo prazo, através da intervenção pública desvincular a história do Brasil de seu passado escravocrata. Além do mais, muito além de apagar a herança, era necessário esconder a real importância dessa força de trabalho que excedia em muito o trabalho braçal. É sabido que os povos do Benin, que vieram escravizados, foram de suma importância para a mineração.

Responsáveis, com seus conhecimentos, pela abertura das betas. As escavações, a busca do ouro não teriam ocorrido sem essa mão de obra experiente. Essas obras de engenharia demandaram conhecimentos específicos, de modo que se fossem abrir minas de ouro como essas hoje seriam necessários profissionais de várias áreas para sua realização. Porém, o que vemos é um trabalho protagonizado pelos negros que foi relegado ao esquecimento.



Figura à esquerda: Beta do quintal do Sr. Jovino, onde é possível distinguir com clareza o apicoado das ferramentas. Fonte: Zandra Miranda  
 Figura à direita: Beta do “Coronel”. Fonte: Zandra Miranda

Muito próximo ao centro histórico oficial, o Alto das Mercês precisaria passar por uma redescoberta de sua história, a começar por um movimento de reconhecimento como bairro. A valorização do local, de seu rico patrimônio histórico que remonta aos primórdios da cidade, com suas betas, ruas, passagens e seu patrimônio arquitetônico tombado, como é o caso do Fortim dos Emboabas, seria muito importante e permitiria ao Alto das Mercês protagonizar uma nova fase do turismo na cidade.



Figura à esquerda: Imagem da profundidade em uma das betas, situada aos fundos da casa do Sr. Jovino. Foto: Aroldo Castanheira. Figura à direita. Entrada de beta localizada na subida para o bairro Sr. Dos Montes. Fonte: Zandra Miranda.

As Betas a exemplo de Ouro Preto podem ser um exemplo de estratégia de atração e permanência do turista na cidade que já possui uma estrutura de hospedagem e alimentação instaladas. Esses projetos de desenvolvimento do turismo local podem alavancar o crescimento de bairros que não fazem parte do centro histórico, como é o caso do Alto das Mercês. Potencializar o turismo em áreas que atualmente se encontram à margem dos projetos turísticos elevam o grau de valorização do local, da identidade dos moradores e fornecem uma imersão do visitante em um mundo culturalmente rico e que envolve aventura, história, gastronomia, arte, artesanato etc. Visitas guiadas às betas, caminhadas pelas trilhas do bairro, almoços e cafés servidos nas casas dos moradores, museus, igrejas, trilhas pela serra, tudo isso pode ser explorado e convertido em renda para a população.



Imagens de divulgação das minas feitas por @dicasouropretomg em seu perfil do Instagram.

Uma parceria público-privada pode ser o início de um projeto capaz de promover o desenvolvimento, geração de renda e valorização cultural do espaço. Ainda sobre o exemplo de Ouro Preto que possui

um foco turístico em suas minas, as quais podemos citar a Mina do Bijoca, Mina do Jeje, Minas do palácio Velho, Mina Du Veloso, Mina Chico Rei, Mina de Santa Rita e a Mina da Passagem, é possível perceber o potencial turístico não aproveitado. Ouro Preto vem ao longo do tempo aumentando o número de Minas abertas a visitação. A Mina Du Veloso é um dos exemplos mais recentes de investimento privado, que potencializou turisticamente o Bairro São Cristóvão.

O Centro de Referência de Cultura Popular Max Justo Guedes – Fortim dos Emboabas pode funcionar como um fomentador do projeto<sup>3</sup>, através do envolvimento de pesquisadores, professores e da comunidade em suas ações extensionistas. É necessários o mapeamento, inventário, laudo, restauração, iluminação, segurança e por fim uma apropriação do patrimônio pela população. A viabilidade de exploração deve ser feita de forma criteriosa, envolvendo toda a comunidade em um processo virtuoso de redescoberta e valorização de sua história e identidade.

#### Referências:

**GAZZANEO**, Luiz Manoel (Organizador). Espaços culturais e turísticos em países lusófonos – Arquitetura, Patrimônio e Turismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo . Programa de Pós-graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011.

<https://documenta.direito.ufmg.br/modules/brtchannel/index.php?pagenum=2>

<https://ufsj.edu.br/fortim/>

[https://www.instagram.com/p/CT9zcO5AXW8/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CT9zcO5AXW8/?utm_medium=copy_link)

<https://www.youtube.com/watch?v=M1KvMBexTIw>

---

<sup>3</sup> “O Fortim é sede do Projeto de Extensão “Centro de Referência de Cultura Popular Max Justo Guedes” do qual fazem parte o Museu do Barro e o Museu de Vivências. A professora Flória Maria (DFIME), coordenadora do projeto destaca a importância do Fortim para a comunidade do Alto das Mercês, dado que, a implantação de um centro de cultura popular da universidade no bairro, avulta a importância da cultura de matriz africana para a constituição da identidade da cidade.”( <https://ufsj.edu.br/fortim/> )



2º Simpósio internacional em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade  
São João del-Rei, Brazil. 22, 23, 24 e 25 de novembro de 2021

## **Cidade, Campo ou Natureza: qual o lugar da escola? Reflexões, ensino e aprendizagem - município de Serranos - MG.**

City, Country or Nature: where is the school?  
Reflections, teaching and learning - Serranos municipality - MG.

### **SILVA, Paulo Jarbas Cardoso da**

Arquiteto Urbanista; Engenheiro Ambiental; Mestrando – Programa Interdepartamental em Artes Urbanidades e Sustentabilidade – PIPAUS – UFSJ;  
[paulinhojarbas@gmail.com](mailto:paulinhojarbas@gmail.com)

#### **Resumo**

Este trabalho pretende debater o processo e as consequências do desativamento dos espaços educativos públicos rurais coletivos, a partir de 1995. Recorte geográfico, Brasil, Sul e Sudoeste de Minas Gerais, microrregião de Andrelândia, especificamente, município de Serranos. A Expedição Catástrofe: por uma arqueologia da ignorância (obra de arte, processo de pesquisa, criação, confronta – no campo das relações intrínsecas entre estética e política – um dado abismal: o fechamento de mais de 60 mil escolas rurais, entre 1995 e 2016), ofereceu subsídios para trilhar o paradoxo entre aprender na Natureza ou deslocar para Cidades (escolas urbanas). No atual panorama global, pandêmico e catastrófico do ponto de vista sócio-ambiental e climático, possibilidade de extinção da espécie humana (BRAGA, 2018), entre outras, disputas territoriais, quais seriam os impactos positivos que aprendizagem/ensino na Natureza, integrada/integral pode gerar? O conteúdo programático do ensino, é pensado para aqueles que vivem em territórios rurais, ou como modelos prontos, da sociedade urbana? Quais consequências do deslocamento diário para ensinar/aprender num local diferente daquele em que se vive? Como áreas de preservação, campos de cultivo, podem ser integrados e tornarem-se fonte primária de saberes, ferramentas do conhecimento, lugar de ensino/aprendizado? Árvores, plantas, animais podem, inclusive, ensinar? Quais ações geram novas conexões entre Seres Humanos, Território e Natureza? Como Agroecologia, Arte, Técnica, Planejamento, Uso e Ocupação do Território/Solo, podem contribuir para impulsionar a re-aproximação de Seres Humanos com a Natureza. O Bem Viver é Utopia? Como resultado apontamos encaminhamentos possíveis para adaptações no presente e futuro próximo.

palavras-chave: **Natureza, Território, Educação, Arte, Técnica, Utopia.**

### **Abstract**

This paper intends to debate the process and consequences of the deactivation of collective rural public educational spaces, starting in 1995. Geographical section, Brasil, South and Southwest of Minas Gerais, micro-region of Andrelândia, municipality of Serranos. The Catastrophe Expedition: for an archeology of ignorance (work of art, research process, creation, confronts – in the field of intrinsic relations between aesthetics and politics – an abysmal fact: the closing of more than 60 thousand rural schools, between 1995 and 2016), offered subsidies to tread the paradox between learning in Nature or moving to Cities (urban schools). In the current global panorama, pandemic and catastrophic from the socio-environmental and climatic point of view, possibility of extinction of the human species (BRAGA, 2018), among others, territorial disputes, what would be the positive impacts that integrated/integral learning/teaching in Nature can generate? Is the syllabus of teaching designed for those who live in rural areas, or as ready-made models of urban society? What are the consequences of commuting daily to teach/learn in a different place from where you live? How can preservation areas, cultivated fields, be integrated and become a primary source of knowledge, knowledge tools, teaching/learning places? Can trees, plants, animals even teach? What actions generate new connections between Human Beings, Territory and Nature? As Agroecology, Art, Technique, Planning, Use and Occupation of Territory/Soil, they can contribute to boosting the re-approach of Human Beings with Nature. Is Good Living utopia? As a result, we point out possible directions for adaptations in the present and near future.

Keywords: **Nature, Territory, Education, Art, Technique, Utopia.**

### **Recorte geográfico definido para a elaboração deste artigo: mapas 1., 2. e 3.**



1. Mesorregião Sul - Sudoeste  
Minas Gerais



2. Microrregião Andrelândia  
Minas Gerais



3. Município de Serranos  
Minas Gerais

Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1109960> acessado em: 07/06/2021.

### **Expedição Catástrofe: de fora para dentro e de dentro para fora**

É necessário, neste momento, explicitar as razões pelas quais a Expedição Catástrofe foi a fagulha e forneceu os subsídios iniciais para este debate e porque o recorte geográfico determinado foi o do município de Serranos.

O projeto Expedição Catástrofe, catalogou, em ordem alfabética dos municípios, os nomes das escolas rurais desativadas entre 1995 e 2016, foi uma obra executada em três etapas: sendo a primeira as expedições para desenvolver a pesquisa de campo nas escolas rurais fechadas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Bahia; a segunda etapa foi a leitura, em voz alta, dos nomes das escolas fechadas, trabalho intitulado Torre de transmissão e desenvolvido em Goiânia em setembro de 2017; e a terceira etapa foi a publicação homônima ao projeto. (LABPROJ/UFG, 2015). Desta maneira, o referido projeto, mapeou, catalogou e publicou o alarmante número de 65.065 escolas rurais desativadas entre 1995 e 2016, com isso evidenciou as consequências, ou o que pode ter dado errado, no processo de Nucleação Escolar para a educação rural e/ou no/do campo, cuja resolução somente foi publicada em 2008 (CNE-MEC, resolução Nº 2, 28/04/2008). Denominamos, neste debate, a evidência apresentada pela Expedição Catástrofe como o olhar de fora para dentro deste processo.

Na lista publicada pela Expedição Catástrofe, de escolas rurais desativadas no município de Serranos, estão a Escola Estadual Rural Arthur Milward Azevedo, a Escola Municipal Rural Padre Félix Guida e a Escola Municipal Rural Prof<sup>o</sup> Alvim Antônio Cardoso, esta última leva o nome do bisavô do autor deste trabalho, Paulo Jarbas Cardoso da Silva.

Apenas a denominação da escola com o nome de um familiar não seria justificativa suficiente para incluir a abordagem do ponto de vista privado, sobre este debate, porém a história desta família está intrinsecamente ligada ao processo educacional rural de Minas Gerais.

Escrivão, oriundo de Andrelândia, Alvim Antônio Cardoso foi transferido para Serranos para ser o cartorário da localidade, exerceu ainda as funções de professor e dono de escola rural privada, transferindo para sua filha, Conceição Cardoso da Silva, avó paterna de Paulo Jarbas Cardoso da Silva, o legado da educação na família. Conceição, ou D. Cardoso, como era mais conhecida, manteve a escola rural privada semi-interna funcionando durante aproximadamente 10 anos, entre 1935 e 1945, na localidade onde hoje é a Fazenda Copaíba, a edificação da escola encontra-se parcialmente conservada com adaptações para habitação, porém grande parte da memória foi preservada pelos seus descendentes.

Este legado não parou na geração de D. Cardoso, filhos, filha, sobrinhas, sobrinhas netas se tornaram educadores em Serranos ou outros municípios de Minas Gerais e inclusive em outros estados como São Paulo e Paraná. A mais nova educadora da família, Alice Cardoso Ferreira, Dra. em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora foi Diretora, Coordenadora Pedagógica e Professora na Escola Estadual Nossa Senhora de Bom Sucesso. É neste momento que se justifica a inclusão do

olhar, privado, de dentro para fora sobre este processo. Desperdiçar estas informações verídicas e precisas sobre a educação no referido município, isso sim seria, no mínimo, leviano.

Portanto, a partir dos dois olhares o externo e o interno, ou o público e o privado, porém um não menos pertinente que o outro e sem deixar de lado a busca pela veracidade, exatidão e o cientificismo dos fatos, pretendemos com este trabalho ampliar o debate sobre o processo e as consequências do desativamento dos espaços educativos públicos rurais coletivos, a partir de 1995 no município de Serranos - MG.

### **Breve histórico do Município de Serranos**

O município localiza-se no sul do estado de Minas Gerais. Com uma área de

330 km<sup>2</sup>, o aspecto geral do seu território é montanhoso. A sede municipal está a 1.009 metros acima do nível do mar. Tem coordenadas geográficas 21º 13'36" de latitude sul e 44º 05'09" de longitude oeste. Sua população recenseada em 2010 era de 1.995 habitantes, sendo destes, 1541 vivendo na sede urbana do município e 454 na zona rural, de acordo com o censo do IBGE de 2010.

Serranos, antigo distrito criado em 1840/1891 com a denominação de Bom Sucesso dos Serranos (a partir de 1923: Serranos) e subordinado ao município de Aiuruoca, foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº 1039 de 12 de dezembro de 1953.

A primeira capela foi construída com doações de Antônio de Oliveira, filho de Domingos de Oliveira no ano de 1724. É o primeiro documento oficial que se conhece sobre a atual cidade. O templo foi dedicado ao Menino Deus e a Nossa Senhora do Bom Sucesso, sob o pedido ao Bispo do Rio de Janeiro, ao qual pertencia todo o território mineiro.

Dez anos depois de construída a primeira capela, foi levantada uma segunda, no tempo do capelão Pe. Luís José de Almeida. A Capela de Nossa Senhora do Bonsucesso de Serranos, filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca do Rio das Mortes, foi construída com apoio e ajuda dos moradores.

Em 1788 o padre capelão de Serranos desejou obter da Santa Sé uma Indulgência Plenária<sup>1</sup> para a Igreja de Serranos, fazendo o requerimento ao Papa Pio VI, se dignou conceder a graça, que é revalidada até a atualidade no dia de jubileu, nos dias 06 e 8 de setembro.

---

1. Na doutrina católica, **Indulgência** (do latim *indulgentia*, que provém de *indulgeo*, "para ser gentil") é a remissão, total ou parcial, da pena temporal devida, para a justiça de Deus, pelos pecados que foram perdoados, ou seja, do mal causado

como consequência do pecado já perdoado através da confissão sacramental, a remissão é concedida pela Igreja Católica no exercício do poder das chaves, por meio da aplicação dos superabundantes méritos de Cristo e dos santos, por algum motivo justo e razoável." Disponível em: [https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_p-vi\\_apc\\_01011967\\_indulgentiarum-doctrina.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-vi_apc_01011967_indulgentiarum-doctrina.html). Acesso em: 07/06/2021.

Fatos importantes:

1721 – Chegaram os Tropeiros

1725 – Ergue-se a 1ª Capela

1734 – Surgem as primeiras casas. A população cresce.

1840 – Recebeu o nome Arraial do Bom Sucesso de Serranos.

**1933 – Criação da 1ª Escola Pública.**

1953 – Emancipação Política.

**1954 – Escola Reunida passa a “Grupo Escolar” Ribeiro Pena (1ª a 4ª série).**

1955 – Primeira Legislatura do Município.

1959 – Construída a Ponte sobre o Rio Aiuruoca.

**1966 – Construção do Prédio Escolar (estrutura metálica)**

1967 – Construção do novo prédio da Prefeitura.

**1973 à 1977 – Criação da Extensão de série (5ª/8ª série),** Posto de Saúde e Hospital, CEMIG, Telefone Público.

**1980 – Inauguração do novo prédio escolar.**

1994 – Roubo da Imagem de Nossa Senhora do Bonsucesso. Na madrugada de 15 de julho de 1994, a imagem de Nossa Senhora do Bonsucesso, de grande valor artístico, afetivo e histórico foi roubada. Uma nova imagem chegou de São João Del Rei em 15 de agosto de 1995.

**1998 – Municipalização da Escola, período da Nucleação Escolar.**

2000 – Construção da “Casa da Cultura”.

### **O período de desativação das escolas rurais no município de Serranos**

Nesta parte do trabalho, primeiramente, transcrevemos as declarações de Alice Cardoso Ferreira<sup>2</sup>, sobre o tema, para depois ampliar o debate a partir do referencial teórico e da discussão proposta pelo autor.

---

2. Alice Cardoso Ferreira: graduada em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre e Doutora em Letras: Estudos Literários pela UFJF. Ex-diretora, Professora de Português e Inglês do Ensino Médio e Coordenadora da área de Linguagens do Ensino Médio de Tempo Integral da Escola Estadual Nossa Senhora do Bonsucesso.

Segundo Alice, a partir do ano de 2008, as escolas rurais do município de Serranos foram desativadas, por uma determinação do Estado de acordo com as informações oficiais da Prefeitura Municipal e da regulamentação (CNE-MEC, resolução Nº 2, 28/04/2008). As turmas atendidas por elas eram as do Ensino Fundamental I, ou seja, alunos em fase de alfabetização, do 1º ao 5º ano. Essa transição ocorreu juntamente com a municipalização da escola do Ensino Fundamental. Por um lado, ao pensarmos numa possível consequência negativa, estaria o fato de os alunos terem sido retirados de seu ambiente cotidiano, de seu local de vida, de convivência e aprendizagem.

Além disso, o deslocamento diário é frequentemente exaustivo para as crianças e adolescentes. Por outro lado, surgiram também implicações positivas acarretadas por essa mudança.

A primeira delas seria o convívio social com alunos da sua própria faixa etária: tendo sido desde sempre as escolas rurais do município de Serranos multisseriadas, em que os alunos conviviam com várias séries na mesma sala, dificultando o trabalho do professor e a aprendizagem deles, em um local maior, a convivência com os colegas da série facilitaria (juntamente com outros vários fatores), o processo de ensino-aprendizagem.

Outro fator positivo nessa configuração é o fato de Serranos ser um município pequeno e de base econômica essencialmente rural. Dessa forma, as aprendizagens foram e continuam sendo contextualizadas para o processo de crescimento das crianças.

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) - Lei 9394/1996 -, é dever do Estado garantir o acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola, incluindo transporte e alimentação, contribuindo para uma educação de qualidade. Além disso, os livros didáticos para os alunos dessa faixa etária do Ensino Fundamental I passaram a ter em suas escolhas, a partir de 2013, conteúdos didáticos específicos, voltados para a área rural (PNLD Campo - Plano Nacional do Livro Didático do Campo), em que as obras são contextualizadas.

Questões sobre a valorização do local de nascimento, conscientização sobre o meio ambiente e a responsabilização coletiva por ele, e também sobre a valorização do ambiente rural são abordados não somente no conteúdo desses livros didáticos como também abordados como competências na nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

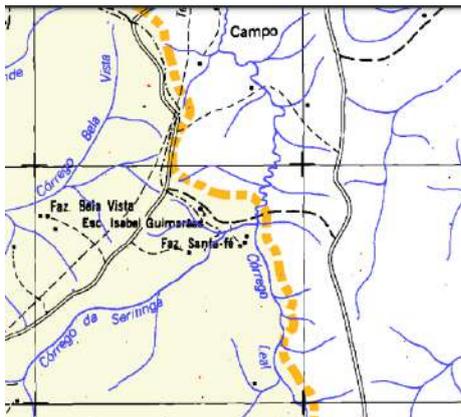
“Essa abordagem ajuda não somente a entendermos sobre o ambiente em que vivemos como as consequências desastrosas da ação do homem no ambiente, como exemplo, a pandemia da Covid-19, que resultou num primeiro momento no ensino remoto (tão difícil para os professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica) e que aos poucos está evoluindo para um ensino híbrido que acredito que veio para ficar (FERREIRA, 2021).”

Alice entende, como professora do Ensino Médio de educação integral no município, em que os alunos permanecem o dia todo na escola, que a disciplina Projeto de Vida, desses alunos, é parte fundamental para traçar neles o entendimento desta conjugação de questões: o que projetar para a própria vida, como integrar esse projeto para a comunidade de onde o aluno vem, como e porque se tornar um profissional consciente desse meio de onde o aluno saiu e também como dar um retorno satisfatório (social, cultural e ambientalmente pensando) para a comunidade.

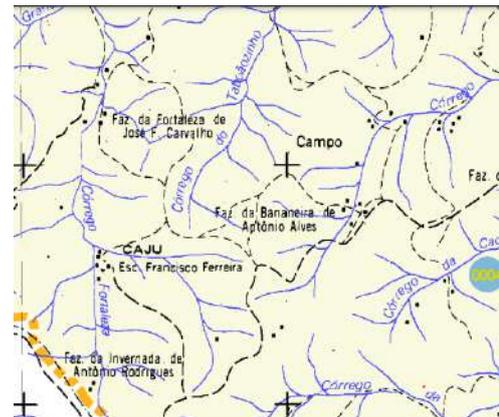
O ensino integrado e integral leva o aluno a compor sua história de vida, e pensando nisso como um processo, o ensino-aprendizagem dos alunos das escolas rurais, tendo sido transferido para a escola da cidade no município, integrado em um só ambiente, o que necessita ser melhorado.

“Pensando na perspectiva de que a escola não é a preparação para a vida, mas a própria vida, nós professores sempre levamos o aluno a elaborar a sua história de maneira integrada com as comunidades (FERREIRA, 2021).”

Além das três escolas citadas pela Expedição Catástrofe, é possível identificar no mapa do município de Serranos, no site do IBGE, mais duas escolas rurais no município, as quais não sabemos quando foram desativadas, sendo elas a escola Isabel Guimarães, localizada no extremo leste do município, na Fazenda Bela Vista, na divisa com o município de Andrelândia e outra no bairro rural do Caju, a escola Francisco Ferreira, na região oeste, próxima à divisa com o município de Aiuruoca, além da escola da Fazenda Copaíba, que sabemos ter funcionado em regime semi-interno até aproximadamente os anos 1947.



4. Escola Isabel Guimarães - Serranos -MG.



5. Escola Francisco Ferreira - Serranos -MG.

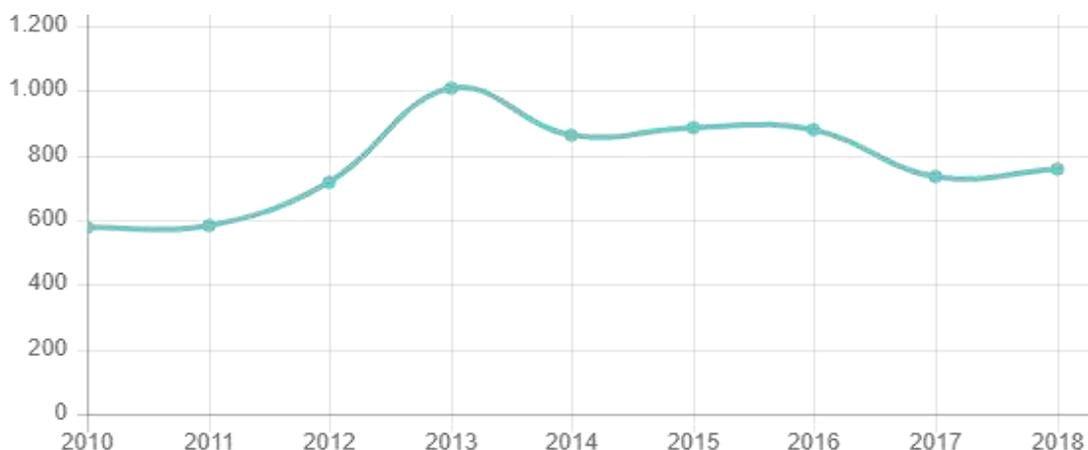
Seria muito fácil aceitar que após 1970 grande parte da população havia deixado o campo para ir morar nas cidades e por isso não fazia sentido manter as escolas rurais em funcionamento, o que teria culminado na Nucleação Escolar e na desativação/fechamento das escolas rurais. Há uma contradição aí. Mas qual a razão de existir esta contradição? Porque um município cuja economia é eminentemente agrícola não mantém uma política educacional voltada para a educação no/do campo?

**Gráfico 1.** Valor adicionado bruto a preços correntes / Série revisada / Atividade econômica / Agropecuária (Unidade: R\$ x1000): Serranos – MG



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranos/pesquisa/38/46996?tipo=grafico&indicador=47006>

**Gráfico 2.** Valor adicionado bruto a preços correntes / Série revisada / Atividade econômica / Indústria (Unidade: R\$ x1000): Serranos – MG



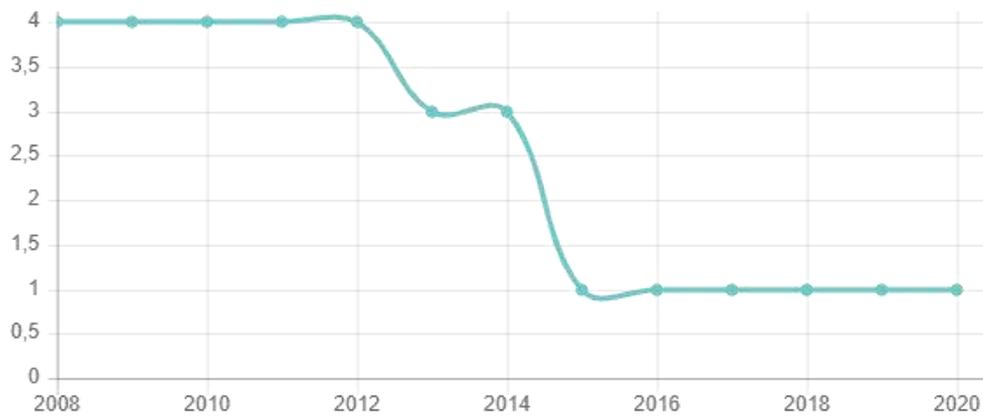
Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranos/pesquisa/38/46996?tipo=grafico&indicador=47007>

**Tabela 1.** Trabalho e Rendimento: Serranos - MG

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2019]	2,1 salários mínimos
Pessoal ocupado [2019]	189 pessoas
População ocupada [2019]	9,6 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	39,5 %

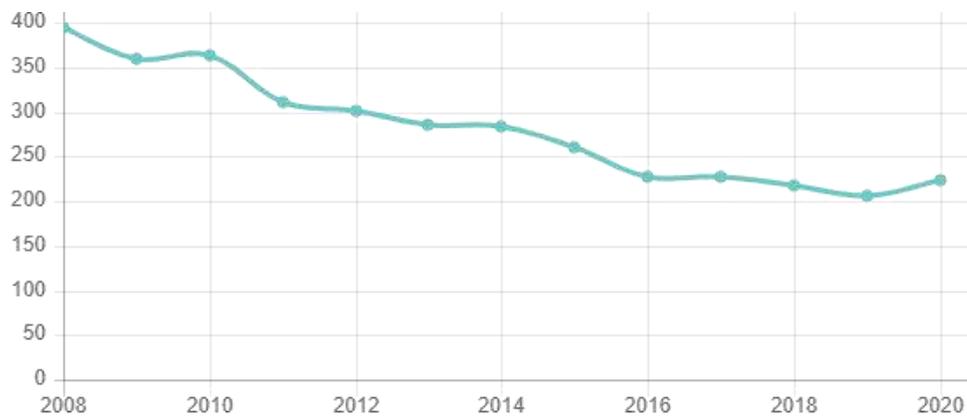
fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranos/panorama>

**Gráfico 3.** Ensino básico / Escolas / **Ensino fundamental** (Unidade: escolas): Serranos - MG



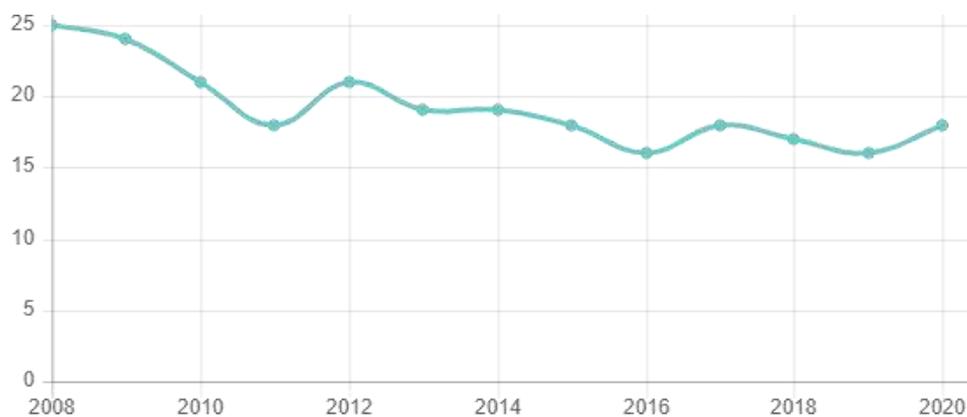
Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranos/pesquisa/13/78117?tipo=grafico&indicador=5950>

**Gráfico 4.** Ensino básico / Matrículas / **Ensino fundamental** (Unidade: matrículas) Serranos - MG.



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranos/pesquisa/13/78117?tipo=grafico&indicador=5908>

**Gráfico 5.** Ensino básico / Docentes / **Ensino fundamental** (Unidade: docentes): Serranos - MG.



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranos/pesquisa/13/78117?tipo=grafico&indicador=5929>

Quando comparamos os dados habitacionais, população urbana x população rural, com dados econômicos, e ainda com os dados de educação, podemos observar que o município conta com uma economia baseada majoritariamente na agropecuária, que quase 40% da população recebe ½ salário mínimo por mês (dados do IBGE com valores em 2010), que o número de escolas foi reduzido em 75%, e que o número de alunos matriculados e professores também vem caindo desde 2008. Estes dados nos indicam algo muito além de uma economia elitista e desigual, eles nos revelam que o sistema educacional do município está encolhendo e que aparentemente os resultados positivos elencados pela Nucleação Escolar não fazem o menor sentido.

Apesar de, aparentemente, a Nucleação Escolar trazer mais benefícios do que prejuízos para a formação dos alunos e para o desenvolvimento equânime e sustentável do município, após treze anos da desativação e fechamento das escolas rurais do município de Serranos há que se perguntar se realmente o projeto educacional implantado levou em consideração as características, socioculturais e ambientais peculiares tanto da população, como da região na qual o município se localiza, ou apenas as de interesses econômicos e políticos?

### **Articulação entre Natureza, Ensino, Aprendizagem, Território e Bem Viver**

Como articular Natureza, Ensino, Aprendizagem, Território e Bem Viver, no mesmo debate? Vamos começar pelo final, o Bem Viver (ACOSTA, A. 2016). Quando falamos sobre a vida há uma diferença muito grande entre sobreviver, viver e o Bem Viver. Então o que é o Bem Viver? Como escreveu Alberto Acosta (2021, p.32-33):

“O que está em jogo, aqui, não é a idealização de um melhor sistema de acumulação material. Tampouco é suficiente uma melhor distribuição e redistribuição de bens. Definitivamente, não se trata de fazer as mesmas coisas de sempre com mais eficiência, esperando que, agora sim, os resultados sejam satisfatórios. Menos ainda se busca propor uma série de ideias e consensos para disfarçar o sistema dominante.

O mundo precisa de mudanças profundas, radicais. Urge superar as visões simplistas que transformaram o economicismo em eixo da sociedade. Necessitamos outras formas de organização social e novas práticas políticas. Para obtê-las, é imprescindível despertar a criatividade e consolidar o compromisso com a vida, para não nos convertermos em meros aplicadores de procedimentos e receitas caducas.

O Bem Viver – ou melhor, os bons conviveres – é uma oportunidade para construir um mundo diferente, que não será alcançado apenas com discursos estridentes, incoerentes com a prática. Outro mundo será possível se for pensado e erguido democraticamente, com os pés fincados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza.”

Como articular essa prática com a Educação no/do Território? Será que a resposta está na cidade, no campo ou na Natureza? Ou na verdade não há resposta e sim um caminho, uma trajetória que conecta todas essas camadas? (TELLES, 2006) Seria possível uma educação híbrida, uma

intersecção, uma mescla de educação do/no campo ou agroecológica com a limitada e limitante educação urbana? Quais as ferramentas/conhecimentos que as crianças vão precisar para se tornarem adultos felizes, saudáveis e poder gozar do Bem Viver?

### **Algumas Considerações**

Consideramos que para chegarmos ao estado do Bem Viver é fundamental que o projeto pedagógico, o conteúdo programático (FREIRE, 1987) dialogue, conecte, relacione, o ser humano ao ambiente, ao território em que vive e, inclusive, aos outros seres vivos que também vivem ali, numa relação de profundo respeito e colaboração, na qual, a palavra Natureza traduz, sem esforço, a sensação de pertencimento, coletividade, equilíbrio e harmonia.

Apesar de, aparentemente, a Nucleação Escolar ter boas intenções, o conteúdo programático das escolas integrais - não consideramos integradas ainda (NASCIMENTO e DIAS, 2016) - mesmo que tenha objetivos de integrar o campo e a cidade, a natureza com a urbanidade e, a população do campo com a da cidade, ela foi pensada a partir de uma lógica urbana e por cidadãos urbanos, para aqueles que vivem nos e dos territórios rurais. Este conteúdo, ou projeto pedagógico, chega como modelos prontos, enquadrados, sem considerar peculiaridades e contextos (VASCONCELOS, 2020. p. 63).

Não podemos mais praticar uma sociedade cuja vida esteja pautada numa única realidade, estritamente urbana, é uma ilusão, uma segunda Natureza (LEFEBVRE, 2008), totalmente inventada pelo Ser Urbano. Não estamos defendendo a volta para as cavernas, muito menos abrir mão da tecnologia, mas sim uma intersecção desses universos, dessas camadas que ainda coexistem.

A vida, o que é natural, vem perdendo espaço, cada vez mais. Podemos construir um futuro no qual a floresta, a fauna, a flora, convivam em harmonia com a urbanidade, onde e quando a cidade se torne biodiver(c)idade<sup>3</sup>, retomando, ocupando e trazendo vida novamente aos espaços inúteis, abandonados, poluídos e degradados pelo ser humano (NASCIMENTO, 2000), e por isso mesmo desprezados, ou mesmo despercebidos, de tão banalizados (SANTOS, 1999), tornados inviáveis, muitas vezes, para outros seres vivos.

---

3. Neologismo para expressar a ideia de cidade diversas, inclusive biodiversas.

O próprio ambiente, que só existe quando há relações entre o território/espço e os seres vivos habitantes e transeuntes daquele lugar, bem como a manutenção da sua harmonia e equilíbrio, pode se configurar como território escolar, como sala de aula (HARRIS, 2017; NASCIMENTO e DIAS, 2016).

As áreas de preservação e os campos de cultivo podem ser integrados e se tornarem a fonte primária dos saberes, dos recursos de conhecimento e também os locais de aprendizado, nossas bibliotecas. As árvores, plantas e animais podem ser nossas professoras e professores (SIMARD, 2016).

O problema não seria o deslocamento físico, dos alunos - claro que numa periodicidade saudável e com meios de transporte e infraestrutura seguros, mas sim a estagnação do pensamento, das práticas e dos saberes num só modelo hegemônico, colonialista, exploratório, de ocupar e usar o território. Muito pelo contrário, o deslocamento físico pode enriquecer, criar e transformar histórias de vidas, das coisas e dos lugares. (TELLES, 2006).

Nem Urbano nem Rural, talvez (R)Urbano, mas seguramente na Natureza, pensada como Sujeito e ator e como Território Escolar, utilizando os Sistemas Agroecológicos Diversos como metodologia do ensino e aprendizado, pautado na conceito de Educação Integral, conciliados com a Arte e a Utopia podemos contribuir para impulsionar o processo do Bem Viver.

Utilizando técnicas, tecnologias e métodos que associam, conciliam e dialogam entre si, podemos entender melhor o planeta, o ambiente, a natureza e a nós mesmos. A partir desta compreensão é possível planejar o uso e a ocupação do território/solo no contexto educativo público rural para evoluir de forma equânime, em coletividade e em harmonia com o Cosmos.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Aos meus antepassados professoras e professores, in memoriam: bisavô Alvim Antônio Cardoso; avó Conceição Cardoso da Silva e prima Maria Stela Cardoso Vieira.

À orientadora Adriana Nascimento, à prima e amiga Alice Cardoso Ferreira, à professora Márcia Saeko Hirata; à colega de mestrado Maria Cristina P. Alves e ao Grupo de Pesquisa A.T.A./UFSJ.

## REFERÊNCIAS:

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literaria, Elefante, 2016. 272 p.
- BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. **A “Sexta Extinção” e suas relações com o conceito de biodiversidade: uma análise histórica**. Revista Dia-Logos, v. 12, n. 2, p. 118-131, jul.-dez. 2018.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Capítulo 3. **A dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade**. pag. 44 - 69. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- HARRIS, F. **Outdoor learning spaces: The case of forest school**. Area. 2018;50:222–231. <https://doi.org/10.1111/area.12360> acesso em 07/06/2021
- IBGE, Cidades, Serranos. in: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranos/panorama> acesso em 07/06/2021.
- LABPROJ, UFG. **Expedição Catástrofe: por uma arqueologia da ignorância**. in: <https://labproj.goias.ufg.br/n/112114-lancamento-do-livro-expedicao-catastrofe-por-uma-arqueologia-da-ignorancia> acessado em 07/06/2021.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins e Revisão Técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. in: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11841-rceb002-08-pdf&category\\_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11841-rceb002-08-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192) acessado em 07/06/2021.
- NASCIMENTO, Adriana; DIAS, Alice A. S. **Tempos e espaços educativos em questão. A especificidade do Município de SJDR na Região das Vertentes face aos desafios do Programa Mais Educação**. IN: Educação (em tempo) integral: diálogos entre a universidade e a Educação Básica. BH: Fino Traço Editora, 2016.
- NASCIMENTO, Adriana. **DEGRADAÇÃO URBANA: QUESTÕES SOBRE SUA PERMANÊNCIA OU TRANSITORIEDADE. O Caso da Zona Portuária do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 120. 2000.
- SANTOS, Milton, (1996). **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 3ª edição, 1999a.
- SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise**. In: Cadernos IPPUR (p.15-25), Ano XII, n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1999b.
- SERRANOS, Prefeitura Municipal. in: <https://serranos.mg.gov.br/> acessado em 07/06/2021
- SIMARD, Suzanne. **How trees talk to each other**. in: [https://www.ted.com/talks/suzanne\\_simard\\_how\\_trees\\_talk\\_to\\_each\\_other](https://www.ted.com/talks/suzanne_simard_how_trees_talk_to_each_other) acesso em 22/07/2016.
- TELLES, Vera da Silva. Nas tramas da cidade : trajetórias urbanas e seus territórios. Capítulo 2. **Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade**. São Paulo : Associação Editorial Humanitas, 2006.
- VASCONCELOS, Joana Salém. **O lápis é mais pesado que a enxada: Reforma agrária no Chile e pedagogias camponesas para a transformação econômica**. 2020. São Paulo - FFLCH - USP. Tese de Doutorado. USP.

## **Corpografias urbanas. Interações e narrativas dos sujeitos urbanos da Praia do Canto, Vitória/ES.**

*Urban corpographies. Interactions and narratives of urban users in Praia do Canto, Vitória/ES.*

JORGE, Liziane de Oliveira

*Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora Adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, lizianej@gmail.com*

PIASSI, Giovanna Souza

*Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, giovannapiassi01@gmail.com*

MARCONSINI, Cynthia

*Doutora em Arquitetura, Professora titular do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade da Universidade Vila Velha, pesquisadora do Grupo SCP | Sistemas Contemporâneos de Projeto, c.marconsini@gmail.com*

### **RESUMO**

O presente trabalho pretende decifrar a coreografia dos sujeitos que transitam pelas ruas movimentadas da Praia do Canto, bairro tradicional da cidade de Vitória, e compreender as formas de interação e apropriação urbana, e os tipos urbanos recorrentes. O trabalho identifica alguns elementos da ambiência urbana que favorecem a interação e a cordialidade urbana. Adota métodos de análise comportamental, rastreamento dos usuários e vídeos etnográficos, de modo a identificar personagens típicos que refletem formas de interação, padrões de comportamento e atributos físicos dos lugares. A partir da observação sistemática de pontos estratégicos de vias selecionadas, o trabalho apresenta relatos de campo na forma de narrativas dos sujeitos, dando vida aos personagens urbanos, ilustrados em croquis autorais, trazendo à tona, de forma poética, comportamentos, gestos e costumes praticados no espaço público. Foram constatados, nos espaços públicos selecionados, os agentes catalizadores e os obstáculos à interação humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** comportamento, corpografia, apropriação urbana, etnografia urbana, caminhabilidade.

### **ABSTRACT**

*This work intends to decode the choreography of the subjects who walk through the busy streets of Praia do Canto, a traditional neighborhood in the city of Vitória, and to understand the forms of interaction and urban appropriation, and the recurrent urban types. The work identifies some elements of the urban ambience that strengthen interaction and urban cordiality. It adopts behavioral analysis methods, user tracking and ethnographic videos, in order to identify typical characters that reflect forms of interaction, behavior patterns and physical attributes of places. From the systematic observation of strategic points of the selected streets, the work presents field narratives that give life to urban characters, illustrated in original sketches, bringing to light, in a poetic way, behaviors, gestures and customs practiced in the public space. In the selected public spaces, catalyst agents and obstacles to human interaction were found.*

**KEY-WORDS:** behavior, corpographies, urban appropriation, urban ethnography, walkability.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho transcende a abordagem dos estudos urbanos tradicionais para incorporar o estudo da cidade enquanto espaço habitado, pulsante, centrado nos sujeitos que vivenciam a cidade e ressignificam os lugares. Reúne conceitos e procedimentos de autores emblemáticos que se debruçam sobre o debate acerca da experiência da cidade através dos sentidos.

A reflexão sobre a experiência dos sujeitos está presente no escopo de diversos campos disciplinares tais como a etnografia urbana, a corpografia, a habitabilidade urbana, a sociabilidade urbana, a urbanidade, dentre outros. A corpografia urbana, defendida por Jacques (2006, p. 119) como “a memória urbana no corpo, o registro de sua experiência da cidade” é o pilar essencial que define que os lugares ganham ambiência e sentido através das apropriações dos habitantes.

Os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam no cotidiano que os atualizam. São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano (JACQUES, 2006, p.120).

O ato de habitar, defendido por Pallasmaa (2017) como o modo básico de alguém se relacionar com o mundo, transcende o espaço de foro íntimo. Para o autor, habitar pressupõe considerar o lar para além dos seus limites físicos, pressupõe incorporar uma atitude corpórea com o mundo, em mente e consciência, evocar memórias, sonhos e desejos, evocar a ontologia do ser, a própria identidade de cada um. Nesse sentido, os sujeitos urbanos convertem o espaço urbano numa extensão do ser, percebendo o mundo através de uma atitude fenomenológica com o espaço, em corpo e consciência. Para Pallasmaa, (2017, p. 49) a “cidade tátil” é aquela capaz de “nos acolher como cidadãos, autorizados a participar do seu cotidiano”, capaz de evocar emoções e sentimento de empatia.

“É nos locais públicos que a vida urbana e tudo aquilo que a distingue das outras formas de convivência humana atingem sua mais completa expressão, com alegrias, dores, esperanças e pressentimentos que lhe são característicos” (BAUMAN, 2009, p. 70). É no espaço público que persiste a noção de anonimato, liberdade, pluralidade, bem como onde se situam os atrativos da vida urbana. Dotados de uma dose de atração e rejeição, exibem práticas e costumes de uma vida urbana satisfatória ao mesmo tempo em que abrigam locais vulneráveis e inseguros (BAUMAN, 2009). Para o autor, um ambiente urbano estimulante e frutivo deve “criar uma série de usos alternativos, agindo como catalisadores, e não como barreiras para a interação humana” (BAUMAN, 2009, p. 72). Esse pensamento está no cerne das premissas de Jacobs (2000), ao enumerar atributos essenciais de diversidade urbana capazes de estimular a caminhada e o uso das calçadas: i. multifuncionalidade de usos, o que pressupõe a

presença de pessoas por motivos diferentes e em distintos horários; ii. quadras curtas, para maior oportunidade de acessos; iii. combinação de edifícios com idades e estado de conservação variados; iv. densidade alta de pessoas de modo qualificado pois, “quanto mais variada e concentrada for a diversidade de determinada área, maior a oportunidade para caminhar” (JACOBS, 2000, p. 254).

Merece destaque a pesquisa desenvolvida por Jean Paul Thibaud (2013), que defende que a ambiência é uma construção revelada a partir das condutas motoras e corporais dos usuários, experienciada a partir de uma atitude fenomenológica com o lugar. O autor elucida o passante, em suas condutas motoras, como um revelador e um gerador de ambiências, reflexo não somente de suas próprias atitudes, mas também da influência do que está ao seu redor. “A pertinência dessas observações se revela não apenas nas próprias ações práticas, no que fazem os passantes na praça, mas também em seus modos de ser, na maneira como realizam o que estão fazendo e interagem com outros” (THIBAUD, 2013, p.104). Thibaud explora a leitura dos corpos em movimento, a linguagem dos passantes, e propõe uma abordagem etológica das ambiências. Em suma, a observação sistemática dos pedestres em percursos repetidos permite interpretar gestos, atividades, expressões, encontros, incidentes e fatos, em suma, revelar diferentes maneiras de se relacionar com a ambiência. O autor propõe uma cartografia dos percursos repetidos através dos registros de campo, acompanhada de relatos de percurso que sedimentam, preferencialmente, condições sensório-motoras e evidenciam a dinâmica dos fluxos e movimentos.

Adota-se, como ponto de partida para a compreensão dos papéis sociais e seus rituais, a narrativa de Jacobs (2000) acerca da liberdade da cidade, e a sua correlação com a complexidade de uso do espaço público das calçadas que traz consigo uma sucessão permanente de olhos. Para a autora, há uma ordem complexa entre movimento e mudança nas formas de uso das calçadas que é poeticamente denominada de dança ou balé, à luz de uma conceituação artístico-formal da cidade:

Podemos chamá-la, na fantasia, de forma artística da cidade e compará-la à dança - não a uma dança mecânica, com os figurantes erguendo pernas ao mesmo tempo, rodopiando em sincronia, curvando-se juntos, mas a um balé complexo, em que cada indivíduo e os grupos têm todos papéis distintos, que por milagre se reforçam mutuamente e compõem um todo ordenado. O balé da boa calçada urbana nunca se repete em outro lugar, e em qualquer lugar está sempre repleto de novas improvisações. (JACOBS, 2000, p. 52)

Essa sinergia que envolve a vida social urbana é composta de situações. Segundo Hannerz (2015, p.98),

Indivíduos participam dessas situações buscando realizar uma certa faixa de objetivos. Podemos, portanto, dizer que sua participação nas situações consiste de envolvimento situacionais propositalis [...] Relacionamentos surgem quando um indivíduo influencia e/ou é influenciado pelo comportamento de um ou mais outros indivíduos na situação, e o comportamento visível é, assim, uma dimensão do envolvimento situacional.

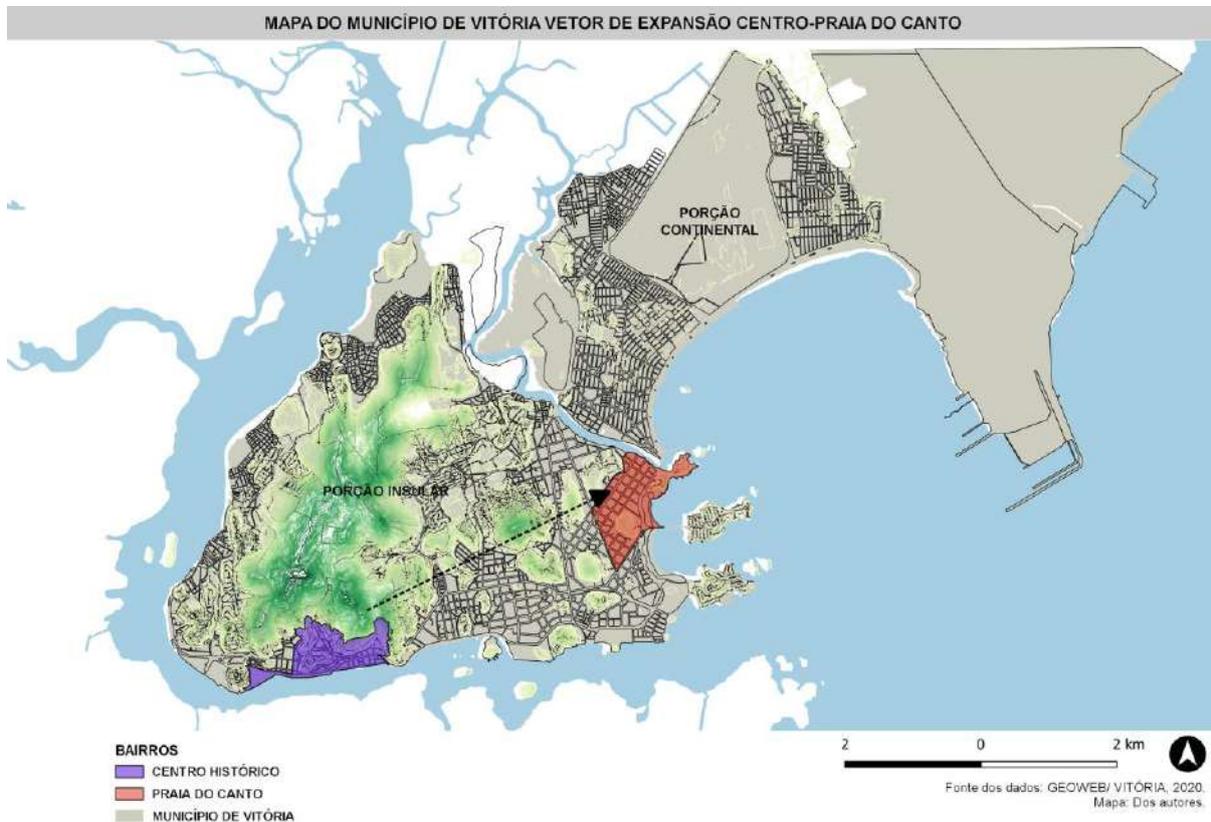
Convém compreender, entretanto, que indivíduos diferentes podem assumir comportamentos semelhantes ou padronizados diante de situações comparáveis. Isso significa afirmar que desempenham o mesmo papel (HANNERZ, 2015). Em um contexto mais amplo, há um inventário de papéis que correspondem à totalidade de tipos de envolvimento entre os membros de uma comunidade ou de uma sociedade. Essencialmente, uma cidade ocidental moderna dispõe de um inventário de papéis distribuídos em cinco setores essenciais (HANNERZ, 2015, p. 99): i. lar, domesticidade; ii. abastecimento; iii. recreação; iv. vizinhança; v. tráfego.

Este trabalho busca, a partir da observação minuciosa dos sujeitos urbanos em lugares com grande sinergia de atividades (essencialmente calçadas públicas urbanas), a identificação de indivíduos representativos em cada um dos setores listados acima. Esses sujeitos são expoentes significativos que desempenham papéis sociais recorrentes no lugar de pesquisa, e ganham vida através das narrativas urbanas e dos croquis das ambiências. O trabalho busca, sob o prisma da etnografia urbana, reconhecer os atores sociais que vivenciam o balé das calçadas e a liberdade de deambular pela cidade. Adota-se, como estudo de caso, o bairro Praia do Canto, localizado na porção leste da ilha de Vitória/ES, conhecido pelos seus atributos de diversidade e qualidade de vida urbana e bons atributos de caminhabilidade, definição cunhada por Bradshaw (1993), como forma de motivar as pessoas a restabelecerem suas ligações com as ruas dos bairros, reconstruindo, assim, o espaço físico e social comum.

## **2 O BAIRRO PRAIA DO CANTO**

O bairro Praia do Canto tem a sua origem a partir do Projeto Novo Arrabalde (1896), desenvolvido ao final do século XIX, pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864-1929). À época, o Projeto representou a indução da expansão da malha urbana rumo à região das praias, localizadas na porção nordeste da ilha de Vitória (Figura 1). Segundo Campos Júnior (1996, p. 20), o loteamento Novo Arrabalde significou um projeto de expansão urbana de Vitória que, em 1895 e pretendia sextuplicar o tamanho de Vitória, capital do estado (Figura 2). O viés sanitário do projeto foi um objetivo máximo a ser atendido:

Além do traçado primoroso, e dentro de toda técnica existente da época, o projeto previa o suprimento de água aproveitando vertentes próximas, o que o tornaria barato e exequível. Por outro lado, também estipulava o fornecimento de iluminação a gás, através de canalização a estender-se desde o centro até o bairro. Por todas as maneiras, planejava-se um bairro dotado das melhores condições de higiene e salubridade, prevendo-se na nova área de expansão da cidade resolver o maior problema urbano daquele momento - o saneamento. (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 154)



**Figura 1 - Município de Vitória. Malha urbana e Vetor de expansão sentido Centro histórico-Praias.**  
**Fonte: Dos autores, 2020.**

Os atributos naturais e paisagísticos, denominados pitorescos, foram determinantes para a identidade urbana e paisagística do bairro, contemplada por marcos visuais naturais, praias bucólicas e ideários positivistas. O bairro planejado, de feições modernas, só foi ocupado a partir da década de 1930, com a chegada da infraestrutura urbana e da ampliação das linhas transporte coletivo por bonde. As características morfológicas do bairro sinalizam a visão prospectiva do autor, ao preconizar vias com clara hierarquia, distribuída entre avenidas de 28 metros de largura, e vias internas de 21 metros de largura; lotes com duas dimensões padrão: 14x42m e 21x42m; quarteirões predominantemente retangulares, com a média de 98x63m; espaços livres de uso público e equipamentos (BOTECHIA e BORGES, 2018).

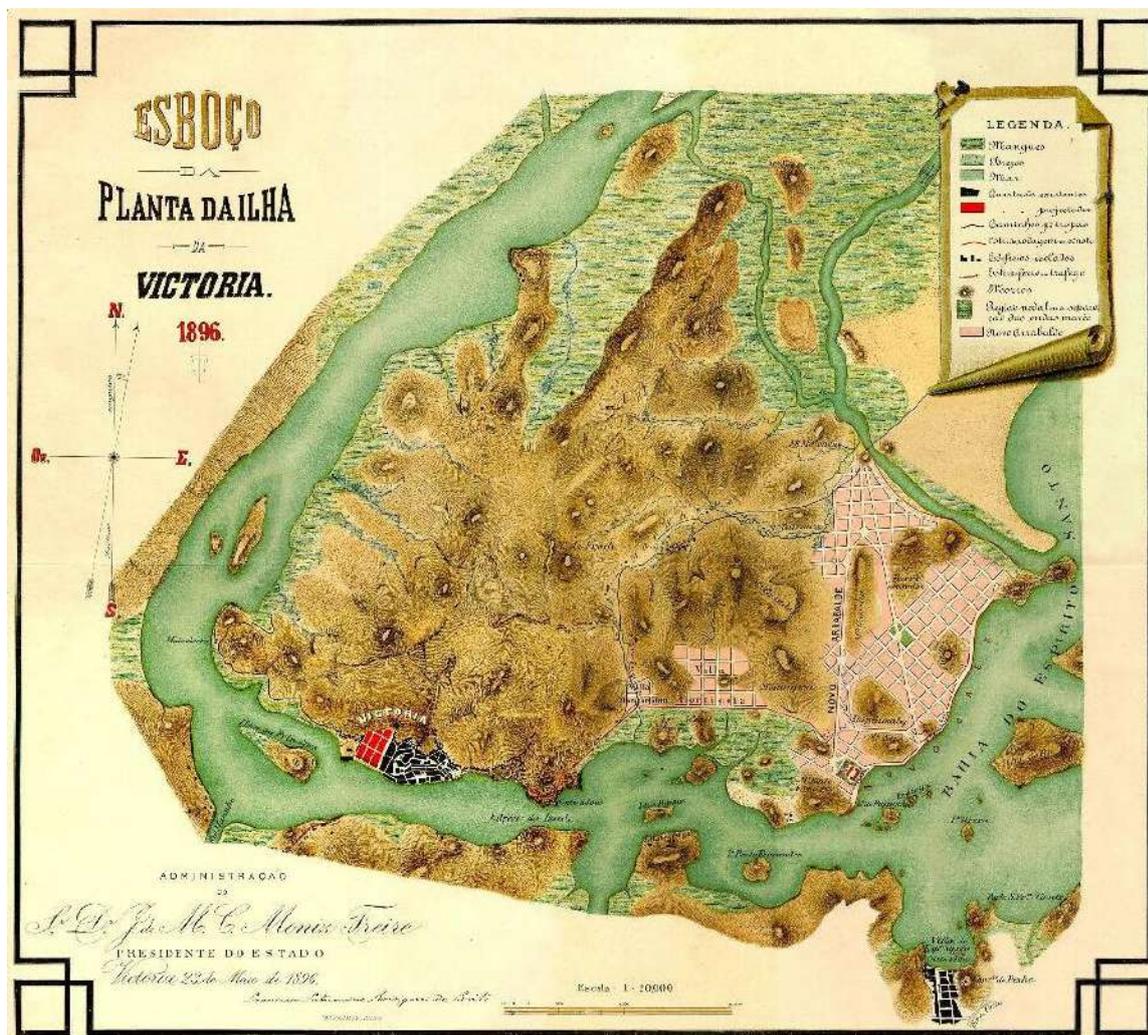


Figura 2 - Planta Ilha de Vitória, de 1896, com a inserção do loteamento Novo Arrabalde na porção leste.  
Fonte: Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/bcuna25.jpg>. Acesso em mar. 2020.

Ao longo do século XX, o bairro passou pela intensificação do processo de ocupação, entretanto, as características físicas do traçado da Praia do Canto, como atestam Botechia e Borges (2018), foram respeitadas até os dias de hoje. Essa virtude do projeto vocacionou, a partir da década de 60, a intensificação do uso residencial multifamiliar e, anos mais tarde, a renovação de casas e chácaras por novos edifícios condominiais. O processo de verticalização, adensamento e valorização imobiliária do bairro foram intensificados, segundo Mendonça et. al. (2009), a partir da década de 1980, em parte motivada pela aprovação do Plano Diretor Urbano Municipal de 1984, e pelas facilidades de crédito para o financiamento habitacional. Concomitante ao processo de verticalização é a inserção do uso comercial para atender não apenas as necessidades do bairro, mas também das áreas circunvizinhas e de toda a cidade de Vitória. Ocorre uma especialização funcional de comércio e serviços que se

mantém até os dias de hoje, como a presença de lojas de comércio varejista, lojas de grife, alimentação, clínicas médicas, edifícios empresariais e de escritório, shopping centers de menor porte, comércio noturno de bares, restaurantes e entretenimento. Esse estímulo às atividades comerciais foi consecutivamente incentivado através dos Planos Diretores, bem como o surgimento de edifícios de uso misto. Esse uso permitiu uma variabilidade de residências, comércios e serviços, e, conseqüentemente, a criação de lugares ativos durante diversos períodos ao longo do dia. Sendo assim, formou-se no bairro uma centralidade que atrai pessoas de diversos locais.

Os dados mais recentes, disponíveis pela Prefeitura Municipal de Vitória apontam a Praia do Canto como detentora de 7,93% de todas as atividades econômicas do município de Vitória. Ao todo, são mais de doze mil atividades distribuídas entre atividades de serviço, comércio, indústria e pesca. Do total, 56,57% do setor de atividade econômica do bairro é formado por atividades de serviço e 41,51% por comércio.

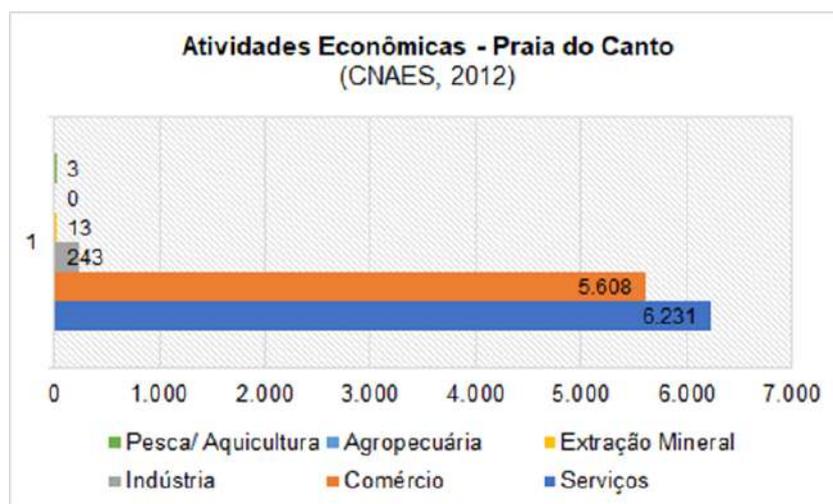


Gráfico 1 – Distribuição das atividades econômicas do Bairro Praia do Canto.

Fonte: Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAES- PMV/ ES, 2012. Gráfico dos autores.

A distribuição do uso do solo no bairro (Figura 3) evidencia que 51,46% da ocupação dos lotes destina-se aos usos de comércio e serviço, e 43,63% ao uso residencial, seja na forma unifamiliar ou multifamiliar. Há uma baixa expressividade em estabelecimentos institucionais, com destaque para uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Irmã Maria Horta”, com 1076 alunos matriculados no Ensino Médio, além de cursos técnicos, algumas igrejas tradicionais, creches e escolas particulares. Os espaços livres de uso públicos são quase inexistentes no interior do bairro, e concentram-se na orla, com destaque o Parque Von Schilgen, área de preservação ambiental e Praça dos Namorados, repleta de espaços de esporte e lazer, clube com marina privada, além de praia urbana

com equipamentos, conquistada na década de 70 através de aterros promovidos pelo Estado, fator que impulsionou ainda mais a valorização do bairro.

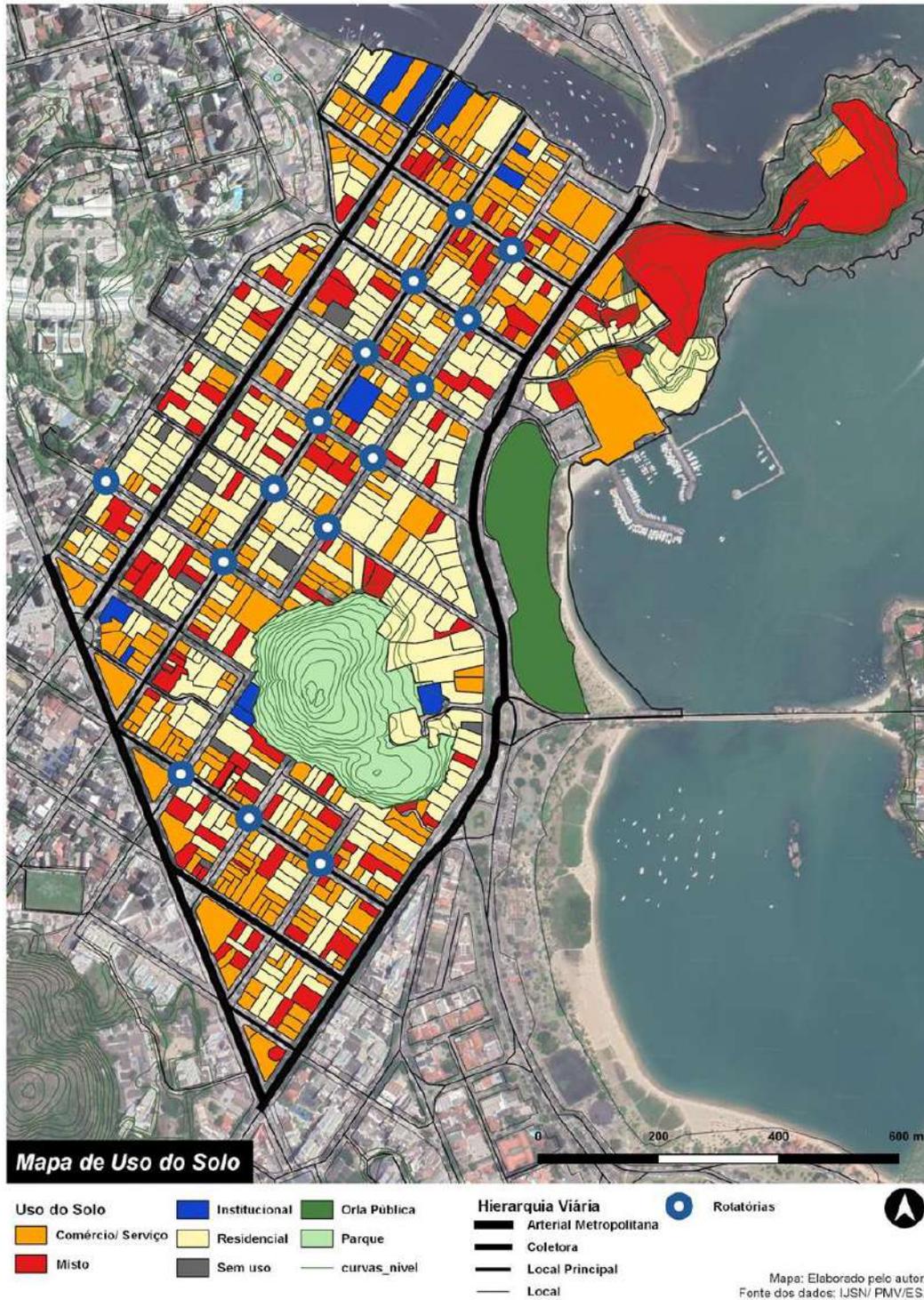


Figura 3 – Mapa de Uso do Solo urbano do bairro Praia do Canto.  
Fonte: Dos autores, 2020.

### 3 METODOLOGIA

Adota-se, com objeto de pesquisa, o mapeamento dos sujeitos que transitam pela rua Chapot Presvot, selecionada à luz de sua potencialidade na rede topológica no bairro Praia do Canto, pela alta polarização e conectividade (Figura 4). A comprovação da sua relevância advém de pesquisa prévia realizada para todo o bairro Praia do Canto, realizada pelo Grupo SCP, a partir da aferição do índice de caminhabilidade do bairro. Há uma profusão de usos mistos, múltiplos acessos aos estabelecimentos, estratégias de *traffic calming* que desincentivam a velocidade dos veículos e priorizam os pedestres, muitas travessias consolidadas com sinalização horizontal, rampas de acessibilidade, passeios nivelados, esquinas com alargamento de passeios e uma arborização que favorece a caminhada.



Figura 4 - Trecho selecionado para a pesquisa de campo, com identificação dos usos, do gabarito e das rotatórias.  
Fonte: Dos autores, 2020.

O método utilizado envolve a seleção de um conjunto de técnicas da área ambiente-comportamento (GEHL, 2018; THIBAUD, 2013) como mapeamento, traçados, diários, observações diretas, contagens, fotografias e filmagens, examinando os corpos em movimento e as formas de uso do espaço urbano. Empregadas em associação, as técnicas são aplicadas de forma consecutiva, em visitas de campo aos lugares selecionados, em dias e horários estratégicos, de forma a observar atentamente a conduta dos usuários, com a geração de produtos que associam croquis analógicos e digitais, registros sobre mapas

a partir de técnicas observacionais, cartografia dos percursos e atividades, fotografias sequenciais de usuários em movimento e produção de vídeos.

O trabalho adota métodos e técnicas de cunho etnográfico, observacional, sem a interlocução com os sujeitos que habitam o lugar. O vídeo compreende a filmagem ininterrupta de pontos estratégicos da via por 15 minutos ininterruptos, em horários de fluxo distintos e diferentes particularidades, escolhidos pela sua intensidade, portanto 8h às 9:30; 12h às 14h e 17h às 18:30 - horários que também refletem o tempo de observação comportamental. O vídeo é um poderoso instrumento para a verificação apurada das coreografias urbanas, permite captar detalhes, sons, movimentos e características físicas que se esvaem no trabalho de campo. Posteriormente, narrativas são construídas a partir da seleção e observação de sujeitos urbanos específicos. Procede-se, ainda, o rastreamento dos sujeitos, de modo a acompanhar os percursos, movimentos e interações que caracterizam a vivência no bairro. Simultaneamente, são feitas anotações de campo em um diário, de modo a reunir o máximo de informações daquela personagem.

#### 4 RESULTADOS

Os vídeos e a observação demandaram três dias de trabalho de campo, com a presença de três pesquisadores, com tarefas distintas: dois pesquisadores registravam as filmagens com duração de 15 minutos, simultaneamente, em diferentes pontos de observação e o terceiro efetuava as anotações e croquis de campo (Figura 5).



Figura 5 - Trecho selecionado para a pesquisa de campo, com a localização dos pontos de filmagem e observação.  
Fonte: Dos autores, 2020.

Foi possível a apreensão de atividades específicas e diferentes comportamento em função dos turnos definidos i.8h às 9:30 - pessoas indo para o trabalho em distintos modais, movimentação de abertura do comércio, passeios matinais de crianças e idosos; ii.12h às 14h - movimentação devido o horário de almoço, pessoas voltando ao trabalho, outros indo almoçar, jovens chegando à escola Maria Horta para o início das aulas, preparação de alguns vendedores informais para passar o restante da tarde, compras no comércio; iii.17h às 18:30 - pessoas saindo do trabalho, lojistas se preparando para fecharem as lojas, passeios noturnos com cachorros e crianças, jovens saindo da escola Maria Horta - grande movimentação de carro e alunos em períodos curtos e concentrados, trânsito de veículos acentuado e retenções de fluxos nas vias e rotatórias e ciclistas, muitas pessoas nas padarias e estabelecimentos de alimentação.

A partir dos dados de campo, procedeu-se a identificação de tendências e a classificação dos percursos etnográficos conforme as categorias enumeradas por Hannerz (2015, p. 99): i. lar, domesticidade; ii. abastecimento; iii. recreação; iv. vizinhança; v. tráfego. Ao mesmo tempo, as narrativas de cada “personagem” foram elaboradas por diferentes pesquisadores conforme uma percepção subjetiva dos movimentos e interações, acompanhadas por croquis de campo que ilustram de maneira lúdica o momento em questão. Para este trabalho, foram selecionadas duas personagens e croquis (uma das interações de tráfego e outra das interações de vizinhança), como forma de ilustrar o método proposto.

### **Interações de Tráfego**

São interações dispersas que não absorvem o caráter de relacionamento (HANNERZ, 2015). Compreendem situações de deslocamento em que os sujeitos se encontram na condição de pedestres ou ciclistas, compatibilizando o uso das calçadas e das faixas de percurso, de modo a evitar colisões e obstruções. Uma vez que os usuários também cruzam as vias, suas interações também envolvem formas de deslocamento nas travessias de pedestres e atenção aos veículos automotores.

O uso da bicicleta tem se tornado cada vez mais importante como um modal urbano que promove a saúde e a proteção do meio ambiente. Para Gehl e Svare (2017), à medida que as condições dos ciclistas melhoram, uma nova cultura de bicicletas se consolida. Foi observado no trabalho de campo e em análises da rede cicloviária do município, uma realidade bem diferente da necessária. Faz-se presente em suas interações de tráfego, diversos obstáculos e, devido à ausência de uma via destinada para tal, idosos, crianças, famílias, outros ciclistas, mobiliários, árvores, automóveis se entrelaçam em um emaranhado desordenado ocasionando contratempos durante o percurso ciclístico pelo bairro.

*Narrativa - Ciclista e pedestre*

Dia: 18/02/2020/ Tempo de observação: 10:00 - 10:15/ Local: Calçada da rua Chapot Presvot entre a Aleixo Netto e Joaquim Lírio (Croqui ilustrativo na Figura 6).



**Figura 6 – Croqui ilustrativo das personagens que ilustram a narrativa “Ciclista e Pedestre”.**  
**Fonte: Dos autores, 2020.**

São 10hs da manhã desta terça ensolarada de fevereiro. A moça guia o seu cão tranquilamente em um passeio matinal. Vira a esquina, olha rapidamente a banca de frutas situada em frente à padaria sem interromper o trajeto até que, de repente, olha para trás pensativa, para e recua como se lembrasse precisar de algo. Troca poucas palavras com o vendedor da banca de frutas, sai com uma sacola pequena. Continua o percurso pela calçada. Às suas costas, se aproximam dois ciclistas também sobre a calçada. O primeiro é um jovem adulto de traje social: camisa xadrez de botão de manga curta, jeans escuro, sapatênis e mochila preta. O segundo é um jovem entregador ciclista, com bermuda clara, camisa de manga comprida ajustada ao corpo, tênis preto, headphone e a caixa grande nas costas. Sua pressa é evidente, bloqueia o ciclista da frente na tentativa de ultrapassar pela calçada. Nesse exato momento, a natureza se impõe como obstáculo, a árvore de grande porte e a sua cova são espaçosas, reduzem a calçada e espremem os três usuários no momento do conflito. O primeiro ciclista recua, a moça olha subitamente a cena de relance e puxa bruscamente o cachorro pela coleira ao avistar o ciclista apressado no ato da ultrapassagem e este, por sua vez, vence a corrida de obstáculo ao adentrar a cova, sobrepôr a bicicleta sobre as raízes e atingir o seu objetivo. Agora na frente, prossegue mais agilmente na tarefa de entrega, o outro ciclista prossegue com cuidado e também ultrapassa a mulher com o cachorro (Das autoras, 2020).

## Interações de Vizinhança

Se a propensão para algum modo de pensamento ou ação espalha-se, só a cidade pode ter um número suficiente de pessoas interessadas para lhes dar uma chance maior de se reunirem para interagir sobre aquilo que elas compartilham. E entre todas as pessoas acessíveis na cidade elas podem se escolher uma a outra como parceiras a bem dessa oportunidade. Essa interação pode levar tanto à estabilização do ponto de vista ou tipo de comportamento envolvido (já que agora ele desfrutaria de apoio do grupo) e a seu maior desenvolvimento cumulativo. Aquilo que podem ser interesses latentes ou meramente visíveis de um ou de poucos indivíduos em uma comunidade menor, em outras palavras, pode ser amplificado e elaborado quando muitas pessoas com ideias afins estão presentes. A noção de “contágio social” de Robert Park mostra que ele estava ciente desse fato. É normalmente na cidade maior que encontramos não apenas o único pianista, mas uma cultura ocupacional de músicos, não só um dissidente político silencioso, mas uma seita ou movimento organizado ao redor de uma ideologia, não um homossexual solitário, mas sim uma cultura gay. (HANNERS, 2015, p. 109)

As relações de vizinhança, representadas pela “proximidade e contato entre vizinhos são as bases para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida cidadina” (PARK, 1967, p.30). Essas relações acontecem a partir de uma espontaneidade local, com algumas individualidades que surgem no cerne da comunidade. As relações de vizinhança operam em uma escala de natureza local, com o reconhecimento de valores, hábitos e costumes dos sujeitos que habitam a cidade.

### *Narrativa - Passeio acompanhado de idosa*

Dia: 18/02/2020/ Tempo de observação: 09:00 - 09:15/ Local: Esquina das ruas Aleixo Neto com a Chapot Presvot (Ilustrada no croqui da Figura 7).

A senhora passeia atentamente com a acompanhante pela calçada. Aparenta ter mais de 80 anos. Corpo esguio, levemente encurvado, roupas confortáveis. Camisa de algodão branca com os ombros de fora e bermuda na altura do joelho. Chinelo de couro com faixas que entrecruzam. A pele clara reforça as veias azuladas. Cabelos lisos, presos em um dos lados, fivela invisível. Semblante sereno. Sua companhia é uma mulher negra de meia idade, alta, pernas longas, sorriso largo e óculos grossos. Carrega uma sacola na mão direita. Anda lentamente, com passos curtos, olhar atento. Braços dados, sorriso discreto. No meio da quadra, a atenção se volta para o espaço privado. No interior das grades há um jardim. Aponta para alertar a exuberância da natureza. Prossegue agora de mãos dadas olhando as vitrines. Na esquina, espaço de espera. Acomodam-se nos bancos adossados à loja que ainda não abriu. Ruídos de cortinas de ferro. São nove da manhã. Ignoram completamente as vitrines. O momento é de contemplar a rua, os passantes. A senhora está sentada de pernas cruzadas, a acompanhante acomoda-se no banco diagonalmente à rua com pernas cruzadas e costas apoiadas na parede da loja. Interação com outra mulher que varre a calçada. Pausa temporária para o bate-papo. Vassoura de piaçava, já cumpriu a sua tarefa, agora serve de suporte para os braços perpendiculares ao corpo. As pernas se movem para buscar apoio no degrau, nível elevado dos bancos. Uma quarta pessoa se aproxima. A mulher de vestido curto branco senta-se no outro banco que compõe o conjunto em “L”, mirando a vitrine. Ouvidos atentos à conversa, o corpo agora levemente voltado para as primeiras. Interage ocasionalmente. Uma quinta mulher se aproxima. Anda com dificuldade, pernas afastadas, eixo do corpo pendular, jornal do dia comprado na banca de revista. Cumprimenta o grupo. Toca no ombro da mulher com a vassoura por duas vezes, conta algo por apenas um minuto, risos, se vira e atravessa a rua pela faixa de pedestres. A senhora abana o rosto com um lenço branco. A acompanhante abre a sacola e bebe um gole de água da garrafa de plástico transparente. Dia ensolarado, 31 graus. Uma sexta pessoa se aproxima, contempla a vitrine, toca a maçaneta, ainda não abriu, mãos na cintura, semblante de descontentamento, parte em retirada. Dispersão após 25 minutos. O grupo se desfaz, as primeiras a saírem são a moça de vestido curto e a mulher com a vassoura. A primeira segue pela calçada e a segunda adentra o estabelecimento comercial. A senhora se levanta, alisa

a blusa, passa a mão no cabelo e novamente segue de braços dados com a acompanhante. Viram na outra esquina. Desaparecem. Cheiro de almoço no ar. Ainda são nove e meia (Das autoras, 2020).



Figura 7 – Croqui ilustrativo das personagens que ilustram a narrativa “Passeio acompanhado de idosa”.  
Fonte: Dos autores, 2020.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho emprega um método de trabalho que retira os cidadãos do anonimato urbano, para compreender “de perto e de dentro”, expressão instituída por Magnani (2002), as conexões dos indivíduos em seus trajetos habituais, que revelam um mapa de deslocamentos pontuados por contatos significativos do cotidiano, como trabalho, lazer, práticas religiosas, tudo aquilo que pode ser capturado pelo ambiente urbano. Compreende a identificação de padrões de comportamento variados que são motivados pela ambiência urbana.

A narrativa de percurso, apresentada neste artigo para duas interações - de tráfego e de vizinhança - restitui o percurso do passante, a sua cronologia e interações. É uma forma de registro que humaniza os pedestres anônimos. A cena, ilustrada na forma de croqui é mais um instrumento para apurar o olhar.

O trabalho buscou interpretar o tipo de interação dos sujeitos ao longo dos percursos, avaliando o corpo e a motricidade: o modo de sentar, o andar apressado, o olhar atento, os obstáculos ao longo do caminho, as interações com outras pessoas, o comportamento de risco nas travessias. Do mesmo modo, evidenciou as condições ambientais que condicionam, restringem e favorecem a interação e a vida urbana: a presença de

calçadas largas, a disponibilidade de mobiliário urbano, a probabilidade de encontrar um conhecido, a oportunidade de apreciar as vitrines e sentar em um café na calçada. A pesquisa comprovou que o bairro Praia do Canto reúne atributos qualitativos que fortalecem interações de vizinhança e contato social, mas também absorve conflitos referentes à mobilidade ativa. O método, pode ser empregado em outros trechos e bairros, como forma de reconhecer os agentes catalizadores e os obstáculos à interação humana.

## 6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal do Espírito Santo e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo pelo estimado auxílio financeiro concedido através de bolsa de Iniciação Científica para a realização desta pesquisa, no âmbito da pesquisa coordenada pelo Grupo SCP, da Universidade Vila Velha, EDITAL FAPES No 03/2017 – UNIVERSAL, Termo de Outorga 189/2017.

## 7 REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BOTECHIA, Flavia Ribeiro; BORGES, Heraldo Ferreira. Novo Arrabalde aos pedaços: o quebra-cabeças das plantas de loteamento de Saturnino de Brito. In: Congresso Pnum 2018 - A produção do território: formas processos e desígnios, 2018, Porto - Portugal. Pnum 2018 - A produção do território: formas processos e desígnios. Porto: U.Porto, 2018. v. 01. p. 1068-1083.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O Novo Arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. *Vida na cidade. Como estudar*. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade. Em busca de uma antropologia urbana*. Petrópolis: RJ: Vozes, 2015.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (Obra originalmente publicada em 1961).
- JACQUES, Paola B. Elogio aos Errantes: a arte de se perder na cidade. In: JACQUES, Paola B.; JEUDY, Henry Pierre (org.). *Corpos e cenários urbanos: Territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA/FAUBA, 2006.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>. Acesso em ago. 2020.
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza et. al. *Cidade prospectiva: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória*. Vitória: EDUFES; São Paulo: Annabume, 2009.
- PALLASMAA, Juhani. *Habitar*. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.
- PARK, Robert Ekkr. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 25 - 66.
- THIBAUD, Jean-Paul. *Ambiências de passagem – figuras, condutas, medidas*. In: DUARTE, C. R.; VILLANOVA; R. de (org.). *Novos Olhares sobre o Lugar. Ferramentas e metodologias, da arquitetura à antropologia*. Rio de Janeiro (Brasil): Contra-Capa, FAPERJ, 2013. p.101-127.

## Disputas de memória no espaço público contemporâneo de São Paulo e as reapropriações da figura do bandeirante.

*Memory disputes in the contemporary public space of São Paulo and the reappropriations of the bandeirante figure.*

PAIVA, Samuel Braga Rocha.

*Graduado em História (UFMG). Mestrando no Programa Pós Graduação em História da UFSJ, linha de pesquisa Cultura e Identidade. E-mail: [samuelclone@hotmail.com](mailto:samuelclone@hotmail.com)*

FRANCELINO, Delton Mendes.

*Graduado em Letras e em Ciências Biológicas. Coordenador do Centro de Estudos em Ecologia Urbana e Educação Ambiental Crítica do IF Sudeste, Campus Barbacena, MG. Diretor do Instituto Curupira. Doutorando na UFMG - Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, linha de pesquisa Paisagem e Ambiente. E-mail: [deltoonmusica@gmail.com](mailto:deltoonmusica@gmail.com)*

### RESUMO

O presente artigo tem como intuito discutir a figura “mítica do bandeirante” a partir das disputas nos espaços públicos protagonizadas em torno da estátua do Manuel de Borba Gato (1649-1718). Para isso, optamos por explicar os conflitos entre os agentes das bandeiras e os jesuítas durante o período colonial e as apropriações e ressignificações que sua figura sofreu ao longo dos séculos. Buscamos destacar o período monárquico e suas políticas em voga marcadas pela matriz indianista que corroborava para a desvalorização do passado dos agentes colonizadores da capitania de São Vicente. Posteriormente, analisamos a intensificação da valorização da imagem dos agentes das bandeiras como personagens históricos centrais na construção da nacionalidade Republicana. Destacamos o papel relevante na fomentação dessas narrativas distintas por parte do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil) durante a Monarquia e do IHGSP (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo) durante o período Republicano. Visamos também demonstrar como a historiografia mobilizada durante o período republicano corroborou para a construção da memória regional tradicional que ainda persiste nos tempos atuais na capital paulista, inviabilizando o debate público e negando o direito de um espaço coletivo de rememoração mais plural e democrático. Esse estudo é sobretudo, uma forma de fazer contribuir com os debates acerca dos espaços públicos, colaborando para os pressupostos gerais do Simpósio Internacional de Artes, Urbanidades e Sustentabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** espaço público, bandeirante, monumento, memória coletiva, historiografia.

### ABSTRACT

*This article aims to discuss the “mythical figure of the bandeirante” from the disputes in public spaces carried out around the statue of Manuel de Borba Gato (1649-1718). For this, we chose to explain the conflicts between the agents of the flags and the Jesuits during the colonial period and the appropriations and resignifications that their figure suffered over the centuries. We seek to highlight the monarchic period and its current policies marked by the Indianist matrix that corroborated the devaluation of the past of the colonizing agents of the captaincy of São Vicente. Afterwards, we analyze the intensification of the valorization of the image of the agents of the flags as central historical characters in the construction of the Republican nationality. We highlight the relevant role in fostering these distinct narratives by the IHGB (Brazilian Historical and Geographical Institute) during the Monarchy and by the IHGSP (São Paulo Historical Geographical Institute) during the Republican period. We also aim to demonstrate how the historiography mobilized during the republican period contributed to the construction of the*

*traditional regional memory that still persists today in the capital of São Paulo, making public debate unfeasible and denying the right to a more plural and democratic collective space for remembrance. This study is above all a way of contributing to debates about public spaces, contributing to the general assumptions of the International Symposium on Arts, Urbanities and Sustainability.*

**KEY-WORDS:** *public space, bandeirante, monument, collective memory, historiography.*

## INTRODUÇÃO

Os espaços públicos e as disputas de memória nas localidades urbanas têm ocorrido com frequência em várias regiões do mundo nesse século XXI. Em São Paulo não tem sido diferente em relação à figura fortemente institucionalizada do bandeirante. Vale destacar ainda que é notória a ausência dos setores político – representativos nas discussões relativas às reivindicações provenientes dos mais diversos movimentos e organizações da Sociedade Civil, sobretudo acerca da reformulação dos lugares comunais de convívio múltiplo, como as praças, nas quais se encontram monumentos muitas vezes relacionados à figuras marcantes do processo exploratório e colonizatório; ainda nesse interim, cabe ressaltar também as dificuldades que países emergentes sofrem para viabilizar propostas mais progressistas. Os debates públicos acerca desses lugares de memória encontram-se negligenciados, estigmatizando as ações contra as estátuas bandeirantes como “atentados terroristas”, ou “vandalismo contra o patrimônio público”, desconsiderando como relevante o empenho por parte da coletividade que se sente estigmatizada com a persistente valorização dos monumentos nesses importantes espaços urbanos.

No presente artigo, buscamos apresentar a figura ambígua do bandeirante no contexto colonial e as representações diversas que lhe foram atribuídas ao longo dos séculos. Se durante nas políticas centralistas e indigenistas do Império a historiografia, fomentadas pelo IHGB (1837) (Instituto Histórico Geográfico do Brasil), o bandeirante fora representado como uma figura de pouco destaque na formação do país, sendo colocado como algoz dos jesuítas, foram os inicianos que tiveram papel de destaque pela historiografia do período monárquico como os “heróis” nacionais e pioneiros do processo civilizatório que o governo Imperial se colocava como continuador (FERRETTI, 2004). Porém, devido a uma série de fatores, passa-se a questionar a vigência do governo Imperial e com a ascensão da República (1889), as práticas federalistas valorizaram a historiografia regionalista principalmente dentro do IHGSP (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo). Essa historiografia da Primeira República, embora reivindique para si um estatuto científico em detrimento do romantismo dos indianistas, mitifica a figura colonial como o grande “herói” nacional e dá ensejo à construção de uma memória cultural (RUSEN, 2009), que persiste até os dias atuais como parte da história dita “tradicional” (CERRI 1996).

## **MONUMENTOS EM CHAMAS E A PERSISTENTE MEMÓRIA BANDEIRANTE NO ESPAÇO PÚBLICO**

A estátua em homenagem ao bandeirante Manuel de Borba Gato (1649-1718), um dos monumentos mais tradicionais e controversos da cidade de São Paulo, foi incendiada no dia 24 de julho de 2021. O grupo social denominado “Revolução Periférica” assumiu a responsabilidade pelo ato de protesto, publicando as imagens do ocorrido nas redes sociais. A obra do escultor Júlio Guerra (1912-2001) conta com 13 metros de altura e levou seis anos para ficar pronta, sendo inaugurada em 1963. Tais monumentos e símbolos ao redor da cidade estão sendo alvos de críticas por determinados grupos muito em função do papel ambivalente dos bandeirantes ao longo da história. Como agentes da colonização no território brasileiro, foram responsáveis pela expansão rumo ao oeste, contribuindo para a formação da atual fronteira nacional e também foram os protagonistas na descoberta das minas no final do século XVI e início do XVII. Por outro lado, os colonizadores da capitania de São Vicente ficaram conhecidos pelas práticas de apresamento, sendo responsáveis pela escravização de milhares de índios e da pilhagem de suas terras.

O substantivo “bandeirante” é derivado do termo “bandeiras”, como ficaram conhecidas as expedições de “desbravamento” dos territórios que hoje conhecemos como Brasil. Não há informações concisas que favoreçam entender a razão pela qual este vocábulo foi escolhido para determinar essa prática exploratória. O que se sabe é que as bandeiras eram campanhas que adentravam o interior do Brasil em buscas de metais preciosos e indígenas para serem usados como mão de obra escrava. O termo bandeirante não é um termo da época colonial, sendo cunhado posteriormente, entre o final do século XIX e início do XX; já o termo “bandeiras” aparece em cartas da época, como nos escritos de Antônio Padre Vieira, contemporâneo do período colonial (QUEIROZ, p.79, 1988).

Os monumentos aos bandeirantes atravessam a paisagem urbana como signos instituídos de legitimidade, e até certa medida, reconhecidos como parte da memória e identidade regional mais tradicional. Além da estátua do Borba Gato, há no bairro do Morumbi o Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo Estadual desde 1965, construída pelos arquitetos Marcello Piacentini e Francisco da Nova Monteiro. No Parque Ibirapuera existe o Monumento às Bandeiras, de Vitor Brecheret, concluído em 1953. Também bastante conhecidas são as estátuas monumentais de Fernão Dias Paes Leme e Antônio Raposo Tavares; também do escultor Luigi Brizzolara no saguão de entrada do Museu do Ipiranga que teve como diretor (1917-1946) Afonso De Taunay, reputado como historiador das bandeiras (ARAUJO, 2011). As homenagens a esses personagens da história colonial não se encontram circunscritas apenas às estátuas e monumentos, os nomes de importantes bandeirantes estão em estradas principais que

percorrem todo o estado como também nas ruas e avenidas espalhadas pelos bairros mais antigos da capital. Pinturas, poemas, prédios, hinos, datas comemorativas, livros didáticos, a simbologia do Estado de São Paulo está fortemente ancorada na imagem “mitificada” de seu passado a respeito desses desbravadores como construtores da nação.

Do passado é possível extrair considerações políticas que se amparam em questões econômicas, demográficas e culturais. As produções acerca do movimento da bandeira, embora tenham sido dotados de um sentido essencialista, mítico que entrelaçam a relação entre um passado genealógico e o presente, são historicamente reconhecidas como narrativas fomentadas pelas elites intelectuais com o apoio do mecenato oligárquico, no final do século XIX e no início do XX, como um discurso de exceção paulista mediante o restante do Brasil que definiu o bandeirante como símbolo central (ABUD, 2019; FERRETTI, 2004; QUEIROZ, 1988; ROIZ, 2013). O revisionismo historiográfico a respeito desse símbolo do passado paulista ocorre desde os anos 80, contudo, somente nos últimos anos é que muitos desses monumentos edificadas encontram-se contestados e parte da sociedade civil busca debater as questões relativas ao uso/ pensamento acerca dos espaços de memória Pública em meio as novas demandas de identidades reivindicadas por grupos que se sentem vilipendiados com a permanência desses símbolos entendidos como opressores em relação às suas memórias. Esse quadro de revisão histórica não é exclusividade paulista, mas se apresenta como movimento de ressignificação por demandas identitárias em muitos lugares, como no caso da decapitação e demolição de símbolos escravagistas nos Estados Unidos impulsionados por protestos antirracistas.

Para refletir sobre essas disputas sobre o espaço público é preciso reconhecer o papel fundamental da memória na geração de identidades, tanto em nível individual, quanto em nível coletivo. A memória torna o passado vivo e dotado de significado, sendo parte essencial da orientação cultural da vida presente (RUSEN, 2009). Embora as experiências de uma vida sejam singulares, os humanos não são núcleos autônomos moldando suas próprias identidades independente das interrelações com o outro, já que, antes de formarem as representações de sua própria memória, os sujeitos se encontram, em algum grau, imersos numa memória que os socializa, relacionando sua coesão individual aos seus sentimentos de pertença e de adesão ao coletivo (CANDAUI, 2012). Contudo, é importante não se esquecer que essa recepção não ocorre passivamente, ela é um adquirido que a subjetividade permanentemente renegocia. Essa renegociação realiza-se a partir da comunicabilidade das recordações que é sempre um ato relacional (RICOEUR, 2007); esse compartilhamento das significações transcorre nos mais variados níveis e formas sobre o passado.

Entre as lembranças individuais e as instituições sociais que corroboram para determinadas formas de rememoração, Rösen propõe pensar a memória em três níveis: o primeiro nível seria a da

memória comunicativa, responsável por fazer a mediação entre a autocompreensão e as experiências temporais; trata-se da intermediação de diferentes gerações que se relacionam com experiências e sentidos distintos. A memória comunicativa permite haver um lugar de troca cultural com limites tênues e agentes dinâmicos, que modela a si mesmo de um modo específico, favorecendo aos membros da comunidade sentirem-se pertencentes e ainda serem diferentes na intersubjetividade sobre a experiência do passado. No momento em que há um grau maior de seletividade do passado representado, a memória comunicativa torna-se memória coletiva. Nesse segundo nível, os agentes engajados com o simbólico da memória coletiva adquirem um potente sentimento de pertencimento em um mundo sujeito a mudanças, consolidando um importante elemento de estabilidade para uma ampla variedade de unidades sociais, tais como partidos, movimentos sociais, escolas de pensamento no campo acadêmico, interesses de grupo, dentre outros (RUSEN, 2009).

Ao longo do tempo essa estabilidade pode tornar-se memória cultural, que representa o núcleo da identidade histórica. Nesse terceiro nível a memória é a matéria para rituais e atuações altamente institucionalizadas. Ela tem o seu próprio meio e um lugar fixo na vida cultural de um grupo. A memória cultural representa o sistema político como uma estrutura coesa, bem como sua permanência no fluxo temporal dos eventos políticos institucionalizados com patamares correlacionados de permanência e resistência à mudança. Toda memória histórica está sujeita a mudanças no decorrer do tempo, contudo, se a memória comunicativa é dinâmica e se apresenta flexível às diversas mudanças nas relações intersubjetivas, a memória coletiva marca o início dos processos de pertencimento e permanência institucional ou organizacional, enquanto a memória cultural apresenta raízes profundas em relação ao seu caráter institucional social e político, com forte laços de pertencimento e conservação (RUSEN, 2009).

Esses três níveis de memória não se sobrepõem; eles fazem parte do tecido vivo que constitui as relações das sociedades com a experiência do tempo. Para pensarmos as formações dos símbolos instituídos do passado paulista que se materializam através de monumentos e as novas demandas representacionais que emergem na atualidade, o historiador Fernando Catroga (CATROGA, 2012) explica que um monumento é símbolo que intenciona, autentica e fixa a recordação através da espacialização da experiência. Esse espaço rememorado implica cortes na homogeneidade do tempo, tornando-se “lugares de memória” (NORA, 1993, p.21). Para o autor português a memória temporaliza o território, demarcando fronteiras que atuam como significantes (dotados de sentido). A autoridade do patrimônio torna-se vigente ao passar da recordação vivida para a comemoração institucionalizada, domínio da repetição em que a memória pública aparece integrada num ordenamento do tempo comandado pelas políticas da memória.

Todavia, é interessante postular que essa institucionalização do passado não se apresenta de forma estática e perpétua, isso porque essa memória espacial não comporta todas as experiências, em seu padrão. As políticas de “memória coletiva” operam a partir de escolhas organizando o passado, como se os símbolos instituídos de sentido constituíssem enredos acabados e coerentes. A ambivalência que configura a memória individual transfere-se para as espacializações da experiência pois ao mesmo tempo que a memória é lacunar, ela busca se afirmar enquanto urdidura coesa (CATROGA, 2012). O que os monumentos na capital paulista não evidenciam ao representarem o bandeirante como protagonista histórico da expansão e colonização por todo território brasileiro a partir da coragem e iniciativa dos antigos paulistanos é que as ações e práticas desses agentes sociais foram alvos de variadas críticas durante o século XVII (SOUZA, 2000). Portanto, longe de ser uma representação integrada e dotada de sentido unívoco sobre o passado, os bandeirantes foram figuras contempladas por diversos sentidos em um emaranhado de representações sociais e culturais ao longo dos séculos antes de se consolidarem como símbolo “heroico” da história colonial brasileira fomentada no auge da cafeicultura paulista e da ascensão política das elites rurais durante a Primeira República.

Destarte, tal discussão, acerca dos manifestos contemporâneos sobre essa “figura” emblemática da nossa história, pode revelar diversos aspectos no âmbito das Urbanidades e da própria noção de Sustentabilidade Cultural: a sociedade tem se tornado cada vez mais crítica e com maior fluidez de construção e chegada de informações. O fenômeno mundial de “derrubada” de monumentos, estátuas, ou mesmo pichações, dentre outros, é compreendido, por nós, como um fenômeno contemporâneo e repleto de significados, dentro, inclusive, do escopo do Direito à Cidade; assim sendo, este estudo é, sobretudo, uma forma de trazer à baila essas discussões, contribuindo para os pressupostos gerais do Simpósio Internacional de Artes, Urbanidades e Sustentabilidade.

## **OS BANDEIRANTES DURANTE O PERÍODO COLONIAL E O INDIANISMO MONÁRQUICO**

Os pioneiros das bandeiras nas colônias portuguesas nunca foram uma coletividade arquivística que salvaguardasse informações a respeito do seu modo de vida, sobre suas práticas e sobre sua história. Boa parte do corpo documental a respeito desses desbravadores advém de documentos oficiais da Coroa ou crônicas produzidas pelos jesuítas letrados. A documentação luso-brasileira deste período possui abundância de exemplaridade da ambivalência a respeito das bandeiras, algumas considerações benevolentes e, com maior constância, relatos hostis aos antigos paulistas, em resumo, adjetivando suas práticas de vida à condição de semicivilizados, mais próximos dos moradores nativos da colônia que dos habitantes das outras províncias. As organizações jesuíticas não escondem sua posição nos conflitos sociais em disputa que ocorriam durante seus relatos a

respeito das ações e campanhas dos colonos de São Vicente. A imagem conhecida negativamente como a “legenda negra” do bandeirantismo, contou com religiosos como Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652) e Francisco Jarque (1609-1691), para descrever os horrores dos ataques bandeirantes às organizações missionárias, surgindo essa literatura indignada com forte teor de condenação moral aos crimes praticados.

A expulsão dos padres jesuítas pelos moradores de São Paulo, em 1640, deu notoriedade à má fama que os seguiram, considerados rebeldes indômitos, violentos, pouco respeitosos da sua condição de cristãos e súditos. Os paulistas também atuaram na repressão aos negros aquilombados nos Palmares: a infâmia que seguia os primeiros sertanistas tinha como contraparte a extraordinária fama de guerreiros. Além da referência à caça aos indígenas, que indispôs os moradores do planalto com os jesuítas, a documentação indica a avidez com que os paulistas buscavam honrarias, cargos e mercês, na predisposição em serem fieis à Coroa somente mediante recompensa estabelecida. Os atores das bandeiras aceitavam trabalhos militares em troca de indígenas escravizados ou na doação de terras nas regiões que eram concedidas na forma de sesmarias, distinções militares, ou outros tipos de vantagens (SCHNEIDER, 2016).

A construção da imagem negativa dos paulistas continuou forte no século XVIII. Os ataques mais ferozes foram perpetrados pelo jesuíta francês Pierre-François-Xavier Charlevoix (1682-1761) e pelo beneditino francês José Vaissette (1685-1756). Contudo, Charlevoix e Vaissette não foram responsáveis por adicionar novas interpretações sobre os bandeirantes; suas principais observações seguiram a mesma tônica das produções jesuítas do século XVII. A novidade está no espaço de disputa de representação sobre a bandeira, pois é aqui que surge a “legenda dourada”, após a descoberta das Minas, autores paulistas como Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) e Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) ou mineiros como Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), destacaram aspectos distintos dos que se encontravam nos relatos jesuíticos: ascendência fidalga, a fidelidade ao rei, as habilidades de adentrar em terras hostis, criando caminhos que viabilizavam as novas estruturas coloniais para além do litoral alargando os domínios portugueses. Os bandeirantes também se destacavam por submeterem índios bravos e quilombolas, sendo agentes importantes para a imposição, ordenação e introdução do ideário de civilidade ainda que pelo uso da força. Nesse âmbito, uma questão surge: por que essa preocupação em fomentar um sentido ao passado bandeirante com uma perspectiva positiva ocorreu tardiamente?

Para Katia Abud (ABUD, 2019), no primeiro contexto das bandeiras, nas quais se desenrolaram as práticas de apresamento e os conflitos contra os Jesuítas, não havia a necessidade de justificar o direito sobre as suas formas de subsistência. Ainda que as práticas dos desbravadores paulistanos

fossem condenáveis moralmente por boa parte da documentação da época, as ações indômitas em busca da escravização indígena não estavam em disputa, sendo garantido o monopólio dessa prática. Os jesuítas que durante os primeiros séculos de colonização empreendiam a doutrinação do nativo, e foram delineados ao longo da história como algozes dos agentes bandeirantes, não representavam uma ameaça direta às práticas espoliativas de pilhagem e escravização praticada pelos colonizadores de São Vicente. Já no contexto do século XVIII, com a descoberta das minas, afloraram-se disputas entre os bandeirantes e os reinóis que vinham de Portugal motivados pelo enriquecimento através das cobiçadas riquezas minerais dos territórios coloniais. Os “descobridores” se julgavam no direito de explorar as minas de ouro e pedras preciosas em detrimento dos súditos do além-mar que nada fizeram para possibilitar tal feito. Se o espaço de disputa favoreceu os reinóis que, donos de maiores recursos, puderam colocar a seu serviço maior número de escravos e assim conseguir maiores riquezas que os paulistas, a descoberta das minas fez surgir a documentação e escritos no sentido de justificar o direito dos que se julgavam os legítimos detentores da autoridade de explorar as riquezas minerais.

A partir da segunda metade do século XVIII houve a renovação econômica de São Paulo, algo que coincidiu com o declínio da produção aurífera, tornando-a polo de atração para aqueles que abandonavam os propósitos de enriquecimento nas regiões das minas. Os novos moradores que buscavam se fixar na região através de atividades mercantis representavam ameaças para os paulistas descendentes das antigas famílias originárias do território. Pedro Tasques e Frei Gaspar, que escreveram durante esse período, defenderam os interesses dos grupos aos quais faziam parte, ressaltando as ascendências ilustres dos antigos habitantes do território paulista e reforçando a imagem de desbravadores indômitos e conquistadores dos antigos bandeirantes (ABUD, 2019).

Durante o século XIX a província de São Paulo era acentuadamente dependente da Corte e dos valores culturais produzidos na capital do Império. A criação, em 1838, do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil) na Corte refletia esse movimento de centralização, tanto no nível político, quanto no âmbito cultural. A cidade do Rio de Janeiro assumiu centralidade desde a vinda de Dom Joao VI (1808) e intensificou-se com a independência do Brasil (1822). Esse movimento de concentração visava atenuar a força regionalista presente nas diversas províncias. Houve oscilações durante o período Regencial, contudo, a ascensão ao trono de Pedro II viabilizava certa estabilização do cenário e intensificava os projetos para uma identidade mais unitária e coesa em relação a todo o território. Entre as práticas dos agentes do Instituto estaria o projeto de elaboração de uma história oficial, que transcendesse a tendência do período colonial de produções historiográficas provinciais. O IHGB era composto em sua maioria por grupos de agentes públicos ilustrados, que se alinhavam com o projeto centralizador em voga. Como aponta Manuel Salgado Guimarães (GUIMARAES, 1988), há

um movimento dentro do IHGB na estruturação da história nacional como continuidade do passado colonial, na medida que o Império é herdeiro do “processo civilizatório europeu” no ambiente incivilizado americano. Os membros do Instituto procuravam recuperar e valorizar, ainda que não de forma homogênea, a tradição cristianizadora dos Inacianos. O Jesuíta, e não o colono, era, assim, o que mais próximo chegava de um herói civilizador da história brasileira, a despeito de toda a hesitação existente em torno de sua figura. (FERRETTI, 2004)

Danilo Ferretti denominou “historiografia indianista” a visão majoritária no interior do IHGB, que ao inquirir sobre o passado colonial representava uma contraposição entre colonos e jesuítas (FERRETTI, 2004, p.69). Os historiadores paulistas durante o período monárquico estavam, em grande medida, em sintonia com o indianismo praticado pelo IHGB, recusando certa louvação direta e irrestrita ao personagem bandeirante como agente histórico da formação nacional. De acordo com o autor, a historiografia indianista era caracterizada pela ambição de sustentar um discurso de identidade nacional brasileira distinta da portuguesa, ao mesmo tempo que visava ratificar a política indigenista colocada em prática durante o contexto, tais meios visavam construir e consolidar um ideário de Nação coesa e livre das ameaças de levantes insurrecionais por parte dos escravos, no qual o indígena era o potencial redentor das futuras necessidades por mão de obra (FERRETTI, 2004).

## **ASCENÇÃO DO REPUBLICANISMO FEDERALISTA E A CONSOLIDAÇÃO DO MITO BANDEIRANTE**

A partir da década de 1870 uma série de transformações ressignificaram os projetos do ideário de nação calcados na matriz indianista. Neste contexto, novos intelectuais com origens sociais diversas se posicionaram criticamente e participaram ativamente de movimentos políticos de contestação à ordem saquarema. Esses novos agentes emergentes entrariam em confronto com os intelectuais monárquicos que entre anos 1870 e 1880 ainda ocupavam os principais e mais cobiçados cargos das principais instituições culturais imperiais. Os novos eruditos que se encontravam alijados dos mais proeminentes centros irradiadores de prestígio social no âmbito cultural reestruturaram uma série de paradigmas vigentes a respeito dos projetos nacionais. No terreno político, apoiava-se o arrefecimento da centralização por parte do Estado Monárquico através do federalismo que garantiria maior autonomia as províncias e, para alguns grupos mais radicais, o fim do Império e a implementação da República. No que tange o cultural, as novas correntes científicas, como o darwinismo social, o evolucionismo e o determinismo geográfico, elaboradas originalmente na Europa imperialista de finais do século XIX e que Sílvio Romero chamou de “bando de idéias novas”, serviram como arcabouço crítico aos intelectuais indianistas (ALONSO, 2000).

Transformações significativas também ocorriam no espectro econômico. Durante a primeira metade do século XIX o Vale do Paraíba era uma das principais áreas econômicas do Império devido à riqueza rural através das monoculturas cafeeiras, emergindo, assim, a figura dos barões do café. A queda da produtividade das fazendas cafeeiras no Vale do Paraíba a partir da segunda metade do século XIX acompanhou paralelamente a elevação da produção na região do Oeste Paulista, as novas regiões de plantio desenvolveram-se rapidamente tornando-se áreas econômicas mais dinâmicas e o principal polo exportador do Brasil. Se a hegemonia economicista foi alcançada nas últimas duas décadas do Império, a posição política continuou secundarizada, provocando profundos ressentimentos nos paulistas que se sentiam prejudicados pela excessiva centralização. Por esse motivo, a ideia de Federação encontrou numerosos adeptos entre os membros da elite agrária paulista, sendo a principal bandeira do Partido Republicano Paulista (PRP), fundado em 1873. O projeto federalista apontava para as clivagens econômicas entre as regiões do Brasil e os anseios de políticas que viabilizassem os projetos e interesses das elites paulistas, nesse contexto fortalecia a ideia de São Paulo como “locomotiva que puxa vinte dois vagões” (ABUD, 2019, p.117).

A historiografia sobre o passado colonial paulistano, esboçada pelos republicanos nesse período, também estava em íntima relação com a imagem do paulista em separação às outras regiões do Brasil, em que o passado paulista estava arraigado numa imagem do símbolo maior dessa exceção. O bandeirante aparecia como um agente dinâmico e livre, oposto às práticas centralizadoras da Coroa portuguesa durante o período colonial. Esta representação era parte constitutiva da nova identidade que a elite paulista fazia de si. De certa forma, os republicanos reproduziram para o passado as imagens que engendraram do paulista moderno e do projeto de paulista futuro. A partir do presente, “mitificavam” o passado bandeirante criando uma “tradição paulista” e esta “paulistanidade” era marcada por se colocar em posição de exceção ao restante do Brasil, reivindicando para a elite agrária herdeira dos antigos bandeirantes, o direito de atuar de forma mais preponderante nas diretrizes políticas vigentes da época (FERRETTI 2004).

Após a Proclamação da República (1899) os estudos sobre o passado paulista foram aglutinados em volta do IHGSP (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo), fundado em 1894. Diferentemente do IHGB, o Instituto paulista não seria marcado pelo sentido político centralizador e monárquico. De maneira oposta, o IHGSP se colocou em sintonia e apoio ao novo governo republicano e voltava-se para a consolidação do discurso identitário regional, discurso que vinha ganhando força desde de 1870, demonstrando como objetivo construir um sentido de legitimidade da ordem descentralizada e federalista. O IHGSP não era o único, uma vez que outros institutos históricos regionais surgiram no período republicano. Nas três primeiras décadas do regime Republicano foram

marcadas pela criação da maioria desses institutos regionais, expondo um processo de intensa federalização da produção do discurso histórico, assim como nas políticas públicas. Porém, poucos institutos foram tão enfáticos na oposição à matriz histórica empreendida pelo IHGB e, diferentemente de outros, o Instituto de São Paulo desfrutou de investimentos maciços devido a pujança econômica que a província vivia (FERREIRA, 2002) (SCHWARCZ, 1993).

Na prática, o IHGSP acabou por institucionalizar as antigas representações do passado paulista, que eram lançadas como ferramentas contestatórias as políticas Império. No imaginário coletivo paulista nas primeiras décadas do século XX, projetava-se para o bandeirante o papel de agente colonizador com predisposições republicanas, insubmisso a Coroa portuguesa, adaptado a um espaço geográfico hostil, em oposição a um Norte opulento, que desfrutava de condições naturais e geográficas vantajosas frente as dificuldades do colono da capitania de São Vicente. Outra condição que demonstra a clivagem entre o Norte e o Sul é a opulência das colônias mais próximas a metrópole, por essa menor dificuldade geográfica acabavam por sofrer mais com a autoridade da Coroa. A presença da metrópole sobre a região açucareira fincou raízes em relação as práticas e vícios transplantados da sociedade aristocrática portuguesa, enquanto o Sul e, principalmente, a capitania de São Vicente, foram formadas a partir do distanciamento geográfico. Esse meio hostil foi o lugar propício para dar modelar esse agente indômito, empreendedor e progressista, com práticas mais próximas ao Republicanismo e a democracia. Como se vê, essas visões do passado vigentes construídas pelo IHGSP buscavam se legitimar, através da cientificidade em voga na época, o determinismo geográfico, a antropogeografia, o racialismo científico, o Darwinismo social, o Spencerismo social e a hereditariedade psicológica. (ABUD, 2019, FERREIRA, 2002, FERRETTI 2004).

De 1894 a 1940 o IHGSP ajudou a consolidar os alicerces da historiografia regional paulista. Embora, houve divergências e posições antagônicas entre os autores dentro do instituto, no geral, o bandeirante, que em outro momento fora desprezado pela historiografia indianista, viria a se tornar figura histórica central da produção do Instituto paulista e símbolo maior dos atributos da identidade que a elite regional fazia de si, como exemplo de modernização e progresso. No interior do Instituto Paulista as bandeiras alcançaram e consolidaram o seu processo de reabilitação histórica, iniciado pela dupla fonte da historiografia, passando de anti-herói nacional, ao posto de herói e agente civilizador dos intransponíveis sertões brasileiros e construtor das fronteiras nacionais.

A elite agrária paulistana durante o período da Primeira Republica apresentou dissidências e insatisfações, como na formação do Partido Democrático (PD), em 1926, colocando-se como opositora ao Partido Republicano Paulista (PRP) (FERRETTI, 2004). Diversos fatores levaram a uma crise institucional que colocaria fim ao período de estabilidade federativa da Primeira República com o golpe

de 1930 encabeçado por Getúlio Vargas, corroborado por forças políticas oposicionistas (FAUSTO, 1997). É inegável a consolidação do mito bandeirante no imaginário coletivo da época e o seu uso e mobilização para instigar laços de pertencimento e homogeneidade entre os habitantes da região durante o conflito constitucionalista de 1932 (SANTOS; MOTA, 2010). Fernando Cerri aponta que após o movimento de 1932, principalmente após o fim do Governo Vargas (1945), ocorre a coexistência entre uma “história oficial” de cunho nacional e uma “história tradicional” regional em que vários aportes memorialísticos são viabilizados, desde manuais pedagógicos voltados para a escola como a instituição de datas comemorativas e o levantamento de monumentos (CERRI, p.7-19, 1996).

O que fica evidente é que a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando a fornecer credibilidade científica a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação (reinvenção e sacralização das origens e de momentos de grandeza, simbolizados em “heróis” individuais e coletivos). Como aponta Fernando Catroga (2012), a modernidade acentuou essas características. Os poderes sociais e políticos impulsionam as potencialidades latentes do passado para atuarem como forças de transformações no presente. A reinterpretação histórica mobiliza ações para ressignificar as estruturas políticas e esses movimentos se tornaram mais perceptíveis com a consolidação dos Estados Nação. O desenvolvimento da historiografia corroborou em algumas práticas que possibilitou a remodelação da memória coletiva como memória histórica. Este trabalho passará a ser sinônimo do que virá a designar-se por memória nacional e no caso aqui específico estudado, memória regional (CATROGA, 2012). A historiografia de forma geral, vale-se do enorme contingente de produção memorial e constrói sentidos legitimados pelas instituições de credibilidade vigentes. De alguma forma ela não deixa de ser posta a serviço das questões políticas e sociais de seu contexto. E se, em certo sentido, a historiografia é “filha da memória” (VEYNE, 1979), o inverso também ocorre; esta acaba por ser socializada (e reescrita) pelo modo como a historiografia atua, alcança certo público e estabelece validade para suas interpretações.

Buscar entender os fatos ocorridos na contemporaneidade como disputas de memória e reivindicações pelo espaço público é alicerçar a perspectiva notória de discutibilidade acerca dos agenciamentos que marcam os territórios como espaços de existência e que representam interpretações diversas. Na atualidade, as problematizações advindas dos séculos de espoliação humana existente no que hoje é o Brasil, faz parte do cotidiano, nos mais diversos âmbitos, desde as escolas formais e outras instituições governamentais, até organizações sociais alternativamente estabelecidas, válidas e que colocam em debate e ressignificam muitos elementos da estrutura social que, até pouquíssimo tempo, seriam inquestionáveis. Esta pesquisa é, portanto, também um estudo

sobre democracia e história do próprio povo brasileiro que, em toda sua amplitude, precisa, de fato, sempre manifestar-se e valorizar as diferenças no rol da liberdade de expressão.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tentamos demonstrar ao longo do texto o papel ambivalente da figura bandeirante durante o período colonial e as representações bastante distintas que lhe foram apresentadas ao longo dos séculos. O intuito foi relativizar a figura coesa e dotada de sentido definitivo que os monumentos muitas vezes apresentam, e que negam o direito do presente de interrogar acerca do passado em busca de representações mais plurais e democráticas. A persistência desses monumentos ainda no século XXI e a posição conservadora que estigmatiza as ações contra as estatuas bandeirantes como “crimes ao patrimônio público” ou “ações terroristas” acaba por negar o direito de ressignificações e reorganizações do espaço público urbano da capital paulista.

Fica evidente em alguns momentos que a posição de grupos conservadores acerca da “sacralização” de monumentos pode ser relativizada dependendo do contexto. Um exemplo é a obra projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em 1996, em homenagem aos trabalhadores rurais mortos no conflito de terras em Eldorado dos Carajás, Pará (também em 1996). Logo após sua inauguração em agosto do mesmo ano, o monumento recebeu ameaças de grupos conservadores na região e, em setembro, a obra foi destruída e nunca mais reerguida. Não ocorreu, nesse caso, os reparos desse monumento (pelos envolvidos) como ocorreu com a estátua do Borba Gato após os eventos mencionados.

Logo, se queremos viabilizar de fato uma sociedade mais democrática e plural, é preciso dessacralizar determinados monumentos que escancaram uma posição etnocêntrica (RUSEN, 2009) que nega o espaço público do outro a partir de figuras históricas que vilipendiam as memórias de grupos recorrentemente estigmatizados no país. O passado, ou melhor, a representação erigida desse passado, não deve asfixiar o presente, impedindo de encontrar novos caminhos de reconhecimento na coletividade. Dentro das discussões acerca do viés social e cultural da Sustentabilidade, o Direito à Cidade é também o direito ao questionamento; direito de colocar em xeque as representações sociais que, estruturalmente postas ao longo de séculos, prejudicam a mudança de hábitos, comportamentos, enfim, culturas que levem em consideração o forte passado espoliativo que tivemos e que possam alçar para o futuro perspectivas de equidade que levem em conta também a memória e a história. Monumentos são muito mais que obras concretadas e “sem vida”; representam muito do ideário e *práxis* de um povo e, por isso, o olhar multifacetado para os fenômenos debatidos neste artigo é mais que importante: é basilar para o estabelecimento de sociedades de futuro, equitativas e justas.

## REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o Bandeirante*. Editora da Universidade Federal de Mato Grosso EdUFMT. Mato Grosso. 2019.
- ALONSO, Ângela Maria. *Idéias em movimento: a geração 70 e a crise do Brasil Império*. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- ARAUJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira: A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Editora Unesp. São Paulo. 2011. [KARINA ANHEZINI DE ARAUJO \(unesp.br\)](http://unesp.br).
- CANDAUI, Joël. *Memória e identidade*. Editora Contexto. São Paulo. 2012.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2012.
- CERRI, Luis Fernando. *Non, Ducor, Duco: A Ideologia da Paulistanidade e a Escola*. Dissertação (Mestre em Educação) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. 1996. [Repositorio da Producao Cientifica e Intelectual da Unicamp: Non ducor, duco : a ideologia da paulistanidade e a escola](#).
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 30*. In:Org. MOTA, Carlos Guilherme. *Corpo e Alma do Brasil*. p.227-256. Editora Bertrand. Rio de Janeiro. 1990. [Boris Fausto Revolucao 1930.pdf \(usp.br\)](#).
- FERREIRA, Antônio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica. (1870-1940)*. Editora UNESP. São Paulo. 2002.
- FERRETTI, Danilo José Zioni. *A construção da Paulistanidade. Identidade, Historiografia e Política em São Paulo (1856-1930)*. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- GUIMARÃES, Manuel Salgado. *Nação e civilização nos trópicos*. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos históricos, Rio de Janeiro, FGV, n.1, 1988. [Vista do Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional \(fgv.br\)](#)
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. História de São Paulo. 1993. [Vista do ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES \(pucsp.br\)](#).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário*. Revista USP. São Paulo. 1988. [Vista do Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário \(usp.br\)](#).
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história o esquecimento*. Editora Unicamp. São Paulo. Tradução 2007.
- ROIZ, Diogo Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado intelectual": projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sergio Buarque de Holanda (1929-1959)*. Curitiba/Paraná. Tese de Doutorado do Setor de Ciências Humanas e Letras e Artes pela UFPR. Paraná. 2013.
- RUSEN, Jörn. *Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história*. Artigo da revista. História da historiografia. Número 02. Março. 2009. [Vista do Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história \(historiadahistoriografia.com.br\)](#).
- SANTOS, Marco Cabral dos; MOTA André. *São Paulo 1932. Memória, mito e identidade*. Editora Alameda, São Paulo. 2010.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Os paulistas e os outros: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séculos XVII e XVIII*. Artigo publicado. Projeto História, São Paulo. n.57. set-dez. 2016. [Vista do Os paulistas e os outros: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séculos XVII e XVIII \(pucsp.br\)](#)
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras; 1993
- SOUZA, Laura de Melo. *Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea*. Artigo da revista de História. 142-143, 261-276. 2000. [Vista do Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea \(usp.br\)](#)



2º Simpósio internacional em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade  
São João del-Rei, Brazil. 22, 23, 24 e 25 de novembro de 2021

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a história*. UNB. Brasília. 1978. Disponível em [https://www.academia.edu/6737612/Como\\_se\\_Escreve\\_a\\_Historia\\_Paul\\_Veyne](https://www.academia.edu/6737612/Como_se_Escreve_a_Historia_Paul_Veyne)

## Êxodo urbano e as segundas residências: uma análise do novo rural

### *Urban exodus and second homes: an analysis of the new rural*

GRANDI, Leandro Teixeira

Arquiteto Urbanista, Planejamento Urbano e Arquitetura, FAMEESP – SP, [leandroteixeira.arq@gmail.com](mailto:leandroteixeira.arq@gmail.com)

#### RESUMO

Quando há alguns anos o meio rural esteve em êxodo e era categorizado como agrícola e primário, hoje tem sua função completamente alterada e sua definição complexa de delinear. Além disso, a busca por um ambiente diferente do atual caos das cidades mira a população de volta ao rural, em um novo movimento de êxodo, mas, dessa vez, urbano e pendular. O presente estudo buscou entender esse processo e utilizou como base a formação de uma represa hidroelétrica: a UHE do Funil, localizada entre os municípios mineiros de Lavras, Perdões e Ijaci. Foram realizados estudos de georreferenciados (SIG) e documentação fotográfica para entender como as alterações morfológicas da paisagem ocasionaram alterações no uso e ocupação do solo ao longo das margens do curso d'água. Assim, como objetivo final deste estudo, buscou-se entender as novas dinâmicas do rural e como essas mudanças influenciam na paisagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Êxodo Urbano, ocupação rural, segundas residências, Represa do Funil.

**LINK:** <https://linktr.ee/exodourbanosiaus>

#### **ABSTRACT** (100 to 250 words)

*When a few years ago the rural environment was in exodus and was categorized as agricultural and primary, today its function has completely changed and its definition is complex to outline. In addition, the search for an environment different from the current chaos of cities aims the population back to the rural, in a new movement of exodus, but this time, urban and commuting. This study sought to understand this process and used as a basis the formation of a hydroelectric dam: the Funil HPP, located between the municipalities of Lavras, Perdões and Ijaci in Minas Gerais. Georeferenced studies (GIS) and photographic documentation were carried out to understand how the morphological changes in the landscape caused changes in land use and occupation along the banks of the watercourse. Thus, as the final objective of this study, we sought to understand the new rural dynamics and how these changes influence the landscape.*

**KEY-WORDS:** Urban Exodus, rural occupation, second homes, Funil Dam.

**LINK:** <https://linktr.ee/exodourbanosiaus>

### 1 URBANO, RURAL E O ÊXODO

Antes de iniciar este estudo, faz-se necessário o esclarecimento de terminologias que serão empregadas. Ao tratar de êxodo urbano, têm-se três conceitos: o primeiro ao que se diz respeito o ato de emigrar (êxodo), o segundo é referente ao que é urbano e, conseqüentemente, o terceiro refere-se ao que é rural.

Êxodo (cuja origem no grego clássico é "saída" ou "partida") também é o nome dado ao segundo livro da Torá e também da Bíblia hebraica. Os documentos utilizam essa palavra para denominar a fuga dos israelitas do Egito em direção a Israel. Já segundo o dicionário Houaiss é emigração de todo um povo ou saída de pessoas em massa (Houaiss, 2009). Percebe-se que em um contexto semântico, a palavra êxodo remete simplesmente a uma ação coletiva de emigrar, porém, quando no sentido histórico, entende-se que essa movimentação está relacionada à busca por melhorias, intrinsecamente ligada à uma reprovação de seu local anterior.

Com relação ao urbano e ao rural, há uma discussão mais ampla. Para Weber (1922) o meio urbano baseia-se em determinadas características cuja junção delinea a estrutura de uma cidade. Para o economista, as condições básicas para existência de uma cidade são: densidade demográfica, profissões, economia urbana permanente, relações com o meio rural, força militar e independência política. Mesmo que Weber seja assertivo em sua definição, sua totalidade vale apenas para as antigas cidades-estados. Com a evolução da urbanização e a territorialização de espaços, observa-se que não mais se faz necessário que os núcleos urbanos tenham características urbanas individuais, mas que essas existam em outros núcleos e sejam compartilhadas em um conjunto de polos urbanos que pode ser denominado de rede (FILHO, 1968). Ou seja, pode-se admitir que aglomerados populacionais que não tenham em sua estrutura alguns dos pontos citados por Weber sejam considerados urbanos quando importam essas funções de outros núcleos. Portanto, a adjacência entre o urbano e o rural cresce exponencialmente com a globalização, justamente por uma diminuição da significância das distâncias, sendo atualmente difícil definir o que é urbano e o que é rural. Essa condição se agrava quando analisada dentro do contexto do presente estudo, que tem como objeto agrupamentos e ocupações com características urbanas em territórios (predominantemente) rurais.

Contudo, há uma forma de distinção entre a cidade e o campo a qual podemos utilizar: a paisagem. Semanticamente a palavra "paisagem" tem significados meramente redundantes, lacônicos e muitas vezes ligados à fotografia e a pintura. Isso acontece pois, durante muitos anos, o conceito de paisagem foi definido por conceituações do âmbito meramente estético (SALGUEIRO, 2001). Porém, a partir do século XX, vários autores explicitaram que a abordagem puramente visual da paisagem era relevante, mas insuficiente. Em 1925, o artigo "A Morfologia da Paisagem" (The Morphology of Landscape), escrito por Carl Ortwin Sauer, defende pela primeira vez do caráter científico da paisagem. Com a evolução dos estudos de paisagem, houve um descolamento de conceitos, o que primariamente era

ligado ao ambiente natural, passou a agregar cultura e, conseqüentemente, intervenções humanas, levando o termo paisagem a conceituar também as cidades e agrupamentos rurais.

Deu-se assim os primeiros passos para construção do que hoje pode-se chamar de paisagem cultural. Estudos seguintes avançaram na busca por maneiras mais concisas de definir a paisagem. Milton Santos, como geógrafo contemporâneo, coloca que “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2006 p. 66). Assim, percebe-se que podemos classificar a paisagem como um ambiente modificado ou não pelo homem e, para este estudo, consideraremos a paisagem rural como um espaço em que o homem criou para a satisfação de suas necessidades primárias. Essa distinção entre urbano e rural viabiliza, metodologicamente, o estudo de fluxos urbano-rurais.

## 2 O ÊXODO URBANO

A cidade no Brasil começa no estado da Bahia, primeiramente sustentada por motivos de assegurar e demarcar território luso e posteriormente para servir de sede de controle da colônia para a coroa portuguesa. Tal condição fazia com que a realidade urbana inicial fosse peculiar. A dinâmica de distribuição facilitada de terras (para colonos) induzia a um modelo de vida centrado no meio rural.

Nos primeiros séculos da invasão e com a fixação permanente da exploração colonial, o Brasil encontrava-se em uma condição de retaguarda agrícola para a Europa. Exportava-se, predominantemente, o açúcar produzido pelos senhores de engenho espalhados por todo vasto território costeiro nordestino brasileiro. Com isso, boa parte da população habitava o campo. A cidade simbolizava um polo centralizador, mas tal só se aplicava em princípios políticos e militares. Filho (1968), coloca que de maneira prática, as cidades só eram utilizadas pela população em eventos sociais (principalmente ligados à religião) ou por motivos políticos. Com exceção destes, a cidade permanecia adormecida. Tal modelo permaneceu por anos, sendo modificado somente em princípios quantitativos. Com a evolução econômica, estabelecimento do comércio e fixação de profissões urbanas, as cidades brasileiras se desenvolveram e a urbanização se acentuou. As fazendas diminuíram, mas ainda assim se mantiveram.

A partir do século XIX, dentro de um contexto mundial, inicia-se um processo de industrialização dos meios de produção que posteriormente foi chamado de “Revolução Industrial”. Esse processo atingiu diretamente as dinâmicas espaciais anteriores: “Do ponto de vista quantitativo, a revolução industrial

é quase imediatamente seguida por um impressionante crescimento demográfico das cidades” (CHOAY, 1965, p. 3). A população campesina iniciou uma migração, primeiramente em massa, e atualmente contínua, do campo para cidades. No Brasil, esse fenômeno aconteceu com maior intensidade após o ano de 1930, sinalizado principalmente por reformas urbanas que buscavam melhorias sanitárias e de infraestrutura<sup>1</sup> (Villaça, 1999). A migração campo-cidade, denominada êxodo rural, se estende até os dias atuais.

Contudo, atualmente foi possível observar, quantitativamente, um movimento similar (e não contrário) ao êxodo rural: o crescimento das residências de uso ocasional<sup>2</sup>, também chamado de “êxodo urbano”. Para Pretto (2018), o termo é descrito de várias maneiras pela literatura: “[...] segunda residência, domicílio de uso ocasional, casa de veraneio, chácara, sítio, casa de campo, vivenda secundária, vilegiatura [...]” (PRETTO, 2018, p. 15). A autora coloca que esse fenômeno é antigo, mas a percepção dele em aspectos quantitativos é recente no Brasil devido à “falta de dados e pela inexistência ou confusão que existia na contagem desses domicílios durante a realização de levantamentos censitários” (PRETTO, 2018, p. 14).

Buscando dados expostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) observa-se que eles somente existem a partir dos anos 2000. As pesquisas revelam um crescimento no número dessa modalidade de moradia de 830.105 em 2000 para 1.267.386 em 2010 (crescimento de aproximadamente 52%) (IBGE, 2010). Estima-se que o crescimento se acentue ainda mais com os próximos resultados.

Neste contexto, insere-se o presente trabalho que buscou compreender as novas características (urbanas) do meio rural. As análises foram baseadas em um recorte geográfico no qual houve uma perceptível modificação morfológica do território. O recorte, métodos e objetivos serão descritos a seguir.

### **3 DE RIO GRANDE À REPRESA DO FUNIL**

O milenar curso d’água conhecido como Rio Grande é, junto com os rios Paranaíba, Tietê, Paranapanema, Iguaçu (e outros), parte da bacia do Rio Paraná, localizada na região sudeste e centro

---

<sup>1</sup> Diferente das reformas (anteriores a 1930) chamadas de “embelezamentos”.

<sup>2</sup> Nome dado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para residências particulares que servem como moradia, para descanso, fins de semana e outros fins.

sul do Brasil. Ele tem como tributários os rios Aiuruoca, Lourenço Velho, das Mortes, Jacaré, Verde, Sapucaí, Canoas, Pardo e Turvo. Sua principal característica sempre foi seu potencial como fonte de energia, sendo que já na década de 50 existiam estudos para implantação de usinas. Uma das barragens mais recentes está localizada na região do Funil, que abrange os municípios sul-mineiros de Lavras, Perdões e Ijaci. Os estudos de engenharia para implantação de uma usina hidroelétrica nessa região datam da década de 60 e se desenvolveram até a década de 90 (COELHO, 2008). Contudo, foi só no ano 2000 que as obras, que mudaram o rio e a paisagem de forma definitiva, começaram. A construção da barragem do Funil foi finalizada em 2002 e o trecho foi inundado, dando origem a Usina Hidroelétrica Funil, administrada por um consórcio entre Vale (até 2007 Companhia Vale do Rio Doce – CVRD) e Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). No sentido nascente-foz, a Usina Hidrelétrica do Funil se consolidou como a terceira, sendo as represas de Camargos e de Itutinga antecessoras.

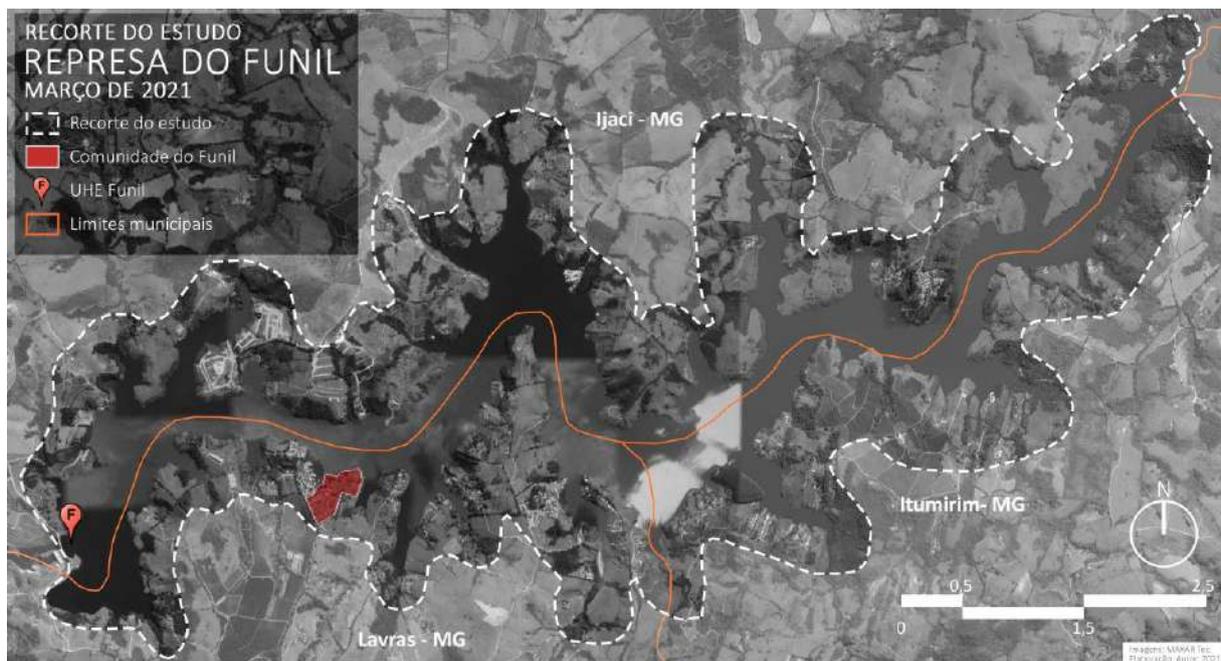
A criação do espelho d'água modificou a região não só morfologicamente, mas também suas estruturas econômicas e sociais. O cenário primário composto por lavouras de café, pastagens, fazendas e todos os tipos de aparatos rurais ficou, em sua maioria, submerso. O que restou nas áreas mais elevadas foi lentamente diminuindo e pouco a pouco uma nova configuração se formou. A ocupação da região por residências de uso ocasional se tornou evidente. Toda essa percepção se deu a partir de uma observação contínua do autor, desde o rio até o lago.

O presente trabalho concentra-se em uma análise quali-quantitativa das transformações da paisagem às margens da represa do Funil, no sul de Minas Gerais. O recorte geográfico são as paisagens que margeiam o perímetro do lago e o recorte cronológico o período de 2002, quando ocorreu o alagamento, à 2021, que se caracteriza pela reformulação morfológica local. As etapas de elaboração foram: documentação do estado atual de ocupações através de documentação fotográfica, caracterização dos dados obtidos em parâmetros observáveis e levantamento macroespacial por imagens georreferenciadas.

Entende-se que as mudanças de comportamento social, assim como a cultura, são líquidas e estão em constante transformação. Quando há alguns anos o meio rural esteve em êxodo e era categorizado como agrícola e primário, hoje tem sua função completamente alterada e sua definição complexa de delinear. Assim, buscou-se como objetivo final deste estudo, contribuir com o entendimento das novas dinâmicas do rural, principalmente com relação a seu uso e ocupação e como essas mudanças influenciaram na paisagem rural do recorte delimitado.

#### 4 MATERIAIS E MÉTODOS

O lago formado pela referida barragem tem como marco zero (último local onde pôde-se observar corredeiras) a ponte sobre o rio Capivari, na divisa entre os municípios de Lavras e Itumirim (Minas Gerais), formando um espelho d'água de 37,71 km<sup>2</sup> (COELHO, 2008). Para este estudo foi fixada a porção do lago na qual as margens estão dentro dos limites municipais das cidades mineiras de Perdões, Ijaci e Lavras. Isso se deu por ser a primeira porção do reservatório dentro de limites municipais (no sentido barragem-nascente). O recorte tem área de espelho d'água de 21,08 km<sup>2</sup> e 51,5 km de margens analisadas. Outro fator metodológico é que o foco do estudo são ocupações espontâneas, sendo assim, comunidades planejadas realocadas devido à inundação (como a Comunidade do Funil) não foram incluídas nos levantamentos (Figura 1).



**Figura 1: Recorte do estudo.**  
**Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.**

Com o recorte definido, foi feito o levantamento fotográfico. Este foi realizado em 6 dias diferentes, 3 dias úteis e 3 domingos, a fim de diferenciar ocupações permanentes e ocasionais. As visitas ocorreram dos dias 2, 3, 4, 5, 9 e 16 de maio de 2021, por água, margeando todo recorte. Ao todo foram catalogadas 139 ocupações, algumas delas estão expostas na Figura 2.



**Figura 2: Ocupações documentadas.**  
**Fonte: Autor, 2021.**

As fotografias produzidas durante o levantamento fotográfico foram classificadas seguindo padrões observáveis. As ocupações foram divididas por tipologia, uso, implantação, arquitetura e contato com o lago. Os critérios de caracterização estão dispostos na Tabela 1.

Critério	Descrição	Classificações
Tipologia	São dadas como primárias <sup>1</sup> ocupações que visivelmente estão inseridas em propriedades que apresentam estruturas de produção agropecuárias como plantações, currais, cultivos agroflorestais, apicultura, etc. Quaisquer outras ocupações são dadas como secundárias.	Primárias; Secundárias.
Uso	Foram consideradas ocupações de uso permanente aquelas que mantiveram visível presença humana em todas as visitas realizadas. Já as pendulares são aquelas que a presença só foi observada nos domingos (visitas do dia 2, 9 e 16 de maio de 2021)	Permanente; Pendular.
Implantação	Corresponde ao local de implantação da ocupação. Ocupações isoladas são aquelas que não apresentam vizinhos próximos. Condomínios formais são aqueles que é possível observar ordenamento viário ou infraestrutura urbanística (iluminação pública, calçamento, etc). Aglomeração é a classificação dada a ocupações situadas em vilas ou agrupamentos que não apresentam ordenamento viário ou presença de infraestrutura.	Isolada; Condomínio formal; Aglomeração.
Arquitetura	A classificação por arquitetura se baseia em ocupações que apresentam características de construção tradicionais <sup>2</sup> (telhas cerâmicas, áreas avarandadas, esquadrias de madeira, edificações térreas, etc). Quaisquer outras características definem a ocupação como não tradicional.	Tradicional; Não tradicional.
Contato com o lago	Grau de ligação com o lago. Ocupações diretamente ligadas com o lago são dadas como anexas. Já as visivelmente ligadas com o lago, porém por meio de estradas, trilhas, caminhos são dadas como conectadas. Todas as outras foram definidas como desconectadas.	Anexas; Conectadas; Desconectadas.

Tabela 1: Método de caracterização das ocupações.

<sup>1</sup> O Estatuto da Terra, art. 4º, inciso I: imóvel rural é "o prédio rústico [...] que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial [...]" (BRASIL, 1964)

<sup>2</sup> Características comuns descritas em Diniz (2008) e Siqueira (2013) (estudos pautados na preservação da arquitetura rural no Brasil).

Após a aplicação dos referidos critérios, cada uma das 139 ocupações observadas recebeu cinco classificações. Os dados coletados estão dispostos no gráfico 1.

### Caracterização das ocupações no recorte



**Figura 3: Gráfico: dados do levantamento.**  
 Fonte: Autor, 2021.

Com relação a tipologia pôde-se observar que grande parte (88%) é secundária, sendo que somente 16 de um total de 139 são primárias. Ao cruzar dados, também se observou que todas as ocupações primárias têm arquitetura tradicional e são de uso permanente. Também é notável que a maior parte das ocupações tem algum tipo de contato com o lago (70%). Contudo, o fator de maior assimetria é com relação ao uso. As ocupações que só apresentaram presença humana aos domingos correspondem a 88%. As visitas realizadas nos dias 3, 4 e 5 de maio (dias úteis) foram marcadas por um baixíssimo grau de atividade, tanto na paisagem quanto em água, como pesca, esportes náuticos e lazer. Com relação aos 12% de ocupações permanentes, observou-se que as estruturas agrícolas são de escala familiar, não foram observadas grandes rebanhos e plantações. Cruzando dados de “contato com o lago” com “tipologia” e “uso”, observou-se que a maior parte das ocupações que tem algum

tipo de contato com o lago (conectadas ou anexadas) são edificações secundárias e pendulares. Contudo, o levantamento fotográfico evidencia uma paisagem formada por ocupações que estão inseridas no meio rural, mas não para “satisfação de suas necessidades primárias”.

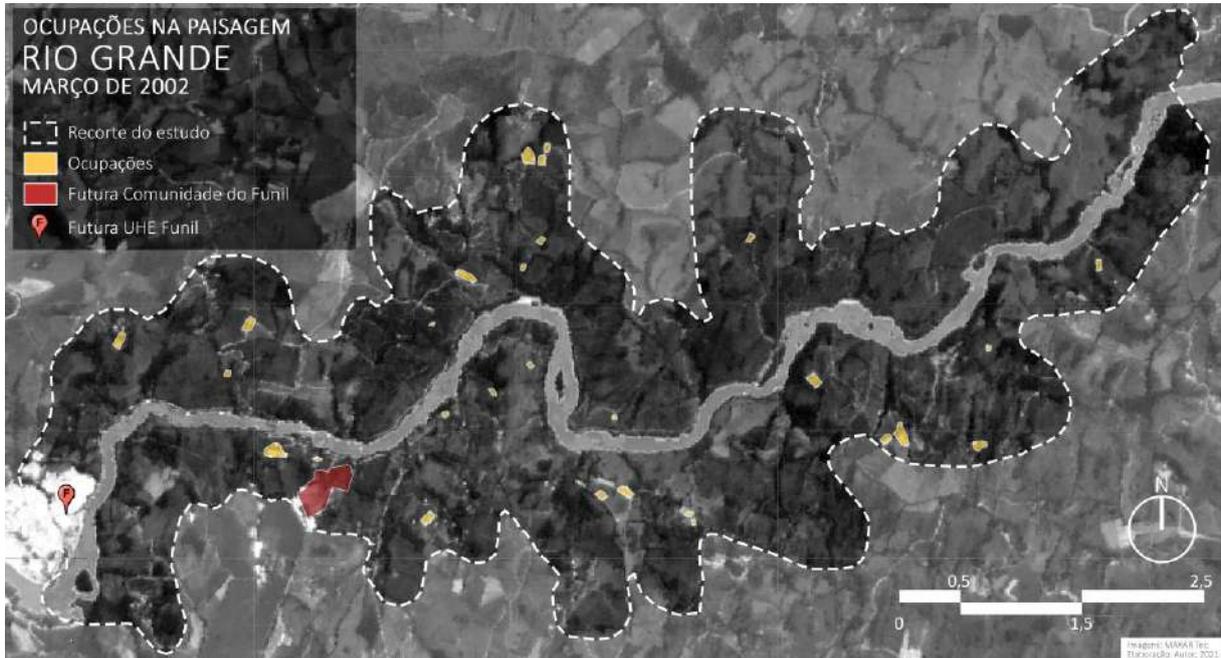
Por razões metodológicas, o levantamento fotográfico foi realizado anteriormente às análises espaciais (por meio de imagens georreferenciadas). Isso se deu para que houvesse o reconhecimento in loco do recorte e com isso uma maior precisão no mapeamento das ocupações. O mapeamento traduz as informações coletadas no nível micro e expõe em um nível macro, além de possibilitar a análise temporal.

Com a caracterização das ocupações realizada, parte-se para a criação de dados SIG, com objetivo não só de ilustrar espacialmente o atual nível de alterações antropológicas na paisagem como para entender quando isso aconteceu e com qual velocidade. Foram analisadas 5 imagens, datadas de forma estratégica nos períodos expostos na Tabela 2.

Período	Descrição	Data
Rio Grande	O período denominado como “Rio Grande” compreende como a última imagem possível do Rio ainda natural. As informações adquiridas nesse período criam um marco zero para a análise, ou seja, todas as ocupações registradas nesse período não representam movimentos ocupatórios causados pela modificação da paisagem ocasionada pela criação do espelho d’água.	Março de 2002
Inundação	O período “Inundação” representa o primeiro momento observável após a cheia do rio e implantação do lago. Com ele é possível visualizar possíveis realocações e também as comunidades planejadas, como a Comunidade do Funil.	Julho de 2003
Estágio 1	O Estágio 1 compreende os sete primeiros anos após a inundação (2002 a 2008) e tem como objetivo mostrar as primeiras ações antropológicas observáveis no recorte.	Julho de 2008
Estágio 2	O Estágio 2 se ilustra o resultado dos quatorze primeiros anos após a inundação (2002 a 2016). Seu objetivo é atuar como uma referência intermediária.	Dezembro de 2016
Estágio 3	O Estágio 3 é a caracterização espacial final do recorte. Com ele é possível relacionar passado e presente, além de estabelecer uma ligação com as análises in loco.	Março de 2021

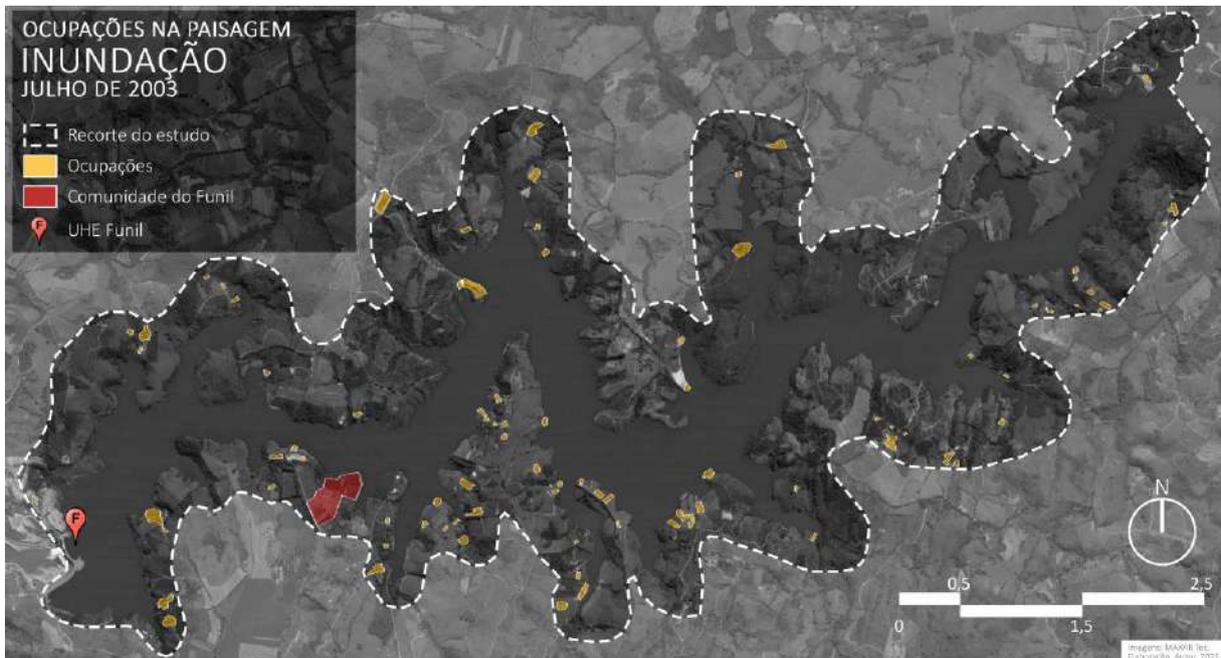
Tabela 2: Recortes cronológicos estudados.

O primeiro período, devido sua data ser do ano de 2002, apresentou uma qualidade de imagem inferior a ideal para um levantamento preciso (como foi o caso das imagens posteriores). Contudo, os resultados encontrados, considerando que seu uso é como parâmetro inicial, se mostrou suficiente. A Figura 4 demonstra o estado do rio e suas margens poucos meses antes do alagamento. Fica evidente que as poucas ocupações identificadas são isoladas, muitas vezes cercadas de áreas de plantio e compostas por construções múltiplas; conformações características de fazendas, sítios e chácaras. Também é possível observar o início das obras para a Comunidade do Funil (realocação).



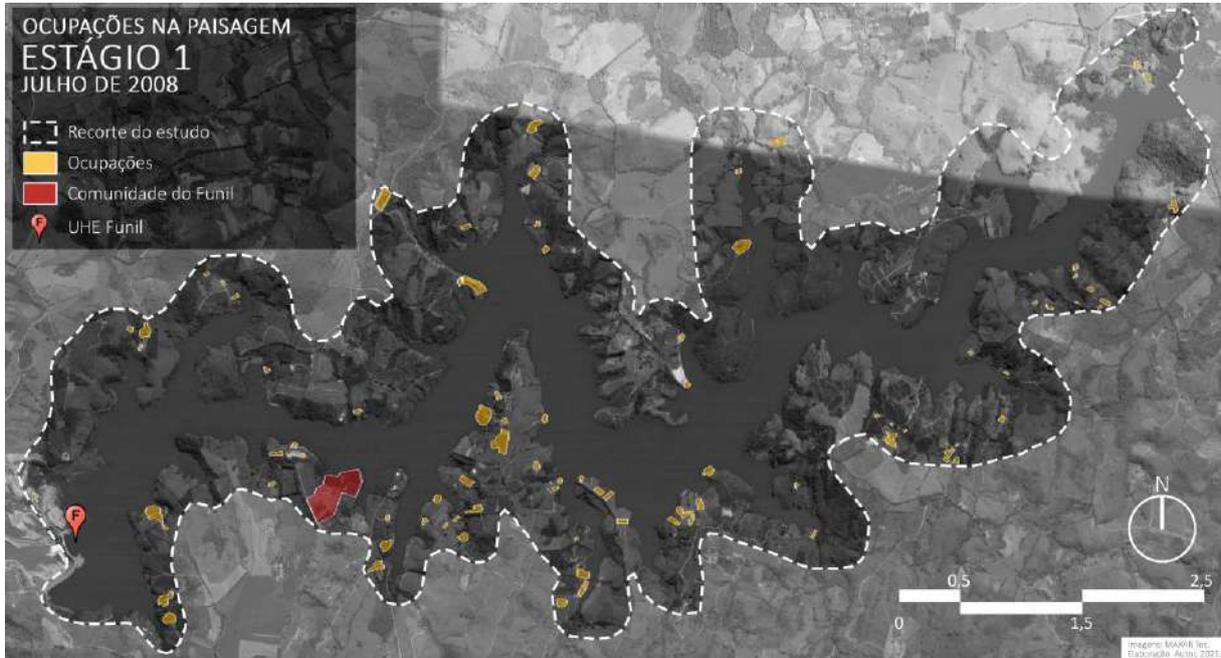
**Figura 4: Período Rio Grande.**  
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

O período “Inundação” é marcado por um primeiro aumento no número de ocupações, mas, em sua maioria, isoladas. Há sinalização de novas ocupações a serem estabelecidas (abertura de vias, lotes vazios). O aspecto principal deste período é a minoritária presença de condomínios (Figura 5).

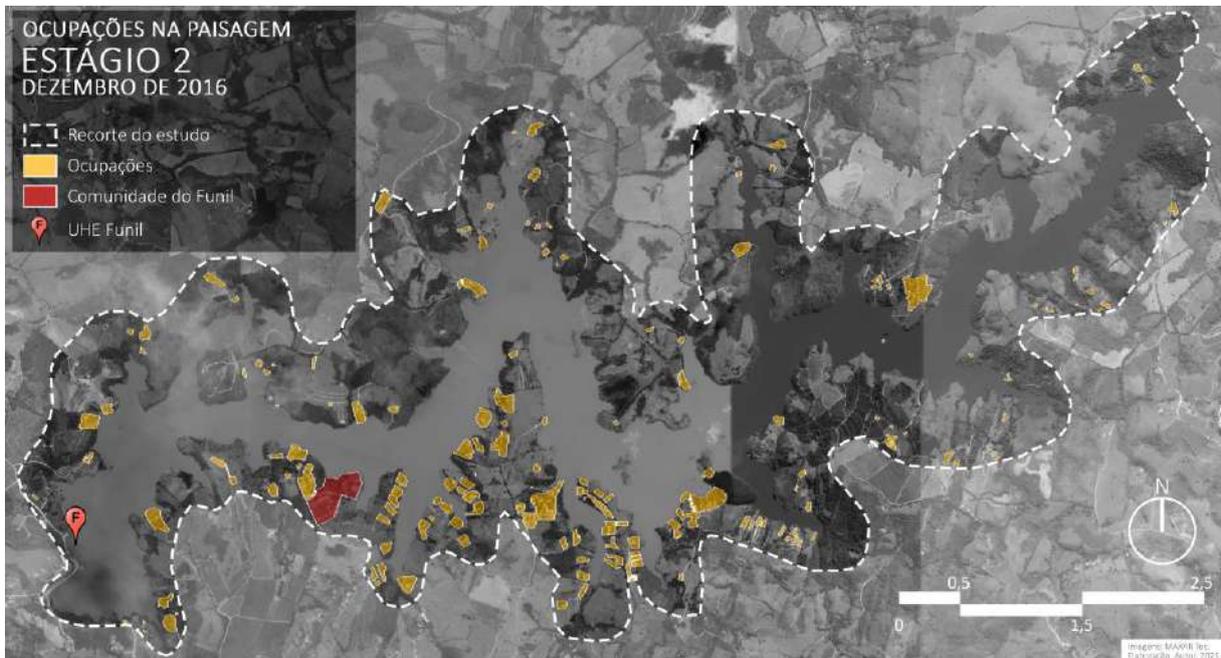


**Figura 5: Período Inundação.**  
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Os estágios 1 e 2 são os que demonstraram a maior acentuação dos níveis de ocupação. Comparando as imagens, é visível a intensidade das alterações. Observa-se que as maiores modificações são de condomínios formais e informais e a busca pela proximidade com o lago (Figuras 6 e 7).

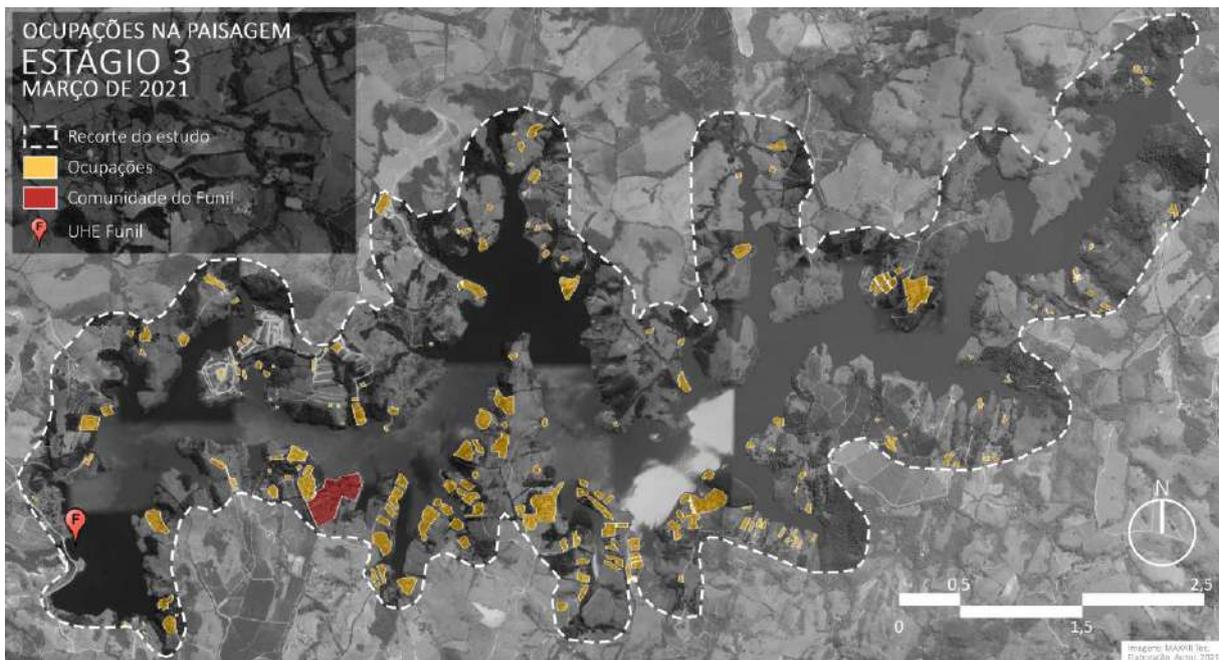


**Figura 6: Estágio 1.**  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.



**Figura 7: Estágio 2.**  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

O último estágio não revela significativas mudanças em relação ao anterior, somente em princípios quantitativos, contudo, o padrão de distribuição segue o mesmo. Porém, analisando além das intervenções já estabelecidas no período, percebe-se uma grande movimentação de estruturas de suporte. Essa característica acaba sendo similar ao observado no ano de 2003, no período “inundação”. Sendo assim, projeta-se para anos futuros um novo período de acentuada ocupação (Figura 8).



**Figura 8: Estágio 3.**  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rio Grande, assim como muitos cursos d’água no mundo todo, atraiu grupamentos humanos que buscavam terras para cultivo. Com passar do tempo, esses grupamentos se tornam sítios e fazendas, mas sua motivação para estar naquele local continuou a mesma. Com a inundação, causada pela construção da barragem, as terras (agora submersas) servem a outros propósitos, no caso, geração de energia. Com a modificação da paisagem (criação do espelho d’água), inicia-se um processo de ocupação das margens e que são, em sua maioria, por motivos não primários. O que antes era lavoura se tornou condomínio. As imagens coletadas em levantamentos fotográficos ilustram uma ocupação distinta da originária e, pelos mapas e recortes cronológicos, percebe-se uma sinalização para novas intensas modificações.

A busca (ou fuga?) por um local afastado dos grandes centros tem se tornado cada vez mais comum. Fatores como acúmulo de capital (que permite a aquisição de uma segunda residência), condição técnica do deslocamento (carro) e as dinâmicas que envolvem a difusão da internet (que agora é facilitada em meios rurais) apontam para uma pergunta: se há suporte para o trabalho; se há conforto; se há, da vista da janela, uma paisagem natural; qual é então o pressuposto para se manter em um aglomerado urbano (que sofre com violência, poluição e pandemias)? São questões elucidadas pelos dados contidos neste estudo. Há uma necessidade de entender com maior profundidade o “êxodo urbano” e a fuga das cidades, seus motivos e principalmente suas consequências que, a longo prazo, podem ir desde problemas ambientais até a gentrificação rural. Além disso, a investigação da ocupação rural busca, também, um entendimento do urbano. Ao identificar os motivos que levam o crescimento exponencial da procura por ambientes afastados das cidades, espera-se detectar os problemas urbanos que motivam a migração.

Com relação à região do recorte, entende-se que os dados quali-quantitativos podem contribuir para o entendimento mais aprofundado das novas dinâmicas observadas (principalmente após relatado que o fenômeno existe). Partindo desses dados, também será possível identificar impactos e problemas, principalmente ao analisar as leis urbanísticas vigentes que versam sobre as ocupações estudadas. A pesquisa iniciou o preenchimento da lacuna existente sobre os quase vinte anos pós represamento.

Por fim, se faz importante pontuar que o trabalho desenvolvido tem seu cerne no exercício da observação que não só está presente como metodologia, como também faz parte das motivações. O autor é parte da história do rio e presenciou a fazenda em que viveu sua infância ser tomada pelas águas para se tornar lago. Essa posição possibilitou observar o fenômeno de dentro, com detalhes e por um período cronológico completo.

## **5 AGRADECIMENTOS**

Ao meu pai, por percorrer comigo, em um pequeno barco de motor de popa, quase 60 km de margens;

à Ana e Laís por ajudarem a remar de volta, quando o motor deu defeito;

ao Instituto Federal do Espírito Santo, em especial ao campus Colatina, por me apresentar a profissão que tanto amo;

ao SIAUS pelo evento tão importante nos dias atuais.

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o estatuto da terra e dá outras providências.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1965. 350 p. Estudos N° 67.

COELHO, Silvério José. *Transformações na Paisagem Decorrentes da Construção da Usina Hidrelétrica do Funil - Uhe-funil e o Impacto no Município de Ijaci, MG*. 2008. 172 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Engenharia Florestal, Engenharia Florestal, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/3821>. Acesso em: 31 ago. 2021.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Velhas fazendas da Ribeira do Seridó*. 2008. 205 p.: II. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 2008.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados agregados. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1310#resultado>. Acesso em agosto de 2021.

PRETTO, Fabelis Manfron. *Entre Cidade e Campo: as segundas residências no espaço rural*. 2018. 376 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2711>.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *A Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1968. 235 p. Ed. ilustrada.

ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995. 86 p. Primeira ed., sexta reimpressão.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, v. 36, n. 72, p. 37-53, 1 ago. 2001. Quadrimestral. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/issue/view/178>. Acesso em: 31 ago. 2021.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SILVEIRA, Aline Vargas da. *Os "casarões de Ibatiba": um patrimônio vernáculo a ser preservado*. Programa de Pós-Graduação e Arte - Centro de Artes. Universidade Federal do Espírito Santo.

VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos (org.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 171-243.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. 580 p. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa.

## Museus ativistas

### *Activist museums*

PEREIRA, Dalva R. R.

Museóloga, mestranda do Programa de Pós-graduação em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade-Pipaus, UFSJ;  
[dalvadosreis@gmail.com](mailto:dalvadosreis@gmail.com)

#### RESUMO

Este artigo faz uma breve análise das relações existentes entre os movimentos artísticos ativistas e as propostas de decolonização da cultura, através de ações ativistas nos museus, que até recentemente estavam, quase que em sua totalidade, dominados por um discurso hegemônico de poder. Esta espécie de ativismo curatorial e de gestão ganha cada vez mais visibilidade não só entre as paredes dos museus, mas avança além muros dos prédios destas instituições. O Muquifu- Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos surge como elemento capaz de tornar-se referência deste processo e provocar reflexões sobre os caminhos da Museologia Social e as ações dos museus.

**PALAVRAS-CHAVE:** Muquifu. Museologia Social, Curadoria, Ativismo.

#### ABSTRACT

*This article makes a brief analysis of the existing relations between activist movements and proposals for the decolonization of culture, through activist actions in museums, which until recently were, almost entirely, dominated by a hegemonic discourse of power. This kind of curatorial and management activism is gaining more and more visibility not only within the walls of museums, but goes beyond the walls of the buildings of these institutions. The Muquifu – Museum of Quilombos and Urban Favelas emerges as an element capable of becoming a reference in this process and provoke reflections on the paths of Social Museology and the actions of museums.*

**KEY-WORDS:** *Muquifu, Social Museology, Curatorship, Activism.*

### 1. INTRODUÇÃO

Ao cursar a disciplina de Pensamento Contra-hegemônico, ministrada pelo Professor Doutor Adilson Siqueira, na Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, urbanidades e sustentabilidade – Pipaus, da Universidade Federal de São João del Rei, dois textos utilizados para estudo e debates em sala de aula<sup>1</sup> me provocou reflexões sobre as ações desenvolvidas pelos museus, especialmente em relação ao Muquifu. Trata-se de *Aesthesis decolonial: artículo de reflexión*, de Walter Mignolo e *Insurgências Poéticas: arte ativista e ação coletiva*, dissertação de André Mesquita.

A análise que Mignolo (2010, 13-14) faz a respeito da transformação da *aesthesis* em estética é o ponto de partida para as reflexões que são feitas neste artigo com as relações que podem se

---

<sup>1</sup> O debate foi realizado através da metodologia Círculos Internos/Externos de ação e reflexão. Participaram os mestrandos: Dalva Pereira, Diego Mendonça, Érika Coelho, Fernanda Nágila, Grazielle Ribeiro, Jéssica Tavares, Karine Bitencourt, Letícia Bassi, Maria V. Resende, Rogério das Dores, Tatiane Bispo, Vera Campos.

estabelecer desta mutação e a retomada de valores da arte e da cultura, que passam novamente a incluir as sensações como ver, sentir, escutar, saborear como parte de uma experiência artística como espectador ou como criador. Sobre a *aiesthesis*, diz Mignolo:

La palabra *aiesthesis*, que se origina em el griego antiguo, es aceptada sin modificaciones em las lenguas modernas europeas. Los significados de la palabra giran em torno a vocablos como “sensación”, “peocaso de percepción”, “sensación visual”, “sensación gustativa” o “sensación auditiva. De ahí que el vocablo se refiera al entrecruzamiento de sentidos y sensaciones, y que fuera aprovechado como figura retórica em el modernismo poético/literário. (MIGNOLO, 2010, p. 13)

O nascimento da estética kantiana no século XVII faz, segundo Mignolo, uma reorientação do conceito da *aiesthesis*, que se restringe como “sensação do belo”. Diz: “Esta operación cognitiva constituyó, nada más y nada menos, la colonización de la *aiesthesis* por la estética”. (MIGNOLO, 2010, p. 14)

O fortalecimento do conceito de estética na Europa não significa que ele fosse compartilhado por outras civilizações, mas na sequência histórica das dominações dos povos dos demais continentes, especialmente a América, em 1492, esta teoria se expande e é implantada junto com a dominação política. A manutenção precária de culturas nativas nestes lugares torna-se cada vez mais precária e desconsiderada em relação aos novos padrões impostos pelo colonizador. Esta prática se perpetua e fica inserida no pensamento e ações, por gerações que incorporam a base epistemológica do conhecimento ocidental como referência para a produção social e intelectual dos povos colonizados. Neste contexto são criados os museus dos territórios colonizados. No caso do Brasil, surgem a partir da presença da família real portuguesa, com o seu acervo particular trazido com a bagagem. Não cabe aqui fazer o relato da trajetória do nascimento dos museus brasileiros, mas sim, avaliar quais as mudanças possíveis nestas narrativas de memórias baseadas em culturas dominantes.

Em seu artigo, Mignolo apresenta alguns trabalhos realizados pelos artistas Fred Wilson, Pedro Lasch e Tanja Ostojic que se caracterizam pela ausência do discurso colonial na criação de processos performativos para representar a história e formular uma crítica às narrativas dominantes nos museus. Estas ações que contribuem para a construção, ou reconstrução do conceito da *aiesthesis*, são inspiradoras para que se possa solidificar um movimento de curadorias artivistas nos espaços museais.

Da mesma forma, a análise e retrospectiva dos movimentos ativistas ocorridos no período de 1990 a 2000, realizada na pesquisa para dissertação de mestrado de André Mesquita, contribuíram para fundamentar a ideia de que movimento possa se estender às ações de curadorias em museus.

Para a realização da análise da relação entre o ativismo cultural e as possibilidades de transformação nas curadorias dos museus, também estão incluídas nestas reflexões as ideias de pensadores da área museológica como Cristina Bruno, Mário Chagas e Hugues de Varine, que são alguns dos responsáveis pelas principais mudanças ocorrida no pensamento museal nos últimos anos. Nesse sentido, o museólogo francês, Varine, é um dos pioneiros, pois sua atuação revolucionária na mudança das estruturas dos museus se inicia nos anos 70 do século passado.

## 2. A NOVA MUSEOLOGIA

Não é possível falar sobre novas práticas curatoriais, sem abordar o surgimento da museologia social e fazer uma retrospectiva das discussões realizadas em algumas reuniões do ICOM<sup>2</sup>– Conselho Internacional dos Museus, destacando os encontros de Grenoble (1971), Chile (1972).

O depoimento de Fernanda Camargo Moro, participante do encontro de 1971, em Grenoble, na França, destaca da conferência um momento que considera um marco. A frase: “Os museus não são feitos apenas para os gauleses brancos” (BRUNO, 2010, p.28) proferida por Stanislas Adotevi<sup>3</sup>, foi um divisor nas discussões que se apresentavam até então. Antes disso houve a circulação de um manifesto pedindo maior democracia no estatuto do ICOM visando transformar os museus em “verdadeiro instrumento para salvaguardar a cultura” (BRUNO, 2010, p.28). Segundo Moro, neste momento é que foi dado o primeiro passo para as mudanças no ICOM e no ambiente museológico. Conforme argumenta, “A proposta de Grenoble era moderna, verdadeira, necessária, sem envelhecer seus ideais”. (BRUNO, 2010, p.29).

---

<sup>2</sup> Criado em 1946, o ICOM é uma Organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus, tendo *status* consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU. Sua sede é junto a UNESCO em Paris. Comitês internacionais e nacionais fazem parte do seu Conselho Consultivo e contribuem para a realização de suas metas.

<sup>3</sup> Stanislas Adotevi, museólogo do Daomé (atual Benin), que nos anos 1970 plantou a semente da descolonização no seio do ICOM[24]. Ele foi influenciado ainda, em seus trabalhos, pelos museólogos franceses Hugues de Varine, Georges Henri Rivière, e pelo africano do Mali, Claude Daniel Ardouin (<https://historiadamuseologia.blog/author/historiadamuseologia/>)

O museu como um “meio” de comunicação (reconhecendo-se sua “linguagem” própria, pois) entre os elementos deste triângulo (território-patrimônio-sociedade), servindo de instrumento de diálogo, de interação das diferentes forças sociais (sem ignorar nenhuma delas, inclusive as forças econômicas e políticas); um instrumento que possa ser útil em sua especificidade e função, ao “homem indivíduo” e “homem social” para enfrentar os desafios que vêm do presente e do futuro (HORTA in: BRUNO, 2010, p.66).

A Mesa Redonda de Santiago do Chile realizada em 1972, tornou-se emblemática por diversos fatores relevantes para a época. Estava sendo realizada pela primeira vez na América do Sul, e o espanhol era o idioma do encontro, que até então tinha o domínio do inglês e do francês como língua oficial, e se realizava em um ambiente político adverso com regimes militares autoritários na maioria dos países latino-americanos.

O museólogo francês Hugues de Varine, ao lado de seu conterrâneo Henri Rivière, são considerados os pioneiros em propor um novo modelo de museu, chamado inicialmente de *Museu Integral* e depois, batizado por Varine de *Ecomuseu*, no sentido de considerar a comunidade e o espaço vivido como determinantes para estabelecer uma proposta de atuação do novo museu. Varine destaca como mensagens essenciais desse encontro, “Aquela de *museu integral*, isto é que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade” e “Aquela do museu como *ação*, isto é, instrumento dinâmico de mudança social”. (BRUNO, 2010, p.40). Mais recentemente, Mário Chagas, entre outros museólogos, tem revisto estes termos e tem preferido utilizar a denominação de Museu Integrado, que consideram mais compatível com a pluralidade de ações desenvolvidas por este tipo de instituição e a seu perfil multidisciplinar.

## 2 QUEM PODE FALAR

O lugar da fala e quem pode falar é a questão que move a produção cultural desencadeada a partir de diversos movimentos, que podem ser denominados de artistas, que tem se destacado ao assumir o protagonismo nos discursos que eram representados por outros, não detentores das vivências. Spivak analisa a ilusão que o subalterno/colonizado possui de que pode ser representado pelo colonizador no lugar da fala. Para ela, a cumplicidade intelectual não existe e o intelectual pós-colonial não pode falar pelo outro, sob o risco de reproduzir um discurso hegemônico. Para Spivak, os intelectuais podem criar espaços para que o subalterno possa falar e ser ouvido e podem se posicionar contra a subalternidade, sem substituir o discurso que deve ser genuíno.

A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. O “direito” de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência

da tradição; ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contraditoriedade que presidem sobre as vidas dos que estão “na minoria”. (BHABHA, 2013. p.21)

Como exemplo disso, é interessante apresentar a experiência de criação do Muquifu em uma das maiores favelas de Belo Horizonte, Minas Gerais, que surge como elemento capaz de estimular este processo e isto torna-se evidente, quando lembramos que a instituição somente é criada após uma longa trajetória de ações de reconhecimento de um patrimônio desenvolvida pela própria comunidade. As iniciativas uniram a comunidade inicialmente na luta contra a violência, através da atividade Caminhada da Paz; contra a discriminação sofrida pelos moradores, com a elaboração da Cartilha de Sobrevivência na Favela; a Revista da Laje com a publicação de artigos de universitários moradores do local e a criação pelo Grupo de Jovens – JUMA.

No documentário produzido por Beatriz Marques, João Otávio, Matheus Rocha e Tim Rodrigues, alunos do curso de Publicidade e Propaganda da UNIBH<sup>4</sup>, Alexandro Trigger, gestor de Projetos e do Educativo do Muquifu, relata como o museu cria suas narrativas. Segundo ele, existe a apropriação de um modelo validador como instituição, mas quem assume o protagonismo são os moradores desse território que relatam suas vivências e buscam uma representatividade na história da cidade. “A ideia é contar nossas vivências, a partir de nossas perspectivas”, diz Trigger. Este pensamento vai de encontro com as ideias de Varine, quando afirma “Esses meios espontâneos para promover a identidade do lugar são reforçados pelo esforço de organizações formais”. (VARINE, 2012, p. 210).

Nesse sentido, atendendo uma solicitação de um grupo de mulheres da comunidade, foi realizada a exposição com os resultados da pesquisa a respeito da história dos uniformes das domésticas. A representação de alguns modelos de roupas comumente usados pelas trabalhadoras domésticas serviu para propor, a partir de uma mostra lúdica e provocadora, uma reflexão sobre condições de trabalho, direitos, formação profissional e relações sociais da qual estas mulheres fazem parte como mão-de-obra ativa desde a escravidão até os dias de hoje.

Deste mesmo museu, apresenta-se um exemplo do acervo que é mostrado através da história de Maria de Lourdes Barreiro Lima, a Lurdinha, moradora da favela que deixou sob guarda do Muquifu uma coleção de objetos formado por um fuso, uma colcha de tear e duas bonequinhas francesas antigas

---

<sup>4</sup>Disponível:

[https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=2642128109213608&id=100002493356586&sf\\_nsn=wiwspmo](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2642128109213608&id=100002493356586&sf_nsn=wiwspmo)

que tem uma chavinha para dar corda e acionar um som semelhante ao de caixinha de música. O fuso ela ganhou quando criança da avó para que ao invés de brincar de bonecas, começasse a tecer, ofício comum das mulheres do Vale do Jequitinhonha, lugar de onde vem esta moradora do Morro do Papagaio. As bonecas, ela comprou de um mascate para as filhas brincarem quando crianças. A história destes objetos e a relação com sua proprietária são mais importantes que a descrição de suas características físicas. Para o Museu de Comunidade, o que mais importa é a trajetória que o objeto percorreu com o seu proprietário, até chegar à instituição.

Ao falar da produção literária, Conceição Evaristo diz que toda narração, mesmo das histórias reais, tem um pouco de invenção do seu autor. Segundo ela, “entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção” (EVARISTO, 2017, p. 11). Porém, segundo a escritora existe a busca de reproduzir uma realidade vivida, a verdade, de reconstruir “memórias esfaceladas misturadas com memórias vivas”. Assim acontece muitas vezes, nas narrativas dos museus, quando é ouvida a voz daqueles que foram silenciados.

Não podem ser ignorados os movimentos de oposição à memória que, como em todo lugar, também ocorrem nas comunidades. O esquecimento voluntário ou involuntário pode fazer com que nem todo o patrimônio identitário de uma determinada população favelada seja passível de proteção, ou que seja desejada sua preservação. Essas escolhas devem ser respeitadas e, por isso, deve se afastar a ideia de que um museu de favela, onde a maioria das pessoas são negras, vá priorizar narrativas que contemplem temas ligados à escravidão, tortura, sofrimento. Nesse sentido, é pertinente evidenciar a letra da composição do rapper Emicida:

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Elas são  
coadjuvantes  
Não ,melhor, figurantes, que nem devia 'tá aqui Permita  
que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz? Alvos  
passeando por aí  
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência É roubar o  
pouco de bom que vivi  
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes Achar que essas  
mazelas me definem, é o pior dos crimes  
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir ( Emicida. Data de lançamento:  
2019<sup>5</sup>)

---

<sup>5</sup>Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=emicida+amarelo&oq=emic&aqs=chrome.2.69i57j0l3.6431j0j7&client=ms-android-samsung&sourceid=chrome->



Esta configuração da museologia afasta os profissionais de uma área confortável, onde fica ao alcance da mão os modelos e regras de procedimentos de conservação e documentação. Para Mário Chagas, “Os museus foram desafiados a se repensar” (CHAGAS *et al.*, 2014, p.26). Para isso, os profissionais, têm que ir além do que está posto como regras, e buscar respostas inovadoras, ou melhor ainda, transgressoras, para os desafios que se apresentam. Se estas ações somarem aos movimentos de curadoria que veem lacunas na história oficial e as transformam em narrativas nos seus espaços, fazendo com que as instituições museais passem a fazer parte de um projeto de revisão da história.

#### 4 REFERÊNCIAS

- BALANDIER, Georges. Poder em cena. Brasília: Universidade de Brasília. 1980. *Apud* MESQUITA, André Luiz. *Insurgências Poéticas: arte ativista e ação coletiva*. Dissertação. Área de Apresentação: História da Cultura. 2008. 429 páginas. USP, São Paulo.
- BHABHA, Homi K.O local da cultura; tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). O ICOM – Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.
- CHAGAS, Mário, STUART, Denise, STORINO, Cláudia (Org.). Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial: Associação Brasileira de Museologia, 2014.
- EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Rio de Janeiro: Pallas. 2017.
- MESQUITA, André Luiz. *Insurgências Poéticas: arte ativista e ação coletiva*. Dissertação. Área de Apresentação: História da Cultura. 2008. 429 páginas. USP, São Paulo.
- MIGNOLO, Walter D. Aesthesis decolonial: artículo de reflexión. CALLE14. Bogotá/Colômbia. Volume 4, número 4. Pag. 10-25. Jan./Jun. 2010.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução: ALMEIDA, , 2013. Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- QUIJANO, Anibal. Colonidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.
- SOUZA, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- VARINE, Hugues. *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

[www.icom.or.br](http://www.icom.or.br)

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/12/classico-de-fernando-novais-que-mudou-historiografia-do-brasil-ainda-gera-debate.shtml>

[https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=2642128109213608&id=100002493356586&sfnsn=wiwspmo](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2642128109213608&id=100002493356586&sfnsn=wiwspmo)

[www.muquifu.com.br](http://www.muquifu.com.br)

## Plano Viário do Bairro De Matozinhos em São João Del-Rei/MG - A Qualidade de Vida como Produto da Mobilidade Urbana

### *Road Plan for Matozinhos District in São João Del-Rei/MG - Life quality as a Product of Urban Mobility*

CARVALHO, Fábio dos Passos

*Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Mestre em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade pela UFSJ.*

NASCIMENTO, Adriana Gomes do

*Professora e pesquisadora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), professora e pesquisadora no Programa Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS/ UFSJ). Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR (UFRJ).*

#### **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo analisar a conformação viária do bairro Matozinhos, na cidade mineira de São João del-Rei, levando em consideração as peculiaridades de sua formação e condicionantes contemporâneas. Objetiva-se compreender a influência do atual contexto viário do bairro na qualidade de vida dos seus moradores e transeuntes, e propor soluções que mitiguem os atuais problemas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mobilidade urbana. Urbanização. Qualidade de vida. Plano viário. São João del-Rei.

#### **ABSTRACT**

*The objective of this article is to analyze the road conformation of the Matozinhos district in the city of São João del-Rei. Where it takes into account the peculiarities of its formation and the current conditions. The objective is to understand the current context district's influence about the quality of life of its residents and passers-by, and propose solutions that mitigate the current problems.*

**KEY-WORDS** (3 a 5): *Urban Mobility. Urbanization. Quality of life. Road plan. São João del Rei.*

### **1 INTRODUÇÃO**

Em sua consolidação como bairro predominantemente residencial, o Matozinhos teve sua malha urbana expandida ao longo dos anos, até alcançar os limites da BR 265. Com esta expansão surgiram bairros menores dentro de seu território como, por exemplo, o Bairro Pio XII, o Bairro Bom Pastor, a Vila Nossa Sra. de Fátima, dentre diversos outros, que apesar de receberem suas denominações locais, integram o grande Matozinhos como assegura a lei 2521, de 31/08/1989 (Gazeta de São João Del Rei, 26 de novembro de 2011).

Atualmente a população do bairro Matozinhos é de 20.153 habitantes (Censo 2010), sendo o bairro mais populoso da cidade, correspondendo a 5% da população urbana sanjoanense e superando em números de habitantes diversos municípios menores vizinhos a São João del-Rei, como Resende Costa, Ritápolis, Prados, Santa Cruz de Minas, entre outros. É também o segundo bairro da cidade que mais cresceu na década de 2000, tendo um aumento de 1.482 pessoas.

A expansão não planejada do bairro nas últimas décadas, a utilização do automóvel particular como matriz primária de transporte, a ausência de um plano regional de interconexão das rodovias (as quais com a expansão do tecido urbano da cidade passaram a cruzá-lo), características naturais da região e má gestão administrativa, compuseram como os principais problemas a culminarem no atual quadro caótico do trânsito no Bairro de Matozinhos, causando queda na qualidade de vida dos moradores e dos transeuntes.

## 2. MATOZINHOS: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

O Bairro de Matozinhos surge como primeiro núcleo de povoamento da cidade mineira de São João Del Rei, quando Tomé Portes Del Rei, taubateano, instalou-se em 1701 (data provável) às margens do Rio das Mortes com o intuito de explorar o serviço de cruzamento e comercializar itens alimentícios com os transeuntes. É assim dado à localidade o nome de Porto Real da Passagem, que era utilizado por bandeirantes vindos de São Paulo e iam em direção à atual região de Ouro Preto. Juntamente ao local de passagem do Rio das Mortes instalou-se uma pequena vila chamada de Várzea do Porto Real da Passagem, que pouco tempo depois viria a ser abandonada em virtude da descoberta de ouro na Serra do Lenheiro, região próxima e atualmente ocupada pelos bairros sanjoanenses do Alto das Mercês e Senhor dos Montes. Entretanto, a finais do século XVIII a região do Matozinhos voltaria a ser ocupada como porção habitacional. (Henriques, 2012).



Figura 1- Rua Bernardo Guimarães, principal rua do bairro Matozinhos até 1950. Início século XX.



**Figura 2—Antigo Pavilhão Municipal. Construção 1913, demolição 1938. Início século XX.**  
Fonte: Grupo Facebook: A antiga São João del Rei.

É notável a importância deste bairro para a cidade. A meados do século XX o bairro de Matozinhos possuía diversas indústrias de diferentes produções, como a Fábrica de Cervejas e Guaraná, a Fábrica São João (têxtil), a Cotonofício (têxtil), curtumes de couros, Fábrica de Tamancos do Sr. Irineu (calçados), John Somers (estanhos), Rancarlos (estanhos), dentre outras.



**Figura 3—Largo de Matozinhos e antiga Igreja de Bom Jesus de Matozinhos, demolida na década de 1970. Início século XX.**  
Fonte: Grupo Facebook: A antiga São João del Rei.



**Figura 4—Estação Chagas Dória (E.F.O.M.). Início século XX.**  
Fonte: Grupo Facebook: A antiga São João del-Rei.



**Figura 5 - Largo do Matozinhos. Primeira metade do século XX. Destaque prédio do SENAI, construído onde era o antigo Pavilhão. Fonte: Grupo Facebook: a Antiga São João del Rei.**



**Figura 6 – Fábrica de Tecidos Matozinhos. Fonte: Grupo Facebook: a Antiga São João del Rei.**



**Figura 7 – Tecelagem João Lombardi, parcialmente demolida em 2018. Atualmente funciona no local um shopping denominado “Pátio Matozinhos”. O conjunto de casas de operários no canto inferior esquerdo e a chaminé são os únicos elementos remanescentes no complexo.**

Atualmente o bairro é predominantemente residencial, mas possui um centro comercial satisfatório e um número de estabelecimentos especializados na prestação de serviços bastante desenvolvido, os quais perdem em número de lojas somente para a região central da cidade. Apesar do desativamento da maioria das indústrias acima citadas, o bairro ainda possui certa vocação industrial, com a grande Serraria Agostini e diversos prédios e galpões, vários deles ainda remanescentes das antigas indústrias, onde desempenham-se atividades como fabricação de móveis, depósitos e marmorarias, por exemplo. Além disso, são inúmeros os estabelecimentos de prestação de serviços, com destaque para atividades especializadas em automotivos.

### 3.CONTEXTO URBANO E ATUAL PERFILDO BAIRRO MATOZINHOS.

O bairro de Matozinhos localiza-se no encontro de três rios, sendo: a foz do córrego da Água Limpa no córrego do Lenheiro e a foz do córrego do Lenheiro no Rio das Mortes, fato que justifica o terreno plano em que o bairro se assenta. A sul e a sudoeste do bairro, além do córrego da Água Limpa, encontra-se o morro da Caieira. A oeste e noroeste o bairro é delimitado pelo córrego do Lenheiro e a norte e nordeste pelo Rio das Mortes.

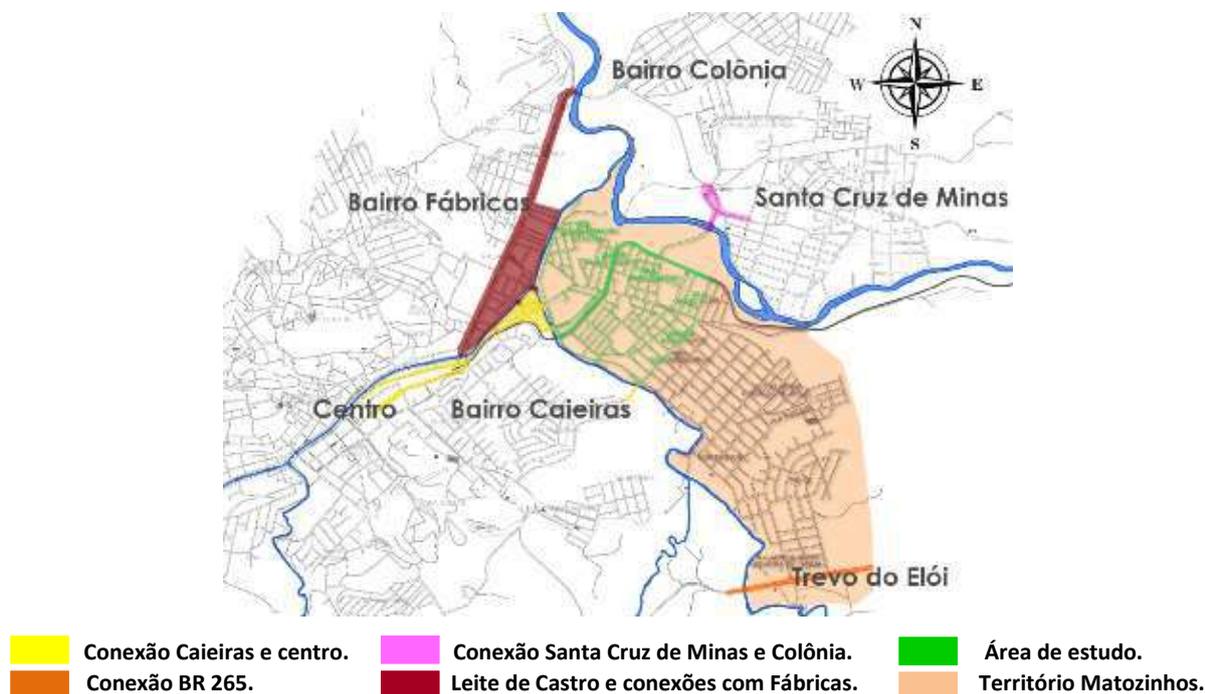


Avenida Sete de setembro.  Avenida Tomé Portes Del Rei.  
 Avenida Josué de Queiróz.

**Mapa 1 – Vias “dorsais” do Bairro de Matozinhos**  
**Autoria: Fábio dos Passos Carvalho – 2015.**

A “coluna dorsal” do bairro se divide em duas grandes avenidas que o cortam em toda sua extensão e configuram-se como vias arteriais, são elas: a Avenida Sete de setembro e a Av. Josué de Queiróz. A primeira conecta-se perpendicularmente à Avenida Tomé Portes Del Rei a qual liga São João Del Rei à cidade de Santa Cruz de Minas e posteriormente fornece acesso ao bairro da Colônia do Marçal. Já a Av. Josué de Queiróz termina no chamado Trevo do Elói, na BR 265, saída de São João Del Rei para São Paulo ou Rio de Janeiro. A maioria das demais vias do bairro estruturam-se a estas duas avenidas, fato que justifica o trânsito problemático do bairro.

Além de possuir grande população e um comércio bastante ativo, as principais vias do bairro: a Av. Sete de setembro, a Avenida Josué de Queiróz, juntamente com a Av. Tomé Portes Del Rei e a Rua Expedicionário Francisco Batista Rios servem de ponte para caminhões de carga ou carros menores entre a BR 265 e a BR 383 que liga a Belo Horizonte e a BR 494 que rumam a Oliveira.



**Mapa 2 – Mancha territorial do bairro de Matozinhos e conexões com territórios vizinhos.**

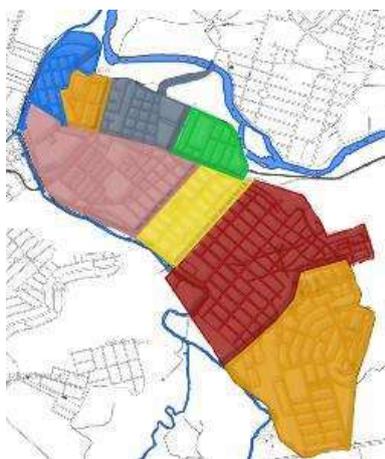
**Autoria: Fábio dos Passos Carvalho – 2015.**

O bairro de Matozinhos, como é mostrado no mapa 2, ocupa ampla porção do território urbano sanjoanense e interliga-se a outras áreas vitais da cidade. O plano diretor municipal define as zonas de adequação ambiental, expostas no mapa 3, o qual mostra a disposição territorial destas zonas no bairro de Matozinhos. Pode-se notar que às margens do córrego da Água Limpa (a sul do bairro) existe uma fina faixa que delimita as margens do córrego como zona de proteção paisagística, entretanto na prática, estas delimitações não são respeitadas, mesmo sendo mínimas em área como mostra o mapa. Em regiões mais avançadas do córrego, esta área já não é mais proposta devido ao início da canalização, mas nota-se também que as demais áreas estão parcialmente adequadas ao zoneamento, no entanto é necessário maior rigor na fiscalização.



- |  |  |   |
|--|--|---|
| <span style="color: green;">■</span> Zona de proteção paisagística | <span style="color: orange;">■</span> Zona de controle urbanístico | <span style="color: gray;">■</span> Zona de urbanização futura          |
| <span style="color: brown;">■</span> Zona de reabilitação urbana   | <span style="color: red;">■</span> Zona de proteção cultural       | <span style="color: lightgray;">■</span> Zona de reabilitação ambiental |

Mapa 3 – Zonas estipuladas pelo plano diretor municipal.  
Autoria: Fábio dos Passos Carvalho – 2015.



- |   |   |
|---|---|
| <span style="color: blue;">■</span> Vila NSa de Fátima    | <span style="color: gray;">■</span> Vila Sto. Antônio |
| <span style="color: orange;">■</span> Vila Paulo Campos   | <span style="color: brown;">■</span> Vila Bom Pastor  |
| <span style="color: green;">■</span> Vila Jesus Silva     | <span style="color: maroon;">■</span> Vila Pio XII    |
| <span style="color: yellow;">■</span> Vila Sta. Terezinha |   |

Mapa 5 – Subdivisões do Bairro Matozinhos.  
Autoria: Fábio dos Passos Carvalho – 2015.



- |   |   |
|---|---|
| <span style="color: green;">■</span> Vias de duplo sentido. | <span style="color: yellow;">■</span> Grandes quadras de empreendimentos. |
| <span style="color: red;">■</span> Vias de sentido único.   |   |

Mapa 6 – Sentidos do trânsito do bairro e de suas conexões.  
Autoria: Fábio dos Passos Carvalho – 2015.

#### 4. CARACTERÍSTICAS VIARIAS QUE CONTRIBUEM PARA A QUEDA DA QUALIDADE DE VIDA NO BAIRRO DE MATOZINHOS

O mapa 6 expõe a forma organizacional dos fluxos do bairro, onde em visita, pode-se observar certas incoerências. Como já dito, as avenidas Josué de Queiróz e Sete de setembro são vias estruturantes do bairro, comportando penosamente o intenso fluxo de veículos. Entretanto podemos encontrar vias paralelas a estas que se igualam porte, mas que são subutilizadas. Há casos também de

vias suficientemente largas receberem orientação única de fluxo (mão única), enquanto ruas de menor porte recebem orientação dupla de trânsito. Outro fato é a ocorrência de grandes terrenos ou grandes quadras que impedem a conexão de determinadas vias do bairro, obrigando todo trânsito a circular pelas avenidas arteriais. O mapa de fluxos destaca também estes “bloqueios”, citando os campos de futebol do Athletic Club e do Social Futebol Clube e a grande quadra ocupada pela Serraria Agostini, entre outros existentes como o terreno da antiga fábrica São João.

A Rua Antônio Giarola é o principal eixo de ligação do bairro Matozinhos com o centro da cidade e Av. Leite de Castro. Possui um alto fluxo de veículos tendo sua qualidade ambiental diminuída por sua ambiência. Trata-se de uma via de porte médio de mão dupla que recebe e conduz os fluxos das Av. Sete de setembro e Av. Josué de Queiróz respectivamente. Suas calçadas são irregulares e estreitas, porém há pouco tempo, recebeu duas faixas elevadas para a travessia de pedestres como forma de garantir, mesmo que precariamente, maior segurança a estes. Além disso, ciclo faixas são inexistentes.

O levantamento de usos destas vias visa quantificar as diferentes formas de apropriação do solo dentro da área de abrangência do estudo. O eixo Rua Dr. Kleber Vasques Figueiras e Av. Josué de Queiróz, concentra diversas atividades comerciais, de serviço, institucionais, bem como residenciais, fato que contribui exponencialmente para o fluxo de veículos nestas vias. Para além destas e das demais vias arteriais, o bairro se apresenta predominantemente residencial. Ao longo destas duas avenidas há trechos em que suas calçadas possuem largura adequada, além de padrão irregular de nivelamento, e as vias não possuem ciclo faixas.

Em um segundo momento de estudo sobre o uso e a ocupação das principais vias do bairro Matozinhos foi produzido o mapa 7, onde expõe-se a forma de ocupação dos lotes lindeiros às vias, bem como a altimetria de suas construções. Nota-se que é grande concentração de estabelecimentos comerciais e de serviço, entretanto o uso residencial também ocorre ao longo das vias estruturantes do bairro, determinando este trecho como ocupação e uso misto. Os demais quarteirões situados ao interior do bairro são de uso predominantemente residencial.

As vias, Rua José Falconere dos Santos e Av. Sete de Setembro, possuem características semelhantes às da Av. Josué de Queiróz e Rua Dr. Kleber Vasques Figueiras. Entretanto um ponto que as diferencia é uma pequena melhora na qualidade ambiental na Av. Sete de Setembro, na altura onde esta se encontra com a Av. Tomé Portes Del-Rei, onde um canteiro central divide a orientação de fluxo. Porém há muito que se adequar ainda nestas vias.



**Mapa 7 – Mapa de usos das edificações das ruas, Antônio Agostini, Dr Kleber Vasques Filgueiras, Av. Josué de Queiróz, Rua José Falconere dos Santos e Av. Sete de Setembro.  
Autoria: Fábio dos Passos Carvalho – 2015.**

A atual configuração do bairro expõe diariamente os transeuntes a situações de risco de vida por não desfrutarem da estrutura necessária para transitarem no bairro de forma segura, pelo fato de o desenho urbano não ser pensado de forma a dar prioridade a pedestres nem a formas alternativas de transporte, somente ao uso de veículos particulares. O levantamento fotográfico (anexo levantamento fotográfico) evidencia certos conflitos. O notável problema viário é justificado quando entendemos as condicionantes do atual panorama do bairro. Sendo Matozinhos um bairro de alta densidade demográfica, que abriga diversos tipos de serviço e em alguns casos até atividades industriais, além de ser uma das portas de entrada da cidade de São João Del rei e ponte para as demais rodovias que cruzam a cidade, devido à falta de um anel rodoviário, é compreensível que haja problemas de fluxo e organização espacial, já que a principal modalidade de transporte na cidade é a do automóvel particular/individual e que as atenções do poder público para estas questões parecem ser mínimas e/ou equivocadas.

O mapa 8 mostra o bairro de Matozinhos em sua configuração viária, sendo suas vias classificadas em arteriais, coletoras e locais. Além disso, indica importantes equipamentos urbanos que influenciam diretamente no volume de tráfego do bairro, como escolas, igreja, clínica de saúde, supermercados, pontos de ônibus e cooperativas de moto taxistas.

Realizou-se um estudo sobre a taxa de fluxo em importantes pontos do bairro de Matozinhos. O estudo consiste na quantificação de veículos que cruzam as vias durante um minuto, além de suas caracterizações tipológicas. Este estudo baseia-se em pesquisas realizadas pela Universidade da Califórnia na região metropolitana de São Francisco, onde constataram que taxas de fluxo de três veículos por minuto, caracteriza-se em uma “convivência pacífica e produtora de uma animação de vida de rua”. Até oito veículos por minuto considera-se um nível de perturbação tolerável. Porém acima de oito veículos por minuto entra-se na faixa de “nível ambiental desagradável”, onde há o abandono das ruas como espaço de convívio (Filho, Malta, 2010). Podemos notar através do estudo a realidade viária excludente da atividade pedestre no bairro.



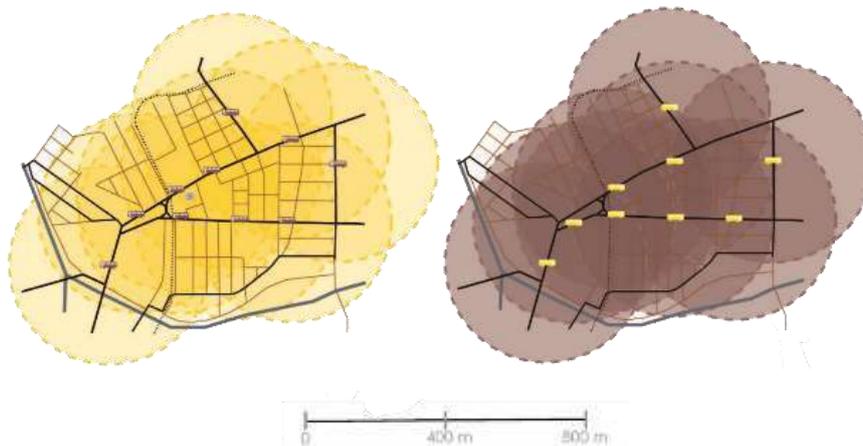
O mapa 9 apresenta os acidentes com vítimas ocorridos no bairro de Matozinhos entre os anos de 2012 e 2015, registrados pela Polícia Militar. Este levantamento é fundamental para elucidar o problema da atual configuração viária do bairro, e a situação de risco de quem o habita ou o frequenta.



● Somatório de 5 acidentes ocorridos. ● Ocorrência de acidente.

**Mapa 9– Mapa de acidentes com vítima registrada por policiais em função de trânsito na área estudada do bairro Matozinhos, entre 2012 e 2015. Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Autoria: Fábio dos Passos Carvalho – 2015.**

Os mapas 9-a e 9-b apresentam a distribuição das paradas de ônibus na área estudada onde, o mapa 9-a representa os pontos do trajeto no sentido centro e o mapa 9-b no sentido interior do bairro. Os círculos amarelos e os marrons representam em um raio de 400m a abrangência de cada ponto de ônibus. Os locais das paradas de transporte público devem ser programados em resposta a alguns estudos sobre determinados critérios, como a densidade de ocupação do bairro, a localização de determinados equipamentos urbanos, e à declividade do terreno. O trajeto máximo que um pedestre percorre confortavelmente a pé no tecido urbano é de 800 metros. (CAMPOS FILHO, 2010) logo, a distância entre os pontos de ônibus de um trajeto deve obedecer este raio. Como se pode notar nos mapas 9-a e 9-b, os atuais pontos de ônibus estão dispostos de forma que suas áreas cubram um raio com menos de 400 metros, o que leva a paradas excessivas e conseqüentemente a atrasos no trajeto percorrido.



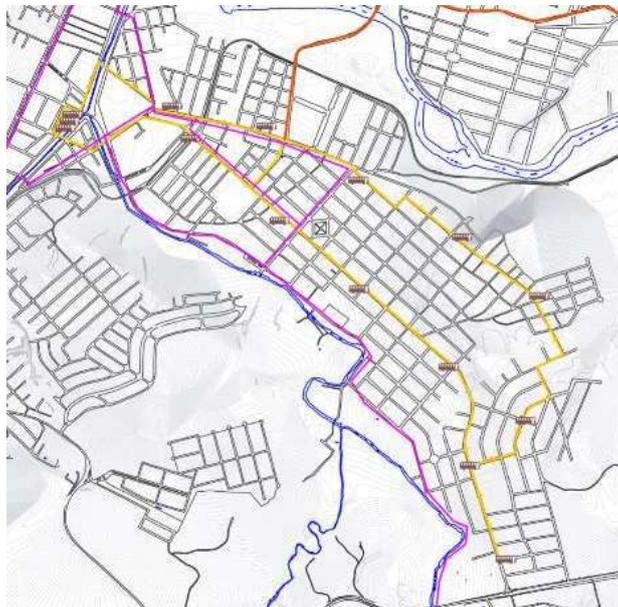
Mapa 9 a– Mapa com pontos de ônibus sentido Matozinhos – Centro, e sua área de cobertura estipulada num raio de 400mm.

Mapa 9 b- Mapa com pontos de ônibus sentido Centro -Matozinhos, e sua área de cobertura estipulada num raio de 400mm. A autoria: Fábio dos Passos Carvalho – 2015.

## 5. PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES NO PLANO VIÁRIO DO BAIRRO MATOZINHOS

A análise e interpretação dos diversos dados coletados possibilitou a proposição de soluções baseadas na busca de uma melhor qualidade ambiental no bairro de Matozinhos. O mapa 10 mostra o trajeto proposto para o ônibus circular do bairro Matozinhos (exclui-se a linha direcionada a Santa Cruz de Minas). Os pontos de ônibus foram recalculados para abranger um raio de 400 metros de distância cada. Todo o trajeto é feito em até meia hora e integra a proposta de melhoria no transporte público da cidade, o qual propõe conjuntamente a realocação da rodoviária para um ponto externo à malha urbana da cidade e o uso de sua atual instalação como um terminal rodoviário municipal.

Outros fatores devem ser levados em consideração para esta análise da qualidade de vida como por exemplo, saúde, educação, segurança, meio ambiente, dentre outros. Partindo deste princípio indagamos o quanto a modalidade de transporte predominante pode contribuir negativamente para estes fatores e em contrapartida os meios de transportes alternativos/coletivos seriam benéficos à qualidade de vida.

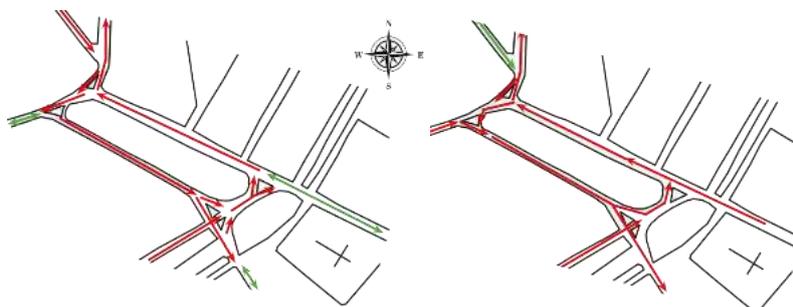


**Proposta de ciclovia.** **Proposta de novas rotas de ônibus.** **Linha para Santa Cruz de Minas.**

**Mapa 10– Mapa com proposta de realocação dos pontos de ônibus no bairro de Matozinhos, criando um sistema rodoviário de transporte público no bairro que se comunique com o terminal de ônibus que se localizaria na atual Rodoviária Municipal de São João del-Rei  
Autoria: Fábio dos Passos Carvalho – 2015.**

A proposta se baseia em implantar a partir de um novo plano viário para o bairro de Matozinhos, as estruturas e os arranjos organizacionais para que estes meios de transporte alternativos possam ser explorados pela população. Primariamente propõe-se a instalação de estruturas ciclo viárias, aproveitando da intimidade do povo sanjoanense com a bicicleta, reformular as estruturas do sistema de transporte coletivo no bairro e, além disso, incentivar a locomoção a pé. Para este ponto usam-se os conceitos da caminhabilidade (walkhability) a qual demanda a promoção de rotas de qualidade para os pedestres. Obviamente, uma resposta satisfatória é resultado da soma destas alternativas de locomoção, com a reorganização do trânsito, determinando novas orientações de fluxo, segregação do tráfego, racionalização das paradas de ônibus, incentivos à não utilização do automóvel particular, dentre outros.

As propostas de reconfiguração viária, como já foi mostrado, fazem parte do conjunto de medidas para que se reordene os fluxos do bairro e que se alcance um resultado satisfatório de mobilidade urbana em prol dos pedestres. Os 11-a e 11-b mostram esta reordenação de fluxos especificamente nos cruzamentos da Praça de Bom Jesus do Matozinhos e o cruzamento do Posto de Saúde de Matozinhos, onde a inversão e exclusão de sentidos do trânsito em determinadas ruas prezam para um melhor ambiente urbano, onde se estimula a prática da caminhada e/ou do transporte alternativo, em detrimento do automóvel.



■ Vias de sentido único. ■ Vias de sentido duplo.

**Mapa 11 a (esquerda) – Mapa da atual orientação de fluxo de trânsito dos cruzamentos da Praça Bom Jesus de Matozinhos.**

**Mapa 11 B (direita)– Mapa com proposta de alteração nos sentidos dos fluxos de trânsito na Praça Bom Jesus de Matozinhos. Autoria: Fábio dos Passos Carvalho – 2015.**

As principais modificações de fluxo no bairro aconteceriam na Avenida Josué de Queiróz, a qual teria seu fluxo bidirecional alterado, para que o trânsito somente flua no sentido da BR265, desde o seu início no cruzamento da Praça Bom Jesus de Matozinhos, até a Rua Expedicionário Francisco Batista Rios. A Av. Sete de Setembro também teria seu fluxo bidirecional alterado desde o cruzamento com a Rua Expedicionário Francisco Batista Rios até a Praça Bom Jesus de Matozinhos, funcionando somente no sentido inverso da Av. Josué de Queiroz. Outra mudança importante é a Antônio Agostini a qual passaria a funcionar somente no sentido da Praça Bom Jesus de Matozinhos.

A Rua Carlos Henrique Ferreira no sub bairro Vila Nossa Senhora de Fátima, passaria a ter dois sentidos em um trecho. Consequentemente com esta reordenação de fluxos, chegou-se em um redesenho urbano, a nível de anteprojeto, onde procura-se contemplar um melhor ambiente urbano com mais segurança e que propicie melhor qualidade de vida de quem usa e vive no local.

O projeto dos cruzamentos se pauta basicamente em transformar a rua em um espaço predominantemente criado para o pedestre, onde a permanência de automóveis só será possível respeitando-se esta inversão de prioridades. Na prática, toda a área dos dois cruzamentos seria nivelada com os passeios, criando assim um piso ininterrupto para quem anda a pé, onde os carros devem subir rampas para acessar esta área. As delimitações de espaços ficam a cargo somente da coloração do piso.



- Áreas destinadas estritamente a pedestres.
- Pavimentação elevada destinada ao trânsito de veículos.
- Ciclovias.

Mapa 12 – Proposta de intervenção no cruzamento da Praça Bom Jesus do Matozinhos e cruzamento do Posto de Saúde do Matozinhos

## 6. PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES NO PLANO VIÁRIO REGIONAL

Os resultados que seriam obtidos com as intervenções anteriormente propostas se teriam maior possibilidade de serem positivos se a problemática viária do Bairro de Matosinhos for tratada como parte de uma problemática maior. Já tratado anteriormente, o bairro serve de caminho obrigatório para veículos que desejam transitar entre as rodovias que circundam São João del-Rei. Portanto se faz necessário um plano regional que proponha uma melhor comunicação rodoviária.

A proposta de ligação interrodoviária amplia a proposta de plano viário urbano do bairro Matozinhos para uma análise regional, abrangendo diretamente três municípios vizinhos: Coronel Xavier Chaves, Prados, Dorés de Campos. A proposta se daria por meio de estradas vicinais e pelo aproveitamento de leitos pré-estruturados da via férrea de transporte de minério que corta a região. Criar-se-ia assim um anel ao redor do perímetro urbano de São João Del Rei, o que desafogaria o trânsito em pontos da cidade, maior integração com os municípios vizinhos, diminuiria o tempo gasto por motoristas para fazer o trajeto de conexão entre as rodovias e possibilitaria que outras intervenções viárias, com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, tomassem forma.



## 11.Referência bibliográfica

- ADORNO, R. C. F. *A cidade como construção moderna: um ensaio a respeito de sua relação com a saúde e com as "qualidades de vida"*.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2006.
- DUARTE, Fábio; SÁNCHEZ Karina; LIBARDI Rafaela. *Introdução à mobilidade urbana*. 1ª Ed. 2007, 3ª reimpressão, Curitiba: Editora Juará, 2012.
- FILHO, Cândido Malta Campos. *Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade*. – São Paulo: editora 34 (2ª edição), 2010.
- FORATTINI, O.P. *Qualidade de vida e meio urbano*. São Paulo, Brasil. Rev. Saúde pública, São Paulo, 25:75-86, 1991.
- HENRIQUES, José Cláudio. *Bairro de Matosinhos: berço da cidade de São João Del-Rei- UFSJ*, 2003.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 13/10/2014.
- KNEIB, Erika Cristine. *Mobilidade urbana e qualidade de vida: do panorama geral ao caso de Goiânia*. Revista UFG/ Julho 2012 / Ano XIII nº 12.
- MATOS E SILVA, César Henrique; RODRIGUES, Marcos Antônio Nunes; GONÇALVES, David Felipe Pinheiro; et. al. *Avaliação das condições de caminhabilidade nas áreas centrais de Salvador e Aracaju, Brasil*. XIV CIU – Congresso Ibero americano de Urbanismo
- PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. *Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação*. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012.
- RAMIS, J. E., SANTOS, E. A. (2012) *Uso de automóveis e o caos urbano – considerações sobre o planejamento de transportes das Grandes cidades*. Journal of Transport Literature, vol. 6, n. 4, pp. 164-177.
- SIMÕES, Fernanda; SIMÕES, Eliana. *Sistema viário e trânsito urbano*. Série cadernos técnicos. CREA - PR, 2011.

## **O impacto que a falta de áreas arborizadas tem sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes e a necessidade de investigar os territórios que tiveram aumento da pobreza multidimensional.**

*SANTOS, Aline Neli; SIQUEIRA, Adilson.*

Palavras-chave: Transtorno do Déficit de Natureza; Holístico; Natureza; Arte; Aprendizado.

Este texto traz uma síntese bibliográfica de estudos publicados a partir de 2020, que demonstram o impacto que a falta de acesso a áreas verdes tem sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes e a importância de investigar o aumento da pobreza multidimensional, com o intuito de relacionar o Transtorno do Déficit de Natureza (TDN) e o seu impacto no processo de aprendizado à formação do sujeito integral (holístico) em tempos pandêmicos onde a pobreza aumentou, mas não somente, a partir de uma abordagem inter-transdisciplinar entre Arte, Cultura, Educação, Psicologia e Ecologia. O ponto de partida é um estudo publicado na revista Plos Medicine (2020), no eCycle e no The Guardian (2020) que demonstrou que crescer em ambientes mais arborizados favorece o QI de crianças e adolescentes. Nele, foram usadas imagens de satélite que mediram e mapearam a vegetação nos diferentes bairros da Bélgica. Segundo o estudo, a pontuação média de QI foi de 105, mas os cientistas descobriram que 4% das crianças em áreas com baixos níveis de vegetação tiveram pontuação abaixo de 80, enquanto nenhuma criança e adolescente tiveram pontuação abaixo de 80 em áreas com mais vegetação. O professor de epidemiologia ambiental da Universidade Hasselt, Tim Nawrot diz que "há cada vez mais evidências de que ambientes verdes estão associados à nossa função cognitiva, como habilidades de memória e atenção". Foi a primeira vez que um estudo examinou a relação entre áreas verdes e QI e ainda são escassas as pesquisas que investigam os impactos da natureza nas distintas dimensões humanas que compõem os sujeitos em seus ciclos de desenvolvimento, e por isso, consideramos importante seguir investigando a relação das crianças e adolescentes com a natureza para conseguirmos ter mais materiais para a discussão pública e a elaboração de ações. Outro estudo realizado na Finlândia (Funverde, 2020) mostra como creches que utilizavam um piso que simula o solo de uma floresta com vegetação rasteira como urze-anã e mirtilos, e desenvolviam atividades em que as crianças cuidavam de plantações, mudou o sistema imunológico das mesmas. Segundo o estudo, a diversidade de micróbios nas vísceras e na pele das crianças tornaram-se maiores e mais saudáveis em pouco tempo em comparação com outras que brincavam em creches urbanas padrão com calçada,

ladrilhos e cascalho. O estudo constatou que as crianças de 3 a 5 anos que frequentavam creches verdes com piso de solo de floresta mostraram aumento de células T e outros sistemas imunológicos importantes dentro de 28 dias. A cientista ambiental da Universidade de Helsinque, Marja Roslund (2020) diz “também descobrimos que a microbiota intestinal das crianças que receberam verdura era semelhante à microbiota intestinal das crianças que visitam a floresta todos os dias”. Uma análise realizada pela Save the Children e a UNICEF diz que “centenas de milhões de crianças vivem em pobreza multidimensional – o que significa que elas não têm acesso a cuidados de saúde, educação, nutrição apropriada ou moradia adequada –, geralmente um reflexo de investimentos desiguais por parte dos governos em serviços sociais”. Acreditamos ser importante investigar os impactos socioambientais, culturais, econômicos, políticos, geográficos e etc, pois fatores socioeconômicos podem agravar ainda mais a presença de áreas verdes e de lazer nos territórios pobres por falta de interesse político, além de considerar relevante pesquisar o TDN por se tratar de um transtorno novo, que atualmente é linguístico, segundo Richard Louv (2016), mas que pode estar relacionado a fatores que dificultam o desenvolvimento social, afetivo, intelectual, motor e espiritual das crianças, adolescentes e adultos em geral, devido à ausência da natureza na vida cotidiana. Os estudos aqui apresentados mostram os impactos positivos para o desenvolvimento humano quando as crianças vivenciam atividades na natureza no espaço escolar e na comunidade, mas também os impactos negativos quando elas não possuem relação cotidiana com a natureza, e no caso das crianças e adolescentes que sofrem os efeitos da pobreza multidimensional é necessário investigar o ambiente em que vivem. Com este resumo pretende-se fomentar a reflexão sobre a importância das abordagens pedagógicas sensíveis que estimulam a experiência direta da criança e do adolescente com a natureza, dentro e fora da escola, e também a importância de combater a pobreza multidimensional, além de fomentar pesquisas que contribuam com esse tema.

## O teatro como prática educacional na alfabetização de adultos

*SILVA, Carlos Henrique Chaves; BOMFIM, Filomena Maria Avelina; SIQUEIRA, Adilson Roberto.*

Palavras-chave: Alfabetização; Educomunicação; Teatro.

A pesquisa, "O teatro como prática educacional na alfabetização de adultos", teve sua dissertação defendida em junho de 2021, no PIPAUS - Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, da UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei e apresenta, principalmente, a capacidade de criatividade, inovação e adaptabilidade às adversidades. Já que, durante a pandemia do Coronavírus, alfabetizou adultos, via whatsapp. Um processo iniciado em março de 2020 e concluído em novembro do mesmo ano.

Depois de identificar o desinteresse dos adultos do EJA, da Escola Municipal Maria Teresa, em São João del-Rei, e a evasão escolar no ciclo de alfabetização, foi desenvolvido um planejamento que envolveu desde um café mineiro no auditório da escola para a apresentação da pesquisa, uma semana antes da pandemia, até estratégias como a edição de vídeos didáticos para exibição no whatsapp, quando todos foram obrigados a permanecer em casa, por conta do Coronavírus.

A pesquisa-ação teve importante papel como norteador do trabalho que teve início com um seminário, delegação de tarefas, avaliações e reavaliações constantes. A partir do Método de Alfabetização de Adultos, de Paulo Freire, e do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, foi desenvolvida uma metodologia própria que proporcionou três níveis de alfabetização: a alfabetização midiática (a partir da necessidade dos estudantes, o educador mostrou como utilizar os recursos do celular, necessário para as aulas à distância). A alfabetização por meio da construção de narrativas e criação de personagens, quando os educandos criaram personagens fictícios para falar sobre sentimentos reais e entenderam que toda história tem começo, meio e fim. E a terceira e última etapa, a alfabetização por meio das palavras geradoras. Das histórias de vida dos educandos, foram retiradas palavras que, separadas em sílabas, deram origem a outras palavras, sugeridas pelos estudantes.

Além da alfabetização em três níveis, a pesquisa contemplou as três áreas do PIPAUS. Na área das Artes, o teatro trouxe de volta o lúdico, o desejo pelo aprender/brincando, tornou o processo coletivo, ainda mais dinâmico e prazeroso. Na área da Sustentabilidade, a pesquisa promoveu a relevância social, por confirmar que cidadãos motivados e críticos são capazes e inspiram os que estão ao redor a também buscarem os estudos e um futuro promissor. No que diz respeito à Urbanidade, o cidadão alfabetizado pode usufruir do lazer, de seus direitos, cumprir seus deveres e melhorar a qualidade da

relação com ambiente onde está inserido, o que lhe garante não só do direito de morar, mas de pertencer ao lugar onde vive.

Como resultados, é possível apontar a evolução dos adultos envolvidos na pesquisa que, em poucos meses, já estavam lendo as placas de rua, nomes de lojas, cardápios em padarias, além de já escrever os próprios nomes e ter adquirido um vocabulário de 343 palavras, trabalhadas durante os meses da pesquisa.

Sem contar, as inúmeras barreiras vencidas como a crença de que eram incapazes, de que já havia passado da hora e de que não conseguiriam. Ponto para a Educação que inclui, preserva as diferenças, valoriza o ser humano e que ainda acredita no afeto como principal ferramenta para devolver dignidade a quem não teve oportunidade de estudar.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=djK15Fvnljg>

## **O Universo ao alcance de todos: A construção de um livro de Astrobiologia como caminho para processos educativos informais, comunicação de Ciência e perspectivas geradoras de uma nova visão sobre o Cosmos.**

*OLIVEIRA, Vitória Cássia Gabriela; FRANCELINO, Delton Mendes.*

Palavras-chave: Comunicação científica; Arte; Astrobiologia; Educação Científica; Educação Ambiental.

Desde os primeiros momentos de sua história, a humanidade se encanta com o céu noturno e busca compreender o Universo; atualmente, as distâncias que nos separam dos planetas e das estrelas vem sendo, aos poucos superadas pela tecnologia. Recentemente, um acontecimento histórico marcou e alterou significativamente a relação humanidade e Cosmos: no dia quinze de julho deste ano (2021), partiu para o espaço a cápsula Crew Dragon, da Space X, com a primeira missão humana tripulada por passageiros civis para fora da Terra (DRAKE, 2021). Essa viagem é importante porque marca o começo de uma era em que o espaço poderá ser visitado por pessoas “comuns”. Apesar de antes inimagináveis, as conquistas possibilitadas pela Ciência, Tecnologia, dentre outros campos, resultaram também, em contrapartida, em uma evidente dissociação entre humanidade e natureza, que com forte legado de séculos de espoliação capitalista e economicista, é vista como mercadoria e subserviente à exploração e dominação predatória antrópica. Como resultado, vive-se na contemporaneidade uma crise ambiental sem precedentes e para salvaguardar a vida no planeta, precisam ser construídos novos (ou adaptados) valores, sentidos e percepção humanas com relação à natureza, à Terra e até mesmo ao Universo. Nesse contexto, mudanças éticas, ou antropeóticas (MORIN, 2000), precisam ocorrer, tendo como entendimento o fato de que as transformações pró Sustentabilidade são transformações necessariamente culturais e, por isso, perpassam processos educativos, que podem estar para além dos ambientes formais. Muitas são as informações científicas disponíveis nas mais diversas plataformas, nem sempre confiáveis, acerca do Universo e dos ramos científicos que buscam compreendê-lo: a Cosmologia, a Astronomia e até mesmo a Astrobiologia. Ressalta-se também que informação nem sempre gera conhecimento e talvez, nem mesmo sentidos e reflexões. Além disso, a divulgação e associação de elementos cósmicos a uma cultura mística têm sido muito recorrentes e podem comprometer processos de Educação Científica e fortalecer perspectivas negacionistas. Em contrapartida a tais possibilidades, caminho interessante revela-se na associação de processos artísticos aos saberes da Ciência, como uma estratégia pedagógica para a educação científica dos

cidadãos (ARAÚJO-JORGE, 2007). Este trabalho busca tecer reflexões e contribuições ao SIAUS, Edição 2021, a partir do relato/discussão acerca do processo de construção de um livro de comunicação e divulgação científica, dos mesmos autores deste resumo, que para além da educação em ciência, visa promover estímulos para a formação de novas maneiras de compreender, sentir e viver no Cosmos e na Terra. Foram selecionados cinco temas que comporão, cada qual, um capítulo com eixos temáticos basilares da Astrobiologia e da Cosmologia, que, aos olhos dos autores, possuem ricas possibilidades para a geração de reflexões profundas acerca do modus operandi humano no Planeta e no Cosmos. Os temas selecionados foram: (I) – A origem do Universo, das estrelas e dos planetas; (II)- Explorando a nossa estrela: o Sol; (III) – A Terra como geradora da vida; (IV)- Vida extraterrestres: Possibilidades e discussões; (V) – O Homem e o Universo: Uma nova colonização? Uma vez definidos, partiu-se para a pesquisa, revisão bibliográfica e exploratória, acerca dos temas, tendo como suporte basilar as obras de Galante et al., (2016) e Cockel (2015). A partir daí, fora iniciado o processo de escrita, dialogando e associando os temas científicos a discussões éticas, a interdependência e interconexões globais e universais da complexa rede que une todos os seres vivos do planeta a toda a matéria e leis físico-químicas que a regem. As discussões trazidas a partir dos temas dos capítulos têm sido fortemente baseadas nas contribuições de Boff (1999), com as dimensões materiais e terrenais da existência, Gadotti (2000) e a proposta da Pedagogia da Terra, Morin (2001) e a Teoria da complexidade e a nova ética do gênero humano e Mauss (2008) com a proposta da Teoria da Dádiva. Acredita-se que o contato com aspectos elementares da Astrobiologia em diálogo com saberes do campo das humanidades, possa romper com visões distorcidas sobre a ciência (GIL PEREZ et al., 2001), possibilitando sua compreensão enquanto prática social, aproximando os leitores de seus postulados e bases epistemológicas e, por fim, sensibilizando ambiental e socialmente a partir do olhar para o mundo científico.

## **Olhares para os reflexos das atividades escolares não presenciais (AENP) causada pela pandemia do vírus Sars-CoV2 nas zonas rurais do município de Prados – MG no ano de 2020.**

*PINTO, Paloma Eduarda Resende; SIQUEIRA, Adilson.*

Palavras-chave: Atividades escolares não presenciais; Projeto Lar e Escola: Educação em Colaboração; Reflexos positivos e negativos; Bem comum.

Com a pandemia causada pelo vírus Sars-CoV2, cenários que antes eram considerados “normais” passaram por mudanças e um deles é a educação escolar brasileira (Alves, 2020; Almeida & Alves, 2020). Pensando nisso, pretende-se aqui apresentar alguns elementos que levaram à proposição de uma pesquisa mais aprofundada, a ser desenvolvida no período de 2021 a 2023 no PIPAUS, destas mudanças na educação escolar básica e pública na zona rural do município de Prados, em 2020. Neste município existem três escolas rurais, com realidades bem distintas entre elas e entre as escolas localizadas na sede da cidade. Para tanto nos pautaremos pela pesquisa participante (BRANDÃO,1999. THIOLENT,1985.) onde, além da revisão bibliográfica sobre o tema estudado, pretende-se realizar pesquisa de característica exploratória (Raupp e Beuren, 2006, p.80) de modo a averiguar o contexto de aplicabilidade das atividades escolares não presenciais nestas escolas, analisando se as mesmas aconteceram de forma direcionada para as realidades dos alunos. Além disso, propõe-se uma pesquisa descritiva e de levantamento (GIL, 2002, pp. 42 e 50) através da aplicação de questionários junto aos alunos e responsáveis para estabelecimento de relações entre os possíveis reflexos sociais positivos e negativos que as atividades escolares não presenciais proporcionaram. Por esse motivo, nosso objetivo é observar se no contexto das AENP’s foram planejadas atividades escolares não presenciais direcionadas para as realidades específicas de cada uma, principalmente para a sociedade e para os alunos da E.M. Monsenhor Assis, frequentada por estudantes de famílias que, em sua maioria, vivem em situação bastante precária, sendo que, a maior parte dos responsáveis pelos estudantes desta escola não são alfabetizados, o que dificulta no momento de auxiliar seus filhos nas AENP’S. Além disso, antes da pandemia já se observava uma dificuldade de interação dos alunos desta escola, muitas vezes causadas pela timidez, situação que, provavelmente, se agravou assim como o que se refere a outro aspecto comum, que é evasão escolar que com o afastamento presencial, aparentemente aumentou. Nossa hipótese é que os resultados esperados terão maiores reflexos negativos, comparados com os positivos e, para tanto, buscaremos averiguar quais foram os impactos relativos

ao aumento do trabalho infantil realizado pelos alunos da escola, dos abusos sexuais e dos maus tratos e negligências sofrido por eles, buscando compreender se o afastamento levou à diminuição das possibilidades de denúncias relacionadas a estes itens. Ademais, pretendemos obter informações sobre a situação de insegurança alimentar familiar, o aumento da evasão escolar, a diminuição da interação entre os alunos e familiares e se isso levou ao aumento da desigualdade social e educacional. Por outro lado, acreditamos que ainda que em menor quantidade tem-se alguns pontos positivos e procuraremos averiguar entre outros, se houve e como se deu a possibilidade de alguns pais que tiveram uma educação conservadora, bancária, para usar o termo freireano (Freire, 1987), terem tido contato com uma nova forma de educação; o possível o aumento da prática de leitura por parte dos responsáveis posto que, no momento de auxiliar os filhos na execução das atividades escolares não presenciais foi necessário a leitura. Acreditamos que os resultados positivos e negativos são muitos e provavelmente impactarão por muito tempo os moradores das áreas estudadas e a sociedade Pradense. Dessa maneira, o objetivo final do trabalho será elencar estes elementos de modo a apresentar sugestões sobre como, no cenário político da cidade, seria possível conferir maior importância ao combate das desigualdades sociais e educacionais, em especial no que toca às comunidades em tela. Por fim, reforçando, consideramos ser de suma importância a necessidade de se estudar, analisar e evidenciar os reflexos positivos e negativos que surgiram com as atividades escolares não presenciais de modo a avaliar a ação do poder público no tocante à educação nessas comunidades de modo a se pensar ações futuras que contribuam para minimizar o impacto causado pela pandemia buscando e propondo caminhos para amenizar e colaborar para a construção de uma sociedade que busque o bem comum (UNESCO, 2016).

## **Processos ecoeducativos no contexto da Sociedade em Rede: pontes para um futuro potencialmente sustentável.**

*FRANCELINO, Delton Mendes; PAULO, Mauricio da Silva.*

Palavras-chave: Meio Ambiente; Comportamento Ecológico; Ecosofia; Educação; Sustentabilidade.

São vários os cataclismos ambientais que têm ocorrido nas recentes décadas e que apresentam direta relação com o modus operandi da humanidade na Terra. Muito teóricos, como Harari (2014), defendem que a espoliação do Sapiens aos outros seres vivos começou muito antes do capitalismo; outros, como Thompson (1995), defendem que o despontar do Renascimento e da Revolução Industrial e, conseqüentemente, o aumento da população global, crescimento das cidades e desenvolvimento de tecnologias de produção para indústrias, são os aspectos mais relevantes para o que hoje se compreende como capitalismo globalizado, fortemente pautado no consumismo. Fato é que: embora existam várias sociedades no globo, é possível falar sobre uma macrocultura, uma cultura globalizante, que com a era das redes (CASTELLS, 1999) trouxe mais ainda processos de artificialização e dissociação entre humanidade e natureza. É possível conectar as pessoas à racionalidades ambientais que sejam mais ecologicamente equilibradas? Se sim, como tornar isso possível? Esta pesquisa, portanto, defende que processos ecoeducativos, que sejam voltados para a construção de uma sociedade de futuro, sustentável, precisam se pautar em práticas sensibilizadoras que levem em conta a Terra como Paradigma (GADOTTI, 2000), a Cidadania Planetária, e não mais o modelo utilitarista e economicista vigente e tão calcado no capital. Por isso, propõe-se a articulação entre contexto, lugar, território, subjetividade e alteridade como recursos elementares para a construção de cidadãos/ sujeitos ecológicos, que sejam capazes de desenvolver olhares críticos e atuações em suas micrologias, em suas singularidades, em diferentes regiões do planeta. Para tal, recorre-se a autores como Moacir Gadotti (2000) e sua obra "Pedagogia da Terra"; Fritjot Capra (1982) com a "Teia da vida"; Delton Mendes Francelino (2017) com "Infinitas Estações: um livro manifesto pela mudança do homem e pelo respirar da natureza"; Guatarri (1989) com o livro "As três ecologias" e Manuel Castells (1999) com o singular "O Poder da Identidade". A partir de associações reflexivas desses autores acerca da Educação Ambiental, Sustentabilidade, Arte e Sustentabilidade e Ecopedagogia é intento do estudo elaborar reflexões profícuas que deem conta de contribuir para os propósitos de educadores, seja em espaços formais ensino (escolas, universidades, dentre outros), seja em espaços não formais (ONGs, Associações de bairro, coletivos vários). Dentre as conclusões já alcançadas, nota-se que a

Ecopedagogia oferece recursos reflexivos relevantes que muito se associam a pressupostos trazidos pela Agenda 2030 (ONU, 2021), um documento global e da Organização das Nações Unidas, a partir do qual esta pesquisa vê potencialidades no âmbito global que a mudança de comportamento ambiental também precisa possuir.

Palavras chave: Meio Ambiente - Comportamento Ecológico - Ecosofia - Educação - Sustentabilidade

**REFERÊNCIAS:**

CAPRA, Fritjof. A Teia da Vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Editora Cultrix, São Paulo, 1995.

CASTELLS, Manuel. Poder da indentidade. Editora Paz e Terra, 1999.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9. ed. – São Paulo: Gaia, 2004.

FRANCELINO, Delton Mendes. Infinitas Estações: um livro manifesto pela mudança do homem e pelo respirar da natureza. Juiz de Fora, MG. Editora Bartlebee, 2017.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. Editora Fundação Peirópolis, São Paulo, 2000.

GUATARRI, Félix. As Três Ecologias. Editora Sextante, Rio de Janeiro, 1989.

HARARI, Yuval. Sapiens: uma breve história da humanidade. Editora L & PM, São Paulo, 2014.

ONU. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas no Brasil. 2021.

Disponível na internet em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

THOMPSON, John. Ideologia e Cultura Moderna. Editora Vozes, São Paulo, 1995.

## O currículo como obra de arte: reflexões sobre o vazio

*The curriculum as a work of art: reflections on emptiness*

SANTOS, Diego Ramires Silva

*Doutorando em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, diegodeiscila@hotmail.com*

### RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre o campo curricular, apresentando pensamentos e abordagens sobre a possibilidade de se trabalhar o vazio do mesmo. Superando o conceito negativo que “currículo vazio” carrega, encontramos nas artes os argumentos necessários para adoção do conceito oriental de “Ma” (espaço entre) que permite entender o vazio como infinitas possibilidades, não como limitador da teoria e prática. Assim, se prega o currículo como obra de arte, e em seguida se opera sobre diferentes possibilidades na interpretação do material é também daqueles que se debruçam sobre ele (artistas e curriculistas) que almejam a produção de uma dada obra final, que deve carregar dentro de si o vazio também.

**PALAVRAS-CHAVE** : Currículo – vazio – arte

### **ABSTRACT** (100 to 250 words)

*The present work seeks to reflect on the curricular area, presenting thoughts and approaches on the possibility of working with its emptiness. Overcoming the negative concept that “empty curriculum” carries, we find in the arts the necessary interferences for the adoption of the oriental concept of “Ma” (space between) that allows us to understand the emptiness as infinite possibilities, not as limiting theory and practice. Thus, if you preach the curriculum as a work of art, and then operate on different possibilities in the interpretation of the material, it is also those who focus on it (artists and curriculum specialists) who aim to produce a given final work, which must be carried inside the emptiness of you too.*

**KEY-WORDS:** curriculum – emptiness - art

## 1 INTRODUÇÃO

O campo curricular historicamente se propôs a pensar diferentes formas de estruturar ou desestruturar um documento escolar que visa uma subjetivação dos sujeitos diante de uma dada realidade. O tempo e o espaço moldam as escolhas e necessidades de cada currículo, dando contornos específicos em determinados assuntos e em determinadas abordagens. Pensar o currículo é pensar as regras de um jogo, as orientações e as possibilidades na solidificação de um material informativo e formativo específico. E dessa maneira, o currículo traz em seu DNA a identidade daqueles que o elaboram, representando um discurso e sua prática na materialidade.

Todavia, ao se propor discutir um currículo, não é incomum se temer a solidificação de um material “vazio”, ou seja, carente de determinados saberes/práticas, resultando assim em um documento sem identidade ou características que julgamos necessárias. Ideia essa que pode se desenvolver diante de envolvidos em debates curriculares, abrindo assim diferentes linhas de interpretação sobre os métodos e óticas para se observar o material final como satisfatório ou não.

## 2 UM OLHAR SOBRE O CURRÍCULO

Inicialmente, podemos pensar a definição sobre currículo e disciplinas que Ferreira (2013) coloca ao dialogar com as pesquisas do Núcleo de Estudos de Currículo (NEC) da UFRJ, os colocando em parte como objetos sócio históricos que trazem consigo significados simbólicos e práticos (GOODSON, 1995), caracterizando posteriormente os processos históricos de um dado recorte contextual.

Repensando sobre esses aspectos, podemos compreender como Ferreira & Jaehn (2012) colocam a História Social e História Cultural como híbridas no debate sobre a História do Currículo, florescendo dessa forma o caráter central de uma cultura contextual dos sujeitos diante de um dado documento que reflete seus objetivos formativos.

É válido pensar que partindo dessa abordagem, é possível também colocar disciplinas acadêmicas e escolares como produções discursivas (FOUCAULT, 2009) que operam pelos signos de poder em acontecimentos discursivos. Indo além do que se fala, o discurso curricular opera em uma dada

materialidade e reflete nas relações dos sujeitos nas tramas educacionais de cada pressuposto disciplinar e propostas de entendimento discursivo.

Posto isso, texto e contexto operam em um jogo de poder (POPKEWITZ, 2020) pela legitimidade de determinados saberes sobre outros. Consolidando os materiais necessários para a fomentação de um sujeito específico ao fim da formação individual de cada aluno.

Essas regras e padrões são historicamente produzidos e funcionam como teses culturais sobre como a criança é e deve viver. falar sobre a criança como, por exemplo, “solucionadora de problemas” ou como “desfavorecida” não invoca meramente categorias para ajudá-la a tornar-se melhor e mais bem-sucedida. Essas categorias corporificam princípios específicos sobre o que é visto, “pensado sobre” e aplicado na escolarização. O “político” da escolarização reside na formatação e modelagem do que é (im)possível. A “razão” da escolarização corporifica um estilo de pensamento comparativo que diferencia, distingue e divide (POPKEWITZ, 2020, p.49)

Ciente dessa abordagem, entendendo os limites dessa identidade de currículo, existem diferentes formas de pensar e questionar os aportes possíveis desse entendimento. Pensando por essa ótica, refletindo sobre os materiais e textos, seria possível entender um determinado documento como “vazio”?

Primariamente, seria importante definir o que seria esse vazio. Termo esse que pode se relacionar total ausência de produção, manifestação, reflexão, atuação ou mesmo a caracterização de ociosidade. Entretanto, podemos pensar o vazio como uma ideia multinível, transdisciplinar e que pode ser interpretada sobre diferentes óticas epistemológicas. Haja vista, quando pensamos um currículo vazio, o associamos a um documento carente de reflexão ou daquilo que julgamos necessário, se tornando apenas uma receita (prescrição). Pensando por esse caminho, podemos traçar determinadas teses sobre os modelos culturais que uma criança ou adolescente vive ou deveria viver, e dessa maneira representando o que Popkewitz (2020, p.60-61) pensa sobre os censos e consensos do cosmopolitismo, e sua estratégia da produção de sujeitos e tipos de personagens culturais.

Nesse sentido, ao se desenvolver o currículo é necessário realizar uma pesquisa sobre os problemas e as teorias que segmentam e racionalizam os processos de formação individual que nomeamos como abjeção e subjetivação (FERREIRA, 2013; GOODSON, 2007) ocasionando a “criação de tipos de sujeitos” (POPKEWITZ 2020).

Logo, o vazio seria uma não-transformação, um não-processo, que ocasionaria um currículo sem ideias e sem conteúdos capazes dialogar (refletir) com os envolvidos. Um documento inerte, sem identidade e sem caráter formativo, que não significasse nada além de instrução e receituários de observação e anotação.

Mas, pensando pela história do currículo, seria possível existir tal mecanismo formativo, uma vez que existindo diferentes abordagens, pode existir algo semelhante a esse “vazio”? Um questionamento profundo, que pode esbarrar em múltiplas interpretações ou formas de pensar a validade do próprio campo curricular e dos constantes debates que o preenchem.

Ao se buscar referências dentro da história do currículo e das questões da teoria curricular, um trabalho que dialoga com essas questões foi o desenvolvido por Elizabeth Macedo (2017), no qual ela refletia sobre como o sujeito se reconhece na cultura, construindo assim elementos que evidenciam a vulnerabilidade constitutiva da subjetividade, não criando espaço para a diferença, ou seja, cerceando a “manifestação espontânea do sujeito”.

Tal entendimento de currículo como discurso normativo é pertinente quando pensamos sobre os meandros das relações estabelecidas dentro da escola e quais os impactos nas relações de poder sob aqueles que produzem o documento e dos alunos diante do material. A autora vai além, reflete sobre como a teoria curricular é heterogênea, contingente, e se torna um reflexo das lutas políticas que acontecem em seu interior, fato que torna importante o estudo do campo pelo viés histórico e político, sem distanciar das relações estabelecidas, algo que também dialoga com Ferreira (2013) e Jaehn (2012).

Macedo (2017) busca em diferentes autores uma forma de entender como o processo de elaboração curricular não permite um diálogo com a variabilidade do contexto e dos sujeitos.

Ela entende os mecanismos da teoria curricular voltados para os sujeitos se reconhecerem na cultura, dessa forma, projetando tipos de sujeitos que orientam esse processo de identificação, sobre aspectos psicológicos, sexuais, religiosos, étnicos. Ela coloca a tradição como responsável geral pelos processos e manutenção dos currículos e de seus movimentos de subjetivação e ordenamento de significados.

Orientando dessa maneira, a adoção de um conceito “ certo “ ou “ errado “,que acaba por gerar diferentes resultados da busca de um material que ser julgue ideal (MACEDO, 2017 p. 540 – 541).

Assim, por gerar um movimento de inclusão se acaba consequentemente firmando diferentes mecanismos de exclusão (p.541). Argumento esse que dialoga com o que Thomas Popkewitz batiza de duplo gesto (2011).

Para autora (e também Popkewitz, em certa medida) a relação de conhecimento com o currículo deve ser pautada pela ausência, abrindo a possibilidade da experiência e do comprometimento da educação com o encontro dos sujeitos. E dessa maneira, vemos brevemente o conceito de vazio (vácuo), sendo superado, e dando lugar à novas perspectivas epistemológicas. Uma perspectiva próxima de autores como Paulo Freire que colocava o contexto como gatilho problematizador, todavia, a autora pensa por um viés mais característico de Pesquisas históricas que levam em consideração a possibilidade de tomar a voz do sujeito como material de análise. Ou seja, ela é ciente das relações de poder (MACHADO, 1979) e de toda a estrutura discursiva instaurada em um documento e na própria escola visando silenciar determinados saberes e práticas.

### **3 O VAZIO ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO E SUAS POSSIBILIDADES**

Quando pensamos o conceito de vazio, é comum o associar a percepção de espaço ou sua total ausência, ou seja, colocado dentro do currículo se pode interpretar como um aspecto negativo. Porém, podemos encontrar em algumas áreas as formas de interpretar esse conceito, gerando assim novas abordagens dentro de diferentes campos e trazendo reflexões para o campo curricular e o estudo de sua história.

Um exemplo dessa postura, seria pensar o currículo como uma obra de arte, ou seja, construto artístico que reflete muito do pensamento daquele que o compôs, seus referenciais, contexto e sua ideologia. Dentro dessa interpretação, podemos encontrar o vazio como uma ferramenta, uma técnica, que é usada na construção de uma determinada obra ciente da perspectiva do observador, e as sensações e intenções envolvidas.

Ao delimitarmos o Vazio em significado, excluimos outros possíveis conceitos, e assim rompemos com a sua liberdade. (...) não há o intuito de impor uma verdade maior sobre o seu significado, pois isso seria, (...), uma decisão violenta e eliminatória de outros sentidos. Contudo, assumimos a noção de Vazio como um vasto espaço de possibilidades. Essa visão filosófica do Vazio apresenta-se em influências dos conceitos e práticas de países como a China e o Japão, do Extremo Oriente, onde é possível encontrar o Vazio como uma forma de contemplação e caminho aberto à possibilidade do todo e de tudo (MORAES, 2020, p.1-2).

Na arte performática, por exemplo, podemos observar como são necessárias as manifestações invisíveis que conectam apresentação e os momentos de desenvolvimento. O silêncio, a respiração, a delicadeza, a postura, e outros elementos são tão importantes quanto a ação do artista que busca transmitir uma mensagem, uma intencionalidade. Se percebe como é necessário pensar pelo viés da relação, que existe um observador que está em contato com a sua obra, tendo um entendimento próprio sobre aquilo diante de si. Quando colocamos o currículo frente desse ressignificado, percebemos que o produto final deve possuir identidade, uma forma de expressão que contemple os valores e crenças daqueles que o elaboram. A obra e o currículo devem ser espaço para a recontextualização e o hibridismo (LOPEZ & MACEDO, 2013), ou seja, um reflexo de necessidades e legitimidade, um espaço de produções discursivas (FERREIRA, 2013) que expressam uma contingência.

Não distante de Moraes (2020), que analisou o conceito de vazio em diferentes campos artísticos e suas influências, trazendo contribuições de autores sobre esse aspecto tão vasto que pode ser interpretado em diversas áreas do saber humano. Do vazio material e conceitual, que depende da relação com público no teatro, até o vazio do não-escrito, ou seja, o improvisado. Todavia, é importante ressaltar como dentro do debate educativo o improvisado não se pode caracterizar como a ordem do dia, ou seja, um processo que desvaloriza os saberes docentes e a formação dos envolvidos com a escola, mas um aliado (DE MOURA, 2016).

Repensando assim, um aspecto ressaltado pela autora é o presente na cultura oriental, espaço onde o vazio adquire um simbolismo diferente daquele que construímos no Ocidente, fato esse que podemos entender pelo cosmopolitismo (POPKEWITZ, 2009), que produz tipos de sujeitos de um determinado

tempo/espço, privilegiando uma ordem do discurso é uma determinada concepção de valores e medidas. Mas como se pode “sair de sua caixa”?

Pensar por outro viés, colocado também como Sistema de Pensamento (POPKEWITZ, 2020), é um processo difícil, arriscado e metódico. Porém, ao se refletir sobre o vazio chegamos a um conceito oriental que dialoga tanto nas artes quanto na filosofia e pode trazer potencialidades para o debate de currículo. O conceito da estética do “entre”, que é conhecido como Ma, e pode nos dar pistas sobre caminhos e percalços “ocidentais” que a história do currículo e a própria teoria curricular podem encontrar.

Ma é uma palavra japonesa que expressa uma ideia para a qual convergem alguns significados. (...) e engloba semânticas como “entre-espço”, “espço intermediário”, “intervalo”, entre outras. (...). É uma tarefa delicada, portanto, conceituar, de modo compreensível para o ocidente, uma noção que se manifesta, por exemplo, nas pausas da fala em uma conversa, considerando-se que, no âmbito ocidental, a lógica é regida pela dualidade. A arquitetura ontológica construída por Aristóteles admitia apenas duas possibilidades – ser ou não ser –, que, baseadas no princípio da identidade e da não contradição, omitiam a terceira opção, aquela intermediária, de “nem ser, nem não ser”, a que o filósofo chamou de terceiro excluído. A lei aristotélica da não contradição traz em si a impossibilidade de uma proposição verdadeira ser falsa ou de uma proposição falsa ser verdadeira e, dessa forma, nenhuma proposição poderia estar nessas duas categorias ao mesmo tempo. Assim, o que era “um e outro” ou “nem um, nem o outro” fora do sistema lógico racional bipolar criado para o desenvolvimento do conhecimento científico. O que ocorre é que estudar o Ma exige, justamente, conhecer o tal espço do terceiro excluído, do contraditório e simultâneo, habitado pelo que é “simultaneamente um e outro” ou “nem um, nem outro”. Esse caráter da possibilidade, potencialidade e ambivalência presente no Ma cria uma estética peculiar que implica a valorização, por exemplo, do espço branco não desenhado no papel, do tempo de não ação de uma dança, do silêncio do tempo musical, bem como dos espços que se situam na intermediação do interno e externo, do público e do privado, do divino e do profano ou dos tempos que habitam o passado e o presente, a vida e a morte (OKANU, 2014, p.150-151).

Diante dessa definição, podemos pensar como esse conceito é poderoso frente uma lógica produtivista, controladora, que fabrica modos de pensar e agir. Seu trunfo parte do pressuposto de superação da dicotomia entre “certo” e “errado”, garantindo possibilidade de um terceiro, quarto, quinto caminho, ou seja, uma outra alternativa, mais possibilidades de escolha.

Ao se romper essa lógica aristotélica, podemos pensar em diferentes níveis de complexidade (MORIN, 2001) e construir pontes necessárias para a sedimentação de um material ciente das relações estabelecidas. A dualidade acaba por corromper as possibilidades e fenômenos anômalos que surgem no processo e no resultado de uma determinada obra, pois, não existe o espaço para a criação, o imprevisto, a identidade do artista. Em resumo, o vazio precedido pelo Ma pode significar um nada que pode ser tudo e conseqüentemente o espaço do nascimento, da vida.

O vazio é um símbolo do movimento, da existência e da resistência. Isozaki (2001) coloca o Ma como tempo – espaço, e rompe com a maneira dual do ocidente que enxerga dois processos isolados, dois pedaços de um “algo maior”. Dessa forma, pensar “tempo-espaço” sendo diferente da tradição “tempo e espaço” garante perceber os infinitos processos nas relações estabelecidas do presente, no espaço e nos sujeitos. Para ele, a divisão dos termos acaba limitando a expansão do debate sobre eles e não permite criar reflexões. O vazio é o que preenche o espaço e dá sentido a forma e regras que adotamos.

Pensar o Ma é refletir sobre uma postura nas relações estabelecidas e nas conexões de poder que orientam nossa existência, pois tradicionalmente somos pautados por discursos de “verdade” que tomamos como legítimos, questões perpendiculares que não tocam nossa responsabilidade e nos distanciam de novas perspectivas enquanto sujeito, grupo ou sociedade. Fato esse que nos aproxima dos debates curriculares, e de abordagens críticas a determinadas posturas e conceitos de interpretação do currículo, como já dito anteriormente, e que exemplificam o próprio campo e sua história, com mudanças e abordagens diferentes.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A compreensão do vazio, dentro da filosofia do Ma, pode ser uma potência quando se trabalha a concepção de um currículo abrangente e democrático, distante das amarras culturais que concebemos. Ao se romper os preconceitos e aceitar a impermanência de um material fluido e não rígido, se abre espaço para a caracterização de diferentes realidades e possibilidades. Ao se entender o currículo como uma obra de arte, se aceita suas imperfeições e também suas potencialidades, pois não se pode entender o material dentro da dicotomia “certo e errado”. Nas artes, o vazio é espaço, é a respiração, e corresponde ao momento a ser preenchido (OKANO, 2014), algo próximo do currículo. Resta-nos, buscar diferentes olhares sobre a produção e concepção de materiais cientes do

cosmopolitismo que nos molda, firmando assim práticas e saberes abertos a transformação e a liberdade que caracterizam as artes e o campo curricular. Tendo isso em vista, podemos pensar que a vida é um constante fluxo de informações e potencialidades e cabe aos sujeitos interpretar as diferentes contingências de cada momento, e somente adotando o vazio enquanto filosofia se pode se ampliar as relações disponíveis. A questão seguinte é, estamos preparados para isso?

## 5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## 6 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições Arendtianas. *Revista Brasileira de educação*. V. 15; n. 43 janeiro/abril 2010
- DE MOURA, Dyeinipher Stefanne Alves et al. A importância do planejamento para as aulas de educação física e o PIBID como intermediador dessa experiência. *Itinerarius Reflectionis*, v. 12, n. 1, 2016.
- FERREIRA, M. S.. História do Currículo e das Disciplinas: apontamentos de pesquisa. In: André Márcio Picanzo Favacho; José Augusto Pacheco; Shirlei Rezende Sales. (Org.). *Currículo, conhecimento e avaliação: divergências e tensões*. 1ed. Curitiba: CRV, 2013.
- GOODSON, I. F. *Currículo: Teoria e História*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOODSON, I. F. *A Construção Social do Currículo*. Lisboa: Educa, 1997.
- JAEHN, L. & FERREIRA, M. S. Perspectivas para uma História do Currículo: as Contribuições de Ivor Goodson e Thomas Popkewitz. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 3, p. 256-272, Set/Dez 2012.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *FOUCAULT, M. Microfísica do poder*, v. 25, p. 7-23, 1979.
- MACEDO, Elizabeth. Mas a escola não tem que ensinar? Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. *Currículo sem fronteiras*, v. 17, n. 3, p. 539-554, 2017.
- MACEDO, Elizabeth ; LOPEZ, Alice Casimiro. Teorias de currículo. *Cadernos de Pesquisa* v.43 n.150 p.1076-1081 set./dez. 2013.

MORAES, Jaqueline Lodi. A minúcia do Vazio nas Artes Plásticas e Performativas: Do corpo no espaço e no tempo. Dissertação de Mestrado em Estudos Artísticos com especialização em Teoria e Crítica da Arte, apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. Porto, 2020.

MORIN, Edgar. Os desafios da complexidade. Morin E, organizador. A religação dos saberes. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 559-67, 2001.

OKANO, Michiko. Ma—a estética do “entre”. Revista USP, n. 100, p. 150-164, 2014.

POPKEWITZ, Thomas S. Estudos curriculares, história do currículo e teoria curricular: a razão da razão\* Em Aberto, Brasília, v. 33, n. 107, p. 47-68, jan./abr. 2020.

POPKEWITZ, Thomas. Cosmopolitismo, o cidadão e os processos de abjeção: os duplos gestos da pedagogia. Cadernos de Educação, n. 38, 2011.

POPKEWITZ, Thomas S. The double gestures of cosmopolitanism and comparative studies of education. In: International handbook of comparative education. Springer, Dordrecht, 2009.

PASK, Gordon. Heinz von Foerster’s self organization, the progenitor of conversation and interaction theories. *Systems Research*, London, v. 13, n. 3, p. 349-362, 1996.

## Cidade, Infâncias e Educação: Existências e Possibilidades

### *City, Childhood and Education: Existences and Possibilities*

SILVA, Ana Luiza Aureliano

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação e Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – PPGFAU-UnB, alaurelianosilva@gmail.com*

Andrade, Liza Maria Souza de

*Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação e Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – PPGFAU-UnB, Professora na FAU-UnB, lizamsa@gmail.com*

#### RESUMO

Atualmente percebe-se no contexto urbano brasileiro o que Maricato (2002) chama de “analfabetismo urbanístico”, em um contexto no qual espaços de discussão e participação, relacionados às questões urbanas são esvaziados ou ocupados por um grupo seletivo de pessoas com interesses técnico/profissionais no assunto. Ao mesmo tempo, as condições de reprodução espacial e social no espaço tem multiplicado desigualdades, intensificado problemas ambientais e individualizado questões coletivas. Este artigo apresenta reflexões a respeito de uma pedagogia urbana que associe cidade, educação e infâncias, no combate ao analfabetismo urbanístico e que colabore na luta pelo direito à cidade, repensando também o contexto educacional no país. Trazendo reflexões iniciais de uma pesquisa, tem por objetivo validar a hipótese de que é possível trabalhar temáticas acerca da cidade, da arquitetura e do urbanismo nos anos iniciais do ensino fundamental. Para isso foi realizada uma análise de conteúdo do material didático utilizado por alunos da rede estadual de ensino de Minas Gerais, considerando a recorrência das temáticas sobre a cidade o urbano e analisando o caráter qualitativo dos conteúdos abordados no material; além de um levantamento teórico conceitual a respeito do tema. A pesquisa revelou que já existe uma abordagem acerca da temática do urbano nos anos iniciais, porém trata-se de uma abordagem superficial, que não se articula com as diversas áreas do conhecimento, não considera os marcadores sociais e não incentiva o protagonismo político dos estudantes, o que revela potencialidades para a arquitetura e o urbanismo colaborando em uma dinâmica transdisciplinar.

**PALAVRAS-CHAVE** Educação e cidade. Infância. Direito à cidade. Pedagogia urbana.

#### ABSTRACT

*Currently, in the Brazilian urban context, what Maricato (2002) calls “urban illiteracy” can be seen, in a context in which spaces for discussion and participation related to urban issues are emptied or occupied by a select group of people with technical interests/ professionals in the subject. At the same time, the conditions of spatial and social reproduction in space have multiplied inequalities, intensified environmental problems and individualized collective issues. This article presents reflections on an urban pedagogy that combines city, education and childhood, in the fight against urban illiteracy and that collaborates in the fight for the right to the city, also rethinking the educational context in the country. Bringing initial reflections from a research, it aims to validate the hypothesis that it is possible to work on themes about the city, architecture and urban planning in the early years of elementary school. For this, a content analysis of the didactic material used by students from the Minas Gerais state educational system was carried out, considering the recurrence of themes about the city and the urban and analyzing the qualitative character of the contents covered in the material; in addition to a conceptual theoretical survey on the subject. The research revealed that there is already an approach to the urban theme in the early years, but it is a superficial approach, which is not articulated with the various areas of knowledge, does not consider social markers and does not encourage the political protagonism of students, which reveals potential for architecture and urban planning collaborating in a transdisciplinary dynamic.*

**KEY-WORDS** Education and city. Childhood. Right to the city. Urban pedagogy.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma parte da pesquisa: “Por Uma Pedagogia da Cidade: Potencializando Territórios Educadores, Construindo Metodologias Participativas”, visa elaborar metodologias que tratem das cidades, da arquitetura e urbanismo e da participação social com as crianças no contexto escolar, tendo a cidade de Lavras-MG como estudo de caso. Além disso, busca-se: compreender o objeto de pesquisa por meio da organização de um “estado do conhecimento”; fazer um levantamento histórico do papel da criança na sociedade no Brasil; identificar possíveis atividades e/ou políticas públicas que tratam da temática das crianças na cidade como sujeitos holísticos e que tratem sobre pedagogia urbana.

Nesse contexto, o presente artigo fundamenta-se em uma perspectiva teórico-metodológica que dá início à esse percurso de construção do “estado do conhecimento” sobre a relação entre a escola, as infâncias e a cidade, propondo uma análise do conteúdo do material didático utilizado no ano de 2020 pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais para o Ensino fundamental I, com o objetivo de compreender se e como a temática das cidades e do espaço urbano são abordadas nessa etapa do ensino, com vistas à possibilidade de construção de uma agenda que busque a “alfabetização urbana”, considerando a arquitetura e o urbanismo como ferramentas fundamentais nesse processo.

O avanço institucional e legislativo que a questão urbana alcançou no contexto da Reforma Urbana, conseguindo inserir alguns pontos importantes na Constituição Federal de 1988, e mais recentemente, a elaboração do Estatuto das Cidades (2001), a Criação do Min. das Cidades (2003) e a partir dele a elaboração de leis que têm por objetivo alcançar cidades socialmente mais justas mostra que, em termos de leis e planos, o Brasil avançou. No entanto, a questão urbana parece não ter sido apropriada por grande parte da sociedade e em muitos casos por parte das próprias gestões municipais. A questão é que o debate sobre as cidades, o entendimento acerca do espaço urbano, no geral, não pertence ao cotidiano das pessoas que ocupam esses espaços, endossando a existência daquilo que Maricato (2002) chamou de analfabetismo urbanístico (MARICATO, 2002).

O “urbanês”, como descreve a autora, presente nas leis e no planejamento urbano, não é algo que se aproxima da apropriação cotidiana de quem vive as cidades (MARICATO, 2002, p.4). As consequências do analfabetismo urbanístico são ainda mais graves se observarmos o desconhecimento da população para o enfrentamento dos impactos promovidos pelo espaço concebido (LEFEVBRE, 1999) pelo e para o capital, onde as desigualdades são reproduzidas, especializando-se no território. As cidades

brasileiras seguem um modelo capitalista de produção e isso tem moldado a maneira de ver e viver a cidade, de gerir as cidades, e principalmente, tem apresentado limites ao alcance do efetivo direito à cidade.

Lefebvre (2001) revela que o espaço urbano nunca estará pronto, e que ele se renova a partir das vivências sociais e das suas demandas. A sociedade necessita não somente do espaço do direito, do essencial, da reprodução, mas também e principalmente do espaço virtual, que potencializa, promove, instiga a criação e os sentidos. O urbano, para Lefebvre, surge como uma “possibilidade de emancipação social”, fazendo parte do real pode “conduzir os seres humanos ao fim da alienação”, e nasce da superação do espaço concebido pelo capital (espaço abstrato) (SANTOS, 2015, p.170). Para Lefebvre, a superação do espaço abstrato está no urbano e consiste na manifestação do espaço diferencial, que possibilita a emancipação social. Advém da práxis da qual “as diferenças entre os indivíduos possam ser a entrada para uma ação política abrangente, partindo da maioria e não de uma minoria intelectualizada” (Idem, p. 178) a possibilidade de um “espaço diferente”, por meio das práticas espaciais autônomas que se reconhecem a partir das diferenças: dá-se o nome de espaço diferencial, que é o espaço da apropriação (Ibidem).

Santos (2015), ao referenciar-se em Lefebvre, salienta a importância do resgate da utopia, para que a mudança ocorra em direção ao espaço diferencial e contra o espaço abstrato (SANTOS 2015, p. 183). O reconhecimento da cidade, do urbano como o espaço da emancipação implica o conhecimento e a apreensão desse espaço e o combate ao analfabetismo urbanístico.

Partimos do entendimento da cidade como meio fundamental para que as diferenças sejam um elemento agregador e não excludente, desde que haja uma leitura do espaço da cidade como o território diverso e educador que ela de fato é. A investigação aqui proposta, parte da necessidade de se buscar meios que democratizem o conhecimento acerca da cidade e do planejamento urbano, representando a possibilidade de se alcançar o direito, levando em conta a cidade como a “primeira forma de vida democrática” e “meio de visibilidade do homem e da mulher, onde aparecem em sua condição de ser humano” (MONTANER e MUXI, 2011, p. 113).

Corroboramos com os pensamentos lefebvrianos sobre a possibilidade da emancipação social através do urbano, e a partir da exacerbação das diferenças pelo espaço diferencial, e levando em conta o impacto que as cidades têm na sociedade e o seu potencial de transformação, como apontam

Montaner e Muxi (2011): “cidades bem geridas e com cidadãos críticos e ativos podem ser a chave para mudar o mundo” (MONTANER e MUXI, 2011, p.142).

A cidade deve ser mais que o espaço da produção, pois a cidade também educa, e a arquitetura e o urbanismo devem estar inseridos nesse contexto e desenvolver o pensamento crítico acerca de uma pedagogia da cidade que seja para todos, acreditamos portanto que a arquitetura (e o urbanismo) são sempre políticos e que têm um papel fundamental nesse processo:

Se a política é a organização social de um grupo que se desenvolve em um espaço, o lugar no qual esse espaço é criado será integrador ou segregador, inclusivo ou excludente, estará orientado de acordo com a aspiração à redistribuição da qualidade de vida ou com a perpetuação da exclusão e do domínio dos poderes. É por isso que a arquitetura é sempre política. (MONTANER e MUXI, 2011, p. 66).

Assumindo a educação como “prática permanente”, não por uma predefinição de meios externos, mas pela consciência do ser humano de sua finitude e assim, pela sua noção de existência no mundo, por “não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e assim, saber que podia saber mais” e assim encontrar-se em contínua formação (FREIRE, 2001 p.11), Freire (2001) afirma que “não é possível ser gente sem, desta ou daquela forma, se achar entranhado numa certa prática educativa. E entranhado não em termos provisórios, mas em termos de vida inteira” (FREIRE, 2001, p. 13). Neste sentido, a educação é um caminho potencial para o combate ao analfabetismo urbanístico e para o alcance da emancipação social e do direito à cidade. Uma vez que, a cidade pode educar e ser simultaneamente objeto, pelos símbolos, signos e histórias que agrega, ser de fato objeto apreendido pelos educandos, afinal, “há uma pedagogia indiscutível na materialidade do espaço” (FREIRE, 1996, p.45).

Além dos questionamentos expostos aqui, que ocorreram a partir do cenário atual, de constante ameaça aos direitos conquistados (em diferentes esferas da sociedade), ressalta-se a necessidade de que o “urbanês” seja “traduzido” não somente para a sociedade civil, mas para os envolvidos da área, incluindo estudantes de arquitetura e urbanismo.

Além disso, apontamos a necessidade e importância de se trabalhar a questão urbana nas escolas e com as crianças, no sentido de minimizar o analfabetismo urbanístico a médio e longo prazos, e também porque tal ação pode gerar repercussões junto aos pais, mães, professoras(es) e pessoas próximas dessas crianças, atuando no curto prazo, inclusive. Ou seja, este foco nas crianças em idade escolar, objetiva criar condições para uma mudança de comportamento nas novas gerações e também pode ser uma forma de fazer quem está à volta delas refletir sobre o espaço urbano. Acreditamos

também que essa tríade educação-cidade-crianças pode ajudar a aprimorar a visão sobre a necessidade de apropriação dos espaços urbanos, ampliando também a noção de cidadania.

Em termos práticos como a Arquitetura e o Urbanismo podem colaborar para a transformação do espaço urbano a partir do entendimento das dinâmicas do espaço social? Tendo em vista os conceitos, apontamentos, e experiências explicitados aqui, esta pesquisa busca validar, ou não, à hipótese de que é possível trabalhar temáticas acerca da cidade, da arquitetura e do urbanismo nos anos iniciais do ensino fundamental. Para isso, propõe-se uma análise de conteúdo do material didático distribuído no estado de Minas Gerais para o ensino fundamental I da rede pública de ensino, no ano de 2020. Devido ao contexto de pandemia no período de análise, e a dificuldade de acesso aos livros didáticos utilizados, esse recorte foi realizado, uma vez que o material escolhido para a análise encontra-se disponível integralmente on-line na página da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais: “Estude em Casa”<sup>1</sup>. A partir da reunião do material, foi realizada uma análise de conteúdo como processo metodológico, buscando-se analisar a recorrência e o contexto com nos quais a temática do urbano aparece no material a qualidade da forma e do conteúdo apresentados, tendo como base o referencial teórico conceitual abordado neste artigo.

## 2 O POTENCIAL PEDAGÓGICO DAS CIDADES

Na contramão do discurso antidemocrático e anticientífico que vem permeando o cenário político brasileiro, consolidando desmontes e cortes em investimentos educacionais, partimos de uma perspectiva de valorização de saberes, e da visão freiriana de que a “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989), que implica na relação que os sujeitos tem com o mundo. Existe uma potencialidade pedagógica e social na temática do urbano e no espaço da cidade como elemento pedagógico, algo que merece ser pensado e que é o eixo motivador deste trabalho. O debate sobre o urbano traz à tona outras questões sociais, uma vez que a cidade é um produto social, a apreensão sobre a cidade implica um entendimento socioespacial, a apropriação do espaço e o entendimento político. Este debate, ajuda na construção de sujeitos críticos, que se reconhecem e aprendem a reconhecer o outro, aprendem a reconhecer e a lidar com as diferenças. Tendo a cidade como objeto, como espaço ocupado, pode-se aprender como transformar a cidade através da apropriação urbana,

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/pets/ens-fund-anos-iniciais>

do urbanismo, do planejamento e da gestão urbana, elementos esses que carecem de uma didática apropriada para serem abordados e realmente apreendidos.

O espaço da escola como espaço da experimentação das reflexões contidas aqui, contribui, não somente para a possibilidade de se trabalhar a noção de escala, que pode partir da sala de aula e se estender para a cidade, como enfatiza que, a escola pública é (ou deveria ser) uma construção coletiva e um direito de todos. É normalmente na escola, onde se estabelecem as primeiras conexões sociais da criança, externamente à família, esse caráter socializante da escola deve ser valorizado e potencializado, para que haja a possibilidade da construção de cidades mais justas, que respeitem as diferenças, e de sujeitos críticos, que exerçam a sua cidadania. É necessária a construção e manutenção de escolas cidadãs, entendendo que: “toda alternativa de futuro passa pela cidadania” (MONTANER e MUXI, 2011, p.113). Escolas que incorporem de fato o caráter coletivo que agrega não somente estudantes, professores(as) e funcionários(as), mas toda uma rede de pessoas que são responsáveis pelo cuidado com os(as) estudantes e/ou que estão inseridas no espaço em um contexto fisicamente próximo àquela(s) escola(s):

“Temos uma Escola Cidadã e uma Cidade Educadora quando existe diálogo entre a escola e a cidade. Não se pode falar de Escola Cidadã sem compreendê-la como escola participativa, escola apropriada pela população como parte da apropriação da cidade a que pertence” a Escola Cidadã pressupõe uma Cidade Educadora (GADOTTI, 2006, p.135).

Para Gadotti (2011), a “Cidade Educadora é, na verdade, a realização dos objetivos do próprio planejamento urbano” (GADOTTI, 2006, p.136). Para o autor, podemos falar em cidade que educa quando ela busca instaurar a cidadania plena, ativa e estabelece canais permanentes de participação, “incentiva a organização das comunidades para que elas tomem em suas mãos, de forma organizada, o controle social da cidade” (Idem). Pode-se dizer que o direito de ser diferente, e a diferença expressa na cidade, a manifestação do espaço diferencial, também é defendida por Freire (2001): “Um outro sonho fundamental que se deveria incorporar aos ensinamentos das Cidades educativas é o do direito que temos, numa verdadeira democracia, de ser diferentes e, por isso mesmo que um direito, o seu alongamento ao direito de ser respeitados na diferença”. (FREIRE, 2001, p.14).

É necessária uma pedagogia da cidade que nos ensine a lidar com esse espaço das diferenças: “Precisamos de uma pedagogia da cidade para nos ensinar a olhar, a descobrir a cidade, para poder aprender com ela, dela, aprender a conviver com ela. A cidade é o espaço das diferenças” (GADOTTI, 2006, p.139).

### 3 PENSAR A CIDADE COM AS CRIANÇAS – CATEGORIAS DE ANÁLISE NO ENSINO

Na perspectiva da geografia, Paganelli (1996) defende o pensar sobre o espaço como conhecimento basilar nos anos iniciais do ensino fundamental. Para a autora “saber pensar o espaço, significa saber ver as paisagens, saber sentir o aroma e os odores dos ambientes: é saber expressar espacialmente, desenhando, pintando, cartografando os espaços e os deslocamentos realizados ou imaginados.” (PAGANELLI, 1996, p, 232). A autora acrescenta ainda a perspectiva política desse saber espacial. Saber que é “essencial aos andantes comuns” e instrumentos fundamentais nas lutas urbanas, e nos lembra que a produção do espaço está além das divisões disciplinares do contexto escolar (Idem). Para a autora, são três as noções fundamentais a serem trabalhadas com as crianças, no contexto da produção do espaço: os grupos sociais – no qual a criança reconhece a sua identidade, individualidade e se reconhece enquanto grupo; os espaços sociais – consciência do corpo no espaço; e os tempos sociais – tempos do ser humano na sociedade, tempo das memórias, tempos da natureza (Idem, p. 231-233).

No início dos anos 1990, Paganelli (1996) defendia a valorização da Geografia como área na construção do conhecimento das crianças. Mais que uma questão curricular, num contexto de uma redemocratização recente, a autora manifestava a sua preocupação com as transformações que a “economia tecnocientífica” poderiam causar no meio ambiente. Nesse sentido, atribuía à educação básica uma “responsabilidade da mudança” no desenvolvimento “autônomo, crítico e criador das crianças” para o exercício da cidadania (Idem, p.233). Passados quase 20 anos, temos hoje no Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e que norteia os currículos e proposta pedagógicas de todas as escolas em território nacional. Apesar de estar orientada por princípios “éticos, políticos e estéticos” que buscam a formação integral e a “construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2018, p.7), uma análise da última versão da BNCC (2017), realizada por FILIPE et al (2021) apresenta um alinhamento do processo educativo apresentado pela BNCC com perspectivas neoliberais, baseado em currículo e avaliação, aquisição de competências e habilidade direcionadas para a empregabilidade (FILIPE et al, 2021, p. 798).

Em contraposição a esse cenário, defendemos a arquitetura e o urbanismo como ferramenta de movimento político e transformador no contexto escolar, uma prática que somada ao conhecimento geográfico, pode acrescentar perspectivas de transformação, construção de cenários e ações

transdisciplinares, sendo a arquitetura uma das disciplinas que se apresenta como uma das que “mais permite a efetiva incorporação e utilização desse conceito” (CAMPOMORI, 2004). Observar o potencial pedagógico das cidades, compreende a leitura do espaço urbano como construção coletiva, integrando a arquitetura e o urbanismo à educação como ferramenta potente na construção e manutenção da cidadania pelos sujeitos. Deve-se explorar o caráter generalista do arquiteto educador e seu potencial transdisciplinar de dissolver as barreiras disciplinares nas universidades para integrar áreas do conhecimento e outros saberes em um saber único e reconfigurado sobre a leitura socioespacial da realidade, isto se trabalhado como códigos geradores de processo participativo de planejamento e projeto como parâmetros urbanísticos e arquitetônicos (ANDRADE et al, 2014).

Com base nesses pensamentos a análise de conteúdo realizada partiu do princípio que considera esse processo metodológico como aquele que “assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem” (FRANCO, 2005, p. 14). Com base nessa perspectiva, depois de um estudo preliminar do material, foram estabelecidos dois padrões de análises: (1) Um associado à recorrência das temáticas sobre a cidade o urbano, e seus desdobramentos temáticos bem como sua categorização por áreas do conhecimento, apresentado no item a seguir a partir de duas tabelas; (2) E outra de caráter qualitativo baseada na forma como esses conteúdos foram abordados no material didático tendo como base a reflexão proposta neste item, que está apresentada em formato de texto no item a seguir.

#### **4 A CIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: RESULTADOS DA ANÁLISE E DISCUSSÃO**

A fim de compreender como a temática da cidade é tratada na educação básica, mais precisamente nos anos iniciais do ensino fundamental, foi realizada uma análise de conteúdo do material utilizado por essa etapa de ensino na rede pública de educação do estado de Minas Gerais. Ao todo foram analisados 35 volumes do Plano de Estudo Tutorado (PET) que foram distribuídos dos primeiros aos quintos anos do ensino fundamental, totalizando 7 volumes para cada um dos períodos, durante o ensino remoto em 2020. A opção pela análise dos “PETs” e não dos livros didáticos utilizados normalmente se deu pela facilidade de acesso aos mesmos (disponibilizados on-line), ao contrário dos livros didáticos que se encontravam nas escolas ou distribuídos com os alunos. Assim como os livros didáticos, os PETs são elaborados de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e por isso podem ser considerados um bom parâmetro para análise de conteúdo das temáticas abordadas.

Em um primeiro momento da análise, foi realizada uma busca pelas palavras cidade, e urbano (urbana, e urbanas também foram consideradas) no material analisado, levando ao resultado apresentado pela figura 1, onde as ocorrências estão marcadas na cor laranja.

		1ºANO							2ºANO							3ºANO										
		V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7			V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7			V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7
Cidade	Urbano	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X			X	X	X	X								
	Cidade	X	X						X	X			X				X									
Cidade	Urbano		X						X	X		X														
	Cidade		X						X	X																

Figura 1: Tabela - Ocorrência das palavras “cidade” e “urbano” no material analisado.  
Fonte: Elaboração própria

A partir da tabela apresentada na figura 1, podemos observar que o tema da cidade e/ou do urbano é abordado em todos os períodos dos anos iniciais do ensino fundamental, sendo mais presente nos terceiros, quartos e quintos anos.

A partir desses resultados, uma segunda análise foi realizada, a fim de compreender quais são os conteúdos abordados dentro dessas temáticas (cidade e/ou urbano), de que maneira eles são abordados e no âmbito de quais disciplinas (ou componentes curriculares, como é tratado no material analisado). Os resultados obtidos foram sistematizados na tabela da figura 2, onde os componentes curriculares foram associados às suas respectivas temáticas por cores. Foram consideradas temáticas que tratassem do espaço e das relações sociais no espaço, tendo em vista o aporte teórico trabalhado inicialmente.

	Conteúdo	Componente curricular
1º ANO	Lugares de convivência; Lugares públicos e não públicos; Tipos de moradias; Elementos da moradia; Materiais utilizados para construção de moradias; Lembranças e memórias sobre os lugares; Brincadeiras de Rua; Noções de rua, bairro, avenida, praça, distrito, cidade, estados; Paisagem; Brincadeiras e costumes; Espaço da escola e espaço da casa; Diferentes tipos de escola; Trajetos, percursos e elementos no caminho; Produção de mapas; Família como primeiro grupo social; Regras de convivência em sociedade; Pontos de referência; Características e elementos da Rua; Representação espacial; Mapa mental;	Geografia, História, Educação Física
2º ANO	Os bairros e suas características; História do bairro; Noções de comunidade; Espaços de convivência; Interações sociais; Diferentes formas de morar; Respeito à diversidade; Direitos das crianças; Diferentes modos de vida; Paisagens; História dos espaços públicos; Patrimônio histórico e lugares de memória; Preservação do patrimônio; Noções de comunidade; Campo e cidade; Características e elementos da Rua; Localização, orientação e representação espacial;	Geografia, História
3º ANO	Mapa; Poluição; Cidade e campo, Urbano e rural; Paisagem natural, Paisagem humanizada; Comunidades tradicionais brasileiras; Patrimônio histórico e cultural; Espaços de socialização; Educação patrimonial; Problemas ambientais; Histórias dos espaços públicos; Lugares de memória; Preservação do patrimônio; Noções de comunidade; Mapas; Formas de representação e pensamento espacial; Diferenças entre campo e cidade; Espaço Urbano e cidade; Espaços públicos e privados; Administração pública; A cidade, seus espaços públicos e privados e suas áreas de conservação ambiental.	Geometria, Ciências, Geografia, História.
4º ANO	Mapa; Paisagem Natural e Paisagem humanizada; Zona urbana e rural; Bairro e suas características; Formas de vida das pessoas; Eleições; Governo e participação; Representação política; Mulheres na Política; Comunidades indígenas e quilombolas; Formas de representação e pensamento espacial; Representações cartográficas; Transformação do espaço pelo homem; Espaço geográfico; Espaço natural ou modificado; A origem do comércio; Trabalho no campo e Trabalho na Cidade; Mundo do trabalho; Integração entre cidade e campo; Modos de vida; Transportes; Mobilidade Urbana; Migração e emigração.	Geografia, História, Língua Portuguesa
5º ANO	Água e meio ambiente; Dinâmica populacional; Transição vida nômade – sedentarismo; Direitos Humanos; Mundo do trabalho; Trabalho e inovação tecnológica; Campo e cidade; Cidadania; Diferenças das cidades; Problemas das cidades; Transporte e comunicação na rede urbana; Fonte e produção de energia; Patrimônio cultural; Crescimento das cidades; Rede Urbana; Regiões metropolitanas; Representações cartográficas; Cidades brasileiras; História das cidades; Crescimento e "modernização" das cidades; Cidades planejadas; Diversidade cultural; Memórias, tradições e culturas.	Ciências, Geografia, História

Figura 2: Tabela – Conteúdo apresentado dentro, associado às áreas “cidade” e/ou “urbano” no material analisado.  
Fonte: Elaboração própria

Os componentes curriculares que trataram do tema foram: Geografia, História, Ciências, Educação Física, Língua Portuguesa e Geometria. Geografia e História predominaram no que diz respeito à abordagem desses temas. Não há uma conexão clara entre conteúdos que são abordados por áreas e conhecimento diferentes, impossibilitando um aprofundamento e uma continuidade dos temas tratados.

A partir do material analisado percebe-se que, embora as temáticas sejam abordadas com relativo peso no material, a discussão dos assuntos não se aprofunda, encoraja ou provoca os estudantes no que diz respeito à atuação transformadora das realidades nos grupos e espaços sociais, algo característico da abordagem da arquitetura e do urbanismo. O conteúdo abordado é bastante repetitivo ao longo das etapas, chegando a ser repetido literalmente em forma e conteúdo, nas atividades propostas, sem que haja profundidade.

Com base no procedimento de pesquisa escolhido, a análise de conteúdo, considera-se a nível de análise nessa pesquisa outros aspectos como: o que e como se fala, com que intensidade, com que frequência? (FRANCO, 2015). A maneira com que as temáticas são tratadas varia entre textos e figuras iniciais e perguntas (abertas e fechadas), além de instruções para desenhar, na grande maioria dos casos. Sobre o material em si: muitas figuras são pequenas, em baixa resolução, o espaço para o desenho é muito reduzido e as impressões do material oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação são realizadas em preto e branco. Muitos dos textos introdutórios tratam mais da dinâmica da reprodução no espaço, relacionando a vida na cidade somente ao comércio e a escola, ignorando a existência e a necessidades de outros espaços e outros usos nas cidades. Perspectivas políticas, relacionadas com o espaço são apresentadas sem contexto e sem nenhum aprofundamento, o que remeta à crítica realizada por Filipe et al (2021) em relação às competências e habilidades impostas pela BNCC, que reproduzem um pensamento neoliberal e acaba por não incentivar noções de cidadania, como aponta Paganelli (1992).

Franco (2005) destaca a importância de se considerar o contexto social do material analisado, quando falamos em análise de conteúdo, nesse sentido, vale lembrar que a profundidade do assunto abordado depende da abordagem e bagagem do(a) professor(a) e do acompanhamento da família (especialmente no período de ensino remoto).

Além da superficialidade dos temas, não há a integração dos conteúdos com a vivência das cidades, como questões relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade relacionada aos contextos produtivos e reprodutivos da vida em sociedade no contexto urbano. O percurso histórico das cidades, a constituição do desenho das cidades o mundo do trabalho e a forma com que esses movimentos se associam com os modos de viver da sociedade também não são relacionados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O material analisado, sob a perspectiva teórica apresentada, demonstra que existe um debate iniciado no âmbito escolar a respeito das cidades, algo que carece profundidade especialmente em relação à perspectiva política e dialógica dos assuntos. Respondendo positivamente à hipótese de que é possível trabalhar temáticas acerca da cidade, da arquitetura e do urbanismo nos anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, novos desafios são colocados, como a presença de arquitetos e urbanistas nas escolas para auxiliar no aprofundamento dos temas e na articulação com o espaço vivido, incentivando novas formas de ver, viver e aprender com e nas cidades.

Em um entendimento que arquitetura é política e que necessitamos cada vez mais de reconectar a questão urbana com a vivência dos espaços. Este artigo apresenta o início de uma trajetória de pesquisa que busca, com as crianças e no espaço das escolas avançar no debate sobre a construção social e política das cidades, buscando em uma atuação no território práticas emancipatórias que direcionem para uma pedagogia da cidade e, conseqüentemente, que contribuam para a efetivação do direito à cidade e combate ao analfabetismo urbanístico.

## 6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Liza Maria Souza de; LEMOS, Natália da Silva; LOUREIRO, Vânia Teles; MONTEIRO, Maria Emília. *Adequação Sociotécnica Para Projetos De Urbanismo Participativo Do Grupo De Pesquisa E Extensão Periférico: Táticas urbanas como tecnologia social, dimensões da sustentabilidade, padrões espaciais e de acontecimentos e construção de cenários*. In: Anais do XVIII ENANPUR, Natal, 2019. Disponível em <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1594> Acesso em junho de 2021.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base*. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 23 mar. 2018.

Brasil. LDB. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. –Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em outubro de 2021.

CAMPOMORI, Maurício J. L.; *A transdisciplinaridade e o ensino de projeto de arquitetura*. In: *Arquitextos, Vitruvius*, 2004. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/588> Acesso em outubro de 2021/

- FILIFE, Fabiana Alvarenga; SILVA, Dayane dos Santos; COSTA, Áurea de Carvalho. *Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular* In: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v.29, n.112, p. 783-803, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ensaio/a/PbZbjrWHzzQ3Yt4LBFzK6NF/?lang=pt> Acesso em setembro de 2021.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores. Associados. Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. *Política e Educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GADOTTI, Moacir (2006). *A Escola Na Cidade Que Educa*. Cadernos Cenpec – Educação e Cidade. São Paulo, n 1, p. 133-141, primeiro semestre de 2006.
- LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001
- MARICATO, Ermínia. *Erradicar o analfabetismo urbanístico*. Texto para a Revista Fase, março 2002. Disponível em: [http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_analfabetismourbano.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_analfabetismourbano.pdf) Acesso em: 15 de jan de 2020.
- MONTANER, J. e MUXI, Z. *Arquitetura e política: Ensaio para mundos alternativos*. Barcelona: editora Gustavo Gili, 2011.
- PAGANELLI, Tomoko Iyda. *Iniciação às Ciências Sociais: Os Grupos, Os Espaços, Os Tempos* In: Geografia, Política e Cidadania – Terra Livre – AGB, nº 11-12. 1996. P. 225, 236.
- SANTOS, Thiago Andrade dos. *A produção do espaço a partir de Henri Lefebvre e a dimensão espacial da ação política*. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Roberto L. de M. (Orgs.) *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. 1. Ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. V. 1. P. 169 – 192.

## **Criatividade e tecnologia na educação a partir do conceito de permacultura**

*Creativity and technology in education from the concept of permaculture*

ROCHA FIUZA MORAES, Adriano

*Mestrando, PIPAUS - UFSJ, adrianofiuza@gmail.com*

CHAVES DA SILVA, Carlos Henrique

*Mestre, PIPAUS - UFSJ, kaikechaves76@gmail.com*

DE OLIVEIRA, Luziany Maria

*Mestranda, PIPAUS - UFSJ, luzianycontato@gmail.com*

DAS DORES, Rogério Alexandre

*Mestrando, PIPAUS - UFSJ, rogerio@escuelabellavista.cl*

DOSE BITTAR, Wanessa

*Mestranda, PIPAUS - UFSJ, wanessabittar@hotmail.com*

### **RESUMO**

Este artigo apresenta uma oficina de projeto criativo para materialização de uma flauta em bambu, por meio das técnicas da permacultura, conectando tecnologias e criatividade. Considerando a crescente crise ambiental que pode trazer graves consequências para a natureza e nos leva a pensar o processo de transformação da sociedade moderna. Mais que uma ameaça à sociedade, o consumo desenfreado e o descarte irregular afetam pela afronta que avança e se consolida. Por isso, a necessidade de apresentar novas possibilidades e formar cidadãos críticos, capazes de olhar e agir sobre a própria história, a fim de minimizar os impactos. A partir daí, podemos explicitar, nas práticas sociais, trazendo um novo elemento para apoiar a transformação, a "reflexividade".

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Permacultura, Transformação social.

**LINK:** <https://drive.google.com/drive/folders/1sYcWWOKmB-XevMK6AoisrzdDioNgu94x?usp=sharing>

### **ABSTRACT (100 to 250 words)**

This article presents a creative project workshop for materializing a bamboo flute, through permaculture techniques, connecting technologies and creativity. Considering the growing environmental crisis that can have serious consequences for nature and lead us to think about the process of transformation of modern society. More than a threat to society, rampant consumption and irregular disposal affect the affront that advances and consolidates. Therefore, the need to present new possibilities and form critical citizens, capable of looking at and acting on their own history, in order to minimize impacts. From there, we can make explicit, in social practices, bringing a new element to support the transformation, "reflexivity".

**KEY-WORDS:** Environmental education, Sustainable Development, Permaculture, Social transformation.

**LINK:** <https://drive.google.com/drive/folders/1sYcWWOKmB-XevMK6AoisrzdDioNgu94x?usp=sharing>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, questões relacionadas com o uso de tecnologias em prol do desenvolvimento humano estão evidenciadas, mas muito se tem perdido desse tema quando se trata de compreender, valorizar e utilizar os recursos naturais, sem prejuízos para o meio ambiente. Neste sentido, Leonardo Boff destaca o que fundamentalmente significa sustentabilidade:

O conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades do presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. (BOFF, 2014, p. 14).

Compactuando com as ideias de Boff sobre Sustentabilidade em busca de justificar a prática educativa sustentável, evidenciamos por meio de uma oficina experimental, que instrumentos materializados a partir do bambu, podem contribuir com o objetivo do desenvolvimento crítico e sociocultural da população.

Planta de formidável resistência e flexibilidade, o bambu apresenta inúmeros aspectos ecoeficientes que o tornam um material de alta tecnologia, podendo ser utilizado em diversas áreas por permitir muita criatividade em sua exploração. Esse material pode ser transformado em instrumentos musicais, móveis, cestos e tantos outros objetos, além de poder ser, fortemente empregado na construção civil, por sua relação peso resistência superar o aço, sendo considerado à prova de terremotos<sup>1</sup>.

O objetivo deste trabalho foi apresentar uma proposta para a realização de oficina criativa que tratou de práticas produtivas, através dos 3 princípios da permacultura, que são, resumidamente, a intervenção humana no meio ambiente; consumo responsável e bem-estar/ relações saudáveis. O trabalho foi embasado também nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>2</sup> que, segundo a Organização das nações Unidas (ONU - 2015), se constituem de uma agenda que traça um plano de ação visando melhores condições de vida para as pessoas, cura e proteção para o planeta e para a prosperidade da sociedade, a partir dos três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental.

Para a compreensão deste experimento criativo, é preciso assimilar alguns conceitos essenciais que perpassam pela permacultura e pela educação ambiental, que facilitam o processo de vivência da oficina.

Em observância do atual contexto de deterioração em todos os âmbitos do meio natural, acrescidos das falhas no sistema educacional do ensino de base, precisamos analisar profundamente os conceitos e práticas que se relacionam ao estilo de vida da atual sociedade. A busca pela satisfação pessoal, que engloba uma aquisição desenfreada de bens, que em sua maioria não são renováveis, é o que move a sociedade do século XXI. Baseada e influenciada pelas propagandas, a sociedade acaba por apreciar exacerbadamente os bens materiais a ponto de muitas das vezes esquecer de considerar a ética.

Para consecução de nossa proposta, estruturamos o artigo em mais quatro seções: Sustentabilidade: desafios para a Educação do século XXI; A educação ambiental potencializada pela criatividade e tecnologia; Metodologia e caracterização do corpus; e Permacultura: realidade para a prática de desenvolvimento sustentável na educação. Seguem-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

## 2 SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI

Acidentes socioambientais, mudanças climáticas, aumento da temperatura, redução da camada de ozônio, efeito estufa, inundações, queimadas das matas, invasões violentas em terras indígenas, o uso de agrotóxicos, a poluição dos rios. Pode-se elencar uma série de problemas ambientais que nos assolam diariamente. Diante de uma realidade que exige novas perspectivas, um novo jeito de pensar e agir, Leonardo Boff (2017) alerta que a sustentabilidade é uma questão de vida ou morte. Já que não fazer nada e deixar que as coisas prolonguem seu curso, pode ser um caminho perigoso e sem volta. Ao mesmo tempo que defende o modelo de sustentabilidade real e aplicável o filósofo Leonardo Boff também critica o uso do termo quase como uma etiqueta, por empresas, governos e imprensa para agregar valor a processos e produtos.

O que, frequentemente, ocorre é uma certa falsidade ecológica ao se usar a palavra sustentabilidade para ocultar problemas de agressão à natureza, contaminação química de alimentos e de marketing comercial apenas para vender e lucrar. A maioria daquilo que vem anunciado como sustentável, na verdade não o é. Pelo menos, em algum estágio do ciclo de vida de um produto, aparece o elemento perturbador das toxinas ou resíduos não degradáveis. O que se pratica com mais frequência é o *greenwash* ("pintar de verde" para iludir o consumidor que busca produtos não quimicalizados). (BOFF, 2017, p. 9)

E justamente por identificar essa falsidade ecológica, é que este artigo propõe uma solução real, viável e replicável, com a preocupação em garantir meios para o atendimento das necessidades desta e das futuras gerações, além de tratar de termos como continuidade e expansão e apontar a necessidade da realização das potencialidades do ser humano.

O estudo está em congruência com as Nações Unidas que definiram, em 2015, dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte de uma nova agenda que deve finalizar o trabalho dos ODM. Na época, Estados-membros e a sociedade civil negociaram suas contribuições para cumprir mais essa etapa que reflete os novos desafios de desenvolvimento e está ligada ao resultado da Rio +20, conferência da ONU sobre o desenvolvimento sustentável, realizada no Rio de Janeiro, em 2012. A intenção é que por meio destas medidas, até 2030, os países consigam acabar com a pobreza, transformar vidas e encontrar formas de proteger o planeta. E a quem cabe oferecer novas formas de pensar e agir sobre o meio ambiente e as diversas áreas de conhecimento interligadas a ele? Quem vai possibilitar novos olhares, mais críticos, resilientes e preocupados com o futuro próximo, que depende de ações imediatas e decisivas?

Segundo Gadotti, “O conceito de desenvolvimento sustentável, visto de forma crítica, tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação.”

Neste contexto, a educação ambiental pode ter um papel decisivo na formação de cidadãos. Desde 1981, a inclusão da temática ambiental é uma realidade, mas foi só em 1999, por meio da lei 9.795, regulamentada pelo Decreto n 4.281<sup>3</sup>, de 25 de junho de 2002, que a Educação Ambiental e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) como componente essencial e permanente da educação, foram implementadas.

A lei existe, mas não formulou um modelo pronto ou uma cartilha com regras a serem seguidas, a Educação Ambiental está em constante construção. É um processo que, segundo Dias (2004), possibilita entendimento sobre nossa relação com o meio ambiente. E se faz em busca de soluções para o bem comum.

Gadotti afirma ainda que modificados pelo conhecimento, os homens tornam-se cidadãos, reconhecem seus direitos e deveres e organizam uma vida sustentável. Além disso, quando conscientes de seu papel na sociedade, inspiram outras pessoas ao redor que acabam por ter o mesmo

desejo de se emancipar por meio do conhecimento. E sustentabilidade não diz respeito apenas ao meio ambiente, mas sim à formação de pessoas que, a partir do exercício da cidadania, conseguem organizar uma vida sustentável, com a consolidação de conquistas anteriores, melhoria do momento presente e a expansão no futuro.

Exemplos de como propor soluções para que a vida siga no seu melhor estado são os projetos de extensão criados nas universidades. Um deles foi a proposição de uma oficina educativa aliando tecnologia e criatividade para vivenciar o desenvolvimento de um Pifano<sup>4</sup> a partir da matéria-prima Bambu. Um projeto desenvolvido durante a disciplina Tecnologias e Criatividade, ministrada pelo professor Eduardo Bento, no Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, da Universidade Federal de São João Del Rei. Testado e aprovado por músicos da UFSJ. Um pequeno passo que pode vir seguido de outros grandiosos, com a multiplicação do projeto para outras escolas e universidades.

Criação que está em total consonância com os desafios propostos pela ONU, ao atender o ODS 12<sup>5</sup>, que tem como medida assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e fortalecer capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo. E até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais. E, ao priorizar, na área da Educação, a orientação da ODS 4<sup>6</sup>, que prevê que até 2030, todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, por meio da Educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis.

### **3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL POTENCIALIZADA PELA CRIATIVIDADE E TECNOLOGIA**

A revolução industrial, promove um modelo de produção com desenvolvimento de novas tecnologias, inclusive a fósfil. E ainda o uso indiscriminado dos recursos hídricos e uma não preocupação com o gás carbônico na atmosfera. Assim se inicia um olhar para o meio ambiente, pensando em recursos finitos e em impactos da ação humana não reversível. No relatório *Os limites do crescimento*, feito em 1972, previsões pessimistas são colocadas em pauta devido a um modelo de exploração usado na época. O termo educação ambiental passa a ser utilizado, como desdobramento, e já contendo metas e princípios. Algumas tragédias ocorreram ao longo do tempo, como por exemplo Bhopal<sup>7</sup> (1984) e Chernobyl<sup>8</sup> (1986), fazendo com que a ONU (1987) promova um congresso em Moscou que resulta

um relatório intitulado: *O nosso futuro comum*. E no relatório é indicado como os países desenvolvidos não usam os recursos naturais de maneira sustentável (INEA 2014). Vários desdobramentos ocorreram até a Agenda 2030 feita pela ONU, que reforçou o tema de educação ambiental.

Neste contexto, o uso da criatividade e tecnologia na educação ambiental não é recente, mas é importante também compreender como esses conceitos podem andar juntos. Neste trabalho entende-se tecnologia e criatividade como potente processo didático (MARCHIORATO 2018), de modo que fortaleça a educação ambiental como conscientização. A criatividade e a tecnologia expandem possibilidades, a partir de definição clara do propósito de projeto baseado em valores éticos.

Atualmente se entende que uma civilização não precisa negar a natureza para ter um viés tecnológico e a criatividade pode ser o elo fundamental para as transformações. Esse uso responsável sobre a tecnologia e a criatividade perpassa por esse trabalho.

Um debate extraescolar acontece entre pessoas envolvidas na educação ambiental. Educandos e educadores possuem ações ativistas em prol da justiça social e ambiental. Assim a criatividade e a tecnologia ganham mais força. A cidadania pode tomar foco pois engloba várias características dessa educação ambiental contemporânea, fazendo reflexões sobre as práticas sociais (JACOBI, 2003).

O conceito de tecnologia passa pela arte e pelo ofício, podendo então se caracterizar como processo e o conceito de criatividade se caracteriza pela capacidade de transformação. Para o entendimento completo desse trabalho é notória a utilização da tecnologia não como conhecemos contemporaneamente, mas sim pelo olhar da arte e do ofício (técnica), ressaltando o potencial da criatividade como facilitadora da transformação no contexto da educação ambiental.

O uso da internet em sala de aula, hoje em dia, se torna mais que um facilitador, se torna um problema (MARCHIORATO, 2018). É questionável o aprofundamento do conhecimento e o termo desaprender se firma. Um perigo para o meio ambiente é exemplificado pela falta de senso crítico, o que coloca em conflito o frenesi tecnológico e a educação ambiental. A criatividade pode mediar este conflito, propagando a ecoética por meio exatamente da democratização das tecnologias. A educação ambiental e a tecnologia não podem ser vistas exclusivamente como uma disciplina escolar. Pois, toda e qualquer questão ou solução de educação ambiental toca em diferentes campos de conhecimentos. A exemplo da oficina que será apresentada em seguida, que teve como proposição o ato de idealizar e materializar um instrumento musical a partir da matéria-prima bambu para vivenciar conceitos da educação ambiental, tecnologia e criatividade.

#### 4 METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS

A partir do entendimento da tecnologia com base nos conceitos apresentados neste trabalho e também nas experiências de processos criativos vivenciadas durante a disciplina de tópicos de pesquisa: Tecnologias e criatividade. Pode-se estruturar e aplicar uma vivência de projeto envolvendo a tecnologia e criatividade, com foco na troca de saberes tradicionais relacionados e nos objetivos de desenvolvimento sustentável. Abaixo serão descritos o passo a passo da produção de um instrumento musical que contempla o nosso estudo, utilizando da matéria prima natural, o bambu, para a fabricação, resgatando técnicas tradicionais e usando da tecnologia para a produção do som e afinação das notas, com auxílio de grupos de pesquisas da universidade e alunos de modalidades e áreas diversas como: arquitetura, artes, letras e a música. De modo a ser possível vivenciar a transdisciplinaridade por meio da experiência de desenvolver um instrumento de sopro, o pífe:

Pífano, Pífaru ou simplesmente Pife. Ou se preferir em inglês: Fife. O nome varia de acordo com a região e descendência, mas é assim que é conhecida essa pequena flauta transversal semelhante a um Flautim, porém com um som mais intenso. Originalmente, eram feitos de materiais encontrados nas matas como bambu, taquara, taboca até ossos. Normalmente, possuem sete furos, sendo um para o sopro e seis para digitação das notas. (Secretaria da Educação do Paraná, 2011).

Segundo a Organização Internacional para Padronização (1955), a maioria dos instrumentos ocidentais adotou uma afinação específica com a nota Lá padrão (o conhecido Lá 4 = 440 Hz), essa norma é conhecida como ISO 16<sup>9</sup>. A afinação deste instrumento, assim como os demais instrumentos de sopro, varia de acordo com seu tamanho, para se achar em que nota seu instrumento está precisa medir, assoprar e contar com a ajuda de um afinador digital para descobrir com precisão a nota principal.

**A preparação do material utilizado para a fabricação do instrumento, o pífano, se deu em quatro etapas, detalhadas a seguir:**

- 1º - A escolha do Bambu, a seleção é feita de acordo com as paredes internas e o aspecto externo.
- 2º - A limpeza com água, sabão neutro e areia se faz necessária para tirar os fungos, pode-se usar a terra para a esfoliação e limpeza também.
- 3º - Após a escolha e a limpeza, se serra o bambu, mais próximo do nó, no comprimento que pretender, pois posteriormente na etapa da afinação o comprimento será ajustado junto com a afinação para a execução dos furos.



**Figura 1: Preparo do Bambu do tipo cana da Índia no campus CTan - UFSJ**  
 Fonte: BITTAR *et al*, 2019

**4º** - Seguindo com o tratamento do bambu, por meio da técnica da queima com o maçarico, para se ter a quebra do amido e assim que impede que os fungos e insetos se alimente do bambu, esse tratamento é feito a partir da base para o topo, em movimentos contínuos para não queimar em excesso partes do bambu, quanto uma queima mais uniforme melhor o resultado, verificasse a aparência enquanto vai intercalando com pausas para passar um óleo vegetal, durante a queima, assim impermeabilizado e auxiliando a limpeza.



**Figura 2: Preparo do Bambu do tipo cana da Índia no campus CTan - UFSJ**  
 Fonte: BITTAR *et al*, 2019.

Cada tipo de espécie de bambu tem seu de tratamento específico, no caso da matéria prima usada, o bambu cana da Índia, o tratamento só com fogo é o suficiente.

**Já o processo de construção do instrumento se deu em mais quatro etapas, mas a afinação e a experimentação. As etapas são as seguintes:**

**1º** - Verificar como foi serrado o gomo do bambu, deixar um lado aberto e outro próximo ao nó fechado.

**2º** - O pife tem padrão de sete furos, um maior para sopro perto do nó e seis para os dedos e notas. Marque com lápis ou caneta o local medido para cada distância entre os furos.

Medir primeiro o diâmetro da circunferência do bambu e após, medir a entrada entre as paredes internas do bambu. Furar primeiro o bocal onde se assopra perto do nó do gomo do bambu, os outros

furos começaram depois de dois terços desse primeiro furo, abaixo a imagem explicativa da porcentagem entre as distâncias dos furos.

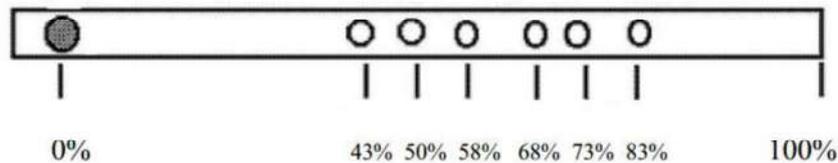


Figura 3: "Furos no pife" Marcação da proporção dos furos

Fonte: <http://cabanadopifano.blogspot.com/2015/02/produzindo-um-pifano-de-bambu.html>

3º - Utilizar um ferro fino e comprido, em brasa, para furar o bambu ou furar utilizando varas de metal aquecidas no fogo, pode ser com o maçarico. Esquenta a vara de metal direto no fogo e aproxima do bambu, onde estão as marcações e, com cuidado, vai girando sem forçar para não atravessar o bambu. Após a abertura do orifício, dar o acabamento com lixa de espessura fina. Recomenda-se não utilizar a furadeira porque a força da furadeira lasca o bambu, já o ferro em brasa ou aquecido no maçarico vai perfurando somente com o fogo.



Figura 4: Preparo do Bambu do tipo cana da Índia no campus CTan - UFSJ

Fonte: BITTAR et al, 2019.

4º - Para saber com precisão a nota de seu pife, para afinar, usar afinadores de aplicativos ou no computador, soprando e arrumando o tamanho dos furos de acordo com a afinação e acertando as notas.



Figura 5: Teste do pife no campus CTan - UFSJ

Fonte: BITTAR et al, 2019.

A afinação pela nota principal se faz de acordo com o comprimento do bambu, após descobrir em qual nota esta, verifica os outros furos, quando comprido a acústica é grave e quando é mais curto tende ao agudo, antes de perfurar os outros seis furos ver em qual afinação está, pelo primeiro furo do bocal, e calcular a distância dos outros furos como na imagem ilustrada no segundo passo.

Logo após o processo de preparação do bambu, de construção e afinação do instrumento, este foi levado até o prédio do curso de música, no campus CTan, para que fosse apresentado o experimento e testado pelos alunos presentes naquele momento para que fosse possível um retorno sobre o resultado acústico da variação de tamanhos do instrumento desenvolvido.

## **5 PERMACULTURA: REALIDADE PARA A PRÁTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EDUCAÇÃO**

“Permacultura é uma tentativa de construir um bom lugar para se viver”

(Bill Mollison)

Devido a práticas nocivas realizadas pelo ser humano, vivemos diversos problemas com a saúde do ecossistema terra, como: poluição atmosférica, dos solos e das águas. Estas geram alterações climáticas, escassez de água, má distribuição dos alimentos e o efeito estufa. Fortalecendo um sistema de fruição social que mais explora do que enriquece o ecossistema, a exemplo: consumismo, desemprego, endividamento e miséria, exclusão social, exploração do trabalho infantil, corrupção, abusos de poder, conflitos religiosos, conflitos locais, conflitos globais, competição pela sobrevivência, redução dos recursos naturais, desmatamento de florestas, extinção de espécies, crescimento econômico sem limites, industrialização, êxodo urbano contribuindo para o total desequilíbrio do ecossistema. Reflexões como estas colaboram para inquietações e questionamentos sobre possíveis práticas do desenvolvimento sustentável na perspectiva da educação como é o caso da permacultura.

Segundo pesquisadores do Núcleo de Estudos em Permacultura da UFSC <sup>10</sup>, o termo permacultura que é uma expressão originada do “*Permanent Agriculture*” ou agricultura permanente, surgiu no início dos anos 70, criado pelos australianos Bill Mollison (1988) e David Holmgren (2002), conceito que envolve o planejamento, a implantação e o controle dos sistemas produtivos para suprir as necessidades das populações humanas sem causar impactos negativos ambientais e sociais, através

de um trabalho em conjunto com a natureza, integrando ideias de diferentes áreas do conhecimento, das tradições e dos saberes populares, de forma condicionada a cada realidade.

Sendo a permacultura sustentada por três princípios éticos, são eles: o cuidado com a terra relacionado com a atuação humana na paisagem considerando a natureza como aliada; cuidados com as pessoas destacando a importância do bem-estar humano e as relações saudáveis em comunidade e por último com a distribuição dos excedentes que relaciona a partilha de recursos básicos de forma justa.

São essas éticas que fundamentam o que podemos chamar de planejamento permacultural, que envolve doze itens de ação importantes para a implantação do conceito, são eles: observar e interagir; captar e armazenar energia; obter rendimentos; praticar a auto-regulação e aceitar feedback; usar e valorizar os serviços e recursos disponíveis; evitar desperdícios; projetar dos padrões aos detalhes; integrar ao invés de segregar; usar soluções menores e lentas; usar e valorizar a diversidade; usar os limites e valorizar os elementos marginais e por fim usar a criatividade para responder às mudanças necessárias. Sempre buscando implantar o equilíbrio através de métodos que viabilizem a vida em diferentes aspectos. A partir da organização consciente de pessoas, recursos, informações, energias, ferramentas e técnicas para obter melhores desempenhos, ou para diminuir o impacto das ações humanas, regenerando sistemas, sejam eles ecológicos ou não. Para despertar a consciência sobre a realidade e provocar estímulos a fim de se criar um futuro com prosperidade, bem-estar e sustentabilidade.

Neste contexto, a permacultura pode ser compreendida como um conjunto de ferramentas para o planejamento e o desenvolvimento humano junto à natureza, que reúne ética, princípios, metodologias e informações de diversas áreas do conhecimento, para a construção coletiva de um futuro mais próspero do nível local ao global. Principalmente a partir do conhecimento da necessidade das pessoas, para que elas tenham qualidade de vida, possibilitando-as a desenvolverem suas competências, habilidades e dons, e conscientizá-las para uma melhor interação com o planeta.

Rudolf Steiner (apud STUSSI, 2017, epígrafe), auxilia a compreensão do conceito da permacultura na perspectiva da educação: "A nossa mais elevada tarefa deve ser a de formar seres humanos livres que sejam capazes de, por si mesmos, encontrar propósito e direção para suas vidas".

A partir da base conceitual apresentada e do complementar pensamento de Rudolf Steiner, a permacultura, se configura como uma potente aliada a prática do desenvolvimento sustentável no âmbito educacional: ao proporcionar atividades que estimulam a integração do indivíduo a um

ambiente transdisciplinar<sup>11</sup> provocando nele o entendimento da complexidade do espaço pelo olhar da cultura tradicional aliada a moderna, científica e tecnológica. Permitindo experiências de aprendizagem que induzem a reflexão de que os humanos são parte do ecossistema e deve reconhecer seu relacionamento e interdependência com o meio ambiente.

De forma a despertar a consciência cidadã nos indivíduos e viabilizar a prática de inteligentes formas de interação com o ecossistema, usando da criatividade e da tecnologia, para o desenvolvimento humano integrado. Para assim estimular todo processo de aprendizagem voltado à autorreflexão, honestidade, percepção crítica da realidade, flexibilidade, trabalho, dedicação, transformação, responsabilidade, crescimento, desconstrução, planejamento, organização, bom senso, colaboração e consciência. Encorajando os indivíduos a abrir a mente, entender a realidade, a levar as questões para o diálogo e estabelecer soluções coletivas responsáveis através da integração de saberes conforme descrição de experiência relatada neste artigo

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A utilização da tecnologia e da criatividade em situações de ensino/aprendizagem, através da base de permacultura, pode auxiliar no desenvolvimento de um modelo de interação homem/natureza, buscando a concepção e construção de sistemas permanentes que gerem a renovação dos ambientes e a sustentação da vida na Terra. É preciso que haja uma revolução cultural muito maior que as mudanças ocorridas durante todo o século XX e início desse século XXI, para que se possa atender as necessidades humanas propostas pelo desenvolvimento sustentável, dentro dos limites ecológicos.

A permacultura nos possibilita alcançar e manter ou até superar a tríade que sustenta o desenvolvimento sustentável, ou seja, o econômico, o social e o ambiental. E neste contexto as atividades culturais como cursos e oficinas, palestras e debates, apresentações artísticas, dentre outras, trazem a abertura de espaços para a participação das comunidades, o que gera, além de recursos, a sensação de bem-estar por pertencer a essas comunidades, beneficiando a questão social apresentada pela permacultura. No que tange ao ambiental, o aumento da biodiversidade permite que o respeito a toda forma de vida seja recuperado e demonstra que ainda há possibilidades para salvar o planeta.

Falar do uso das tecnologias e a criatividade, aliadas ao desenvolvimento sustentável através da educação ambiental não foi uma tarefa simples, uma vez que esclarecer esses conceitos, em uma sociedade que não está preparada para eles nos traz algumas frustrações e desilusões. E ainda quando se fala em termos tecnológicos, automaticamente se pensa na indústria do eletroeletrônico e no uso de recursos não renováveis e não sustentáveis. Mas ao manter-nos firmes no propósito de aprendizagem por projeto, foi possível descobrir estratégias e ferramentas não convencionais que podem auxiliar na recuperação e cuidado com o meio ambiente através da oportunidade de uma vivência inclusiva e significativa no contexto educacional.

## 7 NOTAS

1 Retirado do site: <https://www.aecweb.com.br/revista/materias/bambu-pode-suportar-carga-superior-a-do-proprio-aco/9455> acesso em 21/09/2021 às 9h43

2 <http://www.agenda2030.com.br/>

3 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4281.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm)

4 Tipo de flauta muito utilizada pelos nordestinos.

5 <http://www.agenda2030.org.br/ods/12/>

6 <http://www.agenda2030.org.br/ods/4/>

7 [https://greenpeace.org.br/bhopal/docs/Bhopal\\_desastre\\_continua.pdf](https://greenpeace.org.br/bhopal/docs/Bhopal_desastre_continua.pdf)

8 <https://brasilecola.uol.com.br/historia/chernobyl-acidente-nuclear.htm>

9 <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=11878>

10 <https://permacultura.ufsc.br/o-que-e-permacultura/>

11 Ato de transcender e convergir conteúdos de diferentes campos de conhecimento podendo haver uma transformação no processo.

## 8 AGRADECIMENTO

A comprovação da eficácia do pife de bambu, enquanto instrumento musical, só foi possível graças à experiência e ao conhecimento do André Filipe Azzi de Carvalho, voluntário do grupo de extensão Caminhos Sustentáveis. E ao apoio do bolsista do mesmo programa, Lucas Vicenzotti. A quem agradecemos imensamente. Nossa gratidão é extensiva ao Laboratório de Materiais e de Técnicas Construtivas da DAUAP, da Universidade Federal de São João del-Rei, na pessoa do técnico Itamar José do Amaral, que tanto nos ajudou na confecção do instrumento. Nosso muito obrigado também ao curso de Música, pela disponibilidade de afinar, testar e comprovar a viabilidade do instrumento. E, por fim, nossas reverências ao professor da disciplina Tópicos de pesquisa: Tecnologias e Criatividade, do PIPAUS, Eduardo Bento Pereira, por ser uma inspiração para a realização deste trabalho. Já que a

pesquisa nasceu durante a disciplina, em meio às provocações e a necessidade de um olhar urgente para iniciativas sustentáveis, ainda mais dignificadas pela arte.

## 8 REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é/ o que não é. Editora Vozes. 2014

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade: o que é/ o que não é. Editora Vozes. 2017

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as leis de diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf>>. Acesso em: 15/12/2019.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental (Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002). Brasília - DF: Imprensa Nacional, 2002.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 1999. Seção 1, p. 1.

CARDONA, David. Construindo pifes: Como e onde fazer os furos no bambu. 2016. (20m01s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-YaUdShUwfg>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia. 2004.

GADOTTI, Moacir. Educar para a sustentabilidade. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2008.

INEA Educação ambiental: conceitos e práticas na gestão ambiental pública/Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro: INEA, 2014.

JACOBI, P *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade* Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003

MARCHIORATO, H. Educação ambiental: a tecnologia a favor da natureza. *Kínesis*, Vol. X, nº 23 (Edição Especial), Julho 2018, p.85-99

Núcleo de Estudos em Permacultura da UFSC. O que é permacultura?. Disponível em:

<<https://permacultura.ufsc.br/o-que-e-permacultura/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

ODS-2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>.

Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Dia a Dia da Educação, 2011. Pífano. Disponível em:

<<http://www.arte.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=131>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

SILVEIRA, Rodrigo. Produzindo um Pífano de Bambu, 2005. Disponível em:

<http://cabanadopifano.blogspot.com/2015/02/produzindo-um-pifano-de-bambu.html>. Acessado em: 10 de dez. de 2019.

STUMPF, Beatriz Osorio. Percepções de educadores sobre a permacultura como estratégia de educação ambiental escolar. IX ANPED SUL- Seminário de Pesquisa em Educação da Região do Sul, 2012.

STUSSI, Maria Martha. O processo de formação docente da pedagogia Waldorf: Narrativas (auto)biográficas de professoras em formação. 2017, 100f. Mestrado em Educação. Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2017.

## Diálogos transdisciplinares com o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável: alcance e perspectivas

*Transdisciplinary dialogues with the Financial Education Program for Sustainable Socio-economic Inclusion: reach and perspectives*

SANTOS, Glauco Manuel

Mestre, Docente da UFSJ, glauco@ufs.br

### RESUMO (100 a 250 palavras)

O presente artigo possui duplo objetivo. Em primeiro lugar, contribuir para o avanço da reflexão crítica sobre aspectos teórico-metodológicos e pedagógicos presentes no atual paradigma de educação financeira, de fundamental importância não só para a construção da autonomia e emancipação pessoal, da perspectiva econômica e financeira, mas também e principalmente, para além do adiestramento dirigido para conscientização limitada ao comportamento pecuniário, isto é na dimensão política, como elemento central para o exercício pleno da cidadania e da ação transformadora imperativa na atual etapa do processo de acumulação caracterizada pelo aumento e aprofundamento dos impactos negativos causados pelas contradições e conflitos associados à hegemonia alcançada pelo capital financeiro. O segundo, mas não menos importante objetivo é esboçar, em linhas gerais, uma proposta de trabalho conjunto a entre o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável (PEFISS) e as contribuições trazidas pelos trabalhos apresentados durante o primeiro Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes, Culturas e Sustentabilidade da Universidade Federal de São João del Rei. Para tanto, os objetivos, referencial teórico e metodologia do programa serão revisitados e cotejados com aportes selecionados a partir do Círculo de debates 1 - Ideias Pedagógicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Financeira , transdisciplinaridade, decolonialidade

### ABSTRACT

*This article has a dual purpose. The first is to contribute to the advancement of critical reflection on theoretical-methodological and pedagogical aspects present in the current paradigm of financial education, of fundamental importance not only for the construction of personal autonomy and emancipation, from an economic and financial perspective, but also, in addition to indoctrination aimed at limited awareness of pecuniary behavior, that is, in the political dimension, as a central element for the full exercise of citizenship and imperative transformative action in the current stage of the accumulation process characterized by the increasing negative impacts caused by contradictions and conflicts associated with the hegemony achieved by financial capital. The second, but no less important objective is to outline, in general terms, a proposal for joint work between the Financial Education Program for Sustainable Socio-economic Inclusion (PEFISS) and the contributions brought by the works presented during the first Seminar of the Transdisciplinary Research Group in Arts, Cultures and Sustainability at the Federal University of São João del Rei. Therefore, the objectives, theoretical framework and methodology of the program will be revisited and compared with contributions selected from the Discussion Circle 1 - Pedagogical Ideas.*

**KEY-WORDS:** Financial education, transdisciplinarity, decoloniality

## 1 INTRODUÇÃO

Como exposto, durante o primeiro Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes, Culturas e Sustentabilidade (GTRANS), o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável (PEFISS) promove cursos para professores e estudantes secundaristas da rede pública de ensino. O programa se direciona também ao atendimento de demandas específicas de empreendedores de economia solidária, comunidades de povos tradicionais remanescentes de quilombolas e de alguns dos segmentos mais vulneráveis do público em geral.

Além de cursos, desenvolvemos uma gama diversificada de atividades tais como, por exemplo, rodas de conversa sobre temas específicos, diagnóstico e assessoramento no enfrentamento de problemas relacionados à vulnerabilidade econômico-financeira. Temos nos empenhado num esforço permanente de conscientização (informação e formação), tendo em vista a sustentabilidade, em sentido amplo e multifacetado, como base para a promoção da justiça social e pleno exercício da cidadania.

A crise estrutural, protagonizada pelo processo de transnacionalização do capital, se caracteriza por instabilidade cada vez maior e mais frequente no sistema monetário e financeiro internacional. Estas contradições são críticas e apontam para a possibilidade concreta de ruptura e transformação radical do sistema mundial em função dos impactos devastadores do processo de acumulação, principalmente no caso dos países periféricos, em termos ambientais, sociais, políticos e econômicos. Portanto, não seria errôneo afirmar que o aprofundamento da exclusão social, elevação acentuada do desemprego, aceleração do processo de concentração de renda e patrimônio, forte elevação dos níveis de endividamento, inadimplência, aumento generalizado da pobreza e miséria são ao mesmo tempo causa e efeito da sindemia associada ao vírus COVID-19.

É diante deste quadro que se inscreve a necessidade urgente de uma outra Educação Financeira e Econômica (EFE), que seja radicalmente crítica, contra-hegemônica, popular, solidária e transdisciplinar. O PEFISS, desde sua concepção e ao longo de toda sua trajetória, procurou se orientar por estes princípios.

O presente artigo consiste num esforço, ainda em caráter meramente exploratório, de propor linhas gerais de uma perspectiva coletiva de reflexão e ação para o Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável, a partir das diversas contribuições trazidas pelos trabalhos apresentados durante o primeiro Seminário do GTRANS.

Para tanto, os objetivos, o referencial teórico e a metodologia do Programa serão revisitados e cotejados com aportes selecionados a partir do “Círculo de Debates 1” - Ideias Pedagógicas, tendo em vista suas convergências e sinergia, e sem perder de vista as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO PEFISS

Iniciando pela revisão de nosso referencial teórico, convém lembrar que os principais conceitos e relações socioeconômicas do Programa se fundamentam sobre a perspectiva Marxiana, na medida em que esta permanece válida como modo de pensar criticamente a realidade econômica atual. Esta atualidade do marco de análise de Marx e sua escolha se justificam na medida em que se verifica no mundo contemporâneo a exacerbação do domínio global da lógica da acumulação de capital e a generalização do processo de mercantilização das relações sociais.

Neste sentido, o agravamento das crises estruturais para o conjunto do sistema mundial, resultante da ampliação e concentração de riqueza, centralização de capitais, mecanização e ampliação exponencial das escalas de produção, acirram antagonismos de interesses e conflitos sociais, a exemplo do que se assiste hoje em diversos países.

Da perspectiva teórica, no campo das Ciências Econômicas, o PEFISS rejeita o modelo hegemônico de Educação Financeira. No atual paradigma de Educação Financeira o tratamento do comportamento dos agentes econômicos é análogo àquele empregado pelos representantes das escolas liberal e neoliberal de pensamento econômico, segundo o qual a natureza humana é postulada de modo a tornar possível identificar regularidades e causalidades nas ações dos indivíduos.

Por outro lado, tais tradições teóricas imputam também a existência de racionalidade (isto é, os indivíduos buscam maximizar egoisticamente a satisfação de suas próprias necessidades materiais), nesta natureza humana (homem econômico), o que permite operar artificialmente o isolamento dos temas da vida econômica, subordinando-os a princípios gerais ou leis que simplificam a análise ao dispensar a necessidade de tratamento teórico de questões relacionadas às esferas política e social.

A postulação de uma natureza humana representa artifício da razão que permitiu desenvolver a noção de sistema econômico. O homem econômico é um reducionismo, um modelo abstrato colocado antes da sociedade, que torna a esfera da reprodução da vida material (economia) autônoma, ao nível do discurso teórico, em relação a questões políticas e sociais.

Com isto, tornou-se possível a transposição do paradigma das ciências da natureza (harmonismo, funcionalismo, experimentalismo) para a atividade humana e a concepção da sociedade humana como sistema regido por leis imutáveis. Deste modo, no campo econômico, a ação humana teria regras naturais e privadas (válidas para qualquer espaço e tempo histórico), que conduziram a sociedade de maneira espontânea e harmônica a um estado de bem estar ou de equilíbrio geral de mercado.

A esta perspectiva limitada e pouco realista, Karl Marx contrapõe a visão de que o crescimento e a distribuição de riqueza (objeto de estudo da Economia Política), são gerados num contexto social e histórico específico, ou seja, a reprodução ampliada do capital é cercada por relações sociais específicas em cada momento histórico. Portanto, ao invés de leis naturais, deveriam ser desvendadas leis de movimento da sociedade que são determinadas historicamente.

Para Marx, seria preciso analisar o todo para desvendar o papel de cada sujeito nas relações sociais. O sujeito dos processos sociais é o capital e não os indivíduos.

A principal deficiência do pensamento liberal e neoliberal, em que se baseia o atual paradigma de Educação Financeira, refere-se à falta de perspectiva histórica sem qualquer reflexão sobre aspectos sociais, políticos e ambientais. Por exemplo, para os economistas destas tradições, o capital é considerado como elemento universal (independente da história).

É certo que o capital tem uma característica universal que são seus meios de produção. Porém, só no Capitalismo a simples posse dos instrumentos de produção dá direito a uma remuneração. Portanto, o capital em sua essência carrega em si relações sociais que são específicas de uma determinada etapa histórica.

Os economistas clássicos ingleses entendiam que os direitos de propriedade eram universais, ou seja, a posse do capital decorria do trabalho e da poupança, em qualquer período da história. Para Marx, porém, tais direitos foram historicamente constituídos através do movimento por ele designado como processo de acumulação primitiva.

Por outro lado, a perspectiva marxiana permanece válida como modo de pensar criticamente a realidade econômica atual na medida em que se verifica a exacerbação do domínio global da lógica da acumulação de capital e a generalização do processo de mercantilização das relações sociais. Exemplo disto é o tratamento dado pelo autor ao tema capital a juros, que permite compreender melhor fenômenos (tais como crises financeiras, especulação nos mercados, volatilidade dos preços dos ativos, etc.) dos quais decorrem graves implicações sobre a sustentabilidade econômica e

financeira de indivíduos, famílias, empresas (notadamente as de intermediação financeira bancárias e não bancárias), assim como países e o próprio sistema monetário internacional.

Tal análise do capital a juros é fundamental para o entendimento de que há uma tendência à autonomização do dinheiro e do valor, ou seja, ambos tendem a libertar-se do plano da troca e da produção passando a valorizar-se independentemente do que ocorre na esfera real da economia. Tal como definido por Marx, emerge deste movimento o chamado capital fictício, isto é, títulos de dívida cuja valorização/desvalorização se opera via movimentos especulativos em relação ao comportamento de seus preços futuros.

Na atual etapa histórica do capitalismo, a exacerbação da criação de capital fictício pode ser entendida como resultado do efeito combinado da própria capacidade de criação de moeda pelos bancos (multiplicador bancário), por um lado, e do movimento de expansão e desregulamentação dos mercados de capitais assim como sua generalização, enquanto forma de crédito predominante, por outro lado. A importância do conceito de capital fictício está no fato de apontar o caráter ilusório de uma grande parte da riqueza acumulada nos países capitalistas:

“ Ao desenvolver-se o capital portador de juros e o sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelos diversos modos em que o mesmo capital ou o mesmo título de dívida aparece sob diferentes formas em diferentes mãos. Esse capital monetário é, em sua maior parte, puramente fictício”. (MARX, 2017, p. 527)

Desde modo, reveste-se de importância absolutamente central a revisão crítica do atual paradigma de Educação Financeira, não limitando seu alcance apenas à busca de prosperidade material individual per se, mas antes no sentido de contribuir para a efetiva construção do pleno exercício da cidadania e de um perfil de inclusão financeira não subordinada, que seja capaz de lançar as bases para a percepção crítica e não alienada sobre os temas e problemas no âmbito financeiro.

O trabalho do educador crítico envolve politizar e promover o debate, enfrentando a alienação subjacente à aparente neutralidade dos conceitos e categorias, tipicamente apresentados sob o confortável manto da técnica.

Do ponto de vista metodológico em termos didático-pedagógicos, o paradigma hegemônico da Educação Financeira também padece de extrema limitação de seu alcance e abrangência. Via de regra, tais abordagens possuem viés de natureza “bancária” em duplo sentido. Em primeiro lugar, a ênfase de seu conteúdo programático costuma se concentrar tão somente no conhecimento/utilização de produtos previdenciários e bancários (de aplicação e captação de recursos). Tal enfoque limita-se à busca, em si mesma, de eficiência marginal do capital (ou taxa

interna de retorno) e adequação à composição dos portfólios individuais, bem como aos perfis particulares de gestão patrimonial e de restrição orçamentária que configuram padrões de financiamento específicos. Tratam-se, em resumo, de abordagens de caráter tecnicista e instrumental.

Em segundo lugar, mas não menos importante, educação é também “bancária” no sentido da crítica formulada por Paulo Freire em relação ao paradigma burguês de educação, isto é, que este consiste em instrumento de poder e subordinação. Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão (FREIRE, 2011, pág. 80).

A crença de Paulo Freire no potencial humano de constante aprendizado e busca de soluções para seus problemas norteia o pensamento pedagógico desta proposta, que conta com a iniciativa dos alunos para buscar as aulas oferecidas, trazer dados de sua realidade objetiva para análise e buscar o desenvolvimento de suas próprias competências, saberes e habilidades, em uma constante reinvenção do indivíduo.

Segundo Paulo Freire, “[...] a inclusão do ser humano, sua inserção num permanente movimento de procura [...]” (FREIRE, 2003, p. 14) é o que o impulsiona a um permanente estado de formação, mais do que puramente treinamento. Parece que o mercado de trabalho e o mercado de consumo ditam as regras sob as quais a sociedade deve viver. Nossa proposta de ação quer colocar-se contra este aparente fatalismo, oferecendo instrumentos através dos quais seja possível repensar suas atitudes em relação ao consumo, crédito, uso dos recursos naturais, etc.

Em Adorno, a ideia de emancipação se coloca de forma a complementar a noção de autonomia em Paulo Freire, porém com um foco mais político. Adorno (2000, p. 169) trata do tema dizendo que “a exigência de emancipação parece ser evidente numa democracia”, ao mesmo tempo em que diz que “a democracia repousa na formação da vontade de cada um”. O PEFISS procura direcionar seu foco no estímulo à capacidade de atuação político-social oferecendo formação, informações e ferramentas para determinar seu próprio futuro e intervir no seu contexto sócio-político.

Mas, não acaba aí nossa crítica radical transdisciplinar e contra-hegemônica, em termos teórico-metodológicos, associada à preocupação com uma outra Educação Financeira politizada, historicamente referenciada e profundamente vinculada ao campo democrático, popular e solidário. Para além disto, a Educação Financeira não pode se eximir de problematizar o tema do

desenvolvimento sustentável (c.f. Agenda 21, Capítulo 36: Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento).

Em torno da questão ambiental é possível distinguir duas perspectivas antagônicas, diametralmente opostas. Por um lado, no caso das classes e/ou frações de classe com maior poder, a degradação ambiental é tratada como sendo de natureza técnica e seus riscos e impactos como um problema comum a todos, isto é, cujos custos são igualmente distribuídos pelo conjunto da sociedade. Neste caso, os instrumentos de mercado seriam os mais eficientes para proteger o meio-ambiente, dado o progresso tecnológico e o suposto consenso político quanto ao imperativo de “economizar o planeta” (razão utilitária).

Por outro lado, do ponto de vista dos movimentos sociais, a degradação do meio ambiente é indissociável da problemática que envolve a desigualdade social. Assim sendo, seus impactos e riscos se concentram nas classes ou frações de classe subordinadas, com menor poder e, portanto, escassa capacidade de enfrentar com chance de sucesso tais impactos.

A degradação ambiental e seus efeitos não são “democráticos”, em outras palavras, a justiça ambiental depende da justiça social. Para tanto, a luta em defesa do meio ambiente exige o respeito e a garantia de condições de vida dignas a partir do enfrentamento da segregação socioespacial e da desigualdade ambiental, vinculadas ao movimento permanente de expansão dos mercados. Esta última é a perspectiva com a qual o presente Programa se identifica e propõe adotar como referência. Como sugerido pela noção de desenvolvimento sustentável de Jacobi

“O desenvolvimento sustentável somente pode ser entendido como um processo no qual, de um lado, as restrições mais relevantes estão relacionadas com a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e o marco institucional. De outro, o crescimento deve enfatizar os aspectos qualitativos, notadamente os relacionados com a equidade, o uso de recursos – em particular da energia – e a geração de resíduos e contaminantes. Além disso, a ênfase no desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais, nas necessidades básicas e na alteração de padrões de consumo, principalmente nos países desenvolvidos, para poder manter e aumentar os recursos-base, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água.” (JACOBI, 2003, p.7)

### 3 AFINIDADES E POSSIBILIDADES DE PARCERIAS NO ÂMBITO DO GTRANS

Diante do exposto, passaremos a tentar delinear possibilidades de parcerias para trabalhos em conjunto desde a perspectiva da transdisciplinar e decolonial. Contudo, antes de avançarmos nessa direção é importante lembrar que o PEFISS, desde 2010, tem desenvolvido suas atividades em consonância com as Diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão, destacando-se a de interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a partir da qual diversas parcerias foram firmadas. São

exemplos disto, as parcerias firmadas com os seguintes programas: Núcleos de Artes e Sustentabilidade (NAST), do curso de Teatro; Museu do Barro do Fortim dos Emboabas, curso de Artes Aplicadas; Educomunicação, curso de Comunicação Social-Jornalismo; Programa TUGU-Ná, curso de História; Saberes da Terra, curso de Arquitetura; e Produção de Abelhas Rainhas para apicultores de São João Del-Rei e região, do curso de Zootecnia.

Atualmente foram estabelecidas parcerias com os seguintes programas e projetos: Centro de Referência de Cultura Popular Max Justo Guedes/Museu do Barro; ECOLAB/Movére do curso de graduação em Artes da Cena; Incubadora Tecnológica e Cooperativas Populares (ITCP-UFSJ); Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia (NEPE); Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicanálise (Nupep); e Programa Diálogos de Saberes e Práticas para Promoção da Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional como Estratégia de Desenvolvimento no Território das Vertentes em Minas Gerais. Além destes, contamos com a participação ativa de profissionais das áreas de Direito e Psicologia, que atuam voluntariamente dentro do programa. Acreditamos que estes vínculos são fundamentais e atestam o empenho no sentido de assegurar a combinação virtuosa entre diferentes especializações, numa perspectiva holística da realidade social exigida pela ação extensionista.

Muitas e profícuas possibilidades de colaboração surgiram a partir do primeiro Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes, Culturas e Sustentabilidade. Considerando as parcerias pré-existentes, procurarei me concentrar naquelas outras que, ao menos em princípio, oferecem extraordinário potencial de sinergia. A primeira delas se refere à metodologia apresentada pela professora de Artes Cênicas e pesquisadora de Arte da Performance Rita Gusmão (GUSMÃO, 2021).

Os princípios metodológicos desenvolvidos pela autora podem ser aplicados em diferentes frentes de atuação do PEFISS. Este é o caso dos cursos oferecidos para estudantes secundaristas e docentes das escolas públicas de São João del Rei. Trata-se, portanto, de incluir e articular tais princípios (representatividade, desnaturalização, emancipação, desaprender, Swaraj, Ahimsa e Pachamama) na formação de competências transversais sociais, comportamentais e técnicas. A orientação de tais competências busca o desenvolvimento crítico das capacidades cognitivas, reflexivas e criativas, nos planos pessoal e coletivo, necessárias para a construção de uma sustentabilidade plena, isto é, em todas as suas múltiplas e entrelaçadas dimensões (cultural, ambiental, social, política e econômica).

Tomando como ponto de partida a sociologia das ausências (SANTOS, 2002), consideramos que as diretrizes nacionais da extensão universitária no Brasil (Res CNE/CES Nº 7), configuram por definição território fértil para as Epistemologias do Sul (SANTOS, 2010). Portanto, representam um locus

privilegiado para aplicação dos conceitos de ecologia de saberes, tradução intercultural e artesanias das práticas como ferramentas fundamentais para superar a monocultura do saber científico e dos processos subjacentes de invisibilização dos conhecimentos e práticas subalternos (SANTOS, 2007b e 2012).

A artesanias das práticas assim localizada e mediada pela tradução intercultural abre espaço para a ecologia de saberes oferecendo caminho consistente para enfrentar nas dimensões epistêmica e política a ciência capitalista, colonialista e patriarcal (SANTOS, 2007a). Para tanto, envolve a valorização da oralidade, da escuta profunda e da justiça cognitiva como estratégia de luta e resistência contra as crises econômicas, sociais, políticas e ambientais intrínsecas à formação do sistema-mundo imperialista capitalista.

É neste sentido que convergem os projetos “Epistemologias do Sul como metodologia de ensino e aprendizagem para uma educação integral” e “Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável”. Este não seria um experimento inteiramente estranho, a exemplo da parceria com os arte-vivenciadores comunitários do programa Núcleo de Arte e Sustentabilidade, coordenado pelo Professor Adilson Siqueira, também pesquisador no campo da performance, que resultou em menção honrosa na Semana de Extensão Universitária da UFSJ, em 2014.

A narrativa contra-hegemônica exige no campo da Educação, de modo geral, e na Educação Financeira crítica, mas especificamente, o engajamento na análise e desconstrução do discurso midiático alienante. Este reproduz, via-de-regra, os conhecimentos e práticas econômicas neoliberais hegemônicas que tendem a ter papel determinante na manutenção de relações socioeconômicas neocoloniais de dependência e subordinação, perpetuando as condições de exploração e subdesenvolvimento nas periferias do sistema-mundo.

O trabalho apresentado pelo Professor Paulo Henrique Caetano, sob o título “*Práticas discursivas, sociais e culturais: devires do design da sociedade e da sociedade do design*”, tem enorme potencial de contribuir para o esforço do PEFISS no sentido de ampliar o universo de referência dos estudantes ao tratar de temas/problemas contemporâneos absolutamente centrais. Os estudantes são confrontados, por exemplo, em nível internacional, com o processo de “globalização”, cuja interdependência econômica assimétrica exaspera o desafio de ampliação do grau de autonomia dos Estados nacionais frente à arquitetura da economia política internacional.

Por outro lado, os estudantes são instados à reflexão crítica, pois da perspectiva adotada pelo programa não é possível desvincular a discussão sobre inclusão econômica-financeira sustentável da

elevação da intensidade e frequência das crises produzidas pelo movimento cada vez mais instável do mercado de capitais. Tais crises não podem ser tratadas como casual nem tampouco como resultado espontâneo de uma suposta dinâmica natural do assim chamado “mercado”. O projeto “Práticas discursivas, sociais e culturais: devires do design da sociedade e da sociedade do design”, certamente pode contribuir para matizar como os meios de comunicação, ao tratarem de fenômenos no campo político e socioeconômico, produzem e disseminam através de linguagem específica uma narrativa irremediavelmente atrelada a cultura hegemônica, ao pensamento único que oculta e invisibiliza saberes e práticas subalternos de resistência.

Por fim, temos como certa a interação virtuosa entre o trabalho desenvolvido pelo PEFISS e a reflexão proposta pela Professora Ivana de Vasconcellos Latosinski (LATOSINSKI, 2021). Os cursos ministrados pelo PEFISS envolvem diretamente o aprendizado de noções básicas de matemática financeira, a partir da perspectiva teórica proposta por Skovsmose (2000), na qual o ensino não deve se processar sem que esteja articulado com a realidade objetiva de estudantes e professores, nem tampouco com os fatores históricos, socioeconômicos e ambientais que a determinam. A educação matemática tradicional, baseada na execução de exercícios apenas para a fixação do conhecimento ensinado previamente pelo professor, esvaziada de qualquer espírito investigativo e questionador, impede o desenvolvimento da capacidade crítica e transformadora da sociedade.

Conforme Soares (2008), a Educação Matemática Crítica se insere no contexto da Pedagogia de Paulo Freire de desmistificar o conhecimento. Nesta abordagem, os conteúdos não devem ser tratados de forma não referenciada em termos históricos, sociais, políticos e econômicos. Portanto, envolve assumir e incorporar explicitamente a existência de atores sociais com interesses antagônicos em conflito permanente. Desta forma, os estudantes são instados a conectar de maneira crítica estes conhecimentos com sua própria identidade social e sentimento de pertencimento de classe, numa clara convergência para o sentido e significado mais amplo proposto pelas Epistemologias do Sul, brevemente mal resumidas acima. De fato, conforme mostrado por Soares:

“Vê-se que a Educação Matemática Crítica tem profunda relação com a Pedagogia de Paulo Freire. Também nas duas se pretende promover a consciência do que está sendo aprendido pelos educandos, e na Educação Matemática Crítica isso é ainda mais importante. Ela tem também como intenção “desmistificar” os conteúdos que são ensinados pelos professores em classes regulares; que, muitas vezes, não estão preocupados com o que está sendo ensinado e com a forma que isso acontece. Na Educação Matemática Crítica, os conteúdos não são considerados neutros, livres de amarras e contextos que propiciaram o seu surgimento. Pelo contrário, todo e qualquer conhecimento tem uma história, uma razão de ser, e atende a determinados interesses. Quando o professor os ensina não levando em conta tudo o que esse conhecimento representa, está se comportando como um mero reprodutor desse conhecimento, que não foi desenvolvido por ele, cuja história não conhece. Os alunos, sem saberem de tudo que pode estar envolvido no conteúdo aprendido, acabam aceitando-o da maneira como ele é apresentado, sem dúvidas, como uma verdade incontestável. E como cidadãos que são, acabam por

deixar-se formatar pela matemática na qual estão inseridos, tomando suas decisões em sociedade de maneira condicionada e não crítica.” (SOARES, 2008, p. 64)

O trabalho apresentado pela professora Ivana Latosinski aponta para esta mesma direção quando assinala que o Manifesto da Transdisciplinaridade (NICOLESCU, 1999), avalia criticamente o conhecimento fragmentado que desconsidera a realidade multifacetada da realidade social concreta e objetiva subjacente ao princípio do terceiro incluído. A transdisciplinaridade aparece aqui como alternativa a partir da ruptura radical com pseudo-dualidades e da efetiva incorporação desta realidade para superação deste paradigma, associado em última instância aos cânones do pensamento norte-cêntrico e à lógica da monocultura do saber que produz não-existência.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando, como premissa básica que as atividades extensionistas não podem e não devem ser compreendidas, por sua própria origem e natureza, senão como necessariamente relacionais e processuais, parece mais pertinente tratarmos aqui não de conclusões, mas antes de algumas considerações finais.

A trajetória do PEFISS, ao longo de dez anos, possibilitou avançar significativamente na troca de saberes populares invisibilizados com conteúdos de natureza conceitual, mas também procedimental e principalmente atitudinal. Este importante fluxo de conhecimentos representa uma expressiva contribuição para o desenvolvimento da capacidade coletiva de reflexão e ampliação do universo de referência, pelo contato com modos distintos de representação da realidade através de símbolos, signos, ideias e imagens. A compreensão da pluralidade de atitudes, princípios, valores e normas de conduta, nas dimensões individual e coletiva, que produzem estas representações é simultaneamente causa e efeito da transformação da práxis.

Assim sendo, o aprofundamento no caminho por este território da extensão exige avançar em pelo menos duas tarefas que parecem ser centrais, associadas tanto à idéia de “terceiro incluído”, lançada no Manifesto da Transdisciplinaridade, quanto da Sociologia das Ausências, tal como definida por Boaventura de Souza Santos, nas Epistemologias do Sul.

A primeira, consiste em efetivamente reconhecer o protagonismo do campo popular e democrático no sentido de tornar o assim chamado “público-alvo” sujeito e não objeto de todo o processo de planejamento e implementação de programas e projetos de extensão, orientados por demandas sociais reais e não imaginadas. Nossa própria explicação da realidade deve admitir e incluir outras

explicações, de outros atores, em seus próprios termos. Isto implica acolher a participação popular na identificação e explicação daqueles temas/problemas de fato relevantes, na definição de seu conteúdo propositivo, através do debate aberto sobre os resultados vinculados a uma certa visão de futuro, compartilhada vis-à-vis os desafios e recursos necessários para alcançá-los .

A segunda tarefa, intimamente relacionada à anterior, implica num salto qualitativo substantivo, relativo a elaboração e implementação de projetos e programas coletivos que, de maneira análoga a primeira tarefa, deve se pautar pela radicalização da desconstrução dos feudos disciplinares, abrindo espaço no campo acadêmico para uma perspectiva que seja capaz de romper com paradigmas obsoletos e assumir a responsabilidade histórica de revolucionar em termos ontológicos, epistemológicos e de práxis .

#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

AGENDA 21 CAPÍTULO 36: *Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento*. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento .

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GUSMÃO, Rita. *Epistemologias do Sul como metodologia de ensino e aprendizagem para uma educação integral*. In: I Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Arte e Sustentabilidade (GTrans) da Universidade Federal de São João del - Rei (UFSJ), 1.,2021. Anais do I Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Arte e Sustentabilidade (GTrans) da Universidade Federal de São João del - Rei (UFSJ), São João del Rei: 2021. p. 13-23. Disponível em <<http://gtrans.ufsj.edu.br/ISeminario/proceedings.pdf>> Acesso em 23 jul. 2021.

LATOSINSKI, Ivana de Vasconcellos. *Transdisciplinaridade e Matemática*. In: I Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Arte e Sustentabilidade (GTrans) da Universidade Federal de São João del - Rei (UFSJ), 1.,2021. Anais do I Seminário do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa em Arte e Sustentabilidade (GTrans) da Universidade Federal de São João del - Rei (UFSJ), São João del Rei: 2021. p. 24-31. Disponível em <<http://gtrans.ufsj.edu.br/ISeminario/proceedings.pdf>> Acesso em 23 jul. 2021.

MARX, Karl H. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3: o processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

NICOLESCU, Basarab. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Triom: São Paulo, 1999.

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - *Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências*.

SKOVSMOSE, Ole. *Educação matemática crítica: a questão da democracia* . Campinas: Papirus, 2001.

SOARES, Daniela Alves: *Educação matemática crítica: contribuições para o debate teórico e seus reflexos nos trabalhos acadêmicos*. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em

Educação Matemática, pelo Programa de Mestrado em Educação Matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 63, p. 237-80, 2002.

\_\_\_\_\_. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 78, p. 3-46, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Trad. Mouza Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007b.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. *De las dualidades a las ecologías*. La Paz: Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía – REMTE, 2012.

STEPHANI, Marcos: *Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno*. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008

UNESCO: *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas*. Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Conscientização Pública para a Sustentabilidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

## O COTIDIANO E O VIVER NO SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO: INTERFACE ENTRE ARQUITETURA E SAÚDE MENTAL

### DAILY LIFE AND LIVING IN THE THERAPEUTIC RESIDENTIAL SERVICE: INTERFACE BETWEEN ARCHITECTURE AND MENTAL HEALTH

CEZÁRIO, Rayane Lima

Especialista, Universidade Federal de São João Del Rei, rayanecezario@gmail.com

CORGHI, Fernanda Nascimento

Doutora, Universidade Federal de São João Del Reii, corgho@ufsj.edu.br

FARIA, Ana Cristina Reis

Doutora, Universidade Federal de São João Del Rei, anacrfaria@gmail.com

#### RESUMO

A Reforma Psiquiátrica tem como objetivo extinguir os manicômios da sociedade. Para isso, propõe-se uma rede substitutiva da qual faz parte o Serviço Residencial Terapêutico, com a finalidade de fornecer uma moradia transitória aos pacientes de longa permanência em instituições psiquiátricas. O presente estudo tem como objetivo propor diretrizes gerais de projeto que auxiliem o profissional arquiteto na concepção ou reestruturação arquitetônica dos Serviços Residenciais Terapêuticos. O projeto foi desenvolvido em três etapas, na primeira uma pesquisa do tipo exploratória, com ênfase nas referências bibliográficas relativas ao processo de desinstitucionalização, as novas políticas de saúde mental, a estruturação dos Serviços de Residenciais Terapêuticos (SRTs) e ao estudo das relações homem e ambiente. A segunda etapa é baseada em um estudo em que será estruturado parâmetros que guiem a consolidação dos Serviços de Residenciais Terapêuticos. E, por último, na terceira etapa foram elaboradas análises feitas a partir da observação direta dos espaços e suas relações com os usuários e funcionários e do registro fotográfico dos ambientes através das visitas técnicas realizadas em Serviços de Residenciais Terapêuticos na cidade de Juiz de Fora-MG. O resultado dessas análises se tornou um manual prático de arquitetura e urbanismo para construção ou reforma de SRTs. Espera-se que os resultados contribuam para uma maior humanização dos espaços destinados às Residências terapêuticas e uma melhora no bem-estar e tratamento psicossocial dos moradores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde Mental, Residência terapêutica, Arquitetura em Sistema de Saúde, inclusão social, design universal.

**LINK:** [https://issuu.com/rayanelimacezario/docs/manual\\_issuu](https://issuu.com/rayanelimacezario/docs/manual_issuu)

#### ABSTRACT

*The Psychiatric Reform aims to extinguish society's mental institutions. For this, a substitutive network of which the Therapeutic Residential Service is a part is proposed, with the purpose of providing transitory housing for long-term patients in psychiatric institutions. This study aims to propose general design guidelines that help the professional architect in the design or architectural restructuring of Therapeutic Residential Services. The project was developed in three stages, in the first an exploratory research, with an emphasis on bibliographical references relating to the deinstitutionalization process, new mental health policies, the structuring of Therapeutic Residential Services (SRTs) and the study of human- environment relationships. The second stage is based on a study in which parameters that guide the consolidation of Therapeutic Residential Services will be structured. And, finally, in the third stage, analyzes were carried out based on direct observation of the spaces and their relations with users and employees and the photographic record of the environments through technical visits carried out in Therapeutic Residential Services in the city of Juiz de Fora- MG The result of these analyzes became a practical manual on architecture and urbanism for the construction or renovation of SRTs. It*

*is expected that the results will contribute to a greater humanization of spaces destined for therapeutic residences and an improvement in the well-being and psychosocial treatment of residents.*

**KEY-WORDS :** *Mental Health, Therapeutic Residence, Health System Architecture, Social Inclusion, Universal Design.*

**LINK:** [https://issuu.com/rayanelimacezario/docs/manual\\_issuu](https://issuu.com/rayanelimacezario/docs/manual_issuu)

## **INTRODUÇÃO**

Com a Reforma Psiquiátrica ocorreram transformações da atenção em saúde mental no campo assistencial, com a construção de novos caminhos e ações transformadoras (KANTORKI et al., 2014). As últimas transformações ocorridas no Brasil, na tentativa de desinstitucionalizar os pacientes internados e reinseri-los na vida comunitária e na sociedade vieram por meio do Programa de Volta para Casa e do Serviço Residencial Terapêutico (SRTs). Apesar do grande passo que foi a criação desses programas do Sistema Único de Saúde (SUS), as leis que normatizam as SRTs são muito abrangentes, de forma a dar oportunidade de que ocorra alugueis de casas que não tenham uma qualidade ambiental de conforto e acessibilidade mínima, o que vem ocorrendo frequentemente.

Dessa forma, observa-se a falta de normas para garantir a humanização nos espaços de tratamento do portador de sofrimento psíquico e aumentar sua integração com a própria família e a sociedade. O SRT ou Residência Terapêutica, e ainda “moradia”, são casas que se localizam na zona urbana criadas para suprir as necessidades de moradia de pessoas com transtorno mental grave que são egressas de internação psiquiátrica e também quem faz acompanhamento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), onde a equipe de referência identifica problemas relacionados à moradia como no caso de moradores de ruas e pessoas que não tem apoio familiar. A casa pode abrigar um único indivíduo ou mais pessoas, não podendo exceder dez usuários por domicílio, sendo que estes contam com suporte profissional para atender às suas necessidades e demandas (BRASIL, 2004).

Sendo assim, para essas pessoas, voltar a ter um cotidiano normal, uma vida em sociedade e um lugar para chamar de lar novamente é uma grande vitória e ao mesmo tempo um desafio gigante. Por esse motivo, o desenvolvimento do ambiente e do programa arquitetônico devem ter responsabilidade de buscar fatores que fazem com que os usuários das SRTs se sintam mais confortáveis e pertencidos aquela moradia e que encontrem nessa casa um verdadeiro lar.

## **A SAÚDE MENTAL**

Ao abordar a psiquiatria e seus segmentos, observa-se uma dificuldade ao explicar os conceitos a respeito dos transtornos mentais e de comportamento, existindo uma linha tênue entre o que é considerado normal e o que é patológico. (SILVA,2008)

A Saúde mental é um termo usado para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional. A Organização Mundial de Saúde afirma não existir definição “oficial” de saúde mental, pois diferenças

culturais, julgamentos subjetivos, e teorias diversas afetam o modo como a “saúde mental” é definida. Cerca de uma em cada 4 pessoas no mundo são ou serão afetadas por algum tipo de doença mental ao longo da vida, sendo que dois terços dessas pessoas não procuram ajuda por causa do forte estigma com relação às doenças mentais que a sociedade atual apresenta (OMS, 2001a).

No Brasil, a partir dos anos 70, vários movimentos de funcionários de saúde mental e de familiares surgiram, buscando que a internação psiquiátrica não fosse forma exclusiva de tratamento para a doença mental. Esses movimentos da Reforma Psiquiátrica culminaram na Lei nº10.216, de 6 de abril de 2001, que redireciona um novo modelo de saúde mental que passa a ter um enfoque terapêutico, através de uma arquitetura extra-hospitalar, diferenciando-se dos manicômios onde ocorria o chamado “método de controle da sociedade através da vigilância e segurança”, conforme observado por Foucault (1978).

## **CONTEXTO HISTÓRICO DOS ESPAÇOS DE SAÚDE MENTAL**

Desde os primórdios das civilizações os chamados “loucos” já existiam. Na antiguidade não havia divisão entre magia, religião e medicina. No início da Idade Média, as questões psicológicas são vistas dentro de uma estrutura teológica e moral. A sociedade acreditava que os indivíduos, seriam responsáveis por suas ações e portanto, a doença mental é vista como resultado do pecado ou como um teste de fé. (GOFFMAN, 2007)

No período renascentista o hospital é um lugar onde ritos religiosos, assistência, comércio, entre outras atividades acontecem simultaneamente, fazendo dele uma pequena cidade dentro da cidade. Os arquitetos inserem elementos como arcadas, pórticos, claustro e pátios para reforçar o caráter público desses edifícios e criar uma transição para o espaço urbano. (SCHÜTZ; WIKI, 2011)

No século XVI com a erradicação da lepra, as antigas estruturas de exclusão viram "casas de correção" de loucos, pobres, doentes, prostitutas e criminosos. Este confinamento é utilizado para poder manter a ordem pública. (GOFFMAN, 2007)

Durante a era do Iluminismo, os doentes mentais começam a ser vistos como seres humanos doentes sofrendo de uma doença e tem o direito de ser tratado. Críticos sobre as condições de vida nas casas de correção crescem e os doentes mentais são considerados vítimas deste confinamento geral que deve ser separado dos criminosos. Essas reflexões marcam o surgimento do asilo ou vulgarmente chamado de manicômio, um lugar dedicado a tratar os doentes mentais e que, pela primeira vez, tem um valor terapêutico atribuído à arquitetura. (SCHÜTZ; WIKI, 2011)

Philippe Pinel argumenta similarmente em seu traço médico-filosófico sobre a saúde mental em 1800 e através do isolamento para os alienados, instaurou o primeiro modelo de terapêutica nesta área ao introduzir o tratamento moral, “libertando-os” para que pudessem ser diagnosticados.

Jean-Etienne-Dominique Esquirol, aluno preferido de Philippe Pinel, transforma então o asilo em uma comunidade terapêutica onde médicos e pacientes vivem juntos. Ele também inclui instruções sobre como um asilo deve ser e acompanha-o com um plano modelo, sobre o qual o arquiteto Hyppolyte Lebas elabora com suas próprias indicações. Sendo assim, seu plano visa que os asilos devem ser construídos fora da cidade numa encosta para permitir o acesso a natureza, que deveria ter uma influência terapêutica. Além dos aspectos benéficos para os pacientes, havia também outros fatores envolvidos: o preço da terra era mais barato longe dos centros, e removeu com sucesso pacientes indesejados da cidade, e, portanto, da sociedade. A respeito da distribuição da edificação, deveria consistir em duas partes simétricas: o direito para os homens e a esquerda para as mulheres, separados por um edifício de administração. Esta composição permite não só a separação dos sexos em duas partes distintas, mas também para os pacientes serem divididos de acordo com seu status social e grau de agitação. (SCHÜTZ; WIKI, 2011)

Ao perceber a doença mental a partir da classificação de Pinel e dos conceitos de arquitetura ideal feita por seu aluno, o indivíduo perde o seu direito do livre-arbítrio, ou seja, a liberdade conferida pela Declaração dos Direitos Humanos. Desse modo, se o indivíduo não é livre, conseqüentemente não é cidadão (SILVEIRA; SANTOS, 2011)

Embora os princípios do plano de Esquirol tenham sido aplicados em vários asilos, essas edificações foram perdendo o prestígio principalmente por não se tratar de um espaço de tratamento e reinserção social dessas pessoas. Por esse motivo, os pacientes dificilmente saem dos asilos e como resultado, os edifícios superlotam.

Sendo assim a eficácia do modelo institucional e asilar começou a ser questionado efetivamente, por volta dos anos 60. Diante deste processo, surge a figura do italiano Franco Basaglia (1991) que considerava o hospital psiquiátrico/manicômio uma experiência opressiva e trágica, sendo sua ideia a reversão dos hospitais psiquiátricos em dispositivos inseridos e articulados socialmente, com o intuito de alcançar a reinserção socioeconômica-cultural das pessoas em sofrimento mental e de reestruturar as práticas de cuidados despendidas a essas. Sendo assim, cria-se o movimento de reforma psiquiátrica italiana ou “psiquiatria democrática italiana”. (SILVEIRA; SANTOS,2011)

De acordo com Amarante (1998) no Brasil, apenas depois de 1808, com o advento da família real, que o estado começou a avançar em práticas médicas e sanitárias de modo a fazer o controle social. Mas somente nos anos 80 é que a reforma se inicia no Brasil, quando o país integra dois grandes movimentos sociais: a Reforma Sanitária e a Psiquiátrica junto a Luta Antimanicomial. Como efeito dessas discussões e o estabelecimento da nova constituição em 1988, surgiu o SUS (Sistema Único de Saúde). A proposta da Reforma Psiquiátrica, além do SUS, adota a experiência da Psiquiatria

Democrática italiana como referência teórica/prática. Dessa forma, a desconstrução do manicômio e a desinstitucionalização começam a ocorrer com projetos em que o atendimento englobasse não só o tratamento específico ao transtorno, mas a saúde no geral. Por isso que o modelo substitutivo do SUS propõe o trabalho em rede, a Rede de Atenção Psicossocial. (SILVA,2012)

Dentro dessa Rede foi criado por meio da Portaria GM nº 106, de 11 de fevereiro de 2000 o funcionamento dos “Serviços Residenciais Terapêuticos”. Esse documento pontua:

[...] entende-se como Serviços Residenciais Terapêuticos, moradias ou casas inseridas, preferencialmente, na comunidade, destinadas a cuidar dos portadores de transtornos mentais, egressos de internações psiquiátricas de longa permanência, que não possuam suporte social e laços familiares e que viabilizem sua inserção social (BRASIL, 2004).

Essas moradias possuem a função de reduzir leitos dos hospitais psiquiátricos e realizar a progressiva inclusão social do morador e sua emancipação pessoal, afinal, sua finalidade principal é a moradia e o viver na cidade (SILVEIRA; SANTOS, 2011).

Com isso as pessoas que estavam em longos períodos de internação e que usam o hospital como moradia, passam a se beneficiarem de uma vida extra-hospitalar e exercer seus direitos de cidadãos novamente. A equipe do SRT busca resgatar primeiramente a identidade do “paciente”, reaprendendo a fazer coisas básicas como ir ao supermercado e decidir o que deseja comprar, colocar as roupas na máquina de lavar e estender as mesmas no varal, fazer o café e as refeições, reaprender a usar o dinheiro, reivindicar por roupas modernas, reaprender a tomar ônibus e andar na cidade (AZEVEDO; CARRAPATO, 2010)

## **SITUAÇÃO ATUAL DA LEGISLAÇÃO DE SRT NO BRASIL**

As Residências Terapêuticas podem abrigar de um indivíduo até no máximo dez pessoas, que deverão contar sempre com o acompanhamento de um cuidador e de um auxiliar de enfermagem e estão vinculadas aos CAPS como suporte terapêutico.

O Serviço Residencial Terapêutico está regulamentado por Leis Federais em portarias do Ministério da Saúde. As leis existentes discorrem sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais; o redirecionamento do modelo assistencial em saúde mental; estabelece o auxílio financeiro do Programa intitulado “De volta para casa”; elabora diretrizes de redução de leitos em hospitais psiquiátricos e, então introduz os Serviços Residenciais Terapêuticos no SUS para egressos de longas internações, no qual são consideradas as pessoas com internação de dois ou mais anos ininterruptos.

Sobre os Serviços Residenciais Terapêuticos, são divididos em moradias tipo I destinadas a pessoas com transtorno mental em processo de desinstitucionalização e o Tipo II as modalidades de moradia destinadas às pessoas com transtorno mental e acentuado nível de dependência, especialmente em função do seu comprometimento físico, necessitando de mais cuidados.

É definido as características físico-funcionais dos SRTs como sendo localizadas fora dos limites de unidades hospitalares gerais ou especializada e que o espaço físico contemple de maneira mínima para abrigar um número máximo de oito pessoas, a proporção de até três dormitórios; sala de estar; copa e cozinha. Em nenhum momento a portaria específica que tipo de imóvel e quais são as dimensões mínimas, também não cita norma que possa servir de referência.

## **PROBLEMATIZAÇÃO**

Desde o início dos SRTs, como pode ser observado, existe uma busca pela inclusão dos doentes com a sociedade e uma tentativa de humanização cada vez maior no tratamento dos mesmos. Porém, a experiência tem demonstrado que não é uma “missão” tão simples como a legislação idealiza, pois os atuais equipamentos sofrem grandes dificuldades de infraestrutura e de preconceito da sociedade, dificultando o tratamento e a inclusão dos pacientes. (SILVEIRA; SANTOS,2011)

Sendo assim, é importante considerar a disparidade existente entre a elaboração de um programa de saúde e a sua execução, principalmente quando a inexistência de um padrão mínimo para esse tipo de moradia somada à tendência dos gestores e trabalhadores em seguir as diretrizes ao pé da letra, de forma a utilizar espaços que nem sempre são adequados para as necessidades de seus usuários, um local apenas alugado de forma arbitrária e os moradores sendo ali colocados sem qualquer preocupação de inserção adequada, pertencimento e apropriação daquele espaço por eles.

Para a arquitetura e urbanismo, algumas questões relativas à qualidade dos ambientes das Residências Terapêuticas são preocupantes, como a localização no espaço urbano e as configurações formais do espaço e os atributos arquitetônicos (cor, forma, luz, textura, etc.), pois todos esses aspectos interferem no bem-estar e tratamento psicossocial dos moradores. Nesse sentido, a normatização mais específica desses espaços faz com que se tenha mais cuidados arquitetônicos, ambientais, de infraestrutura e humanização necessários na reinserção dessas pessoas em uma comunidade. Essa pesquisa então é direcionada para a organização arquitetônica dos SRTs.

A arquitetura é, portanto, grande mediadora, aquela que liga o usuário ao ambiente. Dessa forma, o projeto arquitetônico é responsável por criar espaços em que os moradores se sintam confortáveis e pertencidos à mesma e a sociedade. Em suma, devemos levar em conta as condições específicas das localidades onde são executados e as verdadeiras necessidades do principal interessado, que é o próprio usuário, buscando adaptar essas moradias, de forma que as mesmas superem ritos institucionais ou manicomiais, ou seja, que o programa cumpra com a sua finalidade de ser moradia e de incluir socialmente, e não apenas continue asilando eles de uma outra maneira.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas. Na primeira foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória, com ênfase nas referências bibliográficas relativas ao processo de desinstitucionalização, as novas políticas de saúde mental, a estruturação dos SRTs e ao estudo das relações homem e ambiente. Na segunda foram realizadas visitas técnicas em RTs do município Juiz de Fora, onde ocorreu a observação direta dos espaços e suas relações com os usuários, o registro fotográfico dos ambientes e entrevistas semiestruturadas com funcionários e com a coordenadora. Na terceira etapa foram elaboradas análises das visitas e da estruturação dos ambientes das SRTs, embasado nas legislações e pesquisas existentes na área, de forma a criar parâmetros para SRTs mais humanizadas.

### **ESTUDOS REALIZADOS - ANÁLISE DAS VISITAS TÉCNICAS**

As visitas foram realizadas nas Residências Terapêuticas do Grupo Vila Verde em Juiz de Fora - MG juntamente com a coordenadora do programa Inez Lacerda. O Grupo Vila Verde conta com quatro Residências Terapêuticas e várias clínicas, consultórios e hospitais de apoio, além do CultArt, um centro dia baseado nas normas do CAPS e do SUS.

A coordenadora foi entrevistada sobre o programa das Residências Terapêuticas. Elas surgiram da necessidade dentro do Grupo de uma remodelação no tratamento de pacientes crônicos, ou seja, que não tem muita perspectiva de melhora. Atualmente existem 4 residências e 38 moradores, sendo 10 em cada, e na Rt4 que está em fase de implantação ainda existem 8. As residências foram implantadas seguindo a portaria do ministério da saúde que diz respeito aos Serviços Residenciais Terapêuticos e contam com o apoio dos funcionários 24 horas por dia, sendo 4 na parte do dia e 1 na parte da noite sendo eles diarista, cozinheira e técnicos de enfermagem. Além desse apoio, os residentes têm acompanhamento psiquiátrico e atividades diárias no Centro dia Cultart. Não existe um critério para a colocação dos pacientes na residência, sendo eles diagnosticados com transtornos diversos como de humor, esquizofrenia, autismo, mas também tem dependentes químicos e outros transtornos mentais.

As casas são antigas, sendo a maioria bem iluminadas, arejadas e com materiais bem confortáveis como piso de madeira e pé direito bom, sendo apenas uma muito pequena, escura e mal arejada e somente duas das casas tinham um espaço externo maior. As casas têm acessibilidade limitada devido a degraus ou escadas na entrada, escada para o segundo pavimento e degraus de um ambiente para o outro e corredores estreitos em algumas delas, o que impede o acesso de pessoas com diversidade funcional. Essa questão de acesso ao segundo pavimento por escadas também traz como consequência a superlotação de quartos térreos. Além disso, foi visto somente dois banheiros PNE completo (porém um se localizava no segundo pavimento, com acesso por escadas), os demais banheiros receberam adaptações, mas a maioria não tinha o mínimo dimensionamento para se adequar as normas de acessibilidade. Falta também um pouco de conforto em relação a quantidade de banheiros para atender determinada quantidade de moradores e da quantidade de moradores em

cada quarto em relação a dimensão e layout no quarto, sendo que em alguns está muito apertado e maldistribuído. A cozinha e a sala de jantar em duas das casas eram espaços pequenos e mal distribuídos. A área de descanso e posto de enfermagem ficam em espaços pequenos e com pouca privacidade. Os moradores se apropriam bastante da sala de televisão e locais para fumar passando a maior parte do dia ali ou no Cultart (centro dia modelo do CAPS). Alguns pacientes, principalmente os mais debilitados fisicamente são mais reclusos e isolados. O paciente não tem a liberdade de ir e vir o tempo todo, o portão principal fica fechado com um cadeado e eles tem de pedir aos enfermeiros para sair, sendo liberados apenas os considerados aptos, e apenas durante o dia, a noite não costumam autorizar saída.

## ARQUITETURA E SAÚDE MENTAL

A interface da Arquitetura que se relaciona a saúde e seus ambientes ganha cada vez mais espaço e reconhecimento. O ser humano está sempre estabelecendo relações com o espaço que o cerca, se apropriando dele e nele registrando suas experiências. Essa relação do homem com o espaço está associada a sua percepção do “lugar”, que é estudada pela fenomenologia do espaço. Para Palombini (2004) a casa estaria para o homem como centro do mundo que o enraíza no espaço. A porta representa a liberdade, as janelas seriam como o olhar para o exterior, a cama como o núcleo sua proteção e intimidade e a mesa seria o centro comum da família. Desta forma, podemos ver a casa como uma continuação do Eu. (SILVA, 2012)

Apesar de existir a RDC-50, a que norma abrange os Estabelecimentos de Assistência à Saúde (EAS), ela ainda não contempla, por exemplo, a definição dos espaços de atividades de terapia ocupacional, lazer, atividades ao ar livre e muito menos de uma residência, um lar. (FONTES, 2003)

Sendo assim, algumas questões relativas à qualidade dos ambientes das Residências Terapêuticas são preocupantes, como a localização no espaço urbano, as configurações formais do espaço e os acabamentos. A pesquisa explorou alguns conceitos como questões de acessibilidade, conforto acústico, visual, térmico, ergonômico entre outros devem estar presentes no projeto arquitetônico para que essa nova jornada rumo à reconquista da cidadania seja mais leve, contribuindo com o bem-estar e tratamento psicossocial dos moradores. Segue abaixo alguns desses conceitos:

**DESINSTITUCIONALIZAÇÃO:** De um ponto de vista histórico, a arquitetura e o tratamento da saúde mental estão conectados, seja pela qualidade dos ambientes ou pela falta deles. As teorias do filósofo Foucault e do psiquiatra italiano Franco Basaglia, que influenciaram a transição de pensamento na Reforma Psiquiátrica devem aqui ser consideradas para se projetar esses espaços. Foucault acreditava que a pessoa com transtornos mentais devia ter Experiência Social pois, a segregação causa a alienação, ao invés de curar como muitos pensavam na época. Ele também diz que a segregação se mostra pelo afastamento do contexto urbano e pelo ambiente da edificação. A impessoalidade, os

métodos de isolamento e observação empregados no espaço confirmam a relação de exclusão (FOUCAULT, 1972).

Basaglia questionava a Instituição Psiquiátrica em busca da desinstitucionalização como forma de direcionar o paciente para outro destino social. Mais que ceder espaços para implantação de serviços assistenciais de saúde mental, como é feito em várias cidades brasileiras, deve-se considerar necessário espaços pensados para essa finalidade de forma que não estimule o estigma da “loucura como incurável”, e sim que contribuam para uma melhor qualidade de vida. (VIECELI, 2014).

**CONTROLE E PERSONALIZAÇÃO DO ESPAÇO:** As pesquisas que discorrem direta ou indiretamente sobre a personalização do espaço construído têm se concentrado, em grande parte, nos ambientes de trabalho e de cuidado da saúde e têm demonstrado que proporcionar maior controle ambiental às pessoas, por meio da personalização, melhora os níveis de satisfação, bem-estar, favorece avaliações ambientais positivas e eleva a autoestima. A personalização também é frequentemente associada à territorialidade e apropriação. O ato de personalizar define uma apropriação do espaço territorial por meio de marcas pessoais, que indicam pertencimento. (KUHNNEN et al., 2010)

Para o arquiteto holandês Herman Hertzberger (1999), uma das maneiras que pode ser utilizada para favorecer a apropriação em ambientes nos quais não se tem contato direto com o futuro usuário e/ou que a permanência pode ser temporária, é deixar alguns elementos inacabados para que os próprios moradores os completem conforme suas preferências ou criar componentes que podem ser manipulados de diversas maneiras. Assim, os indivíduos se tornam moradores.

**DESIGN BASEADO EM EVIDÊNCIAS :** O design baseado em evidências (EBD ou Evidence-based design), é uma área da ciência que analisa as decisões sobre o ambiente construído em pesquisas confiáveis para alcançar os melhores resultados possíveis. A abordagem se tornou popular na arquitetura de saúde, em um esforço para melhorar o bem-estar dos pacientes e funcionários. Demonstrada inicialmente pelo estudo de Ulrich (1984), no qual mostrou o impacto de uma visão da janela na recuperação do paciente, o EBD examina as relações entre o ambiente físico de hospitais com resultados em saúde, de forma a reduzir o estresse, melhorar a segurança, a dinâmica e a sustentabilidade.

De acordo com a EBD 56, várias medidas ambientais permitem um melhor resultado dos pacientes e funcionários. Enquanto para os pacientes é importante reduzir a dor e a depressão, a redução do estresse é importante para todas as partes envolvidas. Estudos científicos mostraram que a exposição a altos níveis de luz do dia e à natureza pode aliviar a dor e a depressão. Foi demonstrado que os jardins são um contraste com a experiência de estar dentro de um hospital: escala doméstica x institucional; natural x artificial; ar fresco x ar controlado. (SCHÜTZ; WIKI, 2011)

**SEGURANÇA E ACESSIBILIDADE:** Uma recomendação da OMS (1959) sobre serviços psiquiátricos e arquitetura, diz que a familiaridade com lugares e pessoas aumenta a sensação de segurança do paciente. Um layout simples em que os usuários não precisem pedir ajuda contribui com a sensação de segurança e aberturas e acesso a plantas que mudam com as estações do ano, bem como a disponibilidade de relógios, fornece decoração e permitem a orientação no tempo.

O conceito de acessibilidade se baseia na maior ou menor facilidade de se acessar espaços, serviços e atividades. Sendo assim a acessibilidade é uma parte importante de um projeto de Residência Terapêutica (MELO, 2005). No caso de usuários com diversidade funcional, a disponibilidade de espaços que promovam maior facilidade de deslocamento garante o menor esforço, e assim, maior mobilidade. A acessibilidade é também uma questão referente à qualidade e está intimamente relacionada a fatores como o conforto e a segurança. (AGUIAR, 2010). Em termos de nível de acessibilidade nas SRTs visitadas, estes espaços possuem frequentemente diversas situações que dificultam ou impedem a mobilidade de seus usuários. Dentre muitos, alguns exemplos podem ser citados: existência de escadas ou rampas muito inclinadas, ambientes, mobiliários e circulações da residência mal posicionadas, falta de elementos de apoio nas escadas, corredores, banheiros e quartos entre outros obstáculos.

Os itens necessários para garantir a acessibilidade devem ser considerados durante a fase de projeto ou reforma. Para isso o projetista deverá consultar a legislação do município onde será construída a SRT e também a Norma Brasileira NBR 9050. Outra solução para acessibilidade foi o Desenho ou Design Universal. Nesta concepção, as necessidades específicas de todos os usuários (idosos, crianças, gestantes, deficientes temporárias ou permanentes etc.) devem ser atendidas, eliminando-se a ideia de fazer ou adaptar “projetos especiais”. O Design Universal foca na inclusão social, com oportunidades iguais para todos. Assim, para permitir a integração de pessoas com diversidade funcional temporária ou permanente na sociedade, é necessário o desenvolvimento de ambientes acessíveis desde o início se possível, e a urgente adaptação dos que ainda não são. (AGUIAR, 2010).

**HUMANIZAÇÃO E PSICOLOGIA AMBIENTAL:** Na saúde a humanização adota o significado de um processo que busca a transformação da cultura institucional, tentando reconhecer e valorizar aspectos coletivos, históricos e socioculturais, tanto dos usuários das SRTs quanto dos funcionários, de forma a criar espaços mais humanizados. Aliar aspectos técnicos, físicos e psicológicos é dever do arquiteto, segundo o arquiteto Alvar Aalto (1982). Esse pensamento entra em prática na “nova” fase do Modernismo, onde se reduz métodos muito racionais e passam a resolver problemas psicológicos e humanos dos ambientes.

A Psicologia Ambiental procura compreender como o indivíduo percebe e lida com o seu ambiente e como ele influencia no seu comportamento. Essa percepção se dá por meio de múltiplos estímulos

sensoriais, de forma consciente ou não, criando redes de experiências vividas e que continuam no presente, estabelecendo expectativas para vivências espaciais futuras. (MOSER, 1998)

**CONFORTO AMBIENTAL:** O Conforto Ambiental é o estudo das condições térmicas, acústicas, luminosas e ergonômicas e como elas se podem condicionar a forma e a organização do espaço de forma que esses possuam melhor qualidade ambiental. Com simulações feitas em softwares a partir dos dados obtidos no local, é possível fazer os ajustes necessários para que o Conforto Ambiental e Eficiência Energética possam colaborar para o projeto atingir um elevado nível de conforto. Com o tipo de vidro correto, por exemplo, pode-se controlar a luz e o calor no interior das edificações, gerando um conforto adequado.

### **RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES**

Foi possível observar que no caso específico das SRTs de Juiz de Fora, apesar das Residências parecerem ser bem cuidadas e terem sido uma opção para esses pacientes egressos, a realidade de reinserção social que o programa busca ainda está muito distante, os pacientes ainda tem um grande nível de dependência, de falta de privacidade e de liberdade, e também não se apropria da casa, nem todos se identificam com o espaço, não se tornando um lar e sim mais um ambiente de tratamento.

Com base nos conceitos explorados foi identificado os atributos críticos de uma Residência Terapêutica ideal que receberá pessoas com transtornos de saúde mental. Tendo como base esses pensamentos e as visitas e entrevistas realizadas, foram estabelecidos as seguintes diretrizes para melhorias nas SRTs:

**CO-LOCALIZAÇÃO COM OUTROS SERVIÇOS:** A co-localização propõe que as SRTs além de se situarem em um centro urbano, estejam localizadas estrategicamente perto de espaços públicos e de lazer, residenciais e de serviços como comércio e assistência à saúde, a fim de maximizar a eficiência do programa e promover um sentido de lugar desinstitucionalizado, mais adequado à reinserção social.

**RESPEITO ÀS SINGULARIDADES LOCAIS:** Embora a pesquisa saliente a necessidade do desenvolvimento de normas específicas para a saúde mental, também são importantes a valorização e a utilização de referências do contexto local para favorecer a integração da residência e seus moradores com a comunidade e o espaço urbano.

**INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE:** A participação da comunidade é um fator importante para o sucesso da Reforma Psiquiátrica. Esse diálogo pode se fortalecer através da prestação de serviços ou da criação de espaços comunitários, como praças, quadras de esportes e feiras. (FONTES, 2003)

**LIGAÇÃO COM O ESPAÇO EXTERIOR:** Essa ligação pode se dar de formas simples como vãos de iluminação e ventilação, jardins e pátios. O acesso próximo a uma paisagem natural ou a um jardim

pode melhorar a capacidade das pessoas de lidar estresse além da possibilidade de acompanhar a passagem do tempo. (FONTES, 2003)

**PERSONALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E FLEXIBILIDADE:** Tem sido comprovado que usuários gostam de participar e de sentir que a sua opinião foi ouvida em intervenções no espaço. Sendo assim, os moradores gostam de intervir na moradia, escolhendo cores, móveis, quadros e até mesmo contribuindo na reforma. A sua relação com o espaço, o seu “habitar” é parte da sua individualidade, que se procura resgatar. Deve-se então incentivar intervenções que colaborem na produção do sentimento de pertencer, favorecendo na recuperação da identidade. O espaço deve portanto, oferecer um mínimo de flexibilidade para intervenções por parte dos usuários. (FONTES, 2003)

**ESPAÇOS DE CONVÍVIO:** Os espaços de convívio demonstraram, ao longo da pesquisa, o seu potencial dentro das novas perspectivas da saúde mental, além de representarem uma contraposição veemente à antiga prática do isolamento. Já que o objetivo é a reinserção ou a manutenção do indivíduo na comunidade, as instituições devem procurar estimular a vida social através da criação de espaços que favoreçam o encontro e as trocas sociais, diferenciando do antigo modelo de isolar. (FONTES, 2003)

**A SEGURANÇA:** Uma boa arquitetura de segurança permite a liberdade de movimento dos pacientes dentro dos limites de sua condição. A questão da segurança em estabelecimentos de saúde mental é muito importante e muitas vezes contraditória com outras necessidades do paciente como a privacidade. Porém, a insegurança gera ansiedade, que é a causa de muitos comportamentos perturbados. Entre a população usuária, são comuns os casos de agressão mútua e até de tentativas de suicídio. Portanto, o ambiente deve ser pensado de forma a oferecer segurança para os pacientes, os funcionários, visitantes e membros do público. (HASSEL, 2014)

Devem ser consideradas as normas de acessibilidade, as práticas em acesso universal, ergonomia além do uso de materiais de acabamento que evitem o risco de acidentes. (FONTES, 2003)

**PRIVACIDADE:** Em Residências Terapêuticas, a privacidade é uma questão importante para manter a dignidade de um paciente, já que ele vive lá e passa cada minuto de seus dias e noites ali. Mas, como dito acima, a necessidade de privacidade muitas vezes contradiz com outras necessidades, como supervisão e cuidados intensivos. É, portanto, muito importante proporcionar dentro das possibilidades a oportunidade de os moradores controlarem seu ambiente, como por exemplo o nível de iluminação, tipo de música, entre outros. O senso de atividades do cotidiano é encorajado quando os espaços facilitam encontrar os utensílios e materiais, para que se possa usar sem pedir ajuda.

**OBSERVAÇÃO:** O fornecimento de pátios seguros está se tornando padrão, mas existem outras maneiras de maximizar a observação sem se intrometer nos pacientes. Corredores largos com espaços de reunião regulares permitem uma abordagem discreta à observação e contribuem para espaços de

convívio. Outra sugestão interessante encontrada nas pesquisas é a inversão do modelo panóptico, redimensionando-os e redirecionando o seu uso, ou seja, o centro não vigiaria mais a periferia, e sim o contrário, da periferia se teria a opção de ver e participar do que ocorre no centro. (FONTES, 2003)

**QUALIDADE AMBIENTAL E REDUÇÃO DO ESTRESSE:** Na busca da recuperação, os pacientes de saúde mental precisam primeiro se sentir confortáveis. Ruído, brilho e qualidade do ar estão entre as muitas variáveis ambientais que devem ser consideradas no projeto de instalações de saúde. Várias pesquisas identificaram que o ruído é uma das principais causas de distúrbios do sono, e pode aumentar o estresse em pacientes, induzindo pressão alta e aumento da frequência cardíaca. Embora a luz natural tenha seja crucial para maximizar o potencial de recuperação, salas com excesso de iluminação causam desconforto, assim como a baixa qualidade do ar interno. (HASSEL, 2014)

Além disso, os novos espaços não devem lembrar os antigos espaços asilares. Elementos como grades e o mobiliário fixo, em concreto ou alvenaria, possuem uma conotação negativa no imaginário das pessoas que frequentaram estes espaços. Sendo assim, é importante identificar e neutralizar esses elementos que remetem o aspecto do espaço manicomial. (FONTES, 2003)

**LUZ:** A luz artificial e a luz solar podem proporcionar benefícios para a saúde, inclusive dos pacientes de saúde mental. Há pesquisas que indicam que a luz adequada pode melhorar questões como depressão, agitação, sono, ritmos circadianos de atividade de repouso e tempo de internação em pacientes com demência e transtorno afetivo sazonal bipolar. Além disso, estudos mostram que a exposição à luz da manhã é a mais eficaz na redução da depressão. (HASSEL, 2014)

**COR:** A cor proporciona uma nova percepção dos objetos. Por isso, no projeto se dá primeiro a escolha da iluminação e depois das cores, pois essas serão influenciadas pela luz. Dependendo do comprimento de onda podem dar a sensação de um espaço mais amplo (tons de azul e verde) ou podem estreitar os ambientes, (vermelhos, amarelos e laranjas) (MARTINS, 2004).

Também as cores exercem função terapêutica através da cromoterapia, trazendo sensações diferentes ao ambiente e promovendo bem-estar. Se o ambiente possui características de descanso e repouso, como quartos, pode-se utilizar o azul e o verde claro. Já nas áreas de estar e refeição podem ser utilizadas cores mais vivas e estimulantes, como o laranja e amarelo. (SILVA, 2008).

**RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS E MANUTENÇÃO:** A resistência dos materiais se revela especialmente importante nas instituições públicas, dadas as dificuldades de reposição e manutenção por elas enfrentadas. Por conta disso, os materiais devem ser de fácil limpeza, manutenção e reposição, além de poder ser lavado com água e sabão, por conta de derramamento de bebidas e alimentos e de alguns pacientes urinarem no chão. (FONTES, 2003)

## CONCLUSÃO

A presente investigação buscou averiguar a importância da Arquitetura na construção de Residências Terapêuticas para saúde mental, espaços desinstitucionalizados, a partir de visitas técnicas em unidades já existentes e revisão bibliográfica. Os relatos aqui descritos fornecem elementos arquitetônicos para se considerar em um projeto de uma Residência Terapêutica e foi possível concluir que não somente a reinserção social é importante, mas a qualidade dos espaços em que essa busca pela cidadania acontece também.

## AGRADECIMENTOS

A UFSJ a PROPE e as minhas orientadoras pela oportunidade de crescer no estudo científico e de contribuir de alguma maneira para o desenvolvimento de pesquisas e conhecimentos relevantes.

## REFERÊNCIAS

- AALTO, Alavar. **La humanizacion de la Arquitectura**. 2º. ed. Barcelona: Tusquets Editores. 1982. 80p.
- AGUIAR, Fabiola de Oliveira.(2010) **Acessibilidade Relativa dos Espaços Urbanos para Pedestres com Restrições de Mobilidade**. Tese de doutorado. São Carlos:USP.190 p.
- AMARANTE, P. **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- AZEVEDO,Sueli Cavicchioli ; CARRAPATO, JosianeF. Lozigia . Serviço Residencial Terapêutico (Srt): Um Avanço no Processo Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica. Abril de 2010 .Salão de Atos da UFRGS - Porto Alegre, RS. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/encredenciais2010/programacao/arquivos\\_artigos/SERVICO\\_RESIDENCIAL\\_TERAPEUTICO\\_UM\\_AVANCO.pdf](http://www.ufrgs.br/encredenciais2010/programacao/arquivos_artigos/SERVICO_RESIDENCIAL_TERAPEUTICO_UM_AVANCO.pdf)
- BASAGLIA, Franco. (2005). **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica** (J. A. d'Avila Melo, trad.). In P. Amarante (Org.). Rio de Janeiro: Garamond.
- BRASIL. Residências terapêuticas: o que são, para que servem / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL, Ministério da Saúde (2000a). **Portaria nº 106/2000**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.090/2011**, que altera a Portaria nº 106/2000. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Lei nº 10.216/ 2001**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria/GM nº 251**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Lei nº 10.708/2003**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral de Saúde Mental. (2005). **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**.OPAS. Brasília.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Saúde Mental em Dados, Ano X**, n 12, Outubro de 2015.
- FONTES, Maria Paula Zambrano.Imagens da Arquitetura da Saúde Mental: Um Estudo sobre a Requalificação dos Espaços da Casa do Sol, Instituto Municipal de Assistência à Saúde. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2003.
- FOUCAULT, M. **História da Loucura**. São Paulo. 1972. 551 p.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**.São Paulo: Perspectiva,1978.

- FURTADO, Juarez Pereira. **Subsídios para Diversificação de Moradias para pessoas com Transtornos Mentais Graves**. Departamento Políticas Públicas e Saúde Coletiva, Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), campus Baixada Santista. Julho de 2012.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 312p.
- HASSELL. *Direções Futuras no Design para Estabelecimentos de Saúde Mental*. HASSELL Limited. Melbourne, Austrália. Julho, 2014
- KANTORKI, LP; CORTES, JM; GUEDES, AC; FRANCHINI, B; DEMARCO, DA. O cotidiano e o viver no Serviço Residencial Terapêutico. *Rev. Eletr. Enf. [Internet]*. 2014 out/dez;16(4):759-68.
- KUHNEN, A., FELIPPE, M. L., LUFT, C. D. B., & FARIA, J. G. (2010). A importância da organização dos ambientes para a saúde humana. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 538-547.
- MARSH, George E. **Book review of Hospital Interior Architecture: Creating Healing Environments for Special Patient Populations By Jain Malkin**. 478 pp. The New England Journal of Medicine. Massachusetts Medical Society, 1993.
- MARTINS, Vânia Paiva. **Anais do I Congresso Nacional da Abdeh – IV Seminário de Engenharia Clínica: A Humanização E O Ambiente Físico Hospitalar**. Salvador: Ufba, 2004. 5 p. Disponível em: <<http://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Saude/artigos>. Acesso em: 30 maio 2019.
- MELO, Fábio Barbosa. **Proposição de Medidas Favorecedoras à Acessibilidade e Mobilidade de Pedestres em Áreas Urbanas. Estudo de Caso: O Centro de Fortaleza**. Dissertação de mestrado. Fortaleza, 2005.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existencia, Espacio Y Arquitectura**. Barcelona: Editorial Blume, 1975
- OMS (Organização Mundial da Saúde). **Serviços Psiquiátricos e Arquitetura**. Geneva, 1959. Disponível em: [whqlibdoc.who.int/php/WHO\\_PHP\\_1.pdf](http://whqlibdoc.who.int/php/WHO_PHP_1.pdf)
- \_\_\_\_\_. (2001). **54ª Assembleia Mundial da Saúde**. Genebra: Organização Mundial de Saúde.
- SCHÜTZ, Benjamin; WICKI, Livia. **Arquitetura para Tratamento Psiquiátrico**. EPFL – Escola Politécnica Federal de Lausanne. Énoncé théorique for Tese de mestrado em Arquitetura, Janeiro, 2011.
- SILVA, Leonora Cristina da. **Diretrizes para a Arquitetura Hospitalar Pós-Reforma Psiquiátrica Sob o Olhar da Psicologia Ambiental**. 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91868>>. Acesso em: 30 maio 2019.
- SILVA, Dayse Andrade Bispo. **Cotidiano da Residência Terapêutica**. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SILVEIRA, MFA., and SANTOS JUNIOR, HPOS., orgs. **Residências terapêuticas: pesquisa e prática nos processos de desinstitucionalização** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 320 p. ISBN 978- 85-7879-063-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- SOARES, Juliana Lopes. **A Arquitetura de Residências Terapêuticas**. IV Seminário de Arquitetura e Engenharia Hospitalar. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. 28 de Março de 2008.
- ULRICH, R. S. **View through a window may influence recovery from surgery**. *Science*, 224(4647), 420-421. 1984.
- VIECELI, A. P. **Lugares da loucura: arquitetura e cidade no encontro com a diferença**. 2014. 299 f. Tese (Mestrado em Arquitetura) Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2014.

## PARA SE DEBATER QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA: SUGESTÕES TRANSDISCIPLINARES ALIADAS AO CURRÍCULO

*TO DISCUSS QUALITY OF LIFE AND SUSTAINABILITY IN SCHOOL:*

*TRANSDISCIPLINARY SUGGESTIONS ALLIED TO THE CURRICULUM*

SANTOS, Diego Ramires Silva

*Doutorando em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, diegodeiscila@hotmail.com*

PEREIRA, Álex Sousa

*Doutorando em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, alexjhowsp@hotmail.com*

SILVA, Alysso Dos Anjos

*Mestrando em Educação, Universidade Federal de Lavras,*

[alysson227@gmail.com](mailto:alysson227@gmail.com)

SOARES, Gustavo Almeida

*Mestre em Educação, Universidade Federal de Lavras*

### RESUMO

O presente trabalho buscou refletir sobre diferentes elementos que compõem a possibilidade de uma abordagem transdisciplinar na construção do debate curricular e que leva em consideração a sustentabilidade e a qualidade de vida dos alunos, valendo-se de elementos e discursos de diferentes autores que compreendem essa possibilidade. O artigo traça três pontos fundamentais diante da proposta: dialogicidade, noção de pertencimento e formação política. Visto isso, se operam elementos e potencialidades capazes de auxiliar a formação de um currículo pautado na formação ampla do sujeito, rompendo limites disciplinares e impactando em diferentes esferas do saber. Ao fim, se traça como o cotidiano é um importante aliado na construção de valores e pautas do ensino e aprendizagem, sobretudo ao lado do entendimento das relações políticas e ambientais.

**PALAVRAS-CHAVE:** currículo, transdisciplinar, sustentabilidade.

### ABSTRACT

This work sought to reflect on different elements that make up the possibility of a transdisciplinary approach in the construction of the curriculum debate and that takes into account the sustainability and quality of life of students, drawing on elements and discourses of different authors who understand this possibility. The article outlines three fundamental points regarding the proposal: dialogicity, the notion of belonging and political formation. In view of this, elements and potentialities capable of helping the formation of a curriculum based on the broad formation of the subject are operated, breaking disciplinary limits and impacting on different

spheres of knowledge. Finally, it outlines how everyday life is an important ally in the construction of values and guidelines for teaching and learning, especially alongside the understanding of political and environmental relations.

**KEY-WORDS:** *curriculum, transdisciplinary, sustainability*

## 1 INTRODUÇÃO

Assim como Enrique Leff (2009) alega em sua obra, nossa geração vive uma crise diferente daquelas que nossos antepassados passaram. Nosso cenário nessa segunda década do século XXI remete a todas as discussões, debates e encontros que ocorreram no final do século passado. A crise dessa geração é de ordem emergencial e ditará os caminhos dos seres humanos na terra nos próximos séculos, algo novo quando pensamos que a questão agora é em escala, sobretudo ambiental.

Pesquisadores, teóricos, políticos e inúmeras outras personalidades já compreendem que o equilíbrio ambiental no planeta foi totalmente prejudicado de maneira irreparável em muitas perspectivas. Todavia tal pensamento não é comum a certos setores da sociedade, que valendo de estudos imprecisos, superados e duvidosos, alegam que a presença do homem na terra não causou nenhum grande impacto como se imagina (ABELLÁN-LÓPEZ, 2021).

Situação essa que denota como a sociedade é direcionada pelo acesso à informação, e nesse sentido, tanto governantes quanto empresários utilizam influências e fortunas para a criação de um cenário em certa medida falso, inconsequente e distante dos dados. Baseando na falta de criticidade e descolamento das questões socio-ambientais, percebe-se a formação de métodos e práticas capazes de tal feito, uma vez que são ordenados princípios anti-científicos que submetem o debate (MARTÍN-SOSA, 2021).

Tal fato é uma clara demonstração do poder da educação como transformadora ou limitadora diante de questões abrangentes ou atuais. Mais do que somente esclarecer o mundo, a escola contribui como formadora e alienadora, dependendo unicamente de seu currículo e gestores dispostos a trabalhar eventos/construtos como a ciência, a diferença, a sociedade, dentre outros.

Ao longo da história, o currículo escolar foi uma importante ferramenta na instauração e manutenção de uma determinada ordem social e econômica, que reflete uma ideologia em sua própria existência (APPLE, 2016).

Ao fim do período educacional obrigatório no Brasil, se espera que as pessoas consigam extrair fundamentos e conteúdos que representem significados para suas vidas em sociedade. Logicamente,

existem conteúdos básicos e determinantes para a vivência, porém outros podem ser acrescentados, como a complexidade da vida humana, suas relações e principalmente sua autoconsciência, representam um campo de idéias com efeitos na vida e trajetória do sujeito. Indo além, a compreensão de sociedade humana e mundial deve ser apresentada de maneira que se avalie a condição em que se encontra o sujeito em meio a seu contexto, ao menos é essa a ideia de saber necessário de Morin (2014), um estudo sobre o que seria obrigatório para a educação na atualidade.

Sendo o currículo a espinha dorsal da escola, é importante um debate acerca de suas possibilidades e desafios no atual cenário histórico e social que encontramos na contemporaneidade, sobretudo após a pandemia mundial de covid-19 que obriga a todos tomadores de decisões a repensar a relação da humanidade com o meio ambiente, recursos naturais e a própria forma que se vive.

Diante disso, esse trabalho se estruturou em 3 importantes seguimentos, que somaram perspectivas e abordagens conhecidas como em parte transdisciplinares, ou seja, representaram conhecimentos de linhas e áreas diferentes para criarem aporte teórico e prático tanto na escola quanto para fora do espaço físico da mesma.

## **2 EDUCAÇÃO E DIALOGICIDADE**

Não é atualidade na educação se encontrar grupos de pensadores debatendo sobre um tema específico: como relacionar o cotidiano dos alunos com a matéria trabalhada, e assim quais os melhores métodos pedagógicos para tal.

Visto que o papel do educador compreende muito mais do que somente repetir e corrigir, e sim relacionar a vida do aluno com o que é visto dentro da sala de aula. Sendo assim, deve-se partir do princípio de que o professor é mais do que um simples mediador, mas um sujeito atuante na educação e é na figura do aluno que se configura uma relação mútua de construção e reconstrução do conhecimento.

Paulo Freire e outros estudiosos sempre se perguntaram sobre o desafio de educar e compreenderam o quão importante seriam metodologias que se ligassem aos alunos. Fazendo sentido naquele contexto e representando significativa potencialidade, a educação deve ter um caráter transformador no cidadão que refletiria isso na sociedade.

Já Gadotti (1999) afirma que para colocar em prática o diálogo, o educador não deve se colocar em posição de saber tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais

importante: o da vida. Nesse sentido, a educação é uma relação de mão dupla que fundamenta todo o sentido da escola, Freire (2004), por exemplo, define respeito dos conhecimentos dos alunos, afirmando:

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos conhecimentos de experiência feitos "com que chegam à escola" (p.71).

Do mesmo modo:

[...] a medida em que o educando se torne sujeito cognoscente e se assuma como tal, tanto quanto sujeito cognoscente é também o professor, é possível ao educando tornar-se sujeito produtor da significação ou do conhecimento do objeto (FREIRE, 2003, p. 119)

Visto isso, ao se trazer o contexto do aluno para dentro das salas de aulas e utilizar esse espaço, o educador conquista uma importante ferramenta de ensino-aprendizagem junto aos educandos. Tal possibilidade pode ser percebida e adotada em diferentes matérias e abordagens, para uma melhor construção do conhecimento e combate a conceitos alienantes presentes em discursos distante e vazios.

Para Foucault (1974) não existe discurso neutro e toda linha de pensamento é salientado por uma base histórico-social. Assim, deve-se compreender que o saber da modernidade é pautado no saber científico, que por sua vez pavimenta os demais saberes diante de uma abordagem mais concreta e reforçada por evidências. Nesse aspecto a ciência se tornou a essência da razão e tem por obrigação esclarecer e trazer a verdade sobre o que tange a realidade.

Não somente isso, é na ciência que se pauta todo o suporte acadêmico e funcional principalmente as ligadas a uma área ainda sensível da educação escolar: O debate sobre sustentabilidade e o desenvolvimento social junto ao meio ambiente.

Tal abordagem se faz necessária no momento que se compreende que a questão ambiental e sanitária é antes de tudo uma questão política e deve ser estudada em múltiplas esferas administrativas (FREITAS,2005) e educacionais. Essa preocupação trouxe alguns avanços como a Lei nº 9.795 de abril de 1999, que fundamenta os preceitos da educação ambiental que devem ser seguidos pela sociedade brasileira. Todavia as transformações e avanços nessas questões ainda se demonstram tímidas e em muitos locais em fase de desenvolvimento, pois demandam uma conscientização e percepção de mundo que falta aos envolvidos (SATO, 2000).

Sendo assim, cabe se perguntar quais interesses, valores e processos estão embutidos nessa possibilidade. E quais as possibilidades de leituras estão envolvidas nesse debate. E quais argumentos são os principais a favor e contra o tema. Pois, deve-se compreender profundamente as implicações

da articulação da educação junto a qualquer outra perspectiva. Além disso, tais questionamentos devem trazer toda uma perspectiva realista que compreenda o contexto em que se trabalha a educação dialogando com o cotidiano.

### 3 PERTENCIMENTO

Visto isso, desde os anos 1970, inúmeros pesquisadores já trouxeram milhares de trabalhos evidenciando uma crítica sócio-ambiental do modelo de vida ocidental do planeta. Não sendo apenas uma questão de manter ecossistemas limpos, mas sim a criação de uma consciência mundial das mudanças climáticas e do estilo de vida que se objetivava a partir da Conferência de Estocolmo (GUIMARÃES, 1995).

Com o avanço de políticas neoliberais nos anos 1980, se iniciou a preocupação de uma geração interferir nos recursos naturais das próximas. Culminando no debate Ecologia x Economia que persiste até hoje, e por vezes permanece omitido nos currículos escolares tanto do ensino fundamental quanto do médio.

Nas últimas décadas, vários órgãos mundiais orientam para a inclusão de temas ambientais na educação em geral, mais precisamente de temas relacionados ao desenvolvimento sustentável. Tema presente desde 1987 na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde se firmou importantes caminhos que seriam ampliados futuramente. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992 conduziu o debate sobre a condição do planeta e das ações necessárias para garantir um futuro sustentável. Ao fim do encontro foi elaborada a Agenda 21, que trazia princípios para ações governamentais e institucionais de importantes membros e agentes sociais. Até mesmo a sociedade civil foi envolvida no documento e relacionava perspectivas para a condução da vida urbana e de iniciativas dentro dos países. Nesse sentido a educação foi tida como pilar fundamental na construção de uma nova sociedade.

"O ensino, inclusive o ensino formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades. O ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento. Ainda que o ensino básico sirva de fundamento para o ensino em matéria de ambiente e desenvolvimento, este último deve ser incorporado como parte essencial do aprendizado. Tanto o ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-los.

O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. Para ser eficaz, o ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico e do socioeconômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual), deve integrar-se em todas as disciplinas e

empregar métodos formais e informais e meios efetivos de comunicação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992)."

Percebe-se assim que desenvolvimento sustentável é um tema emergente na educação e merece grande atenção, pois se configura não apenas o conceito da relação homem/meio ambiente. Denota toda uma rede de ações, representações, atitudes e pensamentos que configuram uma preocupação com o futuro e as próximas gerações que usarão os recursos naturais do planeta.

Entender aquilo que o aluno traz consigo é fundamental, pois motiva o aluno a perceber nas aulas que ele também pode contribuir com a construção do conhecimento. Sendo assim o saber do aluno quando relacionado com a matéria serviria de fio condutor para a elaboração e debate sobre o assunto, resultando em mais conhecimento. Sempre se atentando para a identidade (Hall, 2003), e a perspectiva cultural do grupo. Logo, ao ser trazer questões cheias de significados e perspectivas, é importante analisar as múltiplas possibilidades e abordagens que podem ser utilizadas. Entende-se, por exemplo, que sustentabilidade gravita permeada por inúmeras forças sociais, leituras possíveis diante de interesses e interpretações.

Como a perspectiva das minorias, grupos sociais excluídos e o próprio diálogo sobre preconceito na atualidade. Assim como também mudanças climáticas e consumo desregrado de fontes não renováveis por parte do avanço da presença humana sobre o meio ambiente. A chave aqui, é a noção de pertencimento que o individualismo neoliberal busca suprimir.

Essa percepção serve de potência, canalizando os efeitos e ajudando nas práticas de ensino e aprendizagem. Callai (2004) pensa que ao observar o espaço do sujeito e suas relações intrínsecas, é possível desenvolver essa noção de "fazer parte", algo que caracterizam, como ferramenta de projeção e compreensão. Uma sugestão nesse aspecto é a concepção de uma cidadania planetária, uma estrutura de ensino pautada também no macro e micro, atenta às relações dispostas e os seus sujeitos e os espaços.

#### **4 FORMAÇÃO POLÍTICA**

No texto "Educação para um Futuro Sustentável" da UNESCO encontramos algumas pistas daquilo que se espera, mesmo tendo certo receio de desenvolver grandes eixos para o desenvolvimento sustentável, se focando na mudança de atitudes e no comportamento dos sujeitos de um determinado grupo. O texto aposta na tecnologia como ponte para o futuro e superação dos problemas ambientais, mas não coloca limites e eixos para tal objetivo. Quando analisa as causas socioambientais, os autores evidenciam as desigualdades sociais, principalmente nos países mais pobres, onde se existe a

necessidade de impor limites a exploração dos bens naturais e matéria-prima pelos demais países. O que fica sempre claro ao longo do material é a necessidade da participação do indivíduo junto ao seu contexto, de maneira que se conscientize que ninguém foi convidado a participar dessa realidade socioambiental comprometida, mas sim deve-se atentar aos sinais da natureza para os futuros desastres que se aproximam.

Jickling (1992) defende uma abordagem de sustentabilidade que seja trabalhada por alunos nas perspectivas múltiplas atentando a carga de interesses e relações instituídas na sociedade. Pois, o que seria ideal, para ele, seriam alunos capazes de comparar e analisar causas e efeitos a curto/ longo prazo, de maneira que seja importante a percepção de contexto e grupo social do jovem. Sempre aprendendo e mudando de acordo com as possibilidades (STERLING, 2001). Clark (1989) Traz por sua vez a noção de sociedade aprendiz, junto a seus valores e códigos. De maneira que consiga elaborar e compreender seus limites e condicionamentos dentro de grupos e assim aperfeiçoar as mudanças necessárias afim de flexibilizar as iniciativas e a cooperação dentro de grupos. Ciente dessa realidade, se faz também necessária a formação política dos sujeitos, tendo em vista as suas capacidades de análise e transformação do ambiente e espaço onde ele se insere. Compreender as “regras e relações” é um ponto decisivo, e vai de encontro com a dialogicidade e o pertencimento.

Singer (1996) percebe a potencialidade e necessidade de se trabalhar a política no currículo, atentando as relações colocadas. Não somente uma leitura de códigos e normas, é preciso uma compreensão ampla, trazendo dados e elementos que consigam “quebrar” os preceitos básicos que firmam o cotidiano e os elementos norteadores dos alunos. É a resposta é justamente essa: o cotidiano como potência política, ou seja, perceber a política em todos os espaços e contextos (HELLER, 2016).

Vislumbrar as relações políticas, e seus efeitos no cotidiano é uma saída diante dos constantes movimentos de se vilanizar algo que compõe a sociedade desde os tempos remotos. Partindo dessa concepção, se pode ampliar os alicerces epistemológicos e seus reflexos na criação e ampliação do conceito de indivíduo que pertence a um dado espaço e tempo.

Essa formação do cidadão, dever do currículo brasileiro moderno (1996), por vezes busca uma caracterização pautada em figuras e elementos distantes da realidade local dos alunos, afastando seu pertencimento e a dialogicidade. Sorrentino (2005) coloca junto a isso a educação ambiental como também uma necessidade humana, uma política pública urgente e que é capaz de ampliar horizontes. Diante desse entendimento, a visão de pertencimento e a própria acolhida do currículo pode se tornar

mecanismo de troca entre o aluno e a escola. A chave aqui seria a construção de uma identidade cidadã política e ambiental consciente dos fatores e forças que operam na sociedade e quais seus reflexos no cotidiano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebendo como a dialogicidade pauta uma educação transdisciplinar, é possível conceber um currículo que parte do cotidiano dos alunos e perpassa pelas relações, entendendo as políticas e os reflexos disso. Tudo isso, entendendo como a educação ambiental também possui métodos capazes de ampliar a noção de pertencimento que corrobora com os documentos formativos pautados na sustentabilidade e na transdisciplinaridade.

Logicamente, esse trabalho compreende que não se deve colocar todo o peso do currículo sobre os professores, mas sim, sobre toda a sociedade que deve ser consciente dos impactos da existência humana na contemporaneidade e seus resultados nas gerações futuras. Motivo esse, que fomenta a publicação de trabalhos como esse, que sirvam de sugestão e possíveis caminhos na educação brasileira, entendendo figuras como Freire (2004) que com abordagens cada vez mais amplas, podem abarcar as múltiplas realidades que se desdobram na vida dos sujeitos, professores e alunos. O essencial é entender a urgência de se apresentar propostas educativas capazes de traçar reflexos nas relações ambientais atuais.

## **5 AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

## **6 REFERÊNCIAS**

ABELLÁN LÓPEZ, María Ágeles. El cambio climático: negacionismo, escepticismo y desinformación. *Tabula Rasa*, 37, 283-301. 2021. Disponível em <<https://doi.org/10.25058/20112742.n37.13>> Acesso em: 03/09/2021.

ALENCAR, Mariléia Muniz Mendes. Reciclagem de lixo numa escola pública do município de Salvador. *Candombá – Revista Virtua* I, v. 1, n. 2, p.96 –113, jul – dez 2005. Disponível em: <<http://www.gepexsul.unisul.br/extensao/2012/amb3.pdf>> Acesso em: 01/09/2021.

APPLE, Michael Whitman. *Ideologia e currículo*. Artmed Editora, 2016.

BARTHES, R. O mito hoje. In: BARTHES, R. *Mitologias. Elementos da Semiologia*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares nacionais: meio ambiente e saúde*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. 2004.

CLARK, Mary. *Ariadne's thread: the search for new ways of thinking*. Macmillian, Basingstoke, 1989.

FREIRE, Paulo – *Pedagogia da Autonomia* – Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. *Professora sim tia não: cartas a quem ousa ensinar*. 2e. São Paulo: Olho D'Água, 1993.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC, 1974

GADOTTI, Moacir. *Convite à leitura de Paulo Freire*. São Paulo: Scipione, 1999.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. "O desafio político do desenvolvimento sustentado". *Lua Nova*, nº 35: 113-136, São Paulo, CEDEC, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/by4mn9YS3CTYJMGkzVNQn4Q/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 03/09/2021.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Trad. RESENDE, Adelaine La Guardia; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Belo Horizonte/ Brasília: Ed da UFMG, Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Editora Paz e Terra, 2016.

JICKLING, Bob. "Why I don't want my children to be educated for sustainable development". *The Journal of Environmental Education*, Heldref Pub., Washington DC, USA, vol. 23, nº 4, 5-8, 1992 Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00958964.1992.9942801?journalCode=vjee20>> Acesso em: 05/09/2021.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Editora Vozes, 2009.

Martín-Sosa, Samuel. Apuntes metodológicos para el estudio del negacionismo climático en los medios escritos. *Communication & Methods*, 3(1), 56–66. 2021. <<http://www.comunicacionymetodos.com/index.php/cym/article/view/111>> Acesso em: 02/09/2021.

MORETTIN, Eduardo. *Cinema Educativo: Uma abordagem histórica*. Comunicação e Educação, São Paulo, 1995.

MORIN, Edgar et al. Os setes saberes necessários à educação do futuro. Cortez Editora, 2014.

NEIRA, Marcos Garcia.; NUNES, Mário Luiz Ferrari. Pedagogia da cultura corporal: críticas e alternativas. São Paulo: Phorte Editora, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>> Acesso: 10/09/2021.

SATO, Michèle. Debatendo os desafios da educação ambiental. Ambiente & Educação, 2000.

SINGER, Paul. Poder, política e educação. Revista Brasileira de Educação, v. 1, n. 1, p. 5-15,1996.

Disponívelem:<<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T21SF/Sandra/Poder,%20pol%EDtica%20e%20educa%E7%E3o.pdf>> Acesso: 15/09/2021.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. Educação e pesquisa, v. 31, p. 285-299, 2005. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/ep/a/WMXKtTbHxzVcgFmRybWtKrr/abstract/?lang=pt>> Acesso: 12/09/2021.-

STERLING, Stephen. Sustainable Education: Re-Visioning Learning and Change. Schumacher Briefings. Schumacher UK, CREATE Environment Centre, Seaton Road, Bristol, BS1 6XN, England (6 pounds), 2001. Disponível em:< <https://eric.ed.gov/?id=ed464791>> Acesso: 06/09/2021.

UNESCO. Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada. Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

## **Para uma formação significativa: a abordagem Design Thinking ao processo de ensino e aprendizagem no contexto do Ensino Superior**

*For a significant formation: The Design Thinking approach to teaching and learning process in the context of Higher Education*

VALENTE, Paulo Juan

*Especialista, Universidade do Estado do Pará – UEPA, opaulojuan@gmail.com*

VALENTE, Edinair

*Especialista, Centro Universitário Internacional – UNINTER, kedvalente@gmail.com*

### **RESUMO**

O presente artigo tem como tema a abordagem Design Thinking direcionada ao ensino e aprendizagem do ensino superior. Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender como os professores do ensino superior podem utilizar os pressupostos do Design Thinking com alunos de graduação. O trabalho, uma pesquisa explicativa, através de pesquisas bibliográficas, identifica as perspectivas da abordagem Design Thinking, sua relação com a educação, características no ensino superior e influência na formação do aluno de graduação. A pesquisa indica a possibilidade de construção de um processo de ensino e aprendizagem na educação superior calcado na empatia, colaboração e experimentação, permitindo um aprendizado de acordo com competências cognitivas e socioemocionais, com os estudantes no centro do processo e próximos da prática profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** ensino, aprendizagem, design thinking, ensino superior.

### **ABSTRACT**

This article has as theme the Design Thinking approach directed to teaching and learning process in higher education. So, the main goal of this research was to understand how higher education teachers can use the assumptions of Design Thinking with undergraduate students. The work, an explanatory research, through bibliographic search, identifies perspectives of the Design Thinking, its relation with education, characteristics in higher education and its influence on formation of academic students. The research indicates possibility to make a teaching and learning process in higher education based on empathy, collaboration and experimentation, allowing a learning according to cognitive and socioemotional skills, with students at the center of the process and closer to professional practice.

**KEY-WORDS:** teaching, learning, design thinking, higher education.

## 1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, mudanças ocorrem constantemente: a todo tempo surgem novos métodos, técnicas, recursos, que impactam nos diversos setores da sociedade, e a área da Educação não deixa de receber as influências das constantes transformações do cenário. No processo ensino-aprendizagem, especificamente o desenvolvido no âmbito do Ensino Superior, tem-se buscado ir além da relação vertical entre professor e aluno, em que o professor é o detentor do conhecimento e o aluno é considerado como um receptáculo de informações.

Masetto (2003, p. 20) aponta a ocorrência da superação da formação direcionada apenas ao aspecto cognitivo, e o surgimento da preocupação com que o aluno de cursos no nível superior desenvolva também competências e habilidades de um profissional e cidadão atuante na sua comunidade. Sendo assim, novas estratégias têm sido estudadas e aplicadas ao Ensino Superior, a fim de que o processo permita efetiva aproximação entre o aluno, sua formação e a realidade para a qual devem ser propostas respostas, soluções.

Nesse sentido, Oliveira (2014, p. 113) coloca sobre o fato de os sistemas educacionais estarem sendo pressionados a prover aos alunos valores sociais, atitude e experiências construtivistas. A autora, então, apresenta a aplicação da abordagem Design Thinking no campo educacional, caracterizado como um modelo de pensamento com o qual se “pode fazer a diferença, desenvolvendo um processo intencional para se chegar ao novo, com soluções criativas e criar impacto positivo” (OLIVEIRA, 2014, p. 115).

Com base nas considerações feitas, levanta-se a seguinte pergunta: **Como os professores do Ensino Superior podem utilizar os pressupostos da abordagem Design Thinking no processo de ensino e aprendizagem com alunos de graduação?**

Assim, o objetivo geral deste trabalho é compreender como os professores do Ensino Superior podem utilizar os pressupostos da abordagem Design Thinking no processo ensino-aprendizagem com alunos de graduação. Considera-se relevante o desenvolvimento da pesquisa, pois a abordagem Design Thinking, mediante seus pressupostos, possibilita a inovação em sala de aula, norteando a aplicação de técnicas e métodos que permitam a integração do aluno ao processo ensino-aprendizagem, participando de maneira ativa da construção do conhecimento, e desenvolvendo competências e habilidades necessárias à sua formação.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta seção estão observações sobre a classificação desta pesquisa e os métodos adotados durante a execução do trabalho. Em primeiro lugar, com relação ao tipo de pesquisa, tomando como base o objetivo geral, é classificada como explicativa, pois pesquisas como essa “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2002, p. 42).

Desse modo, além do levantamento e estudo dos conceitos sobre a abordagem Design Thinking e o Ensino Superior, houve também a relação entre esses dois objetos de pesquisa e a explicação sobre como a abordagem pode ser aplicada e a relevância de sua inserção no contexto da educação superior.

De acordo com os procedimentos técnicos adotados, esta pesquisa é classificada como pesquisa bibliográfica, a qual “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Ou seja, a base teórica em que a pesquisa se apoia foi desenvolvida segundo conceitos, informações e dados encontrados em livros e artigos científicos sobre o tema e seus componentes, a fim de que o trabalho também esteja alicerçado em fontes de credibilidade.

Quanto à abordagem, a pesquisa é considerada como qualitativa, na qual os métodos “[...] buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens” (GENHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Sendo assim, a pesquisa foi voltada à identificação, análise e relação de informações e dados que não podem ser mensurados numericamente, mas que possibilitam a compreensão acerca do problema com base no referencial teórico e nas percepções dos pesquisadores sobre o problema.

Os dados levantados foram analisados concomitantemente à sua coleta e, posteriormente, também colocados para discussão entre os participantes da pesquisa, a fim de que fosse possível estabelecer relações entre os temas e as reflexões apresentadas pelos autores durante a investigação.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta seção é apresentada a discussão teórica acerca do tema, seus componentes e suas relações. Sendo assim, os pontos observados no debate posto no que se segue perpassa pelos seguintes eixos: as principais ideias acerca do Design Thinking no contexto educacional; as características sobre a aplicação da abordagem no campo da Educação; a associação do Design Thinking ao Ensino Superior; e a influência da abordagem no processo de formação acadêmica dos alunos de graduação.

#### **Pressupostos da abordagem Design Thinking ao contexto educacional**

Para a compreensão do surgimento do Design Thinking, faz-se necessário definir a grande área da qual a abordagem originou-se. Sendo assim, se valendo de uma definição atual, o Design trata-se de uma “atividade profissional que envolve todo o processo de criação e desenvolvimento de produtos com o fim de atender às necessidades da população em favor de uma vida melhor e mais prazerosa” (HSUAN-AN, 2017, p. 26).

Ou seja, na área do Design o objetivo primordial é a concepção de soluções, materializadas em produtos, para problemas de diferentes contextos, com atenção às especificidades desses contextos e de quem está inserido neles, logo, os usuários das soluções criadas. Esta habilidade do profissional da área, o designer, de visualizar problemas e gerar soluções tornou-se, então, uma das características para o que tem sido chamado de Design Thinking.

De acordo com Gonsales (2017, p. 11), uma das traduções possíveis para Design Thinking é “pensamento de Design”, pois o termo busca caracterizar a abordagem como um modo de pensar, mais especificamente, de pensar como designer.

Pinheiro e Alt (2017, p. 6) apontam que os primórdios da expressão Design Thinking estão no uso dessa expressão por acadêmicos no início da década de 1990, e que a popularização do nome iniciou com a IDEO, empresa de Design e inovação fundada em 1991 na Califórnia, Estados Unidos. David Kelley e Tim Brown, fundadores da empresa, permitiram essa popularização mediante a adaptação do Design Thinking à área da Administração, na resolução de problemas e busca por inovação em empresas e negócios.

Com isso, Design Thinking passou a ser definido como um “conjunto de princípios que podem ser aplicados por diversas pessoas a uma ampla variedade de problemas” (BROWN, 2010, p. 6). Logo, Design Thinking é um modo de abordar problemas, colocando em primeiro plano as pessoas para que se pense em soluções adequadas a quem precisa delas. Pinheiro e Alt (2017, p. 7) se referem aos princípios caracterizando-os como um tripé no qual a abordagem se sustenta, sendo os componentes desse tripé: empatia, colaboração e experimentação.

A primeira base do Design Thinking é a empatia, considerada como “a tentativa de ver o mundo através dos outros, compreender o mundo através das experiências alheias e de sentir o mundo por suas emoções” (OLIVEIRA, 2014, p. 108). Assim, conforme esse pressuposto, é fundamental colocar-se no lugar das pessoas, imergir no contexto em que estão inseridas, pois isso permite experiências que possibilitam ter uma visão acerca das situações, dos reais problemas e necessidades das pessoas para, então, possuir subsídios que contribuam para a elaboração de respostas e soluções adequadas aos problemas identificados.

A colaboração “liga-se ao ato de realizar uma obra coletiva. As equipes multidisciplinares e o envolvimento de pessoas [...] são de grande importância para gerar e selecionar ideias” (MARTINS; ANTUNES, 2018, p. 88). Acredita-se que a mobilização de pessoas, com diferentes conhecimentos, habilidades, modos de pensar e experiências é um importante fator para a geração de ideias, pois a multiplicidade de perspectivas acerca de um problema permite a abordagem de diversos aspectos relacionados à situação.

O terceiro pressuposto da abordagem, a experimentação, “refere-se ao ato de analisar os possíveis resultados para colher *feedbacks*. Experimentar permite evitar e consertar grandes erros” (MARTINS; ANTUNES, 2018, p. 88). A análise do que foi gerado ocorre por meio de testes, para que se possa verificar a exequibilidade de ideias, o que pode ser modificado ou, ainda, gerado novamente, até que se alcance o mais adequado.

Sinalizando a possibilidade de a abordagem ser inserida no contexto educacional, Gonsales (2017, p. 26) aponta dois aspectos que fazem parte de uma boa prática educativa: integrar temas do currículo ao que acontece exteriormente à sala de aula, e colocar o aluno no centro do processo educativo. Assim, observa-se que “a essência do Design Thinking vai ao encontro dessas concepções por trabalhar com valores e promover habilidades e competências para além do tradicional movimento de apreender conteúdos e responder perguntas prontas que admitem uma única resposta (GONSALES, 2017, p. 26).

### **Características do Design Thinking no âmbito da Educação**

Reginaldo (2015) aponta que o emprego do Design Thinking na Educação tem início no ano de 2009 com o surgimento do movimento *Design for Change*, o qual tem por objetivo encorajar estudantes do ensino básico a criar e desenvolver soluções que possam contribuir com mudanças em suas comunidades (CENTER FOR EDUCATION INNOVATIONS, 2015). O movimento acredita que a abordagem possibilita aos alunos tornarem-se aprendizes ativos e a construir sua própria educação.

Prosseguindo com a contextualização, de acordo com o autor, “o Design Thinking (DT) estabeleceu suas raízes na educação a partir da publicação do *Design Thinking for Educators*” (REGINALDO, 2015, p. 81); a mesma publicação recebeu, em 2014, uma versão traduzida para o português intitulada *Design Thinking para Educadores*, lançada pelo Instituto Educadigital. O cerne do livro está na apresentação de processos e métodos baseados no Design Thinking, sendo adaptados às atividades desenvolvidas em sala de aula.

Com o propósito de transformar as práticas de ensino, colocando o aluno no centro das criações e soluções, preparando-os para a sociedade do conhecimento, a abordagem Design Thinking leva para a escola uma maneira diferente de pensar, sentir e agir sobre a construção das aprendizagens. Desse modo, a abordagem na Educação “remete a uma ‘ritualização’ de boas práticas que normalmente são pouco sistematizadas, reconhecidas e valorizadas. O DT permite evidenciar o processo como um resultado em si mesmo” (GONSALES, 2017, p. 28).

Quando o Design Thinking é visualizado no campo educacional, nota-se a expansão das suas bases, ou seja, os três princípios colocados anteriormente – a empatia, a colaboração e a experimentação –, são repensados para atender às especificidades da sala de aula. Logo, na prática, passa a consistir de cinco etapas: a descoberta, interpretação, ideação, a experimentação e a evolução, sendo que, para iniciar, de acordo com Gonsales (2017, p. 38), “é preciso definir um tema e, a partir dele, construir em grupo um desafio que todos se proponham a resolver criativamente até o final do processo”. Ou seja, é essencial que o desafio seja bem formulado para que se chegue a soluções concretas.

Durante a fase da descoberta é promovido o diálogo, considerando diversos conhecimentos e necessidades, usando a escuta atenta com os alunos, permitindo-os trazer seus sonhos, sentimentos, anseios em relação ao tema, entre outros. Nesse momento a empatia é de extrema importância, pois o docente precisa se colocar no lugar das pessoas para que possa compreender diferentes pontos de vista.

Conforme Gonsales (2014, p. 26), “descobertas constroem uma base sólida para [...] ideias. Criar soluções significativas para estudantes, pais e familiares, professores, colegas e gestores começa com um profundo entendimento de suas necessidades”. Sendo assim, a depender do que se quer propor em sala de aula, na escola, para a comunidade, é imprescindível ter contato com quem faz parte da realidade na qual a abordagem será inserida.

No que tange à interpretação, é a fase caracterizada pelos “*insights* (percepções) que vão ajudar no momento da geração das ideias de soluções” (GONSALES, 2017, p. 39); vale trazer perspectivas diferenciadas e moderá-las para que sirvam de base para a próxima etapa. Lembrando que todas as ideias são valiosas e, por isso, os alunos devem ser encorajados a pensar de forma ousada e até mesmo fantasiosa para que, em seguida, sejam selecionadas questões essenciais a serem utilizadas para a construção de soluções.

Na fase de ideação coloca-se, de fato, a mão na massa, pois é momento de criar, mas também de apresentar soluções ao problema lançado e, para isso, é preciso que se crie um ambiente ou espaço que permita a chuva de ideias, ou *brainstorming*, para concretizar as ideias trazidas pelos estudantes. Quanto a esse aspecto, para “muitas vezes, as ideias mais ousadas são as que desencadeiam pensamentos visionários. Com uma preparação cuidadosa e um conjunto de regras claras uma sessão de *brainstorming* pode render centenas de ideias novas” (GONSALES, 2014, p. 50).

A etapa da experimentação corresponde ao momento de dar forma e vida às ideias selecionadas, pois durante esse processo as soluções ao desafio proposto estarão sendo criadas. Nessa fase, segundo Gonsales (2017, p. 39), “é hora de [...] prototipar a solução inventada na fase anterior. O importante é fazer a turma expressar a criatividade da melhor forma possível para mostrar como a solução desenhada [...] durante o processo vai funcionar”.

Para a experimentação é importante a representação da ideia para que se possa analisar a ideia selecionada, verificar se alterações são necessárias e, também, obter *feedback*, respostas dos interessados na solução. Na Educação, Reginaldo (2015) aponta diversos tipos de representações à ideia, ou seja, o protótipo pode ser “um *storyboard*, um diagrama, uma história, um anúncio, um modelo, uma maquete, uma encenação, criação de um material digital, entre outros” (REGINALDO, 2015, p. 84).

A fase da evolução requer planejamento das ações a serem realizadas, assim como o compartilhamento de ideias com outras pessoas que podem colaborar para o processo, pelo fato de que “a mudança muitas vezes acontece com o tempo, e é importante ter lembretes dos sinais sutis de progresso” (GONSALES, 2014, p. 68). Oliveira (2014) também caracteriza essa fase como o acompanhamento do aprendizado do grupo envolvido na construção da solução para o tema proposto, e pontua que o progresso deve ser documentado.

Após a compreensão, de maneira geral, acerca das fases da abordagem Design Thinking para a Educação passa-se, então, ao escopo desta pesquisa, caracterizado pelo âmbito do Ensino Superior, sendo verificados os vínculos possíveis entre esse nível educacional e as possibilidades da abordagem.

### **O vínculo do Design Thinking às atividades docentes no ensino superior**

Considerando o novo cenário educacional e a prática comum dos professores do Ensino Superior como ponto de partida para novas reflexões, depara-se com a necessidade de responder aos desafios dos novos tempos. É interessante observar que essas mudanças vão obrigar os sistemas de educação a uma profunda mudança nas escolas, nos currículos e na formação dos professores.

Conforme Masetto (2003), o professor, atualmente, está mudando de atitude, passa a ser o profissional da aprendizagem que incentiva e motiva o aprendiz. Essa atitude, então:

[...] o leva a explorar com seus alunos novos ambientes de aprendizagem, tanto ambientes profissionais como virtuais [...], a dominar o uso das tecnologias da informação e comunicação, a valorizar o processo coletivo de aprendizagem [...], e a repensar e reorganizar o processo de avaliação, agora voltado para a aprendizagem, como elemento motivador, com *feedback* contínuo oferecendo informações para que o aluno supere suas dificuldades [...] (MASETTO, 2003, p. 24-25).

O Design Thinking se apresenta como uma possibilidade a ser explorada pelo professor universitário, a qual permite o desenvolvimento de ações que integrem as diferentes questões envolvidas no processo de ensino e aprendizagem e que devem fazer parte da atitude do educador enquanto mediador da aprendizagem e motivador para o educando.

Masetto (2015) aponta que, na contemporaneidade, uma das características do jovem que chega à universidade é estar conectado a diferentes assuntos desde que esses sejam de seu interesse e de relevância, significado e aplicação. Seguindo essa ideia, o autor sugere a organização de disciplinas de acordo com parâmetros como: atualidade, interesse, integração e aplicação profissional.

Construir o plano de uma disciplina pode, então, ter influência do Design Thinking no que tange a conhecer os educandos e suas expectativas em relação àquilo que aprenderão. Para isso, o professor precisa pôr em prática a empatia, utilizar métodos e técnicas as quais permitam aproximação com os alunos, a descoberta dos seus interesses, a fim de que decodifique os pontos encontrados em conteúdos relevantes ao grupo.

Trabalhar com temas, problemas e situações com os alunos, como Gonsales (2017) coloca, para que se possa iniciar as atividades com o Design Thinking, permite modificação na aula, integrando todos os participantes ao processo. Sendo assim:

A compreensão da aula como espaço-tempo do professor e do aluno cria um ambiente de compartilhamento para que juntos realizem atividades de aprendizagem, como, por exemplo: debates, estudos, pesquisas, questionamentos, apresentação de perguntas, esclarecimento de dúvidas, estudos de casos e solução de problemas (MASETTO, 2015, p. 24).

A interdisciplinaridade é uma das oportunidades oferecidas pelo uso da abordagem Design Thinking na Educação, como Gonsales (2017) coloca. Masetto (2011), por sua vez, quando relaciona a interdisciplinaridade à educação superior, aponta que o “tipo de conhecimento hoje exigido e esperado é aquele que ultrapassa os limites de uma só área, abre-se para outras ciências e formas de conhecimento, procura integração (MASETTO, 2011, p. 602).

O autor conceitua interdisciplinaridade como a “produção de um conhecimento científico novo a partir de duas ou mais diferentes áreas de conhecimento que se integram para tal” (MASETTO, 2006, p. 602). Logo, o professor, com base na abordagem, pode tanto estimular o trabalho interdisciplinar entre os educandos como, ainda, exercitar essa característica na sua prática educativa quando buscar a cooperação de outros docentes, a relação entre os conhecimentos de diferentes disciplinas do currículo.

O educador também se utiliza da cocriação nessa busca pela integração de conhecimentos diversos em atividades, pois “não se trata de cada professor se responsabilizar isoladamente pela formação dos alunos, mas esta responsabilidade é assumida pelo conjunto de professores do curso [...]” (MASETTO, 2015, p. 91).

A experimentação no Design Thinking, segundo Gonsales (2017, p. 12), “[...] evidencia a importância de testar possibilidades, considerar hipóteses, valorizando as tentativas e erros como partes primordiais de qualquer aprendizado”. Logo, quando o professor propõe aos alunos experimentarem aquilo que está sendo aprendido, ele pode alinhar sua avaliação da aprendizagem às diferentes variantes que fazem parte do processo.

Conforme Masetto (2015), a aprendizagem é um processo contínuo e exige do educador acompanhamento também contínuo por meio de *feedbacks*, de respostas dos alunos às etapas, técnicas e métodos utilizados e resultados alcançados. Considerando que o educador é preocupado com a aprendizagem de fato do aluno, e não apenas com a determinação de notas ao que é certo ou errado, o Design Thinking possibilita idas e voltas no ensino e aprendizagem, e na orientação ao aluno sobre seu progresso.

### **Influência do Design Thinking na formação de alunos na graduação**

Gonsales (2017) aponta que, no ano de 1997, a Organização Mundial da Saúde (OMS) desenvolveu uma lista denominada “habilidades para a vida”, as quais são: autoconhecimento, empatia, inteligência emocional, resolução de problemas, comunicação, relacionamentos interpessoais, tomada de decisão, pensamento criativo e pensamento crítico. Essa relação de habilidades reverberou também na Educação, adquirindo o título “competências socioemocionais”.

Para a Educação, Vale (2009), tendo como base diferentes estudos acerca do tema, elenca as competências em cinco grupos: autoconsciência emocional, gestão das emoções, controlar produtivamente as emoções, empatia e gerir relacionamentos. Segundo a autora, tais habilidades são importantes, pois convergem ao “aumento das capacidades sociais e de relações inter e intrapessoais satisfatórias, melhor adaptação escolar, social e familiar, bem como a diminuição de pensamentos auto-destrutivos e violentos, o que ajuda a construir uma boa auto-estima [...]” (VALE, 2009, p. 131).

Logo, na Educação, passa a ser importante considerar não apenas o desenvolvimento de habilidades de cunho cognitivo, mas também daquelas que se relacionam com os aspectos emocionais e sociais verificados no processo de ensino e aprendizagem, e que influem diretamente tanto na participação do educando nesse processo, como no alcance dos objetivos estabelecidos pelo educador.

Voltando o olhar à educação superior, é relevante pontuar sobre alguns dos objetivos desse nível educacional de acordo com o que está disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Conforme o Art. 43 da lei, a educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira [...]; III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; [...] VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade [...]  
(BRASIL, 1996, Art. 43).

É possível depreender, então, que a própria legislação que estabelece as diretrizes para os diferentes níveis educacionais no país coloca a relevância do incentivo às competências citadas anteriormente, visto que para se chegar a ter um pensamento crítico e reflexivo, estar inserido no âmbito profissional, atender às necessidades da sociedade e propor soluções para as pessoas, é preciso saber lidar com os diferentes fatores influentes na atividade profissional, tanto técnicos como éticos.

Assim, “o que se busca é que o aluno em seus cursos superiores esteja desenvolvendo competências e habilidades que se esperam de um profissional capaz e de um cidadão responsável pelo desenvolvimento de sua comunidade” (MASETTO, 2003, p. 20). Falar em uma formação voltada para esses objetivos implica considerar também que:

[...] ensinar não se esgota no ‘tratamento’ do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes” (FREIRE, 2019, p. 28).

A produção das condições a que o autor se refere pode sugerir uma modificação no processo de ensino e aprendizagem, procurando apresentar diferentes técnicas e métodos, as quais possam abranger o aprendizado daquilo que se busca ensinar e, mais além, a atribuição de significado ao que é ensinado, a relação com a realidade do educando para, então, chegar à mudança de atitudes e possíveis transformações.

Logo, a elaboração de um processo educativo calcado também nos ideais propostos pelo Design Thinking pode trazer à tona as características citadas por Freire (2019), pois como afirma ainda Zabala (1998, p. 27), “um modo de determinar os objetivos ou finalidades da educação consiste em fazê-lo em relação às capacidades que se pretende desenvolver nos alunos”.

Propor descobrir e interpretar um problema, uma situação, é o primeiro passo para o aluno se sentir parte do processo de ensino e aprendizagem, e começar a trabalhar sua autonomia na busca por informações. Nessas duas fases o educando será instigado, incentivado a externar sua curiosidade com o pesquisar, o ouvir, com os questionamentos que poderão surgir durante a investigação, além de trabalhar também a empatia e a sua capacidade analítica, interpretando o que faz parte e influi no problema.

Masetto (2003) chama atenção à necessidade de o professor trabalhar a cooperação entre os educandos, que “forme com seus alunos um grupo de trabalho com objetivos comuns, que incentive a aprendizagem de uns com os outros, que estimule o trabalho em equipe, a busca de solução para problemas em parcerias [...]” (MASETTO, 2003, p. 30). Verifica-se que a abordagem Design Thinking proporciona o exercício desse aspecto do ensino e aprendizagem quando ocorre a cocriação na fase de geração de ideias para problemas.

Na geração os alunos podem participar apresentando suas sugestões, ouvindo uns aos outros acerca das ideias desenvolvidas e, além de criar individualmente, há a criação coletiva, pois, os educandos irão gerar juntos com base nas diversas ideias e nas características particulares dessas ideias. Como coloca Gonsales (2017, p. 30), a abordagem permite “evidenciar o espírito cooperativo e a colaboração entre pessoas para buscar sinergia os processos e resultados pretendidos”.

Todas essas questões levantadas sobre a abordagem e a formação do aluno se relacionam com o que Bouth (2017) apresenta sobre as instituições atuais; o autor aponta que na contemporaneidade, uma instituição próspera é aquela composta por profissionais com positividade, que sejam flexíveis em face à mudança de situações, que saibam pensar globalmente e agir localmente, tenham espírito de criatividade e inovação e saibam o que produzir e para quem produzir.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na investigação teórica realizada, foi possível verificar o movimento de mudança no âmbito da Educação, ou seja, a preocupação com o ensino e aprendizagem que leve em consideração questões além dos aspectos cognitivos e que têm importância na formação do aluno enquanto cidadão e futuro profissional. Quanto a isso, Gonsales (2017) indica a aplicação da abordagem Design Thinking no contexto educacional como forma de ritualizar boas práticas educativas calcadas na empatia, colaboração e experimentação.

Quando se fala no Ensino Superior, vale destacar a mudança de atitude do professor universitário, o qual está buscando ser o profissional da aprendizagem, motivando o aluno na construção do conhecimento e colocando ênfase em diversas variantes do processo de ensino e aprendizagem. Conforme Masetto (2003), o professor universitário agora explora diferentes meios e técnicas, valoriza o processo coletivo de aprendizado e tem atenção ao *feedback* na avaliação e auxílio ao aluno.

Nota-se, então, a convergência dos aspectos das fases propostas pelo Design Thinking e das novas atitudes do professor da educação superior para pontos em comum. A abordagem permite ao professor planejar o processo de ensino e aprendizagem aproximando os conteúdos e a realidade da formação profissional dos educandos, por meio da proposta de situações e problemas, que também reconhecem o trabalho em equipe e a possibilidade de ter o retorno acerca do andamento.

No momento atual, o aluno universitário caracteriza-se por estar sempre adquirindo informações, estar conectado a diversos assuntos, desde que esses tenham relevância e façam parte de seus interesses. Masetto (2015), tendo em vista essa questão, coloca sobre a necessidade de haver a construção de um currículo e a organização de disciplinas que abordem conteúdos de acordo com a atualidade, interesse, integração e aplicação profissional.

Com o Design Thinking, então, o professor poderá identificar os assuntos com os quais os alunos possuem afinidade e consideram importantes à sua formação por meio de atividades que possam levar a uma avaliação diagnóstica. É possível, ainda, o professor estimular a interdisciplinaridade em sua prática, tanto com os alunos como entre seus colegas docentes, integrando conhecimentos de diferentes disciplinas em tarefas.

Autoconsciência emocional, gestão de emoções, relacionamentos e empatia são algumas das chamadas competências socioemocionais importantes no campo da Educação. Vale (2009) coloca que o destaque para essas competências ocorre, pois elas convergem para o aumento das capacidades sociais e de relações intra e interpessoais satisfatórias.

As fases da abordagem Design Thinking, então, colaboram ao desenvolvimento das competências citadas, porque busca exatamente a ênfase em relações, na cooperação, empatia, criação de soluções para problemas da realidade. Ou seja, ao mesmo tempo em que alunos são estimulados a pensar situações reais, se colocar no lugar de pessoas, e a investigar e criar soluções a elas, também exercitam o trabalho em equipe, a cocriação, o compartilhamento de conhecimentos e experiências com os colegas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho objetivou, principalmente, investigar acerca da utilização dos pressupostos da abordagem Design Thinking pelo professor do Ensino Superior. Ou seja, como os princípios do modo de pensar e agir propostos pelo Design Thinking poderiam se fazer presentes na prática docente com alunos de graduação.

A pesquisa proporcionou, como resultados, de início, identificar e caracterizar os fundamentos da abordagem Design Thinking aplicados à área da Educação, além de observar a importância de se considerar um processo de ensino e aprendizagem baseado na empatia, colaboração e experimentação, aspectos defendidos pela abordagem.

Foi possível verificar a associação entre os pressupostos do Design Thinking e o contexto do Ensino Superior, analisando que o DT possibilita um aprendizado que trata tanto de aspectos cognitivos como socioemocionais e aproxima os conteúdos ensinados e aprendidos e a realidade da prática profissional da formação do educando. Logo, os objetivos da educação superior estão em consonância com os da abordagem, trazendo o aluno para o centro do processo e formando o educando tanto ética como tecnicamente.

O Design Thinking, então, encontra lugar no processo de ensino e aprendizagem da educação superior, pois, primeiramente, já conta com uma seara de estudos e aplicações desenvolvidos no âmbito da educação básica e, também, permite ao professor construir o ensino e aprendizagem de acordo com conteúdos relevantes para a formação, os conhecimentos prévios dos alunos e experiências que simulem a prática da profissão, pontos importantes no desenvolvimento do aluno durante a graduação.

Sendo a abordagem relativamente recente, e mais recente sua aplicação em diferentes áreas e para diversos objetivos, há a possibilidade de continuar a discussão sobre sua relação com o Ensino Superior, o qual tem passado por mudanças necessárias à formação do aluno, mudanças essas que se refletem em métodos e técnicas de aprendizado, modos de avaliação, na ênfase à interdisciplinaridade, na criticidade do educando, entre outros assuntos que podem ser postos em paralelo às bases do Design Thinking.

## 6 REFERÊNCIAS

BOUTH, Ivo José. *Avaliação planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina*. 2ª ed. Curitiba: InterSaberes, 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura – MEC. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 23 fev. 2020.

BROWN, Tim. *Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias*. Trad.: Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CENTER FOR EDUCATION INNOVATIONS. *Design for Change (DFC)*. 2015. Disponível em: <<http://www.educationinnovations.org/program/design-change-dfc>> Acesso em: 05 fev. 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GENHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 04 dez. 2019.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALES, Priscila. *Design Thinking e a ritualização de boas práticas educativas*. São Paulo: Instituto Educadigital, 2017.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Design Thinking para Educadores*. São Paulo: Instituto Educadigital, 2014. Disponível em: <[www.dtparaeducadores.org.br](http://www.dtparaeducadores.org.br)> Acesso em: 17 fev. 2020.

HSUAN-AN, Tai. *Design: conceitos e métodos*. São Paulo: Edgard Blücher, 2018.

MARTINS, Tiago Costa; ANTUNES, Renata Fonseca. O Design Thinking como empatia, colaboração e experimentação em comunicação. *Comunicação e Inovação*, São Paulo, v. 19. n. 41, p. 84-99, 2018. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/viewFile/5493/255](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/viewFile/5493/255)> Acesso em: 20 jan. 2020.

MASETTO, Marcos Tarciso. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003.

\_\_\_\_\_. *Desafios para a docência universitária na contemporaneidade: professor e aluno em inter-ação adulta*. São Paulo: Avercamp, 2015.

\_\_\_\_\_. Inovação na aula universitária: espaço de pesquisa, construção de conhecimento interdisciplinar, espaço de aprendizagem e tecnologias de comunicação. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 29, n. 2, 597-620, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n2p597>> Acesso em: 29 fev. 2020.

OLIVEIRA, Aline Cristina Antoneli de. A contribuição do Design Thinking na Educação. *E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial*, Florianópolis, n. Especial Educação, 2014. Disponível em: <<http://etech.sc.senai.br/index.php/edicao01/article/view/454>> Acesso em: 24 out. 2019.

PINHEIRO, Tennyson; ALT, Luis. *Design Thinking Brasil: empatia, colaboração e experimentação para pessoas, negócios e sociedade*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

REGINALDO, Thiago. *Referenciais teóricos e metodológicos para a prática do Design Thinking na Educação Básica*. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/04/Thiago-Reginaldo.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2020.

VALE, Vera do. Do tecer ao remendar: os fios da competência socioemocional. *Revista Exedra*, Coimbra, nº 2, p. 129-146, 2009. Disponível em: <[http://exedra.esec.pt/docs/N2/09A-vera-vale\\_pp\\_129-146.pdf](http://exedra.esec.pt/docs/N2/09A-vera-vale_pp_129-146.pdf)> Acesso em: 23 fev. 2020.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Trad.: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

## Práticas educacionais aplicadas a Centros Acadêmicos: Um estudo de caso sobre os eventos do Centro Acadêmico de Comunicação Social - Jornalismo (CACoS)

*Edu-communication practices applied to Academic Centers:*

*A case study about the events held by the Social Communication's Academic Center  
(CACoS)*

AQUINO, Lara Karoline Souza de Aquino

*Graduanda, Universidade Federal de São João del-Rei, laraaquino.souza@gmail.com*

RESENDE, Lucas Guimarães

*Graduando, Universidade Federal de São João del-Rei, lcsguimares1@gmail.com*

MACHADO, Samara dos Santos

*Graduanda, Universidade Federal de São João del-Rei, samara.santos.machado@gmail.com*

### RESUMO

O presente artigo se dedica a analisar os eventos organizados pelo Centro Acadêmico de Comunicação Social — Jornalismo (CACoS) da Universidade Federal São João del-Rei (UFSJ) sob a ótica de serem, ou não, práticas educacionais. Foram escolhidos três eventos; a VII Semana Acadêmica de Jornalismo, feita presencialmente em 2019; o I Seminário Consciência Negra em Pauta, realizado virtualmente em 2020; e a Semana Acadêmica + Acolhida de Calouros, também feita remotamente em 2021. Assim, este artigo se dedicou a observar e analisar a formação multidisciplinar desses eventos, e suas potencialidades para a comunidade acadêmica, com enfoque aos estudantes, que vão além da grade curricular pensada para o curso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento Estudantil; Organizações; Educomunicação; Epistemicídio.

### ABSTRACT

*The present article dedicates itself to analyze the events organized by the Social Communication 's Academic Center of the Universidade Federal São João del-Rei (UFSJ) under the optics of been or not edu-communication practices. Three events have been chosen; the VII Journalism's Academic Week, held in person in 2019, the I Seminar "Consciência Negra em Pauta", held virtually in 2020; and the Academic Week + Freshman Welcome, also held virtually in 2021. By this means, this article dedicated itself to observing and analyzing the event's multidisciplinary formation, and its potentialities for the academic community, focusing on the students, that go beyond the curriculum thought for the course.*

**KEY-WORDS:** Students Movement; Organizations; Edu-communication; Epistemicide.

## 1 INTRODUÇÃO

As formas de se organizar politicamente são as mais variadas possíveis. Passando desde os sindicatos até os movimentos identitários, e, neste mundo de lutas coletivas encontramos também o Movimento Estudantil. A militância na universidade tem por princípio a dedicação de aprimorar e melhorar as estruturas da instituição. Cobrando-a, promovendo o diálogo, instigando debates e construindo uma formação ampla na universidade.

Durante a ditadura, o movimento estudantil teve uma atuação essencial no debate político brasileiro, por meio da cultura. “Os CPC’s da UNE”, como ficaram conhecidos, eram Centros Populares de Cultura promovidos pela União Nacional dos Estudantes por todo o Brasil, construindo espaços de trocas e, entre outras coisas, fomentando produções culturais com forte apelo político. A participação acaba assim sendo a palavra-chave do que as formas de organização estudantil se propõem.

Existem as entidades estudantis centrais, como a UNE, as que representam estudantes de uma universidade, como os DCE’s — Diretório Central dos Estudantes — e os CA’s — Centro Acadêmico. Os CA’s, assim, compõem e constroem com os DCE’s, em uma estrutura de organização que procura ser descentralizada. O curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) foi criado em 2009, e desde seu início conta com um CA chamado CACoS — Centro Acadêmico de Comunicação Social — Jornalismo.

Entre outras atividades, o CACoS procura organizar eventos envolvendo o curso, contabilizando horas extras, fomentando a circulação dos saberes e instigando a participação discente, em uma prática educ comunicativa. A Educomunicação é uma interface da educação e comunicação, uma área de estudos e práticas que procuram mediar relações, construir protagonismo e compartilhar conhecimentos. E, por conta da professora Dra. Filomena Bomfim, que compõe o quadro docente do curso de Comunicação Social — Jornalismo da UFSJ, o conceito é trabalhado por todo o percurso da graduação. Filomena foi orientada por Ismar de Oliveira Soares, notório nome da educomunicação no Brasil, durante seu pós-doutorado na Universidade de São Paulo, entre 2016 e 2018.

Neste trabalho analisaremos espaços construídos pelo CACoS sob a ótica de serem, ou não, práticas educ comunicativas. Serão três os eventos contemplados: a VII Semana Acadêmica de Jornalismo (SAJor) de 2019, o I Seminário Consciência Negra em Pauta de 2020, e a Semana Acadêmica de 2021. Por conta da pandemia do novo Coronavírus, os dois últimos citados foram realizados de forma

remota, virtualmente. Além da Educomunicação, o artigo trabalhará com o conceito de epistemicídio, já que os eventos passam por diálogos, visões de mundo e, muitas vezes, saberes não-tradicionais.

De antemão, ressalta-se que as pessoas que produzem este estudo participaram ou participam do CACoS e, conseqüentemente, da organização dos eventos. Há uma clara relação entre os pesquisadores e o objeto, mas que não necessariamente é algo negativo. A participação nos diversos processos é algo natural de uma pesquisa desse caráter, e não se percebe como uma contradição.

## 2. UMA JUVENTUDE QUE LUTA: OLHARES SOBRE OS CENTROS ACADÊMICOS

Nas constituições políticos sociais de uma Universidade encontramos diversas movimentações, o DCE, a UNE, o Levante Popular da Juventude, e diversos outros nos âmbitos mais coletivos e não delimitados das universidades. Com lutas e pautas amplas que abarquem todos os setores do âmbito discente. Mas, em outra esfera, muito mais focada e, em alguns casos, individualista os CA's.

Os Centros e Diretórios Acadêmicos, são formados pelos alunos que, escolhidos nos termos de seus respectivos estatutos, passam a representar o corpo discente de seu curso. Cada curso da UFSJ tem um Centro ou Diretório Acadêmico, mesmo que não totalmente regularizados. Apesar disso, estes têm total participação e poder de voto dentro do Conselho Diretor.

Os CA's e DA's (Centros e Diretórios Acadêmicos) são os órgãos de representação estudantil de cada curso da UFSJ. Seus representantes, em regra, são eleitos por meio de votação entre os alunos e, no período de um ano, são os responsáveis por ouvir os alunos e trazer à tona os acontecimentos, problemas e necessidades, para que possam ser resolvidas de acordo com os interesses dos representados (UFSJ, 2021).

Costa (et. al., 2017) os CA's chegam para contribuir, compreender e participar da construção da sua Instituições de Ensino Superior (IES) e especialmente no seu curso de origem sendo um órgão representativo da comunidade discente. Além disso, há a promoção de atividades de extensão, integração de alunos e reapresentação do curso nas entidades educacionais. No âmbito da UFSJ cada CA reúne as pautas dos seus respectivos cursos e apresentam elas ao Conselho de Entidade de Base (CEB) local onde todos os cursos ligados ao DCE discutem e encaminham, via representantes discentes nos conselhos superiores da UFSJ, os pontos de vista e reivindicações da comunidade acadêmica.

É destes CA's e DA's que saem os membros do Conselho Diretor, responsável pela gestão máxima dos órgãos estudantis da UFSJ. Os conselheiros são escolhidos pelos próprios membros dos CA's e DA's e passam a levar para o CEB's (Conselho das Entidades de Base) os problemas advindos de seu curso e pontos de pauta a serem previamente discutidos nos Centros e Diretórios para deliberação posterior. (UFSJ, 2021).

O Centro Acadêmico de Comunicação Social — Jornalismo (CACoS) do curso de Comunicação Social — Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), foi criado com a instauração do curso na universidade e se mantém atuante desde então. Com algumas pausas de gestão durante sua trajetória.

Prezando pela instigação de ações políticas, fomentando de discussões e debates críticos, pautando os desafios da profissão e as condições de estágio na região, pautando relacionamentos de opressão e a democratização da comunicação, tudo isso como complemento da formação universitária do estudante de comunicação social da UFSJ. O CA luta pelo asseguramento dos direitos conquistados dos estudantes no âmbito do curso de jornalismo além de se manter ativos no DCE da UFSJ e colegiado do curso de jornalismo.

É importante ressaltar ainda que o Centro Acadêmico é o lugar no qual os alunos podem e devem manifestar também suas insatisfações, ideias e opiniões. É necessário que os alunos vejam em seu órgão representativo uma base sólida em busca de melhorias constantes. O CA deve ser ativo e proporcionar não só direito à reivindicação, mas também ações extracurriculares que sejam úteis e agreguem valores sociais e políticos à formação acadêmica dos discentes. O CA deve exercer a sua cidadania com consciência de seus direitos e obrigações e lutando para que os mesmos sejam colocados em prática. (COSTA et. al., 2017, p.3).

Definido por estatuto, o CACoS é formado por oito pessoas de uma chapa única eleita. As eleições acontecem anualmente. Os cargos existentes no CACoS são: coordenadoria, vice-coordenadoria, 1º secretário, 2º secretário, 1º secretário de relações-públicas, 2º secretário de relações-públicas, 1º tesoureiro e 2º tesoureiro. Não seguindo a lógica “base” de presidente e vice-presidente indo contra o ideal hierárquico que o termo pode presumir. Mas, apesar dos cargos definidos, o CA busca seguir uma liderança horizontalizada.

Desconcentrada do papel de líder individual, de tal forma que todas as vozes são ouvidas e decidem conjuntamente os passos a serem tomados pela organização. Prezando por uma descentralização da gestão como forma de ampliar a autonomia e desenvolvimento pessoal, político e profissional dos membros da chapa eleita.

O CACoS é composto por estudantes do curso e de acordo com o instituído em estatuto, cada gestão tem a duração de um ano, contando da data da posse. Sendo respeitado o mínimo de 50% de mulheres integrantes como membros das chapas inscritas para eleição.

## 2.1 Os movimentos sociais

Peruzzo (2013, p.163) define movimentos populares como: “articulações da sociedade civil constituídas por segmentos da população que se reconhecem como portadores de direitos e se organizam para reivindicá-los, quando, estes não são efetivados na prática” e os divide em quatro categorias:

- a) Movimentos vinculados a melhorias das condições de trabalho e de remuneração (movimento de professores e de outras categorias profissionais).
- b) Os que defendem os direitos humanos a partir de determinadas características de natureza humana (gênero, idade, raça e cor – como, por exemplo, o movimento de mulheres, dos índios, dos negros, dos homossexuais, das crianças etc. – Exemplos: Movimento de Mulheres, Meninos e Meninas de Rua etc.).
- c) Aqueles voltados a resolver problemas decorrentes das desigualdades Exemplos: Movimento Nacional pela Moradia, Movimento Passe Livre e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Alguns são apoiados por instituições que os incentivam ou os abrigam, tais como igreja, partido político, escola e universidades, a exemplo da Pastoral da terra e do Movimento Fé e Política.
- d) Movimentos político-ideológicos (lutas por participação política, protestos por antagonismos políticos, reivindicações por democracia, mudança de regime etc).” (PERUZZO, 2013, p 163).

Aqui enquadramos a movimentação dos CA's dentro da quarta categoria de movimentos políticos-ideológicos que exercem ainda comunicação comunitária. “Entende-se a comunicação comunitária como aquela desenvolvida de forma democrática por grupos populares em comunidades, bairros, espaços online etc, segundo seus interesses, necessidades e capacidades. É feita pela e para a comunidade” (PERUZZO, 2013, 173) Visto que no âmbito acadêmico alunos comunicam alunos, e constroem para alunos. De jovens para jovens. “A juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres. É uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos ‘estruturante’ das redes de sociabilidade”. (GROPPO apud GOMES, 2006, p. 10).

Movimentos sociais são a chave para a comunicação de culturas que fazem parte da construção das sociedades. "Uma cultura somente está viva quando é capaz de comunicar, ou seja, de intercambiar e

interagir com outras culturas” (MARTÍN-BARBERO apud BENIN, 2009c, p. 155). E as mídias sociais surgiram como forma de ampliação (ou restrição) desses espaços de fala, nas quais a sociedade civil expõe sua pluralidade, troca de experiências, ao compartilhamento de visões de mundo e de propostas em articulações globais/locais (BENIN, 2019, p.34 e 35).

Nesse contexto os centros acadêmicos surgem e atuam como comunicação direta e atuante entre discentes—coordenação e discentes—DCE—reitoria. Tanto reivindicando e levando problemáticas quanto informando sobre as decisões e situação da Universidade. Martín-Barbero reflete que o direito à participação “como capacidade de intervenção das comunidades e dos cidadãos nas decisões que afetam suas vidas, o que se vincula à necessidade de informação confiável” (IBIDEM, p.35).

### 3. A EDUCOMUNICAÇÃO

A Educomunicação é um campo do conhecimento que propõe uma nova visão sobre as práticas educativas e comunicacionais. É importante notar que o modelo educacional tradicional, pensado para a sociedade industrial, pouco faz para a mudança do status quo já que “conformou a educação” (SOARES, 2000, p.13), realizando também “uma apropriação do discurso midiático, usando-o como seu mais poderoso instrumento disciplinador coletivo” (SOARES, 2000, p.13). Este modelo de ensino “bancário”, como aponta Freire (1968), faz do saber “uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (FREIRE, 1968, p.38) e, portanto, vê o estudante como sujeito passivo, inóspito de conhecimentos significativos.

Nesta lógica, educação e comunicação aparecem como campos distintos e separados, o que retira, tanto da comunicação como da educação, a oportunidade da construção de cenários horizontais.

No Brasil, o conceito de Educomunicação teve como principal precursor o pesquisador e professor da Universidade de São Paulo (USP), Ismar Oliveira Soares. De acordo com ele, a educomunicação pode ser vista:

[...] como um paradigma orientador de práticas sócio-educativo-comunicacionais que têm como meta a criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços educativos, mediante a gestão compartilhada e solidária dos recursos da comunicação, suas linguagens e

tecnologias, levando ao fortalecimento do protagonismo dos sujeitos sociais e ao consequente exercício prático do direito universal à expressão. (SOARES, 2012).

A partir destas ideias pode-se pensar em práticas educacionais a partir de todas as atividades que buscam o desenvolvimento do protagonismo na educação e no trato da informação. Como exemplo, podemos citar, práticas que busquem educar para os meios de comunicação, instigando o desenvolvimento do senso crítico com o grupo trabalhado e garantindo a construção de um olhar próprio em relação à informação. Garantir a criação e manutenção de espaços próprios de diálogo também é essencial para que se cumpra com a meta de atuar a serviço da cidadania e do “protagonismo comunicativo dos sujeitos” (SOARES, 2012).

O uso das novas tecnologias é um fator importante na construção das metas apontadas anteriormente, principalmente ao considerarmos o quanto passamos a depender delas nos últimos anos. Na obra “Building Learning Communities in Cyberspace” (Construindo a comunidade educativa no ciberespaço) Rena Pallof e Keith Pratt apontam que a comunicação é o conceito-chave quando se fala em educação e tecnologia:

Nós concluímos, através de nosso trabalho com a Internet, que a construção da comunidade educativa (Learning Community) — com os professores participando em igualdade de condições com seus alunos — é a chave do sucesso de todo o processo. (PALLOF&PRATT, 1999 *apud* SOARES, 2000, p.13).

Este processo cria um ambiente em que se permite relações mais horizontais, já que, no exemplo em questão, podemos observar que o conhecimento das tecnologias por vezes será maior nas gerações mais novas. A hierarquia do conhecimento já não é tão forte e existir em um espaço em que a comunicação de fato aconteça de forma saudável possibilita a manutenção de espaços educativos mais construtivos.

Pensando em nosso objeto, a educação percebe-se pela constante troca de informações e pelo diálogo contínuo entre Centro Acadêmico e Comunidade Acadêmica. Isto se deve, em primeiro lugar, ao fato de que o órgão surge por iniciativa estudantil para atender as necessidades da comunidade estudantil. A relação de “feito pela comunidade para a comunidade” é vital para a manutenção do protagonismo do diálogo, principalmente em espaços politizados e institucionais.

Entretanto, o simples fato de que o CACoS é regido por estudantes não é suficiente para garantir sua existência pautada nos objetivos da educomunicação.

Por isso é interessante que práticas educacionais sejam adotadas como parte inerente das atividades, por meio dos deveres principais do órgão, das atividades que promove e dos diálogos construídos com o corpo discente e outras instâncias.

### 3.1 Epistemicídio

O conceito de epistemicídio surge com a ideia da “morte do saber”, apresentado pela primeira vez pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos e pela antropóloga Maria Paula Meneses no livro “Epistemologias do Sul”. Na obra os autores definem o epistemicídio como sendo a:

[...] destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas. (SANTOS; MENESES, 2010, p. 49).

A partir desta ideia, é importante observarmos que os sistemas tradicionais de educação, tendo a Academia como um todo inclusa, tem a tendência de restringir o conhecimento a sua versão eurocêntrica. Como consequência do colonialismo e do imperialismo no qual os processos de globalização do conhecimento estão baseados. A manutenção de tais visões hegemônicas é prejudicial para a construção de espaços de participação ativa no campo da educação e da comunicação.

Sueli Carneiro, filósofa, aponta que o epistemicídio retira do sujeito o valor do conhecimento que produz e por isso “[...] fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

A luta contra o epistemicídio é por si só uma prática educacional já que o resgate do protagonismo regional para a construção de uma cidadania real é essencial para as metas da Educomunicação. No artigo “Epistemologias do Sul: desafios teóricos metodológicos da educação”, a pesquisadora Rosane Rosa (2020) apresenta a própria educação como uma epistemologia do sul por trabalhar com a “sociologia das ausências”, esta que:

[...] amplifica o mundo das experiências sociais ignoradas, mas reais, vivas e pulsantes; por sua vez, a sociologia das emergências potencializa o mundo de experiências sociais que se mostram viáveis, mas ainda não concretas – um devir. Essas sociologias estão inter-relacionadas, pois o autor afirma que, ao se ampliar a realidade desdenhada, mais credível se tornam também as pistas para um futuro possível com menos 'epistemicídio'. (ROSA, 2020, p. 25).

Para a construção deste futuro “com menos epistemicídios” a construção da educação, em si e para a comunicação, precisa se organizar para além das apresentações hegemônicas, pautas em saberes eurocêntricos que pouco dialogam com a realidade do Sul.

#### **4. METODOLOGIA**

Serão analisados os eventos VII Semana Acadêmica de Jornalismo, I Seminário Consciência Negra em Pauta e Semana Acadêmica + Acolhida de Calouros, de 2019, 2020 e 2021, respectivamente, a procura de construir pontes entre estes e os conceitos introduzidos anteriormente, usando o método qualitativo. Este "compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados" (NEVES, 1996, p. 1).

De antemão é preciso frisar que as três pessoas que constroem esta pesquisa e, conseqüentemente, este artigo participaram da organização dos eventos abordados. Pelo caráter da pesquisa, não se percebe isso como uma barreira de confiabilidade ou parcialidade. Pelo contrário, como se participou desde a ideia até a prática dos eventos, pôde-se ver, internamente e externamente, os processos que perpassaram cada acontecimento, reforçando o caráter in loco da pesquisa aqui apresentada. Analisamos três pontos principais: estrutura, conteúdo e metodologia.

#### **5. A EDUCOMUNICAÇÃO APLICADA A EVENTOS DO CACOS**

Nesta parte, iremos descrever e analisar os seguintes eventos: 1) VII Semana Acadêmica de Jornalismo; 2) Seminário Consciência Negra em Pauta; e 3) VIII Semana Acadêmica de Jornalismo + Acolhida de Calouros. A metodologia utilizada foi de pesquisa In Loco, onde participamos ativamente

da idealização, organização e prática do evento. Além disso, foram verificadas as redes sociais do CACoS para consulta dos conteúdos. No Instagram, Facebook e YouTube pudemos rever a programação dos eventos, os textos de divulgação e - para o evento VIII SAJor de Acolhida - até as apresentações em sua completude.

### **5.1 VII Semana Acadêmica de Jornalismo**

A VII Semana Acadêmica de Jornalismo marcou o retorno das semanas acadêmicas para o curso de jornalismo após um hiato de um ano. Sendo realizada entre os dias 14 e 18 de outubro de 2019 viabilizada financeiramente via Edital de Apoio à realização de Semanas Acadêmicas da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN) da UFSJ. No total foram fornecidos ao curso R\$4.456.77 destinados a: diárias para colaborador eventual, uso de carros oficiais da UFSJ, passagens terrestres e materiais para divulgação do evento confeccionados na gráfica da instituição (cartazes, panfletos, pôsteres, pastas e certificados).

A Semana Acadêmica de Jornalismo (SAJor) 2019 teve 5 noites de programação e todas as suas atividades aconteceram presencialmente no Campus Tancredo Neves (CTAN), a partir das 19h. Baseado no tema “Comunicando em Tempos de Crise” o evento buscou instigar no curso o movimento de se informar criticamente de modo a construir uma sociedade mais democrática, popular e participativa. As eleições presidenciais do ano anterior e os constantes ataques à classe dos jornalistas foram fundamentais para a construção do evento. O que considera-se aqui o evento como uma prática educacional.

Ela foi dividida em dois dias com mesas com palestrantes convidados, um dia com grupos de discussão sobre explicações de trabalhos de estudantes do curso e dois dias para oficinas práticas.

Em 14 de outubro o evento iniciou-se com a Mesa — Jornalismo investigativo e independente. Conduzida por Alice Maciel, jornalista formada pela PUC-MG atuante na Agência Pública e vencedora do 9º Prêmio Délio Rocha de Jornalismo de Interesse público em 2016. A Agência Pública é a primeira agência de jornalismo investigativo e independente sem fins lucrativos do Brasil, com sede em São Paulo. E pelo jornalista Daniel Camargos, também formado pela PUC-MG, atuante no Repórter Brasil, organização focada em jornalismo social, projetos educacionais e comunicativos, combate à escravidão e pesquisa sobre agrocombustíveis. Ao trazer convidados de organizações alternativas,

oportuniza-se o diálogo em esferas que fogem da dialética das grandes mídias, contribuindo com a democratização das discussões em comunicação.

A mesa foi engrandecedora aos discentes ao mostrar os desafios do jornalismo investigativo. Área pouco abordada no curso. A palestra contou ainda com cobertura ao vivo, em live, pela página da Semana Acadêmica de Jornalismo no Facebook. Como atividade da disciplina de Oficina de Telejornalismo, integrando evento com prática profissional dos estudantes e a sala de aula.

Ao segundo dia foram realizados seis Grupos de Discussão temáticos e viabilizados por alunos do curso, como forma de expor seus trabalhos e pesquisas acadêmicas. Os temas foram: Moda, Fotografia e Mulheres, Redução de Danos, Jornalismo Esportivo e Identidades, Comunicações Insurgentes e Podcast. Possibilitando ainda o conhecimento de outras áreas de interesse ou curiosidade aos alunos do curso que não são abordados em sala de aula.

No terceiro dia, a Mesa Direito à Comunicação, registrada ao vivo na página da SAJor, teve a participaram da mesa: Tatiana Lima, comunicadora popular pelo Núcleo Piratininga de Comunicação; Florence Poznanski, cientista política atuante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; e Rafaella Dotta, egressa da primeira turma de jornalismo da UFSJ, atuante no Brasil de Fato, um site de notícias e agência de rádio brasileira, a partir de uma visão popular.

Nos últimos dois dias foram feitas as oficinas. Ao todo foram seis opções para escolha dos discentes, sendo quatro realizadas em dois dias e duas em dias únicos. Foram elas: Jornalismo de dados, SEO, Autonomia Literária, Marketing Digital, Cobertura de Eventos por streaming e After Effects.

## **5.2 | Seminário Consciência Negra em Pauta**

Nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2020, o Centro Acadêmico de Comunicação Social — Jornalismo organizou o evento “I Seminário Consciência Negra em Pauta”, com o objetivo de discutir questões ético-raciais com a comunidade estudantil no campo acadêmico e jornalístico.

Realizado de forma online, diante das medidas de distanciamento social determinadas diante da pandemia causada pelo novo coronavírus. O Seminário foi realizado pelo Google Meet, plataforma de reuniões síncronas, permitindo assim um ambiente mais próximo para as discussões realizadas. A iniciativa foi a primeira a colocar tal questão em pauta e contou com três dias de palestras em que se

abordaram os seguintes temas: “Diálogos Educomunicativos e de Advocacy. Mulheres (Negras) Líderes em Educação”, com a professora Rosangela Malachias; “Vivências e perspectivas da mulher negra no mercado de comunicação”, com a jornalista e egressa do curso Clara Fernandes; “Racismo Estrutural e a Questão da Cota no Ensino Superior Público” com o professor do curso de História UFSJ Manuel Jauará; “As canções negras, indústria cultural e subjetividades” com o graduando de Comunicação Social João Vítor Bessa; “Jornalismo do e sobre o negro: uma história construindo uma perspectiva decolonial”, com o professor do curso de Letras UFSJ Claudio Márcio do Carmo e a mesa “Porque Favela Vive” diz mais sobre morte? Vestígios e perturbação das continuidades na memória coletiva do rap de favela” com a mestrande e egressa do curso Camila Campos.

O evento contou com a presença de graduandos, ex-estudantes do curso, pesquisadores de outras instituições e professores da própria UFSJ. Ao possibilitar um espaço feito por pessoas pretas que, em sua maioria, fazem ou fizeram parte da comunidade acadêmica, fortalece-se o protagonismo e a construção de diálogos contra hegemônicos, realizados de forma horizontal. Este tipo de atividade é uma ação direta de enfrentamento ao epistemicídio, que precisa ser instaurada e perpetuada.

### **5.3 VIII Semana Acadêmica de Jornalismo + Acolhida de Calouros**

A VIII Semana Acadêmica de Jornalismo + Acolhida de Calouros ou “SAJor de Acolhida” foi outro evento remoto organizado pelo CACoS e aconteceu entre os dias 17 e 21 de maio de 2021. Pensado como uma continuidade dos “Tempos de Crise”, o evento teve o diferencial de ser uma apresentação dos e para os calouros que estavam ingressando na universidade. A entrada neste contexto pandêmico, de mais de um ano de caos social e de saúde pública, foi peça fundamental para se construir o evento.

Logo no primeiro dia, para a apresentação dos calouros e veteranos não acontecer de uma forma desordenada em uma grande chamada de vídeo, foi realizada uma divisão dos inscritos interessados em dez salas com cerca de três a cinco pessoas. E um monitor em cada uma encarregado de conduzir um roteiro para as pessoas irem se apresentando umas às outras, assim, criando pequenos grupos de diálogo, onde as pessoas se sentiam mais confortáveis em uma atividade que por muitas vezes pode ser constrangedora.

Neste primeiro dia, antes e depois da atividade, o curso foi apresentado com falas dos organizadores do evento, membros do CACoS, professores e apresentação dos projetos de extensão ativos no curso. No segundo dia, as atividades partiram para uma prática, oficinas com enfoque na formação profissional e uma palestra da jornalista Rebeca Oliveira, formada pela UFSJ e que atua na Folha de São Paulo. A palestra colocou questões do percurso do jornalista depois de formada, as experiências e os caminhos frequentes que os novos profissionais do mercado vivem na prática.

Entender o cenário amplo das condições de trabalho da área foi pontuado como necessário para contextualizar os dilemas e as problemáticas de um mercado precarizado e de uma conjuntura de crise do jornalismo. No terceiro dia, Deborah Vieira, mestra em comunicação, apresentou o funcionamento de uma universidade e da vida estudantil inserida nela, também como uma forma de inteirar estudantes da realidade do ensino público e de seus mecanismos.

Apresentar, contextualizar e inteirar são formas de conscientizar. O conhecimento da estrutura também é poder. Os estudantes, entendendo como sua universidade funciona e sua futura profissão se encontra, tem a possibilidade de atuar para transformar a realidade inserida, como agente ativo, modificador.

Ainda no terceiro dia, outra atividade foi um Grupo de Discussão (GD) sobre estudantes na academia. Um estudante formando, um no princípio da graduação e outro na metade do caminho. Além de uma forma de apresentar as pesquisas de iniciação científica de cada um dos três estudantes, a atividade objetivou construir um diálogo sobre as possibilidades na graduação no que diz respeito à pesquisa em comunicação. A troca de experiências fez-se presente de modo a abrir as portas aos estudantes ingressando no curso e às jornadas dos estudantes que já estavam nele há mais tempo.

No quarto dia houve a continuidade das oficinas iniciadas, e uma apresentação de Rhangel Carvalho, jornalista contratado da Globo. A semana chegando ao fim proporcionou uma leveza nas apresentações, e a conversa com Rhangel foi marcada por ampla participação e curiosidade dos estudantes. Por fim, no quinto e último dia, aconteceu uma assembleia-geral entre os estudantes e uma visita virtual à cidade de São João del-Rei.

Na assembleia houve o repasse da situação da UFSJ, da possibilidade de fechamento das portas por falta de orçamento, e uma movimentação dos estudantes sobre protestos pelo Fora Bolsonaro que vieram nos meses seguintes. Entendendo a necessidade dos atos pela manutenção da própria

universidade pública. No passeio remoto pelos mapas da internet, a cidade de São João del-Rei foi apresentada aos estudantes, enquanto se ia contando “casos” da vida estudantil do curso.

O fato das pessoas entrarem na universidade em contexto remoto, sem abraçar ou ver ninguém, sem morar na cidade, e muitas vezes sem nem conhecê-la foi o fio condutor do evento. Na tentativa de construir pontes, apresentar saberes e conjunturas, considera-se esse evento como uma prática educacional. Três estudantes que tinham acabado de entrar no curso e participaram da Semana Acadêmica de Jornalismo (SAJor) de Acolhida ingressaram no CACoS logo depois, mostrando interesse de atuar no movimento estudantil, evidenciando um protagonismo pela transformação.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades são ambientes muito maiores que o quadro de matérias ofertadas. É um centro aglutinador de conhecimentos, vivências e experiências que perpassam uma comunidade. A formação de um estudante não pode se pautar só no ensino bancário e formal. Neste cenário, os espaços políticos, as atividades culturais e os eventos de circulação de saberes desempenham uma função que não diz respeito somente à futura profissão do estudante, como também a formação de seres políticos e sociais.

Como a universidade é um espaço com grande presença da juventude, é de suma importância entender o papel do ambiente na formação dos cidadãos, estes ingressando na vida adulta, construindo visões acerca do mundo. Então, os CA's tem o papel de incendiar o coração dos estudantes para além dos muros acadêmicos, incendiar para a participação protagônica. No final, se vai à luta com essa juventude, que não corre da raia a troco de nada, e que constrói a manhã desejada, como cantou Gonzaguinha.

Desse modo, os eventos analisados, tem objetivos claros, como dialogar sobre as crises do jornalismo e do Brasil, discutir as questões raciais e apresentar as possibilidades no ensino superior, consideradas aqui como práticas educacionais que promovem uma troca entre estudantes e convidados. Complementando, assim, o que se entende como uma formação multidisciplinar e com potencialidades que vão além de uma nota ou da resposta certa de uma prova.

## 7. AGRADECIMENTOS

Nós, enquanto estudantes pesquisadoras e pesquisadores, agradecemos todo o incentivo que o corpo docente do Departamento de Comunicação Social - Jornalismo dá durante nossa formação, também, para a produção científica. Agradecemos, principalmente, a Profa. Dra. Filomena Bomfim que ofertou a unicidade curricular de Educomunicação, e que aborda constantemente o conceito durante todo o curso. Agradecemos à todas e todos os estudantes do curso de Comunicação Social - Jornalismo, que apoiam e participam, direta e indiretamente, das ações realizadas pelo CACoS. Agradecemos todas e todos que construíram as chapas do CACoS eleitas em 2019 e 2020, e todas as pessoas que participaram do Centro Acadêmico desde o nascimento do curso em 2009, dando continuidade à um movimento que entendemos como de grande importância na formação de nós estudantes.

## 8. REFERÊNCIAS

- BONIN, Jiani Adriana. Inter-relações entre culturas, tecnicidade e cidadania na obra de Jesús Martín-Barbero. *MATRIZES*, v. 13, n. 2, p. 27-44, 2019.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. A Construção do Outro como Não-ser como fundamento Do Ser. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COSTA, Maria de Fátima Oliveira et al. O Papel do Centro Acadêmico na Formação Cidadã do Universitário. *Folha de Rosto*, v. 3, n. 1, p. 5-15, 2017.
- GOMES, Gabriel Teodoro. Juventude E(M) Movimento: Pedagogia Entre Jovens e Práxis Política no Levante Popular Da Juventude. Tese (Mestrado em Educação e processos socioeducativos e práticas escolares) - Departamento de Ciências da Educação, da Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei. 2019.
- NEVES, L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de pesquisas em administração*. São Paulo. v 1. n 3, p. 1- 5, 1996.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos//The social movements communication: the exercise of a new perspective on human rights. *Contemporânea*, v. 11, n. 1, p. 161-181, 2013.
- Rosa, R. (2020). Epistemologias do Sul: desafios teórico-metodológicos da educomunicação. *Comunicação & Educação*, 25(2), 20-30.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula.(Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SOARES, Ismar de Oliveira. *EDUCOMUNICAÇÃO: UM CAMPO DE MEDIAÇÕES*. Comunicação & Educação, São Paulo, v. /, n. 19, p. 12-24, set./dez, 2000.
- SOARES, Ismar de Oliveira. CONCEITO. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/educom/conceito/>. Acesso em: 09 ago. 2021.
- UFSJ. Representação Estudantil. UFSJ. Disponível em: <<https://ufsj.edu.br/dce/index.php>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

## **A captura da sustentabilidade pelos novos Münchhausen: crítica de um conceito.**

*GONÇALVES, Mucio Tosta.*

Palavras-chave: Desenvolvimento; Desenvolvimento sustentável; Capitalismo; Crítica teórica.

O artigo propõe realizar uma revisão teórica sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, a partir de uma perspectiva crítica dialética. Não considerando a dicotomia humano-natural como a que autoriza atores sociais específicos a se promoverem realizadores de via social, econômica e politicamente sustentável no âmbito do capitalismo, propõe-se (re)pensar os conceitos a partir de sua configuração histórica. Tratar da sustentabilidade como elemento do desenvolvimento, em suas versões mais difundidas, significa assinalar o contraste entre dois fenômenos, o da vida e o do desenvolvimento. Em sua *Lira Itabirana*, de 1984, Carlos Drummond de Andrade perguntava: “O Rio? É doce. / A Vale? Amarga.”. A inspiração poética territorialmente assentada destaca o conflito entre natureza e a produção de mercadorias e de riqueza - e antecipou os crimes cometidos pelo mesmo agente contra a natureza e a vida humana. Tomando o exemplo, encontra-se de um lado, sofrendo um longo processo de domesticação, submetido que vem sendo ao controle do desenvolvimento, o rio é sujeito de possíveis outras histórias; do outro lado, domesticadora por excelência e trajetória, a empresa é sujeito que submete ao seu mando aquelas frações da sociedade e da natureza que negam o desenvolvimento que ela afirma promover. Entre um e outro, a natureza e a empresa capitalista, esse é um exemplo do conflito que vem sendo, desde há muito, camuflado pela ideia que é possível combinar o tal desenvolvimento com a preservação da vida. Ou seja, que é possível um desenvolvimento capitalista que sustente a si (e suas capacidades destrutivas) e as vidas humanas e da natureza (sujeitas a tais capacidades destruidoras). Numa primeira aproximação, então, o conceito de desenvolvimento sustentável dissimula contradições essenciais entre projetos de vida, de esperança e de futuro. Mas não é quimérico, pois não é fruto de ingênua fusão de elementos heterogêneos. Ao contrário, pode ser considerado uma falsa ideia sobre um futuro melhor, uma forma intencionalmente propagada de defender a promoção do crescimento material, sem levar em conta o que os dominados e explorados e o planeta esperamos sobre o futuro. Nesse sentido, não é, também, uma utopia, ainda que guarde fortes semelhanças e possa conter elementos utópicos. As teorias sobre o desenvolvimento sustentável, ao apoiarem-se no substantivo e usarem o adjetivo como decoração, são inúteis quando se sabe que a persistir o crescimento das taxas de destruição da vida humana e não

humana, não haverá futuro para além do capitalismo. A título de provocação, a sustentabilidade capitalista parece mais um ideário fantástico, tal como o do Barão de Münchhausen, sempre fugindo das mais terríveis situações em suas admiráveis aventuras. Assim, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável capitalista lembra bastante a fuga empreendida pelo referido Barão de um pântano no qual afundara juntamente com o seu cavalo: ele a realizou puxando a si e ao fiel equídeo pela própria peruca... Ocorre que o pântano no qual estamos atolados é o da mudança climática, do assassinato de populações originárias, da mercantilização da natureza, do consumismo e dos movimentos da acumulação ampliada do capital e da produção de riqueza fictícia. Estamos atolados nele por que a perspectiva da sustentabilidade capitalista confia em uma tecnologia que (aparentemente) salvará os dominadores, mesmo que não salve a maior parte da humanidade e o próprio planeta. A crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável, por isso, não deve ter como alvo a ganância, o oportunismo dos ricos - que enriquecem graças à pobreza. É, antes, um assunto de todas e todos que, em suas posições de classe, devem enfrentar projetos de futuro de uma classe que só olha para o presente. Quem defende o desenvolvimento sustentável oferece tão somente a peruca, mas é necessário muito mais que autotranscendência para que seja possível sair do atoleiro. Voltando ao poeta, devemos sair da constatação do quanto de natureza exportamos para pagar dívidas que não são nossas, e berrar mais do que disfarças lágrimas.

## **Associativismo Ambiental, Dádiva e a construção de perspectivas críticas de Sustentabilidade**

*FRANCELINO, Delton Mendes.*

Palavras-chave: Fato Associativo; Dádiva; Ecopedagogia; Cidades Sustentáveis; Hospitalidade; Meio Ambiente.

São vários os desafios que a humanidade enfrenta para manter, construir cidades e sociedades que sejam mais ecologicamente equilibradas. Algumas perspectivas teóricas apontam que o mundo humano se encontra diante do mais significativo dilema de sua história: ou muda-se o comportamento e a cultura de hostilidade à Terra e ao Meio Ambiente em geral, ou os cataclismos sociais e ambientais tendem a crescer exponencialmente (o que já tem ocorrido com as Mudanças Climáticas). A contemporaneidade é marcada por crises inofismáveis de hospitalidade e de reciprocidade, avolumadas não apenas entre os próprios humanos, mas também com a Terra e com toda a Biodiversidade, o que tem levado, desde a década de 1960, a uma série de eventos e manifestos pró mudança de comportamento e racionalidades ambientais e humanísticas, fato este que tem como relevante expoente o despontar de Organizações Não Governamentais (ONG). Neste sentido, o presente trabalho é parte dos estudos desenvolvidos para Doutorado na UFMG, no qual o objetivo central é discutir/propor o Associativismo Ambiental como contribuição à Ecologia Urbana, sobretudo a partir de suas dimensões sociais, ambientais, educativas e ecosólicas, muitas vezes alternativas aos modelos hegemônicos historicamente perpetuados (inclusive o senso de Desenvolvimento Sustentável excessivamente calcado em processos economicistas). A Ecologia Urbana é uma Ciência necessariamente interdisciplinar e que tem se dedicado, em diversas frentes, a discutir e propor estratégias diversas que conciliem Conservação da Natureza, Cidades Conscientes e diminuição da desigualdade social. Como hipótese norteadora deste estudo tem-se a perspectiva de que a transformação de comportamentos humanos passa, necessariamente, por mudanças culturais e os movimentos associativísticos (compreendidos como Dádiva) são projetos de resistência e construção de alternativas baseadas na resiliência e em cooptações interessantes entre o local e o global; o contexto e a cidadania planetária. Dentre os objetivos específicos, destacam-se a revisão de literatura e a pesquisa/coleta de mais de 300 ONGs de todos os continentes (inclusive a Antártica) para entendimento da forma como esses movimentos associativísticos se dão na contemporaneidade e sua evolução nas últimas décadas. Também foi intento realizar pesquisa Narrativa a partir das experiências

imersivas numa Organização Não Governamental de vertente Ambiental, Ecológica e Cultural (Instituto Curupira), além da proposição de uma Epistemologia da Existência Ambiental. Metodologicamente, como quadro teórico, optou-se pela correlação entre o Associativismo Ambiental, Ecologia Urbana, Fato Associativo e a Dádiva (MAUSS, 2008); (MARTINS, 2002) (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2015); discussões relacionadas à Sustentabilidade (e crise da Sustentabilidade) via Ecopedagogia (GADOTTI, 2000) (MORIN, 2000); perspectivas da Ecosofia (GUATARRI, 1989) e elementos basilares da Complexidade (CAPRA, 1989) (MORIN, 2008). Para a imersão de campo seguiu-se os métodos da Pesquisa Narrativa e de Experiência de vida (CLANDININ; CONNELLY, 2011) e a organização geral da pesquisa foi estruturada a partir de modelos de Bardin (2011) e Gil (1985), numa perspectiva qualitativa e interpretativista, algo também contextual aos enfoques do Centro de Estudos em Ecologia Urbana do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena, MG, do qual o autor deste estudo é Coordenador e do Grupo de Pesquisa "Societas - Turismo, Patrimônio, Relações Sociais e de Trabalho", da UFMG, ao qual também é filiado. Como resultados, alguns deles, destaca-se que a Pesquisa/Imersão na ONG, realizada em abril de 2021, muito contribuiu para a confirmação da hipótese principal da Tese. Ademais, a busca pelo entendimento dos aspectos que marcam o Fato Associativo como Dádiva (MARTINS, 2002) e como resposta/contribuição/problematização à Sustentabilidade tem sido aprofundada de forma significativa, principalmente a partir do recorte e estudo mais consistentes sobre o modus operandi de duas ONGs coletivísticas de amplitude internacional: o Projeto Tamar (Conservação de Tartarugas Marinhas) e o Greenpeace. Lógicas diferentes de interpretação e vivência na Terra precisam ser desenvolvidas com urgência e esses projetos associativísticos são trincheiras de resistência em favor de uma Sociedade da Esperança e de Futuro.

## **Identificação de Aves em Barbacena/MG e correlações com a sustentabilidade e a ecologia urbana.**

*VIOL, Layane Yamila; FRANCELINO, Delton Mendes.*

Palavras-chave: Aves; Ciência Cidadã; Conservação Ambiental; Consciência Planetária; Sustentabilidade.

A Sustentabilidade tem sido compreendida como um conceito em crise em diversas frentes epistemológicas, sobretudo, pelos processos economicistas e utilitaristas associados ao termo nas recentes décadas pela sociedade de consumo e capitalista (GADOTTI, 2000). A Conservação da Biodiversidade, Ciência interdisciplinar, tem tido importante protagonismo na construção de propostas de associação entre os fatores Ambientais, Sociais e Econômicos, a partir de perspectivas diferentes das apregoadas há décadas por dispositivos hegemônicos de poder. Seja pela Ciência Cidadã, seja por alternativas de cooptação entre processos educativos e de geração de saberes em diversas instâncias, pensar/estudar a Biodiversidade revela desafios também culturais e de questionamento acerca do Desenvolvimento Sustentável como estrutura de poder (NIEMELA, 2011) que precisa ser constantemente colocada em discussão. O presente estudo é proveniente da tentativa do Centro de Estudos em Ecologia Urbana, do IF Campus Barbacena, MG, em estabelecer conexão entre aspectos da Conservação da Natureza, ampliação/tensionamento do conceito de Desenvolvimento Sustentável e sensibilização ecológica na região da Serra da Mantiqueira, que possui alta biodiversidade de fauna e flora (BIODIVERSITAS, 2005). Objetivando entender melhor a situação da Biodiversidade de Barbacena, MG (especificamente parte da Colônia Rodrigo Silva, região rural do Município) e desenvolver projetos “pontes” entre Ciência e Sociedade, pesquisa foi desenvolvida entre junho de 2020 e julho de 2021 e teve como objetivo basilar estabelecer interconexão entre a observação de aves seguindo métodos propostos por Ridgely et al (2015), a Ciência Cidadã e a Sustentabilidade (problematizada a partir da Ecopedagogia). Logo, trata-se de uma pesquisa interdisciplinar que associa saberes das Ciências Naturais, Complexidade, Sociologia, Ecologia e Educação. Como resultado, notou-se que o recorte geográfico estudado apresenta agricultura de subsistência e elevado índice de antropização. Todavia, ainda assim, 62 espécies de aves foram registradas, incluindo uma em potencial risco de extinção. Além desta pesquisa biológica, contato foi estabelecido com moradores e divulgação do material coletado foi feita à sociedade em jornais e outras mídias, tendo como norte dois eixos: 1) Biodiversidade e Sustentabilidade – tensões e conexões;

e 2) BiodiverCidade: afetos urbanos para a geração de saberes para uma Sociedade de Futuro. Ambos os eixos tiveram como base teórica a obra de Morin (2000) e Niemela (2011). Defende-se, no estudo, que a observação de aves é significativo estímulo para a humanidade compreender a relevância da Conservação da Natureza, estabelecendo práticas de coexistência com outros seres e a dinâmica ecológica. A lógica do Desenvolvimento Sustentável precisa ser a lógica da vida na Terra (MORIN, 2000) e não a lógica mercadológica e é nesse ponto que acreditamos que esta pesquisa, representativa dos esforços do Centro de Estudos em Ecologia Urbana do IF Campus Barbacena, MG, tem potencial contribuição no Grupo de Trabalho “Sustentabilidade: um conceito em crise”, afinal, esta crise é necessariamente complexa. Corroborar para a interdependência de todos os seres e garantir a abundância de vida no planeta Terra são fatores de suma importância para o desenvolvimento de uma civilização globalmente voltada para uma realidade de maior equilíbrio entre as ações humanas e os ecossistemas e de questionamento constante acerca de “quem” define e agencia as normas do que é Sustentabilidade e do que é Desenvolvimento.

Referência Bibliográfica:

BIODIVERSITAS, Fundação. Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua Conservação. Editora Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte, 2005.

GADOTTI, M. Pedagogia da Terra. 7.ed. São Paulo. Editora Peirópolis, 2000.

MORIN, E. Os sete saberes necessários para a Educação do Futuro. Editora Vozes, 2000.

NIEMELA, J. Urban Ecology: Patterns, Processes, and Applications. Oxford, England, 2011.

RIDGELY, R. S., GWYNNE, J. A., TUDOR, G. & ARGEL, M. Aves do Brasil, Mata Atlântica do Sudeste. Vol. 2. São Paulo. Editora Horizonte, 2015.

## **Observatório de gestão municipal de resíduos sólidos urbanos.**

*SILVA, Sálvio de Macedo, ALMEIDA, Juliano Batista; COMINOTTI, Iago Natalino de Jesus; LIMA, Gabriela Cristina da Silva; MARTINS, Caroline Miriã Fonte.*

Palavras-chave: Extensão universitária; Observatório; Gestão de resíduos sólidos urbanos; Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGRS.

Os municípios brasileiros apresentam grande deficiência gerencial no que concerne aos resíduos sólidos urbanos - RSU. Parte dessas deficiências tem sua origem, além da falta de recursos, na ausência de um sistema de controle e parametrização de indicadores que permitam aos gestores e à população o acompanhamento das ações das secretarias municipais encarregadas de tratar a questão ambiental. Nesse sentido esse projeto busca implantar e manter atualizado um site contendo um ranking de nove indicadores de gestão de RSU para cada município além de divulgar outras ações das secretarias municipais de meio ambiente. Busca-se dessa forma, por meio de atualizações periódicas, informar à população, aos gestores e demais partes interessadas, os aspectos evolutivos dos sistemas municipais de gestão de ambiental e de modo específico do sistema de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos – RSU. O projeto realiza de forma cíclica a capacitação dos graduandos e a permanente coleta de dados acerca da realidade gerencial dos municípios em relação a gestão de RSU, a disseminação de informações acerca dos sistemas simplificados de gestão via site específico do projeto, apresentação de seminários e podcasts alusivos a questões ambientais e acompanhamento da implantação do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGRS e participação em fóruns de secretários de meio ambiente e educadores ambientais. Esse projeto se justifica, dentre outros fatores, pela necessidade de publicidade e incentivo a ações e à participação social nos destinos da gerência de RSU nos municípios. Na mesma medida a existência do PIGRS permite o uso de uma base inicial de dados que poucas cidades ou regiões brasileiras possuem. Outro aspecto facilitador é a presença e ação dinâmica do Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes - Cigedas Vertentes, que por sua capacidade técnica e capilaridade pode propiciar melhor desempenho junto aos objetivos desse projeto. O desenvolvimento de um projeto dessa natureza exige a articulação com agentes públicos de diferentes nuances políticas e percepções ambientais. Desta forma o grande desafio diário é a construção de relações de confiança e a busca pelo apoio mútuo e principalmente a troca de saberes. Em muitos casos experiências e capacidades profissionais permanecem restritas ao âmbito municipal enquanto poderiam ser transmitidas para outros municípios com deficiência na mesma área. Outro ponto de destaque é a articulação institucional dos

municípios, do CIGEDAS, e dos demais atores sociais com a UFSJ. Os principais resultados alcançados no período 2019/2021 foram a assinatura do convênio entre UFSJ e CIGEDAS (acordo de cooperação no 34/2020 de 11 de setembro de 2020 tendo como objeto o “Observatório de Gestão Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos”); a criação do site do Observatório no link do Centro de Estudos e Gestão ambiental e Sustentabilidade - CEGAS, atuação conjunta de graduandos da UFSJ e técnicos do CIGEDAS, e o início das entrevistas com secretários municipais de meio ambiente, assim como a elaboração de podcast’s com intuito de difundir técnicas e debates em redes sociais. Cabe ressaltar que os resultados alcançados foram prejudicados pelas restrições advindas da pandemia COVID-19 que impediu o acesso de alunos e professores aos municípios.

## **Unidades demonstrativas de sistema de gestão ambiental.**

*Sálvio de Macedo Silva, Luciano Rivaroli, Iara Freitas Lopes, Paulo Henrique Caetano, Gustavo Casali Sminka, Fernanda Nunes Maciel, Leticia Oliveira Sales, Geraldo Magela Jardim Barra, Sérgio Gualberto Martins.*

Palavras-chave: Extensão universitária; Unidades demonstrativas; Sistemas de gestão ambiental; Levantamento de aspectos e impactos ambientais – LAIA; Mapeamento de processos.

O projeto de extensão universitária apresenta foco central na busca pela melhoria do desempenho ambiental de pequenos e médios empresários urbanos e rurais que encontram dificuldades para a melhoria dos seus processos e a diminuição dos impactos ambientais de suas atividades. Nesse sentido o projeto tem como objetivo a criação, manutenção e difusão de Sistemas de Gestão Ambiental – SGA baseados na série de normas ISO 14.001 em duas organizações produtivas, de forma que sirvam de orientação e incentivo para a adoção de tecnologias ambientais e atenção com a saúde e segurança dos trabalhadores por parte de empreendedores. Concomitantemente a implantação e desenvolvimento do SGA nas duas organizações são desenvolvidas ações de difusão tecnológica por meio de visitas técnicas a grupos de pequenos e médios empreendedores, apresentação de palestras, vídeos e podcasts em redes sociais. Esse projeto se justifica, dentre outros fatores, pela existência na região do Campo das Vertentes uma quantidade expressiva de pequenos e médios empreendedores urbanos e rurais sem acesso a tecnologias ambientais (gerenciais e de produção); a existência de profissionais capacitados e experientes na área de Gestão Ambiental no corpo docente da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ; e a parceria firmada com organizações representativas do universo rural e urbano na região do Campo das Vertentes. Nesse contexto torna-se fundamental, a difusão da ideia de que é possível implementar um Sistema de Gestão Ambiental e atingir seus objetivos, sem os rigores e custos de uma certificação ambiental. Esse projeto de extensão beneficia os empreendedores em termos ambientais, econômicos e sociais, aos alunos de graduação pela experiência em ambiente profissional, antecipando suas perspectivas profissionais. O projeto apresenta, ainda que sob forte impacto das restrições impostas pelo combate a COVID-19, evolução significativa na análise dos processos Levantamento de Aspectos Impactos Ambientais (LAIA-FMEA) e na difusão de conceitos pertinentes a Gestão Ambiental via podcasts e redes sociais. Ainda como resultados importantes deve-se elencar o trabalho permanente de alunos de graduação bolsistas e voluntários e incremento de parcerias entre organizações produtivas e a UFSJ. Os principais resultados obtidos até o momento são o Levantamento de Aspectos Impactos Ambientais – LAIA nas duas



2º Simpósio internacional em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade  
São João del-Rei, Brazil. 22, 23, 24 e 25 de novembro de 2021

organizações e o levantamento e priorização dos riscos ambientais que representa parte fundamental para a implantação de sistemas de gestão ambiental e saúde e segurança ocupacional.

## **As Artes Aplicadas como vetor da cultura da sustentabilidade: Crisálidas como considerações poéticas acerca da extinção dos insetos**

*The Applied Arts as a vector of the culture of sustainability: Chrysalis as poetic considerations about the extinction of insects*

CHAGAS, Luciana Beatriz

*Doutora, UFSJ, lbchagas@ufsj.edu.br*

### **RESUMO**

Este artigo lança mão das poéticas visuais e seus processos criativos para elaborar uma conexão entre as artes aplicadas e a sustentabilidade, particularizando a problematização para a extinção dos insetos. Parte-se da hipótese de que a sociedade de consumo delimita um conceito sobre insetos e à relação que se supõe que tenhamos com eles, que não condiz com seu real papel no ecossistema. Relaciona-se esse problema com o senso comum que foi construído sobre as artes aplicadas e o artesanato ao longo dos últimos séculos. Em seguida, procuro fazer uma relação dessas duas mentalidades com o conceito de “cultura da sustentabilidade”. Este artigo apresenta também a descrição do processo criativo de uma série de peças cerâmicas, intitulada “Crisálidas”, concebida como metáfora da relação entre o artesanato, o objeto industrial e a natureza.

**PALAVRAS-CHAVE** Cerâmica, Artes Aplicadas, Poéticas Visuais, Sustentabilidade.

### **ABSTRACT** (100 to 250 words)

*This article makes use of visual poetics and their creative processes to draw up a connection between applied arts and sustainability, highlighting the problematization of the extinction of insects. We start from the hypothesis that the consumer society defines a concept about insects and the relationship that we are supposed to have with them, which is not consistent with their real role in the ecosystem. This problem is related to the common sense that has been built on applied arts and crafts over the past few centuries. Then, I try to make a relationship between these two mentalities with the concept of “culture of sustainability”. This article also presents a description of the creative process of a series of ceramic pieces, entitled “Chrysalis”, conceived as a metaphor for the relationship between handicraft, industrial objects and nature.*

**KEYWORDS** Ceramics, Applied Arts, Visual Poetics, Sustainability.

### **INTRODUÇÃO**

O que as artes aplicadas podem fazer pela sustentabilidade? Este artigo propõe investigar as artes aplicadas como contribuintes de uma cultura da sustentabilidade, além de canalizar no processo criativo do trabalho plástico aqui descrito a conexão entre o fazer artístico manual e diferentes conceitos de sustentabilidade. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, delinheio a relação entre as artes aplicadas e a sustentabilidade com base em questionamentos referentes à cultura material, nos seus aspectos que possuem implicações ambientais: o design do objeto industrial, a sociedade de

consumo e a cultura da sustentabilidade. Demonstro aqui a estreita relação entre esses aspectos e a crise ambiental, expressa na ameaça de extinção dos insetos. Afinal, a sociedade de consumo, através da proliferação descontrolada de bens materiais e da imposição de necessidades abstratas para se criar cada vez mais mercados consumidores, ignora a catástrofe ambiental que pode levar ao colapso da nossa civilização. A partir dessas reflexões conceituais, surge, como materialização poético-plástica a série “Crisálidas” de peças cerâmicas, cujo processo de criação será descrito ao final do artigo.

## ARTES MENORES E ARTESANATO

Para iniciar a discussão sobre o papel das artes aplicadas dentro do contexto a que este artigo se propõe, talvez seja necessário introduzir este conceito central da forma como será abordado neste artigo. As artes aplicadas são historicamente consideradas uma categoria separada de arte, justamente por agruparem em torno de si os processos artísticos para criação de objetos que são ao mesmo tempo funcionais e decorativos.

Aproximadamente a partir do Renascimento, e até o século XX elas foram inseridas na categoria das *Artes Menores* pelos historiadores e críticos de arte, categoria esta que englobava a cerâmica, o mobiliário, a tapeçaria e a ourivesaria, entre outras artes decorativas que, além da função estética, tinham também um caráter utilitário. As artes aplicadas ou menores foram denominadas “artes mecânicas”, pois dependiam de forças físicas para ser realizadas, “diferentemente das artes ‘especulativas’, próprias da mente” (BARDI, 1980, p. 12), também conhecidas como *Artes Maiores* ou “belas artes”.

Na prática, podemos perceber que a noção de artes aplicadas ou decorativas é fruto de uma estratificação das artes em categorias hierárquicas (maiores e menores), considerada por muitos autores como artificial, socialmente forçada e até perniciososa. O designer vitoriano William Morris é um deles. Para ele, “quando as artes se dividiram entre maiores e menores, desenvolveu-se o desprezo de um lado e o descuido de outro.” (MORRIS, 2003, p.31) Morris completa ainda que essa separação prejudicou a ambos os lados, rompendo laços colaborativos entre artistas e artesãos.

O poeta e ensaísta mexicano Octavio Paz nos lembra do tempo em que a arte estava aliada sempre à função: um “mundo onde a beleza não era um valor isolado e autossuficiente” (PAZ, 1991, p.46), ou seja, as coisas eram belas porque eram úteis. Nesse tempo, “a sociedade se dividia em dois grandes territórios, o profano e o sagrado. Em ambos a beleza estava subordinada, num caso à utilidade, e no outro, à eficácia mágica” (*idem*). Assim, o autor enfatiza que o conceito de arte como fim em si

mesmo e o objeto artístico como “realidade autônoma e autossuficiente”, que caracteriza as *Belas Artes*, era inexistente no passado.

O historiador e crítico de arte Pietro Maria Bardi é bastante enfático ao fazer a seguinte afirmação, já na década de 1980: “As águas continuam rolando por baixo da ponte e ainda existe quem pense que Arte é apenas o fato singular de uns seres privilegiados e não as expressões de artesãos ou de populares.” (BARDI, 1981, p. 96) Bardi endossa assim a necessidade de reunificação e ampliação do que se entende por atividade artística.

Estamos cercados de objetos, a grande maioria deles feita industrialmente. O que nossa relação com os objetos que utilizamos diariamente pode nos dizer sobre nossa visão de mundo, ou mesmo como pode influenciá-la? E se o uso sistemático do objeto artesanal pudesse nos conduzir de maneira subliminar a uma relação reflexiva e crítica com nosso ambiente, ou mesmo quebrar a apatia pelo que nos cerca?

Octavio Paz faz uma análise dessa experiência estética, que para ele é “corporal”, com o objeto utilitário artesanal. Sugere que o utensílio industrial, por ser feito em série, é compreendido como algo impessoal, submetido mais à sua função do que à forma.

A beleza do desenho industrial é de ordem conceitual: se alguma coisa expressa é a justeza de uma fórmula. É o signo de uma função. Sua racionalidade se encerra numa alternativa: serve ou não serve. No segundo caso, há que jogá-lo no lixo. O artesanato não nos conquista somente por sua utilidade. Vive em cumplicidade com os nossos sentidos, e daí ser tão difícil desprender-nos dele. *É como jogar um amigo na rua*”. (PAZ, 1991, p. 50, grifo meu)

A palavra artesanato é usada para descrever o objeto confeccionado ou construído manualmente, o que corresponde a toda a produção da cultura material até o início da mecanização da produção no século XVIII. “Não existe um artesanato importante em nenhum país do mundo que esteja no estágio de civilização industrial, independentemente do grau de desenvolvimento atingido. A organização social artesanal pertence ao passado”, diz Lina Bo Bardi. Essa organização a que Lina se refere é a das corporações de ofício, que segundo ela, existiam desde a Antiguidade Clássica e atingiram o apogeu na Idade Média, estruturando toda a sociedade europeia nesse tempo. Porém, ainda segundo a autora, o século XVIII operou profundas modificações na estrutura econômica, e com a introdução da máquina, as corporações foram abolidas, pois “a estrutura individualista do Capitalismo era antagônica à estrutura coletivista das Corporações”. (BARDI, 1994, p. 16)

William Morris, ainda no século XIX, faz essa ponte entre artesanato e indústria com conhecimento de causa. Afinal, era um designer empenhado na valorização dos ofícios e técnicas artesanais como

modelo de resistência a uma industrialização galopante e degradante, que durante seu tempo de vida, devorava a olhos vistos tanto a paisagem quanto a subjetividade das pessoas. Denunciava o consumismo crescente trazido pela revolução industrial, além da degradação ambiental e destruição do patrimônio.

Para ele, o antídoto à alienação e à massificação é a capacidade de “abrir os olhos e apreciar criticamente o que nos rodeia”. (MORRIS, 2003, p. 12) Afirmava que a arte tem uma função social e política muito importante, pois, feita pelo povo e para o povo, deve estar inserida no cotidiano, e não apenas nos museus. As pessoas só terão uma vida plena, gratificante e consciente se estiverem cercadas de beleza e de objetos belos em suas casas, em seu trabalho e em suas vidas. Enfim, esse é o poder das artes menores, do artesanato e da decoração na concepção de Morris.

## **DESIGN INDUSTRIAL E SOCIEDADE DE CONSUMO**

Quero aqui enfatizar o objeto utilitário industrial como parte da cultura material de nossa época, em oposição ao objeto artesanal. O escritor e crítico de arte inglês John Ruskin, já em meados do século XIX, denunciava a desvalorização do trabalho artesanal trazida pela industrialização e a divisão do trabalho induzida por esta. (*apud* PAIM, 2000)

A *cultura material* pode ser compreendida como o conjunto de artefatos produzidos pelo trabalho humano. Segundo o historiador Rafael Cardoso, esse termo se originou no campo da etnologia, definindo o estudo dos povos ‘primitivos’ do ponto de vista europeu, mas que hoje pode também ser usado para falar de nossa própria sociedade. (CARDOSO DENIS, 1998) Se formos analisar a cultura material da nossa civilização globalizada contemporânea, podemos constatar uma esmagadora predominância de objetos industriais sobre o artesanato.

Ainda pensando na característica principal da produção industrial de objetos utilitários, que é a divisão do trabalho, vemos a criação da forma desses objetos como uma especialização separada da sua elaboração material, diferente das artes aplicadas, nas quais a figura do artesão centraliza o saber de todas as etapas, da criação ao acabamento. No objeto industrial temos o designer para essa tarefa.

Entende-se o designer industrial como aquele que, além de se preocupar com a funcionalidade, a ergonomia e a escolha dos materiais, investe os objetos de significados que não lhe são inerentes. Rafael Cardoso associa o design do objeto industrial ao fetichismo, pela essência mesma da sociedade de consumo: estimular as pessoas a adquirir determinados bens não apenas pela sua utilidade, mas por significados subjetivos ou valores simbólicos que foram acrescentados justamente

para esse fim. (CARDOSO DENIS, 1998) Esses valores podem ser status social, expressão de poder, sexualidade (ideais de masculinidade ou feminilidade), entre outros. Cada um deles incorporado de maneira subliminar com vistas ao consumo.

O materialismo tem se tornado parte tão integrante das noções de felicidade, que o desenvolvimento de produtos encontra-se emaranhado de forma quase inextricável à busca do melhoramento da vida humana. (MARGOLIN, 1998, p. 43)

O que percebemos por parte do meio empresarial internacional é um “modelo de expansão mundial”. De acordo com este modelo, o mundo é constituído por “mercados em vez de nações, sociedades ou culturas” (MARGOLIN, 1998, p. 41). Margolin menciona o modelo de expansão em oposição ao modelo de equilíbrio, que “parte da premissa de que o mundo é um ecossistema de equilíbrio delicado, baseado em recursos finitos”(idem). Sendo assim, qualquer perturbação no sistema, como o esgotamento de recursos essenciais, por exemplo, pode fazer com que esse sistema seja irremediavelmente afetado e entre em colapso. O modelo de expansão choca-se com o modelo de equilíbrio, porque enquanto o primeiro se fundamenta na constante necessidade de produção industrial e participação econômica como forma de consolidar poder político, o modelo de equilíbrio recomenda a redução do consumo como forma de redução de danos ambientais.

Ao invés de os objetos serem fabricados para satisfazer necessidades reais, estimula-se o desejo do consumidor de modo a criar demandas para escoar a produção de objetos supérfluos. Essas necessidades podem vir ou por obra do fetichismo, como visto acima, ou pela obsolescência programada, mecanismo que obriga as pessoas a descartar um objeto porque este foi desenhado para se quebrar com facilidade ou para dificultar seu conserto, ou mesmo para sair de moda. (DANNORITZER, 2009)

Para Victor Papanek, o designer industrial tem responsabilidades morais, sociais e ambientais. Sua crítica aos designers industriais era a de que enquanto eles criam produtos às vezes “cosméticos” ou supérfluos para uma elite econômica consumidora, a grande maioria da população mundial, principalmente nos países periféricos, excluída da economia de mercado, tem necessidades imediatas de sobrevivência que nunca terão a atenção desses profissionais, uma vez que esse não é um tipo de trabalho rentável. Papanek também denunciava as práticas de design perigosas para o usuário e a criação de produtos que se utilizam de materiais e processos altamente poluentes ou degradantes para o meio ambiente. (PAPANEK, 2006)

A idéia de que a biosfera é consumida e transformada quase diretamente em lixo pela nossa civilização aparece de maneira bastante clara no tratado *A História das Coisas*, de Annie Leonard, no qual ela rastreia os bens de consumo, passando pelas seguintes etapas: extração, produção, distribuição, consumo e descarte. Primeiro, somos confrontados com os chocantes processos de extração das matérias primas da natureza, a partir do corte de árvores, utilização industrial da água (que é devolvida poluída pelas fábricas), mineração, com todos os impactos de desflorestamento que ela traz, e extração de petróleo, processo altamente perigoso e poluente. Além dos impactos diretos sobre a natureza, Leonard relata os impactos da extração sobre as comunidades nos entornos, que têm sua qualidade de vida afetada por esses processos. Depois, temos a oportunidade de saber sobre como os processos de produção e distribuição impactam o meio ambiente e as pessoas. Um ponto que é enfatizado no livro é que os custos ambientais e sociais dessa cadeia produtiva não são repassados para o preço do produto, uma vez que as corporações não se responsabilizam por eles. (LEONARD, 2011) Assim, é possível observar que todo o problema do descarte e a catástrofe que os resíduos sólidos e efluentes tóxicos provocam são apenas o elo final dessa cadeia insustentável que é a produção industrial de bens materiais.

## INSETOS E EXTINÇÃO

Em parte como consequência dessa sociedade industrial de base capitalista e de todos os seus subprodutos e efluentes, assistimos atualmente ao desenrolar da maior e mais acelerada das extinções em massa pelas quais nosso planeta já passou, que já é denominada *a Sexta Extinção*. Essa relação de causalidade é bastante complexa, uma vez que todos os fatores antrópicos que geram impacto na biosfera estão interconectados e interdependentes: a sociedade industrial, a explosão demográfica e a agricultura extensiva não existem uma sem a outra, por exemplo.

Desde que a vida apareceu no planeta há aproximadamente 3,7 bilhões de anos, já ocorreram cinco extinções em massa causadas por diferentes catástrofes naturais, como atividades vulcânicas e a queda de um meteoro. A mais grave delas foi há 250 milhões de anos, quando até 95% das espécies foram extintas, e a última grande extinção, a mais conhecida, foi há 65 milhões de anos, quando os dinossauros foram extintos e abriram caminho para a evolução dos mamíferos. (DRUYAN & SOTER, 2014)

Extinções em massa são eventos que eliminam “uma parcela significativa da biota global num espaço de tempo geologicamente insignificante”. (HALLAM e WIGNALL *apud* KOLBERT, 2014) Para se ter uma idéia, em todo o passado biológico do planeta Terra anterior ao aparecimento do *homo sapiens*, a

taxa de extinção das espécies calculada pelos pesquisadores a partir de evidências fósseis era de 0,1 espécie por milhão a cada ano. Porém, a taxa de extinção atual é mesurada em 100 vezes mais do que isso (*idem*).

O planeta está vivendo uma era de extinção animal, alerta uma série de estudos publicados em uma edição especial da revista *Science* sobre o tema. De acordo com as pesquisas, nos últimos 500 anos, 322 espécies desapareceram. A maior parte das populações de invertebrados (como besouros ou borboletas) monitorados pelos cientistas sofreu um declínio de 45% desde os anos 1970. No mesmo período, os vertebrados tiveram uma queda populacional de 30%. Essa “desfaunação” – termo adotado pelos pesquisadores para caracterizar a onda de desaparecimento animal – seria um dos principais componentes para a sexta extinção em massa da história da Terra. (*Veja*, 2014)

Recentemente, cientistas alemães divulgaram que houve um declínio de 76% na população de insetos voadores naquele país desde 1989, quando começou a ser feita a medição anual. Os pesquisadores montavam armadilhas que coletavam os insetos em 63 diferentes áreas de proteção ambiental na Alemanha, e constataram anualmente essa diminuição progressiva até chegar à porcentagem acima em 2017. Conseqüentemente, foi registrada uma redução de 15% na população de pássaros nos mesmos locais (SCHMIDT, 2017).

Os insetos compreendem um grupo de 900 mil espécies catalogadas pela ciência, representando um total de 80% das espécies animais conhecidas. Seu declínio ameaça desencadear uma espécie de efeito dominó na vida silvestre, uma vez que constituem a base da alimentação de aves, répteis, anfíbios, peixes e até mesmo outros insetos. Além disso, os insetos voadores são responsáveis pela polinização de boa parte das espécies vegetais, portanto, sua redução compromete a recuperação dos biomas naturais e os cultivos de alimentos. Outra importante ação dos insetos para o meio ambiente é a sua ação na decomposição de animais e vegetais mortos, o que incide na fertilidade do solo. Esses fatores acima descritos impactam a conservação da biodiversidade do planeta e também na sobrevivência humana em última instância. (BREEZE *et al.* 2014)

Desde a década de 90, quando os apicultores franceses começaram a denunciar a retração nas populações de abelhas, a população mundial de abelhas, tanto as do gênero *Apis*, usadas na produção comercial de mel, como também as abelhas silvestres, decaiu entre 40 e 50% na Europa e Estados Unidos, respectivamente (SAMPEDRO, 2014).

Enquanto as fontes consultadas para este projeto apontam diversas possíveis causas para a extinção dos insetos, como o uso extensivo de inseticidas agrícolas, o avanço da monocultura extensiva e o aquecimento global, todas as evidências apontam que as causas são pela ação humana.

Os insetos são tratados pelos meios de comunicação, principalmente pela publicidade, como seres daninhos, incômodos ou até perigosos. Inculca-se-se na consciência coletiva, a noção de que todos os insetos devem ser combatidos e exterminados em quaisquer circunstâncias. Porém apenas uma insignificante parte das espécies de insetos é prejudicial aos humanos. Mesmo aquelas que consideramos pragas, como certos insetos que afetam plantações, só se tornaram pragas por causa de uma multiplicação descontrolada causada na maior parte pela implantação de monoculturas.

## **ARTE E CULTURA DA SUSTENTABILIDADE**

Para Davide Brocchi, só se consegue alcançar a sustentabilidade de fato com uma radical mudança cultural. É necessário adotar “culturas da sustentabilidade” a partir do que ele propõe como “evolução cultural”. A evolução cultural não tem nada a ver com o chamado darwinismo social. Trata-se, a partir da abordagem sistêmica propor formas de abertura dos sistemas culturais através da diversidade cultural, em oposição à “monocultura”, representada pela globalização. O desafio capital da sustentabilidade é mudar uma cultura e um sistema a partir de dentro, e isso inclui os meios de comunicação, uma vez que a cultura dominante, que é a cultura ocidental, se impõe ao mundo todo através dos meios de comunicação de massa, trazendo toda uma simplificação sobre um tipo de modelo de desenvolvimento que “cria o domínio de uma dimensão (economia) sobre todas as outras (política, social, cultural, emocional, ecológica...)” (BROCCHI, 2008, p. 49)

Sendo assim, podemos afirmar que as artes constituem em um meio por excelência de transformação cultural. Sacha Kagan relaciona arte e sustentabilidade ao defender que arte, cultura e sustentabilidade estão interrelacionadas. A sustentabilidade nas artes, segundo o pesquisador, está relacionada a conteúdos e processos, e deve necessariamente conectar “assuntos ligados à justiça social, diversidade cultural e ecologia.” (KAGAN, 2008).

## **CRISÁLIDAS (2019)**

A imagem da crisálida surgiu no meu processo criativo por causa de um evento bastante significativo. Até aproximadamente 5 anos atrás, eu havia morado apenas em regiões totalmente urbanizadas, onde a presença de insetos restringia-se a pragas urbanas comuns, como baratas, moscas domésticas e pernilongos, entre outros. Culturalmente habituada a associar o conceito de inseto com esse referencial não-desejado, fui morar em 2015 num lugar afastado da cidade e próximo à natureza, onde tomei contato com uma profusão de diferentes insetos, porém minha cultura com relação a eles ainda era pobre, o que me levava a associar todos os insetos com algo indesejável.

Certa vez, em 2016, testemunhei uma infestação de lagartas no meu pé de maracujá. Alguns meses antes eu havia sido atingida pelo veneno de uma lagarta, o que me levou ao hospital. Mesmo consciente de que eram de outra espécie, resolvi exterminar essas centenas de lagartas, incluindo crisálidas, borrifando-as com calda de fumo (usada como inseticida).



**Fig. 01: Lagartas em crescimento. Fonte: própria**



**Fig. 02: Crisálida. Fonte: própria**

Porém, ao me informar melhor sobre insetos em geral, duas coisas ficaram claras: a grande maioria das espécies de insetos são inofensivas para o ser humano, e aquelas lagartas e crisálidas que matei eram parte de um ciclo reprodutivo de uma linda borboleta, e também inofensivas.

Ainda nesse contexto, dentro do levantamento teórico da pesquisa, deparei-me com a notícia sobre a extinção dos insetos, mencionada anteriormente neste artigo, e o que isso representa para a polinização, tanto de vegetação nativa como de culturas agrícolas. Assim, no ano seguinte, quando acometida novamente por uma infestação das mesmas lagartas no jardim, decidi não interferir em seu ciclo e observá-las em suas diversas fases, fotografando-as (fig. 01) Interessei-me particularmente pela imagem da crisálida (fig. 02), a qual pesquisei inicialmente em fotografia, depois em desenho e modelagem (figuras 03 e 04). Assim, a crisálida materializou-se como ícone da metamorfose conceitual pela qual minha observação dos insetos passou nesse intervalo de tempo: de antropocêntrica a biocêntrica.



Fig. 03: Desenho de observação. Fonte: própria



Fig. 04: Modelo em argila. Fonte: própria

A proposta da série *Crisálidas* (fig. 05) é trazer a ideia de ocupação e infestação dos insetos para o debate sobre as artes aplicadas e as artes visuais na cultura da sustentabilidade. Os insetos são portadores de uma vital importância para o ecossistema, apesar de sua vulnerabilidade e do desconhecimento sobre eles. Ocorre o análogo com as artes aplicadas, porém no ecossistema da cultura hegemônica contemporânea. Acredito que as artes aplicadas desempenham um papel importante no que Brocchi (2008) define como “cultura da sustentabilidade”.

A série *Crisálidas* faz menção a William Morris ao receber na superfície das peças alguns decalques e estampas (industrializados) que procuram simbolizar não somente a função ornamental, decorativa e “portadora de beleza” das artes aplicadas, mas também a sua função política e social.



**Fig. 05:** Peças da série *Crisálidas* (2020). Técnica: Cerâmica de alta temperatura (argila creme chamotada, queimada a 1.250°C), pintura em aerógrafo com corantes minerais, decalques cerâmicos, esmaltes cerâmicos e lustres metálicos.  
 Fonte: própria

O ornamento, na Europa, sofreu alterações conceituais e estéticas a partir de meados do século XIX, quando os métodos de produção industriais passaram a dominar. Objetos que até então eram feitos manualmente por artesãos, que tinham um conhecimento dos processos e dos materiais, passaram a ser produzidos em série, e por máquinas. Essa transformação carregou consigo toda a otimização de formas, materiais e decorações que a cadeia produtiva e a divisão do trabalho exigiam. Afinal, o objetivo era a produção em larga escala e a ampliação de mercados consumidores que abrangessem uma população cada vez mais urbanizada, no assim chamado capitalismo industrial. Com esse processo de industrialização acelerada, vieram os “repertórios de padrões ornamentais”, catálogos de referência de estampas e ornamentos para arquitetos, artistas e artesãos, e usados como fontes de consulta pelos responsáveis pelas tomadas de decisão do design do objeto industrial daquela época. (PAIM, 2000, pp. 13-15)

Os ornamentos foram violentamente desvinculados do conjunto artístico ao qual pertenciam e dos materiais que lhes serviam de suporte, ganhando múltiplas e inesperadas aplicações, frequentemente combinados a outros ornamentos provenientes de épocas e culturas inteiramente diversas. A adequação dos desenhos à finalidade prática ou simbólica dos objetos ou da arquitetura raramente foi considerada; o importante era criar objetos que atraíssem o olhar não-cultivado das classes média e alta urbanas e se destacassem na babel das grandes exposições e feiras internacionais.”(idem, p. 15)

Essa época presenciou, entre alguns pensadores do design e da arquitetura modernistas, manifestações sobre essas relações entre ornamento, decoração, forma e função no objeto e na arquitetura. Havia em comum entre eles o repúdio ao mero decalque de uma ornamentação retirada de seu contexto (histórico, técnico, formal ou material) sobre uma forma industrial combinada aleatoriamente, o que era considerado por eles uma apropriação empobrecedora. Assim, para os modernistas, a mera transposição gráfica desses padrões para objetos de outra natureza, com ausência de critérios estéticos e intenções unicamente decorativas, de preenchimento de superfícies e de camuflagem dos materiais baratos era motivo de fortes críticas.



Fig. 06: Crisálidas sob um corrimão, no jardim. Fonte: própria.



Fig. 07: Peças da série Crisálidas (2020), penduradas no teto. Fonte: própria.

Alguns modernistas, como Le Corbusier, defendiam a ausência total de ornamentos na arquitetura e na decoração. O arquiteto era um adepto das paredes brancas e dos espaços interiores claros e

vazios. Segundo ele, o artesão moderno “não dispunha nem do conhecimento nem da habilidade para criar novas formas. Era um fracassado que fazia apologia do erro e cultivava, por exclusiva incompetência, a descontração do inexato, a supressão do controle, a ‘moleza do eu’ expressa nos vidrados escorridos sobre as cerâmicas”, muito utilizadas pelos ceramistas do início do século XX (*ibidem*, p. 103). Evidentemente tomo a fala de Le Corbusier como uma referência à controvérsia em torno das artes aplicadas no modernismo, uma vez que sua posição revela um apreço pelas formas produzidas pelo meio industrial.



**Fig. 08:** Peças da série *Crisálidas* (2020), expostas no Centro Cultural Yves Alves (Tiradentes/ MG) em setembro de 2021. Fonte: própria.

As estampas na superfície dos objetos em geral, desconectadas da lógica dos materiais e processos, ganham nas peças cerâmicas da série “*Crisálidas*” uma dilatação dessa analogia, que aqui se estende para a forma dos organismos vivos no espaço natural.

A série foi concebida como uma instalação, em que 100 peças, cada uma individualmente trabalhada em diferentes cores, esmaltes, pinturas e/ou estampas, fossem apresentadas em conjunto, de modo a estimular o trânsito do olhar, que ora pode aproximar e convergir o foco para as particularidades e detalhes de cada peça individual, ora pode recuar para uma visão do todo, e nesse ponto poderíamos fazer uma analogia com uma multidão de pessoas, em que também é possível fazer esse exercício de observação.

Inicialmente fui inspirada pelos agrupamentos de crisálidas que formavam aglomerados pendentes sob um corrimão de madeira (fig. 06), e para reproduzir essa forma na montagem, instalei um gancho de arame dentro de cada peça de modo a pendurá-las no teto (fig. 07). Em setembro de 2021, as crisálidas foram expostas no Centro Cultural Yves Alves (Tiradentes/ MG). Porém, por limitações técnicas e de prazo no momento da montagem, elas foram instaladas em ganchos de parede (fig. 08), criando uma composição geral mais próxima do bidimensional.

## REFERÊNCIAS

- BARDI, Lina Bo. **Tempos de grossura: O design no impasse**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M Bardi, 1994.
- BARDI, Pietro Maria. **Mestres, Artífices, Oficiais e Aprendizes no Brasil**. Coleção Arte e Cultura, Vol. VI. Banco Sudameris Brasil S.A., 1981.
- BARDI, Pietro Maria. **Arte da cerâmica no Brasil**. São Paulo: Banco Sudameris Brasil S.A., 1980.
- BROCCHI, Davide. "The Cultural Dimension of Sustainability". In: **Newfrontier**, 2008, pp. 26-58
- BREEZE, Tom D. *et al.* "Agricultural Policies Exacerbate Honeybee Pollination Service Supply-Demand Mismatches Across Europe", in: **PLOS one**. January 2014, Volume 9, Issue 1.
- CARDOSO DENIS, Rafael. "Design, cultura material e o fetichismo dos objetos." In: **Revista Arcos: Design, Cultura Material e Visualidade**, v.1, 1998.
- DANNORITZER, Cosima (dir.). **The Light Bulb Conspiracy/ Comprar, tirar, comprar: A História secreta da Obsolescência Programada** (Documentário, 2010) Espanha/ França, 52 min.
- DRUYAN, Ann e SOTER, Steven. "The Lost Worlds of Planet Earth"(2014), In: **Cosmos: A Spacetime Odyssey**. EUA, Fox & NatGeo, 44 min.
- KAGAN; Sacha e KIRCHBERG; Volker. **Sustainability as a new frontier for the arts and cultures**. Frankfurt am Main: Verlag für Akademische Schriften, 2008.
- KOLBERT, Elizabeth. **A sexta Extinção: Uma história não natural**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. p. 15
- LEONARD, Annie. **A História das Coisas – da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- MARGOLIN, Victor. "O Design e a Situação Mundial" In: **Revista Arcos: Design, Cultura Material e Visualidade**, v.1, 1998.
- MORRIS, William. **Artes Menores e outros ensaios**. (org. e trad. Isabel Donas Botto) Lisboa: Antígona, 2003.
- PAIM, Gilberto. **A Beleza sob Suspeita: o ornamento em Ruskin, Lloyd Wright, Loos, Le Corbusier e outros**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2000.
- PAPANÉK, Victor. **Design for the real world**. London: Thames & Hudson, 2006.
- PAZ, Octavio. *Ver e usar: Arte e Artesanato*. In: **Convergências: Ensaio sobre arte e literatura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- SAMPEDRO, Javier. **Alerta mundial para o misterioso desaparecimento das abelhas**. (29/06/2014). <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/27/sociedad/1403882291\\_329326.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/27/sociedad/1403882291_329326.html)> acessado em 25/07/2018.
- SCHMIDT, Fabian. **Número de insetos e pássaros cai acentuadamente na Alemanha**. (19/10/2017) <<https://www.dw.com/pt-br/n%C3%BAmero-de-insetos-e-p%C3%A1ssaros-cai-acentuadamente-na-alemanha/a-41036606>> acessado em 25/07/2018



2º Simpósio internacional em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade  
São João del-Rei, Brazil. 22, 23, 24 e 25 de novembro de 2021

VEJA. 'Science': planeta vive era de extinção de animais - Edição especial da revista científica alerta que, nos últimos 500 anos, 322 espécies desapareceram Publicado em 25 jul 2014  
<<https://veja.abril.com.br/ciencia/science-planeta-vive-era-de-extincao-de-animais/>> acessado em 25/07/2018

## **A crise conceitual da sustentabilidade: recorte sobre a institucionalização de discursos**

*The conceptual crisis of sustainability: a sample of the institutionalization of discourses*

CAETANO, Paulo Henrique

*Doutor, Professor Associado da Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Comunicação Social, e-mail: [phcaetano@ufsj.edu.br](mailto:phcaetano@ufsj.edu.br)*

**Resumo:** Este ensaio trata da construção conceitual do termo sustentabilidade no ambiente da crítica acadêmica, a partir de um pequeno corpus de quatro textos de diferentes áreas de expertise, cujas amostras foram examinadas, com foco em definições para sustentabilidade, ou seus processos de negociação terminológica. A análise incidiu sobre elementos das práticas discursivas e sociais na construção do conceito que os textos revelam, confirmando tendências de uma adaptabilidade significativa do léxico derivado dessa palavra-chave, diretamente proporcional ao enfraquecimento programático do conceito.

**Palavras-chave:** práticas discursivas e sociais, revisão conceitual da sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, produção institucional de discursos.

**Abstract:** *This essay deals with the conceptual construction of the word sustainability in the environment of academic criticism, from a small corpus of four texts from different areas of expertise, whose samples were examined, focusing on definitions for sustainability, or their processes of terminological negotiation. The analysis focused on elements of the discursive and social practices in the construction of the concept that the texts reveal, confirming trends of a significant adaptability of the lexicon derived from this word, directly proportional to the programmatic weakening of the concept.*

**Keywords:** *discursive and social practices, conceptual revision of sustainability, sustainable development, institutional production of discourses.*

## INTRODUÇÃO

Atendendo ao chamado do Grupo de Trabalho “Sustentabilidade: um conceito em crise”, este ensaio apresenta um pequeno recorte de estudo mais amplo, com foco na palavra-chave sustentabilidade em mídias digitais, nos contextos discursivos vinculados ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, MG. A proposta geral do estudo tem sido, dentro de um corpus de textos de mídia publicados na internet, mapear e entender melhor a trajetória da palavra-chave sustentabilidade, seus lexemas e o espectro de expressões derivadas, de surgimento recente no léxico do português, que carregam consigo um vasto potencial, mas que tendem a perder a força pela sua diluição semântica e discursiva. No entanto, como proposta de contribuição para o SIAUS 2, o que este ensaio apresenta é um pequeno panorama da sustentabilidade, de maneira a explorar a complexidade e imbricação desse emaranhado conceitual em contextos estritamente acadêmicos.

A sustentabilidade tem sempre despertado abordagens críticas, em diferentes contextos acadêmicos, desde o surgimento documentado e institucionalizado desse termo e conceitos derivados. Tomando como apoio a classificação proposta por Fairclough (2006) em relação aos discursos da globalização, que demarca a academia como um dos cinco grupos produtores privilegiados de discursos, o intento aqui é fazer uma aproximação da palavra sustentabilidade nesse ambiente, para uma sondagem exploratória de conceitos, sem a pretensão de uma categorização muito estanque, uma vez que tais grupos são mais fluídos do que aparentam, e podem ser interpretados por diferentes perspectivas.

Quanto à afiliação deste ensaio, a ACD é a perspectiva teórica e metodológica com a qual o trabalho está associado (FAIRCLOUGH, 2001, 2003, 2006, 2010). Uma das motivações desse referencial é que, de acordo com o próprio Fairclough (2010, p. 18), a ACD procura explicar as crises e encontrar formas de atenuar as consequências perversas do capitalismo, em uma direção “mais sustentável e mais justa socialmente”. Nesse sentido, está em sintonia com o intuito geral de uma pesquisa mais ampla da qual o ensaio deriva, que tem sido de analisar os textos contendo a palavra-chave sustentabilidade e, a partir de suas propriedades, das práticas discursivas e sociais nas quais estão engajados, tentar contribuir para a discussão mais aprofundada de um ente de relevância social e discursiva.

Intenta-se auferir, tanto quanto possível, a força do conceito nas diferentes aplicabilidades observadas, bem como seu grau de especialização e produtividade para gerar novas expressões e acepções, sua capacidade de sobreposição em diversas áreas, além de suas tendências quanto a

movimentos como naturalização, democratização, comodificação ou tecnologização do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, 2010). No sentido de sua imensa relevância para o debate contemporâneo, sustentabilidade torna-se uma palavra-chave na acepção de Williams (1988, 1992), que compreende que certos termos têm uma importância destacada em determinados momentos da história em dadas culturas, sendo latente sua produtividade para pesquisas, como já temos vivenciado.

Em termos práticos, como material para exemplificar uma ‘massa crítica’ acadêmica, foram selecionados para uma descrição e breve discussão neste artigo os trabalhos de Machado (2006), da Pesquisa em Desenvolvimento Sustentável; de Misoczky e Böhm (2012), das Ciências da Administração; de Nascimento (2012), das Ciências Sociais; e de Silva (2017), da Comunicação Social. Para prover um pequeno histórico, o mais importante é destacar que apesar de o foco ser no conceito de sustentabilidade, foi no bojo da discussão do desenvolvimento sustentável que ela teve sua origem, no início dos anos 1970. Ou seja, esse léxico que nos interessa vai compor um domínio discursivo relativamente jovem que foi se deslocando, na medida em que o discurso do desenvolvimento industrial e econômico atingiu o ápice de seu ciclo, começando a sofrer um desgaste e uma pressão cada vez mais acentuada de setores das sociedades, amplificada por catástrofes ambientais, escassez de recursos e, agora, a pandemia.

Majoritariamente sob a chancela da ONU, diversos países e instituições foram elaborando, em diferentes estágios e arenas discursivas, já a partir do final da década de 1960, uma narrativa que apaziguasse as correntes de pensamento e de interesses políticos e econômicos muito díspares, como, por exemplo, ambientalistas de um lado, e desenvolvimentistas de outro; capital transnacional de um lado, e economia local de outro; ou mais ricos de um lado, e mais pobres de outro. E nesse contexto, nos últimos 50 anos foi se constituindo essa espécie de campo semântico, de construto do discurso, um tipo aprimorado de tecnologia, fruto de uma negociação intensa e de uma disputa pelo sentido em diferentes esferas, e em contextos geográficos e políticos dos mais diversos. Posto esse debate inicial, vamos agora percorrer algumas abordagens que já têm estabelecido uma crítica mais profunda, sistemática e contundente em relação à sustentabilidade.

## PERCURSO METODOLÓGICO E DISCUSSÃO

As quatro referências acadêmicas brasileiras selecionadas para esta discussão são de áreas diferentes, porém, acidentalmente, contíguas, quais sejam: 1) a tese de Doutorado de Silva (2017), no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNB, “Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável”; 2) o ensaio de Misoczky e Böhn (2012), “Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza”, da área das Ciências da Administração; 3) o artigo de Nascimento (2012), “Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico”, da área das Ciências Sociais; 4) por fim, o artigo de Machado (2006), “A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92”, que sintetiza a tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável da autora, publicada em 2005.

As escolhas deste pequeno corpus se deram de forma parcialmente intuitiva, a partir da facilidade de acesso e pelo contato cada vez mais intensivo com as discussões relacionadas à sustentabilidade, sem um planejamento prévio quanto às áreas de origem ou afiliações teóricas. Da mesma forma, não há nesta proposta o compromisso de uma revisão sistemática, uma vez que já existe uma extensa literatura que trata do termo e de seus problemas conceituais. O que foi importante na escolha foi justamente esta contemplar a perspectiva de um usuário comum em uma busca simples para chegar aos textos, sendo todos disponíveis em plataformas online. Como esses quatro textos fazem uma revisão de discussões críticas acerca da sustentabilidade em áreas e domínios conexos, também serão extraídas algumas definições e passagens que eles sintetizam de outras fontes para provermos um balanço do conceito nessa seara. Ou seja, está sendo criado aqui um ‘atalho’ para uma literatura primária mais documental, que não pode ser realizada neste espaço, a partir de um ‘apanhado’ não sistemático de expressões e termos que foram consideradas relevantes para comentar, pela sua riqueza informacional ou argumentativa. Esses quatro textos de referência serão tratados, cada qual, em uma seção específica, e em cada seção consistirá de uma breve análise de quatro excertos.

**Texto 1:** “Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável” (SILVA, 2017) - Foram selecionadas quatro passagens que exemplificam postulados teóricos, práticas discursivas que conduziram aos textos oficiais, tensões e interesses que eles sintetizam, bem como o olhar sobre a gênese do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável. Os grifos em itálico são nossos, para posterior comentário, com ênfase em alguns termos e expressões, na

tentativa de trazer para a discussão os elementos mais relevantes da tese (SILVA, 2017), a partir dos recortes que mais interessam à pesquisa:

- i. (p. 225) *Os embates e lutas de grande parte das reuniões preparatórias para a Conferência de Estocolmo giraram em torno de duas perspectivas diferentes sobre as causas dos problemas ambientais para os países industrializados e aqueles em desenvolvimento.*
- ii. (p. 244-5) *O enunciado da sustentabilidade parece ter sido forjado nas relações de forças que, desde antes de Estocolmo, foram sendo travadas, recompondo, desviando e ampliando a questão ambiental.*
- iii. (p. 252) *Apesar de o termo “sustentável” ter surgido na “Estratégia de Conservação” (1980), será no relatório “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1991) que houve a ampliação do que se pode entender por desenvolvimento sustentável, ou sustentabilidade.*
- iv. (p. 278) *O DDS pode ser definido como um conjunto heterogêneo que engloba uma variedade de elementos de práticas discursivas e não discursivas (discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas).*

A passagem i) pontua as tensões que predominaram nesse período, com *embates e lutas de grande parte das reuniões preparatórias*, centradas em *duas perspectivas diferentes* quanto à natureza dos *problemas ambientais*, contrastando *países industrializados e aqueles em desenvolvimento*. O trecho ii) chama a atenção por tratar da palavra-chave sustentabilidade propriamente dita, dando conta de como o *enunciado da sustentabilidade*, nesse contexto de disputa entre os diversos blocos de interesse, *ganha uma dimensão social*, ampliando mais o seu leque de significação. A passagem iii) traz uma noção processual para essa expansão semântica da sustentabilidade, indicando os momentos em que é possível perceber a *ampliação do que se pode entender por desenvolvimento sustentável, ou sustentabilidade*, com novas ‘camadas’ de sentido sendo incorporadas na medida em que novos documentos, relatórios e regulamentações vão sendo construídos. O trecho iv) chama a atenção por se referir à definição do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável, a partir do conceito de dispositivo, de Foucault, o DDS, indicando que ele é composto de *elementos de práticas discursivas e não discursivas*, validando, de certa maneira, a nossa ênfase na sustentabilidade como conceito pervasivo, bem como no discurso como momento estruturante da prática social, permeando de forma determinante todos os demais, inclusive aqueles momentos vinculados a práticas materiais (HARVEY, 1996).

Dois pontos que mais chamam a atenção são, por um lado, a defesa do conceito de desenvolvimento sustentável como dispositivo e, por outro, a ilustração de arenas discursivas e

contextos históricos de seu amadurecimento. Desse reconhecimento como dispositivo, e como um conceito multifacetado, que carrega em si um processo de negociações interinstitucionais e técnicas de grande envergadura, é possível depreender o elevado grau de tecnologização, de especialização, de domesticação e de institucionalização que sustentabilidade e desenvolvimento sustentável têm sofrido desde a sua gênese. E o próximo tópico aborda uma questão muito presente em todas as discussões, e que traz ainda maior pressão para os processos de institucionalização, que é o papel deste ente abstrato, denominado mercado.

**Texto 2:** “Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza” (MISOCZKY e BÖHN, 2012) – O ensaio revisa o conceito de sustentabilidade a partir de uma extensa rede de autores nas últimas décadas, destacando como a expressão ‘desenvolvimento sustentável’ mascara um processo de tomada da natureza pelo capital, naturalizando a comodificação do ambiente. Os autores defendem “que o significado de sustentabilidade institucionalizado ao longo das décadas pós-Eco-92 foi o do mercado, e que a ambiguidade que acompanha a expressão tem sido funcional à legitimação e ao encobrimento da investida do capital sobre a natureza” (MISOCZKY e BÖHN, 2012, p. 551). As passagens selecionadas sintetizam ou comentam criticamente os argumentos e conceitos de outros autores, para exemplificar a relevante produção acadêmica que há sobre essa temática e para trazer um panorama da crítica já instaurada:

- v. (p.548): *Nessa fase ecológica do capitalismo, o capital é tomado como medida da degradação ambiental que ele mesmo produz. Acabamos, assim, presos em uma espécie de armadilha tautológica.* Escrevendo especificamente sobre a Eco-92, o autor registra que, se o objetivo formal era “salvar o planeta – salvar a herança natural e cultural, a diversidade genética, estilos de vida vernaculares etc.” –, o resultado, sob a *retórica da sustentabilidade*, foi um boom “do próprio projeto do capital para ampliar sua reprodução”: quando “o capital é natureza e a natureza é capital, e os termos se tornam virtualmente intercambiáveis”, a reprodução do capital se torna sinônimo de salvar a natureza e o planeta como um todo, que é nosso capital, precisa ser sustentavelmente gerenciável (O’CONNOR, J., 1994, p. 132- 133).
- vi. (p.548): O *capitalismo verde* pode ser considerado como um meio de suavizar os impactos ambientais da exploração capitalista da natureza, ou criticado como um mero portfólio ambiental para a exploração sustentada. Seja qual for a verdade sobre estas proposições, o significado do capitalismo verde é muito mais profundo. Ele tem se tornando nada menos que a principal estratégia para a *mercantilização e financeirização da natureza*, intensificando de modo radical a penetração do capital sobre a natureza (SMITH, 2007, p. 20).
- vii. (p.548): Bakker (2010, p. 726) sugere um redirecionamento “das estratégias intensivas de acumulação para a *comodificação de novos tipos de sionaturezas* e para a conversão de

externalidades ambientais em *fontes de lucro*, em articulação com bem estabelecidas estratégias de arranjos ecológicos”.

- viii. (p.551): Esta ambiguidade se expressa nos mais importantes discursos sobre economia e ambiente – relatórios das Nações Unidas e de governos, pesquisa acadêmica, jornalismo popular, pensamento político verde. Precisamente esta *obscuridade* leva tantas pessoas a falar e escrever sobre “sustentabilidade”: *a palavra pode ser usada para significar qualquer coisa que se queira dizer, o que é parte do seu apelo.*” (O’CONNOR, 1994, p.152)

No excerto v), essa *fase ecológica do capitalismo* conduz a uma *armadilha tautológica*, dominada pela *retórica da sustentabilidade*. Já na passagem vi), essa ‘armadilha’ pode ser traduzida como *capitalismo verde*, um eufemismo para atenuar a contínua necessidade do capital de encontrar formas de perenidade para seu crescimento, nesse caso, por via da *mercantilização e financeirização da natureza*. O excerto vii), ainda na mesma lógica, trata da *comodificação de novos tipos de siconaturezas*, como meio de expansão de *fontes de lucro*. Na passagem viii), o conceito de sustentabilidade é tratado como uma *obscuridade*, uma vez que *a palavra pode ser usada para significar qualquer coisa que se queira dizer*, sendo a ambiguidade o seu principal atributo.

Nesse grupo de excertos é possível depreender uma tônica, que tem sustentabilidade e desenvolvimento sustentável como discursos difusos e pouco controláveis, instrumentais para a criação de uma espécie de ‘cortina de fumaça’ para naturalizar uma nova forma que o capitalismo emprega para dar sequência à sua contraditória trajetória. É claro que deve ser observado também, obviamente, o lugar de fala da escrita de Misoczky e Böhm (2012) e da maioria das referências compiladas, no campo de análise marxista, ainda que a reunião de textos não tenha levado em consideração esse viés ideológico mais marcado, mas explica um pouco as escolhas por essa forma de explicação que a crítica traz para os fenômenos sociais. Se for considerada a palavra-chave sustentabilidade e seus lexemas, conjugada em arenas discursivas na internet que emergiram com o rompimento da barragem de Fundão, por exemplo, temos também uma conciliação bastante precária entre os termos, sendo possível postular que a própria atividade minerária é de natureza insustentável. Ou seja, ao buscarmos a palavra-chave nesses ambientes de ocorrência, temos uma leitura prévia da impossível aproximação entre sustentabilidade e esse ciclo econômico.

**Texto 3:** “Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico” (NASCIMENTO, 2012) – O artigo contribui com uma revisão crítica do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, contrastando as percepções dessas palavras-chave a partir das perspectivas de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento. Ao discorrer sobre o caráter

multifacetário do conceito de sustentabilidade, o autor questiona se o argumento a partir de três eixos, o ambiental, social e econômico, mais recorrentes na sociedade, seriam suficientes para dimensionar a questão. Nesse caso, ele advoga pela inclusão de mais duas dimensões que considera indispensáveis para que o conceito possa avançar, quais sejam, a dimensão do poder, por meio da política; e a dimensão cultural, dentro da qual as mudanças de comportamento se dariam.

Uma outra discussão que desenvolve é sobre as possíveis alternativas e orientações quanto ao conceito, aparentemente naturalizado e jamais colocado em questão, de 'desenvolvimento sustentável'. As respostas podem ser: de natureza tecnológica, tendo a inovação como resposta às eminentes saturações de recursos; podem ser vinculadas ao movimento de decrescimento, advogando pela necessidade de diminuição do ritmo da produção e consumo de produtos; e, por último, pode-se adotar um posicionamento de negação do desenvolvimento sustentável, simplesmente uma não resposta, mesmo concordando com a possibilidade de ocorrência de uma catástrofe ambiental. Dessa revisão feita por Nascimento (2012), outras quatro passagens foram selecionadas, de ix a xii:

- ix. (p.51) O relatório Brundtland (1987) abriu um imenso debate na academia sobre o significado de desenvolvimento sustentável. Pearce et al. (1989) mostravam uma quantidade razoável de definições. Hoje, há um verdadeiro *mar de literatura* que aborda o tema das maneiras mais diversas (Wackermann, 2008).
- x. (p.51) Defendemos em outro texto (Nascimento & Costa, 2010), presente também em Nobre & Amazonas (2002), que o Desenvolvimento Sustentável (DS) se tornou um campo de disputa, no sentido utilizado por *Bourdieu*, com *múltiplos discursos que ora se opõem, ora se complementam*. O domínio da *polissemia* é a expressão maior desse campo de forças, que passa a condicionar *posições e medidas de governos, empresários, políticos, movimentos sociais e organismos multilaterais*.
- xi. (p.51-2) Redclift (1987) considera o Desenvolvimento Sustentável (DS) uma *ideia poderosa*, enquanto Richardson (1997) chama-o de *fraude*, pois tenta esconder a contradição entre a finitude dos recursos naturais e o caráter desenvolvimentista da sociedade industrial. Já O'Riordan (1993), apoiado por Dryzeh (1997), é de opinião que o DS traz em si a *ambiguidade de conceitos*, como os de *justiça e democracia*, e que não por isso eles deixam de ser relevantes. Por sua vez, Baudin (2009) vai concebê-lo como uma *nova ideologia*.
- xii. (p.54) A consequência foi a formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), dirigida pela ex-primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, cujo relatório de 1987 (*Our common future*) tinha como missão propor uma *agenda global para a mudança*. Constituiu o maior esforço então conhecido para *conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico*, cujo porto de chegada denominou-se Desenvolvimento Sustentável [...]. A força e a *fraqueza dessa definição*

encontram-se justamente nessa *fórmula vaga*, pois deixam-se em aberto quais seriam as necessidades humanas atuais, e mais ainda as das gerações futuras. Introduce-se a *noção da intergeracionalidade* no conceito de sustentabilidade, associando-a à noção de *justiça social* (redução das desigualdades sociais e direito de acesso aos bens necessários a uma vida digna) e aos *valores éticos* (compromisso com as gerações futuras).

O excerto ix) indica a profusão de debates que emergiram a partir do relatório de Brundtland (1987), apontando para um *mar de literatura* relacionado à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável. Na passagem x), encontra-se a referência a conceitos de *Bourdieu*, destacando o papel de *múltiplos discursos que ora se opõem, ora se complementam*. Ou seja, semelhante ao grupo anterior de excertos, este também parece apontar para um *domínio da polissemia* como instrumento na tomada de *posições e medidas de governos, empresários, políticos, movimentos sociais e organismos multilaterais*. Já o excerto xi) apresenta visões díspares sobre o desenvolvimento sustentável, ora como *ideia poderosa*, ora como *fraude*, ora como *nova ideologia*, justamente por essa recorrente leitura de que esse campo elabora sobre uma *ambiguidade de conceitos* sem, no entanto, perderem a relevância. A passagem xii) traz um pouco do contexto de surgimento da Conferência de Estocolmo (1972) e mais tarde no relatório de Brundtland (1987), com a lógica do desenvolvimento sustentável como proposta de uma *agenda global para a mudança*, com vistas a *conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico*. Na sequência, trata da definição clássica de desenvolvimento sustentável como uma *fórmula vaga*, que traz para o conceito de sustentabilidade a *noção da intergeracionalidade*, paralela aos aspectos de *justiça social* e *valores éticos*.

Como síntese para esse grupo de excertos, é possível destacar a profusão de publicações e, semelhante aos excertos do grupo anterior, a multiplicidade de discursos que envolvem a palavra-chave e seus lexemas, as ambiguidades e polivalências desses conceitos, já mapeadas desde seu surgimento, sendo ainda assim estruturantes na formulação de políticas, normas, instituições. Outro aspecto importante de focalizar, mais uma vez em consonância com os excertos do Texto 2, é como esses conceitos podem assumir o significado de uma nova ideia, uma solução para a civilização, ou mesmo como uma fraude do capital. Nessa capacidade vasta de deslocamento de significado, nessa multidimensionalidade conceitual, a palavra-chave sustentabilidade parece operar dentro de um exercício semântico de conciliar o impossível, que seria o crescimento econômico com a preservação ambiental, adestrada pela falácia da garantia de uma cidadania plena para toda a humanidade.

**Texto 4:** “A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92” (MACHADO, 2006) – O artigo é uma síntese da Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, de Vilma Machado (2006), com passagens que ilustram um pouco mais dos conflitos e negociações em torno da construção do conceito de desenvolvimento sustentável, culminando com a noção que a autora propõe de Discurso do Desenvolvimento Sustentável (DDS). Como esse trabalho antecede aos demais apresentados e pertence à área de pesquisa em Desenvolvimento Sustentável propriamente dito, contendo uma abordagem bem ampla e crítica do processo de cunhagem desse conceito, foi deixado para ser comentado por último, para que seja feito um balanço que enfatize o aspecto das práticas discursivas que deram origem ao conceito, sendo que a autora elabora sobre a categoria específica do ‘discurso’, nosso interesse primário de pesquisa.

Os quatro trechos ajudam a compreender as tensões e disputas em torno da produção e da distribuição dos textos seminais que veicularam os conceitos, momento em que, certamente, abriu-se mão de uma quantidade expressiva de profissionais da linguagem e da comunicação, para lapidarem as tecnologias discursivas e conseguirem contemplar, da forma mais ampla, os interesses políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, e outros, dos vários estados e entes participantes das instâncias de decisão. É uma espécie de luta pela hegemonia que ocorre em milhares de microcosmos que vão compondo, também por meio de lutas hegemônicas, os documentos basilares para os organismos internacionais, que passam a ser referência para as leis e regulamentações dos estados partícipes. Vejamos os trechos abaixo, de xiii a xvi:

- xiii. (p. 1) *A noção de desenvolvimento sustentável (ds) tem sido discutida, debatida e utilizada sob diferentes perspectivas e pelos mais variados agentes sociais, seja no espaço acadêmico, seja no interior de instituições ligadas ao aparato estatal ou a outras organizações sociais. [...] Mesmo entre os que partilham dessa última posição o esforço por negar a validade do conceito ou das práticas sociais nele ancoradas não deixa de alimentar a busca por precisar seu sentido, conteúdo e propósitos.*
- xiv. (p. 9) *Mas a correlação de forças estabelecida na Conferência de Estocolmo, ao inscrever tal problemática na ordem do discurso do desenvolvimento, procura manter submersas aquelas contradições que sinalizam os limites de expansão do modelo no âmbito da produção de mercadorias e dirige o foco para aquelas que se produzem no processo de apropriação e circulação dessas mercadorias. [...] Fica, assim, preservada a lógica motriz da produção e acumulação capitalista.*
- xv. (p. 9-10) *Em decorrência do arrefecimento do ciclo de expansão que havia caracterizado a chamada era de ouro do capitalismo, e do processo de reordenação no funcionamento da economia mundial, o dd também arrefece. É a partir desse arrefecimento que são produzidas as condições de formulação do dds.*

- xvi. (p. 13) *A noção de ds tem servido aos mais diferentes propósitos e interesses. Ora é tomada como remédio para todos os males, ora desqualificada como mais uma forma encontrada pelo sistema para maquiagem as contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico. [...] Seja entre os adeptos ou entre os críticos, há uma espécie de consenso de que a noção de ds é imprecisa, frágil, plástica, ambígua etc.*

Quanto a esse último grupo de excertos de Machado (2006), destaca-se uma vez mais o caráter complexo da temática, a começar pelo item xiii), que reforça que a *noção de desenvolvimento Sustentável (DS) tem sido discutida, debatida e utilizada sob diferentes perspectivas e pelos mais variados agentes sociais* e que, independente de qual prisma é avaliada, clama sempre por uma *busca por precisar seu sentido, conteúdo e propósitos*. E esse constante estado de ‘busca’ por uma precisão no sentido confirma em muito a fluidez na apropriação social desses conceitos e a decorrente necessidade de uma negociação intensa para qualificar melhor as escolhas lexicais dentro dos campos semânticos em que a palavra-chave é implicada. A passagem xiv) enfatiza que o esforço dentro dos contextos institucionais de regulamentação, quando colonizado pela *ordem do discurso do desenvolvimento*, acaba por perpetuar um ciclo de acumulação do capital, na medida em que exerce sua força sobre o discurso, de maneira a atenuar o impacto da impossível conciliação entre lucro progressivo e preservação ambiental. Dessa forma, está garantida a primazia de uma *lógica motriz da produção e acumulação capitalista*. Reforçando ainda mais esse argumento, o item xv) mostra que essa colonização se dá em meio a um *processo de reordenação no funcionamento da economia mundial*, com o declínio de um ciclo, momento em *que são produzidas as condições de formulação do dds*. Por último, o excerto xvi) confirma o que temos postulado também sobre a palavra-chave sustentabilidade e os conceitos correlatos, que a *noção de ds tem servido aos mais diferentes propósitos e interesses*, sendo que mesmo *entre os adeptos ou entre os críticos, há uma espécie de consenso de que a noção de ds é imprecisa, frágil, plástica, ambígua etc.*

Fechando a seção, o trabalho de Machado (2006) chamou a atenção a discussão dos processos conflituosos na gênese do Discurso do Desenvolvimento Sustentável, que vem sendo cunhado e tangido pelas diferentes forças ao longo de sua ainda curta trajetória. Mas o que sobressai desse argumento parece ser a impossibilidade de se escapar do modelo de exploração do planeta ao qual estamos adaptados, e que as forças favoráveis ao acúmulo do capital vão sendo reorientadas no sentido de tornar mais palatáveis os seus discursos, encampando cada vez mais esferas semânticas de valores ambientais, de forma a naturalizarem as contradições que carregam.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir da leitura desses quatro textos foi possível evidenciar, pela síntese que ofereceram, o caráter de instrumentalização da natureza que o conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável têm. As orientações mais contundentes em que o discurso da sustentabilidade se enquadra poderiam ser alocadas em um contínuo, que iria desde o conceito em sua acepção ambiental, até um outro extremo, na acepção econômica, sendo que o suposto ponto de convergência desses extremos seria o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a questão fundamental 'sustentabilidade', que já despertava abordagens críticas desde seus primeiros momentos na vida pública mundial, iniciada a partir da expressão 'desenvolvimento sustentável', esse discurso e dispositivo, prossegue em seu curso de polissemia. O conceito ora pendula em direção a campos semânticos relacionados ao meio ambiente, e ora pendula, com duração maior nesse pendular (pelo que os textos do corpus de mídia e a literatura crítica têm apontado), nos campos semânticos tecnologizados de instâncias institucionais, órgãos e subdivisões em corporações, bem como na instrumentalidade econômica e financeira em que o termo pode se inscrever.

A literatura selecionada para esta análise panorâmica de discursos da sustentabilidade no ambiente acadêmico indica, ainda que de maneira despretensiosa quanto a este aspecto, uma carga considerável e deveras especializada de investimento em práticas discursivas em diversos níveis, apontando para uma latente institucionalização desses conceitos. E essa institucionalização traz consigo o pacote tácito de uma acomodação, ou uma 'domesticação' e uma comodificação do conceito de sustentabilidade e seus lexemas, apontando para uma conseqüente perda de sua aura de ruptura, e esvaziando o debate acerca de outras formas para a humanidade de ser e estar no mundo.

E seja como dispositivo, armadilha tautológica, enunciado, recurso retórico, ou conceito político-normativo, fica evidenciada a enorme complexidade do conceito de sustentabilidade nesse pequeno recorte feito na produção acadêmica. E essa complexidade tende a se multiplicar na medida em que outros textos e discursos do universo acadêmico forem considerados, pois já é possível perceber uma certa acomodação dessa complexidade, produzindo uma naturalização que destitui a sustentabilidade de uma dinâmica conceitual ainda não pacificada. E ainda que de maneira bastante tardia nessa discussão, resta mencionar outras abordagens a serem exploradas e compreendidas adiante, como a de culturas regenerativas (WAHL, 2020), com as quais tivemos contato recentemente, e que já trabalham em outra perspectiva, não mais de 'corrigir' a rota da sustentabilidade, mas superá-la de todo, em nome de algo mais profundo e impactante. Nesse caso,

a crise de um conceito reconhecidamente indefensável parece estar resolvida... O debate está colocado!

## REFERÊNCIAS

- FAIRCLOUGH, Norman. (2010). *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. Harlow: Longman.
- FAIRCLOUGH, Norman. (2006) *Language and Globalization*. London: Routledge.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. (Organização de tradução de Izabel Magalhães). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- HARVEY, David. *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.
- MACHADO, V. F. A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo a Rio 92. In: *III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Brasília: UNB, 2006. (Comunicação).
- MISOCZKY, Maria Ceci; BÖHN, Steffen. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. In: *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, nº 3, artigo 5, Rio de Janeiro, Setembro, 2012. pp. 546–568.
- NASCIMENTO, E. Pinheiro. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, pp. 51-64.
- SILVIA, Noêmia F. Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável. Tese de Doutorado em Comunicação. Brasília: UNB, 2017.
- WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WILLIAMS, R. *Keywords: A vocabulary of culture and society*. London: Fontana Press, 1988.
- WAHL, Daniel Christian. *Design de Culturas Regenerativas - 2ª edição* – Rio de Janeiro: Bambual Editora, 2020.

## **A palavra-chave sustentabilidade nas mídias digitais na pandemia: 'renascimento' de um conceito em crise?**

*Keyword sustainability in digital media in the pandemic: the  
'rebirth' of a concept in crisis?*

SANTOS, Yara V.

*Graduanda em Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal de São João del-Rei, e-mail: vilelayara24@gmail.com*

CAETANO, Paulo Henrique

*Doutor, Professor Associado da Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Comunicação Social, e-mail: phcaetano@ufs.edu.br*

### **RESUMO**

A partir da provocação do Grupo de Trabalho "Sustentabilidade: um conceito em crise", este artigo apresenta os primeiros movimentos do projeto de Iniciação Científica intitulado "O 'renascimento' da sustentabilidade na pandemia: análise crítica do discurso de mídias digitais", em desenvolvimento entre setembro de 2021 e agosto de 2022. Neste momento introdutório da pesquisa, sintetizamos o referencial teórico e metodológico do trabalho, baseado na Análise Crítica do Discurso, e apresentamos as primeiras impressões quanto a conteúdos textuais coletados a partir de navegadores midiáticos que correlacionaram a pandemia e a sustentabilidade. Ainda que haja um contexto renovado de ocorrência da palavra-chave na pandemia, as primeiras tendências já notadas no corpus ainda apontam para as mesmas orientações observadas em pesquisas anteriores, isso é, de uma colonização da sustentabilidade majoritariamente pelos discursos do campo da economia.

**PALAVRAS-CHAVE:** renascimento da sustentabilidade, sustentabilidade na pandemia, sustentabilidade, Análise Crítica do Discurso, mídias digitais.

### **ABSTRACT**

*As an answer to the Working Group "Sustainability: a concept in crisis", this article presents the first movements of the Scientific Initiation project entitled "The 'rebirth' of sustainability in pandemic: critical discourse analysis of digital media", under development between September 2021 and August 2022. In this introductory moment of the research, we summarize the theoretical and methodological framework of the work, based on Critical Discourse Analysis, and present first impressions regarding the corpus already collected and some text samples for comment. Although there is a renewed context of occurrence of the keyword in pandemic, the first trends already noticed in the corpus still point to the same guidelines observed in previous researches, of a colonization of sustainability mostly by the discourses of the field of economics.*

**KEY-WORDS:** *the rebirth of sustainability, sustainability in the pandemic, keyword sustainability, Critical Discourse Analysis, digital media.*

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a primeira fase do projeto de Iniciação Científica iniciado em setembro de 2021, em fase de finalização de coleta de corpus e primeiras inferências. O projeto é parte de uma série de outras pesquisas análogas, sob a orientação do mesmo pesquisador, cuja preocupação na última década tem sido de descrever a ‘jornada’ contemporânea da palavra-chave sustentabilidade em diversos contextos discursivos da mídia. Replica-se parcialmente a metodologia de pesquisas anteriores, a partir da coleta textual presente nos sites de busca, porém agora com foco no comportamento da sustentabilidade no contexto da pandemia, dado o ineditismo do momento e os desafios colocados em diferentes aspectos da existência. Esse novo fenômeno social, e também discursivo, de relevância incalculável para a vida humana contemporânea, o qual atravessa praticamente, e simultaneamente, todos povos e culturas do mundo, a pandemia, tem impulsionado diversas mudanças, inclusive no próprio conceito de sustentabilidade. Já é possível verificar, dentro das arenas discursivas que tratam da pandemia, uma emergência de argumentos que tomam a sustentabilidade como estratégica para o futuro das sociedades, dotando essa palavra-chave de outros contornos semânticos, aparentemente menos determinados pelos aspectos econômicos que têm predominado seu uso em tempos recentes.

Pensando de forma mais abrangente sobre o fenômeno da pandemia e seu impacto para o comportamento humano, Ailton Krenak (2020, p. 14), sem mencionar o conceito de sustentabilidade, observa que “as mudanças já estão em gestação”, e que “não podemos voltar àquele ritmo, ligar todos os carros, todas as máquinas ao mesmo tempo.” Nessa mesma linha, Boaventura de Sousa Santos (2020, p. 32) prevê que, “se a vida humana continuar a pôr em causa e a destruir todas as outras vidas de que é feito o planeta Terra, é de esperar que essas outras vidas se defendam da agressão causada pela vida humana e o façam por formas cada vez mais letais”, indicando a perpetuação de um trágico ciclo, na qual “o futuro desta quarentena será um curto intervalo antes das quarentenas futuras” (2020, p.32). O que parece estar colocado como saída para esse cenário seria, de certa maneira, o conceito mais profundo e óbvio de sustentabilidade, jamais atingido e até o momento desgastado e usurpado por diferentes abordagens, quase sempre determinado pelos processos de modificação da natureza.

Quanto aos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, esses têm permeado discussões críticas em áreas das mais diversas, denotando justamente certa crise conceitual, à qual este Grupo de Trabalho se refere, sendo que no contexto da pandemia tem sido possível registrar novas ‘frentes’ semânticas que vão se abrindo, na medida em que a sustentabilidade passa a ser

evocada como solução para um futuro imprevisível.

O próprio léxico da pandemia já apresenta flutuações contextuais, desde março de 2020, quando esse novo ente passou a fazer parte da rotina das arenas discursivas de todo o planeta, com uma série de questões linguageiras ainda se consolidando, principalmente nas mídias com produção ao vivo, como TV, rádio e redes sociais, com as expressões e conceitos operativos para o quadro da pandemia passando por uma série de fases, dependendo da gravidade de cada momento e da própria interpretação social dos fatos. Enquanto os números da pandemia vão sendo atualizados, também vão aumentando os processos comunicacionais, as discussões sobre soluções em diferentes níveis e capacidades.

Nesse bojo, argumentos como o de Mike Davis (2020, p.12), de que “a globalização capitalista parece agora biologicamente insustentável na ausência de uma verdadeira infraestrutura de saúde pública internacional”, revelam em parte esse momento de reconfiguração do pensamento contemporâneo, quando a negligência quanto às questões ambientais fica latente no cenário da pandemia. No mesmo tom, David Harvey (2020, p. 15) postula que “o capital modifica as condições ambientais de sua própria reprodução, mas o faz num contexto de consequências não intencionais (como as mudanças climáticas)”, afirmando que “não existe um verdadeiro desastre natural”, e que “as circunstâncias nas quais uma mutação [do vírus] se torna uma ameaça à vida dependem das ações humanas.”

Santos (2020, p.13), reconhecendo esse cenário de instabilidade social e discursiva, enfatiza que “a pandemia confere à realidade uma liberdade caótica, e qualquer tentativa de a aprisionar analiticamente está condenada ao fracasso, dado que a realidade vai sempre adiante do que pensamos ou sentimos sobre ela”. Ou seja, “teorizar ou escrever sobre ela é pôr as nossas categorias e a nossa linguagem à beira do abismo.” Pensando na confluência entre a sustentabilidade e os contextos discursivos da pandemia, é natural concordar que “a crise climática não suscita uma resposta dramática e de emergência como a que a pandemia está a provocar” (SANTOS, p.22). Tal consideração permite concluir que “o pior é que enquanto a crise da pandemia pode ser de algum modo revertida ou controlada, a crise ecológica já é irreversível e agora há apenas que procurar mitigá-la”, sendo que “a pandemia do coronavírus é uma manifestação entre muitas do modelo de sociedade que se começou a impor globalmente a partir do século XVII”, que seria “o modelo que está hoje a conduzir a humanidade a uma situação de catástrofe ecológica” (SANTOS, 2020, p. 23).

De forma irrefutável, a pandemia já se constituiu, em poucos meses e de forma contumaz, como

um dos fenômenos mais marcantes na vida humana em todo o planeta. E a comunicação, em suas diferentes modalidades, meios e contextos, tem sido uma das atividades de maior valor estratégico para o enfrentamento do problema, sendo desafiada em seus limites a cada instante. Os usos da língua e as tecnologias discursivas vão se tornando pivotais na organização da sociedade em sua reação contra o Coronavírus em todas as dimensões nas quais a pandemia incide.

Na medida em que se dá a produção, distribuição e consumo de informações a partir dos meios de comunicação de massa (cf. FAIRCLOUGH, 2001 e THOMPSON, 1998), também vão proliferando discursos de diversas ordens, e de diferentes referenciais, de natureza privada ou institucional, dentro das esferas horizontais de comunicação, como as mídias sociais. A própria mídia tradicional, associada à ideia de comunicação de massa, vê-se pautada e orientada pelas mídias sociais, e também se vê nelas incluída sendo que já mantém parte de seus empreendimentos nessa esfera de atuação, com especialistas em blogs, podcasts, Facebook, Twitter, Instagram e outros.

As instituições seguem produzindo documentos, criando setores, formando novas rotinas, realizando atividades remotas, adaptando suas formas de ação, tudo tangido pela questão do Coronavírus, e tudo imerso em campos lexicais vários, em arenas discursiva multifacetárias, que combinam argumentos dos campos da saúde, economia, política, religião, artes, governança, pobreza, esportes, além das questões sociais, que são o pano de fundo. É justamente neste dinâmico cenário de uma pandemia, com uma circulação massiva e incontrolável de informações, com grande dificuldade de apuração e sem espaço para um debate social mais amplo e articulado, que esta proposta de pesquisa se instaurou, procurando analisar, até agosto de 2022, o comportamento dos discursos mais profícuos nas mídias digitais brasileiras com a ótica na frequência e predominância de termos no corpus textual e suas correlações levando em consideração a palavra-chave 'sustentabilidade' e sua reemergência nessas arenas discursivas.

Como exemplo dessa reativação da sustentabilidade e sua produtividade semântica, em busca rápida e não especializada no Google, a partir da expressão de pesquisa "sustentabilidade covid-19", apresentam-se abaixo quatro resultados da primeira página, apenas com seus títulos e subtítulos (ou análogos). É interessante observar a variedade, logo nas primeiras entradas, dos grupos produtores de discursos (FAIRCLOUGH, 2006), com páginas de empresas, organizações não governamentais e veículos de mídia:

1) Portal EcoDebate – Título: "Covid-19 – Os impactos da pandemia sobre a sustentabilidade"; Subtítulo: "A pandemia transformou a rotina de diversas pessoas ao redor do mundo, principalmente em relação à sustentabilidade.

(<https://www.ecodebate.com.br/2020/10/25/covid-19-os-impactos-da-pandemia-sobre-a-sustentabilidade/>)

2) Site AmbScience Engenharia – “Sustentabilidade ambiental em tempos de Covid-19”; Lide: “A pandemia do novo coronavírus tornou o futuro do planeta imprevisível em variados aspectos, com destaque para a área ambiental...”. (<https://ambscience.com/rascunho-automat/>)

3) Site O Eco – Título: “Sobre epidemias e sustentabilidade”; Lide: “O rápido espalhamento do Covid-19 nos remete a uma conversa óbvia, mas ainda obscura para muitos: a intrínseca relação entre sustentabilidade e o surgimento de doenças emergentes”.

(<https://www.oeco.org.br/colunas/sobre-epidemias-e-sustentabilidade/>)

4) Blog Valor Investe – Título: “Covid-19 e sustentabilidade: pelo maior residual possível”; Lide: “Como a pandemia, uma questão de saúde, o “S” do ESG, relacionada com o “E” do ambiental, colocou as economias, as mentes e corações em lockdown e está mudando a nossa maneira de pensar sobre sustentabilidade”.

(<https://valorinveste.globo.com/blogs/sonia-favaretto/post/2020/11/covid-19-e-sustentabilidade-pelo-maior-residual-possivel.ghtml>)

Considerando tal cenário de produção discursiva, o objetivo do projeto ao adotar a palavra-chave ‘sustentabilidade’ tem sido fazer a caracterização de um corpus de pequeno-médio porte para prover, principalmente: i) um levantamento dos grupos produtores de discursos sobre sustentabilidade no contexto da pandemia no Brasil, em termos da intensidade de sua produção e tendências; ii) uma avaliação e análise das inclinações contextuais, colocacionais e semânticas da palavra-chave e de seus possíveis lemas nesses ambientes; e iii) um quadro de classificação das ocorrências da palavra-chave, de acordo com os campos semânticos e práticas sociais aos quais se associam, bem como aos processos de mudanças discursivas dos quais participam. E até mesmo os novos arranjos morfossintáticos ou lexicais da língua podem se tornar objeto dessa caracterização, uma vez que há uma miríade de questões linguísticas, comportamentais e sociais que estão se constituindo no momento. Como dito, novos termos vão surgindo para nomear situações inéditas, instituições vão se adaptando às contingências da pandemia, e todo o sistema da linguagem e da língua vai se articulando formal e funcionalmente com essa dinâmica, o que acontece em sintonia com outros aspectos das práticas sociais (HARVEY, 1996).

Como procedimento metodológico, procuram-se responder na observação do corpus de textos que será coletado, questões como: quais são as palavras e expressões mais comumente encontradas

nos contextos mais imediatos de 'sustentabilidade?'; a que áreas da vida social a palavra-chave é relacionada com maior incidência e criatividade lexical?; como têm se dado os processos de nomeação da realidade social envolvendo a palavra-chave?; como estão configurados os grupos produtores de discursos do corpus?

A Análise Crítica do Discurso foi recorrente como principal referencial teórico e metodológico, com ênfase na Teoria Social do Discurso e, mais especificamente, no quadro teórico-metodológico tridimensional de Norman Fairclough (1989, 1998, 2001, 2003). O foco dentro dessa abordagem é desenvolver uma investigação quanto a práticas discursivas e sociais da linguagem em uso, no corpo de textos escritos publicados na internet. Toda análise é estruturada em termos de três níveis interligados, o texto, as práticas discursivas e as práticas sociais, na busca por comentários que possam conectar propriedades textuais a práticas discursivas e sociais, priorizando o entendimento dos processos de produção desses textos, dos argumentos nos quais eles se fundamentam, e das 'cadeias' discursivas que eles integram. Uma investigação dessa natureza permite desvelar tendências em termos de práticas sociais dos atores produtores de discursos nos textos coletados, podendo pendular entre análises de cunho quantitativo, a partir da observação mais geral do corpus e dos números que ele produziu; e qualitativo, dando sentido aos dados e às questões léxico gramaticais das linhas de concordância, grupos nominais e colocações, quanto às 'relações semânticas' do nódulo 'sustentabilidade' e seus possíveis lexemas, merônimos e hipônimos.

Nesse sentido, podemos recorrer a Fairclough (2003, p. 130-1), para quem "os vocabulários associados a diferentes discursos em um domínio específico da vida social podem ser parcialmente diferentes, mas provavelmente irão se sobrepor substancialmente. Diferentes discursos podem usar as mesmas palavras (...), mas é provável que as usem diferentemente, e é somente observando relações semânticas que podemos identificar essas diferenças". Essa noção de "diferentes discursos" recorrendo a palavras em comum e clamando por uma análise das relações semânticas reforça o argumento em favor do estudo da palavra-chave 'sustentabilidade' nos contextos discursivos da pandemia, pois esta tem sido acessada em inúmeras atividades e campos do conhecimento, expandindo um pouco a sobreposição à qual Fairclough (2003) se refere.

Quanto ao conceito de palavra-chave utilizado em nossa pesquisa, recorreremos a Raymond Williams (1988, p. 15), que explica que tais palavras têm grande importância, pois "ligam certas atividades à sua interpretação" e são também "indicativas de certas formas de pensamento". A palavra-chave 'sustentabilidade', a partir da expressão de busca "sustentabilidade coronavírus", permite a seleção de considerável volume de textos sobre a pandemia, com grande complexidade quanto às

atividades nas quais estão engajados, bem como quanto à sua interpretação e desdobramentos na sociedade.

E dentre diversos aspectos possíveis de serem analisados no novo corpus que está sendo coletado, o fenômeno das colocações, no qual a palavra-chave 'sustentabilidade' é de especial interesse, agora que o contexto discursivo da pandemia está instaurado. E as colocações representam um marco na naturalização de conceitos, uma vez que ao abrir mão de uma construção discursiva como uma expressão reconhecida, há um corpo de sentidos já atrelado à mesma, sem muita abertura para negociação de significado. Essa propriedade da linguagem é parte de um fenômeno mais amplo, a coesão lexical, aspecto analítico que concentra as nossas preocupações com corpo de textos que acionam a palavra-chave 'sustentabilidade' já há algum tempo, e que agora se voltam para o cenário da pandemia.

Acerca da realização da coesão, essa pode se desdobrar na coesão gramatical e na coesão lexical. Segundo Halliday (1994), na coesão lexical, o ponto central de interesse de nossa pesquisa, a preocupação recai sobre as escolhas de palavras, seja por repetição, por palavras relacionadas, por sinonímia (subdividida em hiponímia, meronímia, antonímia), ou por colocações, casos que mais nos interessam. Fairclough, ainda que não faça observações mais sistemáticas sobre a colocação em suas análises (FAIRCLOUGH, 1989; 1995b; 2001a; 2003), menciona a importância das "ligações coesivas colocacionais" entre palavras do "mesmo domínio semântico" (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 220), ou das "relações colocacionais" (*ibidem*, p. 221), definindo-as como "padrões mais ou menos regulares ou habituais de co-ocorrência entre palavras" (FAIRCLOUGH, 2003, p. 213), cuja investigação deve ser complementada por análises em outros níveis. Essas relações colocacionais não são usualmente encontradas em dicionários, como aponta Fairclough (2001a), o que faz da sua observação e interpretação uma função do contato entre escritor ou escritora e leitor ou leitora em textos num dado contexto cultural. O autor advoga pela utilidade da análise de colocações para se compreenderem as diferenças relacionais entre discursos que competem em domínios específicos da vida social, defendendo que a forma mais eficiente para tal é a análise computadorizada de grandes quantidades de textos, mencionando a relevância de alguns trabalhos com corpus (FAIRCLOUGH, 2003).

A proposta agora é, com o novo corpus, mapear e entender melhor a trajetória da palavra-chave 'sustentabilidade' e seus processos colocacionais mais latente nesse novo cenário, bem como esses ditos processos de 'nomeação da realidade social', em um contexto discursivo nacional, fortalecendo análises já iniciadas em outros contextos. E um dos critérios principais nessa coleta, o qual tem sido repetido em todas as pesquisas correlatas, é tentar percorrer os caminhos de grande

parte da população que consulta as ferramentas de busca online, sem recursos de busca especializada e acessos restritos. O intento também é perceber a dimensão algorítmica dessa busca, ou seja, quantos textos nesse critério alcançamos em determinados navegadores digitais, e o quão determinadas pelas relações econômicas e institucionais ela está. Ademais, o projeto foi formulado para ser desenvolvido remotamente e em rede, pois tudo que requer da nossa iniciante em pesquisa é o uso de qualquer computador com acesso à internet, sem demandas técnicas ou materiais que possam onerar e dificultar o andamento dos trabalhos.

Os resultados auxiliarão no aprofundamento crítico das questões vinculadas à circulação de informações na sociedade, a partir do advento da pandemia, na compilação de um corpus relevante de pesquisa com textos de mídias digitais, de tamanho pequeno-médio, contendo a palavra-chave 'sustentabilidade', no contexto da pandemia, que possa também ser compartilhado com outras pesquisas, com mapeamento de ocorrências da palavra-chave, com vistas a identificar e classificar os processos de coesão lexical por colocação e, ainda, na elaboração de uma tabela classificatória desses processos, com a proposição de uma taxonomia em relação às práticas discursivas e sociais dos textos.

## **METODOLOGIA**

De maneira mais detalhada, a metodologia da pesquisa pode ser pensada em dois ângulos, com graus diferentes de abstração. O primeiro deles, mais prático e operacional, tem relação com o manuseio inicial do corpus, a sua preparação, a sua inserção em programas de processamento, a sua descrição e categorização. Esse ângulo, que será o primeiro contato com a pesquisa, está vinculado a métodos e procedimentos da Linguística de Corpus, ou LC (BERBER SARDINHA, 2004; STUBBS, 1996), aliada histórica da Análise Crítica do Discurso, ou ACD (FAIRCLOUGH, 2001; 2003) quando da observação de quantidades maiores de textos. A propósito, é na ACD que temos a ancoragem principal da pesquisa, ponto no qual irá culminar, a partir do quadro teórico-metodológico tridimensional de Fairclough (2001). Tal quadro oferece categorias analíticas em três níveis: do texto, das práticas discursivas e das práticas sociais. Dessa forma, complementares e acessíveis que são, a LC e a ACD são abordagens teóricas e metodológicas com grande potencial para iniciantes em pesquisas com discursos na mídia, pois apresentam espaço para preocupações com a materialidade textual dos discursos, além de prover formas de dimensionar o impacto dos mesmos na realidade social.

Em termos mais tangíveis, serão listados abaixo os principais procedimentos de pesquisa dentro

dessas abordagens, os quais têm contribuído para a obtenção de relevantes resultados em outras pesquisas:

- I) Realização de busca e coleta de textos nos buscadores Bing, Google, Yahoo, Yandex, Ask.com e Duck Duck Do, a partir da expressão de busca “sustentabilidade covid-19”, até a saturação de 100 textos (cf. BAUER e AARTS, 2004), todos necessariamente contendo a palavra-chave ‘sustentabilidade’ e relacionados ao contexto brasileiro;
- II) Arquivamento e etiquetagem de cada texto, copiando suas informações técnicas, como endereço eletrônico, veículo ou instituição da publicação, a ferramenta de busca utilizada;
- III) Compilação dos 100 textos em um único arquivo, isolando entre parênteses angulares < > as informações paratextuais de cada texto, para que não sejam processadas com o conteúdo dos textos quando do processamento eletrônico;
- IV) Processamento via programa concordanciador eletrônico gratuito *WordSmith Tools 6* (SCOTT, 2005), com obtenção de listas de palavras, listas de colocados, linhas de concordância, informações globais sobre o corpus;
- V) Conferência manual e leitura dos textos do corpus, com eliminação de erros de contabilização de dados e de ocorrências sobrepostas;
- VI) Classificação inicial das ocorrências e depuração dos processos latentes e não latentes de colocação. Nessa fase é previsível que se abra mão de outras expressões de busca conjugadas com ‘sustentabilidade’, pois o corpus inicial aponta indícios que são importantes de serem acompanhados;
- VII) Desenvolvimento de um quadro classificatório das ocorrências, provendo as características institucionais de cada caso, possibilitando uma contextualização de processos de institucionalização de discursos tematizando a pandemia;
- VIII) Confeção de agrupamentos a partir das práticas sociais de cada processo de nomeação da realidade social, buscando aproximar movimentos discursivos análogos ou complementares;
- IX) Organização dos resultados e balanço das análises em forma de quadros, tabelas e apresentações públicas, para servirem de apoio ao material crítico redigido para os artigos e relatórios;
- X) Arquivamento de todo o material de pesquisa em um arquivo repositório único, para formar um

corpo de pesquisas e servir de subsídio para outros investimentos dessa natureza.

## RESULTADOS OBTIDOS NA FASE INICIAL DE PESQUISA

Com vistas à participação no 2º Simpósio Internacional em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, foi preparado um estudo-piloto contendo as informações gerais sobre o corpus de pesquisa coletado, com a seleção de alguns exemplos para uma discussão preliminar no Simpósio. A partir do processamento do corpus no programa *WordSmith Tools 6*, o primeiro elemento a ser discutido é a lista de palavras, que traz os dados gerais e estatísticas sobre o corpus, bem como a classificação das palavras em termos de sua ocorrência numérica no corpus ou em ordem alfabética, possibilitando as primeiras incursões descritivas e analíticas. Eis as primeiras observações:

- a. Ao todo foram processadas 82.179 palavras, chamadas de *tokens* na Linguística de Corpus, das quais 10.098, chamadas de *types*, tendo uma proporção de 12,4 *types* por *token*;
- b. Isolando as preposições, artigos, palavras de conteúdo gramatical e numerais da língua, as palavras mais frequentes foram: <sustentabilidade>, que ocorreu 486 vezes; <não>, com 446 vezes; <pandemia>, com 371 ocorrências, e <empresas>, com 242. Na sequência estão: <meio>, 219; <ambiente>, 214; <mundo>, 201; <sustentável>, 189; <Brasil>, 164; <consumo>, 158; e <ambiental>, com 157 ocorrências.
- c. No que tange à Lista de Palavras organizada por ordem alfabética, a primeira palavra, que na verdade caracteriza-se como símbolo, deu-se pela *hashtag* (na Lista de Palavras com o símbolo #) com 1.211 aparições, em oitavo lugar na lista por frequência;
- d. Analisando as palavras frequentes do item b, tem-se com mais atenção a quantidade de aparições do termo empresas, trinta e três palavras (contando aqui preposições e artigos) acima de Coronavírus na lista. E essa primeira observação do corpus a partir da ferramenta do *WordSmith Tools 6* já permite complementar algumas percepções e insights que tivemos durante a coleta do corpus;
- e. Observou-se significativa incidência de manchetes que colocam o Coronavírus como "impulsionador" da sustentabilidade;
- f. Há uma grande quantidade textos obtidos nos navegadores, principalmente Bing, Yandex e páginas avançadas do Google - ou seja, que não as primeiras páginas obtidas -, em sites de institucionais, muitas vezes promovendo as próprias empresas;

g. Em certos sites<sup>1</sup> jornalísticos com diferentes editoriais, muitos textos estavam presentes nos editoriais econômicos ao invés dos editoriais de meio ambiente, levando em consideração o termo sustentabilidade, ou de saúde, levando em consideração os termos pandemia, Covid e Coronavírus.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As análises realizadas neste estudo preliminar demonstram que mesmo com o renascimento da questão da sustentabilidade com a chegada da pandemia, as verdadeiras problemáticas que interferem na busca pela não extinção dos recursos que a Terra proporciona aos seres humanos não estão, muitas vezes, sendo evidenciadas e discutidas nas mídias digitais. Essa questão fica cada vez mais acentuada dentro do modelo de apropriação capitalista do desenvolvimento sustentável. Isto é, mesmo que as próprias lógicas do sistema capitalista sejam um dos maiores culpados pelos problemas ambientais do mundo, existe um grande esforço de grandes empresas e indústrias de desvincular sua imagem pública de desastres ecossistêmicos, colocando-se assim como instituições sustentáveis.

Além disso, muitas vezes as substituições “*eco-friendly*”<sup>2</sup> auxiliam companhias financeiramente, aliando a sustentabilidade ao lucro. Todavia, a própria existência do capitalismo, por ter características muito peculiares, como a obtenção de lucro e a acumulação de riquezas, a predominância da propriedade privada, divisão de classes e exploração do trabalho, a exploração da natureza e dos recursos naturais, e da desigualdade social surge como obstáculo para se alcançar um modo de vida que possa ser considerado sustentável<sup>3</sup>. As observações obtidas evidenciaram a necessidade de um crescente tensionamento crítico do combalido conceito de sustentabilidade, o qual tem sido reiteradamente ativado no contexto da pandemia como a solução de problemas dessa natureza. No entanto, parece haver já um novo desgaste conjuntural e semântico, e segundo Marlova Jovchelovitch Noletto, representante da Unesco, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU não serão concluídos até 2030 em decorrência do “aumento da pobreza, do racismo, de uma iminente catástrofe educacional”. Ou seja, uma cadeia de problemas de natureza conceitual como a faceta discursiva das grandes questões sociais.

Por outro lado, a volta da discussão do desenvolvimento sustentável pode ainda contribuir para a

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que alguns textos não foram agregados ao corpus pela impossibilidade de copiar e transferir o texto.

<sup>2</sup> *Eco-friendly* é um termo em inglês cuja tradução significa “amigável ao meio ambiente”. Em outros termos, *eco-friendly* se refere a algo que não causa danos socioambientais ou tem impactos reduzidos em comparação a um produto, evento, situação ou postura equivalente. Fonte: <https://www.ecycle.com.br/eco-friendly/>.

<sup>3</sup> LIBERAL, Graciele Dalla; CALGARO, Cleide; ROCHA, Leonel Severo. *A Insustentável Sustentabilidade do Capitalismo*. *Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, Santo Ângelo, v.20. n. 38, p. 138-139, set/dez. 2020.

garantia de algumas pautas importantes, mesmo que apropriado por grandes empresas, uma vez que há uma sobreposição da pandemia com outras emergências ambientais. Apenas nos últimos dez anos tivemos significantes queimadas florestais na Austrália, na Indonésia, na Europa, Nos Estados Unidos, no continente africano e no Brasil, sendo um dos incêndios responsáveis por destruir boa parte do pantanal, além do rompimento de barragens, como a de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, despejo de óleo no litoral, inundações no Brasil e no mundo, extinção de diversos animais e mudanças climáticas, levando ao calor e frio extremo. Ainda que essas pautas acima não sejam prioridades da pesquisa, todo esse contexto descrito reforça a tendência que já temos observado, de que mesmo com o renascimento da sustentabilidade na pandemia, pouco tem sido feito em termos estruturantes para garantir quaisquer projetos coletivos de futuro.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. *A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos*. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 39- 63.

BERBER-SARDINHA, T. *Linguística de corpus*. São Paulo: Manole, 2004. DAVIS, Mike. “A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo”. In: DAVIS, Mike *et al.* *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. DEOCLECIO, Carlos Eduardo. “‘O’ Covid-19 ou ‘A’ Covid-19? Fatos linguísticos em tempos de pandemia”. Blog da Parábola Editorial, 03/04/2020. Disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/o-covid-19-ou-a-covid-19> (Acesso em 02/05/2020)

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Globalization*. London: Routledge, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. (Organização de tradução de Izabel Magalhães). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1984.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*. London: Edward Arnold, 1978. HARVEY, David. “Política anticapitalista em tempos de COVID-19”. In: DAVIS, Mike *et al.* *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

HARVEY, David. *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SCOTT, Mike. *WordSmith Tools*. Oxford University Press, 2005.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. (Trad. Wagner Oliveira Brandão). Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Trad. Carmen Grisci et al. Petrópolis: Vozes, 1995. TRAQUINA, Nelson. *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, R. *Keywords: A vocabulary of culture and society*. London: Fontana Press, 1988. WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 6.ed. Lisboa: Presença, 2001.

LIBERAL, Graciele Dalla; CALGARO, Cleide; ROCHA, Leonel Severo. *A Insustentável Sustentabilidade do Capitalismo*. *Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, Santo Ângelo, v.20. n. 38, p. 138-139, set/dez. 2020.

## **Geografia das emoções: aspectos da sustentabilidade trazidos pela experiência da cidade**

*Geography of emotions: sustainability aspects raised by the experience of the city*

CARVALHO, Álvaro Pierre de

*Licenciado em Geografia e Mestrando no programa de pós-graduação interdisciplinar em Artes, Urbanidade e Sustentabilidade - PIPAUS/UFSJ, alvarocarvalhoadm@gmail.com*

CORGHI, Fernanda Nascimento

*Doutora em Engenharia Civil, docente do departamento de Arquitetura e Urbanismo e Artes Aplicadas - DAUAP/UFSJ e do programa de pós-graduação interdisciplinar em Artes, Urbanidade e Sustentabilidade - PIPAUS/UFSJ, corgho@ufs.edu.br*

CHAGAS, Luciana Beatriz

*Doutora em Artes Visuais, docente do departamento de Arquitetura e Urbanismo e Artes Aplicadas - DAUAP/UFSJ e do programa de pós-graduação interdisciplinar em Artes, Urbanidade e Sustentabilidade - PIPAUS/UFSJ, lbchagas@ufs.edu.br*

### **RESUMO**

Este artigo pretende refletir sobre a relação entre a experiência da cidade e alguns aspectos do conceito de sustentabilidade, tendo como fio condutor a Geografia das Emoções. É descrito um relato de experiência na cidade de Ipatinga (MG), em que o autor Álvaro Carvalho revisita locais de memória pessoal e de vivências afetivas, cartografando esses espaços e colhendo registros carregados de subjetividade. A partir dessa prática, apoiada pelas reflexões teóricas, pretende-se fazer uma conexão metafórica com o processo criativo da prática artística "Caminho de Vagalume", que consiste em uma imagem fotográfica produzida a partir da visita inesperada de um vagalume no quarto do autor. Esse acontecimento fortuito provocou questionamentos relacionados ao conceito de invasão de território, invertendo os sujeitos dessa invasão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia das Emoções, sustentabilidade, experiência, cidade.

### **ABSTRACT**

*This article intends to reflect on the relationship between the experience of the city and some aspects of the concept of sustainability, based on the Geography of Emotions. It describes an experience report in the city of Ipatinga (MG), in which the author Álvaro Carvalho revisits places of personal memory and affective experiences, cartographing these spaces and collecting records loaded with subjectivity. From this practice, supported by theoretical reflections, it intends to make a metaphorical connection with the creative process of the artistic practice "Caminho de vagalume", which consists in a picture produced from the unexpected visit of a firefly in the author's bedroom. This fortuitous event raised questions about the concept of territorial invasion, inverting the individuals of this invasion.*

**KEY-WORDS:** *Geography of Emotions, sustainability, experience, city.*

## **1 INTRODUÇÃO**

As pessoas estabelecem relações cotidianas com os espaços que habitam e que ocupam. Essas relações normalmente são encaradas sob um ponto de vista objetivo, considerando as alterações e mudanças físicas que foram realizadas ao longo dos anos, o que muitas vezes deixa as subjetividades de fora.

A Geografia também possuiu, por muito tempo, um caráter mais objetivo, levando em conta as características físicas do espaço, cartografando e catalogando aquilo que era visível. Ao longo do tempo essa percepção foi se modificando, através de um olhar sensível sobre o espaço geográfico, levando em consideração as subjetividades e surgindo novos ramos, como a chamada Geografia das Emoções.

A subjetividade também entrou em outras áreas, como no conceito de sustentabilidade defendido por Guattari (1990), mostrando que além das forças visíveis, a sensibilidade faz parte desse fenômeno.

Nesse sentido, levando em conta a futura parte prática (ou prática artística) que compõe a dissertação do mestrado no Pipaus (Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade) da Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ, a qual o autor Álvaro Carvalho é vinculado, é descrito um relato de experiência pela cidade e de uma prática artística fotográfica, que possibilitou tecer conexões entre os referenciais teóricos com a temática da Geografia das Emoções, experiência e sustentabilidade.

## **2 GEOGRAFIA DAS EMOÇÕES: ASPECTOS DA SUSTENTABILIDADE TRAZIDOS PELA EXPERIÊNCIA DA CIDADE**

### **Geografia das Emoções e a experiência**

As relações entre as pessoas e os espaços pode dar-se de várias maneiras, levando em consideração a intensidade dessas interações, como questões subjetivas e como as emoções são suscitadas a partir dessas experiências.

Larrosa (2002, p.21), define a experiência como “o que nos passa, o que nos acontece, e o que nos toca”. A experiência é, portanto, uma possibilidade, é um encontro, uma relação com algo que se experimenta, que se prova.

Para o autor, é necessário dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E, para que isso ocorra, é necessário dar uma pausa: parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, olhar e escutar mais

devagar, parar para sentir e sentir mais devagar, “aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço” (LARROSA, 2002, p.24).

O geógrafo Yi-Fu Tuan (2018) trabalha também com o conceito de experiência, aliado ou aliando-o ao conceito de lugar, iniciando daqueles mais próximos às pessoas ao mais distante, exemplificando as experiências com a casa, com a cidade, com a vizinhança e região e, por fim, com a nação-estado.

E assim como a experiência de Larossa (2002), o lugar para Tuan (2011) também é uma pausa. Ele afirma que o lugar é uma pausa no movimento, ou seja, “a pausa que permite a localização para tornar o lugar o centro de significados que organiza o espaço do entorno” (TUAN, 2011, p. 12).

Para Tuan (2015), as multiplicidades de lugares são legitimadas pela experiência, incluindo aí a cidade e sua urbanidade. A experiência torna-se então um termo geral para designar vários modos que uma pessoa conhece o mundo, e pode se dar de maneira ativa ou passiva.

Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização (TUAN, 2015, p.9).

Nesse sentido, Tuan (2018) relata que as emoções dão colorido a toda a experiência humana. Da mesma maneira, Silva (2019) aponta que as emoções são elementos relevantes para a expressividade, permitindo construir sentimentos espaciais e aliar ao espaço em que está inserido.

Essas relações entre emoções e sentimentos ao espaço físico, também denominado espaço relacional, é trabalhada na chamada Geografia das Emoções. Silva (2019, p.83), aponta que a Geografia das Emoções é uma área que considera as emoções das pessoas e como estas refletem e criam o espaço geográfico.

Tendo como foco de análise as experiências emocionais relacionadas ao espaço geográfico, aos lugares, às paisagens, aos territórios, a Geografia das Emoções busca evidenciar a subjetividade da vida humana na construção de seu espaço vivenciado, propondo pensar que nossas emoções constroem espacialidades (SILVA, 2019, p.83).

Andreotti (2013), relata que a Geografia das Emoções faz parte da corrente humanista dentro da ciência geográfica, e a conceitua como uma área que “favorece atenção às emoções, aos sentimentos

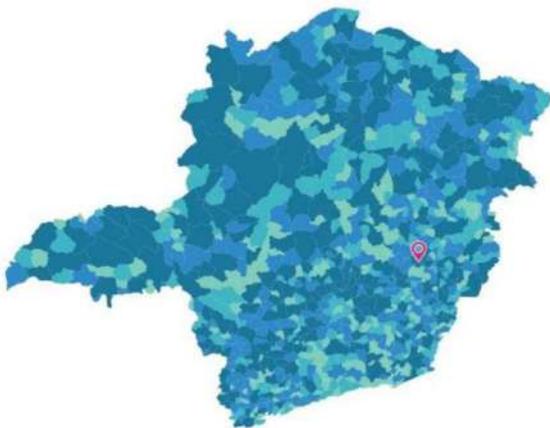
e às sensações como fontes de conhecimentos e representações da superfície da Terra” (ANDREOTTI, 2013, p.99), sendo um contraponto à racionalidade científica predominantemente vigente.

### Relato de uma experiência pela cidade

A pandemia da Covid-19 trouxe mudanças significativas na vida das pessoas. Algumas mudanças de forma temporária, outras aparentemente de forma definitiva. Desde o mês de março de 2020, quando foi decretada a situação de calamidade no Brasil, incluindo o fechamento de comércios e escolas, além da prática do lockdown em muitas cidades, a vida cotidiana a que estávamos acostumados se desfez.

O estar em casa teve outra dimensão. O olhar para a cidade se revelou sob uma nova perspectiva. As distâncias não mais percorridas tornaram-se uma grande lembrança. Viajar não era mais possível, e assim permaneceu por um longo período, até a abertura gradual de algumas cidades ao turismo.

Nesse cenário, e já levando em conta algumas reflexões sobre as referências bibliográficas aqui expostas, o relato de experiência exposto a seguir foi realizado pelo autor Álvaro Carvalho.



**Figura 1: Localização da cidade de Ipatinga em MG.**  
Fonte: IBGE Cidades.



**Figura 2: Localização do bairro Bethânia em Ipatinga/MG.**  
Fonte: Prefeitura Municipal de Ipatinga.

Planejei realizar uma excursão em minha cidade, mais especificamente no meu bairro (Bairro Bethânia) e nas quatro casas que residi em minha vida. Para essa trajetória, defini fazê-la de bicicleta, visto que este tem sido meu meio de locomoção oficial nos últimos três anos, quando me desfiz do carro. O andar de bicicleta pela cidade acaba por aguçar alguns sentidos, e propicia uma nova perspectiva sobre o espaço urbano, que o veículo automotor acaba por bloquear. Além disso, é uma forma sustentável de locomoção e de se fazer presente na cidade.

Definida a trajetória e o meio de locomoção, permiti vivenciar a experiência conforme Larrosa (2002) propõe. Afinal, para o autor, o sujeito da experiência se define por sua abertura, acrescentando que o

“saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal” (LARROSA, 2002, p.27).

Parti da minha atual residência (ponto 1 no mapa) até a primeira casa onde residi (ponto 2), e apesar de não possuir memórias e lembranças do lugar, possuo duas fotos de recordação. Ao chegar no local, não encontrei mais a casa, e sim um terreno baldio com cercas de madeira e arame e uma placa com os seguintes dizeres “propriedade privada, não entre”. Apesar de não ter mais o espaço físico, a fotografia estava ali para relembrar o que antes fora uma casa. Uma fotografia tirada ainda nos tempos de criança, possivelmente no quintal, de um tempo que se passou e de um lugar que não mais existe. O plano físico não permite que eu entre naquele lugar, mas no plano das lembranças (representado pela fotografia) há a possibilidade que eu retorne àquele lugar quantas vezes forem necessárias, sempre que eu precisar.



Figura 3: Trajetória realizada na cidade de Ipatinga/MG.

Fonte: Álvaro Carvalho, 2021.

Logo em seguida parti em direção ao ponto 3, uma casa que residi ainda quando criança e que possuo pouquíssimas lembranças, e não há fotografias para relembrar. Esse ponto foi apenas de passagem, e não consegui vincular experiências ao local. Um verdadeiro não-lugar <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Conceito criado por Marc Augé (1994, p.73), para representar espaços criados na supermodernidade, que não podem “se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico”.

A última parada foi no ponto 4, o penúltimo local onde residi, o apartamento 101, e que passei a maior parte da minha infância e parte da adolescência. Local onde há muitas memórias, muitas lembranças, muitas fotografias, muitos eventos importantes da vida, principalmente pelo nascimento da minha irmã (que também passou grande parte da infância nesse local). Mexendo nos álbuns antigos, deparei com essa fotografia de um aniversário dela, aparentemente de 1 ano. Revisitei aquela foto, observando atentamente os rostos das pessoas, identificando cada uma. Uma cena de 27 anos atrás, mas que aqueceu meu coração.

Finalizo a minha excursão retornando para minha atual casa, que resido há aproximadamente 20 anos, e que passei parte da minha adolescência e da vida adulta até então. Entre pontos positivos e negativos, as memórias ruins prevalecem, diante dos problemas e situações que ocorreram todo este tempo neste lugar.

Estas memórias, percepções, lembranças e devaneios a respeito da casa, em específico, vem de encontro ao que propõe Bachelard (1993, p.201) em seu estudo sobre a intimidade do espaço interior. Para ele, “a casa é o nosso canto do mundo (...) o nosso primeiro universo” (BACHELARD, 1999, p. 200), e acrescenta:

Assim, a casa não vive somente o dia-a-dia, no fio de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. (...) voltam as lembranças das antigas moradias, viajamos até o país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos revivendo lembranças de proteção. Alguma coisa fechada deve guardar as lembranças deixando-lhes seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca terão a mesma tonalidade das lembranças da casa.. Evocando as lembranças da casa, acrescentamos valores de sonho; nunca somos verdadeiros historiadores, somos sempre um pouco poetas e nossa emoção traduz apenas, quem sabe, a poesia perdida (BACHELARD, 1993, p.201).

Tuan (2018), também aborda a casa como um lugar, declarando que o lar é um abrigo acolhedor, e o local onde as pessoas podem admitir suas fraquezas e necessidades, de forma aberta e confortável. Ele ainda relata que a casa é onde começa e termina a vida, é um local de retorno.

Permaneço refletindo e pensando tanto no referencial teórico quanto na prática de vivência da experiência e das relações com a casa e com o espaço. Em outro dia, caminhando na cidade, mas fora do meu roteiro já descrito anteriormente, me deparo com uma pichação realizada no muro de uma grande rede de supermercados (Figura 4): “saudade do campinho”.



**Figura 4: Pichação em um muro de supermercado na cidade de Ipatinga/MG.**  
**Fonte: Álvaro Carvalho, 2021.**

Embora seja uma pichação anônima, fica claro que o recado ali alocado faz uma referência ao espaço subjetivo estabelecido entre essa pessoa e aquele lugar, e que diante de uma ocupação do local restaram apenas as lembranças, o afeto, as memórias e um desabafo em forma de tinta.

### **Caminho de vagalume e a sustentabilidade**

Durante esse processo de reflexão, ocorre uma situação inusitada vivenciada pelo autor Álvaro Carvalho, a qual intitula artisticamente como “Caminho de Vagalume”.

Certa noite, já pronto para deitar, vejo uma luz invadindo o meu quarto, e quando percebo um vagalume invadiu o meu espaço e me presenteou com seu caminho iluminado. Ele dá algumas voltas no quarto, fica em seu intermitente tracejado de luz. Aproveito esse momento e capturo parte de sua trajetória no escuro, através de uma fotografia de longa exposição (Figura 5).

Após esse momento de encontro, fico pensando sobre a questão da sustentabilidade, sobre a poluição luminosa e o impacto nos insetos e, sobretudo, na relação entre ser humano e os espaços, me questionando sobre quem teria feito a invasão: ele quem invadiu o meu espaço atual ou nós (humanos) que invadimos os espaços deles há muito tempo?

A poluição luminosa é um problema bem atual e que impacta diretamente o meio ambiente e ecossistemas inteiros. Segundo dados levantados por Falchi et al (2016), o Brasil ocupa o 7º lugar na

relação entre poluição luminosa e população, dentre os países do G20 (grupo formado pelas 20 maiores economias do mundo). E essa poluição vem crescendo ao ritmo de 2,2% ao ano, fruto do crescente desenvolvimento e da necessidade de aumento da iluminação artificial (KYBA et al, 2017). Especificamente relacionado aos insetos, essa poluição luminosa causa principalmente desorientação, e prejudica a comunicação entre eles até mesmo na reprodução, incluindo aí os vagalumes (LA BANCA, 2021).



**Figura 5: Fotografia em longa exposição, mostrando o rastro do vagalume.**  
**Fonte: Álvaro Carvalho, 2021.**

Essa relação entre ser humano e natureza e, principalmente, abordando sobre sustentabilidade, é comentada por D'ambrosio (2011). Ele traz a Declaração feita em 2004 pela organização não-governamental International Network of Scientists and Engineers for Global Responsibility - INES, que reconhece que o conceito de sustentabilidade é baseado em valores e em um sistema de conhecimentos que deve focalizar harmonia do ser humano com a natureza e não a dominação do ser

humano sobre a natureza. Embora tenha esse reconhecimento, a prática vista é a corrente que considera o ser humano como dominador da natureza, o que acaba provocando o colapso e desequilíbrio no meio ambiente.

Outro conceito de sustentabilidade é trazido por Boff (2015), que para ele significa:

(...) o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões (BOFF, 2015, p.14).

O autor faz um diagnóstico da situação atual no mundo, e relata que a sustentabilidade “real, verdadeira, efetiva e global, conjugada com o princípio do cuidado e da prevenção” (BOFF, 2015, p.14) se apresenta como uma questão de vida ou morte para o futuro da espécie humana na Terra. E, para alcançar essa sustentabilidade, é necessário refazer o pacto social dos humanos com o pacto natural com a natureza (Mãe Terra ou Gaia, como nomeia o autor), pensar de forma diferenciada, assim como ativar a inteligência cordial, “pois é ela que nos faz sentir parte de um todo maior, que nos dá a percepção da nossa conexão com os demais seres, impulsiona-nos com coragem para as mudanças necessárias” (BOFF, 2015, p.15).



**Figura 6: Fotografia realizada com técnicas de longa exposição e light painting.**  
Fonte: Álvaro Carvalho, 2021.

Guattari (1990), também aborda a questão da sustentabilidade trazendo o conceito da ecosofia e das três ecologias. Para ele, “os modos de vida humano individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração” (GUATTARI, 1990, p.7), de maneira que os desequilíbrios ecológicos ameaçam a vida da superfície da Terra. A ecosofia é então uma articulação ético e política entre os três registros ecológicos: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana. Ou seja, a ecosofia é uma mudança do pensamento, no entendimento que todos vivem em um mesmo espaço, e que o ser humano é parte indissociável do meio ambiente.

A ecologia social é uma maneira de desenvolver práticas específicas para modificar e reinventar maneiras de ser no meio social. O ser-em-grupo deverá ser reconstruído, tanto em escalas microsociais quanto em escalas institucionais maiores. A ecologia mental é uma reinvenção da relação do sujeito com seu corpo, com o intelecto, com seu inconsciente. E a ecologia ambiental refere-se à uma nova maneira de enxergar o meio ambiente, defendido por todos, em uma escala global.

A partir então desses conceitos levantados sobre sustentabilidade e, principalmente, em relação à questão da ecologia mental, que leva em consideração as subjetividades humanas no fazer sustentável; assim como a foto anterior do caminho do vagalume em meu quarto, produzo uma nova fotografia (Figura 6), utilizando também a técnica de longa exposição e de light painting, tendo como fundo algumas casas da minha rua, e escrevo a palavra LAR, remetendo à minha trajetória pelas minhas casas, ao vagalume desnordeado pela poluição luminosa, à Mãe Terra, nosso lar, morada de todos os seres vivos, e que vem sendo destruída pouco a pouco.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Geografia das Emoções surge como uma forma de dar valor às subjetividades que são estabelecidas entre as pessoas e os locais que a cercam. A partir das experiências e vivências, o espaço relacional torna-se mais intenso, com a potência para realizar mudanças na forma de se enxergar o espaço, e nesse contexto, o meio ambiente, com práticas e atitudes sustentáveis.

A subjetividade se faz presente também quando se fala em sustentabilidade, no conceito de ecosofia de Guattari (1990), possibilitando alterar a forma de pensar e do entendimento que todos vivem em um mesmo espaço, que o desequilíbrio ecológico ameaça a vida de todos, e que o ser humano é parte indissociável do meio ambiente.

E a partir do relato de experiência e da prática artística que foi desenvolvida, essas reflexões se tornaram mais intensas, possibilitando um maior entendimento. Serve também como base para futuras propostas, com o objetivo de potencializar as subjetividades e o pensamento sustentável.

#### 4 REFERÊNCIAS

- ANDREOTTI, Giuliana. Geografia emocional e cultural em comparação com a geografia racionalista. In.: HEIDRICH, Álvaro; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (orgs.) Maneiras de ler geografia e cultura. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. p. 98-105.
- AUGÉ, M. Não-lugares: uma introdução a uma antropologia da super modernidade. São Paulo: Papirus, 1994.
- BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é; o que não é. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. A transdisciplinaridade como uma resposta à sustentabilidade. Revista Terceiro Incluído, v. 1, n. 1, p. 1–13, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/14393>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- FALCHI, F. et al. The new world atlas of artificial night sky brightness. Science Advances, v. 2, issue 6, 2016. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.1600377>>. Acesso em: 09 out. 2021.
- GUATTARI, Félix. As três ecologias. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt. 11. ed. Campinas: Papirus, 1990.
- KYBA, C. C. M. et al. Artificially lit surface of Earth at night increasing in radiance and extent. Science Advances, v. 3, issue 11, 2017. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.1701528>>. Acesso em: 09 out. 2021.
- LA BANCA, Sophia. Como a luz artificial afeta o meio ambiente? Youtube, 2 abr. 2021 (16 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pClSqppR9gU>>. Acesso em: 09 out. 2021.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista Brasileira de Educação, n. 19, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/jj/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2021.
- SILVA, Márcia Alves Soares da. Um olhar sensível sobre o espaço geográfico: contribuições da geografia das emoções. Geografia em atos (online), v. 5, p. 37-59, 2019. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/download/6502/pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- TUAN, Y-F. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista / Space, time, place: a humanistic frame. Geograficidade, v.1, n.1, 2011, p. 4-15. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12804>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- TUAN, Y.-F. Lugar e espaço: a perspectiva da experiência. Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2015.
- TUAN, Y.-F. Lugar: uma perspectiva experiencial / Place: an experiential perspective. Geograficidade, v. 8, n. 1, 2018, p. 4-15. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/27150>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

## O binômio mineração e sustentabilidade nos discursos sobre o rompimento das barragens de Fundão e do Córrego do Feijão

*The binomial mining and sustainability in the discourses about the collapse of Fundão and Córrego do Feijão dams*

NIFA, Talita da Silva

*Graduanda no curso de Comunicação Social – Jornalismo (UFSJ), bolsista de iniciação científica pela PROPE/UFSJ, e-mail: [tnifa@gmail.com](mailto:tnifa@gmail.com)*

CAETANO, Paulo Henrique

*Doutor, Professor Associado da Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Comunicação Social, e-mail: [phcaetano@ufsj.edu.br](mailto:phcaetano@ufsj.edu.br)*

### RESUMO

As discussões sobre sustentabilidade são relevantes atualmente, sendo também foco dos assuntos ligados à atividade de extração de minérios. O foco deste artigo é compreender o binômio mineração e sustentabilidade nos discursos em mídias digitais sobre o rompimento das barragens de Fundão (2015) e do Córrego Feijão (2019) no estado brasileiro de Minas Gerais. Para tanto, coletaram-se 100 textos a partir da busca pelas expressões “sustentabilidade barragem brumadinho” e “sustentabilidade barragem mariana” no Bing, Google e Yahoo, a fim de identificar colocações com a palavra-chave ‘sustentabilidade’. Destacam-se as colocações relacionadas à temática mineração (34 ocorrências), tendo como suporte uma abordagem da Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2001). Embora tratem de contextos discursivos diferentes, as colocações de ambos são similares. Além disso, os discursos sobre sustentabilidade se diferenciam da acepção mais congruente da palavra no sistema da língua, enfatizando as negociações em torno do conceito.

**PALAVRAS-CHAVE:** palavra-chave sustentabilidade, análise crítica de colocações, rompimento das barragens de Fundão e do Córrego do Feijão, binômio mineração e sustentabilidade.

### ABSTRACT

*Discussions about sustainability are currently relevant, being focus of topics related to the mining activity too. The focus of this article is to understand the binomial mining and sustainability in discourses in digital media about the collapse of Fundão (2015) and Córrego Feijão (2019) dams in the Brazilian state of Minas Gerais. For that, 100 texts were collected after the search for the expressions “sustentabilidade barragem brumadinho” and “sustentabilidade barragem mariana” in Bing, Google and Yahoo to identify collocations with the keyword 'sustainability'. Collocations related to the mining theme (34 occurrences) stand out in the corpus, and we draw upon Critical Discourse Analysis (Fairclough, 2001) to address the object. Although they refer to different discursive contexts, the collocations of both are similar. Furthermore, discourses about sustainability differ from a more congruent meaning of this word in the system of the language, emphasizing negotiations around the concept.*

**KEYWORDS:** keyword sustainability, critical analysis of collocations, collapse of Fundão and Córrego do Feijão dams, binomial mining and sustainability.

## INTRODUÇÃO

Instado pela temática do Grupo de Trabalho “Sustentabilidade: um conceito em crise”, este artigo apresenta um balanço crítico de dois projetos de pesquisa de Iniciação Científica desenvolvidos pelos autores, orientador e orientanda (CAETANO e NIFA, 2020; 2021), no âmbito do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Artes, Culturas e Sustentabilidade. Para este debate em específico, deu-se ênfase a um aspecto que ficou marcado em ambos projetos: uma naturalização e uma significativa recorrência na aproximação entre ‘mineração’ e ‘sustentabilidade’. O primeiro desses projetos, intitulado “Colocações com a palavra-chave sustentabilidade no contexto pós-Brumadinho: uma análise crítica da coesão lexical em mídias digitais”, foi realizado entre agosto de 2019 e julho de 2020. E o segundo, “Os contextos discursivos do rompimento das barragens de fundão e do córrego do feijão: análise crítica de colocações com a palavra-chave ‘sustentabilidade’ em mídias digitais”, foi realizado entre agosto de 2020 e julho de 2021. Em certa medida, ambos tiveram como premissa, corroborada pela observação de um corpus, justamente essa crise conceitual que o conceito de sustentabilidade tem eviscerado em diferentes áreas, sendo que há correntes que já excluem qualquer adesão a esse conceito, dada a sua insuficiência e desgaste.

Esses projetos deram origem a algumas publicações e apresentações em eventos científicos, dando à equipe a oportunidade de inserção crescente no debate colocado sobre a palavra-chave ‘sustentabilidade’. O acúmulo das experiências de pesquisa com um corpus de textos sobre o rompimento da barragem de Fundão, depois foi transformado em seu sentido pelo episódio de Brumadinho e uma nova pesquisa com novo corpus, indicam a tendência crescente de publicação de textos recorrendo ao conceito de sustentabilidade em momentos de crise, com uma variedade maior de contextos. E é justamente nessa emergência de discursos e sua diversificação conceitual, mudanças discursivas muito recentes, que está um dos focos principais das investigações que temos proposto. No caso do SIAUS 2, selecionamos enfatizar um dos diferentes aspectos que chamaram a atenção na pesquisa: a confluência da sustentabilidade com os projetos de futuro da atividade de mineração, daí o título que enfatiza “O binômio sustentabilidade e mineração”. Esse recorte já permite antecipar a predominância discursiva de construtos os quais, se não desafiados, continuarão a constituir o modelo hegemônico do design do futuro.

O rompimento das barragens do Fundão, em Mariana, e do Córrego de Feijão, em Brumadinho, ocorrido respectivamente em 2015 e 2019, ambos em Minas Gerais, amplificou ainda mais a pressão para se instituir a sustentabilidade no setor da mineração. Uma vez que essas discussões perpassam pelo uso da linguagem, tendo, muitas vezes, o meio digital como canal de difusão, surgiu a necessidade de se compreender, com um viés crítico, como textos de mídias digitais elaboram sobre a sustentabilidade no âmbito da mineração ao tratar do rompimento das barragens de Fundão e do Córrego do Feijão. Nesse sentido, realizou-se uma investigação, focalizando especificamente colocações com a palavra-chave 'sustentabilidade' em mídias digitais, a partir da busca nos navegadores Google, Bing e Yahoo pelas expressões "sustentabilidade barragem brumadinho" e "sustentabilidade barragem mariana". Procurou-se, a partir desse método de coleta de textos, ensaiar um percurso que poderia ser realizado por algum/a internauta que buscasse pelo assunto. A partir das buscas compilaram-se dois corpora de 100 textos para cada expressão. Para este artigo em específico, fez-se um recorte da pesquisa, focalizando colocações que abordam a temática 'mineração'.

O interesse da pesquisa, ao realizar essa simulação, recai no fato de que algumas práticas presentes nos discursos veiculados em tais textos são, por vezes, despercebidas pelo público leitor. Por isso, no trabalho adota-se a abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso, ou ACD (FAIRCLOUGH, 2001), capaz de propiciar um olhar mais criterioso para os textos, propondo categorias analíticas para um 'letramento' crítico-discursivo para a mídia, uma vez que aspectos estruturantes da vida social são determinados nesse ambiente. Como postulado na teoria-método, o discurso é visto como uma prática social, ou seja, trata-se de uma forma de agir e representar. Em um momento no qual várias discussões emergem sobre a sustentabilidade, tanto no âmbito das linguagens como na aplicabilidade, a metodologia de Fairclough mostra-se como um instrumento relevante para análises nesse sentido, pois contempla as categorias de análise (1) texto, (2) prática discursiva e (3) prática social.

E dentre diversos aspectos possíveis, o fenômeno das colocações, no qual a palavra-chave sustentabilidade e o lexema sustentável estão costumeiramente implicadas, é de especial interesse, agora que o contexto discursivo que imperou sob a égide do advento de Fundão foi reconfigurado a partir na nova catástrofe, da Mina do Córrego do Feijão. E as colocações representam um marco na naturalização de conceitos, uma vez que ao abrir mão de uma construção discursiva como uma expressão reconhecida, há um corpo de sentidos já atrelado à mesma, sem muita abertura para negociação de significado. Essa propriedade da linguagem é parte de um fenômeno mais amplo, a coesão lexical, aspecto analítico que concentra as nossas preocupações com corpora de textos que acionam a sustentabilidade já há algum tempo.

Em relação a tendências a mudanças discursivas e novas orientações colocacionais da sustentabilidade, esse conceito tem sido cada vez mais discutido em variados espaços e sob distintas perspectivas. Isso inclui o âmbito corporativo, posto que a tentativa de inserir em suas práticas condutas que dialoguem com a sustentabilidade é algo crescente entre as empresas. A construção dos sentidos do que é sustentável relaciona-se com a linguagem. Logo, diferentes tecnologias discursivas passam a ser utilizadas a fim de tornar estáveis e veicular a relação das empresas com a sustentabilidade. Para isso, utilizam-se, por exemplo, relatórios institucionais, propagandas, cartas, sites etc, materiais que se confundem no mundo dos textos entre veiculação interna e manual de conduta de uma organização, a venda de produtos e projetos reconhecidos por índices de autenticação, ou destinados ao grande público.

Dentre as tecnologias discursivas mencionadas, no setor da mineração, inclusive, a sustentabilidade tornou-se uma questão ainda mais latente, e diferentes colocações unindo os termos desse binômio, mineração e sustentabilidade vão começando a povoar o léxico da língua. Por meio do *Atlas: Mapeando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração*, de 2017, um documento de iniciativa global, apresentam-se questões e sugerem-se iniciativas que aliam sustentabilidade e empreendimentos minerários. Em outras frentes, há importantes marcos conceituais e reguladores, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), criado em 2005. O indicador agrupa empresas consideradas aliadas às boas práticas empresariais no que se refere ao comprometimento com a aplicação da noção de sustentabilidade no âmbito corporativo. E as atividades minerárias, tão estruturantes para a vida e a cultura de Minas Gerais, vão se articulando na construção de narrativas mais complacentes com as demandas produtivas.

## CORPUS E METODOLOGIA

Nesta seção serão abordados os procedimentos metodológicos de nossas pesquisas, principalmente concernentes à descrição de análise dos corpora, uma vez que este artigo está concentrado no binômio mineração e sustentabilidade. Foram compilados dois corpora, objetos da pesquisa, a partir da busca pelas expressões “sustentabilidade barragem mariana” e “sustentabilidade barragem brumadinho” nos navegadores Bing, Google e Yahoo, a fim de identificar colocações com a palavra-chave ‘sustentabilidade’.

As ocorrências foram organizadas em grupos, a partir da observância, por parte dos autores, de similaridades entre as essas colocações. No corpus referente à busca por “sustentabilidade barragem mariana”, foram identificadas 157 colocações com a palavra-chave, das quais, 23 mencionam a mineração ou termos análogos. No segundo corpus, das 100 colocações, 11 mencionam a mineração ou usam termos afins. A seguinte Tabela 1 indica cada grupo e a frequência de ocorrências nele presentes.

OCORRÊNCIAS	CORPUS MARIANA	CORPUS BRUMADINHO
Colocações com a palavra-chave ‘sustentabilidade’	157 colocações	100 colocações
Colocações com a palavra-chave ‘sustentabilidade’ em linhas de concordância que mencionam a mineração	23 colocações	11 colocações

Tabela 1: Frequência de colocações

## DISCUSSÃO

As ocorrências foram separadas em dois grupos intitulados (1) relação entre sustentabilidade e variantes de mineração; (2) relação entre sustentabilidade, possibilidade de futuro e segurança de empreendimentos minerários. Como a nomeação dos grupos sugere, nota-se a sustentabilidade como um ponto das discussões que envolvem o setor da mineração, o que se dá sob diferentes perspectivas e práticas, mostrando o discurso mais ou menos inclinado para determinado âmbito, por exemplo: ambiental, organizacional, financeiro, político. Os textos tratam ainda da sustentabilidade como uma possibilidade, isto é, algo a ser alcançado. Nesse sentido, aparecem, por exemplo, colocações como “soluções sustentáveis”, “mecanismos mais sustentáveis”, “métodos sustentáveis”, indicando necessidades e propostas para supri-las.

As ocorrências referentes ao primeiro Grupo 1 encontram-se na Tabela 2.

<i>CORPUS MARIANA</i>	<i>CORPUS BRUMADINHO</i>
10 colocações	3 colocações
mineração sustentável (5x)	mineração sustentável
sustentabilidade da atividade	sustentabilidade da atividade (2x)
sustentabilidade da atividade de mineração	
sustentabilidade da indústria (3x)	

**Tabela 2: relação entre sustentabilidade e variantes de mineração**

Foram selecionadas duas linhas de concordância para exemplificar ocorrências presentes no agrupamento. Na frase seguinte, referente ao corpus Mariana, tem-se:

a) “Desta forma, depreende-se a preocupação do legislador com a sustentabilidade da atividade de extração de minérios”.

Na linha de concordância que exemplifica este grupo menciona-se a atribuição do sentimento de “preocupação” a um sujeito específico, o “legislador”. Na linha de concordância em questão identifica-se, ainda, a colocação “sustentabilidade da atividade”. Seguindo a frase, nota-se

que a atividade a que se refere é a de “extração de minérios”. Embora o exemplo em específico relacione mineração e sustentabilidade, com base na colocação identificada, percebe-se que ela, em outros contextos, pode direcionar a distintas práticas. Isso ocorre em virtude da possibilidade de “sustentabilidade da atividade” poder assumir variados significados, referentes a distintos eixos. É o que se verifica na captura de tela abaixo (Figura 1), resultante de parte da busca por “sustentabilidade da atividade” no navegador Google, na qual verifica-se a colocação “sustentabilidade da atividade” sob distintas abordagens.

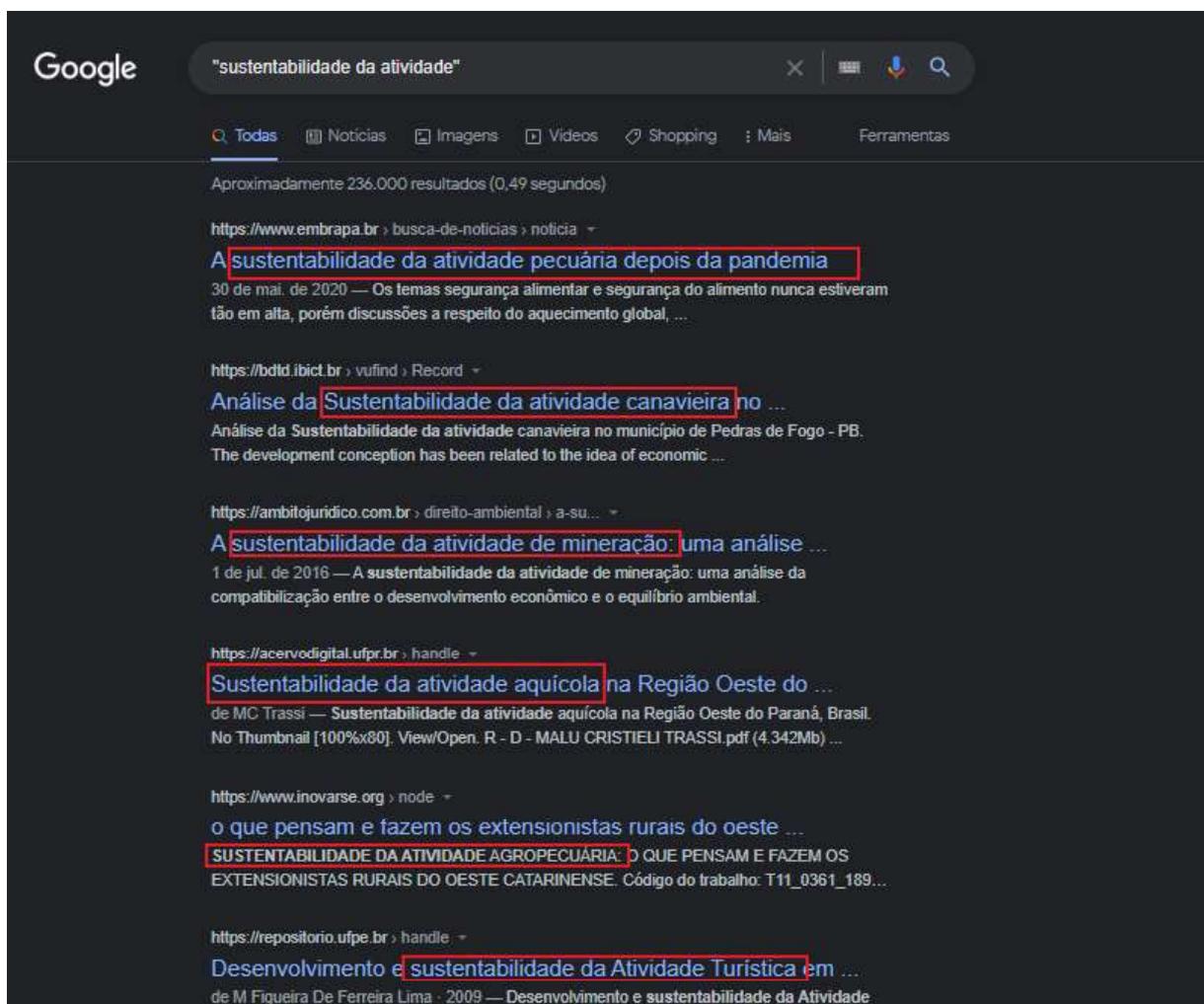


Figura 1: captura de tela dos resultados da busca no navegador Google

No segundo exemplo, retirado do corpus Brumadinho, lê-se:

b) “Nos painéis desta manhã, os palestrantes analisaram diferentes aspectos sobre a segurança das barragens de rejeitos, a mineração sustentável e a prevenção de grandes acidentes”.

No exemplo em questão, narra-se no texto uma situação ocorrida, em que os “palestrantes” realizam uma ação (analisaram diferentes aspectos), a qual relaciona-se com as temáticas mineração e sustentabilidade: “sobre a segurança das barragens de rejeitos, a mineração sustentável e a prevenção de grandes acidentes”.

É possível inferir, ainda, uma relação de aproximação nos aspectos analisados por palestrantes, como apontado no texto, já que os três itens apontam para equiparação ou melhorias de uma situação ou algo. No exemplo, a colocação é “mineração sustentável”, que conforme o Pnud (2017, p. 76), “implica minimizar o uso de água, energia, terra, produtos químicos e outros materiais, bem como as saídas de resíduos, efluentes e emissões”.

Finalizada a explanação sobre o primeiro grupo, passa-se, a seguir, para a discussão do Grupo 2, que diferentemente do primeiro, não apenas relaciona nos textos as temáticas sustentabilidade e mineração, mas salienta, especificamente, a relação entre sustentabilidade, possibilidade de futuro e segurança de empreendimentos minerários.

CORPUS MARIANA	CORPUS BRUMADINHO
13 colocações	8 colocações
base tecnológica sustentável (4x)	alternativa sustentável
bases sustentáveis	sustentabilidade das condições
FUTURO SUSTENTÁVEL (2x)	futuro mais sustentável
inovação a serviço da sustentabilidade	mecanismos mais sustentáveis
métodos sustentáveis	opções sustentáveis
práticas sustentáveis	sistema sustentável (2x)
soluções sustentáveis	soluções sustentáveis
técnicas sustentáveis	

"melhores práticas" de sustentabilidade	
---	--

Tabela 3: relação entre sustentabilidade, possibilidade de futuro e segurança de empreendimentos minerários

Mais uma vez, uma ocorrência de cada corpus foi selecionada a fim de exemplificar. Na primeira, retirada do corpus Mariana, lê-se:

c) "Em relação às atividades relacionadas à mineração, que fortemente integram a economia regional, propõem-se a retomada das mesmas em bases sustentáveis, com implantação de novas tecnologias e processos".

No exemplo, a colocação é "bases sustentáveis". Na frase, logo de início se anuncia tratar da temática "mineração", já que menciona "em relação às atividades relacionadas à mineração". Adiante, a possibilidade de futuro evidencia-se pela expressão "implantação de novas tecnologias e processos", tratando de uma perspectiva para algo que aparentemente se tinha, em consonância com a sustentabilidade, como diz-se no trecho que trata da proposta de "retomada das mesmas em bases sustentáveis".

Ademais, assim como no exemplo (a) do agrupamento anterior, cuja colocação exemplificada foi "sustentabilidade da atividade", aqui, para "bases sustentáveis" pode-se pensar na mesma abrangência para essa colocação. Embora seja sobre o âmbito da "mineração", são várias as temáticas com as quais ela pode se relacionar, compondo distintos discursos. A questão vai, por vezes, ao encontro de algo problematizado por O'Connor (1994 *apud* MISOCZKY e BÖHM, 2012), ao questionar o uso da expressão "capitalismo sustentável", chamando a atenção para certa ambiguidade. Destaca-se certa banalização do conceito primário de sustentabilidade, "a palavra pode ser usada para significar qualquer coisa que se queira dizer, o que é parte do seu apelo" (O'CONNOR, 1994, p. 152 *apud* MISOCZKY e BÖHM, 2012, p. 551). Nesse sentido, os estudos críticos do discursos são fundamentais nessa ótica, uma vez que algumas noções podem passar despercebidas pelos leitores, além do fato de que "sempre houve uma relação dialética entre discurso e poder" (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 42).

No próximo exemplo, do corpus Brumadinho, tem-se:

d) "Todas essas tecnologias disponíveis possuem benefícios e desvantagens, podendo servir de modelo para o desenvolvimento de mecanismos mais sustentáveis e eficientes, visando o armazenamento adequado dos rejeitos e acarretando menores prejuízos humanos e ambientais".

A colocação, na frase, é “mecanismos mais sustentáveis”. Para além do corpus, em outros contextos discursivos, a colocação também pode aparecer pautando assuntos não somente ligados à mineração, fato que demonstra a amplitude das temáticas nas quais se insere a discussão acerca da sustentabilidade.

No exemplo retirado do corpus, a nominalização “desenvolvimento” indica aquilo que se pretende fazer (possibilidade de futuro), e que envolve a palavra-chave estudada e a temática “mineração”, ao mencionar “desenvolvimento de mecanismos mais sustentáveis e eficientes”. A perspectiva e a proposta de segurança de empreendimentos minerários aparece a seguir, exemplificadas após os processos (ou verbos) “visando” e “acarretando”: “visando o armazenamento adequado dos rejeitos e acarretando menores prejuízos humanos e ambientais”.

Tendo sido apresentados ambos grupos, a partir dos exemplos discutidos, é possível destacar que o texto das linhas de concordância do Grupo 1 (a e b) demonstram certa reflexão ou ação de alguém ou de um grupo, versando sobre sustentabilidade e extração de minérios. Isso pode ser deduzido ao observar os processos nas expressões “depreende-se a preocupação do legislador”, (exemplo a), e “palestrantes analisaram”, (exemplo b).

Já no Grupo 2, é notória, no texto das linhas de concordância “c” e “d”, uma proposta de intervenção que traz consigo sugestões para atividade de extração de minérios, considerando a sustentabilidade. No exemplo “c” isso é observado na expressão “propõem-se a retomada”; enquanto no exemplo “d” a expressão “podendo servir de modelo para o desenvolvimento” é indicativa do apontamento proposto no texto. Ao refletirmos sobre casos como esses, que ocorrem reiteradamente nas publicações de mídias digitais, faz sentido ressaltar, conforme Dellagnelo e Meurer (2008), que “a linguagem tem o poder de promover mudança social tanto quanto mudanças sociais têm o poder de promover mudanças na linguagem” (DELLAGNELO e MEURER, 2008, p. 42).

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Ainda que tratem de diferentes contextos discursivos, os resultados indicam que as colocações de ambos corpora demonstram similaridade, uma vez que compartilham grupos em comum. Notam-se, ademais, novas práticas nas quais a palavra-chave se insere nos discursos em questão, as quais se diferenciam de uma aceção mais congruente da palavra em relação ao seu contexto institucional de emergência, nas Conferências da ONU por exemplo, enfatizando as renovadas negociações em torno do sentido do termo.

Além disso, ao olhar para o corpus da pesquisa, é possível inferir relações que não se restringem somente aos textos compilados e ao assunto estudado. Isso pode ser verificado, por exemplo, ao realizar busca por uma colocação em navegadores da internet. Com base nas categorias de análise do Quadro Tridimensional do Discurso, evidenciam-se possibilidades de práticas com as quais o conceito de sustentabilidade dialoga e se relaciona. Sendo assim, convém ainda o estudo da palavra-chave sob outras perspectivas, como acerca de demais contextos sociodiscursivos, uma vez que são abrangentes as possibilidades. Do mesmo modo, outras abordagens teórico-metodológicas podem apresentar outro viés interpretativo da temática, contribuindo com os estudos na área, sendo que o Grupo de Trabalho “Sustentabilidade: um conceito em crise” proporcionará uma oportunidade ímpar para que este debate ganhe consistência crítica.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos ao Departamento de Comunicação Social (DCOMS) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ); à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPE-UFSJ) e também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio na segunda etapa da pesquisa.

## **REFERÊNCIAS**

CAETANO, Paulo Henrique e NIFA, Talita da Silva. “Colocações com a palavra-chave sustentabilidade no contexto pós-Brumadinho: uma análise crítica da coesão lexical em mídias digitais”. (Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal de São João del-Rei, 2020.

CAETANO, Paulo Henrique e NIFA, Talita da Silva. “Os contextos discursivos do rompimento das barragens de fundão e do córrego do feijão: análise crítica de colocações com a palavra-chave ‘sustentabilidade’ em mídias digitais”. (Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal de São João del-Rei e CNPq, 2021.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DELLAGNELO, Adriana Kuerten; MEURER, J. L. Análise do Discurso. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, 2008.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: UNB, 2001.



2º Simpósio internacional em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade  
São João del-Rei, Brazil. 22, 23, 24 e 25 de novembro de 2021

PNUD; Columbia Center on Sustainable Investment; Sustainable Development Solutions Network;  
World Economic Forum. Atlas: mapeando os objetivos de desenvolvimento sustentável na mineração.  
2017. Disponível em:  
[www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/atlas-mineracao-ods.pdf](http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/atlas-mineracao-ods.pdf). Acesso em  
09/10/2021.

## O desafio das cidades frente às megatendências

### *The challenge of cities facing mega trends*

SANTOS, Andre P.

*Arquiteto e Urbanista, aluno especial de pós-graduação Ufes, ssnt.andre@gmail.com*

#### **RESUMO**

O mundo está em constante transformação, e algumas delas são mudanças iminentes que beneficiarão a sociedade, porém, também podem trazer impactos negativos para todas as populações. Nesse sentido, algumas dessas transformações que estão em vias de acontecimento são chamadas de megatendências, e abrangem diversas esferas, como política, econômica, meio ambiente e sociedade. Nesse aspecto, as cidades são os principais agentes de transformações dos cenários futuros, bem como o local onde as mudanças que ocorrerão serão mais significativas. Nesse sentido, são necessários estudos sobre os impactos causados pela urbanização, pois esta é uma megatendência que se relaciona direto com outros eventos futuros relevantes, e por isso, é necessário um esforço coletivo para a construção de um futuro mais sustentável para o planeta, começando pelas cidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** megatendências, urbanização, pandemia, cidades.

#### **ABSTRACT**

*The world is constantly changing, and some of them are imminent changes that will benefit society, but they can also have negative impacts for all populations. In this sense, some of these transformations that are about to happen are called megatrends, and they cover different spheres, such as politics, economic, environment and society. In this aspect, cities are the main agents of transformation of future scenarios, as well as the place where the changes that will take place will be more significant. In this sense, studies on the impacts caused by urbanization are needed, as this is a megatrend that is directly related to other relevant future events, and therefore, a collective effort is needed to build a more sustainable future for the planet, starting through the cities.*

**KEY-WORDS:** megatrends, urbanization, pandemic, cities.

## **1 INTRODUÇÃO**

Megatendências são mudanças significativas que devem ocorrer nas próximas décadas relacionadas ao meio ambiente, condições econômicas e sociais. O mundo está frente a rápidas mudanças que conjecturam graves implicações para as sociedades, tanto grandes quanto pequenas (HAJKOWICZ; COOK; LITTLEBOY, 2012; ALLAHAR, 2014).

Uma das megatendências que se relaciona de forma abrangente com outras é a rápida urbanização e crescimento demográfico da população mundial. De acordo com a Organização das Nações Unidas – ONU (2013), estudos apontam que até 2050, mais de 70% da população mundial estará concentrada em centros urbanos.

A aglomeração urbana enfrentará grandes desafios no futuro, como a demografia, mudanças climáticas e outras tendências estruturais, além de turbulências presentes, insegurança econômica, déficits

financeiros e desordem social, os quais podem ter efeitos a longo prazo (KOURTIT; NIJKAMP; PARTRIDGE, 2015, p. 199, tradução nossa).

Neste caso, é importante que as concentrações urbanas estabeleçam um planejamento de longo prazo que inclua ações de enfrentamento, ou que trabalhem para mitigar a nível local os impactos que possam ocorrer. Para Godet (2000), a antecipação de cenários não é comumente aplicada pelos tomadores de decisões, pois enquanto os efeitos não são sentidos, esta antecipação é dispensável, entretanto, quando os problemas começam a ocorrer já não há mais tempo hábil para a tomada de decisões coerentes para reverter a situação.

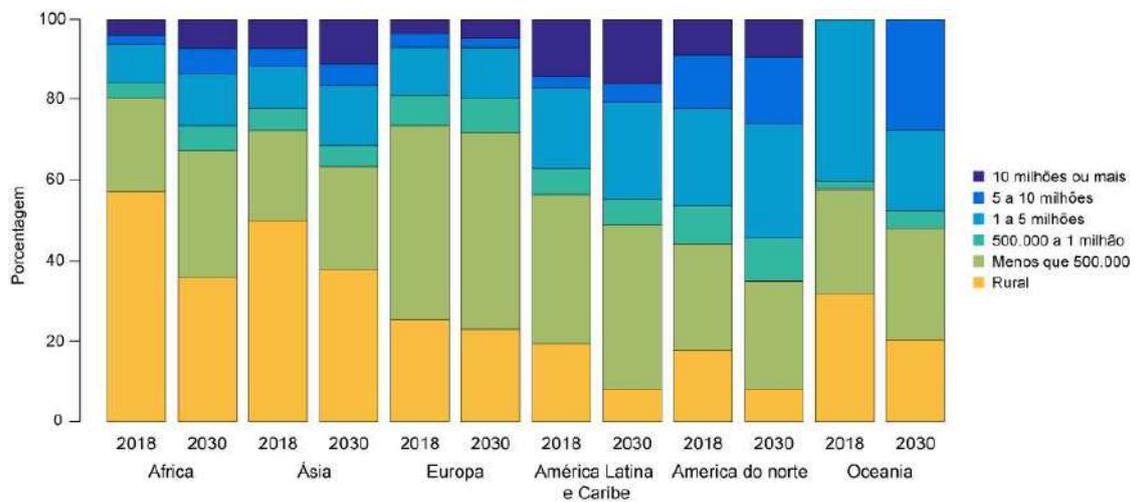
A estabilidade dos diversos sistemas terrestres são pré-requisitos para a prosperidade da sociedade em nível global, e com a previsão de crescimento populacional próximo a 10 bilhões de habitantes em 2050, a segurança das pessoas e do planeta devem ser incluídas nas definições de desenvolvimento sustentável. Por isso, há a necessidade urgente de um novo paradigma que permita o desenvolvimento humano em conjunto com a manutenção dos sistemas terrestres, visto que há risco de perturbações humanas desestabilizarem o planeta (GRIGGS et al., 2013; STEFFEN et al., 2015; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019a).

As ações humanas das sociedades industriais permitiram um grande salto para a humanidade, mas ao custo de perturbações ecológicas que foram sucessivamente negligenciadas e chegaram ao limite. A “indústria humana” cresceu tão drasticamente desde meados do século XX que o período de estabilidade que permitiu o desenvolvimento de nossa sociedade contemporânea está sendo desestabilizado, sendo proposta uma nova era geológica, o Antropoceno (STEFFEN et al., 2015).

Sendo assim, a cidade torna-se um objeto de estudo com potencial de transformação no cenário futuro, pois o crescimento significativo das cidades se configura como um desafio de planejamento para tornar as cidades mais sustentáveis e habitáveis visando a qualidade de vida urbana, e o planejamento eficaz permite a cidade acompanhar as rápidas mudanças globais (KOURTIT; NIJKAMP; PARTRIDGE, 2015; RETIEF et al., 2016).

Considerando o protagonismo das cidades em relação às megatendências, há sempre o debate acerca das grandes cidades e regiões metropolitanas, que geralmente concentram grande contingente populacional e de fato enfrentam grandes problemas econômicos, sociais e ambientais. Porém, o debate precisa ser estendido a todos os níveis de cidades (grandes, médias ou pequenas), com ações proporcionais às demandas e características de cada uma.

No Brasil do início do século XXI, após uma política de descentralização da economia em meados do século XX, as cidades de porte médio apresentaram taxas médias de crescimento mais elevada do que as metrópoles, sendo que em 2010, cerca de 25,5% da população brasileira vivia em cidades médias, que de acordo com Motta e Mata (2008, p.1), são tidas como “núcleo estratégico da rede urbana do Brasil, constituindo elos dos espaços urbano e regional”. Em nível global, as pequenas e médias cidades representarão uma grande proporção da população urbana até 2030 (Figura 1) (MOTTA, 2002; MARCIAL, 2015; FERNANDES, 2018).



**Figura 1 - Distribuição da população por classe de tamanho de assentamento e região, 2018 e 2030.**  
Fonte: United Nations (2018), modificado pelo autor.

A partir das circunstâncias apresentadas é importante direcionar medidas para um emergente crescimento populacional nos centros urbanos que podem acarretar em maior consumo e consequentemente maior produção de resíduos, maior pressão sobre os ecossistemas e recursos, demanda por habitação, poluição e outros fenômenos naturais decorrentes de atividades humanas.

Para Marcial (2015, p. 42) “o monitoramento do processo de urbanização e a gestão sustentável do seu crescimento serão a chave para o desenvolvimento bem-sucedido”. Algumas possibilidades são soluções sustentáveis e políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento humano respeitando as questões ambientais e sociais, suportado por inovações tecnológicas que ajudem na gestão e monitoramento da cidade.

## 2 MEGATENDÊNCIAS MUNDIAIS

O futuro se constrói a partir de fatos que ocorreram no passado e ocorrem no presente, que se relacionam em uma dinâmica de causa e consequência. O que vivenciamos hoje é consequência de algo que aconteceu no passado e o que acontecerá no futuro é decorrência do nosso presente. A partir deste raciocínio é possível entender as megatendências – que são mudanças que estão em curso de acontecer ou acontecendo – e como elas possuem uma direção e sentido definidos, que podem culminar em efeitos intensos em um futuro próximo. Apenas uma ruptura inusitada e inesperada pode modificar a ocorrência desses eventos (OKADO; QUINELLI, 2016).

Nesse sentido, o futuro é múltiplo e tem várias possibilidades, tendo diversos caminhos possíveis para se realizar. Entretanto, é possível vislumbrar um potencial caminho para o futuro através dos chamados cenários, que descrevem situações e eventos que podem se concretizar entre o presente e o futuro. Neste contexto é necessário frisar que uma megatendência não surge a partir de apenas um único fator ou acontecimento, ou mesmo em pequenos intervalos de tempo. É uma construção que se faz em um processo contínuo, muitas vezes a partir de uma metodologia exploratória, direcionado e agregando tendências do passado e do presente que juntos constituem um cenário, e após analisadas, podem projetar cenários futuros ou prospectivos (GODET; ROUBELAT, 1996; MARCIAL, 2015).

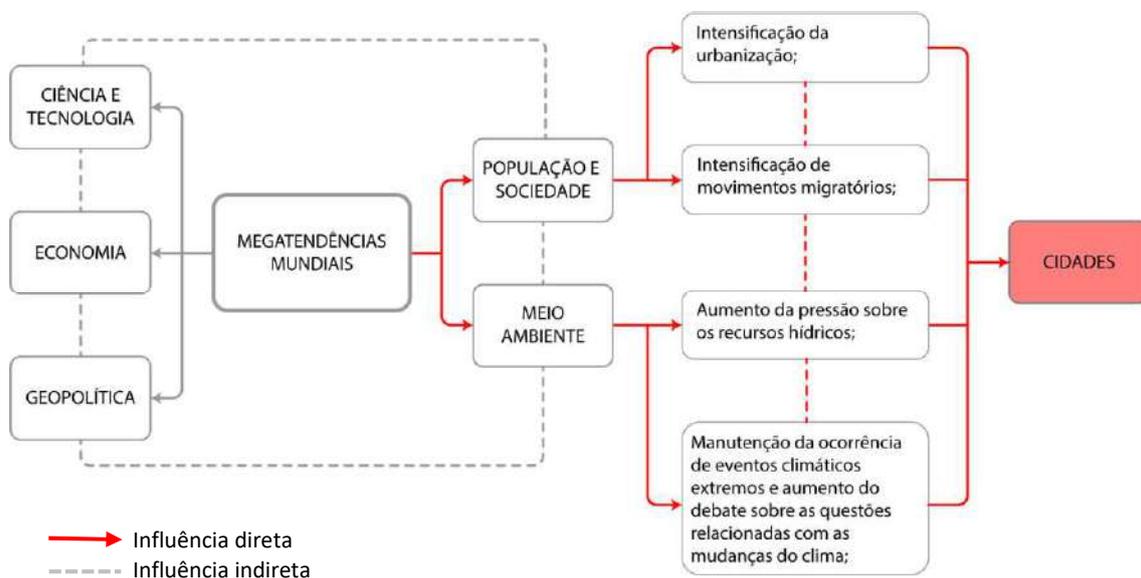
É importante ressaltar que um cenário não necessariamente se tornará uma realidade, porém é uma forma de analisar os caminhos que estão sendo trilhados e os possíveis futuros em decorrência disso, permitindo que se possa encontrar meios no presente para se chegar aos futuros desejáveis. Para Marcial (2015), os fatores que conjecturam um cenário são denominados “sementes de futuro”, e são essenciais para a determinação destes cenários prospectivos, pois são os agentes capazes de alterar o curso dos acontecimentos. As sementes de futuro são inúmeras, possuem características diferentes, conceitos diversificados e determinam diferentes aspectos em uma definição de cenários futuros (GODET, 2000; MARCIAL, 2015; OKADO; QUINELLI, 2016).

Estudos conduzidos por Marcial (2015) e Retief et. al (2016) apontam para caminhos em comum de questões que a humanidade terá que lidar em breve, sendo categorizadas em 5 dimensões por Marcial (2015): 1) População e Sociedade, 2) Geopolítica, 3) Ciência e Tecnologia, 4) Economia e 5) Meio ambiente; e em 6 esferas por Retief et. al (2016): 1) mudanças demográficas, 2) rápida urbanização, 3) aceleração da inovação tecnológica, 4) mudanças de poder; 5) escassez de recursos e 6) mudanças

climáticas. Os dois estudos conduzidos mostram coerência entre si, apesar da diferença de nomenclatura de cada dimensão, o que sugere um consenso entre a comunidade científica acerca do tema. Algo relevante a se notar sobre as megatendências é que elas se influenciam mutuamente, portanto, mesmo que estejam em dimensões diferentes elas precisam ser analisadas em um contexto onde cada megatendência é resultado de outras megatendências (OKADA; QUINELLI, 2016; RETIEF et al., 2016).

Em um estudo internacional sobre avaliação ambiental publicado em 1996, foram levantadas algumas preocupações futuras, sobretudo com a questão ambiental. O estudo aborda como conclusão os efeitos das rápidas mudanças que ocorrem a partir de realidades políticas e institucionais emergentes e as amplas mudanças sociais, que em escala global impactam em relações políticas, sociais e econômicas, relações entre as pessoas e entre as pessoas e os sistemas naturais (SADLER, 1996).

Portanto, o foco deste trabalho é baseado nas megatendências que devem impactar diretamente as cidades, que devem enfrentar grandes desafios no futuro relacionadas às esferas econômicas, políticas, sociais e ambientais, as duas últimas os objetos deste estudo (Figura 2).



**Figura 2 - Principais megatendências para 2030.**  
Fonte: Marcial (2015), modificado pelo autor.

Isso se deve principalmente porque as políticas de desenvolvimento urbano geralmente são insuficientes para acompanhar as mudanças intensas que ocorrem ao longo do tempo, causando impactos negativos para a população. Por isso constituem importante objeto de estudo visto a

dimensão e complexidades de solução para os problemas (PEREIRA NETO, 2014; KOURTIT; NIJKAMP; PARTRIDGE, 2015).

### *Cidades e as megatendências*

As cidades não são estáticas, possuem dinâmicas cotidianas e mudanças ao longo do tempo, o que a torna um organismo vivo (KOURTIT, NIJKAMP E PARTRIDGE, 2015). Ademais, o ambiente urbano possui dois sistemas intrínsecos que se relacionam: sistema natural, composto por elementos como solo, água, vegetação, etc., e sistema antrópico, cujo agente principal é o homem e atividades por ele desempenhadas (MOTA, 1999).

O homem utiliza da natureza para se estabelecer e prosperar, utilizando os recursos como matéria e energia necessárias para suas ações. As alterações na natureza introduzidas pelo homem se dão de forma rápida e intensa, e em geral a recuperação natural do meio ambiente não consegue acompanhar tais alterações (MOTA, 1999).

Essa relação homem versus natureza sempre causou impactos, sejam positivos ou negativos. Tais impactos implicam em condições socioambientais que são alterados em decorrência principalmente das mudanças dos padrões produtivos e das dinâmicas populacionais. A Revolução Industrial pode ser tida como exemplo, que possibilitou grandes mudanças sociais, mas ao custo da fragilização dos ecossistemas devido a grande exploração dos recursos (SILVA; TRAVASSOS, 2008).

Esta dinâmica criou novos conflitos e acirrou outros pré-existentes, tornando complexa a relação da urbe com o meio físico (SILVA; TRAVASSOS, 2008). Além disso, na transição entre cidade medieval e cidade barroca (entre os séculos XV e XVI), as cidades passaram a ser traçadas de acordo com as demandas financeiras e imobiliárias, e não mais pelos interesses dos cidadãos, e é nesta narrativa que a cidade e natureza se separam (FRANCO, 2001).

Atualmente sabe-se que os interesses financeiros passam obrigatoriamente por questões ecológicas, já que um ecossistema saudável é a base para a sociedade (incluindo empresas e indústrias) prosperar, e que a negligência destas questões pode resultar em impactos econômicos e sociais. Por isso, no século XIX já se falava sobre o conflito existente entre desenvolvimento econômico e conservação (FRANCO, 2001; BISHOP et al., 2010).

Neste contexto nasce o termo desenvolvimento sustentável, que propõe o desenvolvimento socioeconômico com a conservação do meio ambiente, entretanto, a sustentabilidade envolve uma mudança nos modos ocidentais de pensar, viver, produzir e consumir, o que representa um sentido diametralmente oposto aos conceitos da economia clássica, herdada da época da Revolução Industrial. Sendo assim, os principais fatores antropogênicos que influenciam na sustentabilidade são: poluição, pobreza, tecnologia e estilos de vida (FRANCO, 2001).

Diversos fatores contribuem para o declínio dos ecossistemas, direto e indiretamente, resultando em perda de biodiversidade. Os principais fatores diretos são as mudanças climáticas, deposição de nutrientes, conversão das terras, doenças e espécies exóticas invasoras. Como fatores indiretos, tem-se as mudanças populacionais, econômicas, sociopolíticas, culturais e tecnológicas (BISHOP et al., 2010; MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005).

A partir da década de 1960, estudos indicam que o fator direto que mais contribuiu para alterações ecossistêmicas partiu de ações antropológicas relacionados ao uso do solo, atribuído a expansão agrícola e urbana. Em relação a urbanização, os principais fatores foram a expansão direta das áreas urbanas bem como o desenvolvimento da infraestrutura de transporte e de redes. Atualmente, os centros urbanos emitem cerca de 70% de dióxido de carbono e consomem cerca de dois terços da energia gerada (BISHOP et al., 2010; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019b).

Até 2018, a população urbana mundial representava 55% em relação a população residente em zona rural. No Brasil, a população urbana era composta por 85% em 2015 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020; UNITED NATIONS, 2018). Essa urbanização pode representar uma relação mais distante entre as pessoas e a natureza, e além disso, implica em uma concentração espacial de impactos ambientais como uso do solo de forma imprópria, poluição atmosférica, resíduos, entre outros (BISHOP et al., 2010).

Portanto, a partir da análise histórica e atual das cidades, é possível observar que o ciclo de causa e consequência é o que relaciona as cidades e as megatendências, já que a concepção das cidades acarretam em problemas ambientais que têm como consequência direta ou indiretamente as mudanças que irão ocorrer futuramente.

### *Desafios das cidades frente as megatendências*

Estima-se que até 2050, 6,7 bilhões de pessoas estarão vivendo em centros urbanos, o que representará 70% da população mundial. Até 2030, um grupo de 9 países incluindo o Brasil será responsável pelo incremento de 26% no índice de população urbana (UNITED STATES, 2012; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013).

As cidades mais do que nunca, serão palco de grandes transformações e precisam estar preparadas para tal. A intensa urbanização que se projeta e os efeitos negativos das mudanças climáticas que se mostram cada vez mais presentes, direciona as cidades a grandes desafios de sustentabilidade. A humanidade chegou ao ponto em que não há outra alternativa senão a sustentabilidade como forma de manter as condições necessárias para assegurar a estabilidade ecológica dos sistemas naturais (GRIGGS, 2013; SOTTO et al., 2019).

Porém, a sustentabilidade é um desafio para as aglomerações urbanas visto que é necessário lidar com questões relacionadas a habitação, meio ambiente, infraestruturas, serviços básicos, saúde, educação, entre outros. Diante disso, há a necessidade da soma de esforços de múltiplos campos do conhecimento, visto a complexidade que se mostra a sustentabilidade no contexto urbano (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019b; SOTTO et al., 2019).

Para compreender os desafios que envolvem uma cidade, é necessário entender que elas são constituídas de sistemas interconectados e complexos, propícios para o surgimento de fatores que conduzem ao risco de desastres. Além de suas próprias complexidades, há projeções de que as áreas urbanas serão impactadas pelas mudanças climáticas de forma a aumentar os riscos para pessoas (Figura 3), economias e ecossistemas, além do risco de estresse térmico, chuvas e precipitações extremas, inundações, deslizamentos, poluição atmosférica, escassez de água, entre outros riscos, sobretudo para populações vulneráveis, sem a infraestrutura básica necessária ou que vivem em áreas de risco. (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2014; UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION, 2012).



**Figura 3 - Principais fatores de riscos para aglomerados urbanos**  
 Fonte: United Nations Office for Disaster Risk Reduction (2012), modificado pelos autor.

Cabe ressaltar que, além dos fatores anteriormente listados, há inúmeros outros que se subdividem dentro de uma dinâmica social, ou seja, as desigualdades também são fatores que desafiam a gestão de uma cidade, principalmente frente às megatendências, já que seus impactos são mais sentidos por essas populações em vulnerabilidade social (HERCULANO, 2008).

É necessário um alinhamento de políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal, para que os objetivos a serem alcançados sejam direcionados em um senso comum, com todos os níveis trabalhando em sintonia. A partir de estratégias bem planejadas, com abordagem integrada de longo prazo contemplando a variabilidade espaço-temporal é possível consolidar cidades mais resilientes de todos os tamanhos e perfis (SOTTO et al., 2019; UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION, 2012).

Dessa forma, os desafios das cidades frente as megatendências possuem bom direcionamento em relação a diretrizes, objetivos e metas, entretanto, além da difícil implementação por questões socioculturais e econômicas, ainda depende de uma melhor articulação dos poderes para que haja um efetivo avanço nas políticas públicas voltadas para os problemas futuros.

### 3 IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO

A urbanização “é um processo socioeconômico complexo que transforma o ambiente construído, anteriormente rural em assentamentos urbanos” (UNITED NATIONS, 2019, p.10, tradução nossa), alterando a distribuição espacial da população. Este processo se dá a partir de inúmeros fatores sociais que ocorrem ao longo do tempo, como a industrialização, comercialização, assistência social, crescimento natural, oportunidades de empregos entre outros. Tem impacto nas ocupações dominantes, estilo de vida e cultura, o que potencializa as mudanças demográficas. Ao observar as mudanças sociais que ocorreram desde a metade do século XVIII foi possível definir cinco principais fatores que determinaram o crescimento das cidades e a urbanização: Agricultura, Tecnologia, Comércio, Transportes e mudanças demográficas (HUSSAIN; IMITIYAZ, 2018; BODO, 2019; UNITED NATIONS, 2019;).

O processo de urbanização intercorre entre interações entre homem e natureza, onde comunidades expandem seus territórios em um processo de transformação da paisagem natural para uma paisagem artificial. Entretanto, tal expansão reflete em impactos no meio natural, que se mostra finito e frágil (CASSILHA; CASSILHA, 2009; UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME, 2016).

A urbanização atua como um fator importante no desenvolvimento socioeconômico, mas também é visível seus impactos negativos em ecossistemas, biodiversidade e uso de recursos, sendo a poluição uma ameaça à saúde pública (UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME, 2016, p. 87, tradução nossa).

Além disso a urbanização é responsável pelo aumento de áreas de terra destinadas a assentamentos da população. Tais assentamentos, por suas dimensões populacionais, construções e demandas por recursos naturais impactam o uso do solo, água e ar, além da biodiversidade local (UNITED NATIONS, 2019; BODO, 2019).

O crescimento desordenado das cidades em conjunto com padrões insustentáveis de produção e consumo, além da incapacidade de gestão dos órgãos públicos resultam em impactos ambientais como espraiamento urbano, poluição e degradação do meio ambiente, bem como desemprego e violência urbana, pobreza e condições precárias de moradia, saneamento básico insuficiente e proliferação de doenças (Figura 4). Além disso, a urbanização em escala de bacia hidrográfica, pode alterar regimes hidrológicos, criando novos riscos de deslizamentos e inundações (UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION, 2012; RAI, 2017; BODO, 2019; UNITED NATIONS, 2019).



**Figura 4 - Problemas da urbanização desordenada**  
 Fonte: Rai (2017), adaptado pelo autor.

Outro problema comum das áreas densamente urbanizadas é a supressão de áreas verdes e impermeabilização do solo, resultando no aumento da temperatura urbana e na ocorrência de inundações. O uso de materiais que absorvem calor como asfalto e concreto em conjunto com a pouca disponibilidade de vegetação causam o fenômeno das ilhas de calor, elevando a temperatura das cidades até mesmo durante a noite (SILVA; TRAVASSOS, 2008; UTTARA; BHUVANDAS; AGGARWAL, 2012).

Outro ponto que é preciso analisar como impacto da urbanização é o atual quadro pandêmico que a sociedade vivencia, na qual a urbanização pode ter interferência direta. A crise sanitária no Brasil mostra as complexidades em se controlar uma pandemia, principalmente pelo aspecto social, onde a desigualdade influencia criticamente na disseminação do vírus, e nesse sentido, Padovano e Silva (2020), argumentam que:

Novas cidades/territórios e intervenções urbanas em cidades e comunidades existentes, voltadas para a elaboração de inovadores sistemas de espacialidade e interação interpessoal e social – que tornem desnecessária a improvisada adoção do distanciamento social (ou físico, como preferem alguns) como uma ação paliativa diante da desafiadora “criatividade” dos vírus de última geração –, poderão surgir, em resposta e antecipação de novas pandemias, por meio da engenhosidade humana.

Dessa forma, a urbanização mostra-se um desafio multidisciplinar que precisa envolver todas as esferas governamentais, a fim de criar aglomerados urbanos que consigam mitigar os aspectos negativos das megatendências e garantir a sustentabilidade das sociedades em nível global.

#### 4 CONCLUSÃO

Concluímos que o debate acerca do futuro das cidades está aberto e precisa ser inserido na esfera pública, já que os problemas futuros impactam significativamente todas as pessoas, independentemente de suas características e privilégios. Além disso, é preciso um esforço coletivo para que os impactos negativos das megatendências sejam atenuados, sabendo que são eventos que

estão em vias de acontecer e precisamos estar preparados para lidar com tais questões, e neste sentido, precisamos trabalhar hoje para uma consciência coletiva no sentido de amenizar os principais problemas apontados. Por fim, concluímos que a cidade é parte relevante destes debates, pois é onde grande parte dos eventos ocorrem e é o local que pode ser objeto de transformação, para que a sustentabilidade do planeta seja atingida.

## 5 REFERÊNCIAS

- ALLAHAR, Haven. Major Global Megatrends: implications for advanced and emerging countries. *Researchjournali's Journal Of Management*, [s. l.], v. 2, n. 8, p. 1-18, set. 2014. Disponível em: <http://www.researchjournali.com/view.php?id=999>. Acesso em: 08 jun. 2020.
- BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). **Mobilidade Espacial da População**. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2011. p. 71-94. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/cap4.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- BISHOP, Joshua; BERTRAND, Nicolas; EVISON, William; GILBERT, Sean; GRIGG, Annelisa; HWANG, Linda; KALLESOE, Mikkel; VAKROU, Alexandra; VAN DER LUGHT, Cornis; VORHIES, Francis. **A ECONOMIA DOS ECOSISTEMAS E DA BIODIVERSIDADE**: TEEB para o setor de negócios. [s. l.]: TEEB, 2010. 248 p. Tradução: Confederação Nacional da Indústria – CNI. Disponível em: [http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo\\_24/2012/09/05/257/20121126185218197576e.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/09/05/257/20121126185218197576e.pdf). Acesso em: 04 jul. 2020.
- BODO, Tombari. Rapid Urbanisation: theories, causes, consequences and coping strategies. **Annals Of Geographical Studies**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 32-45, nov. 2019. ISSN 2642-9136. Disponível em: <http://www.sryahwpublications.com/annals-of-geographical-studies/volume-2-issue-3/>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- CASSILHA, Gilda A; CASSILHA, Simone A. **Planejamento urbano e meio ambiente**. Curitiba: Iesde Brasil S.A., 2009. 176 p. ISBN: 978-85-7638-766-4.
- CASTRO, Fátima Velez de. A crise migratória do Mediterrâneo e os riscos antroposociais. **Territorium**, [s. l.], n. 23, p. 103-111, 3 nov. 2016. Coimbra University Press. [http://dx.doi.org/10.14195/1647-7723\\_23\\_8](http://dx.doi.org/10.14195/1647-7723_23_8). Disponível em: [https://digitalis.uc.pt/pt-pt-artigo/crise\\_migrat%C3%B3ria\\_do\\_mediterr%C3%A2neo\\_e\\_os\\_riscos\\_antroposociais](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/crise_migrat%C3%B3ria_do_mediterr%C3%A2neo_e_os_riscos_antroposociais). Acesso em: 10 jul. 2020.
- FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Geoaraguaia**, Barra do Garça-MT, v. 8, n. 1, p. 13-31, jun. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6981>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2001. 296 p. ISBN 9788574190983 (broch.)
- GODET, Michel. The Art of Scenarios and Strategic Planning. **Technological Forecasting And Social Change**, [s. l.], v. 65, n. 1, p. 3-22, set. 2000. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0040-1625\(99\)00120-1](http://dx.doi.org/10.1016/s0040-1625(99)00120-1). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0040162599001201?via%3Dihub>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- GODET, Michel; ROUBELAT, Fabrice. Creating the future: the use and misuse of scenarios. *Long Range Planning*, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 164-171, abr. 1996. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/0024-6301\(96\)00004-0](http://dx.doi.org/10.1016/0024-6301(96)00004-0).

Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0024630196000040>. Acesso em: 15 ago. 2020.

GRIGGS, David; STAFFORD-SMITH, Mark; GAFFNEY, Owen; ROCKSTRÖM, Johan; ÖHMAN, Marcus C.; SHYAMSUNDAR, Priya; STEFFEN, Will; GLASER, Gisbert; KANIE, Norichika; NOBLE, Ian. Sustainable development goals for people and planet. **Nature**, [s. l.], v. 495, n. 7441, p. 305-307, mar. 2013. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1038/495305a>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/495305a>. Acesso em: 15 jun. 2020

HAJKOWICZ, Stefan; COOK, Hannah; LITTLEBOY, Anna. **Our future world**: global megatrends that will change the way we live. The 2012 revision. [s. l.]: Cisro, 2012. 32 p. Disponível em: <https://publications.csiro.au/rpr/download?pid=csiro:EP126135&dsid=DS2>. Acesso em: 15 jul. 2020.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - INTERFACEHS*, [s. l.], ano 2008, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan/abr. 2008. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

HUSSAIN, Manzoor; IMITIYAZ, Iram. Urbanization concepts, dimensions and factors. **International Journal Of Recent Scientific Research**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 23513-23523, jan. 2018. <Http://dx.doi.org/10.24327/ijrsr.2018.0901.1483>. Disponível em: <http://recentscientific.com/urbanization-concepts-dimensions-and-factors>. Acesso em: 10 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Portal **IBGE Cidades**: Panorama. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/colatina/panorama>. Acesso em: 31 jul. 2020

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (org.). **Climate Change 2014**: synthesis report. Contribution of working groups I, II and III to the fifth assessment report of the intergovernmental panel on climate change. Geneva: IPCC, 2014. 151 p. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/05/SYR\\_AR5\\_FINAL\\_full\\_wcover.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/05/SYR_AR5_FINAL_full_wcover.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

PADOVANO, Bruno Roberto; SILVA, Geovany Jessé Alexandre da. **Pandemia e urbanismo**. 2020. *Jornal da USP*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/pandemia-e-urbanismo/>. Acesso em: 25 set. 2021.

KOURTIT, Karima; NIJKAMP, Peter; PARTRIDGE, Mark D. Challenges of the New Urban World. **Applied Spatial Analysis And Policy**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 199-215, 21 maio 2015. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s12061-015-9155-1>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12061-015-9155-1>. Acesso em: 23 jun. 2020.

MARCIAL, Elaine C. (org.). **Megatendências Mundiais 2030**: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? Contribuição para um debate de longo prazo. Brasília: IPEA, 2015. 175 p. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151013\\_megatendencias\\_mundiais\\_2030.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151013_megatendencias_mundiais_2030.pdf). Acesso em: 20 maio 2020.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (United States). **Ecosystems and Human Well-being**: synthesis. Washington, DC: Island Press, 2005. 155 p. ISBN 1-59726-040-1. Disponível em: <https://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Abes, 1999. 352 p. ISBN 8570221339.

MOTTA, Diana; MATA, Daniel da. Crescimento das cidades médias. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, [s. l.], n. 1, p. 33-38, dez. 2008. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1572](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1572). Acesso em: 15 ago. 2020.

MOTTA, Diana Meirelles da (org.). **Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**: configuração atual e tendências da rede urbana - volume 1. Brasília: Ipea, 2002. 404 p. IPEA, IBGE, UNICAMP. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro\\_caracterizacao\\_tendencias\\_v01.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_caracterizacao_tendencias_v01.pdf). Acesso em: 15 jul. 2020.

OKADO, Giovanni H. C; QUINELLI, Larissa. Megatendências mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “nova agenda” das nações unidas\*. **Revista Baru**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 109-110, jul./dez 2016. Acesso em: 02 julho 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. No Dia Mundial das Cidades, ONU propõe debate acerca dos desafios da urbanização global. 2019b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/no-dia-mundial-das-cidades-onu-propoe-debate-acerca-dos-desafios-da-urbanizacao-global/>. Acesso em: 4 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **População mundial deve chegar a 9,7 bilhões de pessoas em 2050, diz relatório da ONU**. 2019a. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/populacao-mundial-deve-chegar-a-97-bilhoes-de-pessoas-em-2050-diz-relatorio-da-onu/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU: mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050. 2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-mais-de-70-da-populacao-mundial-vivera-em-cidades-ate-2050/>. Acesso em: 20 maio 2020.

PEREIRA NETO, João Basílio. XXI: o século das cidades no Brasil. In: MONTEIRO, Guilherme Castanho Franco *et al.* **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Sul. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 270-309. ISBN 9788587545534. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3681>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RAI, Mohit Singh. Impact of Urbanization on Environment. **International Journal On Emerging Technologies**, Himachal Pradesh, v. 8, n. 1, p. 127-129, jan. 2017. ISSN (Online): 2249-3255. Disponível em: [https://www.researchtrend.net/ijet/current\\_issue\\_ijet.php?taxonomy-id=25](https://www.researchtrend.net/ijet/current_issue_ijet.php?taxonomy-id=25). Acesso em: 15 ago. 2020.

RETIEF, Francois; BOND, Alan; POPE, Jenny; MORRISON-SAUNDERS, Angus; KING, Nicholas. Global megatrends and their implications for environmental assessment practice. **Environmental Impact Assessment Review**, [s. l.], v. 61, p. 52-60, nov. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.eiar.2016.07.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0195925515300718?via%3Dihub>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SADLER, Barry. Canadian Environmental Assessment Agency. **Environmental assessment in a changing world: evaluating practice to improve performance - final report**. Quebec: Canadian Environmental Assessment Agency, 1996. 263 p. (EN106-37/1996E). ISBN: 0-662-24702-7. Disponível em: [https://www.ceaa.gc.ca/Content/2/B/7/2B7834CA-7D9A-410B-A4ED-FF78AB625BDB/iaia8\\_e.pdf](https://www.ceaa.gc.ca/Content/2/B/7/2B7834CA-7D9A-410B-A4ED-FF78AB625BDB/iaia8_e.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

SOTTO, Debora; RIBEIRO, Djonathan Gomes; ABIKO, Alex Kenya; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; NAVAS, Carlos Arturo; MARINS, Karin Regina de Castro; SOBRAL, Maria do Carmo Martins; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; BUCKERIDGE, Marcos Silveira. Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 61-80, dez. 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142019000400061](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000400061). Acesso em: 04 jul. 2020.

STEFFEN, W.; RICHARDSON, K.; ROCKSTROM, J.; CORNELL, S. E.; FETZER, I.; BENNETT, E. M.; BIGGS, R.; CARPENTER, S. R.; VRIES, W. de; WIT, C. A. de. Planetary boundaries: guiding human development on a changing planet. **Science**, [s. l.], v. 347, n. 6223, p. 1259855-1259855, 15 jan. 2015. American Association for the Advancement of Science (AAAS). <http://dx.doi.org/10.1126/science.1259855>. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/347/6223/1259855>. Acesso em: 15 jun. 2020.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. United Nations. **Como Construir Cidades Mais Resilientes**: um guia para gestores públicos locais. Genebra: UNISDR, 2012. 102 p. Tradução: Sarah Marcela Chinchilla Cartagena e Audrey Frischknecht. Disponível em: [https://www.unisdr.org/files/26462\\_guiagestorespublicosweb.pdf](https://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf). Acesso em: 04 jul. 2020.

UNITED NATIONS. Department Of Economic And Social Affairs. **The World's Cities in 2018**: Data booklet. [s. l.]: UN, 2018. 34 p. Disponível em: [https://www.un.org/en/events/citiesday/assets/pdf/the\\_worlds\\_cities\\_in\\_2018\\_data\\_booklet.pdf](https://www.un.org/en/events/citiesday/assets/pdf/the_worlds_cities_in_2018_data_booklet.pdf). Acesso em: 15 jul. 2020.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **World Urbanization Prospects: the 2018 revision**. New York: UN, 2019. 126 p. (ISBN: 978-92-1-148319-2). Disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

UNITED STATES. National Intelligence Council. **Global Trends 2030: alternative worlds**. [s. l.]: NIC, 2012. 160 p. ISBN 978-1-929667-21-5. Disponível em: [https://www.dni.gov/files/documents/GlobalTrends\\_2030.pdf](https://www.dni.gov/files/documents/GlobalTrends_2030.pdf). Acesso em: 04 jul. 2020.

UTTARA, S; BHUVANDAS, Nishi; AGGARWAL, Vanita. Impacts of urbanization on environment. **International Journal Of Research In Engineering & Applied Sciences**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 1637-1645, fev. 2012. Disponível em: <http://euroasiapub.org/category/ijreas/past/volume-2-issue-2-february-2012/page/16/>?. Acesso em: 10 jul. 2020.

## O 'princípio feminino' na construção do conceito de sustentabilidade: a arte de Marina Abramovic, Frida Kahlo e Judy Chicago frente à cultura do patriarcado

*The 'feminine principle' in the construction of the concept of sustainability: the art of Marina Abramovic, Frida Kahlo and Judy Chicago against the culture of patriarchy*

SILVEIRA, Ana Cristina da

Mestra em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade, UFSJ, [anasilveira@ufsj.edu.br](mailto:anasilveira@ufsj.edu.br)

CHAGAS, Luciana Beatriz

Doutora, UFSJ, [lbchagas@ufsj.edu.br](mailto:lbchagas@ufsj.edu.br)

CAETANO, Paulo Henrique,

Doutor, UFSJ, [phcaetano@ufsj.edu.br](mailto:phcaetano@ufsj.edu.br)

### RESUMO

Mesmo no século XXI ainda presenciamos desigualdade de gênero, vivemos imbricados dentro de uma estrutura patriarcal autoritária e hierárquica. Diante disso, partimos da hipótese de que o princípio feminino pode ser considerado uma das possíveis definições de sustentabilidade. A partir desse viés, vamos analisar algumas obras de arte contemporânea que apresentam o feminino como fonte criadora e mística, a fim de contrapor com a insustentável hierarquia de gênero. Selecionamos alguns trabalhos das artistas Marina Abramovic, Frida Kahlo e Judy Chicago que questionam a insustentável cultura da superioridade masculina. Assim, trazemos por meio da arte, a relevância de se pensar o feminino como possível resposta para algumas das crises prementes da contemporaneidade, notadamente no contexto social, cultural e ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE** Ecofeminismo, Princípio Feminino e Sustentabilidade, Transdisciplinaridade, Arte Contemporânea, Arte Feminista

### ABSTRACT

*Even in the 21st century we still witness gender inequality, we live intertwined within an authoritarian and hierarchical patriarchal structure. Therefore, we start from the hypothesis that the feminine principle can be considered one of the possible definitions of sustainability. From this perspective, we will analyze some works of contemporary art that present the feminine as a creative and mystical source, in order to contrast with the unsustainable hierarchy of gender. We selected some works by artists Marina Abramovic, Frida Kahlo and Judy Chicago who question the unsustainable culture of male superiority. Thus, through art, we bring the relevance of thinking about the feminine as a possible answer to some of the pressing crises of contemporaneity, notably in the social, cultural and environmental context.*

**KEY-WORDS** Ecofeminism, Feminine Principle and Sustainability, Transdisciplinarity, Contemporary Art, Feminist Art

### INTRODUÇÃO

Reconciliar a humanidade com a natureza, interna e externa, passa pelo resgate do **princípio feminino**<sup>1</sup> e não apenas do papel social da mulher. A tarefa colocada para todos – mulheres e homens que se reconhecem como filhos da Grande Mãe

---

<sup>1</sup>Grifo da autora Rosalira Oliveira.

– é a de subverter a direção da evolução cultural que predominou nos últimos anos e reformar a cultura em todos os seus aspectos, não apenas no campo das relações de gênero.

**Rosalira Oliveira**

Partindo de um debate inicial, com foco nesse “princípio feminino” evocado na epígrafe, este artigo se propõe a fazer uma análise de algumas obras de artistas visuais que apresentam o feminino como força criadora e mística em contraponto com a insustentável hierarquia de gênero. É um pequeno recorte de trabalhos artísticos que questionam a cultura da superioridade masculina, ao trazerem a relevância das mulheres para o contexto social, ambiental e cultural. Judy Chicago, Marina Abramovic e Frida Kahlo possuem obras que podem ser lidas a partir das “três ecologias” propostas por Félix Guattari: social, mental e ambiental.

Associamos, nesta análise, a obra de Judy Chicago à “ecologia social”, pois ela deu relevância à representatividade das mulheres e das artistas no mundo das artes visuais e na sociedade. Por conseguinte, a subjetividade feminina precisa se constituir de dentro para fora, vir a ser, ou nos termos de Guattari, “se pôr a ser”, de modo que as “práxis ecológicas se esforçarão por detectar vetores potenciais de subjetivação e de singularização” (GUATTARI, 1997, p.28). Guattari propõe uma ecologia social que contrarie a lógica dominante e se reinvente para “compor outras configurações existenciais”, ou seja, outro modo de ser (GUATTARI, 1997, p.28).

Marina Abramovic foi aqui associada à “ecologia mental”, capaz de rearticular corpo e mente, pois a percepção de mundo e de nós mesmos não pode ser limitada a padrões ditados pelo sistema econômico e capitalista; há outros valores intrínsecos aos seres humanos, movidos pela ética e norteados pela emoção.

Frida Kahlo, ao se colocar como parte da natureza, evoca a ecologia do meio ambiente. Nas obras da artista, sua própria história e suas angústias se entrelaçam com elementos da cultura mexicana e da natureza, muitas vezes na figura da Mãe Terra. Isso nos faz chamar mais uma vez Guattari, pois para ele “mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecanosfera e Universo de referências sociais e individuais” (GUATTARI, 1997, p.25).

### **Repensando alguns ‘princípios’**

Há indícios de que em tempos remotos e pré-históricos existiram sociedades que viviam em parceria e cooperação, de modo que a valorização do feminino, da vida e da terra era o ponto central das populações, como aponta Rosalira Oliveira (2005). A proximidade do ser humano com a natureza,

consagrada pelo culto às deusas, vai além dos mitos de criação. Atualmente, nos achados arqueológicos confirma-se que a humanidade em seus primórdios se via como parte do meio natural, em igualdade de condições com outros seres, tendo como divindade a deusa representada pela própria terra: “a evidência primeira da proximidade das mulheres com o meio ambiente natural é apresentada em descobertas arqueológicas e traz à tona a figura da Deusa, representando a mãe terra” (ANGELIN, 2017, p.54).

No entanto, Rosemary R. Ruether aponta a quebra da harmonia social desses antigos povos devido à escassez de alimento causada pelas calamidades naturais e constantes invasões por grupos monoteístas, que cultuavam um deus masculino. Esses fatos contribuíram para o fortalecimento de crenças fundamentadas na hierarquia masculina e, deste modo, aprofundaram as relações de dominação (RUETHER *apud* ANGELIN, 2017, p.56). Riane Eisler, em *O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro*, observa que um deus da guerra e dominador substituiu a deusa Mãe, destituindo um modelo de organização social de colaboração e parceria por um de dominação:

Um sistema social no qual a dominação e a violência masculina e uma estrutura social em geral hierárquica e autoritária eram a norma. Outro ponto em comum era, em contraste com as sociedades que estabeleceram os alicerces da civilização ocidental, o modo característico como adquiriam riqueza material, não desenvolvendo tecnologias de produção, mas através de tecnologias cada vez mais eficazes de destruição (EISLER, 2007, p.47).

Eisler questiona a capacidade intelectual e criativa da nossa espécie, que nos permite desenvolver em ciência e tecnologia, expressar por meio da arte, rir e chorar, mas que não está empenhada em salvar o planeta para o bem estar das gerações futuras. Contudo, a autora ainda afirma que não é difícil entender porque a mulher é subjugada pela própria fisiologia biológica, em um sistema que tem como premissa dominar, por meio da força, seres humanos e nações mais “fracas”, em nome da defesa nacional ou em nome de deus.

O filme *Mother!*<sup>2</sup> (ARONOFSKY, 2017), enfatiza a insustentabilidade de um sistema dominador por meio de uma alegoria. Destacam-se ainda na obra de Aronofsky as mudanças climáticas, o desrespeito com a natureza e a perturbadora sociedade desequilibrada e cega, apegada a ídolos e ideais que não as protegem. O filme apresenta de forma simbólica o ritmo cíclico da criação à destruição da terra, do Gênesis ao Apocalipse, a partir da história de um casal em uma casa de campo, em que o marido é identificado com o deus judaico-cristão. E a esposa, apresentada como mulher submissa, sem voz, é ignorada pelo próprio marido e uma sociedade violenta. É possível perceber no desenrolar da narrativa

---

<sup>2</sup> Tradução livre: “Mãe!”

que a casa e a esposa estão interligadas e esta representa simbolicamente a mãe natureza ou, nos termos de Leonardo Boff, a “Mãe Terra”, que dá tudo de si, porém é desrespeitada, e que já “não aguenta mais esse tipo de presença humana, agressiva e destruidora de seu equilíbrio dinâmico” (BOFF, 2015, p. 68). O autor aponta para uma tomada de consciência em favor de caminhos possíveis:

Então vamos cuidar da casa e começarmos a pensar como reconstruí-la, a salvo de outros incêndios avassaladores. Trata-se de projetar um novo paradigma que naturalmente produza sustentabilidade para a Casa Comum, a Terra, e para todos os demais seres que nela habitam (BOFF, 2015, p.76).

Segundo Boff (2015), seria necessário um novo pensamento na essência do cuidado mútuo, na valorização dos saberes multiculturais, principalmente daqueles que souberam manter o respeito sagrado à Terra e uma convivência respeitosa com o meio ambiente natural.

### **Transdisciplinaridade e sustentabilidade sob a égide do Feminino**

Eisler (2007) e Boff (2015) afirmam que o capitalismo legitimou um modelo de sociedade que valoriza o individualismo e a competição, lógica contrária à sustentabilidade, pois a vida e a natureza são amparadas na cooperação e reciprocidade entre todos. Basarab Nicolescu (1999) ressalta que ocorreu uma desmistificação do universo e o esvaziamento do conceito de feminino da natureza. O desenvolvimento do conhecimento científico suprimiu o lado intuitivo e espiritual e o racional dominou todas as esferas do ser humano, e desse modo estimulou uma constante competição.

Seria de se espantar que a feminilidade do mundo tivesse sido negligenciada, ultrajada, esquecida numa civilização baseada na conquista, na dominação, eficácia a qualquer preço? Como consequência funesta, mas inevitável, a mulher é geralmente condenada a desempenhar um papel menor na organização social (NICOLESCU, 1999, p. 17).

Como consequência da disparidade das relações humanas, causada por conta do distanciamento do próprio ser com a natureza, muitas mulheres têm sido subjugadas, incluindo no meio profissional, no qual a participação feminina ainda é menor e os cargos mais altos são em sua maioria ocupados por homens. No ano de 2015, a participação de mulheres em cargos de direção e gerência era de 37%, segundo dados do IBGE (ALMEIDA, 2017). Observa-se certa subordinação feminina, que relega a mulher ao âmbito privado, restringindo-a aos afazeres domésticos.

Segundo Félix Guattari (1997), sem uma reorganização social, cultural e ambiental um futuro sombrio está por vir: racismo, intolerância religiosa, exploração do trabalho infantil e ainda maior opressão das mulheres.

Um outro antagonismo transversal ao das lutas de classe continua a ser o das relações homem-mulher. Em escala global, a condição feminina está longe de se ter melhorado. A exploração do trabalho feminino, [...] nada tem a invejar aos piores períodos do século XIX (GUATTARI, 1997, p.13).

Para que haja equidade de gênero é necessária uma sociedade mais justa, com uma forma de vida equilibrada, tendo harmonia entre a natureza e todas as camadas sociais existentes. Fornecer liberdade econômica, acesso à cultura, à educação e respeito mútuo nas relações sociais e culturais são a base para a sustentabilidade social, criando uma corrente que influenciará as futuras gerações.

Em *As três ecologias*, Guattari aponta três práxis ecológicas para uma retomada sustentável: 1) a ecologia mental, que diz respeito à maneira que o sujeito interage com o corpo, a mente e o inconsciente; 2) a ecologia social, no intuito de reinventar e recompor as relações individuais e coletivas no contexto urbano, no trabalho e na família, ou seja, reconstruir o conjunto da modalidade do ser em grupo, que é resgatar a essência da subjetividade e; 3) a ecologia ambiental, que busca a interação com a natureza.

A junção das “três ecologias” em uma tomada transdisciplinar é o caminho para um desenvolvimento sustentável. Ainda, segundo Guattari, as três ecologias devem ser concebidas como uma disciplina comum, mas distintas quanto à abordagem. Deste modo, os indivíduos, em um processo de “re-singularização”, se tornam, ao mesmo tempo, solidários, porém, distintos uns dos outros, de modo que alcancem sua própria subjetividade.

Como a transdisciplinaridade pode contribuir para a retomada de uma subjetividade que gere ações sustentáveis? Para Ubiratan D’Ambrósio, a essência da transdisciplinaridade está no próprio ser humano e inclui solidariedade e responsabilidade:

A transdisciplinaridade leva o indivíduo a tomar consciência da essencialidade do outro e da sua inserção na realidade social, natural e planetária, e cósmica. Uma consequência imediata da essencialidade é que a inserção só pode se dar através de um relacionamento de respeito, solidariedade e cooperação com o outro, consequentemente com a sociedade, com a natureza e com o planeta, todos e tudo integrados na realidade cósmica. Esse é o despertar da consciência na aquisição do conhecimento. A grande transformação pela qual passa a humanidade é o encontro do conhecimento e da consciência (D’AMBRÓSIO, 2011, p.10).

A preservação da vida e da civilização na Terra é a essência da transdisciplinaridade. Para D’Ambrósio (2011), é necessário um novo rumo do conhecimento científico e tecnológico, que tenha como base os variados modos de conhecimento e saberes, de maneira que transcenda as culturas e disciplinas. Todavia, o conhecimento fragmentado que possibilitou a especialização seletiva das disciplinas não é suficiente para resolver os problemas ambientais, naturais e culturais. O conhecimento científico, para Henrique Leff (2001), levou a uma crise civilizatória, pois a sociedade errou o caminho da evolução, esqueceu da natureza e gerou uma crise ambiental.

A crise ecológica foi acompanhada pelo pensamento da complexidade, pela teoria de sistemas, pela teoria do caos e pelas estruturas dissipativas. O fracionamento do corpo das ciências defronta-se com a complexidade do mundo, propondo a

necessidade de construir um pensamento holístico, reintegrador das partes fragmentadas de conhecimento, para a retotalização de um mundo globalizado; a inter e a transdisciplinaridade surgem como antídotos à divisão do conhecimento gerado pela ciência moderna (LEFF, 2001, p.429).

A crise ambiental foi o resultado do distanciamento do ser humano de si e da natureza, aprofundado ainda mais pelo conhecimento fracionado. Leff (2001) observa que o ser humano ignorou a natureza do planeta vivo em que surgimos como espécie. Assim, perdemos a definição da própria natureza humana e a “disjunção do ser e o ente” abriram caminho para a objetificação, a coisificação e a homogeneização (LEFF, 2001, p.416-417).

Os processos científicos de produção do conhecimento das ciências duras distanciaram-se das ciências humanas, e nesse contexto todo o caráter da espiritualidade ficou esquecido pela impossibilidade de explicá-lo matematicamente. Segundo Nicolescu, “todo o conhecimento além do científico foi abandonado, a espiritualidade ficou suspeita” (NICOLESCU, 1999, p.18). O pensamento lógico suprimiu a intuição nas ciências, isso resultou em um mundo fragmentado, de tal forma que os saberes autóctones foram substituídos pelo conhecimento obtido de dados e fórmulas matemáticas.

O conhecimento disciplinar objetivo tem a tendência a reduzir tudo a objeto; as relações humanas e os sentimentos se tornaram commodities obsoletas e perecíveis. A busca incessante pela felicidade, atrelada aos bens materiais, tem deixado as pessoas mais consumistas e, por conseguinte, afetadas pela descartabilidade do consumismo. Como se o “ter”, no sentido de “possuir” produtos, suprimisse a sensação de angústia e o vazio deixado pela efemeridade das coisas. Boff (2015) diz que o mundo é como um grande mercado, onde tudo está à venda e as “dimensões espirituais e profundamente humanas, como a de se interrogar sobre o sentido da vida e o destino de todo o universo [...] foram colocadas à margem ou simplesmente relegada ao mundo privado” (BOFF, 2015, p.74). D’Ambrósio (1997) destaca que o sistema de propriedade, produção e divisão de trabalho, tido como “a modernidade”, legitima um modelo de vida que ameaça a “sobrevivência da civilização no planeta” (D’AMBRÓSIO, 1997, p. 13), e que a globalização segue um rumo lamentável:

A globalização é a culminância de um processo que se iniciou há cerca de 500 anos com os episódios de conquista de novos territórios, por parte dos europeus, e com a implantação do regime colonial. Um dos efeitos desse processo foi a decuplicação da população do planeta (D’AMBRÓSIO, 1997, p.13).

O aumento populacional, segundo D’Ambrósio (1997), foi amparado pelo aprimoramento das tecnologias na produção de alimentos, ou seja, a abundância da agricultura contribui para a expansão demográfica. Mas a consequência foi o uso, sem limites, de energia fóssil e a natureza tomada como bem comercial, inclusive o próprio ser humano se tornando um produto. O autor ainda nos elenca que

a redução das populações autóctones nas Américas é apavorante. Nesse sentido, afasta-nos ainda mais da natureza, pois se perdem as referências de formas de vidas sustentáveis (D'AMBRÓSIO, 1997).

A mesma lógica que transforma e subjuga a natureza como objeto é a que causa a opressão às mulheres: “Tanto o meio ambiente como as mulheres são vistos pelo capitalismo patriarcal como ‘coisa útil’, que devem ser submetidos às supostas necessidades humanas, seja como objeto de consumo ou como meio de produção ou exploração” (LEMOS, 2012, p.816-817).

Diante disso, a integração entre o indivíduo e a natureza só pode ser alcançada por meio da retomada da consciência de que fazemos parte de um mesmo sistema, como numa grande rede de colaboradores, seres humanos, natureza vegetal, animal e mineral. Contudo, o que mais causa impacto nos dias atuais é a própria relação entre os indivíduos, uma vez que se perdeu o respeito pela vida e a integridade física do ser. Davide Brocchi (2018) afirma que a sustentabilidade não é uma questão puramente de inovação tecnológica e econômica, mas sim uma transformação de relações sociais. Contudo, para que haja desenvolvimento humano, social e ambiental, é necessário o encontro das esferas da complexidade humana, da natureza e da sociedade, sem hierarquia entre elas, ou seja, uma tomada transdisciplinar.

O papel social das mulheres em que predomina a submissão vem sendo modificado nos últimos tempos, porém ainda estamos longe de alcançar um equilíbrio nas relações de gênero. Na próxima seção vamos, finalmente, trazer a discussão para o campo das artes visuais. Apresentaremos obras das artistas mencionadas, que dialogam com a sustentabilidade, e outras que questionam a hierarquia de gênero.

### **Judy Chicago**

The Dinner Party (1974 -1979) é um trabalho de cunho histórico-social, que denuncia a obscuridade a que a identidade feminina foi submetida por séculos. Nesse trabalho, Judy Chicago nos convida a sentar junto a várias mulheres em uma grande ceia, mulheres esquecidas pela história da humanidade; a artista nos induz a acreditar no potencial das mulheres, pois o papel social feminino foi muito além das tarefas cotidianas de servir e colocar refeições sobre a mesa.

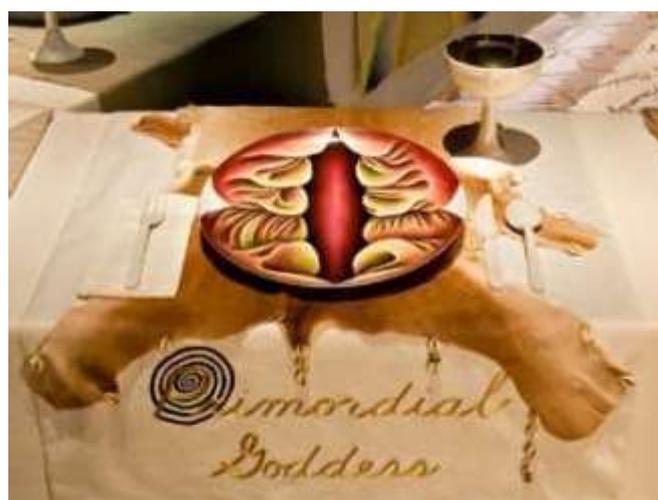
Na instalação The Dinner Party, uma mesa triangular com 39 lugares decorados com toalhas bordadas e pratos em porcelana faz alusão a três vezes o número representado por Jesus e os 12 apóstolos na última ceia. O piso de cerâmica branca é decorado com os nomes de 999 mulheres escritos em tinta esmalte (FIGURA 1). Nesta obra, a autora faz uma transcrição da Última Ceia, com a intenção de

homenagear simbolicamente a exclusão das mulheres na história. Na Última Ceia são representados treze personagens, mas Judy Chicago tinha a intenção de homenagear um número maior de mulheres e a solução foi multiplicar três vezes esse número. Assim, cada lado da mesa tem treze lugares e representam três períodos da história da humanidade: da pré-história ao Império Romano, do início do Cristianismo à Reforma e, por último, da América à Revolução Feminista (ALMEIDA, 2010). Os detalhes, para os quais iremos dar maior atenção neste trabalho, são os pratos decorados com representação bi e tridimensional de vulvas como símbolos da fertilidade criativa e da contribuição das mulheres homenageadas para a história da humanidade (FIGURA 2).



**Figura 1 – The Dinner Party, de Judy Chicago**

Fonte: Adaptado de Brooklyn Museum<sup>3</sup>



**Figura 2 – Prato Deusa primordial, The Dinner Party, de Judy Chicago**

<sup>3</sup> Disponível em: <[https://www.brooklynmuseum.org/eascfa/dinner\\_party/curatorial\\_overview](https://www.brooklynmuseum.org/eascfa/dinner_party/curatorial_overview)> Acesso em 20 de setembro de 2019.

Fonte: Brooklyn Museum<sup>4</sup>

Essa obra não foi aceita no museu nos anos 1980 porque foi considerada pornográfica. O documentário *Women Art Revolution* (2010) apresenta relatos da autora e sua luta para que sua obra fosse exposta. O congresso americano gastou 27 minutos discutindo o futuro do *The Dinner Party* porque os congressistas afirmavam que representar a genitália de 39 mulheres em pratos não era arte, e sim uma pornografia. Em defesa, outros congressistas afirmavam que mais pornográficas eram as armas militares, pois parecem símbolos fálicos e não tem outra finalidade a não ser destruir vidas (LEESON, 2010). No entanto, não se discutiu a presença de nus femininos nos museus para objeto de contemplação dos visitantes; as representações de nus femininos aceitáveis seguiam – e ainda seguem – os cânones vitorianos<sup>5</sup>, e o que foge desse estigma é considerado pornográfico, conforme nos apresenta o diretor Ben Mcpherson, no documentário *Empire of the nude* (2001).

Judy Chicago priorizou as técnicas tidas como “artes menores” (como cerâmica e bordados, trabalhos tipicamente femininos) para questionar a hierarquia dominante que não valoriza os trabalhos manuais. Após a separação entre artes intelectuais e as artes aplicadas, os trabalhos manuais de uso doméstico foram sendo consideradas tarefas femininas. Assim, “tais modalidades foram sendo, aos poucos, feminizadas, isto é, as obras consideradas inferiores na hierarquia dos gêneros artísticos foram sendo associadas às práticas artísticas de mulheres” (SIMIONI, 2010, p.5). O distanciamento do ser humano com a feminilidade geradora de vidas também contribuiu para a desvalorização do feminino, transformando as mulheres em objetos do desejo e do prazer masculino (NICOLESCU, 1999). Nas antigas culturas, a divindade era a terra, representada pela Grande Deusa, na qual se via “o mundo natural e o mundo humano como interligados na grande teia da vida” (OLIVEIRA, 2005, p.3).

O ícone da genitália feminina, representado nos pratos na obra de Judy Chicago, observado fora do contexto em que a fertilidade é aceita como força renovadora, perdeu seu significado simbólico e recebeu conotação vinculada a atrativo erótico. Segundo Umberto Eco (2008), as associações visuais dependem do contexto histórico e estão atreladas a intenções pré-determinadas pela cultura. Podemos ressaltar que as intenções sugestivas nas representações da sexualidade feminina são

---

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.brooklynmuseum.org/exhibitions/dinner\\_party](https://www.brooklynmuseum.org/exhibitions/dinner_party). Acesso em: 10 de julho de 2018.

<sup>5</sup> O estilo vitoriano exigia que os nus estivessem com a genitália parcialmente coberta de modo que aspecto sexual do corpo estivesse contido, ou seja, devia apresentar o corpo como um objeto quieto, passivo e sem sinal de individualidade (MCPHERSON, 2001).

determinadas pela estética do desejo e do prazer, em uma sociedade que mostra interesse em apenas um tipo de erotismo: a pornografia.

### Marina Abramovic

No videoarte *Balkan Erotic Epic* (2005), da artista performática Marina Abramovic, pode-se observar que o erotismo em outros tempos não estava somente direcionado ao prazer sexual. Os povos Balcãs viviam a sexualidade de modo místico e integrado com a natureza. Nessa cultura, segundo Abramovic, o homem se casava com a lua e a mulher com o sol, e desse modo conservavam a energia criativa e, através do erotismo, entravam em contato com a indestrutível energia cósmica (ABRAMOVIC, 2005).

Nesta performance (FIGURA 3), mulheres desnudas exibem o púbis durante uma tempestade para controlar a chuva. Dessa maneira, a sexualidade está diretamente ligada à natureza de forma global, um erotismo em antítese à visão antropocêntrica dos prazeres carnavais.



Figura 3 – *Balkan Erotic Epic*, de Marina Abramovic

Fonte: <http://indigoalhar.blogspot.com.br/2008/12/dancing-in-rain.html>

O filósofo romeno Mircea Eliade, um dos mais importantes intérpretes do simbolismo religioso e dos mitos, em *O sagrado e o Profano*, ressalta que, em alguns mitos cosmogônicos, o ser humano participava da força mística da terra e do cosmo e se sentia como parte dela, sendo impossível dissociar o sobrenatural e o natural. Nesse sentido, o cosmo era considerado um organismo real, vivo e sagrado.

Eliade afirma que o feminino estava associado às águas primordiais (em outras palavras, o líquido fluidor da vida) e à terra, na figura de um deus feminino (ELIADE, 2008).

### Frida Kahlo

A obra O Abraço de amor do Universo, a Terra (México), eu, Diego e Senhor Xolotl (1949), da mexicana Frida Kahlo (1907-1954), representa uma gênese mística na qual a própria artista se insere como elemento figurativo. A pintura a óleo sobre tela, com dimensões de 70 x 60,5 cm, composta por alegorias da mitologia pré-hispânica e as angústias da vida de Frida, evidencia ainda a ancestralidade indígena da artista (FIGURA 4).



Figura 4 – O Abraço de amor do Universo, a Terra (México), eu, Diego e Senhor Xolotl, de Frida Kahlo Fonte: KLAINPAUL, 2007<sup>6</sup>

A imagem tem uma nítida divisão noite/dia, sendo a noite representada pela cor escura e o dia por tons claros; o universo é personificado por um rosto localizado na linha do centro, levemente deslocado para a esquerda. Uma figura feminina de tons marrons esverdeados com o seio direito à mostra abraça uma Frida que segura um ser com aparência do marido Diego Rivera. No busto de Cihuacoatl, a Deusa da Terra, corre um rio que acaba no bico do seio, em uma gota de leite e o cão

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/artes-visuais/realidade-e-sentimento-na-obra-de-frida-kahlo/>. Acesso em: acesso em 15 de outubro de 2018.

(Xolótl) descansa no lado esquerdo da composição, em cima do braço do universo. O cão representa o senhor da morte (KLAINPAUL, [s.d.]).

A forma de representação é triangular e as personagens humanas estão deslocadas para a esquerda, o lado escuro da pintura. A vida de artista é interligada aos eventos da gênese da criação, na qual a mitológica Cihuacoatl traz o elemento fundamental da vida humana, o leite materno; enquanto, do seio de Frida verte sangue, em analogia com a infertilidade e os sucessivos abortos causados pela sequela do acidente que ela sofreu aos 18 anos. Frida trabalha com as dualidades dia/noite, claro/escuro, fértil/estéril e vida/morte como parte de um todo, um universo comum no qual todos os seres estão sujeitos.

A presença da água e do leite são recorrentes nos mitos de criação. Para Riane Eisler, em variadas mitologias, o feminino é associado às águas primordiais. Na mitologia egípcia a deusa Nut é ligada às águas celestes, e na Anatólia e Europa os motivos de chuva e o leite se misturam como fornecimento de força renovadora (EISLER, 2007). Eisler (2007) aponta que a humanidade não esqueceu os princípios fundamentais que determinavam uma vida harmônica com a natureza e uma organização social de cooperação, mas deixou em segundo plano.

### **Intuição**

No filme, *Innsaei: o poder da intuição* (2016), Hrund Gunnsteinsdottir e Kristín Ólafsdóttir buscam um modo de lidar com o mundo distraído e desconexo de hoje por meio da empatia e a intuição. Elas entrevistam cientistas de renome mundial como Marti Spiegelman (especialista em neurociência), Iain McGilchrist (psiquiatra), a artista Marina Abramovic e Malidoma Patrice Somé, para mostrar como a intuição pode nos unir para uma consciência mais humana e sustentável.

Spiegelman afirma que estamos a usar apenas uma pequena fração da nossa capacidade intuitiva e, de modo similar, McGilchrist fala que nossa compreensão do real significado das coisas se perdeu e a sabedoria foi trocada pelo conhecimento científico fragmentado e, desse modo, a atenção estritamente focada sobrepôs-se à visão global. Assim, a intuição não é mais considerada uma maneira confiável de solucionar os problemas. O psiquiatra McGilchrist considera que ambas as abordagens de mundo devem trabalhar em conjunto, ativando os hemisférios direito e esquerdo do nosso cérebro.

A performance *A artista está presente* (2010), de Marina Abramovic, nos mostra que é possível uma conexão consigo e com o outro. Nela, a artista ficava sentada em frente a outra pessoa e após algum tempo ambas se conectavam através do olhar. Abramovic compartilhava os sentimentos das pessoas

como se fosse um espelho, e afirma que o sucesso desse trabalho se deu porque não havia comunicação verbal, então os sentimentos não eram explicados, mas experimentados. Para ela, era como se as pessoas conseguissem entrar em contato com seu próprio interior – e é o que nós sempre evitamos. Os cientistas americanos se interessaram em estudar o cérebro de Abramovic e puderam afirmar que ela possui uma capacidade maior que as outras pessoas de comunicação não verbal (GUNNSTEINSDOTTIR; ÓLAFSDÓTTIR, 2016).

Disseram-me que minha atividade cerebral é mais forte do que qualquer outra pessoa. As minhas ondas são mais longas e brilhantes e de intensidade tão forte que os participantes podem reagir a isso, [...] e passa-se tudo a um nível subconsciente (ABRAMOVIC apud GUNNSTEINSDOTTIR, ÓLAFSDÓTTIR, 2016).

Podemos observar que a interação consciente e inconsciente baseada na empatia possui um importante papel para um despertar crítico aos problemas atuais das relações humanas desiguais e do descaso com o meio ambiente. Se for possível se colocar no lugar do outro e senti-lo em si, pode-se então desestabilizar o atual modelo hierárquico que submete as mulheres e minorias a tratamentos desumanos e que abusa consideravelmente da natureza. Para Malidoma Patrice Somé, conforme foi apresentado no filme *Innsaei*, a desconexão com a intuição fomentou a violência contra as mulheres e o desrespeito com a natureza, pois o desdém com a destruição do meio ambiente é (conforme Somé) o mesmo que fosse natural violentar a mãe que nos deu a vida. Somé também afirma que nosso distanciamento da Terra se traduz no desrespeito com o feminino e, quanto mais o restringe, nossa ligação com a Terra continua a se tornar um ponto obscuro.

### **Mulher e Terra**

Para Eliade (2008), nos estudos dos mitos a mulher relaciona-se diretamente com a Terra, de tal modo que os ciclos de ambas equiparam-se:

A mulher relaciona-se, pois, misticamente com a Terra; o dar à luz é uma variante, em escala humana, da fertilidade telúrica. Todas as experiências religiosas relacionadas com a fecundidade e o nascimento têm uma estrutura cósmica. A sacralidade da mulher depende da santidade da Terra. A fecundidade feminina tem um modelo cósmico: o da Terra Mater<sup>7</sup>, da Mãe universal (ELIADE, 2008, p.120-121).

A mulher, segundo Eliade (2008), é mais próxima da Terra e o respeito a ela depende da maneira que se respeita a Terra-Mãe, pois ambas são sagradas e geradoras de vidas. O planeta Terra, para James Lovelock (2006), é um organismo vivo, interligado, e todas as estruturas vivas e não vivas são interdependentes. Gaia, como chamou Lovelock, é um planeta vivo e autorregulador, e a interferência agressiva dos seres humanos vem mudando a configuração dos níveis de gases vitais a nossa

---

<sup>7</sup> “É a Terra Mater ou a Tellus Mater, bem conhecida das religiões mediterrâneas, que dá nascimento a todos os seres” (ELIADE, 2008, p.117).

sobrevivência: “O conceito de Gaia, um planeta vivo, é para mim a base essencial de um ambientalismo coerente e prático. Opõem-se à crença persistente de que a terra é uma propriedade, um bem imóvel, a ser explorado em benefício da humanidade” (LOVELOCK, 2006, p.130).

A Terra já sobreviveu a outras catástrofes e sabemos que ela pode se recuperar, mas não há garantias de que os seres humanos se adaptem ao ambiente que eles mesmos estão a criar. Lovelock também corrobora com a ideia de que a intuição e o instinto suprimidos pelo conhecimento fragmentado impossibilitam uma visão global que permitem enxergar a Terra como um todo. Para ele, nossa visão está limitada às coisas que conseguimos ver com nossos olhos e, no final, acabamos por não reconhecer a Terra e nós, seres humanos, como parte de um mesmo macrocosmo vivo (LOVELOCK, 2006).

### **Algumas Considerações**

A subordinação feminina está imbricada em um sistema de dominação, naturalizado no tecido estrutural da cultura. Nas artes visuais, trouxemos trabalhos que possuem um questionamento crítico ao insustentável sistema hierárquico masculino e outros que buscam o resgate do feminino como resposta à sustentabilidade. As obras apresentadas possuem temáticas que reverterem o processo de silenciar a mulher e desvalorizar o feminino.

Judy Chicago questionou o protagonismo masculino naturalizado nas obras de arte, na história, na cultura, na sociedade e nas ciências ao apresentar uma versão da Última Ceia, intitulada The Dinner Party, figurada somente por mulheres e personagens femininas esquecidas. Frida Kahlo mostra sua preocupação com a insustentabilidade do modo de vida da sociedade atual, que se afastou da natureza, do feminino e de um viver cooperativo entre todos os seres vivos. O Abraço de amor do Universo, a Terra (México), eu, Diego e Senhor Xolotl, chama a atenção para interdependência entre o universo, a natureza e os seres vivos. Marina Abramovic buscou uma visão sobre a força feminina, na qual a sexualidade da mulher está ligada à natureza de maneira global. Na videoarte Balkan Erotic Epic, ela questiona a visão androcêntrica sobre o corpo feminino, ao abordar um erotismo que contradiz o pensamento pornográfico sobre a sexualidade feminina.

Acreditamos que a dominação masculina é um sistema insustentável, que submete as mulheres e a natureza a constantes agressões, transformando-as em produtos e coisas suscetíveis à manipulação pelas diversas artilharias da cultura patriarcal. Uma vez que a mulher e a natureza são consideradas coisas a serviço dos homens, faz-se necessário um remodelamento em todos os aspectos da sociedade.

Frente ao desmerecimento do feminino e à agressão constante que o planeta Terra vem sofrendo, é imprescindível uma tomada transdisciplinar que valorize a essência humana, incentive o cooperativismo, o respeito pelas diferenças e a coletividade.

Pode ser utopia pensar em resgatar o mesmo modo de vida das sociedades pré-históricas, que tinham uma visão diferente sobre o feminino e a natureza, mas é possível imaginar uma civilização que valorize as diferenças biológicas e as especificidades dos indivíduos se as subjetividades forem formadas a partir da cooperação e mutualidade entre os indivíduos, em vez de serem constituídas por meio do protagonismo masculino. Portanto, é necessário compreender o mundo presente de modo transdisciplinar e englobar as complexas dimensões dos indivíduos para que possamos buscar um equilíbrio sustentável. Conclui-se que a procura pelo bem-estar social, paz, harmonia entre seres humanos e natureza, valorização dos povos e das minorias, igualdade entre gênero e pelo decrescimento sustentável, devem ser a força motriz que permeia os saberes, a fim que seja assegurado o direito de condição de viver das gerações futuras.

#### Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Cássia. Mulheres estão em apenas 37% dos cargos de chefia nas empresas. No setor público, elas são apenas 21,7%. O Globo, São Paulo, 05 mar. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-estao-em-apenas-37-dos-cargos-de-chefia-nas-empresas-21013908>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ALMEIDA, Flávia Leme de. Mulheres recipientes: recortes poéticos do universo feminino nas artes visuais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Coleção PROPG Digital – UNESP). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/110768>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- ANGELIN, Rosângela. Mulheres e ecofeminismo: uma abordagem voltada ao desenvolvimento sustentável. Revista Universidad em Diálogo, v. 7, n.1, PP. 51-68, janeiro-junho de 2017. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/dialogo/article/view/9512>. Acesso em: 19 out. 2018.
- ABRAMOVIC, Marina. Balkan Erotic Epic. Produção: Marina Abramovic. In: Destriated . Offhollywood Pictures; 2010. 1 vídeo-disco, videoarte, son., color. 116 min.
- BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: O que é – O que não é. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BROCCHI, Davide. Urban Transformation – The Day of the Good Life as a catalyst for an urban change towards sustainability. International Journal of Humanities Social Sciences and Education (IJHSSE), v. 5, Issue 9, set. 2018, p. 1-10. Disponível em: <https://www.arcjournals.org/pdfs/ijhsse/v5-i9/1.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.
- BROOKLYN MUSEUM. Exhibitions. The Dinner Party by Judy Chicago. Disponível em [https://www.brooklynmuseum.org/exhibitions/dinner\\_party](https://www.brooklynmuseum.org/exhibitions/dinner_party). Acesso em: 10 jul. 2018.
- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. A transdisciplinaridade como uma resposta à sustentabilidade. Revista Terceiro Incluído. NUPEAT–IESA–UFG, v.1, n.1, jan./jun, 2011, p.1–13, Artigo 1. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/14393> acesso em 10 de agosto de 2018.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. Transdisciplinaridade. São Paulo: Palas Athena, 1997.
- ECO, Umberto. História da feitura. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- EISLER, Riane. O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Atenas, 2007.
- ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano: a essência das religiões. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MCPHERSON, Ben (dir.) Empire of the nude. Produção Jacqui Doyle. Produtor da série Julian Birkett. Apresentação Kristy Wark. Omnibus; 2001. son, color. 56 min.
- GUATTARI, Felix. As três ecologias. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. 6. ed. Campinas: Papirus, 1997.
- ÓLAFSDÓTTIR, K. e GUNNSTEINSDÓTTIR, H. (dir.) Innsaei: O poder da intuição. Alemanha: Zeitgeist Films; 2016. son., color. 78 min.
- KLAINPAUL, Ana Paula J. Realidade e sentimento na obra de Frida Kahlo. Revista Apreciando, Ed. 20, p. 40. Disponível em <<http://coral.ufsm.br/artesvisuais/index.php/inicio/publicacoes/45-realidade-e-sentimento-na-obra-de-frida-kahlo>> acesso em 15 de outubro de 2018.
- LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEMOS, Carolina Teles. Mística feminista: interfaces entre místicas religiosas e místicas seculares. Horizonte, Belo Horizonte, v. 10, n. 27, p. 804-830, jul./set. 2012 – ISSN 2175-5841. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/3321>> acesso em 10 de agosto de 2018.
- LOVELOCK, James. A vingança de Gaia. Tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.
- ARONOFSKY, Darren. MOTHER! Produção Scott Franklin, Ari Handel. Estados Unidos da América, Paramount Pictures; 2017. son, color. 121 min.
- NICOLESCU, Basarab. O Manifesto da Transdisciplinaridade. Tradução Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Triom, 1999.
- OLIVEIRA, Rosalira. Em nome da Mãe: o arquétipo da Deusa e sua manifestação nos dias atuais. Revista Ártemis, n° 3, Dezembro de 2005. Disponível em &lt;<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2200>&gt; acesso em 10 de setembro de 2017.
- SIMIONI, Ana Paula. Bordado e transgressão: questões de gênero na arte de Rosana Paulino e Rosana Palazyan. Revista Proa, n° 2, vol.1, 2010. <<http://www.ifch.unicamp.br/proa>> acesso em 04 de dezembro de 2017.
- HERSMAN, Lynn. (dir.) Women Art Revolution. Produção: Lynn Hershman Leeson, Alexandra Chowanec, Kyle Stepha. Canadá: Zeitgeist Films, 2010. son., color. 83min.

## Sustentabilidade no mundo contemporâneo: uma análise desde a perspectiva dos projetos políticos em disputa com vistas à transformação social<sup>i</sup>

REIS, Márcio Carneiro dos<sup>ii</sup>

*Pós-doutor em Desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA/UFRRJ), Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território da Universidade Federal de São João del-Rei (DCECO/PGDPLAT/UFSJ). E-mail: marcio.reis@ufsj.edu.br*

### RESUMO (100 a 250 palavras)

O artigo tem por objetivo contribuir para a compreensão da “sustentabilidade” como eixo da ação política com vistas à transformação social, inserindo-a no contexto mais geral da disputa levada a efeito por projetos políticos diferenciados em torno da capacidade das instituições de imprimir nos territórios estratégias vinculadas a ideias de futuro pré-concebidos. O contexto, aqui, será representado pela palavra “desenvolvimento” que remete, neste trabalho, à característica fundamental da Modernidade, que suprime o presente em nome da ação incessante de transformar o passado na direção de futuros idealizados. Para tanto, propõe-se inicialmente uma matriz de cunho teórico-metodológica capaz de organizar diferentes proposições de leituras do passado, idealizações de futuros melhores e propostas de ação política no presente. Em seguida, são analisados, a partir da pesquisa bibliográfica, arcabouços teóricos, projetos políticos e leituras da história representativos da contemporaneidade. Nas considerações finais, pontua-se o fato de a “sustentabilidade” surgir como conceito organizador de práticas políticas vinculadas ao projeto político ambientalista ou ecológico, mas que viu muito de seu potencial contra-hegemônico se perder pela colonização do próprio campo por arcabouços teóricos não comprometidos com a transformação social. Tal fato exige o aprofundamento das reflexões de cunho metodológico e teórico associados à perspectiva sistêmica, à multidisciplinaridade e à transdisciplinaridade, para contribuir com os estudos e a divulgação de práticas, notadamente no campo da agroecologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projetos políticos em disputa. Arcabouços teórico-metodológicos. Ecologismo. Sustentabilidade. Transformação social.

### ABSTRACT (100 to 250 words)

*The article aims to contribute to the understanding of "sustainability" as an axis of political action with a view to social transformation, placing it in the more general context of the dispute carried out by different political projects around the capacity of institutions to print in territories strategies linked to preconceived ideas of the future. The context, here, will be represented by the word "development", which refers, in this work, to the fundamental characteristic of modernity, which suppresses the present in the name of the incessant action of transforming the past in the direction of idealized futures. Therefore, it is initially proposed a theoretical-methodological matrix capable of organizing different propositions of readings of the past, idealizations of better futures and proposals for political action in the present. Then, based on bibliographical research, theoretical frameworks, political projects and contemporary readings of history are analyzed. In the final considerations, the fact that "sustainability" emerges as an organizing concept of political practices linked to the environmentalist or ecological political project is highlighted, but which saw much of its counter-hegemonic potential lost by the colonization of the field itself by theoretical frameworks, who are not committed to social transformation. This fact requires the deepening of methodological and theoretical reflections associated with the systemic perspective, multidisciplinary and transdisciplinarity, to contribute to the studies and dissemination of practices, notably in the field of agroecology.*

**KEYWORDS (3 to 5):** Political projects in dispute. Theoretical-methodological frameworks. Ecologism. Sustainability. Social transformation.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, são retomadas reflexões realizadas em torno das “Representações do desenvolvimento e estratégias de desenvolvimento local” (REIS, 2014), procurando-se avançar na conformação de um quadro geral que permitiria a percepção de projetos políticos em disputa distribuídos em dois grandes grupos: os projetos políticos hegemônicos, interessados em regular ou mesmo regredir em relação à ordem estabelecida, e projetos políticos com caráter contra-hegemônico, que possuem em comum a ação política voltada à transformação social.<sup>iii</sup> Nesse lugar, “sustentabilidade”, é um princípio organizador da ação política, junto a outros princípios como “justiça social e democracia”; “igualdade em meio à diversidade”; “soberania nacional”. No projeto original, a noção de soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN), desenvolvida no Brasil, serviria como um ponto de convergência a ser considerado, tanto no que respeita a pesquisas e análises acerca dos processos em curso, quanto no sentido de organizar a ação política de caráter contra-hegemônico.<sup>iv</sup>

Posto isto, o artigo tem por objetivo contribuir para a compreensão da “sustentabilidade” como eixo de ação política com vistas à transformação social, inserindo-a no contexto mais geral da disputa levada a efeito por projetos políticos diferenciados em torno da capacidade das instituições de imprimir nos territórios estratégias vinculadas a ideias de futuro pré-concebidos. Esse objetivo traz explícita a proposta de olhar para as discussões sobre recursos naturais e seus respectivos usos sustentáveis a partir das disputas políticas (internas e externas) ao campo do “ecologismo”, visto como “ideologia política moderna”, como em Vincent (2011).<sup>v</sup> “Sustentabilidade” surge aqui como um princípio organizador da ação (política), própria da vida no mundo contemporâneo, em torno das diversas possíveis maneiras e métodos que podem estar presentes no fazer das atividades não agressivas ao meio ambiente, mas cuja compreensão exige analisar o campo de disputa onde se insere a ação política que a subjaz.

Toma-se como ponto de partida, seguindo Cowen e Shenton (1996), uma das características básicas da modernidade, que é a tensão permanente entre passado e futuro e que confere contorno à ação política pró-desenvolvimento na contemporaneidade. Esse contexto remete à característica fundamental da Modernidade, que suprime o presente em nome da ação incessante de transformar o passado na direção de futuros idealizados. Para tanto, propõe-se inicialmente uma matriz de cunho teórico-metodológica capaz de organizar diferentes proposições de leituras do passado, idealizações de futuros melhores e propostas de ação política no presente. Em seguida, são analisados, a partir da

pesquisa bibliográfica, arcabouços teóricos, projetos políticos e leituras da história representativos do momento presente.

Nas considerações finais, pontua-se o fato de a “sustentabilidade” surgir como conceito organizador de práticas políticas vinculadas ao projeto político ambientalista ou ecológico, mas que viu muito de seu potencial contra-hegemônico se perder pela colonização do próprio campo por arcabouços teóricos não comprometidos com a transformação social. Tal fato exige o aprofundamento das reflexões de cunho metodológico e teórico associados à perspectiva sistêmica, à multidisciplinaridade e à transdisciplinaridade, para contribuir com os estudos e a divulgação de práticas, notadamente no campo da agroecologia. Mais exatamente, para contribuir com a cumulação de poder relativo no campo contra-hegemônico de modo a obstar práticas recorrentes que informam processos em curso nada sustentáveis.

## **2 PROJETOS POLÍTICOS EM DISPUTA**

Com base em Przeworski (1991), pode-se dizer que as estratégias de ação para a promoção de futuros previamente idealizados estão ligadas a projetos políticos que se encontram em disputa. Esse autor, ao propor uma discussão em torno da “encruzilhada” em que se encontra o “capitalismo democrático”, aponta para a disputa pela hegemonia entre três projetos políticos distintos: o primeiro, de cunho liberal-conservador, baseado na capacidade regulacionista do mercado; outro, de cunho liberal-democrático, que procura fazer uma associação entre capitalismo e democracia; e um terceiro, social-democrata, oriundo das formulações marxistas e socialistas (Przeworski, 1991: 241-260). De acordo com esse autor, a social-democracia foi uma saída encontrada pelos movimentos de esquerda para continuarem lutando pela transformação estrutural do capitalismo, dada a não prevalência de condições históricas que possibilitassem, por meio de um processo de ruptura, a instauração de uma ordem socialista.

Em contraposição, os projetos liberais, embora convergentes no sentido de postularem a crença na ordem que se estabeleceu com o avanço da economia de mercado, divergem pelo quão eficiente são as forças de mercado no sentido de regularem a dinâmica social. Essa divergência implica dois tipos de relação: do ponto de vista da perspectiva liberal-democrática, falhas do sistema de mercado implicam maior intervenção do Estado e instituições democráticas para “filtrar” os interesses divergentes e proporcionar o bem-estar. Já do ponto de vista da perspectiva liberal-conservadora, a despeito do fato

de existir ou não falhas no sistema de mercado, não há nenhuma garantia que essas falhas possam ser corrigidas pelo Estado, dadas as suas próprias falhas, de modo que o mercado se torna a instituição reguladora e democrática por excelência (Przeworski, 1995).

Norberto Bobbio, por seu turno, ao tratar dos arcabouços teóricos hoje em voga para dar conta do problema do Estado, acusa a presença de uma corrente *funcionalista*, que se preocupa com o *problema da conservação social*; uma segunda, marxista, que *se preocupa essencialmente com o problema da mudança social*; e uma terceira, mais recente, a teoria dos sistemas, que procura “propor um esquema conceitual para analisar como as instituições políticas funcionam, como exercem a função que lhes é própria, seja qual for a interpretação que delas se faça.” (Bobbio, 1995:58-61). Com as contribuições desses autores, é possível estabelecer dois tipos de relações: entre arcabouços teóricos e projetos políticos; e entre esses e diferentes leituras da história e dos processos de desenvolvimento. A seguir, tratar-se-á mais detalhadamente dessas relações para a discussão aqui proposta.

### **3 ARCABOUÇOS TEÓRICOS, PROJETOS POLÍTICOS E LEITURAS DA HISTÓRIA.**

O arcabouço teórico dito funcionalista por Bobbio, preocupado com o problema da conservação social, se distribui em dois projetos políticos, vistos sob a ótica de Przeworski: o projeto liberal-conservador e o projeto liberal-democrático. O arcabouço teórico marxista, por sua vez, preocupado com o problema da transformação social, se condensa nas propostas políticas socialdemocratas, além daquelas que dizem acerca das estratégias de ruptura, desconsideradas por Przeworski dada inexistência de condições políticas para tanto.

A terceira corrente, denominada por Bobbio de teoria dos sistemas, preocupada com o funcionamento das instituições, não é explicitamente contemplada por Przeworski enquanto projeto político. Mas, o apontamento de sua existência e, sobretudo, do seu método sistêmico de abordagem, com relação às questões relativas ao desenvolvimento, parece ser de significativa importância, por se colocar como alternativa metodológica ao positivismo lógico e ao materialismo histórico. Fala-se aqui da emergência da perspectiva ecológica no tratamento das questões relativas ao desenvolvimento e à melhora coletiva.

Embora essa perspectiva venha representando uma inovação na forma de se pensar as relações humanas, de maneira integrada ao meio do qual fazem parte e, de acordo com Santos (2000:90), prenhe do estabelecimento de uma nova visão do mundo não dualista, seus resultados, em termos

práticos, ainda são bastante modestos. Além disto, do ponto de vista teórico, esses resultados têm tendido a uma espécie de funcionalismo estrutural (Domingues, 1999:34), limitação que partilha com as demais abordagens metodológicas.

A segunda relação que se pode estabelecer ocorre entre esses arcabouços teóricos e projetos políticos e uma particular leitura acerca dos processos de desenvolvimento, a eles inerente. No que respeita à compreensão dos processos de desenvolvimento, de maneira predominante e não exclusiva, senão nos seus tipos mais puros, a) relacionado à perspectiva marxista e crítica do capitalismo e seus desdobramentos em termos do projeto político social-democrata, nos termos de Przeworski, está uma associação predominante entre riqueza e poder; b) relacionado à perspectiva funcionalista e seu desdobramento em termos de ambos os projetos liberais, está uma associação predominante entre funcionamento dos mecanismos de mercado e níveis de bem-estar; e, c) relacionado à perspectiva sistêmica e seus desdobramentos em termos de projetos políticos, está uma associação predominante entre uso de recursos naturais e qualidade de vida, inclusive das gerações futuras.

Assim, por exemplo, na literatura de origem marxista e crítica, quase não se encontra, se é que se encontra, a expressão “bem-estar”, a não ser para fazer referência a uma forma que o Estado assumiu em lugares e momentos específicos da história. Da mesma forma, a expressão “funcionamento dos mecanismos de mercado”, quando é encontrada, o é em meio a um argumento com vistas a criticar a abordagem econômica liberal. O mesmo acontece com seus desdobramentos críticos, contidos na Teoria do Sistema Mundial.<sup>vi</sup> Aqui, o centro do argumento encontra-se na dinâmica do processo de acumulação de capital, tal como em Braudel, que pressupõe uma ligação direta entre os proprietários da riqueza e o poder emanado do Estado. A seguinte passagem, extraída de um texto famoso de 1956, quando Paul Sweezy critica as políticas keynesianas, dizendo que os autores que lhes dão conteúdo “isolam o sistema econômico de seu contexto social”, talvez seja suficiente para ilustrar o que aqui se pretende pontuar.

A pressuposição da reforma liberal é a de que o Estado na sociedade capitalista é, pelo menos potencialmente, órgão da sociedade como um todo e pode funcionar no interesse dela como um todo. Historicamente, como já vimos na análise feita no Capítulo XIII, o Estado na sociedade capitalista tem sido sempre o primeiro e mais destacado defensor das relações de propriedade capitalista. Nessa qualidade tem sido, inequivocamente, o instrumento do domínio da classe capitalista. (SWEEZY, 1982:380).<sup>vii</sup>

Tanto uma expressão como a outra – “bem-estar” e “funcionamento dos mecanismos de mercado”, por outro lado, quando juntas, fazem parte dos argumentos liberais, quando o assunto é ordem, progresso e desenvolvimento. Nessa literatura, já há muito tempo, desde os autores utilitaristas do século XIX, e seus seguidores da Escola Austríaca, que encontraram explicação para a existência

concomitante de ricos e pobres nos valores morais e no somatório dos esforços individuais, não se faz referência ao problema da concentração da renda e da riqueza. Nesta perspectiva, ficou como legado, implicitamente estabelecido, a não existência de associação entre propriedade da riqueza e acesso aos mecanismos de poder, pela apologia que se faz da democracia representativa e dos mecanismos de mercado, como instigadores dos valores pessoais, fonte da conquista de qualquer bem-estar individual e coletivo.

No caso da literatura oriunda da teoria dos sistemas, por sua vez, pôs-se em evidência as relações entre as formas humanas e não-humanas de existência, percebendo-as, ambas, como estruturas vivas e interdependentes. A pergunta em torno de como o homem se interage com o meio ambiente levantou então questões acerca da sustentabilidade dos ecossistemas, quando ficou em relevo a forma como se explora e o uso que se faz dos recursos naturais. A qualidade da vida humana, no presente e no futuro, passou assim a estar intrinsecamente relacionada à maneira não apenas de como se explora esses recursos, mas também à relação que os grupos humanos mantêm com o meio ambiente.

Dessa forma, as expressões “qualidade de vida” e “uso de recursos naturais”, significando aqui não apenas as formas de exploração desses recursos, mas também o conjunto das relações que se verifica entre os meios antrópico, físico e biótico, são próprias dessa literatura e a ideia de sustentabilidade é a ponte que liga uma à outra. Aqui, por um lado, a expressão “qualidade de vida” vai além da noção de “bem-estar”, por incorporar outros valores, não estritamente econômicos, aos problemas relacionados ao desenvolvimento; por outro, traz no seu conteúdo uma crítica às formas como os recursos naturais são explorados, consumidos e descartados quando se alcança níveis de “bem-estar” antes considerados razoáveis: o padrão de vida de um norte-americano de nível médio, por exemplo.<sup>viii</sup>

A literatura circunscrita naquilo que se pode designar sob o signo do desenvolvimento, assim, se vale e promove essas três associações predominantes: riqueza e poder; eficiência de mercado e níveis de bem-estar; e, mais recentemente, uso de recursos naturais e qualidade de vida, inclusive das gerações futuras. A inclusão dessa última associação no debate sobre desenvolvimento foi tão completa que, desde os anos 1990, é raro encontrar referência ao tema, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista de políticas e programas para a promoção do desenvolvimento, que não esteja acompanhada de uma preocupação ambiental, a despeito do fato de que a literatura que trouxe esse tema à baila também não vem sendo capaz de oferecer respostas sustentáveis aos problemas colocados para o desenvolvimento, como acima foi pontuado. Além disso, pelo mundo inteiro criaram-se partidos verdes, movimentos ambientalistas, ONGs com o objetivo de “defender a natureza” e promover o

desenvolvimento sustentado. A literatura que promove as outras associações, nesse sentido, vem procurando incorporar em suas análises e propostas políticas a dimensão ambiental do desenvolvimento, embora o diálogo entre elas ainda permaneça difícil de ser estabelecido.

A despeito dessa dificuldade, dada a generalização do uso de expressões desenvolvidas no seio da perspectiva sistêmica, por um lado, e o relativo pequeno sucesso até o momento do projeto político ambientalista, pode-se dizer que suas propostas políticas e parte de seu discurso foi como que subsumido sobretudo pelos discursos inerentes aos projetos políticos social-democrático e liberal-democrático.

Talvez não seja exagero observar que, no caso dos desdobramentos da perspectiva marxista, a falta de desenvolvimento é decorrente da injustiça social que se expressa na concentração da riqueza e na forma particular como essa se encontra associada, sobretudo desde o desabrochar da modernidade, ao exercício do poder inerente aos Estados-Nação. No segundo caso, da perspectiva liberal, pontua-se como virtude o fato da humanidade ter conseguido progredir substancialmente em relação às limitações naturais, que colocava o homem em condição quase semelhante à dos animais, podendo assim se defender da fome, do frio, da peste, o que frequentemente está associado ao uso da razão, ao fortalecimento dos laços comerciais e ao fim do absolutismo enquanto forma predominante de existência do Estado. Isto porque se percebe o todo social como resultado de um conjunto de ações racionais auto-interessadas. Ainda no contexto da perspectiva liberal, nas sociedades onde os indivíduos isolados mantêm relações mediadas por instituições que favorecem as relações mercantis, o sucesso material e o bem-estar geral estão mais próximos, digamos assim, diferentemente daquelas em que as condições institucionais não progrediram nesse sentido.

No caso da perspectiva ecológica, dominar os processos naturais coloca em risco a própria existência humana, por desconsiderar a interação existente, a interconexão entre os sistemas humanos e os demais sistemas. Isso porque o holismo contido na perspectiva sistêmica, além de considerar que cada sistema se mantém, se reproduz e se transforma, leva em conta os fluxos de interdependência entre os sistemas e os seus mecanismos de coordenação (Capra, 1982; Vasconcelos, 2002). Nesse caso, o fato de, nos seus processos de manutenção, reprodução e transformação, os sistemas humanos terem desconsiderado sua interdependência com os outros sistemas, colocou em risco não apenas suas próprias condições de existência.

Se nesse último caso a façanha do desenvolvimento é pelo menos em grande medida colocada em dúvida pelas consequências que trouxe para a ecologia humana, social e da natureza em geral, no

primeiro caso, o da perspectiva marxista e crítica e sua vertente socialdemocrata, não há (ou pelo menos não havia) uma dúvida “forte” com relação à ocorrência do desenvolvimento, mas com relação à forma concentrada social e regionalmente com que ele aconteceu.

Dessa forma, do ponto de vista “do que fazer”, respectivamente, numa perspectiva que se aproxima do socialismo, distribuir a riqueza, como forma de promover a justiça social, estaria relacionada a mais democracia, isto é, um acesso mais equitativo às instâncias de poder e aos processos decisórios, o que garantiria a manutenção de mecanismos institucionais de redistribuição dos acréscimos ao estoque de riqueza existente, impedindo a sua reconcentração; numa perspectiva que se aproxima da defesa do capitalismo, criar instituições que permitam uma maior eficiência dos mecanismos de mercado, levaria ao aprofundamento da divisão social do trabalho, o que, por sua vez, permitiria a socialização dos ganhos de produtividade oriundos da especialização produtiva, pela participação nas redes, democráticas por princípio, de trocas mercantis; e, por fim, numa perspectiva ecológica, transformar as formas prevaletentes de produção e consumo, no sentido de compatibilizá-las com o “funcionamento” dos diversos ecossistemas terrestres, implicaria promover-lhes a sustentabilidade (ambiental), isto é, permitir-lhes-ia conjuntamente a sua manutenção, reprodução e transformação, o que corresponderia a garantir o equilíbrio entre eles e, portanto, a melhora da qualidade de vida dos grupos humanos e garantia de melhores possibilidades de sua existência no futuro.

Evidentemente, fala-se aqui de extremos, de modo que também é possível perceber diversas interações entre essas maneiras de se entender os processos de desenvolvimento, bem como de se construir estratégias para a sua promoção. De qualquer forma, e indiferente a isso, o que está posto acima impõe três conclusões:

- Que as representações do desenvolvimento, pelo menos as aqui consideradas, e suas diversas possibilidades de interação, padecem do fato de conter, no seu conjunto, uma linha muito tênue entre o que é e o que deve ser e, em alguma medida, pode-se atribuir essa sutileza, com Elias (1991), ao caráter de “ação” contido no verbo “desenvolver”; e
- Que processos de desenvolvimento são processos históricos, mas nem todo processo histórico coincide com processos de desenvolvimento, os quais possuem, no seu cerne, algo relativo à ideia de melhora, melhora da condição da existência humana.
- Assim, no primeiro caso, houve melhora apenas para alguns, às custas dos demais; no segundo, houve melhora, mas apenas para aqueles que fizeram por onde; e, no terceiro, piorou para todos, para os que estão vivos e para os que estão por nascer.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de olhar para a problemática do desenvolvimento a partir da proposição de que projetos políticos encontram-se em disputa busca se distanciar da difícil tarefa de “atribuir sentidos ao desenvolvimento”, de procurar qualificá-lo ou de insistir na necessidade de ações pró-desenvolvimentistas em face dos problemas que hoje se apresentam, como Maluf (2000), Sachs (2004) e Comeliau (2009), respectivamente o fazem, mas sem perder de vista o conteúdo dessas e de outras contribuições que caminham no mesmo sentido. Isto é, ao problema do desenvolvimento é inerente uma questão de ordem ética – “a ética do desenvolvimento” pontuado por Comeliau – já que, ao abordá-lo, estamos na fronteira entre “o que é” e “o que deve ser”. Dizer então acerca dos “sentidos do desenvolvimento” é inevitável, inclusive pontuando a importância da “igualdade em meio à diversidade”, como faz Maluf. O mesmo pode ser dito em relação às noções de inclusão e sustentabilidade, que Sachs nos traz. No entanto, o foco nos projetos políticos coloca em evidência a ação, a capacidade de agir, o poder para tornar efetiva<sup>x</sup> propostas condizentes com futuros melhores idealizados, mesmo que esses futuros sejam diametralmente opostos ao que a noção de “sustentabilidade” possa apontar.

Esse foco evidencia a necessidade de acumular poder relativo no âmbito de projetos políticos contra-hegemônicos, empenhados na transformação social. A perspectiva de acumular poder relativo decorre das contribuições de Norbert Elias. Ver por exemplo Elias (1993, p. 13-60) e também o Prefácio de Roger Chartier à “Sociedade de Corte” (ELIAS, 2001). Reis (2015, p. 208) sintetiza a contribuição de Elias no que respeita a esse aspecto: “(...) os processos de transformação e evolução social pressupõem a existência de um equilíbrio móvel de tensões que se instaura, se perpetua ou se rompe em função: a) das mudanças nas relações de poder e força dos grupos envolvidos; e b) do advento de um novo grupo, que recusa sua exclusão no processo de disputa pelas oportunidades de poder.” Nesse lugar que vemos a noção de “sustentabilidade”: como princípio organizador da ação política, mas que, sozinho, não é capaz de reverter ou redirecionar os processos em curso, que têm caminhado na direção da crescente de violência e do sentimento de impotência e desesperança que nos remetem, na verdade, ao rompimento com as possibilidades contidas na configuração dos estados modernos.

É nesse contexto, pontuando o recuo da democracia em todo o mundo, que José Maurício Domingues (2018: 25) pergunta: “Por onde anda a teoria social crítica frente a tudo isso?” E o autor mesmo responde: “Na melhor das hipóteses, é preciso ressaltar, à deriva”. É também nesse contexto que

Boaventura de Sousa Santos (2016) se esforça para contribuir no sentido de buscar a “união das esquerdas” para se contrapor ao desmantelamento da democracia. “Esquerda” nesse caso consiste num “conjunto de teorias e práticas transformadoras” que historicamente vêm resistindo “à expansão do capitalismo e aos tipos de relações econômicas, sociais, políticas, e culturais que ele gera”, carregando a “crença da possibilidade de um futuro pós-capitalista, de uma sociedade alternativa, mais justa, porque orientada para a satisfação das necessidades reais das populações, e mais livre, porque centrada na realização das condições do efetivo exercício da liberdade” (SANTOS, 2018: 8 apud RIBEIRO, 2018: 1977).

Conferindo a essa preocupação um sentido mais geral, a questão se torna: como construir consensos e aglutinar forças políticas que sejam capazes de redirecionar as dinâmicas territoriais no sentido contra hegemônico? Essa pergunta pressupõe que as dinâmicas territoriais prevaletentes – hegemônicas – favoreceram a reprodução e expansão da desigualdade social e da devastação ambiental. E as reações a essas dinâmicas nos territórios têm sido, pelo menos em parte, ineficazes. Ou seja, essas reações não conseguiram ainda “tração” suficiente ao longo do tempo para mudar as tendências hegemônicas. E nada garante que as reações a essa atual onda conservadora terão sucesso no presente, o que sugere a necessidade de aprofundar as discussões sobre o tema das dinâmicas territoriais. As adversidades tomam também a forma de problemas colocados para o desenvolvimento. A concentração de renda e riqueza, os problemas ambientais, a fome e a miséria, o crescimento da violência fazem aumentar as incertezas e colocam sérias dúvidas sobre a melhora coletiva no futuro próximo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, G. **O longo Século XX**. São Paulo, Unesp, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- BONANNO, Alessandro e WOLF, Steven. (2016). IRSA Mini-Conference Introductory Paper. MiniConference to be Held at the 2016 XIV IRSA World Congress of Rural Sociology Toronto. Canada August 10-14.
- BOYER, R. **A Teoria da Regulação: uma análise crítica**. São Paulo, Nobel, 1990.
- BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo**. S.P.: Ed. Rocco, 1987.
- BRUNHOFF, S. **A Hora do Mercado: crítica do liberalismo**. S.P., Unesp, 1991.
- CAPRA, F. **O ponto de Mutação**. S.P., Ed. Cultrix, 1982.

- CHESNAIS, F. (Coord). **A Mundialização Financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo, Xamã, 1998.
- COMELIAU, Christian. **L'économie contre le development**: pour une éthique du development mondialisé. Paris: L'Harmattan, 2009.
- COWEN, M. P. & SHENTON, R. W. **Doctrines of development**. New York: Routledge, 1996.
- DALY, Herman E. **Economía, Ecología, Ética: Ensayos hacia una economía en estado estacionario**. México, Fondo de Cultura Económica, 1998.
- DOMINGUES, J. M. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro, Contra-Capa Livraria, 1999.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Vol. 2.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FIORI, J. L. Estados, Moedas e Desenvolvimento. In.: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis, Vozes, 1999a.
- FIORI, J. L. Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In.: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis, Vozes, 1999b.
- FORRESTER, V. **O Horror Econômico**. S.P., Unesp, 1997.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. **Globalização em Questão**. Petrópolis, R. J., Vozes, 1998.
- INGLEHART, Ronald. **Public Support for Environmental Protection: objective problems and subjective values in 43 societies**. PS: Political Science & Politics. 1995.
- INGLEHART, Ronald. **Modernization and Postmodernization**: cultural, economic and political change in 43 societies. Princeton, Princeton University Press, 1997.
- JACOBS, Jane. **A Natureza das Economias**. São Paulo, Beca Produções Culturais, 2001.
- JOAS, H. **The Creativity of Action**. Chicago, The University Chicago Press, 1996.
- MALUF, Renato S. J. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 2, Seção número 15, out. 2000. Disponível em <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/177>. Acesso em 18/09/2021.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social Democracia**. SP. Cia. das Letras, 1991.
- PRZEWORSKI, Adam. **Estado e Economia no Capitalismo**. R. J., Relume-Dumará, 1995.
- REIS, Márcio Carneiro dos. Representações do desenvolvimento e estratégia de desenvolvimento local. In HERNÁNDEZ, Myrna Limas e MIRANDA, Adrián Rodríguez (Coords). **Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y medioambiental** - II Foro Bienal de Estudios del Desarrollo. Montevideo-UR: Red Iberoamericana de Estudios del Desarrollo (RIED), 2014. P. 227-264. Disponível em <https://riedesarrollo.org/wp-content/uploads/2017/03/Nuevas-rutas-web.pdf>. Acesso em 18/09/2021.
- REIS, Márcio Carneiro dos. **Ampliação dos espaços sociais e desenvolvimento local**: estratégias e processos com pessoas e grupos sociais. Curitiba-PR: Editora Juruá, 2015.
- REIS, Márcio Carneiro dos. **Las estrategias contra hegemónicas basadas en el concepto de la seguridad alimentaria y la nutrición: reflexiones desde el caso brasileño**. In: Seminario

Interdisciplinario de Alimentación. México-DF. Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 21 de setembro de 2016.

REIS, M. C. Reflecting on Counter-Hegemonic Strategies of Food and Nutritional Security: Notes on the Brazilian Case. In: Alessandro Bonanno; Steven A. Wolf. (Org.). **Resistance to the Neoliberal Agri-food Regime: A Critical Analysis**. New York: Routledge, 2018, v. 01, p. 95-105.

REIS, M. C. Dinâmicas territoriais, contra-hegemonia e políticas de segurança alimentar e nutricional: Comida, poder e transformação social. Trabalho apresentado como resultado parcial do processo de pós-doutoramento. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2019.

RIBEIRO, Pedro M. da Costa. (2018). Resenha. Esquerdas do mundo, uni-vos! Boaventura de Souza Santos. Rev. Direito Práx. vol.9 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2018.

ROMO, H. G. **Lecciones de Economía Marxista**. México, Fondo de Cultura Económica, 1988.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil**. Brasília, Ed. Sebrae, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica à Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. SP Cortez, 2000.

SEITZ, J. **A Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1991.

SWEEZY, P. M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. R. J., Zahar Ed., 1982.

TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. **Desajuste Global e Modernização Conservadora**. R. J., Paz e Terra, 1993.

VAILLANCOURT, J.G.. Sustainable Development: a sociologist's view of the definition, origins and implications of the concept. In MEHTA, D. & OUELLET, E.: *Environmental Sociology: theory and practice*. York Captus Press, 1995a.

VAILLANCOURT, J.G. Sociology of the Environment: from human ecology to Ecosociology. In MEHTA, D. e OUELLET, E.: *Environmental Sociology: theory and practice*. York Captus Press, 1995b.

VASCONCELOS, M. J. E. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas, Papirus, 2002.

VINCENT, Andrew. **Modern Political Ideologies**. Oxford-UK: Wiley-Blackwell, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o Liberalismo**. Petrópolis, R.M., Ed. Vozes, 2002.

WRIGHT, Erick Ollin (2012). Alternativas dentro e além do capitalismo: rumo a um socialismo social. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*. vol. 21, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2012.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> O presente trabalho é resultado parcial do Projeto de Pesquisa “Desenvolvimento territorial e políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN)” proposto pelo autor para qualificação profissional em nível de pós-doutorado realizada junto ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

<sup>ii</sup> O autor agradece aos professores do CPDA/UFRRJ e aos pesquisadores do Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN/CPDA/UFRRJ), bem como à Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e aos professores do Departamento de Ciências Econômicas (DCECO/UFSJ) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT/UFSJ).

<sup>iii</sup> As noções de “regulação da ordem” e “transformação da ordem” são devidas ao trabalho de Boaventura de Sousa Santos em torno do “Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial (SANTOS, 2000)”.

<sup>iv</sup> Ver Reis (2016; 2018; 2019).

<sup>v</sup> Vincent (2011) identifica nove ideologias políticas modernas: liberalismo, conservadorismo, socialismo, anarquismo, fascismo, feminismo, ecologismo, nacionalismo e fundamentalismo. Nesse contexto, ideologias são corpos de conceitos, valores e símbolos que incorporam concepções da natureza humana e indicam o que é possível ou impossível para os humanos alcançarem. Elas trazem também propostas de “arranjos técnicos” para a organização da vida econômica, social e política, ligados aos interesses e necessidades dos seres humanos. Assim, ainda de acordo com o autor, estão presentes (e misturadas) nas ideologias formas de descrever e prescrever, legitimar atividades e arranjos sociais, formas de integrar indivíduos e permitir que naveguemos com coerência nos domínios da política.

<sup>vi</sup> Considera-se aqui Teoria do Sistema Mundial todo um desdobramento da teoria crítica em ciências sociais, o qual vem sendo realizado a partir das contribuições de Braudel, Polanyi, Wallerstein, entre outros. Ver, por exemplo, os trabalhos contidos em Fiori (1999), Arrighi (1995 e 1997). A designação “Teoria do Sistema Mundial” é devida a Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2000).

<sup>vii</sup> Ver também Tavares & Fiori (1993); Hirst & Thompson (1998); Brunhoff (1991); Vilarreal (1986); Benjamin (1998); Forrester (1997); Romo (1988); Boyer (1990); Chesnais (1998); etc.

<sup>viii</sup> Ver, por exemplo, Seitz (1991), Capra (1982), Vasconcelos (2002), Vaillancourt (1995a e b) e os trabalhos contidos em Daly (1989). Em Inglehart (1995 e 1997) encontramos também uma tentativa de demonstrar que estamos passando por uma revolução de valores, quando passará a predominar, entre outros, valores relacionados a uma relação mais harmônica do homem com a natureza. Em Jacobs (2001), encontramos uma discussão sobre desenvolvimento, a partir de uma perspectiva sistêmica.

<sup>ix</sup> Essa formulação sobre o “poder” é tomada emprestada de Wright (2012).

<sup>x</sup> Essa formulação é devida a Bonanno e Wolf (2016).

## Sustentabilidade no mundo contemporâneo: uma análise desde a perspectiva dos projetos políticos em disputa com vistas à transformação social<sup>i</sup>

REIS, Márcio Carneiro dos<sup>ii</sup>

*Pós-doutor em Desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA/UFRRJ), Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território da Universidade Federal de São João del-Rei (DCECO/PGDPLAT/UFSJ). E-mail: marcio.reis@ufsj.edu.br*

### RESUMO (100 a 250 palavras)

O artigo tem por objetivo contribuir para a compreensão da “sustentabilidade” como eixo da ação política com vistas à transformação social, inserindo-a no contexto mais geral da disputa levada a efeito por projetos políticos diferenciados em torno da capacidade das instituições de imprimir nos territórios estratégias vinculadas a ideias de futuro pré-concebidos. O contexto, aqui, será representado pela palavra “desenvolvimento” que remete, neste trabalho, à característica fundamental da Modernidade, que suprime o presente em nome da ação incessante de transformar o passado na direção de futuros idealizados. Para tanto, propõe-se inicialmente uma matriz de cunho teórico-metodológica capaz de organizar diferentes proposições de leituras do passado, idealizações de futuros melhores e propostas de ação política no presente. Em seguida, são analisados, a partir da pesquisa bibliográfica, arcabouços teóricos, projetos políticos e leituras da história representativos da contemporaneidade. Nas considerações finais, pontua-se o fato de a “sustentabilidade” surgir como conceito organizador de práticas políticas vinculadas ao projeto político ambientalista ou ecológico, mas que viu muito de seu potencial contra-hegemônico se perder pela colonização do próprio campo por arcabouços teóricos não comprometidos com a transformação social. Tal fato exige o aprofundamento das reflexões de cunho metodológico e teórico associados à perspectiva sistêmica, à multidisciplinaridade e à transdisciplinaridade, para contribuir com os estudos e a divulgação de práticas, notadamente no campo da agroecologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projetos políticos em disputa. Arcabouços teórico-metodológicos. Ecologismo. Sustentabilidade. Transformação social.

### ABSTRACT (100 to 250 words)

*The article aims to contribute to the understanding of "sustainability" as an axis of political action with a view to social transformation, placing it in the more general context of the dispute carried out by different political projects around the capacity of institutions to print in territories strategies linked to preconceived ideas of the future. The context, here, will be represented by the word "development", which refers, in this work, to the fundamental characteristic of modernity, which suppresses the present in the name of the incessant action of transforming the past in the direction of idealized futures. Therefore, it is initially proposed a theoretical-methodological matrix capable of organizing different propositions of readings of the past, idealizations of better futures and proposals for political action in the present. Then, based on bibliographical research, theoretical frameworks, political projects and contemporary readings of history are analyzed. In the final considerations, the fact that "sustainability" emerges as an organizing concept of political practices linked to the environmentalist or ecological political project is highlighted, but which saw much of its counter-hegemonic potential lost by the colonization of the field itself by theoretical frameworks, who are not committed to social transformation. This fact requires the deepening of methodological and theoretical reflections associated with the systemic perspective, multidisciplinary and transdisciplinarity, to contribute to the studies and dissemination of practices, notably in the field of agroecology.*

**KEYWORDS (3 to 5):** Political projects in dispute. Theoretical-methodological frameworks. Ecologism. Sustainability. Social transformation.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, são retomadas reflexões realizadas em torno das “Representações do desenvolvimento e estratégias de desenvolvimento local” (REIS, 2014), procurando-se avançar na conformação de um quadro geral que permitiria a percepção de projetos políticos em disputa distribuídos em dois grandes grupos: os projetos políticos hegemônicos, interessados em regular ou mesmo regredir em relação à ordem estabelecida, e projetos políticos com caráter contra-hegemônico, que possuem em comum a ação política voltada à transformação social.<sup>iii</sup> Nesse lugar, “sustentabilidade”, é um princípio organizador da ação política, junto a outros princípios como “justiça social e democracia”; “igualdade em meio à diversidade”; “soberania nacional”. No projeto original, a noção de soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN), desenvolvida no Brasil, serviria como um ponto de convergência a ser considerado, tanto no que respeita a pesquisas e análises acerca dos processos em curso, quanto no sentido de organizar a ação política de caráter contra-hegemônico.<sup>iv</sup>

Posto isto, o artigo tem por objetivo contribuir para a compreensão da “sustentabilidade” como eixo de ação política com vistas à transformação social, inserindo-a no contexto mais geral da disputa levada a efeito por projetos políticos diferenciados em torno da capacidade das instituições de imprimir nos territórios estratégias vinculadas a ideias de futuro pré-concebidos. Esse objetivo traz explícita a proposta de olhar para as discussões sobre recursos naturais e seus respectivos usos sustentáveis a partir das disputas políticas (internas e externas) ao campo do “ecologismo”, visto como “ideologia política moderna”, como em Vincent (2011).<sup>v</sup> “Sustentabilidade” surge aqui como um princípio organizador da ação (política), própria da vida no mundo contemporâneo, em torno das diversas possíveis maneiras e métodos que podem estar presentes no fazer das atividades não agressivas ao meio ambiente, mas cuja compreensão exige analisar o campo de disputa onde se insere a ação política que a subjaz.

Toma-se como ponto de partida, seguindo Cowen e Shenton (1996), uma das características básicas da modernidade, que é a tensão permanente entre passado e futuro e que confere contorno à ação política pró-desenvolvimento na contemporaneidade. Esse contexto remete à característica fundamental da Modernidade, que suprime o presente em nome da ação incessante de transformar o passado na direção de futuros idealizados. Para tanto, propõe-se inicialmente uma matriz de cunho teórico-metodológica capaz de organizar diferentes proposições de leituras do passado, idealizações de futuros melhores e propostas de ação política no presente. Em seguida, são analisados, a partir da

pesquisa bibliográfica, arcabouços teóricos, projetos políticos e leituras da história representativos do momento presente.

Nas considerações finais, pontua-se o fato de a “sustentabilidade” surgir como conceito organizador de práticas políticas vinculadas ao projeto político ambientalista ou ecológico, mas que viu muito de seu potencial contra-hegemônico se perder pela colonização do próprio campo por arcabouços teóricos não comprometidos com a transformação social. Tal fato exige o aprofundamento das reflexões de cunho metodológico e teórico associados à perspectiva sistêmica, à multidisciplinaridade e à transdisciplinaridade, para contribuir com os estudos e a divulgação de práticas, notadamente no campo da agroecologia. Mais exatamente, para contribuir com a cumulação de poder relativo no campo contra-hegemônico de modo a obstar práticas recorrentes que informam processos em curso nada sustentáveis.

## **2 PROJETOS POLÍTICOS EM DISPUTA**

Com base em Przeworski (1991), pode-se dizer que as estratégias de ação para a promoção de futuros previamente idealizados estão ligadas a projetos políticos que se encontram em disputa. Esse autor, ao propor uma discussão em torno da “encruzilhada” em que se encontra o “capitalismo democrático”, aponta para a disputa pela hegemonia entre três projetos políticos distintos: o primeiro, de cunho liberal-conservador, baseado na capacidade regulacionista do mercado; outro, de cunho liberal-democrático, que procura fazer uma associação entre capitalismo e democracia; e um terceiro, social-democrata, oriundo das formulações marxistas e socialistas (Przeworski, 1991: 241-260). De acordo com esse autor, a social-democracia foi uma saída encontrada pelos movimentos de esquerda para continuarem lutando pela transformação estrutural do capitalismo, dada a não prevalência de condições históricas que possibilitassem, por meio de um processo de ruptura, a instauração de uma ordem socialista.

Em contraposição, os projetos liberais, embora convergentes no sentido de postularem a crença na ordem que se estabeleceu com o avanço da economia de mercado, divergem pelo quão eficiente são as forças de mercado no sentido de regularem a dinâmica social. Essa divergência implica dois tipos de relação: do ponto de vista da perspectiva liberal-democrática, falhas do sistema de mercado implicam maior intervenção do Estado e instituições democráticas para “filtrar” os interesses divergentes e proporcionar o bem-estar. Já do ponto de vista da perspectiva liberal-conservadora, a despeito do fato

de existir ou não falhas no sistema de mercado, não há nenhuma garantia que essas falhas possam ser corrigidas pelo Estado, dadas as suas próprias falhas, de modo que o mercado se torna a instituição reguladora e democrática por excelência (Przeworski, 1995).

Norberto Bobbio, por seu turno, ao tratar dos arcabouços teóricos hoje em voga para dar conta do problema do Estado, acusa a presença de uma corrente *funcionalista*, que se preocupa com o *problema da conservação social*; uma segunda, marxista, que *se preocupa essencialmente com o problema da mudança social*; e uma terceira, mais recente, a teoria dos sistemas, que procura “propor um esquema conceitual para analisar como as instituições políticas funcionam, como exercem a função que lhes é própria, seja qual for a interpretação que delas se faça.” (Bobbio, 1995:58-61). Com as contribuições desses autores, é possível estabelecer dois tipos de relações: entre arcabouços teóricos e projetos políticos; e entre esses e diferentes leituras da história e dos processos de desenvolvimento. A seguir, tratar-se-á mais detalhadamente dessas relações para a discussão aqui proposta.

### **3 ARCABOUÇOS TEÓRICOS, PROJETOS POLÍTICOS E LEITURAS DA HISTÓRIA.**

O arcabouço teórico dito funcionalista por Bobbio, preocupado com o problema da conservação social, se distribui em dois projetos políticos, vistos sob a ótica de Przeworski: o projeto liberal-conservador e o projeto liberal-democrático. O arcabouço teórico marxista, por sua vez, preocupado com o problema da transformação social, se condensa nas propostas políticas socialdemocratas, além daquelas que dizem acerca das estratégias de ruptura, desconsideradas por Przeworski dada inexistência de condições políticas para tanto.

A terceira corrente, denominada por Bobbio de teoria dos sistemas, preocupada com o funcionamento das instituições, não é explicitamente contemplada por Przeworski enquanto projeto político. Mas, o apontamento de sua existência e, sobretudo, do seu método sistêmico de abordagem, com relação às questões relativas ao desenvolvimento, parece ser de significativa importância, por se colocar como alternativa metodológica ao positivismo lógico e ao materialismo histórico. Fala-se aqui da emergência da perspectiva ecológica no tratamento das questões relativas ao desenvolvimento e à melhora coletiva.

Embora essa perspectiva venha representando uma inovação na forma de se pensar as relações humanas, de maneira integrada ao meio do qual fazem parte e, de acordo com Santos (2000:90), prenhe do estabelecimento de uma nova visão do mundo não dualista, seus resultados, em termos

práticos, ainda são bastante modestos. Além disto, do ponto de vista teórico, esses resultados têm tendido a uma espécie de funcionalismo estrutural (Domingues, 1999:34), limitação que partilha com as demais abordagens metodológicas.

A segunda relação que se pode estabelecer ocorre entre esses arcabouços teóricos e projetos políticos e uma particular leitura acerca dos processos de desenvolvimento, a eles inerente. No que respeita à compreensão dos processos de desenvolvimento, de maneira predominante e não exclusiva, senão nos seus tipos mais puros, a) relacionado à perspectiva marxista e crítica do capitalismo e seus desdobramentos em termos do projeto político social-democrata, nos termos de Przeworski, está uma associação predominante entre riqueza e poder; b) relacionado à perspectiva funcionalista e seu desdobramento em termos de ambos os projetos liberais, está uma associação predominante entre funcionamento dos mecanismos de mercado e níveis de bem-estar; e, c) relacionado à perspectiva sistêmica e seus desdobramentos em termos de projetos políticos, está uma associação predominante entre uso de recursos naturais e qualidade de vida, inclusive das gerações futuras.

Assim, por exemplo, na literatura de origem marxista e crítica, quase não se encontra, se é que se encontra, a expressão “bem-estar”, a não ser para fazer referência a uma forma que o Estado assumiu em lugares e momentos específicos da história. Da mesma forma, a expressão “funcionamento dos mecanismos de mercado”, quando é encontrada, o é em meio a um argumento com vistas a criticar a abordagem econômica liberal. O mesmo acontece com seus desdobramentos críticos, contidos na Teoria do Sistema Mundial.<sup>vi</sup> Aqui, o centro do argumento encontra-se na dinâmica do processo de acumulação de capital, tal como em Braudel, que pressupõe uma ligação direta entre os proprietários da riqueza e o poder emanado do Estado. A seguinte passagem, extraída de um texto famoso de 1956, quando Paul Sweezy critica as políticas keynesianas, dizendo que os autores que lhes dão conteúdo “isolam o sistema econômico de seu contexto social”, talvez seja suficiente para ilustrar o que aqui se pretende pontuar.

A pressuposição da reforma liberal é a de que o Estado na sociedade capitalista é, pelo menos potencialmente, órgão da sociedade como um todo e pode funcionar no interesse dela como um todo. Historicamente, como já vimos na análise feita no Capítulo XIII, o Estado na sociedade capitalista tem sido sempre o primeiro e mais destacado defensor das relações de propriedade capitalista. Nessa qualidade tem sido, inequivocamente, o instrumento do domínio da classe capitalista. (SWEEZY, 1982:380).<sup>vii</sup>

Tanto uma expressão como a outra – “bem-estar” e “funcionamento dos mecanismos de mercado”, por outro lado, quando juntas, fazem parte dos argumentos liberais, quando o assunto é ordem, progresso e desenvolvimento. Nessa literatura, já há muito tempo, desde os autores utilitaristas do século XIX, e seus seguidores da Escola Austríaca, que encontraram explicação para a existência

concomitante de ricos e pobres nos valores morais e no somatório dos esforços individuais, não se faz referência ao problema da concentração da renda e da riqueza. Nesta perspectiva, ficou como legado, implicitamente estabelecido, a não existência de associação entre propriedade da riqueza e acesso aos mecanismos de poder, pela apologia que se faz da democracia representativa e dos mecanismos de mercado, como instigadores dos valores pessoais, fonte da conquista de qualquer bem-estar individual e coletivo.

No caso da literatura oriunda da teoria dos sistemas, por sua vez, pôs-se em evidência as relações entre as formas humanas e não-humanas de existência, percebendo-as, ambas, como estruturas vivas e interdependentes. A pergunta em torno de como o homem se interage com o meio ambiente levantou então questões acerca da sustentabilidade dos ecossistemas, quando ficou em relevo a forma como se explora e o uso que se faz dos recursos naturais. A qualidade da vida humana, no presente e no futuro, passou assim a estar intrinsecamente relacionada à maneira não apenas de como se explora esses recursos, mas também à relação que os grupos humanos mantêm com o meio ambiente.

Dessa forma, as expressões “qualidade de vida” e “uso de recursos naturais”, significando aqui não apenas as formas de exploração desses recursos, mas também o conjunto das relações que se verifica entre os meios antrópico, físico e biótico, são próprias dessa literatura e a ideia de sustentabilidade é a ponte que liga uma à outra. Aqui, por um lado, a expressão “qualidade de vida” vai além da noção de “bem-estar”, por incorporar outros valores, não estritamente econômicos, aos problemas relacionados ao desenvolvimento; por outro, traz no seu conteúdo uma crítica às formas como os recursos naturais são explorados, consumidos e descartados quando se alcança níveis de “bem-estar” antes considerados razoáveis: o padrão de vida de um norte-americano de nível médio, por exemplo.<sup>viii</sup>

A literatura circunscrita naquilo que se pode designar sob o signo do desenvolvimento, assim, se vale e promove essas três associações predominantes: riqueza e poder; eficiência de mercado e níveis de bem-estar; e, mais recentemente, uso de recursos naturais e qualidade de vida, inclusive das gerações futuras. A inclusão dessa última associação no debate sobre desenvolvimento foi tão completa que, desde os anos 1990, é raro encontrar referência ao tema, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista de políticas e programas para a promoção do desenvolvimento, que não esteja acompanhada de uma preocupação ambiental, a despeito do fato de que a literatura que trouxe esse tema à baila também não vem sendo capaz de oferecer respostas sustentáveis aos problemas colocados para o desenvolvimento, como acima foi pontuado. Além disso, pelo mundo inteiro criaram-se partidos verdes, movimentos ambientalistas, ONGs com o objetivo de “defender a natureza” e promover o

desenvolvimento sustentado. A literatura que promove as outras associações, nesse sentido, vem procurando incorporar em suas análises e propostas políticas a dimensão ambiental do desenvolvimento, embora o diálogo entre elas ainda permaneça difícil de ser estabelecido.

A despeito dessa dificuldade, dada a generalização do uso de expressões desenvolvidas no seio da perspectiva sistêmica, por um lado, e o relativo pequeno sucesso até o momento do projeto político ambientalista, pode-se dizer que suas propostas políticas e parte de seu discurso foi como que subsumido sobretudo pelos discursos inerentes aos projetos políticos social-democrático e liberal-democrático.

Talvez não seja exagero observar que, no caso dos desdobramentos da perspectiva marxista, a falta de desenvolvimento é decorrente da injustiça social que se expressa na concentração da riqueza e na forma particular como essa se encontra associada, sobretudo desde o desabrochar da modernidade, ao exercício do poder inerente aos Estados-Nação. No segundo caso, da perspectiva liberal, pontua-se como virtude o fato da humanidade ter conseguido progredir substancialmente em relação às limitações naturais, que colocava o homem em condição quase semelhante à dos animais, podendo assim se defender da fome, do frio, da peste, o que frequentemente está associado ao uso da razão, ao fortalecimento dos laços comerciais e ao fim do absolutismo enquanto forma predominante de existência do Estado. Isto porque se percebe o todo social como resultado de um conjunto de ações racionais auto-interessadas. Ainda no contexto da perspectiva liberal, nas sociedades onde os indivíduos isolados mantêm relações mediadas por instituições que favorecem as relações mercantis, o sucesso material e o bem-estar geral estão mais próximos, digamos assim, diferentemente daquelas em que as condições institucionais não progrediram nesse sentido.

No caso da perspectiva ecológica, dominar os processos naturais coloca em risco a própria existência humana, por desconsiderar a interação existente, a interconexão entre os sistemas humanos e os demais sistemas. Isso porque o holismo contido na perspectiva sistêmica, além de considerar que cada sistema se mantém, se reproduz e se transforma, leva em conta os fluxos de interdependência entre os sistemas e os seus mecanismos de coordenação (Capra, 1982; Vasconcelos, 2002). Nesse caso, o fato de, nos seus processos de manutenção, reprodução e transformação, os sistemas humanos terem desconsiderado sua interdependência com os outros sistemas, colocou em risco não apenas suas próprias condições de existência.

Se nesse último caso a façanha do desenvolvimento é pelo menos em grande medida colocada em dúvida pelas consequências que trouxe para a ecologia humana, social e da natureza em geral, no

primeiro caso, o da perspectiva marxista e crítica e sua vertente socialdemocrata, não há (ou pelo menos não havia) uma dúvida “forte” com relação à ocorrência do desenvolvimento, mas com relação à forma concentrada social e regionalmente com que ele aconteceu.

Dessa forma, do ponto de vista “do que fazer”, respectivamente, numa perspectiva que se aproxima do socialismo, distribuir a riqueza, como forma de promover a justiça social, estaria relacionada a mais democracia, isto é, um acesso mais equitativo às instâncias de poder e aos processos decisórios, o que garantiria a manutenção de mecanismos institucionais de redistribuição dos acréscimos ao estoque de riqueza existente, impedindo a sua reconcentração; numa perspectiva que se aproxima da defesa do capitalismo, criar instituições que permitam uma maior eficiência dos mecanismos de mercado, levaria ao aprofundamento da divisão social do trabalho, o que, por sua vez, permitiria a socialização dos ganhos de produtividade oriundos da especialização produtiva, pela participação nas redes, democráticas por princípio, de trocas mercantis; e, por fim, numa perspectiva ecológica, transformar as formas prevaletentes de produção e consumo, no sentido de compatibilizá-las com o “funcionamento” dos diversos ecossistemas terrestres, implicaria promover-lhes a sustentabilidade (ambiental), isto é, permitir-lhes-ia conjuntamente a sua manutenção, reprodução e transformação, o que corresponderia a garantir o equilíbrio entre eles e, portanto, a melhora da qualidade de vida dos grupos humanos e garantia de melhores possibilidades de sua existência no futuro.

Evidentemente, fala-se aqui de extremos, de modo que também é possível perceber diversas interações entre essas maneiras de se entender os processos de desenvolvimento, bem como de se construir estratégias para a sua promoção. De qualquer forma, e indiferente a isso, o que está posto acima impõe três conclusões:

- Que as representações do desenvolvimento, pelo menos as aqui consideradas, e suas diversas possibilidades de interação, padecem do fato de conter, no seu conjunto, uma linha muito tênue entre o que é e o que deve ser e, em alguma medida, pode-se atribuir essa sutileza, com Elias (1991), ao caráter de “ação” contido no verbo “desenvolver”; e
- Que processos de desenvolvimento são processos históricos, mas nem todo processo histórico coincide com processos de desenvolvimento, os quais possuem, no seu cerne, algo relativo à ideia de melhora, melhora da condição da existência humana.
- Assim, no primeiro caso, houve melhora apenas para alguns, às custas dos demais; no segundo, houve melhora, mas apenas para aqueles que fizeram por onde; e, no terceiro, piorou para todos, para os que estão vivos e para os que estão por nascer.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de olhar para a problemática do desenvolvimento a partir da proposição de que projetos políticos encontram-se em disputa busca se distanciar da difícil tarefa de “atribuir sentidos ao desenvolvimento”, de procurar qualificá-lo ou de insistir na necessidade de ações pró-desenvolvimentistas em face dos problemas que hoje se apresentam, como Maluf (2000), Sachs (2004) e Comeliau (2009), respectivamente o fazem, mas sem perder de vista o conteúdo dessas e de outras contribuições que caminham no mesmo sentido. Isto é, ao problema do desenvolvimento é inerente uma questão de ordem ética – “a ética do desenvolvimento” pontuado por Comeliau – já que, ao abordá-lo, estamos na fronteira entre “o que é” e “o que deve ser”. Dizer então acerca dos “sentidos do desenvolvimento” é inevitável, inclusive pontuando a importância da “igualdade em meio à diversidade”, como faz Maluf. O mesmo pode ser dito em relação às noções de inclusão e sustentabilidade, que Sachs nos traz. No entanto, o foco nos projetos políticos coloca em evidência a ação, a capacidade de agir, o poder para tornar efetiva<sup>x</sup> propostas condizentes com futuros melhores idealizados, mesmo que esses futuros sejam diametralmente opostos ao que a noção de “sustentabilidade” possa apontar.

Esse foco evidencia a necessidade de acumular poder relativo no âmbito de projetos políticos contra-hegemônicos, empenhados na transformação social. A perspectiva de acumular poder relativo decorre das contribuições de Norbert Elias. Ver por exemplo Elias (1993, p. 13-60) e também o Prefácio de Roger Chartier à “Sociedade de Corte” (ELIAS, 2001). Reis (2015, p. 208) sintetiza a contribuição de Elias no que respeita a esse aspecto: “(...) os processos de transformação e evolução social pressupõem a existência de um equilíbrio móvel de tensões que se instaura, se perpetua ou se rompe em função: a) das mudanças nas relações de poder e força dos grupos envolvidos; e b) do advento de um novo grupo, que recusa sua exclusão no processo de disputa pelas oportunidades de poder.” Nesse lugar que vemos a noção de “sustentabilidade”: como princípio organizador da ação política, mas que, sozinho, não é capaz de reverter ou redirecionar os processos em curso, que têm caminhado na direção da crescente de violência e do sentimento de impotência e desesperança que nos remetem, na verdade, ao rompimento com as possibilidades contidas na configuração dos estados modernos.

É nesse contexto, pontuando o recuo da democracia em todo o mundo, que José Maurício Domingues (2018: 25) pergunta: “Por onde anda a teoria social crítica frente a tudo isso?” E o autor mesmo responde: “Na melhor das hipóteses, é preciso ressaltar, à deriva”. É também nesse contexto que

Boaventura de Sousa Santos (2016) se esforça para contribuir no sentido de buscar a “união das esquerdas” para se contrapor ao desmantelamento da democracia. “Esquerda” nesse caso consiste num “conjunto de teorias e práticas transformadoras” que historicamente vêm resistindo “à expansão do capitalismo e aos tipos de relações econômicas, sociais, políticas, e culturais que ele gera”, carregando a “crença da possibilidade de um futuro pós-capitalista, de uma sociedade alternativa, mais justa, porque orientada para a satisfação das necessidades reais das populações, e mais livre, porque centrada na realização das condições do efetivo exercício da liberdade” (SANTOS, 2018: 8 apud RIBEIRO, 2018: 1977).

Conferindo a essa preocupação um sentido mais geral, a questão se torna: como construir consensos e aglutinar forças políticas que sejam capazes de redirecionar as dinâmicas territoriais no sentido contra hegemônico? Essa pergunta pressupõe que as dinâmicas territoriais prevaletentes – hegemônicas – favoreceram a reprodução e expansão da desigualdade social e da devastação ambiental. E as reações a essas dinâmicas nos territórios têm sido, pelo menos em parte, ineficazes. Ou seja, essas reações não conseguiram ainda "tração" suficiente ao longo do tempo para mudar as tendências hegemônicas. E nada garante que as reações a essa atual onda conservadora terão sucesso no presente, o que sugere a necessidade de aprofundar as discussões sobre o tema das dinâmicas territoriais. As adversidades tomam também a forma de problemas colocados para o desenvolvimento. A concentração de renda e riqueza, os problemas ambientais, a fome e a miséria, o crescimento da violência fazem aumentar as incertezas e colocam sérias dúvidas sobre a melhora coletiva no futuro próximo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, G. **O longo Século XX**. São Paulo, Unesp, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- BONANNO, Alessandro e WOLF, Steven. (2016). IRSA Mini-Conference Introductory Paper. MiniConference to be Held at the 2016 XIV IRSA World Congress of Rural Sociology Toronto. Canada August 10-14.
- BOYER, R. **A Teoria da Regulação: uma análise crítica**. São Paulo, Nobel, 1990.
- BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo**. S.P.: Ed. Rocco, 1987.
- BRUNHOFF, S. **A Hora do Mercado: crítica do liberalismo**. S.P., Unesp, 1991.
- CAPRA, F. **O ponto de Mutação**. S.P., Ed. Cultrix, 1982.

- CHESNAIS, F. (Coord). **A Mundialização Financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo, Xamã, 1998.
- COMELIAU, Christian. **L'économie contre le development**: pour une éthique du development mondialisé. Paris: L'Harmattan, 2009.
- COWEN, M. P. & SHENTON, R. W. **Doctrines of development**. New York: Routledge, 1996.
- DALY, Herman E. **Economía, Ecología, Ética: Ensayos hacia una economía en estado estacionario**. México, Fondo de Cultura Económica, 1998.
- DOMINGUES, J. M. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro, Contra-Capa Livraria, 1999.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Vol. 2.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FIORI, J. L. Estados, Moedas e Desenvolvimento. In.: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis, Vozes, 1999a.
- FIORI, J. L. Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In.: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis, Vozes, 1999b.
- FORRESTER, V. **O Horror Econômico**. S.P., Unesp, 1997.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. **Globalização em Questão**. Petrópolis, R. J., Vozes, 1998.
- INGLEHART, Ronald. **Public Support for Environmental Protection: objective problems and subjective values in 43 societies**. PS: Political Science & Politics. 1995.
- INGLEHART, Ronald. **Modernization and Postmodernization**: cultural, economic and political change in 43 societies. Princeton, Princeton University Press, 1997.
- JACOBS, Jane. **A Natureza das Economias**. São Paulo, Beca Produções Culturais, 2001.
- JOAS, H. **The Creativity of Action**. Chicago, The University Chicago Press, 1996.
- MALUF, Renato S. J. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 2, Seção número 15, out. 2000. Disponível em <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/177>. Acesso em 18/09/2021.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social Democracia**. SP. Cia. das Letras, 1991.
- PRZEWORSKI, Adam. **Estado e Economia no Capitalismo**. R. J., Relume-Dumará, 1995.
- REIS, Márcio Carneiro dos. Representações do desenvolvimento e estratégia de desenvolvimento local. In HERNÁNDEZ, Myrna Limas e MIRANDA, Adrián Rodríguez (Coords). **Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y medioambiental** - II Foro Bienal de Estudios del Desarrollo. Montevideo-UR: Red Iberoamericana de Estudios del Desarrollo (RIED), 2014. P. 227-264. Disponível em <https://riedesarrollo.org/wp-content/uploads/2017/03/Nuevas-rutas-web.pdf>. Acesso em 18/09/2021.
- REIS, Márcio Carneiro dos. **Ampliação dos espaços sociais e desenvolvimento local**: estratégias e processos com pessoas e grupos sociais. Curitiba-PR: Editora Juruá, 2015.
- REIS, Márcio Carneiro dos. **Las estrategias contra hegemónicas basadas en el concepto de la seguridad alimentaria y la nutrición: reflexiones desde el caso brasileño**. In: Seminario

Interdisciplinario de Alimentación. México-DF. Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 21 de setembro de 2016.

REIS, M. C. Reflecting on Counter-Hegemonic Strategies of Food and Nutritional Security: Notes on the Brazilian Case. In: Alessandro Bonanno; Steven A. Wolf. (Org.). **Resistance to the Neoliberal Agri-food Regime: A Critical Analysis**. New York: Routledge, 2018, v. 01, p. 95-105.

REIS, M. C. Dinâmicas territoriais, contra-hegemonia e políticas de segurança alimentar e nutricional: Comida, poder e transformação social. Trabalho apresentado como resultado parcial do processo de pós-doutoramento. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2019.

RIBEIRO, Pedro M. da Costa. (2018). Resenha. Esquerdas do mundo, uni-vos! Boaventura de Souza Santos. Rev. Direito Práx. vol.9 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2018.

ROMO, H. G. **Lecciones de Economía Marxista**. México, Fondo de Cultura Económica, 1988.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil**. Brasília, Ed. Sebrae, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica à Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. SP Cortez, 2000.

SEITZ, J. **A Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1991.

SWEEZY, P. M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. R. J., Zahar Ed., 1982.

TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. **Desajuste Global e Modernização Conservadora**. R. J., Paz e Terra, 1993.

VAILLANCOURT, J.G.. Sustainable Development: a sociologist's view of the definition, origins and implications of the concept. In MEHTA, D. & OUELLET, E.: *Environmental Sociology: theory and practice*. York Captus Press, 1995a.

VAILLANCOURT, J.G. Sociology of the Environment: from human ecology to Ecosociology. In MEHTA, D. e OUELLET, E.: *Environmental Sociology: theory and practice*. York Captus Press, 1995b.

VASCONCELOS, M. J. E. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas, Papirus, 2002.

VINCENT, Andrew. **Modern Political Ideologies**. Oxford-UK: Wiley-Blackwell, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o Liberalismo**. Petrópolis, R.M., Ed. Vozes, 2002.

WRIGHT, Erick Ollin (2012). Alternativas dentro e além do capitalismo: rumo a um socialismo social. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*. vol. 21, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2012.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> O presente trabalho é resultado parcial do Projeto de Pesquisa “Desenvolvimento territorial e políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN)” proposto pelo autor para qualificação profissional em nível de pós-doutorado realizada junto ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

<sup>ii</sup> O autor agradece aos professores do CPDA/UFRRJ e aos pesquisadores do Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN/CPDA/UFRRJ), bem como à Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e aos professores do Departamento de Ciências Econômicas (DCECO/UFSJ) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT/UFSJ).

<sup>iii</sup> As noções de “regulação da ordem” e “transformação da ordem” são devidas ao trabalho de Boaventura de Sousa Santos em torno do “Mapa da Estrutura-Ação das Sociedades Capitalistas no Espaço Mundial (SANTOS, 2000)”.

<sup>iv</sup> Ver Reis (2016; 2018; 2019).

<sup>v</sup> Vincent (2011) identifica nove ideologias políticas modernas: liberalismo, conservadorismo, socialismo, anarquismo, fascismo, feminismo, ecologismo, nacionalismo e fundamentalismo. Nesse contexto, ideologias são corpos de conceitos, valores e símbolos que incorporam concepções da natureza humana e indicam o que é possível ou impossível para os humanos alcançarem. Elas trazem também propostas de “arranjos técnicos” para a organização da vida econômica, social e política, ligados aos interesses e necessidades dos seres humanos. Assim, ainda de acordo com o autor, estão presentes (e misturadas) nas ideologias formas de descrever e prescrever, legitimar atividades e arranjos sociais, formas de integrar indivíduos e permitir que naveguemos com coerência nos domínios da política.

<sup>vi</sup> Considera-se aqui Teoria do Sistema Mundial todo um desdobramento da teoria crítica em ciências sociais, o qual vem sendo realizado a partir das contribuições de Braudel, Polanyi, Wallerstein, entre outros. Ver, por exemplo, os trabalhos contidos em Fiori (1999), Arrighi (1995 e 1997). A designação “Teoria do Sistema Mundial” é devida a Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2000).

<sup>vii</sup> Ver também Tavares & Fiori (1993); Hirst & Thompson (1998); Brunhoff (1991); Vilarreal (1986); Benjamin (1998); Forrester (1997); Romo (1988); Boyer (1990); Chesnais (1998); etc.

<sup>viii</sup> Ver, por exemplo, Seitz (1991), Capra (1982), Vasconcelos (2002), Vaillancourt (1995a e b) e os trabalhos contidos em Daly (1989). Em Inglehart (1995 e 1997) encontramos também uma tentativa de demonstrar que estamos passando por uma revolução de valores, quando passará a predominar, entre outros, valores relacionados a uma relação mais harmônica do homem com a natureza. Em Jacobs (2001), encontramos uma discussão sobre desenvolvimento, a partir de uma perspectiva sistêmica.

<sup>ix</sup> Essa formulação sobre o “poder” é tomada emprestada de Wright (2012).

<sup>x</sup> Essa formulação é devida a Bonanno e Wolf (2016).